REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO LXXI Nº 1 QUARTA-FEIRA, 3 DE FEVEREIRO DE 2016

BRASÍLIA - DF

COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
Presidente

Deputado Waldir Maranhão (PP-MA)
1º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
2º Vice-Presidente

Deputado Beto Mansur (PRB-SP)
1º Secretário

Senador Zeze Perrella (PDT-MG)
2º Secretário

Deputada Mara Gabrilli (PSDB-SP)
3ª Secretária

Senadora Ângela Portela (PT-RR)
4ª Secretária

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
Presidente

Senador Jorge Viana (PT-AC)
1º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
2º Vice-Presidente

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)
1º Secretário

Senador Zeze Perrella (PDT-MG)
2º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)
3º Secretário

Senadora Ângela Portela (PT-RR)
4ª Secretária

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
2º - Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
3º - Senador Elmano Férrer (PTB-PI)
4º - Senador Douglas Cintra (PTB-PE)

COMPOSIÇÃO DA MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ)
Presidente

Deputado Waldir Maranhão (PP-MA)
1º Vice-Presidente

Deputado Giacobo (PR-PR)
2º Vice-Presidente

Deputado Beto Mansur (PRB-SP)
1º Secretário

Deputado Felipe Bornier (PSD-RJ)
2º Secretário

Deputada Mara Gabrilli (PSDB-SP)
3ª Secretária

Alex Canziani (PTB-PR)
4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Deputado Mandetta (DEM-MS)
2º - Deputado Gilberto Nascimento (PSC-SP)
3º - Deputada Luíza Erundina (PSB-SP)
4º - Deputado Ricardo Izar (PSD-SP)

DIÁRIO CONGRESSO NACIONAL
EXPEDIENTE

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Rogério de Castro Pastori
Diretor da Secretaria de Atas e Diários

Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações

Roberta Lys de Moura Rochael
Coordenadora de Elaboração de Diários

José Farias Maranhão
Coordenador Industrial

Deraldo Ruas Guimarães
Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – 1ª SESSÃO CONJUNTA (SOLENE), EM 2 DE FEVEREIRO DE 2016
1.1 – ATA 4
1.1.1 – ABERTURA 4
1.1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO
Destinada à instalação dos trabalhos legislativos da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura 4
1.1.2.1 – Execução do Hino Nacional Brasileiro 4
1.1.2.2 – Leitura de Mensagem do Poder Executivo pela Presidente Dilma Rousseff 4
1.1.2.3 – Entrega de Mensagem do Poder Judiciário ao Congresso Nacional 9
1.1.2.4 – Fala do Presidente da Câmara dos Deputados (Deputado Eduardo Cunha) 9
1.1.2.5 – Fala do Presidente do Congresso Nacional (Senador Renan Calheiros) 10
1.1.3 – ENCERRAMENTO 12
1.2 – PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS E DOCUMENTOS
1.2.1 – EXPEDIENTE
1.2.1.1 – Mensagem do Poder Executivo 13
1.2.1.2 – Mensagem do Poder Judiciário 536

CONGRESSO NACIONAL

2 – COMISSÕES MISTAS 886
3 – CONSELHOS E ÓRGÃOS 899

Ata da 1ª Sessão, Conjunta (Solene), em 2 de fevereiro de 2016

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência do Sr. Renan Calheiros.

(Inicia-se a sessão às 15 horas e 51 minutos e encerra-se às 16 horas e 58 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) - Declaro aberta a sessão solene e instalados os trabalhos da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Compõem a Mesa com esta Presidência: a Exma. Presidenta da República, a Sra. Dilma Rousseff *(palmas); o* Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Eduardo Cunha *(palmas); o* Exmo. Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Ricardo Lewandowski *(palmas)*; os Exmos. Membros da Mesa do Congresso Nacional, o 1º Vice-Presidente, Deputado Waldir Maranhão (*palmas)*, e o 1º Secretário, Deputado Beto Mansur. *(Palmas.)*

Solicito a todos que permaneçam em posição de respeito, para cantarmos o Hino Nacional, executado pela Banda dos Fuzileiros Navais.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) - Convido a Exma. Presidenta da República, Sra. Dilma Rousseff, a fazer a leitura da mensagem do Poder Executivo e, em seguida, entregá-la ao Congresso Nacional.

A SRª DILMA ROUSSEFF - Sr. Senador Renan Calheiros, Presidente do Congresso Nacional, Sr. Deputado Eduardo Cunha, Presidente da Câmara dos Deputados, Sr. Ministro Ricardo Lewandowski, Presidente do Supremo Tribunal Federal, Sras. e Srs. Chefes de missão diplomática acreditados junto ao meu Governo, Sras. e Srs. Ministros de Estado, membros da Mesa do Congresso Nacional, Deputado Waldir Maranhão, 1º Vice-Presidente, Deputado Beto Mansur, 1º Secretário, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados Federais, Sras. e Srs. jornalistas, fotógrafos e cinegrafistas, senhoras e senhores, na abertura do ano legislativo de 2016, volto a me dirigir ao Congresso Nacional para cumprir o dever constitucional de prestar contas das atividades do Executivo federal em 2015 e indicar as prioridades para o exercício que se inicia em 2016.

Espero, ao longo deste ano, contar, mais uma vez, com a parceria do Congresso Nacional para fazermos o Brasil alcançar patamares mais altos de justiça, solidariedade e igualdade de oportunidades. O Brasil precisa da contribuição do Congresso Nacional para dar sequência à estabilização fiscal e assegurar a retomada do crescimento. Esses objetivos não são contraditórios, pois o crescimento duradouro da economia depende da expansão do investimento público e do investimento privado, o que, por sua vez, requer equilíbrio fiscal e controle da inflação.

Neste ano legislativo, queremos construir, mais uma vez, com o Congresso Nacional, uma agenda; uma agenda priorizando as medidas que vão permitir a transição do ajuste fiscal para uma reforma fiscal. Queremos construir as bases para a sustentabilidade fiscal no médio e no longo prazo, estabelecendo um cenário de maior confiança na economia brasileira.

Vamos propor reformas que alterem permanentemente a taxa de crescimento de nossas despesas primárias. Queremos discutir com o Congresso Nacional a fixação de um limite global para o crescimento do gasto primário do Governo, para dar mais previsibilidade à política fiscal e melhorar a qualidade das ações de governo. Ao mesmo tempo, como teremos limitado o controle da evolução da receita, necessário se torna também a adoção de uma margem de flutuação do resultado fiscal para acomodar sua volatilidade.

Precisamos combinar metas mais flexíveis de resultados com limites mais estritos para o gasto. Ainda no primeiro semestre, apresentaremos ao Congresso uma proposta para análise.

Queremos adotar um processo continuado de reforma de nossos programas, de nossas políticas, a fim de eliminarmos distorções e excessos, visando preservar todas aquelas que são essenciais.

Começamos esses processos no ano passado, aperfeiçoando regras de programas de transferência de renda, de educação e de crédito direcionado.

Revisamos, com apoio do Congresso Nacional, regras do seguro-desemprego e do abono salarial, tornando estes programas mais sustentáveis. Fizemos o mesmo como FIES, na área de educação, e estamos fazendo agora com o Ciência Sem Fronteira e com o PRONATEC.

Revisamos, ainda, os subsídios financeiros dos programas do BNDES, mantendo as linhas de crédito com um custo menor para o contribuinte.

Os programas prioritários estão mantidos, melhorados e em bases mais sustentáveis. A nossa visão é sempre reformar para preservar os programas sociais e o investimento, adequando-os à conjuntura econômica e às demandas da sociedade sobre o Estado.

Precisamos ter como horizonte o futuro do País e não apenas o período do meu Governo. Como já foi assinalado, devemos lembrar que uma crise é sempre um momento muito doloroso para ser desperdiçado. É um momento em que surgem oportunidades para se construírem soluções criativas e duradouras para os desafios difíceis.

Neste momento, cabe-nos enfrentar o desafio maior para a política fiscal no Brasil e para vários países do mundo, que é a sustentabilidade da Previdência Social em um contexto de envelhecimento da população.

No ano passado, a Previdência Social e os benefícios assistenciais do BPC responderam por 44% do nosso gasto primário. Mantidas as regras atuais de aposentadoria, esse percentual tende a aumentar exponencialmente diante do envelhecimento esperado da população brasileira. Um dado ajuda a explicitar o nosso desafio. Por exemplo, em 2050, teremos uma população em idade ativa similar à atual. Já a população acima de 65 anos será três vezes maior. E, de hoje até lá, esse será um processo que se tornará uma vez maior, duas vezes maior, até chegar a três vezes maior.

Há várias formas de se preservar a sustentabilidade da Previdência Social. Vamos apresentar as nossas propostas e considerar as demais propostas em todos os fóruns de debate. Vamos dialogar com a sociedade para encaminhar ao Congresso Nacional uma proposta exequível e justa para os brasileiros, uma proposta que aprimore as regras de aposentadoria por idade e por tempo de contribuição, para que se ajustem gradualmente à expectativa de vida da população.

Enfatizo: a proposta que será encaminhada ao Congresso Nacional terá como premissa o respeito aos direitos adquiridos e levará em consideração expectativa de direito, envolvendo, portanto, um adequado período de transição. Não queremos e não vamos retirar qualquer direito das brasileiras e dos brasileiros! *(Palmas.)*

Quero ressaltar que a reforma da Previdência não é uma medida em benefício do atual Governo. Seu impacto fiscal será mínimo a curto prazo. A reforma da Previdência é uma questão do Estado brasileiro, pois melhorará a sustentabilidade fiscal do Brasil, a médio e longo prazo, proporcionando maior justiça entre as gerações atual e futura, sobretudo propiciando um horizonte de estabilidade ao País.

Outro componente de nossa reforma fiscal é a melhoria da avaliação e um controle ainda maior do nosso gasto público. Em 2015, adotamos várias medidas de contenção do gasto de custeio e conseguimos reduzir em 8,3% o custo da máquina pública, em termos reais, ou seja, acima da inflação. Se desconsiderarmos o aumento do gasto com a energia elétrica, conseguimos reduzir em 10,2% reais as despesas de custeio do conjunto do Governo Federal em 2015.

Neste ano, daremos continuidade à política de controle dos gastos de custeio e procuraremos aumentar a eficiência do Governo, mediante um conjunto de iniciativas. Dentre as principais ações, cabe destacar a continuidade da reforma administrativa e a avaliação periódica obrigatória de todos os programas e ações do Governo.

Em resumo, a combinação de regras fiscais aprimoradas, um sistema previdenciário sustentável a médio e longo prazo e a avaliação obrigatória de todos os gastos públicos nos permitirão recuperar a estabilidade fiscal de modo duradouro. Como a maioria dessas iniciativas só tem impactos fiscais graduais e impactos de médio e longo prazo, não podemos prescindir de medidas temporárias para manter o equilíbrio fiscal.

As principais medidas temporárias são: a aprovação da CPMF e a prorrogação da Desvinculação de Receitas da União pelo Congresso Nacional. *(Palmas e apupos.)* Vamos propor a participação dos Estados e dos Municípios na arrecadação da CPMF, destinando esses recursos para a Seguridade Social, ou seja, previdência e saúde. Além disso, proporemos a adoção da DRE e da DRM, ou seja, proporemos a Desvinculação de Receitas dos Estados e a Desvinculação de Receitas dos Municípios.

As três esferas de governo precisam de mais flexibilidade para gerir o Orçamento e de novas receitas para dar sustentabilidade à transição do ajuste fiscal à reforma fiscal. Essas duas medidas irão dar o espaço necessário para administrar a política fiscal até que as reformas de médio e longo prazo comecem a produzir seus efeitos. É por isso e unicamente por isso que, para nós, a CPMF é provisória.

Aqueles que são contrários à aprovação da CPMF afirmam que a carga tributária no Brasil tem crescido. O que se verifica, ao contrário, é que a arrecadação federal de impostos e contribuições não previdenciárias, ou seja, excluídas as contribuições previdenciárias, o Fundo de Garantia e as contribuições do Sistema S, têm caído nos últimos anos, passando de 16% do PIB, em 2005, para 13,5% do PIB, em 2015. *(Palmas e apupos.)* A parcela de receitas que cresceu nos últimos anos foi a das contribuições para a Previdência Social, devido à elevação do emprego e, sobretudo, à maior formalização do mercado de trabalho. Assim, a recuperação do emprego também é crucial para o equilíbrio da Previdência Social.

Debateremos com a sociedade e com o Congresso Nacional o quanto for necessário para construção do consenso em torno dessas propostas decisivas para o reequilíbrio fiscal. Sei que muitos têm dúvidas — e até mesmo se opõem a essas medidas, em especial à CPMF — e argumentos a favor de suas posições, mas peço que considerem a excepcionalidade do momento, levem em conta os dados, e não as opiniões, que tornam a CPMF a melhor solução disponível para ampliar no curto prazo a receita fiscal em favor do Brasil. *(Palmas e apupos.)*

Devemos estar cientes de que a estabilidade fiscal de curto prazo, para a qual é imprescindível esse aumento da arrecadação, determinará em grande medida o sucesso das medidas de incentivo à atividade produtiva que adotarmos. A CPMF é a ponte necessária entre a urgência do curto prazo e a estabilidade fiscal do médio prazo.

Sras. e Srs. Parlamentares, queremos avançar junto com o Congresso Nacional na construção de medidas de reforma tributária, dando ênfase à revisão dos tributos indiretos, principal fonte de complexidade administrativa e incerteza jurídica em nosso sistema tributário. Nosso foco será simplificar, desburocratizar impostos e contribuições, preservando a arrecadação, necessária nessa etapa da situação econômica do País.

Faremos a reforma do PIS/COFINS, principal imposto indireto do Governo Federal. Nas próximas semanas vamos enviar um projeto de lei ao Congresso Nacional propondo o chamado crédito financeiro para o PIS.

No caso do ICMS, o nosso objetivo é completar a reforma iniciada em 2015, com a regulamentação da Lei de Repatriação de Capitais e o direcionamento de parte dos recursos para os fundos de transferência criados para auxiliar os Estados.

Com essas medidas, será possível realizar, ainda em 2016, o acordo de convalidação de incentivos fiscais, eliminando uma fonte de incertezas para as empresas e Governos Estaduais e iniciando a transição para uma alíquota interestadual mais baixa a partir de 2017 ou 2018.

No caso das micro e pequenas empresas, nosso objetivo é aperfeiçoar o projeto de reforma do Super-SIMPLES que está em tramitação no Congresso Nacional. Queremos criar uma faixa de saída do Super-SIMPLES para superar o verdadeiro paredão que hoje existe entre os sistemas tributários e que gera nas empresas medo de crescer. Vamos trabalhar para que esse novo sistema entre em vigor já em 2017.

Em paralelo, esperamos ver aprovadas medidas já encaminhadas ao Congresso Nacional que revisam a tributação de juros sobre capital próprio das empresas e dos ganhos de capital das pessoas físicas *(palmas)*, importantes para aumentar a progressividade de nossos tributos diretos.

Há, da parte do meu Governo, disposição para discutir outras propostas para tributação direta, com o aumento da progressividade dos impostos que incidem sobre a renda e o patrimônio, desde que compatíveis com este momento de reequilíbrio fiscal e a retomada do crescimento econômico.

Sras. e Srs. Parlamentares, o reequilíbrio macroeconômico requer a estabilização da renda e do emprego, pois somente com a recuperação do crescimento será possível consolidar o equilíbrio fiscal e monetário de forma duradoura. Trabalharemos incansavelmente para que 2016 seja o ano da retomada do crescimento, apesar das expectativas do mercado. Para isso, vamos atuar em várias frentes para apoiar, induzir e fortalecer o investimento privado e para estimular, ainda mais, as exportações.

O ajuste externo está ocorrendo de forma acelerada, como mostra o superávit da balança comercial, que atingiu 19 bilhões e 680 milhões de dólares, o melhor resultado desde 2011. Isso ocorreu apesar de uma violenta queda de 21,9% nos preços das nossas exportações, no quadro do esgotamento do superciclo das *commodities* e da desaceleração econômica da China. É importante avaliar, no entanto, que o volume exportado cresceu 10,1%, atingindo o maior patamar da história do comércio exterior brasileiro.

Neste ano, buscaremos abrir mais mercados para os nossos produtos, ampliando a presença do Brasil no mundo. Queremos avançar na negociação de novos acordos comerciais, priorizando os grandes mercados asiáticos, os países de toda a América, do Oriente Médio, além do acordo necessário e em vias de acontecer entre o MERCOSUL e a União Europeia.

Nossas ações de promoção comercial serão realizadas de forma integrada, focando em 32 mercados prioritários. Aprimoraremos as linhas de financiamento e garantia às exportações, com especial atenção ao pré-embarque. Aceleraremos a implantação de novos módulos do Portal Único de Comércio Exterior. Em suma,

nossa expectativa para o saldo da balança comercial em 2016 é 35 bilhões de dólares, o que buscaremos incansavelmente.

A retomada dos investimentos é fundamental para a recuperação econômica e, por isso, a aceleração do plano de investimento em logística, ou seja, o plano de concessões em logística será uma das mais importantes tarefas deste ano.

Em 2016, faremos o leilão de 26 terminais em portos públicos, seis dos quais já em março, além da conclusão da análise dos 41 pedidos de autorização dos terminais de uso privado já entregues pelos investidores. Os estudos para 11 trechos de rodovias serão concluídos, e realizaremos o leilão de seis desses trechos.

Estão ainda previstos os leilões de ferrovias: o trecho Anápolis-Estrela D'Oeste-Três Lagoas, da Ferrovia Norte-Sul; o trecho Palmas-Anápolis e o trecho Barcarena-Açailândia, da Ferrovia Norte-Sul; além disso, o trecho Lucas do Rio Verde-Miritituba, da chamada Ferrovia dos Grãos.

Os leilões para concessão dos aeroportos de Porto Alegre, Florianópolis, Salvador e Fortaleza também ocorrerão em 2016, ainda no primeiro semestre.

Lançaremos, ainda neste mês ou no início do próximo, a terceira etapa do Programa Minha Casa, Minha Vida, que já contratou a construção de 4 milhões e 157 mil moradias, das quais 2 milhões e 513 mil já haviam sido entregues até dezembro de 2015. Em média, no ano passado, a cada dia, 1.220 famílias conquistaram sua casa própria graças ao Minha Casa, Minha Vida. *(Palmas.) (Manifestação no plenário.)*

(Soa a campainha.)

A SRª DILMA ROUSSEFF - Em 2016, já estão em construção 1 milhão e 600 mil moradias.

Na terceira etapa do programa, atualizaremos os valores de renda das famílias beneficiárias e os valores dos imóveis que podem ser financiados. Criaremos a chamada faixa 1,5, a pedido dos empresários e dos trabalhadores, o que viabilizará a contratação de financiamento para famílias com renda de até 2.350 reais. Estabeleceremos parâmetros ainda maiores de qualidade, como já fizemos nas etapas anteriores do programa.

No caso do PAC, a prioridade em 2016 será normalizar o cronograma de desembolsos e reduzir o volume de restos a pagar, sobretudo nas áreas de transporte, mobilidade urbana e recursos hídricos. Queremos garantir que obras prioritárias mantenham o ritmo de execução adequado, para que sejam concluídas o mais rápido possível, como é o caso do Projeto de Integração do Rio São Francisco, que será entregue em 2016. *(Palmas.) (Manifestação no plenário.)*

Na área de energia realizamos, com sucesso, o leilão das outorgas das usinas hidrelétricas existentes e não prorrogadas, que gerará uma receita de 17 bilhões de reais este ano.

Em 2016, vamos iniciar o processo de desestatização das distribuidoras da ELETROBRAS, aquela que nos foi passada na época do Presidente Fernando Henrique Cardoso, a título de federalização. Avançaremos na implementação do Programa de Investimento em Energia Elétrica, que prevê empreendimentos da ordem de 186 bilhões de reais, dos quais 81 bilhões de reais até 2018.

Ressalto que, neste ano de 2016, com a normalização da oferta de água nos reservatórios, em especial nos reservatórios do Sudeste, do Centro-Oeste e do Sul, as bandeiras tarifárias poderão ser gradativamente alteradas, reduzindo-se as tarifas de energia. *(Palmas.)*

É importante lembrar que, no dia 31 de janeiro de 2015, os reservatórios do Sudeste e do Centro-Oeste, que são a caixa d'água do País, estavam com os níveis mais baixos dos últimos anos e de quase toda a série histórica: 17%. Nesse mesmo dia, este ano, os mesmos reservatórios se encontram com armazenamento de 44,4%.

Na safra de 2015/2016, mais uma vez, aprovamos volumes de recursos recordes para o financiamento do agronegócio e da agricultura familiar, ambos 20% superiores aos da safra anterior. Foram destinados 187,7 bilhões para o agronegócio e 28,9 bilhões para a agricultura familiar. Estamos também, este ano, retomando o financiamento do pré-custeio, aportando 10 bilhões para esse fim.

Os bancos públicos e o FGTS serão instrumentos importantes de apoio à recuperação do crédito em bases sustentáveis. Com mais liquidez, estão em condições de aportar créditos para setores e linhas específicas sem equalização da taxa de juros. A prioridade será garantir a efetividade de linhas de financiamento ao capital de giro e ao investimento em habitação e infraestrutura já anunciados no final de janeiro.

Vamos também encaminhar ao Congresso Nacional proposta de alteração da legislação do fundo de garantia para que os trabalhadores possam utilizar a multa rescisória e até 10% do saldo de sua conta como garantia em operações de crédito consignado. *(Palmas.)*

Quero destacar ainda as medidas tomadas em 2015 e que expressam nosso compromisso com a proteção ao emprego e à renda dos brasileiros. A lei que mantém a política de valorização do salário mínimo pelo período de 2016 a 2019 foi aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada por mim. Com isso, em janeiro de 2016, o salário mínimo foi ajustado para 880 reais — um ajuste de 11,37%. *(Palmas.)*

Aprovamos também a regra 85/95 móvel para a previdência, demanda dos trabalhadores e também com grande participação dos Parlamentares. A partir da proposta das centrais sindicais, criamos o chamado PPE — Programa de Proteção ao Emprego. Até dezembro de 2015, cerca de 41 mil empregos haviam sido preservados, graças à adesão de empresas e trabalhadores ao programa, cuja vigência se estenderá até o final deste ano. *(Palmas.)*

O Programa Bolsa Família teve continuidade em 2015 sem qualquer restrição. Os benefícios foram pagos mensalmente para 13,9 milhões de famílias, mobilizando um orçamento de 27 bilhões de reais, menos de meio por cento do PIB. O mesmo ocorrerá em 2016.

O Programa Mais Médicos cresceu em 2015. Foram incorporados 3.778 médicos ao programa, que chega agora a 18.240 médicos em 4.058 Municípios e 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas, garantindo atendimento a 63 milhões de brasileiros. Estamos mantendo as 18.240 vagas do Mais Médicos neste ano de 2016.

Na educação profissional, a continuidade do PRONATEC garantiu 1 milhão e 140 mil matrículas no ano passado. Em 2016, vamos revisar o programa, para qualificar ainda mais a sua implementação.

A democratização do acesso ao ensino superior teve sequência em 2015, quando 906 mil brasileiros e brasileiras iniciaram seus cursos superiores, graças às novas vagas abertas em universidades públicas e também em universidades privadas, graças ao PROUNI e ao FIES. Todos foram selecionados a partir das notas obtidas no ENEM, cuja edição de 2015 foi realizada por 5 milhões e 700 mil candidatos.

Em 2016, a nossa expectativa é repetir o resultado do ano passado e abrir mais cerca de 900 mil novas vagas em universidades.

No ano legislativo que se inicia, nossa agenda com o Congresso Nacional terá, além das propostas para a reforma fiscal de médio e longo prazo, também medidas para melhorar o ambiente de investimentos. Pretendemos ver retomado o debate sobre o Marco Regulatório da Mineração, já submetido ao Congresso Nacional. Encaminharemos ainda um novo Marco Regulatório das Telecomunicações, ajustando esse setor ao novo cenário da convergência tecnológica.

Na área de petróleo e gás, estamos prorrogando o REPETRO e também as concessões da Rodada Zero. Entendemos ser urgente a análise pelo Congresso Nacional da legislação sobre acordos de leniência, seja na forma proposta pelo Governo Federal por meio da Medida Provisória nº 703, seja por meio da proposta de legislação elaborada pelo Senado Federal. Devemos punir com rigor todos aqueles que se envolverem em atos de corrupção, mas precisamos dispor de instrumentos para preservar as empresas e os empregos por elas gerados. *(Palmas.)*

Há dois outros temas que considero fundamental compartilhar com as Sras. e os Srs. Parlamentares, pois irão nos exigir muita atenção e trabalho no ano que se inicia.

No final de 2015, foi identificado um aumento sem precedentes no número de crianças nascidas com microcefalia no Brasil. Em tempo relativamente curto, este grave problema foi associado, pelos pesquisadores ligados ao Ministério da Saúde e por outros pesquisadores, ao vírus zika, cuja presença no País havia sido identificada também no final de 2015 e que se espalhava rapidamente pelos Estados, começando pelos Estados da costa nordestina. Decretamos emergência em saúde pública e passamos a nos mobilizar, junto com os Governos Estaduais e Municipais, para identificar as ações necessárias para enfrentar essa grave questão de saúde pública.

Já passados cerca de 4 meses desde a primeira notificação no Brasil, agora, a Organização Mundial da Saúde declarou emergência de saúde pública internacional.

Ao contaminar mulheres grávidas no início da gestação, o vírus zika pode comprometer o desenvolvimento do cérebro do feto, causando a microcefalia. Como, até o momento, não existe vacina contra o vírus, o melhor remédio disponível é o enfrentamento do mosquito transmissor, o *Aedes aegypti*, impedindo sua proliferação, porque, se o mosquito não nascer, o vírus não tem como viver.

Estamos agindo em todo o Brasil. Mobilizamos profissionais das Forças Armadas, equipamentos e larvicidas para apoiar os Estados e os Municípios. Iniciamos uma campanha nacional de mobilização. Agora, faremos a primeira grande operação a partir do Governo Federal, que ocorrerá em 13 de fevereiro, com a participação de 220 mil homens e mulheres de nossas Forças Armadas e de várias outras áreas do Governo. Com o reinício do ano letivo, envolveremos, a partir de 19 de fevereiro, estudantes de todo o Brasil nesta verdadeira guerra em favor da saúde e da vida.

Todos os prédios do Governo Federal estão passando por um processo de limpeza, para eliminar os criadouros existentes. Quando for o caso de existência de águas paradas, haverá a colocação de larvicidas. Ao mesmo tempo, iniciamos a capacitação de servidores federais para atuar no combate ao mosquito e na mobilização da sociedade.

Estamos também preparando a rede de saúde para garantir atendimento rápido e eficiente às crianças afetadas pela microcefalia e às suas famílias. A rede, que já estávamos implantando para atendimento às pes-

soas com deficiência no SUS será ajustada para lidar com a epidemia. Se necessário, ampliaremos os serviços e a oferta de equipamentos.

Todo o meu Governo está engajado no enfrentamento dessa emergência. Não faltarão recursos — tenho certeza de que contarei, neste caso, com a sensibilidade do Congresso — para que possamos reverter a epidemia do zika vírus e lidar, da forma mais eficiente e adequada possível, com seus efeitos sobre a nossa população. *(Palmas.)* Esta será, sem dúvida, uma de nossas prioridades neste ano, para a qual conto com o Congresso Nacional. *(Manifestação de Deputada.)*

Queria informar às senhoras e aos senhores que conversamos com o Presidente Obama e estabelecemos uma parceria com o Governo americano, no sentido de melhorarmos a nossa capacitação para a criação, o quanto antes, de uma vacina contra o zika vírus. É bom informar aos senhores que o Instituto Butantan, em parceria com o National Institutes of Health, um instituto nacional de saúde americano, está conseguindo desenvolver uma vacina contra os quatro sorotipos da dengue. Esse desenvolvimento está na Fase 3, a fase mais avançada. O desenvolvimento dessa vacina, que tem características bastante melhores do que as demais disponíveis, pode também nos facilitar nesse imenso combate ao zika vírus e, assim, à microcefalia. *(Palmas.)*

Sras. e Srs. Parlamentares, em 2016, o Brasil estará, mais uma vez, no centro das atenções do mundo ao sediar um grande evento esportivo: desta vez, os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016. Os próximos 5 meses exigirão do Governo Federal e dos Governos Estaduais e Municipais muito trabalho e dedicação, para que todos os cronogramas sejam cumpridos.

No final de abril, o espírito olímpico se espalhará pelo Brasil, com a chegada da Tocha Olímpica, cujo revezamento percorrerá todo o País, a partir de Brasília, em 3 de maio, passando por cerca de 330 cidades.

Em 5 de agosto, quando a Tocha Olímpica adentrar o Maracanã, o Brasil mostrará ao mundo nossa força, nossa capacidade e nossa alegria. Seremos um anfitrião perfeito para os nossos visitantes, bem como para os mais de 4 bilhões de espectadores dos jogos no mundo inteiro.

Como torcedores e anfitriões, faremos dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 momentos de união e de congraçamento e a mais bem-sucedida edição desses eventos de toda a história. Somos, neste caso, todos Brasil!

Queria, antes de concluir minha fala, dizer para a Deputada que eu conto com a colaboração dela, porque a questão da microcefalia deve preocupar todos nós. Temos que impedir que haja o contágio de mais mulheres grávidas e crianças pelo vírus zika, exterminando o vírus. Temos também que desenvolver toda uma política de acolhimento. *(Palmas.)*

Por isso, Deputada, eu falei da rede de assistência às pessoas com deficiência. Sei que a Deputada é uma pessoa dedicada a essa área. Portanto, conto com a sua colaboração. Você pode nos dar muitas boas ideias. *(Palmas.)*

Dedicarei, ao longo deste ano legislativo, todos os meus esforços, como Presidenta, para que o espírito de solidariedade com a Nação norteie o diálogo entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo.

Conto com o Congresso Nacional para podermos, em parceria, estabelecer novas bases para o desenvolvimento do País, sem retroceder nas conquistas sociais obtidas nos últimos anos.

Agradeço a todos vocês.

Muito obrigada. *(Palmas e apupos.)*

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) - Convido o Exmo. Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Ricardo Lewandowski, a entregar a Mensagem do Poder Judiciário ao Congresso Nacional.

(Procede-se à entrega da Mensagem do Poder Judiciário. Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) - Tenho a honra de conceder a palavra ao Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Eduardo Cunha.

O SR. EDUARDO CUNHA (Bloco/PMDB-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) - Exmo. Sr. Presidente do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros; Exma. Sra. Presidente da República Federativa do Brasil, Sra. Dilma Rousseff; Exmo. Sr. Ministro Ricardo Lewandowski, Presidente do Supremo Tribunal Federal; Exmo. Deputado Federal Waldir Maranhão, 1º Vice-Presidente do Congresso Nacional; Exmo. Sr. Senador Romero Jucá, 2º Vice-Presidente do Congresso Nacional; Exmo. Sr. Deputado Federal Beto Mansur, 1º Secretário do Congresso Nacional; Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, demais autoridades presentes, Ministros de Estado, representantes do corpo diplomático, representantes de todos os Poderes, senhoras e senhores, hoje iniciamos a 2ª Sessão Legislativa da 55ª Legislatura, período em que os desafios presentes tornam ainda mais relevantes as nossas responsabilidades.

O primeiro ano desta Legislatura teve início com o desafio e o compromisso de uma Câmara independente, onde todas as matérias seriam apreciadas, incluindo todas as propostas oriundas do Poder Executivo.

No ano de 2015, fizemos 401 sessões, apreciamos 1.114 matérias, dentre elas 28 medidas provisórias, 10 projetos de lei complementar, 70 projetos de lei, 41 projetos de decreto legislativo, 11 propostas de emenda constitucional e 13 projetos de resolução.

Batemos o recorde histórico de votações e, além de todas as propostas do chamado "ajuste fiscal", enviadas pelo Poder Executivo, incluindo a reoneração da folha de pagamento, a Lei de Repatriação, votamos temas de relevância política, econômica e social, atendendo demandas da sociedade e dos Parlamentares, tais como a redução da maioridade penal, a regulamentação dos direitos dos empregados domésticos, a terceirização, a proposta de emenda à Constituição que alterou a idade de aposentadoria para 75 anos, a chamada "PEC da Bengala", o comércio eletrônico, as mudanças do SIMPLES, a correção do FGTS dos trabalhadores, o Código de Ciência e Tecnologia, o pacto federativo, a lei do direito de resposta, vários projetos de segurança pública, como aumento de pena para crimes contra policiais.

Apreciamos a Reforma Política e a Minirreforma Eleitoral, temas de difícil consenso.

Aprovamos a Lei da Biodiversidade, o Estatuto da Primeira Infância, o Estatuto dos Portadores de Deficiência, o combate ao infanticídio indígena, a obrigatoriedade da presença de mulheres na Mesa Diretora, a PEC dos Precatórios, dentre muitas outras matérias.

Esta Casa Legislativa cumpriu o seu papel de não apenas legislar as propostas do Poder Executivo, mas tratar com a mesma relevância os temas importantes para a sociedade.

As Comissões Temáticas tiveram, no ano de 2015, desempenho recorde, acompanhando o ritmo do Plenário desta Casa.

Ao aprovarmos o orçamento impositivo das emendas parlamentares, houve uma maior independência das ações e votos de Parlamentares.

O ano de 2015 foi difícil para o País. Os embates políticos nesta Casa seguiram as divisões políticas existentes no Brasil. As dificuldades econômicas, a recessão, a inflação, a queda da arrecadação de todos os entes federados permitiu um acirramento dos debates e a visão conflitante das soluções que devem ser buscadas. Iniciamos essa sessão legislativa com uma crise econômica em alta, recessão se aprofundando e problemas graves de saúde pública decorrentes de uma epidemia grave, que pode ter consequências por, no mínimo, uma geração. É imprescindível que haja um esforço de todos nós para superarmos esses graves obstáculos e suas consequências.

O ano de 2016 será um ano difícil. Portanto, é necessário que o esforço de toda a sociedade seja maior do que no ano de 2015. Propostas de combate da crise econômica e da saúde pública devem ser apreciadas por esta Casa.

A Câmara dos Deputados, assim como o Senado Federal, deve ter suas propostas para contribuir com a melhoria do ambiente econômico e político, conforme o entendimento predominante do Congresso, embora possa não ser coincidente com o almejado pelo Poder Executivo. Isso faz parte da democracia.

A Câmara dos Deputados não se furtará, assim como fez em 2015, a examinar qualquer proposta, originária do Poder Executivo, para ajudar o País a recuperar a sua economia, embora não exista consenso, nem nesta Casa, nem na sociedade, em que o aumento da carga tributária seja a solução para o combate da crise.

Caso as citadas propostas sejam colocadas em discussão, serão apreciadas e o debate democrático será feito. Estaremos sempre à disposição para construirmos soluções que minimizem os efeitos danosos dessa grave crise à população brasileira.

A Câmara dos Deputados jamais deixará de repercutir em seus debates e votações a vontade da sociedade brasileira.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) - Exma. Sra. Presidente da República Federativa do Brasil, Dilma Rousseff; Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha; Exmo. Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Ricardo Lewandowski; 1º Vice-Presidente do Congresso Nacional, Deputado Federal Waldir Maranhão; 2º Vice-Presidente do Congresso Nacional, Senador Romero Jucá; 1º Secretário do Congresso Nacional, Deputado Beto Mansur, meus cumprimentos.

Eu aproveito a oportunidade para, com muita satisfação, registrar as honrosas presenças das Exmas. e Exmos. Ministros de Estado: Ministro de Estado Chefe da Casa Civil, Jaques Wagner; Ministro de Estado da Justiça, José Eduardo Cardozo; Ministro de Estado das Relações Exteriores, Sr. Embaixador Mauro Vieira; Ministro de Estado dos Transportes, Antonio Carlos Rodrigues; Ministro de Estado da Educação, Aloizio Mercadante; Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, Miguel Rossetto; Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello; Ministro de Estado da Saúde, Marcelo Castro; Ministro de Estado

do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Senador Armando Monteiro Neto; Ministro de Estado de Minas e Energia, Senador Eduardo Braga; Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Valdir Simão; Ministro de Estado das Comunicações, André Figueiredo; Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação, Celso Pansera; Ministra de Estado do Meio Ambiente, Izabella Teixeira; Ministro de Estado do Turismo, Deputado Henrique Eduardo Alves; Ministro de Estado da Integração Nacional, Gilberto Magalhães Occhi; Ministro de Estado das Cidades, Gilberto Kassab; Ministra de Estado das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos, Nilma Lino Gomes; Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República, Ricardo Berzoini; Advogado-Geral da União, Luís Inácio Lucena Adams; Ministro de Estado Chefe Interino da Controladoria-Geral da União, Carlos Higino Alencar; Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Portos da Presidência da República, Helder Barbalho; Ministro de Estado Chefe Interino da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, Guilherme Ramalho; Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Aroldo Cedraz; Ministro do Supremo Tribunal Federal Luiz Fux; Srs. Ministros do Tribunal de Contas da União Bruno Dantas, Raimundo Carreiro e Vital do Rego; representando o Governo do Ceará, Sra. Luciana da Mata Vasconcellos; representando o Governador do Estado de Santa Catarina, Sr. Acélio Casagrande; Comandante do Exército Brasileiro, Sr. General de Exército Eduardo Dias da Costa Villas Bôas; Comandante da Aeronáutica, Sr. Tenente-Brigadeiro do Ar Nivaldo Luiz Rossato; Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, Sr. Almirante de Esquadra Ademir Sobrinho; representando o Comandante da Marinha do Brasil, Sr. Almirante de Esquadra Eduardo Bacellar Leal Ferreira; o Comandante de Operações Navais, Sr. Almirante de Esquadra Sergio Roberto Fernandes dos Santos; Sras. e Srs. Embaixadores e membros do Corpo Diplomático; Ministro de Estado da Fazenda, Sr. Nelson Henrique Barbosa Filho.

Se 2015 foi o ano que não começou nem terminou, conclamo o Parlamento Brasileiro a redobrar seus esforços para que tenhamos em 2016 um ano com início, meio e fim, no que tange ao Congresso Nacional e mais ainda aos temas que afetam a qualidade de vida dos brasileiros.

Cabe a cada um de nós atores políticos decidir como interagir com uma crise sem precedentes. Não somos nem nos comportaremos segundo a síndrome de Titanic, em busca de um *iceberg* a decretar um destino trágico. *(Palmas.)*

Temos compromissos com a Nação e, para tanto, devemos, com o agravamento da crise, buscar uma conjunção de esforços rumo ao ponto futuro e minimizar o debate sobre as responsabilidades da crise.

No âmbito do Sendo Federal, gostaria de reiterar, neste derradeiro ano da Mesa Diretora, os compromissos com a austeridade, a independência, a isenção e a transparência.

Em 2015, foram apreciadas, na Câmara dos Deputados, 768 proposições legislativas, e, no Senado Federal, 680, tendo sido aprovadas 573 destas. A maioria de iniciativa de Parlamentares.

Vamos manter este trabalho legislativo também durante o ano que se inicia, mantendo a independência do Poder Legislativo.

Na busca pelo novo pacto federativo, esperamos a convalidação dos incentivos fiscais na Câmara dos Deputados, já votada no Senado Federal, bem como várias outras pautas da agenda federativa. Vamos deliberar, com a máxima urgência, sobre uma agenda emergencial para Estados e Municípios.

Nesse aspecto, é oportuno ressaltar que ontem recebemos 25 Governadores e amanhã estaremos recebendo os Prefeitos de todo o Brasil.

As demandas dos Estados e Municípios são justas, e ainda hoje faremos uma reunião de líderes e Governadores para ajudar na formatação dessa agenda consensual.

Igualmente, é imperioso, Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Eduardo Cunha, regulamentarmos o trabalho de 13 milhões de brasileiros terceirizados. Precisamos dar segurança às empresas e aos trabalhadores, regulamentar os milhões de empregos existentes sem precarizar as relações de trabalho. Essa matéria já foi votada aqui na Câmara dos Deputados e, neste ano, em 2016, será apreciada no Senado Federal.

Em um ano marcado pelas eleições municipais, vamos promulgar, após o carnaval, dia 18, a janela da migração partidária por tempo limitado. Por meio dela, podemos minimizar a deterioração da política brasileira, cuja fragmentação e facilidade para criar legendas dificultam a formação de maiorias e é fonte recorrente de crises.

Iremos ainda pautar todas as propostas inovadoras em tramitação no Senado Federal. Entre elas permitam-me rapidamente destacar a Instituição Fiscal Independente, a Lei de Responsabilidade das Estatais e o fim da obrigatoriedade de a PETROBRAS participar com pelo menos 30% no pré-sal.

Os temas são controversos, opõem posições, mas o Parlamento não pode recusar, não pode fugir do debate. Aprovando ou rejeitando, vamos votar. É necessária uma deliberação do Parlamento.

Aprimoramentos institucionais não são contra ninguém. Todas as legislações envelhecem e precisam ser permanentemente atualizadas.

A independência formal do Banco Central é outro debate que não deve mais ser postergado. Mais do que um Banco Central, precisamos de um Banco centrado, focado na política monetária e infenso às interferências, sejam elas quais forem.

O Presidente e os Diretores do Banco Central do Brasil, quando de sua fundação, tinham mandatos. A extinção do mandato para Presidente e Diretores do Banco Central foi o primeiro ato da ditadura militar. Entre os países que adotam o modelo de meta inflacionária, o Brasil é o único que não possui Banco Central formalmente independente.

Igualmente irrecusável é o debate e votação facultando à PETROBRAS participar ou não com 30% em todos os poços do pré-sal. Evocações como a desnacionalização ou o entreguismo estão completamente ultrapassadas.

Diminuindo a percepção da intervenção estatal, podemos atrair novos e mais investidores para o setor. Também liberamos a empresa para que possa ser mais seletiva nos seus investimentos.

O sistema presidencialista impõe, como todos sabem, o protagonismo do Presidente da República. A economia do País cobra reformas estruturantes e um conjunto de ações políticas e econômicas hoje aqui defendidas pela Presidência da República, pacto ou não, que nos coloque no rumo do crescimento.

Nesse sentido, devemos agradecer a honrosa presença da Presidente da República a esta solenidade. Sem dúvida, Sra. Presidenta da República, é uma demonstração de quem busca o diálogo e procura soluções. *(Palmas.)*

Mesmo o sistema sendo presidencialista, o Parlamento, como todos se recordam, ofereceu uma agenda que convencionamos chamá-la de Agenda Brasil. Essa agenda, é bom reiterar, é aberta e coletiva. Outros setores também ofereceram agendas análogas. É uma manifestação, sem dúvida, de quem quer colaborar. A crítica nada mais é do que a vontade de participar, de construir.

O objetivo da Agenda Brasil é melhorar o ambiente de negócios, conduzir previsibilidade jurídica, recuperar os níveis de produtividade e a confiança dos agentes econômicos e retornar os níveis de investimento no Brasil.

Essa agenda foi calçada em três eixos: a melhoria do ambiente de negócios e infraestrutura, o equilíbrio fiscal e a proteção social. Dentre as 19 propostas já votadas pelo Senado Federal muitas já viraram lei e outras foram encaminhadas à Câmara dos Deputados.

A chamada Agenda Brasil, felizmente, está evoluindo. O resultado econômico de 2015 não pode se repetir. Este é o momento em que a Nação espera que as instituições se pautem pela responsabilidade, equilíbrio, bom senso e principalmente legalidade.

Não podemos imolar o Brasil, sacrificar os postos de trabalho e condenar a sociedade brasileira à desesperança. Não somos e não seremos habitantes da "fracassolândia". Os novos tempos pedem, exigem que esqueçamos projetos pessoais e nos unamos em torno de um Brasil melhor, aquele que todos os brasileiros merecem. *(Palmas.)*

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) - Antes de encerrar a sessão, agradeço às autoridades e a todos que nos honraram com o seu comparecimento.

Está encerrada a sessão. *(Palmas.)*

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 58 minutos.)

Publicação de Matérias e Documentos

EXPEDIENTE

Mensagem do Poder Executivo

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MENSAGEM AO CONGRESSO NACIONAL
2016

Copyright © 2016 – Presidência da República do Brasil

Permitida a reprodução sem fins lucrativos, parcial ou total, por qualquer meio, se citada a fonte e/ou sítio da Internet no qual pode ser encontrado o original (www.planalto.gov.br).

Crédito das Fotos: Acervo Secom/Divulgação; Flickr do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, foto de Arthur Moura; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, foto cedida por Cáritas Diocesana de Crateús.

Publicação em formato digital.

Produzido no Brasil.

Dados Internacionais de Catalogação (CIP)

Brasil. Presidente (2011- : Dilma Rousseff)

Mensagem ao Congresso Nacional, 2016 (recurso eletrônico) : 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura. – Brasília : Presidência da República, 2016.

Modo de acesso : World Wide Web : <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/mensagem-ao-congresso>

1. Mensagem Presidencial – Brasil, 2016. 2. Desenvolvimento econômico – Brasil. 3. Infraestrutura – Brasil. 4. Igualdade de direitos – Brasil. 5. Superação da pobreza – Brasil. 6. Soberania nacional – Brasil. 7. Cidadania – Brasil. 8. Transparência na administração pública – Brasil. 9. Ética – Brasil. I. Rousseff, Dilma Vana, 1947- . II. Título. III. Série.

CDD 352.2380981

República Federativa do Brasil

Presidenta da República
Dilma Rousseff

Vice-Presidente da República
Michel Temer

Casa Civil
Jaques Wagner

Ministério da Justiça
José Eduardo Cardozo

Ministério da Defesa
Aldo Rebelo

Ministério das Relações Exteriores
Mauro Vieira

Ministério da Fazenda
Nelson Barbosa

Ministério dos Transportes
Antonio Carlos Rodrigues

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Kátia Abreu

Ministério da Educação
Aloizio Mercadante

Ministério da Cultura
Juca Ferreira

Ministério do Trabalho e Previdência Social
Miguel Rossetto

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Tereza Campello

Ministério da Saúde
Marcelo Castro

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Armando Monteiro

Ministério de Minas e Energia
Eduardo Braga

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Valdir Simão

Ministério das Comunicações
André Figueiredo

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
Celso Pansera

Ministério do Meio Ambiente
Izabella Teixeira

Ministério do Esporte
George Hilton

Ministério do Turismo
Henrique Eduardo Alves

Ministério da Integração Nacional
Gilberto Occhi

Ministério do Desenvolvimento Agrário
Patrus Ananias

Ministério das Cidades
Gilberto Kassab

Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos
Nilma Lino Gomes

Secretaria de Governo da Presidência da República
Ricardo Berzoini

Advocacia Geral da União
Luís Inácio Lucena Adams

Controladoria Geral da União
Carlos Higino (Interino)

Banco do Central do Brasil
Alexandre Antonio Tombini

Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República
Edinho Silva

Secretaria de Portos da Presidência da República
Helder Barbalho

Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República
Guilherme Ramalho (Interino)

SUMÁRIO

I – REEQUILÍBRIO MACROECONÔMICO E OS ALICERCES DE UM NOVO CICLO DE CRESCIMENTO SUSTENTADO 3

II – DESENVOLVIMENTO INCLUSIVO E SUPERAÇÃO DA POBREZA 15

1. Desenvolvimento Produtivo e Competitividade 15
   a) Comércio Exterior 15
      a.1) Estatísticas de Comércio Exterior 15
      a.2) Plano Nacional de Exportações 15
      a.3) Defesa Comercial 19
   b) Comércio e Serviços 20
      b.1) Micro e Pequenas Empresas 21
   c) Política Industrial 23
      c.1) Desenvolvimento Produtivo 24
      c.2) Investimentos 25
      c.3) Inovação e Tecnologia 26
         c.3.1) Promoção da Justa Concorrência e Proteção ao Cidadão 28
         c.3.2) Infraestrutura Técnica para Metrologia e Qualidade 28
         c.3.3) Apoio a Programas Governamentais e à Competitividade Sistêmica 29
      c.4) Desenvolvimento Regional da Amazônia 30

2. Agronegócio 31
   a) Crédito Rural e Apoio à Comercialização 31
      a.1) Crédito Rural 31
      a.2) Apoio à Comercialização 33
      a.3) Abastecimento 33
         a.3.1) Políticas de Apoio ao Abastecimento Destinada ao Atendimento do Consumidor 33
         a.3.2) Posição Atual de Estoques Públicos 34
      a.4) Plano Nacional de Armazenagem 34
      a.5) Apoio à Cafeicultura 34
   b) Gerenciamento de Riscos Climáticos 35
      b.1) Zoneamento Agrícola de Risco Climático 35
      b.2) Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural 36
   c) Infraestrutura e Logística 37
   d) Defesa Agropecuária 37
      d.1) Ações de Saúde Animal 38
      d.2) Ações de Sanidade Vegetal 39
      d.3) Qualidade dos Produtos e Insumos Agropecuários 40
      d.4) Sistema Laboratorial 42
      d.5) Vigilância Agropecuária 43
   e) Fomento e Organização da Produção 43
      e.1) Plano Agricultura de Baixa Emissão de Carbono 44
      e.2) Sistemas de Produção Agropecuária e Indicação Geográfica 44
      e.3) Recursos Genéticos, Melhoramento e Propriedade Intelectual 45
      e.4) Agroecologia e Produção Orgânica 45
      e.5) Cooperativismo e Associativismo 46
      e.6) Pronatec Agro 46
      e.7) Inovação Tecnológica e Agricultura de Precisão 47
      e.8) Assistência Técnica e Extensão Rural 47
      e.9) Programa Mais Leite Saudável 47
      e.10) Plano de Desenvolvimento Agropecuário – Desenvolve Matopiba 48
      e.11) Desenvolvimento das Regiões Produtoras de Cacau 48
      e.12) Programa de Ascensão de Produtores Rurais da Classe D 49
   f) Negociações Internacionais e Promoção Comercial do Agronegócio 50
      f.1) Negociações Internacionais Bilaterais e Multilaterais 50
      f.2) Promoção Comercial do Agronegócio 51
      f.3) Desempenho Exportador do Agronegócio 51
   g) Pesquisa Agropecuária 52
      g.1) Inovações Tecnológicas para as Regiões Produtoras de Cacau 53

3. Turismo 54
a) Planejamento e Gestão da Política Nacional do Turismo 54
b) Normatização e Ordenamento Turístico 54
c) Estruturação de Destinos 56
d) Promoção do Turismo no Mercado Nacional 57
e) Investimentos e Financiamentos para o Turismo 58
f) Infraestrutura Turística 59
g) Qualificação e Certificação em Turismo 60
h) Produção Associada e Desenvolvimento Turístico Local 61
i) Relações Internacionais do Turismo 61
j) Promoção Internacional do Turismo 62

4. Trabalho e Emprego 62
a) Evolução do Mercado de Trabalho Formal 63
b) Programa de Proteção ao Emprego 64
c) Valorização do Salário Mínimo 64
d) Estímulo ao Investimento e à Geração de Emprego e Renda 64
e) Políticas de Emprego, Trabalho e Renda que Promovem a Inclusão Social 66
f) Garantia dos Direitos dos Trabalhadores 67
g) Fomento à Democratização das Relações de Trabalho 68
h) Estímulo à Economia Solidária 70
i) Atuação Internacional 70

5. Inclusão Bancária e Microcrédito 71
a) Crédito 71
b) Acesso a Serviços Bancários 71
c) Microcrédito e Microfinanças 72

6. Aquicultura e Pesca 72
a) Incentivo à Aquicultura e à Pesca 72
a.1) Crédito 73
b) Gestão do Uso dos Recursos Pesqueiros 74
c) Registro, Monitoramento, Controle e Fiscalização da Atividade Pesqueira 75
d) Infraestrutura Pesqueira e Aquícola 75
e) Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aquícola 76
f) Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação (PD&I) 76
g) Controle Sanitário da Atividade Pesqueira 77
h) Estímulo ao Consumo e à Comercialização de Pescado 77
i) Aumento Sustentável da Produção Aquícola e Pesqueira 78

7. Agricultura Familiar e Reforma Agrária 79
a) Políticas para o Fortalecimento da Agricultura Familiar Brasileira 79
a.1) Plano Safra da Agricultura Familiar 2015/2016 79
a.2) Novo Seguro da Agricultura Familiar e Garantia Safra 80
a.3) Assistência Técnica e Extensão Rural 80
a.4) Compras Governamentais e Acesso a Mercados 81
a.5) Agroecologia e Produção de Alimentos Saudáveis 81
a.6) Cooperativismo e Agroindústria 82
a.7) Política Internacional para a Agricultura Familiar 82
b) Reforma Agrária e Gestão Fundiária 83
b.1) Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária 83
b.2) Programa Assentamentos Verdes 84
b.3) Organização Econômica 84
b.4) Infraestrutura nos Assentamentos 85
b.5) Crédito Instalação 85
b.6) Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária 85
b.7) Obtenção de Terras e Novos Projetos de Assentamento 86
b.8) Gestão da Malha Fundiária Nacional 86
b.9) Cadastro Ambiental Rural 87
b.10) Sala da Cidadania 87
b.11) Mediação de Conflitos Agrários 87
b.12) Acesso à Terra pelo Crédito Fundiário 88

b.13) Regularização Fundiária na Amazônia Legal 88
b.14) Apoio aos Estados para Regularização de Terras Estaduais 88
c) Desenvolvimento nos Territórios Rurais 89
c.1) Política de Desenvolvimento Territorial 89
c.2) Programa Territórios da Cidadania e Apoio à Inclusão Produtiva nos Territórios 89
c.3) Projeto Dom Helder Câmara e Convivência com o Semiárido 90
d) Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável 90

8. Desenvolvimento Regional 90
a) Política Nacional de Desenvolvimento Regional 90
a.1) Aplicação dos Recursos dos Fundos Constitucionais 92
a.2) Aplicação dos Recursos dos Fundos de Desenvolvimento Regional 92
a.3) Aplicação dos Recursos dos Fundos Fiscais de Investimento 93
a.4) Incentivos e Benefícios Fiscais 93
b) Segurança Hídrica e Obras Estruturantes para Abastecimento de Água. 93
b.1) Programa de Desenvolvimento do Setor Água 97
c) Gestão de Riscos e Respostas a Desastres 98

9. Meio Ambiente para o Desenvolvimento Sustentável 101
a) Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas 102
a.1) Bioma Amazônia 102
a.2) Bioma Cerrado 103
a.3) Focos de Calor 104
b) Fundo Amazônia 107
c) Política e Plano Nacionais sobre Mudança do Clima 107
c.1) Fundo Nacional sobre Mudança do Clima 108
c.2) Estratégia Nacional para Redução de Emissões Provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal 108
c.3) Adaptação à Mudança do Clima 109
d) Florestas 109
e) Recursos Hídricos 110
e.1) Programa de Dessalinização da Água no Semiárido 110
e.2) Planos de Recursos Hídricos 110
e.3) Revitalização de Bacias Hidrográficas 111
e.4) Atuação em Crises Decorrentes das Secas 112
e.5) Governança da Água 114
e.6) Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos 114
f) Licenciamento e Qualidade Ambiental 115
f.1) Licenciamento Ambiental 115
f.2) Qualidade Ambiental 116
g) Proteção da Camada de Ozônio 117
h) Resíduos Sólidos 118
h.1) Política Nacional de Resíduos Sólidos 118
h.2) Planos de Resíduos Sólidos 118
i) Biodiversidade 118
i.1) Espécies Ameaçadas 118
i.2) Unidades de Conservação 119
j) Agricultura Familiar, Povos e Comunidades Tradicionais e Bolsa Verde 120
k) Zoneamento Ecológico-Econômico 121
l) Produção e Consumo Sustentáveis 121
l.1) Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis 121
m) Educação Ambiental 122
n) Conselho Nacional de Meio Ambiente 123
o) Agenda Internacional 124
p) Regularização Ambiental Rural 125
q) Gerenciamento Costeiro 126
r) Gestão Ambiental Urbana 126
s) Combate à Desertificação 127

10. Ciência, Tecnologia e Inovação 127
a) Promoção da Inovação 128
b) Fomento à Pesquisa Científica e Tecnológica 131
c) Expansão, Modernização e Manutenção da Infraestrutura de Pesquisa e Desenvolvimento 132
d) Ciência, Tecnologia e Inovação para a Inclusão Social 134

e) Mar e Antártida 136
f) Área Nuclear 137
g) Área Espacial 139

III – IGUALDADE DE DIREITOS E OPORTUNIDADES 145

1. Redução das Desigualdades, Proteção Social e Segurança Alimentar e Nutricional 145
a) Redução da Pobreza e das Desigualdades 145
b) Plano Brasil Sem Miséria 147
c) Programa Bolsa Família 148
d) Benefícios e Serviços Socioassistenciais 149
d.1) Proteção Social Básica 150
d.2) Proteção Social Especial 151
d.2.1) Média Complexidade 151
d.2.2) Alta Complexidade 151
d.3) Rede Privada de Assistência Social 152
d.4) Benefício de Prestação Continuada 152
d.5) Programa Nacional de Acesso ao Mundo do Trabalho 153
e) Segurança Alimentar e Nutricional 153
e.1) Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional 153
e.2) Programa de Aquisição de Alimentos 154
e.3) Assistência Técnica e Extensão Rural e Fomento 154
e.4) Acesso à Água 154
e.5) Ação de Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos 155
e.6) Rede de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional 155
f) Avaliação e Gestão da Informação 155

2. Juventude 156
a) Plano Juventude Viva 157
b) Programa Estação Juventude 157
c) Juventude, Trabalho, Qualificação e Renda 157
d) Juventude e Participação 160
e) Articulação e Cooperação Internacional 160

3. Educação 161
a) Planejamento, Financiamento e Articulação 161
b) Educação Básica 162
b.1) Ampliação do Acesso e Permanência 162
b.2) Educação de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão 164
b.3) Valorização e Formação de Professores 166
b.4) Avaliações e Pesquisas Educacionais 168
c) Educação Profissional e Tecnológica 170
d) Educação Superior 172
d.1) Ampliação do Acesso e Permanência 172
d.2) Aprimoramento da Formação Médica 174
d.3) Avaliação, Regulação e Supervisão 175
d.4) Pós-Graduação e Mobilidade Internacional 176

4. Saúde 177
a) Atenção Básica 177
a.1) Mais Médicos 179
a.2) Atenção Integral à Saúde da Mulher e da Criança 180
a.3) Rede de Atenção à Saúde Mental e ao Enfrentamento da Dependência de *Crack* e Outras Drogas 182
a.4) Atenção Integral à Saúde da Pessoa Idosa 182
a.5) Contribuição da Saúde para a Erradicação da Extrema Pobreza 183
b) Atenção Especializada de Média e Alta Complexidade 183
b.1) Transplantes 183
b.2) Sangue e Hemoderivados 184
b.3) Atenção às Urgências e às Emergências 185
b.4) Atenção Domiciliar 186
b.5) Política Nacional para a Prevenção e o Controle do Câncer na Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas 186
c) Pesquisa e Desenvolvimento em Saúde 187
d) Desenvolvimento Produtivo e Inovação do Complexo Industrial da Saúde 187

e) Assistência Farmacêutica no Âmbito do Sistema Único de Saúde 188
f) Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde 189
g) Ações de Promoção e Vigilância em Saúde 190
h) Alimentação e Nutrição 195
i) Vigilância Sanitária 195
j) Relações de Trabalho com Profissionais e Trabalhadores da Saúde 196
k) Combate ao Desperdício, Transparência, Gestão Participativa do SUS, e-Saúde e Informação 198
l) Atuação Internacional 199
m) Saúde Suplementar 201

5. Políticas Afirmativas 201
a) Igualdade Racial 201
a.1) Ações Afirmativas e Promoção de Direitos para a Igualdade Racial 202
a.2) Ouvidoria Nacional de Igualdade Racial 203
a.3) Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e de Terreiros 203
a.4) Povos Ciganos 203
a.5) Comunidades Quilombolas 204
a.6) Cooperação Internacional 206
b) Políticas para as Mulheres 207
b.1) Conselho Nacional dos Direitos da Mulher 208
b.2) Observatório Brasil da Igualdade de Gênero 208
b.3) Enfrentamento a Todas as Formas de Discriminação e Violência Contra as Mulheres 208
b.4) Autonomia Econômica, Direitos e Cidadania das Mulheres 211
b.5) Ações Temáticas e Articulação Institucional 212
b.6) Ações Internacionais 212
c) Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas 213

6. Direitos Humanos 218
a) Pessoas com Deficiência 218
b) Criança e Adolescente 220
b.1) Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes 220
b.2) Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo 220
b.3) Sistema de Garantia de Direitos 220
b.4) Ações de Articulação 221
c) Programas de Proteção 221
d) Combate à Tortura 221
e) Erradicação do Trabalho Escravo 222
f) População em Situação de Rua 222
g) Direitos da Pessoa Idosa 222
h) Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais 223
i) Registro Civil de Nascimento 223
j) Diversidade Religiosa 224
k) Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos 224
l) Atuação e Cooperação Internacional 224
m) Promoção e Valorização da Cultura em Direitos Humanos 225
n) Monitoramento das Políticas Públicas de Direitos Humanos 225

7. Previdência Social 225
a) Promover Ações de Inclusão e Permanência nos Sistemas Previdenciários 225
a.1) Aprimorar as Informações sobre o Perfil do Cidadão e o Mercado de Trabalho 226
a.2) Fortalecer a Educação Previdenciária com Foco na Inclusão e Fidelização 227
b) Promover a Melhoria da Qualidade dos Serviços Previdenciários 228
b.1) Promover o Reconhecimento Automático de Direito 228
b.2) Aperfeiçoar as Decisões e Minimizar as Ocorrências de Litígios 228
b.3) Garantir o Pagamento de Benefícios com Qualidade 229
b.4) Promover o Acesso à Informação de Forma Transparente e Tempestiva 230
b.5) Ampliar e Modernizar a Rede de Atendimento da Previdência Social 230
c) Fomentar Políticas e Ações de Sustentabilidade dos Regimes Previdenciários 231
c.1) Aprimorar e Mitigar os Efeitos da Incapacidade Laboral 231
c.2) Otimizar a Supervisão, a Fiscalização e o Licenciamento das Entidades Fechadas de Previdência Complementar e dos Regimes próprios 231
c.3) Fortalecer os Controles Internos, o Combate às Fraudes, a Gestão de Riscos e a Segurança Institucional 232
c.4) Promover Políticas de Sustentabilidade do Sistema Previdenciário 233

8. Cultura 234
a) Fomento à Produção e ao Desenvolvimento Simbólico e Econômico do Setor Cultural 234
b) Memória, Patrimônio e Diversidade Cultural 237
c) Acesso a Bens e Serviços Culturais 238
d) Participação Social e Integração com os Entes Federados 239
e) Educação Artística e Cultural 239
f) Parcerias e Atuação Internacional 241

9. Esporte 241
a) Esporte e Inclusão Social 241
b) Futebol 242
c) Controle Antidopagem 243
d) Lei de Incentivo ao Esporte 244

10. Grandes Eventos Esportivos 245
a) Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 245
a.1) Articulação e Ações em Apoio aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 248

11. Programa Luz para Todos e Tarifa Social de Energia Elétrica 252

12. Inclusão Digital 253
a) Revitalização de Pontos de Inclusão Digital 253
b) Implantação de Infraestrutura e dos Serviços de Acesso à Internet 254
b.1) Conexão de Comunidades em Regiões Remotas ou Situação de Vulnerabilidade 254
b.2) Cidades Digitais 254

13. Segurança Pública, Cidadania e Justiça 255
a) Segurança Pública 255
b) Segurança nas Rodovias 258
c) Sistema Penitenciário Brasileiro 259
d) Combate à Pirataria e Delitos Contra a Propriedade Intelectual 262
e) Cidadania e Acesso à Justiça 262
f) Migrações e Refúgio 264
g) Cooperação Internacional 265
h) Políticas de Prevenção, Atenção e Reinserção Social de Usuários de *Crack* e Outras Drogas 266

IV – INFRAESTRUTURA PARA TODOS: DESENVOLVIMENTO E QUALIDADE DE VIDA 271

1. Energia 271
a) Energia Elétrica 271
a.1) Geração e Transmissão 272
a.2) Prorrogação das Concessões de Distribuição de Energia Elétrica 274
a.3) Leilões de Geração e de Linhas de Transmissão 275
a.4) Expansão da Geração e de Linhas de Transmissão 277
a.5) Planejamento do Setor Energético 277
a.6) Eficiência Energética 278
a.7) Emissão de Gases Efeito Estufa no Setor Energético 278
a.8) Expansão da Oferta de Energia para o País e Suprimento de Energia para Grandes Indústrias 279
a.9) Regulação e Fiscalização do Setor Elétrico 279
a.10) Licenciamento Ambiental dos Projetos do Setor Elétrico 281
b) Petróleo, Gás e Biocombustíveis 283
b.1) Implantação do Modelo de Partilha de Produção 283
b.2) Rodadas de Licitação de Blocos Exploratórios na Modalidade de Concessão 283
b.3) Estudos e Planejamento no Setor de Petróleo e Gás Natural 284
b.4) Arcabouço Institucional, Legal e Regulatório do Setor de Petróleo e Gás 285
b.5) Reservas, Exploração e Produção 286
b.6) Contrato de Cessão Onerosa 286
b.7) Refino, Petroquímica e Logística 286
b.8) Infraestrutura de Escoamento, Processamento e Transporte de Gás Natural 287
b.9) Regulamentação do Setor de Gás Natural 287
b.10) Regimes Especiais 288
b.11) Biocombustíveis 288
b.12) Fiscalização do Setor de Petróleo e Gás Natural e Combustíveis Renováveis 291
c) Geologia e Recursos Minerais 291

2. Transportes 294
a) Planejamento 294
b) Transporte Rodoviário 296
b.1) Expansão da Malha e Adequação de Capacidade 296
b.2) Manutenção de Rodovias 299
b.3) Operação Rodoviária 300
b.4) Concessões Rodoviárias e o Programa de Investimentos em Logística 300
b.5) Transporte Rodoviário de Cargas 303
b.6) Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros 305
c) Transporte Ferroviário 306
c.1) Expansão da Malha 306
c.2) Adequação da Malha 307
c.3) Regulação 308
c.4) Concessão 308
c.5) Transporte de Passageiros e Cargas 310
d) Transporte Hidroviário 310
d.1) Manutenção e Adequação das Hidrovias 310
d.2) Construção de Terminais Fluviais 311
e) Fomento à Indústria Naval 312
e.1) Incentivos para Investimentos no Setor Transportes 312

3. Portos 313
a) Planejamento, Gestão e Desenvolvimento do Setor 314
a.1) Investimentos Privados nos Portos 314
a.2) Planejamento Integrado do Sistema Portuário Nacional 316
a.3) Projetos de Apoio ao Desenvolvimento da Infraestrutura e da Superestrutura dos Portos e Terminais Portuários Marítimos 317
a.4) Praticagem 318
a.5) Cabotagem 319
a.6) Inteligência Logística Portuária 319
a.7) Modernização da Gestão Portuária nos Portos Públicos 321
a.8) Revisão de Poligonais Portuárias 321
a.9) Gestão Ambiental, Saúde e Segurança no Trabalho Portuária 321
a.10) Regulação e Fiscalização do Setor Portuário 323

4. Aviação Civil e Infraestrutura Aeroportuária 327
a) Ampliação e Modernização da Infraestrutura Aeroportuária 327
b) Aviação Regional 328
c) Gestão Aeroportuária 330
d) Segurança, Fiscalização e Capacitação 330
e) Serviços Aéreos 331

5. Comunicações 331
a) Radiodifusão 331
a.1) Migração da TV Analógica para a TV Digital 331
a.2) Migração das Emissoras de Rádio que Operam na Faixa AM para a Faixa FM 333
a.3) Digitalização do Rádio Brasileiro 333
a.4) Expansão dos serviços de radiodifusão 334
a.5) Ação Fiscalizatória 335
b) Telecomunicações 335
b.1) Programa Nacional de Banda Larga 335
b.1.1) Massificação do acesso à Internet 335
b.1.2) Telefonia e Internet em Áreas Rurais 336
b.1.3) Desonerações Tributárias 336
b.1.4) Política produtiva e tecnológica 337
b.1.5) Projeto Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas 337
b.1.6) Cabo Submarino Brasil – Europa 337
b.1.7) Rede Nacional de Banda Larga 338
b.2) Avanços da Regulação de Telecomunicações 338
b.3) Acompanhamento, Controle e Fiscalização dos Serviços de Telecomunicações 340
b.4) Desafios ao Setor de Telecomunicações 340
c) Serviços Postais 341
c.1) Universalização dos Serviços Postais 341
c.2) Exportação por Remessas Postais 342
c.3) Serviços de Interesse Coletivo 342
d) Conteúdos Digitais Criativos 342

6. Saneamento 343
a) Planejamento e Aprimoramento da Gestão do Setor 343
b) Desenvolvimento Tecnológico 346
c) Investimentos do PAC Saneamento 346
d) Investimentos do PAC em Pequenas Comunidades e no Setor Rural 348

7. Habitação 348
a) Política Nacional de Habitação 348
b) PAC - Urbanização de Assentamentos Precários 349
c) Programa Minha Casa Minha Vida 350
d) Financiamentos Habitacionais pelo Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo 353
e) Desenvolvimento Institucional e Cooperação Técnica 354
f) Qualidade e Produtividade na Produção Habitacional 355

8. Planejamento e Gestão Territorial Urbana 355

9. Mobilidade Urbana 358
a) A Atuação do Governo Federal na Mobilidade Urbana 358
b) A Mobilidade Urbana e as Mudanças do Clima 359
c) A Mobilidade Urbana e Outras Fontes Alternativas de Financiamento e Incentivos 359
d) Indicadores de Mobilidade Urbana e Política Tarifária 360
e) Transporte Metroferroviário 361

10. Trânsito 364
a) Municipalização do Trânsito 364
b) Frota de Veículos Automotores no Brasil 364
c) Condutores Habilitados no País 364
d) Segurança Veicular 364
e) Regulação e Fiscalização 365
f) Educação para o Trânsito 365

V – SOBERANIA NACIONAL: PRESENÇA ATIVA DO BRASIL NO MUNDO 369

1. Política Externa 369
a) Diplomacia Multilateral e Participação do Brasil nos Grandes Debates da Atualidade 369
b) Integração Regional 373
c) Relações Bilaterais 374
d) Negociações Econômico-Comerciais 379
e) Cooperação Técnica, Humanitária e Esportiva 381
f) Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação, Educação e Diplomacia Cultural 383
g) Comunidades Brasileiras no Exterior 384

2. Soberania 386
a) Planejamento na Área de Defesa 386
b) Base Industrial de Defesa 386
c) Proteção da Amazônia 387
c.1) O Programa Calha Norte 387
c.2) Projeto Cartografia da Amazônia 387
d) Defesa Terrestre 387
e) Força Aérea 389
f) Defesa Naval 390
g) Participação do Governo Brasileiro em Missão das Nações Unidas de Estabilização no Haiti e Outras Missões de Paz 391
h) Operações e Exercícios Conjuntos das Forças Armadas 392
i) Atuação Subsidiária das Forças Armadas 392
j) Atividades de Inteligência e Segurança da Informação 393

VI – DIÁLOGO SOCIAL E CIDADANIA 397

1. Informação ao Cidadão 397

2. Democracia e Diálogo 400
a) Participação no Plano Plurianual 2016-2019 400

b) Conferências Nacionais ... 402
c) Participação Digital ... 403
d) Educação para Participação Social ... 403
e) Diálogos Sociais ... 403
f) Objetivos de Desenvolvimento do Milênio ... 405
g) Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social ... 405

3. Relações Institucionais ... 406
a) Articulação com o Poder Legislativo ... 406
b) Articulação Federativa ... 407

VII – ÉTICA, TRANSPARÊNCIA E QUALIDADE NOS SERVIÇOS AO CIDADÃO ... 411

1. Transparência na Administração e Controle Social ... 411

2. O Planejamento como Facilitador das Ações de Governo ... 414
a) Gestão do Programa de Aceleração do Crescimento e do Programa de Investimento em Logística ... 415
b) Plano Plurianual ... 415
c) Avaliação de Políticas ... 416
d) Orçamento, Investimento e Custeio ... 417
e) Previdência Complementar do Servidor Público ... 417
f) Gestão Pública ... 417
g) Logística e Compras Públicas ... 418
h) Acompanhamento das Empresas Estatais ... 420
i) Financiamentos Externos e Cooperação Internacional ... 421
j) Patrimônio da União ... 421
k) Gestão de Pessoas, Relações de Trabalho e Valorização dos Servidores ... 422
l) Tecnologia da Informação ... 423
m) Produção e Disseminação de Informações ... 424
m.1) Arquivo Nacional ... 426

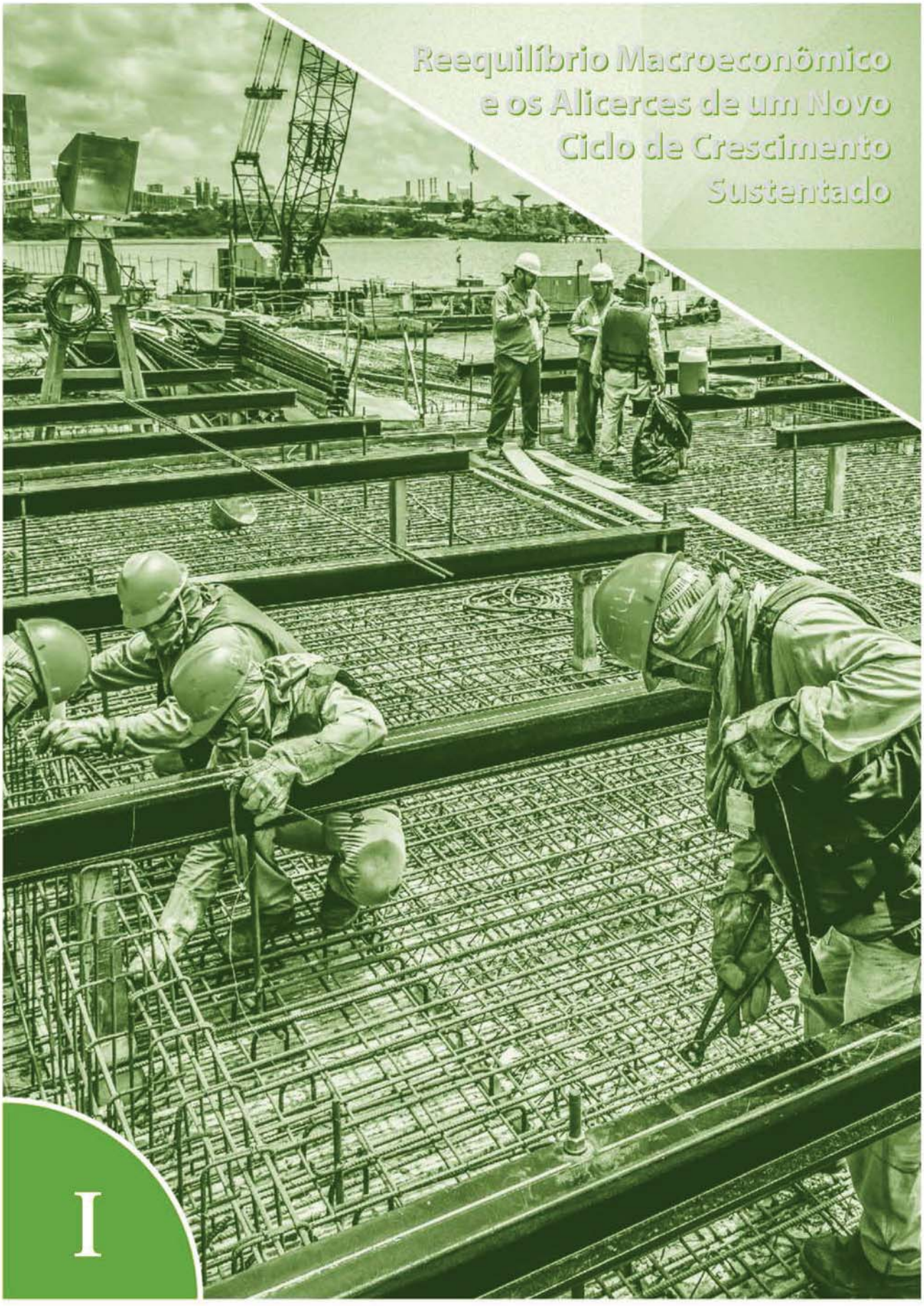
3. Regulação de Mercados ... 427
a) Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação ... 427
b) Regulação e Supervisão do Sistema Financeiro Nacional ... 428
c) Regulação e Supervisão do Mercado de Seguro e Resseguro ... 430
d) Regulação e Supervisão do Mercado de Valores Mobiliários ... 431
e) Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência ... 433
f) Defesa do Consumidor ... 434

4. Política Fiscal ... 436
a) Arrecadação Tributária Federal ... 436
b) Resultado Fiscal ... 436
c) Administração da Dívida Pública ... 437
d) Apoio aos Estados e aos Municípios ... 438
e) Dívida Ativa da União ... 438
f) Programa Nacional de Educação Fiscal ... 440
g) Controle Aduaneiro ... 440

5. Prevenção e Combate à Corrupção ... 441
a) Ações de Prevenção da Corrupção ... 441
b) Ações de Controle ... 443
c) Ações de Correição ... 445
d) Ouvidoria ... 445
e) Combate à Lavagem de Dinheiro ... 447

6. Consultoria, Assessoramento Jurídico e Defesa da União ... 448
a) Defesa da União, Autarquias e Fundações Públicas Federais ... 448
b) Atividades de Gestão ... 456

ANEXO – RELATÓRIO ANUAL SOBRE A SITUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO PAÍS E AS ATIVIDADES DO CONSELHO (ART. 130-A, § 2º, INCISO V, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL) ... 457


Reequilíbrio Macroeconômico
e os Alicerces de um Novo
Ciclo de Crescimento
Sustentado
I

I – REEQUILÍBRIO MACROECONÔMICO E OS ALICERCES DE UM NOVO CICLO DE CRESCIMENTO SUSTENTADO

O quadro macroeconômico nos últimos anos tem se mostrado desafiador. O crescimento econômico desacelerou e a política macroeconômica absorveu vários choques com o objetivo de sustentar o investimento e o nível de emprego.

A desaceleração do crescimento econômico ocorreu por razões externas e internas. Pelo lado externo, a queda nos preços das *commodities* afetou o crescimento da economia, que, combinada ao baixo crescimento da economia mundial, reduziu o dinamismo do comércio internacional e criou empecilhos ao desenvolvimento do setor externo brasileiro. Do lado doméstico, uma forte crise hídrica criou um quadro de seca em regiões específicas do País, acarretando pressão sobre os preços de energia.

Diante deste cenário, até 2014, a política macroeconômica absorveu esses choques com a expansão dos programas de investimento público (2ª fase do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC2, Programa de Investimentos e Logística – PIL, Minha Casa Minha Vida – MCMV) e com o aumento dos subsídios ao setor privado com vistas a criar incentivos ao investimento privado com financiamento público. A política fiscal administrou parte do aumento dos custos de energia e também financiou ações específicas de combate à seca para a população diretamente atingida.

Essas ações mantiveram a taxa de desemprego baixa e a taxa de investimento entre os patamares mais elevados da série histórica. No entanto, por conta da desaceleração econômica observada em 2014 e da expansão dessas políticas, o setor público obteve um déficit primário de R$ 32,5 bilhões, equivalente a 0,6% do Produto Interno Bruto (PIB). No âmbito das contas externas, o saldo da balança comercial foi negativo em US$ 4 bilhões e o déficit externo alcançou 4,3% do PIB.

Assim, o ano de 2015 foi marcado por uma série de ajustes da política macroeconômica, em função da queda do resultado fiscal, da perspectiva de elevação da dívida pública e da piora dos indicadores externos. No âmbito da política fiscal, foram revisadas várias desonerações e subsídios, bem como vários programas, cujo objetivo era manter sua sustentabilidade frente ao cenário econômico adverso.

Para o orçamento de 2016, o Governo Federal encaminhou um novo conjunto de medidas, dentre as quais consta a Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras (CPMF), que será uma fonte de recursos importante para o financiamento da seguridade social, e a prorrogação da Desvinculação de Receitas da União (DRU), necessária para dar maior flexibilidade à gestão orçamentária. Também iniciou o debate com a sociedade em torno da adequação da política previdenciária, por meio do Fórum de Debates sobre Políticas de Emprego, Trabalho e Renda e Previdência Social, com o objetivo de enfrentar, de forma adequada, os desafios impostos pelo envelhecimento populacional que ocorrerá nas próximas décadas.

Os preços relativos, inclusive a taxa de câmbio, foram realinhados, o que contribuiu para a recuperação das contas externas e para a alocação mais eficiente dos recursos na economia. Esse realinhamento causou uma elevação temporária da inflação em 2015, que perderá força em 2016. Além disso, para dar continuidade à agenda de expansão dos investimentos, o Governo anunciou a nova etapa do Programa de Investimentos e Logística, que prevê investimentos de R$ 69,2 bilhões entre 2015 e 2018.

A sustentabilidade da política fiscal, centro da atual política econômica; o alinhamento dos preços relativos em consonância com a queda da inflação prevista para os próximos anos; e um plano de investimentos atrativo, que coordena as ações do setor privado, constituem as bases do novo ciclo. É com uma política econômica equilibrada que o País retomará a estabilidade econômica e o crescimento.

Apesar dos ajustes realizados em 2015, a economia brasileira sofreu diversos choques, que levaram a um quadro de forte queda da atividade econômica. A magnitude e a variedade desses choques abateram a confiança das empresas e dos consumidores, o que começou a contaminar as expectativas de crescimento para 2016.

O preço das *commodities* (medido pelo índice do *Commodity Research Bureau* - CRB) caiu 14,4% em 2015. Parte desse declínio deveu-se à queda do preço de petróleo (30,5%, medido pelo *West Texas Intermediate* - WTI), mas o preço de *commodities* agrícolas e metálicas também declinou no período. Com isso, os termos de troca do País apresentaram queda acumulada em 12 meses de 10,7% em novembro de 2015, refletindo a retração da demanda por produtos brasileiros no mercado internacional.

A crise hídrica também impactou negativamente a economia. A capacidade hídrica de geração de energia atingiu patamar próximo ao do racionamento ocorrido em 2001. Nesse cenário, as empresas tinham dificuldade de implantar projetos de investimento, devido à incerteza relacionada ao custo de energia para ampliar a produção a curto prazo.

Os preços monitorados cresceram 18,1% em 2015, valor próximo ao crescimento acumulado observado nos quatro anos anteriores (17,7% entre dezembro de 2010 e dezembro de 2014). Esse movimento elevou a inflação temporariamente, causando aumento dos juros e reduzindo a renda disponível do setor privado, particularmente das famílias.

A taxa de câmbio real depreciou 25,2% entre dezembro de 2014 e novembro de 2015. A curto prazo, a depreciação possui efeitos contracionistas porque eleva o valor das dívidas em dólares das empresas, forçando um ajuste patrimonial compensatório. No médio prazo, existe um movimento expansionista de substituição de importações e estímulo às exportações.

Fortes desinvestimentos ocorreram, também, na cadeia de petróleo e gás. No caso da construção civil, a queda da atividade ocorreu em função da impossibilidade de grandes empresas do setor em manterem seus projetos contratados com a administração pública. Estudos elaborados por consultorias estimam que o impacto dos desinvestimentos em petróleo e gás seja de pelo menos 1 p.p. do PIB (Consultoria Tendências). No âmbito do Governo, a Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda divulgou que o impacto desses choques foi de pelo menos 2 p.p. do PIB.

Ao final do terceiro trimestre, a economia mostrou queda (-2,5%) no acumulado dos últimos quatro trimestres, puxado principalmente pela indústria, segundo a ótica da oferta, com redução de 4,7%, e pelos investimentos, pela ótica da demanda, com declínio de 11,2%. O setor externo contribuiu positivamente em 1,5%, após diversos trimestres de contribuição negativa. Com isso, a expectativa é que a economia apresente queda de 3,7% em 2015, conforme divulgado pelo Relatório Focus de 8 de janeiro de 2016.

Entretanto, esses choques não devem se repetir em 2016 na mesma intensidade. Os investimentos na cadeia de petróleo e gás previstos para o ano devem se estabilizar. A taxa de câmbio já provocou seus efeitos negativos de curto prazo, de forma que é esperado a prevalência dos efeitos positivos de médio e longo prazo. Já está ocorrendo recuperação dos reservatórios na cidade de São Paulo/SP, o que deve elevar a segurança hídrica para consumidores e empresas. Os termos de troca devem operar em relativa estabilidade, quando comparado aos últimos anos, em função de perspectiva de gradual recuperação da economia mundial. Por último, o realinhamento de preços monitorados está em fase de conclusão, de forma que a inflação deve ceder em 2016.

Ademais, o salário mínimo afeta direta ou indiretamente a renda de aproximadamente 60% dos trabalhadores brasileiros. Em 2016, a manutenção do seu poder aquisitivo, em função da política de valorização do salário mínimo e a perspectiva de redução da inflação poderão contribuir para estabilizar a queda do consumo e melhorar o perfil do endividamento das famílias no decorrer do ano.

Do ponto de vista internacional, o crescimento da economia mundial, durante o ano de 2015, frustrou as expectativas iniciais, sofrendo revisões para baixo. Ao longo de 2015, as expectativas de crescimento para o ano foram reduzidas de 3,5% para 3,1% e, para 2016, de 3,8% para 3,6%, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Nos Estados Unidos da América (EUA), o crescimento se manteve moderado ao longo de 2015, crescendo a um ritmo médio de 0,5% nos três trimestres encerrados em setembro de 2015. O mercado de trabalho deu sinais contínuos de melhora ao longo do ano, fornecendo condições favoráveis para o consumo privado. Ademais, a valorização do dólar, combinada à queda do preço do petróleo, contribuiu para que a inflação americana permanecesse baixa. Em 2015, o *Federal Reserve* elevou a taxa de juros, e a perspectiva para 2016 indica a continuidade gradual do processo de aperto monetário naquele país. A última previsão do FMI, de outubro de 2015, aponta para uma leve aceleração do crescimento da economia americana, avançando de 2,6%, em 2015 para 2,8%, em 2016.

Em janeiro de 2015, o Banco Central Europeu (BCE) anunciou a ampliação do programa de afrouxamento quantitativo, com a inclusão de títulos soberanos, levando o ritmo mensal de compras para € 60 bilhões por mês. A decisão se deu em função de riscos de um período prolongado de inflação baixa. As projeções de inflação do BCE, divulgadas em dezembro, apontavam que a inflação ficaria abaixo da meta até 2017. A economia da Zona do Euro registrou crescimento interanual médio de 1,4% ao longo dos três primeiros trimestres de 2015, assinalando aceleração em relação ao crescimento de 0,9% observado em 2014, reflexo da desvalorização do euro, redução do preço do petróleo e condições monetárias acomodatícias. A economia mostrou certa resiliência em relação às tensões geopolíticas e incertezas associadas à possibilidade de saída da Grécia da Zona do Euro em meados do ano e aos sinais mais contundentes de desaceleração das economias emergentes.

O Japão registrou crescimento modesto nos três primeiros trimestres de 2015, com o PIB crescendo a um ritmo anualizado de 4,4% no primeiro trimestre, seguido de queda anualizada de 0,5% no segundo trimestre e crescendo 1% no terceiro trimestre na mesma base de comparação. Após uma alta significativa no início do ano, os investimentos apresentaram certa moderação nos últimos trimestres. Em outubro, o FMI projetava um crescimento de 0,6%, em 2015 e 1%, em 2016. A taxa de inflação no país permanece próxima de zero.

Na China, o ano de 2015 foi marcado pela continuidade da transição entre um regime de crescimento baseado nas exportações e nos investimentos em direção ao consumo e ao setor de serviços. As preocupações em relação ao ritmo de crescimento foram predominantes durante a maior parte de 2015. O crescimento do país ficou em 7% na comparação interanual nos dois primeiros trimestres do ano, desacelerando para 6,9% no terceiro trimestre. Um evento de grande relevância foi a desvalorização do *renminbi* em agosto, que lançou receios de que haveria uma possível rodada de desvalorizações cambiais competitivas. Além disso, o processo de liberalização do mercado de câmbio e novas regras de liberalização financeira podem acrescentar volatilidade ao funcionamento dos mercados.

De volta à economia nacional, no decorrer de 2015, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) foi fortemente influenciado pelos preços administrados. O aumento neste conjunto de preços passou de 5,3%, em 2014 para 18,1%, em 2015. Em particular, cabe destacar: i) a elevação das tarifas de água e esgoto em algumas regiões, em decorrência do regime de chuvas desfavorável; ii) o aumento autorizado para gás de botijão, o primeiro desde 2002; iii) os reajustes autorizados em gasolina e óleo diesel, assim como a recuperação de tributos específicos; e iv) o realinhamento de preços em transportes públicos e energia elétrica.

No setor de energia, diante dos elevados custos fiscais, o Governo descontinuou os aportes feitos pelo Tesouro Nacional à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), o que, dada a permanência do quadro climático desfavorável, contribuiu para

o aumento das contas de luz observado em 2015. Ademais, visando reduzir o descasamento temporal entre a apuração dos custos efetivamente incorridos pelos ofertantes de energia e seu respectivo repasse ao consumidor, o Governo empreendeu duas medidas: i) um reajuste extraordinário para a maioria das distribuidoras em março de 2015, antecipando os custos da CDE para o consumidor; e ii) o início da cobrança do sistema de bandeiras tarifárias, que reflete tempestivamente nas contas de luz os custos de geração dependentes das condições climáticas.

Importante ressaltar que o regime atípico de chuvas afetou, também, a produção agrícola. Os efeitos da seca, que se iniciou em 2014, somaram-se aos efeitos do realinhamento cambial. Assim, o grupo "Alimentação e Bebidas" acelerou de 8%, em 2014 para 12%, em 2015.

Não obstante as diversas pressões sobre os preços em 2015, a inflação de serviços continuou sua tendência de suave decréscimo iniciada após 2011 (quando registrou 9%), encerrando 2015 em 8,1%.

Assim, o IPCA encerrou 2015 em 10,67%, tendo fechado 2014 em 6,41%. Para 2016, a tendência é de queda. Mesmo considerando eventuais pressões decorrentes do realinhamento cambial, os preços monitorados já se encontram, em grande medida, realinhados e as condições climáticas deverão ser menos severas. Ademais, com o propósito de conter maiores pressões inflacionárias, o Banco Central empreendeu, ao longo de 2015, a elevação da taxa de juros Selic, de 12,25% para 14,25%. Com isso, espera-se uma reaproximação da taxa de inflação para a meta, compromisso reforçado com a redução do intervalo de tolerância da meta de inflação para 1,5 ponto percentual a partir de 2017.

Assim como os demais preços da economia, o câmbio vem passando por um importante processo de realinhamento. Desde agosto de 2014, quando teve cotação média de R$ 2,24 por dólar americano, a moeda brasileira apresentou trajetória de depreciação. A moeda encerrou 2014 com a cotação de R$ 2,66 e, 2015, em R$ 3,91, uma depreciação de 47%. Esse realinhamento tem sido importante para trazer o equilíbrio nas contas externas, diminuindo o déficit em transações correntes. Adicionalmente, as exportações brasileiras tornam-se mais competitivas no mercado internacional, ajudando na recuperação econômica e mitigando os efeitos de um cenário externo mais adverso para o País.

Em função da trajetória do câmbio, o saldo comercial passou de um déficit de US$ 4 bilhões, ao final de 2014, para um superávit de US$ 19,7 bilhões no saldo acumulado de 2015. Apesar do cenário externo adverso, com o fim do ciclo das *commodities*, o fraco crescimento do comércio mundial e a desaceleração da economia chinesa, o volume exportado pelo Brasil cresceu 8,3% em 2015.

O déficit em transações correntes foi reduzido em 43,4%, passando de US$ 104,2 bilhões em 2014 para US$ 58,9 bilhões em 2015, uma recuperação poucas vezes vista na história do Brasil. Convém ainda destacar que os US$ 75,1 bilhões de ingressos em investimentos diretos no País foram mais do que suficientes para financiarem integralmente o déficit em transações correntes, o que não ocorria desde 2012. Adicionalmente, as reservas internacionais continuaram elevadas, encerrando o ano em US$ 368,7 bilhões, sendo um dos pilares da capacidade da economia brasileira para enfrentar choques externos.

A expectativa para 2016 é a continuidade desse processo de ajuste. Os efeitos do realinhamento cambial ainda não foram completamente absorvidos. O novo cenário cambial estimula uma redução do coeficiente importado, ampliando as oportunidades para a indústria nacional e, combinado ao ajuste da economia brasileira, abre espaço para incrementos no ingresso de investimentos diretos. Adicionalmente, espera-se que a progressiva melhora no cenário externo, com maior crescimento mundial e recuperação das economias centrais, contribua de forma positiva para o desempenho das exportações. Assim, o saldo comercial e o déficit

em transações correntes deverão seguir suas trajetórias de melhora, com o setor externo contribuindo positivamente para a recuperação da economia brasileira.

O mercado de crédito brasileiro também passou por um período de ajuste e acomodação em 2015, após alguns anos de forte crescimento. Não obstante, seu desempenho representou um crescimento em 12 meses do saldo de 9,9% até novembro de 2015, mantendo-se relativamente estável como proporção do PIB (53,8%). Tanto o saldo de crédito livre quanto o de direcionado alcançaram R$ 1,6 trilhão em novembro de 2015, com variação acumulada em 12 meses de 4,8% e 15,8%, alcançando 27,3% e 26,5% do PIB, respectivamente. O crédito para pessoa física alcançou 25,4% e, para pessoa jurídica, chegou a 28,4%.

As novas concessões de crédito, no entanto, apresentaram queda de 2,4%, acumulado em 12 meses até novembro de 2015. As concessões com recursos livres ficaram praticamente estáveis sob a mesma base de comparação. Já o crédito direcionado caiu 16,5%. As concessões para pessoa física e jurídica apresentaram queda de 0,1% e 4,9%, respectivamente. As taxas de juros médias alcançaram 30,4% a.a. em novembro de 2015, sendo 48,1% a.a. para livres e 10,3% a.a. em operações de crédito direcionado. O *spread*, por sua vez, alcançou 19,4% a.a., composto por 3,5% a.a. em direcionados e 33,3% a.a. em livres. Da mesma forma, o prazo médio chegou a 112,7 meses. Já o prazo médio para crédito direcionado alcançou 175 meses e o prazo para crédito livre chegou a 39 meses, também em novembro de 2015. Finalmente, a inadimplência também subiu, chegando a 3,3% do total de crédito concedido, sendo 5,2% para livres e 1,5% para direcionado.

Os bancos públicos atingiram a marca de 54,9% do crédito total do Sistema Financeiro Nacional, ante 52,6%, em dezembro de 2014. Destaca-se ainda, nesse período, a continuidade do crescimento anual no saldo de financiamento habitacional, atingindo 16,3% em novembro de 2015. Vale destacar ainda que, em 2015, foram emitidos R$ 6 bilhões em debêntures incentivadas, que ajudam a promover o financiamento privado de mais longo prazo em diversos setores da economia.

A fim de mitigar os efeitos das incertezas no mercado de crédito, foi editada a Medida Provisória nº 681/2015, convertida na Lei nº 13.172, de 21 de outubro de 2015. A Lei ampliou de 30% para 35% o limite de desconto em folha para pagamentos de empréstimos, financiamentos, cartão de crédito e operações de arrendamento mercantil, em favor dos empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), dos aposentados e pensionistas do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e dos servidores públicos. A medida determina que 5% desse limite será destinado exclusivamente para a amortização de despesas contraídas por meio de cartão de crédito. Permite, ainda, que o referido desconto incida sobre verbas rescisórias devidas pelo empregador.

O crédito consignado apresenta algumas das menores taxas de juros, tendo em vista a sua baixa probabilidade de inadimplência. Assim, um aumento moderado do limite dessa modalidade representa opção pertinente para lidar com a contração do mercado de crédito sem trazer maiores riscos às instituições financeiras e nem onerar demasiadamente os tomadores. Ressalta-se que, além de mitigar a contração do mercado de crédito, espera-se que a medida incentive a substituição de dívidas de custo mais elevado, tais como as de cartão de crédito comuns.

Um dos aspectos essenciais para a retomada do crescimento são os planos de investimento do Governo. Nesse contexto, o PAC2 se destacou como um programa consolidado e com uma carteira de mais de 40 mil empreendimentos. Mesmo com a restrição fiscal, foi priorizada a execução de obras que já estavam em andamento. Nesta nova etapa, o PAC2 se consolida como um programa estruturante, que incentiva o crescimento da economia, direta e indiretamente, em diversos setores e promove a retomada do planejamento em infraestrutura.

Nesse novo ciclo, o programa estima investimentos de R$ 1,05 trilhão entre 2015 e 2018. Nesse período, o valor estimado para conclusão de obras totaliza R$ 672 bilhões, 64% do total previsto para execução. Os investimentos executados do PAC2 até junho de 2015 totalizaram R$ 76 bilhões.

Em reforço às ações do PAC2, o Governo lançou a segunda fase do Programa de Investimento em Logística, promovendo investimentos em quatro modais: rodovias, aeroportos, portos e ferrovias. São R$ 198 bilhões ao longo de todo o PIL, dos quais R$ 69 bilhões estão previstos para o período entre 2015 e 2018. Dentre as ações realizadas em 2015, destacam-se a concessão da ponte Rio-Niterói, os estudos para a concessão de quatro aeroportos, o leilão de três terminais portuários em Santos/SP e a autorização de oito terminais portuários de uso privado.

Ainda em 2015, foram arrematadas todas as 29 usinas hidrelétricas cuja concessão foi ofertada no leilão realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), cujo bônus de outorga ultrapassou R$ 17 bilhões.

Durante o ano de 2015, foi necessário adequar a política fiscal ao novo contexto econômico. Foi realizado um esforço fiscal de R$ 134,1 bilhões, cerca de 2,3% do PIB.

Esforço fiscal projetado em 2015

MEDIDAS	R$ MILHÕES	% DO PIB	% DO TOTAL
Redução de despesa discricionária	82.680	1,43%	61,7%
Redução de despesa obrigatória	25.714	0,44%	19,2%
Revisão de desonerações	21.210	0,37%	15,8%
Atualização monetária de tarifas	1.320	0,02%	1,0%
Elevação de receitas	3.127	0,05%	2,33%
ESFORÇO FISCAL TOTAL	**134.051**	**2,31%**	**100,0%**

Reduziram-se as despesas discricionárias em R$ 82,7 bilhões, um esforço inédito, o que as trouxe para níveis próximos ao de 2012. Houve iniciativas no intuito de revisar programas públicos, e também uma redução das despesas obrigatórias da ordem de R$ 25,7 bilhões, equivalente a 0,4% do PIB.

O alinhamento das regras de programas previdenciários e trabalhistas às melhores práticas internacionais (tais como seguro-desemprego, abono salarial, pensões por morte) permitiu que os programas continuassem em bases mais sustentáveis. Vários subsídios foram revisados, como o aumento das taxas de juros do Programa de Sustentação do Investimento (PSI), o aumento da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), e posteriormente o fim do PSI. Várias desonerações foram revisadas, como a tributação sobre a folha de pagamentos, a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE), o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre automóveis e móveis, dentre outros, em um esforço fiscal de R$ 21,2 bilhões. Vale notar a execução de um esforço de R$ 1,3 bilhão em atualização monetária de taxas e tarifas e de R$ 3,1 bilhões em elevação de receitas.

Apesar de todo esforço fiscal realizado, houve uma forte frustração da arrecadação decorrente da desaceleração econômica e, consequentemente, o saldo da Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) se elevou, atingindo 65,1% do PIB em novembro de 2015, em comparação com 57,2% do valor ao final do ano anterior. A Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) atingiu 34,3% do PIB, em novembro de 2015.

Ainda, no final desse ano, foi alterada a meta de resultado primário para um déficit de R$ 119,9 bilhões, permitindo o pagamento de R$ 55,8 bilhões relativo aos passivos junto aos bancos públicos e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), apontados pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Apesar de todas as incertezas e dificuldades do ano de 2015, houve relativa manutenção no perfil da Dívida Pública Federal (DPF) alcançada nos últimos anos, tanto em termos de composição quanto de maturidade. A parcela prefixada da DPF manteve-se próxima de 40%, passando de 41,6%, em dezembro de 2014, para 39,2%, em 2015. No mesmo período, a parcela indexada a índices de preços recuou de 34,9% para 32,8%. Já a parcela de títulos indexada à taxa flutuante subiu de 18,7% para 22,7%. O prazo médio da DPF manteve sua trajetória de alongamento, passando de 4,4 anos, em dezembro de 2014, para 4,7 anos, em 2015. Além disso, a atratividade dos títulos brasileiros continuou expressiva, como mostra a relativa estabilidade da parcela de estrangeiros entre os detentores de dívida doméstica, que passou de 18,6% da Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi), em dezembro de 2014, para 19,4% da DPMFi, em novembro de 2015.

Houve, também, a criação do Prisma Fiscal, um sistema de coleta de expectativas de mercado para acompanhar a evolução dos principais indicadores fiscais brasileiros, num esforço de ampliar o diálogo com os agentes econômicos. Finalmente, houve reestruturação do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), buscando destravar a cobrança da dívida ativa, aumentando a transparência e a eficiência do órgão.

Em 2016, será necessário avançar ainda mais. O elevado grau de rigidez orçamentária limita a capacidade de adequar o orçamento às mudanças nas prioridades e na realidade econômica do País. Assim, será necessário avançar no debate em torno de melhorias orçamentárias que ofereçam maior espaço fiscal para adequar o orçamento às novas demandas da sociedade.

É um dos deveres do Estado prover as condições necessárias para a inclusão produtiva e social de todos os brasileiros, além de promover ações que visem garantir o acesso equânime aos serviços públicos. Nesse contexto, o desenvolvimento econômico brasileiro apoia-se em ações ligadas à redução da pobreza e da desigualdade social, e à robustez do mercado de trabalho.

O Brasil realizou uma revolução silenciosa, em pouco mais de uma década, ao sair da condição de país conhecido internacionalmente pelo alto índice de pobreza para a superação da miséria. O Brasil é reconhecido em âmbito internacional como um dos países que mais contribuíram para o alcance da meta proposta pelo primeiro dos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) da Organização das Nações Unidas (ONU) até 2015: "Acabar com a pobreza extrema e com a fome".

O Brasil saiu do Mapa da Fome das Nações Unidas, ao reduzir a fome e seus efeitos perversos em 82% entre 2002 e 2014, muito acima da média mundial de 14%. Isso foi possível com o desenvolvimento de um plano de ações integradas, que resultaram em um aumento da renda dos mais pobres, crescimento real de 76,1% do salário mínimo e geração de 22,4 milhões de empregos no mesmo período, e no aumento da oferta de alimentos, crescendo a disponibilidade de calorias para a população em 10%. Hoje, 98,3% da população brasileira tem acesso a alimentos e possui segurança alimentar.

A redução da pobreza foi combinada com a queda da desigualdade. O maior aumento da renda dos grupos mais pobres, em relação aos mais ricos, foi determinante para que o Índice de Gini caísse de 0,535, em 2004, para 0,490, em 2014, último dado disponível.

Por meio do maior acesso à educação e da melhoria das condições de vida das famílias mais pobres, o Governo tem tomado ações que dão sustentabilidade ao processo de mobilidade social ascendente em curso no Brasil. Nessa linha, o MCMV subsidia a compra de moradias para os grupos sociais mais carentes, o que também contribui para reduzir o déficit habitacional do País. Desde 2011, foram contratadas mais de 4 milhões de unidades habitacionais.

O fortalecimento da rede de proteção social também possibilita a elevação da produtividade do trabalho a longo prazo, haja vista o aumento do nível de escolaridade da população nos últimos anos. A proporção da população ocupada com pelo menos 11 anos de estudo saltou de 23,4% para 53,4%, entre 2001 e 2015, o que significa maior disponibilidade de mão de obra qualificada no mercado de trabalho.

A elevação da escolaridade dos mais jovens tem propiciado a sua inserção em postos de trabalho com maiores possibilidades de progresso profissional. De acordo com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho e Emprego, em 1996, 17,2% dos admitidos com carteira assinada tinham pelo menos nível médio completo, enquanto em 2015, no acumulado em 12 meses até novembro, essa proporção alcançou 64,5%.

Quanto à oferta de educação profissional, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) alcançou a meta global de matricular oito milhões de alunos até o final de 2014. Ainda sobre educação, o Programa Universidade para Todos (Prouni) concedeu 1,1 milhão de bolsas entre 2011 e 2015. Nesse mesmo período, foram firmados 2,1 milhões de contratos de financiamento educacional por meio do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

No mesmo sentido, torna-se digno de nota a ampliação da cobertura previdenciária dos trabalhadores, que atingiu 76,4% da população ocupada em 2015, com crescimento em relação ao ano de 2014.

Além de ajudar na formalização e promover a valorização de milhões de trabalhadores, concedendo reajuste no salário mínimo da ordem de 54,5% entre 2010 e 2015, período em que a inflação foi de 40,6%, a evolução do mercado de trabalho tem sido marcada pela inclusão. Em 2009, a proporção de trabalhadores negros e pardos no universo de empregados com carteira assinada era de 44,6%. Já em 2014, houve um salto para 49,4%, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad). O mesmo caminho de inclusão é seguido entre os funcionários públicos estatutários, que viram aumentar em dois pontos percentuais a proporção de trabalhadores negros e pardos nesse mesmo período.

A melhoria da distribuição de renda do trabalhador na última década possibilitou que uma ampla parcela da população acessasse uma quantidade maior de bens de consumo. Nesse sentido, de acordo com a Pnad de 2014, 24,2 milhões de domicílios possuem carro para uso pessoal e 32,5 milhões possuem microcomputador, sendo 28,2 milhões deles com acesso à Internet.

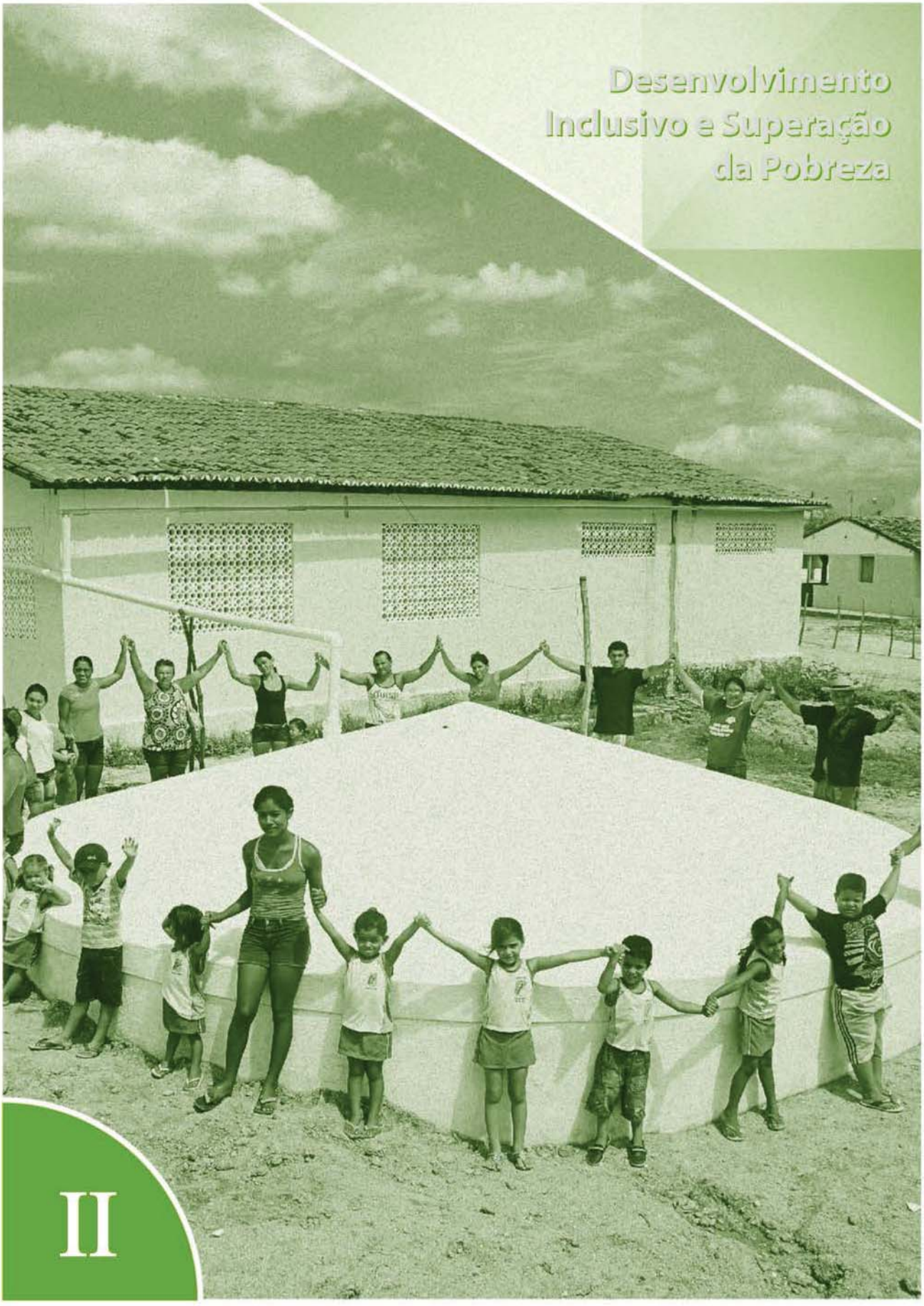
A robustez do mercado de trabalho teve papel-chave como pilar para o crescimento inclusivo e sustentável nos últimos anos. Nesse quadro, a taxa de desemprego brasileira chegou a atingir 4,3% em dezembro de 2014, menor patamar da série histórica. Houve, também, forte crescimento da formalização, alcançando, em 2014, 72,8% da população ocupada com e sem carteira de trabalho assinada, de 61,3%, em 2002.

É bem verdade que o Brasil passou por ajustes na economia e que o desemprego voltou a aumentar, num momento de reversão cíclica, mas é importante ressaltar que o poder de compra dos trabalhadores continua estável em relação a 2014. Ainda de acordo com a Pnad, o rendimento médio dos trabalhadores teve pequeno crescimento de 0,36% no acumulado do ano até o terceiro trimestre de 2015. E isso é graças à política de valorização do salário mínimo, que concedeu reajuste de 8,8% em 2015.

Além disso, em 2015, como medida para conter os efeitos do ajuste sobre os trabalhadores, o Governo criou o Programa de Proteção de Emprego (PPE) com o objetivo de proteger os empregos em momentos de redução temporária da atividade econômica e manter os vínculos empregatícios de longo prazo, garantindo os direitos dos trabalhadores e preservando a produtividade. Desde o início do Programa, foram preservados cerca de 41 mil empregos por meio de negociações coletivas que levaram à adesão ao PPE.

O ano de 2015 foi repleto de desafios. Estamos em um momento de transição para outro ciclo de expansão sólido e duradouro. Esse ciclo requer a combinação de equilíbrio fiscal e da estabilidade de preços. O elevado nível de reservas internacionais, o sistema financeiro doméstico sólido, e as ações já adotadas pelo Governo, assim como as previstas para 2016, permitirão ao País superar a crise atual e seus desdobramentos.

Essas são as bases do novo ciclo de crescimento e desenvolvimento, baseado na inclusão social, no aumento da produtividade, na geração de novos investimentos e empregos e no desenvolvimento de novos negócios e oportunidades.


Desenvolvimento
Inclusivo e Superação
da Pobreza
II

II – DESENVOLVIMENTO INCLUSIVO E SUPERAÇÃO DA POBREZA

1. Desenvolvimento Produtivo e Competitividade

a) Comércio Exterior

a.1) Estatísticas de Comércio Exterior

A balança comercial brasileira registrou uma corrente de comércio de US$ 362,6 bilhões em 2015, resultado 20,18% inferior em comparação ao ano de 2014, cuja cifra atingira US$ 454,3 bilhões. As exportações registraram queda de 15,10% no período, quando passaram de US$ 225,1 bilhões para US$ 191,1 bilhões, e as importações retrocederam 25,17%, de US$ 229,2 bilhões para US$ 171,5 bilhões.

Apesar do desaquecimento do comércio mundial e da redução das demandas externa e interna, o País registrou aumento de 10,1% no *quantum* exportado, o que compensou parcialmente a forte queda nos preços das principais *commodities* agrícolas e minerais. Como resultado, o comércio exterior brasileiro registrou um superávit de US$ 19,7 bilhões em 2015, revertendo o déficit de US$ 4,1 bilhões acumulado no ano de 2014.

Do universo das exportações brasileiras entre janeiro e dezembro de 2015, US$ 61,5 bilhões referem-se a exportações das 12.351 empresas apoiadas pelos projetos de promoção comercial da Apex-Brasil (Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos), oriundas de 84 setores da economia. Tais empresas exportaram para 219 mercados ao redor do mundo. Em 2015, o número de empresas apoiadas cresceu 14,5% em relação a 2014, e suas exportações representaram 31,3% do volume total comercializado pelo Brasil. Em parceria com associações de indústria, a Apex-Brasil coordenou a participação brasileira em 941 eventos de promoção comercial e atração de investimentos no exterior, como feiras, missões comerciais, ações em pontos de venda e seminários.

a.2) Plano Nacional de Exportações

Com vistas a estimular a retomada do crescimento econômico, a diversificação e a agregação de valor e de intensidade tecnológica nas exportações brasileiras, foi lançado, em junho de 2015, o Plano Nacional de Exportações (PNE). O Plano se insere em um conjunto de políticas estruturais de desenvolvimento produtivo, coordenadas pelo Governo Federal, com o objetivo de alavancar o crescimento econômico. A ênfase na expansão do comércio exterior se soma às iniciativas governamentais de ampliação de investimentos em infraestrutura, focada no modelo de concessões, de melhorias dos ambientes tributário e regulatório, e de desburocratização e simplificação dos procedimentos de comércio exterior.

O PNE apresenta um conjunto de diretrizes e metas para o fortalecimento do comércio exterior brasileiro, entendido como indutor de competitividade, geração de renda e crescimento econômico do País. O Plano identifica cinco pilares estratégicos de atuação: i) acesso a mercados; ii) promoção comercial; iii) financiamento e garantia às exportações; iv) facilitação de comércio; e v) aperfeiçoamento de mecanismos e regimes tributários de apoio às exportações.

Por meio de uma estrutura que combina diretrizes gerais e metas anuais, o PNE assume um formato dinâmico, que permitirá sua constante atualização, bem como ajustes oportunos em seu conteúdo, de modo a refletir a evolução do cenário doméstico e internacional e melhor atender aos interesses do País. Ressalta-se, ainda, que o PNE contou com ampla participação do setor

privado em sua formulação, com mais de 80 entidades setoriais consultadas e, por meio da retomada do Conselho Consultivo do Setor Privado (Conex), contará com apoio desse segmento da sociedade para seu monitoramento e avaliação.

O Plano contribuirá, ainda, para fazer frente aos desafios decorrentes do cenário atual do comércio internacional, caracterizado pela acomodação dos preços das *commodities* em patamares inferiores aos dos últimos anos; baixa atividade da economia mundial, com retração ou desaceleração de demanda em destinos tradicionais e emergentes das exportações brasileiras; e acirramento da concorrência internacional, em especial em relação a produtos e serviços com maior valor agregado. Assim, entre as realizações do Plano Nacional de Exportações destacam-se as apresentadas a seguir.

A agenda de acesso a mercados prioritários vivenciou um significativo impulso em 2015, por meio da celebração de novos acordos comerciais, expansão de acordos existentes e avanços nas negociações em acordos de livre comércio.

Ainda em 2015, o Brasil assinou os primeiros Acordos de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI) com Angola, Chile, Colômbia, Malaui, México e Moçambique. O ACFI busca promover um ambiente institucional mais propício para a operação das empresas, estabelecendo mecanismos para a mitigação de riscos, prevenção de controvérsias e melhoria da governança para os investidores. Em 2016, pretende-se avançar e concluir as negociações em curso, bem como iniciar novas frentes negociadoras com parceiros estratégicos.

Merece destaque a assinatura entre Brasil e Estados Unidos da América (EUA) de Memorando sobre Facilitação de Comércio, em março de 2015, com o objetivo de identificar gargalos no comércio bilateral e propor iniciativas que apoiem e facilitem o fluxo de bens. Também foi firmado, entre ambos os países, Memorando sobre Normas Técnicas e Avaliação da Conformidade, em julho de 2015, que permite iniciativas setoriais de cooperação regulatória, que visam intensificar o comércio bilateral mediante a remoção ou a redução de dificuldades de acesso resultantes do cumprimento de exigências técnicas.

Na esfera regional, foram iniciadas negociações para a assinatura de um Acordo Comercial Expandido com o México tanto por meio da ampliação significativa do universo de produtos e do nível de preferências contidos no Acordo de Complementação Econômica nº 53 (ACE-53), quanto por meio da negociação de disciplinas em novos temas, incluindo serviços, compras governamentais, facilitação de comércio, medidas sanitárias e fitossanitárias, barreiras técnicas ao comércio, propriedade intelectual, coerência regulatória e outros temas. A primeira Rodada Negociadora foi realizada em novembro na Cidade do México, e a próxima ocorrerá em Brasília no 1º trimestre de 2016.

Foram iniciadas, também em 2016, negociações com o Peru em matéria de comércio de serviços, compras governamentais, investimentos, facilitação de comércio e antecipação do cronograma de desgravação das preferências tarifárias. Com a Colômbia, negociações de compras governamentais e retomadas as negociações sobre serviços foram encetadas. Já com o Chile, lançaram-se as bases para iniciativa negociadora em compras governamentais e facilitação de comércio.

Ressaltam-se, ainda, as negociações realizadas para conclusão de acordos comerciais com países da América Latina no setor automotivo, quais sejam: i) renegociação do acordo com o México; ii) renovação do acordo com a Argentina; iii) redefinição de quotas de veículos e autopeças no acordo com o Uruguai; e iv) sobretudo, assinatura de Memorando de Entendimento com a Colômbia para o comércio preferencial do setor entre os dois países.

No plano extrarregional, foram ensejados esforços em 2015 no sentido de garantir plenas condições para a troca de ofertas (em bens, serviços, investimentos e compras governamentais) no âmbito do Acordo de Livre Comércio entre o Mercosul e a União Europeia (UE). Em 2016, serão envidados esforços para que o processo negociador avance.

O Brasil negociou, ainda, no âmbito do Mercosul, a prorrogação para 2023 de diversos mecanismos de exceções existentes no bloco, fundamentais para o desempenho da economia brasileira. Dentre esses instrumentos, destacam-se: i) a autorização para os Estados-Partes utilizarem regimes nacionais de *drawback* e admissão temporária no comércio intrazona; ii) Lista de Exceção à Tarifa Externa Comum (Letec); iii) Regimes Nacionais para Bens de Capital; iv) Regimes Nacionais para Bens de Informática e Telecomunicações; e v) a manutenção da alíquota em 35% do Imposto de Importação para brinquedos, lácteos e pêssegos.

No tocante às organizações internacionais, em 2015, o Governo brasileiro exerceu papel ativo no âmbito do Sistema de Solução de Controvérsias da Organização Mundial do Comércio (OMC), apresentando pedido de consultas acerca da importação de frangos. Na instância do G20, o Brasil comprometeu-se a trabalhar com os demais países participantes para desenvolver políticas de combate à tendência de desaceleração do comércio global.

O Governo atuou na negociação com parceiros comerciais estratégicos para remoção de barreiras não tarifárias em âmbitos bilateral, regional e multilateral, com abordagem especial da indústria de alimentos, em relação a regulamento do Chile; do setor de bebidas alcoólicas, junto à Tailândia; de diversos setores, junto ao Equador; bem como buscando facilitar o acesso dos setores têxtil e de cerâmica ao mercado dos EUA.

Além dessas iniciativas, foram intensificados os esforços no desenvolvimento do Sistema de Monitoramento de Barreiras Comerciais, o qual será lançado em 2016 e permitirá o levantamento, o processamento e o tratamento adequado das barreiras comerciais impostas aos produtos brasileiros por seus parceiros comerciais.

No ano de 2015, houve, ainda, o lançamento e a divulgação do Sistema de Consulta aos Acordos de Preferências Tarifárias (Capta), que permite o acesso a margens de preferência, regras de origem e tarifas efetivamente aplicadas às exportações e às importações do Brasil em relação aos seus principais parceiros comerciais, propiciando amplo acesso a informações cruciais ao planejamento e à execução de operações de comércio exterior.

O Plano Nacional da Cultura Exportadora (PNCE) busca ampliar o número de empresas exportadoras no Brasil, com base nas diretrizes do Plano Nacional de Exportações. Em 2015, com a maturidade alcançada pelo Plano nos três anos anteriores, o PNCE passou por uma reformulação, que contou com a participação de diversas instituições parceiras em busca de maior efetividade e capacidade de monitoramento.

No atual modelo, o referencial estratégico do PNCE foi aperfeiçoado, bem como sua governança aprimorada, com a constituição de comitês estaduais compostos pelos principais parceiros locais, que são responsáveis pelo planejamento, pela execução e pelo monitoramento das ações de apoio às exportações nos Estados e, também, pelo acompanhamento da evolução das empresas. Houve, ainda, o desenvolvimento de um sistema informatizado que permite o acompanhamento das ações e das empresas a partir de uma base de dados compartilhada entre as instituições parceiras do PNCE, o que possibilita o monitoramento automático dos indicadores. Atualmente, estão cadastradas no Sistema PNCE 292 empresas, 65 ações e 39 instituições parceiras.

No tocante a ferramentas de promoção comercial, cumpre destacar que a Vitrine do Exportador, um Guia antes voltado somente para a promoção de empresas exportadoras de bens, incluiu, ao longo de 2015, empresas exportadoras de serviços. Destas, já estão catalogadas 10.250 empresas, perfazendo a totalidade de empresas que registraram exportações no Sistema Integrado de Comércio Exterior de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio (Siscoserv). Para 2016, estão previstas novas parcerias com o Guia, como a integração entre seu catálogo de empresas estrangeiras (possíveis importadores dos produtos brasileiros) e as empresas exportadoras brasileiras já cadastradas, bem como a entrada do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) como parceiro.

Lista-se, ainda, a relevante participação brasileira na Exposição Universal de Milão, realizada entre 1º de maio e 31 de outubro de 2015, com uma visitação de 21,5 milhões de pessoas. Com o tema "*Feeding the World, Energy for Life*", a Expo Milão reuniu 144 países. O Pavilhão do Brasil, organizado pela Apex-Brasil, recebeu cerca de 5,3 milhões de pessoas, além de diversos eventos de promoção comercial e de imagem.

Com relação à concessão de crédito às exportações em 2015, merecem destaque: i) o Programa de Financiamento às Exportações (Proex) que, em 2015, apoiou 24 empresas com equalização de taxas de juros, viabilizando, assim, US$ 5,1 bilhões em exportações, e 146 empresas, na modalidade financiamento, que permitiram exportar US$ 360 milhões em bens e serviços; e ii) o Programa Mais Alimentos Internacional, que enquadrou 21 novas operações que promoverão US$ 80,78 milhões em exportações de máquinas agrícolas para países da África, da América Latina e do Caribe, ampliando o número de países beneficiados com o Programa.

Em relação ao Seguro de Crédito à Exportação (SCE), implantado em junho de 2015 para as micro, pequenas e médias empresas (MPME), foram aprovadas 40 operações que resultaram em mais de US$ 4 milhões em exportações. Outra medida adotada para o aperfeiçoamento do Fundo de Garantia à Exportação (FGE) refere-se à mudança de metodologia do cálculo da margem de solvência e da alavancagem do Fundo, que permitiu aumentar o limite de exposição do FGE, viabilizando a aprovação de novas operações.

A metodologia de precificação de operações usadas no Convênio de Pagamento e Crédito Recíprocos (CCR), antes aplicável somente a financiamentos públicos, passou a ser extensiva a financiamentos concedidos por bancos privados, estimulando sua atuação no financiamento a exportações brasileiras para os países da Associação Latino-Americana de Integração (Aladi).

No tocante à agenda de facilitação comercial, foram alcançados avanços na reformulação dos processos de importação, exportação e trânsito aduaneiro no Brasil, buscando maior eficiência, harmonização e integração entre todos os intervenientes públicos e privados no comércio exterior. Com uma única interface entre Governo e usuário (*single window*), o Portal Único do Comércio Exterior permite que as informações sejam homogeneizadas e as consultas simultâneas, com custos operacionais e prazos para conclusão das operações significativamente menores. A coordenação entre os órgãos e a maior qualidade das informações propiciam maior celeridade na liberação de cargas, inclusive por meio de inspeções unificadas.

Em 2015, entrou em produção o módulo de Anexação de Documentos do Portal Único, destinado à recepção eletrônica de documentos em substituição à apresentação de versões em papel. O Sistema foi adotado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Secretaria de Comércio Exterior (Secex/MDIC), que excluíram solicitações de documentos em papel em seus processos relativos a importações e exportações. Os demais órgãos governamentais envolvidos, como Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), estão em processo de adesão ao módulo, o que representará o "fim do papel" no comércio exterior brasileiro. A partir de 2016, o novo fluxo processual, construído em parceria com o setor privado e submetido à consulta pública, será utilizado para o desenvolvimento do módulo de exportação do Portal.

O Governo atuou, ainda, na implementação dos compromissos do Acordo de Facilitação de Comércio da OMC e na regulamentação dos procedimentos de destruição ou devolução de mercadorias por meio da Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015. Outro destaque foi a elaboração dos primeiros textos negociadores (*templates*) para os capítulos de Facilitação de Comércio e Coerência Regulatória que poderão ser negociados com diversos parceiros comerciais.

No que se refere aos mecanismos e regimes tributários em apoio às exportações, lançou-se, em 2015, o novo módulo do Siscomex *Drawback* Isenção *Web*, que automatizou procedimentos, agilizando as operações. No âmbito das importações, foram implementados diversos mecanismos de simplificação e transparência de procedimentos, dentre as quais podem ser destacados os relativos ao licenciamento das importações envolvendo cotas tarifárias amparadas por acordos celebrados no âmbito da Aladi.

Também merecem destaque as importações de máquinas e equipamentos sob o Regime do Reporto, que até setembro de 2015 alcançaram o valor de US$ 329 milhões, promovendo maior agilidade no tratamento de cargas e documentos, contribuindo para a diminuição do custo Brasil. Também foram adquiridas no exterior 20 linhas de produção industrial completas, ampliando e atualizando o parque industrial brasileiro, com investimento total de US$ 31 milhões, sendo US$ 20 milhões em compras domésticas, com a criação de cerca de 300 novos postos de trabalho.

Ressalta-se, ainda, o regime brasileiro de Zonas de Processamento de Exportação (ZPE), que se configura como uma alternativa para o desenvolvimento econômico e social do País, por intermédio do incremento das exportações nacionais. Com seus benefícios tributários, administrativos e cambiais, as ZPEs contribuem para a atração de investimentos produtivos à economia nacional, promovendo a geração de emprego e renda, a inovação tecnológica e a redução dos desequilíbrios regionais. Em 2016, estarão em funcionamento as ZPEs do Ceará, do Acre e de Parnaíba/PI.

As ZPEs têm se consolidado como modelo bem-sucedido de atração de investimentos nos estados onde estão em processo de implantação. No caso do Ceará, por exemplo, os projetos industriais em instalação na ZPE contam com investimentos totais de cerca de US$ 5,5 bilhões. Desses, US$ 3 bilhões já foram realizados até 2015 e há previsão de início das exportações em meados de 2016. Registra-se que é um dos maiores empreendimentos privados em curso no País, que gerou, no período da construção, cerca de 23 mil empregos diretos e indiretos em 2015. Os empreendimentos na ZPE do Ceará trarão um incremento da ordem de 48% do Produto Interno Bruto (PIB) Industrial e 12% do PIB estadual.

Ressalta-se que, em 15 de julho de 2015, foi publicado o Decreto de criação da ZPE de Rondônia, a ser implantada no Município de Porto Velho, à qual foi destinada um terreno de 258,6 hectares. Quando em pleno funcionamento, as ZPE de Rondônia, juntamente com a do Acre, serão de grande importância para o desenvolvimento da região Norte do País.

a.3) Defesa Comercial

Em relação ao combate às práticas desleais de comércio, em 2015, foram iniciadas 38 investigações de *dumping*. Nesse período, foram encerradas 36 investigações com aplicação de direito *antidumping* (das quais uma era relativa à extensão de direito *antidumping* decorrente de revisão de anticircunvenção), além de 25 procedimentos sem aplicação de medidas. Em 2015, estavam em curso 33 investigações de *dumping* e uma de subsídios. Das 160 medidas de defesa comercial em vigor, 154 eram relativas a direitos *antidumping* definitivos e seis consistiam em medidas anticircunvenção. No tocante ao apoio ao exportador brasileiro investigado no exterior, foram atendidos 11 setores cujas exportações foram afetadas por procedimentos de defesa comercial. Foram suspensas, por razões de interesse público, duas medidas de direito *antidumping* e também a exigibilidade de direito *antidumping* e de medida compensatória nas importações referentes à realização dos Jogos Rio 2016.

As investigações originais de *dumping* amparadas pelo Novo Marco Regulatório brasileiro vêm apresentando avanços significativos no que se refere à redução dos prazos, com média de 48 dias entre o recebimento da petição e o início da investigação; de 118 dias, entre o início da investigação e a publicação da determinação preliminar; e de 361 dias, entre o início da investigação e a publicação da determinação final. Para fins de comparação, as medidas para esses três marcos, em investigações conduzidas sob a legislação anterior, eram de 165, 329 e 495 dias, respectivamente.

Nesse sentido, foi lançado o Sistema Decom Digital (SDD), sistema de informatização dos processos de defesa comercial que substitui os documentos impressos por eletrônicos. Em 2015, foram recebidas, por meio desse sistema, 16 petições de investigações de *dumping*, das quais oito já se tornaram processos. Ademais, foram recebidas, também, quatro petições de avaliação de escopo de direitos *antidumping*. Em 2016, será implementada a segunda etapa do SDD, a qual contemplará os demais procedimentos de defesa comercial, além das investigações *antidumping*.

Com vistas ao incremento da competitividade brasileira no comércio internacional, o Governo avançou, ao longo de 2015, em diversas frentes relativas a negociações de acesso a mercados, em consonância com as ações previstas no Plano Nacional de Exportações. Nesse contexto, destaca-se o lançamento das negociações para a assinatura de um Acordo Comercial Expandido com o México, com base no aprofundamento do Acordo de Complementação Econômica nº 53 (ACE-53). A primeira Rodada Negociadora foi realizada em novembro, na Cidade do México, e a próxima ocorrerá em Brasília/DF, no 1º trimestre de 2016.

Além disso, em 2015, foram realizados 42 processos de investigações de origem, dos quais 40 casos eram contra supostas empresas fabricantes de objetos de louça, e dois contra supostas empresas fabricantes de cadeados. Dos 40 casos de objeto de louça, em apenas 11 ficou comprovado que a empresa era efetivamente fabricante, segundo as normas brasileiras. Essas investigações realizadas pelo Governo têm por finalidade identificar empresas que tentam exportar para o Brasil com falsa declaração de origem, a fim de burlar o pagamento do direito *antidumping* aplicado nas importações brasileiras de determinados produtos.

b) Comércio e Serviços

O setor terciário teve significativo crescimento nos últimos anos e, mesmo com a desaceleração recente, deve continuar como setor fundamental na dinâmica da economia brasileira. A representatividade do setor terciário, de 2003 a 2015 (pelo acumulado em quatro trimestres até o 3º trimestre de 2015), passou de 65,8% para 71,9% do valor adicionado do PIB, segundo dados das Contas Nacionais Trimestrais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O setor de serviço representou 73,4% do emprego formal em 2014, de acordo com dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), do Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS), sendo que apenas comércio e serviços privados (excluindo a administração pública) constituíram 54,6% do emprego formal total no período.

O recente processo de inclusão social experimentado pela sociedade impulsionou a evolução do comércio e dos serviços e deve sustentar, nos próximos anos, a continuação da trajetória de expansão do mercado consumidor e a diversificação dos negócios. Além disso, a interação dos serviços com a indústria e outros setores produtivos é importante no desenvolvimento das economias e deve estar na pauta da formulação de políticas públicas dada a necessidade de fortalecer serviços relacionados à agregação de valor, maior produtividade e diferenciação de marcas e produtos.

Em 2015, foram divulgadas oficialmente as Estatísticas do Comércio Exterior de Serviços a partir dos registros efetuados no Siscoserv. Desde agosto de 2012 – início do Siscoserv, até o final de 2015, computaram-se 19.098.273 operações registradas no Sistema, por 38.237 usuários, em transações com 245 países. Os dados do Siscoserv foram compartilhados ainda com outras instituições para apoiar seus trabalhos internos, a exemplo do setor privado e da Academia, além dos países-membros da Aladi e do Grupo de Estatísticas de Serviços do Mercosul.

Com o objetivo de proporcionar aos setores público e privado e aos demais atores interessados maior nível de informação relativa ao comércio exterior de serviços do Brasil, iniciou-se, em 2015, o desenvolvimento de metodologia capaz de mapear oportunidades de negócios para empresas brasileiras do setor em mercados de potenciais parceiros, a partir de estudo-piloto com foco no mercado colombiano. Em 2016, serão elaborados novos estudos centrados em mercados prioritários para o setor de serviços.

Ainda no intuito de promover a competitividade do setor terciário nacional, organizou-se, em parceria com o setor privado, a Agenda de Competitividade Externa. O diálogo com entidades setoriais e a cooperação bilateral iniciados em 2015 como, por exemplo, a negociação de um Memorando de Entendimentos em Comércio de Serviços com a China e com a Índia, terá continuidade em 2016.

O Governo atuou em diversos temas voltados ao desenvolvimento do setor terciário no País, com destaque para a criação do Fórum de Competitividade do Varejo. O Fórum, composto por entidades representativas do setor, formulou a Agenda de Competitividade do Varejo, que inclui temas como: i) a simplificação das obrigações fiscais; ii) a modernização das relações trabalhistas; iii) o fortalecimento do comércio eletrônico; iv) a otimização dos serviços de logística; v) a automação de processos, crédito e financiamento; vi) os meios de pagamento; e vii) a qualificação da gestão e capacitação da mão de obra, dentre outros.

Entre as publicações lançadas em 2015, destacam-se o "Calendário Brasileiro de Exposições e Feiras", e o volume 2 do "Estudo sobre o Fomento do Uso de Etiquetas Inteligentes nos Setores do Comércio e Serviços Logísticos", em parceria com a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), para a apresentação de algumas das experiências em operação do País com o uso das chamadas etiquetas inteligentes, que promovem eficiência e produtividade na gestão das cadeias logísticas.

b.1) Micro e Pequenas Empresas

O Governo Federal trabalha na implementação de medidas para assegurar efetividade ao tratamento diferenciado e simplificado para as micro e pequenas empresas, de acordo com o estabelecido pela Constituição Federal e conforme disposto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

As micro e pequenas empresas (MPEs) representam mais de 95% dos negócios estabelecidos em território nacional. Apenas os microempreendedores individuais (MEIs) somam mais de cinco milhões de pessoas. Em 2015, foram abertas 542.650 empresas, e registrados 1.027.534 MEIs, totalizando 1.570.184 empresas constituídas no País.

A partir da experiência bem-sucedida de simplificação do Marco Regulatório aplicável às MPEs, particularmente no que se refere ao processo de registro e legalização de empresas, foi criado o programa Bem Mais Simples Brasil, por meio do Decreto nº 8.414, em 26 de fevereiro de 2015. O Bem Mais Simples Brasil contempla três eixos: empresa, cidadão e Governo, e tem suas ações definidas com base em cinco diretrizes: i) eliminar exigências que ficaram obsoletas com a evolução tecnológica; ii) permitir o acesso aos serviços públicos em um só lugar; iii) unificar o cadastro e a identificação do cidadão; iv) guardar informações dos cidadãos para consultas; e v) resgatar a fé na palavra do cidadão, substituindo documentos por declarações pessoais.

No eixo empresa, o Bem Mais Simples Brasil veio fortalecer as ações já iniciadas de simplificação das obrigações empresariais. Além da implantação do serviço de baixa automática de empresas, foi dada ênfase à implantação de sistema integrador dos processos de registro e legalização de empresas no âmbito da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim), de que trata a Lei nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007, de acordo com os aperfeiçoamentos estabelecidos pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014.

Por sua vez, o novo sistema de Registro e Licenciamento de Empresa (RLE) foi desenvolvido e homologado, o que viabilizou a baixa automática de empresas e permitirá, a partir da implantação do módulo abertura, já iniciada como piloto no Distrito Federal, a redução do tempo gasto para constituição de um novo negócio de 83 dias para menos de uma semana. Além disso, o País contará com uma Base Nacional de Empresas (BNE), que reunirá, entre outros, dados referentes à localização, ao registro

mercantil, aos registros tributários e ao licenciamento, que poderão ser acessados por órgãos e entidades públicas. Atualmente, está formado um cadastro de empresas feito a partir de 27 bases distintas, contendo apenas as informações do registro mercantil.

Além da integração dos processos de registro e legalização de empresas em um só sistema informatizado, que poderá ser acessado por qualquer pessoa que desejar abrir ou baixar uma empresa, os aperfeiçoamentos regulatórios permitirão a classificação de risco da atividade, tornando prescindível a visita prévia para o licenciamento de atividades de baixo risco. O usuário responderá a um questionário, que determinará a necessidade ou não de fiscalização prévia no estabelecimento que pretende constituir. Empresas classificadas como de baixo risco poderão dar início a suas atividades com mais rapidez e sem burocracia.

Por meio do Portal Empresa Simples, além do registro e da legalização de empresas, o empreendedor poderá ter acesso também, a partir de 2016, à Praça Eletrônica de Negócios, instrumento de promoção comercial, por meio da divulgação dos produtos e dos serviços das empresas, com o acesso simplificado a compras públicas, comércio exterior, oportunidades de crédito, inovação e oportunidade para melhoria da gestão do negócio.

Para o acesso às compras públicas, destaca-se o Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, que regulamenta os dispositivos da Lei Complementar nº 123. O tratamento diferenciado às MPE nas compras públicas passou a valer independente de previsão no instrumento convocatório. Além disso, no caso de não regulamentação ou regulamentação desfavorável dos dispositivos da Lei Geral das MPEs pelos governos subnacionais, será aplicada automaticamente a legislação federal mais favorável; o limite de R$ 80 mil para licitações exclusivas para micro e pequenas empresas passa a valer por item licitado; o prazo para regularizar pendências fiscais foi ampliado; e foi estabelecida a preferência às MPEs nas licitações de pequeno valor ou quando o fornecedor for empresa local ou regional.

No primeiro semestre de 2015, a participação das MPEs nas compras públicas foi de R$ 10,78 bilhões ou 37,2% do total de R$ 28,9 bilhões gastos pelo Governo Federal, enquanto, em 2014, essa porcentagem foi de 27%.

Para tornar possível a ampliação do mercado para os pequenos negócios, o Governo Federal trabalha para apresentar uma proposta para regulamentação da instituição do regime simplificado de exportação de que trata a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Trata-se do Simples Internacional, cujo elemento central é a figura do operador logístico, que cumprirá todos os requerimentos administrativos e de logística envolvidos em uma operação de comércio exterior, tornando uma venda para o exterior tão simples quanto uma venda no próprio País.

Também em 2015 foi elaborado projeto no âmbito do e-Social para garantir que o tratamento diferenciado, simplificado e favorecido às micro e pequenas empresas seja cumprido. O módulo *web* para MPEs do e-Social teve seu desenvolvimento iniciado em 2015 e será finalizado em 2016, em conformidade com a Resolução n° 01/2015 do Comitê Diretivo do e-Social, que estabelece a transmissão integrada de eventos fiscais, previdenciários e trabalhistas, a partir de janeiro de 2017, para as MPEs.

No eixo cidadão, o Bem Mais Simples Brasil apresenta como projetos estruturantes a Base Nacional Biográfica, a Base Nacional Biométrica e a Base Nacional de Informações Integradas do Cidadão.

A partir das discussões sobre a Base Nacional Biográfica e a Base Nacional Biométrica, foi apresentada proposta de criação do Registro Civil Nacional (RCN), em parceria com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), por meio de projeto de lei (PL) encaminhado ao Congresso Nacional em 1º de junho de 2015 (PL nº 1775/2015), com o objetivo de garantir identificação inequívoca do cidadão, economia de recursos públicos e o combate eficiente às fraudes.

Como resultado da Universalização do Simples, que permitiu que toda micro e pequena empresa com faturamento de até R$ 3,6 milhões por ano, independente do setor de atividade, pudesse aderir ao sistema simplificado de tributação – o Simples Nacional –, mais de 579.450 novas empresas entraram nesse regime tributário, o que representa um aumento de 400% de inclusão em relação ao ano de 2014. O crescimento na arrecadação proporcionado pela medida foi, até setembro de 2015, da ordem de 5,96%. Com isso, as micro e pequenas empresas têm se consolidado como aquelas que mais geram empregos no Brasil. De janeiro a setembro de 2015, foram criadas 104.244 postos de trabalhos nas MPEs.

Contudo, o Simples Nacional precisa ser aperfeiçoado com a revisão do limite para enquadramento e as faixas de tributação. Nesse sentido, o Governo Federal apoiou iniciativa específica da Frente Parlamentar da Micro e Pequena Empresa da Câmara dos Deputados, no sentido da aprovação do Projeto Crescer sem Medo (PLP 25/2007 – PLP 448/2014), que tem como objetivo criar melhores condições para a ampliação da oferta de crédito para as MPEs.

Por fim, no âmbito do Programa do Artesanato Brasileiro (PAB), destacam-se quatro eventos de oportunidades de negócio em 2015, onde foram comercializadas cerca de 173.722 mil peças, com faturamento aproximado de R$ 3,8 milhões. Ressalta-se que os maiores desafios enfrentados pelo artesão são as oportunidades de mercado para escoamento do artesanato. Já com relação ao Cadastro Nacional do Artesão e Trabalhador Manual, foram cadastrados no PAB 7.083 pessoas na Carteira Nacional do Artesão e 5.020 na Carteira Nacional do Trabalhador Manual, totalizando desde 2012, o cadastramento de 114.054 artesãos e trabalhadores manuais, que vêm sendo beneficiados com a isenção ou a redução do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas 27 unidades federativas.

c) Política Industrial

A política industrial brasileira é um conjunto de medidas que visam a alteração da estrutura produtiva do País, focando no aumento da qualidade, da competitividade e da eficiência da indústria nacional. A política industrial relativa ao período de 2011-2014 foi o Plano Brasil Maior (PBM), que adotou a abordagem setorial, com foco em ações como a desoneração fiscal sob a forma de regimes tributários especiais; e marcado por programas setoriais de grande envergadura, tais como o Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores (Inovar-Auto). Dentre as iniciativas mais exitosas, destacam-se o Inova Empresa, as Margens de Preferência e as Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDP) na área da saúde. Para as próximas medidas de política industrial, espera-se avançar em ações de caráter transversal e sistêmico, voltadas para o setor manufatureiro, que tem reduzido sua participação no PIB brasileiro.

Alguns elementos são centrais para a estruturação de novo conjunto de ações em benefício da competividade da indústria, tais como: i) elevação da produtividade no nível da empresa; ii) redução dos custos de produção; iii) redução de custos sistêmicos; iv) aprimoramento das políticas de inovação; e v) inserção nas cadeias globais de valor.

A retomada do crescimento e o processo de inclusão social que marcaram a economia brasileira no passado recente requerem, a partir de agora, com vistas a garantir sua sustentabilidade, a elevação dos níveis de produtividade da econômica como um todo, dado que os aspectos demográficos e a dinâmica do mercado de trabalho já não asseguram, de forma autônoma, a expansão do PIB pelo ingresso de nova força de trabalho na atividade econômica.

O novo ciclo da política industrial deverá contemplar o estímulo à modernização do parque fabril, o aperfeiçoamento do sistema de capacitação e treinamento da mão de obra de acordo com as necessidades da indústria e a criação de um sistema nacional integrado de extensão industrial, tecnológica e gerencial para atendimento diferenciado a micro, pequenas e médias empresas. Consideram-se, ainda: i) ações de simplificação, desburocratização e racionalização, para redução do tempo de abertura e obtenção

de licenças para funcionamento das empresas; ii) aperfeiçoamento das regras para contratação de mão de obra; iii) redução de obrigações acessórias ao pagamento de impostos; e iv) celeridade nos processos de licenciamento de órgãos reguladores.

No âmbito da política industrial ora em desenvolvimento, propõe-se promover uma abertura comercial programada, que garanta acesso a insumos, tecnologias, equipamentos e materiais, que favoreçam o desempenho exportador e a competitividade.

Por outro lado, embora a nova política industrial tenha foco prioritário em políticas horizontais, há espaço para adoção de políticas setoriais, como as dirigidas às bases das cadeias produtivas, a exemplo dos setores de insumos básicos e de bens de capital produzidos no País, tomando como referência os níveis internacionais.

Neste sentido, o PNE contribui para a política comercial do Brasil. A ampliação da participação de manufaturados na pauta de exportação é fundamental para reduzir a dependência das exportações de *commodities*, levando em consideração um cenário de desaceleração da economia chinesa e de outras economias avançadas. O País tem uma economia diversificada e um amplo parque industrial que responderá positivamente a uma abertura comercial estruturada, aumentando a base exportadora brasileira e o número de destinos e mercados.

c.1) Desenvolvimento Produtivo

Inovar-Auto

O Inovar-Auto, instituído pela Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, e regulamentado pelo Decreto nº 7.819, de 3 de outubro de 2012, voltado para apoiar o desenvolvimento tecnológico, a inovação, a segurança, a proteção ao meio ambiente, a eficiência energética e a qualidade dos automóveis – caminhões, ônibus e autopeças –, continua registrando bom desempenho.

Como resultados das ações provenientes das 56 habilitações realizadas até dezembro de 2015 (24 fabricantes, 15 importadoras e 17 projetos de investimento), houve evolução nos produtos comercializados no País, especialmente no sentido de melhoria da eficiência energética, com diminuição de poluentes e menor consumo de combustível, e também em relação à segurança veicular. Quanto à instalação de novas fábricas em território nacional, já estão aprovados 17 projetos de investimento no âmbito do Programa.

Para o ano de 2016, está previsto o início de mais dois empreendimentos nos Municípios de Itatiaia/RJ e Iracemápolis/SP. De janeiro de 2013 até outubro de 2015, os investimentos já realizados ultrapassaram R$ 4,6 bilhões, com aumento da capacidade produtiva em 374 mil automóveis por ano e potencial de geração de sete mil empregos diretos. Até o final da vigência do Programa (dezembro de 2017), ainda há previsão de investimentos adicionais na ordem de R$ 2,7 bilhões para 110 mil unidades adicionais, e possibilidade de geração de mais 3.160 postos de trabalho diretos.

Ex-Tarifário

Com o Regime de Ex-Tarifário, tem sido possível a redução temporária do Imposto de Importação de 14% para 2% sobre Bens de Capital (BK) e de 25% para 2% sobre Bens de Informática e Telecomunicações (BIT), exclusivamente em produtos sem produção nacional. Tal instrumento possibilita o acesso do setor privado nacional a bens com tecnologia de ponta, disponíveis no exterior, facilitando e incentivando os investimentos produtivos no Brasil. De janeiro a dezembro de 2015, foram realizadas 50 Consultas Públicas para avaliar a existência de produção nacional, que resultaram na aprovação pela Camex de 3.317 ex-tarifários, com previsão de importações que chegam a US$ 7,7 bilhões em BK e BIT, associados a projetos de investimentos estimados em US$ 19 bilhões.

Programa de Qualificação e Desenvolvimento de Fornecedores

O Programa Nacional de Desenvolvimento de Fornecedores, conjunto de projetos de capacitação e desenvolvimento de fornecedores, tem por objetivo a promoção de relacionamentos cooperativos, mutuamente atrativos, entre grandes empresas âncoras e fornecedores de sua cadeia produtiva, com a finalidade de adequar os últimos aos requisitos das primeiras e facilitar a realização de negócios entre elas, melhorando a competitividade das empresas envolvidas e da cadeia produtiva como um todo, diminuindo a dependência de fornecedores externos. No âmbito do Programa foram firmados os seguintes convênios:

- Convênio em parceria com o Instituto Euvaldo Lodi (IEL) de Pernambuco – O Projeto atende a 25 empresas e está em fase final de execução. As principais áreas de atendimento às empresas são: i) *Lean Manufacturing* ou Manufatura Enxuta; ii) Sistema de Gestão da Qualidade no Fornecimento; iii) Sistema de Gestão Fiscal, Financeira e Trabalhista; iv) Sistema de Gestão da Saúde e Segurança no Trabalho; e v) Sistema de Gestão Ambiental e Responsabilidade Corporativa. Destaca-se que há 11 empresas do Programa fornecendo para a cadeia automotiva, totalizando mais de 50 contratos de fornecimento e resultando em mais de R$ 3 milhões em negociações;

- Convênio em parceria com o IEL de Minas Gerais, voltado ao segmento de petróleo, gás e naval, compreendida na cadeia produtiva de metalmecânico – O Projeto atende a 42 empresas e está na fase final de execução. Dentre as ações estruturantes do Programa, as empresas atenderam a diversos cursos, como: i) "Capacitação em Requisitos do Sistema de Gestão da Qualidade"; ii) "Elaboração de Propostas e Negociação para Petróleo, Gás e Naval (P,G&N)"; "Capacitação em Análise de Custo e Precificação para P,G&N"; e "Capacitação em ISO 9001". Como estratégia de acesso ao mercado, destaque para as seguintes entregas: i) identificação da inserção dos setores metalmecânico, eletroeletrônico, metalúrgico e serviços de engenharia nas cadeias de P,G&N avaliadas; ii) caracterização das oportunidades e ameaças para empresas pertencentes a regiões e setores focos do Projeto; iii) elaboração do catálogo de fornecedores das regiões foco; e iv) criação de um Portal de Informações com seções dedicadas a serviços de apoio à indústria, mercados, potenciais clientes e fornecedores da cadeia; e

- Convênio em parceria com o IEL da Bahia – O Projeto atende a 28 empresas no Estado da Bahia e está em fase final de execução. As principais áreas de qualificação dos participantes são: i) Administração da produção; ii) Planejamento, programação e controle da produção; e iii) Manufatura Enxuta ou *Lean manufacturing*.

Processo Produtivo Básico

O Processo Produtivo Básico (PPB) foi definido pela Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, como o conjunto de etapas fabris mínimas necessárias como contrapartida aos benefícios fiscais concedidos às empresas instaladas na Zona Franca de Manaus (ZFM). Posteriormente, foi adotado também como contrapartida para os incentivos fiscais concedidos pela Lei de Informática (Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991). Em 31 de dezembro de 2015, havia um total de 77 pleitos de PPB. Além disso, foram publicadas, em 2015, 77 Portarias. A fiscalização do cumprimento de PPBs, realizada em conjunto com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), chegou a 30 empresas entre janeiro e dezembro de 2015.

c.2) Investimentos

O ano de 2015 foi marcado no Brasil e no mundo pelas incertezas que causaram adiamento de decisões de investimento no âmbito do setor produtivo. Como resultado, a demanda por recursos do BNDES foi menor que a de anos anteriores.

Desembolsos do BNDES em 2014 e 2015 (R$ milhões)

ÁREAS DE ATUAÇÃO	DESEMBOLSOS	
	2014	2015 (*)
Infraestrutura (AIE)	30.623	25.073
Infraestrutura social (AS)	19.585	12.336
Insumos básicos (AIB)	17.359	11.708
Industrial (AI)	21.149	9.255
Operações indiretas (AOI)	82.018	44.395
Agropecuária e inclusão social (Agris)	7.196	8.635
Comércio exterior (AEX)	9.284	4.973
Outras	623	453
TOTAL	**187.837**	**116.828**

Fonte: Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).
Observação: (*) Posição: 30 de novembro de 2015.

Os principais destaques referentes aos desembolsos do BNDES, no período de janeiro a novembro de 2015, foram: i) operações no setor de Energia (R$ 17,4 bilhões) e de Logística (R$ 7,6 bilhões), na área de infraestrutura; ii) operações com o setor público, com destaque significativo para as linhas de apoio à mobilidade urbana (R$ 7,7 bilhões), na área de infraestrutura social; iii) operações relacionadas ao setor de Petróleo e Gás (R$ 4,4 bilhões), papel, celulose e florestas plantadas (R$ 3,2 bilhões) e Metalurgia (R$ 1,6 bilhão), na área de insumos básicos; iv) operações de Comércio e Serviços (R$ 1,9 bilhão), setor de Indústrias de Veículos e Associadas (R$ 2,4 bilhões), tecnologia de informação e comunicação (R$ 2,3 bilhões), complexo sucroalcooleiro e produção de biocombustíveis (R$ 1,4 bilhão), na área industrial; v) operações por meio dos produtos BNDES-Finame (R$ 30,5 bilhões), BNDES Automático (R$ 3,5 bilhões), e Cartão BNDES (R$ 10,4 bilhões), na área de operações indiretas, sendo liberados às micro e pequenas empresas, nesses produtos, R$ 22,5 bilhões; vi) programas automáticos com ênfase no setor agrícola (R$ 6,6 bilhões), na área da agropecuária e inclusão social, sendo que no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) foram R$ 2 bilhões; e vii) modalidade pós-embarque de apoio à comercialização (R$ 4,5 bilhões), na área de comércio exterior.

c.3) Inovação e Tecnologia

No sentido de promover a inovação nas empresas brasileiras, o Governo Federal, em 2015, deu continuidade a uma série de ações com vistas à expansão, diversificação e aperfeiçoamento dos mecanismos de incentivo a novos negócios, capacitação de talentos e fortalecimentos de competências tecnológicas, destacando-se:

- Oferta de 42 mil vagas de qualificação profissional por meio de parceria entre o MDIC e o Ministério da Educação (MEC), no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), para o atendimento da demanda

apresentada pelo setor produtivo. Para 2016, um dos objetivos é implementar o Portal de Qualificação Profissional do Pronatec, que contará com um sistema de captura de demanda em tempo real e um banco de alunos e talentos formados pelo Programa, além de fazer a aferição dos resultados de empregabilidade dos alunos;

- No programa InovAtiva Brasil (*startups*), foram selecionados 127 projetos para acesso a mentoria e *workshops,* sendo que, desses, 92 finalistas apresentaram seus negócios a potenciais investidores e parceiros nacionais e internacionais. Para 2016, pretende-se concluir a plataforma tecnológica própria do programa para cadastrar todos os mentores e gerenciar o relacionamento deles com empreendedores iniciantes;

- Lançamento do *Innovate in Brazil* (www.innovateinbrazil.com.br) para que investidores tenham acesso a informações sobre o ambiente de inovação do Brasil (recursos humanos, infraestrutura tecnológica, instrumentos governamentais de apoio à Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), entre outros). Em 2015, foram inaugurados 14 centros de P&D privados; e

- No âmbito da cooperação internacional para a inovação, merecem destaque: i) o lançamento da 1ª Chamada para Apresentação de Propostas de Cooperação Tecnológica entre Brasil e França; ii) a realização da III Reunião do Grupo de Trabalho Brasil-França de Inovação; iii) a assinatura da Declaração Conjunta de Intenções sobre Cooperação Bilateral em P&D com o Ministério de Economia e Energia da República Federal da Alemanha (BMWi); iv) a aprovação no *Prosperity Fund* da Embaixada do Reino Unido da Fase Britânica do InovAtiva Brasil para internacionalização de *startups* nacionais; v) a aprovação, no âmbito dos Diálogos Setoriais da Comissão Europeia, de projeto de consultoria para a reformulação dos currículos de engenharia no Brasil; e vi) o lançamento do Portal de Cooperação Internacional (www.cooperacaointernacional.mdic.gov.br), que atuará como plataforma *online* de informação e *matchmaking* para empresas que desejem participar dos editais de cooperação em P&D.

O tema da propriedade industrial vem ocupando destaque cada vez maior na agenda do Governo, dada a importância da inovação tecnológica e da proteção da propriedade industrial para o desenvolvimento do País. Em 2015, o total de pedidos de patente depositados no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi) foi de 33.043.

O número de pedidos de patentes pendentes de decisão final (*backlog*) totalizou, no mês de dezembro, em 211.478 mil. Dentre as ações empreendidas, pelo Inpi, para reverter a situação de crescimento do *backlog* e do atraso na concessão de patentes, destacam-se: i) a criação do depósito eletrônico simplificado, com o qual se almeja atingir 90% da documentação entregue na forma digital; ii) a implementação de novos programas de exame prioritários voltados para microempresas e deficientes físicos; e iii) a negociação para implementação de plataformas de exame colaborativo com outros países, incluindo a realização de um projeto-piloto do *Patent Prosecution Highway* (PPH), com os EUA, e o Sistema de Cooperação Regional em Propriedade Intelectual (PI) na América do Sul (Prosul).

No tocante ao pedido de registro de marca, a quantidade de pedidos pendentes de exame (*backlog*) foi reduzida em 5,4%. A utilização do sistema *online* e-Marcas para apresentação de pedidos de registro de marca teve crescimento em 2015, com 99% de adesão. Avançou-se, também, no aperfeiçoamento dos fluxos de trabalho e preparou-se o lançamento da segunda edição do Manual de Marcas, que consolida os procedimentos administrativos e critérios técnicos de exame dos pedidos de registro.

No que se refere aos pedidos de indicação geográfica (IG), em 2015, foram depositados 12 pedidos, sendo concedidos quatro registros de indicação geográfica, todos nacionais. Os registros concedidos foram três da espécie Indicação de Procedência — Pantanal, para mel, do Estado do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; Farroupilha, para vinhos, do Estado do Rio Grande do Sul; Maracaju, para linguiça, do Estado do Mato Grosso do Sul — e um da espécie Denominação de Origem (DO) — Ortigueira, para mel, do Estado do Paraná.

Com o intuito de facilitar o acesso e imprimir agilidade ao atendimento dos requerimentos de averbação de contratos de transferência de tecnologia, entrou em operação, em julho de 2015, o formulário eletrônico, possibilitando ao usuário demandar serviços ou praticar atos processuais por meio da Internet. De julho a dezembro de 2015, a participação média do formulário eletrônico alcançou 77% do total de requerimentos, enquanto a participação dos pedidos em papel foi de 23%. Para aumentar a transparência do mercado de ativos em propriedade industrial, foi implantado, em novembro de 2015, uma nova interface de comunicação entre o usuário externo e o Inpi, intitulada pesquisa *web* para Contratos de Tecnologia. A ferramenta possibilitou acesso fácil e rápido ao andamento de cada processo registrado na base de dados do Instituto.

Em 2015, o Governo, por meio do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), forneceu apoio técnico ao processo de inovação, fortalecimento e modernização da indústria nacional, contribuindo, também, para a melhoria contínua dos serviços prestados ao cidadão. As ações do Instituto foram estruturadas em três eixos: i) Promoção da Justa Concorrência e Proteção ao Cidadão; ii) Infraestrutura Técnica para Metrologia e Qualidade; e iii) Apoio a Programas Governamentais e à Competitividade Sistêmica.

c.3.1) Promoção da Justa Concorrência e Proteção ao Cidadão

O Inmetro lançou, em agosto de 2015, o Certifiq, um banco de dados no qual o cidadão pode consultar quais empresas possuem certificações ISO 9001 e ISO 14001, promovendo uma maior visibilidade das informações a respeito dessas certificações.

Com o objetivo de identificar a comercialização de produtos regulamentados pelo Instituto que foram banidos ou que são objetos de *recall*, em domínios registrados no País, o Inmetro participou de iniciativa mundial para monitoramento do comércio eletrônico de produtos irregulares, coordenada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). A ação, inédita no mundo, envolveu autoridades regulamentadoras de mais de 40 países. Durante a iniciativa, foram encontrados 21 indícios de produtos inseguros (brinquedos e chupetas customizadas) sendo comercializados em 12 sítios diferentes.

Em 2015, incrementou-se a cooperação técnica com a RFB, aumentando o número de ações de verificação de cargas em portos e aeroportos. A essa estratégia, soma-se a diretriz de deslocar as ações de acompanhamento no mercado do varejo para toda a cadeia de fornecimento de produtos regulamentados, visando aumentar a efetividade do processo e reduzir os custos da ação fiscal.

Foi desenvolvido um novo Regulamento Técnico Metrológico (RTM), pioneiro no mundo, para combater fraudes em bombas medidoras combustíveis. O RTM prevê a utilização de instrumentos de dispositivos de segurança visíveis e invisíveis ao usuário, que utilizam criptografia digital e publicam o resultado inequívoco da medição por interface sem fio.

c.3.2) Infraestrutura Técnica para Metrologia e Qualidade

O Inmetro foi avaliado por equipe internacional formada por técnicos de organismos congêneres, membros da *Inter-American Accreditation Cooperation* (IAAC). Essa avaliação permitiu a extensão de importante acordo de reconhecimento internacional do Inmetro para acreditação de Provedor de Ensaio de Proficiência (PEP) e Produtor de Material de Referência (PMR).

Foram, também, implementadas portarias que estabelecem requisitos para apreciação técnica de modelo de medidores de múltipla tarifação de medição de energia elétrica e requisitos para medidores usados em sistemas de pré-pagamento de energia elétrica ativa, possibilitando o início da apreciação técnica de modelos para a aplicação de Resoluções Normativas da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). A adoção de medidores inteligentes é um importante instrumento para a economia de energia. Será implementado, em 2016, novo modelo para a verificação periódica dos medidores de energia elétrica que visa melhorar a confiança dos consumidores quanto a esse tipo de medição.

Em 2015, foi concluída a instalação básica do Laboratório de Escalonamento de Fármacos em condições de boas práticas de fabricação, que contribuirá para a produção de medicamentos, especialmente para doenças negligenciadas, sendo capaz de apoiar testes pré-clínicos e, no futuro, testes clínicos de Fase I, bem como avaliar a qualidade de medicamentos vendidos no Brasil.

No que tange à produção de Materiais de Referência Certificados (MRC), o Inmetro realiza monitoramento contínuo de mais de 30 MRC, como cloranfenicol em leite em pó e parâmetros nutricionais de fórmula infantil, essenciais para assegurar a qualidade na área de alimentos. O MRC, desenvolvido pelo Inmetro, é um padrão de análise da mais alta confiabilidade metrológica, utilizado para calibração, controle de qualidade, validação de métodos e determinação da exatidão dos resultados.

No ano de 2015, o Inmetro solicitou três pedidos de depósito de patentes, dentre as quais destacam-se a que diz respeito à massa específica de combustíveis com relação à temperatura, e um registro de *software*. O Inmetro firmou, ainda, acordos de confidencialidade e parceria com empresas do setor produtivo, além de dois contratos de transferência de tecnologia (licenciamento de tecnologia para uso pelo setor produtivo e regulamentação de uso de copropriedade).

c.3.3) Apoio a Programas Governamentais e à Competitividade Sistêmica

Foram publicadas, em 2015, as portarias referentes aos requisitos de avaliação da conformidade e aos requisitos técnicos para plataformas elevatórias veiculares. O objetivo é exigir a adoção da plataforma elevatória ou similar, permitindo que o cadeirante tenha acesso independente ao veículo de transporte coletivo, sem depender de ajuda de terceiros, direito legítimo de qualquer cidadão.

O Inmetro desenvolveu Instrução Normativa para a contagem de passageiros de serviços de transporte, que recomenda requisitos de desempenho para agregar confiança ao processo de quantificação do número de usuários transportados. A fixação de requisitos para o processo de contagem de passageiros pode ser útil para prefeituras e organizações que executem ou passem a executar um processo de contagem similar para balizar o cálculo da evasão no pagamento pelo serviço.

Atendendo à demanda da Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro (Agenersa), o Inmetro criou o programa de acreditação de organismos de inspeção de instalações de gás residencial e comercial.

A Rede de Laboratórios Associados ao Inmetro para Inovação e Competitividade (Relai), em parceria com universidades, centros de pesquisa e agências de fomento federais, encontra-se em expansão. Em 2015, foram aprovados mais quatro laboratórios, que serão incorporados à Relai, em 2016: o Laboratório de Nano e Microfluidica e Micro-Sistemas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); o Laboratório de Biologia Molecular e Celular da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP); o Laboratório de Conformação Nanométrica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); e o Laboratório de Sistemas e Componentes Ópticos do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPqD).

Em março de 2015, foi firmada cooperação técnica internacional, entre o Inmetro e a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) com o *American National Standards Institute* (ANSI) para aderir ao *Standards Portal* da ANSI (EUA). Este portal (www.standardsportal.org) é um recurso *online* desenvolvido para facilitação do comércio por meio de intercâmbio de informações e cooperação mútua que permite aos exportadores brasileiros, norte-americanos, coreanos e chineses obter informações sobre requisitos técnicos (regulamentos e procedimentos de avaliação da conformidade) em seus mercados-alvo.

O Inmetro assumiu, em 2015, a administração do Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA). Com isso, passa a fazer a ligação entre os setores de pesquisa e o produtivo na Amazônia, possibilitando a geração de produtos inovadores por meio da transformação da biodiversidade da região.

c.4) Desenvolvimento Regional da Amazônia

A Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) administra o modelo Zona Franca de Manaus (ZFM), assentado em incentivos fiscais e extrafiscais, criado como uma alternativa de desenvolvimento para a Amazônia Ocidental e Áreas de Livre Comércio (ALC). O modelo tem como principal vetor de desenvolvimento o Polo Industrial de Manaus (PIM).

Até novembro de 2015, o PIM obteve um faturamento de US$ 22,33 bilhões. O segmento Eletroeletrônico continua sendo o mais significativo no faturamento global do PIM, correspondendo a 29,9% do total do faturamento. Merece destaque, também, o segmento de Duas Rodas, com participação de 16,89%; de Bens de Informática, com 15,79%; e o Químico, com participação de 13,94%.

Dentre os produtos que obtiveram incremento relevante de produção nos 11 primeiros meses de 2015, em relação ao mesmo período de 2014, estão: i) aparelho portátil de gravação de áudio – tipo mp3 e mp4 (120,04%); ii) *blu-ray* (24,84%); iii) *home theater* (17,36%); iv) e condicionadores de ar do tipo janela (18,65%), respectivamente. Vale destacar o crescimento do setor de Relógios de Pulso e de Bolso (3,48%).

As exportações do PIM totalizaram US$ 580,2 milhões até novembro, o que representa um decréscimo de 13,5% em relação ao mesmo período de 2014 (US$ 671,1 milhões).

Em relação à atração de novos investimentos para a ZFM, foram aprovados 197 projetos industriais, sendo 58 de implantação e 139 de ampliação, atualização e diversificação. A previsão é de que, a partir do terceiro ano de implantação desses projetos, sejam gerados 9.250 postos de trabalhos, com investimentos da ordem de US$ 3,5 bilhões.

No que diz respeito à inserção internacional, foi assinado memorando entre a Suframa e a Zona Franca Global (ZFG), do Paraguai, com o objeto de possibilitar o acesso a mercados para produtos oriundos de Zonas Francas e estudar alternativas logísticas para viabilizar operação de voos cargueiros entre as cidades de Manaus/AM e Minga Guazcú, dentre outras parcerias.

Merece destaque a inauguração da nova sede da Área de Livre Comércio (ALC) de Boa Vista e Bonfim, no Estado de Roraima, com o objetivo de aprimorar continuamente a execução das atividades inerentes ao trâmite, ao acompanhamento, à fiscalização e aos fluxos de mercadorias associados a projetos e atividades comerciais que usufruem de incentivos fiscais. Em 2015, essa ALC obteve um crescimento no número de empresas regularmente cadastradas para fins de usufruto dos incentivos fiscais de, aproximadamente, 560% em relação a 2008, ano de sua criação. Esses números demostram a importância do investimento público em infraestrutura nessa região, como elemento indutor da política de desenvolvimento regional.

Cabe registrar que, no exercício de 2015, a Zona Franca de Manaus venceu o concurso internacional *Foreing Direct Investiment* - FDI Zonas Francas Globais do Ano 2015, promovido pela FDI *Magazine*, publicação do grupo *Financial Times*, no quesito Grandes Empreendimentos na região da América Latina e do Caribe. A premiação analisa as Zonas Francas do mundo para identificar quais apresentam resultados expressivos no que se refere a perspectivas de investimento, expansão, capacidade produtiva e impactos regionais. Foram realizados e publicados estudos sobre os Fluxos Comerciais na Pan-Amazônia (estudo socioeconômico) e sobre o panorama do Distrito Agropecuário da Suframa.

No que diz respeito à promoção comercial, destaca-se a realização da VIII edição da Feira Internacional da Amazônia (FIAM), principal evento promovido pelo Governo Federal na região Norte destinado à divulgação e à valorização de produtos e serviços amazônicos, ocorrida entre os dias 18 e 21 de novembro, em Manaus/AM, com o tema "FIAM 2015 – Invista no Futuro. Agora".

O evento teve como objetivo contextualizar a prorrogação do modelo ZFM até 2073 a diversos cenários de investimento e crescimento na Amazônia, fazendo alusão tanto às potencialidades regionais quanto à pujança tecnológica do PIM. A FIAM reuniu 382 expositores, entre empresas do PIM, instituições financeiras, universidade, federações, Estados da Amazônia Legal e países convidados, com um público geral de 64 mil pessoas. Participaram como expositores os seguintes países: Venezuela, Peru, Chile, Colômbia, Paraguai, Polônia e Cuba. A Feira contou, também, com a Rodada Internacional de Negócios, que contabilizou US$ 17 milhões entre contatos imediatos e negociações de curto e médio prazo.

Para 2016, a Suframa desenvolverá as seguintes atividades: i) apoiar a readequação do Porto de Tabatinga visando ao atendimento do comércio internacional e assegurando o abastecimento local de produtos alimentícios; ii) revisar os normativos relativos ao processo de apresentação, análise e aprovação de projetos industriais, de serviços e agropecuários; iii) revisar a ocupação do Distrito Agropecuário e da área de expansão do Distrito Industrial; e iv) elaborar estudos objetivando a regulamentação dos níveis de preponderância de matérias-primas regionais de forma a viabilizar a aplicação de incentivos fiscais para a industrialização na área de atuação da Suframa.

2. Agronegócio

O agronegócio continua tendo posição destacada na economia nacional, com uma participação entre 22% e 23% do PIB, conforme estimativas do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada, vinculado à Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, da Universidade de São Paulo (CEPEA/ESALQ/USP). O PIB do agronegócio em 2015 é da ordem de R$ 1,23 trilhão.

Para 2016, espera-se que o PIB se mantenha nesse patamar, dadas as perspectivas favoráveis ao setor agropecuário. A queda de preços agrícolas observada no mercado internacional está sendo compensada, em grande medida, pela desvalorização do real frente ao dólar. A participação do agronegócio no PIB nacional deve ficar entre 22 e 23 % em 2016, similar ao ocorrido em 2015.

Além de contribuir para a garantia do abastecimento alimentar e para a geração de empregos e renda, o agronegócio tem papel destacado nas contas externas do País. A balança comercial do agronegócio registrou superávit de US$ 74,7 bilhões (exportações de US$ 88,1 bilhões, contra importações de US$ 13,4 bilhões).

O Brasil é um importante produtor e exportador de produtos agropecuários. Os aumentos na produção, além de atenderem ao abastecimento interno, cumprem importante papel na geração de emprego e de renda, sobretudo nas regiões interioranas. Os excedentes gerados pelo setor impactam positivamente a balança comercial brasileira.

a) Crédito Rural e Apoio à Comercialização

a.1) Crédito Rural

Foram disponibilizados, para a safra 2014/2015, R$ 156,1 bilhões ao financiamento da agricultura empresarial, sendo R$ 112 bilhões para custeio e comercialização, e R$ 44,1 bilhões para investimento. Desse montante, R$ 94,1 bilhões foram destinados a operações de custeio e comercialização e R$ 38,3 bilhões para operações de investimento, correspondendo, respectivamente, a 84% e 87% dos recursos disponibilizados para essas finalidades.

Na safra 2014/15, mereceram destaque os financiamentos para investimentos no âmbito do Programa de Sustentação do Investimento (PSI/BK) com aplicação de R$ 6,7 bilhões e o Programa de Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na

Agricultura (ABC), com aplicação de R$ 3,5 bilhões, reafirmando, assim, o compromisso do Governo Federal com uma política agrícola ambientalmente sustentável.

A safra 2014/15 foi de 207,7 milhões de toneladas de grãos, indicando um crescimento de 7,4% em relação à safra de 2013/14. A produção foi recorde, podendo-se destacar o incremento da produção de arroz em 327 mil toneladas (2,7%); milho, em 4,7 milhões de toneladas (5,8%); e soja, em 10 milhões de toneladas (11,8%). A área plantada foi de 57,9 milhões de hectares. O crescimento em relação à safra anterior é de, aproximadamente, 1%, destacando-se a soja com aumento de 1,9 milhão de hectares e de 376,4 mil hectares para o milho de 2ª safra.

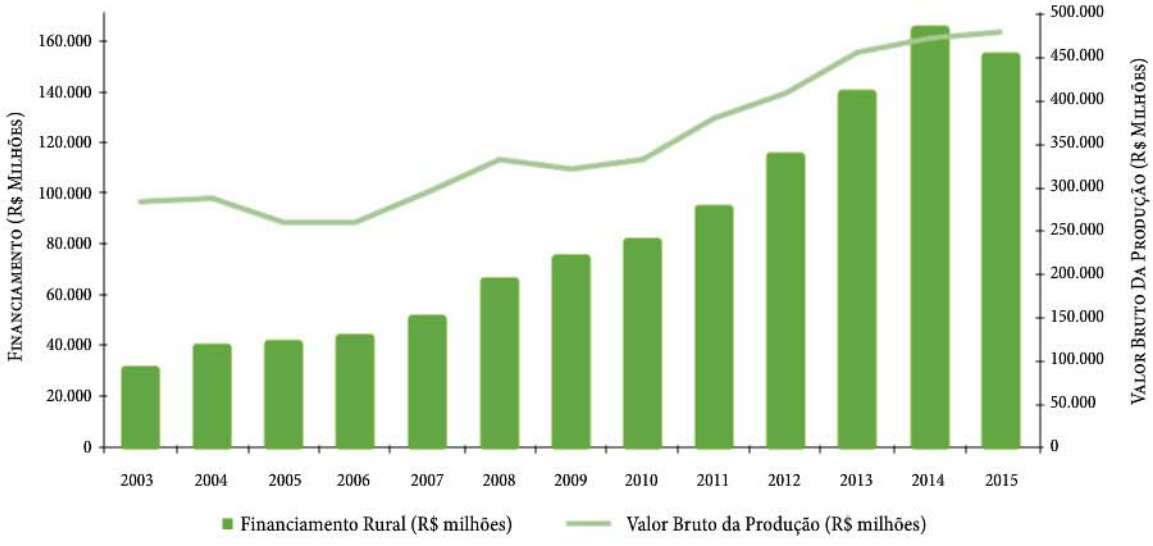
Para o financiamento da agricultura empresarial na safra 2015/16, foram disponibilizados R$ 187,7 bilhões, um aumento de 20% em relação à safra anterior, sendo R$ 149,5 bilhões para custeio e comercialização e R$ 38,2 bilhões para operações de investimentos.

Os recursos a juros controlados, inferiores aos de mercado, correspondem a R$ 129,8 bilhões e, os recursos a juros livres, a R$ 57,9 bilhões, dos quais estima-se que R$ 30 bilhões serão provenientes da emissão de Letras de Crédito do Agronegócio (LCA).

Como parte da estratégia de conferir elevada prioridade ao fortalecimento da classe média rural, para a safra 2015/16, R$ 18,9 bilhões foram disponibilizados para financiamentos de custeio e de investimento, no âmbito do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp), um aumento de 17% em relação à safra anterior.

Para a safra 2015/16, está previsto que a produção de grãos poderá atingir até 210,5 milhões de toneladas. Portanto, há expectativa de crescimento da produção de até 1,4% em relação à última safra. A previsão da área plantada em 2015/16 é ficar 0,9% acima da área deste ano. Isso corresponde a passar de 57,9 milhões de hectares, em 2014/15, para uma área de 58,5 milhões de hectares na próxima safra.

Financiamento rural total e valor bruto da produção agrícola e pecuária – Brasil - 2003 a 2015



Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e Banco Central do Brasil (BCB).

a.2) Apoio à Comercialização

O ano de 2015 foi de bom desempenho para o agronegócio, que colheu a maior safra de todos os tempos, com preços remuneradores para a maioria dos produtos, tornando dispensável o uso de instrumentos de apoio à comercialização, como as aquisições diretas (Aquisição do Governo Federal (AGF) e Contrato de Opção) e subvenções (Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural – Pepro, Prêmio de Escoamento de Produto – PEP) e produtos extrativistas), que integram a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM).

Uma exceção é a cadeia produtiva da mandioca, que ainda se ajusta após a seca prolongada na região Nordeste, entre 2012 e 2013, e que estimulou o aumento do plantio em outras regiões do País. Com a superprodução de raiz de mandioca, em algumas regiões a redução dos preços ultrapassou o patamar de 50%. E com os preços recebidos pelos produtores abaixo do mínimo oficial, houve forte demanda por AGF de farinha e fécula de mandioca. As aquisições efetuadas representaram um montante de R$ 20 milhões investidos no auxílio ao produtor de mandioca, referentes a 15.573 toneladas de farinha de mandioca e 6.218 toneladas de fécula de mandioca.

A outra exceção foi borracha. Em 2015, os preços recebidos pelo produtor de borracha caíram a patamares próximos de 40%, apresentando valores abaixo do mínimo oficial. A grande oferta mundial de borracha e a alta produtividade dos países asiáticos e de alguns países africanos agravaram o cenário de queda nos preços desse produto. Isso justificou a adoção do Pepro para garantir o preço mínimo aos produtores, cujos leilões realizados ampararam um total de 33.922 toneladas de borracha, com subvenção no valor de R$ 15,3 milhões.

O pagamento de Subvenção aos Produtores Extrativistas, em 2015, totalizou R$ 5 milhões, promovendo renda e manutenção da atividade para 5.209 famílias e a consequente conservação dos biomas onde estão inseridas as comunidades extrativistas para produtos como: i) borracha (522 toneladas); ii) amêndoa de babaçu (1.157 toneladas); iii) açaí (43 toneladas); iv) macaúba (169 toneladas); v) cacau (4,5 toneladas); vi) andiroba (76 toneladas); e vii) mangaba (97 toneladas), totalizando 2.068,5 toneladas.

a.3) Abastecimento

a.3.1) Políticas de Apoio ao Abastecimento Destinada ao Atendimento do Consumidor

Visando suprir a necessidade do abastecimento regular, foram vendidas, por meio de leilão público, 158.867 toneladas de produtos como arroz, feijão e café, operação com valor de R$ 134,3 milhões, incluída a venda dos estoques de 1.975 toneladas de café pertencentes ao Fundo de Defesa da Cafeicultura (Funcafé), com valor de R$ 9,2 milhões.

De janeiro a novembro, a ação de distribuição de alimentos a grupos populacionais específicos, beneficiou mais de 335.207 famílias de acampados, quilombolas e indígenas, atingidos por barragens, terreiros, dentre outros segmentos em situação de insegurança alimentar e nutricional, com a doação de mais de 21.543 toneladas de alimentos. Os produtos – açúcar, arroz, farinha de mandioca, farinha de trigo, feijão, flocos de milho, fubá, macarrão e óleo de soja – foram adquiridos por meio de Compra Institucional e Pregão Eletrônico, totalizando, em 2015, o montante de R$ 26,28 milhões.

Foram doadas mais de 3.250 toneladas de alimentos (arroz beneficiado, farinha de mandioca, feijão, fubá de milho, leite e suco) para 194 instituições, em 118 Municípios.

Também foram disponibilizadas 16.075 toneladas de alimentos para as ações de cooperação humanitária internacional – cerca de 10.816 toneladas de arroz beneficiado e 5.666 toneladas de feijão. Dentre os beneficiários, estão países da América Latina, da África e do Oriente Médio (Argélia, Cuba, Guatemala, Guiné, Malaui, Libéria, República Centro-Africana, Serra Leoa e refugiados de Gaza).

O Programa de Vendas em Balcão viabiliza o acesso democrático dos criadores rurais de pequeno porte aos estoques de produtos agrícolas governamentais, sobretudo do milho, utilizado para ração avícola e animal. Em 2015, foram comercializadas 159.664 toneladas de milho em grãos, tendo sido atendidos 48.098 pequenos criadores rurais em todo o País. Desse montante, 104.899 toneladas se destinaram aos pequenos criadores da área abrangida pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), os quais representaram cerca de 86% do total de clientes atendidos pelo Programa no período mencionado. Em 2015, foram removidas e disponibilizadas 128.977 toneladas de milho para complementar o abastecimento do produto em todo o Brasil.

a.3.2) Posição Atual de Estoques Públicos

Em dezembro de 2015, a posição dos estoques públicos era da ordem de 1.761.671 toneladas. Houve comercialização do estoque regulador de arroz em 114.837 toneladas e de feijão em 39.297 toneladas, os quais auxiliam na correção de assimetrias de mercado, preservando preços compatíveis com as políticas de abastecimento. Os referidos estoques também foram direcionados às operações de segurança alimentar e para ajuda humanitária internacional.

a.4) Plano Nacional de Armazenagem

Em 2015, foram concluídos os estudos preliminares referentes à reforma e à modernização de 33 armazéns da rede atual da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), tendo sido autorizados os projetos executivos para reforma dessas unidades, para as quais serão destinados, em 2016, recursos orçamentários da ordem de R$ 68,5 milhões.

A certificação de armazéns, que se tornou obrigatória desde janeiro de 2014, estabelece requisitos mínimos para a garantia e a manutenção da qualidade dos produtos agropecuários armazenados. O Brasil passou, em capacidade de armazenamento, de 147,9 milhões de toneladas, em 2014, para 151,6 milhões de toneladas, em 2015. De forma complementar, foi atualizado o cadastro de 2.800 armazéns de um total de 17.100 armazéns, com previsão de 3.500 armazéns a serem atualizados para o ano de 2016.

a.5) Apoio à Cafeicultura

Responsável por 30% de toda a produção mundial, o Brasil é o maior produtor de café, com aproximadamente 50% da sua produção sendo consumida no mercado interno. Na safra cafeeira de 2015, a produção total (espécies arábica e conilon) foi de 43,24 milhões de sacas de 60 kg beneficiadas, com uma área plantada de 2,25 milhões de hectares e uma produtividade de 22,49 sacas por hectare.

Ainda no ano de 2015, de janeiro a dezembro, o café representou 7% das exportações do agronegócio brasileiro, ocupando a 5ª posição no *ranking*, com receita de US$ 6,16 bilhões, o equivalente a 37,1 milhões de sacas de 60kg. Os principais destinos foram os EUA, a Alemanha, a Itália, o Japão e a Bélgica.

O Funcafé disponibilizou para a safra 2015/16 o montante de até R$ 4,1 bilhões para linhas de crédito destinadas ao setor cafeeiro, tendo como beneficiários produtores, cooperativas, indústrias torrefadoras e de café solúvel, beneficiadores e exportadores. Até o mês de dezembro, foram contratados R$ 3,92 bilhões com 29 instituições financeiras.

No Programa de Pesquisa e Desenvolvimento do Café (PNP&D/Café), foram investidos R$ 5,5 milhões do Funcafé, em 2015, para execução de 92 projetos de pesquisa e 496 planos de ação, que equivalem a subprojetos, por cerca de 50 instituições de ensino, pesquisa e extensão rural, integrantes o Consórcio Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento do Café (CBP&D/Café), coordenado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Os projetos incluem ações relacionadas à pesquisa cafeeira e à transferência de tecnologia em cinco focos temáticos: i) sustentabilidade da cafeicultura de montanha; ii) mão de obra escassa e de alto custo; iii) estresses bióticos e abióticos; iv) qualidade e *marketing* para rentabilidade; e v) deficiência dos processos de transferência de tecnologia.

Os resultados apontam para ganhos de produtividade, redução de custos de produção e melhoria da qualidade do café brasileiro. Também foram aplicados R$ 2 milhões no Programa de Bolsas do Consórcio, vinculado aos projetos de pesquisa e de transferência de tecnologia, para promover a formação e a capacitação de técnicos e produtores, e ampliar a capacidade dos produtores, técnicos e pesquisadores no desenvolvimento e adoção das novas tecnologias e conhecimentos gerados.

Para o ano de 2016, estima-se a destinação de R$ 4,7 bilhões de recursos do Funcafé para linhas de crédito de financiamento do setor cafeeiro – investimentos em pesquisas –, que se encontram em fase de execução, e capacitação de técnicos e agricultores, com foco no aumento da produtividade e na melhoria da qualidade e dos processos de gestão.

b) Gerenciamento de Riscos Climáticos

b.1) Zoneamento Agrícola de Risco Climático

O Zoneamento Agrícola de Risco Climático (Zarc) é um instrumento de política agrícola e gestão de riscos na agricultura, que orienta o produtor rural, com maior margem de segurança, quanto ao local e a data mais apropriada para plantar determinada cultura, nas mais diversas regiões brasileiras, como também ao cultivo mais adequado para cada região, reduzindo as perdas decorrentes de eventos climáticos adversos e, consequentemente, garantindo maior sustentabilidade da atividade agrícola.

O Zarc orienta os programas de garantia do Governo Federal, como o Proagro e o Proagro Mais e o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural, além de ser referência para a aplicação do crédito agrícola. Atualmente, os estudos de zoneamento agrícola de risco climático contemplam 44 culturas, alcançando 24 unidades da Federação. No ano de 2015, foram publicadas 228 portarias de zoneamento, identificando os Municípios aptos ao plantio e seus respectivos períodos de semeadura, com menor risco climático para os cultivos.

A precisão do zoneamento agrícola depende da modernização contínua da Rede de Observação Meteorológica, de forma a aumentar a acuidade das previsões de tempo e clima. Atualmente, a Rede Meteorológica Nacional conta com 761 unidades instaladas e operantes, das quais, 490 estações automáticas, 263 estações convencionais e oito estações de radiossondagem, com uma taxa de disponibilidade operacional mínima de 95%, de modo a garantir os processos de coleta, transmissão, processamento e oferta aberta dos dados. Para 2016, serão instaladas mais 110 novas unidades automáticas visando a ampliação da Rede Meteorológica Nacional.

As principais ações que contribuiram para o desenvolvimento de atividades que dão suporte ao zoneamento agrícola em 2015 foram:

- Elaboração, evolução e disseminação em tempo real dos produtos e serviços meteorológicos voltados para o clima e o tempo via Portal institucional em atendimento às demandas do Governo, das entidades parceiras, dos produtores rurais e da sociedade em geral, conforme quantitativos: i) 11,25 bilhões de dados acessados/consultados; ii) 5,9 milhões de visitas à página principal do Portal; iii) 124,3 milhões de acessos às páginas internas do Portal para ações de consulta e *download* de arquivos; iv) 296,8 milhões de arquivos acessados no Portal; e v) 367,1 milhões de acessos dentro do Portal do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET);
- Como parte integrante do Projeto de Recuperação de Dados Meteorológicos Históricos, o Banco de Dados Meteorológicos foi atualizado por meio da digitação de cerca de 4,1 milhões de documentos, correspondendo a 82,1 milhões de dados meteorológicos do acervo histórico do INMET;
- Conclusão da construção do Centro de Dados Climáticos (CDC) no Campus do INMET/Sede, com o objetivo de guardar, preservar e disponibilizar para acessos específicos o patrimônio-memória do clima brasileiro, que remonta ao século 18 e totaliza cerca de 12 milhões de documentos em papel e em variados formatos;
- Disponibilização do Banco de Dados Meteorológicos para Ensino e Pesquisa (BDMEP) com informações diárias dos últimos 54 anos. Criado e mantido pelo INMET, o BDMEP disponibiliza acesso remoto a 49.651 usuários (pessoas físicas e instituições), dos quais 16.943 foram cadastrados em 2015;
- Evolução contínua do Centro Virtual de Aviso de Eventos Meteorológicos Severos (ALERT-AS), que propicia a utilização de informações meteorológicas disponíveis, auxiliando aos previsores o exame mais acurado do cenário e disponibilizando aos Serviços Meteorológicos e da Defesa Civil da América do Sul uma ferramenta de cooperação que permitiu o intercâmbio de dados para a geração e a disseminação em tempo real de 733 avisos de tempo severo em 2015;
- Evolução contínua do Sistema de Modelagem Numérica (SMN), que permite elaborar previsões de tempo e clima geograficamente mais detalhadas: resolução de até 1 km e grau de acerto de até 92%;
- Novas funcionalidades do Sistema de Apoio à Decisão na Agropecuária (Sisdagro), que disponibiliza amplo conjunto de informações agrometeorológicas derivadas do cálculo do balanço hídrico, fornecendo, ainda, índices de crescimento vegetativo derivados de imagens de satélites, bem como informações sobre o impacto do clima adverso na pecuária, com um quantitativo de 287 mil acessos pela sociedade em geral, no exercício de 2015; e
- Implantação do Centro Regional de Clima para o Sul da América do Sul (CRC/SAS) constituído em forma de rede virtual que envolve Brasil, Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai, segundo os princípios técnicos e metodológicos definidos pela Organização Meteorológica Mundial (OMM), cujo Portal Web é mantido pelas equipes do Brasil e da Argentina, veiculando produtos meteorológicos de interesse comum aos seus integrantes.

b.2) Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural

O Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) tem prioridade estratégica no âmbito do Governo Federal, sendo um dos pilares da política agrícola brasileira. Em 2015, o PSR buscou incentivar o aperfeiçoamento dos produtos de seguro oferecidos pelas seguradoras. Nesse sentido, fixou em 60% o nível mínimo de cobertura sobre a produtividade estimada dos produtos de multirrisco para grãos, garantindo que, em caso de eventuais perdas no decorrer do plantio da lavoura, o produtor obtenha uma indenização justa e suficiente para honrar seus compromissos.

Também foi lançado, em 2015, novo modelo de contratação do seguro-rural subvencionado, denominado Projeto Experimental de Negociação Coletiva do Seguro Rural, no qual inicialmente os produtores rurais de soja tiveram a oportunidade de buscar melhores condições negociais e contratuais com as seguradoras participantes do Programa. Esse modelo baseou-se em listas de produtores rurais constituídas por entidades representativas dos próprios produtores, que após habilitadas e classificadas por meio de critérios estabelecidos previamente em edital específico, foram contempladas com a garantia da subvenção, limitado a determinado valor. Com isso, os produtores tiveram a chance de negociar em bloco, obtendo vantagens que uma negociação tradicional individual não permitiria.

De forma geral, foram gastos R$ 282,3 milhões com o pagamento da subvenção em 2015, valor que proporcionou a cobertura de 2,88 milhões de hectares com o seguro-rural. Outro destaque de 2015 foi a aplicação de recursos para a safra de inverno, que inclui culturas como trigo, milho 2ª safra e outros grãos, para os quais foram aplicados R$ 134,7 milhões em subvenção federal, que permitiu a contratação de 16,5 mil apólices, garantindo mais R$ 1,5 bilhão de importância segurada, cobrindo uma área de 1,4 milhão de hectares e beneficiando em torno de 15 mil produtores. A cultura de trigo totalizou mais de 35% da área plantada no País com amparo do PSR.

c) Infraestrutura e Logística

A atuação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) no contexto da infraestrutura de transportes e portuária, que impacta na logística da produção agrícola, foi desenvolvida mediante processo de articulação com os órgãos responsáveis pela formulação das políticas ou responsáveis pela execução dessas obras. Isso trouxe ao debate os gargalos que oneram a movimentação da produção, por meio da pauta da Câmara Temática de Infraestrutura e Logística do Agronegócio (CTLOG).

Foram importantes os avanços registrados nos corredores de exportação do Arco Norte, com saída pelos portos do Norte e do Nordeste, mais próximos da Europa e do Canal do Panamá. A entrada em operação de terminais portuários em Vila do Conde, no Pará e o Tegram, no Maranhão, agregou, em 2015, nove milhões de toneladas à capacidade de exportação, o que deverá ultrapassar 26 milhões de toneladas em um horizonte de cinco anos. O resultado pode ser visto na exportação de grãos do meio norte mato-grossense, pelo sistema rodo-hidroviário BR-163 – Miritituba – Vila do Conde, que registra redução do custo logístico médio de 50 US$/tonelada em relação aos portos do Sul e do Sudeste.

Dessa forma, a consolidação dos corredores do Arco Norte envolve a expansão portuária e melhoria da infraestrutura de acesso e o incremento dos modais ferroviário e hidroviário, para equalizar a matriz brasileira de transportes, com menor dependência do modal rodoviário e ganho de escala nas grandes distâncias entre as áreas de produção e os portos exportadores.

d) Defesa Agropecuária

A defesa agropecuária tem papel fundamental na economia do País e o poder público desenvolve, permanentemente, as seguintes atividades: i) vigilância e defesa sanitária animal e vegetal; ii) inspeção e classificação de produtos de origem vegetal, seus derivados, subprodutos e resíduos de valor econômico; e iii) fiscalização dos insumos e dos serviços usados nas atividades agropecuárias. Essas atividades, regidas por legislação específica, visam assegurar: i) sanidade das populações vegetais; ii) saúde dos rebanhos animais; iii) idoneidade dos insumos e dos serviços utilizados na agropecuária; e iv) identidade e a segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos agropecuários finais destinados aos consumidores.

O principal destaque na área de defesa agropecuária, em 2015, foi o lançamento do Plano Nacional de Defesa Agropecuária (PDA) 2015/2020, com o objetivo de otimizar a fiscalização e a defesa agropecuária do País. Seis pontos principais alicerçam

o PDA: i) modernização e desburocratização; ii) marco regulatório; iii) suporte estratégico; iv) sustentabilidade econômica; v) metas de qualidade; e vi) avaliação e monitoramento do PDA.

d.1) Ações de Saúde Animal

O sistema de vigilância e as ações empreendidas objetivam proteger a produção pecuária, garantir a qualidade sanitária dos produtos e assegurar a manutenção da oferta interna e das exportações de animais vivos e produtos de origem animal.

Para a consecução dos objetivos, destacam-se as seguintes iniciativas: i) Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa; ii) Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e da Tuberculose Animal; iii) Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros e Prevenção das Encefalopatias Espongiformes Transmissíveis; iv) Programa Nacional de Sanidade Suína; e v) o Programa Nacional de Sanidade Avícola.

A febre aftosa foi registrada no País pela última vez em abril de 2006. A zona livre de febre aftosa com vacinação alcança 77,2% da área do território nacional e 99% da população brasileira de bovinos, bubalinos, suínos, ovinos e caprinos. Além disso, a Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) reconhece o Estado de Santa Catarina como área livre de febre aftosa sem vacinação. Os outros Estados (exceto AP, AM, RR e PA) e os Municípios de Boca do Acre e Guajará e partes dos Municípios de Canutama e Lábrea, todos no Estado do Amazonas, são reconhecidos como áreas livres de febre aftosa com vacinação.

Na área ainda não livre da febre aftosa, os Estados do Amazonas e de Roraima e as zonas de proteção do Estado do Pará, nas divisas com os dois Estados, são classificados nacionalmente como de risco médio para febre aftosa. O Estado do Amapá ainda é classificado como alto risco. Segue-se trabalhando em toda essa região para que seja alcançada a condição de zona livre de febre aftosa com vacinação.

No âmbito do Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Animal (PNCEBT), foi realizada uma revisão do Regulamento Técnico do Programa, com a participação de toda a cadeia produtiva, com vistas a incentivar o aumento da cobertura vacinal de fêmeas bovinas/bubalinas contra brucelose e difundir as ações de controle e erradicação da doença.

A doença da vaca louca (Encefalopatia Espongiforme Bovina – EEB) é uma zoonose de grande impacto no comércio internacional de produtos bovinos. O Brasil é classificado como área de risco insignificante para a doença junto à OIE. As medidas de mitigação de risco adotadas visam impedir sua introdução e disseminação no País. No ano de 2016, serão mantidas e intensificadas as ações com vistas à manutenção do *status* sanitário conquistado.

Ações estaduais no controle da raiva dos herbívoros foram realizadas com supervisão e apoio federal, em todo o País, visando controlar a ocorrência da doença e reduzir prejuízos econômicos à pecuária, além de contribuir na prevenção da saúde humana.

Quanto à sanidade suína, destaca-se a Peste Suína Clássica (PSC), que não é registrada no País desde 2009. A OIE reconhece o território dos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina como livres de PSC. Foi apresentado à OIE o pleito para o reconhecimento internacional dos Estados: PR, SP, MG, RJ, ES, BA, SE, TO, RO, AC, MT, MS, GO e o DF como livres de PSC. Esses Estados, juntamente com o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, correspondem a cerca de 50% do território nacional, com 79% das matrizes alojadas e 96% das indústrias frigoríficas de suínos. Em 2016, tem-se a perspectiva de ampliação da zona livre de PSC reconhecida pela OIE, favorecendo o aumento nas exportações.

Para a prevenção da doença de *Newcastle* e da influenza aviária, está sendo implementada a certificação sanitária por compartimentos na área da avicultura, importante instrumento de gestão de doenças que objetiva facilitar o comércio de aves e produtos avícolas. A compartimentação é realizada de acordo com a Instrução Normativa SDA nº 21, de 21 de outubro de 2014, que define as normas técnicas de certificação sanitária da compartimentação da cadeia produtiva avícola em relação à infecção pelos vírus de *influenza* aviária e doença de *Newcastle*. No período, foram realizadas auditorias de certificação de material genético avícola.

Destacam-se as ações desenvolvidas na preparação, do ponto de vista de saúde animal, para os Jogos Olímpicos do Rio em 2016, com a definição de requisitos especiais de importação temporária dos equinos e elaboração de regulamentos específicos que facilitarão as operações de todo o ingresso de animais, produtos veterinários e alimentos para os animais da competição.

Adicionalmente, a Estação Quarentenária de Cananeia (EQC), no litoral do Estado de São Paulo/SP, reforça a segurança sanitária dos plantéis brasileiros. Um bom exemplo é a obrigatoriedade de quarentena na referida estação de qualquer suíno importado. Isso possibilita a importação segura de reprodutores de alto valor genético, mesmo de países que apresentam aspectos sanitários desfavoráveis. A EQC também está habilitada para receber aves ornamentais de outros países, as quais também devem cumprir quarentena obrigatória sob supervisão oficial. A partir de 2015, a EQC começou a ser utilizada para pesquisas sobre o Mormo, doença de equinos que interfere no trânsito internacional de cavalos brasileiros.

d.2) Ações de Sanidade Vegetal

As ações de sanidade vegetal visam proteger a produção agrícola nacional e assegurar a manutenção e a ampliação das exportações. As atividades desenvolvidas ao longo de 2015 permitiram a manutenção da produção agrícola para uso doméstico e a exportação, sendo realizadas por meio de diferentes mecanismos de proteção fitossanitária, tais como: i) estabelecimento e manutenção de áreas livres de pragas; ii) quarentena vegetal; iii) tratamento fitossanitário; iv) análise de risco; e v) programas de controle e erradicação de pragas.

O Programa Nacional de Erradicação da Mosca da Carambola tem por objetivo controlar a praga *Bactrocera carambolae* nos Estados do Amapá e de Roraima e evitar a sua dispersão para áreas de produção de outras Unidades Federativas. Essa praga ataca diferentes espécies e se constitui em uma barreira fitossanitária grave para as exportações da fruticultura nacional. Segundo estimativas, o Brasil é o terceiro maior produtor de frutas, produzindo 41 milhões de toneladas de frutas frescas, abrangendo 2,1 milhões de hectares e empregando cerca de 5,4 milhões de pessoas.

Após a intensificação de ações de supressão da *Bactrocera carambolae*, com vistas a sua erradicação e adoção de novas estratégias gerenciais, houve redução significativa da densidade populacional da praga no Estado do Amapá. Em Roraima, a praga está sob controle, mas há detecções esporádicas na região de Bonfim, Normandia e Uiramutã vinda da Guiana. Esta situação inviabiliza a declaração de erradicação do foco na região transfronteiriça entre Brasil e Guiana. Em 2015, foram retomados os diálogos bilaterais com a Guiana Francesa com o objetivo de estabelecer uma atividade conjunta de monitoramento e controle da praga na região fronteiriça. Em função da entrada da praga *Bactrocera carambolae* nos Estados do Amazonas e de Roraima, foram efetuados esforços preventivos, como a implementação de ações de monitoramento e fiscalização do trânsito de partes vegetais e frutos nas regiões da Aldeia Raposa Serra do Sol, Pacaraima e Jundiá, protegendo a região sul de Roraima, bem como desenvolvidas ações de educação sanitária nas áreas de alto risco de dispersão da praga.

Após a identificação do aparecimento da praga *Helicoverpa Armígera* em solo brasileiro, ações de contingência foram executadas com êxito, tendo como base o Plano de Manejo da *Helicoverpa Armigera* elaborado pela Embrapa. Esse plano contém diversas medidas de convivência e supressão da praga, com autorização excepcional de produtos fitossanitários e ampla divulgação de estratégias de controle. Em 2015, as ações de combate emergencial continuaram nos Estados: BA, MT, MS e MA.

Após a erradicação da praga *Cydia pomonella,* foram promovidas uma série de medidas administrativas e regulatórias com o objetivo de garantir a manutenção dessa condição, entre elas a intensificação dos controles de importação, a revisão dos requisitos fitossanitários de importação de diferentes países onde a praga ocorre, e a publicação da Instrução Normativa Mapa nº 35, de 27 de outubro de 2015, do Plano de Contingência para *Cydia pomonella.* O referido Plano estabelece as diretrizes para as atividades de vigilância, bem como de reação numa eventual ocorrência de entrada da praga. Em decorrência, no ano de 2015, houve a suspensão das importações de maçã, pera e marmelo da Argentina, em função de interceptações da referida praga em carregamentos para o Brasil, sendo este comércio restabelecido apenas após a realização de auditoria e revisão dos procedimentos adotados pela Argentina para minimizar, em seu território, o risco de introdução da praga no Brasil.

As ações de quarentena vegetal resultaram na emissão de 567 permissões de importação de material de pesquisa para uso controlado e no credenciamento de mais uma estação quarentenária. Os estudos internos de revisão do marco regulatório de credenciamento de estações quarentenárias foram também concluídos em 2015.

Quanto aos procedimentos de análise de risco de pragas para importação de vegetais, foi concluída a análise de seis produtos e origens, a saber: i) orquídea de Taiwan; ii) manga do Equador; iii) mudas de morango da Espanha; iv) uva de Portugal; e v) chia e citrus do Peru. Foram revisados os requisitos de importação de sementes de diferentes espécies e origens, bem como de trigo da Rússia, este último em decorrência de revisão do acordo fitossanitário estabelecido com aquele país. Foram realizadas missões fitossanitárias no Chile, na China e na Coreia, com o objetivo específico de coletar subsídios para os estudos de análise de risco de pragas.

Destaca-se, ainda, a edição da Instrução Normativa Mapa nº 24, de 8 de setembro de 2015, do Programa Nacional de Combate às Moscas-das-Frutas (PNMF), que tem por objetivo estabelecer a política fitossanitária a ser adotada pelo Brasil com vistas à prevenção, ao controle e à erradicação das moscas-das-frutas de importância econômica e quarentenária para o Brasil e para os mercados importadores de frutas brasileiras.

Ademais, foram realizadas supervisões visando a manutenção do reconhecimento de áreas livres e ações de mitigação de risco de pragas, tais como a sigatoka negra, moko-da-bananeira, mosca-das-frutas, mosca-sul-americana-das-cucurbitáceas e mofo-azul-do-tabaco. Essas estratégias fitossanitárias buscam minimizar a disseminação de pragas e viabilizar a exportação de frutas e legumes para países como Argentina, Chile, Uruguai, EUA, China e Japão.

d.3) Qualidade dos Produtos e Insumos Agropecuários

Na área de produtos de origem animal, foram atualizadas normas que aperfeiçoassem os procedimentos de fiscalização, bem como fortalecessem o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa), no âmbito do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (Sisbi-poa). O Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal (Riispoa) foi atualizado pelos Decretos nº 8.444 e nº 8.445, ambos de 6 de maio de 2015, promovendo alterações na forma como é realizada a solicitação da verificação e do reconhecimento da equivalência do serviço de inspeção estadual e municipal, bem como determina a instalação de inspeção federal em caráter permanente nos estabelecimentos abatedores e produtores de carnes e derivados.

O Decreto nº 8.741, de 22 de junho de 2015, permitiu a edição de seis normativos que estabelecem requisitos para avaliação de equivalência ao Suasa relativos à estrutura física, às dependências e aos equipamentos dos estabelecimentos agroindustriais de pequeno porte nas áreas: i) de leite; ii) de produtos das abelhas; iii) de carne de bovinos e suínos; iv) de carne de aves; e v) de ovos e pescado, assim como os seus derivados.

O novo padrão de execução dos procedimentos de inspeção foi formulado considerando os avanços técnicos e científicos relacionados à inocuidade e à qualidade dos produtos de origem animal. Nos estabelecimentos de abate, continua sendo imprescindível a presença de equipes de servidores do Serviço de Inspeção Federal (SIF) para realizarem as atividades de inspeção *ante mortem* e *post mortem*, visto que somente por meio desses procedimentos é possível identificar os animais com patologias que representam riscos à saúde pública. A inspeção periódica de determinados produtos, com base na caracterização dos riscos, está em consonância com a tendência mundial, tendo sido publicada norma sobre definição de frequência de fiscalização em estabelecimentos registrados junto ao SIF e sujeitos à inspeção em caráter periódico.

Para o ano de 2016, as ações continuarão no sentido de aperfeiçoar os procedimentos de fiscalização de produtos de origem animal do SIF por meio da gestão fundamentada em caracterizações e avaliações de risco de produtos e processos, na busca da equivalência normativa com os países com os quais o Brasil mantém relações comerciais e no atendimento às principais demandas da política agropecuária brasileira relacionadas à definição de políticas e normas sobre inocuidade de alimentos de origem animal.

Na área de inspeção de produtos de origem vegetal, foram desenvolvidas ferramentas de melhoria na eficiência da fiscalização e do controle, visando encontrar soluções operacionais para atender as demandas da sociedade, bem como de organismos internacionais representantes de países com os quais o Brasil mantém relações comerciais. Como resultado do trabalho, foi alcançado, em 2015, o índice de 81,5% de conformidade dos produtos vegetais nos termos da legislação vigente.

O Mapa vem constantemente promovendo e atualizando seus marcos regulatórios, juntamente com a participação da sociedade, o que vem permitindo o aprimoramento das atividades de controle, fiscalização e inspeção dos produtos de origem vegetal, visando a disponibilização de alimentos e produtos seguros e conformes. As melhorias implementadas no Sistema de Cadastro dos Agentes da Cadeia Produtiva de Vegetais, seus Produtos, Subprodutos e Derivados para Certificação da Segurança e Qualidade (Sicasq/Mapa) permitiram a obtenção de um índice de 74,77% de conformidade na qualidade dos produtos vegetais, obedecida a legislação vigente, o que é considerado um bom resultado no atendimento à demanda do consumidor.

Quanto à execução das atividades previstas no Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes (PNCRC), no que se refere aos produtos de origem vegetal, os resultados preliminares indicam para a safra 2014/2015 índice de conformidade de 90,55%, referente à coleta e à análise de 1.037 amostras no período compreendido entre a 2ª quinzena de fevereiro a julho de 2015. Para o 2º semestre de 2015, as coletas das amostras se iniciaram em outubro de 2015, com a coleta de 885 amostras.

As ações de atendimento às notificações internacionais referentes aos produtos vegetais exportados, quando nos casos de constatação da presença de resíduos ou contaminantes acima dos limites permitidos por cada país importador, continuam sendo executadas, com destaque para as notificações oriundas da União Europeia, devido ao sistema de alerta rápido (*RASFF – Food and Feed Safety Alerts*) que permite a imediata notificação ao país exportador. Importante ressaltar que a atenção dada a essa atividade é essencial de forma a preservar o produto brasileiro no exterior e consolidar a posição do Brasil entre os maiores exportadores mundiais de produtos agrícolas.

A atuação do Comitê do Codex Alimentarius do Brasil (CCAB) vem se mostrando cada vez mais importante e necessária, como forma de preservar e garantir os interesses dos setores produtivos e dos consumidores, visto que as normas oriundas desse fórum são referências importantes para a comercialização de produtos de origem vegetal. De forma coordenada, a defesa agropecuária subsidiou a Anvisa no âmbito do Comitê de Higiene dos Alimentos, dando continuidade aos trabalhos de revisão do código de práticas de higiene de frutas e hortaliças frescas, iniciado em 2014. Para 2016, está programada a participação do CCAB nos Comitês do Codex de Frutas e Hortaliças Processadas, e de Contaminantes em Alimentos e de Cereais, Favas e Leguminosas.

No âmbito do Mercosul, houve participação nas discussões relativas à Rotulagem de Alimentos Embalados e ao Padrão de Identidade e Qualidade (PIQ) do tomate, com significativo avanço no desenvolvimento desses documentos e conclusão prevista para o primeiro semestre de 2016. Os procedimentos de elaboração e revisão dos padrões oficiais de classificação dos produtos vegetais vêm sendo executados em atendimento às demandas internas e externas.

Os padrões de classificação do açúcar e do amendoim foram consolidados e serão publicados em 2016. O padrão oficial de classificação da batata foi submetido à consulta pública, devendo ser publicado em 2016. Houve, ainda, adequação da Instrução Normativa Mapa nº 54/2011, referente ao credenciamento para execução do serviço de classificação vegetal e da Instrução Normativa Mapa nº 38/2010, referente ao regulamento técnico do trigo.

No setor de Bebidas e Vinhos, as ações de inspeção e fiscalização contribuíram para que as empresas e os produtos apresentassem conformidade de 79% e 75%, respectivamente. Em 2015, foi realizada revisão da legislação, com a publicação de consulta pública dos padrões de identidade e qualidade de bebidas, e a publicação das regras simplificadas para registro de estabelecimentos e produtos. Destaca-se, também, o lançamento do Sistema Integrado de Produtos e Estabelecimentos Agropecuários (Sipeagro), utilizado para registro *online* de estabelecimentos e produtos agropecuários, e para o acompanhamento dos processos administrativos de fiscalização e emissão de registro de estabelecimentos ou produtos.

Para 2016, está prevista a continuidade dos processos de atualização da legislação de bebidas e de seus padrões de identidade e qualidade, e a estruturação de programas nacionais de avaliação de conformidade e de gerenciamento de risco de bebidas, além das ações fiscais buscando garantir ao consumidor produtos seguros.

d.4) Sistema Laboratorial

As análises de amostras coletadas pela fiscalização foram executadas pela Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários, constituída por seis Laboratórios Nacionais Agropecuários (Lanagros), pertencentes ao Governo Federal, e pelos 415 laboratórios credenciados com fundamento na IN Mapa nº 57/2013. A rede de laboratórios dá suporte às ações de saúde animal e de sanidade vegetal e garante a qualidade dos alimentos de origem animal e vegetal, bem como dos insumos agrícolas e pecuários. Os Lanagros participam, ainda, de ações conjuntas com o Ministério Público, o Departamento de Polícia Federal, o Ibama e outras instituições da esfera pública. Nos Lanagros, são desenvolvidos, ainda, métodos de diagnóstico, validações e comprovação de desempenho de provas laboratoriais.

O incremento da demanda por serviços laboratoriais, resultado do crescimento da produção agropecuária nacional, deu suporte para a renovação do parque instrumental e adequação das instalações dos Lanagros, possibilitando, dessa forma, a realização de 28,8 milhões de ensaios em 2014, número superado ao final de 2015, totalizando 33,5 milhões de ensaios realizados.

Para 2016, está prevista a ampliação do escopo acreditado na ABNT NBR ISO/IEC 17025, conferida pelo Inmetro, e a implementação de sistemas informatizados de gerenciamento de informações laboratoriais, notadamente o Sistema de Gestão Laboratorial (Sislab), com vistas à gestão integrada das atividades de análise laboratorial da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários.

d.5) Vigilância Agropecuária

O Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional (Vigiagro) é responsável pelos controles oficiais envolvidos nos procedimentos de exportação, importação e trânsito internacional de animais, vegetais, seus produtos, subprodutos, derivados ou partes, resíduos de valor econômico e insumos agropecuários utilizados nas diversas cadeias produtivas do agronegócio.

Atualmente, o Sistema executa suas atividades em 111 Unidades, sendo 30 localizadas em portos organizados, 27 em aeroportos internacionais, 28 em postos de fronteiras e 26 em aduanas especiais, com dois objetivos principais: i) impedir a entrada de doenças e pragas e de produtos e insumos agropecuários proibidos no Brasil, evitando prejuízos à agropecuária nacional; e ii) garantir e certificar a sanidade, a qualidade e a inocuidade dos produtos e dos insumos agropecuários brasileiros exportados.

Em 2015, foi desenvolvido um conjunto de atividades visando a melhoria dos procedimentos e dos controles oficiais da Vigilância Agropecuária Internacional, com destaque para a modernização dos instrumentos legais e procedimentos de atuação do Vigiagro, a saber:

- Elaborado o Programa de Reestruturação e Modernização da Vigilância Agropecuária Internacional e sua inclusão nos termos do Plano de Defesa Agropecuária e do Plano Plurianual 2016/2019;
- Implantado o uso de cães farejadores nas atividades de fiscalização do trânsito internacional de produtos agropecuários transportados por passageiros procedentes do exterior e desembarcados em aeroportos internacionais brasileiros;
- Instituídas forças-tarefa para reforço da capacidade operacional das Unidades do Sistema Vigiagro com vista a atender a demanda de fiscalização em portos e fronteiras decorrente do escoamento da safra 2014/2015;
- Definida a padronização de procedimentos e reforço da capacidade operacional das unidades do Sistema Vigiagro nos pontos de ingresso das delegações estrangeiras que participaram dos Jogos Mundiais Indígenas;
- Introduzida nova versão do Sistema de Informações Gerenciais do Trânsito Internacional de Produtos e Insumos Agropecuários (SIGVIG 3.0) – Canal Azul, com certificação digital, automação e criação do processo eletrônico (e-Processo), em caráter piloto, nos termos da Instrução Normativa Mapa nº 28, de 23 de setembro de 2015; e
- Adesão do Mapa às diretrizes de modernização do comércio exterior brasileiro, com a aprovação do uso da anexação digital de documentos do Portal Único de Comércio Exterior, nos termos da Instrução Normativa Mapa nº 39, de 27 de outubro de 2015.

e) Fomento e Organização da Produção

O Governo Federal tem desenvolvido políticas voltadas a garantir a segurança alimentar nacional e global, dada a crescente demanda mundial por alimentos, fibras e energia. Nesse sentido, vem sendo desenvolvidas ações de: i) organização da base produtiva (cooperativas e associações); ii) incentivo à adoção de sistemas sustentáveis produtivos (agricultura de baixo carbono, produção orgânica e agroecológica); iii) agregação de valor; e iv) indicação geográfica, assim como a: i) adoção de boas práticas agropecuárias; ii) agricultura orgânica; iii) agroecologia; e iv) agricultura de precisão. Tais práticas estão alinhadas à realização

de atividades estruturantes de fomento, desenvolvimento tecnológico e da inovação nas cadeias agroindustriais e produtivas. Este conjunto de atividades coordenadas são fatores críticos de sucesso para o setor agropecuário e, dentre eles, destacam-se as ações a seguir.

e.1) Plano Agricultura de Baixa Emissão de Carbono

Integrante da Política Nacional sobre Mudança do Clima, o Plano Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (Plano ABC) objetiva a redução de gases de efeito estufa do setor agropecuário por meio do incentivo à adoção, pelos produtores rurais, de sistemas e tecnologias sustentáveis de produção. O Plano está implementado em todos os Estados mediante atuação de grupos gestores estaduais, responsáveis pela elaboração e pela implementação de planos estaduais. Atualmente, há 19 planos elaborados e vigentes, sendo que os últimos oito deverão ser desenvolvidos nos próximos 12 meses. Com o estabelecimento da Comissão Executiva Nacional, por meio da Portaria Mapa nº 230/2015, será realizada, em 2016, a revisão do Plano ABC e o desenvolvimento do sistema de monitoramento das mitigações de Gases do Efeito Estufa (GEE).

No âmbito da linha de crédito do Plano ABC, no período 2010 a 2015, foram utilizados R$ 11,4 bilhões dos recursos disponibilizados, distribuídos por 25,7 mil contratos para execução de projetos que visam o estabelecimento dos sistemas preconizados pelo Plano ABC. Nesse mesmo período, foram capacitados 29,6 mil produtores rurais e técnicos. Na safra 2014/15, foram aplicados R$ 3,6 bilhões, o que corresponde a 80% dos recursos disponibilizados. Para a safra 2015/16, foram disponibilizados R$ 3 bilhões.

Foi institucionalizada, também em 2015, a Plataforma Multi-Institucional de Monitoramento das Reduções de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) na Agropecuária (Plataforma ABC), que tem como objetivo principal proceder ao monitoramento das estimativas de redução das emissões de GEE dos setores da agricultura brasileira, sobretudo derivadas das ações do Plano ABC. A governança da plataforma se dará por meio de Comitê Diretor, representado por diferentes ministérios, a Embrapa, a Rede Clima, o sistema bancário, a sociedade civil e o setor agropecuário privado. Assim, o setor agropecuário é central para a consecução dos novos compromissos do Brasil no enfrentamento das mudanças climáticas e, o Plano ABC, o principal instrumento da Política Pública.

e.2) Sistemas de Produção Agropecuária e Indicação Geográfica

A Produção Integrada (PI-Brasil) é um sistema de produção que tem como princípio básico a utilização das Boas Práticas Agrícolas (BPA) e prevê a utilização de tecnologias sustentáveis para aumento da produtividade, da melhoria da qualidade, do sabor, do aroma, da durabilidade e da aparência, com racionalização do uso de insumos e diminuição do custo de produção.

Para aderir ao Sistema e obter o selo PI-Brasil, o produtor deve seguir um conjunto de requisitos, estabelecidos em Norma Técnica Específica (NTE), e ter a propriedade auditada por certificadoras, acreditadas pelo Inmetro. No âmbito da PI-Brasil, destacam-se, em 2015, a capacitação de 2,5 mil agentes do agronegócio em BPA e PI-Brasil e a finalização de estudos técnicos que respaldarão a NTE para as culturas do arroz, do trigo, das plantas ornamentais, do tomate de mesa tutorado, do amendoim, do feijão comum, do gengibre, do inhame, do taro, da uva para processamento e das anonáceas. Estas ações irão proporcionar a melhoria da rentabilidade ao produtor rural.

Para as Boas Práticas Pecuárias (BPP), se destacam, em 2015, os seguintes resultados: i) implantação de BPP em 270 propriedades rurais localizadas no semiárido mineiro e nas principais bacias leiteiras mineiras e em três mil propriedades localizadas no semiárido nordestino; e ii) capacitação de 1.400 técnicos em bem-estar dos animais de produção e interesse econômico, abate humanitário e boas práticas de manejo e transporte. Desde a criação da Comissão Técnica Permanente de Bem-Estar Animal

(CTBEA), em 2008, mais de oito mil pessoas foram capacitadas. Para o ano de 2016, pretende-se ampliar as capacitações e a implantação de boas práticas agropecuárias.

No âmbito do fomento à indicação geográfica (IG), foram desenvolvidas ações para o fortalecimento das cadeias de produtos agropecuários com qualidade vinculada à origem e às tradições. Sendo assim, 278 regiões estão identificadas com potencial para registro de IG e em 83 delas foram desenvolvidas ações diretas, o que abrange, aproximadamente, 700 municípios. Os trabalhos estão focados nas seguintes cadeias: café, cachaça, farinha de mandioca, mel, vinho, açaí, erva-mate, abacaxi, cacau, dentre outras. Além disso, foram priorizados projetos voltados para regiões produtoras de queijos artesanais.

Em 2016, está prevista a implementação do Sistema de Indicações Geográficas e Marcas (Sigma), que tem como objetivo: i) manter a integridade das informações; ii) facilitar a gestão; iii) fornecer subsídios para formulação de políticas públicas e para o setor produtivo; e iv) servir como base para levantamentos, estudos e diagnósticos.

e.3) Recursos Genéticos, Melhoramento e Propriedade Intelectual

Quanto aos Recursos Genéticos para a Agricultura e Alimentação (RGAA), destaca-se a publicação do novo marco legal sobre o acesso à agrobiodiversidade para atividade agrícola, presente na Lei nº 13.123, de 19 de maio de 2015. Em 2015, também, foram concluídos os seguintes estudos: i) metodologia ao desenvolvimento de iniciativas que favoreçam a Política de Gestão de Recursos Genéticos; e ii) análise de cenários e seus impactos econômicos potenciais decorrentes da implementação do Protocolo de Nagoia, com foco no agronegócio brasileiro; tendo sido apoiado, ainda, os projetos de manutenção do Banco de Germoplasma da Universidade Federal do Cariri e o de pesquisas em nanobiotecnologia, da Embrapa Gado de Leite, para o desenvolvimento de métodos alternativos de transferência gênica utilizando nanocarreadores.

Em 2016, está previsto: i) o apoio a projeto para realizar o Diagnóstico Nacional de Recursos Genéticos para Alimentação e Agricultura; ii) a criação da Comissão Brasileira de Recursos Genéticos; e iii) o fomento a projetos de conservação de raças nativas ou localmente adaptadas.

Em 2015, foram concedidos 232 títulos de propriedade intelectual para novas cultivares de plantas, totalizando 2.776 cultivares protegidas, além do monitoramento de cerca de 2.068 cultivares já protegidas anteriormente. Atualmente, existem 163 espécies dentro do regime de proteção. Para o ano de 2016, prevê-se proteger 240 cultivares e ampliar o número de espécies passíveis de proteção para 180.

Em relação ao Registro Genealógico e Melhoramento Animal, foram promovidas ações de fomento e fiscalização, assim como avaliações genéticas de animais de interesse zootécnico, visando disponibilizar reprodutores e material genético avaliado aos produtores brasileiros. Para 2016, está prevista a publicação de quatro Instruções Normativas referentes a programas de avaliação e registro genealógico, e fomento a programas de avaliação genética de caprinos, equinos, bubalinos e bovinos, visando ampliar o número de reprodutores avaliados disponíveis.

e.4) Agroecologia e Produção Orgânica

Destacam-se as seguintes atividades, desenvolvidas pelo Mapa, no âmbito do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo): i) aplicação de mecanismos de controle para garantia da qualidade orgânica, tendo atualmente oito certificadoras credenciadas, com 4.766 produtores cadastrados; 17 organismos participativos de garantia credenciados, com 3.159 produtores cadastrados; e 248 organizações de controle social cadastradas, com 3.441 produtores cadastrados; perfazendo

um total de 11.366 produtores cadastrados, bem como 39 produtores de outros 12 países cadastrados para exportar para o Brasil; e ii) ampliação da oferta de insumos apropriados para a produção orgânica com a publicação de 27 especificações de referência para o registro simplificado de produtos fitossanitários, com uso aprovado para a agricultura orgânica que geraram um total de 48 novos produtos comerciais.

e.5) Cooperativismo e Associativismo

Nas políticas públicas para o desenvolvimento do cooperativismo e do associativismo rural atuou-se principalmente com os programas: i) o Programa de Profissionalização em Cooperativismo e Associativismo Rural (Proficoop), com objetivo de promover a profissionalização da gestão de cooperativas e associações rurais por meio da capacitação; ii) o Programa de Gênero e Cooperativismo (Coopergênero) e o Programa de Estímulo e Promoção do Cooperativismo para a Juventude (ProcoopJovem) que apoiam ações de sensibilização, estímulo e promoção do cooperativismo e do associativismo rural, por meio da capacitação, com vistas à inserção da mulher e do jovem no processo produtivo, geração de trabalho e renda, equidade de gênero e igualdade de oportunidades. Em 2015, os três programas capacitaram 4.584 beneficiários de 211 entidades, em 80 Municípios de sete unidades da Federação. Outro programa de grande participação, o Programa de Produção Integrada de Sistemas Agropecuários em Cooperativismo e Associativismo Rural (Pisacoop), objetiva promover a organização da base produtiva e a gestão da propriedade, divulgando a cooperação e incentivando a sucessão familiar, bem como, a melhoria da qualidade de vida das famílias rurais. Em 2015, atuou-se no Estado do RS em 69 Municípios, 811 propriedades e 5.612 beneficiários capacitados; no Estado do PR em 33 Municípios, 61 propriedades, 840 beneficiários capacitados e no Estado do Pará em 10 Municípios, 50 propriedades e 450 beneficiários capacitados.

As políticas públicas de incentivo ao cooperativismo têm contribuído para o crescimento do número de associados e empregados nas cooperativas. Dessas, se destacam o Programa de Desenvolvimento Cooperativo (Prodecoop), que visa promover a agregação de valor à produção agropecuária e o Programa de Capitalização de Cooperativas Agropecuárias (Procap-Agro). Ambas totalizaram significativo recurso orçamentário (R$ 1,13 bilhão) para o atendimento de 229 contratos em 2015.

No âmbito internacional, foi desenvolvido um importante trabalho no Mercosul, por meio da Reunião Especializada de Cooperativas do Mercosul (RECM), colegiado que trabalha para a realização de propostas que visam desenvolver o cooperativismo, por meio da elaboração de normativos e promoção de mecanismos que favoreçam a integração produtiva entre os empreendimentos cooperativos. Como resultado obtido em 2015, o Estatuto das Cooperativas do Mercosul foi elevado a Grupo Mercado Comum (GMC).

e.6) Pronatec Agro

Em 2015, foi consolidada a Rede de Gestores Estaduais em 24 unidades federativas, proporcionando um aumento de 51,8% na oferta de vagas de 10 mil, em 2014, para 15.184 vagas, em 2015. Os cursos visam a capacitação e a profissionalização de produtores, de jovens do meio rural e de estudantes de escolas de ciências agrárias. Foram ofertados cursos nas áreas de agricultura orgânica, bovinocultura de leite, gestão, produção de cacau, associativismo e cooperativismo.

Para 2016, pretende-se: i) expandir a oferta de vagas; ii) aprimorar a qualidade dos cursos com base na avaliação dos cursos realizados em 2015; iii) ofertar cursos vinculados ao processo de assistência técnica e extensão rural; e iv) promover cursos pela modalidade de ensino a distância nas regiões com estrutura de informática disponível, como forma de potencializar a capacitação por unidade orçamentária.

e.7) Inovação Tecnológica e Agricultura de Precisão

Em 2015, foram realizadas 180 ações de fiscalização nos estabelecimentos de prestação de serviços aeroagrícolas em todo o território nacional, bem como ações para a pronta averiguação de denúncias de aplicações irregulares por pulverização aérea. Em 2016, as ações de fiscalização dos serviços de Aviação Agrícola serão intensificadas, em função do grande crescimento da demanda, bem como da necessidade de coibir as atividades de operadores clandestinos.

Quanto à Agricultura de Precisão (AP), destaca-se a realização do curso "Difusão e Fomento das Tecnologias e Ferramentas de Gestão de Pecuária de Leite em Propriedades Rurais na ótica de procedimentos adotados na Agricultura de Precisão", para o qual foram ofertadas 1,4 mil vagas destinadas a profissionais oriundos de assistência técnica pública e privada, de cooperativas rurais e do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar).

Para 2016, prevê-se a concretização do levantamento estatístico do setor de AP e a realização do levantamento das universidades brasileiras que abordam a temática de AP.

e.8) Assistência Técnica e Extensão Rural

Foi iniciado o mapeamento que visa qualificar a demanda por Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) do médio produtor rural, sendo que, somente em 2015, foram aplicados dois mil questionários com a colaboração das empresas de extensão rural em todo o território brasileiro. Para 2016, as ações de melhoria da produtividade e gestão dos sistemas produtivos serão ampliadas e aprimoradas, buscando capacitar mais de 30 mil produtores rurais, assim como dar continuidade às ações dos convênios firmados em 2015 para o desenvolvimento das cadeias agropecuárias da região do semiárido e na melhoria da qualidade do leite.

e.9) Programa Mais Leite Saudável

Em 2015, o Mapa lançou o Programa Mais Leite Saudável nas principais regiões produtoras de leite (GO, MG, PR, RS e SC), visando promover a competitividade do setor lácteo. Foram disponibilizados recursos orçamentários para promover a assistência técnica a 4,5 mil pequenas e médias propriedades leiteiras, que serão assistidas nos próximos dois anos. O Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, ainda determina a utilização, por parte dos laticínios, dos créditos presumidos (PIS/Cofins) para ações que promovam assistência técnica rural. Com isso, o Mapa é responsável por analisar e aprovar os projetos submetidos pelos laticínios. A expectativa é que estes projetos reflitam em ações de melhorias nas propriedades rurais, correspondendo ao valor de R$ 50 milhões por ano.

Foram definidos os seguintes eixos principais para o Programa, a saber:

- Assistência técnica e gerencial em 80 mil propriedades para promover a ascensão dos produtores da classe D para a classe C;
- Melhoramento genético pela adoção de tecnologias com material genético superior por meio da inseminação artificial e a transferência de embriões;
- Garantia de acesso a crédito com juros subsidiados com o objetivo de potencializar a produção, a melhoria da propriedade e a qualidade do leite. Na safra 2015/2016, foram disponibilizados R$ 5,3 bilhões no Pronamp e R$ 1,4 bilhão no Inovagro, com taxa de juros de 7,5% ao ano e carência de dois e três anos, respectivamente;
- Intensificação do Programa de Controle e Erradicação da Brucelose e da Tuberculose Animal (PNCBET) e campanha de educação sanitária para vacinação contra a brucelose;

- Intensificação da implementação da gestão de qualidade do leite e a criação de um sistema de inteligência para gerenciamento dos dados da qualidade do leite, em parceria com a Embrapa;
- Atualização e adequação das legislações visando garantir a qualidade dos produtos agropecuários, a saúde pública e promover a redução dos custos de produção, ampliando renda aos produtores;
- Elaboração de regulamentação para que as pequenas agroindústrias produzam de forma legalizada e com segurança alimentar; e
- Ampliação de mercados com habilitação de 13 plantas de laticínios para exportação de lácteos para a Rússia.

e.10) Plano de Desenvolvimento Agropecuário – Desenvolve Matopiba

O Decreto nº 8.447, de 6 de maio de 2015, dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba (Plano Desenvolve-Matopiba). O referido Plano, em elaboração, será baseado em três eixos principais: i) desenvolvimento e aumento da infraestrutura relativa às atividades agropecuárias; ii) apoio ao desenvolvimento tecnológico e inovação voltadas às atividades agrícolas e pecuárias; e iii) ampliação e fortalecimento da classe média no setor rural.

Em 2015, foi desenvolvido sistema de planejamento territorial estratégico para essa região geográfica, que abrange os Estados: MA, TO, PI e BA, caracterizada por ser muito promissora para produção de alimentos. Foram geradas informações numéricas, cartográficas e iconográficas e a caracterização territorial do quadro natural, agrário, agrícola, rural e socioeconômico de 31 microrregiões e 337 Municípios da região.

Foram: i) produzidos diagnósticos nos aspectos físicos, de recursos naturais, agrários, agrícolas e de infraestrutura logística; ii) realizado o zoneamento de risco climático da região; e iii) caracterizada a situação socioeconômica da região e das demandas e análise de tecnologias disponíveis. Essas informações objetivam a formulação do Plano Desenvolve-Matopiba.

e.11) Desenvolvimento das Regiões Produtoras de Cacau

No âmbito da assistência técnica e extensão rural, em 2015, a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac), visando o desenvolvimento territorial sustentável e promoção da sucessão rural nas regiões produtoras de cacau do Brasil, desenvolveu ações de assistência técnica e extensão rural (Ater) contemplando: i) o monitoramento e o controle da doença vassoura de bruxa em 550 mil hectares nos seis Estados produtores de cacau; ii) apoio técnico aos cultivos das cadeias produtivas do cacau, do dendê e da seringueira, em sistema único e sistemas agroflorestais (SAFs), em uma área de 742 mil hectares, incluindo os demais cultivos: banana, coco, cravo da índia, fruticultura, palmácea e pecuária, totalizando uma área assistida de 3,2 milhões de hectares; iii) atendimento a 59 mil famílias de produtores rurais; iv) capacitação profissional de 30 mil trabalhadores e agricultores familiares; v) formação acumulada de 750 jovens rurais, realizadas em cinco territórios rurais, com vistas à promoção e à manutenção do programa de sucessão rural no campo, na Bahia; vi) produção e distribuição anual de propágulos de espécies diversas, com destaque para 16 milhões de sementes de cacau e essências florestais destinadas aos sistemas agrosustentáveis; vii) consolidação de parcerias e fortalecimento do plano de contingenciamento da doença monilíase do cacaueiro, ainda sem ocorrência em território brasileiro; e viii) definição de modelo e consolidação das práticas de manejo agrícola visando a conservação produtiva e a adequação ambiental dos imóveis rurais estabelecidos nas regiões cacaueiras, tendo como referência o Sistema Agroflorestal Cabruca – cultivo de cacau sob a mata nativa. Esses sistemas, quando devidamente planejados, possibilitam a melhoria da estrutura dos solos;

o aumento na disponibilidade de nutrientes; e a diversificação da produção de alimentos, madeiras e outros produtos úteis ao homem.

Como resultado, a produção nacional de cacau cresceu de 248 mil toneladas, em 2011, para 273 mil toneladas, em 2014. A estimativa para 2015 é que a produção alcance cerca de 255 mil toneladas, segundo o IBGE.

Para 2016, estão previstos: i) a recuperação do parque produtivo da Bahia e do Espírito Santo; ii) a expansão das áreas plantadas e colhidas nos Estados da região Norte; iii) a consolidação das parcerias institucionais; e iv) o desenvolvimento de processos que estimulem a adoção de novas tecnologias agroindustriais, com foco na produtividade e na agregação de valor às cadeias produtivas.

e.12) Programa de Ascensão de Produtores Rurais da Classe D

Com o objetivo de promover a sustentabilidade socioprodutiva ao médio e ao pequeno produtor rural, bem como garantir a mobilidade e a inserção social dos produtores rurais das classes D até 2018, vêm sendo desenvolvidas ações voltadas para educação, cidadania, crédito, renda e qualificação rural, articuladas com organizações governamentais e não governamentais.

Em 2015, foram realizadas iniciativas preparatórias para as seguintes ações: i) realização de Busca Ativa de Porteira a Porteira dos produtores rurais nas classes D em 200 microrregiões até 2018, mediante celebração de termos de convênios com prefeituras ou processo licitatório para repasse de recursos aos Municípios das regiões do Matopiba (MA, TO, PI, BA), Rio de Janeiro, Espírito Santo e Alagoas com o objetivo de visitar 100% os estabelecimentos rurais, aplicar e reaplicar questionários socioeconômico e diagnosticar a situação social destes produtores; ii) criação do Sistema Porteira a Porteira (SISPP) para compilação dos dados advindos dos questionários que serão aplicados nos estabelecimentos; iii) capacitação para os gestores municipais da agricultura; iv) fortalecimento da economia dos municípios e das microrregiões a partir da agricultura; v) estruturação de associações locais de produtores rurais; vi) redução de imperfeições de mercado; vii) organização de cadeias produtivas integradas e articuladas com o mercado; viii) garantia que vazios sociais, educacionais, culturais e de saúde possam ser ocupados com políticas públicas integradas; ix) melhorar as condições de vida da família e da comunidade do produtor; e x) gerar novos empregos diretos e indiretos.

Foram realizadas, ainda: i) oficina com interlocutores representantes das Superintendências Federais de Agricultura nos sete Estados onde o Programa será inicialmente desenvolvido; ii) 13 oficinas com Prefeitos, Secretários Estaduais e Municipais de Agricultura para sensibilização e construção do Programa, totalizando uma participação de 367 pessoas; e iii) 17 oficinas com representantes (facilitadores) dos 179 municípios onde o Programa será inicialmente desenvolvido, totalizando uma participação de 221 pessoas.

Estão previstas as seguintes ações em 2016:

- Executar o Projeto Porteira a Porteira;
- Executar ações previstas no Projeto Rural Sustentável para alcance das metas que abrangerão sete Estados, nos Biomas Amazônia (Mato Grosso, Pará e Rondônia) e Mata Atlântica (BA, MG, PR e RS): i) implantar 350 unidades demonstrativas, sendo 50 por Estado; ii) implantar 3.360 unidades multiplicadoras, sendo 480 por Estado; iii) e beneficiar 3.710 agricultores beneficiados, sendo 530 por Estado; e
- Iniciar os trabalhos de concepção, discussão e formulação para a implementação do Sistema Único da Agricultura (Suagro).

f) Negociações Internacionais e Promoção Comercial do Agronegócio

f.1) Negociações Internacionais Bilaterais e Multilaterais

O Governo Federal continua priorizando as negociações de abertura e manutenção de mercados com ênfase em questões sanitárias e fitossanitárias de produtos tradicionais. Como resultado dessas negociações, na área de produtos de origem animal, destacam-se as seguintes conquistas realizadas em 2015:

- Fim do embargo às exportações de alimentos para animais de companhia e carne bovina *in natura* para a China. O embargo havia sido imposto em virtude do caso de Encefalopatia Espongiforme Bovina (EEB) ocorrido em dezembro de 2012;
- Fim do embargo às exportações de carne bovina *in natura* para a Arábia Saudita. O embargo havia sido imposto em virtude do caso de Encefalopatia Espongiforme Bovina ocorrido em dezembro de 2012;
- Abertura do mercado de carne bovina *in natura* e carne de aves de Myanmar;
- Abertura do mercado de carne suína para processamento posterior na África do Sul;
- Ampliação do número de estabelecimentos para exportação de carne de aves ao México;
- Início das tratativas para exportação de carne bovina *in natura* ao Japão;
- Fim do embargo de carne bovina *in natura* para Argentina. O embargo havia sido imposto em virtude do caso de EEB ocorrido em dezembro de 2012;
- Abertura do mercado de lácteos, envoltórios, material genético de aves e de suínos para a Rússia;
- Ampliação do mercado para carne bovina, suína e de aves e miudezas para a Rússia;
- Abertura do mercado de bovinos vivos para engorda para a Turquia;
- Ampliação do mercado de carne termoprocessada para a União Europeia; e
- Ampliação do mercado de carnes para a Venezuela com a adição de novos estabelecimentos na lista de habilitados.

Quanto às negociações multilaterais, destaca-se o monitoramento das regulamentações de parceiros comerciais do Brasil notificadas aos Comitês de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias e de Barreiras Técnicas ao Comércio, da OMS. A partir deste monitoramento, foram feitas gestões no sentido de contestar propostas de regulamentos não conformes às regras internacionais de comércio que poderiam causar impactos negativos nas exportações de produtos do agronegócio brasileiro a destinos como China e União Europeia.

Ressalta-se, também, a inserção nas negociações de outras disciplinas internacionais não tarifárias, além das sanitárias e das fitossanitárias, de modo a preservar os interesses do agronegócio nacional na conquista de novos mercados, da manutenção dos atuais fluxos comerciais e no restabelecimento dos que foram injustamente interrompidos. Essas negociações possuem, entre seus propósitos, reduzir a incidência de barreiras não tarifárias que possam afetar o acesso, a manutenção, a ampliação e a retomada de mercados, bem como promover a agregação de valor ao produto nacional em virtude da eficiência e sustentabilidade da agricultura brasileira.

f.2) Promoção Comercial do Agronegócio

Em 2015, foi dada continuidade à estratégia de promover as exportações brasileiras por meio da diversificação de mercados e produtos de maior valor agregado. Dentre as ações implementadas destacaram-se as seguintes realizações: i) ações comerciais na Rússia, no Japão, no Canadá, na China, nos EUA e no Peru, nas quais foram promovidos e comercializados produtos brasileiros de mais de 20 setores: carne bovina, carne de frango, carne suína, pescados, café, mate, chás, refrigerantes, energéticos, arroz, farináceos, lácteos, açúcar, adoçantes, frutas, polpas e sucos de fruta, castanhas, água de coco, cachaça, cervejas, vinhos e espumantes, chocolate, doces e confeitos, massas, biscoitos e outros produtos de panificação, produtos apícolas, refeições e sobremesas prontas e produtos de conveniência, conservas, molhos, temperos e condimentos, entre outros; e ii) continuidade de ações de sensibilização e capacitação do setor produtivo para a ampliação da base e da pauta exportadoras, como Seminário do Agronegócio para a Exportação (Agroex) e ao Curso de Integração do Agronegócio para Exportação (Agroint).

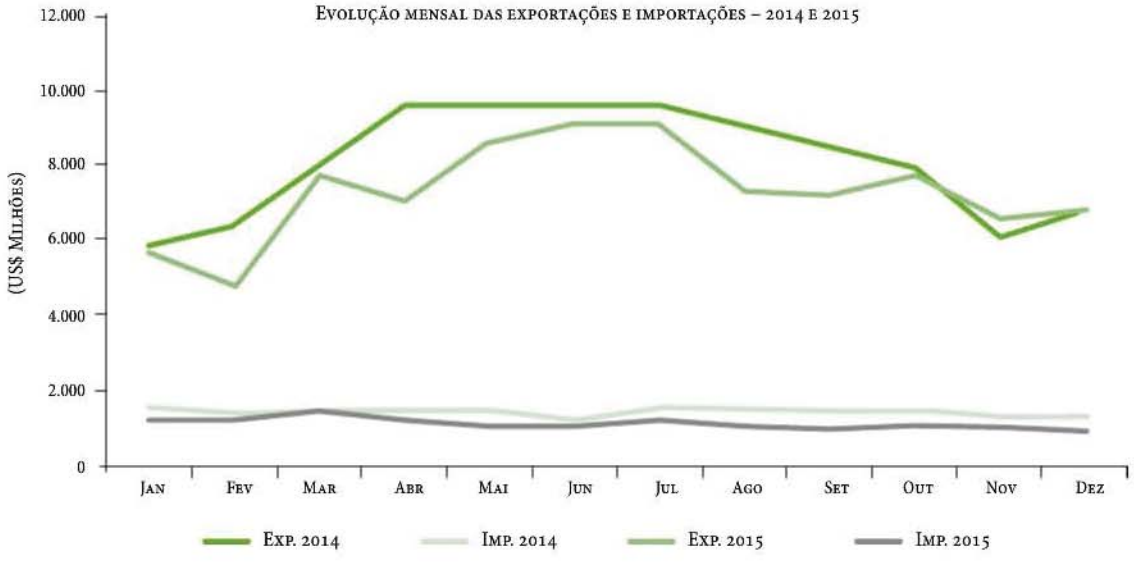
Para 2016, está prevista a continuidade das ações de promoção internacional do agronegócio na Rússia, no Japão, na China e nos EUA, bem como a ampliação da atuação na Europa e no Oriente Médio, além de ações de imagem que agreguem valor aos produtos brasileiros em mercados de referência, como Europa e Japão.

f.3) Desempenho Exportador do Agronegócio

Entre janeiro e dezembro de 2015, as exportações brasileiras do agronegócio somaram US$ 88,22 bilhões, o que representou queda de 8,8% em relação ao mesmo período do ano anterior. As importações, por sua vez, alcançaram US$ 13,07 bilhões, de modo que o saldo da balança comercial do agronegócio foi superavitário em US$ 75,15 bilhões.

Em relação ao valor exportado, o principal setor da pauta exportadora do agronegócio brasileiro foi o complexo de soja, cujas vendas alcançaram a cifra de US$ 27,96 bilhões no acumulado do ano. Esse montante representou decréscimo de 11% ante 2014. Entretanto, houve crescimento de 16,7% na quantidade comercializada dos produtos do setor (70,82 milhões de toneladas). Em seguida, destacaram-se as vendas de carnes, com US$ 14,72 bilhões. Em comparação ao ano anterior, houve queda de 15,5% em valor e aumento de 1% em quantidade.

Balança Comercial do Agronegócio



Fonte: AgroStat Brasil, a partir dos dados da Secex/MDIC.

Outros setores de participação expressiva foram: i) produtos florestais, US$ 10,33 bilhões; ii) complexo sucroalcooleiro, US$ 8,53 bilhões; iii) e café, US$ 6,16 bilhões.

As exportações para a China sofreram redução de 3,6%, alcançando US$ 21,28 bilhões, que correspondem a 24,1% do total da pauta de exportações do agronegócio. Os países que mais contribuíram para amenizar a queda das exportações de produtos do agronegócio brasileiro foram: Vietnã, Bangladesh, Irã, Coreia do Sul, Arábia Saudita e Iraque.

Cabe destacar a participação do continente asiático como principal região de destino das exportações do agronegócio, tendo absorvido mais de 43% do total exportado em produtos do setor (US$ 38,06 bilhões). A União Europeia ocupou a segunda posição, com aquisições de US$ 18,26 bilhões no período (20,7% de participação).

g) Pesquisa Agropecuária

As atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação coordenadas pela Embrapa propiciaram ao agricultor brasileiro uma plataforma de soluções tecnológicas com 1.725 soluções prontas para uso. Para informar o produtor rural, destacam-se: i) a produção e a veiculação de três programas radiofônicos de caráter nacional, em 1.600 rádios: Plano Safra 2015/2016; uso racional de água na agricultura; e uso do solo; ii) a produção de 40 programas televisivos, Dia de Campo na TV, veiculados em três emissoras de TV com abrangência nacional e, em 11 emissoras, com abrangência regional; e iii) realizada a entrega de 270 kits (acervo conjunto das minibibliotecas Embrapa com a Arca das Letras/MDA) para 170 municípios do semiárido brasileiro, correspondendo a: i) 50.760 publicações impressas (livros, cartilhas, dicionários); ii) 2.160 DVDs com reportagens do programa televisivo semanal Dia de Campo na TV; e iii) 2.160 CDs com áudios do programa radiofônico semanal Prosa Rural.

No ano de 2015, foram depositadas solicitações de proteção intelectual, no Brasil e no exterior, em diferentes modalidades, sendo 40 pedidos de patente, 55 novas cultivares, oito registros de marca e nove programas de computador. Com relação ao registro comercial de cultivares, a Embrapa registrou, em 2015, 98 variedades junto ao Registro Nacional de Cultivares (RNC/Mapa).

Em termos de infraestrutura, foi concluída a sede da Embrapa Pesca e Aquicultura em Palmas/TO. Para 2016, por meio dos portfólios, dos arranjos, dos projetos e das ações gerenciais, as execuções e as entregas da Embrapa ocorrerão nos temas: i) sistemas de produção inovadores e sustentáveis; ii) aproveitamento sustentável dos recursos naturais; iii) segurança zoofitosanitária das cadeias produtivas; iv) conhecimentos e tecnologias face às mudanças climáticas; v) novas ciências: biotecnologia, nanotecnologia e geotecnologia; e vi) agricultura familiar, produção orgânica e agroecológica.

No tocante às ações de transferência de tecnologia (TT), a Embrapa atua diretamente com os agentes promotores do desenvolvimento sustentável, incluindo os profissionais da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) de instituições públicas e privadas.

Na pesquisa agropecuária, destacam-se os seguintes resultados em 2015:

- **Produção Vegetal** – i) cultivares de Mandioca: lançamento de seis cultivares de mandioca com características de alimentos funcionais e nutracêuticos: BRS 396, BRS 397 e BRS 399, de coloração amarela e com alto teor de betacaroteno (precursor da vitamina A); cultivar BRS 398 de coloração creme; e cultivares BRS 400 e BRS 401 de coloração rosada com alto teor de licopeno nas raízes, substância com propriedades antioxidantes; ii) cultivar forrageira: cultivar BRS Tamani, primeira cultivar forrageira do gênero *Panicum maximum* desenvolvida pela Embrapa, indicada para engorda de bovinos de corte no Bioma Cerrado; iii) cultivar de batata: cultivar BRS F63 (Camila), desenvolvida pelo Programa de Melhoramento Genético de Batata da Embrapa, destina-se à cozinha gourmet na preparação de saladas e pratos afins;

iv) cultivar de soja: BRS 7170IPRO é uma soja transgênica com tolerância ao herbicida glifosato e com a tecnologia Intacta RR2 PROTM, que controla um grupo de lagartas; e v) sistema de Produção Cultivance: é a opção ideal para rotação de tecnologias na soja. É o primeiro cultivo geneticamente modificado completamente desenvolvido no Brasil, desde o laboratório até a comercialização;

- **Sistemas de Informação –** i) Sistema Interativo de Análise Geoespacial da Amazônia Legal (Siageo Amazônia): O sistema reúne, de forma sistematizada, as informações geoespaciais utilizadas e produzidas nas mais diversas iniciativas de Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) da região; ii) Agritempo Móvel – Sistema de Monitoramento Agrometeorológico: O Sistema permite aos usuários o acesso, via dispositivo móvel, às informações meteorológicas e agrometeorológicas de diversos Municípios e Estados; iii) Agrofonte - *website,* especializado em informações voltadas para a agricultura familiar no Brasil, beneficiando 4,3 milhões unidades produtivas e 14 milhões de pessoas ocupadas com a agricultura familiar; e iv) GestFrut - o Projeto GestFrut visa aprimorar habilidades gerenciais de fruticultores familiares das regiões produtoras de frutas de clima temperado (Santa Catarina e Rio Grande do Sul). Foram desenvolvidos cadernos de escrituração e planilhas de cálculo específicas para 11 frutas: ameixa, amora preta, caqui, framboesa, kiwi, maçã, mirtilo, morango, pera, pêssego e uva; e v) foram geradas informações sobre os quadros natural, agrário, agrícola e de infraestrutura logística, além do zoneamento de risco climático, caracterização e diagnóstico da situação socioeconômica da região do Matopiba;

- **Produto agroindustrial –** i) abatedouro móvel para suínos: os equipamentos de um abatedouro fixo são adaptados a uma carreta rodoviária para abates de pequena escala; e ii) terreiro Barcaça Seca Café: o terreiro de cimento com cobertura móvel é uma tecnologia para o processo de secagem de café, que facilita o seu gerenciamento;

- **Transferência de tecnologia –** i) Integração Lavoura, Pecuária, Floresta (iLPF): está em pleno desenvolvimento o Projeto em Rede Integração Lavoura Pecuária Floresta (iLPF), com o propósito de organizar uma rede de ações e processos de transferência de conhecimentos e tecnologias, para inovação tecnológica nas diferentes regiões do País. Em 2015, foi realizado o I Congresso Mundial de Sistemas de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta em Brasília/DF, abordando os diversos aspectos e as dimensões da intensificação sustentável da agricultura por meio da integração dos sistemas de produção de grãos, animal e florestal; ii) radar da tecnologia: foi implementado um sítio de conteúdo multimídia, com foco em assuntos técnicos ligados à produção de soja no Brasil: http://www.embrapa.br/soja/radar; iii) manejo integrado de pragas (Caravana Embrapa): caravana que percorre nove polos de produção de grãos e fibras do País para incentivar boas práticas de Manejo Integrado de Pragas (MIP); iv) capacitação: seminários de sensibilização do Projeto ABC Cerrado, com foco no médio produtor rural em 31 Municípios dos seguintes Estados: BA, DF, GO, MA, MG, MS, PI ou TO; e

- **Plano ABC em Tocantins –** conclusão do módulo final do programa de capacitação continuada dos agentes multiplicadores; e capacitação de técnicos e pesquisadores mexicanos: uma iniciativa prevista no Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2018 do México, com ênfase na inovação baseada no desenvolvimento científico e tecnológico.

g.1) Inovações Tecnológicas para as Regiões Produtoras de Cacau

Visando o desenvolvimento das regiões produtoras de cacau, no que se refere às inovações tecnológicas em 2015, a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac) executou 118 projetos, sendo 74 na cadeia produtiva do cacau, por meio do Projeto Rede Nordeste de Biotecnologia do Cacau (Renorbio), que objetiva revitalizar a cacauicultura nacional por meio do controle da doença vassoura de bruxa do cacaueiro.

Como resultado desse esforço, registram-se: i) avanços no sequenciamento do genoma do patógeno *Moniliophthora perniciosa* e do hospedeiro *Theobroma cacau*, permitindo uma nova estratégia de controle de pragas do cacaueiro; ii) seleção de 603 clones com associação de genes de resistência, além de outros genes de interesse, para avaliação regional; e iii) identificação

de 18 novas fontes de resistência à doença vassoura de bruxa, enriquecendo, desta forma, a base genética do programa de melhoramento. Destacam-se nesse contexto a validação de novos atributos de produtividade, precocidade e resistência à série de clones já disponibilizados aos produtores.

Ainda em 2015, a Ceplac, usando sua estrutura de laboratórios e unidade de processamento, desenvolveu ações de incubação industrial, visando elevar e qualificar o maior número de produtores no processo de produção de chocolate, com avanços na melhoria da qualidade do cacau e sua inserção no mercado internacional de cacau fino.

Existem 55 cultivares e nove linhagens de cacaueiros já registradas mantidas no maior banco de germoplasma de cacau *(ex-situ)* do mundo, disperso em estações experimentais localizadas nos Estados da Bahia, do Pará e de Rondônia, contendo 5.538 acessos, sendo 4.452 clonais e 1.086 seminais, ocupando área total de 70 hectares. Registram-se, atualmente, 26 unidades de processamento, com cerca de 400 toneladas processadas por ano, a partir de iniciativas associativas nas regiões produtores de cacau.

Em 2016, espera-se: i) o fortalecimento dos grupos de pesquisa, que atuam no cultivo do cacaueiro e o estabelecimento de maior interrelação entre os grupos; ii) a indicação de novas variedades clonais com resistência à Vassoura de Bruxa e elevada produtividade; iii) a implementação de ações de preservação dos biomas Mata Atlântica e Floresta Amazônica; iv) a elevação da viabilidade econômica da cacauicultura brasileira; e v) o incremento no número de postos de trabalho e melhoria da qualidade de vida dos produtores regionais.

3. Turismo

a) Planejamento e Gestão da Política Nacional do Turismo

Em 2015, deu-se início à revisão do Plano Nacional de Turismo. Esse importante orientador da política pública conta com a colaboração do Conselho Nacional do Turismo, o Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo (Fornatur) e a Associação Nacional de Secretários Municipais (Anseditur), em um amplo processo participativo.

Foram iniciadas ações de mobilização para a reestruturação dos colegiados estaduais e municipais, com vistas à realização da I Conferência Nacional de Turismo, prevista para 2016. No âmbito do Fórum Interconselhos e do Programa Dialoga Brasil, foi articulada a participação social na elaboração do PPA 2016-2019. Viabilizou-se a presença de representantes do Conselho Nacional de Turismo (CNT) e dos colegiados das cinco regiões geográficas do País para discussão em duas oficinas de trabalho do fórum, realizadas em Brasília/DF.

Destacam-se os trabalhos de revisão da Lei Geral do Turismo, Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, para adequação à evolução do cenário turístico do País, em estreita cooperação com o setor turístico. Nota-se que a existência de um quadro normativo atualizado e moderno permitirá utilizar instrumentos mais eficazes e completos, capazes de promover e divulgar o turismo nacional tanto no País quanto no exterior. Em 2016, o processo de revisão da Lei Geral do Turismo deverá ser ampliado por meio de consultas aos membros do CNT e audiências públicas com o propósito de franquear a participação da sociedade civil.

b) Normatização e Ordenamento Turístico

O Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos (Cadastur) é obrigatório para algumas atividades econômicas relacionadas à cadeia produtiva do turismo, tais como: i) dos meios de hospedagem; ii) das agências de turismo; iii) das transportadoras

turísticas; iv) das organizadoras de eventos; v) dos parques temáticos; vi) dos acampamentos turísticos; e vii) dos guias de turismo. Em 2015, teve início a reformulação do Cadastur que contempla a reestruturação de todos os módulos do sistema. Nele, foram reestruturados os módulos de cadastramento dos guias de turismo e dos meios de hospedagem. Em 2015, o Cadastur alcançou a marca de 56.362 cadastrados.

Quanto ao Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem (SBClass), observou-se baixa adesão por parte dos meios de hospedagem. Por meio de pesquisa realizada, constatou-se que as principais dificuldades se relacionavam ao caráter voluntário do sistema, ao custo de adesão para meio de hospedagem, aos procedimentos considerados burocráticos e ao desinteresse por parte dos grandes empreendimentos. Nessa perspectiva, o Governo, com o apoio do Conselho Técnico Nacional de Classificação dos Meios de Hospedagem (CTClass) decidiu reavaliar a arquitetura do SBClass, tendo em vista adequá-lo às necessidades do setor, bem como às expectativas do mercado.

Outra inciativa diz respeito ao Sistema Nacional de Registro de Hóspedes (SNRHOS), base de dados que permite ao Ministério do Turismo conhecer melhor os fluxos turísticos, determinar as origens e os destinos dos turistas, bem como detectar hábitos e padrões associados às relações entre turistas e meios de hospedagem. Em 2015, 358 Municípios utilizaram o Sistema, perfazendo um total de 7.747.785 fichas de registros de hóspedes. Acredita-se que, em 2016, a ampliação do sistema permitirá a expansão do número de empreendimentos hoteleiros interligados. Além disso, planeja-se a modernização do SNRHOS e a facilitação do acesso aos meios de hospedagem e turistas, por meio do desenvolvimento de aplicativo e sítio, na Internet, que permita o registro antecipado de entrada (*check-in*) do hóspede.

Em 2015, destacam-se, ainda, as atividades desenvolvidas pelo grupo de trabalho instituído com o propósito de identificar e avaliar a viabilidade de integração das competências de outros órgãos com a finalidade de intensificar a fiscalização dos prestadores de serviços turísticos. Essa iniciativa tem proporcionado a integração de esforços entre o Ministério do Turismo, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e a Polícia Rodoviária Federal (PRF) para possibilitar, no âmbito de suas esferas, a fiscalização de parte dos prestadores dispostos na Lei nº11.771/08, notadamente as transportadoras turísticas, os guias de turismo e a frota de veículos pertencentes às agências de turismo.

O Viaja Mais Melhor Idade visa promover a inclusão social de pessoas a partir de 60 anos, de aposentados e pensionistas, proporcionando-lhes oportunidades de viajar e usufruir os benefícios da atividade turística, como forma de fortalecimento do setor de turismo no Brasil. Em 2015, foram inseridos 23 novos produtos turísticos adequados à oferta do segmento de demanda "melhor idade" no sítio eletrônico www.viajamais.gov.br. Essas ofertas contemplam dez Estados e 17 Munícipios.

Lançado em abril de 2014, o Guia Turismo Acessível é um guia colaborativo que possibilita a avaliação de acessibilidade de pontos turísticos, hotéis, restaurantes e atrações diversas, auxiliando pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida a viajarem pelo Brasil com mais autonomia. Durante o ano de 2015, o portal www.turismoacessivel.gov.br obteve mais de 26 mil acessos e 464 novas avaliações de empreendimentos no âmbito da acessibilidade.

Para a difusão e divulgação do Guia Turismo Acessível, houve participação em diversas feiras, palestras e eventos, nacionais e internacionais, tanto com foco em turismo quanto em pessoas com deficiência. Em cada um deles, foram distribuídas cartilhas e filipetas como material promocional desta ação.

Por fim, o Governo Federal realizou o "Dia D - Dia da Inclusão Social e Profissional das Pessoas com Deficiência e os Beneficiários Reabilitados do INSS", edição realizada em setembro de 2015, em que houve uma campanha própria para mobilização do setor turístico e do público final (pessoas com deficiência). Para 2016, pretende-se realizar as seguintes ações: i) mudança da base de

dados do Guia Turismo Acessível; ii) tradução do sítio www.turismoacessivel.gov.br para inglês e espanhol; iii) distribuição do Guia de Bolso com dicas de bem atender; iv) atualização da grade de produtos; e v) ações de *benchmarking* no território nacional.

c) Estruturação de Destinos

A política de estruturação de destinos tem evoluído ao longo dos anos e, em 2013, ganhou contornos substanciais com a reformulação do Programa de Regionalização do Turismo. Dentre as ações que marcam essa nova etapa do Programa, destaca-se a instituição, em agosto de 2015, da Categorização dos Municípios do Mapa do Turismo Brasileiro. A Categorização é um instrumento elaborado pelo Governo Federal para identificar o desempenho da economia do turismo nos 3.345 Municípios que constam no Mapa do Turismo Brasileiro, instituído pelo Ministério do Turismo. O referido Mapa hoje contempla 3.345 Municípios distribuídos em 303 regiões turísticas.

A partir da aplicação de uma técnica conhecida como análise de *cluster* em dados já disponíveis, foi possível agrupar os 3.345 Municípios do Mapa do Turismo Brasileiro em cinco categorias: A, B, C, D e E, a partir dos seguintes dados: número de empresas e número de empregos no setor de hospedagem e estimativa de fluxos turísticos doméstico e internacional.

A tabela a seguir apresenta as características dos Municípios inseridos nos diferentes grupos, a partir da média das variáveis utilizadas nas análises:

CATEGORIA	Nº DE MUNICÍPIOS	% DE MUNICÍPIOS	VALOR MÉDIO (NÃO PADRONIZADO)			
			QTD. EMPREGOS HOSPEDAGEM	QTD. ESTABELECIMENTOS/ HOSPEDAGEM	ESTIMATIVA VISITANTES INTERNACIONAIS	ESTIMATIVA VISITANTES DOMÉSTICOS
A	51	1,52%	2.401	190	140.474	1.775.071
B	167	4,99%	458	36	7.535	235.855
C	504	15,10%	98	11	587	58.851
D	1.841	55,04%	11	2	0	9.041
E	782	23,38%	0	0	0	0

Fonte: Deprod/SNPTur/MTur.

Para 2016, está prevista a implementação de novas fases do Programa de Regionalização do Turismo, em especial: i) atualização do Mapa do Turismo Brasileiro; ii) formação, inclusive com a publicação de cartilhas de orientação voltadas à capacitação de gestores públicos; e iii) comunicação, que engloba a constituição de uma rede nacional de interlocutores do Programa, facilitando a interação das ações em prol do desenvolvimento do turismo.

Em 2015, houve, também, a produção do Guia de Sustentabilidade para o Turismo, destinado à iniciativa privada, com orientações de boas práticas de sustentabilidade. Foi produzido, ainda, um vídeo institucional para divulgação e disseminação de boas práticas em sustentabilidade e um *folder* com dicas básicas sobre o tema para distribuição em eventos.

Os esforços também se concentraram no estreitamento das relações com a Organização Mundial do Turismo (OMT), por meio da participação ativa no Comitê de Turismo e Sustentabilidade dessa organização. Junto à OMT, tratou-se também da publicação, versão em português, e da divulgação do Código de Ética Mundial para o Turismo.

Cabe destacar o Programa Turismo Sustentável e Infância, que tem como objetivo a prevenção e o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes nos equipamentos de turismo. Trata-se de uma ação conduzida por meio da Comissão Intersetorial de Enfrentamento da Violência Sexual de Crianças e Adolescentes, que permite a integração de ações e o fortalecimento de políticas públicas de enfrentamento da violência sexual, com a participação de órgãos governamentais, representantes da sociedade civil e organismos internacionais. As ações referem-se a: i) campanhas publicitárias; ii) seminários de sensibilização dirigidos a empresários e profissionais da cadeia produtiva do turismo; iii) formação de multiplicadores locais; e iv) projetos de inclusão socioprodutiva com capacitação profissional junto aos jovens em situação de vulnerabilidade social.

Em 2015, destacam-se a distribuição de 170 mil peças como parte da campanha nacional permanente Proteja Brasil, que é uma ação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil para os equipamentos turísticos e de proteção à infância.

d) Promoção do Turismo no Mercado Nacional

O Governo Federal divulga, promove e apoia a comercialização de destinos, produtos e serviços turísticos brasileiros majoritariamente por meio da veiculação de campanhas, ações de publicidade e propaganda, e por meio da produção de material institucional e de divulgação, distribuídos principalmente em feiras e eventos do segmento. Revistas, jornais, painéis em aeroportos e mobiliário urbano são algumas das mídias utilizadas para veiculação das campanhas, além das TVs aberta e fechada. Também são usadas mídias sociais e a Internet para publicidade institucional e dos destinos turísticos brasileiros.

Em 2015, foi dada continuidade à campanha #PartiuBrasil, iniciada em 2014, a qual enfoca as experiências turísticas de diversos segmentos e visa estimular viagens pelo País, mobilizando os profissionais do setor para que privilegiem os destinos nacionais. Pesquisa realizada sobre o perfil do turista brasileiro, em 2015, indicou ainda haver grande parcela populacional que possui condições de consumir e usufruir das atividades turísticas, mas não o faz. Portanto, persiste o desafio de amadurecer a cultura de viagens para que o turismo doméstico entre na cesta de consumo dos brasileiros. Em razão dos Jogos Olímpicos, o Governo Federal realizou o evento Ano Olímpico para o Turismo, sensibilizando os agentes públicos e os parceiros institucionais sobre a relevância do turismo na recuperação da economia nacional e no desenvolvimento do Brasil.

Em novembro de 2015, foi lançada nova campanha #VivadePerto, que também busca estimular o sentimento de pertencimento ao povo brasileiro e estimula a inserção do turismo em sua cesta de consumo. A nova campanha foi criada de maneira a permitir seu desdobramento para aproveitar os sentimentos e os valores que envolverão o momento olímpico, em 2016, e para estimular de maneira efetiva o desejo de viajar do turista brasileiro.

Em relação às ações de apoio à comercialização, destaca-se a participação nos seguintes eventos: i) *Latin American Corporate Travel Experience* (Lacte); ii) Salão Paranaense de Turismo; iii) Federação de Entidades Organizadoras de Congressos e Afins da América Latina (Cocal); iv) 57º Congresso Nacional de Hotéis (Conotel); v) Encontro Comercial Rio de Janeiro da Associação Brasileira das Operadoras de Turismo (Braztoa); vi) Fórum Panrotas; vii) Feira de Turismo do Estado de São Paulo (Aviestur), promovida pela Associação das Agências de Viagens Independentes do Interior do Estado de São Paulo (Aviesp); viii) *Brazil National Turism Mart* (BNTM); ix) *World Travel Market* (WTM) *Latin America*; x) Mostra Viajar; xi)

Congresso Brasileiro de Guias; xii) Seminário da Associação Brasileira de Empresa de Eventos (Abeoc); xiii) *Workshop* da Visual; xiv) Festival de Turismo das Cataratas; xv) Salão Rota 101; xvi) Associação das Agências de Viagem de Ribeirão Preto e Região (AVIRRP); xvii) Centro Oeste Tur, xviii) *4th* ICCA *Latin American Meeting & 9th Client Supplier Business Workshop*; xix) 43ª Associação Brasileira dos Agentes de Viagem (Abav); xx) Festival de Turismo de João Pessoa; e xxi) Festival de Turismo de Gramado.

e) Investimentos e Financiamentos para o Turismo

As ações de fomento à iniciativa privada, ao longo do ano de 2015, mantiveram foco no fortalecimento e na constante adequação das linhas de crédito ao setor produtivo do turismo, bem como na promoção e no estímulo aos investimentos privados no setor.

Nesse sentido, está em desenvolvimento o sítio www.investimento.turismo.gov.br para disponibilizar informações a potenciais investidores interessados no setor de turismo no Brasil. Nele, o investidor encontrará informações sobre a economia do turismo, as vantagens do investimento no setor no Brasil, além de informações sobre o ambiente legal e formas de contato com órgãos promotores de investimento. O sítio terá versões em português e inglês. Destaca-se, ainda, a Rede Nacional de Informações ao Investimento (Renai) como forma de potencializar o trabalho de atração de investimentos e permitir maior capilaridade e articulação junto a órgãos promotores de investimento.

Nos fóruns especializados em investimentos no setor de turismo, o Brasil foi apresentado a potenciais investidores, bem como foi prestado apoio ao setor empresarial brasileiro na participação em rodadas de negócio. Destaca-se a participação na *International Hotel Investment Conference* (IHIF), que acontece anualmente em Berlim, na Alemanha, onde foi promovido seminário para a atração de investimentos que reuniu empresários brasileiros e potenciais investidores estrangeiros. Outra importante ação foi a realização de seminários no âmbito da Expo Milão 2015, no mês de setembro de 2015, com foco nos segmentos de hotelaria e do enoturismo.

No que concerne ao fortalecimento ao crédito para o desenvolvimento do setor de turismo, foram criados e aperfeiçoados produtos e serviços financeiros destinados ao consumidor final do turismo e às empresas prestadoras de serviços turísticos. Até novembro de 2015, os desembolsos dos bancos públicos federais ao setor atingiram R$ 9,347 bilhões em operações de capital de giro e investimento. Cabe notar que o valor total desembolsado não abrange os dados relativos ao BNDES, referentes ao mês de novembro, pois esses ainda não foram disponibilizados pelo Banco.

O Fundo Geral de Turismo (Fungetur) passou, em 2015, por um processo de reestruturação e consolidação das normas gerais e critérios de aplicação dos recursos. A reestruturação visa à instituição de estrutura organizacional a capacidade de garantir maior grau de governança e efetividade sobre a aplicação desses recursos, bem como assegura o acesso ao crédito público de maneira diferenciada, em especial, às micro e pequenas empresas. Nesse processo, buscou-se a elevação dos níveis de investimento em capital fixo, redução dos encargos financeiros e ampliação das oportunidades de investimentos em implantação, ampliação e modernização de empreendimentos turísticos.

O Ministério do Turismo apoiou, ainda, em 2015, o setor de Parques Temáticos, em articulação com a Câmara de Comércio Exterior (Camex), o que resultou na isenção do imposto de importação fixado em 20% para equipamentos que foram implementados em três parques temáticos no País.

f) Infraestrutura Turística

Foram apoiados, em 2015, cerca de 633 projetos relacionados à implantação, à melhoria e à recuperação da infraestrutura turística brasileira, somando R$ 363,5 milhões distribuídos, conforme segue:

Natureza dos objetos das obras apoiadas e recursos envolvidos

NATUREZA DOS OBJETOS	Nº DE OBRAS APOIADAS	RECURSOS (EM R$ MILHÕES)
Centros de eventos, centros de convenções, centros culturais e centros de atendimento ao turista	102	45,6
Sinalização turística	16	6,2
Portais e pórticos	49	21,4
Infraestrutura urbanística diretamente ligada ao turismo	197	128,5
Construção/reforma de praças	173	77,1
Orlas lacustres, fluviais e marítimas	54	56,8
Demais objetos	42	27,9

Fonte: Dietu/SNPDTur/MTur.
Dados até dezembro de 2015.

Entre os projetos selecionados, destacam-se os seguintes: i) revitalização do Theatro Dom Pedro (Petrópolis/RJ), no valor de R$ 1,8 milhão; ii) revitalização de Praças na Cidade do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro/ RJ), com o custo de R$ 3,9 milhões; e iii) aquisição de equipamentos para o Centro de Convenções de Porto Nacional (Porto Nacional/TO) no valor de R$ 1 milhão.

A ação de acompanhamento de obras realizadas com recursos do Orçamento Geral da União (OGU) e transferidos, mediante contratos de repasse, abrangeu, em 2015, a inspeção de cerca de 63 obras, as quais totalizam R$ 859 milhões contratados.

O Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur) tem por objetivo contribuir para a estruturação dos destinos turísticos brasileiros por meio do fomento ao desenvolvimento regional. No ano de 2015, o Prodetur contabilizou cerca de US$ 896 milhões em contratos assinados entre o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) e as capitais Fortaleza/CE e Manaus/AM, e entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e os Estados: BA, CE, PE, RJ e SE, além de contrato assinado diretamente com o Ministério do Turismo.

Somando-se as operações de crédito em execução com os Contratos em Preparação (CP), o Prodetur alcançou uma carteira de aproximadamente US$ 1,4 bilhão, considerando os investimentos do financiamento e a contrapartida aportada pelos mutuários. Para 2016, espera-se que os contratos de financiamento em fase de assinatura sejam firmados e que haja expansão das fontes de financiamento, bem como aumento dos agentes financeiros interessados no programa.

g) Qualificação e Certificação em Turismo

O Governo Federal está trabalhando na construção de uma Política Nacional de Qualificação em Turismo, com o objetivo de elevar a qualidade dos serviços prestados aos turistas, na perspectiva de promover a profissionalização do mercado de trabalho e a ampliação da competitividade do turismo no País. Esse processo pretende, ainda, ampliar o conhecimento dos gestores públicos do turismo em educação, inovação e desenvolvimento de base regional e sustentável, tendo como ponto de partida a qualidade da hospitalidade necessária ao turismo nacional.

Nesse contexto, elaboraram-se as Diretrizes Nacionais para Qualificação em Turismo, documento que orienta as ações formativas e de certificação, apresentando duas linhas de atuação: formação profissional e certificação de pessoas e serviços turísticos. Além disso, apontam as estratégias iniciais para a formulação e operacionalização da política, que está sendo empreendida por meio de um diálogo com os atores do setor, em consulta à sociedade e em parceria com os Ministérios da Educação, do Trabalho e Previdência Social, e da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Soma-se a isso, a qualificação do segmento turístico executado pelo Pronatec Turismo, que contemplou 120 cidades e 54 cursos do eixo turismo, hospitalidade e lazer, idiomas e outros eixos apoiadores ao setor oferecidos pelo Sistema S (Senac, Senar, Senai e Sest/Senat), institutos federais e estaduais de educação. O resultado alcançado, até maio de 2015, foi de 393.766 matrículas, 11.016 em curso e 140.202 conclusões de cursos por alunos com o objetivo de serem inseridos no mercado de trabalho ou aperfeiçoarem suas habilidades para prestarem serviços com qualidade, sendo que, no intervalo entre matriculados e concluintes, existem outros *status* além dos alunos em curso, quais sejam: i) abandono; ii) aguardando confirmação; iii) cancelamentos de desistente, de matrícula em primeira opção e por sanção; iv) sem frequência inicial; v) cancelamento de turma; vi) documentação insuficiente; vii) escolaridade insuficiente; viii) frequência inicial insuficiente; ix) inscrição cancelada; x) não comparecimento do aluno; xi) reprovação; xii) curso trancado; xiii) transferência interna; e xiv) vagas insuficientes.

Em 2015, reformulou-se o programa, tendo como principais mudanças: i) a alteração da nomenclatura; ii) a ampliação do atendimento aos novos Municípios; e iii) a inserção de mais uma linha de ação voltada para o aperfeiçoamento profissional de pessoas que exercem atividades produtivas associadas direta ou indiretamente ao turismo, como agricultores familiares, artesãos e integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais.

O novo recorte do Pronatec Turismo incluiu mais 94 Municípios, entre eles 81 localizados ao arredor de 12 Parques Nacionais e 13 Municípios históricos que são Patrimônio Cultural Mundial da Humanidade (Unesco) e que têm conjunto urbanos e bens materiais tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). São, ao todo, 214 Munícipios contemplados no novo recorte do programa.

Além das ações do Pronatec Turismo, está em fase de celebração parceria com o Instituto Federal de Educação do Rio de Janeiro para atender demanda por qualificação profissional para cerca de nove mil profissionais do turismo, entre eles quiosqueiros e barraqueiros da orla das praias, identificados pela Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro (RioTur), com o intuito de melhorar os serviços prestados aos turistas que visitarão a cidade durante a Olimpíada e a Paralimpíada Rio 2016. O curso será semipresencial, com carga horária de 80 horas, distribuída nos conteúdos de hospitalidade e atendimento ao turista, manipulação/segurança alimentar, prevenção da exploração sexual de crianças e adolescentes, sustentabilidade, acessibilidade e inglês instrumental, com previsão para iniciar em março de 2016.

h) Produção Associada e Desenvolvimento Turístico Local

Em 2015, foram apoiadas ações com foco na gastronomia regional como fator diferencial de competitividade do destino turístico, cuja seleção foi realizada via chamada pública, priorizando-se, de forma descentralizada, a participação de Estados e Municípios, dentro dos 214 Municípios integrantes do Pronatec Turismo, tendo-se obtido, como resultado, a seleção de 11 ações distribuídas entre as cinco macrorregiões do País, das quais uma é do Estado do Acre e, as demais, em Municípios de outras regiões.

Além disso, o artesanato e a cultura, considerados componentes da produção associada ao turismo, também foram valorizados por meio do apoio à realização do 7º Congresso Nacional dos Trabalhadores Artesãos (Contrarte) e à realização da 3ª Mostra de Cinema de Gostoso, assim como houve incentivo e fomento aos arranjos produtivos locais com a realização da 7ª Conferência Brasileira de Arranjos Produtivos Locais.

i) Relações Internacionais do Turismo

No ano de 2015, o Governo Federal participou de foros de alto nível, tendo sido articuladas ações com organismos regionais e multilaterais, com o objetivo de estreitar relações com parceiros externos e desenvolver iniciativas que se traduzam no aumento dos fluxos turísticos.

No âmbito da presidência *Pro Tempore* do Mercosul, o Brasil realizou, em Foz do Iguaçu/PR, a LIX, a Reunião Especializada em Turismo do Mercosul e a XV Reunião de Ministros de Turismo do Mercosul. No primeiro semestre de 2015, ainda participou da Reunião do Conselho de Assuntos Gerais e Política da Conferência Internacional de Direito Privado da Haia, na Holanda, e da 58ª Reunião da Comissão Regional das Américas (CAM) da Organização Mundial do Turismo (OMT), em Porto Príncipe, no Haiti. Esteve igualmente presente na 100ª Reunião do Conselho Executivo da OMT, em Rovinj, na Croácia, e no Encontro Ministerial Ibero-Americano da OMT, em Buenos Aires, na Argentina.

No segundo semestre, integrou o XXIII Congresso Interamericano de Ministros e Altas Autoridades de Turismo, organizado pela OEA em Lima, no Peru, e esteve representado na XXI Assembleia Geral da OMT, realizada em Medellín, na Colômbia. Organizou e participou, em Milão, do Seminário sobre Negócios e Investimentos em Turismo no Brasil, no âmbito das comemorações da Data Nacional do Brasil na Expo Milão, na Itália.

Participou, ainda, no mês de setembro, da Reunião de Ministros do Turismo do T20, em Antália, na Turquia, e do Fórum Empresarial Brasil-Rússia, ocorrido por ocasião da Comissão de Alto Nível Brasil-Rússia (CAN), em Moscou, na Rússia. Em seguida, fez-se representar no Encontro Empresarial Brasil-Polônia, em Varsóvia, na Polônia. No mês de outubro, participou da LX Reunião Especializada em Turismo do Mercosul e da XVI Reunião de Ministros do Turismo do Mercosul, realizadas em Assunção, no Paraguai. Como complemento dos trabalhos de difusão no plano externo, destaca-se a participação brasileira, ocorrida no início do mês de novembro, na maior feira de turismo do mundo: a *World Travel Market* (WTM), em Londres, na Inglaterra, onde, entre outras ações, se promoveram os destinos turísticos brasileiros ligados à realização dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, em 2016.

Prevê-se, para o ano de 2016, o fortalecimento da participação brasileira nos foros regionais e multilaterais e a retomada do Projeto de Qualificação Internacional em Hospitalidade e Turismo, com o objetivo de selecionar e enviar, mediante bolsas de estudo, os melhores graduandos das escolas públicas e privadas de Turismo e Hospitalidade para cursos de excelência, de caráter profissionalizante, com duração de três meses, na Espanha e no Reino Unido.

j) Promoção Internacional do Turismo

O ano de 2015 foi particularmente desafiador para a promoção internacional pelo fato de representar um hiato entre dois dos maiores megaeventos mundiais: a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos.

Em 2015 a Embratur realizou a promoção turística internacional do Brasil em 19 países, contemplando ações de publicidade, comunicação digital, relações públicas, encontros com a imprensa e formadores de opinião, rodadas de negócios e eventos, com destaque para a participação em 15 feiras internacionais de turismo e o lançamento da campanha voltada para os países sulamericanos com o tema "Viva o verão de perto - Venha para o Brasil". A campanha com as artes e o vídeo desenvolvidos para promover o Brasil mostra as cinco regiões do País, destacando um destino plural que agrada a todos os gostos e idades.

O Brasil tem mantido posição de relevância na realização de eventos internacionais, com colocação entre os dez primeiros países no mundo que mais sediam esses eventos, sendo o primeiro da América Latina, segundo a *International, Congress and Convention Association* (ICCA). No mais recente *ranking*, publicado em maio de 2015, o Brasil realizou 291 eventos internacionais distribuídos entre 61 cidades brasileiras. Destaque para o prêmio Pesquisador Mundial da ICCA 2015, recebido pela Embratur nesse ano pelo trabalho de pesquisa realizado em apoio às entidades e *Conventions Bureau* dos destinos brasileiros na busca por eventos internacionais sediados no Brasil.

Os trabalhos de promoção no exterior contam com o apoio dos 13 escritórios brasileiros de turismo, distribuídos da seguinte forma: Amsterdã (Holanda), Frankfurt (Alemanha), Madri (Espanha), Paris (França), Milão (Itália), Lisboa (Portugal) e Londres (Reino Unido). Na América do Sul, estão em operação o escritório de Buenos Aires, na Argentina, e o localizado em Lima, no Peru. Além disso, nos EUA, estão instalados três escritórios: em Nova Iorque, Los Angeles e Chicago. Para o mercado da Ásia, o escritório brasileiro de turismo tem como base a cidade de Tóquio, no Japão, onde promove tanto o Brasil quanto o conjunto dos países do Mercosul.

Para ampliar a visibilidade internacional do País em 2016, está sendo desenvolvida a nova Marca Brasil e será lançada campanha publicitária para atrair mais turistas estrangeiros aos Jogos Rio 2016.

4. Trabalho e Emprego

A despeito da dinâmica de retração no número de empregos em 2015, o mercado de trabalho experimentou forte expansão na última década, contribuindo para a formalização, a ampliação das ações de garantia de direitos dos trabalhadores, a manutenção do emprego, e os investimentos em infraestrutura produtiva.

Entre 2011 e 2015, foram gerados mais de 3,96 milhões de empregos formais, segundo a Relação Anual de Informações Sociais (Rais) e o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). A política de valorização do salário mínimo ampliou o poder de compra dos trabalhadores assalariados e as ações de garantia dos direitos trabalhistas, como seguro-desemprego e abono salarial, que garantiram o consumo das famílias e contribuíram para a manutenção do mercado aquecido.

O Programa de Proteção do Emprego (PPE), instituído pela Lei nº 13.189 de 19 de novembro de 2015, tem atuação direta na manutenção do emprego em momentos de redução temporária da atividade econômica, assegurando a preservação dos direitos trabalhistas, previdenciários e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para os trabalhadores. Para as empresas, representa preservação de investimentos em mão de obra qualificada e aumento de produtividade, além de manter a arrecadação de receitas com contribuições e tributos para o Governo.

Direitos trabalhistas foram ampliados com a aprovação da Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015, que dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico, regulamentando relações de trabalho até então informais e precárias. Essa medida representou uma conquista histórica ao garantir segurança e proteção social e estender a esse segmento os mesmos direitos dos demais trabalhadores.

Em 2015, foi lançado pelo Governo Federal o portal e-Social, com vistas a unificar a prestação de informações pelo empregador em relação aos seus empregados e o recolhimento das obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias, juntamente com o FGTS. O sistema facilita e agiliza a emissão de boleto único para recolhimento dessas obrigações patronais. O reconhecimento do direito ao fundo de garantia para trabalhadores domésticos foi regulamentado pelo Conselho Curador do FGTS, por meio da Resolução nº 780, de 24 de setembro de 2015, tendo sido estabelecido o recolhimento obrigatório desse e de outros benefícios, a partir de 1º de outubro de 2015, conforme a Lei Complementar nº 150, que ampliou os direitos dos empregados domésticos, beneficiando mais de 1 milhão de trabalhadores em todo o País.

A ampliação da garantia dos direitos trabalhistas impacta positivamente a economia por meio do investimento de recursos do FGTS em logística e infraestrutura. Entre 2012 e 2015, foi viabilizada a construção de 1,28 milhão de unidades habitacionais, por meio do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), com investimento de R$ 25,6 bilhões. Por meio do Fundo de Investimento do FGTS, houve aplicação de R$ 11,5 bilhões nos setores de energia, ferrovias, portos, hidrovias, rodovias e saneamento.

a) Evolução do Mercado de Trabalho Formal

Nos últimos cinco anos, 3,96 milhões de empregos formais foram gerados, segundo a Rais e o Caged, indicando um incremento médio anual de, aproximadamente, 792,2 mil postos de trabalho. No ano de 2015, o saldo líquido acumulado foi negativo em 1,542 milhão de empregos formais. Em dezembro do ano passado, no entanto, registrou-se o terceiro maior estoque de empregos formais da série histórica para aquele mês, com cerca de 48 milhões de empregos. A perspectiva para 2016 é de retomada na geração líquida positiva de empregos formais, intensificando o processo de formalização do mercado de trabalho brasileiro.

A taxa de desocupação em nível nacional foi estimada pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC), em 8,9%, no trimestre de julho a setembro de 2015.

Fonte: PNADC/IBGE.

O salário médio de admissão apresentou redução de 1,51% no período de janeiro a novembro de 2015 em relação ao mesmo período do ano anterior, ao passar de R$ 1.286,92, em 2014, para R$ 1.267,10, tendo como referência o Índice Nacional de Preços ao Consumidor do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (INPC/IBGE) médio de janeiro a novembro de 2015. Os dados demonstram diminuição da desigualdade salarial entre homens e mulheres.

O salário médio de admissão das mulheres, que representava 86,29% do masculino em 2014, passou para 87,96% em 2015. Contribuíram para esta diminuição da diferença salarial, as políticas afirmativas de igualdade de gênero no trabalho que começam a se traduzir, entre outros, em menor queda no poder de compra para mulheres, em relação aos homens (-0,23% para as mulheres e -2,12% para os homens).

b) Programa de Proteção ao Emprego

Considerando a retração da atividade econômica no mercado de trabalho no decorrer de 2015, o Governo Federal lançou, no mês de julho, o Programa de Proteção ao Emprego (PPE) para preservar empregos e permitir que as empresas em dificuldades continuem em funcionamento e produzindo. O programa permite que trabalhadores e empregadores celebrem acordo coletivo para redução de até 30% da jornada de trabalho e do salário, sendo que metade da redução salarial é recomposta pelo Governo com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Em 2015, 40.969 trabalhadores de 39 empresas ingressaram no programa, e outras 64 empresas estão com o processo de adesão em análise.

c) Valorização do Salário Mínimo

A política de valorização do salário mínimo se consolidou como importante estratégia de redução da desigualdade social e fomento à economia, ao proporcionar ganho real de 77,18% no período de janeiro de 2003 a janeiro de 2016 nos rendimentos dos trabalhadores, segundo o INPC.

Em 2015, o valor do salário mínimo fixado pelo Decreto nº 8.381, de 29 de dezembro de 2014, foi de R$ 788, o que representou um aumento real de 2,49% em relação ao ano anterior. Para o período de 2016 a 2019, será mantida a política de valorização, com os reajustes correspondendo à variação do INPC acumulada nos 12 meses anteriores ao mês do reajuste, acrescida da variação do PIB de dois anos antes.

Para 2016, o valor fixado pelo Decreto nº 8.618, de 30 de dezembro de 2015, é de R$ 880, representando um reajuste de 11,67% em relação a 2014 e aumento real de 0,39%, em relação ao INPC do período.

d) Estímulo ao Investimento e à Geração de Emprego e Renda

A política de criação de oportunidades de trabalho e melhoria na renda, dirigida às micro e pequenas empresas, responsáveis pela maioria dos empregos gerados na economia, vem proporcionando aumento da formalização e a criação de pequenos negócios. Essas medidas têm fortalecido o crescimento econômico e incentivado o empreendedorismo.

O Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger), alicerçado em recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), tem como objetivo principal fomentar a concessão de financiamentos aos empreendimentos de menor porte. O Proger dispõe de um conjunto de programas e linhas de crédito destinado ao fortalecimento de micro e pequenos empreendimentos, cooperativas, empresas do setor de turismo, inovação tecnológica, bem como ações voltadas para a melhoria da competitividade do País e para o fomento à agricultura familiar, mediante o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

De janeiro a agosto de 2015, foram contratadas mais de 172 mil operações de crédito, tendo sido investidos R$ 5,8 bilhões. Isso representou um aumento de 48,7% no volume de recursos contratados em comparação com o mesmo período de 2014. Sobressaem-se os financiamentos destinados à micro e pequenas empresas (MPE), que correspondem a 80% do volume total contratado. As MPE exportadoras praticamente dobraram o volume de recursos contratados em relação a 2014.

A arrecadação das contribuições do FGTS somou, até novembro de 2015, R$ 101,96 bilhões, depositados mensalmente por cerca de 3,3 milhões de empresas, em 37,3 milhões de contas. O setor de serviços foi responsável por 30,7% dessa arrecadação. A arrecadação líquida das contribuições do FGTS foi de R$ 12,85 bilhões até setembro de 2015. O resultado da arrecadação líquida é obtido ao se deduzir dos recolhimentos ao Fundo o montante dos saques efetuados pelos beneficiários, de cerca de R$ 89,05 bilhões.

Em 2015, foram investidos R$ 57 bilhões nas áreas de habitação, saneamento e infraestrutura. A maior parte dos recursos para descontos do FGTS é destinada a financiamentos enquadrados no MCMV. Até novembro de 2015, a população beneficiada com recursos provenientes do desconto concedido em financiamento para pessoas físicas com renda familiar mensal de até R$ 3.275 foi de cerca de 1,3 milhão, no âmbito do Programa. Por meio da Resolução nº 784, de 7 de outubro de 2015, o Conselho Curador do FGTS aprovou a suplementação de R$ 3,3 bilhões para a concessão de desconto, em caráter excepcional, a pessoas físicas com renda mensal de até R$ 1.600 na denominada Faixa I do MCMV.

FGTS – Orçamento em 2015 (R$ mil)

ÁREA	AUTORIZADO	EXECUTADO	%
Habitação	66.760.000	61.220.404	91,7
Financiamentos a pessoas físicas/jurídicas e demais operações (**)	54.560.000	54.433.179	99,76
Descontos (*)	12.200.000	6.787.225	55,63
Saneamento	7.500.000	2.407.708	32,1
Infraestrutura urbana	12.000.000	717.570	5,97
Operações urbanas consorciadas	1.500.000	0	0
TOTAL	**87.760.000**	**64.345.682**	**73,32**

Fonte: Caixa Econômica Federal, em 13 de janeiro de 2016.

Observações: (*) Descontos concedidos em financiamentos para pessoas físicas com renda familiar mensal de até R$ 3.275, com posição em novembro de 2015. O valor inclui o orçamento de R$ 3,3 bilhões destinado à Faixa I do MCMV.
(**) Operações de Mercado, Pró-Cotista e Fimac.

O Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FI-FGTS), criado pela Lei nº 11.491, de 20 de junho de 2007, investiu, até setembro de 2015, R$ 28,3 bilhões, em sua maior parte, no setor de energia.

e) Políticas de Emprego, Trabalho e Renda que Promovem a Inclusão Social

Importante instrumento da política pública de emprego, trabalho e renda, que visa à inclusão social, o Programa Seguro-Desemprego provê assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado em virtude de dispensa sem justa causa, inclusive a indireta, e também auxilia na busca por emprego ou na sua manutenção.

O Programa integra a execução da política passiva de concessão do benefício com as políticas ativas, tais como a orientação, a intermediação e a qualificação profissional. Desde o advento da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, a política de concessão do benefício teve seu escopo ampliado, de modo que, atualmente, conta com seis modalidades: i) trabalhador formal; ii) empregado doméstico; iii) trabalhador resgatado da condição análoga à escravidão; iv) pescador artesanal; v) bolsa qualificação para trabalhadores com contrato de trabalho suspenso; e vi) Programa de Proteção ao Emprego (PPE).

Em 2015, os critérios de habilitação para o seguro-desemprego foram ajustados para corrigir distorções e aperfeiçoar procedimentos de controle e transparência. Em 2015, o número de dispensados sem justa causa caiu 3,18%, quando comparado a igual período de 2014, enquanto o número de segurados foi reduzido em 10,33%, passando de 8,4 para 7,6 milhões de trabalhadores, como resultado das novas regras do Programa a partir de abril de 2015.

A despesa com o benefício do seguro-desemprego formal registrou um crescimento nominal de 3,63% em 2015, em comparação a 2014, passando de R$ 33,2 para 34,4 bilhões. Esse crescimento resultou do acréscimo no número médio de parcelas emitidas para cada segurado, que passou de 4,2, em 2014 para 4,4, em 2015, e o aumento do valor médio da parcela, que passou de R$ 938,35 para R$ 1.025, representando uma variação de 9,2%.

Foram segurados pelo seguro-desemprego, em 2015: i) 8,4 milhões de brasileiros, sendo 7,6 milhões de trabalhadores formais; ii) 729 mil pescadores artesanais, cujas espécies pescadas se encontravam em período de defeso; iii) 706 trabalhadores resgatados da condição análoga à escravidão em decorrência de ação de fiscalização; e iv) mais de 21 mil empregados domésticos. Também receberam seguro-desemprego, na modalidade bolsa qualificação, 31 mil trabalhadores com contratos de trabalho suspensos.

Na modalidade PPE, foram concedidos benefícios a 40.969 trabalhadores cujas empresas aderiram ao Programa de redução da jornada de trabalho, em prol da manutenção do emprego. Quanto aos dispêndios para essa execução, foram gastos com o seguro-desemprego, nas cinco primeiras modalidades, cerca de R$ 37 bilhões, considerando-se as parcelas já pagas aos segurados, e outros R$ 120,2 milhões, que já foram comprometidos com as concessões do PPE autorizadas e publicadas até dezembro, sendo R$ 53 milhões à conta do orçamento de 2015 e outros R$ 67,2 milhões à conta do orçamento 2016.

As ações de intermediação de mão de obra são realizadas pelo Sistema Nacional de Emprego (Sine) por meio dos serviços e das agências de intermediação de vagas de emprego em todo o País, bem como pelo Portal Mais Emprego. No ano de 2015, foram oferecidas mais de 1,7 milhão de vagas e mais de 4,4 milhões de novos trabalhadores se inscreveram ou atualizaram seu cadastro na Rede Sine. Ao todo, foram 4.654.482 encaminhamentos de trabalhadores a vagas de emprego, resultando em 501.860 (re)colocações no mercado de trabalho.

A oferta de vagas de cursos de qualificação pelo Pronatec é feita nas unidades de atendimento do MTPS e nos postos do Sine, que podem efetuar a pré-matrícula do trabalhador, segurado ou não. Em 2015, foram realizadas 8.312 pré-matrículas de trabalhadores beneficiários do seguro-desemprego.

Importante ressaltar que, nos últimos anos, o Governo Federal realizou melhorias nas ferramentas e nos sistemas informatizados que viabilizam cruzamentos de dados nas suas bases, ampliando a segurança e tornando mais ágil a concessão de benefícios como o seguro-desemprego e o abono salarial. No Portal Mais Emprego, os formulários em papel foram substituídos e o empregador é agora obrigado a registrar a ocorrência da dispensa sem justa causa diretamente no sistema. A emissão de Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) também passou a ser realizada pela Internet. Em 2015, foram emitidas 3,4 milhões de carteiras já no modelo informatizado, de um total de 5,3 milhões de carteiras emitidas no período.

O Conselho Nacional de Imigração (CNIg), até setembro de 2015, concedeu 45.270 autorizações de permanência no Brasil. Desses, 45.124 em caráter humanitário, dos quais 43 mil foram para haitianos. A Coordenação-Geral de Imigração (CGig) concedeu, até setembro, 29.222 autorizações de trabalho a estrangeiros. Atualmente, 100% dos processos são solicitados por meio de certificação digital.

f) Garantia dos Direitos dos Trabalhadores

O Plano Nacional de Combate à Informalidade dos Trabalhadores Empregados (Plancite), lançado no segundo semestre de 2014, possui como objetivo promover a formalização do trabalho dos mais de 16 milhões de trabalhadores sem carteira assinada no Brasil, ampliando a proteção social e trabalhista, promovendo a justiça fiscal entre os empregadores, seja por meio de campanhas informativas nos Municípios com alto índice de informalidade, seja por meio do aperfeiçoamento da fiscalização.

No ano de 2015, a ação da fiscalização do trabalho resultou na formalização de cerca de 245 mil empregados, que tiveram a CTPS assinada, garantindo-lhes a plenitude dos direitos trabalhistas e previdenciários.

No ano de 2015, foram realizadas nove mil ações fiscais de empregadores rurais, atingindo um total de 724,1 mil trabalhadores. Segundo dados da Pnad de 2014, existem cerca de 2,2 milhões de trabalhadores rurais que trabalham informalmente na agricultura, sem qualquer direito e proteção social.

As fiscalizações resultaram em um montante superior a R$ 2,2 bilhões de FGTS e da Contribuição Social, recolhidos e notificados para o período de janeiro a outubro. Essas ações de fiscalização alcançaram 9,8 milhões de trabalhadores em 79 mil estabelecimentos.

Para 2016, a estratégia de atuação prevê o direcionamento das ações de fiscalização em regiões e setores econômicos com maior índice de informalidade, por meio do mapeamento da informalidade considerando a atividade econômica, o Município, a microrregião e a unidade federativa, além da utilização da inteligência fiscal para localização de empresas que mantêm empregados informais. Estão programadas 229 mil ações fiscais urbanas, rurais e marítimas e espera-se atingir um montante mínimo de R$ 1,6 bilhão de FGTS recolhidos ou notificados.

No que se refere à segurança e à saúde no trabalho, em 2015 foram priorizadas as ações fiscais nos setores econômicos com maiores taxas de acidentes e doenças relacionados ao trabalho. Iniciou-se, também, a Estratégia Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho, visando aprimorar e intensificar as ações de prevenção, com foco nas situações geradoras de acidentes graves e fatais. Em 2015, a fiscalização em segurança e saúde no trabalho realizou 96,6 mil ações e concluiu 2,05 mil análises de acidentes de trabalho graves e fatais. Ainda nessa área, foi determinada a interrupção de trabalho (embargos e interdições) em 4,4 mil situações de risco grave e iminente.

No que diz respeito à normatização em segurança e saúde, as discussões se centraram nos temas: i) limpeza urbana; ii) exames toxicológicos para motoristas profissionais; iii) plataformas de petróleo e instalações de apoio (revisão do Anexo da Norma Regulamentadora – NR 30); iv) instalações sanitárias e de conforto (revisão da NR 24); v) pontos de ancoragem para trabalho em altura (Anexo da NR 35); vi) máquinas e equipamentos (revisão da NR 12 e anexos); e vii) vibrações (revisão do Anexo 8 da NR 15).

Os setores da construção civil, as obras de infraestrutura, o setor frigorífico e o transporte rodoviário de cargas mereceram atenção especial nas ações de fiscalização realizadas em 2015. Para 2016, a previsão é realizar 75 mil ações de segurança e saúde no trabalho com prioridade em segmentos econômicos com maior risco de doenças e acidentes do trabalho.

O Grupo Móvel de Fiscalização de Auditoria de Obras de Infraestrutura (GMAI) realizou 26 operações em 302 empresas, alcançando 152 mil trabalhadores em 2015. As ações de fiscalização do grupo foram concentradas em obras de preparação para os Jogos Olímpicos Rio 2016 e de construção de usinas hidrelétricas. Já o Grupo Móvel de Fiscalização do Trabalho em Transportes (Getrac) alcançou 133,4 mil trabalhadores, tendo analisado 18,6 milhões de jornadas de trabalho em empresas de transporte e apurado 8,6 milhões de infrações.

No âmbito do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), foram beneficiados, em 2015, cerca de 19,5 milhões de trabalhadores.

A atuação da fiscalização para a inserção de pessoas com deficiência e reabilitadas no mercado de trabalho permitiu, em 2015, a inclusão de 42 mil trabalhadores, em cumprimento ao disposto na Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Para 2016, espera-se a inclusão de outros 45 mil trabalhadores com deficiência no mercado de trabalho por meio da fiscalização do trabalho.

Como resultado das fiscalizações de combate ao trabalho análogo ao de escravo, realizadas em 2015, foram resgatados 1.010 trabalhadores, em um total de 140 operações realizadas em 257 empregadores, tanto em áreas rurais quanto em atividades desenvolvidas no meio urbano. Ainda como resultado dessas fiscalizações, 817 trabalhadores tiveram seus contratos de trabalho formalizados com os registros em suas CTPS, resultando no pagamento de R$ 3 milhões em verbas rescisórias.

Em 2016, as ações fiscais serão realizadas em localidades não abordadas com habitualidade em anos anteriores e aprimoradas as operações no meio urbano, além do combate ao trabalho escravo em áreas rurais.

No tocante à erradicação do trabalho infantil, a inspeção do trabalho realizou 7.263 fiscalizações em 2015, alcançando 7.200 crianças e adolescentes em situação de trabalho irregular. As informações decorrentes das ações de fiscalização foram encaminhadas às instituições que integram a Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente, num esforço articulado para que programas governamentais de proteção social, como o Programa Bolsa Família, possam alcançar as famílias das crianças e dos adolescentes afastados. Para 2016, o planejamento prevê a intensificação das ações em atividades previstas na lista de atividades insalubres e perigosas, instituída pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008, que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil.

g) Fomento à Democratização das Relações de Trabalho

Nos últimos anos, o Governo Federal tem empreendido esforços para o desenvolvimento de políticas que contribuam para a ampliação e o fortalecimento das organizações representativas do mundo do trabalho, assim como das suas representações.

A atuação dos atores sociais tem apresentado resultados promissores na construção de políticas públicas voltadas à democratização das relações trabalhistas. Muitas políticas foram elaboradas ou sugeridas nos espaços de diálogo constituídos. Exemplo disso é o Conselho de Relações do Trabalho (CRT), que tem avançado na construção de proposições afetas ao mundo do trabalho.

Entre 2014 e 2015, foram construídos consensos entre representantes do Governo Federal, dos trabalhadores e dos empregadores de vários setores econômicos sobre temas que garantem avanços nas relações e nas condições de trabalho. Parte desse processo se deu com a constituição de grupos de trabalho que acordaram sobre temas como: i) a regulamentação do trabalho aos domingos e feriados civis e religiosos; ii) a organização sindical dos trabalhadores rurais; iii) o trabalho dos aeroportuários; e iv) dos promotores de vendas. Por outro lado, alguns temas ainda carecem de aprofundamento para construção de consensos, mantendo-se o debate em torno da forma de organização sindical dos servidores públicos, da proposta legal que iniba os atos antissindicais, bem como dos temas relacionados a portos e estivas e de teleatendimento.

Fruto da Comissão Nacional dos Trabalhadores Rurais Empregados (CNATRE), cujo objetivo é fortalecer os direitos sociais e a proteção social dos trabalhadores rurais empregados, o Plano Nacional dos Trabalhadores Rurais Empregados (Planatre), instituído para implementar a Política Nacional aos trabalhadores do setor, teve a implementação das suas ações iniciadas em 2015. Cerca de 80% da demanda constante do Plano é relativa às relações de trabalho no setor, em especial a ampliação da formalização.

O Decreto nº 8.443, de 30 de abril de 2015, instituiu o Fórum de Debates sobre Emprego, Trabalho e Renda e Previdência Social, com o objetivo de construir, em conjunto com trabalhadores e empregadores, medidas para a geração e manutenção do emprego e da renda, por meio do levantamento de informações e da identificação de alternativas que garantam a manutenção dos benefícios e a sustentabilidade da previdência social.

Para dar suporte às políticas de democratização das relações de trabalho, o Governo dispõe de sistemas informatizados, dos quais três merecem destaque: o Sistema Mediador, o Sistema Homologne t e o Sistema de Trabalho Temporário (Sirett).

O Sistema Mediador registra as convenções e os acordos coletivos firmados pelas entidades sindicais. Em 2015, foram registrados 46.573 instrumentos coletivos de trabalho (convenções, acordos coletivos e termos aditivos). No mesmo Sistema Mediador, são registradas as mediações de conflitos, nos casos de impossibilidade de acordo entre as partes, realizadas pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS), totalizando 5.385 mediações, sendo 90% delas finalizadas com acordo. A partir de 2016, o uso do Sistema Mediador passa a ser obrigatório para as mediações realizadas pelas Superintendências Regionais de Trabalho e Emprego (SRTE).

O Homologne t, por sua vez, é um sistema ágil que permite ao empregador realizar o cadastro das informações relativas à rescisão do contrato de trabalho, ter acesso aos cálculos e gerar o Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho (TRCT) pela Internet. Em 2015, foram realizadas 329,9 mil homologações de rescisões de contratos de trabalho, considerando todas as formas de assistência à homologação. A partir de 2016, os empregadores domésticos também poderão fazer uso do Homologne t.

O Sirett registra os contratos de trabalho temporário celebrados mediante casos de necessidade transitória de substituição de pessoal regular e permanente ou acréscimo extraordinário de serviços. Em 2015, foram registrados 336,5 mil contratos ou prorrogações.

Com o objetivo de garantir transparência do registro de entidades sindicais e a aferição da representatividade das Centrais Sindicais, foram revisadas as normas e disponibilizadas na Internet as informações referentes ao número de sindicalizados e valores de contribuição sindical.

h) Estímulo à Economia Solidária

Em 2015, foi aprovado o 1º Plano Nacional de Economia Solidária, consolidando as deliberações da 3ª Conferência Nacional e ofertando à sociedade brasileira um instrumento para a atuação do Governo Federal e demais entes federados, em parceria com a sociedade civil, com vistas ao fortalecimento da economia solidária no País. Além do Plano Nacional, foram elaborados e aprovados cinco Planos Estaduais de Economia Solidária. No Plano Nacional, constam os principais desafios para o ano de 2016 quanto à política nacional de economia solidária, com destaque para: i) as ações de organização da produção, da comercialização e do consumo; o acesso ao crédito; iii) o fortalecimento das finanças solidárias; iv) as políticas de educação e assessoramento técnico; e v) os avanços na institucionalidade da economia solidária no País.

Na promoção e no fomento às redes de cooperação solidária, constituídas por empreendimentos em cadeias produtivas e arranjos econômicos territoriais e setoriais de produção, comercialização e consumo solidários, foram investidos, em 2015, R$ 8,2 milhões para apoiar 3,2 mil trabalhadores em 286 empreendimentos, com destaque para o apoio às Redes de Cultura Viva e Economia Solidária, em parceria com o Ministério de Cultura. Para a inclusão socioeconômica de catadores de materiais recicláveis, foram investidos R$ 14,1 milhões, beneficiando diretamente 4,9 mil pessoas e 91 empreendimentos econômicos solidários de catadores.

No âmbito do Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Proninc) foram apoiadas, em 2015, 111 incubadoras universitárias em parceria com o Ministério de Ciência e Tecnologia e o Conselho Nacional de Pesquisa com a incubação de 650 empreendimentos econômicos solidários. No fomento e fortalecimento das finanças solidárias, foram investidos R$ 5,5 milhões e apoiadas 137 iniciativas de finanças solidárias.

Ainda cabe destacar que, em 2015, em continuidade à implementação do Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (Cadsol), foram instaladas 22 Comissões Estaduais de Cadastramento, Informação e Comércio Justo.

i) Atuação Internacional

No campo internacional, merece destaque a atuação brasileira no âmbito da Presidência *Pro Tempore* do Mercosul. A construção de consensos junto aos governos do bloco e aos atores sociais da região possibilitou a conclusão da revisão da Declaração Socio-Laboral do Mercosul (DSL). A atualização da Declaração considera as mudanças ocorridas no mundo do trabalho e seus impactos nos direitos dos trabalhadores, e reforça a garantia das normas contidas nos princípios e direitos fundamentais no trabalho, os quais se destacam a negociação coletiva, a liberdade de organização, o direito de greve e o direito dos trabalhadores migrantes e fronteiriços.

Foi construído, ainda na Presidência *Pro Tempore,* o Plano Estratégico Mercosul de Emprego e Trabalho Decente, que estabelece o Plano Regional a ser desenvolvido pelos Estados-Partes do Bloco. O objetivo é desenvolver ações que se articulem no âmbito regional e potencializem as agendas locais de trabalho decente.

O Brasil tem se destacado na atuação junto à Organização Internacional do Trabalho (OIT), o que garantiu a aprovação, no mês de junho, da Recomendação sobre a Transição da Economia Informal para a Formal, em consonância com o Plano Nacional de Combate à Informalidade dos Trabalhadores Empregados. Diversos grupos tripartites vêm sendo constituídos com o objetivo de debater, internamente, os temas em pauta na OIT, que podem se consubstanciar em normas internacionais do trabalho.

No âmbito do G20, foi criado Grupo de Trabalho sobre Emprego permanente, cujo trabalho forneceu subsídios para a Reunião de Ministros de Trabalho e Emprego do G20, realizada em setembro de 2015. Cabe destacar o processo de monitoramento dos Planos Nacionais de Emprego e a elaboração de prioridades de políticas de combate à desigualdade.

Ressalta-se, ainda, a ampliação das áreas de cooperação no âmbito dos Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), resultando na Primeira Reunião de Ministros de Trabalho e Emprego dos Brics, a ser realizada em janeiro de 2016.

5. Inclusão Bancária e Microcrédito

a) Crédito

O crédito do sistema financeiro nacional, computadas as operações com recursos livres e direcionados, alcançou saldo total de R$ 3,18 trilhões em novembro de 2015, equivalendo a 53,8% do PIB, ante 52,2% do mesmo mês do ano anterior. O mercado de crédito apresentou crescimento anual moderado, de 7,4% nos últimos dozes meses. A expansão manteve-se mais acentuada no crédito direcionado, destacando-se o dinamismo dos financiamentos imobiliários, e no crédito concedido por bancos públicos, cuja representatividade correspondeu, em setembro, a 55,7% do total de crédito do sistema financeiro.

O crescimento das operações de crédito realizadas por cooperativas de crédito manteve-se acima da média nacional do sistema financeiro, com índice de 12,7% de crescimento anual, considerando a data-base de setembro de 2015. É relevante, também, o aumento da participação das cooperativas de crédito na concessão do crédito rural, alcançando a marca de 11% do total dos contratos dessa natureza e de 6,4% do total dos valores financiados, no montante de R$ 19,4 bilhões até setembro de 2015 em operações nessa modalidade.

No crédito às pessoas físicas, que atingiu saldo de R$1,5 trilhão em novembro de 2015, a expansão foi impulsionada, principalmente, pelos financiamentos habitacionais, que somaram R$ 495 bilhões. Em sentido contrário, os financiamentos de veículos registraram recuo de 11,1% nos 11 primeiros meses do ano. O crédito às empresas atingiu R$ 1,7 trilhão, sobressaindo os créditos direcionados, compreendendo as operações com recursos do BNDES, e o crédito às operações de comércio exterior em recursos livres.

A taxa média de juros das operações de crédito do sistema financeiro, consideradas as operações com recursos livres e direcionados, situou-se em 30,4% ao ano em novembro, com elevação de 6,7 ponto percentual relativamente a dezembro de 2014. O aumento mostrou-se mais significativo no crédito livre, especialmente nas linhas de cheque especial e cartão de crédito, no caso das pessoas físicas.

As taxas de inadimplência apresentaram relativa estabilidade, em níveis historicamente baixos. Em novembro, a inadimplência no sistema financeiro, ou atraso acima de 90 dias, situou-se em 3,3%. No crédito às pessoas jurídicas, esse montante atingiu 2,6% da carteira de crédito, enquanto no crédito às pessoas físicas alcançou 4,1%. O índice de cobertura da inadimplência do sistema financeiro nacional, representado pelo montante de provisões sobre os créditos inadimplentes, foi de 1,8%, acima do nível de setembro do ano anterior, indicativo do grau de solidez do Sistema Financeiro Nacional.

b) Acesso a Serviços Bancários

Em 2015, foi lançado o Relatório de Inclusão Financeira, que apresentou a evolução da inclusão financeira no País. O relatório mostrou que todos os Municípios contam com pelo menos um ponto de atendimento do sistema financeiro, à exceção de um, que, todavia, foi recentemente instituído.

O aumento dos pontos de atendimento foi acompanhado pela melhoria na dispersão geográfica, uma vez que, atualmente, 73% dos Municípios dispõem de mais de 15 pontos por dez mil adultos, ante 14%, em 2005. Percebe-se, ainda, que a expansão dos pontos de atendimento contribuiu para o aumento da inclusão financeira nos últimos anos, refletido no aumento percentual de adultos com algum relacionamento bancário. O número de adultos com relacionamento com o sistema financeiro chegou a 84,5%.

O grupo de menor renda, com até três salários mínimos (3SM), passou a ser o mais representativo em número de tomadores de crédito e o segundo maior em volume, depois da faixa acima de 10SM. Do total de 56 milhões de tomadores, 34 milhões estavam na faixa de renda de até 3SM.

Banco Postal

O Banco Postal está presente em 94,3% dos Municípios, dos quais 1.759 não possuem instituição financeira, e conta com mais de 6,1 mil unidades de atendimento. Desde o início de sua operação, em 2002, até dezembro de 2015, foram abertas mais de 15,3 milhões de contas e realizadas mais de 2,5 bilhões de transações, bem como concedidos mais de R$ 316 milhões em crédito. Destaca-se, dentre as linhas de crédito, a comercialização no Banco Postal das três maiores linhas de pagamentos consignados do País: Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), servidores públicos federais e o governo do Estado de São Paulo.

c) Microcrédito e Microfinanças

O Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), desde a sua criação, em 2005, já ofertou mais de R$ 47,5 bilhões de recursos nominais para os microempreendedores populares. De janeiro a setembro de 2015, o PNMPO realizou 3,88 milhões operações de microcrédito, representando injeção de R$ 8,33 bilhões na economia nacional. A análise do perfil de clientes do Programa revela a forte presença das mulheres, que receberam cerca de 61,36% do valor concedido.

A concessão de microcrédito pelos bancos públicos federais que atuam no segmento atingiu o montante de R$ 7,62 bilhões de janeiro a setembro de 2015. Esse volume corresponde a 92% da concessão total de microcrédito no âmbito do Programa.

Em 2015, deu-se início às discussões para a reformulação do marco legal aplicável ao PNMPO, para possibilitar atendimento ao público mais efetivo, adequando-o à nova realidade do mercado de crédito brasileiro. Foi realizado, em outubro de 2015, seminário nacional em que foram debatidos: i) temas vinculados a estratégias de expansão da atividade de microcrédito nas instituições operadoras; ii) formas de apoio governamental às diversas instituições que operam o Programa; iii) difusão da tecnologia de microcrédito; e iv) avanços e limitações da política de microcrédito, no âmbito do PNMPO.

6. Aquicultura e Pesca

a) Incentivo à Aquicultura e à Pesca

Em setembro, foi lançado o Plano de Desenvolvimento da Aquicultura PDA 2015/2020, com o objetivo de aumentar a produção aquícola brasileira, visando a execução de políticas públicas de planejamento e ordenamento da aquicultura. A previsão é de R$ 500 milhões até 2020, sendo R$ 100 milhões de orçamento do MPA, e R$ 400 milhões oriundos de créditos e parcerias.

Foi lançado, também, o Selo Peixes da Amazônia – Brasil Sustentável, com o objetivo de padronizar práticas, promover melhorias de resultado do setor e aumento da competitividade do mercado e do grau de confiança dos peixes produzidos, dentro dos

conceitos de qualidade, segurança e responsabilidade ambiental e social frente ao consumidor, regulamentado pela Portaria nº 396, de 22 de setembro de 2015.

No âmbito do programa de cessão de águas de domínio da União para fins de aquicultura, merecem destaque as seguintes atividades, realizadas em 2015:

- Contratada empresa para elaboração de estudos técnicos com vistas à seleção e indicação de áreas tecnicamente aptas à implantação de Parques Aquícolas em regiões costeiras dos Estados da Bahia, do Rio de Janeiro e de São Paulo;
- Contratadas consultorias para prospecção de áreas favoráveis à implantação de empreendimentos aquícolas marinhos nos seguintes Estados: AL, AM, PI e RS;
- Licenciados 15 parques aquícolas situados em toda a calha do rio Paranapanema/PR, localizados em sete reservatórios, atendendo dezenas de Municípios da região;
- Regularizados parques aquícolas marinhos nos Estados de Ceará, Santa Catarina e Sergipe;
- Implantada sinalização náutica dos parques aquícolas marinhos do Estado de Santa Catarina;
- Publicado o Guia de Orientação para a regularização da aquicultura em águas da União;
- Cessão de unidade de pesquisa à Embrapa, localizada no Lago de Lajeado, no Município de Palmas/TO, com o objetivo de desenvolver estudos com tambaquis (*Colossoma macropomum*) em tanques-rede;
- Celebrado acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) objetivando o desenvolvimento de ações para o fortalecimento da aquicultura familiar em assentamentos da reforma agrária e quilombos, por meio da realização de estudos técnicos de viabilidade para a implantação de viveiros e prestação de assistência técnica em assentamentos nos seguintes Estados: AL, BA, PE e SE; e
- Celebrado acordo de cooperação técnica com o Serviço Social da Indústria (Sesi) para identificação de possíveis oportunidades de capacitação técnico-profissional para a indústria de pescado visando apoiar a consolidação, a elevação da produtividade e a competitividade da indústria nacional.

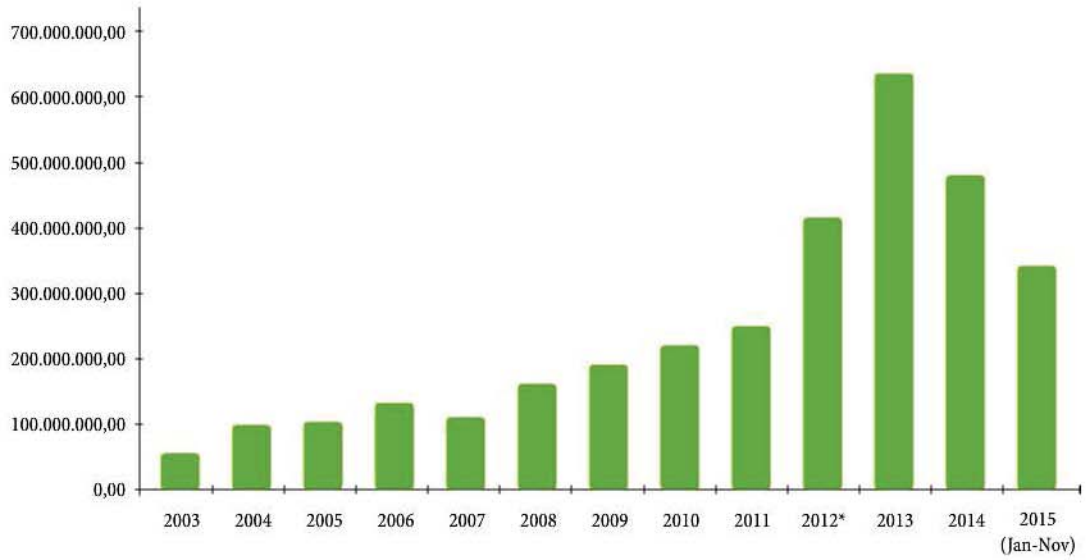
Para fins de licenciamento ambiental das atividades produtivas da aquicultura, o Governo atuou junto aos governos estaduais para a adoção da Resolução Conama nº 413, de 28 de dezembro de 2009, que estabelece normas e critérios para o licenciamento ambiental da aquicultura, incluindo a licença simplificada para a atividade para empreendimentos pequenos ou com baixo grau de severidade.

No que tange ao fomento da atividade pesqueira, o Programa de Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel Consumido por Embarcações Pesqueiras Nacionais vem crescendo desde 2012 devido ao aumento do número de embarcações artesanais, que, hoje, representa cerca de 62% do total de beneficiários. O referido Programa habilita as embarcações anualmente tendo, em 2015, habilitado 2.441 embarcações em 14 unidades da Federação.

a.1) Crédito

Em 2015, o Plano Safra da Pesca e da Aquicultura concedeu créditos no montante de R$ 373,1 milhões, para a modernização do setor pesqueiro e aquícola, totalizando 9.349 operações de financiamento na rede bancária oficial, sendo R$ 253,1 milhões em custeio, R$ 47,5 milhões em investimento, R$ 37,8 em comercialização e R$ 34,7 milhões em projetos integrados, com recursos do BNDES.

Valores de crédito contratados para a pesca e aquicultura – 2003 a novembro de 2015



Fonte: Banco Central do Brasil e Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).
Observação: (*) Em 2012, o número de contratos e valores refere-se ao período de outubro a dezembro.

b) Gestão do Uso dos Recursos Pesqueiros

Ao longo do ano de 2015, avanços foram alcançados na gestão do setor pesqueiro nacional. Dentre as ações desenvolvidas, destacam-se: i) publicação do Plano de Gestão da Tainha, e das normas, dos critérios e dos padrões para o exercício da pesca da espécie no litoral das regiões Sudeste e Sul do Brasil; e ii) alteração da Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA nº 10/2011, por meio da publicação da Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA nº 1/2015, definindo que a Fauna Acompanhante Previsível é composta por espécies cuja captura ocorra naturalmente durante a pesca da(s) espécie(s) alvo(s), incluindo outras espécies as quais coexistem na mesma área de ocorrência, substrato ou profundidade, cuja captura não pode ser evitada, observando o ordenamento definido em norma específica.

A reestruturação do Sistema de Gestão Compartilhada dos Recursos Pesqueiros no âmbito do Governo Federal resultou no aprimoramento dos trabalhos dos Comitês Permanentes de Gestão (CPGs), Câmaras Técnicas (CTs) e grupos de trabalho (GT).

Na área marinha, foram constituídos os Comitês Permanentes de Gestão do Uso Sustentável: i) dos Recursos Pesqueiros (CPGs) dos Camarões N/NE; ii) dos Recursos Demersais e Pelágicos das regiões Norte e Nordeste; iii) dos Recursos Pelágicos das regiões Sudeste e Sul; e iv) dos Recursos Demersais das regiões Sudeste e Sul; além da operacionalização dos CPGS da lagosta, dos atuns e afins, anteriormente constituídos.

Na área continental, foram constituídos os Comitês Permanentes de Gestão das bacias hidrográficas Amazônica e Araguaia/Tocantins (CPG Norte); das bacias hidrográficas do Nordeste (CPG Nordeste); e das bacias hidrográficas do Centro-Oeste, Sudeste e Sul (CPG Centro-Sul).

Para viabilização das atividades de pesquisa necessárias para subsidiar o processo de ordenamento da pesca, foram descentralizados para o MCTI/CNPq R$ 6 milhões. Além disso, foi dado início ao processo de elaboração dos planos de gestão referentes às

espécies constantes da Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção - Peixes e Invertebrados Aquáticos, a serem conduzidos pelos respectivos CPGs e seus subcomitês científicos.

Em relação à pesca amadora, foi lançado o Campeonato Nacional de Pesca Esportiva e realizadas Oficinas de Capacitação para Condutor de Turismo de Pesca, tendo sido lançado um livro sobre o mesmo tema.

Em relação à pesca de espécies ornamentais, foram revistas normas, critérios e procedimentos para o transporte interestadual e internacional de espécies de peixes de águas continentais, marinhas ou estuarinas com fins de ornamentação e de aquariofilia, que ocorrerá por meio da Guia Eletrônica de Transporte de Peixes Ornamentais (GET), como documento comprobatório do trânsito de peixes com fins ornamentais, incluindo raias de água doce e espécies em extinção.

c) Registro, Monitoramento, Controle e Fiscalização da Atividade Pesqueira

No âmbito do Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite (Preps), foi concluída a instalação gratuita de 45 equipamentos de rastreamento nas embarcações da frota de lagosta com comprimento médio entre 10 e 15 metros, totalizando, assim, os 350 equipamentos disponibilizados em 2014. Foi finalizado o desenvolvimento do Sistema Informatizado de Mapas de Bordo (SisMB) e do Sistema Informatizado do Regime Nacional de Certificação de Capturas (SisRCC), com homologação prevista para março de 2016, que permitirão maior celeridade e segurança na recepção, na análise e na disponibilização das informações sobre as pescarias e certificação dos produtos da pesca.

Durante o ano de 2015, foram realizadas ações de fiscalização nos seguintes Estados: AC, AM, MA, MG, PE e PI, bem como promovidas vistorias dos bens móveis (Lanchas Patrulhas SEAP e Caminhonetes) nos Estados: CE, ES, MA, PE, PI e SC, cedidos por meio de Termo de Permissão de Uso (TPU), com vistas a inibir irregularidades que venham a ocorrer no exercício da atividade pesqueira e aquícola.

Destaca-se que o aprimoramento do registro de pescador profissional artesanal tem sido priorizado pelo Governo Federal, principalmente, por ser condicionante para o requerimento do benefício do seguro-desemprego durante o período de defeso (seguro-defeso). Para tanto, foi publicado o Decreto nº 8.425, de 31 de março de 2015, que dispõe sobre os critérios para inscrição no Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP) e para a concessão de autorização, permissão ou licença ao exercício da atividade pesqueira, permitindo que se identifique com mais clareza aquele que faz jus aos benefícios previdenciários e ao seguro-desemprego.

Nesse sentido, o acordo de cooperação técnica foi celebrado entre o MPA, o Ministério da Previdência Social e o INSS para melhoria do Sistema do RGP – SISRGP, visando integração dos bancos de dados existentes no MPA e no MPS/INSS, por meio do cruzamento de informações acerca dos pescadores artesanais, para mitigação de fraudes.

Quanto ao acordo de cooperação com o IBGE para inserção da aquicultura na Pesquisa Pecuária Municipal (PPM), foram publicados, no início de 2015, os resultados sobre o levantamento de dados da produção aquícola, referentes ao ano de 2014.

d) Infraestrutura Pesqueira e Aquícola

O Governo vem realizando, nos últimos anos, esforços para implantação de infraestruturas de fomento à aquicultura e de apoio à produção pesqueira com vistas à modernização da infraestrutura e logística do setor pesqueiro e aquícola, de modo a promover a redução de custos da respectiva cadeia produtiva e garantir a qualidade higiênico-sanitária do pescado.

Deu-se continuidade ao planejamento, à implantação, ao aparelhamento e ao acompanhamento da operação de 20 terminais pesqueiros públicos, localizados em Porto Velho/RO, Manaus/AM, Santana/AP, Belém/PA (82% concluída), Bragança/PA, Jacundá/PA, Camocim/CE, Beberibe/CE, Natal/RN (95% concluída), Cabedelo/PB, Aracaju/SE, Salvador/BA, Ilhéus /BA, Vitória/ES, Campos dos Goytacazes/RJ, Niterói/RJ, Angra dos Reis/RJ, Santos/SP, Cananeia/SP e Laguna/SC.

Em 2015, foram concluídos: i) o projeto básico e a concepção do projeto executivo das obras de dragagem do canal de São Lourenço/RJ; ii) o projeto básico e emissão da licença ambiental para conclusão das obras civis do Terminal Pesqueiro Público de Belém/PA; iii) as obras e a respectiva licença ambiental do terminal pesqueiro público de Cabedelo/PB; iv) aparelhamento do terminal pesqueiro público de Niterói/RJ; e v) elaboração do projeto básico de adequação às normas sanitárias do SIF/Mapa do terminal pesqueiro público de Santos/SP.

Cumpre registrar que, no ano de 2015, iniciaram-se as obras civis dos convênio referentes à construção da Unidade de Comercialização de Pescado de Rio Branco/AC.

e) Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aquícola

Durante o ano de 2015, foram celebrados três novos contratos para a prestação de serviços de assistência técnica e extensão pesqueira e aquícola (Atepa), resultantes das Chamadas Públicas nº 14 e 15, realizadas no ano de 2013, possibilitando o atendimento de 3.600 famílias de pescadores artesanais dos Estados da Bahia, do Pará e de Roraima. Em 2015, houve a capacitação de 162 técnicos e 490 pescadores e aquicultores, por meio de convênios celebrados em anos anteriores e o atendimento de aproximadamente 2 mil famílias resultantes de contratos de Ater.

No âmbito dos contratos de Ater, celebrados em anos anteriores, foram atendidos, até 2015, 10.540 pescadores e aquicultores. Ressalta-se que diversos contratos estão em estágio inicial de execução. A partir do momento em que os contratos celebrados em 2013 e 2014 contemplarem todos os beneficiários previstos, deverão ser atendidas um total de 21.500 famílias, o que, somado aos contratos celebrados em 2015, atinge o montante de 25.100 famílias.

f) Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação (PD&I)

Em 2015, foi priorizado o apoio a projetos de pesquisa para o desenvolvimento sustentável da pesca e aquicultura nacional por meio das seguintes ações:

- Chamada Pública MCTI/MPA/CNPq nº 22/2015 – Ordenamento da Pesca Marinha Brasileira, em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), no valor total de R$ 12 milhões, com objetivo de selecionar propostas para apoio financeiro a projetos que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação da pesca marinha no Brasil, a fim de subsidiar o ordenamento pesqueiro;
- Apoio ao Projeto Infraestrutura Laboratorial do curso de engenharia de pesca, ampliando a capacidade de execução de projetos de pesquisa científica nas áreas de monitoramento, qualidade da água, poluentes ambientais, toxicologia de organismos aquáticos, aquicultura experimental e nutrição animal em busca de alternativas sustentáveis, em processo de formalização, junto à Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc); e
- Centro Nacional de Identificação Molecular de Pescado (Cenimp) encontra-se em fase inicial de construção, coordenado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

g) Controle Sanitário da Atividade Pesqueira

Foram realizadas diversas atividades com o objetivo de estruturar os serviços de defesa sanitária de animais aquáticos que visam impedir a entrada ou disseminação de doenças na aquicultura. No início de 2015, foram publicadas a lista de doenças de notificação obrigatória de animais aquáticos e o Programa Nacional de Sanidade de Animais Aquáticos de Cultivo (Aquicultura com Sanidade). Esse Programa irá assegurar a prevenção, o controle e a erradicação de doenças nos sistemas de produção de animais aquáticos, e contribuir para o aumento da produtividade, resultando no aumento da oferta de pescado para o abastecimento do mercado interno e externo.

Foi estabelecido, também, o Programa Nacional de Monitoramento de Resistência a Antimicrobianos em Recursos Pesqueiros, instrumento para direcionar a política pública para a prevenção de danos à saúde humana e animal decorridos da utilização não prudente e não responsável de antimicrobianos.

Em 2015, houve avanço no processo de cooperação do laboratório Aquacen-Saúde Animal da Rede Nacional de Laboratórios do MPA (Renaqua) com o laboratório *National Veterinary Institute* (NVI) da Noruega (laboratório de referência da Organização Mundial de Saúde Animal – OIE) e início de projetos em doenças de tilápia e cultivo celular para cultura de vírus de espécies de peixes nativos.

Foi instituído o Grupo Técnico de Trabalho com representantes governamentais e do setor produtivo para início da implementação assistida do Programa Nacional de Controle Higiênico-Sanitário de Embarcações Pesqueiras e Infraestruturas de Desembarque de Pescado (Embarque Nessa). O Programa visa melhorar a qualidade higiênico-sanitária do pescado proveniente da pesca extrativa e reduzir o desperdício por condições não adequadas de conservação ou processamento nas embarcações pesqueiras.

Foram publicadas, ainda, as normas que incluem critérios sanitários para criação de tilápia (requisitos básicos – ABNT NBR 16374:2015), criação de peixes redondos (requisitos básicos – ABNT NBR 16375:2015) e cultivo de moluscos bivalves (requisitos básicos – ABNT NBR 16376:2015).

Foi apoiado o projeto de caracterização epidemiológica de aquicultura em tanques-rede no reservatório de Três Marias, no Município de Morada Nova de Minas/MG, o qual subsidiará a certificação sanitária em aquicultura de águas da União. Foi concluído estudo sobre ocorrência de *Salmonella spp*. em peixes nativos nas regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil.

Uma comitiva de especialistas internacionais da OIE realizou avaliação completa do serviço veterinário oficial brasileiro e do setor produtivo nacional de animais aquáticos, em 2015, com o propósito de obter um diagnóstico imparcial que auxiliará o direcionamento de políticas públicas em saúde pública e animal.

h) Estímulo ao Consumo e à Comercialização de Pescado

As ações relativas à promoção do pescado brasileiro no mercado nacional se deram, principalmente, pela realização da Semana do Peixe em todo o Brasil, que teve sua XII edição em 2015.

O acordo de cooperação com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) que, desde 2013, vem permitindo a inserção cada vez maior do pescado na alimentação escolar, atingiu mais de 50% dos Municípios. Como produto desse acordo, somando-se aos resultados da Pesquisa Bianual de Inserção do Pescado na Alimentação Escolar - 2012 e analisados os estudos de casos no território nacional, foi publicado edital para celebrar convênio de capacitação de manipuladoras de alimentos das

escolas públicas de sete regiões metropolitanas (Florianópolis/SC, São Paulo/SP, Brasília/DF, Salvador/BA, Fortaleza/CE, Belém/PA e Manaus/AM), visando aumentar a aceitabilidade do pescado entre os escolares.

O convênio celebrado com o Serviço Social da Indústria do Estado de Goiana (Sesi/GO) está em execução, tendo sido realizadas as seguintes ações: i) elaboração dos manuais orientativos; ii) elaboração dos materiais de capacitação de manipuladores, nutricionistas e gestores; iii) elaboração do teste e definição das receitas regionais a serem utilizadas; e iv) pactuação das demais organizações administrativas da convenente que são as bases para o início do processo de capacitação.

Paralelamente ao convênio, em 2015 foi firmado acordo de cooperação com o Sesi Nacional, tendo como uma das ações a expansão em mais sete regiões metropolitanas para capacitação de manipuladores de pescado, visando também aumentar a variedade de formas de preparo e melhorar as técnicas higiênico-sanitárias de manipulação e conservação de pescado nas cozinhas escolares em regiões metropolitanas do País.

No cenário internacional, o Pavilhão Brasileiro na feira de Boston (*Seafood Expo North America)* e na feira de Bruxelas (*Seafood Expo Global)* oportunizou a participação de empresas brasileiras como expositoras que estimam cerca de US$ 18 milhões em novos negócios para exportação de pescado.

i) Aumento Sustentável da Produção Aquícola e Pesqueira

Até 2015, foram produzidas e entregues aos produtores de Santa Catarina 33 milhões de larvas de mexilhão, fruto das ações da parceria com a Universidade Federal de Santa Catariana (UFSC), com o objetivo de apoiar o Projeto de Desenvolvimento e Implantação de Novas Tecnologias de Produção de Microalgas e de Espécies Nativas de Moluscos Bivalves no Laboratório de Moluscos Marinhos da UFSC.

Foi realizado o repovoamento da Zona Costeira do Estado do Rio Grande Norte, contribuindo para manutenção e aumento do estoque natural pesqueiro por meio da soltura de alevinos de beijupirá (*Rachycentron canadum*), com peso médio de 10g; e nas bacias hidrográficas do Estado, soltura de pós-larvas de camarão pitú (*Macrobrachium carcinus*), que servirão como alternativa, em curto prazo, para melhoria da renda das comunidades que vivem da pesca artesanal.

O fortalecimento da maricultura no Estado do Rio de Janeiro foi objeto de apoio por meio do Projeto de Custeio das Operações do Laboratório de Produção de Formas Jovens do Peixe Bijupirá de Ilha Grande/RJ, para atuar como unidade de demonstração e capacitação de técnicos, produtores, estudantes e empresários, e no fornecimento de juvenis de bijupirá para as Unidades Demonstrativas.

Em 2015, o MPA promoveu a VIII reunião do *Sub-Committee on Aquaculture* (SCA) *of the Fisheries Committee* FAO (SCA/COFI 2015), realizada em Brasília/DF. Trata-se de iniciativa da FAO/ONU, por meio do *Fisheries Committee* (COFI), que reúne a cada dois anos diversos países que fazem parte das Nações Unidas (ONU), visando a discussão das políticas públicas internacionais para a aquicultura. A reunião contou com participação de 55 países-membros, uma agência da ONU, três organizações governamentais internacionais e cinco organizações não governamentais internacionais/ONGs.

No âmbito do acordo firmado com a FAO (UTF/BRA/084/BRA), foram concluídos os seguintes documentos: i) plano de negócios para implantação de projetos comunitários e empresariais de produtos de algas marinhas no nordeste brasileiro; ii) plano de articulação com centros de pesquisa, órgãos gestores e órgãos de fomento da cadeia produtiva da carcinicultura do

Estado do Piauí, a fim de subsidiar a introdução, organização e legislação da carcinicultura de interior no Estado; iii) diagnóstico da carcinicultura na região do litoral sul do Estado do Rio Grande do Norte; iv) Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica (EVTE) e Viabilidade Ambiental/Plano de Controle e Monitoramento Ambiental (EVA/PCMA) para a implantação de projetos de carcinicultura do camarão marinho *Litopenaeus vannamei* (aclimatação e engorda) em águas interiores de baixa salinidade nos Estados do CE, PB, RN e PE; v) EVTE de espécies para aquicultura; vi) elaboração do plano de monitoramento de projetos de aquicultura em Roraima; vii) levantamento e análise das políticas de crédito para aquicultura familiar; viii) análise da gestão de informação dos processos contidos no banco de dados do Sistema Nacional de Autorização de Uso de Águas da União (Sinau) para fins de Aquicultura; ix) atualização de bases de dados geográficos para licitações; x) adequação técnica dos processos de licitação de cessão de águas da União; xi) capacitação para funcionamento dos parques aquícolas; xii) análise da produção de formas jovens para cultivos em águas continentais; xiii) prospecção de áreas favoráveis para implantação de parques marinhos e faixas de preferência em Alagoas; xiv) definição de metodologia para implantação de faixas ou áreas de preferência; xv) levantamento de ações voltadas a licenciamento ambiental da aquicultura junto às Organizações Estaduais de Meio Ambiente (OEMAS); xvi) revisão de normas jurídicas para autorização de uso de águas da União para fins de aquicultura; e xvii) elaboração de metodologia de capacitação para associações e cooperativas em parques aquícolas continentais.

7. Agricultura Familiar e Reforma Agrária

a) Políticas para o Fortalecimento da Agricultura Familiar Brasileira

A agricultura familiar é elemento fundamental da base produtiva, econômica e social do Brasil, reconhecida por sua importância na produção de alimentos e na geração de emprego e renda, tendo por base as pequenas propriedades e o uso da mão de obra familiar. Está voltada, principalmente, para a produção de alimentos e o abastecimento interno. Os dados do último Censo Agropecuário (2006) mostraram que 84% dos estabelecimentos produtores do Brasil rural eram da agricultura familiar, respondendo por 74% dos postos de trabalho no campo (12,2 milhões, à época).

A política para o rural vem sendo ampliada e aperfeiçoada expandindo os serviços e as políticas públicas de acesso à terra, à educação, à saúde e à moradia, por meio dos programas de Reforma Agrária, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), Garantia Safra, Mais Médicos, Pronatec Campo, PAC Equipamentos e Minha Casa Minha Vida Rural (MCMVR).

Atualmente, estão habilitados a acessar essas políticas aproximadamente cinco milhões de agricultores familiares identificados e qualificados pela Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Estão cadastradas, também, 5,1 mil entidades que possuem a DAP para pessoas jurídicas (DAP-PJ) representando um aumento de 50% em relação a 2014.

a.1) Plano Safra da Agricultura Familiar 2015/2016

O Plano Safra da Agricultura Familiar 2015/2016 disponibilizou R$ 28,9 bilhões de crédito para financiar a produção da agricultura familiar. Esse valor é 19,9% maior do que o disponibilizado na safra passada e 12 vezes e meia maior do que o executado na safra 2002/2003. O Pronaf está presente em mais de 5,4 mil Municípios, com uma carteira ativa atual de R$ 60 bilhões, com 3,45 milhões de contratos, beneficiando diretamente 2,6 milhões de famílias de agricultores.

Para o ano safra 2015/2016, as taxas de juros do Pronaf tiveram um pequeno aumento, ficando entre 0,5% e 5,5% para agricultores e entre 4,5% e 5,5% para cooperativas, mantendo-se todas ainda como taxas de juros reais negativas.

Na safra 2014/2015, as linhas de investimento do Pronaf totalizaram R$ 13,7 bilhões em crédito, em mais de 1,3 milhão de contratos. Somente o Programa Mais Alimentos, principal linha de crédito de investimento do Pronaf, já financiou a aquisição de cerca de 80 mil veículos de transporte de carga e mais de 100 mil tratores. O Mais Alimentos contribui tanto para o aumento da produção de alimentos e ampliação da renda da agricultura familiar quanto para ampliar as oportunidades de negócio e do estímulo ao parque industrial, promovendo a inclusão produtiva e o desenvolvimento econômico e social do País.

a.2) Novo Seguro da Agricultura Familiar e Garantia Safra

O Seguro da Agricultura Familiar (Seaf) oferece proteção contra perdas causadas por eventos climáticos, tendo sido amparadas, na safra 2014/15, mais de 405 mil lavouras de agricultores familiares, com um valor total segurado da ordem de R$ 8,4 bilhões. Os principais itens atingidos nessa safra foram o milho, a farinha e o trigo, havendo a previsão de pagamentos do Seguro para mais de 30 mil agricultores, com valor total superior a R$ 450 milhões.

Em julho de 2015, entrou em vigor um novo modelo de seguro, que tem como referência a renda da lavoura. O valor segurado é definido como 80% da receita bruta esperada, tendo alguns limites para a receita líquida segurável. Diferentemente do modelo anterior, focado em custo de produção e valor financiado, o novo modelo oferecerá melhor cobertura para os agricultores familiares, em condições mais ajustadas à realidade das lavouras.

O Garantia Safra tem o objetivo de garantir renda mínima para agricultores familiares de baixa renda, sujeitos à perda sistemática de produção, por motivo de seca ou excesso de chuvas. Para a safra 2014/2015, foi disponibilizado 1,35 milhão de cotas e houve adesão de 1.162.286 agricultores, em 1.248 Municípios. Entre os meses de agosto e dezembro de 2015, já foram beneficiadas 786,5 mil famílias em 734 Municípios. Para a safra 2015/2016, foi disponibilizado 1,35 milhão de cotas.

a.3) Assistência Técnica e Extensão Rural

Em 2015, a carteira Ater do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) continha 297 contratos vigentes envolvendo um valor total de R$ 1,04 bilhão e atendimento contratado a 334.159 famílias de agricultores familiares. Nesse universo de beneficiários, além das 63 mil famílias atendidas no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria, estão incluídos 42.250 beneficiários por meio do Plano Nacional de Agroecologia e Agricultura Orgânica e 21.880 pescadores artesanais e aquicultores familiares.

As ações de formação beneficiaram 2.498 agentes de Ater que atuam em contratos com foco em sustentabilidade, diversificação, agroecologia e leite; e 470 agentes, que atuam com o público do Programa Brasil Sem Miséria. Ainda, por meio do Programa de Formação de Agentes de Ater, estão sendo beneficiados 9.939 agentes de Ater, entre técnicos de extensão rural, agricultores e agricultoras, e mais 6.320 jovens rurais. No âmbito do Pronatec Campo, foram homologadas 18.740 vagas em cursos de formação inicial e continuada para agricultores familiares, assentados da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais. Atualmente, estão registradas, junto ao MDA, 566 entidades credenciadas de Ater, sendo 515 privadas e 51 públicas.

Foram realizados encontros, por meio das ações do Plano de Inovação na Agricultura Familiar, em sete Estados, onde participaram 452 pessoas entre gestores de Ater, pesquisadores e representações da agricultura familiar. Também foram realizadas 22 oficinas temáticas que envolveram 680 pessoas, entre agentes de Ater, pesquisadores e agricultores familiares, que identificaram gargalos tecnológicos em sistemas de produção da agricultura familiar em todas as regiões do País, e organizaram redes para disponibilização de tecnologias para agentes de Ater e agricultores familiares.

As ações de 50 projetos em Núcleos de Agroecologia em instituições de ensino superior, fomentados por meio de editais do CNPq, geraram 307 projetos de pesquisa, promoveram 790 ações de capacitação e 556 atividades de ensino, que estabeleceram 373 parcerias institucionais, sendo 152 com entidades de Ater, abrangendo 1.243 Municípios. Ao todo, 30.022 pessoas foram beneficiadas, entre essas mulheres e jovens, estudantes de graduação, agentes de Ater e agricultores familiares.

Um importante passo para a universalização da assistência técnica foi a implantação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater), que atuará sob um contrato de gestão com metas de desempenho, com enfoque territorial e com os instrumentos necessários para medir os resultados da assistência técnica prestada. A Anater também fará a difusão e a transferência de tecnologia aos produtores rurais. Foram destinados, pelo MDA, R$ 236 milhões para Ater no Plano Safra 2015/16.

a.4) Compras Governamentais e Acesso a Mercados

Em ação conjunta, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e o MDA investiram, por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), até dezembro de 2015, cerca de R$ 489 milhões na aquisição de alimentos da agricultura familiar, beneficiando em torno de 93 mil agricultores familiares. Na modalidade de formação de estoques, foram aplicados, até dezembro, R$ 20,8 milhões, beneficiando 44 empreendimentos da agricultura familiar (associações e cooperativas). Em 2016, o orçamento previsto do PAA é de aproximadamente R$ 600 milhões, o que possibilitará a participação de um total estimado de 120 mil agricultores familiares.

Ação conjunta do MEC, do MDA e das prefeituras municipais, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) proporciona que pelo menos 30% das aquisições da alimentação escolar sejam feitas diretamente da agricultura familiar. De acordo com dados do FNDE, mais de 65% dos Municípios já adquirem produtos de pequenos produtores e suas cooperativas, tendo alcançado valor global de, no mínimo, R$ 1,1 bilhão, contribuindo para a melhoria na qualidade da alimentação escolar na ampliação do mercado para a agricultura familiar.

O MDA aplicou, em 2015, R$ 777 mil no Projeto Nutre Cecane Pará, voltado à promoção da inclusão de produtos da agricultura familiar local na alimentação escolar no Estado do Pará, beneficiando 54 empreendimentos da agricultura familiar (associações e cooperativas). Para 2016, estão previstos novos projetos em outros Estados, seguindo os moldes desta experiência e ampliando para outras iniciativas de abastecimento.

a.5) Agroecologia e Produção de Alimentos Saudáveis

O Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo) 2012-2015 tem por objetivo implementar programas e ações indutoras da transição agroecológica, bem como da produção orgânica e de base agroecológica, que contribuam para o desenvolvimento sustentável e possibilitem a melhoria da qualidade de vida da população, por meio da oferta e do consumo de alimentos saudáveis e do uso sustentável dos recursos naturais.

O Plano, coordenado pelo MDA por meio da Câmara Interministerial de Agroecologia (Ciapo), possui 125 iniciativas e recursos no valor de R$ 8,8 bilhões. Instituído como espaço de participação social, a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Cnapo) tem como competência o monitoramento e a avaliação da sua execução. A construção conjunta entre governo e sociedade do Planapo prossegue na elaboração da segunda etapa do Plano (2016-2019), processo do qual fez parte o Seminário Dialoga Brasil Agroecológico, ocorrido em setembro de 2015, em Brasília/DF.

O Plano Safra 2014/2015 contemplou o Pronaf Agroecologia, com taxa de juros reduzida. O Pronaf Produção Orientada atende diferenciadamente a agroecologia e a agricultura orgânica, que contam, ainda, com o Programa de Garantia de Preço da Agricultura Familiar (Pgpaf), a assistência técnica especializada e o Seguro da Agricultura Familiar (Seaf).

Houve, ainda, a ampliação dos mercados institucionais para a comercialização da produção orgânica: em 2014, foram R$ 7 milhões do PAA e R$ 104 milhões do Pnae. Desde 2014, foram fomentados 44 Núcleos de Estudos em Agroecologia junto a instituições públicas de pesquisa agropecuária e ensino superior, por meio de editais do CNPq. Atualmente, estão atuando no País 100 Núcleos de Estudos de Agroecologia financiados pelo MDA, promovendo inovações tecnológicas e metodológicas na agroecologia, por meio de ações de ensino, pesquisa e extensão junto a estudantes, agentes de Ater e agricultores familiares.

Em março de 2015, foi operacionalizada a modalidade do PAA Aquisição de sementes, que passou a fazer parte do Programa Nacional de Sementes e Mudas (PNSM) para a Agricultura Familiar, lançado em novembro de 2015, durante a 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. O PNSM visa ampliar o acesso dos agricultores familiares às sementes e às mudas de qualidade reconhecida e adaptadas ao território. Serão firmados convênios com os Estados do Rio Grande do Norte, da Bahia e de São Paulo, totalizando a aplicação de R$ 14 milhões, seguindo as concepções do Programa e beneficiando um conjunto de 17 mil agricultores familiares e 230 técnicos.

a.6) Cooperativismo e Agroindústria

O Programa Nacional de Fomento e Fortalecimento do Cooperativismo Solidário e Associativismo da Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Cooperaf), lançado no Plano Safra 2015/16, contém quatro eixos: i) formação e capacitação técnica; ii) investimento, fomento e crédito; iii) mercado e abastecimento; e iv) Ater, via Mais Gestão.

O programa Ater Mais Gestão, com investimentos de cerca de R$ 60 milhões, atendeu 471 cooperativas da agricultura familiar nas áreas de organização, gestão, produção e comercialização, durante os anos de 2013 a 2015. Cerca de 100 mil são associados a essas organizações e foram beneficiadas por meio desse programa. Em 2016, está previsto o atendimento a mil organizações, incluindo as associações e o início de trabalhos na região Norte.

No âmbito do Programa de Agroindústria, destacam-se a publicação dos Decretos nº 8.445, de 6 de maio de 2015, e nº 8.741, de 22 de junho de 2015, voltados para os estabelecimentos agroindustriais rurais de pequeno porte que produzem alimentos e bebidas a partir da utilização de mão de obra familiar. Esses dispositivos legais têm como objetivo estimular e apoiar o desenvolvimento dessas agroindústrias, trazendo-as para a formalidade, com a inclusão nos mercados privados e institucionais.

a.7) Política Internacional para a Agricultura Familiar

Em 2015, o Governo Federal deu início às ações do Programa de Cooperação Regional para a África intitulado "Intercâmbio de Experiências e Diálogo de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar na África", que tem como objetivo a cooperação para o fortalecimento dos serviços de assistência técnica e o intercâmbio sobre políticas agrícolas diferenciadas para a agricultura familiar em Moçambique, Zimbábue, Quênia, Senegal, Gana e países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). Também foram assinados protocolos de intenção na área de desenvolvimento rural e agricultura familiar com a Venezuela e a Colômbia.

Em coordenação com a Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do Mercosul (Reaf), o MDA realizou, sob a Presidência *Pro Tempore* Brasileira do Mercosul, uma série de atividades para o fortalecimento da integração regional, tais como a XXIII

Reaf Mercosul e o II Módulo do IV Curso de Jovens da Agricultura Familiar do Mercosul. Ainda no âmbito da Reaf, foram discutidas a formulação e a implementação de políticas públicas de Assistência Técnica e Extensão Rural, de compras públicas da agricultura familiar, com ênfase em organizações produtivas de mulheres.

Em conjunto com FAO, Celac, Reaf e a Aliança para a Soberania Alimentar dos Povos da América Latina e do Caribe, foi realizado o Seminário Regional de Agroecologia na América Latina e no Caribe, do qual resultou um documento de referência com diretrizes para o desenvolvimento da agroecologia nos países da região.

Nas negociações comerciais, atuou-se no seguimento da Rodada Doha na OMC e das negociações de acordos comerciais bilaterais, tais como Mercosul-União Europeia e Brasil-México, com o objetivo de resguardar as políticas e os produtos da agricultura familiar. Ademais, obteve-se sucesso nas negociações da prorrogação da elevação da tarifa externa comum do Mercosul de lácteos e pêssegos até 2023.

Na área de promoção comercial, ampliou-se o acesso a mercados internacionais, celebraram-se negócios e promoveu-se a imagem e os produtos da agricultura familiar brasileira no exterior por meio da participação de empreendimentos da agricultura familiar em estande do MDA em feiras internacionais de mercados considerados estratégicos: Alemanha, África do Sul e Peru. Ao todo, foram cerca de 11 mil famílias cooperadas representadas e beneficiadas pelas ações, com negócios prospectados em US$ 22 milhões nos seguintes produtos: café, arroz, castanha do Brasil, sucos, vinhos, espumantes, polpas de frutas, geleias, guaraná, açaí, cachaça, milho e mel.

Outro destaque é o Programa Mais Alimentos Internacional, que combina cooperação para o fortalecimento dos serviços de assistência técnica, intercâmbio sobre políticas agrícolas diferenciadas e aquisição de máquinas e implementos agrícolas. Em 2015, o Programa alcançou a marca de seis parcerias estabelecidas com países diferentes e registrou a entrega dos primeiros lotes de máquinas e equipamentos para Zimbábue, Cuba, Moçambique e Senegal, finalizadas as primeiras tranches de exportação para o Zimbábue, tendo sido exportados cerca de dois mil tratores e 60 mil implementos, totalizando um investimento de mais de R$ 500 milhões.

b) Reforma Agrária e Gestão Fundiária

A partir de 2015, as políticas de Reforma Agrária e a Governança Fundiária, implementadas pelo Incra, passaram por reformulações em suas estratégias de atuação, mudando de uma atuação com foco no assentamento para uma estratégia por território, sob as seguintes diretrizes: i) integração de sistemas para gestão da malha fundiária – Cadastro Nacional de Terras; ii) unidade de estudo para obtenção de terras por território; iii) estudo de Capacidade de Geração de Renda (ECGR); iv) indicadores de planejamento a partir das novas ruralidades e seus paradigmas produtivos; v) assistência técnica voltada para atividade âncora de cada território (agroindústria); vi) Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) voltado às agroindústrias e à gestão das cooperativas; vii) recursos para fomento e habitação entregues no ato de implantação do assentamento, com crédito nas demais etapas; viii) ações de organização econômica integradas e com processos mais simplificados (Programa Terra Forte, Programa Terra Sol e feiras); e ix) novas fontes de arrecadação para custeio e investimentos nas ações de reforma agrária.

b.1) Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária

Em 2015, o serviço de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (Ates) atendeu 330.059 famílias assentadas da reforma agrária em 4.330 assentamentos. Dos beneficiários, 22,1% são mulheres.

No que diz respeito ao orçamento, em 2015 foi destinado para a Ates um montante de R$ 355 milhões, aumento de 246% no orçamento destinado à contratação do serviço de Ates para a reforma agrária.

Para 2016, está prevista cobertura de 405 mil famílias assentadas atendidas com o serviço de Ates. Isso possibilitará, dentre outras, a aplicação do Crédito Instalação Fomento Mulher para mais de 50 mil mulheres assentadas da reforma agrária. Além disso, o serviço de Ates tem interface direta com as demais ações e políticas públicas para a reforma agrária.

b.2) Programa Assentamentos Verdes

O Programa Assentamentos Verdes reafirma o compromisso da reforma agrária com o meio ambiente, viabilizando o acesso a um conjunto de políticas públicas às comunidades mais comprometidas com a preservação florestal. Em 2016, o Incra priorizará a aplicação de cerca de R$ 34 milhões, provenientes do Fundo Amazônia e administrado pelo BNDES, em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento na Amazônia Legal, totalizando 1.037 projetos de assentamento atendidos pelo Programa Assentamentos Verdes (PAV) e beneficiando cerca de 250 mil famílias assentadas. Além disso, em 2016, será operacionalizada a ampliação do PAV para os biomas Cerrado e Caatinga.

b.3) Organização Econômica

Programa Terra Forte

O Programa Terra Forte visa apoiar a difusão de tecnologia e geração de renda para os assentados da reforma agrária, por meio da agroindustrialização da produção. O Programa tem assegurado R$ 600 milhões para o período 2014 a 2017, sendo R$ 300 milhões de créditos do Banco do Brasil, R$ 150 milhões do BNDES, R$ 20 milhões da Fundação Banco do Brasil e R$ 130 milhões dos demais parceiros (MDA, MDS, Incra e Conab).

Desde 2014, foram selecionados 32 projetos em 331 assentamentos, envolvendo 25.776 famílias assentadas em todas as regiões, dos quais sete já foram contratados ou contam com autorização para início.

Programa Terra Sol

O Programa Terra Sol empenhou recursos da ordem de R$ 31 milhões em 2015, beneficiando 3.415 famílias com projetos concluídos em 175 assentamentos. Além disso, o Programa possui obras em andamento em 399 assentamentos, as quais beneficiarão cerca de 21,3 mil famílias. Para 2016, prevê-se a alocação de R$ 57,5 milhões para atendimento de 138 mil famílias a serem assentadas nesse ano.

O Incra está promovendo uma reformulação das normas de aplicação desses recursos para integrar a política de apoio à agroindustrialização e à comercialização com as políticas de assessoria técnica (Ates) e de educação no campo (Pronera), com vistas a dotar os assentados com os níveis de educação e assessoria necessários ao alcance de êxito nos empreendimentos agroindustriais e comerciais.

Compras Governamentais e Acesso a Mercados

O Governo Federal dispõe de vários instrumentos para apoiar a comercialização dos produtos da agricultura familiar, com destaque para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Em 2015, 1.483 assentados, em 293 assentamentos da reforma

agrária, comercializaram por meio do PAA. Além disso, foram implantadas 153 feiras populares e permanentes para fomentar a comercialização direta dos assentamentos da reforma agrária.

b.4) Infraestrutura nos Assentamentos

As ações de infraestrutura desenvolvidas pelo Incra nos assentamentos da reforma agrária atenderam mais de 190 mil famílias desde 2011. Nesse período, foram construídos ou reformados 17,1 mil km de estradas e atendidas 25,1 mil famílias com obras de abastecimento de água. Em 2015, foram finalizadas obras de infraestrutura que beneficiaram 23.942 famílias assentadas, das quais, dentre outras, 3.201 foram atendidas com obras de abastecimento de água, 19.876, com construção ou recuperação de estradas e 865 com outras obras de infraestrutura.

Desde 2013, as demandas por construção de habitações em assentamentos estão sendo atendidas no âmbito do MCMVR. Até 2015, foi entregue oficialmente às entidades organizadoras do MCMVR a relação de 46.309 famílias assentadas a serem beneficiadas pelo Programa com construção de residências, além de 42.627 famílias com reforma. Já foram celebrados contratos com a Caixa e o Banco do Brasil por 7.623 famílias. Além disso, em 2015, foram construídas ou recuperadas 3.663 casas com recursos próprios do Incra, provenientes das obras de habitação remanescentes do Crédito Instalação.

Em 2016, está previsto o atendimento a cerca de 9,3 mil famílias, com a aplicação de R$ 91,8 milhões em obras de infraestrutura básica.

b.5) Crédito Instalação

Deu-se continuidade, em 2015, à implementação da nova sistemática de concessão, aplicação e prestação de contas do Crédito Instalação, conforme a Lei nº 13.001, de 20 de junho de 2014, e o Decreto nº 8.256, de 25 de maio de 2014. Desde a implantação, em 2014, do Sistema Nacional de Concessão do Crédito Instalação (SNCCI), para acompanhamento da nova Política, 21.777 operações de crédito já foram realizadas, sendo que em 2015 foram realizadas 14.955 operações, totalizando investimentos da ordem de R$ 36,6 milhões. Desse total, 4.790 operações foram firmadas na modalidade Fomento Mulher. Para 2016, está prevista a realização de 189 mil operações de crédito nas diversas modalidades (Apoio Inicial I e II, Fomento e Fomento Mulher), atendendo a cerca de 50 mil famílias, com um investimento total da ordem de R$ 946 milhões.

b.6) Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

As ações de qualificação e formação no campo, em 2015, viabilizaram o atendimento de 12,8 mil alunos na Educação de Jovens e Adultos (EJA), 2,3 mil alunos em nível médio e 2 mil alunos em nível superior.

Por meio do Residência Agrária, manteve-se o atendimento com bolsa de capacitação para graduação e pós-graduação a 1,6 mil alunos, em sua maioria provenientes dos cursos de nível médio e superior ofertados pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera). Ressalta-se que 65% dos cursos da Residência Agrária têm como foco a agroecologia e visam formar profissionais especializados no desenvolvimento da assistência técnica e da extensão rural em áreas de agricultura familiar e de reforma agrária, com enfoque agroecológico.

Em 2016, o Pronera ofertará 56 cursos, beneficiando 17,8 mil educandos oriundos dos assentamentos de reforma agrária, que contarão com um incremento de aproximadamente 30% no valor custo/aluno/ano. Um novo Manual está sendo elaborado e as ações educativas serão integradas e adequadas às cadeias produtivas de cada território.

b.7) Obtenção de Terras e Novos Projetos de Assentamento

Desde 2011, foram assentadas 134 mil famílias, sendo 26,7 mil em 2015, e criados 592 novos assentamentos, incorporando três milhões de hectares à reforma agrária.

No ano de 2015, houve mudanças significativas nos atos do processo de obtenção de terras, tais como: i) a realização de acordo extrajudicial na desapropriação; ii) a não verificação da produtividade na compra de imóveis; iii) a possibilidade de aquisição de imóveis em hasta pública; iv) a avaliação do limite máximo por família beneficiária conforme a região e o bioma; v) a publicação de Decreto com o memorial descritivo da área de interesse social; e vi) maior responsabilidade dos gestores regionais para definir custo por família nas realidades dos Estados, a partir do estudo da capacidade de geração de renda regionalizado.

Em 2015, foram obtidos 26,6 mil hectares em 24 imóveis, com valor total (TDA e benfeitorias) de R$ 146,4 milhões, sendo incorporados 206 mil hectares para a criação de 81 projetos de assentamento com capacidade de 5,4 mil famílias. Além disso, foram vistoriados a campo 931 mil hectares, sendo finalizados laudos de vistoria para 352 mil hectares e realizados os estudos de cadeia dominial para 245 imóveis.

Em 2016, a obtenção de terras buscará ampliar a utilização de outros instrumentos para adquirir ou incorporar novas áreas no Programa Nacional de Reforma Agrária, tais como: i) arrecadação de áreas públicas federais, principalmente na Amazônia Legal, não passíveis de regularização nos termos da Lei nº 11.952/2009; ii) parcerias com Estados para reconhecimento de projetos de assentamentos estaduais; iii) adjudicação de imóveis rurais dos devedores da Dívida Ativa da União; e iv) fomento de acordos extrajudiciais relativos aos imóveis rurais decretados para fins de reforma agrária.

b.8) Gestão da Malha Fundiária Nacional

Em 2015, foram certificados 86 mil imóveis em todo o País. As certificações de 2015 abrangem uma área de 48 milhões de hectares. O Sistema de Gestão Fundiária (Sigef) permite a certificação, pela Internet, do perímetro georreferenciado das propriedades rurais, conferindo mais agilidade, transparência e segurança aos processos. No ano de 2015, houve a atualização cadastral de 551.648 imóveis rurais (dados de novembro de 2015) por meio do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), além de 17 mil imóveis georreferenciados e 8,2 mil titulados, com área de 189.523 hectares.

O Incra e a RFB iniciaram, em 2015, a integração das bases de dados fundiária e tributária das propriedades e posses rurais no País, passo fundamental para a implantação do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR). A Instrução Normativa Conjunta Incra/RFB nº 1.581/2015 estabelece prazos para a realização da atualização cadastral e da vinculação dos códigos em razão da área total do imóvel rural, sendo que as atualizações e as vinculações para áreas até 500 hectares foram finalizadas em dezembro de 2015.

Para 2016, prevê-se maior controle quanto ao Imposto Territorial Rural (ITR) devido por aproximadamente seis milhões de imóveis rurais que existem no País, os quais respondem pela arrecadação anual de ITR no patamar de apenas R$ 1 bilhão/ano.

Será constituída a base CNIR, no conceito de parcela como unidade cadastral, vinculada ao dado geográfico, permitindo, assim, diversos arranjos com a finalidade de suprir as necessidades dos diversos cadastros temáticos dos órgãos produtores e consumidores de informação do meio rural. Até o fim de 2016, espera-se que a base de dados do CNIR esteja depurada, com a previsão de Declaração Unificada em 2017, quando se conjugará, em um só instrumento, a cobrança da Taxa de Serviço Cadastral (TSC), de competência do Incra, com a cobrança do ITR, de competência da RFB.

b.9) Cadastro Ambiental Rural

A Resolução nº 458 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), publicada em 2013, simplificou o licenciamento ambiental em assentamentos da reforma agrária, tornando-o obrigatório apenas para as atividades agrossilvipastoris e em empreendimentos de infraestrutura, e não mais para o assentamento como um todo. Em decorrência disso, o Cadastro Ambiental Rural (CAR) passou a ser requisito para a regularidade ambiental nessas áreas.

Instituído pelo novo Código Florestal (Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012), o CAR é um registro público eletrônico de informações ambientais do imóvel rural, obrigatório para todas as propriedades e posses rurais no território nacional. O Cadastro contém informações sobre o perímetro dos imóveis, áreas de uso restrito e consolidadas, além das Áreas de Proteção Permanente (APPs) ou de Reserva Legal.

Entre 2012 e 2014, foi requerido o Cadastro Ambiental Rural de 1.479 assentamentos e de 23.051 lotes. Tais requerimentos foram realizados no Sicar, sistema federal por meio do qual os proprietários de terras e produtores rurais efetuam o Cadastro. Em 2015, foram requeridos os Cadastros Ambientais Rurais de 2.563 assentamentos e de 5.432 lotes da reforma agrária, por meio de parceria efetuada com a Universidade Federal de Lavras (Ufla), firmada em 2014, que visa a inscrição de 7,5 mil assentamentos e de 150 comunidades quilombolas tituladas de todo o País.

Em 2016, com a conclusão do cadastro de todos os perímetros dos assentamentos, será priorizada a elaboração do CAR dos lotes, a qual será operacionalizada em conjunto com os técnicos de Ates e outros parceiros.

b.10) Sala da Cidadania

Por meio da Sala da Cidadania digital, serviços que eram prestados de forma presencial são disponibilizados na Internet e em diversos locais, como prefeituras e sindicatos. Pelo Portal, os assentados podem fazer renegociação de dívidas, além da atualização cadastral do assentado, emissão da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) e espelho do beneficiário. Desde sua criação, em 2014, foram instaladas 293 unidades da Sala da Cidadania com 833 operadores cadastrados. Até o final de 2015, foram solicitadas 294.085 atualizações cadastrais de assentados, emitidos 353 mil documentos, renegociadas 12.900 dívidas e liquidadas 30 mil dívidas.

b.11) Mediação de Conflitos Agrários

Os trabalhos da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo (CNVC), presidida pelo Ouvidor Agrário Nacional do MDA, resultaram, desde 2006, na especialização de vários órgãos agrários. Estão em funcionamento, no País: i) oito Varas Agrárias Federais; ii) 12 Varas Agrárias Estaduais; iii) 20 Promotorias Agrárias Estaduais; iv) 15 Delegacias de Polícia Civil Agrárias; v) 16 Polícias Militares Agrárias; vi) 32 Ouvidorias Agrárias do Incra em suas Superintendências Regionais e Unidades Avançadas; vii) duas Ouvidorias Agrárias Estaduais; viii) 16 Defensorias Públicas Agrárias Estaduais; e ix) seis Comissões Estaduais de Resolução de Conflitos Agrários.

Dentre os resultados obtidos, destaca-se o fato de que 19 Tribunais de Justiça expediram orientações para que os magistrados ouvissem o Ministério Público, o Incra e os Institutos de Terras antes de decidirem acerca de pedidos liminares de reintegração de posse de imóveis rurais em litígios coletivos; e que dois Ministérios Públicos Estaduais expedissem recomendações agrárias.

b.12) Acesso à Terra pelo Crédito Fundiário

O crédito fundiário já proporcionou o acesso à terra para mais de 140 mil famílias. Em 2015, houve inclusão de mais 1.599 famílias de trabalhadores rurais no contexto fundiário nacional. Esse incremento significou a inserção de mais de 23 mil hectares para o campo da agricultura familiar, com investimentos da ordem de R$ 58 milhões. O Programa de Crédito Fundiário também tem sido uma das alternativas utilizadas pelos jovens para permanecerem no campo, pois das mais de 140 mil famílias beneficiadas, 41% são de jovens com idade entre 18 e 29 anos.

Em 2015, de acordo com o estabelecido pelo Decreto nº 8.500, foram atualizados os perfis de renda e patrimônio das famílias para fins de acesso ao Crédito Fundiário. Tais parâmetros não eram atualizados desde 1998. A Assistência Técnica, durante o ano de 2015, beneficiou 30 mil famílias do crédito fundiário.

Para 2016, a prioridade é dar continuidade ao aperfeiçoamento da gestão da política de crédito fundiário, com a desburocratização do acesso ao crédito, revisão dos limites e condições de financiamento e ampliação dos públicos atendidos.

b.13) Regularização Fundiária na Amazônia Legal

O Programa Terra Legal, criado em 2009 para promover a destinação e a regularização fundiária na Amazônia, está em constante aperfeiçoamento. Novas ferramentas de gestão baseadas em sistemas eletrônicos foram introduzidas, bem como construídos processos ágeis de consulta e concertação entre distintos órgãos públicos federais e estaduais, por meio da Câmara Técnica de Destinação de Terras Públicas, o que acelerou a definição sobre o uso das áreas públicas. Destaca-se, também, a realização de mutirões de atendimento à população em áreas remotas e críticas. Essas inovações vêm se constituindo num importante legado do programa para a gestão de terras na Amazônia.

Em relação a número de títulos de regularização fundiária, em 2015 foram emitidos 5.921 títulos, sendo que 4.235 são títulos federais e 1.686 são títulos emitidos em terras públicas estaduais por meio de convênios firmados pelo Governo Federal com os Estados, em 2014, e 3.269 em 2015 (até outubro). Em 2015, foram georreferenciadas 20.026 parcelas (ocupações ou perímetro de glebas públicas federais), o que corresponde a uma área de cerca de 19,92 milhões de hectares. E, por meio de convênios com os governos estaduais, 1.686 títulos de regularização fundiária foram entregues nesse ano.

Desde o início do Terra Legal, já são mais de 11,86 milhões de hectares de áreas destinadas ou regularizadas, beneficiando mais de 230,7 mil famílias de agricultores familiares e mais de 208 mil famílias com a doação de terras federais para domínio de Municípios na Amazônia Legal. Em 2016, a proposta é continuar agilizando a entrega de títulos, como também aprimorar as inovações que vêm sendo implementadas, como o aprimoramento no Sistema Sigef (Sistema de Gestão Fundiária), que permitirá maior agilidade à instrução processual e à emissão dos títulos, além de conferir maior segurança e transparência no processo de titulação.

b.14) Apoio aos Estados para Regularização de Terras Estaduais

No ano de 2015 o Programa Cadastro de Terras e Regularização Fundiária cadastrou e georreferenciou 5.043 imóveis rurais e promoveu a titulação de 372 imóveis de agricultores familiares. Investiu-se em tecnologia, apoiando a consolidação de cadastros georreferenciados nos Estados, por meio da utilização de *software* livre, o que resultou em maior agilidade aos processos de regularização. Houve cooperação com entes federados por meio de convênios para que os títulos sejam entregues já registrados em cartório, sem custos ao beneficiário, garantindo-lhes segurança jurídica.

c) Desenvolvimento nos Territórios Rurais

c.1) Política de Desenvolvimento Territorial

Os Colegiados Territoriais são espaços centrais para concertação, articulação e integração de ações voltadas ao desenvolvimento dos 239 territórios integrantes do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (Pronat). É por meio deles que o Governo tem buscado estimular e fortalecer a atuação destas instâncias de participação na gestão social das políticas públicas.

Os 137 Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDETs), formados em 2014 em parceria com 51 instituições de ensino superior, já estão atuando no apoio e no assessoramento a esses Colegiados. Em 2015, 644 membros destes Núcleos, em especial as assessorias territoriais de gestão social, inclusão produtiva e gênero, passaram por processos de capacitação em 11 oficinas regionais. O ano de 2016 se inicia com 189 territórios rurais apoiados pelas equipes de universidades públicas e institutos federais. Para buscar cobrir o conjunto dos 239 territórios rurais, nova chamada CNPq para formação de mais 50 NEDETs será implementada a partir de 2016.

Para garantir e ampliar os avanços na Política Territorial, foram realizados, em 2015, os seguintes eventos: i) I e II Encontro da Coordenação Nacional dos NEDETs; ii) Encontro da Rede Nacional de Colegiados Territoriais (Enrede); iii) Encontro da Rede Brasileira de Pesquisa e Gestão em Desenvolvimento Territorial (Rete); e iv) o X Fórum Internacional de Desenvolvimento Territorial.

c.2) Programa Territórios da Cidadania e Apoio à Inclusão Produtiva nos Territórios

O Programa Territórios da Cidadania (PTC), criado em 2008, tem o objetivo de superar a pobreza e reduzir as desigualdades regionais e sociais no meio rural, por meio da estratégia de desenvolvimento rural sustentável, com a participação integrada das instâncias federais, estaduais e municipais.

Em 2015, o PTC passou por uma avaliação de sua estrutura e funcionamento e nova proposta foi elaborada, devendo ser implementada a partir de 2016, para o aprimoramento da governança e da gestão social de políticas públicas de desenvolvimento rural em execução nos Territórios, com foco na inclusão socioprodutiva. Esse apoio se concretizou na forma de contratação de projetos no âmbito do qual foi prestada assessoria técnica qualificada, destacando-se o acompanhamento do Programa de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais (Proinf), que tem sido indutor dos processos de inclusão produtiva, de geração de trabalho e renda, e de autonomia econômica de famílias e empreendimentos da agricultura familiar nos territórios rurais, que incluem os Territórios da Cidadania.

Em 2015, foram apresentadas 347 propostas, deliberadas pelos Colegiados dos Territórios Rurais, por meio de chamamento público do Manual Operacional do Proinf para seleção de projetos de financiamento de infraestrutura rural. Foram priorizados recursos para comercialização, armazenamento, logística e abastecimento de produtos da agricultura familiar, além de fomento à agroecologia e estruturação de Serviços de Inspeção Sanitária, no âmbito do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa).

Para os Territórios Rurais que tiveram os Comitês Temáticos constituídos de mulheres, jovens e povos e comunidades tradicionais, foi adotado um valor adicional por comitê e por projeto, resultando em ampliação de políticas específicas para o tema.

Para o próximo período, o PPA 2016-2019 prevê o apoio a 600 projetos de infraestrutura e serviços em territórios rurais.

c.3) Projeto Dom Helder Câmara e Convivência com o Semiárido

Em 2015, foi iniciada a execução do novo acordo de empréstimo, firmado em 2014, com o Fundo Internacional de Desenvolvimento da Agricultura (Fida), cujo objetivo é a execução do Projeto Articulação e Diálogo sobre Políticas para Reduzir a Pobreza e a Desigualdade no Semiárido do Nordeste do Brasil (Projeto Dom Helder Câmara). O acordo mobilizará recursos equivalentes a US$ 60 milhões, tendo como meta beneficiar 27 mil famílias do semiárido no período de seis anos.

d) Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável

Órgão colegiado integrante da estrutura básica do MDA, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf), atualmente em processo de reformulação, é um espaço de concertação e articulação entre os diferentes níveis de governo e as organizações da sociedade civil para o desenvolvimento rural sustentável, a reforma agrária e a agricultura familiar.

Entre as principais ações desempenhadas pelo Condraf em 2015, destaca-se: i) a discussão e a participação na elaboração do Plano Safra - 2015/2016; ii) o Estatuto Social; e iii) o Contrato de Gestão da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater), garantindo transparência e adequação da nova agência às necessidades concretas do setor; e a realização do Diálogos Condraf – Seminário sobre Nova Ruralidade e Desenvolvimento Territorial.

Para 2016, as prioridades do Condraf são: i) finalizar o processo de reformulação do Conselho, de modo a tornar seu funcionamento mais ágil e efetivo; ii) desenvolver estratégias para ampliar o diálogo entre o Governo e a sociedade civil; iii) realizar a 2ª Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (2ª CNATER); iv) estreitar os laços com os Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável; v) rever o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PNDRSS), aprimorando seu formato e mecanismos de monitoramento; e vi) dar continuidade ao Diálogos Condraf, contribuindo para o estímulo a debates aprofundados e qualificados sobre temas escolhidos pelo pleno do Conselho como prioritários.

8. Desenvolvimento Regional

a) Política Nacional de Desenvolvimento Regional

Reduzir as desigualdades regionais é um dos objetivos fundamentais da Constituição Federal de 1988. A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) é expressão da prioridade efetiva do tema e vem sendo implementada e atualizada para que se possam obter resultados efetivos na questão regional.

No âmbito das estratégias de diálogo com os governos estaduais, encontra-se finalizada a elaboração do Plano de Desenvolvimento Estadual Sustentável de Rondônia, lançado em dezembro de 2015, na cidade de Porto Velho, que contou com a participação das autoridades do Estado, de membros da sociedade civil e do Governo Federal.

Para 2016, estão previstas as publicações dos Planos de Desenvolvimento para os Estados: AL, GO, MG, RS, SE, AP e MA. Encontra-se em fase de elaboração, desde o segundo semestre de 2015, o Plano de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável da Área de Abrangência do Projeto de Integração do rio São Francisco com bacias hidrográficas do Nordeste Setentrional (PDRS PISF), cujas publicações também estão previstas para 2016.

Em 2015, foi realizada cerimônia de agraciamento aos vencedores do "Prêmio Celso Furtado de Desenvolvimento Regional Edição 2014: Homenagem a Armando Dias Mendes". Para 2016, será lançada a quarta edição, em homenagem ao geógrafo Milton Santos, com imediata abertura das inscrições.

Foi lançado o segundo número da Revista Política e Planejamento Regional (RPPR), que traz importantes reflexões acadêmicas sobre o desenvolvimento regional, editada pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ), com patrocínio do Governo Federal, disponível no sítio eletrônico: http://www.revistappr.com.br. O terceiro número foi publicado em dezembro de 2015, enquanto que os números quatro e cinco estão previstos para 2016.

Em dezembro em 2015, foi formalizado o acordo de cooperação técnica entre três órgãos do Governo Federal (MI, ANA e Inmet) para implantar, em caráter definitivo, o sistema denominado Monitor de Secas do Nordeste (MSNE), o qual se constitui em instrumento de gestão proativa para acionar, de forma articulada, políticas públicas voltadas para a região do semiárido, seja nos momentos de estiagem, seja em períodos de normalidade climática. Para 2016, a previsão é dar continuidade e aprimorar o Sistema MSNE.

Lançado em 2013, o Observatório do Desenvolvimento Regional (ODR) (http://odr.mi.gov.br) foi concebido para monitorar, avaliar e garantir o controle social da PNDR e da dinâmica regional brasileira. Em 2015, por intermédio de acordo de cooperação técnica pactuado com a Universidade de Brasília (UnB), avançou-se na montagem de uma nova versão do Sistema, com o aprimoramento das funcionalidades, a atualização das bases de dados e a integração do ODR à Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais. A primeira versão desse novo Sistema está prevista para 2016.

Desde 2013, foram realizados cursos de capacitação sobre o ODR para atores-chave de instituições públicas e privadas de ensino, pesquisa e políticas públicas. Em 2015, foram capacitados 125 profissionais. Para 2016, serão adicionados novos indicadores ao sistema, além do aperfeiçoamento da ferramenta.

De 2014 a 2015, o Brasil conduziu a presidência da Rede Latino-Americana de Políticas Públicas para o Desenvolvimento Regional (Rede), lançada oficialmente em 2013, tendo coordenado e desenvolvido diversas atividades, dentre outras: i) a publicação, no sítio do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) de número especial do Boletim Regional, Urbano e Ambiental com diversos artigos de interesse dos países da América Latina; e ii) entendimentos com a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (MRE), com vistas à formalização de Projeto de Cooperação Internacional Trilateral como instrumento concreto de apoio do Brasil à Rede, todas em 2015. Em junho do mesmo, a presidência da Rede foi transferida ao México até 2017.

Em 2015, por meio das Rotas de Integração Nacional, estratégia de desenvolvimento regional e inclusão produtiva do Ministério da Integração Nacional (MI), foram aplicados R$ 61,1 milhões para o desenvolvimento de projetos nas rotas do cordeiro, mel, peixe e leite, além do fomento a projetos de aquisição de equipamentos e construção de infraestrutura, beneficiando diversas cadeias produtivas, em especial na faixa de fronteira.

A principal ação de fortalecimento da iniciativa das Rotas de Integração Nacional foi a conclusão do estudo "Sinalização de Setores Econômicos Estratégicos para fins de Inclusão Produtiva", de modo a subsidiar a seleção de Rotas de Integração Nacional sob uma perspectiva macrorregional, parceria entre o MI e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ/Redesist). Cada região do País foi alvo de estudo específico que subsidiará, nos próximos anos, uma pactuação para convergência de ações de inclusão produtiva junto aos Estados e demais órgãos de fomento, a partir da seleção das rotas prioritárias em todo o País.

O Programa Água para Todos, com o objetivo de promover a universalização do acesso à água em territórios rurais tanto para consumo humano quanto para a produção agrícola e alimentar, tem atendido as famílias que vivem em situação de pobreza e, especialmente, de extrema pobreza, com as seguintes tecnologias: i) cisternas de consumo, de placas ou de polietileno, à razão de uma por família; ii) sistemas coletivos de abastecimento e barreiros (pequenas barragens), para atendimento a comunidades; e iii) os kits de irrigação.

As ações do Programa, executadas pelo MI, alcançaram, em 2015, o atendimento a 73 mil famílias residentes em áreas rurais em situação de vulnerabilidade social com acesso precário à água, beneficiando aproximadamente 360 mil pessoas, principalmente no semiárido brasileiro. No âmbito do Programa como um todo, chega-se a uma cobertura de 97% dos Municípios dessa Região.

Em 2015, a execução do Programa pelo MI resultou na implantação de 42 mil cisternas para consumo humano, além da construção de 184 barreiros para acumulação de água, instalação de 164 poços tubulares, conclusão de 575 sistemas coletivos de abastecimento de água e distribuição de 1.274 kits de irrigação.

Já os recursos orçamentários disponibilizados para o Programa no ano de 2015, no valor de R$ 117 milhões, visaram à complementação de ações já em execução, correspondendo a 973 cisternas de consumo e 431 sistemas de abastecimento de água.

Prevê-se, para 2016, a disponibilização de mais R$ 268 milhões, o que permitirá a continuidade dos repasses previstos nos acordos e contratos existentes, complementando a aquisição e a instalação de cerca de mais 1,9 mil obras e equipamentos de acesso à água tanto para consumo humano quanto para a pequena produção agrícola e alimentar.

a.1) Aplicação dos Recursos dos Fundos Constitucionais

Até novembro de 2015, os Fundos Constitucionais de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), do Nordeste (FNE) e do Norte (FNO) aplicaram R$ 16,5 bilhões, nas três regiões, resultando na contratação de 535.481 operações.

Na região Nordeste, foram aplicados R$ 8,7 bilhões, tendo o setor rural absorvido 56,2% e o setor de comércio e serviços 27,2% desses recursos. Os empreendimentos de menor porte foram responsáveis pela contratação de 66,9% dos recursos aplicados nessa região. Na região Norte, por sua vez, foram aplicados R$ 3,1 bilhões, com destaque para os setores rural, com 75,3% dos recursos, e turismo, comércio e serviços, com participação de 24,9%. Já na região Centro-Oeste, foram aplicados R$ 4,6 bilhões, com primazia para o setor rural, que obteve 54,4% das aplicações do Fundo no período. Os segmentos de menor porte também foram destaque nas contratações do FCO, absorvendo 84,4% dos valores financiados.

Para 2016, estão previstos R$ 24,1 bilhões para aplicação pelos Fundos Constitucionais de Financiamento.

a.2) Aplicação dos Recursos dos Fundos de Desenvolvimento Regional

Com relação aos Fundos de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), do Nordeste (FDNE) e do Centro-Oeste (FDCO), para o ano de 2015, foi disponibilizado o orçamento de R$ 4,5 bilhões, sendo R$ 1,4 bilhão para a Amazônia, R$ 2 bilhões para o Nordeste e R$ 1,1 bilhão para a região Centro-Oeste.

No que concerne ao FDA, em 2015, foram desembolsados R$ 43,7 milhões relativos a operações já contratadas. Além disso, foram aprovadas duas consultas prévias, referentes à implantação de uma usina de etanol e à industrialização de sorgo e milho, para produção de álcool anidro e hidratado, farelo e óleo.

Quanto ao FDNE, no período de janeiro a dezembro de 2015, foram desembolsados R$ 778,8 milhões para atender a dez empresas, sendo R$ 763,5 milhões, para os projetos contratados e R$ 15,3 milhões referentes às despesas operacionais do Fundo. Foi aprovado, ainda, o financiamento de três projetos, com participação do Fundo no valor R$ 142,2 milhões. No mesmo ano, houve aprovação de 14 consultas prévias pela Sudene, cuja participação do FDNE totaliza R$ 2,4 bilhões.

No que se refere ao FDCO, em 2015, foram desembolsados R$ 43,9 milhões relativos à operação já contratada e encontra-se em fase de contratação financiamento aprovado no valor de R$ 544,8 milhões. As Consultas Prévias aprovadas em 2015, em fase de análise no agente operador, totalizam R$ 1,7 bilhão para atender a quatro empresas, cujos empreendimentos serão implantados nos Estados de Goiás, do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul.

Para 2016, prevê-se a destinação de R$ 4,5 bilhões, para atender aos Fundos de Desenvolvimento Regional.

a.3) Aplicação dos Recursos dos Fundos Fiscais de Investimento

No âmbito dos Fundos Fiscais de Investimentos, em 2015, o Fundo de Investimentos da Amazônia (Finam) contemplou dois projetos com a emissão do Certificado de Empreendimento Implantado (CEI), os quais contribuíram com cerca de 1.400 postos de trabalho diretos na região. Já o Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor) aplicou, no mesmo exercício, cerca de R$ 10,6 milhões em projeto de infraestrutura ferroviária.

a.4) Incentivos e Benefícios Fiscais

No decorrer de 2015, os empreendimentos considerados prioritários para o desenvolvimento regional, que se instalaram nas regiões Norte e Nordeste, foram beneficiados com os incentivos fiscais de redução de 75% do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ), reinvestimento de 30% do IRPJ, depreciação acelerada incentivada e isenção do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM).

No ano de 2015, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) emitiu laudos constitutivos para 126 empresas sediadas naquela região, para incentivar a implantação, a ampliação ou a diversificação de seus projetos mediante redução do IRPJ. Considerando, também, as outras modalidades de incentivos, a Sudam concedeu 151 incentivos fiscais para 90 empresas distintas, gerando ou mantendo 45 mil empregos.

Por sua vez, no período de janeiro a dezembro de 2015, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) aprovou 346 pleitos de incentivos fiscais, distribuídos da seguinte maneira: i) 229 pedidos de redução de 75% do imposto de renda; ii) 59 de isenção do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM); e iii) 55 processos de reinvestimento de 30% do IRPJ, além de três pleitos de depreciação incentivada acelerada. Um aumento de 6,8% em relação ao mesmo período do ano anterior, quando foram aprovados 324 pleitos de incentivos fiscais.

Esses benefícios foram concedidos a empresas que, como contrapartida, investiram na região recursos da ordem de R$ 21,1 bilhões, seja por conta da implantação de novos empreendimentos (foram 118 unidades implantadas com investimentos de R$ 9,7 bilhões); seja pela modernização de 175 unidades, com investimentos de R$ 10,8 bilhões); seja pela ampliação de 13 empreendimentos, com investimentos de R$ 472,7 milhões ou pela diversificação de 12 linhas de produção, com investimentos de R$ 301,5 milhões. Esses empreendimentos foram responsáveis pela criação ou manutenção de 178.330 empregos, desses, 122.689 diretos e 55.641 indiretos.

b) Segurança Hídrica e Obras Estruturantes para Abastecimento de Água.

Em 2015, foram aplicados R$ 847,83 milhões para execução de empreendimentos que objetivam ampliar a oferta de água e induzir o desenvolvimento econômico regional. Tais empreendimentos integram o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC Recursos Hídricos). Esses recursos permitiram dar continuidade à implantação de várias obras, dentre as quais destacam-se:

i) as nove adutoras emergenciais do Ceará; ii) a construção do Canal do Sertão Alagoano/AL; iii) a implantação das adutoras do Agreste/PE e Pajeú/PE; iv) a construção do canal adutor das Vertentes Litorâneas/PB; v) a implantação do Cinturão das Águas/CE; e vi) a execução das barragens Atalaia/PI, Ingazeira/PE e Oiticica/RN.

Para 2016, estão previstos R$ 403,89 milhões para o Programa Recursos Hídricos, com vistas a iniciar as Barragens Fronteiras/CE e Congonhas/MG, dar continuidade aos empreendimentos, bem como concluir os estudos do Sistema Adutor da Borborema/PB e ambientais da Barragem Congonhas/MG.

No tocante ao Projeto de Integração do rio São Francisco (PISF), foram aplicados R$ 1,76 bilhão nas obras destinadas à execução dos Eixos Norte e Leste, atingindo 82,7% de execução do empreendimento. Encontram-se concluídos, no Eixo Norte, os segmentos de canais a partir da captação no rio São Francisco até o reservatório Negreiros, a 1ª estação de bombeamento, os reservatórios Tucutú, Terra Nova, Serra do Livramento, Mangueira, Morros, Boa Vista e Caiçara, os aquedutos Logradouro, Saco da Serra, Mari, Terra Nova, Salgueiro, Pinga e Catingueira e também o túnel Cuncas II.

Já no Eixo Leste, foram concluídos os segmentos de canais da captação até o reservatório Mandantes, a 1ª e a 2ª estações de bombeamento, os reservatórios Areias, Braúnas, Mandantes, Muquém, Cacimba Nova, Bagres e Barro Branco, além dos aquedutos sobre a BR-316, Branco e Barreiros.

Conforme o planejamento, os trechos da obra estão sendo concluídos considerando o caminho das águas. Dessa forma, estão previstas entregas parciais. Este é o caso da Meta 1 Leste, que entrou em funcionamento em 2014, com 6,25 milhões de m^3 e do trecho subsequente, com a entrada em operação da 2ª estação de bombeamento do Eixo Leste em 2015, permitindo o enchimento até o reservatório Mandantes.

No mês de agosto de 2015, no Município de Cabrobó/PE, foram iniciados os testes de bombeamento na 1ª estação de bombeamento do Eixo Norte, EBI-1, garantindo água nos primeiros 45 km até o reservatório Terra Nova, passando por segmentos de canal, reservatório Tucutú e quatro aquedutos.

Com recursos no valor de R$ 9,26 milhões, foram concluídos os projetos básicos de recuperação e atualização das seguintes barragens do Sistema de integração do São Francisco: Castanhão, Quixabinha, Lima Campos, Banabuiu, Orós e Prazeres, no Estado do Ceará; Santa Cruz, no Rio Grande do Norte; Porções e Boqueirão, na Paraíba; e Entremontes, em Pernambuco. Para 2016, espera-se concluir os estudos e os projetos para recuperação de açudes do Sistema PISF.

Em 2015, foram aplicados, no PISF, 14,51 milhões referentes a ações voltadas à pré-operação do Projeto, com especial destaque para o acompanhamento do comissionamento das instalações (teste integrado), elaboração do modelo de gestão e garantia de fornecimento de energia elétrica para a realização dos testes das estações de bombeamento, encontrando-se em andamento a licitação para aquisição de energia para atendimento do Projeto até 2016.

O Modelo de Gestão do PISF está sendo construído para atender aos requisitos de uso racional dos recursos hídricos e à sustentabilidade econômica, ambiental e operacional, de forma a assegurar a disponibilização da água aduzida em toda a região de integração. Os instrumentos de planejamento disciplinarão questões críticas, tais como: i) repartição das vazões e rateio de custos; ii) preços a serem praticados; iii) mecanismos de pagamento e garantias de ressarcimento à operadora em caso de inadimplência; iv) sistemática de alocação da vazão não contratada; v) metas a serem cumpridas e respectivos incentivos; e vi) penalidades e programas que induzam ao uso eficiente e racional dos recursos hídricos disponibilizados e que potencializem o desenvolvimento econômico e social da região beneficiada.

Em 2015, foram investidos R$ 123,42 milhões no âmbito do PAC Prevenção - Seca em ações operacionalizadas pela Caixa, ressaltando-se o início da implantação do sistema de abastecimento de água de Santa Cruz da Baixa Verde/PE, da Barragem Germinal e da Adutora de Palmácia/CE, da Barragem Baraúnas/BA; e a construção da Barragem Amarelas, da Adutora de Fortim/CE, do Sistema Adutor de Olho d'água do Casado/AL e do Sistema Integrado de Abastecimento de Água (SIAA) de Boquira/Zabumbão/BA. Foram concluídas a ampliação do Sistema Integrado Sertaneja/SE, a implantação da Subadutora do SAA Governador Dixsept Rosado/RN e a implantação do SIAA Pocinhos/PB.

Na área de atuação da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), foram aplicados R$ 40,64 milhões com vistas a dar continuidade à implantação de obras estruturantes para o abastecimento de água, destacando-se: i) a 2ª etapa da Adutora de Guanambi/BA; ii) o Sistema Integrado de Abastecimento de Água de Campo Alegre de Lourdes (SIAA); e iii) a Barragem Tinguis/PI e as Adutoras de Massapê do Piauí/PI, Queimada Nova/PI e Dirceu Arcoverde/PI.

Para 2016, está previsto o início da substituição de trecho da Adutora de Amaraji/PE e a implantação do Sistema Adutor Umari Campo Grande/RN, das Adutoras Rio Choro/CE, Juca/CE, Poço da Pedra/CE e Angicos/CE e das barragens Melancias/CE, Frecheirinha/CE e Juca/CE. Também está prevista a conclusão do Sistema Integrado de Abastecimento de Água de Campo Alegre de Lourdes (SIAA), das adutoras de Massapê do Piauí/PI e de Lagoa do Barro/PI e da 2ª etapa da Adutora de Guanambi/BA – Trecho Caetité-Maniaçu.

No âmbito da Irrigação, em 2015, avançou-se na regulamentação da Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013, que trata da Política Nacional de Irrigação, com a conclusão da minuta de decreto que trará importantes contribuições para a evolução da agricultura irrigada no Brasil.

Em 16 de dezembro de 2015, foi realizado o Seminário Plano Nacional de Irrigação, com a participação de representantes de organizações de irrigantes e de empresas do setor, organizações internacionais, agentes financeiros, especialistas e consultores, governos estaduais e ministérios. O evento suscitou o interesse dos entes federados na elaboração dos Planos Diretores Estaduais de Irrigação e a concentração dos esforços na articulação com os agentes privados e públicos, bem como na promoção da expansão orientada e sustentável para permitir a construção do planejamento necessário para a expansão da agricultura irrigada no País.

Em 2015, foi contratado o Plano Estadual de Agricultura Irrigada do Distrito Federal e já se encontram em construção os Planos Estaduais de Agricultura Irrigada dos seguintes Estados: CE, MA, MT, PR e PI.

Também em 2015, no âmbito do Interáguas, iniciou-se o processo de licitação para contratação do Programa de Capacitação Água no Meio Rural. Para 2016, pretende-se a implementação da capacitação, concluindo-se a proposta do Programa de Capacitação no tema "Água no Meio Rural", o início da elaboração do Plano Nacional de Irrigação e a continuidade à construção e ao funcionamento do Sistema Nacional de Informações sobre Irrigação.

No decorrer do ano de 2015, as ações de implantação, reabilitação e modernização das infraestruturas de uso comum, serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), operação e manutenção dos projetos de irrigação receberam investimentos na ordem de R$ 162 milhões.

Visando identificar novas áreas com potencial de ampliação da agricultura irrigada, foram liquidados R$ 6,09 milhões do PAC na elaboração de estudos de viabilidade técnica, ambiental e econômica dos projetos Iuiú e Mucambo-Cuscuzeiro, no Estado da Bahia e do Projeto Eixo Norte - Trecho VI, no Estado de Pernambuco.

Para viabilizar a produção nos projetos públicos de irrigação existentes, prosseguiu-se à implantação da 1ª etapa das obras das infraestruturas de uso comum no Estado do Rio Grande do Norte (Santa Cruz do Apodi) e da 2ª etapa nos Estados do Ceará (Araras Norte e Baixo Acaraú), no Piauí (Platôs de Guadalupe, Tabuleiros Litorâneos, Marrecas-Jenipapo), na Bahia (Baixio de Irecê e Salitre), em Pernambuco (Pontal) e em Sergipe (Jacaré-Curituba).

Nas áreas já implantadas, a estratégia adotada foi a de promover a modernização e a revitalização das infraestruturas de irrigação de uso comum, com avanços nesses aspectos nos Estados da Bahia (Curaçá, Formoso, Maniçoba, Mirorós), de Pernambuco (Bebedouro e Nilo Coelho) e de Minas Gerais (Gorutuba e Jaíba – 1ª etapa).

Foram investidos R$ 18,5 milhões em ações de execução de serviços de operação, manutenção e recuperação das infraestruturas de uso comum e organização dos produtores nos projetos públicos de irrigação de interesse social nos Estados de Sergipe (Cotinguiba-Pindoba, Betume, Propriá), Bahia (Estreito) e Alagoas (Boacica e Itiúba), para garantir sua gestão operacional e fomentar a inserção produtiva e social de 2.523 pequenos produtores rurais. A prestação de serviços de Ater foi contemplada com investimentos de R$ 3,02 milhões, beneficiando 7.933 irrigantes em projetos de irrigação localizados nos Estados de AL, BA, MG, PE e PB.

Objetivando concluir a implantação das etapas necessárias à viabilização da produção dos projetos públicos de irrigação existentes, deu-se prosseguimento à implantação das obras das infraestruturas de uso comum da Etapa II dos projetos de irrigação Baixio de Irecê e Salitre/BA, Pontal/PE, Marrecas-Jenipapo/PI e Jacaré-Curituba/SE, mediante aplicação de R$ 61,67 milhões.

Em 2016, há a expectativa de serem realizadas ações prioritárias, tais como: i) elaboração dos Estudos de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/Rima) dos canais de irrigação das barragens Jaguari/RS e Taquarembó/RS; ii) readequação dos estudos e projetos existentes da Barragem São Sepé/RS; iii) revitalização das infraestruturas do Projeto de Irrigação Rio Formoso do Araguaia/TO; iv) licitação das obras do Projeto Público de Irrigação Passarão/RR; v) conclusão das obras do Projeto de Irrigação Araras Norte/CE – 2ª Etapa; e vi) ocupação da 1ª Etapa do Baixio de Irecê, com 5.308 hectares.

No processo da transferência de gestão dos projetos públicos de irrigação, em que se busca atingir a autossustentação econômica das atividades de administração, operação e manutenção das infraestruturas de irrigação de uso comum, foram impulsionadas ações voltadas à regularização ambiental e fundiária, a exemplo do avanço das inscrições no Cadastro Ambiental Rural (CAR) nos projetos Baixo Acaraú/CE, Tabuleiros de Russas/CE, Betume/SE, Propriá/SE e Cotinguiba-Pindoba/SE. Destaca-se, em 2015, o avanço obtido pelo Projeto Várzeas de Sousa, no Estado da Paraíba, que deu início à fase de Cogestão, mediante celebração de contrato de delegação com a organização de irrigantes para a realização das atividades de administração, operação e manutenção das infraestruturas anteriormente mencionadas, obtendo elevados índices de participação financeira dos associados na sustentação do Projeto.

Em 2016, pretende-se avançar na regularização ambiental e fundiária, concluindo-se a inscrição de todos os projetos públicos no CAR e iniciar a elaboração dos planos de emancipação dos projetos que apresentam melhores condições para o efetivo alcance da sustentabilidade econômica e administrativa, com vistas à transferência da gestão desses projetos para as organizações de irrigantes.

No que se refere à regularização fundiária de Perímetros Públicos de Irrigação, foram concluídos os serviços de georreferenciamento do Perímetro Irrigado de Betume e encontra-se em andamento a regularização das áreas dos Perímetros de Irrigação de Propriá e Cotinguiba-Pindoba, no Estado de Sergipe. Também se encontram em execução os serviços de georreferenciamento e elaboração do cadastro físico e socioeconômico, visando à implantação das Etapas 3, 4, 5 e Área de Reserva Legal do Projeto

Salitre, no Estado da Bahia. Destaca-se, ainda, a realização do Cadastro Ambiental Rural (CAR) de 22 imóveis, sendo dois Projetos Públicos de Irrigação (Baixo Acaraú e Tabuleiros de Russas).

b.1) Programa de Desenvolvimento do Setor Água

O Programa de Desenvolvimento do Setor Água (Interáguas) tem por objetivo contribuir para o fortalecimento da capacidade de planejamento e gestão no setor água, especialmente nas regiões menos desenvolvidas do País. Iniciado em 2012, por intermédio de um acordo de empréstimo firmado com o Banco Mundial, o programa propõe a integração de políticas do setor água nas áreas de gestão de recursos hídricos, infraestrutura hídrica, irrigação, defesa civil, desenvolvimento regional e saneamento básico, envolvendo os Ministérios da Integração Nacional, Cidades e do Meio Ambiente.

O valor total do acordo é de US$ 143,11 milhões, sendo US$ 107,33 milhões de empréstimo e US$ 35,78 milhões de contrapartida nacional. O Programa se encontra na fase de Revisão de Meio Termo (RMT), sendo objeto de análise por parte dos órgãos federais competentes, com vistas a sua prorrogação até outubro de 2018.

No âmbito do MI, destacam-se as atividades relacionadas à contratação de serviços de consultoria para atender às seguintes ações: i) Plano Nacional de Segurança Hídrica (PNSH); ii) Plano de Ações Estratégicas para Reabilitação da Segurança de Barragens da União (Planerb); iii) Plano Diretor de Irrigação do Distrito Federal; iv) Atualização dos Manuais Técnicos para atender ao Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil; e v) Programa de Capacitação no Tema Água no Meio Rural.

O PNSH, uma parceria entre o MI e a Agência Nacional de Águas (ANA), tem previsão de conclusão em 2016. O Plano objetiva a definição das principais intervenções estruturantes do País (Barragens, Sistemas Adutores, Canais e Eixos de Integração), de natureza estratégica e relevância regional, necessárias para garantir a oferta de água para o abastecimento urbano e para o uso de atividades produtivas e reduzir os riscos associados aos eventos críticos de secas e cheias. Do valor total do contrato de R$ 5,49 milhões, foram liquidados, em 2015, R$ 848,9 mil.

No final de 2015, foram contratados o Planerb, o Plano Diretor de Irrigação do Distrito Federal e a atualização dos manuais técnicos para atender ao Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil. Para 2016, espera-se concluir o processo de contratação do Programa de Capacitação no Tema Água no Meio Rural.

Estão previstos, ainda para 2016, avanços na execução do Interáguas com a conclusão da elaboração dos termos de referência e o início dos processos de licitação para contratação de serviços de consultoria relacionados às seguintes ações: i) Carteira de Projetos Básicos, Executivos e Estudos de Viabilidade de soluções apontadas no PNSH; ii) Estudos Complementares ao Planerb para adequação das barragens da União à Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010; iv) Tabela Referencial de Parametrização de Custos de Obras Hídricas; v) Guia para Elaboração de Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental e Anteprojetos de Engenharia (EVTEA); vi) Planos Nacional e Estaduais de Irrigação; vii) Manuais de Irrigação; viii) Elaboração da Política Nacional de Secas; ix) Abastecimento Rural; e x) Avaliação do Programa Água para Todos e Água do Entorno de Grandes Obras Hídricas.

Dentre as ações do Interáguas executadas pelo MMA em 2015, destaca-se a conclusão de dois importantes estudos: a elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos de Goiás e a elaboração das Cartas de Águas Subterrâneas do Estado do Paraná.

Foram ainda finalizadas duas importantes atividades relacionadas à capacitação de servidores no planejamento e no gerenciamento de aquisições, segundo as regras do Banco Mundial, bem como o desenvolvimento de ferramentas visando à melhoria do gerenciamento do Interáguas.

Para janeiro de 2016, está prevista a assinatura de contrato de consultoria responsável pela atualização e pela complementação do diagnóstico do macrozoneamento ecológico-econômico da bacia hidrográfica do rio São Francisco, atividade que tem duração prevista até meados do referido ano.

Outras duas consultorias se encontram em fase final para fins de lançamento de Editais: i) elaboração de documentos técnicos para subsidiar o processo de revisão do Plano Nacional de Resíduos Sólidos; e ii) elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos do Pará.

c) Gestão de Riscos e Respostas a Desastres

Em 2015, as ações de prevenção e resposta a desastres foram marcadas pelo fortalecimento das relações institucionais tanto no nível intragovernamental quanto entre os entes federativos, pelo avanço dos mapeamentos de áreas de risco e das localidades monitoradas para emissão de alertas e pela continuidade das intervenções estruturais preventivas. Na parte de resposta, com a permanência da seca no Nordeste, destaca-se a Operação Carro-Pipa.

Nesse ano, destacam-se, entre os desastres naturais, os tornados que atingiram Xanxerê, Ponte Serrada e Passos Maia, os deslizamentos em áreas de risco da cidade de Salvador, as enchentes na região Sul, as cheias nos rios Acre e Negro, as enchentes na região Sul e as secas no Nordeste e no Sudeste. O rio Acre, em Rio Branco/AC, alcançou 18,4 metros, patamar inédito; já o rio Negro, em Manaus/AM, chegou a marca de 29,6m, a 4ª maior cheia da história registrada, apenas 0,3m abaixo da maior cheia em 2012 (29,9 m). Em Porto Alegre/RS, o rio Guaíba atingiu o maior nível desde 1941 e para evitar um alagamento da cidade todas as comportas do muro do Cais Mauá foram fechadas pela primeira vez. Em todos esses eventos, o Governo Federal atuou diretamente e também apoiando Estados e Municípios em ações de prevenção, monitoramento e resposta aos desastres.

Em 2015, as ações de proteção e defesa civil passaram a contar com nova versão do Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2ID). Essa ferramenta informatiza todo o processo de solicitação de reconhecimento de situação de emergência ou estado de calamidade pública, garantindo maior agilidade. Atualmente, os 26 Estados e mais de três mil Municípios possuem cadastro no S2ID.

Para 2016, o Sistema Nacional de Proteção e Defesa será fortalecido com a inclusão no S2ID dos processos de resposta e reconstrução. Também será incluído no S2ID a gestão do Cartão de Pagamento de Defesa Civil (CPDC), que possui adesão de 2.219 Municípios. Desde a sua criação, em 2011, até 2015, o CPDC transferiu recursos para 21 governos estaduais e 303 Municípios, totalizando R$ 975 milhões.

Cursos de capacitação em Defesa Civil foram desenvolvidos em 2015 em parceria com Estados e Municípios, com foco na prevenção e na preparação para enfrentamento a desastres naturais. Foram capacitados 3.132 colaboradores nos cursos de "Orientações Básicas para Solicitação de Apoio Federal Complementar em Situações de Desastre", "Primeira Resposta para Emergências com Produtos Perigosos (REPP)" e 'Gestão de Riscos'.

Também foi prestado apoio à assistência de populações atingidas por desastres naturais nos Estados do AC, BA, ES, PR, RO, RS, SC e MG. Em São Paulo, como decorrência de explosão e incêndio em depósitos de combustíveis, houve apoio para extinção do incêndio e com equipes de defesa química, bacteriológica, radioativa e nuclear.

Por meio do Projeto de Mapeamento de Riscos de Inundação e Deslizamento, focado na análise da vulnerabilidade, e do Plano de Intervenções, foram mapeados, em 2015, 256 Municípios em situação crítica a desastres naturais. Para essas áreas mapeadas, foi incluído no S2ID o módulo Plancon para auxiliar os entes na elaboração dos planos de contingência.

Tendo em vista a identificação de áreas de risco, continuam em andamento atividades de mapeamento e estudos geológicos nas áreas urbanas em Municípios considerados críticos, com foco naqueles recorrentemente afetados por inundações, enxurradas e deslizamentos. Até 2015, esses estudos foram concluídos para 1.404 Municípios, com mapeamento de setores de risco e de suscetibilidade a deslizamentos e inundações, e fazem parte do Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres (PNGRRD), que visa contribuir para a redução de riscos decorrentes de desastres naturais e para o planejamento adequado do uso e ocupação do solo. Para 2016, está previsto o mapeamento de mais 180 Municípios.

O rompimento da barragem do Fundão, mantida pela mineradora Samarco no distrito de Bento Rodrigues, em Mariana/MG, levou o Governo Federal a implementar uma série de ações para reduzir o impacto da tragédia ambiental na vida das pessoas afetadas.

As seguintes ações merecem destaque: i) atendimento emergencial no socorro e nas buscas por desaparecidos; ii) antecipação do Bolsa Família as mais de 3,6 mil famílias de Mariana inscritas; iii) reconhecimento de emergência, necessário para facilitar o auxílio da União em procedimentos como aquisição e distribuição de alimentos e realização de obras emergenciais; iv) liberação do saque de até R$ 6.220 do saldo acumulado no FGTS às vítimas do rompimento da barragem; v) medidas para garantir água para consumo em todas as cidades impactadas pela lama com rejeitos; vi) monitoramento especial do rio Doce para acompanhar a evolução da qualidade da água; vii) aplicação de multas ao empreendedor, que totalizam mais de R$ 250 milhões; viii) criação do Comitê de Gestão e Avaliação de Respostas ao desastre ocorrido nas barragens do Fundão e de Santarém, no Município de Mariana; ix) diálogo com os governos mineiro e capixaba para definir um plano conjunto de recuperação da bacia hidrográfica do rio Doce; x) antecipação do início da operação 24 horas de monitoramento contínuo do Sistema de Alerta da Bacia do rio Doce, que abrange diversos Municípios do leste de Minas Gerais e do Espírito Santo; xi) liberação de R$ 9 milhões para o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) contratar técnicos e auditores para aumentar a fiscalização dos empreendimentos minerários em Minas Gerais; xii) expedição das carteiras de trabalho para as pessoas atingidas pelo rompimento da barragem; xiii) ações de emergência para proteger a fauna da região afetada pela catástrofe, incluindo a retirada de ovos de tartaruga de locais ameaçados na costa capixaba e a captura e transporte de matrizes de peixes também ameaçados; e xiv) autorização do uso de máquinas e equipamentos doados pelo PAC para auxiliar as ações de socorro, assistência às vítimas e reestabelecimento de serviços sociais.

Foram, ainda, disponibilizados pelo Exército Brasileiro helicópteros para transporte, busca e resgate de pessoas, e postos para apoio ao abastecimento e à distribuição de água para a população atingida. A Marinha deslocou diversos meios para o litoral capixaba, como o Navio de Pesquisa Hidroceanográfico Vital de Oliveira, a fim de orientar a população a realizar a coleta e a análise da água e monitorar a poluição.

Foram realizadas, ainda, pesquisas batimétricas para verificar se a lama depositada no fundo marinho poderia ter alterado a profundidade local, com impactos para a navegação. Os meios disponibilizados pelas Forças Armadas foram: uma Fragata, um rebocador, um navio de pesquisa, três helicópteros, 38 viaturas e 375 militares.

Os investimentos relacionados à prevenção de riscos de deslizamentos de encostas em áreas urbanas totalizaram, até o ano de 2015, 137 empreendimentos do PAC, no valor de R$ 2,27 bilhões, envolvendo a execução de projetos e obras de contenção de encostas, bem como a elaboração de planos de redução de riscos. Já foram iniciados 132 empreendimentos, o que representa 96% da quantidade de operações e 90% em recursos financeiros contratados, sendo que 36 desses já foram concluídos.

As ações de manejo de águas pluviais e drenagem urbana totalizam 407 empreendimentos contratados, no valor de R$ 15,8 bilhões, dos quais 121 já foram concluídos, no valor de R$ 2 bilhões, sendo 18 em 2015, no valor de R$ 344,1 milhões.

Quanto às ações de manejo de águas pluviais e drenagem urbana, há, atualmente, 407 empreendimentos contratados, no valor total de R$ 15,2 bilhões, dos quais 124 já foram concluídos, no valor de R$ 2,1 bilhões, sendo 24 em 2015, no valor de R$ 454,6 milhões.

Outras ações de prevenção foram objeto de articulação entre diversos órgãos federais para evitar inundações. Foram aplicados, em 2015, R$ 52 milhões em intervenções estruturais, dentre as quais destacam-se a obra de contenção de erosão do Município de Icapuí/CE e as barragens de Igarapeba beneficiando os Municípios de Maraial, Jaqueira, Palmares, Água Preta, Barreiros e Catende/PE e o Oeste e o Sul do Estado de Santa Catarina. Para continuidade desses empreendimentos e de outros empreendimentos relacionados à prevenção, estão previstos, para 2016, investimentos no valor de R$ 108,7 milhões.

No âmbito da carteira do PAC Prevenção de Áreas de Risco, os esforços do Governo Federal em 2016 continuarão sendo direcionados para a execução e a conclusão dos empreendimentos já contratados.

Com o objetivo de desenvolver, testar e implementar um sistema de previsão de ocorrência de desastres naturais em áreas suscetíveis de todo o Brasil, o Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais (Cemaden) monitora 957 Municípios, tendo enviado mais de quatro mil alertas de desastres naturais.

Em 2015, o Cemaden expandiu sua rede de monitoramento com a instalação de cerca de seis mil sensores em todas as regiões do Brasil, sendo mais de 3,6 mil pluviômetros, dos quais 2.619 são pluviômetros automáticos, que permitem o monitoramento das áreas de risco em tempo real, e 1.064 pluviômetros semiautomáticos.

Além dos pluviômetros, a rede conta com: i) nove radares meteorológicos; ii) 114 plataformas de coletas de dados hidrológicos para monitoramento de bacias hidrográficas de respostas rápidas; iii) 500 plataformas para monitoramento de chuvas e água no solo; e iv) 94 plataformas de coletas de dados agrometeorológicos para monitoramento do semiárido brasileiro.

Também, em 2015, iniciou-se a instalação de estações totais robotizadas (ETRs), equipamentos que detectam movimentações em encostas de morros, permitindo a melhoria do sistema de monitoramento e alertas para áreas de alto risco suscetíveis a deslizamentos. Até dezembro, já foram instaladas as ETRs nos Municípios de Mauá/SP, Santos/SP, Blumenau/SC e Petrópolis/RJ. Em 2016, mais cinco ETRs serão instaladas nas cidades de Nova Friburgo/RJ, Teresópolis/RJ, Angra dos Reis/RJ, Recife/PE e Salvador/BA. Essas nove cidades, somadas a Campos do Jordão/SP, totalizarão dez cidades com áreas de alto risco de deslizamentos monitoradas pelo Cemaden. Será complementada, também, em 2016, a instalação dos demais equipamentos, incluindo-se 405 pluviômetros em 318 Municípios, 150 equipamentos para monitoramento hidrológico em 150 Municípios e 135 equipamentos para monitoramento de chuvas e água no solo nos nove Municípios do País monitorados com ETRs.

Foram oferecidos dezenas de cursos de capacitação comunitária para a operação dos pluviômetros semiautomáticos, com a participação, desde 2013, de 802 pessoas em 234 Municípios. O Cemaden monitora 957 Municípios e já enviou mais de quatro mil alertas de desastres naturais.

Fortalecendo as ações de alerta de desastre, em 2015, três novos sistemas de alerta hidrológico foram concluídos, beneficiando 11 Municípios. Para 2016, prevê-se a implantação de outro sistema. Ademais, houve ampliação das ações do Centro de Monitoramento Hidroclimatológico da Amazônia, com destaque para Bacabal e Grajaú, no Estado do Maranhão, inseridos na bacia do rio Mearim, no qual os prognósticos hidroclimáticos elaborados são transformados em Boletins de Alerta para subsidiar o planejamento de ações e as tomadas de decisões

Em relação aos instrumentos de planejamento territorial para prevenção de desastres naturais, que subsidiam o planejamento urbano, em 2015 foi iniciada a elaboração de dez cartas geotécnicas de aptidão à urbanização que, somadas àquelas iniciadas em 2013, totalizam 48 cartas geotécnicas em execução. É importante destacar que 18 já estão concluídas. Quanto ao planejamento

da expansão urbana, construiu-se, em 2015, em parceria com o governo do Japão, metodologia para planejamento da expansão voltada à gestão de risco. A partir de 2016, o Ministério das Cidades passará a apoiar os Municípios na implementação dessa metodologia de prevenção de riscos.

O Sistema de Monitoramento da Ocupação Urbana (Simou) é uma ferramenta que tem como objetivo fornecer aos Municípios um instrumental para apoiar a gestão da ocupação urbana em áreas de risco e suscetibilidade ou de fragilidade ambiental, com vistas à redução de perdas e danos decorrentes de desastres naturais. Encontra-se em processo de construção uma metodologia de análise de dados e imagens sobre a ocupação urbana nos Municípios, bem como alocação de recursos humanos especializados e capacitação de técnicos para operação Simou.

Para sua implementação encontra-se em estruturação no Ministério das Cidades, o Laboratório de Análises Urbanas (Lacau), com a viabilização de espaço físico e aquisição de *softwares* de geoprocessamento e sensoriamento e de *hardwares* para processamento dos dados e informações de ocupação urbana em áreas de suscetibilidade, possibilitando, assim, a geração de informações territoriais para que os Municípios do cadastro de risco possam gerir processos de crescimento urbano seguro. A perspectiva é que, em 2016, seja continuada sua estruturação para que o mesmo possa entrar em operação.

Devido à necessidade de ações céleres e efetivas para atender à população afetada em situações de desastre, o Governo Federal disponibiliza Atas de Registro de Preços, para aquisição de kits emergenciais agrupados dos materiais e dos insumos mais frequentemente demandados para assistência aos desabrigados e desalojados. Em 2015, foram atendidas 250.539 pessoas nos Estados do AC, AM, BA, MS, PR e RS, totalizando recursos no valor de R$ 11 milhões.

Também em 2015, um conjunto de 25 entes federados receberam recursos do Serviço de Proteção Social em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências, que realiza trabalho social com indivíduos e famílias afetados por desastres, em complementaridade às ações de defesa e proteção civil, com provisão de atendimento psicossocial, apoio à manutenção de abrigos emergenciais e demais provisões necessárias à oferta do Serviço, possibilitando o acolhimento de 25.450 pessoas em abrigos temporários. Também foram distribuídos 106 kits de medicamentos e insumos, totalizando 21,2 toneladas para atendimento de cerca de 159 mil pessoas atingidas por desastres de origem natural associados a chuvas e ventos.

Para garantir a efetividade do atendimento à população de Municípios assolados pela seca, no âmbito da Operação Carro-Pipa, o Governo Federal mantém contrato para rastreamento em tempo real dos veículos. Assim, é possível ter conhecimento de onde está sendo coletada a água e onde está sendo entregue. O gasto médio mensal da Operação Carro-Pipa é de R$ 83 milhões. Atualmente, 6.993 carros-pipa estão em operação nos Estados e, desses, 6.895 estão sendo monitorados.

9. Meio Ambiente para o Desenvolvimento Sustentável

O Brasil, na última década, demonstrou sua capacidade para combater o desmatamento de suas florestas, ao reduzir sistematicamente as taxas de desmatamento e, consequentemente, as emissões de gases de efeito estufa (GEE) delas decorrentes, alcançando meta inferior à estabelecida para 2020 e oferecendo a maior contribuição nacional para esse objetivo global.

Apesar das melhorias, ainda persistem desafios a serem enfrentados por meio de ações de governança e gestão ambiental. Nesse contexto, o Governo prosseguiu, em 2015, com a implementação de ações voltadas para à redução do desmatamento, à conservação e ao uso sustentável da biodiversidade, à melhoria da qualidade ambiental e ao fortalecimento da gestão de recursos hídricos.

a) Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas

a.1) Bioma Amazônia

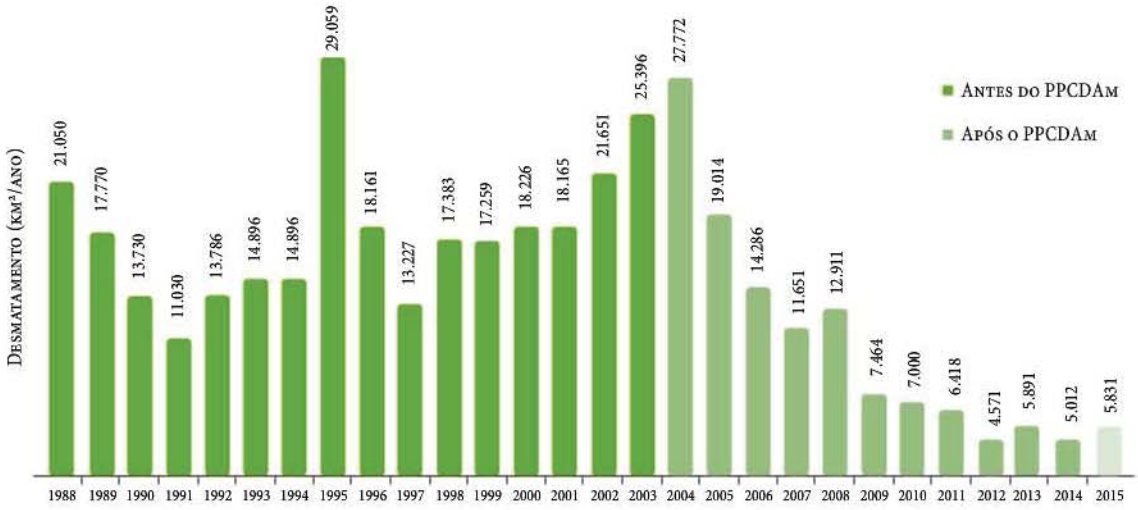
A Amazônia foi o primeiro bioma brasileiro a apresentar dados oficiais de monitoramento do desmatamento, a partir de 1988. Os principais sistemas em operação são o Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal (Prodes), o Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real (Deter) e o Sistema de Mapeamento da Degradação Florestal na Amazônia Brasileira (Degrad). Todos esses sistemas são operados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

Com inovação no uso de imagens para detecção do desflorestamento na Amazônia, em 2015, foi desenvolvida nova versão do Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real (Deter B), que opera com imagens da classe do sensor AWiFS a bordo do satélite indiano Resource Sat 2. O diferencial desse novo sistema é permitir o mapeamento de desmatamentos maiores que 6,5 hectares (frente aos 25 hectares do sistema atual) e distingui-los entre corte raso e degradação florestal.

Outro destaque de 2015, no âmbito do combate ao desmatamento, foi a renovação da Câmara Técnica de Destinação e Regularização de Terras Públicas na Amazônia Legal. Criada em 2013 com o objetivo de analisar e definir a melhor destinação e gestão de 56 milhões de hectares de terras públicas federais sem destinação, a Câmara já analisou, até o final de 2015, cerca de 49 milhões de hectares, o que corresponde a 82% do passivo total. Esse trabalho contribui para a regularização fundiária de propriedades particulares, de assentamentos, das unidades de conservação e de terras indígenas, além de facilitar o planejamento da infraestrutura no âmbito da União e dos Estados. Uma parte desse volume, cerca de seis milhões de hectares, deve ser utilizada para a criação de unidades de conservação federal e concessão florestal para atividades de manejo sustentável. Outra grande parte, cerca de 24 milhões de hectares, deverá servir à reforma agrária e à regularização fundiária de particulares. A destinação das terras restantes ainda será definida.

Ressalta-se que a taxa anual de desmatamento na Amazônia Legal, em 2014, foi aferida em 5.012 km². Em 2015, o resultado preliminar calculado pelo Inpe foi de 5.831 km², apontando um aumento de 16% em relação ao ano anterior. Até o momento, o Brasil já reduziu em cerca de 70% o desmatamento na Amazônia, em relação à média de 19.625 km² observada entre os anos de 1996 e 2005, estando próximo de atingir os compromissos assumidos na Conferência de Copenhague, em 2009, e na Política Nacional de Mudança do Clima (80% de redução até 2020).

Taxa de desflorestamento (corte raso) na Amazônia Legal (km²)



Fonte: ProdesS/Inpe/MCTI – 2015.

A estratégia de combate ao desmatamento, em 2015, contou com operações de fiscalização ambiental realizadas pelo Ibama, em conjunto com a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal e a Força Nacional de Segurança. Essas operações permitiram a desarticulação de quadrilhas do crime organizado que atuam no desmatamento da Amazônia, a exemplo da Operação Malha Verde, nos Estados do Mato Grosso, do Mato Grosso do Sul e do Amapá. Operações semelhantes ocorreram em outros Estados, como Alagoas, Maranhão e Pará, que resultaram no cumprimento de diversos mandados de prisão.

Além dessas, destacam-se as operações de fiscalização em terras indígenas, para combater o desmatamento ilegal, com o objetivo de garantir a integridade ambiental dos povos indígenas. Foi combatida a atividade ilegal madeireira nas terras indígenas Arariboia, Caru e Alto Tuiaçu, que abrigam, entre outras, as etnias Tenetehara, Guajajara, Gavião, Xerente do Tocantins e grupos Awá-Guajá, no Estado do Maranhão. Também houve combate à exploração ilegal de madeira na terra indígena Kaxarari, na divisa dos Estados do Amazonas e de Rondônia, nas terras indígenas Menkragnoti, Baú e Cachoeira Seca, das etnias Kayapó e Arara, no Estado do Pará, e na terra indígena Xakriabá, em Minas Gerais.

Foram realizadas ações de combate para desativar garimpo ilegal: i) nas terras indígenas Baú e Kayapó, no Estado do Pará; ii) nas proximidades da unidade de conservação Floresta Nacional do Pau Rosa, no Estado do Amazonas; iii) na estação ecológica Jutaí-Solimões, na reserva extrativista rio Jutaí e na terra indígena do rio Biá, no Estado do Amazonas; e iv) no Parque Nacional do Jamanxim, no Município de Itaituba, Estado do Pará.

a.2) Bioma Cerrado

Em 2015, foi instituído o Programa de Monitoramento Ambiental dos Biomas Brasileiros, pela Portaria nº 365, de 27 de novembro. O Programa pretende possibilitar a coordenação das iniciativas interinstitucionais para o monitoramento dos biomas e subsidiar as ações e o planejamento de políticas públicas para a conservação dos biomas brasileiros e para o uso sustentável do território.

Nesse contexto, foi finalizado o Projeto TerraClass Cerrado, que, nos moldes do que já existe para a Amazônia, tem o objetivo de permitir uma avaliação da dinâmica do uso e da ocupação das áreas desflorestadas do bioma Cerrado, com base em imagens de satélite. O lançamento dos resultados desse projeto ocorreu em 25 de novembro de 2015 e os dados revelam que 54,5% do Cerrado mantêm sua vegetação natural preservada. Além disso, mostram o perfil do desmatamento no bioma. Em relação às áreas desmatadas, por exemplo, foi constatado que as pastagens ocupam 29,5% do bioma, enquanto a agricultura representa 8,5% e, as culturas perenes, 3,1%, totalizando 41,1% do uso total.

Ressalta-se que houve uma expressiva alavancagem das ações estaduais de regularização ambiental, por meio da implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), contando com apoio significativo do Fundo Amazônia por meio da contratação de projetos com os Estados do Maranhão (R$ 10,3 milhões), Bahia (R$ 31,7 milhões), do Tocantins (R$ 26,3 milhões) e do Mato Grosso do Sul (R$ 8,8 milhões).

Continuam em curso três iniciativas de cooperação internacional que fazem parte da estratégia do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado (PPCerrado) para regiões com altas taxas de desmatamento e com alto grau de importância para a conservação do bioma:

- O Projeto Prevenção, Controle e Monitoramento de Queimadas Irregulares e Incêndios Florestais no Cerrado, voltado tanto para o desenvolvimento de sistema de detecção do desmatamento em tempo quase real (Deter do Cerrado) e de áreas queimadas quanto para o fortalecimento de instituições federais e estaduais que atuam no combate a incêndios

florestais no mosaico de unidades de conservação da região do Jalapão e de Municípios do entorno. Esse Projeto é uma parceria entre o governo alemão, por meio da Agência Alemã de Cooperação Internacional (GIZ), e o Governo brasileiro, com prazo de vigência até 2016;

- O Fundo Fiduciário de Mitigação de Mudanças Climáticas no Cerrado Brasileiro, estabelecido em dezembro de 2011, por meio de acordo administrativo entre o Banco Mundial e o *Department for Environment, Food and Rural Affairs* (Defra) do Reino Unido, que tem por objetivo financiar a implementação de ações para redução do desmatamento e das queimadas no bioma. O Fundo, com valor total da doação do governo britânico correspondente a US$ 16 milhões, foi dividido em quatro projetos a serem executados nos anos de 2014 e 2016; e
- O Programa de Investimento Florestal (FIP), fundo multilateral operado pelo Banco Mundial, que apoia a gestão sustentável de florestas e que conta com um investimento de US$ 32 milhões em financiamento de projetos de regularização ambiental nos Estados que possuem o bioma Cerrado.

a.3) Focos de Calor

Entre janeiro e outubro de 2015, foram registrados 236.371 focos de calor em todo o País, quantitativo que, segundo o Inpe, representa um aumento de 22,23% em relação a esse mesmo período de 2014. Essas variações se devem, principalmente, a fatores climáticos. No primeiro semestre do ano, os focos de calor apresentaram comportamento semelhante ao da série histórica. Esse quadro, porém, mudou no segundo semestre, em consequência da seca ocorrida sobretudo entre os meses de setembro e outubro, o que fez com que 2015 fosse considerado o pior ano desde 2010, em ocorrência de incêndios florestais.

Nos 20,5 milhões de hectares de terras indígenas, projetos de assentamento rural e quilombolas protegidos diretamente pelo Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (Prevfogo), houve um aumento de 15,37% no número de focos até outubro de 2015, em relação ao mesmo período de 2014. Esse resultado se deve, principalmente, à seca mais intensa, conforme citado anteriormente, e ao acúmulo de vegetação, resultado de anos de baixa de fogo.

Para combater os focos de calor em 2015, foram programadas três brigadas pronto-emprego (brigadas de elite para atuar em grandes operações de combate); dez brigadas especializadas em biomas; 33 brigadas indígenas; e 29 brigadas de assentamentos e quilombolas. Essas iniciativas possibilitaram evitar, em média, a queima de 82,05% hectares das áreas monitoradas.

A página do Ciman Virtual (http://sirc.dgi.inpe.br/ciman/), implantada em 2014, passou por melhorias e permite obter informações georreferenciadas da localização das brigadas federais, visualizar os recursos disponíveis para combate aos incêndios florestais, obter informações sobre as operações em andamento e a ocorrência de queimadas e incêndios florestais. Assim, além de apresentar, de maneira mais acessível, informações sobre as ocorrências de fogo, a página passou a informar, em tempo real, as ações de controle desenvolvidas, tornando-se ferramenta fundamental para o monitoramento e a tomada de decisão pelo Governo.

Resultados das operações de preparação e combate aos incêndios florestais realizadas até 23 de dezembro de 2015

OPERAÇÃO	INSTI-TUIÇÕES	LOCAL	DATA	ÁREA ATINGIDA PELO FOGO	ÁREA PRESERVADA	RECURSOS/ OBSERVAÇÕES
Apoena	Ibama e CBM/MT	Norte do Mato Grosso	01/07/2015 a 15/10/2015	24 áreas das 162 monitoradas	138 áreas das 162 monitoradas (85,19%)	Operação direcionada à prevenção do desmatamento com o uso do fogo e fiscalização de áreas prioritárias
Awá	Ibama, Funai, CBM/MA, SSP/MA, EB	TI Arariboia/ MA	24/09/2015 a 05/11/2015	185.000 hectares 45% da TI	188.000 hectares 55% da TI	253 pessoas envolvidas, quatro helicópteros e dois aviões
Guimarães	ICMBio, Ibama e CBM/MT	PN Chapada dos Guimarães/ MT	Setembro de 2015	5.787 hectares 17,71% da UC	26.883 hectares 82,29% da UC	94 combatentes e um helicóptero
Tenharim	Ibama, ICMBio e Funai	PN Campos Amazônicos e TI Tenharim / AM	11/08 a 17/08/2015	6.517 hectares 0,67% da UC 7.783 hectares 1,56% da TI	954.800,77 hectares 99,34% da UC 466.768 hectares 98,44% da TI	Aproximadamente 100 brigadistas e um helicóptero no combate. Dados de área atingida restritos ao período da operação
Combates Nível II	Ibama, ICMBio e Funai	PN Chapada dos Veadeiros PN Brasília FN Brasília RB Contagem PN Ubajara RB Piratuba TI Bakairi	Julho a outubro de 2015	Não calculado	Não calculado	Utilização rápida dos recursos do Ibama em incêndios de médio porte, evitando a evolução para grandes operações

Continua

Continuação

OPERAÇÃO	INSTI-TUIÇÕES	LOCAL	DATA	ÁREA ATINGIDA PELO FOGO	ÁREA PRESERVADA	RECURSOS/ OBSERVAÇÕES
Prevenção/ Preparação	Ibama, ICMBio e IBRAM/DF	PN Brasília: 93 km, PN Emas/GO: 153 km, EE Serra das Araras/MT: 10 km, PN Serra da Canastra/MG: 70 km, RB Contagem/ DF: 16 km e EE Águas Emendadas/ DF: 21 km.	Maio a julho de 2015	Não calculado	Não calculado	363 quilômetros de aceiros preventivos

Fonte: Ibama – 12 de janeiro de 2016.

Obs.: CBM – Corpo de Bombeiros Militar; EB – Exército Brasileiro; EE – Estação Ecológica; FN – Floresta Nacional; Funai – Fundação Nacional do Índio; Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; Ibram – Instituto Brasília Ambiental; ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade; PN – Parque Nacional; RB – Reserva Biológica; SSP – Secretaria de Segurança Pública e TI – Terra Indígena.

No âmbito nacional, foram executadas 95 ações de prevenção aos incêndios em áreas de atuação das brigadas federais, inclusive com a capacitação dos brigadistas como multiplicadores na temática de prevenção aos incêndios, queimadas e alternativas ao uso do fogo, capacitando-se, no total, 2.387 pessoas, com sensibilização estendida para 2.426 pessoas.

Além disso, o Prevfogo intensificou ações de proteção nos dois biomas mais ameaçados por incêndios: Amazônia (43,36% dos focos de calor) e Cerrado (40,09% dos focos de calor), e realizou operações com a fiscalização para evitar queimadas e incêndios pós-desmatamento. Para tanto, contou com o apoio dos Projetos Fortalecimento do Sistema Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais, financiado com recursos do Fundo Amazônia, e do Projeto Prevenção, Controle e Monitoramento de Queimadas Irregulares e Incêndios Florestais no Cerrado, da cooperação alemã com o Brasil.

Para 2016, está prevista a continuidade das ações de cooperação que já estão em andamento, entre elas: i) Projeto Cerrado/ Jalapão, como parte do Programa de Redução do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado (Defra); e ii) Programa Amazônia sem Fogo – Bolívia e Equador, envolvendo a Rede Regional de Incêndios Florestais da América do Sul, da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), ações do PPCerrado e cooperação técnica com o Senar e com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

Além das ações de cooperação listadas, o Prevfogo pretende: i) manter o Programa de Brigadas Federais com ampliação do número de brigadas pronto-emprego; ii) iniciar a implantação do Manejo Integrado do Fogo; iii) continuar as discussões acerca da Política Nacional de Manejo e Controle de Queimadas, Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais; iv) dar continuidade ao desenvolvimento do Sistema Nacional de Informações sobre Fogo (Sisfogo); e v) manter as ações educativas visando à sensibilização e à formação de multiplicadores na prevenção aos incêndios florestais e redução da emissão de gases formadores do efeito estufa.

b) Fundo Amazônia

Criado por meio do Decreto nº 6.527, de 2008, o Fundo Amazônia é gerido pelo BNDES e tem por finalidade captar doações para investimentos não reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, e de promoção da conservação e do uso sustentável das florestas.

A carteira do fundo fechou 2015 com 80 projetos apoiados, perfazendo cerca de R$ 1,2 bilhão de investimentos em atividades que contribuem para a redução do desmatamento e para o desenvolvimento sustentável da região. Do total de projetos apoiados, 11 foram aprovados em 2015 e somam R$ 129 milhões.

Destaca-se, em 2015, a ampliação do apoio do Fundo ao monitoramento do desmatamento e às atividades produtivas sustentáveis. O Projeto Amazônia SAR, do Centro Gestor do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam), foi apoiado em R$ 64 milhões e busca aprimorar o monitoramento da Amazônia por meio da implantação de um sistema de detecção de desmatamento com uso de imagens de radar. Foram selecionados nove projetos dentro da Chamada Pública de Apoio à Implementação de Planos de Gestão Ambiental e Territorial em Terras Indígenas, totalizando mais de R$ 70 milhões. Além dessas iniciativas, foram aprovados mais quatro projetos pela Chamada Pública de Projetos Produtivos Sustentáveis, alcançando 12 projetos apoiados e R$ 60 milhões destinados a fortalecer a cadeia de produtos da sociobiodiversidade.

c) Política e Plano Nacionais sobre Mudança do Clima

A Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), instituída pela Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, apresentou o compromisso nacional voluntário de redução de 36,1 a 38,9% das emissões brasileiras de gases de efeito estufa projetadas para o ano de 2020. O Decreto nº 7.390, de 9 de dezembro de 2010, definiu as ações necessárias para o alcance desse objetivo: os planos setoriais e de combate ao desmatamento nos biomas. Assim, foram revisados os planos já existentes (Planos de Prevenção e Combate ao Desmatamento na Amazônia – PPCDAm), Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado (PPCerrado) e Plano Decenal de Energia, além de novos planos setoriais (Plano ABC, Indústria, Mineração, Saúde, Transporte e Mobilidade Urbana), lançados em 2013.

As ações são transversais e têm sido implementadas em coordenação por vários órgãos do Governo Federal. Todo esse esforço tem sido feito em articulação com representantes da sociedade civil, da academia e do setor privado. O resultado, com base no Relatório de Estimativas Anuais de Emissões de Gases de Efeito Estufa, elaborado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, disponibilizado em 2015, é a redução de 41% de emissões de gases de efeito estufa (GEE) no período entre 2005 e 2012.

O Brasil apresentou em 2015 sua Pretendida Contribuição Nacionalmente Determinada (iNDC) para a consecução do objetivo da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC). A iNDC é o documento do Governo que registra os principais compromissos e contribuições do Brasil para o futuro acordo climático no âmbito da UNFCCC.

Em sua iNDC, o Brasil se comprometeu a promover a redução das suas emissões de GEE para o ano de 2025 em 37%, em relação aos níveis de 2005. Além disso, indicou para 2030 a redução de 43%, em relação ao total de emissões de 2005.

Para o alcance dos patamares propostos, será efetivada revisão na Política Nacional sobre Mudança do Clima e em sua governança, para que o País aperfeiçoe as políticas públicas em diversos setores e consolide a questão da mudança do clima como elemento fundamental no processo de desenvolvimento econômico.

c.1) Fundo Nacional sobre Mudança do Clima

O Fundo Clima é um dos principais instrumentos de promoção e financiamento de atividades vinculadas à Política Nacional sobre Mudança do Clima. Além de prover insumos financeiros para fortalecer a Política, o Fundo financia projetos voltados à mitigação da mudança do clima e à adaptação das populações mais vulneráveis a seus efeitos.

Na modalidade não reembolsável, cuja prioridade é a adaptação das populações mais vulneráveis aos efeitos das mudanças do clima, estão em execução, desde 2012, 190 projetos e 47 parcerias com órgãos do Governo Federal, dos Estados e dos Municípios e por entidades civis. São projetos de: i) manejo florestal comunitário; ii) de difusão de tecnologias de combate à desertificação na região semiárida; iii) de recuperação de áreas degradadas; iv) de avaliações sobre vulnerabilidade costeira; v) de aquisição de imagens de satélite e de equipamentos para monitoramento de uso da terra; vi) de estruturação do sistema de monitoramento de emissões de gases de efeito estufa para floresta e agricultura; e vii) de apoio à estruturação do sistema de alerta contra desastres naturais.

Nos últimos quatro anos, com recursos do Fundo, já foram construídos e instalados: i) dois laboratórios de monitoramento de emissões e de risco climático; ii) mais de dois mil equipamentos técnico-científicos, como pluviômetros, estações meteorológicas e hidrológicas, estações meteo-oceanográficas; iii) desenvolvimento de 12 metodologias científicas sobre modelos de avaliações de risco, de recuperação de áreas degradadas, de construção de cenários e de inventários; e iv) implantação de 250 sistemas agroflorestais, incluindo 402 equipamentos sociais como cisternas, poços e banheiros, o que beneficiou diretamente mais de cinco mil famílias.

Em 2015, o Fundo Clima aplicou recursos em recuperação de áreas degradadas: i) em bacias hidrográficas críticas; ii) em manejo do fogo; iii) em energia solar para comunidades de pescadores; iv) em construção de indicadores de vulnerabilidade da população; v) em recuperação de dados meteorológicos históricos; e vi) em promoção da eficiência energética e uso sustentável da biomassa pela indústria de cerâmica e gesso.

Na modalidade reembolsável, em 2015, o Programa Fundo Clima, gerido pelo BNDES, atingiu uma carteira de projetos de R$ 547 milhões, dos quais R$ 230 milhões já foram contratados. Os projetos são, principalmente, da área de mobilidade urbana, energias renováveis e cidades sustentáveis.

c.2) Estratégia Nacional para Redução de Emissões Provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal

Países em desenvolvimento que buscam obter o reconhecimento no âmbito da UNFCCC dos seus resultados de redução de emissões provenientes do desmatamento e da degradação florestal (REDD+), bem como alcançar elegibilidade para receber pagamentos por performance, devem apresentar um nível de referência de emissões florestais, um sistema de monitoramento da cobertura florestal, um sistema de informação de salvaguardas e uma estratégia nacional para REDD+.

Em 2015, o Brasil apresentou à UNFCCC, para avaliação, o Anexo REDD+ ao Relatório Bienal de Atualização (BUR) com os resultados de redução de emissões do desmatamento entre 2006 a 2010. Esse documento passou por processo de verificação pela UNFCCC entre abril e setembro de 2015. O sumário de informações sobre a implementação das salvaguardas é outro requisito para o acesso ao pagamento por resultados de REDD+ e foi encaminhado à UNFCCC em fevereiro de 2015.

Quanto à Estratégia Nacional para REDD+, foi editado o Decreto nº 8.576, de 26 de novembro de 2015, que delega à Ministra do Meio Ambiente estabelecer a estratégia e institui a comissão nacional responsável por coordenar, acompanhar e monitorar sua

implementação. A estratégia nacional para REDD+ do Brasil, resultado de quatro anos de construção conjunta entre diferentes setores do Governo e sociedade civil, possibilitará que o Brasil se habilite ao recebimento de pagamentos por resultados alcançados entre 2006 e 2010 por meio do Fundo Verde para o Clima (GCF).

c.3) Adaptação à Mudança do Clima

A agenda nacional de adaptação à mudança do clima teve avanços significativos no ano de 2015, entre eles a versão preliminar consolidada do Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (PNA) e a Pretendida Contribuição Nacionalmente Determinada (iNDC) à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), propondo uma visão estratégica para adaptação no Brasil.

O Plano tem como objetivo preparar o País, em médio e longo prazo, para o enfrentamento dos impactos da mudança do clima, e foi concebido com a participação de 15 instituições do Governo, além de contribuições da sociedade civil e setor privado. A versão preliminar consolidada do documento foi disponibilizada para consulta pública em outubro, visando receber contribuições da sociedade. Além da consulta *online* foram realizadas oficinas presenciais para apresentação do PNA nas cinco regiões do País. A versão do Plano, com as incorporações de contribuições provenientes da consulta pública, será entregue ao Grupo Executivo sobre Mudança do Clima (GEx) em março de 2016. Após análise pelo GEx, este enviará para avaliação e aprovação pelo Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima e posterior publicação.

Entre as iniciativas do PNA, merecem destaque: i) a implementação de estratégias de adaptação setoriais, subnacionais e da sociedade; ii) a disponibilização de plataforma eletrônica para gestão do conhecimento em adaptação; iii) a disponibilização de ferramentas e metodologias para análise da vulnerabilidade e do risco climático; e iv) a apresentação de estratégia para promoção de serviços ecossistêmicos.

No caminho para se reduzirem as incertezas envolvidas nas projeções de impactos das mudanças climáticas, especialmente quanto às variáveis hidrológicas, investiu-se, em 2015, no desenvolvimento de pesquisa científica na área, por meio da descentralização de recursos para o lançamento de dois editais de chamada pública para apoio a projetos de pesquisa. O primeiro, em conjunto com o MCTI e o CNPq, no valor global de R$ 6,72 milhões, sendo R$ 4,05 milhões provenientes da Agência Nacional de Água (ANA) e R$ 2,67 milhões do MCTI e o segundo envolvendo a ANA e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), no valor global de R$ 5 milhões, sendo metade do valor proveniente de cada instituição.

d) Florestas

No Brasil, 1,3 milhão de hectares estão atualmente sob o regime de concessão florestal, dos quais, 842 mil encontram-se em florestas federais localizadas nos Estados do Pará e de Rondônia, e 452 mil em florestas estaduais no Pará. Em 2015, as concessões em florestas federais foram responsáveis pela produção sustentável de mais de 100 mil metros cúbicos de madeira. Para 2016, mais 700 mil hectares serão objeto de novas concessões federais.

Por meio do Inventário Florestal Nacional (IFN), 103 milhões de hectares foram inventariados em 13 Estados, resultando na identificação de cerca de duas mil espécies arbóreas. Os dados já coletados estão sendo processados para determinar o volume de madeira e os estoques de biomassa e carbono dessas áreas.

Destaca-se, ainda, que em 2015 foram apoiados empreendimentos florestais de base comunitária em quatro biomas brasileiros: Caatinga, Cerrado, Amazônia e Mata Atlântica. Visando ao êxito desses projetos, foram ofertadas assistência técnica e capacitação

de produtores para a gestão do empreendimento e para o manejo, além da oferta do processamento e da comercialização dos produtos florestais, o que beneficiou cerca de dez mil famílias.

e) Recursos Hídricos

e.1) Programa de Dessalinização da Água no Semiárido

O Programa de Dessalinização da Água no Semiárido (Água Doce) visa ao estabelecimento de política pública permanente de acesso à água de boa qualidade para o consumo humano, promovendo e disciplinando a implantação, a recuperação e a gestão de sistemas de dessalinização ambiental e socialmente sustentáveis para atender, prioritariamente, as populações de baixa renda em comunidades difusas do semiárido.

A partir de 2010, as ações do Programa Água Doce (PAD) vêm sendo orientadas pelos Planos Estaduais de Implementação e Gestão do Programa, abrangendo os Municípios mais críticos em cada Estado e as áreas mais suscetíveis ao processo de desertificação. Assim, os Municípios com menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), altos percentuais de mortalidade infantil, baixos índices pluviométricos e com dificuldade de acesso aos recursos hídricos são os primeiros a serem beneficiados pelos planos.

O Água Doce se destina à recuperação, à implantação e à gestão de 1,2 mil sistemas de dessalinização, com investimentos de cerca de R$ 240 milhões, beneficiando cerca de 500 mil pessoas até 2018. Para tanto, foram firmados convênios com oito Estados da região Nordeste e o Estado de Minas Gerais.

Até o momento, 151 sistemas de dessalinização foram concluídos, 88 estão em obras e 707 contratados. Ademais, foram diagnosticadas 2.847 comunidades rurais em 298 municípios mais críticos do semiárido, com o objetivo de caracterizá-las quanto aos aspectos socioeconômicos e ambientais para indicar alternativas de abastecimento de água mais adequadas, bem como dimensionar adequadamente os sistemas de dessalinização que serão implantados.

e.2) Planos de Recursos Hídricos

Em 2015, teve início, no âmbito do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), o processo de revisão das prioridades do Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) para o período 2016-2020, que envolveu consultas específicas aos membros de colegiados de recursos hídricos e à sociedade em geral, com o objetivo de coletar informações sobre a percepção desses segmentos em relação às prioridades para o próximo ciclo de gestão.

A revisão do PNRH estabelecerá diretrizes, prioridades, indicadores e metas, fortalecendo o plano para que ele possa influenciar cada vez mais os processos de gestão dos recursos hídricos dos entes federados.

O Governo busca, ainda, consolidar o planejamento de recursos hídricos, por meio do apoio à elaboração e à revisão dos Planos de Recursos Hídricos nos Estados, que demandam cada vez mais uma gestão sustentável da água. A meta no PPA 2016-2019 é a ampliação de 58% para 100% da cobertura do território nacional, com planos estaduais de recursos hídricos, até o final de 2019.

Entre 2004 e 2015, o investimento na elaboração dos Planos Estaduais foi de cerca de R$ 13 milhões, beneficiando dez Estados. Em 2015, foram concluídos os estudos técnicos e consultas públicas para a elaboração do Plano Estadual de Goiás e da Carta de Águas Subterrâneas do Paraná. Os Estados do Amazonas, do Maranhão e de Rondônia contam com recursos do Fundo

Nacional do Meio Ambiente para a elaboração dos seus planos, cujos estudos técnicos estão em fase de contratação pelos governos desses Estados.

O Governo deverá assinar, em 2016, acordo de cooperação técnica com os Estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte, para a revisão e a atualização dos planos desses Estados, considerados instrumentos estratégicos, tendo em vista as alterações dos usos múltiplos da água que advirão do Projeto de Integração do rio São Francisco (PISF).

e.3) Revitalização de Bacias Hidrográficas

Em 2015, foram aplicados R$ 98,3 milhões em ações de revitalização de bacias hidrográficas, nas áreas de esgotamento sanitário, abastecimento de água, contenção e recuperação de processos erosivos, gestão e destinação de resíduos sólidos.

Foram aplicados, em 2015, R$ 8,8 milhões destinados à conclusão dos trabalhos de recuperação das margens do rio São Francisco em Malhada, no Estado da Bahia, e a implantação do Projeto de Revitalização da Microbacia do Riacho do Sucuruíu, no Município de Gilbués, Estado do Piauí.

Ainda com o objetivo de revitalizar sub-bacias hidrográficas, em 2015, foram aplicados R$ 9,3 milhões para execução de 13.586 obras de ligações intradomiciliares de esgotos sanitários e módulos sanitários domiciliares em Minas Gerais (Bom Despacho, Engenheiro Navarro, Jaíba, Mirabela, Morada Nova de Minas, São Roque de Minas, Três Marias e Várzea da Palma), com vistas à expansão da cobertura e de melhorias na qualidade dos serviços de saneamento em áreas urbanas.

No que se refere à implantação de sistemas públicos de coleta, tratamento e destinação final de resíduos sólidos, foram aplicados R$ 210 mil para conclusão do Aterro Sanitário do Consórcio Cigres que contempla os Municípios de Olho d'Água das Flores, Carneiros, Senador Rui Palmeira, São José da Tapera, Olivença, Monteirópolis, Jacaré dos Homens, Batalha, Santana de Ipanema, Major Isidoro, Jaramataia e Pão de Açúcar, no Estado de Alagoas.

Com relação ao abastecimento público de água em comunidades ribeirinhas do rio São Francisco, as ações executadas têm garantido água potável para comunidades rurais distantes até 15 km do rio, nos Estados de AL, BA, MG, PE e SE. O foco é suprir as necessidades no atendimento à população em comunidades rurais difusas, quanto à garantia de oferta hídrica, onde a escassez de água constitui um forte entrave ao desenvolvimento socioeconômico e, até mesmo, à subsistência da população. Em 2015, foram concluídos sistemas de abastecimento de água para atender a 33 localidades na Bahia e em Minas Gerais.

Também com foco na revitalização, foram concluídos 11 empreendimentos de esgotamento sanitário, em Alagoas (Jaramataia), na Bahia (Pilão Arcado, Mirambaga), em Minas Gerais (Jequitaí, Lontra, Paineiras e Ubaí) e no Piauí (Porto, Joca Marques, Madeiro e União). A expectativa é que a conclusão desses sistemas beneficie 75.337 pessoas. No período, foram aplicados R$ 40,5 milhões na execução de diversas obras de esgotamento sanitário nos Estados da região Nordeste e Norte de Minas.

Para 2016, estão previstas: i) a conclusão da infraestrutura para conservação e revitalização de três sub-bacias do rio São Francisco, em Minas Gerais; ii) a recuperação das margens do São Francisco no trecho da Hidrovia – no Município de Muquém de São Francisco e Sítio do Mato, no Estado da Bahia, iii) as obras de controle e estabilização de dunas na região do Delta do Parnaíba Ilha Grande, no Estado do Piauí; iv) a rede de monitoramento qualitativo e quantitativo da água nos reservatórios da bacia do rio Parnaíba, no Estado do Piauí; v) os viveiros de referência nas principais sub-bacias no Piauí; vi) o Centro de Referência de Recuperação de Áreas Degradadas na Bacia do rio São Francisco, em Alagoas; vii) a infraestrutura de produção de

alevinos e aquisição de equipamentos para o Centro Integrado de Revitalização de Recursos Pesqueiros de Betume - Município de Neópolis/SE; e viii) a elaboração do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Araripe.

No tocante às ligações intradomiciliares, está prevista para 2016 a conclusão de 11.052 obras em dez Municípios dos Estados da Bahia (Canápolis, Caturama, Gentio do Ouro, Glória, Ibotirama, Ipupiara, Morro do Chapéu, Muquém de São Francisco, Santa Brígida, Várzea Nova), e no Município de Porto Alegre do Piauí que, juntas, beneficiarão 55.260 pessoas, além da implantação de diversos sistemas de abastecimento de água para atender 91 localidades nos Estados de Alagoas, da Bahia e de Pernambuco, com vistas a atender 83.740 pessoas.

Quanto ao esgotamento sanitário, está prevista a conclusão de 17 empreendimentos que beneficiarão 173.564 pessoas nos Estados de AL, BA, MG, PE, PI e SE.

Sobre ações empreendidas em 2015, destinadas à conservação da água e do solo em bacias hidrográficas, destacam-se, na bacia hidrográfica do rio São Francisco, a implementação das atividades dos Centros de Recuperação de Áreas Degradadas (Crad), que visam implantar e difundir modelos demonstrativos de restauração de ambientes florestais; realização de Operações de Fiscalização Preventiva Integrada (FPI), com vistas a promover a recuperação da bacia; e estimular práticas que reparem e previnam danos ambientais. Destaca-se, ainda, a realização de ações de recuperação e conservação ambiental na região hidrográfica do Alto Paraguai. Também se encontra em fase de implementação o Projeto Capacitação para o desenvolvimento sustentável na bacia hidrográfica do rio Taquari, em parceria com o Estado do Mato Grosso do Sul.

e.4) Atuação em Crises Decorrentes das Secas

Nos últimos anos, o País vivenciou um dos piores períodos de estiagem, que alcançou simultaneamente as regiões Sudeste e Nordeste.

Visando minimizar os efeitos negativos desses períodos na região Sudeste, em especial no Estado de São Paulo, o Governo criou um Grupo Técnico de Assessoramento para Gestão do Sistema Cantareira (GTAG-Cantareira), composto pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo (DAEE)/Sabesp; pelo Comitê das Bacias Hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (Comitê PCJ); Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê (CBH-AT); e pela Agência Nacional de Águas (ANA).

Esse grupo foi concebido para realizar o acompanhamento diário dos dados referentes aos reservatórios e estruturas componentes do Sistema Cantareira, expedindo relatórios semanais sobre a situação de armazenamento dos reservatórios e recomendando as vazões médias a serem praticadas. O GTAG-Cantareira ofereceu condições para que as decisões operacionais daquele sistema observassem os diferentes interesses e compromissos dos entes públicos e privados envolvidos. Por fim, em razão da criticidade climática que se observa na região, o processo de renovação da outorga das estruturas do sistema, iniciado em setembro de 2013, foi adiado para outubro de 2017.

Em face da escassez hídrica, que também vem enfrentando a bacia do rio Paraíba do Sul, localizada na região Sudeste, o Governo, desde maio de 2014, tem editado diversas resoluções autorizando, temporariamente, a redução da vazão mínima afluente na barragem de bombeamento de Santa Cecília, assim como as defluências mínimas de outros reservatórios instalados na bacia, com vistas a preservar o estoque de águas disponíveis no Sistema Hidráulico Paraíba do Sul. Dessa forma, aumenta-se a garantia do atendimento aos usos múltiplos na bacia, especialmente, o abastecimento humano.

Na região Nordeste, a escassez hídrica mostra-se ainda mais severa, especialmente nos Estados da Paraíba, do Rio Grande do Norte e de Pernambuco. A partir dos estudos "Atlas Nordeste de Abastecimento Urbano de Água (2005)", "Atlas Brasil de Abastecimento Urbano de Água (2010)" e "Plano Emergencial de Segurança Hídrica no Semiárido com Foco no Atendimento de Sedes Urbanas Críticas (2013)", o Governo vem: i) promovendo a alocação negociada de água em açudes isolados; ii) estabelecendo regras de restrição de uso da água para irrigação e aquicultura para garantir o abastecimento de cidades; iii) definindo regras em reservatórios, incluindo reservatórios do setor elétrico em articulação com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), notadamente para a bacia do rio São Francisco; iv) estabelecendo regras de uso da água conjuntas com os Estados para os principais açudes e sistemas hídricos; e v) cadastrando áreas irrigadas por meio de aquisição e tratamento de imagens de satélite.

Tanto no Sudeste quanto no Nordeste, verifica-se o aumento do número de campanhas de fiscalização de usos e medições, com a finalidade de garantir que as restrições impostas em razão da seca estejam sendo cumpridas pelos usuários e que, mesmo com baixa vazão, os rios e os reservatórios possam garantir o abastecimento humano.

Uma série de estudos e ações está em curso e têm a finalidade de promover um monitoramento contínuo e as ações interventivas contra a seca, devidamente articuladas entre as esferas federal e estadual, os setores usuários e os comitês de bacias. Entre esses estudos e ações, destacam-se:

- Plano Nacional de Segurança Hídrica (PNSH), iniciado em setembro de 2014 – Resultado de parceria firmada entre o Ministério da Integração Nacional e a Agência Nacional de Águas (ANA) e tem como escopo a definição das principais intervenções estruturantes do País (barragens, sistemas adutores, canais e eixos de integração), de natureza estratégica e relevância regional, necessárias para: i) garantir a oferta de água para o abastecimento humano e para o uso em atividades produtivas; e ii) reduzir os riscos associados a eventos críticos (secas e cheias), para o horizonte de 2035. Os diagnósticos já foram concluídos e os produtos finais estão previstos para setembro de 2016;

- Atlas Brasil de Despoluição, cuja conclusão está prevista para 2016 – Visa realizar um diagnóstico da situação dos níveis de cobertura por rede de coleta e tratamento de esgotos sanitários nas 5.570 sedes municipais, bem como o impacto dos lançamentos desses esgotos, tratados ou *in natura*, na qualidade da água dos respectivos corpos receptores;

- Reservatórios do Semiárido – Esse estudo servirá para definir diretrizes, metodologias e ferramentas para subsidiar o estabelecimento de regras operativas para 204 reservatórios localizados na região semiárida, contemplando estimativas de oferta hídrica e demandas associadas, criação de base de dados e aplicação de ferramenta de suporte e decisão. O estudo tem previsão de conclusão para setembro de 2016, com a integração do banco de dados e da ferramenta de suporte ao ambiente de produção da ANA, e com a entrega das fichas técnicas dos reservatórios estudados e do relatório final acompanhado das propostas de operação;

- Projeto Monitor da Seca do Nordeste – O Projeto consiste em apoiar o desenvolvimento de uma ferramenta que visa estruturar um plano de preparação de ações mitigadoras dos efeitos das estiagens do Nordeste para, futuramente, estruturar uma política nacional de previsão de estiagens para o País, com as respectivas diretrizes de mitigação. Desenvolvido em articulação com o Ministério da Integração Nacional e os Estados do Nordeste semiárido, o Projeto será concluído no início de 2017 e custará, aproximadamente, R$ 6 milhões;

- Realização de batimetria dos reservatórios – Trata-se de levantamentos aerofotogramétricos, da parte seca, e batimétricos, da parte submersa, com o fim de atualização das curvas Cota x Área x Volume de 30 açudes presentes na região Nordeste

e no Norte do Estado de Minas Gerais, com o intuito de conhecer a capacidade de reserva de água desses reservatórios. Os levantamentos foram contratados em 2015 e serão realizados nos anos de 2016 e 2017, custando cerca de R$ 16 milhões; e

- Instalação de réguas linimétricas – Consiste na instalação de conjuntos de réguas linimétricas em 522 pontos na região do semiárido, localizados nos Estados do PI, BA, RN, PE, PB, AL, SE e norte de MG, com vistas ao monitoramento do nível dos açudes e, em casos específicos, de seus afluentes e defluentes. As instalações serão realizadas em 2016 e custarão aproximadamente R$ 7 milhões.

e.5) Governança da Água

Com o objetivo de realizar um diálogo político para analisar e avaliar a governança do sistema de gestão de recursos hídricos no Brasil, o Governo celebrou, em 2013, acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

No âmbito desse acordo, em 2015, foi lançado o relatório "Governança das Águas no Brasil", do qual faz parte um plano de ações para a melhoria da gestão dos recursos hídricos no País. Esse relatório foi produzido a partir da interação no Brasil com mais de uma centena de representantes de governos, organizações, usuários de água e academia relacionados ao tema e visou conhecer, examinar e comparar experiências e boas práticas internacionais com a experiência brasileira.

Os principais desafios apontados no relatório "Governança das Águas no Brasil" foram: i) integração federativa efetiva; ii) investimento na construção de capacidades locais; iii) definição de prioridades e critérios para orientar decisões de alocação de água, principalmente em situações de eventos críticos; iv) prioridades federais e estaduais quanto aos desafios relacionados ao "duplo domínio" dos recursos hídricos no Brasil; e v) implementação da política de alocação da água, que ainda é exceção, e não a regra.

Dentre as recomendações é possível destacar: i) aumento da visibilidade do setor de recursos hídricos na agenda política nacional como uma prioridade estratégica; ii) promoção da influência e da efetividade do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) e dos conselhos estaduais de recursos hídricos; iii) reformulação das instituições de bacias para tornar o engajamento dos agentes envolvidos mais efetivo e orientado para resultados; iv) maior coordenação entre ministérios afetos ao tema e seus equivalentes em nível estadual; v) aumento da capacidade técnica e financeira das instituições estaduais, por meio de mecanismos como o Pacto Nacional pela Gestão das Águas; e vi) implementação da cobrança pelo uso da água como instrumento da política de gestão de recursos hídricos, onde for relevante e necessária.

O relatório completo está disponível para download em: http://arquivos.ana. gov.br/imprensa/noticias/20150902_OCDE-GovernancadosRecursosHidricosnoBrasil.pdf.

e.6) Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos

No ano de 2015, foram aportados cerca de R$ 4,5 milhões para a implementação do Programa Pró-Recursos Hídricos, com o objetivo de fortalecer a pesquisa em gestão e regulação de recursos hídricos, inicialmente concretizado pela instalação do mestrado profissional em Rede Nacional em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos.

Outros R$ 4 milhões foram aportados para viabilizar turmas de mestrados profissionais em Gestão de Risco e Desastres Naturais, e em Ciências Ambientais para professores do ensino básico, além da produção de material didático. Espera-se que, em 2016, os primeiros mestrados profissionais em nível nacional comecem a funcionar nas universidades brasileiras.

f) Licenciamento e Qualidade Ambiental

f.1) Licenciamento Ambiental

O Licenciamento Ambiental Federal (LAF) é uma obrigação legal prévia à instalação de atividades e empreendimentos utilizadores de recursos naturais ou que possam causar degradação ambiental. Conforme dados do SisLic, de 12 de janeiro de 2016, existem 2.123 projetos nas mais diversas fases do LAF, que compreendem desde a avaliação de viabilidade ambiental até o acompanhamento dos impactos da operação dos empreendimentos.

No ano de 2015, foram realizadas 18 reuniões e audiências públicas relacionadas aos processos em licenciamento no Ibama. Até dezembro de 2015, foram avaliados 657 pedidos de licença, havendo a devolução para readequação de sete estudos ambientais.

Número de licenças ambientais emitidas em 2015

TIPO DE LICENÇA	NÚMERO
Licenças prévias	25
Licenças de instalação	67
Licenças de operação	57
Outras licenças e autorizações	508
TOTAL DE LICENÇAS	**657**

Fonte: Sistema de Licenciamento (SisLic/Ibama), consultado em 12 de janeiro de 2016.

Por meio da Compensação Ambiental, os empreendimentos e as atividades de significativo impacto ambiental são responsáveis por apoiar a criação e a manutenção de unidades de conservação durante o processo de licenciamento. Desde 2011, já foi destinado R$ 1,05 bilhão aos órgãos gestores das áreas protegidas do País. Somente no ano de 2015, o Comitê de Compensação Ambiental Federal deliberou pela destinação de R$ 81 milhões oriundos de 13 diferentes licenciamentos, sendo 93,05% para o ICMBio, 6,25% para órgãos gestores estaduais e 0,70% para Municípios.

Em 2015, visando ao aperfeiçoamento, à modernização e ao fortalecimento do licenciamento ambiental, foram editados os seguintes atos no âmbito do Governo Federal: i) Portaria Interministerial MMA MJ MinC MS nº 60, de 24 de março, estabelecendo procedimentos administrativos que disciplinam a atuação cooperada dos órgãos e das entidades em processos de LAF; ii) Instrução Normativa Iphan nº 1, de 25 de março, que estabelece procedimentos administrativos a serem observados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nos processos de licenciamento ambiental; iii) Instrução Normativa Fundação Cultural Palmares nº 1, de 25 de março, que institui procedimentos administrativos a serem observados pela Fundação Cultural Palmares nos processos de LAF; iv) Instrução Normativa Funai nº 2, de 27 de março, que estabelece procedimentos administrativos a serem observados nos processos de licenciamento ambiental; e v) Resolução Conama nº 470, de 27 de agosto, que determina critérios e diretrizes para o licenciamento ambiental de aeroportos regionais.

Com o mesmo objetivo, desenvolveram-se, ainda, os seguintes projetos: i) conclusão do mapeamento de competências, habilidades e atitudes da área de licenciamento para capacitação dos servidores; ii) projeto junto ao Programa Nacional de Meio Ambiente (PNMA), objetivando a elaboração de estudos comparativos internacionais sobre licenciamento e avaliação de impactos ambientais; e iii) desenvolvimento da infraestrutura para solução integrada em tecnologia da informação do Ibama.

No que se refere aos avanços na Agenda de Petróleo e Gás, merece destaque a disponibilização para consulta pública de termos de referência que orientarão a contratação de consultoria para avaliação ambiental das bacias sedimentares brasileiras, nos termos da Portaria Interministerial dos Ministérios de Minas e Energia e de Meio Ambiente nº 198, de 5 de abril de 2012, com vistas a auxiliar os processos decisórios relativos à outorga de blocos exploratórios e ao respectivo licenciamento ambiental.

Uma primeira consulta pública, referente à bacia marítima de Sergipe-Alagoas/Jacuípe, esteve disponível até 17 de dezembro de 2015, por meio do sítio da Agência Nacional do Petróleo (ANP). Uma segunda consulta pública, relacionada à bacia terrestre do Solimões, será disponibilizada, por meio do sítio da Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

Vale informar, também, a aprovação pelo Conama, em 11 de novembro de 2015, de Resolução sobre o uso de dispersantes químicos em incidentes de poluição por óleo no mar. A norma visa minimizar o potencial de danos e impactos sobre ecossistemas mais sensíveis, em particular os *habitats* costeiros, ocasionados por grandes vazamentos de óleo.

f.2) Qualidade Ambiental

Em 2015, na gestão dos produtos químicos, destaca-se a conclusão do Plano Nacional de Implementação da Convenção de Estocolmo sobre poluentes orgânicos persistentes (POPs). Síntese da situação das liberações e dos estoques de POPs no País, o plano traça estratégias e ações para a eliminação desses poluentes nos próximos cinco anos, quando deverá ser revisto.

Ao final de 2014, foi enviada mensagem presidencial ao Congresso Nacional encaminhando proposta de decreto legislativo para ratificação da Convenção de Minamata sobre Mercúrio. Trata-se do mais novo tratado ambiental que se implementará nos marcos do desenvolvimento sustentável. Seu objetivo é eliminar o mercúrio, com vistas a proteger a saúde humana e o meio ambiente. O ano de 2015 marcou o início da execução do Projeto de Avaliação Inicial da Convenção de Minamata sobre Mercúrio, que tem por objetivos: i) inventário de fontes de emissões/liberações de mercúrio; ii) levantamento da capacidade analítica e laboratorial; iii) produção científica; e iv) proposta de priorização de medidas de gestão e controle para as principais fontes de mercúrio.

Em 2015, foram concluídos mapeamentos de áreas de risco de acidentes com produtos químicos perigosos em rotas rodoviárias nos Estados de MS, TO, AL e SC, com a finalidade de mitigar os danos causados por esses produtos ao meio ambiente e à saúde humana nessas localidades.

Quanto à temática avaliação e controle de agrotóxicos, foi intensificado o esforço para a publicação das informações de produção e comercialização de agrotóxicos no Brasil, com dados históricos e por unidade da Federação. Está previsto, para 2016, o início da publicação do perfil ambiental dos agrotóxicos avaliados, contendo informações de extrema utilidade para a gestão dos produtos pelos usuários, órgãos de controle e pelos pesquisadores desse tema.

Com relação à preparação para os grandes incidentes, o Ibama vem trabalhando nos instrumentos do Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo (PNC), com ênfase na implementação dos Planos de Área. Em dezembro de 2015, foram aprovados mais dois planos de áreas para o Porto de Santos/SP e para o Porto de Aratu/BA.

Além dos planos costeiros já iniciados em anos anteriores, destacaram-se, em 2015, as ações de combate aos derramamentos de óleo nos portos de Manaus/AM, Corumbá/Ladário/MS e Porto Velho/RO. Outra inovação nesse sentido foi o início do primeiro Plano de Área *Offshore* do Brasil, na Bacia de Campos.

Ressalta-se que passou a ser obrigatório, desde janeiro de 2015, o comunicado de acidentes ambientais por meio do Sistema Nacional de Emergências Ambientais (Siema), disponibilizando à toda sociedade, de forma transparente, todos os registros de acidentes.

No que tange às emissões de poluentes atmosféricos, completou-se a implementação da fase L6 do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (Proconve), que determinou limites máximos de emissão de poluentes ainda mais restritos para todos os veículos de passeio a venda no País, nacionais ou importados.

Ainda no âmbito do Proconve, em 2015, iniciou-se a chamada fase M.A.R. do Programa, que estende às máquinas agrícolas e rodoviárias a regulamentação sobre emissões de poluentes. Essa fase iniciou-se com a exigência de emissões restritas para as máquinas rodoviárias, justamente as que atuam predominantemente no meio urbano e que causam mais impactos no meio ambiente e na saúde humana.

g) Proteção da Camada de Ozônio

No âmbito das ações do Protocolo de Montreal no Brasil, em 2015 deu-se continuidade aos trabalhos de implementação da Etapa 1 do Programa Brasileiro de Eliminação dos Hidroclorofluorocarbonos (HCFCs/PBH), com a obtenção dos seguintes resultados: i) conversão tecnológica de 25 empresas do setor de espumas de poliuretano, proporcionando a eliminação de 105,43 toneladas PDO (Potencial de Destruição do Ozônio) de HCFC-141b; ii) treinamento e capacitação de 2.092 técnicos do setor de refrigeração comercial e de 100 técnicos do setor de ar condicionado *Split*, para aplicação das boas práticas, com o objetivo de reduzir os vazamentos de HCFC-22 para a atmosfera; e iii) publicação de cinco materiais técnicos voltados para capacitação no que se refere à instalação, à operação e à manutenção de equipamentos de refrigeração e ar condicionado.

Além disso, foram iniciados dois projetos demonstrativos de âmbito nacional: o primeiro, com o objetivo de promover a capacitação e disseminação de informações sobre resfriadores de líquido, com o intuito de incentivar a substituição de equipamentos que utilizam Clorofluorcabonos (CFCs) e HCFCs por outros com substância alternativa e de melhor eficiência energética. O segundo, com o objetivo de estabelecer um sistema de gerenciamento de resíduos de Substâncias Destruidoras da Camada de Ozônio (SDOs) e de realizar o aperfeiçoamento de instalações de incineração de alta temperatura para a destinação final de SDOs e de outros fluidos frigoríficos hologenados, visando à incineração de até 120 toneladas dessas substâncias. A continuidade dos projetos prevê capacitações nas cidades de São Paulo/SP, Brasília/DF, Rio de Janeiro/RJ e Fortaleza/CE.

O consumo brasileiro em 2014 foi de 1.164,74 toneladas PDO, o que demonstra uma redução de 12,25% sobre a linha de base estabelecida. O Brasil está se antecipando à meta de redução de 10% prevista para o ano 2015. Essa redução do consumo dos Hidroclorofluorocarbonos contribui para a proteção do sistema climático, pois são substâncias que possuem alto potencial de aquecimento global.

No que se refere à continuidade dos trabalhos de eliminação do consumo de HCFCs para o período de 2016 a 2020, foi concluído o processo de elaboração do documento da Etapa 2 do PBH, definindo a estratégia brasileira para a eliminação de pelo menos 35% do consumo até 2020. Após ampla discussão com o setor produtivo e realização de consulta pública, o documento foi submetido à apreciação e à aprovação na 75ª Reunião do Comitê Executivo do Fundo Multilateral para Implementação do Protocolo de Montreal, em novembro de 2015. Vale ressaltar que a eliminação total dos HCFCs, estabelecida pelo Protocolo de Montreal, somente ocorrerá em 2040.

h) Resíduos Sólidos

h.1) Política Nacional de Resíduos Sólidos

Visando à implementação dos Sistemas de Logística Reversa, em 2015, foram priorizadas as cadeias de produtos elencadas no artigo 33 da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Foram também priorizadas as cadeias de embalagens em geral e medicamentos pós-consumo ou vencidos, dado o relevante impacto desses resíduos à saúde e ao meio ambiente.

As cadeias que já são objeto de acordos setoriais são: i) embalagens plásticas de óleos lubrificantes (desde 2012), ii) lâmpadas mercuriais de luz mista e de vapor de sódio (2015); e embalagens em geral (2015).

Prevê-se, para 2016, a assinatura de acordo comercial para as cadeias de equipamentos eletroeletrônicos e seus componentes, e de medicamentos pós-consumo.

h.2) Planos de Resíduos Sólidos

A Política Nacional de Resíduos Sólidos estabeleceu os planos de resíduos sólidos como instrumentos de planejamento no âmbito da gestão integrada de resíduos sólidos para a União, Estados e Municípios. Dados de 2015, fornecidos pelos Estados, indicam que os planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos foram elaborados por 2.323 Municípios (41,7%).

Os Planos Estaduais de Resíduos Sólidos foram concluídos por seis Estados e estão em desenvolvimento (em execução ou fase preparatória) em outros 14. No âmbito nacional, o Plano Nacional de Resíduos Sólidos tem a revisão quadrienal prevista para ser concluída em 2017.

i) Biodiversidade

i.1) Espécies Ameaçadas

Para assegurar a efetiva proteção das espécies ameaçadas de extinção, são elaborados Planos de Ação Nacionais (PANs) para conservação das espécies. Até 2015, 55 PANs já foram elaborados, planejando a recuperação de 454 espécies ameaçadas da fauna. Esses Planos, somados, apresentam mais de 2.300 ações voltadas para as temáticas de licenciamento ambiental, fiscalização, geração de informações, monitoramento da biodiversidade, controle de espécies invasoras, entre outras. Mais de 1,4 mil dessas ações já foram implementadas, envolvendo uma rede de cerca de 800 instituições representadas por especialistas, agentes governamentais e sociedade civil, em um pacto para assegurar a proteção efetiva da biodiversidade.

Ressalta-se que, ao final do ano de 2014, foram publicadas as Listas Nacionais de Espécies da Fauna e Flora Brasileiras Ameaçadas de Extinção (Portarias MMA 443, 444 e 445, de 17 de dezembro de 2014). As listas são resultado de um amplo processo de avaliação do estado de conservação da biodiversidade brasileira, que identificou e localizou as principais ameaças e áreas para manutenção das espécies. Ao todo, foram avaliadas 18.873 espécies, com participação de 1.653 especialistas. Deste universo, 3.286 espécies foram categorizadas como ameaçadas de extinção. Nenhum outro país realizou um trabalho desta envergadura.

i.2) Unidades de Conservação

Atualmente, o Brasil possui 1.953 unidades de conservação (UCs), de acordo com o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC), sendo 320 Federais. O total de UCs abrange a área de 1.551.664 km² do território brasileiro, ou seja, 17,6% do território continental e 1,5% do território marinho.

Com recursos do Programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa), em 2015 foram desenvolvidos estudos para subsidiar o processo de ampliação e a criação de novas unidades de conservação em áreas repassadas ao Ministério do Meio Ambiente pela Câmara Técnica de Destinação e Regularização de Terras Públicas Federais na Amazônia Legal. As propostas ultrapassam 2,5 milhões de hectares e contribuirão para as metas do Programa.

O Programa Arpa, cuja meta é proteger 60 milhões de hectares na Amazônia Legal, iniciou sua Fase III em 2015, com previsão de 25 anos de duração. Nesta nova fase, passa a ser não apenas o maior programa de conservação de florestas tropicais do planeta, como também o mais longevo. Desde 2002, o Arpa apoia a criação e a consolidação de UC no bioma Amazônia, protegendo quase 40% da área total do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

A Fase III do Arpa, aprovada pelo Decreto nº 8505, de 20 de agosto de 2015, apresenta uma nova estrutura de gestão que engloba os fundos de transição, iniciativa que abarca a sustentabilidade financeira de cerca de 15% das áreas protegidas da Amazônia. Até 2015, já foram investidos mais de US$ 60 milhões e há previsão de cerca de US$ 230 milhões, garantindo recursos para a gestão das unidades de conservação até o final do programa em 2039.

Em 2015, o Governo conseguiu a aprovação de US$ 115 milhões para o Brasil, a Colômbia e o Peru, por meio de um programa regional do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) para a Amazônia. Isso demonstra o reconhecimento e a confiança dos parceiros internacionais na seriedade e nos avanços que vêm sendo alcançados pelo Brasil.

O Governo trabalha para ampliar e aprimorar a infraestrutura, a variedade de atividades e os serviços oferecidos aos visitantes nas unidades de conservação federais, buscando sempre o envolvimento das comunidades locais, como forma de geração de negócios, incremento de renda e novos postos de trabalho. Dessa forma, foram treinados, no Brasil e no exterior, mais de 150 servidores para esse setor. Foram, ainda, realizadas ações de melhoria da infraestrutura nos Parques Nacionais de Brasília, da Chapada dos Veadeiros, das Cavernas do Peraçu, do Grande Sertão Veredas e da Serra do Cipó. O número de visitantes nas unidades de conservação em 2015 foi superior a sete milhões.

Destaca-se, ainda, que em 2015 foi alcançada a marca de 85% das unidades de conservação federais com conselho gestor formado. Para qualificar a gestão pública da biodiversidade, pretende-se, para o ano de 2016, que 70 conselhos gestores das unidades de conservação federais tenham elaborado seus planos de ação, principal instrumento de planejamento à disposição desses fóruns de participação social.

Dentre as prioridades para 2016, estão ações com vistas à consolidação das unidades de conservação, abrangendo desde a divulgação da sua importância até a conciliação da manutenção dos modos de vida das populações tradicionais, com a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais, bem como ações voltadas para o aumento da conservação da biodiversidade marinha e costeira. Para os biomas Caatinga, Pampa e Pantanal, estima-se investimentos da ordem de US$ 32 milhões.

j) Agricultura Familiar, Povos e Comunidades Tradicionais e Bolsa Verde

A aprovação da nova Lei da Biodiversidade, que trata do acesso ao patrimônio genético, da proteção e do acesso ao conhecimento tradicional associado e da repartição de benefícios (Lei nº 13.123, de 4 de janeiro de 2015), representa um marco nas ações de conservação e proteção da biodiversidade brasileira e do seu potencial econômico para o desenvolvimento sustentável, em especial dos povos e das comunidades tradicionais.

A nova Lei introduz avanços importantes para estimular a pesquisa e a inovação a partir do uso sustentável da biodiversidade, garantindo direitos e trazendo conquistas para os povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores familiares, que passam a integrar, de forma mais relevante, o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN).

Em 2015, foram realizadas ações voltadas à implementação da referida Lei, tais como: i) o desenvolvimento de sistemas; e a construção do marco institucional do Sistema de Acesso e Repartição de Benefícios, tendo sido realizado amplo processo de consulta e diálogo com vistas à aquisição de subsídios para a regulamentação da lei por meio de eventos promovidos pela Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT).

As comunidades tradicionais agora participam do Comitê Gestor do Fundo Nacional de Repartição de Benefícios e com o reconhecimento legal dos protocolos comunitários como forma de consentimento prévio informado.

Ainda em 2015, deu-se início ao desenvolvimento de instrumentos de gestão ambiental e territorial para os povos e as comunidades tradicionais, com o objetivo de articular políticas e ações governamentais que possibilitem a elevação das condições de vida dessas comunidades, propiciando meios para o uso sustentável dos recursos naturais.

Nesse contexto, foram realizadas oficinas regionais e nacional para elaboração de metodologia de construção de planos de gestão ambiental e territorial em áreas quilombolas. Durante a realização do III Chamado da Floresta, foi assinada Portaria Interministerial nº 380, de 11 de dezembro de 2008, que estabeleceu o Plano Nacional de Fortalecimento das Comunidades Extrativistas e Ribeirinhas (Planafe) e criou a Comissão Intersetorial para atualização, monitoramento e avaliação do Planafe, com participação da sociedade civil. Ainda em dezembro, foi instalada a Mesa de Diálogo com as quebradeiras de coco babaçu, atendendo à demanda apresentada por este segmento de povos e comunidades tradicionais durante a Marcha das Margaridas.

Para financiar empreendimentos de populações extrativistas em unidades de conservação federais na Amazônia, foram firmados dez convênios com associações e/ou cooperativas representativas de populações tradicionais no âmbito do edital Ecoforte Extrativista. Ao todo, serão destinados cerca de R$ 4,5 milhões a serem aplicados no beneficiamento e na comercialização de produtos oriundos do uso sustentável da sociobiodiversidade.

O Programa de Apoio à Conservação Ambiental – Bolsa Verde (PBV) tem como objetivo: i) incentivar a conservação, a manutenção e o uso sustentável dos ecossistemas; ii) promover a cidadania, a melhoria das condições de vida e a elevação da renda da população em situação de extrema pobreza que exerça atividades de conservação dos recursos naturais no meio rural; e iii) incentivar a participação de seus beneficiários em ações de capacitação ambiental, social, educacional, técnica e profissional.

O Bolsa Verde já investiu cerca de R$ 260 milhões, desde 2011, beneficiando 74.522 famílias até dezembro de 2015. São abrangidos pelo PBV cerca de 4,08% da cobertura vegetal do território nacional, em 951 áreas localizadas em 69 UCs federais (26.431 famílias – 34,68%) e em 882 projetos de assentamento do Incra (43.761 famílias – 57,41%), além de 6.028 famílias ribeirinhas que vivem nas áreas sob responsabilidade da Secretaria de Patrimônio da União (7,91%). A concentração dos beneficiários ocorre na região Norte, com 78% dos beneficiários, sendo a maior concentração nos Estados do Pará (59,09%), do Amazonas

(11,07%), do Acre (3,2%) e do Tocantins (0,069%). A segunda região com o maior número de beneficiários é a Nordeste, com 16% dos beneficiários concentrados especialmente nos Estados da Bahia (9,09%) e do Maranhão (2,75%).

Paralelamente ao recebimento de benefícios, as seguintes ações estruturantes estão em execução: i) a análise dos impactos socioambientais do Programa nos territórios por monitoramento amostral; ii) a implementação da Ater voltada ao extrativismo, com incremento de 12.636 famílias nas áreas do PBV em 2015; iii) 1,6 milhão em investimentos para capacitação de 870 extrativistas por meio do Pronatec, modalidade exclusiva Bolsa Verde Extrativista; e iv) o fortalecimento das estruturas de governança com vistas à inclusão produtiva e à geração de emprego e renda em contexto de desenvolvimento sustentável.

k) Zoneamento Ecológico-Econômico

Com o intuito de dar continuidade às agendas federais para o Macrozoneamento Ecológico-Econômico (MacroZEE), na bacia hidrográfica do rio São Francisco e na região Centro-Oeste, a Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico do Território Nacional (CCZEE) e o Consórcio ZEE Brasil, coordenados pelo Ministério do Meio Ambiente, iniciaram um processo para o fortalecimento da gestão de ZEE no território nacional. Com o apoio do Projeto Interáguas, encontra-se em fase final de assinatura do contrato para o Diagnóstico do MacroZEE da bacia hidrográfica do rio São Francisco. Para 2016, estima-se o apoio aos colegiados responsáveis pela execução dos processos de MacroZEE e o início das ações na região Centro-Oeste.

l) Produção e Consumo Sustentáveis

l.1) Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis

O Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS), adotado em 2011, articula as principais políticas ambientais e de desenvolvimento do País, no sentido de tornar os padrões de produção e consumo mais sustentáveis. Os temas desenvolvidos durante o primeiro ciclo de implementação (2011 a 2014) referem-se às agendas de construção, consumo e contratações públicas, relatórios integrados, finanças e varejo sustentáveis. Em 2015, foi desenvolvido um amplo e participativo processo para a elaboração das diretrizes de implementação do segundo ciclo, para o período de 2016 a 2019.

Esse ciclo deverá avançar nas experiências bem-sucedidas e no estímulo a novas iniciativas estruturadas com base em dez eixos temáticos sustentáveis: i) compras públicas; ii) finanças; iii) agricultura; iv) construções; v) varejo; vi) consumo; vii) indústria; viii) Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P); ix) gestão de resíduos sólidos: aumento da reciclagem; e x) relatos de sustentabilidade. O processo de construção das diretrizes do 2º ciclo do PPCS contou com a realização de mesas de diálogo em cada eixo temático, envolvendo os principais atores em cada tema, seguido de consulta pública.

No que se refere à agenda da construção sustentável, em parceria com o Conselho Brasileiro de Construção Sustentável (CBCS), foi elaborado o estudo "Aspectos da Construção Sustentável no Brasil e Promoção de Políticas Públicas – Subsídios para a Promoção da Construção Civil". O documento apresenta uma visão integradora e multidisciplinar, propondo diretrizes focadas, inicialmente, nos temas água, energia e materiais. Sua elaboração envolveu diferentes entidades, além de 381 participantes da pesquisa de opinião. O estudo está iniciando sua segunda fase, visando à elaboração de proposta de documentos técnicos de referência com a metodologia de Análise do Ciclo de Vida (ACV) e governança da área de materiais e componentes de construção, e à introdução acelerada de produção e consumo sustentáveis na cadeia produtiva da construção.

No âmbito das contratações públicas sustentáveis (CPS), deu-se continuidade a dois projetos de cooperação internacional – Compras Públicas Sustentáveis e Rotulagem Ambiental (Sppel) –, sendo um em âmbito nacional e, outro, regional. Os

projetos têm recursos da União Europeia e apoio do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma). Em 2015, foi desenvolvido como uma das contrapartidas nacionais ao Sppel um estudo em parceria com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) sobre *benchmarking* de sistemas de CPS em cinco países, subsídio para a elaboração de recomendações para a proposição de um sistema brasileiro.

Com efeito, o Projeto *Sppel* Nacional produziu o *Paper Brazil – white paper* com recomendações do *Sppel* quanto à CPS e à rotulagem ambiental no Brasil, considerando os resultados e as informações levantadas nos *workshops* e nos estudos do Projeto. Esses *Workshops* Sppel tiveram o objetivo de identificar iniciativas de sucesso para que pudessem ser traduzidas em recomendações que devem ser utilizadas no aperfeiçoamento das práticas e dos procedimentos utilizados no Brasil. Vale mencionar que o Projeto *Sppel* regional centrou-se no desenvolvimento de critérios de sustentabilidade chave, bem como de uma ferramenta de avaliação comparativa para ecoetiquetas, padrões voluntários de sustentabilidade e declarações de sustentabilidade de produtos.

Além disso, também foi realizado estudo, em parceria com a Fundação Universidade de Brasília (FUB), com o objetivo de identificar, descrever, catalogar e definir critérios socioambientais relativos a produtos de limpeza e afins, mobiliários e informática, comprados pela administração pública federal (APF), para que possam ser utilizados como instrumentos operacionais efetivos das contratações públicas sustentáveis, no âmbito do sistema de catalogação de materiais (Catmat).

Destaca-se, também, o acordo de cooperação com a Confederação Nacional das Indústrias (CNI), firmado no segundo semestre de 2015, visando à criação do Fórum Permanente de Discussão sobre Temas Centrais da Agenda de Produção e Consumo Sustentáveis.

Com o objetivo de apontar diretrizes que orientem o Governo Federal na construção de uma Estratégia Nacional para a Promoção de Relatos Corporativos de Sustentabilidade, foi lançado, em 2015, documento com recomendações para que o Governo possa incentivar, em conjunto com os atores interessados, iniciativas que favoreçam a promoção da sustentabilidade nas organizações que atuam no País. Nesse contexto, foi apresentado estudo sobre a experiência do Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBOVESPA, elaborado em parceria com o Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (GVces).

O Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), marco indutor da gestão socioambiental no âmbito da administração pública brasileira, implementou as seguintes ações em 2015: i) criação do Sistema de Monitoramento da A3P (Ressoa); ii) realização do monitoramento e avaliação do Plano de Logística Sustentável (PLS) e elaboração do seu 2º ciclo; iii) criação de metodologia específica para implantação da A3P nas escolas; iv) elaboração de cartilha sobre a responsabilidade social, em parceria com o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) e a Associação Brasileira de Normas Técnica (ABNT), segundo as Diretrizes sobre Responsabilidade Social (ISO 26.000); e v) desenvolvimento do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS).

Em 2015, foram assinados 46 termos de adesão ao Programa por instituições públicas nas três esferas de governo, totalizando um acumulado de 286 adesões, o que representa um incremento de 19%. A sexta edição do Prêmio A3P – Melhores Práticas de Sustentabilidade foi lançada em junho de 2015, contando com quase 100 projetos inscritos.

m) Educação Ambiental

A Política Nacional de Educação Ambiental, instituída pela Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, obteve avanços relevantes em 2015, por meio da implementação de ações de institucionalização, formação de gestores e educadores ambientais e ações de comunicação.

No âmbito da linha de formação, o Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar (Peaaf) promoveu diálogos com instituições estaduais e municipais de meio ambiente e de agricultura, organizações dos movimentos sociais do campo e da agricultura familiar e com especialistas da academia e das lideranças locais, com o objetivo de fortalecer uma transição agroecológica no campo, conforme o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo). Outra realização do Peaaf foi o lançamento da 2ª edição do Curso de Formação de Agentes Populares de Educação Ambiental na Agricultura Familiar, com a publicação de materiais e a seleção de instituições parceiras para a sua realização. Em 2016, serão formados cerca de dois mil agentes populares de educação ambiental na agricultura familiar.

A Estratégia Nacional de Educação Ambiental e Comunicação Social na Gestão de Resíduos Sólidos (Educares) disponibilizou 200 práticas de referência em plataforma pública de registro (www.educares.mma.gov.br) e elaborou conteúdos para cursos de educação a distância (EaD), presenciais e semipresenciais nessa temática, voltados para gestores, educadores ambientais e catadores.

Ainda no âmbito da formação de gestores e educadores ambientais, foram produzidos materiais educativos para a realização dos seguintes cursos: i) Curso Introdutório de Educação Ambiental (EA) para espaços educadores; ii) Comissões Interinstitucionais Estaduais de Educação Ambiental – papel e oportunidades; iii) Educação Ambiental e Comunicação Social em Unidades de Conservação; iv) Programa Nacional de Capacitação de Gestores (PNC); e v) Aspectos Introdutórios sobre Gerenciamento Costeiro. Com a realização desses cursos, serão formados 15 mil gestores e educadores ambientais em todo o território nacional em 2016.

Dentre as ações de comunicação realizadas, merece destaque a realização do VII Circuito Tela Verde (CTV), com a exibição de 55 vídeos sobre temas socioambientais e 40 curtas de animação sobre resíduos sólidos em todo o Brasil, em TVs públicas, e exibição em Angola, Portugal e Itália, atingindo mais de 500 mil pessoas. Em 2016, será realizada a 8ª edição do CTV e uma edição especial do circuito sobre a temática da Agricultura Familiar.

Por fim, em 2015, foram lançados cinco cadernos da Série de Educação Ambiental e Comunicação em unidades de conservação, que estão sendo utilizados por gestores de todos os Estados, contribuindo com o fortalecimento da gestão dessas unidades.

Assim sendo, no ano de 2015, foram formados pelas ações mencionadas cerca de 4.800 lideranças (entre gestores, educadores ambientais, formadores) e contempladas, com ações de formação e, principalmente, comunicação, mais de 500 mil pessoas. Além disso, foram estabelecidas ações de parceria, entre pontuais e permanentes, com cerca de 3.200 instituições públicas ou privadas em todo o território nacional.

n) Conselho Nacional de Meio Ambiente

O Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) é a principal instância de articulação interinstitucional e de normatização do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama). Em 2015, o Conselho realizou quatro reuniões ordinárias e publicou as seguintes resoluções: i) Resolução Conama nº 466, de 5 de fevereiro de 2015, que estabelece diretrizes e procedimentos para elaboração e autorização do Plano de Manejo de Fauna em Aeródromos e dá outras providências; ii) Resolução Conama nº 467, de 16 de julho de 2015, que dispõe sobre critérios para a autorização de uso de produtos ou agentes de processos físicos, químicos ou biológicos para o controle de organismos ou contaminantes em corpos hídricos superficiais e dá outras providências; iii) Resolução Conama nº 469, de 29 de julho de 2015, que altera a Resolução Conama nº 307, de 8 de julho de 2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil; iv) Resolução Conama nº 470, de 27 de agosto de 2015, que estabelece critérios e diretrizes para o licenciamento ambiental dos aeroportos regionais; v) Resolução Conama nº 472, de 27 de novembro de 2015, que dispõe sobre o uso de dispersantes químicos em incidentes de poluição por

óleo no mar; e vi) Resolução Conama nº 473, de 11 de dezembro de 2015, que prorroga os prazos previstos no § 2º do art. 1º e inciso III do art. 5º da Resolução nº 428, de 17 de dezembro de 2010.

O Comitê de Integração de Políticas Ambientais (Cipam), instância que admite a tramitação de novas matérias no Conama, reuniu-se três vezes ao longo de 2015, sendo duas reuniões ordinárias e uma extraordinária. Para o ano de 2016, há a perspectiva de realização de quatro reuniões plenárias do Conama, duas reuniões do Cipam e diversas reuniões das câmaras técnicas, que darão continuidade aos assuntos já admitidos, e iniciarão as análises de novos temas que serão recepcionados, como a revisão de resoluções à luz da legislação atual.

o) Agenda Internacional

Em 2015, a agenda ambiental internacional foi marcada pela adoção do "Acordo de Paris", durante a 21ª Conferência das Partes - COP-21- da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), realizada em dezembro. O Brasil participou ativamente das negociações internacionais que culminaram na adoção do acordo que, em linha com as principais posições brasileiras: i) reforça o regime global sobre mudança do clima; ii) preserva os princípios consagrados na UNFCCC; e iii) estimula a intensificação das ações nacionais e internacionais voltadas para fazer frente à mudança do clima.

Dando cumprimento à decisão tomada, no Rio de Janeiro/RJ, durante a Conferência "Rio+20", a comunidade internacional também adotou, em 2015, conjunto abrangente de "Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS", lançando a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável por ocasião da Cúpula das Nações Unidas, realizada em setembro, em Nova Iorque.

A busca pela concertação de posições e pela intensificação da cooperação internacional para o enfrentamento da mudança do clima e a promoção do desenvolvimento sustentável também marcaram, de modo decisivo, a atuação brasileira no plano de suas relações bilaterais na área ambiental. Nesse sentido, o Brasil assinou declarações conjuntas sobre mudança do clima com a Alemanha, a China e os EUA.

Merece destaque especial, ainda, a assinatura do acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) que visa apoiar o Brasil na preparação e na participação no processo nacional e internacional da Agenda de Desenvolvimento Pós 2015 e, em particular, no desenvolvimento do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável relativo à Água – ODS 6, que propõe assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável de água e saneamento para todos. O Projeto dará suporte à condução de diálogos multissetoriais tanto para o planejamento e a preparação do 8º Fórum Mundial da Água quanto como em sua própria realização.

Parceria iniciada em 2015 com o Serviço Geológico dos EUA (USGS) tem o objetivo de avaliar a situação atual dos sistemas de gerenciamento de dados hidrológicos da Agência Nacional de Águas e proposição de alternativas futuras para evolução dos sistemas.

Para 2016, cabe mencionar: i) a realização da Segunda Assembleia Ambiental das Nações Unidas (Unea), prevista para o mês de maio, em Nairóbi/Quênia; ii) a XX Reunião do Fórum de Ministros de Meio Ambiente da América Latina e do Caribe, a realizar-se em março, em Cartagena/Colômbia; iii) a 13ª reunião da Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica, que será realizada conjuntamente com a 8ª reunião da Conferência das Partes do Protocolo de Cartagena sobre Segurança Biológica e com a 2ª reunião da Conferência das Partes do Protocolo de Nagoia sobre Acesso e Repartição de Benefícios, prevista para dezembro, na cidade de Los Cabos/México; e iv) a 17ª reunião da Conferência das Partes da Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção, que terá lugar em Joanesburgo, na África do Sul, de 24 de setembro a 5 de outubro de 2016.

p) Regularização Ambiental Rural

A evolução do processo de cadastramento de imóveis rurais no Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SiCAR), em 2015, aumentou 1,8 vezes no País, em relação a 2014, totalizando 2.267.661 imóveis inscritos. O Centro-Oeste foi a região que apresentou a maior evolução no ano, com um aumento de 2,4 vezes, somando 228.440 imóveis. A região Sudeste, com 578.821 cadastros, atingiu o maior número de imóveis rurais no sistema nacional no ano, seguida pela região Sul, com 501.795. A região Norte apresenta os maiores avanços no CAR quando se analisa a área cadastrada em relação à área total cadastrável estimada, atingindo 82%.

Em relação ao porte dos imóveis rurais cadastrados no SiCAR, 1.328.898 (89,4%) apresentam área de, no máximo, quatro módulos fiscais, sendo classificados, portanto, como imóveis de pequeno porte. Quanto à área total cadastrada, seu valor quase triplicou em 2015, somando 251.657.524 hectares.

Considerando as informações referentes ao Cadastro Ambiental Rural (CAR) existentes no SiCAR, em Estados com sistema próprio e de cadastros de assentamentos Incra, há um total de 2.267.661 de imóveis rurais cadastrados em 2015, o que equivale a 63,2 % da área cadastrável no País, estimada em 397.962.158 hectares (ou 46,7 % do território nacional).

Está em processo de disponibilização para as OEMAs o Módulo de Análise do SiCAR, desenvolvido pelo SFB em 2015, o qual proporcionará: i) evidências seguras acerca da situação ambiental de cada imóvel rural com base em um conjunto de imagens de satélites referentes a vários anos, inclusive os mais recentes; ii) uniformidade e maior segurança jurídica na aplicação das normas ambientais em todos os Estados e no Distrito Federal, respeitando-se as especificidades naturais de cada um; iii) maior produtividade às equipes técnicas encarregadas da análise dos imóveis rurais; e iv) transparência pública das informações geradas em todas as etapas e os processos administrativos de análise e diagnóstico do CAR.

Os Estados de Mato Grosso e do Acre já estão utilizando o módulo de análise do SiCAR para validação dos cadastros e da aprovação da reserva legal. Durante o ano de 2016, está prevista a disponibilização do referido módulo para outros Estados e do Distrito Federal.

Além do Módulo Análise, foram disponibilizados em 2015 pelo SFB, por meio do SiCAR: i) a Central do Proprietário/Possuidor; ii) o Módulo de Relatório; iii) o Módulo de Monitoramento; e iv) o Módulo Controle de Acesso. Está previsto, para 2016, o lançamento das versões 2.0 dos referidos módulos, que incluirão melhorias significativas.

Espera-se completar o cadastramento de imóveis rurais no SiCAR em 2016, quando se iniciarão as seguintes etapas da política prevista no novo Código Florestal: i) diagnóstico técnico da situação ambiental declarada e aprovada de cada cadastro; ii) elaboração e aprovação de projetos de regularização (no escopo do Programa de Regularização Ambiental – PRA), quando necessários; iii) emissão de Cotas de Reserva Ambiental (CRA); e iv) monitoramento da evolução ambiental dentro dos imóveis rurais no País.

Para o ano de 2016, estão planejadas ações de apoio ao cadastramento dos pequenos imóveis rurais, ampliação e capacitação das equipes técnicas dos OEMAs, a fim de que se tenha efetividade na execução das políticas nacionais de preservação e recuperação ambiental no ambiente rural.

q) Gerenciamento Costeiro

Com a finalidade de estabelecer diretrizes para a ocupação sustentável da orla marítima, continuam em andamento, em quase todos os Estados costeiros, as ações do Projeto Orla, que são, em grande parte, acompanhadas pelas respectivas Comissões Técnicas Estaduais que apoiam os Municípios costeiros.

Para a vulnerabilidade costeira, foram identificados alguns desafios e lacunas que orientaram ações para melhoria da metodologia, em escala local, que atendessem toda a zona costeira. Somam-se a essas ações os resultados gerados pelo Projeto SMC-Brasil, em cooperação com a Espanha, para transferência de tecnologia de modelagem da dinâmica costeira e alterações na linha de costa.

Ainda nesse sentido, destaca-se a constituição, no âmbito da Comissão Nacional de Cartografia (Concar), do Comitê de Integração da Componente Vertical Terrestre e Marítima (CVTM), com o objetivo de elaborar e executar um projeto-piloto para a compatibilização entre altimetria e batimetria na zona costeira.

A aprovação do novo Plano de Ação Federal da Zona Costeira (PAF), com vigência para o biênio 2015-2016, que tem por objetivo promover a articulação das ações federais incidentes na zona costeira, foi outra iniciativa importante, uma vez que prioriza 17 ações interinstitucionais a partir dos seguintes direcionadores: i) melhoria da qualidade ambiental costeira e estuarina; ii) melhor articulação institucional para elaborar e efetivar ações; e iii) hierarquização e priorização de ações na zona costeira. A execução do PAF está sob a responsabilidade de instituições membros do Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro (GI-GERCO), coordenado pelo MMA.

Para 2016, prevê-se a coordenação, a elaboração e a implementação dos instrumentos do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), em suas competências na esfera federal. Destacam-se a revisão do Macrodiagnóstico da Zona Costeira, incluindo a lente climática, e a coordenação do processo de implementação do PAF. É relevante, também, mencionar a expectativa de ampliar os números de Municípios costeiros com a adesão ao Projeto Orla.

r) Gestão Ambiental Urbana

Em 2015, a prioridade foi o desenvolvimento de uma estratégia federal de gestão ambiental para áreas urbanas, com foco em três iniciativas:

- Proposta de Diálogo Setorial no âmbito da cooperação com a União Europeia (UE), cujo objetivo é conhecer as boas experiências em gestão ambiental urbana dos países europeus e as experiências promissoras em território brasileiro. Para tanto, está previsto para 2015 e 2016 um estudo sobre as boas experiências da UE e do Brasil, e sobre as variáveis ambientais no planejamento urbano, além da realização de um seminário sobre esses temas;
- Promoção do Zoneamento Ambiental Municipal, instrumento previsto no Estatuto das Cidades, Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e na Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, que deve qualificar ambientalmente os Planos Diretores Municipais, inserindo neles o planejamento ambiental territorial urbano e rural. Nesse escopo, em 2015, foi iniciado o desenvolvimento conceitual e técnico desse instrumento, com vistas à elaboração de um roteiro metodológico de orientação aos Municípios, previsto para 2016; e
- Estruturação de novas fontes de recursos, por meio de um projeto do Governo brasileiro com apoio do governo alemão. Trata-se de uma iniciativa que apoiará as políticas de sustentabilidade para as cidades, tendo por foco o componente de capacitação dos gestores municipais, sob um recorte definido de Municípios brasileiros acima de 50 mil habitantes.

Também foi finalizado o trabalho de mapeamento de cobertura vegetal e corpos d'água, em áreas urbanas e periurbanas, de 732 Municípios brasileiros.

s) Combate à Desertificação

Com a aprovação da Lei nº 13.153, de 30 de julho de 2015, que estabelece a Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca, teve início um conjunto de ações estruturantes implementadas pelo Governo com o objetivo de assegurar a convivência da população local com a semiaridez, de forma produtiva e sustentável.

Nesse sentido, destacaram-se, em 2015, as seguintes ações no âmbito do Plano de Ação Nacional de Combate à Desertificação (PAN-Brasil): i) implantação de mais de 20 mil hectares de áreas com manejo florestal comunitário; ii) formação técnica para mais de 70 agentes multiplicadores das boas práticas para a conservação do solo visando à segurança alimentar e hídrica; iii) implantação de um programa de fomento para a conservação da paisagem em 500 mil hectares, por meio de um plano de suprimento florestal para o setor cerâmico do Seridó/PB; iv) implantação de 1.500 fogões melhorados visando à segurança energética familiar; v) articulação para a realização de pactos de sustentabilidade da matriz energética do setor gesseiro, visando à sustentabilidade ambiental em 900 mil hectares e a oferta de insumos sustentáveis para a construção civil; vi) desenvolvimento do Sistema de Alerta Precoce de Desertificação (SAP), em parceria com o Inpe; vii) fortalecimento da Comissão Nacional de Combate à Desertificação (CNCD); viii) elaboração de guia de boas práticas para o combate à degradação e desertificação pela ABNT; e ix) implementação de quatro cursos de formação técnica e elaboração de quatro guias para a implementação de um programa de conservação de solos.

Ainda estão previstas no âmbito do PAN – Desertificação as seguintes iniciativas: i) regulamentação da Política Nacional de Combate à Desertificação (Lei nº 13.153, de 2015); ii) implantação da plataforma de cooperação técnica com os países de língua portuguesa; iii) implantação de um programa de formação técnica para manejo e conservação de solos e das florestas secas; iv) implantação de projetos voltados para o manejo adequado dos recursos naturais nas áreas suscetíveis à desertificação; v) coordenação das ações para a elaboração da Norma ISO/ABNT – para Degradação e Desertificação; vi) alinhamento do Plano Nacional de Combate à Desertificação (PAN-Brasil) aos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS) e às diretrizes da 12ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 12); vii) elaboração do Relatório Nacional de Implementação da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação UNCCD; e viii) articulação com os instrumentos de fomento para apoio a projetos com vistas à implementação dos Planos Estaduais de Combate à Desertificação.

10. Ciência, Tecnologia e Inovação

O ano de 2015 marca o fim do período que compreendeu a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI), 2012-2015, período em que grandes esforços foram empreendidos para solidificar as políticas públicas no setor de CT&I.

O objetivo central desses planos estratégicos foi a consolidação de uma Política de CT&I a partir das experiências bem-sucedidas já realizadas durante o Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional (PACTI 2007-2010) e as propostas da sociedade civil e das diferentes esferas governamentais (federal, estadual e municipal). Em linhas gerais, a política teve por objetivos: i) a melhoria do ambiente de inovação no País; ii) a capacitação e a formação de recursos humanos; iii) a melhoria da infraestrutura de pesquisa; e iv) a disseminação dos avanços alcançados em CT&I em prol da inclusão produtiva de diferentes segmentos da sociedade.

Importante ressaltar as iniciativas para o aperfeiçoamento do marco regulatório em ciência, tecnologia e inovação, que resultaram na Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, que buscou reduzir os entraves burocráticos e proporcionar mais liberdade para a pesquisa e a inovação. Destaque, também, para a promulgação da Emenda Constitucional nº 85/2015, que alterou dispositivos constitucionais para melhorar a articulação entre o Estado e as instituições de pesquisa públicas e privadas, e ampliou o leque das entidades que podem receber apoio do setor público para pesquisas: as instituições de educação profissional e tecnológica.

Em 2016, o Governo Federal continuará estimulando a parceria entre os atores do Sistema Nacional de CT&I para a ampliação dos investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação, prioritariamente nas áreas consideradas estratégicas e portadoras de futuro para o País.

a) Promoção da Inovação

O desafio de internalizar, incrementar e desenvolver ambientes propícios à inovação continua a exigir esforços do Governo, e o MCTI vem atuando neste sentido com a continuidade de políticas, programas e ações específicas para este fim.

O ano de 2015 marcou o início da operação efetiva da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii) com o credenciamento de 13 Unidades ou grupos de pesquisa, nos quais se apoia diretamente a inovação tecnológica por meio da formação de parcerias entre instituições científicas e tecnológicas e empresas em diversas áreas de atuação, tais como: i) *software* e inovação; ii) sistemas inteligentes; iii) processamento de biomassa; iv) engenharia submarina; v) comunicações ópticas; e vi) tecnologia química industrial, dentre outras.

A Unidade de Biomassa foi instalada no Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM), organização social ligada ao MCTI, onde está sendo desenvolvido o Projeto Sirius. As unidades credenciadas já apresentam resultados positivos em algumas áreas específicas de sua competência, focadas em estratégias para o desenvolvimento da inovação na indústria. Neste primeiro ano de operação, foram contratados 32 projetos, todos na fase pré-competitiva, desenvolvendo protótipos de produtos e solucionando lacunas tecnológicas para o lançamento de novos produtos ou processos.

Outra atividade de grande relevância foi o credenciamento de cinco Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia do Ministério da Educação, como Polos de Inovação (Polos Embrapii IF), dos quais quatro foram enquadrados no modelo Polos Embrapii IF em estruturação, e uma instituição foi enquadrada como Polo Embrapii IF consolidado.

Ainda em 2015, a Embrapii lançou duas Chamadas Públicas, Chamada nº 01/2015 e nº 02/2015, para seleção de sete novas Unidades Embrapii, sendo que a primeira visou a seleção e credenciamento de até duas Unidades em áreas ligadas a Biotecnologia e a segunda, selecionou cinco Unidades em áreas tecnológicas distintas. Com o resultado deste processo, chegará a 25 o número de Unidades Embrapii aptas a desenvolverem projetos de inovação industrial em parceria com empresas.

Entre as diversas iniciativas do MCTI para promoção da inovação, o Sistema Brasileiro de Tecnologia (Sibratec) é um dos principais instrumentos de integração das Instituições Científicas e Tecnológicas (ICT) com empresas, proporcionando condições para ampliar os atuais índices de inovação, principalmente das micro, pequenas e médias empresas (MPME). No âmbito do Sibratec, composto, hoje, por 29 redes operacionais de inovação, serviços e extensão tecnológica, foram contratados, desde a sua criação, mais de 33 projetos cooperativos de empresas com ICT no valor de R$ 63,7 milhões, projetos de serviços na ordem de mais de 2,2 milhões de ensaios e calibração de produtos para mais de 460 mil empresas e projetos das Redes de Extensão que atenderam mais de 2.200 MPME.

Em 2015, o Laboratório Nacional de Nanotecnologia (LNNano) foi incluído em duas Redes de Centros de Inovação, em parceria com o Sistema Nacional de Laboratórios de Nanotecnologia (SisNano), com temas relacionados a nanodispositivos e nanosensores; e nanomateriais e nanocompósitos, promovendo a aceleração da interação do laboratório com as empresas com o objetivo de aumentar a competitividade do setor produtivo nacional e inserção dos seus produtos no mercado interno e internacional. Cada rede contou, em 2015, com R$ 12 milhões em recursos para o fomento de projetos de P&D.

Um exemplo relevante do modelo do Sibratec é a colaboração com o Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer (CTI Renato Archer), que atua em extensão tecnológica, serviços tecnológicos e centros de inovação. O CTI Renato Archer coordena a Rede de Produtos e Dispositivos Eletrônicos (Rede PDE), participa da Rede Paulista de Extensão Tecnológica e da Rede de Tecnologia da Informação de Serviços Tecnológicos, e opera na adequação de processos de manufatura de produtos eletrônicos às diretivas RoHS (*Restriction of Certain Hazardous Substances*, em português, Restrição de Certas Substâncias Perigosas) para viabilizar a comercialização dos produtos brasileiros na comunidade europeia.

Em 2015, foram criadas duas novas Redes de Inovação em Nanotecnologia, no âmbito da Iniciativa Brasileira de Nanotecnologia (IBN): uma relacionada a nanopartículas e nanocompósitos e, outra, de nanodispositivos e nanossensores, tendo como protagonistas 24 dos 26 laboratórios integrantes do Sistema Nacional de Laboratórios em Nanotecnologias (SisNANO). O MCTI atua, também, a nível mundial, influenciando e contribuindo para a regulação da nanotecnologia, por meio do Projeto NANoREG (*Regulatory Testing of Manufactured Nanomaterials Project)*, para a regulamentação de testes de nanomateriais manufaturados.

O Plano Inova Empresa, lançado em 2013, com a participação da Finep, do BNDES, de 12 ministérios e de agências reguladoras, tem como objetivo estimular a produtividade, a competitividade e o desenvolvimento econômico do Brasil. Até o momento, foram contratados R$ 16 bilhões, por meio da Finep. Cerca de R$ 1,7 bilhão encontra-se em processo de análise ou de contratação e mais de R$ 7 bilhões já foram desembolsados nas modalidades de apoio ao crédito, subvenção e apoio não reembolsável para ICT. Destaca-se, ainda, como resultado em 2015, o lançamento do edital de seleção pública conjunta BNDES/Finep e o plano conjunto BNDES/Finep para apoio ao desenvolvimento e inovação da indústria química – PADIQ, cujo resultado será divulgado em julho de 2016. O edital compreenderá a destinação de R$ 2,2 bilhões de recursos, sendo R$ 1,1 bilhão aportado pela Finep.

O fortalecimento dos Núcleos de Inovação Tecnológica (NIT) das Instituições de Ciência e Tecnologia tem sido continuamente fomentado. Em 2015, quatro novos arranjos de Núcleos de Inovação Tecnológica foram estabelecidos, sendo eles o NIT Rio, NIT Mantiqueira, Rede Amoci e Rede Namor e suas respectivas sedes nas Unidades de Pesquisa do MCTI – Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), Centro de Tecnologia da Informação (CTI), Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) e Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG). Esses arranjos reúnem 51 ICT no País, sendo que os mais de 250 NIT implantados têm contribuído para a transferência de tecnologia entre as ICT e o setor industrial, apoiando e orientando também as questões ligadas à propriedade intelectual.

O Programa Estratégico de *Software* e Serviços de Tecnologia da Informação (TI Maior) contribui para o fomento à indústria de *software* e serviços de tecnologia da informação no Brasil. Dentre os principais resultados das ações orientadas pelo TI Maior, destaca-se o Programa Nacional de Aceleração, Programa *Startup* Brasil, que tem como objetivo apoiar as melhores e mais inovadoras *startups* do Brasil e do mundo, que utilizam como base uma solução de *software*, *hardware* e/ou serviços de TI, criando *cases* de sucesso e contribuindo, assim, para o desenvolvimento econômico e o aumento da competitividade brasileira nesse setor.

O Programa TI Maior funciona por edições, com duração de um ano, e realiza duas chamadas públicas – uma para qualificar e habilitar aceleradoras e, outra, para a seleção de projetos *startups*, com duas rodadas semestrais. Durante os três anos de realização, o programa recebeu 2.855 inscrições e selecionou 183 empresas de 17 estados da Federação e 13 países diferentes, que tiveram seus projetos apoiados com até R$ 200 mil em bolsas do CNPq.

Até 2015, os dados demonstram que 137 *startups* já finalizaram a aceleração e captaram externamente R$ 57,5 milhões de investidores privados contra R$ 26,9 milhões investidos pelo MCTI no pagamento das bolsas, ou seja, mais que o dobro do que investiu o Governo Federal, demonstrando a qualidade e o sucesso dos projetos selecionados. No ano de 2015, foi realizado o edital para seleção de outras aceleradoras e a organização de eventos que permitiram a divulgação dos projetos em execução.

Outra iniciativa no âmbito do TI Maior foi o Programa Brasil Mais TI, que promove formação gratuita de mão de obra especializada por meio de uma plataforma tecnológica, que disponibiliza 1.500 horas de capacitação. Há, nessa plataforma, 188 mil estudantes e 200 empresas cadastrados. Ao todo, 369 mil cursos foram concluídos até 2015. O Programa possui uma taxa de adesão crescente e baixo nível de evasão/desistências para cursos a distância (40% frente a uma média de EAD, que passa de 60%). São 31 cursos disponíveis, com uma média de 40h de duração cada, e mais de 1.500h de conteúdo disponível *online*.

A ação de Centros Globais de Pesquisa e Desenvolvimento investiu R$ 8 milhões no apoio à instalação de dez centros de pesquisa de TI no Brasil, em 2015. O objetivo da ação é atrair centros de P&D de empresas estrangeiras para o País, bem como estimular a criação de centros por parte de empresas nacionais que venham a contribuir para o esforço nacional de P&D em *software* e serviços de TI.

Em 2014, foi realizada a seleção das cinco empresas da Chamada MCTI/CT-Info/CNPq nº 59/2013, ocorrendo o início da implementação das bolsas que serão fornecidas por 36 meses. O valor total das bolsas do CNPq é de R$ 7,7 milhões, com contrapartida das empresas no valor total de R$ 21 milhões. Em 2015, coube ao CNPq/MCTI a continuidade do repasse de recursos às respectivas instituições e o acompanhamento dos resultados do programa.

O Programa Certificação de Tecnologia Nacional de *Software* e Serviços Correlatos (Certics) certifica que os produtos de *software* sejam resultado de desenvolvimento e inovação tecnológica realizados no País. De posse desse certificado, as empresas brasileiras podem auferir benefícios diversos, como a Margem de Preferência em Compras Públicas, que favorece a aquisição pelo Governo brasileiro de produtos de *software* genuinamente nacionais. Em 2015, a Certics continuou sua expansão com a certificação, pelo MCTI, de mais 11 *softwares* brasileiros.

O Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores e *Display* (Padis) e o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Televisão Digital (PATVD) terminaram o ano de 2015 com um total de 19 empresas incentivadas. A previsão de faturamento das empresas incentivadas em 2015 é de R$ 1 bilhão, com geração de mil empregos diretos e a realização de investimentos em atividades de P&D em tecnologia da informação e comunicação superior a R$ 50 milhões. Com a prorrogação aprovada, em 2015, do prazo de apresentação de projetos do Padis até julho de 2020, deverão estar incentivadas pelo Programa PADIS, até o final de 2016, mais de 25 empresas, representando um crescimento de 66% em relação a dezembro de 2015. Adicionalmente, foram realizadas ações nas áreas de: i) manufatura avançada; ii) defesa cibernética; iii) Internet das Coisas (IoT), *smart cities*/*smart grid;* e iv) TV digital.

Na área de circuitos integrados, o Programa CI-Brasil, complementado pelo Programa Multiusuário Brasileiro (PMUB), promove a competitividade na área de projeto de circuitos integrados (CI) em apoio à indústria microeletrônica nacional. O PMUB garante o acesso das universidades e empresas nacionais às ferramentas de prototipagem de CI visando à redução no déficit

comercial na importação de produtos eletroeletrônicos. Em 2015, duas rodadas de prototipagem, com mais de dez blocos de circuitos integrados, foram produzidas. Para 2016, pretende-se expandir a oferta de tecnologias em projeto e encapsulamento, visando ao mercado da Internet das Coisas.

Em 2015, a empresa pública Ceitec S.A., vinculada ao MCTI, produziu e entregou ao mercado eletrônico cerca de 15 milhões de *chips* por ela produzidos. Lançou dois novos *chips* para logística e controle de temperatura e lançou o projeto multiusuário brasileiro que promove o uso da microeletrônica pelas empresas *startup* de *hardware* e instituições de ensino e pesquisa, o que contribui para um ambiente propício ao fomento e à aceleração do desenvolvimento de novos projetos de engenharia no País.

O desenvolvimento tecnológico tem se beneficiado tanto do fomento e de investimentos, como também de incentivos fiscais disciplinados pela Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005 (Lei do Bem), regulamentado pelo Decreto nº 5.798, de 7 de junho de 2006. Com base na Lei do Bem, mais de mil empresas foram beneficiadas desde 2011. Como resultado, os últimos dados disponíveis, de 2013, indicam o desenvolvimento de 1.296 produtos inovadores, 792 novos processos, 1.780 novos pedidos de patentes, 3.359 mestres e 1.017 doutores contratados trabalhando em projetos de P&D para inovação.

Por sua vez, as empresas que investirem em atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação podem pleitear isenção ou redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para bens de informática e automação, nos termos previstos na Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e no Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, desde que os produtos sejam caracterizados como bens ou produtos com tecnologia desenvolvida no País, conforme Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006. A Lei da Informática também fortaleceu inúmeras empresas desde 2011, promovendo o desenvolvimento tecnológico e a inovação para o setor de tecnologia da informação.

b) Fomento à Pesquisa Científica e Tecnológica

A continuidade do Programa INCT – Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia impacta positivamente o ambiente de inovação e capacitação para a inovação do Brasil. O edital, lançado em 2014, encontra-se em fase de implantação até o final de 2016. As metas visam reunir cientistas de distintas áreas do conhecimento, de todo o País, no desenvolvimento de pesquisa básica e fundamental e de pesquisa científica e tecnológica de ponta, inovadoras e competitivas internacionalmente.

O Programa, que culminou em 125 INCT atualmente, evidencia não apenas o envolvimento de universidades e centros de pesquisa das cinco regiões nacionais, com a integração de cerca de duas mil instituições, mas, em boa medida, o cumprimento dos demais objetivos do Programa, como a transferência de conhecimento para o setor público e a criação de novas empresas de base tecnológica. O trabalho produzido nos institutos contribui para a efetiva inserção do Brasil no que há de mais avançado em ciência e tecnologia ao aprofundar, por exemplo, a investigação sobre doenças como dengue, tuberculose, obesidade e diabetes, desenvolver vacinas moleculares para a leishmaniose, ao criar um curso de graduação em segurança pública e ao aprimorar técnicas aplicadas à exploração de fontes não convencionais de petróleo e gás, além de fazer avançar o debate científico em grandes questões, como produção de alimentos, economia de baixo-carbono e desenvolvimento sustentável.

Em 2015, o CNPq dedicou-se à análise de mérito das 345 propostas ao terceiro edital do Programa. Por envolver cerca de 32 mil indivíduos, entre pesquisadores, alunos de graduação, pós-graduação e técnicos de laboratório, todo o processo de *peer review* foi desenvolvido por assessores *ad hoc* estrangeiros. Cerca de cinco mil especialistas, de praticamente todas as áreas do conhecimento e de todos os continentes, foram convidados a emitir pareceres acerca do mérito das propostas submetidas – cada uma foi analisada por, pelo menos, três desses especialistas. Os institutos vencedores deverão ser conhecidos no primeiro semestre de 2016.

c) Expansão, Modernização e Manutenção da Infraestrutura de Pesquisa e Desenvolvimento

Em relação às questões meteorológicas e climáticas, destaca-se a coordenação pelo MCTI das atividades de implantação de três estações meteorológicas em locais estratégicos na cidade do Rio de Janeiro/RJ, e de duas boias meteoceanográficas na Baía da Guanabara para monitoramento das condições climáticas, com o objetivo de apoiar a realização dos Jogos Olímpicos de 2016. Tais equipamentos serão fundamentais no suporte à realização das competições de golfe, velas, remo, maratona aquática e outros eventos realizados em ambiente externo.

Em 2015, foram retomadas as discussões sobre a institucionalização da Cidade das Águas, um complexo educacional e científico que inclui uma unidade da Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG), condomínios temáticos, laboratórios e centros de treinamento, sob coordenação da Fundação Hidroex e sob os auspícios da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) com o objetivo de fomentar pesquisa e promover a preservação de recursos hídricos.

Outro destaque na área de infraestrutura para CT&I é a nova fonte brasileira de Luz Síncrotron de quarta geração, "Sirius", que terá um desempenho equiparado às melhores instalações desse tipo existentes no mundo. Em 2015, a construção do prédio do Sirius foi iniciada, sendo que 12% da obra já foi concluída. Neste período, a Finep e a Fapesp aportaram recursos para a primeira chamada pública de propostas de empresas para o desenvolvimento de componentes para o Sirius, sendo que 13 foram selecionadas.

Visando a implantação do Instituto Nacional de Pesquisas Oceânicas e Hidroviárias (Inpoh), que servirá como principal plataforma executora de projetos de pesquisa estratégicos no mar, de interesse do Governo Federal, das instituições de pesquisa nacionais e internacionais, foram contratados consultores para elaboração de uma proposta de Agenda Científica, bem como seu plano de implementação com ações iniciais e prioridades de pesquisa no Inpoh, de acordo com setores estratégicos nacionais.

O MCTI é responsável pela elaboração da Terceira Comunicação Nacional do Brasil à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (CQNUMC), documento que atende ao compromisso do País, como integrante da Convenção, de elaborar, atualizar e prover à Conferência das Partes com inventários nacionais de emissões antrópicas por fontes e remoções por sumidouros de todos os gases de efeito estufa (GEE) não controlados pelo Protocolo de Montreal. Além disso, apresenta os avanços científicos sobre a modelagem regional da mudança do clima e o atual estágio das políticas públicas voltadas para a mitigação das emissões de GEE e de adaptação às mudanças climáticas. A maioria dos indicadores expressa resultados positivos no combate à mudança climática, especialmente como ilustra a redução de 53,5% da emissão de gases de efeito estufa, registrada entre 2005 e 2010.

Nesse sentido, foi desenvolvido pelo MCTI, em 2015, o Sistema de Registro Nacional de Emissões (Sirene), sistema computacional que disponibilizará, em 2016, os resultados do Inventário Nacional de Emissões Antrópicas por Fontes e Remoções por Sumidouros de Gases de Efeito Estufa não Controlados pelo Protocolo de Montreal, assim como as informações relacionadas a outras iniciativas de contabilização de emissões, tais como as estimativas anuais de emissões de gases de efeito estufa e o inventário do Relatório de Atualização Bienal.

O Sirene tem por missão não só conferir segurança e transparência ao processo de confecção de inventários de emissões de gases de efeito estufa, mas também ser suporte à tomada de decisão no âmbito de políticas, planos, programas e projetos na área de mudanças climáticas – no que tange a geração de conhecimento científico e adoção de medidas de mitigação. Serão apresentados os resultados de emissões de todos os gases de efeito estufa não controlados pelo Protocolo de Montreal para os setores Tratamento de Resíduos, Agropecuária, Uso da Terra, Mudança do Uso da Terra e Floresta, Energia e Processos

Industriais. A metodologia detalhada para os cálculos de emissões será detalhada nos relatórios de referência disponível no Portal do Clima do MCTI (www.mcti.gov.br/clima).

É digno de nota que a 21ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima aprovou um novo acordo global – contemplando as metas voluntárias de redução de emissões de GEE – com o objetivo de manter o aquecimento do planeta neste século muito abaixo de 2º C e de conduzir esforços para limitar o aumento da temperatura a 1,5º C acima dos níveis pré-industriais.

Todos os países participantes reforçaram a necessidade de valorização do conhecimento técnico-científico como um elemento crucial a ser considerado em todas as etapas do processo de negociação, e principalmente ao longo do processo de implementação do novo acordo. As metas apresentadas pelo Brasil em sua iNDC (intenção de compromisso nacionalmente determinado, da sigla em inglês) implicam desafios científicos e tecnológicos consideráveis para o seu cumprimento. Nesse cenário, o MCTI vem desenvolvendo estudos para avaliar o real potencial e a estimativa de custo de redução de emissões de GEE no Brasil, por meio de uma análise integrada das opções de mitigação para a economia como um todo, evitando a dupla contagem de medidas de mitigação, e considerando, também, os potenciais impactos econômico-sociais da adoção de atividades de baixo carbono.

Lançado em novembro de 2014, e já em funcionamento em 2015, o Sistema de Informações sobre a Biodiversidade Brasileira (SIBBr), é uma ação do Governo Federal por meio do MCTI e algumas das suas unidades de pesquisa com objetivo de integrar informações sobre a biodiversidade e os ecossistemas brasileiros produzidas por instituições governamentais e não governamentais do País. O sistema já apresenta resultados, como é o caso do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), uma das três maiores instituições detentoras de coleções científicas do País, com aproximadamente 4,5 milhões de itens tombados nas suas coleções científicas e detentora de um dos três maiores acervos biológicos do Brasil, sendo sua área de especialidade o bioma amazônico.

Desde que integrou o SiBBr, o MPEG vem informatizando rapidamente os dados de acervos da instituição para disponibilização pública, alcançando mais de 425 mil registros e com meta prevista de mais de 650 mil para serem disponibilizados à plataforma. Trabalho realizado também no âmbito do MPEG, embasa o projeto de lei desmatamento zero, (http://desmatamentozero.org.br/pdf/pl-desmatamentozero.pdf), do *Greenpeace*, entregue ao Congresso Nacional em outubro 2015.

Em agosto, foi inaugurada a torre do projeto ATTO (Observatório da Torre Alta da Amazônia), com 352 metros de altura, instalada na Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Uatumã, no Município de São Sebastião de Uatumã/AM, que permitirá o monitoramento dos efeitos das mudanças climáticas na floresta amazônica. A Torre deve estar totalmente operacional no final de 2016. Nesse mesmo período, também teve início a fase-piloto e de planejamento da Fase I do Projeto *Amazon Face*, primeiro experimento tropical que analisa os efeitos da fertilização de CO^2 na floresta amazônica.

O Programa Brasileiro de Acesso Aberto à Informação Científica, que contempla o Portal Brasileiro de Publicações Científicas de Acesso Aberto (Oasisbr) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), disseminou mais de 1,1 milhão de pesquisas científicas brasileiras (artigos científicos, livros, capítulos de livros, teses, dissertações, entre outros), cujo conteúdo é também disponibilizado em outros sistemas internacionais de informação.

Em 2015, em decorrência da contribuição científica e cultural significativa dos conteúdos preservados, assim como das atividades de pesquisa colaborativa, a Rede Cariniana (Rede Brasileira de Serviços de Preservação Digital) foi reconhecida pelo ISSN Internacional e pela *University of Edinburgh* como a primeira agência internacional de arquivamento de publicações eletrônicas da América Latina registrada no *The Keepers Registry*, mantido por esses órgãos.

Ainda, cabe destacar, a experiência conduzida pelo Instituto Nacional do Semiárido (Insa) em Município da própria região, quando foi implantada, em 2012, a primeira unidade experimental de água residuária, com o intuito de avaliar o potencial do reuso de água e sua viabilidade na recuperação de áreas degradadas. Norteada pelas pesquisas desenvolvidas pelo Insa, a Prefeitura Municipal de Santana do Seridó/RN implantou a 1ª estação de reuso de água para produção de forragem.

O projeto, pioneiro no semiárido, reutiliza todo o esgoto produzido na cidade, que passa por tratamento e é utilizado para produzir alimento para o gado. Esta iniciativa se constitui em um modelo sustentável de referência para a região, que poderá ser adaptada em outros Municípios e contribuirá para o desenvolvimento da pecuária e de toda sua cadeia produtiva na região, mesmo durante as mais severas secas. O êxito e a sustentabilidade da experiência em Santana do Seridó foram reconhecidos recentemente pelo Prêmio Mandacaru, de projetos e práticas inovadoras no semiárido.

Por sua vez, a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) conectou, em 2015, mais sete unidades da Rede Universitária de Telemedicina (Rute), sendo dois hospitais no Rio Grande do Sul, um hospital em Pernambuco, e quatro da Rede Sarah de Hospitais (Belém/PA, Fortaleza/CE, Macapá/AP e Rio de Janeiro/RJ). Incluiu, também, 11 novos cursos na Escola Superior de Redes.

Coordenada pela RNP, a Redecomep tem por objetivo a implantação de uma infraestrutura de fibras ópticas própria voltada para as instituições de pesquisa e ensino superior e na formação de consórcios entre instituições, buscando a auto sustentação. Hoje, opera em 37 cidades, com mais de dois mil quilômetros de rede óptica própria, atendendo a mais de 400 instituições. A proposta: i) reduz custo de comunicação de dados à Internet; ii) representa uma iniciativa estruturante; iii) permite o surgimento de aplicações avançadas; iv) fomenta o desenvolvimento em TICs; v) amplia a capacidade de conexão para 10Gb/s de algumas redes, o que implica na melhoria da estrutura de comunicação; e vi) contribui para o avanço da C,T&I e para a diminuição da dependência das instituições em relação às operadoras e aos provedores, além de prover infraestrutura para suporte à política pública de inclusão digital e e-Gov.

Em 2015, as redes metropolitanas de Salvador/BA e Belém/PA tiveram suas malhas ópticas expandidas, alcançando, assim, um número maior de instituições conectadas. Foram realizadas seis auditorias nas redes em operação, em decorrência do processo de acompanhamento por parte da Engenharia da RNP.

As redes auditadas em 2015 foram em: Goiânia/GO, Natal/RN, Aracaju/SE, Curitiba/PR, Boa Vista/RR e Rio Branco/AC, originando um relatório de diagnóstico, apontando para ações necessárias programadas para 2016. Ainda em decorrência destas auditorias, em 2015, foram executadas ações de revitalização em três redes metropolitanas – Teresina/PI, Belém/PA e Curitiba/PR. Além destas, foram executadas ações emergenciais de revitalização nas redes de Manaus/AM e Vitória/ES e ações de manutenção pontual e emergencial nas redes do Rio de Janeiro/RJ, Campinas/SP, Macapá/AP, Fortaleza/CE, Teresina/PI e Recife/PE. Finalmente, em 2015, foram conectadas oito novas instituições nas redes em operação.

Merece ainda destaque a instalação, em 2015, do supercomputador no Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC), unidade de pesquisa do MCTI, do Sistema Nacional de Processamento de Alto Desempenho (Sinapad). O equipamento francês, com capacidade de realizar 1,1 quatrilhão de operações de soma e subtração por segundo, é o maior da América Latina e constitui um marco na computação de alto desempenho.

d) Ciência, Tecnologia e Inovação para a Inclusão Social

O Governo aumentou a integração e a capilaridade da promoção da inclusão social e da redução das desigualdades sociais por meio de ações na área de CT&I. As ações são efetivadas mediante programas e apoio a projetos destinados à difusão, popularização

e apropriação social dos conhecimentos científicos e tecnológicos, e à melhoria da educação científica, além dos destinados ao desenvolvimento de tecnologias sociais, assistivas, de conteúdos e plataforma digitais, de segurança alimentar e nutricional e de soluções tecnológicas para arranjos produtivos locais, regionais e cidades sustentáveis, sob o enfoque da inclusão social.

Projeto do INSA, em parceria com a rede de organizações sociais Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), que, há dois anos, mapeia as estratégias empreendidas pelos agricultores e agricultoras de Municípios dos nove Estados que integram o semiárido brasileiro para minimizar os efeitos das prolongadas estiagens, recebeu, em 2015, a premiação internacional oferecida pelo programa *Dryland Champions*, da Convenção das Nações Unidas para Combate à Desertificação (UNCCD).

O certificado do Programa da UNCCD reconhece o trabalho solidário e participativo de inúmeras pessoas preocupadas com o tema da convivência com o semiárido, em um contexto de conservação dos solos, da água e dos demais recursos naturais, baseados nos princípios da agroecologia. Os resultados preliminares da pesquisa apontam que a implementação de tecnologias sociais nas propriedades rurais tem sido um dos fatores que promovem a resiliência social.

Em 2015, no âmbito do desenvolvimento de Tecnologias Assistivas, foi promovido o Encontro Nacional de Pesquisadores em Tecnologia Assistiva, envolvendo as universidades e institutos federais que receberam recursos financeiros para a realização de pesquisas, por meio do Centro Nacional de Referência em Tecnologia Assistiva (CNRTA). O CNRTA está vinculado ao CTI Renato Archer (CTI) e articula a Rede Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento em Tecnologia Assistiva, constituída, atualmente, por 52 instituições do País e 84 projetos de pesquisas contemplados pelos últimos editais de Tecnologia Assistiva no valor total de 6,5 milhões.

Para 2016, se buscará o fortalecimento: i) da Rede Nacional de P&D em Tecnologia Assistivas; ii) das relações internacionais em TA; iii) da cooperação MCTI/MEC de apoio à implantação do Polo de TA via Embrapii; e iv) a cooperação Anvisa/Inmetro/Finep/CTI para o registro e a certificação de produtos de TA-Implantação de Rede de Laboratórios Acreditados. Prevê-se, ainda, a consolidação do portal *web* do CNRTA, como uma ferramenta para divulgar e promover a Tecnologia Assistiva no País. Além disso, foi construída a base de dados em Língua Brasileira de Sinais (Libras).

No âmbito do Plano Viver sem Limites, foi lançado, em outubro de 2015, edital no valor de R$ 25 milhões em recursos não reembolsáveis do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) para seleção pública de projetos para inclusão social de pessoas com deficiência, idosas e com mobilidade reduzida. Outra iniciativa foi o Edital Tecnologia Assistiva no Brasil e Estudos sobre Deficiência (PGPTA), de apoio à Pós-Graduação e à Pesquisa Científica e Tecnológica, que contou com recursos da Capes, do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos e do MCTI, somando cerca de R$ 20 milhões a serem concedidos aos projetos.

Os Centros Vocacionais Tecnológicos (CVT) continuam sendo apoiados apresentando avanços para o processo de inclusão social produtiva, por meio de nove projetos de capacitação de recursos humanos. Em 2015, destacam-se a recuperação do Parque Industrial da Cooperativa de Produção de Leite, no Estado do Alagoas e a implementação de três CVTs, no Estado da Bahia, nos Municípios de Monte Santo, Canudos e Riachão do Jacuípe. Também foi inaugurado o Projeto CVT-Centro Vocacional Tecnológico Territorial do Pescado-Bahia, onde foram investidos cerca de R$ 5,6 milhões.

Em 2015, houve a 12ª edição da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, com o tema Luz, Ciência e Vida. Dados do evento indicam a participação de mais de 2.500 instituições em 1.110 cidades, com a realização de mais de 120 mil atividades em cerca de 850 eventos em todo o Brasil. O tema da 13ª Edição da Semana, a se realizar em 2016, versará sobre as relações entre alimento, ciência e tecnologia e tem o *slogan* "Ciência Alimentando o Brasil".

Durante o ano também foram lançados três editais para apoio a projetos na área de difusão e educação científica – olimpíadas, feiras e mostras – que, somados, alcançam o valor de R$ 8,7 milhões. Deste valor, R$ 2,5 milhões foram destinados a apoiar projetos que contemplam iniciativas de divulgação científica em torno da temática do Ano Internacional da Luz, proclamado pelas Organizações das Nações Unidas para 2015.

Em 2015, a 11ª edição da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (Obmep) dirigida aos alunos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental e aos estudantes do ensino médio de escolas públicas municipais, estaduais e federais contou com mais de 18 milhões de participantes, proporcionando aos medalhistas capacitação e tutoria a distância em matemática, bem como uma bolsa de iniciação científica júnior do CNPq para seis mil medalhistas no valor de R$ 100, o que tem significado importante incentivo aos alunos na escolha de carreiras em ciências exatas, computação e engenharias.

Na área de tecnologias para Cidades Sustentáveis, o ano de 2015 foi promissor com a criação do Centro Multiusuário de Capacitação em Energia Solar Fotovoltaica, em Florianópolis/SC, o mais importante centro do gênero no País. Também em Santa Catarina foi apoiado o desenvolvimento de um protótipo de ônibus elétrico. Já a comunidade de Furo Nazário, em Belém/PA, recebeu o primeiro barco solar do País para ser utilizado como transporte escolar e apoio às atividades produtivas.

Em 2015, iniciou-se a implantação do projeto-piloto de uso de tecnologias atuais de transformação das matérias-primas da agrobiodiversidade, com forte componente de formação de recursos humanos e utilização de energias de fonte renovável para processos fabris no Estado do Amapá no valor de 6 milhões.

O Governo Federal aprovou, junto à Comissão Europeia, o projeto de cooperação na área de Renaturação de Cidades e Soluções Baseadas na Natureza para urbanização sustentável no valor total de R$ 116 mil, e junto ao Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), pelo qual foram captados recursos no valor de R$ 100 milhões para o apoio a projetos de tecnologias inovadoras para cidades sustentáveis, formação de recursos humanos e implementação de ferramentas para apoio a gestão municipal integrada até 2020.

e) Mar e Antártida

O Navio de Pesquisa Hidroceanográfico NPqHo Vital de Oliveira (H-39) representa o avanço do Brasil na incorporação do mar como eixo estratégico nacional, resultado de uma bem-sucedida parceria público-privada. O Vital realiza atividades científicas inéditas, como a manutenção da rede de boias do Projeto Pirata sob responsabilidade do Brasil e o monitoramento do descarte da lama de resíduos do desastre de Mariana/MG, além de outros projetos científicos de vulto.

As intensas atividades de pesquisa do Brasil no Atlântico Sul, incrementadas ainda mais com este novo Navio, colocaram o País em posição de liderança científica na região. Soma-se a isso o movimento mundial na condução da pesquisa oceânica de forma colaborativa, transpondo barreiras comuns a um menor custo.

Dessa forma, dois instrumentos importantes de cooperação internacional foram assinados em 2015: i) uma declaração com a África do Sul, dando início à organização de uma aliança regional de pesquisa no Atlântico Sul e Tropical, inicialmente envolvendo Argentina, Angola e Namíbia, mas aberta a todos os países da região; e ii) uma Declaração de Intenções entre MCTI e União Europeia, a fim de desenvolver *expertise* conjunta e conhecimento científico sobre o Oceano Atlântico e seus sistemas dinâmicos, conduzindo projetos sustentáveis de pesquisa e melhorando o acesso recíproco à infraestruturas, com uma menção especial à mobilidade e ao desenvolvimento de carreiras de pesquisadores e técnicos.

Em 2015, as ações do VIII Plano Setorial para os Recursos do Mar (PSRM) 2012-2015 prosseguiram, com destaque para o apoio à realização de pesquisas científicas no mar, nas ilhas oceânicas e na Área Internacional do Atlântico Sul e Tropical, bem como para o incentivo à formação de recursos humanos em Ciências do Mar. Além das expedições científicas na Ilha da Trindade e no Arquipélago de São Pedro e São Paulo, deu-se início à organização de quatro redes de pesquisa em Biotecnologia Marinha, com atuação nacional. Destaca-se, também, as tratativas para implantar uma estação científica no Arquipélago de Fernando de Noronha. Para 2016, está prevista a continuidade e incremento dessas atividades, com a aprovação do IX PSRM (2016-2019) e do Programa Oceanos, Zona Costeira e Antártida, no Plano Plurianual 2016-2019.

Em relação ao levantamento da plataforma continental brasileira, em 2015, teve prosseguimento o trabalho para expansão do seu limite, tendo sido encaminhada à ONU Proposta Revisada da Área Sul. A Proposta da Área Norte está em elaboração e deve ser apresentada em 2016. A expansão proporcionará aos brasileiros direitos exclusivos de exploração e aproveitamento dos recursos naturais de uma extensa área marítima, além do limite atual de 200 milhas.

Em novembro de 2015, foi assinado o contrato para exploração mineral no Atlântico Sul entre o Serviço Geológico do Brasil e a Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (Isba), para a exploração de cobalto, níquel, platina, manganês, tálio e telúrio no Atlântico Sul. É o primeiro contrato firmado com um país do Hemisfério Sul e coloca o Brasil no seleto grupo de países que estão na vanguarda das pesquisas minerais nos oceanos. Como previsto nesse contrato, o Brasil terá um período inicial de cinco anos para promover a pesquisa científica de ponta em mar profundo, com vistas a estudar e explorar economicamente recursos minerais pelo período total de 15 anos, em uma área de três mil km², numa região conhecida como Elevação do Rio Grande, que é uma área submarina, localizada em águas internacionais no oeste do Atlântico Sul, cerca de 1.100 km da costa do Rio Grande do Sul. Tal oportunidade será essencial para alavancar a capacidade nacional de pesquisa na última fronteira do planeta, possibilitando o desenvolvimento de novas tecnologias e preenchendo uma imensa lacuna do conhecimento no Atlântico.

No âmbito do Programa Antártico Brasileiro (Proantar), foi assinado o contrato com o consórcio chinês CEIEC Corporation, vencedor da licitação internacional, para a reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz com previsão de início em 2016 e término em 2017. Também no âmbito do Proantar, cabe destacar o apoio aos projetos de pesquisa na Antártica. Foram apoiados 24 projetos científicos de diferentes áreas de conhecimento, envolvendo cerca de 300 pesquisadores e alunos, além de apoio ao transporte de carga e pessoal a outros países, como Alemanha, Bulgária, Chile, Coreia do Sul, Equador, Polônia, Portugal e Rússia.

Foi realizada manutenção no módulo de pesquisa remota Criosfera I, atuação científica do Brasil mais ao sul do Planeta, bem como construção do Criosfera II, com previsão de instalação em 2016. Também para 2016, está previsto o apoio a 24 projetos científicos de diferentes áreas de conhecimento, perfazendo um total de cerca de 330 pesquisadores e alpinistas apoiados.

f) Área Nuclear

A crise hídrica que afeta várias regiões do País desde 2014 demonstra a importância da diversificação da matriz de geração de energia, sendo a energia de fonte nuclear uma alternativa essencial que possibilita a oferta de um grande volume energético, de forma contínua e com baixo impacto ambiental.

Nesse contexto, a unidade da empresa Indústrias Nucleares do Brasil S.A. (INB), instalada em Resende/RJ, fabricou, em 2015, 106 elementos combustíveis para as usinas termonucleares Angra 1 e Angra 2 da Eletrobrás Eletronuclear. A INB também vem trabalhando para a concretização do projeto de implantação da Usina de Enriquecimento de Urânio, que teve concluído, em

2015, o comissionamento da Cascata 6 do Módulo 2, possibilitando alcançar a capacidade nominal instalada correspondente a 37% da demanda de uma recarga de combustível de Angra 1.

Ao longo de 2015, a produção atingiu 3.880 kg de urânio enriquecido, o que faz o estoque acumulado atingir a 13.138 kg. Desse estoque, pela primeira vez, um lote de urânio enriquecido, com massa de 6.795 kg, está sendo utilizado para a produção de parte do combustível nuclear da 22ª Recarga de Angra 1, que será entregue em 2016. O restante do estoque e mais o que deverá ser produzido em 2016 serão revertidos para a fabricação das próximas recargas de Angra 1. O atual estágio da Usina de Enriquecimento de Urânio já proporciona a redução do custo e sinaliza a possibilidade de autossuficiência na principal etapa do ciclo do combustível nuclear.

Em 2015, na Unidade de Concentrado de Urânio (URA), foram concedidas pelo Ibama a Licença Instalação, a Autorização de Supressão Vegetal e a Autorização de Afugentamento da Fauna, necessárias para a exploração da Mina do Engenho que teve iniciadas a execução da construção dos acessos e da infraestrutura e a execução das sondagens geotécnicas, necessárias à elaboração do projeto de lavra que servirá de base para a obtenção da Autorização de Lavra da nova mina junto à Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN). O projeto básico da duplicação da capacidade de produção da Planta Química da URA também foi concluído em 2015.

A implantação da Usina de Conversão em Resende/RJ, que abrigará o processo de transformação do concentrado de urânio (*yellowcake*) em hexafluoreto de urânio (UF6), avançou com a conclusão dos estudos preliminares de viabilidade e início dos processos de licenciamento e da contratação de projetos básicos para as unidades de apoio, testes de equipamentos e as atividades de capacitação de pessoal.

O projeto conceitual do Repositório de Rejeitos Radioativos de Baixo e Médio Níveis de Radiação (RBMN) que irá armazenar, de forma definitiva, os rejeitos radioativos de baixo e médio níveis de radiação gerados pelas usinas nucleares e demais atividades nucleares do País, foi elaborado e o local de sua implantação foi tecnicamente pré-selecionado, sendo iniciado o processo de licenciamento ambiental junto ao Ibama. O projeto básico encontra-se em fase final de contratação para implementação em 2016.

O empreendimento Reator Multipropósito Brasileiro (RMB) teve o projeto básico concluído e foram obtidas as licenças prévia (ambiental) e de local (nuclear). O projeto detalhado do reator e sistemas associados encontra-se em fase final de contratação. O RMB consiste na implantação de uma infraestrutura fundamental para o desenvolvimento autônomo das atividades nucleares do País, com capacidade para: i) produzir os radioisótopos utilizados na medicina, indústria e agricultura atualmente dependentes de importação, com ênfase para o molibdênio 99 utilizado em mais de 80% dos procedimentos de diagnóstico de neoplasias; ii) realizar testes de irradiação de combustíveis e materiais para reatores e apoio à operação das usinas de geração núcleo-elétrica; e iii) realizar pesquisas com feixes de nêutrons em várias áreas do conhecimento, elevando o patamar da C&T do País. Para o RMB, o investimento da Finep chega a mais de R$ 230 milhões contratados, tendo sido desembolsados, até o momento, mais de R$ 70 milhões, distribuídos em três diferentes projetos.

A CNEN produziu e forneceu radiofármacos para mais de 430 serviços de medicina nuclear do País, que viabilizaram a realização de 1,5 milhões de procedimentos de medicina nuclear para diagnóstico e terapia de vários tipos de neoplasias.

As ações de proteção radiológica e de metrologia realizadas em instituições das áreas da saúde e da indústria resultaram na utilização segura das radiações ionizantes em 11 milhões de procedimentos de radioterapia e na proteção de mais de 180 mil trabalhadores, do público e do meio ambiente.

A instituição de autorizações e outras transações envolvendo o material nuclear, via Internet, permite o acesso em tempo real aos registros de material nuclear nas instalações pelos órgãos controladores.

O Programa Nuclear da Marinha teve prosseguimento com as obras para construção do Laboratório de Geração Núcleo-Elétrica (Labgene), um protótipo de planta nuclear de geração de energia elétrica que será utilizado como parâmetro para a propulsão do futuro submarino nuclear brasileiro. Em 2015, foi entregue o motor elétrico de propulsão e as obras civis estão em andamento. Destaca-se, também, a montagem da Unidade Piloto de Hexafluoreto de Urânio (Usexa), na qual será produzido insumo para o combustível nuclear desenvolvido com tecnologia totalmente nacional. A montagem da Usexa encontra-se em fase final e os testes pré-operacionais estão em andamento, com conclusão prevista para 2016.

Também para 2016, estão previstos: i) a retomada da produção de concentrado de urânio a ser extraído da Mina do Engenho na Unidade de Concentrado de Urânio, no Estado da Bahia; ii) o término da execução dos acessos e infraestrutura, das drenagens, da decapagem e a obtenção da autorização para operação inicial junto à CNEN para a Mina do Engenho; iii) o término da sondagem de geomecânica da lavra subterrânea da Mina da Cachoeira e a edição do Relatório Preliminar de Análise de Segurança (RPAS) para apresentação à CNEN; iv) a continuidade da implantação da Usina de Enriquecimento de Urânio, com a montagem da infraestrutura eletromecânica das cascatas 7 e 8 do Módulo 3; e v) a entrega dos elementos combustíveis, na unidade de Resende, às usinas termonucleares de Angra dos Reis/RJ, garantindo a estabilidade do sistema elétrico durante e após a realização dos Jogos Rio 2016.

Com vista ao alcance da autonomia estratégica do País no ciclo do combustível nuclear, está em desenvolvimento o projeto de capacitação em engenharia de combustíveis nucleares e na nacionalização dos componentes importados, o que proporciona o desenvolvimento e a qualificação da própria INB e de fornecedores nacionais. Além disso, foram intensificadas as ações visando à capacitação e à qualificação nas atividades de movimentação de combustível no interior dos núcleos dos reatores das usinas de Angra dos Reis, inspeção e reparos de combustíveis irradiados.

Também em busca da autonomia estratégica de aplicação industrial das tecnologias do ciclo do combustível nuclear, será continuado o projeto de implantação da Usina de Conversão de Urânio e na nacionalização da fabricação de componentes utilizados nos elementos combustíveis, na nacionalização de serviços de movimentação de combustíveis irradiados nas usinas, inspeções e reparos em combustíveis e operações de abertura e fechamento de núcleo dos reatores nas paradas para troca de combustíveis.

g) Área Espacial

No ano de 2015, os esforços voltados para a produção de satélites e a infraestrutura nacional para suas aplicações apresentaram importantes progressos, com o início efetivo da produção de imagens do satélite sino-brasileiro de recursos terrestres CBERS-4, lançado em fins de 2014. Houve, também, avanços nos trabalhos de produção, integração e testes do satélite sino-brasileiro CBERS-4A, previsto para ser lançado em 2018, e que também será utilizado para monitorar o meio ambiente em geral, e os setores agrícola e florestal em particular, restabelecendo e aumentando a capacidade nacional para a produção de imagens de sensoriamento remoto, interrompida em 2010, com o encerramento das atividades do satélite CBERS-2B.

Foi concluída, também em 2015, a importante fase do projeto de domínio de tecnologias de construção de satélites de porte médio, envolvendo os testes do Modelo Térmico do Satélite Amazônia-1 no Laboratório de Integração e Testes (LIT) do Inpe, que simulam as condições em órbita enfrentadas pelo satélite. O fim dessa etapa possibilita os preparativos para a integração e testes

do modelo elétrico, que visam verificar e validar as funcionalidades e interfaces entre os subsistemas que serão, posteriormente, integrados e testados no modelo de voo do satélite Amazônia-1, com lançamento previsto para o biênio 2017-2018.

Destaca-se o lançamento, pela Agência Espacial Brasileira (AEB) e pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), do Edital de Subvenção Econômica à Inovação, no valor de R$ 53 milhões, para apoiar projetos de empresas brasileiras referentes à transferência das tecnologias previstas no Acordo de Transferência de Tecnologia Espacial, firmado pela AEB no âmbito do Decreto nº 7.769, de 28 de junho de 2012.

A ação dará continuidade ao aperfeiçoamento das capacitações associadas às aplicações de comunicações e defesa do território nacional, apoiando a formação de profissionais brasileiros na França como parte do Plano de Absorção de Tecnologia do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC).

Nos esforços de estímulo e promoção da maior participação do meio acadêmico nas atividades espaciais, em particular no desenvolvimento de micro e nano satélites, cabe destacar o lançamento do satélite AESP-14, que foi ejetado em órbita com sucesso da Estação Espacial Internacional (ISS). Desta forma, cumpriu-se importante etapa de aprendizado para estudantes universitários, além do lançamento com sucesso do nanossatélite, que consolida o primeiro "*cubesat*" nacional do projeto Sistema Espacial para Realização de Pesquisas e Experimentos com Nanossatélites (Serpens).

Ao longo de 2015, foram concluídos os planos, adquiridos os equipamentos e firmados os contratos necessários para a implantação do Centro Vocacional Tecnológico Espacial (CVT) em Natal/RN, nas dependências do Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI), iniciativa inovadora com o objetivo de disseminar o conhecimento científico e tecnológico da área espacial.

Na questão relacionada ao domínio de tecnologias críticas para a área espacial, no que tange à propulsão líquida de veículos lançadores, foi concluído, no Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE), o banco de testes de turbobombas. Este laboratório permitirá a capacitação de equipes, a aquisição de conhecimentos, métodos, técnicas e processos, assim como a realização de ensaios dos componentes necessários à propulsão líquida.

Os esforços para a conquista dos meios de acesso ao espaço também têm avançado com a consolidação do acordo espacial com a Agência Espacial Alemã (DLR), particularmente para as atividades de desenvolvimento e preparação do Veículo Lançador de Microssatélites VLM-1. Além disso, foram realizados diversos lançamentos suborbitais de veículos de sondagem, transportando cargas úteis com objetivos científicos e tecnológicos, em parceria com o programa europeu de microgravidade. Cabe destacar, também, a Operação São Lourenço, cujo objetivo principal era a realização do 1º voo de testes do Satélite de Reentrada Atmosférica (Sara), ainda em missão suborbital. Embora a missão de lançamento não tenha tido sucesso, o desenvolvimento do Sara prosseguirá por tratar-se de importante plataforma para a realização de experimentos pela comunidade espacial brasileira e que também significará avanço relevante nas tecnologias críticas relacionadas ao controle de atitude e à dinâmica da reentrada de artefatos espaciais na atmosfera terrestre.

No plano da cooperação internacional, destacam-se, ainda, os importantes esforços desenvolvidos por Brasil e China, com vistas à consolidação do Plano Decenal Sino-Brasileiro de Cooperação Espacial 2013-2022 que, dentre várias iniciativas conjuntas, propõe a continuidade do Programa de Satélites da família CBERS, compreendendo, agora, o desenvolvimento do já citado CBERS-4A e seu prosseguimento com uma nova geração de satélites denominados CBERS-5 e CBERS-6.

Com os EUA, foram assinados pela AEB acordos com a Administração Nacional de Aeronáutica e Espaço (Nasa), por ocasião da visita oficial da Presidenta da República a Washington. Um desses acordos atribui à AEB a responsabilidade pela coordenação no Brasil das ações do Programa de Aprendizagem e Observações Globais em Benefício do Meio Ambiente (Globe), desenvolvido pela agência americana, envolvendo ações de ciência e educação ambiental com a integração de estudantes, professores e cientistas. Para tanto, monitores brasileiros já receberam treinamento e um projeto-piloto se iniciará junto a até 16 escolas do Distrito Federal em 2016.

Por fim, houve a assinatura de contrato entre o Laboratório Nacional de Astrofísica (LNA/MCTI) com a empresa russa Roscosmos para o financiamento de telescópio visando o monitoramento de detritos espaciais nas instalações do LNA, com recursos da empresa russa.

Igualdade de
Direitos e de
Oportunidades
III

III – IGUALDADE DE DIREITOS E OPORTUNIDADES

1. Redução das Desigualdades, Proteção Social e Segurança Alimentar e Nutricional

a) Redução da Pobreza e das Desigualdades

As taxas de pobreza e extrema pobreza vêm se reduzindo consistentemente no Brasil ao longo da última década. Ao se considerar diversas fontes de pesquisa provenientes dos mais respeitados centros de estudo, que utilizam diferentes metodologias para delinear as linhas de pobreza e extrema pobreza, demonstra-se claramente uma redução paulatina em suas taxas de incidência. No caso da extrema pobreza, a maior parte das pesquisas apresenta resultados convergentes no sentido de que a incidência alcançou patamar inferior a 5% da população.

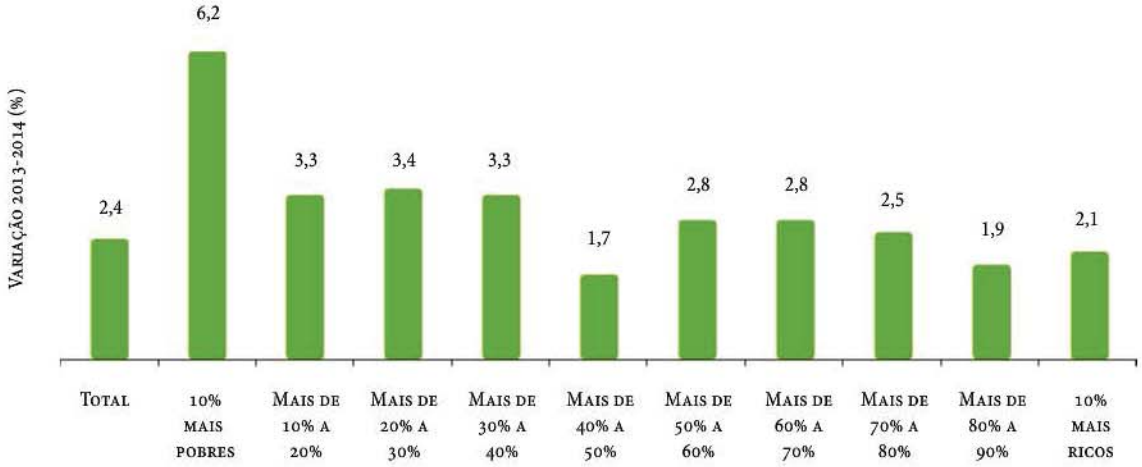
Os dados obtidos a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Pnad/IBGE), divulgados em 2015, indicam um percentual de 2,5% de extrema pobreza em 2014. Para isso, contribuíram o aumento do rendimento médio do trabalho, a política de valorização do salário mínimo e os programas governamentais de transferência direta de renda, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e, especialmente, o Programa Bolsa Família (PBF).

Evolução da pobreza e extrema pobreza no Brasil (% da população) – 2004-2014

Fonte: Secretaria de Gestão da Informação – MDS (Sagi/MDS), baseado na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/IBGE).

Na análise das faixas de renda segregada em decis, a tendência de crescimento da renda dos mais pobres permanece no biênio 2013 e 2014. Com base em dados da Pnad/IBGE, os segmentos com renda mais baixa, especialmente os 10% mais pobres, tiveram acréscimos percentuais de rendimento maiores do que os grupos com renda mais elevada.

Variação do rendimento real mensal *per capita* por decil de renda – 2013-2014

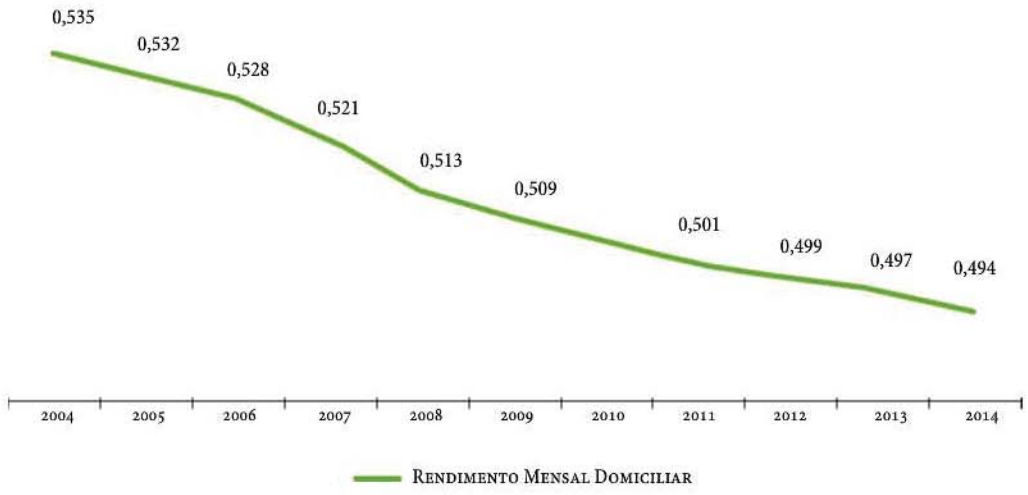


Fonte: Secretaria de Gestão da Informação – MDS (Sagi/MDS), baseado na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/IBGE).

A redução da desigualdade social também se observa durante o período e se dá no mesmo contexto da redução da pobreza. Se por um lado o Estado conseguia chegar às pessoas com deficiência e aos idosos pobres, seja com o Benefício de Prestação Continuada (BPC), seja com a aposentadoria rural, ficavam descobertas famílias jovens com crianças, notadamente na extrema pobreza. O esforço com o Plano Brasil Sem Miséria (BSM) e o Brasil Carinhoso foi o de chegar com a rede de proteção às crianças pobres no Brasil. Os valores mostram que entre 0 e 6 anos, de 2004 a 2014, o patamar da taxa de pobreza se reduziu de 36% para 14%, promovendo mudanças estruturais na vida da população brasileira.

O indicador mais utilizado para mensurar a desigualdade, o Índice de Gini demonstra também que a distância entre ricos e pobres vem se reduzindo. Esse indicador expressa a desigualdade na distribuição de renda variando entre 0 e 1, sendo que 0 corresponde à completa igualdade e 1 à completa desigualdade. Em 2014, o índice se aproximou mais de zero, passando de 0,535, em 2004, para 0,494.

Índice de Gini do rendimento mensal real domiciliar – 2004-2014



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/IBGE).

O Bolsa Família tem papel fundamental neste processo ao atender cerca de 13,9 milhões de famílias em situação de extrema pobreza e de pobreza. Nos últimos anos, o Programa passou por diversas transformações e aperfeiçoamentos visando alcançar maior efetividade na redução da miséria, com destaque, entre as medidas mais recentes, para a criação do Benefício para a Superação da Extrema Pobreza (BSP), em 2012, voltado diretamente para eliminar o hiato da extrema pobreza; e o aumento em 10% nos valores da renda familiar per capita que caracterizam as linhas de pobreza (de R$ 140 para R$ 154) e de extrema pobreza (de R$ 70 para R$ 77) para efeito de concessão do benefício.

A busca das famílias mais vulneráveis por meio da estratégia da busca ativa associada ao aperfeiçoamento do Cadastro Único de Programas Sociais (Cadastro Único) ocupa papel central na estratégia de alcançar a totalidade das famílias que se encontram na situação socialmente mais vulnerável. O Cadastro Único é um instrumento fundamental para se conhecer o perfil desse segmento e serve de subsídio para a formulação de políticas destinadas a esse público, difícil de ser alcançado pelas políticas públicas.

b) Plano Brasil Sem Miséria

O Plano Brasil Sem Miséria (BSM), instituído em 2011, representa um conjunto estruturado de ações que serve de catalisador das políticas sociais e de ampliação dos recursos financeiros e das sinergias. Além de promover maior integração aos programas sociais, representou um avanço no sentido de atacar de forma incisiva a pobreza em suas múltiplas dimensões, na medida em que não se resume à garantia de renda, variável mais diretamente associada a esse fenômeno. Além da transferência de renda, o Plano está centrado em duas grandes linhas de ação: i) a inclusão produtiva; e ii) o acesso aos serviços públicos. Portanto, está focado numa dimensão mais ampla da pobreza, já que o acesso a serviços públicos, tais como saúde, educação e assistência social, segurança alimentar e nutricional, bem como a criação de oportunidades de trabalho e emprego, também são elementos fundamentais para mitigar a exclusão social e proporcionar o almejado rompimento do ciclo da pobreza.

Numa perspectiva mais ampla, é importante destacar que o processo de superação do ciclo intergeracional da pobreza requer continuidade e persistência nas políticas públicas, além de constantes aperfeiçoamentos, já que implica em mudanças estruturais que necessitam de longo prazo para se concretizarem. O rompimento na continuidade de tais políticas pode acarretar retrocessos nas condições sociais da população que poderão levar anos ou décadas para serem recuperadas.

Ao longo de mais de quatro anos desde a sua criação, o BSM foi o fio condutor de grandes avanços sociais, fruto da materialização de objetivos e metas. O Plano adotou uma estratégia intersetorial para diminuir a pobreza, nas várias formas em que ela se manifesta, baseada nos citados três eixos – garantia de renda, inclusão produtiva e acesso a serviços. Todas as metas colocadas para o Plano até o final de 2014 foram alcançadas ou, na maioria dos casos, superadas, conforme demonstram dados amplamente divulgados.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/IBGE), que foi a campo em 2014 e teve os resultados divulgados em 2015, confirmou o que os dados administrativos do Governo Federal já haviam apontado: com incidência na casa de 2,5%, o Brasil conseguiu superar a miséria. De acordo com os parâmetros do Banco Mundial, pode-se considerar a extrema pobreza erradicada quando ela está abaixo do patamar de 3% da população. No que diz respeito às principais organizações internacionais que acompanham os dados de alimentação e pobreza no mundo, o Brasil saiu tanto do mapa da fome, conforme a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), quanto do mapa da miséria.

De um ponto de vista multidimensional, ou seja, levando em conta não só a renda, mas outras dimensões da pobreza, a situação do País é ainda melhor: a taxa de pobreza multidimensional chegou a 1% da população em 2014. A metodologia usada para chegar a esse número foi desenvolvida pelo Banco Mundial e inclui, além da renda, informações de outras seis dimensões: i) educação; ii) acesso à água; iii) saneamento; iv) eletricidade; v) moradia; e vi) bens. Os Programas Bolsa Família, Água para

Todos, Luz para Todos e Minha Casa Minha Vida são alguns dos que, articulados sob a ótica da redução da pobreza pelo Plano Brasil Sem Miséria, contribuíram para alcançar esse resultado.

O ano de 2015 foi um período de avaliação dos resultados alcançados pelo Plano Brasil Sem Miséria e de desenho de uma nova fase, com quatro objetivos principais. O primeiro deles é consolidar as conquistas obtidas pela população que já superou a extrema pobreza, mantendo e fortalecendo as políticas que contribuíram para isso. O segundo é avançar nas iniciativas de inclusão econômica, proporcionando oportunidades aos jovens mais pobres e ampliando o apoio ao empreendedorismo. O terceiro é garantir o atendimento a públicos e localidades para os quais a pobreza é mais persistente, com o apoio de um dos maiores legados do Plano Brasil Sem Miséria: a estratégia de busca ativa. E o quarto objetivo é apoiar a implementação do Plano Nacional de Educação (PNE), visto que várias de suas metas têm componentes relativos à equidade no acesso e ao atendimento de públicos típicos do Brasil Sem Miséria.

Em 2015, foram investidos R$ 40 milhões em ações de economia solidária beneficiando diretamente mais de 20,4 mil pessoas. Entre 2011 e 2015, foram beneficiadas 260 mil pessoas e apoiados 15 mil empreendimentos econômicos solidários que atuam na geração de oportunidades de trabalho e renda para pessoas em situação de pobreza extrema.

c) Programa Bolsa Família

Principal ação do eixo de garantia de renda do Plano Brasil Sem Miséria, o Programa Bolsa Família (PBF) completou 12 anos de existência em 2015. Com ele, foi possível alcançar índices cada vez menores de pobreza, o que permitiu ao País celebrar a primeira geração de crianças brasileiras nas escolas e livres da fome.

O Programa atendeu cerca de 13,9 milhões de famílias no ano passado, que receberam, em média, R$ 162 mensais, com um volume de recursos da ordem de R$ 27 bilhões. Com esses valores transferidos às famílias, resultados significativos no combate à pobreza e à exclusão social foram alcançados. Estudos demonstram que o Programa foi responsável por pelo menos 15% da queda na desigualdade da renda *per capita* domiciliar das famílias brasileiras.

O investimento no Bolsa Família para enfrentar a pobreza gera também impactos positivos na saúde e na educação da população beneficiada, decorrentes das condicionalidades, que visam ao reforço dos direitos sociais básicos e à ampliação do acesso aos serviços públicos, contribuindo para o rompimento do ciclo de pobreza entre as gerações.

Na área de educação, o acompanhamento da frequência escolar atingiu, ao longo do ano, 17 milhões de alunos. Mais de 95% dos estudantes beneficiários entre 6 e 17 anos cumpriram a presença mínima exigida para os alunos do Bolsa Família entre os que tiveram a frequência registrada. Estudos demonstram que os alunos beneficiários do Programa PBF também têm menores taxas de abandono escolar que os demais alunos da rede pública — tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio — e taxas de aprovação equiparada aos demais alunos. Além disso, a parceria entre o Bolsa Família e os programas da área de educação prosperou para que 37 mil escolas com maioria de alunos beneficiários mantivessem atividades em tempo integral.

Já na área da saúde, dados do acompanhamento da condicionalidade no primeiro semestre de 2015 mostram que quase nove milhões de famílias foram acompanhadas. Nelas, 5,5 milhões de crianças tiveram seus cartões de vacinação atualizados, conforme prevê o calendário do Ministério da Saúde. Das 234 mil gestantes beneficiárias identificadas, 99% fizeram o pré-natal em dia, contribuindo para a diminuição da taxa de mortalidade infantil e para a redução dos índices de deficiência nutricional crônica no País. Durante o ano de 2015, foram publicados novos estudos que demonstraram que, além do impacto sobre a saúde de

crianças e adolescentes acompanhados pelo Programa, o Bolsa Família contribui indiretamente para a redução da incidência de hanseníase e tuberculose nas comunidades com alta cobertura do Programa.

O alcance do Bolsa Família e seus resultados positivos estão vinculados ao fortalecimento do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único), instrumento fundamental, tendo em vista que proporciona a localização, a identificação e a caracterização socioeconômica da população antes invisível ao Estado. Ao final do ano de 2015, 27,1 milhões de famílias estavam cadastradas, sendo 72% delas com informações atualizadas. Mais de 12 milhões das famílias inscritas são extremamente pobres e, atualmente, são 15 programas sociais que selecionam seu público a partir dos dados do Cadastro Único.

Todos esses resultados foram alcançados com o envolvimento e o compromisso dos 26 Estados, do Distrito Federal e dos 5.570 Municípios em prol da qualidade na gestão do Programa. Os entes receberam recursos do Governo Federal, com base no esforço realizado na atualização de cadastros e no acompanhamento de condicionalidades, calculados por meio do Índice de Gestão Descentralizada (IGD). Ao longo de 2015, a União repassou R$ 392 milhões para serem aplicados na gestão descentralizada do PBF.

Esses valores demonstram que o Bolsa Família é um programa de grandes impactos sociais com custo operacional muito baixo. O orçamento total do Programa para atender a aproximadamente um quarto da população no País, considerando o pagamento dos benefícios e o apoio à gestão, não chega a 0,5% do PIB.

O principal objetivo do Programa Bolsa Família para o ano de 2016 é continuar contribuindo com a redução da pobreza por meio da transferência direta de renda. Diante do período de redução da atividade econômica, é fundamental garantir acesso ao PBF para todas as famílias pobres que dele precisarem, garantir os recursos para sua execução e manter a taxa de atendimento em níveis elevados. É preciso reforçar as ações de comunicação com as famílias beneficiárias, utilizando tecnologias de ponta, como a TV digital e os aplicativos de celular, buscando ampliar o conhecimento sobre as regras de funcionamento do Bolsa Família e dar maior segurança às famílias atendidas e fortalecer a parceria com o Ministério da Educação, para que as escolas onde estudam as crianças e os adolescentes do Programa sejam priorizadas nas iniciativas do Plano Nacional de Educação.

O Cadastro Único deverá manter os níveis de atualização e ampliar seus mecanismos de qualificação das informações, por meio da integração com outros registros administrativos federais, zelando continuamente pela segurança da informação e pela privacidade dos cidadãos cadastrados. Além disso, também é responsável por desenvolver mecanismos para atuar de forma mais coordenada com as demais políticas que utilizam suas informações, para catalisar esforços de atuação no nível local.

O conjunto de conquistas alcançadas pelo Bolsa Família e pelo Cadastro Único são importantes para que o País continue apresentando resultados expressivos na estratégia de erradicação da extrema pobreza, visando preservar e avançar na redução da desigualdade e na melhoria das condições de vida da população mais vulnerável, que, historicamente, foi alijada do exercício de direitos. Trata-se de fortalecer alicerces para que, a longo prazo, o Estado de Bem-Estar brasileiro possa aproximar-se daqueles mais consolidados, alcançando uma sociedade mais justa e com oportunidades para toda a sua população.

d) Benefícios e Serviços Socioassistenciais

O Governo Federal tem implementado um conjunto de ações visando apoiar a proteção social ofertada pelo Sistema Único de Assistência Social (Suas). A cobertura das ações socioassistenciais e a capacidade de atendimento da rede instalada para operacionalizar o Suas vêm sendo desenvolvidas em parceria com os Municípios, os Estados e o Distrito Federal.

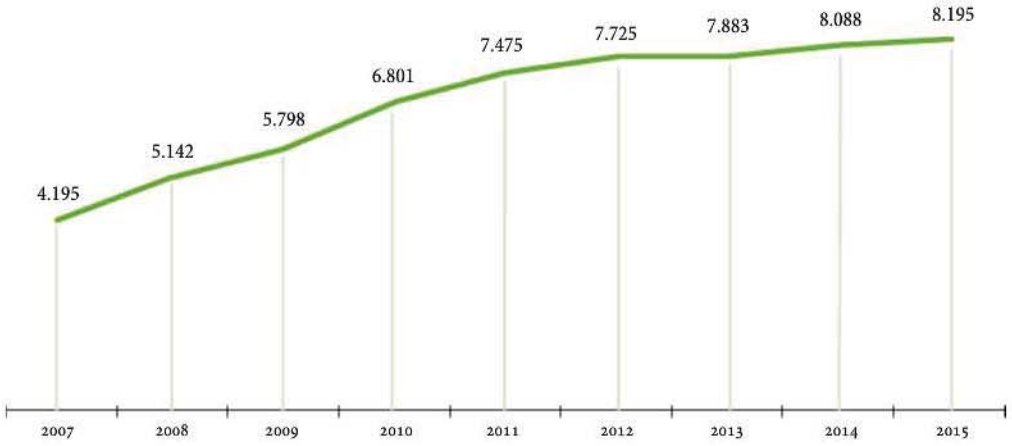
d.1) Proteção Social Básica

A Proteção Social Básica oferta um conjunto de serviços, programas e projetos socioassistenciais dirigidos às famílias em situação de vulnerabilidade social com o objetivo de prevenir situações de risco (abandono, negligência, violência, dentre outras), por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Os principais serviços são o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif) e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Dados preliminares do Relatório Mensal de Atividades da Secretaria Nacional de Assistência Social (RMA/SNAS) apontam que o Paif realizou, em 2015, mais de 16,7 milhões de atendimentos e acompanhou mais de um milhão de famílias.

Visando à universalização da oferta e à equalização do cofinanciamento, em novembro de 2013, foi implementado o reordenamento do SCFV, aceito por 5.038 Municípios. No último trimestre de 2015, esses Municípios confirmaram a participação efetiva de 1,41 milhão de usuários no serviço, dos quais 740 mil pertenciam ao público prioritário, composto por crianças e adolescentes em situações de trabalho infantil, de rua, de abuso e exploração sexual, em cumprimento de medidas socioeducativas, bem como pessoas com deficiência, idosos, dentre outros.

O CensoSuas-2014 registrou a existência de 8.088 Centros de Referência em Assistência Social (Cras), equipamento público de oferta de serviços de proteção básica, em 5.485 Municípios e no Distrito Federal, responsáveis pela cobertura de mais de 27,5 milhões de famílias. Atualmente, o Governo Federal cofinancia unidades em 99,6% dos Municípios.

Brasil: Evolução do quantitativo de Cras – 2007-2015



Fonte: CensoSuas (2007-2014) e Sistema de Cadastro do Suas – CadSuas (novembro de 2015), MDS.

Em áreas rurais ou de difícil acesso, em isolamento ou com dispersão populacional, o Cras pode contar com equipes volantes. Em 2015, o cofinanciamento federal para os serviços realizados por equipes volantes alcançou 1.083 Municípios, responsáveis por 1.254 equipes. Em 2015, iniciou-se a construção de 15 lanchas (tipo 2, oceânicas) da Assistência Social para o transporte hidroviário dessas equipes em Municípios da Amazônia Legal. Outras 123 lanchas (tipo 1, utilizadas em águas abrigadas) doadas pelo Governo Federal já atendem a Municípios da Amazônia Legal e do Pantanal.

Para 2016, estão previstas dotações da ordem de R$ 1,37 bilhão, para as ações da proteção social básica, com vistas à manutenção e à estruturação da rede de atendimento existente e o cofinancimento dos serviços prestados.

d.2) Proteção Social Especial

A Proteção Social Especial (PSE) tem como objetivo contribuir para a reconstituição de vínculos familiares e comunitários, o fortalecimento de potencialidades e a proteção de famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, que se encontram sob ameaça ou violação de direitos. Entre estes estão os vitimados por: i) violência física e psíquica; ii) negligência; iii) abandono; iv) violência sexual; v) situação de rua; e vi) trabalho infantil, dentre outras. As ações da PSE são dispostas em dois níveis de complexidade, média e alta, de acordo com as situações vivenciadas pelos indivíduos ou famílias.

d.2.1) Média Complexidade

Os serviços prestados em nível da média complexidade incluem a orientação e o apoio especializado e continuado a indivíduos e famílias em situações de risco pessoal ou social por violação de direitos, cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos. Nesse sentido, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) oferta os seguintes serviços: i) Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (Paefi); ii) Especializado de Abordagem Social; iii) Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas (MSE); iv) Liberdade Assistida (LA); e v) Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), dentre outros.

Ao final de 2015, o Governo Federal cofinanciava a oferta dos serviços em 2.518 Creas, sendo 2.247 implantados (2.202 municipais e 45 regionais) e 271 em processo de implantação (34 municipais e 237 regionais). Além dessa rede cofinanciada, existem outras 200 unidades em funcionamento. A rede cofinanciada está distribuída pelos 26 Estados e no Distrito Federal, resultando em uma capacidade de atendimento mensal a cerca de 142 mil famílias e indivíduos.

Também merece destaque, em 2015, o cofinanciamento: i) 503 equipes de Abordagem Social, em 265 Municípios; ii) de 2.229 grupos de Medidas Socioeducativas, em 1.009 Municípios; iii) 233 Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua (Centro POP), em 207 Municípios; iv) 17 Serviços de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência e suas famílias (Centro Dia); e v) para a realização de ações estratégicas para erradicação do trabalho infantil, em 957 Municípios, no Distrito Federal e nos 26 Estados. Além disso, são oferecidos serviços de habilitação e reabilitação para pessoas com deficiência e idosos em 1.558 Municípios.

Em resposta às mudanças na configuração do trabalho infantil no País, diagnosticadas a partir do Censo IBGE de 2010, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) foi redesenhado em 2013, visando acelerar a erradicação do trabalho infantil, por meio de ações intersetoriais de sensibilização, de identificação e de proteção às crianças, aos adolescentes e suas famílias. Em 2015, foi fortalecido o diálogo com os demais entes federados, visando a implementação do novo desenho do Programa. Nesse sentido, foi garantida a oferta de recursos para todos os Estados, o Distrito Federal e os 957 Municípios com alta incidência de trabalho infantil, em apoio à estruturação das agendas locais e regionais de erradicação do trabalho infantil.

d.2.2) Alta Complexidade

A proteção social especial de alta complexidade organiza serviços de acolhimento em diferentes tipos de equipamentos, destinados a famílias ou aos indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral. A organização do serviço deverá garantir privacidade, o respeito aos costumes, às tradições e à diversidade de ciclos de vida, arranjos familiares, raça, etnia, religião, gênero e orientação sexual.

Em 2015, foram cofinanciadas: i) 38.240 vagas em 782 Municípios e 16 Estados para o serviço de acolhimento a idosos e mulheres em situação de violência; ii) 31.350 vagas para os serviços de acolhimento a crianças e adolescentes, em 1.162 Municípios e dez Estados; iii) 119 residências inclusivas, em 80 Municípios e cinco Estados, para a oferta do serviço de acolhimento a jovens e adultos com deficiência em situação de dependência; e iv) um conjunto de 22.225 vagas para os serviços de acolhimento a adultos e famílias, destinado à população em situação de rua e migrantes, sob a gestão de 194 Municípios, de dez Estados e do Distrito Federal.

Também em 2015, um conjunto de 28 entes federados receberam recursos do Serviço de Proteção Social em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências, que realiza trabalho social com indivíduos e famílias afetados por desastres, em complementaridade às ações de defesa e proteção civil, com provisão de atendimento psicossocial, apoio à manutenção de abrigos emergenciais e demais provisões necessárias à oferta do Serviço, que acolheu 33.150 pessoas em abrigos temporários.

Para 2016, estão previstas dotações no montante de R$ 648,8 milhões, para as ações da proteção social especial, destinadas ao cofinanciamento dos serviços prestados à manutenção e à estruturação da rede de atendimento.

d.3) Rede Privada de Assistência Social

As entidades de assistência social de natureza privada, inscritas nos conselhos de assistência social dos Municípios e Distrito Federal, são unidades de prestação de serviços socioassistenciais integradas ao Sistema Único de Assistência Social (Suas). O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome (MDS) está implantando o Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social (CNEAS), instrumento pelo qual os órgãos gestores locais de assistência social informarão as ofertas socioassistenciais das entidades, seus trabalhadores e colaboradores e seu público-alvo.

Em 2015, a concessão e a renovação dos Certificados de Entidades Beneficentes de Assistência Social (Cebas) ficou mais ágil com significativa redução do volume de processos pendentes de decisão. Em 2015, esse passivo foi reduzido de 7,3 mil para 2,2 mil processos, o que representa uma redução de, aproximadamente, 70%. Ao final de 2015, usufruíam da certificação um conjunto de 5,8 mil entidades, possibilitando o cofinanciamento indireto dessas entidades.

d.4) Benefício de Prestação Continuada

Em 2015, a cobertura do Benefício de Prestação Continuada (BPC) alcançou 4,2 milhões de beneficiários, sendo 2,3 milhões de pessoas com deficiência e 1,9 milhão de idosos, representando um investimento de R$ 40,2 bilhões. Para 2016, estima-se que o BPC beneficiará aproximadamente 2,4 milhões de pessoas com deficiência e dois milhões de idosos, com investimentos de R$ 45 bilhões. A expansão do quantitativo de beneficiários reflete mudanças demográficas, sociais e legais, bem como os esforços para superação de barreiras de acesso ao benefício, visando à efetiva universalização para todos aqueles que atendam aos critérios estabelecidos legalmente. O Governo Federal está finalizando estudos para a definição de critérios complementares ao corte de renda familiar *per capita* como indicativos de vulnerabilidade para aferição da necessidade de acesso ao benefício, em cumprimento ao disposto na Lei de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.

O Governo Federal coordena a implementação de programas intersetoriais que envolvem ações interfederativas voltadas à superação das barreiras vivenciadas pelas pessoas com deficiência beneficiárias do BPC, potencializando o seu acesso às políticas públicas. Dentre esses, o Programa BPC na Escola, que tem como objetivo promover a elevação da qualidade de vida e da dignidade das pessoas com deficiência beneficiárias, prioritariamente de crianças e adolescentes até 18 anos, garantindo-lhes acesso e permanência na escola, assim como o acompanhamento dessas crianças, desses jovens e de suas famílias, favorecendo

seu desenvolvimento e a inclusão social. Em 2015, a cobertura do BPC na Escola atingiu 4,7 mil Municípios participantes, contribuindo para a inclusão escolar de 459 mil beneficiários.

O Programa BPC Trabalho visa promover o protagonismo e a participação social dos beneficiários com deficiência, prioritariamente na faixa etária de 16 a 45 anos, por meio da superação de barreiras, fortalecimento da autonomia, acesso à rede socioassistencial e de outras políticas, à qualificação profissional e ao mundo do trabalho. O BPC Trabalho atua no sentido de promover a superação da concepção de deficiência associada a noções de improdutividade, doença e incapacidade, buscando propiciar ao seu público destinatário oportunidades de desenvolvimento de suas potencialidades e habilidades, bem como assegurar a garantia do direito ao exercício do trabalho decente, isto é, não precarizado e sob ampla proteção social. A ação articula-se com o Programa de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho (Acessuas Trabalho), que tem os beneficiários do BPC entre seu público prioritário. No período de 2012 a 2015, os Municípios realizaram visitas domiciliares a 69,6 mil beneficiários, resultando na matrícula de 1,4 mil destes em cursos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

d.5) Programa Nacional de Acesso ao Mundo do Trabalho

O Programa Nacional de Acesso ao Mundo do Trabalho (Acessuas Trabalho) objetiva integrar os usuários da assistência social ao mundo do trabalho, que são encaminhados a oportunidades de qualificação profissional, ofertados no âmbito do Pronatec. Até o primeiro semestre de 2015, 1.383 Municípios mobilizaram o público alvo da assistência social para o preenchimento de 596 mil vagas, pactuadas em 2014. No segundo semestre do ano, foi aprovada a prorrogação do Programa até 2018 e iniciada a discussão de novas regras para sua execução.

e) Segurança Alimentar e Nutricional

e.1) Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) conta com a adesão de todos os Estados e do Distrito Federal, além de 89 Municípios. Em 2015, foi desenvolvido o sistema informatizado para promover a adesão dos Municípios ao Sisan, que estará disponível no portal da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan) em 2016. A partir desse ano, serão realizadas atividades para impulsionar a adesão dos Municípios, como a realização de oficinas regionais.

Em 2015, foi reeditado o Mapeamento das Ações de Segurança Alimentar e Nutricional (MapaSAN), que contou com a participação de 2.430 Municípios, reunindo informações sobre as ações e os programas, os equipamentos públicos e as estruturas existentes relacionados à garantia do direito humano à alimentação adequada.

Foi realizada, em Brasília/DF, entre 3 e 6 de novembro de 2015, a 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que contou com a presença de cerca de dois mil participantes. Na Conferência, foram celebradas as conquistas obtidas nos últimos anos na área de segurança alimentar e nutricional, entre elas a saída do Brasil do Mapa da Fome da FAO, assim como foram debatidos os principais desafios da agenda de segurança alimentar e nutricional para os próximos anos, como a promoção da alimentação saudável. Na ocasião, foi apresentado, também, o balanço do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Plansan) 2012/2015, e foram apresentadas propostas para a elaboração do II Plansan 2016/2019.

Entre as ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN), destaca-se a publicação do Decreto nº 8.553, de 3 de novembro de 2015, que institui o Pacto Nacional para Alimentação Saudável, com a finalidade de ampliar as condições de oferta, disponibilidade e consumo de alimentos saudáveis e combater o sobrepeso, a obesidade e as doenças decorrentes da má

alimentação. Além disso, foi dada continuidade, em 2015, à execução de ações permanentes de EAN, como: i) o apoio a cursos voltados aos profissionais da assistência social, saúde e educação e às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família; ii) o lançamento do curso a distância para a implementação dos Cadernos de EAN nos serviços socioassistenciais do SUAS; e iii) o aprimoramento da rede virtual Ideias na Mesa.

e.2) Programa de Aquisição de Alimentos

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, que são distribuídos gratuitamente a pessoas ou famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional que precisam de suplementação alimentar e, também, a entidades de assistência social, restaurantes populares, cozinhas comunitárias, bancos de alimentos, entre outros.

De acordo com dados preliminares de 2015, o PAA beneficiou mais de 96 mil agricultores familiares fornecedores e, aproximadamente, 9,2 mil entidades, totalizando cerca de R$ 500 milhões de recursos investidos no Programa.

Por meio da modalidade Compra Institucional do PAA – a qual permite que órgãos e entidades dos poderes públicos dos entes federados adquiram alimentos da agricultura familiar, com recursos próprios – foram realizadas 23 chamadas públicas em 2015 com execução de R$ 24,9 milhões, utilizando-se o marco legal do PAA. Desse valor, R$ 15,2 milhões correspondem a quatro chamadas públicas, realizadas pelo MDS/Conab, para atendimento da Ação de Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Especificos. Consideradas as aquisições realizadas por Estados que possuem legislação própria para compras de alimentos da agricultura familiar (DF, SP, MG e RS), o valor executado total, em 2015, alcança R$ 42,5 milhões, beneficiando 91 organizações da agricultura familiar.

Em 2015, foi publicado o Decreto nº 8.473, de 22 de junho de 2015, que estabelece, no âmbito da administração pública federal, que um percentual mínimo de 30% dos recursos destinados à compra de gêneros alimentícios seja empregado na aquisição de produtos de agricultores familiares e suas organizações, empreendedores familiares rurais e demais beneficiários da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. O normativo entrará em vigor a partir de 2016, abrindo um novo e forte mercado para a agricultura familiar.

e.3) Assistência Técnica e Extensão Rural e Fomento

No período 2011-2015, 358 mil famílias de agricultores familiares em situação de extrema pobreza receberam os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria, incluindo assentados da reforma agrária, quilombolas, indígenas, pescadores e extrativistas. Desse total, 196,7 mil famílias foram apoiadas com recursos financeiros não reembolsáveis nos valores de R$ 2,4 mil ou de R$ 3 mil, a depender da modalidade, pelo Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, com cerca de 49 mil novas adesões em 2015. Das 358 mil famílias que receberam assistência, 88% são chefiadas por mulheres.

e.4) Acesso à Água

O Programa Água para Todos, mesmo após ter superado em 2014 a meta de 750 mil cisternas de consumo previstas no Plano Brasil Sem Miséria, continuou a entrega dessa e de outras tecnologias sociais, especialmente na área rural do semiárido brasileiro. Em 2015, foram disponibilizadas cerca de 125,7 mil cisternas de água para consumo humano e 53,5 mil tecnologias sociais de acesso à água para produção de alimentos. O Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água (Programa Cisternas), do MDS, foi o responsável pelas entregas de cerca de 86,2 mil cisternas de

placas e de 52 mil das tecnologias de água para a produção. No âmbito do Água para Todos, cerca de 907,5 mil cisternas de consumo e mais de 158 mil tecnologias de água para produção foram entregues desde 2011.

Cabe destacar, além disso, que o Programa Cisternas iniciou a implementação de cinco mil cisternas nas escolas rurais do semiárido, tendo sido entregues, em 2015, cerca de 1,7 mil cisternas, e deu continuidade ao processo de expansão do atendimento para outros biomas, a exemplo da região Amazônica, na qual modelos de tecnologias sociais adaptadas à região já estão sendo implementadas, com a meta de construção de 3,3 mil novas tecnologias até 2016.

e.5) Ação de Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos

A Ação de Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos, operacionalizada pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), tem como objetivo a aquisição de gêneros alimentícios básicos e sua distribuição gratuita, atendendo, em caráter emergencial e complementar, famílias que se encontram em situação de insegurança alimentar e nutricional, pertencentes a grupos sociais específicos. Em 2015, foram adquiridas 26,4 mil toneladas de alimentos para o atendimento de cerca de 348 mil famílias, num valor de cerca de R$ 41 milhões. Contribuiu para esse resultado a aquisição de alimentos da agricultura familiar por meio de quatro chamadas públicas na modalidade Compra Institucional do PAA, no valor total de R$ 15,2 milhões. A Ação está sendo reformulada e, a partir do segundo semestre de 2016, todo o atendimento deverá ser realizado por meio do PAA.

e.6) Rede de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional

Estão em funcionamento, com o apoio do MDS, 78 bancos de alimentos, 101 restaurantes populares e 157 cozinhas comunitárias. Desses equipamentos, foram inaugurados, em 2015, 11 cozinhas comunitárias, cinco restaurantes populares e dois bancos de alimentos. Ainda, encontram-se em modernização aproximadamente 1,5 mil Unidades de Distribuição da Agricultura Familiar (UDAF), que são estruturas públicas de apoio à agricultura familiar, para recebimento e distribuição de alimentos adquiridos por meio de compras públicas da agricultura familiar e que são destinados ao abastecimento local.

Destaca-se, ainda, a parceria do MDS com o Ministério da Defesa para fornecimento de refeições a crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social e econômica no Programa Forças no Esporte, atendendo a 16 mil crianças em todo Brasil no ano de 2015.

Para 2016, destacam-se as ações para a formação da Rede Brasileira de Banco de Alimentos, com envolvimento dos bancos públicos municipais e estaduais, bem como aqueles das organizações da sociedade civil.

f) Avaliação e Gestão da Informação

As informações do Censo Sistema Único de Assistência Social (CensoSuas), do MapaSAN e do Cadastro Único vêm ampliando sua efetividade no apoio aos gestores e à população, no conhecimento sobre a realidade municipal dessas políticas. Ao mesmo tempo, suas especificidades têm ampliado a necessidade de capacitação dos trabalhadores da assistência social, que vêm aprendendo a mobilizar os recursos da informação para o monitoramento de suas ações e políticas por meio do Programa Nacional de Capacitação do Suas (CapacitaSuas).

Na área de avaliação, foram realizadas pesquisas com o intuito de produzir conhecimento acerca das políticas públicas, assim como verificar o impacto dos programas geridos pelo MDS. Em 2015, foram concluídas 37 pesquisas, desenvolvidas por centros de pesquisas e universidades, a partir da parceria estabelecida, em 2013, com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico

e Tecnológico (CNPq). A segunda edição da Pesquisa de Entidades da Assistência Social (Peas), em parceria como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foi concluída. Destaca-se, também no exercício, o andamento de avaliações que devem produzir resultados a partir de 2016, relacionadas: i) à Qualidade do Cadastro Único; ii) ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) na Escola; iii) à gestão do Sistema Nacional de Informação do Sistema Único de Assistência Social (Rede Suas); e iv) ao Programa Bolsa Verde.

Em 2015, cerca de 8,5 mil trabalhadores do Suas foram capacitados em algum dos oito cursos disponíveis, totalizando, desde o início da sua execução, em 2013, 36 mil vagas contratadas, sendo que já foram certificados mais de 20 mil trabalhadores. Considerando as vagas contratadas, o CapacitaSuas alcançou 99% de execução das metas pactuadas com os Estados.

O Ciclo de Capacitação em Conceitos e Técnicas para Elaboração de Diagnósticos, Monitoramento e Avaliação de Programas e Ações do MDS, em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), capacitou, por meio de cursos a distância, mais de 2,3 mil trabalhadores, num total de 11 mil técnicos do Suas desde a criação do CapacitaSuas; e o Programa de Aperfeiçoamento e Gestão de Políticas Públicas de Proteção e Desenvolvimento Social, em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (Enap), capacitou mais de 200 servidores públicos federais, visando o aperfeiçoamento no campo da Gestão Pública.

2. Juventude

Há uma década, o Governo Federal instituiu a Política Nacional de Juventude, reconhecendo o jovem como sujeito político e de direitos. Com a criação da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), do Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) e do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), por meio da Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, assumiu-se uma agenda de inclusão e expansão de direitos dos quase 49 milhões de brasileiros de 15 a 29 anos.

Mais do que futuro, a juventude é o presente, caminho de mudança para um País mais justo e desenvolvido. A juventude no Brasil compreende, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/IBGE) de 2014, a cerca de 24% da população. Metade é de mulheres e 56% declaram-se pretos ou pardos. A sua maior parte, em torno de 85%, vive nas cidades. É essa a juventude que demanda mais e melhores políticas públicas, mostrando a importância que pode exercer para o desenvolvimento do País e a urgência de se construir inovadores mecanismos de participação e de inclusão social.

A aprovação do Estatuto da Juventude, pela Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, fincou raízes fundamentais ao anunciar direitos previstos na Constituição Federal e ao reafirmá-los sob o ponto de vista das necessidades e demandas juvenis. Os desafios de regulamentação dos direitos e do Sistema Nacional de Juventude vêm sendo enfrentados com diálogo e participação.

O Governo Federal publicou o Decreto nº 8.537, de 5 outubro de 2015, que regulamenta o Estatuto da Juventude e a Lei nº 12.933, de 26 de dezembro de 2013, conhecida como Lei da meia-entrada. A medida garante direitos para mais de 18 milhões de jovens de baixa renda e outros 21 milhões de estudantes, bem como a população com deficiência, totalizando mais de 40 milhões de beneficiários. Para garantir o acesso aos benefícios, a SNJ operacionalizará a Identidade Jovem, documento que deverá ser disponibilizado à população no primeiro semestre de 2016.

Com o Plano Nacional de Juventude, que está sendo elaborado a partir das contribuições das conferências nacionais de juventude e de outros fóruns, estão sendo delineadas diretrizes e prioridades para os próximos dez anos da política de juventude. O Comitê Interministerial da Política de Juventude (Coijuv) foi instituído, reforçando-se a articulação intersetorial e interministerial

das ações voltadas à juventude. O programa de juventude evoluiu para ampla construção transversal, com dez ministérios no Plano Plurianual (PPA) 2016-2019.

a) Plano Juventude Viva

O Plano Juventude Viva constitui-se em uma ação inédita de diálogo político-institucional que reúne as esferas federal, estaduais, municipais e a sociedade civil no enfrentamento da violência letal, com especial foco nos jovens negros. O Plano prevê a promoção da inclusão social em territórios caracterizados pelos mais altos índices de vulnerabilidade, somando esforços para superar o problema da violência.

A primeira fase do Plano priorizou 142 Municípios que, em 2011, concentravam 70% dos homicídios contra jovens no País. Desses Municípios, 47 fizeram adesão pactuada, outros 64, adesão voluntária, totalizando 111 Municípios com o Plano Juventude Viva.

Em 2015, o Plano passou por uma reformulação, que buscou relacionar as macrocausas de homicídios, focalizar as ações e integrar-se mais à pauta de segurança pública. Como resultado desse alinhamento ao Pacto Nacional pela Redução dos Homicídios (PNRH) espera-se alcançar avanços para além da prevenção à violência, unindo-se a uma estratégia com vistas a reduzir os homicídios.

Dimensão importante do Plano Juventude Viva é a produção e divulgação de dados e análises que jogam luz no fenômeno da violência, como a constatação de que, a cada duas horas, cinco jovens são vítimas de homicídios, sendo 71% deles negros. No último ano, em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a Organização das Nações Unidos para Educação, Ciência e Cultura (Unesco) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) foram lançadas publicações como o "Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Racial", o "Mapa do Encarceramento: os jovens do Brasil" e a edição 2015 da série histórica do Mapa da Violência, "Mortes Matadas por Armas de Fogo". Diagnósticos consistentes têm sido fundamentais para a formulação de políticas públicas e a disputa do imaginário brasileiro em debates, como a desconstrução da redução da maioridade penal como caminho para o fim da violência, posta em pauta recentemente.

b) Programa Estação Juventude

O Programa Estação Juventude, desenvolvido desde 2012, se concretiza na constituição de um espaço onde são disponibilizadas informações sobre políticas públicas e atividades que propiciem participação, sociabilidade, cultura e acesso a serviços e direitos, além de apoio para a estruturação/reestruturação de trajetórias de inclusão, autonomia e participação.

Atualmente, há 66 convênios em execução em todas as macrorregiões, em 21 unidades da Federação, totalizando mais de R$ 27 milhões geridos em parceria com os entes federados. Em 2015, foram inauguradas 12 novas unidades, totalizando 23 disponibilizadas para a população desde 2013. Para 2016, além dos convênios em andamento e das novas inaugurações, estão sendo aprofundadas as articulações para manutenção e sustentabilidade do Programa após o término dos convênios.

c) Juventude, Trabalho, Qualificação e Renda

O Plano Nacional de Trabalho Decente para a Juventude estabelece estratégias e propostas de ação para a promoção de uma inserção digna e ativa dos jovens no mundo do trabalho.

O Plano foi desenvolvido ao longo de mais de dois anos de trabalho pelo Subcomitê de Juventude, coordenado pela SNJ e pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social vinculado ao Comitê Interministerial da Agenda de Trabalho Decente, e será lançado em 2016. O Subcomitê de Juventude é um espaço de diálogo tripartite, com representantes do Governo, de empregadores e de trabalhadores, e com apoio técnico do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

A aprendizagem é uma oportunidade de inserção protegida instituída pela Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000, a qual estabelece que todas as empresas de médio e grande porte estão obrigadas a contratar adolescentes e jovens entre 14 e 24 anos com contrato especial de trabalho por tempo determinado e de duração máxima de dois anos.

Foram firmados 388,4 mil contratos de aprendizagem, sendo 204,4 mil aprendizes homens e 184 mil mulheres. O setor de serviços se destacou nas contratações, representando 40%, seguido da indústria de transformação e do comércio, com 25,77% e 25%, respectivamente. Mediante ação da inspeção do trabalho, no mesmo período, foram registrados 155.811 e espera-se a inserção de mais 127,5 mil jovens nesta mesma condição em 2016.

No sentido de apoio ao empreendedorismo juvenil e economia solidária, a partir de edital lançado em 2012, com uma linha específica para juventude, foram selecionados projetos que totalizaram 134 empreendimentos econômicos solidários em PR, BA, SE, PE, PR, RN, CE, ES e SP. Foram investidos R$ 3,4 milhões para apoio à formação de rede de projetos de economia solidária de grupos juvenis de produção, fruto de parceria entre Secretaria Nacional da Juventude e Secretaria Nacional de Economia Solidária.

No âmbito da Educação de Jovens e Adultos (EJA), foram executados o Projovem Urbano e o Projovem Campo – Saberes da Terra, que têm por objetivo a elevação da escolaridade integrada à qualificação profissional inicial e a realização de ações de participação cidadã para jovens de 18 a 29 anos que não concluíram o ensino fundamental. Essas modalidades são executadas em parceria com Estados e Municípios que recebem apoio técnico e financeiro para implementação de suas ações, entre as quais estão a oferta das salas de acolhimento para filhos de 0 a 8 anos dos estudantes, a fim de apoiar a permanência das mães e pais jovens até a conclusão do curso.

O Projovem Urbano é uma das ações do Pacto Nacional pela Redução de Homicídios e transfere um valor *per capita* diferenciado para as localidades que fazem parte do Mapa da Violência. Além disso, é desenvolvido nas unidades prisionais. A edição 2013, executada até o primeiro semestre de 2015, contou com a adesão de 94 Municípios e nove Estados, para atendimento a 100.823 jovens. Já a edição 2014, iniciada em 2015, contou com a adesão de 115 Municípios, 12 Estados e Distrito Federal, para atendimento a 102.610 jovens. Para a execução das atividades da modalidade Projovem Urbano, foram transferidos cerca de R$ 75 milhões.

Também está em execução a edição 2014 do Projovem Campo em 14 Estados, 302 Municípios e no Distrito Federal, com meta de atendimento de 42.845 jovens da agricultura familiar. Para o desenvolvimento dessa modalidade do Projovem, foram transferidos mais de R$ 34,5 milhões.

Nas modalidades, é desenvolvida formação continuada, beneficiando 826 gestores e 922 formadores em 2015. Houve, também, pagamento de auxílio financeiro a 83.437 estudantes que, no ano de 2015, participaram dos cursos de ambas as modalidades do Programa, totalizando R$ 18,8 milhões. Para 2016, há previsão de atendimento a 100 mil jovens no Projovem Urbano e 40 mil jovens de agricultura familiar no Projovem Campo.

No âmbito das ações desenvolvidas pelo Ministério da Integração Nacional, nos Municípios dos vales dos rios São Francisco, Parnaíba, Itapecuru e Mearim, o Projeto Amanhã tem por objetivo promover a inserção de jovens de 14 a 26 anos no mercado de trabalho por meio da capacitação e da organização cooperativa, para atuarem com autonomia e competência em empreendimentos agropecuários e agroindustriais, gerando oportunidades de melhoria na qualidade de vida. Em 2015, o Projeto Amanhã capacitou 599 jovens, complementando as atividades educativas com cursos, palestras, práticas de campo, práticas de associativismo. Para 2016, a meta é capacitar 250 jovens.

Além dessas ações, com o objetivo de facilitar o ingresso no mercado de trabalho aos jovens após a conclusão do período de prestação do serviço militar, o Projeto Soldado-Cidadão qualificou profissionalmente mais de 10,9 mil militares temporários em 2015, nas áreas de telecomunicação, automobilística, construção civil, artes gráficas, confecção têxtil, eletricidade, comércio, comunicação, conservação e zeladoria, informática, saúde e lazer, e desenvolvimento social.

A juventude rural tem sido uma das prioridades do Governo Federal. O desafio é criar condições para a permanência dos jovens no campo, reduzindo o êxodo rural e gerando renda e qualidade de vida nos espaços da agricultura familiar e da reforma agrária. Nesse sentido, está em curso a construção participativa do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural, a ser implementado a partir de 2016.

Também em 2015 foi lançada, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), uma chamada pública de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) específica para jovens, a qual selecionou entidades para prestação de serviços de Ater para 22,8 mil jovens de 23 Estados pelos próximos três anos, com investimento de R$ 110 milhões. Além disso, a partir da safra 2015/2016, todas as chamadas públicas de Ater devem ter entre seus beneficiários 25% de jovens.

Com o objetivo de apoiar a estruturação de associações e cooperativas de jovens rurais, o MDA lançou edital de apoio a projetos em parceria com a Fundação Banco do Brasil (FBB) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES). O edital prevê R$ 8 milhões de fomento a associações e cooperativas de jovens que desenvolvam atividades agrícolas e não agrícolas no meio rural.

O Programa de Fortalecimento da Autonomia Econômica e Social da Juventude Rural (Pajur), por sua vez, lançado em 2014, é uma ação emergencial para a juventude rural voltada para a ampliação de direitos. O Programa associa formação cidadã com base nos princípios agroecológicos e do desenvolvimento sustentável, o estímulo à geração de renda e a ampliação do acesso às políticas públicas e tecnologias sociais. A ideia é fortalecer as iniciativas necessárias para a permanência dos jovens nos campos e nas florestas.

Como parte das ações, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e a Secretaria Nacional de Juventude lançaram a chamada pública para apresentação de projetos de formação de jovens que estão cursando ou já cursaram o ensino médio, provindos de assentamentos da reforma agrária, da agricultura familiar e comunidades tradicionais e extrativistas, com vistas a ampliar o processo de formação e qualificação profissional por meio do ensino e da pesquisa. Os projetos apoiados são desenvolvidos em articulação com instituições de ensino superior. No total, serão investidos mais de R$ 8 milhões.

Dos 188 projetos apresentados, foram aprovados 34, iniciados em 2015, e que terão continuidade em 2016, atendendo cerca de 1,7 mil jovens. Entre as linhas temáticas, estão o fomento à organização para acesso aos mercados institucionais, como: i) o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae); ii) apoio a processos de gestão administrativa de grupos, associações e cooperativas de assentados e agricultores familiares; e iii)

agroecologia e sustentabilidade na produção agrícola, pecuária, atividades pluriativas e manejo de recursos naturais nas próprias comunidades, entre outros.

d) Juventude e Participação

O Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) se tornou referência na elaboração e na articulação com movimentos de juventude, ao longo dos últimos anos. Com dois terços de sua composição formada por representantes da sociedade civil, o Conjuve desenvolveu a Matriz de Monitoramento de Políticas Públicas de Juventude, fortalecendo o controle social; atuou fortemente na elaboração e na aprovação do Estatuto da Juventude, bem como no desenvolvimento das propostas de regulamentação do Sistema Nacional de Juventude, da meia-entrada cultural e da gratuidade/meia passagem para jovens de baixa renda.

Com o objetivo de atualizar a agenda da juventude para o desenvolvimento do País, a III Conferência Nacional de Juventude foi um importante espaço de participação social, mobilizando mais de mil Municípios e com cerca de 600 mil jovens participando de etapas municipais, territoriais, estaduais, livres, digital, das juventudes de povos e comunidades tradicionais. A Conferência encerrou, em Brasília/DF, sua etapa nacional com a participação de 1.667 delegados, 615 observadores, 219 artistas, cientistas e 30 coletivos de comunicadores, além da presença de uma delegação internacional com jovens dos cinco continentes.

Como resultado final, apresenta-se a construção e a revisão de propostas que se transformaram em subsídios para o Plano Nacional de Juventude com três prioridades: i) o enfrentamento à redução da maioridade penal; ii) o processo de reforma agrária e regularização fundiária, com o reconhecimento e a demarcação de terras pertencentes a povos e comunidades tradicionais; e iii) a implantação do Sistema Nacional de Juventude.

Além disso, como resultado de um processo de consulta à juventude realizado nas últimas edições das conferências de juventude e do meio ambiente, foi instituído o Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente. O objetivo do Plano é promover e integrar políticas públicas ambientais que tornem efetivos os direitos da juventude à sustentabilidade e ao meio ambiente, garantidos pelo Estatuto da Juventude. O Plano vai integrar, também, o Sistema Nacional de Juventude e será coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente, com a participação direta da juventude na sua gestão.

e) Articulação e Cooperação Internacional

A intervenção do Governo nos espaços de integração e cooperação regionais e multilaterais foi no sentido de fortalecer e consolidar a posição do Brasil como referência no desenvolvimento de políticas inclusivas e participativas para a população jovem.

Entre as principais agendas desenvolvidas, tem destaque a atuação em âmbito regional, especialmente da Reunião Especializada de Juventude do Mercosul (REJ), realizada e sediada pela Secretaria Nacional de Juventude, em julho de 2015, na vigência da Presidência *Pro Tempore* Brasileira. Por iniciativa do Brasil, iniciou-se a discussão de uma nova agenda para a integração da juventude no bloco, a partir de três projetos nas áreas de mobilidade dos jovens, voluntariado e da criação de um observatório comum.

Ainda na esfera da cooperação Sul-Sul, continuou-se a investir na aproximação e na cooperação com países africanos, especialmente a partir da Reunião da Conferência de Ministros de Desporto e Juventude da Comunidade de Países de Língua Portuguesa. Outro marco importante foi a fundação da Reunião de Ministros e Autoridades de Juventude dos Brics (Brasil,

Rússia, Índia, China e África do Sul), que, a cada dois anos, discutirá os objetivos estratégicos e as interfaces de cooperação para o desenvolvimento e o empoderamento das juventudes dos Brics.

3. Educação

a) Planejamento, Financiamento e Articulação

É no desafio da superação das desigualdades que se delineia a estratégia para o desenvolvimento de uma Pátria Educadora. A realização plena da cidadania não é possível sem uma educação de qualidade, fundada na ética e no respeito à dignidade e à autonomia das pessoas. Garantir o direito à educação com qualidade exige um esforço articulado dos entes federados e da sociedade civil para que o Poder Público seja capaz de responder aos desafios educacionais.

No contexto da agenda para instituição do Sistema Nacional de Educação (SNE) e no cumprimento de uma das disposições obrigatórias do Plano Nacional de Educação (PNE), o Ministério da Educação (MEC) intensificou os debates sobre o tema e recebeu contribuições de entidades nacionais. Também foi realizado trabalho conjunto com a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME) e o Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação (FNCE) para aprofundar a participação dos conselhos de educação na agenda do SNE.

Com a atuação da Rede de Assistência Técnica, constituída pelas secretarias estaduais de educação e pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), e com o apoio do Portal Planejando a Próxima Década (http://pne.mec.gov.br), 19 Estados, o Distrito Federal e 5.441 Municípios aprovaram seus planos de educação em leis sancionadas pelo executivo local. Ato contínuo, o MEC iniciou a recomposição da Rede de Assistência para subsidiar os entes federados com leis aprovadas nos processos de acompanhamento sistemático dos planos em vigor, com material técnico adequado e formação das equipes locais voltados ao monitoramento contínuo e avaliações periódicas dos planos de educação, a serem realizados com ampla mobilização e participação social.

Com o objetivo de permitir o monitoramento do PNE, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) elaborou e disponibilizou em seu Portal o documento "Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base", que apresenta a linha de base e a série histórica dos indicadores selecionados para o monitoramento do Plano.

O MEC aperfeiçoou, ainda, o Plano de Ações Articuladas (PAR), ciclo 2015-2018, na perspectiva de fortalecer a cooperação entre os entes federativos e a colaboração entre os sistemas de ensino na execução das políticas públicas educacionais. Na dimensão I do PAR (Gestão Educacional), foram propostos indicadores que estimulam estratégias de cooperação entre os entes federativos e de colaboração entre os sistemas de ensino, tais como: i) planejamento integrado e participativo em âmbito regional; ii) iniciativas regionais, inclusive materializadas em instrumentos jurídicos; iii) plano regional de educação; iv) iniciativas regionais de políticas públicas; v) organização das secretarias de educação com visão territorial comum; e vi) consideração de vulnerabilidades e assimetrias regionais reconhecidas socialmente no planejamento e na implementação das políticas educacionais.

O investimento público total em educação evoluiu de 4,6% do Produto Interno Bruto, em 2000, para 6,2%, em 2013, enquanto o investimento público direto em educação em percentual do PIB *per capita* ampliou de 14,1%, em 2000, para 25,8%, em 2013, um crescimento de 83,1% no período, conforme revisão metodológica do cálculo do PIB ocorrida em 2015. Nesse ínterim, os investimentos públicos diretos na educação básica e na educação superior cresceram em termos reais, respectivamente, 164,5% e 112,4%, o que significa uma média anual de 12,6% e 8,64%, acima da média anual do IPCA para o mesmo período. Com o fim da Desvinculação das Receitas da União (DRU) para a educação, os recursos para a Manutenção e o Desenvolvimento do

Ensino da União estiveram acima do mínimo constitucional de 18% da arrecadação de impostos, sendo que, de 2012 até 2014, os valores aplicados foram superiores a 20% ao ano.

Para fazer avançar ainda mais a discussão sobre regras nacionais para o financiamento no contexto do SNE, o MEC instituiu grupo de trabalho com a finalidade de elaborar estudos sobre a implementação do custo aluno qualidade (CAQ) como parâmetro para o financiamento da educação básica, buscando estabelecer um conjunto de condições básicas para a oferta desse nível de ensino, permeado pelo princípio da equidade. Em parceria com a Universidade Federal de Goiás (UFG) foi disponibilizado um Simulador de Custo Aluno Qualidade (SimCAQ) que possibilitará a análise financeira dos planos estaduais e municipais de educação e será mais uma ferramenta de suporte ao trabalho de assistência técnica em todo o País, articulando as metas educacionais locais com as metas do PNE. Ao longo de 2016, será desenvolvida uma versão *web* do SimCAQ, também na perspectiva de fortalecer as capacidades de gestão pública e estatal.

b) Educação Básica

b.1) Ampliação do Acesso e Permanência

Quanto à ampliação do acesso à educação básica, destaca-se a elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNC) para a educação básica, que está prevista na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e nas estratégias do Plano Nacional de Educação (PNE) em vigência. Assim, a Base tem como objetivo deixar claro os conhecimentos essenciais a serem alcançados por todos os estudantes, desde o ingresso à creche até a conclusão do ensino médio. Importante ressaltar que a BNC deve ser construída de forma colaborativa e em articulação com os entes federados, universidades, associações acadêmicas e científicas, e sociedade civil organizada.

Em 2015, foi constituída comissão de 116 especialistas (professores e pesquisadores de 36 universidades de todas as regiões do País) responsáveis pela redação da proposta preliminar da BNC. O documento foi apresentado ao público por meio do Portal da BNC e disponibilizado para consulta pública e apresentação de sugestões e críticas. No primeiro semestre de 2016, o texto final da BNC será concluído e apresentado ao Conselho Nacional de Educação (CNE), atendendo, assim, ao disposto no PNE.

Para ampliar o atendimento de crianças de 0 a 5 anos, o Governo Federal transfere recursos para custear a manutenção de novos estabelecimentos de educação infantil construídos com recursos federais e de novas turmas cujas matrículas ainda não tenham sido computadas na distribuição dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Em 2015, no âmbito do Programa de Apoio a Novos Estabelecimentos de Educação Infantil, 57 Municípios foram beneficiados com mais de R$ 13,5 milhões para garantir que os novos estabelecimentos passassem a atender às crianças assim que ficassem prontos, antes mesmo de receberem recursos do Fundeb.

Destacam-se, ainda, as obras vinculadas ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) 2, como a ampliação das unidades de creches e pré-escolas para crianças de até 5 anos, a construção de novas quadras e a cobertura de quadras esportivas já existentes vinculada à rede pública da educação básica. Em 2015, foram investidos cerca de R$ 657,3 milhões nessas ações. Em 2015, no âmbito do PAC 2, foram construídas 461 unidades de educação infantil e 1.233 quadras e coberturas escolares.

Para a aquisição de mobiliários e equipamentos necessários ao funcionamento das unidades de educação infantil construídas no âmbito do Proinfância, que estão concluídas ou em andamento, foram investidos, em 2015, cerca de R$ 20,6 milhões, beneficiando 232 creches em 113 Municípios e no Distrito Federal. Em relação a 2016, prevê-se a continuidade de execução das

obras em andamento. Ressalta-se a Resolução FNDE/MEC nº 7, de 5 de agosto de 2015, que aprimorou a forma de liberação de recursos financeiros aos entes federados.

A frequência escolar de 17 milhões de estudantes de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) é acompanhada pelo MEC. Esse contingente representa 34% das matrículas na educação básica e abrange mais de 170 mil escolas, em todos os Municípios e no Distrito Federal. Em 2015, dados do Sistema Presença indicam que mais de 14,7 milhões de alunos (86,84%) tiveram a frequência registrada e, desses, cerca de 95% tiveram frequência escolar igual ou superior à exigida por lei, registrando uma diminuição do número de beneficiários em idade escolar não encontrados na escola, combatendo a evasão e auxiliando numa trajetória escolar mais regular.

O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) visa prover as escolas públicas da educação básica com recursos financeiros, de forma suplementar (PDDE Básico). Os recursos devem ser empregados na aquisição de material permanente e de consumo, na realização de pequenos reparos e conservação da unidade escolar. O PDDE Básico atendeu, em 2015, 122 mil escolas com o valor de R$ 814,95 milhões. Com relação às ações vinculadas, em 2015, houve investimento de mais de R$ 1,15 bilhão no âmbito das ações Educação Integral/Mais Educação, Ensino Médio Inovador, PDE Escola, Educação Especial, PDDE Água, Escola Sustentável, Mais Cultura e PDDE Campo. O total de recursos destinados ao PDDE Básico e Ações vinculadas no ano de 2015 foi de R$ 2 bilhões, beneficiando cerca de 30 milhões de alunos em todo País. Para o ano de 2016, está previsto o investimento de R$ 1,9 bilhão para o atendimento de 148 mil escolas.

Em relação à educação em tempo integral, destaca-se o Programa Mais Educação (PME), que visa ampliar a jornada escolar, melhorando a aprendizagem de crianças, adolescentes e jovens matriculados no ensino fundamental em escolas públicas, considerando a jornada escolar de, no mínimo, sete horas diárias ou 35 horas semanais. No ciclo de 2014/2015, foi aprovada a adesão de 58 mil escolas. Para 2016, o MEC está revendo as diretrizes do Programa, buscando um envolvimento maior dos professores da escola, bem como estratégias de aproximação com as políticas de formação continuada.

A Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP) é uma ação desenvolvida pelo Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (Impa) em parceria com os Ministérios da Educação e da Ciência, Tecnologia e Inovação e com o apoio da Sociedade Brasileira de Matemática. O objetivo da OBMEP é estimular o estudo da matemática e revelar talentos na área, além de disseminar a disciplina. Em 2015, foram inscritos mais de 17 milhões de estudantes de 47.582 escolas, representando a participação de 99% dos Municípios. Em 2016, pretende-se superar as inscrições de 2015 e alcançar 48 mil escolas.

Também nesse ano ocorrerá 5ª Edição da Olimpíada de Língua Portuguesa Escrevendo o Futuro, realizada bianualmente. Os estudantes serão convidados a produzir textos em quatro gêneros literários (poema, memórias literárias, crônica e artigo de opinião). Participam da Olimpíada de Língua Portuguesa alunos do ensino fundamental (5º ao 9º ano) e do ensino médio. Em 2015, foram desenvolvidas ações de formação de educadores com atividades realizadas a distância – com cursos virtuais e outros projetos – e também presencialmente, em parceria com secretarias de educação em todo o País.

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) tem garantido o direito dos estudantes a materiais didáticos de qualidade. Nesse sentido, em 2015, foram destinados cerca de R$ 1,4 bilhão para a aquisição de livros didáticos a estudantes do ensino fundamental e médio, incluindo aqueles da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e de escolas do campo que recebem livros adequados ao seu contexto sociocultural e de acordo com sua realidade. Dessa forma, foram atendidos mais de 32 milhões de alunos de 121,5 mil escolas, totalizando cerca de 128 milhões de livros distribuídos. Em 2016, os estudantes receberão os livros já adquiridos e serão beneficiados com novas aquisições no âmbito do PNLD, incluídas as ações destinadas ao EJA e ao campo. Para isso, está previsto investimento de R$ 2 bilhões.

Além dos livros didáticos, são distribuídas obras literárias e de apoio à prática da educação básica para a formação dos acervos das bibliotecas escolares por meio do Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE). Dessa forma, busca-se estimular a leitura e a formação dos estudantes e democratizar o acesso às fontes de informação. Em 2015, beneficiando 60 mil escolas, foram destinados R$ 24,7 milhões para a aquisição de obras do PNBE-Temático, que abordam a valorização da diversidade humana. Em 2016, serão investidos R$ 200 milhões na aquisição e na distribuição de livros para a composição de acervos das bibliotecas de escolas públicas, além de revistas pedagógicas para auxiliar o trabalho de professores no PNBE Periódicos.

O MEC executa ações voltadas ao transporte de estudantes moradores da zona rural, destacando-se o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate), cujo objetivo é garantir que alunos da educação básica pública residentes em área rural tenham acesso à educação, custeando, de forma suplementar, despesas com manutenção do veículo ou da embarcação. Consiste na transferência automática de recursos financeiros, sem necessidade de convênio ou outro instrumento congênere.

Em 2015, foram atendidos 5.263 entes federados, com investimento de R$ 573,9 milhões. Para o exercício de 2016, a meta é alcançar a totalidade dos entes federados, com um investimento previsto de R$ 594 milhões. Ações voltadas à padronização de veículos para o transporte escolar foram realizadas em 2015, com levantamento de informações junto aos conselhos sociais com relação ao uso de transporte escolar por terceiros, condições de segurança e conforto dos veículos, além de realização de audiência pública sobre o tema.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) objetiva atender às necessidades nutricionais dos estudantes da educação básica durante sua permanência em sala de aula, bem como promover a formação de hábitos alimentares saudáveis. Em 2015, foram atendidos 41,8 milhões estudantes com um investimento de R$ 3,7 bilhões. Para 2016, a previsão de investimento é de R$ 3,9 bilhões. A aquisição de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar tem avançado desde 2009, de modo que cerca de 65% dos Municípios já adquirem o percentual mínimo de 30% de produtos de agricultores familiares e suas cooperativas, tendo alcançado valor global de R$ 1,1 bilhão.

Em relação ao Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo), que visa promover o uso pedagógico das tecnologias de informação e comunicação nas escolas públicas, foram realizadas ações relacionadas à distribuição de equipamentos, à formação inicial e continuada de professores e, ainda, à distribuição de conteúdos digitais educacionais. Em 2015, foram entregues 1.606 laboratórios de informática para escolas públicas e distribuídos 17.646 *notebooks* para professores da educação básica de escolas públicas. Além disso, Estados e Municípios adquiriram 44.645 computadores interativos (lousas eletrônicas/projetores) com recursos federais. Ainda neste ano, foram adquiridos 36.869 *tablets* para os professores do ensino básico de escolas públicas, somando mais de 500 mil *tablets* distribuídos desde o início do programa. Quanto à formação continuada de professores, ao longo de 2015, foram formados 7.466 professores no uso das tecnologias educacionais.

Ainda no contexto da educação digital, o Programa Banda Larga nas Escolas (PBLE) promove a instalação de infraestrutura de rede e suporte à conexão à Internet nas escolas públicas urbanas. Além disso, o programa prevê o atendimento aos participantes do E-Tec Brasil, Universidade Aberta do Brasil, Núcleos de Tecnologia Estadual e Núcleos de Tecnologia Municipal. Em 2015, o PBLE alcançou 55.109 escolas conectadas, beneficiando 30 milhões de alunos e, aproximadamente, três milhões de professores. A previsão para 2016 é conectar mais três mil escolas.

b.2) Educação de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão

As ações no âmbito da Educação de Jovens e Adultos (EJA) estão alicerçadas nas articulações realizadas entre o MEC, as secretarias de educação dos entes federados e diversos outros órgãos da administração federal. Em 2015, as mais de 3,5

milhões de matrículas em EJA foram financiadas de modo a oportunizar educação àqueles que não tiveram a possibilidade de realizar sua formação educacional na idade certa. Ações vêm sendo desenvolvidas para as comunidades pesqueiras e para os indivíduos privados de liberdade, chegando, no caso da educação prisional, a cerca de 60 mil matrículas, o que representa 15% de crescimento em relação ao ano anterior. Com o objetivo de capacitar gestores, professores e servidores que trabalham nessa modalidade, em 2015 foram ofertados 32 cursos em todo o território nacional.

O MEC realiza, desde 2003, o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), voltado para a alfabetização de jovens, adultos e idosos. Com base na demanda apresentada pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, o PBA prevê o atendimento de 1,5 milhão de pessoas a cada ano. Em 2015, foram atendidos cerca de 1,2 milhão de alfabetizandos. Para apoiar as ações de alfabetização realizada pelos entes federados, transferiu-se o montante de R$ 25,4 milhões para 15 Estados, o Distrito Federal e 1.021 Municípios. Também foram investidos cerca de R$ 151,9 milhões para pagamento de auxílios mensais a 81.514 voluntários que atuaram junto às turmas de alfabetização.

Para 2016, prevê-se maior integração entre as etapas de alfabetização, ensinos fundamental e médio, na educação de jovens e adultos e educação profissional e tecnológica com o atendimento de, aproximadamente, 200 mil alfabetizandos. Ressalta-se que há uma reformulação em curso cujo objetivo, entre outros, é ampliar significativamente a EJA, associada à educação profissional.

Em relação à aquisição de material didático específico, destaca-se o Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos (PNLD-EJA), que distribui livros didáticos para os jovens e os adultos das entidades parceiras do PBA e das redes de ensino da educação básica. Em 2015, foram destinados mais de 7,7 milhões de livros, beneficiando 32.864 escolas e 4,7 milhões de alunos. Já em 2016, deverá ser publicado novo edital do PNLD-EJA, cuja previsão é a aquisição de cerca de 15 milhões de exemplares.

O Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo) coordena programas e ações que abrangem a melhoria da infraestrutura das redes públicas de ensino, a formação inicial e continuada de professores, a produção e a disponibilização de material específico aos estudantes do campo e quilombola, em todas as etapas e modalidades de ensino, para desenvolvimento da educação do campo.

Para a realização de práticas educativas específicas, destaca-se o atendimento de educação integral por meio do Mais Educação a 22.542 escolas do campo, indígenas e quilombolas, e a construção de poços, cisternas e fossa séptica em 4.447 escolas do campo, indígenas e quilombolas. Para 2016, cerca de 15 mil escolas deverão ser atendidas por meio do PDDE Campo e Água. Além disso, deverão ser distribuídos equipamentos de informática e construídas unidades escolares em todo território nacional.

O programa de formação continuada Escola da Terra, no âmbito do Pronacampo, visa atender professores que trabalham com estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental em escolas multisseriadas no campo e em escolas quilombolas. O Programa já formou 7,6 mil professores e, em 2015, manteve 5,6 mil professores em formação. Foram distribuídos 52.126 kits pedagógicos para 47 mil escolas do campo com turmas multisseriadas.

A partir de 2013, os alunos do 1º ao 5º ano do ensino fundamental que estudam em escolas públicas rurais passaram a receber, por meio do PNLD-Campo, material didático específico que compreende a alfabetização matemática, letramento e alfabetização, língua portuguesa, matemática, ciências, história e geografia. Em 2015, foram atendidos mais de 2,1 milhões de estudantes do 1º ao 5º ano em 59.673 escolas, com a oferta de 9,9 milhões de livros.

Para a formação inicial de professores indígenas em nível superior, o Programa de Apoio às Licenciaturas Interculturais Indígenas (Prolind), em 2015, manteve em formação 2.580 professores indígenas em cursos ofertados por 20 IES. Concluíram a habilitação para a docência nos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio 413 professores indígenas. As Licenciaturas Interculturais desenvolvem seus cursos atendendo a 14 Territórios Etnoeducacionais, abrangendo mais de 98 povos, localizados em 16 Estados da Federação.

O MEC também apoia a formação continuada, atendendo à Lei nº 11.645, de 10 março de 2008, que tornou obrigatória a inserção da temática da História e das Culturas dos Povos Indígenas nos currículos de todas as escolas. Em 2015, 14 universidades ofertaram 2.620 vagas para professores e técnicos das secretarias de educação em cursos nas modalidades de aperfeiçoamento e especialização.

No âmbito da Educação em Direitos Humanos, Cidadania e Meio Ambiente, deu-se continuidade à oferta de 47 cursos de formação de professores, nos níveis de extensão, aperfeiçoamento e especialização, nas áreas de: i) direitos da criança e do adolescente; ii) educação em direitos humanos; e iii) gênero e raça. Com vistas a promover a educação como elemento fundamental no processo de reinserção social de adolescentes e jovens que cometeram algum ato infracional, o MEC atuou na construção de diretrizes para a escolarização de adolescentes e jovens que cumprem medida socioeducativa e promoveu a formação de 650 profissionais da educação que atuam no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase).

Em dezembro de 2015, foi realizada a Semana dos Direitos Humanos, com uma programação diária na TV Escola com conteúdo sobre cidadania, igualdade, valorização da diferença e democracia, visando envolver todas as escolas, os profissionais de educação e os estudantes. Para 2016, o MEC planeja construir uma política educacional à população em situação de rua e realizar a Semana Nacional de Mobilização para o Registro Civil de Nascimento, divulgando, em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos, cartilhas informativas para famílias e profissionais da educação.

Em relação à Educação Ambiental, em 2015, o MEC apoiou a formação continuada de 4.230 professores, objetivando fortalecer sua abordagem transversal e interdisciplinar no projeto político pedagógico das escolas e estimular ações que promovam a sustentabilidade socioambiental. Para 2016, está prevista a continuidade das ações de formação, de projetos e programas de extensão direcionados ao desenvolvimento de materiais didático-pedagógicos referentes à educação ambiental e às propostas de sustentabilidade socioambiental na gestão, na estrutura física e no currículo das escolas e universidades. Serão realizados, ainda, processos formativos intersetoriais para dois mil jovens de 15 a 29 anos, nas temáticas do meio ambiente, da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável, no âmbito da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA).

b.3) Valorização e Formação de Professores

A valorização dos profissionais do magistério das redes públicas de educação básica representa um dos desafios centrais para a melhoria da educação brasileira e perpassa diversas dimensões, como a formação adequada e contínua, a estruturação de carreiras, as condições apropriadas de trabalho e a constituição de patamares adequados de remuneração.

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, os sistemas de ensino deverão promover a valorização dos profissionais da educação, por meio de estatutos e planos de carreira que garantam: i) ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos; ii) aperfeiçoamento profissional continuado com licenciamento remunerado; iii) piso salarial; iv) progressão funcional baseada na titulação e na avaliação de desempenho; v) período reservado a estudos, planejamento e avaliação; e vi) condições adequadas de trabalho.

Com a aprovação do PNE, ficou assegurada, por meio da meta 18, a obrigatoriedade de a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios garantirem planos de carreira aos profissionais da educação básica e superior pública. A decisão vai exigir novos esforços dos entes federativos, considerando que alguns ainda não conseguiram, de maneira efetiva, implementar o que preceitua a Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, que institui o piso salarial profissional nacional.

Parceria entre o MEC, o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) constituiu a Rede de Assistência Técnica, que apoiará os entes federativos na elaboração, na reelaboração ou na adequação dos planos de carreira a partir de 2016. Outra ação relevante foi a conclusão do Sistema de Apoio à Gestão dos Planos de Carreira (SisPCR), disponível na Internet a partir de novembro de 2015. Com tais iniciativas, pretende-se estimular gestores e trabalhadores a procurarem acordos sobre planos que valorizem os profissionais, permitam o cumprimento do piso nacional e sejam sustentáveis do ponto de vista orçamentário.

Em 2015, foram investidos, aproximadamente, R$ 647,4 milhões em programas e projetos de formação e valorização de profissionais da educação básica na modalidade presencial, com destaque para o Programa de Iniciação à Docência (Pibid) e o Plano Nacional de Formação de Professores (Parfor).

O Pibid é uma ação de incentivo e valorização do magistério e de aprimoramento do processo de formação de docentes que, em 2013, concedeu 49.321 bolsas, passando para 90.247 bolsas em 2014, que foram mantidas em 2015, beneficiando 72.840 alunos de licenciaturas e 11.716 professores da educação básica da rede pública de ensino. Participam do Programa 283 IES, distribuídas em 854 campi e organizadas em 2.997 subprojetos, em 6.055 escolas.

O Parfor é destinado a professores em exercício na rede pública que não possuem a formação em nível superior exigida pela LDB. Entre 2009 e 2015, foram implantadas 2.463 turmas, em 497 Municípios, localizados em 24 unidades da Federação. Nesse período, o Parfor atendeu a professores oriundos de 2.611 Municípios. Em 2015, 44.124 professores da educação básica frequentaram os cursos do Parfor e 18.673 professores os concluíram.

Com o objetivo de subsidiar e promover a capacitação dos profissionais do magistério da educação básica na modalidade a distância, o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) contou, no ano de 2015, com 104 instituições, 645 polos ativos e mais de 173 mil alunos matriculados, tendo formado, ainda, 130.594 alunos desde o início do Programa.

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic) tem por objetivo promover a formação continuada de professores do ciclo de alfabetização. Em 2015, as ações de formação do Pacto trouxeram a interdisciplinaridade como a tônica do trabalho de formação e a carga horária do programa passou a ser de 80h para os professores e 100h para os orientadores de estudos, realizado em um período de cinco meses.

Neste ano, o Pacto contou com uma equipe de formação nas 39 IES participantes, composta por 39 coordenadores-gerais, 70 coordenadores-adjuntos, 185 supervisores, 533 formadores, além de 5.550 coordenadores locais. São 301.388 professores alfabetizadores participando como cursistas que atendem a mais de quatro milhões de alunos. Somados, os recursos disponíveis em 2015 para custeio das IES e para o pagamento de bolsas ultrapassaram R$ 350 milhões. Para 2016, o MEC pretende manter a rede de atuação do Programa, além de desenvolver ações que visam aproximar as IES e as redes públicas estaduais e municipais, com fortalecimento das ações de gestão e monitoramento.

O Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio tem como objetivo formar, em nível de aperfeiçoamento ou extensão, todos os professores e coordenadores pedagógicos que atuam no ensino médio, visando à valorização da formação dos professores

e dos profissionais da educação, a partir do diálogo entre conhecimentos teóricos e experiências docentes e de gestão pedagógica. Com duração de dez meses, o Pacto foi executado no período 2014/2015, com a conclusão das ações em dezembro de 2015.

Nesse período, participaram como cursistas 240.978 professores do ensino médio e 7.276 coordenadores pedagógicos. O Programa também contou com uma equipe de formação, nas 46 IES participantes, composta por 46 coordenadores-gerais, 78 coordenadores-adjuntos, 226 supervisores, 342 formadores, além de 818 formadores regionais e 15.064 orientadores de estudos. Foram atendidos 24 Estados e o Distrito Federal, totalizando mais de 14 mil escolas beneficiadas.

b.4) Avaliações e Pesquisas Educacionais

Os dados apurados anualmente pelo Censo da Educação Básica subsidiam a operacionalização de importantes ações, tais como o Fundeb, os programas de Alimentação Escolar, Livro Didático, Dinheiro Direto na Escola, Transporte Escolar, dentre outros. Constitui-se, também, pilar na ação supletiva de apoio às escolas, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. Os dados apurados no Censo 2014 indicam que há mais de 188 mil estabelecimentos de educação básica no País, onde estão matriculados mais de 49,7 milhões de alunos, sendo 81,7% em escolas públicas e 18,3% em escolas privadas. Na educação básica há cerca de 2,2 milhões de funções docentes, mais de 2,1 milhões de turmas de escolarização, mais 267 mil turmas de atividades complementares e cerca de 74 mil turmas de Atendimento Educacional Especializado (AEE).

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) procura oferecer dados e indicadores que possibilitam maior compreensão dos fatores que influenciam o desempenho dos alunos nas áreas e nos anos avaliados. O Saeb é composto pela Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc/Prova Brasil), pela Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) e pela Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA).

A Anresc/Prova Brasil é uma avaliação censitária da qual participam as escolas das redes públicas das zonas urbana e rural que possuem, no mínimo, 20 alunos matriculados em turmas do 5º e 9º anos do ensino fundamental regular, sendo os resultados disponibilizados por escola e por ente federativo. A Aneb, por sua vez, abrange, sob metodologia amostral, os estudantes das redes pública e privada localizadas nas áreas rural e urbana, e matriculados no 5º e 9º anos do ensino fundamental e no 3º ano do ensino médio. Nesses estratos, os resultados são apresentados para cada unidade da Federação, cada região e para o Brasil como um todo.

Em 2015, participaram da Prova Brasil e da Aneb mais de 2,3 milhões de estudantes do 5º ano do ensino fundamental, mais de 2,2 milhões de estudantes do 9º ano do ensino fundamental e cerca de 107 mil estudantes do 3º ano do ensino médio, matriculados em 57.744 escolas distribuídas nas 27 unidades da Federação. Esses estudantes responderam a testes de língua portuguesa e de matemática, bem como a questionários contextuais. A partir dos resultados dessas avaliações, será calculado, em 2016, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), que reúne, em um só indicador, dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações.

A ANA é uma avaliação censitária e compõe o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic). Para a divulgação dos resultados da ANA 2014, disponível desde 2015, as escolas puderam acessar e analisar pedagogicamente seus resultados por meio de boletins eletrônicos que apresentam os percentuais de estudantes posicionados em cada nível das escalas de proficiência de leitura, escrita e matemática.

Ressalta-se que, em 2015, houve inovação na divulgação dos dados dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, como por exemplo, a disponibilização da plataforma eletrônica Painel Educacional, cujo objetivo é apresentar informações agregadas

sobre o cenário educacional das unidades da Federação e dos Municípios, de modo a colaborar para o monitoramento do direito à educação. Além disso, houve a publicação do Relatório da Avaliação Nacional de Alfabetização 2013-2014 e a criação de banco de colaboradores para o Banco Nacional de Itens da ANA.

Ainda merece destaque a Avaliação da Alfabetização Infantil (Provinha Brasil), uma avaliação diagnóstica do nível de alfabetização das crianças matriculadas no 2º ano de escolarização das escolas públicas. Essa avaliação ocorre em duas etapas: uma no início e, a outra, ao término do ano letivo, com foco em leitura e matemática, permitindo conhecer o que foi agregado na aprendizagem das crianças dentro do período avaliado.

Para a primeira edição da Provinha Brasil, foram encaminhadas provas para mais de 2,6 milhões de estudantes de 145.320 turmas. Para a segunda edição, foram encaminhadas provas para aproximadamente 2,4 milhões de alunos de 101.702 turmas. Além disso, houve: i) o desenvolvimento de sistema *web* da Provinha Brasil, para uso de professores e gestores; ii) a ampliação do Banco de Imagens; iii) a aplicação de pré-testes; e iv) a implementação do processo de adesão das redes de ensino, para o recebimento do material impresso da Provinha Brasil.

O Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa) é uma iniciativa de avaliação comparada, que tem como objetivo avaliar se os estudantes, aos 15 anos de idade, adquiriram conhecimentos e habilidades essenciais para uma participação plena em sociedade. É desenvolvido e coordenado internacionalmente pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e ocorre a cada três anos, considerando o conhecimento em leitura, matemática e ciências.

Em 2015, o teste foi aplicado exclusivamente por meio de computador e participaram 30.049 estudantes de 964 escolas selecionadas na amostra. Com foco em ciências, responderam também a testes de competência financeira e resolução colaborativa de problemas. Foram ainda coletadas informações contextuais por meio de questionários de aluno, de professor e de escola.

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) permite aos alunos que estão concluindo ou que já concluíram o ensino médio a se candidatem para vagas em instituições públicas de ensino superior e a programas como o Programa Universidade para Todos (Prouni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Na edição de 2015, foram 7,7 milhões de inscritos em 1,7 mil cidades. Vale ressaltar a contribuição do Exame para aprimorar as habilidades de escrita dos estudantes com a disponibilização da Vista Pedagógica da Redação, que permite ao estudante acessar o espelho de correção da redação e, com isso, saber qual foi o resultado em cada uma das cinco competências avaliadas e comparar seu desempenho com o dos demais. Ao todo, foram corrigidas mais de cinco milhões de redações por cerca de dez mil avaliadores.

Destaca-se, ainda, que o edital 2015 assegurou atendimento especializado, específico e pelo nome social aos participantes que deles comprovadamente necessitaram. A demanda por inscrição pelo nome social triplicou, com 278 solicitações, o que significa avanços no reconhecimento da identidade das pessoas, combatendo à discriminação e promovendo a igualdade de oportunidades.

Nessa edição, também foram adotadas medidas para redução dos custos com a aplicação do Enem, como, por exemplo, a divulgação, exclusivamente pela Internet, do cartão de confirmação da inscrição e o aumento do número de participantes por sala realizando as provas. As medidas representaram uma economia de R$ 46 milhões.

Em relação à logística do Enem, mais de 967 mil pessoas participaram da aplicação do Exame, sendo: i) 915 mil na coordenação e fiscalização da aplicação; ii) 30 mil profissionais vinculados às secretarias de segurança pública, na segurança; e iii) 22 mil colaboradores da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, na distribuição de provas. Para fins de aprimorar a segurança nos

locais de prova, dez mil servidores públicos do Poder Executivo Federal atuaram na função de certificadores dos procedimentos nos locais de realização do Enem. E, ainda, ampliou-se a atualização de equipamentos detectores de metais em todos os locais de provas.

No ano de 2015, o Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) foi destinado a brasileiros residentes no exterior. É um exame de certificação de conclusão do ensino fundamental ou do ensino médio, ofertado aos jovens e aos adultos que não tiveram a oportunidade de concluir os seus estudos na idade apropriada. Em 2015, foi aplicado a brasileiros das cidades de Ota, Hamamatsu e Nagoia, no Japão; de Lisboa, em Portugal; de Bruxelas, na Bélgica; de Caiena, na Guiana Francesa; de Boston, nos Estados Unidos da América (EUA); de Madrid, na Espanha; de Londres, no Reino Unido; e de Genebra, na Suíça. Ao todo, 5.466 estudantes pleitearam certificação, sendo 907 para o ensino fundamental e 4.559 para o ensino médio.

O Exame de Certificação de Língua Portuguesa (Celpe-Bras) é um exame que possibilita a certificação de proficiência em língua portuguesa para estrangeiros, desenvolvido e outorgado pelo MEC, sendo aplicado no Brasil e em outros países com o apoio do Ministério das Relações Exteriores (MRE). É o único certificado de proficiência em português como língua estrangeira reconhecido pelo País. Em 2015, o Celpe-Bras, nas duas edições, teve um total de 11.960 inscritos. No Brasil, os 25 postos aplicadores estão distribuídos em todas as regiões brasileiras. No exterior, são 65 postos de aplicação distribuídos em 36 países, sendo: i) 15 na Europa; ii) 24 na América do Sul; iii) quatro na América Central; iv) nove na América do Norte; v) sete na África; vi) cinco na Ásia; e vii) um no Oriente Médio.

c) Educação Profissional e Tecnológica

A educação profissional e tecnológica (EPT) deve ocupar lugar de destaque na agenda da Pátria Educadora. Como ocorre em diversos países, ela contribui de forma estratégica para o desenvolvimento econômico e social do Brasil. Para isso, são necessários esforços conjuntos, envolvendo governos, setor produtivo e sociedade em geral, priorizando o desenvolvimento territorial e o fortalecimento dos arranjos produtivos locais. As instituições de ensino profissional e tecnológico devem fortalecer a sua articulação com o setor produtivo e estabelecer itinerários formativos que possibilitem ao jovem ou ao trabalhador iniciar a sua formação profissional em cursos de qualificação profissional e avançar até a graduação tecnológica ou mestrado profissional.

Nesse sentido, o Plano Nacional de Educação (PNE) estabeleceu duas metas diretamente relacionadas à EPT. A meta 10 aponta para a necessidade de oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional, e a meta 11, prevê que as matrículas da educação profissional técnica de nível médio sejam triplicadas na vigência do plano, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público. Tais metas requerem mudanças no valor social da formação técnica e profissional, pois ainda há questões culturais que impactam na atratividade dos jovens do ensino médio pela formação técnica.

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), desenvolvido pelo Governo Federal desde 2011, tem um papel importante no atingimento de tais metas. São ofertantes do Pronatec: i) as instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; ii) as instituições de educação profissional e tecnológica das redes estaduais, distrital e municipais; iii) as instituições dos serviços nacionais de aprendizagem; e iv) as instituições privadas de ensino superior e de educação profissional e tecnológica devidamente habilitadas para a oferta de cursos técnicos de nível médio, no âmbito da iniciativa Bolsa-Formação.

As mais de 8,1 milhões de matrículas realizadas até 2014 contribuíram para o atendimento das metas 10 e 11 do PNE e fizeram com que, de 2010 a 2014, houvesse um aumento de 57% nas matrículas de ensino técnico. De 2015 a 2018, estão previstas mais

cinco milhões de vagas, tendo sido ofertadas 1,3 milhão em 2015, entre todas as iniciativas do Programa. Somente na iniciativa Bolsa-Formação, foram ofertadas mais de 400 mil vagas para qualificação profissional de jovens e trabalhadores, sendo 250 mil em cursos de formação inicial e continuada, e 150 mil em cursos técnicos.

Em 2015, o MEC também trabalhou para aprimorar a oferta e os controles relativos ao Pronatec. Nesse ponto, destaca-se a publicação de nova regulamentação para a iniciativa Bolsa-Formação, que trouxe a exigência de utilização do CPF de cada estudante para confirmação de frequência para todos os cursos e o repasse integral de recursos a partir de índice institucional de conclusão maior que 85%.

A Portaria MEC nº 817/2015 abriu a possibilidade de financiamento de cursos a distância por meio do Programa. A Educação Profissional Técnica (EPT) a distância permite mais alternativas de cursos e locais e deve ser pautada pelo desenvolvimento e pelo compartilhamento de tecnologias educacionais e objetos de aprendizagem, programa de expansão de polos de apoio presencial e formação de professores. Deve englobar, ainda, cursos de formação em serviço e reconhecimento de saberes e competências profissionais e a utilização das plataformas abertas não necessariamente vinculadas à atividade de tutoria.

A realização da 43ª edição da *WorldSkills Competition* no Brasil, em agosto de 2015, contribuiu sobremaneira para a valorização da educação profissional e tecnológica. A *WorldSkills* é o maior evento de educação profissional do mundo e teve a participação de 72 países, em 50 ocupações. Essa foi a melhor participação do Brasil na história da competição, com 11 medalhas de ouro, 10 de prata, seis de bronze e 18 certificados de excelência, além de ter conquistado o título de melhor profissional do mundo com um estudante egresso do Pronatec. Os números deram 99 pontos ao Brasil, que ficou à frente de países considerados favoritos, como Coreia do Sul e Taiwan. Para 2016, haverá o acompanhamento da participação das redes de EPT na Olímpiada do Conhecimento, etapa nacional preparatória para a *WorldSkills* 2017, que será realizada em Abu Dhabi, nos Emirados Árabes Unidos.

O êxito do Pronatec também pode ser verificado com a redução de 37,4% na relação de estudantes do ensino médio para cada estudante do ensino técnico entre 2010 e 2014.

Em 2015, foi iniciado, ainda, estímulo à estruturação de cursos em itinerários formativos, incluídos aqueles voltados para o jovem aprendiz. Um grande diferencial da organização da EPT no Brasil é a possibilidade de um estudante iniciar o seu aprendizado em cursos de formação inicial e continuada (FIC) ou de qualificação profissional e seguir para um curso técnico, avançar para o nível superior por meio dos cursos tecnológicos e chegar ao mestrado profissional. Para isso, o Pronatec tem trabalhado para que as instituições ofertantes estruturem seus cursos por itinerários e que incentivem a participação de estudantes em programas de aprendizagem profissional.

Em relação à expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, que conta com um total de 562 unidades em 512 Municípios, foram realizados investimentos de, aproximadamente, R$ 825 milhões, em 2015. Como etapa da expansão, teve destaque o funcionamento dos primeiros cinco Polos de Inovação dos Institutos Federais, selecionados a partir de chamada pública da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii), organização social ligada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e ao MEC.

Os polos integram as estruturas organizacionais dos institutos federais (IF) e serão unidades compostas por laboratórios de pesquisa aplicada, atuando em uma área de competência específica. Alunos e professores do próprio instituto, profissionais das indústrias e pesquisadores do Brasil e até do exterior serão responsáveis pela execução dos projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação.

Os primeiros cinco Polos de Inovação Embrapii IF foram instalados no Instituto Federal da Bahia (IFBA), na área de equipamentos médicos; i) no Instituto Federal do Ceará (IFCE), na área de sistemas embarcados e mobilidade digital; ii) no Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), na área de metalurgia; iii) no Instituto Federal Fluminense (IFFluminense), na área de monitoramento e instrumentação para o ambiente; e iv) no Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG), na área de sistemas automotivos inteligentes.

O Programa Professores para o Futuro, que integra o Plano de Formação Continuada dos Servidores da Rede Federal (Plafor), enviou docentes dos institutos federais para capacitação, por cinco meses, em universidades de ciências aplicadas na Finlândia. Nesse modelo, 105 professores já foram capacitados no Canadá e na Finlândia. Outros 457 professores serão capacitados por meio de quatro chamadas a serem lançadas até o final de 2015.

d) Educação Superior

d.1) Ampliação do Acesso e Permanência

A educação superior passou por um significativo processo de expansão na última década, especialmente as Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes), responsáveis pelo desenvolvimento científico e tecnológico do País, com potencial de transformar a realidade na qual estão inseridas. Nesse sentido, a expansão das universidades federais está alicerçada nos princípios da democratização e da inclusão, cujo objetivo é ampliar o acesso e a permanência nesse nível de ensino, com vistas à contribuição para o desenvolvimento e à diminuição das assimetrias regionais existentes no País.

Em dez anos, houve o aumento em mais de 130% no número de vagas na graduação presencial nas instituições federais e a ampliação em 40% no número de instituições federais. Conforme dados do Censo Escolar da Educação Superior 2014, foram ofertadas mais de 251 mil vagas de graduação presencial nos processos seletivos de ingresso, totalizando 958.796 matrículas em 63 universidades federais. Destaca-se, também, o número de matrículas de educação a distância nas Ifes que, em 2014, atingiu a marca de 87.808, totalizando 1.046.604 matrículas de graduação em universidades federais.

Para 2016, estão previstos recursos da ordem de R$ 1,4 bilhão em investimento e R$ 5,5 bilhões em custeio, destinados à reestruturação, à expansão e à consolidação das IFES e dos 321 campi, bem como dos programas específicos de expansão do ensino médico, de educação bilíngue para pessoas com deficiência e de educação no campo.

O Programa Universidade para Todos (Prouni) amplia o acesso à educação superior concedendo bolsas de estudo a estudantes de baixa renda em instituições privadas em contrapartida à isenção de impostos. Em 2015, o Prouni ofertou 329.117 bolsas de estudo, tendo alcançado a marca de 1,71 milhão de estudantes atendidos nos dez anos de instituição do Programa. Para 2016, está prevista a oferta de mais de 300 mil bolsas de estudo.

O Sistema de Seleção Unificada (Sisu), sistema informatizado e integrante das ações de democratização do acesso ao ensino superior, seleciona os estudantes para a educação pública, com base nas notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Em 2015, o Sisu contou com a participação de 131 instituições que ofertaram 263 mil vagas.

O Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) é realizado em consonância com a política de expansão da educação superior, concedendo financiamento a estudantes de cursos de graduação de instituições privadas que obtiveram avaliação positiva pelo MEC. Entre 2010 e 2015, o Fies registrou a assinatura de 2,19 milhões de novos contratos, com valores desembolsados de mais de R$ 45 bilhões, sendo R$ 16,58 bilhões só em 2015. Desde sua criação em 1999, o Fies já atendeu a 2,74 milhões

de estudantes. No ano de 2015, foram firmados 281 mil novos contratos. Para 2016, o número de novos financiamentos deve ficar em patamares semelhantes.

Em 2015, o Fies passou por reformulações para garantir uma melhor distribuição dos recursos públicos disponibilizados para o financiamento de estudantes da educação superior, dentre as quais se destacam: i) a priorização de cursos com melhores indicadores pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e de áreas prioritárias (engenharias, licenciaturas e área da saúde); ii) realinhamento das condições de financiamento (nova taxa de juros, redução do prazo de amortização do contrato e modificação na taxa de juros trimestrais devida durante os prazos de utilização e de carência do financiamento); iii) novo modelo de coparticipação, com a limitação do público-alvo para estudantes com renda familiar per capita de até 2,5 salários mínimos; e iv) definição plurianual de vagas, com realização de processo seletivo de estudantes para acessarem o financiamento pelo Fies, utilizando a nota do Enem como critério de seleção.

Além da ampliação do número de vagas na educação superior pública, o Governo Federal vem implementando ações e estratégias voltadas para qualidade da oferta que se materializam não só por meio de investimentos diretos e indiretos, como também por um conjunto de programas associados, dentre os quais destacam-se: i) o Programa de Extensão Universitária (Proext); ii) o Programa de Educação Tutorial (PET); e iii) o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes).

Com o objetivo de apoiar as instituições públicas de ensino superior no desenvolvimento de programas ou projetos de extensão que contribuam para a implementação de políticas públicas, o Proext apoiou, em todo o território nacional, 636 propostas de extensão universitária em 2015, com um orçamento total de R$ 85 milhões. Para o ano de 2016, serão apoiadas, além das propostas com execução prevista para 2015 e 2016, outras 328 novas propostas de extensão universitária, com um orçamento total de R$ 79 milhões.

O PET, desenvolvido por grupos de estudantes bolsistas sob a tutoria de um docente doutor, consolida-se como uma importante ação para a formação acadêmica ampla do estudante. Nos últimos anos, o número de grupos apoiados tem se mantido estável. Em 2015, foram apoiados 842 grupos. Para 2016, o mesmo número de grupos será apoiado.

O Pnaes visa combater às desigualdades sociais e regionais, bem como ampliar e democratizar as condições de acesso e permanência no ensino superior público federal, viabilizando a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuindo para a melhoria do desempenho acadêmico. Oferece assistência em diversos âmbitos da trajetória discente: moradia estudantil, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico, além de auxílio direto ao estudante proveniente de família de baixa renda. Em 2015, o Programa contou com um investimento de R$ 895 milhões. Para 2016, estão previstos investimentos na ordem de R$ 1,1 bilhão.

O Programa Bolsa Permanência, outra ação que visa contribuir com o desempenho acadêmico dos estudantes de graduação matriculados em instituições federais, concede auxílio financeiro buscando minimizar as desigualdades sociais e contribuir para a permanência e a diplomação dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. O valor de R$ 400 é equivalente ao praticado na política federal de concessão de bolsas de iniciação científica. Um valor diferenciado é garantido aos estudantes indígenas e quilombolas, que recebem R$ 900. Os estudantes indígenas e quilombolas, quando matriculados em cursos de licenciaturas interculturais, continuam fazendo jus à bolsa permanência durante os períodos de atividades pedagógicas formativas na Ifes até o limite máximo de seis meses. Em 2015, o Programa Bolsa Permanência concedeu bolsas para mais de 20.038 estudantes, dentre eles 4.167 indígenas e 1.345 quilombolas.

O Programa de Desenvolvimento Acadêmico Abdias Nascimento tem como objetivo proporcionar a formação e a capacitação de estudantes negros e indígenas, além de pessoas com deficiência e com transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação, por meio do apoio de propostas selecionadas de universidades, instituições de educação profissional e tecnológica e centros de pesquisa no Brasil e no exterior, visando à institucionalização e à solidificação de experiências de ação afirmativa. A partir do primeiro edital, em 2014, já foram selecionadas 24 propostas para a formação pré-acadêmica de acesso à pós-graduação dentro do Programa, e 32 projetos conjuntos de pesquisa entre instituições brasileiras e estrangeiras com modalidades de graduação-sanduíche e doutorado-sanduíche.

O Projeto Rondon tem como objetivo estimular a participação de estudantes universitários em projetos de assistência em localidades isoladas ou de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Em 2015, participaram do Projeto 1.195 estudantes e 300 professores universitários, com atividades nas áreas de educação, saúde, tecnologia e produção, dentre outras, em Municípios dos Estados do CE, MA, PB, MT, PA e TO. Os estudantes realizaram atividades de promoção da cidadania, melhoria do bem-estar social, capacitação para a gestão pública e promoção do desenvolvimento local sustentável. Para 2016, é previsto o atendimento de 29 Municípios nos Estados do MA, MT, RN e ES.

d.2) Aprimoramento da Formação Médica

O processo de expansão e reestruturação das instituições federais tem buscado ampliar o acesso à rede pública e contribuir para a redução das assimetrias regionais. Nesse contexto, o Programa Mais Médicos tem possibilitado a abertura de novos cursos e a ampliação de vagas nos cursos de medicina em regiões de difícil provimento e fixação de profissionais da saúde, com vistas a diminuir a carência de médicos no País e reduzir as desigualdades regionais na área de saúde.

O Programa Mais Médicos prevê a criação de 11,5 mil novas vagas de graduação em medicina até 2017, em instituições públicas e privadas, tendo sido autorizadas, em 2015, 5.849, das quais 65% são em cursos novos. Atualmente, estão em andamento editais de chamada pública para autorizar mais 4.347 novas vagas em instituições de ensino superior privadas, em 63 Municípios, que não possuem graduação em Medicina. No âmbito das instituições federais de ensino superior (Ifes), foram criadas 2,1 mil novas vagas por meio do Programa, totalizando a oferta de 6.603 vagas de graduação em medicina em 2015.

Para subsidiar a implantação das vagas de graduação em medicina, no ano de 2015 foi autorizada a contratação de 880 docentes. Para o ano de 2016, está prevista a autorização de mais 11 novos cursos em Ifes, todos localizados em campus no interior do País, proporcionando a oferta de 700 novas vagas, além da ampliação de 716 vagas de graduação em medicina em cursos públicos federais já existentes.

Em relação aos Programas de Residências em Saúde, ressalta-se a ampliação de programas e do quantitativo de vagas autorizadas. Em 2015, foi aprovada a abertura de 1.521 novas vagas em Programas de Residência Médica para diversas especialidades e áreas de atuação profissional, totalizando 20.556 vagas de R1 (residentes do primeiro ano) distribuídas entre 6.532 programas em todo o território nacional. No tocante aos Programas de Residências em Área Profissional da Saúde, destinados aos demais profissionais da saúde, em 2015 foram aprovados 208 novos programas, totalizando 1.250 programas com 7.420 vagas preenchidas. Em 2015, foram financiadas 11.680 bolsas por mês, sendo 8.053 para residentes médicos e 3.627 para residentes em área profissional da saúde. A previsão para 2016 é ampliar para 14.093 bolsas por mês.

Ainda no âmbito do Programa Mais Médicos que visa à promoção, nas regiões prioritárias do SUS, de aperfeiçoamento dos médicos na área de atenção básica em saúde, mediante integração ensino-serviço, inclusive por meio de intercâmbio internacional, o MEC coordenou o processo de acompanhamento pedagógico dos médicos integrantes do Programa e, para as

regiões de difícil acesso, foi realizada uma parceria com o Ministério da Defesa, resultando em 601 supervisões acadêmicas em 32 Municípios dos Estados do Amazonas e do Pará em 2015. Para 2016, está prevista a ampliação a fim de abranger também os Estados de Roraima e do Acre.

O Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos expedidos por instituições de educação superior estrangeiras (Revalida) permite às instituições de educação superior (IES) públicas revalidar diplomas médicos estrangeiros no Brasil de forma mais rápida e transparente. Em 2015, aderiram ao Revalida 44 IES públicas e 3.988 candidatos participaram da fase objetiva do Exame. A segunda etapa ocorreu em dezembro de 2015, nas cidades de Brasília/DF, Fortaleza/CE, Natal/RN, Campinas/SP e Porto Alegre/RS. Os aprovados estarão habilitados a revalidar os seus diplomas nas IES parceiras. Para o ano de 2016, estima-se a participação de seis mil candidatos no Exame.

Com foco nos serviços de atenção à saúde e de apoio ao ensino, à pesquisa, à inovação tecnológica, à extensão, ao ensino-aprendizagem e à formação de pessoas no campo da saúde pública, a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) administra 33 hospitais universitários de 27 universidades federais. A partir do processo de recomposição e ampliação do quadro de pessoal, a Ebserh encerrou 2015 com aproximadamente 40 mil colaboradores em toda a rede, nas áreas médica, assistencial e administrativa. Ressalta-se que o quadro de médicos nos hospitais aumentou 81,2%, com a gestão Ebserh, bem como os programas de residência médica foram ampliados em cerca de 22%, de 2014 para 2015.

Em 2015, foram alocados cerca de R$ 9,8 bilhões com pessoal, benefícios, custeio e investimentos nos 49 hospitais universitários federais. Destacam-se, ainda, projetos tais como: i) desenvolvimento de planos diretores estratégicos para os hospitais da rede; ii) capacitação de preceptores para residências; iii) implantação do programa de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica; iv) implantação do programa de mestrado profissional em Gestão Hospitalar; v) criação e implantação em rede do programa de mestrado em pesquisa clínica; vi) 1ª Jornada Científica da Ebserh; e vii) desenvolvimento de novos módulos do aplicativo de Gestão para Hospitais Universitários e ampliação da instalação nos hospitais filiados.

O Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (Rehuf), realizado em parceria com o Ministério da Saúde, obteve como resultado a execução de R$ 656,3 milhões investidos no apoio ao custeio das atividades assistenciais e na realização de obras de manutenção para reestruturação física e aquisição de equipamentos hospitalares.

d.3) Avaliação, Regulação e Supervisão

O Censo da Educação Superior permite que se conheça a trajetória de todos os alunos e os docentes, fornecendo subsídios relevantes sobre a abrangência e a eficiência do sistema em suas diferentes modalidades, graus acadêmicos, cursos e demais aspectos. Trata-se de ferramenta indispensável ao planejamento, ao acompanhamento e à avaliação de políticas para esse nível de ensino. O Censo da Educação Superior 2014, divulgado em 2015, contabilizou 7.828.013 matrículas de graduação, um incremento de 7,1%, sendo que 1.341.842 dessas matrículas estavam na modalidade de ensino a distância. O turno noturno correspondeu a 63% das matrículas presenciais de graduação. Observou-se, ainda, o incremento de funções docentes de tempo integral, que passaram de 48,8%, em 2013, para 49,3%, em 2014, observando-se um decréscimo da participação dos horistas, que era 25,8%, em 2013, e passou para 22,7%, em 2014.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) abrange os processos de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes. Os resultados das avaliações possibilitam traçar um panorama da qualidade dos cursos e instituições de educação superior, bem como servir ao processo de regulação da atividade da educação superior no País. Em 2015, foram realizadas 5.771 avaliações *in loco*. A previsão para o exercício de 2016 é de realização de 6,3 mil avaliações.

O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), que integra o Sinaes, tem como objetivo aferir o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação e as habilidades e competências em sua formação. A edição 2015 do Exame foi realizada em novembro, com 551.683 estudantes inscritos de 26 áreas de conhecimento. Para 2016, prevê-se a aplicação do Enade para alunos concluintes de 21 áreas distintas, relacionadas às áreas da saúde, ciências agrárias e afins, e dos eixos tecnológicos de ambiente e saúde, produção alimentícia, recursos naturais, militar e segurança.

O MEC é responsável pela regulação, pela supervisão e pela avaliação do Sistema Federal de Educação, do qual fazem parte as instituições de ensino superior públicas federais e as instituições privadas. O Sistema Federal representa 91% das instituições de ensino superior, 84% dos cursos superiores ofertados e 89% das matrículas da educação superior do País.

Diante desse universo de instituições e cursos de educação superior, o Governo Federal adotou novas estratégias de regulação e supervisão, com a edição de atos normativos e a publicação de manuais, resultando em maior capacidade logística e agilidade no tratamento dos processos regulatórios e demandas por expansão da educação superior, conforme as metas do PNE. Em 2015, foram editados 4.543 atos regulatórios, destacando-se 1.359 autorizações de cursos, 1.623 reconhecimentos e renovação de reconhecimento de cursos, 1.135 aditamentos e 108 atos de supervisão.

Em 2015, o Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) passou a utilizar a Plataforma Sucupira. Por meio desta ferramenta, são realizados acompanhamento e avaliação dos programas de pós-graduação, com destaque no período para a submissão de 778 propostas de novos cursos, das quais 210 foram recomendadas. Além disto, foram realizados dois ciclos de coleta de dados referentes aos anos-base de 2013 e 2014, o que permitiu disponibilizar em tempo real e com mais transparência as informações, processos e procedimentos em relação às atividades da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) junto à comunidade acadêmica.

d.4) Pós-Graduação e Mobilidade Internacional

Para prover o País de quadros de alto nível técnico e científico, o Governo Federal deu continuidade às suas ações de apoio e fomento à pós-graduação *stricto sensu* e à mobilidade internacional no âmbito do ensino superior. No País, em 2015, foram concedidas 104.389 bolsas, das quais, 48.960 de mestrado, 42.113 de doutorado, 7.498 de pós-doutorado, 169 de professor visitante sênior, 258 de supervisão, 4.891 de iniciação científica, e 500 de formação em idiomas pelo Programa Idioma sem Fronteiras.

A concessão de bolsas no País é uma importante estratégia para fortalecimento da pós-graduação. Em 2015, foram concedidas 87,7 mil bolsas de mestrado, doutorado, pós-doutorado e professor visitante sênior, por meio do Programa de Demanda Social, do Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares (Prosup), do Programa de Excelência Acadêmica (Proex), do Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD) e do Programa Professor Visitante Nacional Sênior (PVNS), que, juntamente com recursos de custeio, beneficiam mais de 3,8 mil programas de pós-graduação. Nas áreas estratégicas, foram concedidas mais de 11,5 mil bolsas no País, das quais destacam-se as áreas de defesa nacional, ciências do mar, biologia computacional, toxinologia, parasitologia, ciências forenses, desastres naturais, pesquisa em mar profundo e ciências agrárias. Os programas tradicionais e estratégicos, em conjunto, totalizaram um investimento de mais de R$ 2,1 bilhões.

Destaca-se, ainda, o apoio a programas de mobilidade acadêmica de estudantes e pesquisadores, tais como: i) o Programa de Doutorado Interinstitucional (Dinter); ii) o Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (Procad); e iii) o Programa Pró-Amazônia – Biodiversidade e Sustentabilidade (Pró-Amazônia), por meio dos quais foram concedidas mais de 1,3 mil bolsas no País.

Com vistas a democratizar o conhecimento, possibilitando o acesso de professores, alunos e pesquisadores brasileiros à informação científica por meio eletrônico, o Portal de Periódicos reúne e disponibiliza a 424 instituições de ensino e pesquisa no Brasil um dos mais completos conteúdos científicos da produção internacional. O Portal conta com um acervo de 37.882 títulos com textos completos, 126 bases referenciais, 11 bases dedicadas exclusivamente a patentes, além de 266.704 *e-Books* e 182 bases de dados contendo enciclopédias, obras de referência, normas técnicas, estatísticas e conteúdos audiovisuais.

No que tange à internacionalização da ciência e à mobilidade acadêmica internacional, em 2015 destacaram-se a implementação de 8.550 bolsas de graduação-sanduíche para EUA, Alemanha, França, Canadá, Itália, Suécia, Noruega, Irlanda, China, Hungria, Japão e Áustria, concedidas em 2014, relativas à primeira etapa do Programa Ciência sem Fronteiras (CsF), e a continuidade na concessão de bolsas individuais e de bolsas vinculadas a projetos conjuntos de pesquisa e parcerias universitárias no âmbito dos acordos de cooperações internacional.

Ao todo, foram apoiados 1.097 projetos, com destaque para os Programas Capes/Cofecub, FCT, Pró-Mobilidade Internacional, Licenciaturas Internacionais e Escola de Altos Estudos, e beneficiados 42.772 estudantes, pesquisadores e professores com bolsas de estudo no exterior. Desse total, 35.223 faziam parte do CsF. Além das bolsas vinculadas ao CsF, destacam-se, também, as 1.336 concedidas de doutorado pleno, 2.140 bolsas de doutorado-sanduíche e 1.255 bolsas de pós-doutorado nos programas regulares da Capes.

Em 2015, no âmbito do CsF também foram concedidas pelo CNPq, 5.550 bolsas de graduação sanduíche implementadas com financiamento de empresas, tais como Eletrobrás, Petrobrás, Natura, Shell, Posco e Hyundai resultado do lançamento das chamadas públicas para diferentes países como a Polônia, Austrália, Bélgica, Canadá, Coreia do Sul, Espanha, Finlândia, Holanda, Nova Zelândia e Reino Unido. Somadas àquelas bolsas concedidas entre 2011 e 2014, em 2015, totalizaram-se 26.844 bolsas de graduação concedidas pelo CNPq, que atingiu a meta prevista de participação.

A primeira fase do Programa, desenvolvida em conjunto com a Capes, concedeu, no período 2011-2015, 101.446 bolsas, sendo 78.980 na modalidade graduação-sanduíche. Nas modalidades Pesquisador Visitante Especial e Bolsa Jovem Talento, o CNPq, inclusive, superou as metas estabelecidas, concedendo, respectivamente, 1.350 e 674 bolsas. Em 2015, o CNPq concedeu 760 bolsas de pós-graduação nas modalidades doutorado, doutorado-sanduíche e pós-doutorado, cuja implementação ocorrerá até o início de 2016.

Com relação às ações complementares ao CsF, o curso de inglês *My English Online*, componente eletrônico para ensino da língua no âmbito do Programa Idioma sem Fronteiras, possibilitou o acesso de 830.319 estudantes de graduação e de pós-graduação, professores e técnicos de universidades federais, e institutos federais de educação, ciência e tecnologia à plataforma.

4. Saúde

a) Atenção Básica

A Estratégia de Saúde da Família continua se expandindo, alcançando 63,45% da população brasileira, o que corresponde a 123 milhões de pessoas, em 2015. Até novembro, registrou-se 39.943 equipes atuando em 5.459 Municípios. Em relação ao mesmo período do ano passado, houve um crescimento de, aproximadamente, 800 Equipes de Saúde da Família (ESF).

Os Núcleos de Apoio à Saúde da Família (Nasf) ofertam apoio às equipes de saúde da família, buscando o aumento da resolutividade da atenção básica. Em novembro de 2015, registrou-se 4.271 equipes Nasf atuando nos Municípios. Em relação

ao mesmo período do ano passado, houve um crescimento de 435 Nasf. Já em relação aos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), são 266.250 contratados, representando uma cobertura de 66,65% da população brasileira. Para 2016, a estimativa é que 43.465 equipes de saúde da família, 270 mil agentes comunitários de saúde e 5.495 equipes Nasf estejam ofertando atenção em saúde à população.

No âmbito das ações voltadas para ampliação do acesso da atenção básica para populações específicas, incluem-se as equipes de Consultório na Rua (eCR). Elas atuam em Municípios com população superior a 100 mil habitantes, têm caráter multiprofissional e são responsáveis por articular e disponibilizar atenção integral à saúde das pessoas em situação de rua (crianças, adolescentes e adultos) em seu contexto, incluindo locais de uso público de drogas. Até novembro de 2015, havia 148 eCR em funcionamento, das quais 119 são financiadas pelo Ministério da Saúde (MS). A meta para 2016 é que 158 eCR sejam custeadas pelo MS.

Os esforços voltados para o aumento do acesso à atenção básica foram acompanhados por investimentos na melhoria da infraestrutura da atenção básica. O Programa de Requalificação das Unidades Básicas de Saúde, por meio dos componentes construção, ampliação e reforma, tem o objetivo de promover melhorias nas condições adequadas para o funcionamento das UBS, melhorando a qualidade da atenção prestada. Até 2015, registrou-se a conclusão de 3.620 obras de construção e 5.689 obras de reforma de Unidades Básicas de Saúde (UBS). Além disso, 4.680 obras de ampliação foram concluídas. Foram ainda habilitadas propostas para 327 construções, 341 ampliações e 195 reformas de UBS. Para 2016, há a previsão de habilitação de 3.470 propostas de construção, ampliação e reforma.

No âmbito do Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ), no segundo ciclo do Programa, que ocorreu entre maio de 2012 e setembro de 2015, participaram 30.523 (89%) equipes de atenção básica, das quais: i) 19.946 com saúde bucal; ii) 1.813 Núcleos de Apoio à Saúde da Família; e iii) 860 Centros de Especialidades Odontológicas, presentes em 5.070 Municípios. A adesão pelos Municípios ao terceiro ciclo do programa aguarda homologação. Espera-se que mais de 38 mil equipes de atenção básica participem desse ciclo do programa.

Criado em 2004, o Programa Brasil Sorridente faz parte da Política Nacional de Saúde Bucal e prevê uma série de ações para facilitar e ampliar o acesso da população ao tratamento odontológico gratuito por meio do Sistema Único de Saúde (SUS).

O Programa ampliou o acesso na atenção básica e passou de 4.261 Equipes de Saúde Bucal (ESB), em 2002, para 24.468 ESB até outubro de 2015, responsável pela cobertura populacional de 76,7 milhões de pessoas. Para 2016, a perspectiva é que 25.270 equipes de saúde bucal estejam em funcionamento.

O Programa conta, ainda, com 1.034 Centros de Especialidades Odontológicas (CEO), que são referências para a atenção básica no tratamento especializado e com 1.721 Municípios que ofertam próteses dentárias. Até outubro de 2015, foram realizados mais de 93 milhões de procedimentos de promoção e prevenção, como também, mais de 95 milhões de procedimentos clínicos, diagnósticos e reabilitadores. Em 2015 foram investidos R$ 1,2 bilhão.

Em 2015, o SUS empregou cerca de 24% dos dentistas do País, o que representa mais de 67 mil profissionais. Em dez anos, o total de dentistas atuando na rede pública cresceu 45%.

Em 2015, aconteceu o processo de adesão ao 2º ciclo do Programa de Melhoria do Acesso e Qualidade dos Centros de Especialidades Odontológicas (PMAQ-CEO) e 953 CEO implantados (89%) fizeram adesão. O objetivo é ampliar o acesso e a melhoria da qualidade nos CEOs, permitindo maior transparência e efetividade das ações governamentais direcionadas à atenção especializada em saúde bucal.

Além disso, 107 Municípios de 20 Estados e cinco Distritos Especiais Indígenas (DSEI) receberam 117 Unidades Odontológicas Móveis (UOMs). A medida beneficiou mais de 350 mil pessoas residentes em locais de difícil acesso aos serviços de saúde, populações indígenas e em situação de rua. Ao todo, foram investidos R$ 18 milhões na compra dos veículos e equipamentos. Com a entrega dessas novas 117 unidades, o Brasil passa a contar com 302 UOMs em todos os Estados e o Distrito Federal, totalizando R$ 46,5 milhões para a compra das unidades e R$ 16,9 milhões repassados anualmente para custeio.

O e-SUS AB é uma estratégia para reestruturar as informações da atenção básica em nível nacional e possui dois sistemas de *software* para a captação de dados: a Coleta de Dados Simplificada (CDS) e o Prontuário Eletrônico do Cidadão (PEC), que devem ser implantadas de acordo com a realidade de cada unidade de saúde. Atualmente, a implantação do e-SUS AB nos Municípios está em 92% para o CDS e 12% para PEC. Espera-se que, em 2016, cerca de nove mil UBS estejam utilizando prontuário eletrônico.

As UBS vêm se beneficiando da parceria entre os Ministérios da Saúde e das Comunicações no Programa Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão (Gesac). O Projeto oferece gratuitamente conexão à Internet – por via terrestre e satélite. A conectividade à Internet apoia a implantação do sistema com Prontuário Eletrônico de Saúde no SUS. Em sua primeira etapa, vai levar Internet banda larga para mais de 12 mil UBS que tiveram equipes participantes do 1º ciclo do PMAQ. Do total de Municípios contemplados (3.277), atualmente 69,4% já possuem pontos de banda larga ativados e 6.128 UBS (51,4%).

Ainda visando a implantação e a utilização do sistema de informação da atenção básica, 486 Municípios participantes do Projeto de Formação e Melhoria da Qualidade de Rede de Atenção à Saúde (QualiSUS-Rede) foram contemplados com 25 mil computadores e mais de cinco mil impressoras térmicas capazes de imprimir o Cartão Nacional do SUS na hora.

O Programa Nacional Telessaúde Brasil Redes está em funcionamento em todos os Estados e o DF, via 0800 aos médicos da atenção básica, e em 23 Estados por meio de plataformas virtuais, prestando apoio assistencial e educacional para profissionais de saúde da atenção básica de todo Brasil, incluindo os médicos do Programa Mais Médicos. De janeiro a novembro de 2015, foram realizadas no País 100.636 teleconsultorias, 702 mil telediagnósticos (análise/laudo de exames de apoio a distância) e 834.486 participações em atividades de tele-educação. Existem, ao todo, cerca de seis mil pontos de Telessaúde localizados em UBS de 2,6 mil Municípios. Foram investidos, de 2011 a 2015, cerca de R$ 220 milhões para implantação do Telessaúde nos Estados e no Distrito Federal.

a.1) Mais Médicos

O Programa Mais Médicos tem por finalidade a redução da carência de médicos, a mudança da formação médica no Brasil e a expansão da infraestrutura física da oferta de saúde para o Sistema Único de Saúde (SUS), com prioridade para os Municípios e as regiões com maior proporção de população em extrema pobreza; maior percentual de população usuária do SUS; e com maior dificuldade de atração e fixação de médicos.

Em 2015, foram alocados mais 3.778 médicos, atingindo um total de 18.240 profissionais em atividade em 4.058 Municípios e 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI) desde a sua criação. Para a reposição de vagas, foram realizados editais em janeiro, julho e outubro de 2015. Todas as vagas foram preenchidas por médicos com registro no Brasil ou brasileiros formados fora do Brasil. O Governo Federal superou, portanto, a meta inicial estipulada de garantir a cobertura de atenção básica a 46 milhões de pessoas, chegando a alcançar 63 milhões de beneficiados.

Os médicos integrantes do Mais Médicos recebem supervisão acadêmica conduzida por 206 tutores, sendo a maioria docente de medicina, integrantes de 51 Institutos de Ensino Superior (IES), e por 1.946 supervisores médicos, que acompanham mensalmente o desempenho acadêmico e profissional dos médicos em exercício, em articulação com tutores e gestores municipais de saúde.

No ano de 2015, foram autorizadas 1.389 novas vagas de graduação em medicina, sendo 632 em instituições privadas e 757 em universidades federais. Desde o início do Programa Mais Médicos, foram autorizadas 5.849 novas vagas de graduação em medicina, sendo 3.749 em instituições privadas e 2,1 mil vagas em universidades federais. Destas, 1.893 novas vagas estão em 27 novos cursos em campi interiorizados.

a.2) Atenção Integral à Saúde da Mulher e da Criança

A Política de Atenção Integral à Saúde da Mulher contou com vários avanços entre 2011 a 2015, especialmente nos eixos da Atenção às Mulheres em Situação de Violência e da Atenção Obstétrica.

Nesta perspectiva, o Ministério da Saúde está investindo em ações para organizar e ampliar cada vez mais o atendimento integral às mulheres em situação de violência sexual.

Foram publicadas Portarias que orientam quanto ao funcionamento e ao cadastramento dos "Serviços de Atenção às Pessoas em Situação de Violência Sexual no SUS". Em 2015, 629 estabelecimentos de saúde no País se cadastraram para esses Serviços, sendo: i) 187 para o Serviço de Referência para a Atenção Integral às Pessoas em Situação de Violência Sexual; ii) 65 para o Serviço de Referência para Atenção à Interrupção de Gravidez nos Casos Previstos em Lei; e iii) 377 para a Atenção Ambulatorial às Pessoas em Situação de Violência Sexual. Para 2016, está previsto o cadastramento de 50 serviços em hospitais de referência do SUS.

A Rede Cegonha constitui-se em uma estratégia de qualificação da Atenção Integral à Saúde da Mulher e da Criança. Todos os Estados e o Distrito Federal já aderiram à Rede Cegonha e mais da metade das regiões de saúde já elaboraram seus planos de ação, beneficiando mais de 2,5 milhões de gestantes. Além disso, mais de 2,6 milhões de unidades de Caderneta da Gestante foram distribuídas aos Estados, ao DF e aos Municípios no período de 2014 a outubro de 2015. Desde dezembro de 2015, informações relacionadas à proteção individual e coletiva, visando a redução da infestação por meio do aedes aegypti e contaminação de gestantes com doenças transmitidas por estes mosquitos foram preparadas por especialistas e disponibilizadas à rede SUS e nas Cadernetas das Gestantes.

Em 2015, foram capacitadas 126 parteiras tradicionais, contemplando dois Estados e 14 Municípios, todas inseridas nas regiões da Amazônia Legal, Nordeste brasileiro e Minas Gerais, o que totaliza 856 parteiras tradicionais residentes em 11 Estados dessas regiões.

Estão em curso ações de incentivo do parto normal e a redução de cesarianas, tendo sido lançada, em 2015, a Campanha de Incentivo ao Parto Normal e o Protocolo Clínico e Diretriz Terapêutica (PCDT) de Cesariana pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologia no SUS (Conitec). Está em fase final de elaboração o PCDT de parto normal. Além disso, encontra-se em desenvolvimento ações em 28 hospitais (SUS e privados) com altos índices de cesariana – Projeto Parto Adequado, em parceria com o Hospital Albert Einstein.

Com relação à redução da morte materna, foram realizadas ações em 32 maternidades prioritárias, com maior concentração de óbitos maternos, tendo sido utilizado como parâmetro os serviços com 15 óbitos ou mais, considerando o triênio 2010-2012. Esses serviços estão distribuídos em 18 Estados (AC, AM, AP, PA, RO, TO, AL, BA, CE, MA, PB, PE, PI, RN, SE, GO, RJ

e PR). Houve: i) oferta de apoio institucional e de dispositivos para qualificação dos processos de gestão e cuidado; ii) oferta de curso em urgências e emergências obstétricas/ALSO (Suporte Avançado de Vida em Obstetrícia); iii) apoio à implantação do acolhimento e classificação de risco em obstetrícia, por meio da realização de oficinas e da elaboração de guia; e iv) capacitação de equipes dos Estados em serviços e aquisição de insumos estratégicos (traje antichoque não pneumático) para reduzir a morte materna por hemorragia.

No componente pré-natal, a Rede Cegonha atualizou o rol de exames necessários, incluindo os testes rápidos de HIV e sífilis na atenção básica. Dentre os exames constantes no elenco do Componente Pré-Natal da Rede Cegonha, está a eletroforese de hemoglobina, que é o exame que diagnostica a doença e o traço falciforme. Em 2015, foram registrados 418.425 exames em 944 Municípios.

Com relação à mortalidade materna o número de óbitos maternos foi de 60,9 a cada 100 mil nascimentos no País, inferior à verificada em 1990, de 143 a cada 100 mil nascimentos no País. Para tal, contribuiu a implantação de programas e políticas públicas de atenção às mulheres.

Entre janeiro de 2011 e outubro de 2015, foram criados 3.072 novos leitos neonatais, sendo 1.190 Unidades de Terapia Intensiva Neonatal (Utin) e 1.882 Unidades de Cuidados Intensivos Neonatal (UCI). Além disso, 4.718 leitos receberam custeio para qualificação do cuidado neonatal. Foram ainda qualificados mais de 2,1 mil leitos de gestação de alto risco. Atualmente, há mais de sete mil leitos de UTI e UCI Neonatal habilitados no Brasil, sendo mais de três mil criados desde o início do Programa em 2011. Foram, ainda, habilitados 12 Centros de Parto Normal.

No âmbito da Rede Cegonha, foram distribuídos, em 2015, cerca de 2,2 milhões de testes rápidos de sífilis e 2,7 milhões de testes de HIV/Aids para gestantes. Desde maio de 2012, foram distribuídos 5,9 milhões de testes rápidos de sífilis e 8,9 milhões de testes de HIV/Aids para gestantes.

Em relação ao leite humano, mais de 835 mil litros com certificação de qualidade foram coletados de 2011 a 2015, sendo 649 mil litros distribuídos no período, beneficiando cerca de 836 mil recém-nascidos, envolvendo a participação de 822 mil mães integrantes voluntárias do programa de doação. Apenas em 2015, até outubro, 141 mil litros de leite humano foram coletados com a participação de 140 mil mães doadoras. Foram beneficiados 128 mil prematuros, que receberam 111 mil litros de leite humano certificados.

Manteve-se, também, a triagem neonatal (teste do pezinho) para fenilcetonúria, hipotireoidismo congênito e doença falciforme (fase II), universalizada, em todo o Brasil, desde 2013, bem como a detecção da fibrose cística (fase III). Em 2015, foram triados 2,2 milhões de recém-nascidos no teste do pezinho. A partir de 2014, foi introduzida a fase IV, incluindo no escopo do teste do pezinho a detecção, o diagnóstico, o acompanhamento e o tratamento para hiperplasia adrenal congênita e deficiência de biotinidase, sendo universalizada para todas as unidades da Federação.

Ainda em 2015 foi publicada Portaria GM/MS nº 1.130, que instituiu a Política Nacional de Atenção à Saúde da Criança, com o objetivo de promover e proteger a saúde da criança e o aleitamento materno, mediante a atenção e os cuidados integrais da gestação aos 9 anos de vida, com especial atenção à primeira infância e às populações de maior vulnerabilidade.

Em 2016, será ampliado em 383 o número de leitos de unidade de cuidado intermediário neonatal e serão capacitadas 185 parteiras tradicionais, sendo 25 parteiras de comunidades quilombolas.

Com o surgimento de casos de microcefalias relacionados ao zika vírus, o MS, em ação integrada com especialistas, elaborou um Protocolo de Atenção à Saúde e Respostas à Ocorrência de Microcefalia Relacionada à Infecção pelo Zika Vírus. Este protocolo será usado por profissionais de saúde nos sistemas público e privado do País para orientar o atendimento de mulheres em idade fértil, de gestantes e de bebês com suspeita de microcefalia.

a.3) Rede de Atenção à Saúde Mental e ao Enfrentamento da Dependência de *Crack* e Outras Drogas

Até novembro de 2015, foram implantados 120 novos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), totalizando 1.135 CAPS I, 488 CAPS II, 92 CAPS III, 210 CAPSi, 315 CAPS AD e 88 CAPS AD 24h em funcionamento no País. Os referidos CAPs possuem características distintas, dependendo do porte do Município, variando, assim, os serviços ofertados conforme o público atendido (adultos, crianças e adolescentes, e usuários de álcool e drogas), o período de funcionamento (diurno ou 24h) e a composição das equipes.

De 2012 a outubro de 2015, foram financiados 206 Serviços Hospitalares de Referência, totalizando 997 leitos de saúde mental em Hospitais Gerais de Estados, do Distrito Federal e de Municípios, com o repasse anual de cerca de R$ 67 mil por leito/ano. No mesmo período, 69 Unidades de Acolhimento para adultos, crianças e adolescentes com problemas relacionados a drogas estavam em funcionamento, para residência temporária de até seis meses.

O processo de desinstitucionalização de pacientes com histórico de longas internações em instituições psiquiátricas foi reforçado com o incentivo à abertura de 60 residências terapêuticas, além do aumento do número de CAPs e do Programa De Volta Para Casa, que alcançou 4.394 pessoas com o benefício mensal de R$ 412,00.

Em 2015, foram ofertadas 78.574 vagas em capacitações relativas à abordagem dos problemas de saúde mental para alunos de graduação e profissionais da rede de saúde, com foco nas necessidades de saúde decorrentes do uso de álcool e *crack* e outas drogas, totalizando 477.114, desde 2011.

Foram, ainda, ofertadas, nos anos de 2014 e 2015, 3,7 mil vagas para cursos a distância focados nos temas de saúde mental infanto-juvenil, atenção à crise e urgência em saúde mental e demandas associadas ao consumo de álcool e outras drogas.

Para 2016, estão previstos: i) implantação do Programa de Desinstitucionalização, nos termos da Portaria GM nº 2840/2014; ii) implantação do Programa Direito É Qualidade, em parceria com a Organização Mundial da Saúde (OMS); iii) oficina voltada aos trabalhadores do SUS para qualificação da atuação voltada à atenção no campo de álcool e outras drogas; iv) a ampliação dos Programas de Prevenção ao Uso de Drogas em escolas e comunidades; v) expansão de ações de formação e educação permanente; e vi) expansão dos investimentos na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), em todos seus componentes e pontos de atenção.

a.4) Atenção Integral à Saúde da Pessoa Idosa

Em 2015, foram desenvolvidas diferentes ações que tiveram por objetivo ampliar a implementação do Modelo de Atenção Integral à Saúde da Pessoa Idosa. Esse Modelo tem preconizado a integração da atenção a essa população às redes de atenção à saúde, além da articulação com as áreas e programas estratégicos, tais como: i) o acesso a medicamentos e insumos; e ii) as ações de promoção da saúde e prevenção de agravos.

A campanha nacional de vacinação contra a gripe atingiu, em 2015, 88,98% de cobertura entre as pessoas idosas, o que significa um total de 18,6 milhões de doses aplicadas nesta população. Além disso, foi concluída a capacitação de mais 167 profissionais

de saúde, sendo essa uma ação contínua. No período de 2012 a 2015, foram capacitados um total de 5,3 mil profissionais de saúde, com vistas a qualificar o cuidado ofertado pelo SUS a essa população.

Como prioridades para 2016, destacam-se a distribuição da 3ª edição da Caderneta de Saúde da Pessoa Idosa e do Caderno de Atenção Básica de Envelhecimento e Saúde da Pessoa Idosa, a complementação das Diretrizes para o Cuidado das Pessoas Idosas no SUS, a elaboração de uma política nacional de cuidados de longa duração intersetorial de cuidado e a capacitação de profissionais de saúde, especialmente da atenção básica, em envelhecimento e saúde da pessoa idosa.

a.5) Contribuição da Saúde para a Erradicação da Extrema Pobreza

Em 2015, houve expansão do Programa Nacional de Suplementação de Vitamina A, para crianças de 6 a 59 meses, contemplando 3.562 Municípios, dos quais 2.867 (80,5%) registraram dados no sistema de gestão do Programa e, aproximadamente, três milhões de crianças de 6 a 59 meses receberam a megadose de vitamina A, o que representou um alcance de 57,3% da meta de 2015.

A ação Brasil Carinhoso instituiu, ainda, a gratuidade dos medicamentos para asma no Programa Farmácia Popular do Brasil, atendendo, até o momento, 3,2 milhões de pessoas. O Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica no âmbito do SUS (Qualifar-SUS), investiu, em 2015, mais de R$ 49 milhões para estruturação dos serviços farmacêuticos da atenção básica de 1.582 Municípios do Plano Brasil Sem Miséria com população de até 100 mil habitantes, que representa 70% do total. Já o Programa Farmácia Popular ampliou a rede credenciada nos Municípios do mapa de extrema pobreza, alcançando 1.644 Municípios prioritários do BSM abrangidos pelo Programa.

Entre agosto de 2013 e agosto de 2015, 1.087 Municípios atenderam aos requisitos de adesão e foram contemplados pelo Projeto Olhar Brasil. No mesmo período, foram realizadas 189,4 mil consultas, sendo 53,5 mil apenas em 2015.

A campanha "Hanseníase, Verminose e Tracoma têm Cura", encerrada em novembro de 2015, resultou em mais de 4,8 milhões de escolares respondendo à ficha de autoimagem para hanseníase, 5,4 milhões tratados com albendazol para geo-helmintíases e 900 mil examinados para tracoma.

b) Atenção Especializada de Média e Alta Complexidade

Com ênfase na Política Nacional de Acesso aos Procedimentos Cirúrgicos Eletivos, em 2015 foram realizados mais de 1,7 milhão de procedimentos cirúrgicos eletivos, com destaque para as 384,4 mil cirurgias de catarata.

b.1) Transplantes

O Sistema Brasileiro de Transplantes é líder em crescimento na América Latina e no mundo em doadores efetivos nos últimos quatro anos. Em relação ao número de doadores efetivos, o Brasil teve o melhor primeiro semestre da história, tanto em números absolutos quanto na taxa por milhão de população. Considerando a população estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no primeiro semestre de 2015 foi alcançada a marca de 6,60 doadores efetivos por milhão de população. O primeiro semestre de 2015 foi o melhor da história no número de transplantes cardíacos, com 173 procedimentos.

O quantitativo total de transplantes realizados de janeiro até novembro de 2015 foi de 21,6 mil. No mesmo período, foram realizados mais de sete mil transplantes de órgãos sólidos e contabilizados 2,5 mil doadores efetivos.

Em 2015, até o mês de novembro, a aceitação familiar em relação à doação de órgãos foi de 56%. Destaca-se, ainda, a manutenção do crescimento do Registro Nacional de Doadores Voluntários de Medula Óssea (Redome), fechando o ano com mais de 3,8 milhões de doadores cadastrados, sendo o terceiro maior registro de doadores voluntários de medula óssea do mundo e o maior com financiamento exclusivamente público.

As perspectivas para 2016 incluem, entre outros, i) alteração do Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997, que regulamenta a Lei nº 9.434, 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante; ii) a publicação da revisão do Regulamento Técnico do SNT (Portaria GM/MS nº 2.600/2009); iii) a implantação do novo sistema informatizado (e-SNT) para e gerenciamento do processo de doação e transplantes de órgãos e tecidos, em substituição ao atual, o que proporcionará suporte mais eficaz aos objetivos e às metas estabelecidas pelo Governo Federal, alinhado com a nova regulamentação e propiciará maior transparência aos processos de doação e transplante nas unidades da Federação; e iv) a implantação de um novo sistema de regulação do acesso ao transplante de medula não aparentado (transplante de células-tronco hematopoiéticas do tipo alogênico não aparentado) visando aprimorar o fluxo de referência, reduzir o tempo de espera para a realização do procedimento em pacientes que já encontraram medula compatível e otimizar a utilização dos leitos disponíveis.

b.2) Sangue e Hemoderivados

Até novembro de 2015, foi assegurada a disponibilidade de 3,12 UI *per capita* de fator VIII e 0,54 UI per capita de fator IX para o tratamento dos pacientes com hemofilia A e B, respectivamente, incluindo os quantitativos armazenados e distribuídos por demanda do Ministério da Saúde. Foram distribuídos ao SUS 110.549 frascos de imunoglobulina, 210.638 frascos de albumina, 9.735 frascos de fator VIII plasmático e 22.404 frascos de fator IX plasmático. No que se refere ao fator VIII recombinante (Hemo 8r), foram distribuídos, no mesmo período, 474,16 milhões de UIs atendendo às necessidades dos usuários do SUS.

Em 2015, também ocorreu a formalização dos protocolos de uso de Imunotolerância para Hemofilia A e de Profilaxia Primária para Hemofilia Grave. Ainda na atenção às coagulopatias, ocorreu a revisão do Manual da Hemofilia e elaboração de dois novos manuais: Manual das Coagulopatias Hereditárias Raras e Manual de Atendimento Odontológico a Pacientes com Coagulopatias Hereditárias.

Foram implantadas 14 plataformas previstas para realização centralizada dos testes do ácido nucleico (NAT) na Hemorrede Nacional. O teste está disponível para atendimento a 100% dos serviços públicos e privados contratados pelo SUS. Em 2015, foram testadas cerca de 2,7 milhões de amostras com o NAT Brasileiro. O total de janelas imunológicas identificadas na rotina dos Sítios Testadores (considerando os dados cumulativos de 2011 a setembro de 2015) foi de 47 para HIV, 15 para HCV e 27 para HBV. Estima-se uma produção nacional em 3,6 milhões de bolsas de sangue. Dessas, 77% foram testadas com NAT Brasileiro até o momento. Cabe ressaltar que não é obrigatória a utilização do teste disponibilizado pelo Ministério da Saúde, cabendo ao gestor estadual a definição do conjunto diagnóstico a ser utilizado na rotina, nesse caso, sem o ressarcimento do Ministério.

Até dezembro de 2015, foram realizadas 155 visitas de avaliação técnica e gerencial aos serviços de hematologia e hemoterapia em todo o País no âmbito do Programa Nacional de Qualificação da Hemorrede (PNQH), com o objetivo de promover o aperfeiçoamento das atividades hemoterápicas e hematológicas com foco na melhoria dos processos e na segurança transfusional. Pelo menos 76 serviços de hemoterapia foram certificados para fornecimento de plasma para a indústria de hemoderivados. Nesses serviços, em 2015, foram coletadas pela Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (Hemobrás) 583.742 bolsas de plasma de uso industrial, que compõem um volume estimado de 128.423 litros de plasma. Para 2016, é prevista a disponibilização de 150 mil litros de plasma para o uso industrial e a produção de medicamentos hemoderivados, no âmbito da parceria entre o Ministério da Saúde e a Hemobrás.

b.3) Atenção às Urgências e às Emergências

Em 2015, foram repassados recursos para a qualificação de prontos-socorros dos hospitais, perfazendo um total de 299 portas hospitalares recebendo incentivo de qualificação de outubro de 2011 a dezembro de 2015, no âmbito da Política Nacional da Rede de Atenção às Urgências e da Rede de Urgência e Emergências (RUE).

Um dos principais componentes da RUE, o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu 192) conta, atualmente, com 189 Centrais de Regulação, representando uma cobertura populacional de 155,9 milhões de habitantes (76,4%). Em 2015, o Samu 192 operou com 3.354 Unidades Móveis habilitadas. Dessas, 2.525 (75%) são Unidades de Suporte Básico, 583 (17%) Unidades de Suporte Avançado, 226 (7%) Motolâncias, 13 Equipes de Embarcação e sete Equipes de Aeromédico.

As Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24H) constituem outro importante componente da Política e desde 2011, foram contratadas 929 UPAs. Dessas, 448 unidades foram concluídas. Estão em funcionamento, no País, 427 UPAs, com a possibilidade de resolver até 97% dos casos atendidos, reduzindo as filas nos prontos-socorros dos hospitais. A capacidade de operação das UPAs em funcionamento é de 113 mil atendimentos/dia e de 3,4 milhões de atendimentos/mês. No âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento 2, até dezembro de 2015, foram aprovadas 554 UPAs, das quais 475 estão vigentes, em 387 Municípios, com investimento total na ordem de R$ 1 bilhão.

Para 2016, os esforços estarão voltados para a conclusão das obras em andamento e posterior entrada em funcionamento das UPAs. Estão previstas 50 novas UPAs a serem incorporadas aos serviços da Rede de Urgência, totalizando, até dezembro de 2016, 477 UPAs em pleno funcionamento.

O Programa SOS Emergências permaneceu, em 2015, com 31 hospitais contemplando todas as unidades da Federação. Nos quatro anos do programa, 15 hospitais apresentaram propostas de obras e desses, quatro tiveram suas adequações físicas concluídas e cinco unidades estão com obras em andamento. Todos os 31 hospitais apresentaram propostas para aquisição de equipamentos, sendo que 24 já os receberam.

Para 2016, a implementação da RUE inclui a pactuação interfederativa para a organização da assistência e gestão, com: i) potencialização do papel das secretarias de saúde estaduais e municipais; ii) construção de modelos replicáveis de gestão de rede e componentes; iii) redução da fragmentação do modelo de financiamento; iv) ajuste nos parâmetros da necessidade de leitos hospitalares, considerando especificidades regionais e tecnologias fora do ambiente hospitalar (hospital dia, atenção domiciliar e outros); e v) definição do novo modelo de apoio aos estabelecimentos de saúde.

A Força Nacional do Sistema Único de Saúde (FN-SUS) atua em emergências de saúde pública, em situações epidemiológicas, decorrentes de desastres ou de desassistência. Atualmente, conta com 12.869 profissionais voluntários cadastrados. Em 2015, a FN-SUS capacitou 595 profissionais voluntários do SUS em resposta a eventos QBRN (químicos, biológicos, radiológicos e nucleares) e AMV (Atendimento de Acidentes com Múltiplas Vítimas). Desde sua criação, em 2011, foram capacitados mais de quatro mil profissionais voluntários para cuidados de vítimas em desastres, construção de planos hospitalares, atendimento a pacientes vítimas de acidentes QBRN, AMV e Missão Exploratória. Em 2015, a FN-SUS realizou seis missões, entre: i) desastres naturais e apoio à gestão, incluindo a missão exploratória no Acre decorrente de enchentes; ii) o apoio à Marcha das Margaridas; iii) a montagem de Hospital de Campanha durante o Círio de Nazaré após incêndio no Pronto Socorro de Belém; iv) o apoio aos I Jogos Mundiais dos Povos Indígenas; e v) a remoção do segundo caso suspeito de ebola no Brasil. Desde a sua criação, em 2011, foram realizadas 33 missões, envolvendo 460 profissionais.

b.4) Atenção Domiciliar

O Programa Melhor em Casa qualificou o atendimento do SUS, ofertando cuidado, fora do espaço hospitalar, para cidadãos que necessitam de cuidados intensivos de saúde no domicílio. Possibilita a assistência multiprofissional gratuita no domicílio do paciente, que recebe um cuidado mais humanizado e acolhedor, próximo da família. Até outubro de 2015, com o quantitativo de equipes existentes, o Programa está disponível a cerca de 48,5 milhões de habitantes.

Em 2015, foram constituídas 61 novas Equipes Multiprofissionais de Atenção Domiciliar (Emad), formadas por médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem e fisioterapeutas, e 34 Equipes Multiprofissionais de Apoio (Emap), que são compostas por outros profissionais, de saúde, como fonoaudiólogos, nutricionistas e psicólogos. Assim, totalizam 898 Equipes desde o início do Programa, em novembro de 2011, sendo compostas por 583 Emad e 315 Emap, que proporcionaram mais de 424 mil atendimentos (internações domiciliares), dos quais 180 mil em 2015.

Para ampla qualificação do trabalho dessas equipes, expandiu-se o ensino a distância de qualificação profissional em Atenção Domiciliar, em parceria com o Sistema Universidade Aberta do SUS (UnaSUS) e oito universidades, ofertando mais cinco módulos auto instrucionais em 2015 – totalizando 19 até o momento – e alcançando mais de 24,9 mil profissionais e 52,4 mil matrículas em todo o País. Nessa mesma parceria também foram disponibilizados novos cursos nas modalidades aperfeiçoamento (180h) e especialização (360h), ofertando mais 1,1 mil vagas.

Em 2016, a previsão é de manutenção das equipes e qualificação do programa, incentivando um cuidado progressivamente mais complexo, ao potencializar a desospitalização pré e pós-hospitalar.

b.5) Política Nacional para a Prevenção e o Controle do Câncer na Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas

Até novembro de 2015, foram realizados 3,7 milhões de exames de mamografia bilateral para rastreamento do câncer de mama, representando um montante gasto de cerca de R$ 167 milhões. Dessas, 2,2 milhões de mamografias foram realizadas na população de 50 a 69 anos, faixa etária preconizada para o rastreamento do câncer de mama. Além disso, foram realizados no ano 6,3 milhões de exames citopatológicos para o rastreamento do câncer de colo do útero, com dispêndio de R$ 56 milhões. Desses, cinco milhões de exames focaram na população de 25 a 64 anos, faixa etária preconizada para o rastreamento do câncer de colo do útero.

Além dos procedimentos realizados, no que se refere à Qualificação Nacional em Citopatologia na prevenção do câncer do colo do útero (QualiCito), foram habilitados 263 laboratórios em 2015, atingindo um total de 850 laboratórios habilitados.

Em relação aos procedimentos de tratamento do câncer, foram realizadas 258 mil cirurgias de câncer, 2,6 milhões de procedimentos de quimioterapia e 9,6 milhões de procedimentos radioterápicos. O montante gasto com os procedimentos de tratamento (cirurgias de câncer, procedimentos de quimioterapia e procedimentos radioterápicos) representou R$ 2,6 bilhões. Existem 283 hospitais habilitados em alta complexidade em oncologia.

Espera-se, para 2016, a ampliação de estabelecimentos de saúde habilitados como o Serviço de Referência para Diagnóstico e Tratamento de Lesões Precursoras do Câncer do Colo de Útero (SRC) e o Serviço de Referência para Diagnóstico de Câncer de Mama (SDM). Além dessas habilitações, a Portaria SAS/MS nº 140/2014 redefiniu os critérios e os parâmetros para organização, planejamento, monitoramento, controle e avaliação dos estabelecimentos de saúde habilitados na atenção especializada em

oncologia e definiu as condições estruturais, de funcionamento e de recursos humanos para a habilitação desses estabelecimentos no âmbito do SUS. Com isso, cada unidade da Federação deve elaborar o Plano de Atenção Oncológica com o intuito de garantir o atendimento integral para o paciente, de modo a permitir o tratamento adequado e oportuno das pessoas com câncer na Rede de Atenção à Saúde (RAS).

c) Pesquisa e Desenvolvimento em Saúde

Em 2015, foi lançado um chamamento público para projetos em 23 linhas de pesquisa em temas estratégicos para o SUS. Foram aprovados 45 projetos estratégicos, totalizando um investimento de R$ 23,5 milhões.

Nesse ano, foi pactuada a edição do Programa Pesquisa para o SUS (PPSUS) 2015/2016, no valor global de R$ 75 milhões, sendo R$ 45 milhões provenientes do Ministério da Saúde e R$ 30 milhões referentes à contrapartida dos Estados e do Distrito Federal. O PPSUS é uma estratégia de descentralização de fomento à pesquisa em saúde que envolve a parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) no nível federal e com as Secretarias Estaduais de Saúde e as Fundações de Amparo à Pesquisa no Nível Estadual.

Ressalta-se, também, a parceria internacional com a Fundação Bill e Melinda Gates, que resultou em nove projetos apoiados na chamada pública "Grandes Desafios Brasil: Desenvolvimento Saudável Para Todas as Crianças", no valor de R$ 11 milhões.

Foram ainda apoiados quatro projetos de avaliação de tecnologia em saúde (ATS) no valor de R$ 28 milhões no âmbito do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde (Proadi-SUS). Em 2015, 13 novos membros aderiram à Rede Brasileira de Avaliação de Tecnologia em Saúde (Rebrats), formada por 90 instituições. Também, foi promovida capacitação de aproximadamente nove mil pessoas visando ampliar a formação em ATS tanto no setor público quanto no privado e atendidas 23 demandas por estudos de ATS.

Visando apoiar o financiamento de pesquisas para tratar doenças que afetam principalmente os países em desenvolvimento e os de menor desenvolvimento, foram repassados R$ 3 milhões para o projeto "Desenvolvimento de vacina contra a esquistossomose", da Fundação Oswaldo Cruz, selecionado pelo Observatório Global de Pesquisa e Desenvolvimento no âmbito da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Para 2016, foi previsto no Plano Plurianual (PPA) 2016/2019, o apoio a 240 pesquisas em saúde.

d) Desenvolvimento Produtivo e Inovação do Complexo Industrial da Saúde

Em 2015, foi disponibilizada para o Programa de Desenvolvimento do Complexo Industrial da Saúde (Procis) uma dotação orçamentária da ordem de R$ 121,8 milhões. Até dezembro, foram empenhados R$ 32,4 milhões para projetos plurianuais voltados à infraestrutura, ao desenvolvimento e à inovação e à qualificação da gestão de oito produtores públicos e 11 instituições científicas tecnológicas (ICTs). Esses projetos destinam-se a apoiar a modernização e a estruturação produtiva e gerencial e a inovação e produção de insumos estratégicos para a saúde.

No âmbito das Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDP), em 2015, 107 projetos de PDP foram analisados para adequação ao Novo Marco Regulatório (Portaria GM/MS nº 2.531/2014). Também foram analisadas 39 propostas de projeto de PDP pela Comissão Técnica de Avaliação e pelo Comitê Deliberativo. Em dezembro de 2015 estavam vigentes 89 PDP envolvendo 18 laboratórios públicos e 46 laboratórios privados. Quanto ao uso do poder de compra do Ministério da Saúde,

as PDPs já representaram 28% do total de aquisições em 2015. Como resultado, a economia alcançada pelas parcerias entre 2011-2015 está estimada em R$ 2,4 bilhões.

No âmbito do Plano de Expansão da Radioterapia no SUS, destaca-se que das 80 soluções de radioterapia ("casa mata ou *bunker*" construído e aceleradores lineares em operação) com previsão de operação até junho de 2018, dez já tiveram as obras iniciadas.

No que tange às ações relacionadas ao acordo de compensação tecnológica que marca o início do processo de inserção do País na cadeia global de produção de aceleradores lineares e componentes, faz-se importante ressaltar que o lançamento da pedra fundamental da obra de construção da fábrica da Varian em Jundiaí/SP deverá ocorrer no mês de fevereiro de 2016, sendo a publicação das chamadas públicas de ICTs para recebimento de novas tecnologias e qualificação em tecnologias Varian previstas para ocorrer até março de 2016 bem como a identificação e o início da qualificação de potenciais fornecedores.

e) Assistência Farmacêutica no Âmbito do Sistema Único de Saúde

A promoção do acesso aos medicamentos considerados essenciais por meio da expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil teve como prioridade o credenciamento de farmácias e drogarias localizadas nos Municípios constantes do mapa de extrema pobreza. No ano de 2015 (até outubro), registrou-se o credenciamento de 1.361 farmácias, as quais ampliaram a capilaridade do programa em 101 Municípios.

Outra ação importante é a campanha "Saúde Não Tem Preço", lançada em 2011, a qual passou a disponibilizar gratuitamente medicamentos para o tratamento de hipertensão, diabetes e asma por meio da rede do Programa Farmácia Popular. Até dezembro de 2015, mais de 35,3 milhões de brasileiros foram beneficiados pelo Programa desde que foi instituída essa gratuidade.

O Governo Federal, por meio do Componente Básico da Assistência Farmacêutica, transferiu até dezembro mais de R$ 900 milhões aos Municípios e aos Estados para aquisição de medicamentos para a atenção básica. Além disso, foram adquiridos de forma centralizada cerca de 27,5 milhões de frascos de insulinas regular e NPH e para o Programa Saúde da Mulher, cerca de 52 milhões de blísteres, ampolas, comprimidos e unidades de contraceptivos.

Para 2016, a previsão é transferir aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios mais de R$ 1 bilhão para aquisição de medicamentos para à atenção básica, e adquirir e distribuir mais de 22 milhões de frascos de insulina, cerca de 74 milhões de blísteres, ampolas e unidades de contraceptivos e 600 kits para distribuição em situação de calamidade pública.

O Componente Estratégico da Assistência Farmacêutica (Cesaf) destina-se à garantia do acesso equitativo a medicamentos e insumos para prevenção, diagnóstico, tratamento e controle de doenças e agravos de perfil endêmico com importância epidemiológica, impacto socioeconômico ou que acometem populações vulneráveis. Até setembro de 2015, o Cesaf descentralizou mais de R$ 340 milhões, o que corresponde a mais de 223 milhões de unidades de medicamentos.

Quanto à distribuição de tratamentos para hanseníase, tuberculose e tabagismo, foram distribuídos, até setembro, tratamentos básicos para atendimento de 125,5% dos casos notificados de hanseníase e 136% dos casos notificados de tuberculose. Para o tabagismo, foram distribuídos mais de 140 mil tratamentos com adesivos de nicotina.

Com relação ao Componente Especializado da Assistência Farmacêutica, que disponibiliza medicamentos para tratar 79 doenças em nível ambulatorial na forma de linhas de cuidado definidas nos PCDTs, o Governo Federal transferiu, no ano de

2015, recursos aos Estados e ao Distrito Federal na ordem de R$ 691 milhões, além de R$ 4,1 bilhões executados em processos de aquisição centralizada, que correspondem a cerca de 455,9 milhões de medicamentos adquiridos.

Até dezembro de 2015, foram executados 66 contratos, sendo 46 com laboratórios privados, dez contratos com laboratórios públicos estaduais e dez termos de execução descentralizada com a Fiocruz. Além disso, foram destinados aos laboratórios da rede oficial cerca de R$ 1,3 bilhão, equivalente à aquisição aproximada de 321 milhões de unidades de medicamentos do componente especializado, adquiridos no âmbito de parcerias para o desenvolvimento produtivo (PDP).

O uso de plantas medicinais e fitoterápicos foi intensificado nos últimos anos. Em 2015, foram selecionadas 12 secretarias de saúde para desenvolvimento de projetos de apoio à assistência farmacêutica e arranjos produtivos locais de plantas medicinais e fitoterápicos, bem como ao desenvolvimento e ao registro sanitário de fitoterápicos da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (Rename) por laboratórios públicos, com investimento de aproximadamente R$ 4 milhões. Ao todo, desde 2012, foram selecionados 78 projetos na área de plantas medicinais e fitoterápicos. Ainda com referência ao uso de plantas medicinais e fitoterápicos no SUS, constam 12 medicamentos fitoterápicos na Rename, a qual se encontra em processo de atualização, com possibilidade de incorporação de novos medicamentos fitoterápicos no SUS. Em 2016, pretende-se apoiar 15 projetos da cadeia produtiva de plantas medicinais e fitoterápicos, bem como incluir novos fitoterápicos na Rename e capacitar 1,5 mil profissionais de saúde, principalmente médicos e farmacêuticos, sobre esta temática.

O Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica no âmbito do SUS tem por finalidade contribuir para o processo de aprimoramento, implementação e integração sistêmica das atividades da farmacêutica às ações e aos serviços de saúde, visando uma atenção contínua, integral, segura, responsável e humanizada à população brasileira. No Eixo Estrutura do Programa, a ação para estruturação da assistência farmacêutica na atenção básica apoia 1.582 Munícipios do Plano Brasil Sem Miséria com população de até 100 mil habitantes, correspondendo a uma cobertura de mais de 26 milhões de pessoas. Para 2016, a previsão é ampliar o apoio a 2.257 Municípios.

Ainda como ação de estruturação por meio do Projeto QualiSUS-Rede, foram entregues mais de cinco mil computadores para informatização dos serviços farmacêuticos de 485 Municípios e do Distrito Federal em 2015. No Eixo Cuidado, o Governo Federal tem apoiado a implantação dos serviços de cuidado farmacêutico na Rede de Atenção, o que visa à educação em saúde e à promoção do uso racional de medicamentos e de terapias complementares, por meio dos serviços da clínica farmacêutica e das atividades técnico-pedagógicas voltadas ao indivíduo, à família, à comunidade e à equipe de saúde. Já no Eixo Educação, no intuito de qualificar a assistência farmacêutica prestada à população, foram ofertadas até outubro de 2015 mais de quatro mil vagas de capacitação no âmbito da gestão e utilização do Sistema Nacional de Gestão da Assistência Farmacêutica (Hórus) para gestores e trabalhadores do SUS, na modalidade a distância e presencial.

Para contribuir no planejamento, no monitoramento, no controle e na avaliação da gestão da Assistência Farmacêutica, o Governo Federal ampliou a implantação do Hórus, que conta com a adesão de mais de 3,3 mil Municípios e 24 Estados. Além disso, o Sistema também é utilizado em 34 distritos sanitários especiais indígenas, 50 casas de saúde indígena e 89 polos-base do subsistema de atenção à saúde indígena.

f) Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde

Até outubro de 2015, 50 tecnologias foram incorporadas ao SUS, destacando-se os medicamentos clozapina, lamotrigina, olanzapina, quetiapina e risperidona, para tratamento do transtorno afetivo bipolar; abatacepte, para artrite reumatoide moderada a grave; cipionato de hidrocortisona 10 e 20 mg, para hiperplasia adrenal congênita; daclastavir, simeprevir e sofosbuvir, para hepatite C crônica; paricalcitol e cinacalcete, para hiperparatireoidismo secundário à doença renal em pacientes submetidos à

diálise; everolimo, para imunossupressão em transplante hepático adulto; everolimo, sirolimo e tacrolimo, para imunossupressão em transplante cardíaco; dolutegravir sódico, para infecção pelo HIV e procedimentos hormonioterapia adjuvante e prévia à radioterapia externa, para o câncer de próstata; transplante de células-tronco hematopoéticas, para doença falciforme e elastografia ultrassônica hepática, para o diagnóstico da fibrose hepática.

Desde a criação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (Conitec), em 2012, até outubro de 2015, foram incorporadas 164 tecnologias. Entre as 459 demandas de incorporação de tecnologia, 294 foram referentes à solicitação de inclusão no rol do SUS de medicamentos, 65 de produtos, e 100 de procedimentos. Em relação à procedência, foram 259 demandas internas, de órgãos e instituições ligadas ao SUS, e 200 demandas externas provenientes da indústria farmacêutica, de órgãos do Poder Judiciário, de associações de pacientes e sociedades médicas. A maioria das demandas foi relacionada às especialidades de oncologia, reumatologia, infectologia, cardiologia e pneumologia.

Foram, ainda, publicadas, durante o processo de avaliação das demandas de incorporação tecnológica, 142 consultas públicas e mais de 19 mil contribuições foram recebidas de instituições de saúde, associação de pacientes, empresas, instituições de ensino, sociedades médicas, entre outros, sobre as tecnologias analisadas.

Para 2016, estão previstas atividades com vistas a: i) ampliar e qualificar a participação social nas consultas públicas da Conitec; ii) dar visibilidade ao processo de gestão e incorporação de tecnologias no SUS; iii) aperfeiçoar os procedimentos para elaboração e revisão dos Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas; e iv) subsidiar tecnicamente os operadores do direito e os gestores de saúde em relação a demandas judiciais sobre tecnologias em saúde.

g) Ações de Promoção e Vigilância em Saúde

O Programa de Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde (PQA-VS) foi reconhecido pelos entes federados por sua importância para o aperfeiçoamento das ações de saúde, contando com a adesão maciça e progressiva dos Municípios. Em 2013, 5.418 aderiram ao Programa; em 2014, esse número aumentou para 5.446; e, em 2015, chegou a 5.474.

Em 2014, foi realizada a primeira avaliação dos Municípios com base no cumprimento de metas de 14 indicadores integrantes do PQA-VS, o que resultou no repasse de R$ 118 milhões para os Municípios que aderiram ao Programa e R$ 18,3 milhões para os Estados e o Distrito Federal. No segundo ano de avaliação, 2015, o volume de recursos foi ampliado: R$ 129,9 milhões foram destinados aos Municípios e R$ 20,7 milhões aos Estados e ao Distrito Federal.

Para o aprimoramento da vigilância da dengue, o Brasil começou a adotar a nova classificação de casos de dengue, estabelecida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 2014, quais sejam: dengue, dengue com sinais de alarme e dengue grave. Em 2015, ocorreram 1.649.008 casos prováveis de dengue (casos notificados, excluindo os descartados), 1.569 casos de dengue grave, 20.329 casos de dengue com sinais de alarme e 863 óbitos por dengue. Em comparação com 2014, houve um aumento de 82,5%. No entanto, houve redução da letalidade por dengue, passando de 0,08%, em 2014 para 0,05%, em 2015.

Visando ao aprimoramento da vigilância e ao enfrentamento de epidemias de dengue e chikungunya no Brasil, o Ministério da Saúde vem desenvolvendo uma série de ações, tais como: i) repasse de R$ 143,7 milhões a todos os Municípios para qualificação das ações de prevenção e controle da dengue; ii) distribuição de inseticidas para controle vetorial e kits para diagnóstico de dengue; iii) atualização do Guia de Manejo Clínico de Dengue; iv) curso de atualização do manejo clínico da dengue e chikungunya em formato EaD (educação a distância); v) realização de reuniões macrorregionais com os dirigentes dos programas de controle

da dengue de todas as unidades da Federação; e vi) acompanhamento e financiamento de pesquisas para aprimoramento da vigilância e do controle de dengue. A expectativa da letalidade por dengue para 2016 será de 0,043%.

Dos 27 Laboratórios Centrais de Saúde Pública (Lacens), 19 estão treinados para a técnica de biologia molecular (RT-PCR) para dengue, 16 para chikungunya, e 11 para zika vírus, técnica que permite a obtenção de uma resposta em tempo oportuno e eficaz. No período de 26 a 29 de janeiro de 2016, foram capacitados 11 Lacens para metodologia de RT-PCR para zika vírus.

O surgimento de pacientes com manifestação neurológica com história prévia de infecção viral tem sido registrado em unidades da Federação com circulação do vírus Zika e circulação concomitante de dengue e/ou Chikungunya, principalmente nos Estados da região Nordeste. As manifestações neurológicas dos pacientes incluem encefalites, meningoencefalite, mielite, Síndrome de Guillain-Barré, entre outras.

Entre janeiro e julho de 2015, Estados da região Nordeste notificaram à Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) a ocorrência de 121 casos de manifestações neurológicas e Síndrome de Guillain-Barré com histórico de doença exantemática prévia. Investigações estão sendo conduzidas pelo Ministério da Saúde, Secretarias de Saúde dos Estados, Distrito Federal e Municípios e outras instituições para subsidiar os Estados e os Municípios com orientações amparadas em evidências mais robustas.

A partir da identificação da alteração do padrão de ocorrência de microcefalias no Brasil, foi declarada Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (Espin), nos termos do Decreto nº 7.616, de 17 de novembro de 2011, e foi instalado o Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública (COES), por intermédio da (Portaria MS nº 1.813, de 11 de novembro de 2015). Houve convocação do Grupo Executivo Interministerial de Emergências em Saúde Pública de Importância Nacional e Internacional (GEI-ESPII), no dia 4 de dezembro de 2015. Devido à comprovação da relação entre a alteração do padrão de ocorrência de microcefalias e a infecção por zika vírus, foram elaborados e publicados o Protocolo de Vigilância e Resposta à Ocorrência de Microcefalia Relacionada à Infecção pelo Zika Vírus e o Protocolo de Atenção à Saúde e Resposta à Ocorrência de Microcefalia Relacionada à Infecção pelo Zika Vírus.

Para registro dos casos suspeitos de microcefalia, foi desenvolvido o formulário online de Registro de Eventos de Saúde Pública (Resp) Microcefalias, disponível em www.resp.saude.gov.br. Para divulgação dos dados atualizados sobre os casos da doença, são publicados, semanalmente, os Informes Epidemiológicos no *hotsite* do Ministério da Saúde (http://combateaedes.saude.gov.br).

Em 05 de dezembro de 2015, foi divulgado o Plano Nacional de Enfrentamento ao Aedes e suas consequências, organizado em três eixos: i) mobilização e combate ao mosquito; ii) cuidado e desenvolvimento tecnológico; e iii) educação e pesquisa, com o objetivo de organizar e articular o desenvolvimento de ações voltadas para o combate ao mosquito aedes aegypti em todo território nacional. Foi instituída, por meio do Decreto nº 8.612, de 21 de dezembro de 2015, a Sala Nacional de Coordenação e Controle (SNCC).

Em relação a ações educacionais, foi publicada a Portaria MS nº 3, de 11 de janeiro de 2016, que dispõe sobre a implantação de centros colaboradores em processos de qualificação de profissionais no plano de resposta à ocorrência de microcefalia relacionada à infecção pelo zika vírus. Além disso, estão sendo realizadas ações educacionais para médicos do Mais Médicos, em parceria com a Universidade Aberta do SUS, Programa Telessaúde Brasil e Ministério da Educação. Módulos educacionais na modalidade a distância serão oferecidos aos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias, profissionais da atenção básica, equipes das maternidades e centros de reabilitação, fonoaudiólogos, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais e outros.

Com o propósito de aprimorar o diagnóstico da infecção por zika vírus, foi elaborado plano de ação para o fortalecimento do Sistema de Laboratórios (Sislab) com o fornecimento de insumos e equipamentos para realização dos exames, apoiando os laboratórios de referência na capacitação de pessoal técnico e incorporação de novas tecnologias no diagnóstico de zika vírus nos Laboratórios Centrais de Saúde Pública (Lacens) do País. Além disso, estão sendo contratados projetos de pesquisas, de curto, médio e longo prazos, em temas prioritários da vigilância, da prevenção e do controle de dengue, chikungunya e zika vírus (aspectos clínicos, epidemiológicos, laboratoriais, ambientais, genética, controle vetorial, entre outras dimensões a serem consideradas).

No ano de 2015, foram diagnosticados e registrados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação 43.488 casos novos de tuberculose. Em 2014, foi iniciada a implantação de um novo método de diagnóstico da tuberculose, o teste rápido molecular para tuberculose (TRM-TB). Em dezembro de 2015, 92 Municípios já contavam com equipamentos de TRM-TB instalados, sendo o equipamento presente em todas as Unidades Federadas. O TRM-TB permite o diagnóstico em até duas horas em ambiente laboratorial, além de identificar uma possível resistência à rifampicina. Para ampliação da Rede de TRM-TB, no ano de 2015, foram adquiridos mais de 70 equipamentos que, segundo critérios epidemiológicos e operacionais, serão distribuídos em 2016.

Em junho de 2015, foi publicado novo Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Hepatite C e Coinfecções (PCDT), que possibilita o tratamento da hepatite C com medicações orais por 12 semanas e com taxa de cura de 90%. Destaca-se que o protocolo vigente até então oferecia medicamento injetável, utilizado por 52 semanas e com taxa de cura de 50%. Os três medicamentos agora disponíveis no SUS – sofosbuvir, daclastavir e simeprevir – foram comprados pelo Governo Federal com 90% de desconto em relação aos preços internacionais. Espera-se que, durante o ano de 2016, este PCDT seja implementado, aumentando, assim o número de pessoas em tratamento e, também, de cura.

Em 2015, foi confirmado o último caso do surto de sarampo no Estado do Ceará e a vigilância do sarampo vem mantendo-se ativa não só naquele Estado, mas em todo o País. A interrupção desse surto ocorreu devido a intensas ações de vigilância e intensificação vacinal, com apoio do MS, e declarado interrompido em 04 de outubro de 2015, após 90 dias sem novos casos confirmados.

Quanto à rubéola, os últimos casos ocorreram em dezembro de 2008. Já os últimos casos de Síndrome da Rubéola Congênita ocorreram em agosto de 2009. A OMS declarou o Brasil e países das Américas livres da circulação autóctone da rubéola em abril de 2015, com recebimento do certificado pelo Brasil em dezembro do mesmo ano.

Ademais, em 2015, foi realizada a 36ª Campanha Nacional de Vacinação contra a Poliomielite, bem como a Campanha Nacional de Multivacinação para Atualização de Caderneta de Vacinação. O grupo-alvo na campanha contra a poliomielite foi crianças de 6 meses a menores de 5 anos de idade. Cerca de 12,7 milhões de crianças foram vacinadas tendo alcançado 94,40% de cobertura vacinal. No combate à gripe, em 2015, também foi realizada Campanha Nacional de Vacinação de População Específica, com distribuição de mais de 52,5 milhões de doses, resultando no alcance de 87,1% de cobertura vacinal nos grupos elegíveis (crianças de 6 meses a menores de 5 anos de idade, gestantes, pessoas com 60 anos de idade e mais, população privada de liberdade, povos indígenas, profissionais de saúde das unidades que fazem atendimento para a influenza e puérpera). Nessas Campanhas foram produzidas e divulgadas mídias audiovisuais nos meios de comunicação. Também ocorreu desenvolvimento de ações junto às redes sociais para divulgação da ação e informação ao público.

A vacina tetraviral (sarampo, caxumba, rubéola e varicela), introduzida no Calendário Nacional de Vacinação em 2013 para substituir a segunda dose da vacina tríplice viral para as crianças entre 15 meses e 2 anos de idade, teve, em 2015, uma cobertura vacinal de 67,47%. Para 2016, a meta de cobertura dessa vacina é de 95%.

A segunda dose da vacina HPV, que protege do câncer do colo de útero, foi disponibilizada na rotina de vacinação das meninas de 11 a 13 anos a partir de 1º de setembro de 2014, em todo o País. Já em 2015, foram ofertadas 11 milhões de doses para meninas na faixa etária de 9 a 11 anos. Iniciativas foram desenvolvidas para meninas complementando o esquema vacinal das adolescentes de 12 a 14 anos, e para as meninas e mulheres de 14 a 26 anos de idade vivendo com HIV/Aids.

Em 2015, além das campanhas de comunicação incentivando o uso da vacina HPV, ocorreu, também, evento organizado pela sociedade civil com o objetivo de contribuir para a melhoria da cobertura vacinal. Em 2016, a vacina HPV será ofertada para as meninas de 9 a 11 anos em esquema de duas doses. A vacina estará disponível também para as meninas de 9 a 14 anos ainda não vacinadas ou com esquema incompleto. O esquema vacinal de meninas e mulheres de 9 a 26 anos vivendo com HIV/Aids permanece de três doses na rotina dos serviços de saúde.

Em dezembro de 2013, o Brasil deu mais um passo de vanguarda para a resposta à epidemia de HIV/Aids ao se tornar o primeiro país em desenvolvimento a recomendar o início imediato da terapia antirretroviral para todas as pessoas vivendo com HIV/Aids, independentemente da contagem de CD4 (tratamento para todos). O Governo brasileiro publicou o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para o Manejo da Infecção pelo HIV em Adultos e, desde então, o País tem registrado as maiores médias de novos tratamentos iniciados. Atualmente, cerca de 455 mil pessoas estão em terapia antirretroviral no Brasil. Durante o ano de 2016, o Brasil não só aumentará o número de pessoas vivendo com HIV/Aids em terapia, como também, manterá as altas taxas de supressão viral, reduzindo, assim, a possibilidade de transmissão do vírus.

No que se refere à incidência da malária, em 2014, o País registrou o menor número dos últimos 35 anos, com 144.100 casos. De janeiro a outubro de 2015, observou-se redução de 3% nos casos autóctones, quando comparado com o mesmo período de 2014; e de 21% nas internações por malária, passando de 1.589 para 1.257, em 2015. Em 2000, a malária falciparum era responsável por 21% do total de casos no Brasil, caindo para 16%, em 2014.

Diante desse cenário, foi lançado, em novembro de 2015, o plano de eliminação de malária falciparum, que é a primeira parte de uma proposta de eliminação de malária no Brasil, reforçando e compartilhando da visão da OMS de um mundo livre de malária. O trabalho que vem sendo desenvolvido no Brasil culminou na premiação do Programa Nacional de Controle de Malária pelo "*Malaria Champions of the Americas Award 2015*", reconhecendo-o como inovador na superação dos desafios da malária nas Américas.

Os dados de 2014 demonstram que houve uma pequena redução no coeficiente de prevalência da hanseníase (1,27/10 mil habitantes) em relação ao ano de 2013 (1,42/10 mil habitantes), o que corresponde a 25.738 casos de hanseníase em tratamento no País.

As violências e os acidentes, pelo número crescente de vítimas e pelas sequelas físicas e emocionais que causam, se tornaram um problema de saúde pública. Até outubro de 2015, 11,9 mil unidades de saúde registraram notificações de violência doméstica, sexual e outras, representando um total de 199.459 notificações em 3.557 Municípios.

Outra questão preocupante para o setor da saúde e a sociedade são as lesões e as mortes no trânsito, que foi responsável por 42.266 mortes no ano de 2013, segundo o Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), sendo 12.040 envolvendo motociclista, representando 28,5% do total das mortes por acidentes de transporte terrestre, a maioria homens e na faixa etária de 20 a 49 anos.

Por isso, o Ministério da Saúde implantou, em articulação com unidades da Federação e dos Municípios de capitais, com mais de um milhão de habitantes, como São José dos Pinhais/PR e Foz do Iguaçu/PR, o Projeto Vida no Trânsito que tem como objetivo subsidiar gestores no fortalecimento de políticas de prevenção de lesões e mortes no trânsito. O foco é a intervenção em

dois fatores de risco: associação entre álcool e direção, e no controle da velocidade excessiva e/ou inadequada, além de outros fatores ou grupos de vítimas identificados localmente a partir de análises dos dados da saúde, da segurança pública e do trânsito.

Também em virtude do quadro epidemiológico e da priorização do tema, o Brasil sediou a 2ª Conferência Global de Alto Nível sobre Segurança no Trânsito – Tempo de Resultados, que ocorreu nos dias 18 e 19 de novembro de 2015, em Brasília/DF. Esse evento contou com 2.080 participantes de 137 países. Além das plenárias, ocorreram 26 eventos paralelos e 18 eventos satélites, que discutiram diversos temas relevantes, tais como: i) segurança viária e veicular; ii) programa de prevenção de acidentes; iii) estratégias inovadoras adotadas em vários países; iv) avanço da legislação mundial; e v) experiências exitosas, dentre outros.

Como produto dessa conferência, foi elaborada a Declaração de Brasília, que apresenta os compromissos dos países-membros da Organização das Nações Unidas (ONU) em torno da proteção às populações vulneráveis e reafirma a meta de redução das mortes no trânsito. Apresenta, também, os novos rumos para os próximos anos da segunda metade da década 2011 a 2020 de segurança no trânsito e inova ao dar ênfase no transporte sustentável e na priorização dos motociclistas, pedestres e ciclistas.

Para o ano de 2016, espera-se implementar e fortalecer a notificação de violências interpessoais e autoprovocadas e o enfrentamento das lesões e mortes no trânsito por meio do Projeto Vida no Trânsito junto às unidades da Federação e dos Municípios. Além disso, fortalecer a Rede Nacional de Prevenção de Violências e Promoção da Saúde e da Cultura de Paz.

Os resultados da Pesquisa Nacional de Saúde, realizada em 2013, vêm sendo divulgados da seguinte forma: i) primeiro volume (sobre estilos de vida) lançado em dezembro de 2014; ii) o segundo volume (sobre acidentes e violências, e utilização dos serviços de saúde), lançado em junho de 2015; e iii) o terceiro volume (sobre ciclos da vida), lançado em agosto de 2015. O quarto volume, com resultados de exames laboratoriais, tem previsão de lançamento para 2016.

Dados da Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (Vigitel) revelaram uma redução na frequência de fumantes de 15,7% para 10,8%, no período de 2006 a 2014, com uma média de redução de 0,65 ponto percentual ao ano. A última edição da pesquisa, com resultados divulgados em 2015, entrevistou 40.853 adultos (18 anos ou mais de idade) durante o ano de 2014.

A terceira edição da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar teve sua coleta de dados realizada em 2015. O lançamento dos resultados está previsto para o início do segundo semestre de 2016.

O Programa Academia da Saúde vem ampliar o acesso a ações referentes à promoção da saúde e à produção do cuidado e de modos de vida saudáveis da população. De 2011 a dezembro de 2015, foram habilitados para construção 3.387 polos de academia da saúde em todas as regiões do País. Até dezembro de 2015, foram 1.543 obras concluídas. São 567 polos custeados pelo Governo Federal.

Em 2015, a Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos (VSPEA) foi implantada em todas as unidades da Federação, contribuindo para a proteção e a promoção da saúde dessas populações e para a redução do risco de exposição a essas substâncias. A partir de 2016, o Ministério da Saúde trabalhará na consolidação e na continuidade dessa vigilância nos Estados e em Municípios prioritários.

O número de Municípios realizando ações de vigilância da qualidade da água para consumo humano e contribuindo para a prevenção das doenças de transmissão hídrica foi ampliado de 2.569, em 2014 para 3.569, em 2015. A perspectiva é que 4.734 Municípios estejam realizando essas ações ao fim de 2016.

Com o propósito de buscar a excelência das informações sobre estatísticas vitais (nascimentos e óbitos), destaca-se a consolidação e a superação do alcance das metas de investigação de 85% dos óbitos maternos e de 70% dos óbitos infantis. Destaca-se, também, a ampliação da cobertura do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) no território nacional com a captação de 91% (2000) para 94,9% (2013) dos óbitos ocorridos e do Sistema de Informação de Nascidos Vivos (Sinasc) com uma ampliação da cobertura de 92,5% (2000) para 95,6% dos nascimentos em 2013.

Houve, também, uma redução de óbitos com causa básica mal definida. Em 2000, o SIM apresentava uma proporção de óbitos com causa básica mal definida superior a 14% e, no Nordeste, chegava-se a 28,4%. Um banco de informações em mortalidade confiável não pode ultrapassar 10% de óbitos com causa básica mal definida. Em 2013, este percentual já havia caído em mais da metade, chegando a 5,9%. Para 2015, os dados parciais projetam manutenção da tendência de queda.

O percentual de Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest), desenvolvendo ações de vigilância em saúde do trabalhador, foi ampliado, passando de 62,2%, em 2014 para 89,9% do total de 208 Cerest habilitados até dezembro de 2015. A proporção de Municípios com notificação de doenças/agravos relacionados ao trabalho foi ampliada, passando de 95,1%, em 2014 para 97,07%, até novembro de 2015. Para 2016, deve-se assegurar que 53,19% das regiões de saúde tenham cobertura de pelo menos um Cerest, com previsão de investimento de R$ 27,9 milhões.

h) Alimentação e Nutrição

A Vigilância Alimentar e Nutricional (VAN) nos serviços de saúde inclui a avaliação antropométrica (medição de peso e estatura) e consumo alimentar. O Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan) é o sistema onde são registrados e acompanhados os dados antropométricos dos usuários atendidos nas Unidades Básicas de Saúde e o acompanhamento dos beneficiários do Programa Bolsa Família. Esse acompanhamento permite a estratificação de risco nutricional da população e o planejamento do cuidado em saúde. A cobertura populacional do Sisvan em 2014, no Brasil, foi de 11,5%, o que corresponde ao acompanhamento do estado nutricional de mais de 22 milhões de pessoas nos serviços de atenção básica de todo o País.

Para prevenir e controlar carências nutricionais na infância, foi lançada nacionalmente, em março de 2015, a Estratégia de Fortificação da Alimentação Infantil com Micronutrientes em Pó (NutriSUS), que consiste na adição direta de nutrientes à alimentação oferecida às crianças de 6 meses a 3 anos e 11 meses em creches do Programa Saúde na Escola (PSE). Em 2014/2015, houve a adesão de 1.717 Municípios e 6.864 creches, com 330.376 crianças matriculadas. Apesar dos esforços para abastecimento dos Municípios, não foi possível adquirir, em 2015, os sachês de micronutrientes. Em 2016, pretende-se adquirir 20 milhões de sachês, considerando um investimento em torno de R$ 2 milhões, em parceria com a Organização Pan-Americana de Saúde (Opas).

Em 2016, deverão ser intensificadas as estratégias para promoção da alimentação adequada e saudável a partir das recomendações do Guia Alimentar para População Brasileira e fortalecida a Estratégia Nacional de Promoção do Aleitamento Materno e Alimentação Complementar no SUS, visando à promoção da saúde e ao enfrentamento do quadro crescente de sobrepeso e obesidade e outras doenças crônicas não transmissíveis nas diferentes faixas etárias da população. Com esse objetivo, também devem ser envidados esforços articulados com Estados para implantar Linhas de Cuidado de Sobrepeso e Obesidade. Além disso, deverá ser dada atenção aos grupos populacionais específicos que ainda são acometidos por carências nutricionais específicas e desnutrição nas diferentes regiões do País.

i) Vigilância Sanitária

Em 2015, foram aprovados os registros de 35 medicamentos genéricos inéditos no País. Com esses registros, garante-se ganho social substancial, uma vez que o valor máximo de um medicamento genérico deve ser, pelo menos, 35% menor do que o de referência.

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou, ainda, o registro da vacina contra o papiloma-vírus humano (HPV) para os subtipos 6, 11, 16 e 18 (recombinante), decorrente de parceria de desenvolvimento produtivo (PDP) junto ao Instituto Butantan, que possibilitará uma economia de R$ 78 milhões na compra da vacina quando comparado com aquisição internacional.

Em janeiro de 2015, a Anvisa retirou o canabidiol (CBD) da lista de substâncias proibidas no Brasil e estabeleceu norma específica para a importação de produtos à base do CBD, promovendo acesso aos pacientes que precisam do produto.

O tempo médio de trâmite dos pedidos administrativos relacionado à Autorização de Funcionamento de Empresas (AFE) e Autorização Especial (AE), tanto para farmácias e drogarias quanto para as demais empresas, foi reduzido para o prazo máximo de 45 dias. Esse avanço foi possível em função das medidas de simplificação adotadas, dentre elas: i) a redução da documentação requerida; ii) a informatização do procedimento de peticionamento; e iii) a análise dos pedidos de farmácias e drogarias.

A Anvisa publicou norma que detalha como as empresas produtoras de alimentos devem proceder em caso de identificação de risco e necessidade de realizar o recolhimento de produtos no mercado (*recall*), assim como a rastreabilidade dos seus produtos, de forma a garantir o recolhimento de um alimento, quando necessário (RDC nº 24/2015).

A Agência publicou, também, a Resolução RDC nº 26/2015, que trata dos requisitos para rotulagem obrigatória dos principais alimentos que causam alergias alimentares. O regulamento abrange alimentos e bebidas e determina que seus rótulos deverão informar a existência de 18 itens: trigo (centeio, cevada, aveia e suas estirpes hibridizadas); crustáceos; ovos; peixes; amendoim; soja; leite de todos os mamíferos; amêndoa; avelã; castanha de caju; castanha do Pará; macadâmia; nozes; pecã; pistaches; pinoli; castanhas; além de látex natural.

j) Relações de Trabalho com Profissionais e Trabalhadores da Saúde

Quanto aos médicos, foi alcançado, até dezembro de 2015, um total de 9.386 participantes. Em 2015 o Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica (Provab Médicos) foi incorporado ao Programa Mais Médicos. Com a incorporação, o Município poderá dar à população e ao gestor municipal a segurança da continuidade do cuidado, pois será possível manter o profissional que era do Provab por mais três anos atuando na atenção básica junto à comunidade, prorrogável por ainda outros três.

O Programa Pró-Residência tem como objetivo principal apoiar a formação de especialistas em regiões e áreas prioritárias para o SUS, tendo como modalidades de indução: i) financiamento de bolsas de residências para vagas novas e apoio à criação; ii) à ampliação; e iii) à requalificação de programas de residência prioritários. Esses programas têm como foco principal a integração e o fortalecimento do ensino-serviço-comunidade. Em 2015, foram investidos R$ 112 milhões em bolsas de residência médica, e R$ 75 milhões em bolsas de residência em área profissional da saúde (uni e multiprofissional).

A residência em área profissional da saúde é ofertada em 15 áreas e conta com 1.250 programas. Em 2015, foram 4,6 mil residentes beneficiados com bolsas do Ministério da Saúde. A previsão para 2016 é a ampliação de mais 500 bolsas de residência em área profissional da saúde (uni e multiprofissional).

O Programa de Reorientação da Formação Profissional (Pró-Saúde) e o Programa de Educação pelo Trabalho em Saúde (PET-Saúde) vêm apoiando, desde 2008, projetos com objetivo de induzir a transformação do ensino de saúde. Em 2015, os projetos foram finalizados, sendo que, de janeiro a abril, foram apoiados 487 grupos e de abril a julho 290 grupos, com pagamento de 5,4

mil bolsas/mês. No segundo semestre de 2015, foi lançado um novo edital do PET-Saúde, com foco na mudança curricular e na integração ensino-serviço-comunidade e previsão de apoio a aproximadamente 200 grupos. Os projetos terão início em março de 2016.

Para 2016, prevê-se a ampliação de processos de educação permanente para gestores e trabalhadores da atenção básica e especializada, além do fomento e apoio técnico à implementação de Planos Regionais, Estaduais ou Municipais de Carreiras, Cargos e Salários, na busca da valorização dos trabalhadores, qualificação das relações de trabalho e redução dos vínculos precários na saúde.

Com relação ao fortalecimento da gestão do trabalho no SUS foi realizado, em 2015, o Prêmio Inovasus, com o objetivo de identificar, reconhecer e valorizar experiências inovadoras na Gestão do Trabalho no SUS. Foram premiadas 30 iniciativas desenvolvidas por Estados e Municípios. Para o ano de 2016, foi lançado novo edital para identificar experiências na Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, com previsão de premiação de mais 62 iniciativas.

Em 2015, por intermédio de cursos de especialização e aperfeiçoamento em Políticas de Gestão do Trabalho no SUS, em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) foram qualificados 1.010 gestores e encontra-se em andamento, em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), o curso de especialização em Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde com a previsão de mais 600 gestores qualificados em 2016.

Em 2015, a Mesa Nacional de Negociação Permanente do SUS (MNNP-SUS) tem o registro de 63 Mesas de Negociação instaladas, sendo que, dessas quatro, foram instaladas neste ano: i) Mesa Municipal de Santarém/PA; ii) Mesa Municipal de Boa Vista/RR; iii) Mesa Municipal de Piraquara/PR; e iv) Mesa Municipal de Corumbá/MS e mais cinco Mesas em processo de instalação. No mês de novembro de 2015, houve a assinatura do Protocolo 009/2015, que institui as diretrizes da Agenda Nacional do Trabalho Decente para Trabalhadores e Trabalhadoras do Sistema Único de Saúde (ANTD-SUS).

Com a intenção de capacitar os membros das Mesas e visando o fortalecimento desses espaços de negociação, potencializando, assim, o processo de negociação e as pactuações resultantes, em 2015 a MNNP-SUS realizou dez turmas do curso de Negociação Coletiva e Gestão do Trabalho na Saúde, capacitando mais de 240 gestores e trabalhadores da Saúde.

Com relação às ações em desenvolvimento pela MNNP-SUS, para 2016 as prioridades são: i) ampliar o apoio técnico prestado aos Estados, Distrito Federal, Municípios e regiões de saúde para a instalação e o fortalecimento de espaços de negociação; ii) consolidar o Sistema Nacional de Negociação Permanente do SUS integrado à rede de negociadores do SUS na Plataforma de Recursos Humanos; iii) implementação das diretrizes dos Protocolos de Saúde do Trabalhador da Saúde e da Agenda Nacional do Trabalho Decente para trabalhadores do SUS; e iv) integrar na agenda da MNNP-SUS as pautas prioritárias que dizem respeito à gestão do trabalho e aos trabalhadores do SUS.

Foi lançada, em 2015, a Plataforma de Recursos Humanos do SUS com informações sobre a força de trabalho em saúde para subsidiar pesquisadores, gestores e interessados em conhecer a realidade dos profissionais e serviços de saúde. A Plataforma coordena a Rede de Observatórios em Recursos Humanos no SUS que reúne núcleos de estudos e pesquisas ligados a instituições acadêmicas estando em desenvolvimento projetos com temas como: i) competências; ii) atribuições; iii) movimentação; iv) distribuição e dimensionamento de pessoal; v) modelo de gestão; vi) divulgação de experiências inovadoras; e vii) regulação das profissões em saúde, com previsão para divulgação nos anos de 2016 e 2017.

Foi lançado, em 2015, o Plano de Valorização dos Agentes de Saúde e Endemias, que busca subsidiar os entes federados com informações necessárias para efetivação do processo de regularização dos vínculos desses profissionais, em cumprimento ao disposto na Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006.

k) Combate ao Desperdício, Transparência, Gestão Participativa do SUS, e-Saúde e Informação

Foram realizadas, em 2015, iniciativas voltadas para a potencialização do caráter participativo da gestão, destacando-se as que seguem:

- Apoio à criação de 34 Comitês Técnicos Estaduais de Política de Promoção da Equidade e de Educação Popular em Saúde, dentre os quais para as populações LGBT, campos e floresta, em situação de rua, população negra, todos com a participação de representantes das secretarias de saúde e de movimentos sociais;
- Formação de 16.424 lideranças de movimentos sociais, gestores e profissionais de saúde para a implementação das políticas de equidade e para o controle social no SUS nos Estados e nos Municípios, bem como a articulação intra e intersetorial com os gestores do SUS;
- Mobilização para a 15ª Conferência Nacional de Saúde (CNS), com o tema "Saúde Pública de Qualidade para Cuidar Bem das Pessoas: Direito do Povo Brasileiro". Foram realizadas conferências livres e pré-conferências locais, 4.706 conferências municipais, 27 estaduais e distrital, com a mobilização de 985 mil pessoas, culminando com a etapa nacional, em dezembro de 2015, credenciando 5.546 participantes entre gestores, trabalhadores, representantes de movimentos sociais e usuários do SUS;
- Realização de Plenárias Regionais Populares de mobilização e formação de novas lideranças e representações dos segmentos de usuários, trabalhadores e gestores em saúde, para avaliação participativa da situação da saúde no Brasil; e
- Realização da XIX Plenária Nacional de Conselhos de Saúde e Movimentos Populares, em Brasília/DF, que contou com a participação de conselheiros e lideranças de movimentos sociais e populares.

Foram capacitados profissionais de 142 ouvidorias descentralizadas em hospitais, Estados, Distrito Federal e Municípios, com liberação de acesso ao Sistema OuvidorSUS para 122 localidades e a implantação de 66 ouvidorias em Secretarias de Saúde dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e em hospitais. No período de 2012 a 2015 foram implantadas 1.193 ouvidorias, e atualmente, o Sistema Nacional de Ouvidoria conta com 1.617 ouvidorias implantadas.

Destaca-se, também, o envio de 12,3 milhões de cartas aos cidadãos que passaram por internação hospitalar ou procedimentos ambulatoriais de alta complexidade em hospitais ou unidades de saúde públicas ou contratualizadas com o SUS totalizando 49,8 milhões de cartas enviadas entre janeiro de 2012 e dezembro de 2015; culminando no recebimento de 2,82 milhões de respostas via correios, Internet e telefone, incorrendo no registro de 9.280 manifestações, das quais 6.565 são denúncias.

Com o objetivo de avaliar a implantação do Programa Rede Cegonha, foi realizada uma pesquisa por telefone com 43.919 mulheres que tiveram partos pelo SUS, abrangendo questões relativas ao pré-natal, parto e pós-parto.

Foi realizada a Pesquisa de Avaliação da Internação do cuidado pós-alta de acidente vascular cerebral (AVC) e de infarto agudo do miocárdio (IAM), em adultos, totalizando 75.579 questionários aplicados.

Outro canal de comunicação explorado com intenções semelhantes, porém com maior amplitude, trata-se do Disque Saúde 136, que recebeu em 2015, 33.507 manifestações entre denúncias, reclamações, elogios, informações, solicitações e sugestões, das quais 10.230 referiram-se a denúncias.

Com o objetivo de fortalecer o Sistema Nacional de Auditoria (SNA) e integrar as ações de controle desenvolvidas no âmbito do SUS, foram realizadas 131 atividades de cooperação técnica para implementação de componentes de auditoria em Municípios que pactuaram a estruturação do SNA. Os produtos das cooperações técnicas foram: i) capacitações de auditores e ouvidores do SUS em 19 unidades da Federação; ii) cursos de qualificação do processo de auditoria para servidores; iii) quatro oficinas de planejamento integrado entre o SNA federal, estadual e municipal dos Estados e das capitais, e um seminário para consolidar os resultados das oficinas; e iv) cooperação com as áreas técnicas do Ministério da Saúde para a construção de protocolos de auditorias em atividades prioritárias.

Em 2015, também foi elaborado e inaugurado o curso de aperfeiçoamento em Política e Gestão da Saúde Pública para o Ministério Público, em parceria com a ENSP/Fiocruz para 200 promotores de justiça das esferas federal e estadual, que atuam em todo o País, visando melhorar o diálogo entre os promotores de justiça e os gestores do SUS, beneficiando a população e fortalecendo o Sistema.

Para 2016, estão previstas, dentre outras, as seguintes ações: i) promover a capacitação de pelo menos 20 mil lideranças dos movimentos sociais de promoção de políticas de equidade, conselheiros de saúde, integrantes dos comitês de promoção de equidade, gestores e trabalhadores da saúde em gestão participativa e controle social no SUS; ii) fortalecer instâncias de controle social em especial os conselhos de saúde; iii) apoiar a implementação e fortalecer a articulação entre os espaços de participação social em todas as políticas públicas, com vistas ao desenvolvimento de ações intersetoriais, em especial para as populações do campo, floresta e águas; população negra e quilombola; LGBT; e população em situação de rua; e iv) ampliar em 5% o número de ouvidorias do SUS por meio do apoio e do fortalecimento das ouvidorias descentralizadas do SUS no âmbito dos entes federados e ações de ouvidoria, em como a Carta SUS e a Ouvidoria Itinerante.

l) Atuação Internacional

Dentre os múltiplos projetos de cooperação, negociações bilaterais, trilaterais, multilaterais e intercâmbios internacionais conduzidos pelo Ministério da Saúde destacam-se, em 2015:

- Protagonismo do Brasil em temas multilaterais que redundaram em iniciativas globais de fomento às políticas públicas em saúde e cooperação nos diversos países, entre elas a liderança brasileira na OMS, tendo patrocinado ou copatrocinado oito das 13 resoluções apresentadas na última Assembleia Mundial de Saúde; e
- O Brasil ocupou a presidência *Pró Tempore* do Mercosul dando ao grupo o foco de ações concretas, a otimização de ações e recursos humanos e financeiros, bem como os trabalhos entre os países dos Brics, fomentando a Agenda 90-90-90 (iniciativa de aceleração da tesposta para alcançar as metas propostas pelo programa conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids (Unaids) para que, em 2020: i) 90% dos indivíduos infectados com HIV saibam que têm o vírus; ii) 90% dos indivíduos diagnosticadas com HIV recebam terapia antirretroviral; e iii) 90% dos indivíduos recebendo tratamento possuam carga viral indetectável e não mais possam transmitir o vírus. Já para tuberculose, foi estimulado o acesso universal a medicamentos de primeira linha, além de temas populacionais com enfoque em saúde sexual e reprodutiva e a aproximação da agenda regulatória no marco desse Bloco.

Na área de medicamentos várias iniciativas foram articuladas nos últimos meses a partir da liderança brasileira, entre elas o estabelecimento de mecanismo, na América do Sul, para a compra conjunta de medicamentos, já devidamente identificados a fim de se obter preços mais acessíveis para a região. A iniciativa, inédita no mundo como estratégia de negociação de preços mais acessíveis junto às farmacêuticas, alcançou descontos de até 83% na aquisição de medicamento para Aids (Darunavir), o que significou uma redução de US$ 14,3 milhões para o Brasil e US$ 5,8 milhões para Argentina, Paraguai, Peru e Suriname.

Os países avançaram, também, na negociação de três medicamentos para hepatite C – sofosbuvir, daclastavir e simeprevir. Serão realizadas novas rodadas de negociação com esses laboratórios para obter preços mais acessíveis à região. Na próxima etapa de negociação, os países do Mercosul e seus Estados associados acordaram em negociar a compra de oito medicamentos de alto custo, entre eles oncológicos e para a Aids.

Na área de pesquisa e desenvolvimento, a ação internacional brasileira se consolidou tanto em parcerias bilaterais com países como: i) os EUA, com lançamento de edital conjunto e seleção de 19 propostas (dentre as quais: i) seis em imunologia básica; ii) sete em HIV/Aids; iii) três em doenças infecciosas; e iv) três em câncer, no valor de R$ 5,5 milhões como aporte de cada um dos países); ii) a França, com a aprovação de diversos projetos conjuntos com o Instituto Pasteur; e iii) a parceria com o Instituto Fraunhofer, na Alemanha, para o desenvolvimento de equipamentos de diagnóstico rápido como exame de fundo de olho e glicemia para uso pela Estratégia de Saúde da Família.

Ressalta-se, também, ações na área de pesquisa e desenvolvimento para resposta ao aumento do número de casos de microcefalia e síndrome de Guillian Barré e suas causas relacionados ao zika vírus, nas quais destacam-se as parcerias com o *Center for Disease Control and Prevention* (CDC) dos EUA, o Instituto Pasteur, da França e o estreito diálogo e o apoio da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) e da Organização Mundial da Saúde (OMS).

O reconhecimento internacional de várias das políticas públicas em saúde, dentre as quais o enfrentamento às doenças crônicas não transmissíveis, como o combate ao fumo, culminou no Prêmio *Bloomberg* para o Controle Global do Tabaco. A premiação é um reconhecimento ao papel desempenhado no monitoramento epidemiológico do uso do tabaco e na implantação de políticas públicas para enfrentar o desafio da luta contra o fumo.

Considerando, ainda, a relação entre países, existem mais de 100 iniciativas de cooperação sul-sul, tendo retomado, em 2015, projetos com a África Portuguesa, o Caribe e o fortalecimento de projetos na América do Sul. No tocante à política de medicamentos a cooperação com países como Chile, Equador e Peru merecem destaque, bem como anemia falciforme com Jamaica, resposta a surtos e emergências com o Caribe e inovação com Cuba.

A rede de Banco de Leite Humano do Brasil foi reconhecida como uma das principais estratégias para a diminuição da mortalidade neonatal em países em desenvolvimento. Atualmente, há cooperação com 23 países. A Opas vem sendo uma parceira estratégica nos diferentes processos de cooperação. Vale destaque para o Projeto de Cooperação Trilateral Brasil-Cuba-Haiti, no que tange ao monitoramento garantindo o funcionamento de três hospitais e um instituto de reabilitação no Haiti. Está em andamento a construção de três depósitos que comportam o armazenamento de dez milhões de doses de vacinas em áreas estratégicas de Porto Príncipe, com inauguração prevista para o primeiro semestre de 2016.

A cooperação fronteiriça também foi prioridade em 2015, cabendo ressaltar a instalação de Comitê Binacional Brasil-Venezuela para o acompanhamento das ações de eliminação da oncocercose e a elaboração de plano de ação conjunto visando intensificar a atuação na fronteira entre os dois países e consolidar os avanços obtidos no Programa Brasileiro de Eliminação da Oncocercose com a interrupção da transmissão no território nacional.

A Anvisa foi reconhecida pela União Europeia (UE) como agência com controle sanitário equivalente ao padrão europeu aplicado a insumos farmacêuticos, incluindo, assim, o Brasil oficialmente na lista de países com equivalência nos controles de insumos farmacêuticos. O reconhecimento simplificará e agilizará o processo de exportação brasileira de insumos farmacêuticos para o mercado europeu, além de fortalecer a imagem brasileira tanto do setor farmacêutico, quanto da vigilância sanitária. Fazem parte da lista de equivalência com a UE: Austrália, Japão, Suíça, EUA, Israel e Brasil.

m) Saúde Suplementar

Em 2015, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) suspendeu a comercialização de 153 planos de 16 operadoras, atingindo, desde 2011, a suspensão de 1.170 planos e de 158 operadoras. A medida se encaixa nos critérios estabelecidos para a suspensão dos produtos que já foram reincidentes pelo descumprimento da Resolução Normativa ANS nº 259, de 17 de junho de 2011, que determina a garantia de atendimento do beneficiário, da cobertura assistencial e dos prazos máximos desse atendimento para consultas, exames e cirurgias.

Diversas iniciativas estão em curso para aperfeiçoar o processo de ressarcimento ao SUS e permitir maior integração entre os setores. Em 2015, foram envidados esforços na melhoria dos processos, dos fluxos e dos filtros de pré-processamento (rol e carência) e no início da cobrança de autorização para procedimentos ambulatoriais (APACs) e no lançamento da notificação eletrônica (Persus), além das atividades relativas à gestão da informação e da integração com o SUS.

A ANS lançou, em 2015, um aplicativo desenvolvido para celulares *smartphones* e *tablets* que permite ao cidadão pesquisar informações sobre coberturas assistenciais obrigatórias, de acordo com o tipo de plano de saúde contratado.

Para 2016, as perspectivas são as seguintes:

- Os beneficiários de planos de saúde individuais e coletivos terão direito a mais 21 procedimentos, incluindo exames laboratoriais, além de mais um medicamento oral para tratamento do câncer em casa, ampliação de procedimentos já ofertados e ampliação do número de consultas com fonoaudiólogo, nutricionistas, fisioterapeutas e psicoterapeutas;
- A distribuição progressiva do Cartão Nacional de Saúde aos beneficiários, bem como a atualização dos dados dos prestadores do setor no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES);
- A publicação do Plano Nascer Saudável, bem como o estímulo ao desenvolvimento de novos modelos assistenciais e à adesão aos planos de cuidado; e
- A redução em 30% do passivo de processos administrativos de ressarcimento ao SUS dos planos de saúde, em decorrência das internações hospitalares e atendimentos ambulatoriais especializados, e utilização das informações para a regulação do setor e integração com o SUS, gerando maior efetividade na cobrança às operadoras, estimulando a adimplência.

5. Políticas Afirmativas

a) Igualdade Racial

O Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir), elemento estruturante da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial, é uma iniciativa do Governo Federal, em parceria com Estados, Distrito Federal e Municípios, voltada para a organização e a articulação das políticas destinadas a superar as desigualdades raciais no País e a assegurar os direitos da população negra, que constitui, segundo o Censo 2010, 50,7% da população brasileira.

Em 2015, três Estados e 17 Municípios aderiram ao Sinapir, atualmente integrado por seis Estados e 26 Municípios. Para 2016, espera-se a adesão de mais quatro Estados e 30 Municípios.

Em 2015, foi lançado chamamento público para seleção de propostas de convênios com entes federados e consórcios públicos, com total de recursos da ordem de R$ 4,57 milhões. Das 196 propostas recebidas pelo Governo Federal, 67 foram classificadas em três programas: i) fortalecimento institucional; ii) apoio a ações afirmativas; e iii) apoio a comunidades tradicionais. Para 2016, estão previstos R$ 4,5 milhões.

Outros 14 convênios, celebrados entre 2012 e 2014 no contexto do Sinapir, permanecem em execução contemplando o Distrito Federal, os Estados da BA, do TO, de MG e de MT; e os Municípios de Ibipeba/BA, Vitória da Conquista/BA, Contagem/MG, Rio Claro/SP, Londrina/PR, Itajaí/SC, Rio Branco/AC, Uberlândia/MG e Goiânia/GO, totalizando R$ 3,09 milhões. Cerca de 60% são recursos orientados para custeio e 40%, para investimento.

a.1) Ações Afirmativas e Promoção de Direitos para a Igualdade Racial

Desde a publicação da Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014, que destina 20% das vagas para negros nos concursos para cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração direta e indireta do Poder Executivo Federal, foram identificados 53 editais e registrada a oferta de 12.460 vagas para ampla concorrência, 819 para pessoas com deficiência e 2.003 vagas reservadas para pessoas negras, o que corresponde a 16,07% do total de vagas. O percentual de reserva para negros abaixo dos 20% previstos na lei se justifica pelo fato de que só se aplica o percentual para concursos com três ou mais vagas.

A implementação da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, alcançou a meta de 50% das vagas ocupadas por alunos oriundos de escola pública, respeitado nesse percentual a quantidade de alunos pretos, pardos e indígenas correspondente aos dados demográficos de cada unidade federativa.

No Programa de Extensão Universitária (Proext), coordenado pelo Ministério da Educação, por meio da Linha Promoção da Igualdade Racial, foram executadas 17 novas propostas em 2015.

O Projeto A Cor da Cultura, que visa à valorização da contribuição da população negra para a formação social brasileira, traduzindo tal conteúdo em materiais didáticos e práticas pedagógicas disponíveis para a rede escolar, continuou e deve englobar, nas metas de 2016, uma proposta mais ampla na área de educação.

Em 2015, foram conveniados seis projetos, que totalizaram R$ 940,69 mil. Ademais, foram realizados quatro Termos de Execução Descentralizada que totalizaram cerca de R$ 800 mil, com os seguintes órgãos: i) Empresa Brasil de Comunicação (Licenciamento e Difusão da telenovela *Jikulumesso);* ii) Ministério do Desenvolvimento Agrário (apoio na realização Semana da Consciência Negra – 2015); e iii) dois com o Instituto Federal Goiás (Projeto Mulheres Negras de Goiás em Rede e o Projeto Mapeamento da Rede de Atenção às Situações de Racismo).

Em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), foram assinados dois acordos de cooperação no valor de R$ 1 milhão com o intuito de fomentar o Projeto "Apoio ao Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Negras Tradicionais", que fortalecerá o Sistema de Monitoramento de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SMPPIR) e da elaboração de instrumentos para orientação, monitoramento e avaliação de políticas públicas e o apoio ao Projeto "Fortalecimento e Expansão do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir)".

a.2) Ouvidoria Nacional de Igualdade Racial

Compete à Ouvidoria Nacional de Igualdade Racial receber, registrar, encaminhar e acompanhar denúncias de preconceito e racismo, mediar conflitos, além de acompanhar a implementação de medidas para a promoção da igualdade. Atualmente os canais de acesso à Ouvidoria são o endereço eletrônico (ouvidoria@seppir.gov.br), o atendimento por telefone e presencial.

Em 2015, foram registradas 671 demandas. Dessas, destacam-se: i) 57 reclamações; ii) 58 solicitações que versam desde pedido de apoio financeiro para eventos institucionais e dos movimentos sociais, até a solicitação de material informativo sobre as políticas públicas sobre a temática; e iii) 541 denúncias. Registra-se que 336 denúncias na Internet e nas redes sociais não puderam ser classificadas por tipo de público atingido, por serem fruto da parceria #Humaniza Redes, que a Ouvidoria Nacional está consolidando com a Ouvidoria de Direitos Humanos. Um total de 77 denúncias deixaram de ser registradas por falta de requisitos mínimos de aceitabilidade no conteúdo das informações. Em 2016, a metodologia será aperfeiçoada, a fim de viabilizar a categorização dessas informações.

a.3) Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e de Terreiros

Os povos e as comunidades tradicionais de matriz africana são unidades de resistência cultural e se caracterizam pela manutenção de um contínuo civilizatório africano no Brasil, constituindo territórios próprios marcados pela vivência comunitária, pela ajuda mútua, pelo acolhimento e pela prestação de serviços sociais. Os terreiros – locais de prática das religiões de matriz africana – são mais conhecidos, mas há outras comunidades dedicadas a manifestações culturais como o jongo, a congada ou a capoeira tradicional.

O segmento tem sido vítima sistemática de violência racial e a identificação e georreferenciamento dessas comunidades constitui importante ferramenta para o reconhecimento e a formulação de políticas públicas específicas. Nesse sentido, foi publicado edital para mapeamento de comunidades tradicionais de matriz africana em 11 Municípios da região metropolitana do Rio de Janeiro, no âmbito do acordo de cooperação técnica internacional de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável dos Povos e das Comunidades Negras Tradicionais, firmado com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). Em outra ação desse acordo, foi elaborado o Guia Orientador para Mapeamentos com Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana.

No campo da preservação do patrimônio cultural, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) entregou o Prêmio Patrimônio Cultural dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, contemplando 31 projetos de terreiros de candomblé, umbanda, jurema e batuque sediados nos Estados de SP, RJ, PA, GO, AL, CE, MG, MA, PE e BA. O Prêmio de Cultura Afro Fluminense foi concedido em parceria entre o Governo Federal e a Secretaria de Cultura do Estado do Rio de Janeiro, reconhecendo 32 iniciativas principalmente de comunidades tradicionais.

Em 2015, foi constituído um Grupo de Trabalho Interministerial para a elaboração, o monitoramento e a avaliação do II Plano Nacional dos Povos e das Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e de Terreiros (2016-2019), para implementar ações de combate à violência contra as religiões de matriz africana, além de políticas voltadas ao segmento nas áreas de educação, cultura, saúde e outras, distribuídas nos seguintes eixos: i) garantia de direitos; ii) territorialidade e cultura; e iii) inclusão e desenvolvimento social.

a.4) Povos Ciganos

Os povos ciganos estão presentes no Brasil desde o século XVI com famílias pertencentes a pelo menos três etnias e seus diversos subgrupos: Calon, Rom e Sinti. Salienta-se a sua situação de vulnerabilidade socioeconômica e cultural, principalmente em

relação às comunidades acampadas. Segundo dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic 2014) do IBGE, há 337 Municípios brasileiros com presença de acampamentos ciganos, principalmente nas regiões Nordeste e Sudeste.

Em 2015, foi constituído um Grupo de Trabalho Interministerial para formulação, monitoramento e avaliação do I Plano Nacional de Políticas para Povos Ciganos (2016-2019), que conjugará as ações do Governo Federal nas áreas de educação, saúde, cultura, garantia de direitos e desenvolvimento social, entre outras. Importante ação do I Plano, a cargo do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, está voltada à inclusão desse segmento no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Até julho de 2015, 3.858 famílias foram identificadas no Cadastro Único como ciganas, 71% delas beneficiárias do Programa Bolsa Família.

A cessão de áreas para acampamentos, conjugada à oferta de outras políticas públicas, é uma importante ação para a garantia de direitos e acesso a serviços. Nesta linha, destaca-se parceria entre a Secretaria de Patrimônio da União e o Governo do Distrito Federal que promoveu a cessão de duas áreas para comunidades ciganas no DF.

Teve início, em 2015, a segunda edição do Mestrado Profissional de Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais, promovido pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, em parceria com a Seppir. O curso conta com 30 alunos/as, 15 provenientes exclusivamente de comunidades indígenas e quilombolas e, outros 15, de outras comunidades tradicionais do Brasil e do exterior, além de pesquisadores e gestores de áreas ligadas ao tema. A iniciativa deve servir como referência para programas similares em outras instituições de ensino superior.

Foram apoiados eventos determinantes para potencializar práticas e saberes de povos e comunidades tradicionais, assim como para debater e articular políticas públicas para o segmento, entre eles: i) o 10º Seminário Nacional Religiões Afro-Brasileiras e Saúde: Cultura, Práticas de Cuidado e Políticas Públicas; ii) o III Encontro Internacional das Tradições Bantu no Brasil; iii) o Seminário Nacional de Povos de Comunidades Tradicionais de Terreiros; iv) o I Encontro de Ciganos do Nordeste; e v) o I Encontro Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais.

a.5) Comunidades Quilombolas

O Programa Brasil Quilombola (PBQ), instituído em 2004, conjuga as políticas públicas voltadas às comunidades remanescentes de quilombos e organiza-se em quatro eixos: i) acesso à terra; ii) infraestrutura e qualidade de vida; iii) inclusão produtiva e desenvolvimento local; e iv) direitos e cidadania. O Programa é coordenado pelo Comitê de Gestão da Agenda Social Quilombola, que é composto por 11 órgãos federais, além de instituições convidadas e representantes da sociedade civil. Além da coordenação das ações em nível federal, estão em construção os planos estaduais de ações integradas para comunidades quilombolas, tendo como partícipes as unidades da federação que compõem o Sinapir.

Em 2015, foram certificadas 97 comunidades quilombolas e publicados 32 Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID), 12 Portarias de Reconhecimento de Territórios Quilombolas e 14 Decretos Declaratórios de Interesse Social. Foram emitidos, ainda, 16 Contratos de Concessão de Direitos Real de Uso (CCDRU) pelo Incra, correspondentes a aproximadamente 17 mil hectares, e entregues 16 Títulos Definitivos de Reconhecimento de Domínio, no total de 7 mil hectares, beneficiando 1.984 famílias em sete comunidades quilombolas dos Estados de GO, PE, RN, RJ e SE.

Com o objetivo de fortalecer a participação da sociedade civil e dirimir conflitos, acelerando titulações de comunidades quilombolas em casos complexos, o Incra realizou a Mesa Nacional de Acompanhamento da Política de Regularização Fundiária Quilombola. Ocorreram três Mesas Nacionais em 2015 e, com a instalação das Mesas nos Estados do Amazonas, do Amapá e

no Distrito Federal, totalizam-se 25 Mesas Estaduais de Acompanhamento da Política de Regularização Fundiária Quilombola, coordenadas pelas Superintendências do Incra. As Mesas Estaduais reportam-se à Mesa Nacional e têm promovido a conciliação de interesses, facilitado o acesso a serviços e a interlocução de comunidades quilombolas com entidades públicas locais.

Com relação ao atendimento às comunidades quilombolas pelo Programa Cisternas, no âmbito do Programa Água para Todos, entre 2003 e julho de 2015, foram beneficiadas 9.042 famílias com água para consumo humano (Primeira Água), com a entrega de cisternas de placa, e 2.604 famílias com tecnologias sociais para água de produção (Segunda Água). Houve um crescimento significativo da instalação de cisternas nos últimos dois anos. Entre 2014 e julho de 2015, 2.572 famílias foram atendidas com a Primeira Água e 1.530 com a Segunda Água, em nove Estados brasileiros (AL, BA, CE, MG, PB, PE, PI, RN e SE).

No Programa Minha Casa Minha Vida foi estabelecida a meta de construção de dez mil unidades habitacionais (UH), até 2015, em comunidades quilombolas, índice superado em 2014, com o total de contratações de 12.086 UH pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco do Brasil. Em 2015, houve a contratação de mais 458 UH para comunidades quilombolas em 22 Estados (AL, AM, AP, BA, CE, ES, GO, MA, MG, MT, MS, PA, PB, PE, PI, PR, RN, RS, SC, SE, SP e TO), no âmbito do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR).

No Programa Luz para Todos, em continuidade às oficinas de capacitação sobre o benefício da Tarifa Social e o uso racional e seguro da energia elétrica, ocorridas em 2014, foi lançado edital para a contratação de consultoria para realizar a segunda etapa das oficinas, entre dezembro de 2015 e março de 2016, nos Estados de AM, GO, MA, MS, PA, PI e TO. Também foi contratada a elaboração de projetos técnicos para geração de renda em comunidades quilombolas.

Treze projetos e dois diagnósticos estão sendo desenvolvidos em 11 Municípios, com previsão de término em março de 2016. No mesmo ano, também será elaborado material didático com orientações sobre o uso da energia elétrica, com conteúdo étnico-racial relacionado às comunidades, que será trabalhado nas escolas quilombolas, no contexto da aplicação da Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Em novembro de 2015, tiveram início as obras para fornecimento de energia elétrica à comunidade quilombola Kalunga, no Município de Cavalcante/GO, com previsão de atendimento a cerca de 800 famílias.

Com relação às ações de inclusão produtiva e desenvolvimento local, destacam-se as seguintes ações: i) destinado R$ 1 milhão para fomento à incubação de empreendimentos econômicos associativos, em parceria com os governos dos Estados de Minas Gerais, do Rio de Janeiro e de Pernambuco. Por meio desses projetos, está previsto o atendimento a 52 empreendimentos em comunidades tradicionais, principalmente quilombolas; e ii) emissão de 33 Selos Quilombos do Brasil, até dezembro de 2015, para 250 produtos, beneficiando 411 agricultores familiares quilombolas em cinco Estados brasileiros. Ao agregar valor étnico à produção quilombola, o Selo contribui para a sustentabilidade dos empreendimentos.

O acesso de famílias quilombolas a políticas como Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) exige a obtenção da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP), instrumento que identifica os agricultores familiares. Em 2015, em função da alteração na metodologia de apresentação dos dados que passou a considerar somente as DAPs válidas, existem 41.238 declarações ativas para produtores oriundos de comunidades quilombolas.

Cabe destaque o incremento do número de quilombolas no Cadastro Único, público prioritário do Plano Brasil Sem Miséria (PBSM). No mês de novembro de 2015, constavam 121.881 famílias quilombolas cadastradas, sendo 107.596 (88,2%) beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) repassa recursos diferenciados para a alimentação escolar em escolas quilombolas (R$ 0,60 *per capita*). No ano de 2015, foram atendidos 293.046 estudantes quilombolas, em 2.635 escolas. O valor total investido foi da ordem de R$ 34 milhões, correspondendo a um incremento de 4,5% em comparação a 2014, com aumento de 9,3% no número de estudantes.

As ações de saúde compreendem a atuação de equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF), do Ministério da Saúde (MS), em localidades com comunidades quilombolas. Em 2015, 1.733 equipes atuaram em 849 Municípios, sendo que, em 1.176 deles, houve a presença de Equipes de Saúde Bucal e de 739 profissionais do Programa Mais Médicos.

Projeto de Integração de Dados do Programa Brasil Quilombola

O Projeto, que vem sendo desenvolvido em cooperação com a Fundação Ford, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), é parte do Sistema de Monitoramento das Políticas de Promoção de Igualdade Racial (SMPPIR) e foi premiado, em 2015, como um dos dez finalistas no 19º Concurso de Inovação na Gestão Pública Federal, promovido pela Escola Nacional de Administração Pública (Enap).

Foi firmada parceria com o Centro de Computação Científica e *Software* Livre (C3SL), laboratório da Universidade Federal do Paraná (UFPR), para desenvolvimento da versão 2.0 do SMPPIR, com incremento de funções e de dados estatísticos e georreferenciados.

A nova versão será lançada em 2016, tendo como público-alvo gestores públicos, comunidades quilombolas, comunidade acadêmica e população em geral, e disponibilizará um acervo digital de bases de dados, como produto de cooperação técnica estabelecido em 2015 entre a Seppir, o Pnud e a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)/Fundação de Apoio ao Ensino, à Pesquisa e à Extensão (FAPEAD). A execução das atividades está sendo realizada pelo Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA), em diálogo com lideranças quilombolas e pesquisadores do PNCSA.

a.6) Cooperação Internacional

No âmbito internacional, o Brasil vem desenvolvendo ações para celebrar a Década Internacional dos Afrodescendentes, cujo tema é "Afrodescendentes: reconhecimento, justiça e desenvolvimento", declarada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2013 para o período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2024, com a participação dos 196 países-membros da ONU, entre eles, o Brasil, que abriga pelo menos metade dos 200 milhões de afrodescendentes. Trata-se de oportunidade para analisar e melhorar a situação dos direitos humanos e o bem-estar de um dos grupos populacionais mais afetados pelo racismo e pela discriminação, além de reforçar, por meio da luta contra a discriminação racial, a democracia, o Estado de Direito e a igualdade nas sociedades.

Como parte da campanha de sensibilização para a Década Internacional dos Afrodescendentes, o Escritório do Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos vai organizar cinco reuniões regionais, que irão discutir: i) boas práticas; ii) tendências; iii) prioridades; e iv) obstáculos, nacionais e regionais, para fins de implementação do programa de atividades.

Nesse contexto, foi realizada em Brasília/DF, no mês de outubro de 2015, reunião da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), com representantes de 20 países, para discutir ações de combate ao racismo e promoção da igualdade racial. Na ocasião, foi aprovada a campanha "Uma Hora contra o Racismo", que ocorrerá no dia 21 de maio de 2016, em todos os países-membros, com o objetivo de mobilizar a sociedade contra o racismo e toda forma de discriminação social, bem como

foi pactuada a realização de uma mobilização no dia 25 de março de 2016, em memória às vítimas do regime escravocrata nas Américas. Na ocasião, foi elaborada a declaração final para o Encontro Regional para a América Latina e do Caribe, programação que faz parte da Década Internacional dos Afrodescendentes (2015-2024), realizado em Brasília/DF, em dezembro de 2015.

No decorrer da Presidência *Pró Tempore* do Brasil no Mercosul foi criada, no contexto da Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos (RAADH), a chamada Reunião de Autoridades sobre Direitos dos Afrodescendentes, espaço específico para debater os temas de igualdade racial e enfrentamento ao racismo.

Com relação aos países de língua portuguesa, o Brasil abriu uma frente de trabalho com Moçambique e, em outubro de 2015, enviou um grupo com professores e gestores brasileiros para ministrar curso de atualização destinado a professores da educação básica, nas cidades de Maputo, Nampula, Beira e Quelimani. O curso de atualização é a primeira fase de um projeto desenvolvido entre os países, com vistas a qualificar os professores moçambicanos que ainda não possuem formação profissional. Após esse curso inicial de 30 horas, os países trabalharam na elaboração de um projeto de cooperação na área da educação, com base nos relatórios das viagens e cursos realizados em 2015. Além do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, o Ministério da Educação e várias universidades federais participam da elaboração deste projeto.

b) Políticas para as Mulheres

A superação da miséria extrema, a ascensão social de milhões de pessoas e a conquista de mais direitos são elementos da agenda nacional e uma marca deste período atual. As mulheres estão entre as principais beneficiárias desses avanços.

A Secretaria de Políticas para as Mulheres, que agora integra o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, formula, coordena e articula políticas transversais para as mulheres no Governo Federal e junto aos entes federados, liderando a efetivação de conquistas para elas em todas as áreas. O Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), resultado das recomendações aprovadas nas três conferências nacionais já realizadas (2004, 2007 e 2011), é o definidor e organizador dessas políticas.

A partir da estratégia de gestão transversal definida pelo PNPM é crescente a criação de Comitês de Gênero nos ministérios e o fortalecimento dos já existentes. Em 2015, esse mecanismo foi criado nos Ministérios da Educação, da Cultura e da Ciência, Tecnologia e Inovação, que se somaram aos 15 já existentes. Tais instâncias atuam no fortalecimento de políticas e ações dos respectivos órgãos, bem como na internalização de ações e políticas para a igualdade de gênero. O crescimento do número de mecanismos de gênero em diferentes ministérios e a ampliação de políticas que incorporam nas suas estratégias medidas que impactam positivamente na vida das mulheres são dois bons exemplos dessa mudança.

O protagonismo das mulheres está presente em diferentes ações: elas são, hoje, titulares de 93% dos cartões do Bolsa Família e também as responsáveis por 73% das cisternas instaladas no Nordeste pelo Governo. Também são titulares de 89% das moradias da faixa 1 do Minha Casa Minha Vida (MCMV); e são quase a metade dos mais de cinco milhões de Microempreendedores Individuais (MEI) de todo o País.

O Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, do Governo Federal, assegurou, em 11 anos, a mais 1,5 milhão de mulheres da agricultura familiar, acampadas, assentadas da reforma agrária, atingidas por barragens, quilombolas, pescadoras artesanais, extrativistas e indígenas, o acesso a cerca de três milhões de documentos civis, previdenciários e trabalhistas, de forma gratuita e nas proximidades de suas moradias, por meio de mutirões. Somente em 2015 foram realizados 761 mutirões, com mais de 114 mil mulheres atendidas e 242.732 documentos emitidos.

O tema da redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem de 2015), intitulado de "A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira", é um importante exemplo a ser ressaltado. Ter esse tema debatido na segunda maior prova de acesso ao ensino superior do mundo é um avanço para toda a sociedade e contribui para efetivação dos direitos das mulheres.

No ano de 2015, merece destaque a realização das etapas municipal e estadual da 4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (4ª CNPM). Todas as unidades da Federação realizaram suas conferências ao longo do último trimestre de 2015. Essas conferências elegeram 2.464 delegadas à Conferência Nacional, a ser realizada em Brasília/DF, em 2016.

A etapa municipal da 4ª CNPM, encerrada em setembro de 2015, envolveu 2.206 Municípios em conferências municipais e intermunicipais e trouxe resultados concretos, com a criação ou reativação de conselhos municipais dos direitos da mulher e organismos municipais de políticas para as mulheres. O País conta, hoje, com 745 Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres (OPMs), sendo 26 estaduais, 1 distrital e 718 Municipais

b.1) Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

Criado em 1985 para promover políticas que visassem eliminar a discriminação contra a mulher e assegurar sua participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do País, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) conta, em sua composição, com representantes da sociedade civil e do Governo. A atuação do colegiado se dá por meio de quatro Câmaras Técnicas Permanentes: i) de monitoramento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres; ii) de planejamento e orçamento; iii) de legislação e normas; e iv) de assuntos internacionais. Conselheiras integram, ainda, o Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM e o Fórum Interconselhos. Na sua última composição, empossada em 2014, incorporou uma representante das mulheres transexuais e reincorporou uma representação das mulheres indígenas.

b.2) Observatório Brasil da Igualdade de Gênero

Foi lançado, em março de 2015, o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher 2014 (Raseam). Elaborado pelo Observatório Brasil da Igualdade de Gênero, o documento apresenta um diagnóstico sobre a situação socioeconômica da mulher em todas as regiões, com o objetivo de subsidiar a elaboração de políticas públicas de gênero a partir de indicadores fornecidos por diversas bases de dados do Governo Federal. Foram publicadas ainda pelo Observatório quatro edições do Boletim Observa Gênero e um número da Revista do Observatório, sobre a participação das mulheres na política. Dentre os indicadores do Raseam, merece destaque a ascensão do protagonismo econômico das mulheres e a queda da mortalidade materna, diretamente relacionadas ao acesso, à qualidade dos serviços ofertados e às oportunidades decorrentes das políticas públicas.

b.3) Enfrentamento a Todas as Formas de Discriminação e Violência Contra as Mulheres

O Governo Federal tem, entre suas prioridades, a tolerância zero com a violência que atinge as mulheres. Para isso, tem se dedicado, cotidianamente, a enfrentar a violência, suas causas e consequências, a partir da efetivação e do fortalecimento de uma rede de serviços em parceria com os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e a sociedade civil, por meio do Programa Mulher, Viver sem Violência.

A Casa da Mulher Brasileira, um dos eixos do Programa Mulher, Viver sem Violência, representa um conjunto articulado de ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para a integração operacional do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública com as áreas de segurança pública, assistência social, saúde, trabalho e outras visando à proteção integral e à autonomia das mulheres.

A primeira Casa da Mulher Brasileira foi inaugurada em Campo Grande/MS, em fevereiro de 2015, e contou com aporte do Governo Federal da ordem de R$ 18,2 milhões. Desde sua inauguração até o final de 2015, a Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande recebeu 9.999 mulheres que geraram 57.411 atendimentos e encaminhamentos em seus diversos serviços.

A segunda Casa da Mulher Brasileira foi inaugurada em junho de 2015, em Brasília/DF. O custo total desta unidade foi de R$ 22,5 milhões. Nos primeiros quatro meses de funcionamento (de junho a setembro de 2015), a Casa da Mulher Brasileira de Brasília recebeu 192 mulheres que geraram 974 atendimentos em seus diversos serviços.

Estão em andamento as obras para a construção das Casas em mais seis capitais, com inauguração prevista para 2016: São Paulo/SP, Curitiba/PR, Salvador/BA, Fortaleza/CE, São Luís/MA e Boa Vista/RR. As demais estão em fase de elaboração do projeto, licitação de obras ou em processo de aquisição ou cessão de terrenos.

A Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 é um serviço de utilidade pública que orienta as mulheres em situação de violência, recebe denúncias e de imediato as encaminha ao Ministério Público e ao órgão de segurança pública, além de receber reclamações sobre o funcionamento inadequado dos serviços de atendimento. A ligação é gratuita e o serviço funciona 24 horas por dia, todos os dias da semana. O Ligue 180 atende a todo território nacional e às brasileiras que vivem em 13 países: Espanha, Itália, Portugal França, EUA, Inglaterra, Noruega, Guiana Francesa, Argentina, Uruguai, Paraguai, Holanda, Suíça, Venezuela, Bélgica e Luxemburgo.

Entre o início de funcionamento do serviço, em 2005, e o final de 2015, foram realizados 4.823.140 de atendimentos. Em 2015, o Ligue 180, registrou 749.024 atendimentos – em média 62.420 ao mês e 2.052 ao dia –, o que representa 18% de atendimentos (114.162) a mais que no ano de 2014.

Dos atendimentos em 2015, 41,09% corresponderam à prestação de informações (principalmente sobre a Lei Maria da Penha); 9,56% foram encaminhamentos para serviços especializados; 38,54% a encaminhamentos para outros serviços de teleatendimento, tais como: 190 da Polícia Militar, 197 da Polícia Civil e Disque 100 da Secretaria de Direitos Humanos; e 10,23% foram relatos de violência contra a mulher, que corresponde a 76.651 relatos, sendo 38.451 de violência física (50,16%); 23.247 de violência psicológica (30,33%); 5.556 de violência moral (7,25 %); 1.607 de violência patrimonial (2,10%); 3.478 de violência sexual (4,54%); 3.961 de cárcere privado (5,17%); e 351 de tráfico de pessoas (0,46%).

Foi sancionada a Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015, conhecida como Lei do Feminicídio, que alterou o Código Penal para incluir entre os tipos de homicídio qualificado o feminicídio, definido como o assassinato da mulher por razões da condição de sexo feminino. A Lei é mais um passo fundamental para o combate à impunidade ao tornar o assassinato de mulheres um crime hediondo. Com essa Lei, os feminicídios passaram a ser obrigatoriamente punidos pela justiça com maior rigor e penas mais longas. Cabe registrar que o Brasil foi o 16º país latino-americano a adotar legislação penal sobre feminicídio.

Em maio de 2015, foi realizada a Oficina para Validação das Diretrizes Nacionais para Investigar, Processar e Julgar com a Perspectiva de Gênero as Mortes Violentas de Mulheres, em parceria com a ONU Mulheres e a Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça (Senasp/MJ). A Oficina recolheu sugestões para a adaptação ao contexto nacional do Modelo de Protocolo Latino-Americano de Investigação das Mortes Violentas de Mulheres por Razões de Gênero, documento que norteará a aplicação da Lei nº 13.104, de 2015.

Ainda como parte das ações de um dos eixos do Programa Mulher, Viver sem Violência, foi publicada a Portaria Interministerial SPM/PR/MJ/MS nº 288, de 25 de março de 2015, que estabelece orientações para a organização e a integração do atendimento

às vítimas de violência sexual pelos profissionais de segurança pública e pelos profissionais de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS) quanto à humanização do atendimento e ao registro de informações e coleta de vestígios.

A implementação dessa ação possibilita aos profissionais do SUS: i) a realização do exame físico; ii) a descrição das lesões; iii) o registro de informações; e iv) a coleta de vestígios que serão encaminhados, quando requisitados, à autoridade policial, permitindo que as informações e os vestígios da violência estejam devidamente registrados, armazenados e disponíveis para os sistemas de segurança pública e de justiça nas situações em que a vítima decida registrar posteriormente a ocorrência.

Atualmente, o Brasil conta com 602 serviços de atenção às pessoas em situação de violência sexual. Desses, 186 são serviços de referência para atenção integral às pessoas em situação de violência sexual que ofertam atendimento 24 horas por dia. As unidades contam com equipe multiprofissional (médico, enfermeiro, assistente social, psicólogo, farmacêutico, técnico em enfermagem) e dispõem do conjunto de procedimentos tais como: i) acolhimento; ii) atendimento multiprofissional; iii) realização de exames e profilaxias necessárias; iv) orientações; e v) articulação em rede, entre outras.

Além dos serviços de referência, outros 399 serviços de natureza ambulatorial promovem acolhimento, atendimento multiprofissional e encaminhamentos necessários, de modo a promover a integralidade da atenção às pessoas em situação de violência sexual.

A Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional (Pnampe) foi instituída com o objetivo de prevenir todos os tipos de violência contra mulheres em situação de privação de liberdade e a humanização das condições do cumprimento da pena, por meio da atuação conjunta e articulada de todas as esferas de governo. Alagoas e Espírito Santo são os primeiros Estados a assinarem, em setembro de 2015, termo de compromisso com o Departamento Penitenciário Nacional (Depen). No termo, os Estados se comprometem a garantir o direito à saúde, à alimentação, à proteção à maternidade, ao atendimento psicossocial e aos demais direitos das mulheres privadas de liberdade e egressas.

Já foram entregues pelo Governo Federal 54 unidades móveis, que são ônibus especialmente adaptados e levam serviços especializados da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência ao campo, à floresta e às águas. Esses serviços incluem a promoção de palestras, prevenção, assistência, apuração, investigação e enquadramento legal. A entrega de mais três unidades móveis para as mulheres do campo e da floresta está prevista para os Estados de Rondônia e São Paulo e para o Município de Petrópolis/RJ. Até ao final de 2015, as unidades móveis realizaram mais de 42 mil atendimentos em mais de 500 Municípios.

A parceria com a Caixa Econômica Federal, por meio da agência-barco, possibilita a interiorização da Política de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres na Região do Arquipélago do Marajó/PA, levando em consideração as particularidades das comunidades ribeirinhas brasileiras. Ao longo de 2015, foram realizadas articulações com os movimentos sociais e gestores locais para a realização das Oficinas pela Cidadania das Mulheres Marajoaras, além da divulgação de campanhas, como "Quem ama abraça", e "Ligue 180". Estão previstas, na continuidade desta parceria, estender as ações de enfrentamento à violência para as mulheres das comunidades dos rios Amazonas e São Francisco.

Também estão em funcionamento 22 Fóruns Estaduais de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo, da Floresta e das Águas.

Em 12 de agosto de 2015, dia em que completava 32 anos da morte da líder sindical Margarida Maria Alves, 70 mil Margaridas marcharam em Brasília/DF defendendo o desenvolvimento sustentável com democracia, justiça, autonomia, igualdade e liberdade.

Em estreito diálogo com o Governo Federal, a Marcha das Margaridas apresentou uma ampla pauta de reivindicações. Em atendimento às demandas, o Governo Federal anunciou a criação das patrulhas rurais Maria da Penha e a formação de dez mil promotoras legais populares para prevenção e enfrentamento da violência e de feminicídios nas áreas rurais. Foram assumidos, também, compromissos na área da saúde, com mobilização nacional para intensificar as ações de atenção integral à saúde da mulher do campo, da floresta e das águas, por meio de consultas clínico-ginecológicas e exames preventivos, incluindo o papanicolau, a mamografia, a detecção de hipertensão, a diabetes, a vacina de HPV e a atualização da caderneta de vacinação.

O Governo Federal apoiará a implantação de 1,2 mil creches ou módulos de educação infantil na área rural e a implantação de 100 mil cisternas, viabilizando água para a produção e a implantação de quintais produtivos agroecológicos. Também foi assinado o Decreto nº 8.500, de 12 de agosto de 2015, com novas regras do Programa Nacional de Crédito Fundiário.

b.4) Autonomia Econômica, Direitos e Cidadania das Mulheres

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em 93% das 14,6 milhões de famílias que recebem a transferência de renda, as mulheres são as responsáveis pela retirada do dinheiro. Dessas, 68% são mulheres negras. Hoje, elas representam 67% das mais de 1,7 milhão de vagas do Pronatec, na modalidade voltada à população mais pobre. No Programa Água para Todos, desde 2003, foram entregues 1,2 milhão de cisternas de consumo. Dessas, 615,7 mil para famílias chefiadas por mulheres. Em relação ao Programa Luz para Todos, entre 2011 e 2015, 458,7 mil famílias do Cadastro Único foram atendidas. Dessas, 285 mil são chefiadas por mulheres.

O Programa Microempreendedor Individual (MEI), criado em 2008, também traz benefícios importantes para as mulheres. Em 2015, já alcançou cinco milhões de trabalhadores que enfrentavam dificuldades na formalização. Com contribuição fixa, passam a ter acesso a benefícios previdenciários como auxílio-maternidade, auxílio-doença, aposentadoria e outros.

Um avanço relacionado ao reconhecimento do trabalho não remunerado ocorreu nos últimos anos por meio da inclusão na Previdência Social das pessoas de baixa renda inscritas no Cadastro Único, com alíquota de contribuição de apenas 5% do salário mínimo. Ainda que seja um benefício acessível a todas as pessoas de baixa renda, responde à uma demanda de seguridade social para as donas de casa. A dona de casa que não é de baixa renda pode contribuir para a Previdência Social como segurada facultativa, com alíquotas de contribuição que variam de 11% a 20%. O número de segurados facultativos de baixa renda, que era de sete mil inscritos em 2011, chegou a 410 mil em janeiro de 2015, dos quais 97,2% são mulheres. Dessa forma as mulheres têm assegurado o direito a auxílio-doença, salário-maternidade, aposentadoria por invalidez e por idade, assim como os benefícios de auxílio-reclusão e pensão por morte para seus dependentes.

Deve-se ressaltar, ainda, a edição da Lei Complementar nº 150, de 1º de julho de 2015, sobre o trabalho doméstico, representando a continuidade da ampliação dos direitos dos trabalhadores domésticos, conquistados com Emenda Constitucional nº 72, de 2 de abril de 2013, conhecida como PEC das Domésticas. A nova lei garante: i) relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa; ii) seguro-desemprego; iii) fundo de garantia do tempo de serviço obrigatório (FGTS); remuneração do trabalho noturno superior à do diurno; e iv) salário-família e seguro contra acidentes de trabalho. Com essa regulamentação, conclui-se o processo para equiparar os direitos dos trabalhadores domésticos aos dos demais trabalhadores.

Com o objetivo de favorecer o cumprimento das novas obrigações, a referida Lei determinou a implantação do Simples Doméstico, que define um regime unificado para pagamento de todos os tributos e demais encargos, inclusive FGTS. Para facilitar, foi criado um sistema eletrônico, com um módulo específico para os empregadores domésticos, disponível dentro do Portal do e-Social, onde são informadas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, de apuração de tributos e do FGTS.

Com ações importantes de fortalecimento da igualdade no local de trabalho, o Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça comemora dez anos de existência e, na 5ª edição, envolveu cerca de um milhão de trabalhadores em suas ações. Para receber o Selo do Programa, as organizações executaram um plano de ações no qual adotaram práticas de igualdade de gênero e raça no ambiente institucional. Mais empresas aderiram à linguagem inclusiva em suas documentações e à licença-maternidade de 180 dias, e outras ampliaram a licença-paternidade. Algumas organizações fizeram a adequação de uniformes e equipamentos de segurança, incentivando maior participação das mulheres nos cargos tradicionalmente ocupados por homens. Também teve destaque o empenho em incentivar os funcionários a fazerem a autodeclaração étnico-racial para o cadastro institucional, por meio de campanhas. Para a próxima edição, existe a previsão de ampliar o número de empresas.

Em 2015, o Governo Federal fortaleceu a participação das mulheres no futebol, por meio da consolidação do Campeonato Brasileiro de Futebol Feminino, a modalidade também foi beneficiada, em 2015, pela Lei nº 13.155, de 4 de agosto de 2015, que condiciona a adesão ao Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro (Profut) a um investimento mínimo no futebol feminino.

b.5) Ações Temáticas e Articulação Institucional.

A 10ª edição do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero foi realizada em setembro, em Brasília/DF. Foram investidos R$ 176 mil de premiação em dinheiro e *laptops* com impressoras multifuncionais. No total, foram premiados 43 trabalhos entre os mais de 2,5 mil inscritos. Foram escolhidas: i) 24 redações na categoria estudante do ensino médio; ii) 13 projetos pedagógicos na categoria escolas promotoras da igualdade de gênero; iii) dois artigos científicos na categoria estudante de graduação; iv) dois trabalhos na categoria mestre e estudante de doutorado; e v) outros dois na categoria graduado, especialista e estudante de mestrado.

A participação política das mulheres é um tema de fundamental importância, pois reverter a sub-representação das mulheres nos espaços de poder e decisão é importante para a superação das desigualdades de gênero e raça. Para tanto, o Fórum Nacional de Instâncias de Mulheres de Partidos Políticos tem atuado para eliminar preconceitos e discriminações que levam as mulheres a se afastarem da política. Uma campanha específica, em 2015, as incentivou a enviarem suas sugestões à proposta de reforma política então discutida no Congresso Nacional. A atuação junto ao parlamento foi fundamental para aprovação de projetos que assegurem a inclusão das mulheres, com reserva de vagas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, bem como nos parlamentos estaduais e municipais.

b.6) Ações Internacionais

O Governo Federal participou, em março de 2015, em Nova Iorque (EUA), da 59ª Sessão da Comissão sobre a Situação da Mulher (CSW). Nesse fórum, além de informar sobre os avanços obtidos pelo Brasil nos 20 anos da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, o País apresentou, em evento paralelo, a experiência da Casa da Mulher Brasileira. A próxima sessão da comissão, em março de 2016, será presidida pelo Brasil. Em janeiro, está prevista a realização, em Brasília/DF, de uma reunião prévia à Sessão da Comissão sobre a Situação da Mulher.

A VI Reunião de Ministras e Altas Autoridades da Mulher do Mercosul (RMAAM) foi realizada em Brasília/DF, em julho de 2015, sob a Presidência *Pro Tempore* brasileira. Na reunião, as autoridades em mulheres do Brasil, da Argentina, do Paraguai, do Uruguai e da Venezuela firmaram acordo para incentivar a maior participação política da mulher na região e aprovaram recomendação sobre gênero e educação não sexista. Foi recomendada a valorização das iniciativas que visam a impulsionar a

participação da mulher nos espaços de poder e decisão. Também foi assumido o compromisso de unir esforços com vistas à construção de um Parlamento do Mercosul paritário. Foi criada a terceira Mesa Temática sobre Mulher e Política.

Os Estados se comprometeram, ainda, a trocar experiências sobre os avanços no enfrentamento das mortes violentas de mulheres por razões de gênero (feminicídio) na prevenção, na garantia do acesso à justiça e na reparação desses crimes. Foi evidenciado que os países-membros precisam avançar na produção de dados sobre feminicídio.

Em novembro, o Brasil participou da VII RMAAM, realizada em Assunção, Paraguai. A Declaração de Assunção, firmada pelas representantes, prevê compromissos pelo enfrentamento à violência contra as mulheres e a erradicação da cultura de violência de gênero na sociedade e pelo fortalecimento de políticas públicas que contribuam para a autonomia econômica das mulheres.

As autoridades firmaram acordo sobre a maior participação política da mulher na região e assumiram o compromisso de trabalharem pela equiparação de condições e direitos das trabalhadoras domésticas, conforme previsto em convenções internacionais. Em relação à violência contra as mulheres, foi sugerido que sejam feitos acordos e adotadas medidas que previnam e punam essa prática comum a todos os países do bloco. As autoridades decidiram solicitar, também, aos países-membros que designem pontos focais para integrar a *Red Mercosur de Atención* (RED).

Em Santo Domingo, República Dominicana, foi realizada a 52ª Reunião da Mesa Diretora da Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe, órgão subsidiário da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal). A 52ª Reunião teve como ponto central a preparação da 13ª Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe, que será realizada em outubro de 2016, no Uruguai, e a discussão da Agenda de Desenvolvimento Pós-2015 e dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

c) Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas

Com o intuito de proteger e promover os direitos dos povos indígenas no Brasil, o Ministério da Justiça (MJ), por meio da Fundação Nacional do Índio (Funai), executou ações e promoveu iniciativas em 2015 em diversas frentes e em parceria com vários órgãos.

No tocante à promoção de direitos territoriais indígenas, foram aprovados Relatórios Circunstanciados de Identificação e Delimitação (RCID) das terras indígenas (TIs), nos Estados do Amazonas, da Bahia e do Pará. Além disso, as terras indígenas Jaraguá/SP e Tremembé da Barra do Mundaú/CE foram declaradas de posse permanente, respectivamente, dos povos indígenas Guarani Mbyá e Tremembé. Por fim, foram homologadas as terras indígenas Arara da Volta Grande do Xingu/PA (da etnia Arara), Arary/AM (da etnia Mura), Banawá/AM (da etnia Banawá), Cajuhiri-Atravessado/AM (das etnias Miranha, Cambeba e Tikuna), Mapari/AM (da etnia Caixana), Setemã/AM (da etnia Mura), e Tabocal/AM (da etnia Mura).

No processo de indenização de benfeitorias derivadas de ocupação de boa-fé e, com o objetivo de garantir a posse plena dos povos indígenas sobre suas terras, foram indenizadas, em 2015, 53 ocupações em 13 TIs, localizadas dentro e fora da Amazônia Legal. Ainda no âmbito da proteção dos direitos territoriais indígenas, foram efetivadas as certidões dos registros na Secretaria do Patrimônio da União (SPU) das terras indígenas Comboios, Tupiniquim, Karapotó e Ventarra, garantindo a regularização em cerca de 19 mil hectares. Houve registro em cartório da Terra Indígena Cantagalo/RS e da ação de reintegração de posse da Gleba Conquista, situada na Terra Indígena Pindoty/SC, de posse permanente dos Guarani Mbyá. Foi realizada, também, em atendimento à decisão judicial, a extrusão de não índios da Terra Indígena Rio Omerê/RO, habitada pelos grupos de indígenas recém-contatados Akuntsu e Kanoê.

No processo de constituição de área reservada para famílias indígenas em situação de vulnerabilidade, iniciou-se o processo de avaliação das terras para o povo indígena Tuxá de Rodelas/BA e Pankararu da Fazenda Cristo Rei/PE, além de formalização do acordo judicial para aquisição do imóvel Fazenda Jenipapeiro para famílias do grupo indígena Atikum. Também foi publicado edital para compra de terras para atender famílias indígenas do povo Timbira-Krenyê, em situação de grande vulnerabilidade no Estado do Maranhão. Formalizou-se, ainda, o contrato de cessão sob o Regime de Concessão de Direito Real de Uso Gratuito (CDRU), de uma área com mil hectares da Fazenda Sempre Verde para atender os índios Pankaru, em Ibotirama/BA, e a comunidade Terena em Vilhena/RO.

Em 2016, a perspectiva é de continuidade das ações para indenização de benfeitorias em 17 terras indígenas, além do prosseguimento dos processos de regularização fundiária e mediação de conflitos, com vistas à posse plena dos povos indígenas sobre suas terras.

Em 2015, para a garantia da proteção territorial das terras indígenas, foram realizadas atividades de vigilância indígena em 46 terras indígenas, consistindo no monitoramento do território pelo grupo indígena com vistas a identificar suas vulnerabilidades e buscar estratégias preventivas de proteção. Destaca-se, também, o Programa de Capacitação em Proteção Territorial (PCPT), contemplando a capacitação e o treinamento de servidores e indígenas para a formação e o aperfeiçoamento da equipe técnica. Em 2015, foram capacitados 60 servidores das 12 coordenações regionais da Funai, bem como 117 indígenas de diversas etnias.

Dados do Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal (Prodes) apontam para a redução gradual da taxa de desmatamento nas terras indígenas ao longo dos últimos anos, com percentual de redução de aproximadamente 21% ao ano entre 2010 e 2014. Cabe mencionar que ao longo de 2015 foram empreendidas ações de fiscalização em 163 terras indígenas, resultando em várias operações de combate a ilícitos ambientais em parceria entre Funai, Polícia Federal, Batalhões de Polícia Militar Ambiental, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Cabe, ainda, mencionar a atuação em conjunto com a Força Nacional de Segurança Pública, que atuou na proteção de indígenas e em áreas de conflito de terra.

Em 2016, a Funai atuará no fortalecimento de ações de vigilância indígena, com vistas ao empoderamento das comunidades indígenas na proteção dos seus territórios, e potencializará a efetividade das ações de fiscalização por meio do processo de regulamentação do poder de polícia institucional.

Deu-se continuidade, ainda, a projetos e atividades que contribuem para o fortalecimento da gestão ambiental das TIs, a melhoria na qualidade de vida das populações indígenas e o equilíbrio do meio ambiente. Foram apoiadas mais de 40 ações nessa área, com destaque para a implementação do Projeto de Gestão Ambiental e Territorial Indígena (Gati), projeto-piloto para testar e consolidar novas metodologias e abordagens em consonância com a implementação da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial em Terras Indígenas (PNGATI), que fortalece a contribuição das TIs para a conservação da biodiversidade brasileira. No tocante ao licenciamento ambiental e aos impactos causados por empreendimentos de grande relevância, buscou-se garantir a defesa dos direitos dos povos e das terras indígenas, a partir do acompanhamento de processos que os afetam.

No que se refere aos Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PGTAs), iniciaram-se 15 projetos para elaboração de Planos nos biomas Caatinga e Cerrado, resultado de edital lançado em 2014 com recursos do Fundo Clima. Foram aprovados nove outros projetos para elaboração e implementação de PGTAs na região Amazônica, com recursos do Fundo Amazônia.

As principais ações previstas para 2016 são: i) concluir o curso PNGATI Cerrado, módulos IV e V; ii) concluir ações apoiadas com o Projeto GATI; iii) avaliar cursos de formação em PNGATI executados ao longo dos últimos quatro anos; iv) elaborar

nota conceitual referente à formação de agentes indígenas para gestão territorial e ambiental; v) apoiar a gestão ambiental e territorial das TIs; e vi) dar continuidade ao funcionamento do Comitê Gestor da PNGATI, com destaque para a implementação do Plano Integrado da Política. Prevê-se, ainda, o aprimoramento institucional concernente ao componente indígena nos processos de licenciamento ambiental, bem como a promoção da participação dos povos indígenas em todas as suas etapas, em consonância com a Convenção nº 169 da OIT.

Em 2015, teve início a operacionalização do Selo Indígenas do Brasil, fruto de uma parceria entre Funai e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), com o objetivo de identificar a origem étnica e territorial da produção. No início do mês de dezembro, foram emitidas as duas primeiras autorizações para uso do Selo, para as etnias Kiriri na Bahia, e Kaingang, no Rio Grande do Sul.

Ainda em parceria com o MDA, o Termo de Execução Descentralizada viabilizou a atuação governamental para superar situações de arrendamento em terras indígenas no Rio Grande do Sul. Essa ação possibilitou que indígenas Kaingang se apropriassem do processo produtivo no cultivo de grãos, com aquisição de maquinário agrícola. Além disso, a Funai acompanha a execução do Compromisso de Ajustamento de Conduta junto às etnias Paresi, Nambikwara e Manoki no Mato Grosso, com vistas à superação de situações de arrendamento e à autonomia produtiva destas comunidades.

Com referência ao etnodesenvolvimento, foram lançadas sete chamadas públicas para Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) e Fomento, com público específico indígena, no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria (BSM), totalizando quase 17 mil famílias.

Em 2016, prevê-se: i) contratação e execução das chamadas públicas para Ater Indígena e fomento para 15,5 mil famílias nas regiões do semiárido nordestino, de Roraima, do Mato Grosso do Sul e do rio Madeira (Borba e Manicoré no Amazonas); ii) análise, acompanhamento e implementação de planos de visitação experimentais de turismo em terras indígenas, conforme a Instrução Normativa Funai nº 03/2015; iii) acolhimento e avaliação de novas solicitações, por parte das comunidades indígenas, para uso do Selo Indígena no Brasil; e, iv) elaboração de normativa específica para orientar o ordenamento ambiental de atividades produtivas de iniciativas dos indígenas.

Em relação aos povos indígenas com pouco contato ou isolados, foram promovidas ações de educação e estudos antropológicos, com o desenvolvimento contínuo das atividades de proteção territorial e monitoramento de 26 grupos indígenas isolados confirmados, além de oito expedições de localização para confirmação da presença de índios isolados. Foram, também, estabelecidos novos contatos por outros grupos Korubo, da TI Vale do Javari. Similarmente, foram promovidas ações de saúde a partir da realização de capacitações para servidores da Funai e da Secretaria de Saúde Indígena (Sesai) com foco na prevenção e no controle de agravos à saúde de tais povos.

Para 2016, propõe-se a elaboração de um plano de proteção de povos indígenas isolados, focando nos grupos em alta vulnerabilidade, além da criação e da implementação de um programa de promoção e proteção dos direitos dos povos indígenas considerados de recente contato.

Com vistas à promoção da cidadania dos povos indígenas, foram investidos recursos em atividades de formação e informação sobre direitos indígenas, na participação social nos espaços de controle de políticas públicas e no acompanhamento de pautas legislativas. Por meio do Programa Bolsa Permanência, 380 estudantes indígenas foram apoiados até a conclusão de seus cursos universitários. Além disso, foram incluídas diretrizes da PNGATI nas bases curriculares de universidades, buscando aprimorar o acesso de estudantes indígenas a cursos específicos, no âmbito do Pronatec e do Pronatec Campo.

Para atender as necessidades da educação escolar indígena, a atuação do Ministério da Educação tem como objetivo norteador a territorialidade das etnias, participação indígena e a articulação entre os órgãos públicos. Nesse sentido, o Programa Nacional dos Territórios Etnoeducacionais consiste na: i) formulação e manutenção de programas de formação inicial e continuada de pessoal especializado, destinados à educação escolar nas comunidades indígenas; ii) no desenvolvimento de currículos e programas específicos, neles incluídos os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades; iii) na elaboração e na publicação sistemática de material didático específico; iv) na elaboração de projetos para firmação das identidades étnicas, valorização das culturas dos povos indígenas; v) no fortalecimento das práticas socioculturais e da língua materna de cada comunidade indígena, priorizando os projetos societários definidos de forma autônoma por cada povo indígena; e vi) no apoio técnico e financeiro para o transporte escolar e a construção de escolas indígenas. Atualmente, 25 territórios etnoeducacionais estão implementados e em funcionamento.

No campo da formação de professores indígenas, está em execução a ação Saberes Indígenas na Escola, que promove a formação continuada de professores indígenas que atuam nos anos iniciais do ensino fundamental, com ênfase no letramento e no numeramento. A ação é implementada por 24 Instituições de Ensino Superior organizadas em sete redes. Em 2015, essa ação contemplou 3.352 professores indígenas de 309 escolas, envolvendo 89 povos de 293 aldeias indígenas, falantes de 81 línguas, em 13 territórios etnoeducacionais, presente em 203 Municípios brasileiros.

A continuidade das atividades de acompanhamento da educação escolar, de valorização dos processos educativos comunitários, bem como das atividades de formação e informação para o fortalecimento da participação social e da consulta indígena, está prevista para 2016.

Com referência à promoção dos direitos sociais dos povos indígenas, realizaram-se, em 2015, mutirões para o acesso à documentação básica, em articulação com Estados e Municípios, proporcionando a emissão de cerca de cinco mil documentos de identificação civil. Destaca-se, também, a realização do Seminário de Registro Civil de Nascimento de Indígenas nas Fronteiras. Atualmente, cerca de 143 mil famílias indígenas estão cadastradas no Cadastro Único e dessas, cerca de 79% acessam o Programa Bolsa Família. A Funai, em parceria com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), distribuiu mais de 3,4 mil toneladas de alimentos para cerca de 50 mil famílias indígenas em situação de insegurança alimentar e nutricional. No que se refere ao Programa Nacional de Habitação Rural – Minha Casa Minha Vida (PNHR/MCMV), foi autorizada a construção de 1.898 casas, envolvendo 27 terras indígenas e 19 etnias atendidas.

Pretende-se, em 2016: i) intensificar o acesso ao registro civil de nascimento; ii) ampliar o PNHR/MCMV para os povos indígenas; e iii) aprimorar as ações de qualificação da política de assistência social.

Com relação ao Museu do Índio, as principais realizações em 2015 foram: i) exposição etnográfica de longa duração; ii) lançamento de 17 publicações; iii) finalização do acordo de cooperação internacional com Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) para o desenvolvimento do Projeto de Documentação de Línguas e Culturas Indígenas; iv) implementação do projeto de digitalização do acervo textual; v) consolidação dos trabalhos no âmbito do projeto de documentação de línguas, culturas e acervos indígenas; e vi) preservação de bens culturais.

O plano de ação para 2016 prevê: i) a entrega às comunidades indígenas de dossiês tratados e sistematizados pelas equipes técnicas do Programa de Documentação de Culturas (Prodocult), contendo o conjunto de materiais referentes às culturas de tais comunidades; ii) a finalização das obras do Centro de Formação Audiovisual; e iii) a proposta de novo acordo de cooperação internacional com a Unesco.

No campo da saúde, a Atenção à Saúde Indígena está organizada em 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs), que executam ações de atenção básica em saúde para uma população indígena aldeada de aproximadamente 690 mil indígenas, residentes em 5.038 aldeias, além dos indígenas não aldeados que são atendidos pelos DSEIs. O Ministério da Saúde, por meio da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), é responsável pelo desenvolvimento das ações de atenção básica nas aldeias, com uma rede de serviços composta por 764 Unidades Básicas de Saúde (UBS), 360 polos-base, 69 Casas de Saúde Indígena (Casai) e cerca de 21 mil profissionais de saúde indígena.

Quanto às ações de imunização, até dezembro de 2015, 65.551 crianças menores de 7 anos completaram o esquema vacinal, o que corresponde a 75,7 % da população-alvo. Durante o mês da vacinação dos povos indígenas, foram aplicadas 133.552 doses de vacina em 105.033 indígenas.

A Sesai tem implementado projetos de qualificação das estratégias de cuidado para prevenção do suicídio nos dez DSEI prioritários, além de ações para mitigar os danos causados pelo impacto do suicídio junto aos povos indígenas, assim como de outros agravos relacionados à saúde mental: i) uso prejudicial de álcool e outras drogas, incluindo óbitos relacionados ao uso destas substâncias; ii) situações de violência; e iii) transtornos mentais. Também foram realizadas capacitações das equipes multidisciplinares de saúde indígena em cinco DSEIs; visitas técnicas para potencializar as pactuações com a rede de apoio (comunidades e Rede de Atenção Psicossocial – RAPS) e estabelecer fluxos de informações; e uma Oficina de Qualificação de Estratégias de Prevenção ao Suicídio nos Povos Indígenas.

Com o intuito de aprimorar o atendimento à saúde nas áreas indígenas, foi ampliado o contingente de profissionais, tendo sido incorporados, até dezembro de 2015, 344 médicos, sendo nove originários do Programa de Valorização dos Profissionais de Atenção Básica, oito médicos brasileiros, 25 intercambistas e 302 médicos cubanos do Programa Mais Médicos.

Na cooperação internacional destacam-se o Comitê Binacional Brasil/Venezuela para fortalecimento e integração das ações de saúde para eliminação da oncocercose, no território Yanomami, e a comitiva para o estreitamento da cooperação técnica entre os Países do Gran Chaco Sudamericano (Brasil, Argentina, Bolívia e Paraguai), no Paraguai, com o objetivo de alinhar as ações de saúde indígena a serem desenvolvidas nos países de fronteira.

No saneamento básico, foram concluídas 54 obras de novos Sistemas de Abastecimento de Água e 24 reformas/ampliações. Além disso, 35 aldeias foram beneficiadas com novas melhorias sanitárias domiciliares. Das obras de estruturação física para atendimento à saúde indígena, foram concluídas as obras de reformas/ampliação de três Casas de Apoio à Saúde Indígena, sete polos-base e seis UBS, tendo sido construídos cinco novos Polos Base e dez novas UBS.

Quanto ao controle social, foram realizadas seis reuniões do Fórum de Presidentes de Conselho Distrital de Saúde Indígena, 203 reuniões de Conselhos Distritais de Saúde Indígena, 538 reuniões de Conselhos Locais de Saúde Indígena e foram capacitados 2.582 conselheiros de saúde indígena. Em 2015, foi implantada ouvidoria do SUS em cinco DSEIs (Litoral Sul, Manaus, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais/Espírito Santo e Pernambuco). Foram também capacitados 18 profissionais dos DSEIs, Polos Bases e Casai em Ouvidoria, além de 20 teleatendentes do Sistema OuvidorSUS e 16 supervisores/monitores em saúde indígena, para o início das atividades da Ouvidoria no Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS).

Para 2016, estão previstas as seguintes ações: i) acompanhar pela vigilância alimentar e nutricional 75% das crianças indígenas menores de 5 anos; ii) ampliar para 40% a cobertura da população indígena com primeira consulta odontológica programática; iii) alcançar 50% das crianças indígenas menores de 1 ano com acesso às consultas preconizadas de crescimento e desenvolvimento; iv) ampliar para 85% as gestantes indígenas com acesso ao pré-natal; v) ampliar para 77% as crianças menores de 5 anos com

esquema vacinal completo, de acordo com o calendário indígena de vacinação; vi) reduzir a incidência parasitária anual de malária de alto risco para faixa de médio risco (10 a 49 casos / 1 mil habitantes); vii) reduzir o coeficiente de incidência de tuberculose na população indígena; viii) implementar da linha de cuidado do suicídio nos DSEIs prioritários; ix) reformar e/ou ampliar três Casai; x) implantar em 45 aldeias a destinação final adequada dos dejetos; xi) implantar 80 sistemas de abastecimento de água em aldeias com população acima de 50 habitantes; xii) reformar ou ampliar 70 sistemas de abastecimento de água em aldeias; e xiii) implantar ouvidoria em 29 DSEIs.

O ano de 2015 também ficou marcado pela participação dos povos indígenas na 1ª Conferência Nacional de Política Indigenista. Foram realizadas 120 etapas locais e quase 30 regionais que contaram com a participação de cerca de 30 mil indígenas, culminando na realização da etapa nacional com dois mil delegados, que reunidos em Brasília/DF, construíram as estratégias e as diretrizes da política indigenista para os próximos anos.

6. Direitos Humanos

a) Pessoas com Deficiência

A Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, consolidou inúmeros projetos de lei sobre o tema, além de adequá-los à Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. O texto prevê um conjunto de novos direitos, revisões legislativas, entre outros dispositivos legais, que dialogam com a Convenção e beneficiam diretamente as pessoas com deficiência que, segundo o IBGE, são 45,6 milhões de pessoas, ou seja, cerca de 23,9% da população brasileira.

Os quase 130 artigos avançam em diversas temáticas, como igualdade e não discriminação, atendimento prioritário, direito à habilitação e reabilitação, saúde, educação, trabalho, assistência social, previdência, acessibilidade, mudanças no Código Civil Brasileiro, bem como novas formas de avaliar e valorar a deficiência para concessão de direitos e benefícios.

O avanço nas políticas públicas tem sido decisivo para melhorar a acessibilidade em meios de transporte no País. Nos aeroportos, teve início o processo de melhoria da infraestrutura, dos serviços e dos procedimentos operacionais, como simulados de embarque e desembarque com delegações de pessoas com deficiência, visando, inicialmente, os grandes eventos esportivos, como os Jogos Rio 2016. No que se refere ao transporte rodoviário, foi publicada a Portaria Inmetro nº 269, de 2 de junho de 2015, determinando que, a partir de 31 de março de 2016, todos os veículos de características rodoviárias tenham acesso garantido por plataforma elevatória veicular (ou rampa, no caso do ônibus *double decker*). Nesse sentido, a cadeira de transbordo deixará de ser uma alternativa de acessibilidade nos ônibus novos, devendo ser eliminada totalmente com a gradual renovação das frotas.

O Governo Federal lançou ainda o Manual de Acessibilidade para Prédios Públicos, que presenta critérios, parâmetros e recomendações para a utilização dos edifícios, de forma a torná-los mais acessíveis. O manual está disponível em: http://prod.planejamento.gov.br/ assuntos/patrimonioda-uniao/manual-de-acessibilidade-para-predios-publicos.

Em 2015, foram entregues 16 Centrais de Interpretação de Libras (CIL), instaladas em parceria com Estados e Municípios, que disponibilizam intérpretes, por meio físico ou virtual, para fazer a intermediação da comunicação entre as pessoas surdas e médicos, advogados, delegados e diversos outros profissionais do setor público. As centrais permitem, assim, que a pessoa surda resolva com autonomia questões diversas da sua vida, garantindo o acesso à saúde, à justiça, entre outros serviços. O objetivo, até 2017, é instalar centrais em todos os Estados em benefício de uma população de quase 10 milhões de pessoas. Em 2016, serão entregues 16 centrais.

As ações desenvolvidas no âmbito da educação especial na perspectiva inclusiva são destinadas à formação de gestores e educadores, à disponibilização de recursos tecnológicos de acessibilidade, à melhoria da infraestrutura das escolas e à disponibilização de materiais didáticos e pedagógicos acessíveis. Em 2015, 20 mil escolas foram atendidas com a disponibilização gratuita de *software* aos estudantes com deficiência visual e 42 mil escolas com *software* de tecnologia assistiva, desenvolvido pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

A implementação de políticas públicas de inclusão escolar das pessoas com deficiência tem resultado em importante ampliação do acesso à educação básica, conforme demonstra o Censo Escolar 2014, que registrou 886.815 matrículas de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Dentre tais matrículas, constata-se que 698.768 estão em classes comuns do ensino regular, representando 79% de inclusão escolar. Se consideradas somente as matrículas em escolas públicas de educação básica, o percentual de inclusão sobe para 93%. Além disso, a fim de promover a formação continuada de professores na educação especial na perspectiva inclusiva, foram disponibilizadas 13.580 vagas em 31 cursos ofertados por 21 Ifes. Atendendo a demandas específicas da diversidade e da inclusão, o MEC também apoiou a instituição de seis cursos de Letras/Libras em Ifes, ofertando 280 vagas para a formação inicial de professores e tradutores/intérpretes da Libras/Língua Portuguesa.

De acordo com o Censo da Educação Superior de 2013, verificaram-se mais de 29 mil estudantes com deficiência, sendo 32% das matrículas em instituições públicas de educação superior. Desde 2005, o MEC desenvolve o Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Incluir) que financia a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nas 63 Ifes do País, responsáveis por organizar ações institucionais para a integração de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras comportamentais, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicação.

Apenas em 2015, foram concedidas 1,9 milhão de órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção (OPM) não cirúrgicas nas modalidades auditiva, física, gastroentereológica e visual, com repasse de R$ 163,4 milhões. Destaca-se, ainda, a inclusão de 15 novos procedimentos à Tabela de Procedimentos do SUS, tais como: i) manutenção e adaptação de OPM; ii) novos modelos de cadeiras de roda, como cadeira de rodas motorizada (adulto e infantil); iii) cadeira de rodas monobloco e cadeiras de rodas para pessoas acima de 90 kg, além de kit sistema FM para pessoas com deficiência auditiva, com registro de 15.345 procedimentos com repasse de R$ 19,9 milhões para a produção entre janeiro e junho de 2015.

Desde 2014, foram incorporadas sete novas OPMs ao SUS por meio da Portaria GM/MS nº 2.723 /2014: i) materiais elásticos para reabilitação; ii) tábua (prancha) para transferência; iii) cinta para transferências; iv) mesa de atividades para cadeira de rodas (tábua mesa); v) almofada de assento com células de ar interconectadas; vi) almofada de assento para cadeira de rodas para prevenção de úlceras de pressão (simples); e vii) bengala de quatro pontas. Houve registro de 1.212 procedimentos com repasse de R$ 199 mil.

Em 2016, está prevista a implementação das seguintes ações: i) aquisição de nove novos veículos adaptados acessíveis para transporte sanitário de pessoa com deficiência; ii) aquisição de dez equipamentos de Oficina Ortopédica Fixa; iii) aquisição de 109 equipamentos acessíveis nas Unidades de Saúde para mulheres com deficiência; iv) aquisição de equipamentos de Triagem Auditiva Neonatal para 100 maternidades; v) publicação de quatro novas Diretrizes de Atenção à Saúde da Pessoa com Deficiência; vi) aquisição de cinco Oficinas Itinerantes Terrestres; vii) aquisição de cinco Oficinas Itinerantes Fluviais; viii) formação de 200 profissionais ortesistas e protesistas para atuar nas Oficinas Ortopédicas, na concessão, na confecção, na adaptação e na manutenção de órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção; ix) capacitação de 1,2 mil profissionais de saúde para atendimentos das pessoas com deficiência no âmbito do SUS; x) aquisição de 50 equipamentos de Centros Especializados em Reabilitação (CER); xi) construção e ampliação de 32 CER e Oficina Ortopédica Fixa - 2ª parcela; xii) construção e ampliação

de 18 CER e Oficina Ortopédica Fixa – 3ª parcela; xiii) reforma de oito CER – 2ª parcela; xiv) reforma de 2 CER – 3ª parcela; xv) construção e ampliação de 20 CER – Siconv; xvi) habilitação de 20 Oficinas Ortopédica Fixas; xvii) habilitação de 71 CER; xviii) habilitação de cinco Oficinas Itinerantes Terrestres; e xix) habilitação de cinco Oficinas Ortopédicas Itinerantes Fluviais.

Em 2015, o Governo Federal inaugurou o segundo Centro de Formação de Treinadores e Instrutores de Cães-Guia do Brasil, na sede do Instituto Federal do Espírito Santo. Em 2016, devem ser finalizados os centros de Urutaí/GO e Muzambinho/MG. O objetivo é ampliar a disponibilização do serviço às pessoas cegas, já que, atualmente, a quantidade de cães-guia é muito inferior ao número de pessoas com deficiência visual com expectativa de ter esse recurso.

Em 2015, as pessoas com deficiência passaram a ter acesso à meia-entrada em todos os espetáculos artístico-culturais e esportivos no País, conforme disposto no Decreto nº 8.537, de 5 de outubro de 2015, que normatiza a garantia à participação social e à fruição cultural pelo segmento que tradicionalmente é excluído devido às barreiras de acessibilidade.

b) Criança e Adolescente

b.1) Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes

Comissão permanente formada por representantes de diversos ministérios e pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) discute ações para combater a violência sexual contra crianças e adolescentes. O objetivo é garantir maior agilidade e efetividade no desenvolvimento das políticas, por meio do mapeamento dos contextos vulneráveis e a adoção de estratégias de intervenção. A atuação ocorre de forma sistemática em várias frentes: i) justiça; ii) autoridades policiais; iii) organizações não governamentais; e iv) órgãos governamentais de apoio à infância e à adolescência e desenvolvimento social. Foram identificados 59 Municípios mais vulneráveis à exploração sexual de crianças e adolescentes.

b.2) Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

Atualmente, existem 466 Unidades de Atendimento Socioeducativo no Brasil. Há 26.014 adolescentes que cumprem medidas de privação ou restrição de liberdade. Em 2015, foi dada continuidade à construção de novas unidades para desativação das impróprias. Além disso, deu-se prosseguimento à implementação dos Núcleos de Atendimento Integrado, que reúnem todos os órgãos de atendimento ao adolescente no mesmo espaço. Os investimentos em infraestrutura totalizaram R$ 139,32 milhões. Para qualificar o atendimento do socioeducativo, foram capacitados cerca de cinco mil profissionais que atuam no sistema por meio da Escola Nacional de Socioeducação. Os investimentos em formação totalizaram R$ 12,61 milhões.

Em 2016, será realizada a primeira avaliação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), conforme previsto na Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, e publicadas as normas de referência para aperfeiçoar a implementação do Sistema.

b.3) Sistema de Garantia de Direitos

Em 2015, o Governo Federal apoiou a realização do primeiro processo de escolha em data unificada dos membros dos Conselhos Tutelares, de órgãos permanentes e autônomos, encarregados de zelar pela proteção e pela defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Além disso, continuaram as entregas de equipamentos aos Conselhos Tutelares. No total, já foram destinados 2.452 conjuntos de equipagem aos Municípios. Cada conselho recebe um automóvel, cinco computadores, uma impressora multifuncional, um

refrigerador e um bebedouro. Foram, também, realizadas ações para a formação dos conselheiros nas 12 Escolas de Conselhos em funcionamento no País e a elaboração de parâmetros de atendimento de crianças e adolescentes pela rede de proteção. Atualmente são 5.956 Conselhos Tutelares no Brasil, presentes em 99% dos Municípios.

Em 2015, ano que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) completou 25 anos, foram realizadas diversas atividades para que a sociedade e o Governo refletissem sobre os avanços e os retrocessos relativos aos direitos da criança e do adolescente, como a redução da idade penal e da idade para o trabalho. No primeiro semestre de 2016 será entregue o Relatório Avaliativo ECA 25 Anos que está sendo elaborado por um grupo de trabalho.

b.4) Ações de Articulação

O Governo Federal atua em articulação intersetorial, interfederativa e interinstitucional para promover ações de promoção e defesa dos direitos humanos. Nesse sentido, instituiu a Agenda de Convergência para prevenção e intervenção em situações de ameaça e risco aos direitos de crianças e adolescentes e demais públicos decorrentes da preparação e da realização de grandes eventos, bem como de obras e empreendimentos. Pactuou, ainda, um mecanismo para articular uma rede de proteção da infância a partir de compromissos e metas nas áreas de convivência familiar e comunitária; enfrentamento da violência sexual e outras violências; e sistema socioeducativo e erradicação do trabalho infantil. Em 2016, está prevista a repactuação em nível federal e a pactuação com as 27 unidades federativas.

c) Programas de Proteção

O Programa Federal de Assistência a Vítimas e Testemunhas (Provita) atende à demanda de vítimas e testemunhas oriundas das unidades da Federação que ainda não dispõem de parceria federal para a execução do programa em seu território. Atualmente, o Provita atende os Estados do AP, RR, TO, PI, MT, MS, GO, PB, PA, RN, SE e RO. Em 2015, foram formalizados convênios com os seguintes Estados: AC, AL, AM, BA, CE, MA, MG, ES, DF, RJ, SP, RS e PE. O saldo mais importante do Programa, em 2015, foi a certeza de que não houve perda de quaisquer usuários, tampouco sua localização, por parte de seus algozes, resultado observado desde a implementação da política de proteção no Brasil.

Em relação ao Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAM), entre janeiro e dezembro de 2015, houve 958 proteções, sendo 363 crianças e adolescentes e 595 familiares.

O Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos (PPDDH) acompanhou, em 2015, um total de 402 pessoas ameaçadas por conta da atuação em direitos humanos. A ação é desenvolvida em todas as unidades da Federação, seja por meio de um programa federal, seja por meio de convênios com os Estados. Para 2016, será desenvolvido um manual de proteção e autoproteção voltado para os defensores de direitos humanos. Além disso, está prevista a implantação de um sistema para integrar dados e modernizar o armazenamento de informações sobre defensores incluídos no PPDDH.

d) Combate à Tortura

Durante o ano de 2015, o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura: i) acompanhou a tramitação da apuração de casos emblemáticos nas regiões Sudeste e Nordeste; ii) construiu orientações quanto à identificação e ao encaminhamento de casos de tortura em audiências de custódia; e iii) elaborou recomendação sobre o respeito aos parâmetros estabelecidos pelo Protocolo de Istambul e Protocolo Brasileiro de Perícia Forense.

O principal resultado de 2015 alcançado pelo Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura foi a instalação, a posse e o funcionamento do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, que visa a prevenção e o combate à tortura a partir de visitas regulares a espaços de privação de liberdade de todo o Brasil. Foram realizadas visitas a 17 instituições dos Estados de SP, RS, SC, MA e DF. A partir delas, foram elaboradas recomendações propostas aos órgãos competentes e notas técnicas sobre assuntos relativos à prevenção e ao combate à tortura. Elas farão parte do primeiro relatório anual da atuação do Mecanismo a ser publicado em abril de 2016.

e) Erradicação do Trabalho Escravo

O Governo Federal envidou esforços para manter a sistemática de elaboração e divulgação da Lista Suja, que consiste no cadastro de empregadores que tenham tido trabalhadores em condições análogas a de escravo. Em 2016, está prevista: i) a regulamentação da Emenda Constitucional nº 81, de 2014, com a manutenção do conceito de trabalho escravo, de acordo com o artigo 149 do Código Penal; ii) o desenvolvimento do Sistema Informatizado de Monitoramento do Segundo Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (II PNTE); iii) a criação da rede de Comissões Estaduais para Erradicação do Trabalho Escravo (COETRAEs); e iv) a ratificação do Protocolo Adicional à Convenção 29 da OIT, entre outras ações que contribuam com a erradicação do trabalho escravo.

f) População em Situação de Rua

Atualmente, 13 entes da Federação (dois Estados, o Distrito Federal e dez Municípios) aderiram formalmente à Política Nacional para População em Situação de Rua, sendo que outros três Estados e um Município estão em processo de formalização da adesão (AC, RN, PR e Serra/ES).

Existem, ainda, 24 Comitês Gestores Locais Intersetoriais de Acompanhamento e Monitoramento da política, implantados, a fim de controlar a efetivação das ações voltadas para esse público.

No campo da qualificação profissional, foram criadas turmas exclusivas do Pronatec para a população em situação de rua no Distrito Federal e em São Paulo/SP, tendo sido ofertadas mais de mil vagas nos anos de 2014 e 2015.

Outra frente de atuação foi a realização de campanhas pelos direitos da população em situação de rua como a "Saúde da População em Situação de Rua: um Direito Humano", a fim de sensibilizar a todos para a importância da promoção e defesa dos direitos humanos dessa população

g) Direitos da Pessoa Idosa

Em 2015, 12 Estados assinaram o Termo de Adesão ao Compromisso Nacional para o Envelhecimento Ativo, estabelecido pelo Decreto nº 8.114, de 30 de setembro de 2013, com a finalidade de conjugar esforços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal para valorização, promoção e defesa dos direitos da pessoa idosa. São eles: AC, AM, AP, AL, ES, GO, MA, MG, MT, PA, PB e PI. Além disso, foi elaborado o Mapa das Políticas, dos Programas e dos Projetos do Governo Federal para a População Idosa, que abrange 42 programas e 23 ações, monitoradas pela Comissão Interministerial de Compromisso Nacional para o Envelhecimento Ativo.

No âmbito internacional, a realização do Seminário sobre Bom Trato à População Idosa no Mercosul contou com a participação de nove países e resultou na criação do Grupo de Trabalho Interministerial com a finalidade de propor Diretrizes Nacionais para Cuidados de Longa Duração para Situações de Dependência a pessoas idosas e pessoas com deficiência.

Intensificou-se a campanha de enfrentamento à violência contra a pessoa idosa: "RESPEITO – Direitos da Pessoa Idosa: Responsabilidade de Todos", com a distribuição de cartazes e *folders* com a tipologia e as orientações sobre enfrentamento à violência e a divulgação do Disque Direitos Humanos.

Em 2016, pretende-se: i) concluir o mapeamento dos serviços, programas e projetos estaduais voltados às pessoas idosas; ii) elaborar o Manual do Cuidador; iii) ampliar a adesão dos Estados e Municípios ao Compromisso Nacional para o Envelhecimento Ativo; iv) lançar o livro Perfil da Pessoa Idosa no Brasil; v) realizar o IV Fórum Nacional de Gestores Estaduais em Políticas Públicas da Pessoa Idosa; vi) apresentar à ONU a avaliação brasileira do Cumprimento do Plano de Ação Internacional para o Envelhecimento – Madrid 2002; vii) elaborar a Política Nacional de Cuidados; e a viii) realizar a 4ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa.

h) Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

Para a promoção e a defesa dos direitos da população Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), em 2015, o Governo Federal realizou a primeira Conferência Nacional Livre de Mulheres Trans, preparatória para a 4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. Ademais, com o intuito de subsidiar a elaboração de políticas, foi realizado levantamento para diagnosticar a utilização de serviços públicos por parte de pessoas transexuais.

Por meio da Portaria Interministerial SPM/SDH/SG/PR/MJ/MS nº 1/2015, foi instituída a Comissão Interministerial de Enfrentamento à Violência contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CIEV-LGBT). A comissão acompanha os casos de violência praticada contra as lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, em articulação com os órgãos do Poder Judiciário, do Poder Legislativo e do Poder Executivo Federal, o Ministério Público e a Defensoria Pública. A partir desse acompanhamento, deve-se propor medidas que visem à orientação e à adoção de providências para o adequado tratamento dos casos de violência contra a população LGBT e incentivar a criação da disciplina de enfrentamento à violência contra o grupo.

Em setembro de 2015, foi lançada campanha sobre saúde de mulheres lésbicas e bissexuais. Com o *slogan* "Cuidar bem da saúde de todas. Faz bem para as mulheres lésbicas e bissexuais. Faz bem para o Brasil". A campanha incluiu a distribuição de 100 mil cartazes para as Secretarias de Saúde e 20 mil *folders* destinados aos movimentos sociais e aos comitês de saúde, além de peças para a Internet, com o objetivo de oferecer informações para que profissionais de saúde possam prestar atendimento qualificado, considerando as necessidades específicas dessa população.

Em 2015, foram estabelecidos parâmetros para a inclusão dos campos nome social, orientação sexual e identidade de gênero na Ficha de Notificação de Violência no Sistema de Informação de Agravos, bem como nos boletins de ocorrência emitidos pelas autoridades policiais. Também foi incluído um campo para preenchimento da violência motivada por homofobia, lesbofobia e transfobia. Também foram efetivadas medidas para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais tais como nos sistemas e nas instituições de ensino.

i) Registro Civil de Nascimento

No âmbito das ações de fomento para a promoção do registro civil de nascimento e a documentação básica, o Governo Federal firmou convênios para realização de 37 mutirões para emissão de registro e documentação básica e 37 oficinas regionais de estabelecimento de fluxos para a promoção continuada do registro civil de nascimento à população indígena, priorizando os indígenas nas fronteiras. Foi, também, instituído o Sistema Nacional de Informações de Registro Civil (Sirc). Conta, hoje, com

4.536 cartórios enviando registros para a base de dados do sistema, num total de 2.260.129 registros. Deste total, 1.208.175 são registros de nascimento, 653.698 são registros de casamento e 398.256 são registros de óbito. Servirá esta base para batimento de informações dos cadastros do Governo e para servir de dados primários na emissão da Identificação Única dos brasileiros. A estimativa de sub-registro civil de nascimento caiu significativamente nos últimos dez anos: foi de 18,8%, em 2003 para apenas 1%, em 2014, de acordo com dados do IBGE.

j) Diversidade Religiosa

O Governo Federal tem realizado ações que visam promover o respeito às diferentes crenças, à liberdade de culto e à garantia da laicidade do Estado. Em 2015, deu-se continuidade às ações de articulação para a criação de colegiados de respeito à diversidade religiosa nos Estados: RJ, RS, TO e MG. Foram realizadas reuniões de articulações em outros seis Estados (ES, PE, PB, SP, CE e GO) e no Distrito Federal, a fim de avançar nas implementações. Para 2016, está previsto o lançamento do "Relatório sobre Intolerância e Violência Religiosa", documento a ser organizado a partir de informações coletadas junto a órgãos públicos, órgãos de comunicação e oriundas pesquisa de campo.

k) Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos

A Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos realizou 322.999 atendimentos, sendo que 135.663 (42%) referem-se ao registro de denúncias de violações de direitos humanos. Durante o ano, a Ouvidoria ampliou seus canais de diálogo com os cidadãos e as cidadãs com novos canais de atendimento e acolhimento de denúncias além do reconhecido Disque Direitos Humanos – Disque 100 com 129.348 denúncias; a Ouvidoria *Online,* com 6.005 denúncias e o Clique 100, com 310 denúncias, numa média de 371,68 denúncias/dia e 270.524 encaminhamentos aos órgãos da rede de proteção integral de direitos humanos e ao sistema de justiça.

No que diz respeito às denúncias, a maior parte delas estão relacionadas a crianças e adolescentes (59,20%), seguida das relativas à pessoa idosa (24,19%). Em novembro de 2015 foi realizada a implantação da nova operação do serviço na cidade de Salvador/BA e ainda, em dezembro, durante a abertura da 3º Conferência Nacional da Juventude, foi lançado o módulo igualdade racial e o Disque 100 passa a receber denúncias de racismo.

Em 2015, foi lançado o Pacto Nacional de Enfrentamento às Violações de Direitos Humanos na Internet – #HumanizaRedes, programa interministerial que visa instituir uma rede nacional de prevenção e de enfrentamento às violações de direitos humanos na Internet, com vistas a promover mais segurança e uso responsável no acesso à Internet e às redes sociais.

Para 2016, a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos pretende: i) executar o projeto de equipagem das Ouvidorias de Polícia do Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia (FNOP); ii) ampliar o programa interministerial #HumanizaRedes; iii) ampliar o trabalho da Comissão Interministerial de Enfrentamento a Violência contra LGBT; iv) implantar a nova versão do Sistema de Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (Sondha); e v) implantar o comitê gestor do Disque Direitos Humanos – Disque 100.

l) Atuação e Cooperação Internacional

O Brasil enviou, em 2015, 24 relatórios à Comissão Interamericana de Direitos Humanos e à Corte Interamericana de Direitos Humanos em casos de denúncia contra o Estado brasileiro admitidos por aqueles órgãos. Os relatórios prestam informações sobre fatos relatados nas denúncias e medidas adotadas para reparar e evitar novas violações.

No plano dos blocos regionais, deu-se a continuidade à cooperação com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), com o Instituto de Políticas Públicas de Direitos Humanos do Mercosul (IPPDH) e com a União Europeia. Na CPLP, foram executadas ações em Moçambique, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Guiné Bissau, Timor Leste e Angola, no âmbito do projeto de cooperação "Fortalecimento da capacidade política e institucional de agentes governamentais e não governamentais para promoção e defesa dos direitos das pessoas com deficiência". Realizaram-se, em 2015, duas missões de prospecção a Cabo Verde e a São Tomé e Príncipe, e três missões de capacitação a Moçambique, a Cabo Verde e a São Tomé e Príncipe. Nessas, foram capacitados 60 agentes governamentais e 60 não governamentais. Deverão ser realizadas, em 2016, as ações nos demais países – Timor Leste, Guiné Bissau e Angola – e, uma vez concluída a iniciativa, será apresentada proposta de nova ação de cooperação para o acompanhamento dos resultados obtidos.

m) Promoção e Valorização da Cultura em Direitos Humanos

No âmbito da educação em direitos humanos, o Governo Federal desenvolveu as seguintes ações no ano de 2015: i) organização da 21ª Edição do Prêmio Direitos Humanos; ii) disseminação dos referenciais do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) e das Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos; iii) mapeamento dos Comitês de Educação em Direitos Humanos nos Estados e Municípios; iv) fomento a projetos de capacitação em Direitos Humanos, assim como o desenvolvimento de ações de educação em direitos humanos no âmbito do ensino não-formal; v) incentivo às instituições de educação superior para o desenvolvimento de estudos e pesquisa na área da educação em direitos humanos; vi) apoio para publicações e produção de materiais relativos à educação em direitos humanos; vii) promoção da 10ª Mostra Cinema e Direitos Humanos nas 26 capitais e no Distrito Federal; e viii) realização das Caravanas de Educação em Direitos Humanos.

Para 2016, estão previstas as seguintes ações: i) realização do V Prêmio Nacional de Educação em Direitos Humanos; ii) revisão do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos; e iii) realização do Seminário Nacional de Educação em Direitos Humanos.

n) Monitoramento das Políticas Públicas de Direitos Humanos

O ano de 2015 destacou-se pela divulgação de dados referentes às estruturas, às políticas públicas e aos programas de direitos humanos no Brasil, constantes da Pesquisa de Informações Básicas Estaduais (Estadic 2014) e da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic 2014). Tal parceria, firmada nos anos de 2009 e 2011, possibilitou traçar uma série histórica da evolução das estruturas e da política de direitos humanos nos Municípios e nos Estados, com destaque para seção específica sobre Conselhos de Direitos Humanos e outras instâncias participativas municipais, estaduais e do Distrito Federal.

Além disso, no âmbito da construção do Sistema Nacional de Indicadores em Direitos Humanos (SNIDH), foram lançados os indicadores para os Direitos Humanos à Participação Social em Assuntos Públicos e atualizados os indicadores do Direito Humano ao Trabalho e Alimentação Adequada.

7. Previdência Social

a) Promover Ações de Inclusão e Permanência nos Sistemas Previdenciários

No âmbito do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), em valores corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) a preços de novembro de 2015, a arrecadação líquida previdenciária acumulada de janeiro a novembro foi de R$ 313,2 bilhões, uma diminuição real de 5,9% em comparação com o mesmo período do ano de 2014. O valor acumulado com pagamento

de benefícios previdenciários, incluindo sentenças judiciais e pagamento da compensação previdenciária entre o regime geral e os regimes próprios, foi de R$ 404,6 bilhões, aumento real da ordem de 1,5% em relação ao mesmo período de 2014. Dessa forma, a necessidade de financiamento no período de janeiro a novembro de 2015, em valores corrigidos pelo INPC, foi de R$ 53,2 bilhões, aumento de 67,9% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Em valores nominais, a arrecadação líquida, de janeiro a novembro de 2015, foi de R$ 301,5 bilhões, um aumento de 2,7% em comparação com o mesmo período de 2014. Já a despesa com benefícios cresceu 10,8%, na mesma comparação, alcançando R$ 390,4 bilhões no período de janeiro a novembro de 2015. A necessidade de financiamento do RGPS foi, de janeiro a novembro de 2015, em valores nominais, de R$ 52 bilhões.

Conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/IBGE) 2014, a cobertura previdenciária da população ocupada na faixa dos 16 aos 59 anos chegou a 72,6%, registrando, pela primeira vez, igualdade de cobertura previdenciária entre mulheres e homens. Ainda, de acordo com cálculos elaborados a partir dos microdados da Pnad, a proteção social da população idosa, com idade de 60 anos ou mais, foi de 81,7%, em 2014. O Microempreendedor Individual (MEI) e o grupo de donas de casa, ou contribuintes segurados facultativos de baixa renda, atingiram, respectivamente, o número de 5,7 milhões de trabalhadores inscritos até dezembro 2015, e 370.847 contribuintes em novembro de 2015.

A Pnad/IBGE 2014 demonstrou ainda que existem 24,7 milhões de trabalhadores regidos pelo RGPS desprotegidos. Esses dados não consideram aqueles em situação de desemprego ou fora da População Economicamente Ativa (PEA), por desalento ou precariedade.

No tocante à Previdência Social do Servidor Público, atualmente existem 2.079 Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal, pelas Capitais e por, aproximadamente, um terço dos demais Municípios, sobretudo os de maior porte. A cobertura deste público específico chega a cerca de dez milhões de beneficiários, considerando servidores ativos, aposentados e pensionistas.

a.1) Aprimorar as Informações sobre o Perfil do Cidadão e o Mercado de Trabalho

Em 2015, foram realizadas: i) melhorias na arquitetura e na plataforma cadastrais e implantado o Painel do Cidadão, permitindo acesso célere e completo aos dados previdenciários do cidadão; ii) aprimoradas informações das contribuições recolhidas por meio de Guia da Previdência Social, identificando contribuições fora do padrão e que necessitam de complementação de valores; iii) criados processos e rotinas de recepção das informações do simples doméstico; iv) integrado o banco de dados do Registro Geral da Pesca para atender o benefício do seguro defeso e dar continuidade ao processo de reconhecimento automático de direito para o segurado especial; v) realizado aperfeiçoamento técnico de servidores no processo de constituição da base de dados cadastrais com reformulação do conteúdo de ensino a distância; e vi) efetivada a migração tecnológica completa das ferramentas de consulta e atualização de dados do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS).

Para 2016, a previsão é de implantar o Sistema de Escrituração Digital das Informações Trabalhistas no (e-Social) e concluir a implantação do Sistema Nacional de Informações de Registro Civil (Sirc), trazendo maior segurança às informações constantes no CNIS e ao processo de reconhecimento de direito e controle da folha de pagamento.

A previsão é que sejam agregadas, dentre outras, as seguintes funcionalidades: i) construção de sistema analítico e de gestão das informações da pessoa física; ii) continuidade do processo de interoperabilidade das bases governamentais para composição do

cadastro do segurado especial; e iii) finalização da implantação nacional do Sirc, com a substituição do Sistema Informatizado de Controle de Óbitos (Sisobi), cuja finalidade é: i) aprimorar a cessação de benefícios nos casos de óbito; ii) disponibilizar dados do Registro Civil para o CNIS e processos de reconhecimento e manutenção de direitos aos benefícios; e iii) utilizar como a base biográfica do Registro de Identidade Civil (RIC) ou do Registro Civil Nacional (RCN).

O e-Social unificará uma série de informações sobre saúde e segurança do trabalhador, as quais se encontram, atualmente, em formulários diversos, substituindo os atuais formulários da Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) e do Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP), além de permitir uma melhor gestão dos riscos decorrentes do trabalho e dos afastamentos laborais, não apenas nas grandes, mas também nas pequenas e microempresas. A previsão é que este módulo do e-Social seja obrigatório para as grandes empresas no ano de 2016 e para as demais empresas no ano de 2017. Com estas medidas, a Previdência Social contará com melhor instrumentalização para o reconhecimento de direitos previdenciários acidentários do trabalho, aposentadoria especial e reabilitação profissional.

Também prevê-se, para o ano de 2016, o início do desenvolvimento de um módulo específico para órgãos públicos, em especial os vinculados a RPPS para garantir a qualidade dos dados na construção do Cadastro Nacional de Informações Sociais dos Servidores Públicos (CNIS/RPPS). Isso possibilitará a construção e a manutenção do banco de dados atualizado e consistente, além de permitir a geração de informações advindas de tratamento e cruzamento de dados do servidor vinculado aos RPPS da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, suas autarquias e fundações, no âmbito dos três poderes, com outras bases de dados, para a gestão do passivo dos seus RPPS, permitindo a redução dos riscos de pagamentos indevidos quanto ao acúmulo de cargos, desobediência ao teto remuneratório, conferência com a base de óbitos e melhor dimensionamento dos compromissos atuariais dos planos.

Em relação ao Regime de Previdência Complementar (RPC), foi realizado, em 2015, um estudo para diagnosticar o nível de conhecimento financeiro e previdenciário dos participantes de Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC). Com este estudo, além de levantar o diagnóstico do nível de conhecimento dos participantes, buscou-se oportunidades para o aperfeiçoamento das políticas de educação financeira e previdenciária.

a.2) Fortalecer a Educação Previdenciária com Foco na Inclusão e Fidelização

O Programa de Educação Previdenciária (PEP) tem estimulado o fortalecimento do diálogo social e a inclusão de conhecimentos na educação básica, no ensino profissionalizante e no ensino de jovens e adultos. Em 2015, foram realizadas 5,2 mil ações de educação previdenciária, beneficiando mais de 491 mil pessoas, e 973 pessoas passaram por processo de formação para atuar como disseminadores de conhecimento e das informações previdenciárias.

Durante a Semana de Educação Financeira (Semana ENEF), que ocorreu em março de 2015, foram desenvolvidas 19 ações com público de 1.463 participantes. Em outubro de 2015, teve início a execução do projeto "Programa de Educação Financeira e Previdenciária no âmbito da Previdência Complementar: Uma análise acerca da efetividade e possíveis contribuições para o fomento do RPC", em cooperação com a União Europeia. A publicação eletrônica do material será realizada em 2016.

Os programas e as ações de educação financeira e previdenciária executados pelas EFPC passaram a ser objeto de acompanhamento pela fiscalização e incluídos como critérios afirmativos no Programa Anual de Fiscalização (PAF).

Em 2015, iniciou-se o desenvolvimento de curso a distância para a formação de conselheiros fiscal e deliberativo das EFPC, buscando a profissionalização da gestão dos fundos de pensão, cuja implementação está prevista para 2016.

b) Promover a Melhoria da Qualidade dos Serviços Previdenciários

b.1) Promover o Reconhecimento Automático de Direito

No primeiro semestre de 2016, o estudo realizado para a validação do Índice de Funcionalidade Brasileiro (IF-BrA), instrumento pericial utilizado para fins de concessão da aposentadoria da pessoa com deficiência instituída pela Lei Complementar nº 142, de 8 de maio de 2013, deverá ser concluído pela Fundação Universidade de Brasília. O produto desta cooperação será utilizado para analisar a necessidade de revisão deste instrumento.

Em 2015, foi desembolsado R$ 1,6 bilhão referente à Compensação Previdenciária, correspondendo a cerca de 306 mil requerimentos de compensação previdenciária pagos. Já os entes federativos pagaram à Previdência Social (RGPS como regime instituidor) R$ 166 milhões, correspondendo a 21 mil requerimentos.

Quanto aos valores de estoque pagos somente aos Municípios, foram desembolsados R$ 64 milhões, ficando um saldo devedor para 2016 de R$ 375 milhões, correspondente a cerca de 46 mil requerimentos. Em contrapartida, a Previdência Social recebeu dos entes federativos cerca de R$ 1 milhão.

Foi publicada a Lei nº 13.135, de 17 de junho de 2015, que alterou dispositivos que regem os benefícios de pensão por morte – no RGPS e no Regime Próprio dos servidores federais – e do auxílio-doença no RGPS. As principais alterações na pensão por morte no RGPS e no Regime Próprio dos servidores federais tratam da exigência de carência para concessão do benefício, introduzindo um tempo mínimo de união ou casamento e de tempo máximo de duração do benefício. No RGPS houve mudança, também, no cálculo do valor do benefício. Em relação ao auxílio-doença do RGPS, houve alterações no tempo de afastamento do segurado para ter o direito a receber o benefício e no cálculo do valor. A Lei nº 13.183, de 4 de novembro de 2015, estabeleceu uma nova fórmula de cálculo para aposentadoria por tempo de contribuição. O novo cálculo para esse tipo aposentadoria estabelece a fórmula 85/95, que representa a soma da idade da pessoa e do seu tempo de contribuição para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), sendo 85 pontos para mulheres e 95 para homens. O segurado que se enquadrar nesse novo parâmetro tem o direito a receber a aposentadoria integral.

b.2) Aperfeiçoar as Decisões e Minimizar as Ocorrências de Litígios

Em 2015, as normas administrativas foram atualizadas em relação às alterações legislativas e às matérias pacificadas no âmbito dos Tribunais Superiores, conferindo maior segurança às decisões administrativas.

Para 2016, pretende-se intensificar o projeto de implantação da Data de Cessação de Benefício (DCB) na esfera judicial, com a adequação dos fluxos processuais para possibilitar a prorrogação dos benefícios de auxílio-doença. Para tanto, serão feitas tratativas com o Poder Judiciário que levem à fixação da DCB em laudos médicos judiciais e decisões judiciais. Integrarão o projeto medidas para a uniformização dos laudos judiciais e autorizações para propostas de acordos pela Procuradoria-Geral Federal.

Ainda no contexto de aperfeiçoamento das decisões, atuou-se na implantação administrativa das alterações legislativas trazidas pela Lei nº 13.135, de 17 de junho de 2015, tratando do seguro-desemprego para pescador artesanal, bem como as alterações do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999.

No que tange à Previdência do Servidor Público em ações relacionadas ao Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP), foram elaboradas, em 2015, 310 informações em processos judiciais e 154 pareceres em resposta a consultas recebidas, visando orientar os entes federativos e subsidiar a defesa da União em processos judiciais.

No que se refere aos órgãos colegiados, em 2015, a Previdência Social logrou êxito no julgamento de todos os recursos administrativos de 1ª instância que se encontravam em estoque, alcançando marco inédito na história do órgão. O quantitativo de recursos pendentes na 2ª instância reduziu significativamente devido à gestão de acompanhamento e à colaboração de todos os integrantes do órgão. Para 2016, espera-se concluir o julgamento do passivo de recursos de 2ª instância, e, visando simplificação e excelência dos processos de trabalho, serão desenvolvidas ações de melhoria das decisões proferidas e de redução do tempo de tramitação dos processos de recursos no âmbito das unidades julgadoras.

Na esfera do Regime de Previdência Complementar, até dezembro de 2015, foram publicadas oito Resoluções. Tais normas alinham-se aos objetivos estratégicos do Regime, como o fomento, a segurança e a melhoria da gestão. Das resoluções publicadas, cinco versam sobre: i) o ajuste nas regras de precificação de ativos dos planos de benefícios decorrentes da dinâmica econômica e demográfica; ii) a possibilidade de contratação externa de operações de seguro para riscos; iii) a habilitação e a certificação de dirigentes; iv) a ampliação das regras de acesso aos planos constituídos por instituidores; e v) a resolução que trata da possibilidade de resgate parcial em planos instituídos e recomendação relativa à adoção de critérios de investimento socialmente responsável que contribuam com a promoção do trabalho decente.

Em paralelo, a Câmara de Recursos da Previdência Complementar (CRPC) realizou nove Reuniões Ordinárias e julgou 29 recursos, apreciou 46 processos administrativos e julgou 22 embargos de declaração.

b.3) Garantir o Pagamento de Benefícios com Qualidade

Para a garantia do pagamento de 32,7 milhões de benefícios, que compreendem 28,2 milhões de benefícios do RGPS, 4,4 milhões de benefícios assistenciais da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e 63 mil benefícios do Programa Encargos Previdenciários da União, o contrato com 18 instituições financeiras, que dispõem de 46 mil órgãos pagadores distribuídos por todo o País, foi mantido em 2015.

Em agosto de 2014, foi realizado novo pregão para estabelecer a ordem de preferência das instituições bancárias para efetuar o pagamento dos benefícios concedidos no período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2019. O valor máximo por lote foi de R$ 14,21 por benefício pago. Dessa forma, até 31 de dezembro de 2015, foram arrecadados R$ 444,4 milhões.

De forma a completar o processo de reconhecimento e manutenção dos direitos previdenciários, está em desenvolvimento o Sistema Integrado de Benefícios II (SIBE II) que, integrado aos produtos do Sistema Integrado de Benefícios (SIBE I) e ao Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), atenderá às novas necessidades da gestão da folha de pagamentos, desde o requerimento até o pagamento do benefício. Na mesma esteira de propósito, desenvolveu-se o Sistema de Pagamento de Benefícios (SISPAGBEN), que compreende todo o processo de pagamento, confrontando dados físicos com os financeiros e de controle da receita da folha de pagamento de benefícios.

Os novos sistemas englobarão conceitos de melhor gestão da folha de pagamento, reduzindo prazos, ampliando controles com vistas à segregação da gestão da folha de acordo com a origem orçamentária dos benefícios do RGPS e da assistência social, dos Encargos Previdenciários da União e dos Pagamentos de Encargos Previdenciários do Exterior decorrentes do Acordo Multilateral do Mercosul.

Em 2015, a Previdência Complementar, sob o contexto da Supervisão Baseada em Risco (SBR), foi marcada pelo aprimoramento do monitoramento do mercado de previdência complementar fechada. Para o exercício de 2016, o foco continuará no aperfeiçoamento da supervisão por meio do aprimoramento dos mecanismos de mitigação e compartilhamento de riscos, bem como no avanço de novas modelagens de planos de benefícios, com o intuito de fortalecer e promover a expansão do sistema de previdência complementar à população ainda não coberta, assegurando a aposentadoria para um número cada vez maior de participantes e a manutenção do padrão de vida alcançado durante a vida laboral.

b.4) Promover o Acesso à Informação de Forma Transparente e Tempestiva

O Serviço de Informação ao Cidadão (SIC-PS), iniciado em maio de 2012, é parte do projeto de Gestão da Informação Corporativa (GIC). Desde então, recebeu 25.921 mil solicitações de informação. De janeiro a dezembro de 2015, foram 5.630 solicitações com tempo médio de resposta ao cidadão de 9,68 dias e baixo número de interposição de recursos.

Em 2015, foram cadastradas, na Ouvidoria da Previdência Social, 254.130 manifestações, refletindo uma média de 21.178 manifestações mensais. Cerca de 56% dos registros foram respondidos em primeira instância, em um tempo médio de 7,8 dias.

Com o objetivo de melhorar a gestão do atendimento, proporcionando maior celeridade ao reconhecimento de direito e simplificação de acesso ao cidadão, encontram-se em andamento a modernização e a atualização tecnológica dos Sistemas de Agendamento e de Requerimento Eletrônico. A Central de Teleatendimento 135 e a Agência Eletrônica no sítio da Previdência Social foram atualizadas com novos roteiros e mapas de navegação.

No final de 2015, a partir de propostas formuladas durante consultoria para revisão de processos contratada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), que contou com a adesão do Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS) e que priorizou a área de orientação, supervisão e acompanhamento dos Regimes Próprios de Previdência Social, foram reformulados o modelo de atendimento e o *layout* dos dados a eles referentes, disponibilizados no sítio da Previdência Social, proporcionando sensível melhoria no acesso às informações pelos gestores dos RPPS.

Em outubro de 2015, foi publicada a Coletânea de Normas atualizada com o intuito de promover políticas de sustentabilidade do Regime de Previdência Complementar e ampliar a informação acerca das normas aplicáveis ao segmento.

Em 2015, foram publicadas no sítio da Previdência Social as ementas, as decisões, os relatórios e os votos de cada um dos recursos julgados pela Câmara de Recurso de Previdência Complementar (CRPC), conferindo maior transparência às decisões da instância recursal.

b.5) Ampliar e Modernizar a Rede de Atendimento da Previdência Social

Em continuidade ao Projeto de Expansão da Rede de Atendimento (PEX), em 2015, foram inauguradas 14 novas Agências da Previdência Social (APS), concluindo 373 unidades das 720 previstas no projeto. A abertura das novas Unidades beneficiou cerca de 12 milhões de cidadãos, que passaram a contar com uma APS em seu Município de residência, reduzindo a necessidade de deslocamento e ampliando o acesso aos direitos previdenciários.

Diante da necessidade de manutenção da rede de atendimento existente, associada à dificuldade de provimento de servidores para atender as novas unidades, dentre outros, os esforços foram concentrados na conclusão das obras iniciadas, que contabilizam 90 unidades, 30 delas em fase final de instalação e com previsão de inauguração em 2016.

c) Fomentar Políticas e Ações de Sustentabilidade dos Regimes Previdenciários

c.1) Aprimorar e Mitigar os Efeitos da Incapacidade Laboral

Em 2015, ocorreram mudanças dos processos de avaliação da capacidade laboral, resultando na qualificação da avaliação inicial, celeridade do processo de prorrogação dos benefícios por meio da recepção administrativa dos atestados emitidos por médicos assistentes, incentivo à avaliação dos benefícios por equipe multiprofissional e aprimoramento da reabilitação profissional.

A Lei nº 13.135, de 2015, garantiu inovações no processo de concessão dos benefícios por incapacidade, possibilitando a celebração de convênios com o Sistema Único de Saúde (SUS) para a realização de perícias médicas em locais remotos, nos quais o INSS não consegue atender seus segurados. No ano de 2015, foram concedidos cerca de 2,3 milhões de benefícios por incapacidade e mais de 26 mil auxílios-acidente.

No que tange à reabilitação profissional, até dezembro de 2015, foram reabilitados mais de 13 mil beneficiários.

O serviço social se faz presente nas agências da Previdência Social por meio de 805 equipes. Até dezembro de 2015, realizou 572.014 atendimentos técnicos, e 351.634 avaliações sociais de pessoas com deficiência, requerentes do Benefício de Prestação Continuada (BPC/LOAS), resultando em 136.920 benefícios assistenciais concedidos no mesmo período.

Para 2016, objetiva-se concretizar mudanças no modelo de acesso e manutenção do benefício por incapacidade, reduzindo o tempo de espera na análise dos pedidos e os gastos retroativos com a manutenção de benefícios em casos que a capacidade laboral do beneficiário já possa ter sido restabelecida. A previsão para 2016 é a reabilitação de 16,8 mil pessoas, além da simplificação e da agilização do reconhecimento da incapacidade para o trabalho.

c.2) Otimizar a Supervisão, a Fiscalização e o Licenciamento das Entidades Fechadas de Previdência Complementar e dos Regimes próprios

Em 2015, os 2.079 RPPS instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios administram um patrimônio de mais de R$ 180 bilhões. Desses, R$ 109 bilhões estão aplicados nos mercados financeiros e de capitais e R$ 60 bilhões em outros bens, valores e direitos, em fundos constituídos por imóveis, direitos de créditos decorrentes de *royalties*, participações especiais e compensações financeiras e R$ 11 bilhões em parcelamentos de débitos. Para intensificar a fiscalização dos RPPS, foi instituída a metodologia para construção de matriz de risco, visando aprimorar os procedimentos de planejamento das auditorias diretas, além da revisão dos procedimentos de realização dessas auditorias por meio da publicação de um novo manual.

Em 2015, foram realizadas 378 auditorias diretas e 47 representações administrativas enviadas a outros órgãos de controle e fiscalização, sendo instaurados 236 processos administrativos e emitidas 682 decisões relativas a defesas, recursos ou justificativas apresentadas.

No que se refere à supervisão dos investimentos de recursos dos RPPS, que visa garantir a integridade do patrimônio previdenciário e o controle dos riscos, foram efetuadas, em 2015, 911 análises das carteiras de investimento.

Sobre o acompanhamento e a supervisão da evolução do equilíbrio financeiro e atuarial dos RPPS, foram efetuadas 1.628 análises, sendo que 776 indicaram que as informações sobre as avaliações atuariais ou notas técnicas atuariais eram consistentes, para

186 foram apontadas irregularidades e foram emitidos 666 despachos relativos à análise de pendências. Para a modernização do Sistema de Informações dos Regimes Públicos (Cadprev), foi desenvolvido um novo módulo do Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial (DRAA), com o objetivo de melhorar a captação das informações sobre a situação atuarial desses regimes.

A intensificação da fiscalização dos RPPS também está sendo promovida por meio de acordos de cooperação técnica celebrados com os Tribunais de Contas dos Estados (TCE) e Municípios (TCM), de forma a potencializar a ação fiscalizadora e corretiva, sendo que os acordos celebrados, em 2015, alcançaram cerca de 40% dos tribunais existentes. Participou-se também, em parceria com o Tribunal de Contas da União (TCU), no desenvolvimento de curso de auditoria de RPPS voltado a técnicos e auditores dos tribunais estaduais, além de contribuir para a formatação da ação coordenada entre os TCE, TCM e o TCU, que terão por foco a regularidade da gestão dos RPPS.

O modelo de supervisão das Entidades Fechadas de Previdência Complementar está passando por um processo de atualização para melhor se adequar aos princípios de Supervisão Baseada em Risco (SBR), sendo trabalhado o aperfeiçoamento dos processos internos do sistema de previdência complementar fechado. O novo Programa de Supervisão irá incorporar mecanismos de inteligência ao processo de supervisão, de forma proativa, antecipando os fatos.

c.3) Fortalecer os Controles Internos, o Combate às Fraudes, a Gestão de Riscos e a Segurança Institucional

Em 2015, a Previdência Social publicou a metodologia de gerenciamento de riscos, caracterizada pela aplicação sistemática de políticas, metodologias, melhores práticas de infraestrutura e do gerenciamento de riscos por meio das atividades de comunicação, consulta, estabelecimento do contexto, na identificação, na análise, na avaliação, no tratamento, no monitoramento e na análise crítica dos riscos que afetam uma gestão de qualidade. A metodologia de gerenciamento de riscos demonstrou sua eficácia, sendo aplicada para todos os processos de novas contratações, nos processos de trabalho modelados e nos projetos em curso. Espera-se, em 2016, a realização da análise de riscos nos processos de trabalho das entidades vinculadas.

Também em 2015, houve avanços no desenvolvimento de projeto de aprimoramento dos processos de gerenciamento de custos, com o principal objetivo de alavancar o modelo de inovação institucional, o monitoramento e a avaliação do desempenho institucional, de forma a subsidiar continuamente a tomada de decisão da alta gestão. A base de mensuração de custos segue uma estrutura única e aderente ao Sistema de Informações de Custos do Governo Federal (SIC).

Em 2015, foram desenvolvidas atividades aprovadas no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (Paint), resultando na conclusão de 644 ações de auditoria programadas e 16 de caráter especial, contribuindo para a efetividade e a eficiência da governança, da gestão de riscos e do fortalecimento do processo de controle. Nesse intuito, também foram formuladas 96 recomendações em âmbito estratégico.

Foi instituído o Comitê Permanente de Controle Interno do INSS, cuja finalidade é: i) gerenciar o cumprimento das demandas dos órgãos de controle interno e externo; ii) propor políticas de controle interno; iii) promover a gestão de riscos no âmbito do INSS; e iv) acompanhar o desenvolvimento ou a implantação de assuntos estratégicos definidos pela Presidência do INSS ou pela maioria absoluta do Comitê Permanente de Controle.

Para 2016, espera-se: i) melhorar a gestão por processos orientada para resultados; ii) garantir a eficiência no tratamento das recomendações e determinações dos órgãos de controle; iii) utilizar recursos de maneira eficaz para o alcance dos resultados

institucionais; iv) dar efetividade ao monitoramento do processo e cumprimento dos prazos de respostas; v) propiciar efetividade e eficiência da governança, gestão de riscos e processo de controle; e vi) apoiar a gestão pública.

Ainda em 2015, foi instituído o Comitê Estratégico de Gestão e Inovação Institucional com o objetivo de propor políticas e diretrizes destinadas à racionalização do uso dos recursos públicos, à promoção do aperfeiçoamento da gestão pública, e de sua implementação, com vistas à melhoria dos padrões de eficiência, eficácia, efetividade, transparência e qualidade da gestão pública e dos serviços prestados à sociedade brasileira. Espera-se, para 2016, a implementação do Centro de Excelência e Resultados Corporativos da Previdência Social.

c.4) Promover Políticas de Sustentabilidade do Sistema Previdenciário

Em 2015, foram elaboradas propostas de reestruturação do Seguro Contra Acidentes de Trabalho (SAT), de forma a atender o seu equilíbrio financeiro, assim como fomentar as ações de melhoria à saúde dos trabalhadores. Para contribuir com as discussões desta proposta, no âmbito no programa EUROsociAL, desenvolvido pela União Europeia e pelo Brasil, está em curso intercâmbio de experiências entre o Brasil e a Itália na área do SAT.

Em relação ao Fator Acidentário de Prevenção (FAP), em 2015, uma importante alteração foi promovida, passando-se a calcular o referido fator por estabelecimento empresarial e não mais para a empresa, alinhando-se ao entendimento adotado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) para o recolhimento do tributo relacionado ao Grau de Incidência Decorrente dos Riscos Ambientais do Trabalho, bem como alinhando-se com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. Ressalta-se que, em 2015, foram publicadas 853 decisões administrativas referentes ao julgamento eletrônico do FAP de diversas vigências.

Várias iniciativas vêm sendo desenvolvidas visando a promoção da sustentabilidade dos RPPS, com destaque para a criação do Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos RPPS (Pró-Gestão RPPS), pela Portaria MPS nº 185/2015, com implementação prevista para 2016, cujo objetivo é de incentivar a adoção das melhores práticas de gestão previdenciária, que proporcionem maior controle dos seus ativos e passivos e mais transparência no relacionamento com os segurados e a sociedade.

Em atenção à competência institucional de oferta de suporte técnico e esclarecimentos aos entes da Federação acerca das peculiaridades do Regime de Previdência Complementar (RPC), do funcionamento da Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC) e dos Planos de Benefícios, a Previdência Social apoiou tecnicamente os entes federados com vistas à instituição de regime complementar fechado, durante o exercício de 2015. Nesse mesmo ano, observou-se que: i) todos os Estados da região Sudeste já estavam com suas entidades de previdência complementar dos servidores públicos em funcionamento; ii) no Estado da Bahia e do Paraná, as entidades estão em fase de criação; iii) as leis para instituição de previdência complementar para os servidores públicos dos Estados do CE, PE, RO e RS já foram aprovadas; iv) os projetos de lei estão em apreciação nas assembleias do Rio Grande do Norte, de Sergipe e do Distrito Federal; e v) encontra-se em estudo os projetos para implantação nos Estados do PA, MA, PI, PA, AL, SC e GO.

Ainda em relação ao RPC, deu-se prosseguimento à instituição de medidas com o intuito de simplificar procedimentos realizados pelas EFPC, possibilitando a desoneração, sem prejuízo da segurança e do devido acompanhamento necessário dos diversos atores do Sistema de Previdência Complementar Fechada. O objetivo para 2016 é dar continuidade a essas medidas para o sistema de previdência complementar fechado, devidamente fundamentada na supervisão baseada em risco.

No tocante à atuação normativa, foram editadas novas instruções, dentre as quais destacam-se as Resoluções: i) nº 18, de 28 de março de 2006, bem como do ajuste de precificação, de que trata a Resolução nº 26, de 29 de setembro de 2008, ambas do Conselho de Gestão da Previdência Complementar; ii) nº 19, que dispôs sobre os critérios para definição da duração do passivo e da taxa de juros; nº 20, que classificou as EFPCs em perfis, segundo o porte, a complexidade e os riscos inerentes aos planos de benefícios por elas administrados para fins de supervisão; iii) nº 21, que alterou os prazos para envio das demonstrações contábeis, pareceres e manifestação do Conselho Deliberativo à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc); e iv) nº 23, que estabeleceu orientações e procedimentos a serem adotados pelas EFPC na realização dos estudos técnicos.

8. Cultura

O Plano Nacional de Cultura (PNC) estipula eixos, diretrizes e objetivos para a consecução das políticas públicas de cultura para o período de dez anos (2010-2020). Com base no PNC foi formulado o Programa "A Cultura como dimensão essencial do Desenvolvimento no Plano Plurianual PPA 2016-2019". O Programa tem como foco de atuação os blocos temáticos: i) fomento à produção e ao desenvolvimento simbólico e econômico do setor cultural; ii) memória, patrimônio e diversidade cultural; iii) acesso a bens e serviços culturais; e iv) participação social e integração com os entes federados e educação, formação e produção do conhecimento em cultura.

a) Fomento à Produção e ao Desenvolvimento Simbólico e Econômico do Setor Cultural

O fomento à cultura é tratado em sentido amplo, por meio do reconhecimento, do estímulo, do financiamento, do desenvolvimento e do dinamismo empreendedor da produção e fruição cultural e artística, com foco nas esferas simbólica, no campo das artes, do patrimônio e na dimensão econômica da cultura.

Em 2015, foram fomentados projetos nas áreas de artes visuais, música, teatro, dança e circo, com investimentos na ordem de R$ 27 milhões, com a concessão de 208 prêmios: Prêmio Funarte Programação Continuada para a Música Popular, Prêmio Funarte de Apoio a Orquestras, Prêmio Funarte de Dança Klauss Vianna, Prêmio Funarte de Teatro Myriam Muniz, XV Prêmio Funarte Marc Ferrez de Fotografia, Prêmio Funarte de Arte Contemporânea, 8º Prêmio de Artes Plásticas Marcantonio Vilaça, dentre outros.

No mês de outubro, foi realizada a 21ª Bienal de Música Brasileira Contemporânea, que premiou 37 obras e apresentou 67 composições inéditas para solistas, orquestras, conjuntos instrumentais e/ou vocais. Já o selo Edições Funarte publicou seis obras voltadas à divulgação, à memória e à reflexão sobre as políticas para as artes no Brasil e suas respectivas linguagens artísticas – música, teatro, dança, circo e artes visuais, por meio de publicações de títulos inéditos, reedições e/ou traduções.

O Prêmio Funarte de Composição Clássica, conferido a cada dois anos, selecionará, em 2016, por meio de edital, 37 obras e encomendará 30 obras, divididas em seis categorias: i) orquestra sinfônica; ii) orquestra de câmara e orquestra de cordas, com ou sem solista; iii) conjuntos de seis a dez intérpretes; iv) conjuntos de três a cinco intérpretes, incluindo obra para coro; v) duos; e vi) solos, incluindo música acusmática. As obras serão expostas na 22ª Bienal de Música Brasileira Contemporânea, a se realizar em 2017. Ainda para 2016, está prevista a doação de 25 conjuntos de iluminação cênica a instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos como forma de contribuir para a melhoria técnica e artística de espaços voltados à prática de atividades cênicas.

O Programa Brasil de Todas as Telas, criado em 2014, financia o desenvolvimento de projetos audiovisuais, produção de filmes para cinema e séries para a televisão, capacitação e formação de mão de obra, desenvolvimento setorial e regional, além de ações voltadas ao setor de exibição cinematográfica abrangidas pelo Programa Cinema Perto de Você.

As iniciativas do Programa foram organizadas segundo um cronograma de lançamento de editais até dezembro de 2016, oferecendo previsibilidade e possibilitando aos agentes econômicos um melhor planejamento das ações relativas à gestão de sua carteira de projetos. Até o momento, o Programa financiou 306 longas-metragens e 433 séries ou telefilmes. As expectativas para 2016 apontam para o desenvolvimento de 620 projetos e a estruturação de 55 núcleos criativos em todas as regiões do País. Também estão programadas novas ações de investimento em distribuição, uma nova linha para a produção de jogos eletrônicos e investimentos na modelagem de um serviço público de Vídeo por Demanda (VoD).

A regionalização do fomento ao audiovisual tem avançado desde o ano de 2014, com a edição de 46 editais em parceria com as unidades da Federação e capitais dos Estados, que alavancaram mais de R$ 100 milhões de investimentos dos entes locais que, somados aos recursos do Fundo Setorial Audiovisual (FSA), totalizam R$ 195 milhões em investimentos. Em outubro de 2015 foi lançada a nova edição dos Arranjos Regionais, com a previsão de aporte de mais R$ 95 milhões do FSA em projetos a serem selecionados em 2016 por entes estaduais e municipais.

Em 2015, foi criada uma linha de produção para TVs Públicas na qual foram selecionados 94 projetos em 26 unidades federativas do País para receberem recursos da ordem de R$ 60 milhões que deverão impactar na produção desse setor no ano de 2016.

No segmento de TV paga, a base de assinantes no País atingiu o número de 19,4 milhões de acessos em outubro de 2015, um decréscimo de 1,3% em relação ao mesmo período de 2014. Até abril de 2015, existiam 145 canais de espaço qualificado em operação, sendo 29 brasileiros. Desde a vigência da Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, a presença do conteúdo brasileiro na TV paga foi ampliada em mais de quatro vezes no horário nobre.

Em 2015, as salas de cinema receberam um público de 169,5 milhões, 8,9% superior a 2014, com receita bruta de R$ 2,3 bilhões e crescimento de 17,7%. Os filmes brasileiros atraíram 21,5 milhões de espectadores, que correspondem a 12,7% do total de ingressos vendidos. Em 2015, foram lançadas 128 produções brasileiras nos cinemas. O parque exibidor brasileiro já conta com mais de três mil salas em funcionamento, sendo 95% delas digitalizadas.

O Programa de apoio à formação, à produção e à difusão audiovisual recebeu, em 2015, investimentos de R$ 4,1 milhões, que permitiram a implantação de novos Núcleos Audiovisuais compostos por Núcleos de Produção Digital (NPD) e espaços de difusão não comercial (Cine Mais Cultura), em cumprimento ao disposto no PNC. Dessa forma, foi alcançado o objetivo de dotar as 26 unidades da Federação e o Distrito Federal com as respectivas bases de equipamentos digitais audiovisuais.

Para 2016, deverá ser ampliado o Programa Programadora Brasil e consolidar o Programa Memória Brasil, por intermédio da contratação de serviços de recuperação, organização, catalogação, preservação, restauro, reprodução e ampliação e difusão de acervos audiovisuais, por meio do licenciamento de títulos para disponibilização por meio dos espaços de exibição não comercial.

Foram investidos R$ 26,7 milhões para a execução de programa de fomento à produção de conteúdo audiovisual com foco na produção regional, na inovação tecnológica e no protagonismo de segmentos étnicos, tais como: i) a implementação do"Curta-Afirmativo 2014-2015: Protagonismo da Juventude Negra na Produção Audiovisual; ii) o apoio à formação, à produção e à difusão de obras audiovisuais indígenas; iii) o apoio aos pontos de mídia livre audiovisuais; e iv) o apoio a produção de longa metragens de baixo orçamento e a longa metragens documentais.

O Canal de Cultura, conforme o Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, entrará em operação durante o ano de 2016, a partir da distribuição de conteúdo por meio de Vídeo por demanda (VoD) e TV *web*.

Em 2015, 6.194 projetos foram apresentados ao mecanismo de incentivo fiscal da Lei Rouanet, dos quais 5.406 foram aprovados pelo Ministério da Cultura, somando autorização para captação de um total de mais de R$ 5,2 bilhões. A região Sudeste concentra 3.578 dos projetos aprovados, 66% do total, seguida pelo Sul (1.085), Nordeste (493), Centro-Oeste (197) e Norte (53).

O número de projetos que efetivaram a captação chegou a 3.083, realizando um investimento de mais de R$ 1,14 bilhão via renúncia fiscal. Os projetos oriundos da região Sudeste ainda predominam, tendo recebido 79% dos recursos captados, repetindo os dados históricos de concentração regional. O Estado de Roraima não consolidou captação, enquanto Acre e Amapá efetivaram apenas um projeto cada.

Por outro lado, o incentivo fiscal, que concentra o maior aporte de recursos dos programas de fomento do Ministério da Cultura, tem possibilitado a realização de importantes projetos artístico-culturais, bem como a recuperação de patrimônios históricos e a manutenção de espaços culturais de grande significância para a cultura nacional. Como exemplo disso, em 2015, 97 instituições de natureza cultural sem fins lucrativos tiveram suas atividades mantidas por meio do apoio a planos anuais, representando um investimento de mais de R$ 164 milhões do Governo Federal. Para 2016, 137 projetos do mesmo tipo já estão aprovados.

Em 2015, foram concedidas 84 bolsas para projetos de produção de textos inéditos, circulação e difusão da literatura; capacitação e qualificação profissional de escritores; e formação e o intercâmbio de escritores. O Prêmio Todos por um Brasil de Leitores apoiou 80 projetos de incentivo à leitura em espaços formais, bibliotecas comunitárias ou pontos de leitura. Para 2016, serão concedidas 40 bolsas de apoio a projetos de circulação de escritores e programação de saraus literários e, ainda, serão apoiados projetos de incentivo à leitura e espaços não formais, bibliotecas comunitárias e pontos de leitura, com previsão de investimento de R$ 1,6 milhão.

No tocante à instalação e à modernização de Espaços Culturais, foi realizada a ampliação e a qualificação de dez bibliotecas públicas, mantidas por entes federados, com vistas a se tornarem referência na área. Além disso, foram selecionadas duas bibliotecas em cada região do País as quais vêm recebendo acervo, equipamento, realização de oficinas, orientações técnicas e capacitação das equipes. Foram premiadas 100 propostas de apoio à modernização e à qualificação de espaços e serviços em biblioteca comunitária ou ponto de leitura. Em 2016, a previsão é de modernização de 17 bibliotecas públicas municipais com recursos da ordem de R$ 4,2 milhões.

O Projeto Mais Bibliotecas identificou os Municípios que ainda não têm bibliotecas ou que se encontram com esses equipamentos fechados e mapeou as bibliotecas públicas do País, resultando na base de dados para o Mapa das Bibliotecas, disponível em www.bibliotecas.cultura.gov.br.

Ainda em 2015, merecem destaque iniciativas na área do livro e da leitura, tais como a concessão do 8º Prêmio VIVALEITURA e a criação ou ampliação de estrutura física para a produção de livros em formato acessível. Essas iniciativas deverão prosseguir em 2016, com o Programa Nacional de Incentivo à Leitura (Proler) e o 9º Prêmio VIVALEITURA.

O Decreto nº 8.469, de 22 de junho de 2015, que regulamenta a Lei nº 12.853, de 14 de agosto de 2013, viabiliza a implementação do sistema de supervisão da gestão coletiva de direitos autorais, de forma a garantir efetivamente que autores e artistas recebam remuneração pelos seus direitos patrimoniais. Merecem destaque, ainda, a construção de proposta de instrumento internacional junto no Comitê Permanente de Direitos de Autor e Direitos Conexos na Organização Mundial da Propriedade Intelectual e a instalação da Comissão Permanente para o Aperfeiçoamento da Gestão Coletiva dos Direitos Autorais.

b) Memória, Patrimônio e Diversidade Cultural

No âmbito da preservação do patrimônio cultural, por intermédio dos empreendimentos do Programa de Aceleração do Crescimento Cidades Históricas (PAC CH), foi dada continuidade a ações iniciadas em 2013 e 2014 de 60 obras em execução, sendo dez obras concluídas e 245 projetos em desenvolvimento em diferentes fases, totalizando R$ 59,9 milhões de investimento em 2015. As obras do PAC CH destinam-se, em sua maioria, a espaços ou monumentos de uso público com vistas à restauração de bens tombados. Ainda em 2015, foram inauguradas obras: i) que requalificam praças (Praça da Alegria, em São Luís/MA); ii) que devolvem bibliotecas para cidades (Biblioteca de Penedo/AL); iii) que reinauguram Escolas de Artes (Escola de Artes Veiga Valle, em Goiás/GO) e Teatros (Teatro Esperança, em Jaguarão/RS); iv) que recuperam mercados públicos (Ver-o-Peso, em Belém/PA e 1º Mercado Público de Porto Alegre/RS); e v) que apoiam o ensino e a pesquisa universitária (Sede da Fundação de Amparo à Pesquisa e Desenvolvimento Científico do Maranhão – Fapema e anexo da Faculdade de História da Universidade Estadual do Maranhão – Uema, ambas em São Luís/MA).

No campo do patrimônio material, em 2015 foram tombados: i) seis jardins de Burle Marx, em Recife/PE; ii) o edifício do Serviço Social do Comércio (Sesc) Pompeia/SP; iii) o conjunto arquitetônico Museu Mariano Procópio, em Juiz de Fora/MG; iv) os prédios das estações telegráficas construídas pela Comissão Estratégica de Linhas Telegráficas de Cuiabá/MT a Porto Velho/RO – Comissão Rondon, em Vilhena e Ji-Paraná/RO; e v) o Terreiro de culto aos ancestrais – OMO Ilê Agboôla em Salvador/BA.

Ainda no âmbito do PAC CH, em 2015, foram investidos em projetos e obras o valor de R$ 53,7 milhões para requalificação arquitetônica e expográfica de 11 museus. Outros oito também receberam ações de requalificação arquitetônica e expográfica com recursos do Fundo Nacional de Cultura (FNC) da ordem de R$ 8 milhões.

As atividades de identificação e reconhecimento do patrimônio cultural do Brasil foram continuadas em 2015, sendo realizados três registros de bens culturais imateriais que receberam o título de Patrimônio Cultural do Brasil: i) Modo de fazer Cuias no Baixo Amazonas; ii) Teatro de Bonecos Popular do Nordeste; e iii) Festa do Pau de Santo Antônio de Barbalha/CE.

Em 2015, foram concedidos 34 prêmios no edital do Prêmio Boas Práticas de Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (PNPI 2015) para ações realizadas pela sociedade civil e 31 prêmios no edital do Prêmio Patrimônio Cultural dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matiz Africana (PNPI 2014).

O Prêmio Teatro de Bonecos Popular do Nordeste – Mamulengo, Babau, João Redondo e Cassimiro Coco, no valor de R$ 900 mil, foi lançado em 2015 e premiou 40 mestres bonequeiros idosos e cinco *in memoriam,* com o objetivo de reconhecer e valorizar a tradição do bem cultural registrado como Patrimônio Cultural do Brasil.

Também foi lançado edital para a Salvaguarda do Ritual Yaokwa do Povo Indígena Enawene Nawe para apoio a projeto do grupo indígena Enawene Nawe, detentores do bem cultural registrado, Ritual Yaokwa, em parceria com a Sociedade de Amigos do Museu do Índio e o Museu do Índio, vinculado à Fundação Nacional do Índio (Funai). O Ritual Yaokwa foi inscrito na lista de Bens em Necessidade de Salvaguarda Urgente, da Unesco, em 2011.

Na política de museus, foi realizada a 13ª Semana Nacional de Museus. Entre os principais resultados estão: i) o envolvimento da comunidade; ii) o aumento de público em 92% em relação ao evento anterior; e iii) o incentivo à realização de novas atividades culturais ao longo do ano. Serão priorizadas, em 2016, as iniciativas de aprimoramento do estudo sistêmico da cadeia produtiva de museus; e a seleção de projetos pelos editais Modernização e Implantação e Fortalecimento de Sistemas de Museus de 2015.

Em 2015, foi iniciada a modernização do Prédio Sede da Biblioteca Nacional, estimada em R$ 10 milhões, com 40% dos recursos do PAC CH e o restante por meio de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Com o objetivo de divulgar e fortalecer a literatura brasileira no exterior, foram concedidas 84 bolsas a editoras e instituições estrangeiras com vistas à tradução ou à publicação de obras de autores brasileiros, bem como a concessão de 23 bolsas de intercâmbio, ampliando a presença do livro brasileiro nas livrarias do exterior e da cultura brasileira nas universidades estrangeiras.

Está previsto, para 2016, o término das fachadas do prédio Sede da Biblioteca Nacional, além da continuação dos projetos: i) captação, preservação e disponibilização de acervos bibliográficos e documentais; ii) de apoio à tradução e à publicação e intercâmbio de autores brasileiros no exterior; iii) no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Pesquisa; e iv) de prêmios literários da Fundação Biblioteca Nacional.

Em 2015, foi regulamentada a Lei nº 13.018, de 22 de julho de 2014, que instituiu a Política Nacional de Cultura Viva (PNCV) tendo sido investidos R$ 25,7 milhões na manutenção e na ampliação das Redes de Pontos de Cultura. Com essa regulamentação, foram implementados novos instrumentos de gestão que ampliam e democratizam a Política Nacional de Cultura Viva, a exemplo do Cadastro Nacional de Pontos de Cultura, que permite a autodeclaração por parte das entidades e dos coletivos culturais, além do Termo de Compromisso Cultural, um instrumento de repasse de recursos específico e mais adequado à realidade das organizações culturais.

A Política Nacional de Cultura Viva presente nas 26 unidades da Federação, no DF e em cerca de mil Municípios ampliou o acesso da população aos meios de produção, circulação e fruição cultural. Em 2015, foram celebradas 23 parcerias e fortalecidas 12 iniciativas para implementação e robustecimento de Redes de Pontos de Cultura.

Em 2016, será realizado o primeiro evento sob a égide do novo normativo legal da PNCV, denominado TEIA Nacional, que representará modificação no conceito e na base social a ser atingida no processo de realização do evento. Estima-se alcançar o público direto de 3,7 mil pessoas entre Pontos de Cultura, Coletivos, Movimentos Sociais e outras organizações culturais. Também serão realizados editais voltados a públicos específicos para a promoção da diversidade cultural, estimados no valor de R$ 10 milhões.

c) Acesso a Bens e Serviços Culturais

Instituído há dois anos, o Programa de Cultura do Trabalhador, o Vale-Cultura, tornou-se um importante instrumento de ampliação de acesso à cultura e de dinamização do mercado cultural interno. O Vale-Cultura, em dezembro de 2015, alcançou cerca de 466 mil beneficiários, por meio de uma rede com mais de 39 mil recebedoras, que são os pontos que aceitam o cartão como forma de pagamento para consumo de bens e produtos culturais. O consumo com o Vale-Cultura já supera a marca de R$ 198 milhões, fomentando as cadeias produtivas da cultura, distribuídas em todo o território nacional.

Os Centros de Arte e Esportes Unificados são constituídos por três tipos de construção de espaços, sendo comum a vocação para agregar as diversas atividades artísticas e culturais em territórios prioritariamente em situação de alta vulnerabilidade social e déficit de equipamentos culturais ou esportivos. Em 2015 foram inauguradas 36 unidades, totalizando 92 centros em funcionamento desde o início do programa em 2012. Planeja-se para 2016 a continuidade dessa ação com o funcionamento de 52 unidades que estão com obras civis concluídas.

Em 2015, foi investido R$ 1,5 milhão em digitalização e disponibilização de arquivos digitais na Internet, ampliando o acesso da população aos documentos que compõem o Acervo Memória Nacional por meio do sítio Biblioteca Nacional Digital (BNDigital), com uma média mensal de 450 mil acessos. Além disso, foram desenvolvidas ações de conservação reparadora e preventiva dos acervos bibliográficos e documentais, preservando nesse ano 478.850 itens constitutivos de acervos que integram o patrimônio cultural brasileiro, acessíveis no portal www.bn.br.

Sobre o tema do Patrimônio Cultural, foi feita a digitalização de 85.250 documentos, adquiridos equipamentos e instalados laboratórios, com vistas a ampliar o acesso aos acervos do Iphan, por pesquisadores e público em geral.

Em 2016, está previsto lançamento do Projeto Memória, que realizará pesquisa e levantamento de informações das dez sessões (2006-2015) dos prêmios Carequinha, Klauss Vianna e Myriam Muniz, desenvolvendo uma plataforma digital para disponibilização ao público. Planeja-se também para 2016, realizar o tratamento e a preservação de documentos arquivísticos e bibliográficos do acervo da Funarte a ser disponibilizado no Portal das Artes para o acesso da população às informações.

d) Participação Social e Integração com os Entes Federados

Em 2015, foi lançado o novo sítio do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC), disponível em www.sniic.cultura.gov.br. Este sítio disponibiliza dados sobre pontos de cultura e informações culturais. Já está no ar a plataforma de Publicações, onde estão sendo reunidos documentos e referências sobre pesquisas na área da cultura. Em 2016, serão acrescentados dados sobre Vale-Cultura, Lei Rouanet, Adesão de Municípios ao Sistema Nacional de Cultura (SNC), contratos e indicadores de acompanhamento do Vale-Cultura.

Em 2016, serão descentralizados para as unidades federativas recursos estimados em R$ 15 milhões para a realização de programas, ações e projetos que integrem transversalmente as políticas para o alcance de objetivos comuns e o fortalecimento do pacto federativo no âmbito do SNC. Todas as unidades da Federação e 2.185 Municípios possuem acordo de cooperação federativa para implementação de sistemas de cultura próprios. Desses, sete Estados e 436 Municípios já possuem suas leis próprias de regulamentação de seus respectivos Sistemas. Em 2016, o apoio a ser concedido por intermédio de editais nas áreas de livro e leitura, audiovisual e diversidade cultural, terão foco nos Municípios que já têm sistemas próprios institucionalizados.

Em outubro de 2015, foram realizadas eleições para compor os Colegiados Setoriais e o Plenário do Conselho Nacional de Políticas Culturais (CNPC). O processo eleitoral dos 17 colegiados setoriais envolveu mais de 70 mil brasileiros, inscritos individualmente, e se encerrou com a realização de três fóruns nacionais. Nesses encontros, foram definidos os integrantes dos colegiados setoriais que compõem o CNPC. Planeja-se, para 2016, iniciar o processo para realização da IV Conferência Nacional de Cultura com ampla participação social e envolvimento de todas as unidades da Federação e de todos os Municípios que aderiram ao SNC, culminando na sua etapa final, em 2017.

e) Educação Artística e Cultural

Desde 2014, está em execução o Programa Mais Cultura nas Escolas (PMCE) fomentando ações que promovem o encontro entre o projeto pedagógico de escolas públicas e experiências culturais e artísticas em curso nas comunidades. O repasse dos recursos é feito por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Na primeira edição, foram aplicados R$ 100 milhões executados em duas parcelas, R$ 50 milhões, em 2014 e R$ 50 milhões, em 2015. Cerca de 67% dos projetos selecionados

foram de escolas cuja maioria dos alunos é beneficiária do Programa Bolsa Família, privilegiando territórios com altos índices de vulnerabilidade econômica e social. O PMCE beneficiou, até dezembro de 2015, cinco mil iniciativas culturais atendendo a cerca de dois milhões de crianças e jovens.

No segmento da educação superior, foi incentivada a criação de planos de cultura nas Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) no âmbito do Programa Mais Cultura nas Universidades. Em 2015, o Programa selecionou planos de cultura contemplando 28 Ifes no total de R$ 5 milhões, em 2015 e previsão de R$ 5 milhões para 2016.

A implementação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) Cultura possibilitou a jovens e aos trabalhadores o acesso à qualificação profissional, fortalecendo as cadeias produtivas da cultura, com a formalização do setor, inclusão profissional e aumento da renda. Este Programa está presente em 228 Municípios de 19 Estados e formou 7.702 pessoas no primeiro semestre de 2015. Nesse período foram homologadas 17.737 vagas, distribuídas em 20 Estados e 232 Municípios, com investimento de R$ 12 milhões. Para 2016, projeta-se a expansão do Pronatec Cultura com a oferta de mais vagas.

Foram concedidos prêmios a iniciativas voltadas para a área de circo, tais como: circos de lona, números, espetáculos, formação, residência artística e pesquisa, no escopo do Prêmio Funarte Carequinha de Estímulo ao Circo, além da concessão de 60 bolsas para formação em artes circenses. Também foram realizadas 50 oficinas de aperfeiçoamento e capacitação das diferentes linguagens artísticas, capacitando 1.650 profissionais.

Ainda em 2015, o Programa Rede Nacional Funarte Artes Visuais, em sua 12ª Edição, concedeu 22 prêmios contemplando projetos de pesquisa, atividades de caráter formativo e experimentações ligadas às artes visuais. Na área de música, foram capacitados 850 profissionais, no escopo dos Painéis Funarte de Bandas de Música e de Regência Coral, criando oportunidades de desenvolvimento profissional, inserção no mercado de trabalho, geração de empregos e renda.

Para o ano 2016, está prevista a concessão de dez prêmios para produção crítica e publicação de trabalhos de pesquisa inéditos (monografias, dissertações, teses ou investigações jornalísticas), que abordem aspectos relativos à música nos campos erudito e popular. Serão ainda selecionados 21 projetos, entre as diversas linguagens e tendências da produção artística, por intermédio do Prêmio Funarte de Arte Contemporânea e distribuídas 60 bolsas a estudantes no curso técnico da Escola Nacional de Circo, por intermédio da Bolsa Funarte para Formação em Artes do Circo. No campo das artes cênicas, serão concedidas 25 bolsas destinadas aos alunos que se destaquem nos centros de formação em artes cênicas do País. Está prevista, ainda, a continuidade do Programa Novas Edições Funarte; a capacitação de 2.970 profissionais da área da música e das artes cênicas; e a promoção do Encontro de Orquestras Ligadas a Projetos Sociais, com vistas a capacitação de 1,4 mil pessoas.

Com relação à área de preservação e memória do Patrimônio Cultural, em 2015, foram impressos e distribuídos 34,9 mil volumes referentes a publicações voltadas para a educação patrimonial. Essa ação contínua proporciona a estudantes, pesquisadores, professores e ao público em geral um conjunto de obras de referência, essencial ao conhecimento do processo de formação do Patrimônio Cultural Brasileiro. Merecem registro nessa área, também, a formação, no ano de 2015, de 67 Mestres em Preservação do Patrimônio Cultural e a realização de 18 pesquisas sobre conservação e restauração de bens culturais.

Em seu 2º ciclo, o Programa Cultura e Pensamento objetiva criar um ambiente favorável à interlocução entre diferentes visões do campo da cultura, aproximando campos sociais, territórios e correntes de pensamento, a fim de ultrapassar a barreira das pesquisas e debates acadêmicos. Em 2015, foram aplicados R$ 2,8 milhões no fomento a iniciativas da sociedade, por meio de edital público, tais como: i) processos colaborativos de metodologias; ii) criação estética; iii) interações culturais ou crítica

cultural; iv) projetos ligados à criação e à qualificação de informações e indicadores, tais como mapas culturais; v) ciclo de seminários; e vi) publicações "Cultura e Pensamento", reunindo reflexões acerca de processos culturais e políticas públicas no Brasil e no mundo.

f) Parcerias e Atuação Internacional

A implantação do Plano Diretor de Internacionalização da Cultura visa estabelecer diretrizes e linhas de ação para a promoção e a consolidação da imagem do País no plano internacional. Assim, aprofundou-se o diálogo bilateral com países como Angola, Colômbia, Chile, Espanha, França, México, Moçambique, Paraguai e Portugal. Foram realizadas: i) missões oficiais; ii) visitas técnicas; iii) participações em feiras, seminários, prêmios, congressos, exposições; e iv) assinatura de acordos e protocolos de cooperação.

Em 2015, o Brasil foi o país convidado de honra no Salão do Livro de Paris, com delegação integrada por 44 escritores. O evento, o mais importante do gênero nos países francófonos, reuniu cerca de 200 mil visitantes, 1,2 mil expositores e 30 mil profissionais da edição de 50 países. A repercussão de público e crítica foi extremamente positiva, consolidando a difusão internacional da literatura brasileira na esteira da participação do Brasil como país convidado na Feira Internacional do Livro de Frankfurt, em 2013.

No campo multilateral, destacam-se: i) a Presidência *Pro Tempore* brasileira do Mercosul Cultural ao longo do primeiro semestre de 2015; ii) o início da execução do Programa Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) Audiovisual, que se estenderá até 2016; iii) a realização do Seminário Internacional "Cultura e Desenvolvimento", em comemoração aos 70 anos da Unesco e dez anos da Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais; e iv) a participação em oito programas ibero-americanos de cooperação cultural.

Entre as ações que serão priorizadas para 2016, estão: i) a realização de Encontro Internacional da Língua Portuguesa com artistas, criadores e representantes da sociedade civil dos países lusófonos; ii) a formulação e a implantação de programa de ações culturais para a presidência brasileira da CPLP (2016-2018); iii) a realização de seminário sobre Políticas Culturais para Áreas de Fronteira e a implantação de ações específicas para essas regiões; iv) a preparação para a participação brasileira no Mercado de Indústrias Culturais do Sul, a ser realizado na Colômbia; e v) a implementação do Projeto Resgate Barão do Rio Branco, que visa identificar, resgatar e difundir documentação manuscrita de relevância histórica do Brasil Colonial e Imperial.

9. Esporte

a) Esporte e Inclusão Social

Em 2015, o Programa Segundo Tempo (PST), por meio do Esporte da Escola, ação realizada em parceria com os Ministérios do Esporte e da Educação, atendeu a 3.432.185 crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social, matriculados em 19.637 escolas públicas de ensino fundamental.

Além destes, 314.450 beneficiados foram atendidos em parcerias com entidades governamentais (Prefeituras, Governos Estaduais e Instituições de Ensino Superior públicas) para a implementação das diversas modalidades do PST, quais sejam: Padrão, Universitário, Navegar e Adaptado, e ainda 16 mil crianças e adolescentes foram atendidos em parceria com o Ministério da Defesa para a realização do Programa Forças no Esporte, que utiliza a infraestrutura de organizações militares.

O Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) beneficiou, em 2015, 371.975 crianças, jovens e adultos, tanto em áreas urbanas quanto em comunidades tradicionais (povos indígenas, quilombolas, populações ribeirinhas, populações rurais, entre outras).

O Programa Vida Saudável (VS), que promove acesso de idosos acima de 60 anos à prática de atividades físicas, culturais e de lazer, beneficiou cerca de 39,9 mil pessoas em 2015.

Todos os programas somados geraram mais de 30 mil postos de emprego, proporcionando um programa de formação continuada presencial e a distância. Destaca-se que grande parte dos monitores e dos agentes sociais de lazer são jovens de até 24 anos.

O Programa REDE CEDES – Centro de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer, ação de fomento e difusão do conhecimento científico e tecnológico, tem por objetivo qualificar as políticas públicas de esporte e lazer. Visando à estruturação do setor em 2015, foi lançado o edital que permitiu a implantação, nas unidades federadas, de 27 Centros de Desenvolvimento de Pesquisas da REDE CEDES como polos aglutinadores de grupos de pesquisa e instituições de ensino superior para produção e fomento do conhecimento na área do esporte e lazer. Além disso, foram apoiados três eventos científicos beneficiando mais de três mil pessoas entre gestores, estudantes e pesquisadores, contando com a participação de representantes de vários países da América Latina e nove eventos de caráter educacional e 18 eventos de participação, beneficiando cerca de 80.414 pessoas de público direto e 254.350 de público indireto.

Na área de apoio a projetos para os povos indígenas, destaca-se a I Edição dos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas, com participação de 24 etnias brasileiras e 23 países, totalizando 2,2 mil indígenas. O evento ocorreu em Palmas/TO, com a presença de cerca de 180 mil pessoas durante toda a programação. O evento contou com a parceria do Comitê Intertribal (ITC), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e com o Governo Estadual de Tocantins e a Prefeitura de Palmas, além da participação de um conjunto de órgãos do Governo Federal.

Ainda na área de apoio a projetos para os povos indígenas foi realizado o I Fórum de Políticas Públicas de Esporte e Lazer para os Povos Indígenas (I Foppelin), beneficiando cerca de 250 representantes dos Povos Indígenas do Brasil (jovens e lideranças de todas as regiões do País), dez pesquisadores, dez estudantes, 30 mediadores indígenas, bem como os Jogos do Xingu que beneficiaram cerca de 400 pessoas de forma direta e seis mil indiretamente.

A participação brasileira nos 6º Jogos Mundiais Militares, realizados em 2015, na Coreia do Sul, contou com uma delegação de 282 atletas militares, que obteve a segunda colocação no quadro geral de medalhas, com 34 medalhas de ouro, 26 de prata e 24 de bronze. Muitos desses atletas possuem índices olímpicos e devem contribuir para o desempenho nacional nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016.

b) Futebol

A publicação da Lei nº 13.155, de 4 de agosto de 2015, é um marco para o esporte brasileiro. Ela estabelece princípios de práticas de responsabilidade fiscal e financeira e de gestão transparente e democrática para entidades desportivas profissionais de futebol. Além disso, institui parcelamentos especiais para recuperação de dívidas pela União, cria a Autoridade Pública de Governança de Futebol (APFUT) e dispõe sobre a gestão temerária no âmbito das entidades desportivas profissionais. A criação da APFUT chega como um marco na gestão das entidades desportivas, com estabelecimento de regras relacionadas à transparência, à garantia e ao aperfeiçoamento da participação democrática em sua direção como forma de fiscalizar e disciplinar o cumprimento das condições de manutenção no Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro (Profut).

No que se refere ao futebol feminino, destaca-se o III Campeonato Brasileiro de Futebol Feminino – Brasileirão, com a participação de 20 equipes esportivas, que contou com o patrocínio da Caixa Econômica Federal e da Confederação Brasileira de Futebol (CBF). Foi realizada a II Copa Brasil Universitária de Futebol Universitário Feminino, em parceria com a Confederação Brasileira de Desporto Universitário (CBDU), envolvendo todas as unidades da Federação. Também encontra-se em andamento a II Copa Brasil Escolar de Futebol Feminino, com a participação de 27 equipes da Federação.

O Grito de Paz reúne ações para valorizar o espetáculo do futebol e conscientizar torcedores de que os estádios são ambientes de celebração e não de violência. Iniciada nos Campeonatos Estaduais de 2015 e mantida no Brasileirão, o Governo Federal realiza uma grande campanha de estímulo a torcidas mistas nos clássicos de futebol, para unir torcedores de Norte a Sul do Brasil. Outra importante iniciativa para o combate à violência foi a atuação da Comissão Nacional de Prevenção e Segurança nos Espetáculos Esportivos (Consegue), que promoveu encontros visando especificamente a prevenção da violência atrelada às torcidas organizadas em todo o território nacional.

Para o ano de 2016, o Ministério pretende: i) apoiar o desenvolvimento do futebol masculino e feminino; ii) implementar políticas que contribuem para o pleno desenvolvimento do futebol no Brasil e para a importância do futebol como instrumento de inclusão social para as jovens atletas; iii) promover o combate à violência nos estádios de futebol e garantia dos direitos do torcedor; e iv) implantar um processo contínuo de melhoria de estádios e arenas com aprimoramento contínuo nas áreas de segurança, acessibilidade, incêndio, engenharia, vigilância sanitária e estabilidade estrutural, dos estádios de futebol.

O Observatório de Apoio ao Futebol, que seria implantado no Estado do Rio de Janeiro, em parceria com o Ministério da Justiça, foi cancelado, e os recursos foram remanejados para implementação do Canal do Torcedor, que disponibilizará acompanhamento da vigência e acesso aos laudos de cada estádio, acompanhamento e validade do Sistema Brasileiro de Classificação de Estádios de Futebol (SBCE), informações adicionais dos estádios, tais como mapas, acessos e demais informações relevantes e espaço *online* para receber os comentários do torcedor, bem como efetivar a plena resposta. A proposta é amparada no Estatuto do Torcedor, Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003, e foi pactuado entre os Ministérios do Esporte e da Justiça, a Confederação Brasileira de Futebol (CBF), o Conselho Nacional de Justiça e ao Conselho Nacional dos Procuradores Gerais do Ministério Público dos Estados e da União.

c) Controle Antidopagem

A luta contra a dopagem no esporte no Brasil teve grandes avanços em 2015, com destaque para a recuperação do credenciamento do Laboratório Brasileiro de Controle de Dopagem (LBCD) por parte da Agência Mundial Antidopagem e a Resolução nº 42 do Conselho Nacional do Esporte, aprovando a Harmonização do Código Mundial Antidopagem com o Código Brasileiro de Justiça Desportiva (CBJD).

A construção da nova sede do LBCD, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), recebeu investimentos de R$ 134 milhões do Governo Federal. Além disso, foram investidos outros R$ 54 milhões na compra de equipamentos e materiais para a operação do laboratório, que foi reacreditado pela Agência Mundial Antidopagem (WADA – sigla em inglês) em maio de 2015, passando a ser o 34º do mundo e o segundo da América do Sul credenciado pela agência. Em ação liderada pela Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem (ABCD), o LBCD começou a trabalhar com passaporte biológico de atletas brasileiros, processo que permite acompanhamento do padrão de sangue ou urina ao longo de um período maior de tempo.

A ABCD, que iniciou suas atividades em 2014, segue trabalhando para consolidar a sua atuação: i) desenvolvendo e implantando a política para o Combate à Dopagem no Esporte e a proteção dos atletas limpos; ii) atuando em informação, educação, prevenção, inteligência e ação; e iii) disponibilizando os mais avançados recursos para o Plano de Testes e para a definição da gama de análises a serem feitas e na educação de atletas.

A ABCD foi chamada a realizar o controle de dopagem nos eventos-teste que preparam os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, participando dos 13 eventos-teste já realizados. Em 2015, 80 agentes de controle de dopagem foram certificados após um rigoroso processo de treinamento e avaliação.

Foi instituída a Comissão de Autorização de Uso Terapêutico (CAUT), assegurando aos atletas o direito ao uso de medicamentos que possam conter substâncias proibidas, se houver necessidade. O novo sítio da ABCD traz informação e orientação para atletas, treinadores, médicos, familiares e ao público em geral, incluindo o sistema Consulte a Lista, que permite pesquisar pelo nome comercial ou princípio ativo, os medicamentos legalmente vendidos no país, para saber se existem substâncias proibidas em sua composição. O Consulte a Lista é um importante aliado do atleta que procura evitar a dopagem.

Outra importante iniciativa desenvolvida foi a Campanha #SOUMAISEU, que busca conscientizar o atleta sobre o valor do jogo limpo e dos resultados alcançados pelo talento e pela dedicação. As ações educativas antidopagem aconteceram em sete importantes eventos esportivos, onde foram produzidos 33 mil exemplares de materiais educativos diversos, distribuídos em vários eventos e enviados aos atletas da Bolsa Pódio e do Plano Medalhas.

Em 2015, foram realizados cerca de 1,5 mil controles de dopagem, sendo 600 fora-de-competição, além da primeira série de testes para o passaporte biológico dos atletas. A ABCD também segue presente atuando junto à justiça esportiva participando em mais de 100 audiências para julgamento de casos de dopagem.

Para 2016, as perspectivas incluem a participação em mais 21 eventos teste para os Jogos Rio 2016, a continuidade do processo de certificação para mais 70 agentes de controle de dopagem, os controles fora-de-competição dos atletas não hospedados na Vila Olímpica durante os Jogos Olímpicos e Paralímpicos 2016, quatro mil testes, sendo metade fora-de-competição, e ainda realizar cerca de seis mil testes para o futebol em suas diversas modalidades. Ainda nesse sentido, serão iniciados os testes com o Sistema de Governança de Risco e Conformidade, que aportará segurança e rigor ao processo de controle de dopagem.

Na perspectiva preventiva, serão realizadas novas Jornadas ABCD de Formação para a Luta contra a Dopagem no Esporte. Serão lançados vídeos educativos, o guia dos técnicos e treinadores e diversos outros materiais educativos. Um curso sobre antidopagem na modalidade a distância será aplicado aos cerca de oito mil atletas do Programa Bolsa Atleta. Serão conduzidas ações educativas em importantes eventos esportivos nacionais e em apoio aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos, assim como junto às Confederações Esportivas.

d) Lei de Incentivo ao Esporte

A Lei de Incentivo ao Esporte, Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, autoriza que as pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, e físicas que investirem no esporte, tenham a redução fiscal no importe de até 1% do imposto de renda devido por pessoa jurídica e, ainda, acumular com investimentos proporcionados por outras leis de incentivo e até 6% do imposto de renda devido para a pessoa física. Ressalta-se que a referida Lei teve prorrogada sua vigência até o ano 2022, em decorrência da aprovação da Lei nº 13.155, de 4 de agosto de 2015.

Em 2015, foram apresentados 1.535 projetos, sendo que 421 foram de esporte educacional, 377 classificados como esporte de participação e 737 como esporte de rendimento. Distribuídos por região, foram 24 projetos no Norte, 110 no Nordeste, 418 no Sul, 878 no Sudeste e 105 no Centro Oeste.

Em 2015, houve 1.264 doadores pessoa física correspondente a R$ 4,67 milhões, sendo R$ 481,43 mil na manifestação desporto educacional, R$ 1,84 milhão na manifestação participação e R$ 2,35 milhões na manifestação rendimento. No tocante às pessoas jurídicas, foram 1.224 patrocinadores que resultaram num montante captado de R$ 226,83 milhões, sendo R$ 42,22 milhões na manifestação desporto educacional, R$ 42,23 milhões na manifestação participação e R$ 139,91 milhões na manifestação rendimento.

Em 2015, 499 projetos foram iniciados, correspondendo a R$ 233,48 milhões investidos em 19 unidades da Federação, beneficiando diretamente mais de 7,5 milhões de pessoas. O plano de visitas técnicas, *in loco*, contemplou 36 projetos, em dez unidades da Federação (SP, RJ, MG, SC, PR, GO, PB, PE, AL e DF), independente do exercício de início, com a intenção do efetivo acompanhamento e monitoramento dos projetos em todas as unidades federativas no ano de 2016.

10. Grandes Eventos Esportivos

a) Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016

Em 2016, o Brasil recebe os Jogos Olímpicos e os Jogos Paralímpicos do Rio de Janeiro, maior evento multiesportivo do mundo. Para o País, virão delegações esportivas, chefes de Estado, torcedores e jornalistas de todos os continentes. Serão mais de 5,6 mil horas de transmissão ao vivo, com audiência global acumulada que deverá ultrapassar cinco bilhões de pessoas.

A Tocha Olímpica vai passar por, aproximadamente, 500 localidades brasileiras entre maio e agosto de 2016, ocasião em que os Municípios vão destacar seus atrativos culturais, turísticos, arquitetônicos, gastronômicos, esportivos e ambientais. Durante mais de 100 dias, o Brasil será mostrado ao mundo diariamente.

O Governo brasileiro é partícipe central na organização dos Jogos, com compromissos que vão desde o provimento das instalações esportivas espalhadas pela cidade do Rio, passando pela segurança pública, o receptivo e a acessibilidade em aeroportos, o fornecimento de energia em todas as regiões e instalações olímpicas, até a compra de materiais e equipamentos que serão usados pelos atletas durante os Jogos e, principalmente, após as competições, como benefício para as modalidades. A gama de compromissos abrange diversos outros órgãos federais. A coordenação do Governo Federal, exercida por meio do Grupo Executivo para os Jogos Olímpicos e os Jogos Paralímpicos de 2016 (GEOlimpíadas), cabe ao Ministério do Esporte.

No âmbito do Ministério, estão sendo desenvolvidas ações determinantes para o sucesso dos Jogos, como: i) a construção e a reforma das principais instalações esportivas de competições e treinamento na cidade do Rio; ii) a preparação de todas as equipes que vão defender as cores do País nas duas competições; e iii) a compra dos materiais e equipamentos esportivos que, após as disputas, serão destinados ao fortalecimento das modalidades olímpicas e paralímpicas.

Para assegurar a melhor preparação das equipes brasileiras nos Jogos Rio 2016, o Governo Federal criou o Plano Brasil Medalhas, com a meta de classificar o País entre os dez primeiros no quadro geral de medalhas olímpicas e entre os cinco principais no quadro de medalhas paralímpicas. A preparação de atletas ocorre em parceria com instituições públicas e privadas, e abrange participação em competições do calendário mundial, treinamentos no exterior, realização de campeonatos internacionais no Brasil, construção, reforma e equipagem de centros de treinamento (Rede Nacional de Treinamento) e capacitação de profissionais.

Os resultados que as equipes vêm obtendo nas principais competições de suas modalidades desde 2013 – primeiro ano deste ciclo olímpico – levam a crer em resultados positivos nos Jogos do Rio.

Para, além disso, olhando o futuro, outro objetivo de igual importância no Plano Brasil Medalhas é identificar, formar e treinar novos atletas e novas seleções – as novas gerações que vão representar o País em futuras competições mundiais, continentais e nacionais. Outra ação relevante do Plano Medalhas é a construção, a reforma e a equipagem de centros de treinamento, de acordo com os padrões adotados pelas federações internacionais das modalidades.

Em continuidade aos preparativos para a disputa olímpica e paralímpica, em 2015 foram mantidos programas e parcerias com instituições ligadas ao esporte de rendimento como o Comitê Olímpico do Brasil, o Comitê Paralímpico Brasileiro, a Confederação Brasileira de Clubes, bem como confederações e federações esportivas, clubes, ligas, universidades e o Ministério da Defesa.

A preparação de atletas das Seleções Nacionais, visando o melhor desempenho nos Jogos Olímpicos do Rio 2016, se encontra na sua reta final, tendo a Delegação Brasileira participado dos 6º Jogos Mundiais Militares, ocorridos na República da Coreia, no período de 2 a 11 de outubro de 2015. A Delegação Brasileira contou com a presença de atletas que representarão o País nos Jogos Olímpicos de 2016 e terminou a competição com a 2ª colocação no quadro geral de medalhas, na frente de países como a China e da própria República da Coreia.

O Programa Bolsa Atleta completou dez anos em 2015, sendo sua prioridade o investimento em esportes que compõem os Jogos Olímpicos e os Jogos Paralímpicos, para formar, manter e renovar periodicamente gerações de atletas com potencial para representar o Brasil. No primeiro ano do Programa, foram contemplados 975 atletas. Em 2015, o atendimento alcançou a 6.131 atletas de esportes olímpicos e paralímpicos, distribuídos em cinco das seis categorias de bolsa, beneficiando desde a base até o alto rendimento. Adicionalmente, foram contemplados 1.001 atletas de esportes não olímpicos e não paralímpicos, distribuídos em duas categorias de bolsa (nacional e internacional).

Na categoria Atleta Pódio, destinada aos atletas de modalidades individuais com chances de disputar medalhas e que é uma das ações do Plano Brasil Medalhas, foram beneficiados, até o presente momento, 261 atletas distribuídos entre 36 modalidades apoiadas. Adicionalmente, o Plano Brasil Medalhas apoiou outros 157 atletas de esportes coletivos, sendo 97 de esportes olímpicos: i) 44 de handebol; ii) cinco de hipismo; iii) 24 de voleibol; e iv) 24 de basquete; e 60 de esportes coletivos paralímpicos: i) 12 de futebol de cinco; ii) 14 de futebol de sete; iii) 12 de *goalball* e 22 de vôlei sentado.

Para a realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos no Brasil, conforme responsabilidades estabelecidas na Matriz de Responsabilidades dos Jogos, estão sendo construídas novas estruturas esportivas, além de adaptações e reformas em estruturas já existentes. Em fase de conclusão de obras, com recursos federais e localizados no Parque Olímpico da Barra da Tijuca, com investimentos na ordem de R$ 900 milhões, estão o Centro Olímpico de Esportes Aquáticos e o Centro Olímpico de Handebol, ambos em estruturas temporárias. Ainda na Barra da Tijuca, o Governo Federal está financiando a construção de duas arenas permanentes, que ficarão como legado para o esporte brasileiro: o Centro Olímpico de Tênis e o Velódromo.

Para obras do Complexo de Deodoro para os Jogos Olímpicos, bem como manutenção predial e desmontagem de estruturas temporárias após os Jogos, em contratos geridos pela Prefeitura do Rio de Janeiro, o montante de recursos federais é de R$ 970,1 milhões (abarca infraestrutura de saneamento, paisagismo, iluminação pública, pavimentação, drenagem e revitalização urbanística, construção de rampas de acessibilidade e ciclovias). Outros R$ 59,2 milhões foram para obras executadas no Complexo por outras parcerias.

A Rede Nacional de Treinamento, aposta do Governo Federal como legado de infraestrutura esportiva, pretende interligar as diversas instalações existentes ou em construção em todo o País. A Rede vem sendo estruturada pelo Governo em parceria com entes federados e universidades para identificar e desenvolver talentos e jovens atletas nas modalidades olímpicas e paralímpicas, desde a base até a elite esportiva. Além da capacitação de profissionais, a Rede organiza o esporte de alto rendimento em uma rede nacional de instalações de vários tipos, dimensões e estruturas. São exemplos do reforço na Rede Nacional de Treinamento: i) o Centro Nacional de Treinamento Paralímpico na cidade de São Paulo/SP, em fase de conclusão; ii) o Centro de Formação Olímpica do Nordeste em Fortaleza/CE, que já sediou os Jogos Escolares da Juventude em setembro de 2015; iii) o Centro Pan-Americano de Judô em Lauro de Freitas/BA, inaugurado em 2014; iv) a Arena Caixa de Atletismo e a Arena Caixa de Ginástica em São Bernardo do Campo/SP, ambos entregues em 2014; e v) o Centro de Excelência em Saltos Ornamentais na Universidade de Brasília (UnB), em Brasília/DF, também inaugurado em 2014.

Muitas instalações para o esporte de rendimento estão sendo recuperadas e ampliadas no Rio de Janeiro, como o Centro de Treinamento da Escola de Educação Física e Desporto da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o Centro de Educação Física Almirante Alberto Nunes (Cefan), a Universidade da Força Aérea (Unifa), o Centro de Capacitação Física do Exército (CCFEx), a Escola Naval e o Comando da Aeronáutica (Caer), todas com término no primeiro trimestre ou no início do segundo trimestre de 2016.

A Rede Nacional de Treinamento se desdobrará em Rede Nacional de modalidades. A estruturação começou pelo Atletismo, esporte símbolo do olimpismo. A Rede Nacional de Treinamento de Atletismo está sendo estruturada em parceria com universidades, Forças Armadas, prefeituras, governos estaduais, Confederação Brasileira de Atletismo, federações estaduais e clubes.

Em 2015, foram inauguradas quatro pistas: i) Estádio Zerão (Macapá/AP); ii) Universidade Federal de Goiás; iii) Universidade Federal de Santa Catarina; e iv) Universidade Federal do Maranhão. Em 2014, além das citadas Arenas Caixa em São Bernardo do Campo/SP, foi entregue a pista da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Em 2013, a do Centro Estadual de Treinamento Esportivo de Porto Alegre/RS, a do Centro de Prática Esportiva da Universidade de São Paulo e a do Centro Esportivo Santos Dumont, em Recife/PE. Entre 2009 e 2015, o Ministério do Esporte entregou 16 pistas novas, reformadas ou equipadas. Outras 31 estão em andamento, com obras em conclusão ou iniciando, licitações em andamento ou projetos em elaboração. No total, o investimento do Governo brasileiro para construir, reformar ou equipar essas pistas soma R$ 349,7 milhões.

Outra modalidade que está formando sua Rede Nacional de Treinamento é a ginástica. Recursos federais repassados à Confederação Brasileira de Ginástica propiciaram comprar aparelhagem para montar ou reequipar 15 centros de treinamento em 13 cidades. Foi a maior importação de equipamentos de ginástica feita pelo Brasil em 41 anos. Além disso, dois clubes tradicionais na formação de ginastas (Pinheiros, em São Paulo/SP, e Grêmio Náutico União, em Porto Alegre/RS), tiveram apoio para renovar suas instalações da modalidade, o que complementa a infraestrutura da ginástica no País.

O Governo desenvolveu a concepção do Centro de Iniciação ao Esporte (CIE), no âmbito da segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) 2, integrando, num só espaço físico, atividades de iniciação e formação de atletas em até 13 modalidades olímpicas, seis paralímpicas e uma não olímpica. O objetivo é a construção de instalações esportivas com a adoção de parâmetros oficiais, para ampliar a oferta de infraestrutura de equipamento público esportivo qualificado e incentivar a iniciação esportiva em territórios de alta vulnerabilidade social das grandes cidades, permitindo a identificação de talentos e a formação de atletas nos Municípios.

Atualmente, são 255 operações ativas, sendo que 95% já concluíram a primeira etapa do projeto, que contempla a execução da Sondagem, do Projeto de Fundação e de Implantação e é primordial para a licitação da obra. Em outubro de 2015, o Ministério do Esporte divulgou a lista dos 39 CIEs autorizados para início das obras.

Em 2015, foram investidos cerca de R$ 1,1 bilhão, aplicados na modernização, na ampliação e na construção de espaços destinados à prática de esporte. Desses, R$ 801,4 milhões foram aplicados em equipamentos na área de esporte educacional, recreativo e de lazer. Foram investidos R$ 289,6 milhões para modernização da infraestrutura qualificada à prática do esporte de alto rendimento com vistas à preparação de atletas para os Jogos Rio 2016.

Ainda em termos de infraestrutura, é importante destacar, também, que o Brasil obteve, em 2015, da Agência Mundial Antidopagem (AMA), o recredenciamento do Laboratório Brasileiro de Controle de Dopagem (LBCD), encarregado da análise de amostras de sangue e urina de atletas que participarão dos Jogos Olímpicos e dos Jogos Paralímpicos Rio 2016. O laboratório, que pertence à Universidade Federal do Rio de Janeiro e está funcionando em novas e modernas instalações desde 2014, vem fazendo análise de amostras colhidas nos eventos-teste para os Jogos e, mais que isso, está apto a fazer todos os testes de controle de dopagem do esporte brasileiro.

O LBCD faz parte do Laboratório de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico (Ladetec), que congrega vários outros laboratórios satélites do Instituto de Química da Universidade. Criado em 1989, o laboratório de controle de dopagem era denominado Lab Dop e, agora, foi renomeado para LBCD.

Além das novas instalações, o LBCD recebeu novos equipamentos e aumentou a equipe profissional. O legado dessa modernização do laboratório vai além de fazer análises de sangue e urina para identificar dopagem; ele continuará atuando em pesquisas científicas e tecnológicas em diversas áreas, no ensino acadêmico e na formação de profissionais especializados.

Ainda na área de ciência e tecnologia, em 2015, foi inaugurado o Laboratório de Pesquisa em Ambiente Simulado, na Universidade Federal de Santa Maria/RS. Único na América Latina, propicia simulação de condições de temperatura, umidade e altitude, com variações de 0 a 9 mil metros de altitude, - 40°C a + 50°C de temperatura e umidade de 14% a 90%. Uma grande câmara e uma superesteira permitem avaliar condições tecnológicas e ambientais similares às existentes nos locais onde as equipes vão disputar competições importantes. O laboratório avalia comportamento do atleta em situações extremas e desenha treinamento específico para cada modalidade ou tipo físico.

a.1) Articulação e Ações em Apoio aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016

Para a realização dos Jogos Rio 2016, que reunirão aproximadamente 15 mil atletas de 206 países e 65 modalidades esportivas, o Governo Federal tem atuado de forma coordenada e articulada de maneira a garantir as condições adequadas para a realização das disputas que ocorrerão em 33 locais de competição espalhados em quatro regiões da cidade do Rio de Janeiro/RJ e nas cidades que sediarão jogos de futebol: Manaus/AM, Salvador/BA, Belo Horizonte/MG, Brasília/DF e São Paulo/SP.

No âmbito do Ministério das Relações Exteriores, foi instituído um grupo de trabalho (GT Olimpíadas Itamaraty) para coordenar a resposta do Governo brasileiro às principais demandas dos Jogos em seu aspecto internacional: i) cooperação esportiva; ii) apoio a delegações governamentais estrangeiras; iii) apoio à imprensa internacional; iv) difusão da cultura brasileira e promoção comercial e turística do País; v) cooperação policial, de inteligência e de defesa; e vi) apoio ao atendimento consular estrangeiro. Foram realizadas, entre outras atividades, dois encontros diplomáticos, em abril e outubro de 2015. Nessas ocasiões, em coordenação com o Comitê Rio 2016, foram apresentadas aos representantes estrangeiros disposições relativas a recepção,

chegadas e partidas, hospedagem, segurança, e outros aspectos relacionados à visita de dignitários estrangeiros ao Brasil por ocasião dos Jogos Rio 2016. Espera-se a presença de cerca de 100 Chefes de Estado e de Governo nas cerimônias de abertura e encerramento dos Jogos.

Em razão das Olimpíadas 2016, entre os meses de maio e agosto, a Chama Olímpica passará por cerca de 330 Municípios dos 26 Estados e o Distrito Federal, culminando na Abertura dos Jogos Olímpicos no dia 5 de agosto no Rio de Janeiro. Essa atividade é conhecida como Revezamento da Tocha Olímpica. O evento será uma grande festividade e, também, uma oportunidade de divulgar a imagem do Brasil para o Mundo. Em 2015, foram realizadas 27 reuniões de trabalho em todas as unidades da Federação. Além da participação do Comitê Rio 2016, as reuniões contaram com cerca de seis mil pessoas e ampla cobertura das mídias regionais.

Destacam-se, ainda, a realização de eventos relacionados aos Jogos Rio 2016, como a apresentação da Tocha Olímpica, no mês de julho em Brasília/DF, e a celebração de um ano para os Jogos Olímpicos, em agosto de 2015, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, colaborando para o fortalecimento da imagem do Brasil no mundo. Para 2016, a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) adquiriu os direitos de transmissão das Paralimpíadas, à TV Brasil e, das Olimpíadas, para as Rádios.

O Governo tem atuado para que a realização dos Jogos Rio 2016 tenha a garantia do trabalho decente em todos os contratos efetuados. Para isso, os compromissos para aperfeiçoar as condições de trabalho, assumidos pelos setores de Turismo e Hospitalidade e da Mesa Nacional da Construção para a Copa do Mundo FIFA 2014, estão sendo revisados e atualizados. Além dos compromissos setoriais nacionais, foi assinado ainda, em 2014 e com vigência até 2016, no Estado do Rio de Janeiro, o Compromisso Geral com Diretrizes pelo Emprego e Trabalho Decente em Grandes Eventos e seu monitoramento dar-se-á por meio de um comitê local composto por representantes dos governos federal, estadual e municipal, centrais sindicais e confederações de empregadores.

Para o ano de 2016, estão previstas ações de qualificação para cerca de 13 mil profissionais do setor turístico, com foco na cidade do Rio de Janeiro e nas cidades que sediarão jogos de futebol, além de ações do Programa Turismo Sustentável e Infância voltadas aos Jogos Rio 2016, dentre as quais se destacam a realização de cinco seminários de sensibilização em comunidades pacificadas da cidade do Rio de Janeiro/RJ; seminários de sensibilização nas cidades-sede dos jogos de futebol (São Paulo/SP, Brasília/DF, Belo Horizonte/MG, Manaus/AM, Salvador/BA); campanha PROTEJA BRASIL e campanha SINALIZE (referente à Lei nº 11.577, de 22 de novembro de 2007); formação de multiplicadores; e a inclusão sócio produtiva de vítimas de exploração sexual.

De forma a garantir a segurança do evento e atender os critérios técnicos definidos pelo Comitê Olímpico Internacional (COI) para o suprimento de energia elétrica ao Parque Olímpico da Barra da Tijuca no Rio de Janeiro/RJ, foram realizadas várias obras de expansão da rede de energia elétrica do local. O conjunto de obras incluiu a construção da Subestação (SE) Olímpica 138 kV/3,8 kV – 120 MVA de capacidade instalada, dos ramais subterrâneos em 138 kV interligando as Subestações (SEs) Gardênia e Barra II à SE Olímpica, com um total de 13,7 km, e a ampliação das SEs Gardênia e Barra II, com a construção dos vãos de saída em 138 kV. Essas obras estão sendo realizadas com recursos do Governo Federal e perfazem um investimento total de cerca de R$ 165 milhões. Também estão sendo investidos pelo Governo um total de até R$ 40 milhões em expansões e melhorias das redes de distribuição de energia elétrica para atendimento aos diversos locais onde acontecerão as competições.

Além das obras definitivas de infraestrutura de energia elétrica para a realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos, será necessária a construção de instalações provisórias para suprir com energia elétrica as atividades de suporte à realização dos jogos, que incluem obras temporárias, serviços, aluguel de máquinas, equipamentos e materiais. Todas as instalações provisórias

deverão ter um suprimento de energia temporária com níveis de redundância para atender aos requisitos estabelecidos pelo COI, incluindo geradores de reserva, com previsão de investimentos do Governo Federal na ordem de R$ 250 milhões.

Está em elaboração, sob a coordenação do Operador Nacional do Sistema (ONS), estudos para adoção de medidas operativas preventivas a serem adotadas durante os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 pelos agentes de operação. Também está sendo executado um plano de manutenção preventiva pelas empresas de transmissão e distribuição, para o aumento da segurança e confiabilidade no suprimento de energia à cidade do Rio de Janeiro/RJ e às cidades-sede dos jogos de futebol olímpico (Manaus/AM, Salvador/BA, Belo Horizonte/BH, Brasília/DF e São Paulo/SP).

No âmbito das comunicações, durante os eventos-teste preparatórios para os Jogos, incluindo a fase final da Liga Mundial de Vôlei, foram realizados testes específicos de equipamentos e frequências com o Comitê Rio 2016, com vistas ao monitoramento dos sinais de serviços de telecomunicações, prevenção, solução de interferências e combate ao uso não autorizado de radiofrequência.

O trabalho de planejamento e preparação para as ações de defesa nos Jogos Rio 2016 vem sendo realizado desde 2012 e resultará na conjugação de esforços para propiciar um ambiente pacífico e seguro aos jogos, com o emprego de cerca de 20 mil militares só na cidade do Rio de Janeiro/RJ e 15 mil nas cidades de Belo Horizonte/MG, Brasília/DF, Manaus/AM, Salvador/BA e São Paulo/SP.

Ações preparatórias de segurança e logística vêm sendo realizadas pelo Ministério dos Transportes visando a definição dos trajetos a serem percorridos no revezamento da Tocha Olímpica e a concessão de permissões e autorizações para transporte de passageiros e de cargas. No que se refere às fiscalizações rodoviárias com o objetivo de verificar a regularidade dos serviços de transporte rodoviário, a atuação se dará em três frentes: i) operações de fiscalização nas principais entradas do Estado do Rio de Janeiro e nas rodovias BR-101, BR-116 e BR-040; ii) operações de fiscalização nos principais pontos de fronteira com maior trânsito de passageiros, como nas cidades de Foz do Iguaçu/PR e Dionísio Cerqueira/SC; e iii) reforço da fiscalização do serviço regular no Terminal Rodoviário Novo Rio/RJ, durante todo o período do evento.

Serão monitoradas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) as operações dos terminais localizados na Baía de Guanabara/RJ, que poderão sofrer influência das competições dos esportes aquáticos que serão realizados na área, podendo alterar o fluxo de embarcações face à necessidade de paralisação da navegação durante as competições. Especial atenção será dada ao terminal de passageiros de turismo do Porto do Rio de Janeiro. Ademais, caberá à Antaq fiscalizar e arbitrar eventuais conflitos que possam ocorrer entre terminais portuários e usuários dos serviços, em decorrência de eventuais atrasos no embarque/desembarque de cargas devido à movimentação excepcional nos portos no período do evento.

Em preparação para os Jogos Rio 2016, foi apresentado, em setembro de 2015, o Manual de Planejamento do Setor de Aviação Civil – Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, que estabelece as ações coordenadas e integradas entre operadores aeroportuários e órgãos do Sistema Nacional de Aviação Civil durante o evento, em 39 aeroportos.

Como ação para o ano de 2016, está previsto o monitoramento de toda a operação, 24 horas por dia, a partir de uma sala de controle – denominada Sala Master, localizada no Rio de Janeiro/RJ –, que deverá funcionar no período de 20 de julho a 24 de setembro de 2016, com a presença de representantes de todos os órgãos públicos envolvidos.

Com o objetivo de testar as operações de embarque e desembarque, os fluxos aeroportuários e a infraestrutura dos principais terminais envolvidos na operação do evento, foram realizados, ao longo de 2015, três simulados de acessibilidade aeroportuária para Passageiros com Necessidade de Atendimento Especial (PNAEs) nos aeroportos de Santos Dumont/RJ e Galeão/RJ e de Guarulhos/SP, e simulado de fluxo de armas e munições no Aeroporto Internacional do Galeão/RJ. Até o mês de julho de 2016,

estão previstos eventos-teste e simulados que irão avaliar os fluxos de tratamentos especiais, dentre eles: cães-guia; cavalos; PNAEs; e armas e munições.

Além disso, com a expectativa de aumento de demanda para os Jogos Rio 2016, e com vista a otimizar a utilização da infraestrutura aeroportuária existente, oito aeroportos atuarão coordenados durante a temporada de verão de 2016, ou seja, submetidos a regras especiais de alocação de horários de chegadas e partidas. São os seguintes: Brasília/DF, Congonhas/SP, Confins/MG, Galeão/RJ, Guarulhos/SP, Pampulha/MG, Santos Dumont/RJ e Viracopos/SP.

Foi sancionada a Lei nº 13.193, de 24 de novembro de 2015, que possibilita a dispensa do visto de turismo para nacionais de países especificados em portaria conjunta dos Ministérios das Relações Exteriores, da Justiça e do Turismo que venham a entrar em território nacional até a data de 18 de setembro de 2016, com prazo de estada de até 90 dias, a contar da data da primeira entrada em território nacional. A referida Portaria disciplinou a dispensa temporária da exigência de visto consular para cidadãos dos seguintes países: EUA, Canadá, Japão e Austrália. A expectativa do Ministério do Turismo é de que o fluxo turístico ganhe um impulso no período dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos no Brasil.

Ações de mobilidade urbana estão sendo desenvolvidas pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro para a realização dos Jogos Rio 2016, em especial o Veículo Leve sobre Trilho (VLT) da Área Central e Portuária do Rio de Janeiro. O projeto prevê estações e paradas acessíveis, plataformas com piso tátil e rampas de acesso suaves e antiderrapantes e integração com os demais modos de transporte, com aporte de recursos federais de R$ 532 milhões e capacidade de transportar 300 mil passageiros por dia. O percentual de execução física, até o mês de novembro de 2015, chegou a 28,15%.

Em 2015, investiu-se no aprimoramento do Sistema Integrado de Comando e Controle (SICC), reaparelhamento e modernização dos órgãos e entidades envolvidos com a segurança dos grandes eventos e em ações de treinamento e capacitação dos servidores envolvidos na operação de segurança dos Jogos Rio 2016.

O aprimoramento do SICC promoverá a operação coordenada e integrada de segurança, a exemplo da atuação realizada na Copa do Mundo FIFA 2014. O SICC estabelece uma relação de coordenação entre as instituições federais, estaduais e municipais envolvidas com a operação integrada de segurança dos grandes eventos, possibilitando a criação da consciência situacional, de modo a facilitar e agilizar os processos de tomada de decisão.

Para melhor coordenação e integração das atividades de planejamento e execução da operação de segurança dos Jogos Rio 2016, diversas ações foram empreendidas, tais como: i) a criação da Comissão Estadual de Segurança Pública e Defesa Civil no Estado do Rio de Janeiro (COESRIO 2016), fórum deliberativo no qual são definidos parâmetros da atuação integrada dos órgãos federais, estaduais e municipais de segurança; ii) a criação das Comissões Estaduais de Segurança Pública e Defesa Civil para os Jogos Rio 2016 nas cidades-sede do futebol olímpico; iii) a publicação do Plano Estratégico de Segurança Integrado (PESI); iv) a elaboração do Plano Tático Integrado de Segurança Pública e Defesa Civil para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 (PTI); e v) a revisão dos Planos Integrados de Segurança e Ordenamento Urbano das Instalações Olímpicas.

Como parte das atividades de coordenação e articulação das ações de segurança para os Jogos Rio 2016, e com o objetivo de avaliar e adequar a capacidade operativa das instituições de segurança pública envolvidas no evento esportivo, em 2015 o SICC foi ativado, juntamente com os respectivos Centros Integrados de Comando e Controle Regionais, para diversos eventos-teste, tais como triatlo, paratriatlo, remo, hipismo, ciclismo de estrada, hóquei de grama, canoagem *slalom*, *badminton* e tênis.

Cabe ainda mencionar as ações de planejamento da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP) a fim de operacionalizar o seu emprego, durante os Jogos Rio 2016, atuando diretamente com um grupo de trabalho no Estado do Rio de Janeiro, em conjunto com o Comitê Olímpico Internacional (COI). Serão empregados 9,6 mil profissionais para garantir a segurança interna das instalações dos Jogos.

Foram adquiridas 60 motocicletas pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF), para os serviços de batedor e motopoliciamento das regiões metropolitanas nas cidades que sediarão os jogos de futebol, assim como nas provas de ciclismo.

Já o Departamento de Polícia Federal (DPF), em 2015, elaborou o planejamento operacional integrado com as diversas forças de segurança pública, visando otimizar as ações de segurança nos Jogos Rio 2016. Foram realizadas diversas ações de capacitação relacionadas a: i) qualificação de policiais e servidores para o melhor desempenho de suas funções durante os referidos Jogos; ii) coleta e preservação de vestígios biológicos para fins de exame de DNA; iii) atualização em processamento de locais de crime; iv) identificação, em odontologia forense, de vítimas de desastres; e, v) treinamento na coleta, armazenamento e envio de vestígios de pós-explosão.

Também foram realizadas ações de inteligência materializadas no Plano Estratégico de Segurança Integrada (PESI) que especifica as diretrizes de atuação governamental para garantir a realização pacífica e segura do evento. Em 2015, foram promovidas: i) iniciativas de elaboração de avaliações de riscos seriadas; ii) capacitação em inteligência para servidores; iii) pesquisas para credenciamento; iv) avaliação de sensibilidade de delegações; e v) manutenção de um Centro de Inteligência dos Jogos (CIJ) no Rio de Janeiro/RJ. Igualmente, intensificaram-se ações visando prevenir a ocorrência de atos terroristas ou com características similares durante os eventos-teste, em colaboração com órgãos brasileiros e serviços de inteligência estrangeiros.

Foram adquiridas novas ferramentas de infraestrutura e segurança na área de tecnologia da informação e foi desenvolvido trabalho sobre ataques cibernéticos a sítios do Governo brasileiro, com a prospecção de possíveis iniciativas de "*hackers*" durante a realização do evento em 2016. Para o referido ano, a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) planeja incrementar a preparação, a articulação e a execução das atividades de inteligência relativas aos Jogos Rio 2016 tanto em nível de órgãos de Inteligência quanto como junto aos governos federal, estaduais e municipais responsáveis pela realização do evento, primordialmente considerando a minimização ou a eliminação de riscos. Para isso, serão intensificadas as atividades no âmbito do Centro Nacional de Inteligência, em Brasília/DF, do Centro de Inteligência dos Jogos e do Centro de Inteligência dos Serviços Estrangeiros, no Rio de Janeiro/RJ, e dos Centros Regionais de Inteligência, nas cidades-sede das partidas de futebol olímpico.

Em parceria com o Ministério Público Militar, foi realizado o Seminário Internacional sobre o Enfrentamento ao Terrorismo no Brasil, de 23 a 27 de novembro de 2015, que reuniu profissionais das esferas públicas federal e estadual, ligados à inteligência e à segurança dos Jogos os Rio 2016.

11. Programa Luz para Todos e Tarifa Social de Energia Elétrica

Em novembro de 2003 foi lançado o Programa Luz para Todos (LPT), com o desafio de expandir a prestação do serviço público de fornecimento de energia elétrica para mais de dez milhões de pessoas do meio rural brasileiro, que ainda não possuíam acesso a esse serviço, essencial para a cidadania e o desenvolvimento social e econômico das comunidades.

Com a implantação do Programa nos vários Estados do Brasil, foi identificada a existência de mais um milhão de famílias ainda sem acesso à energia elétrica, além da meta inicial.

Em 12 anos, 3,2 milhões de famílias na área rural do País, foram atendidas, beneficiando 15,6 milhões de brasileiros, com a aplicação de investimentos que ultrapassaram R$ 22,8 bilhões.

Em decorrência do desempenho do LPT, foi editado o Decreto nº 8.387, de 30 de dezembro de 2014, estendendo o período de vigência do Programa para o final do ano de 2018, de forma a cumprir as metas necessárias ao atendimento da totalidade de famílias que permaneciam ainda sem os benefícios do Programa.

O LPT, em razão de sua grande extensão, promoveu o aumento significativo de demanda de obras, equipamentos e materiais de construção, de fornecedores de equipamentos aplicados nas redes de energia elétrica, gerando emprego e impulsionando o aprimoramento técnico das empresas envolvidas. No desenvolvimento das obras do Programa, já foram utilizados 8,1 milhões de postes; 1,2 milhão de transformadores e 1,5 milhão de quilômetros de cabos elétricos, além de gerar cerca de 488 mil empregos diretos e indiretos.

Como resultado do LPT, observa-se a notória evolução nas condições de vida da população, contribuindo de forma significativa para a fixação do homem no campo, ao permitir o funcionamento de escolas em período noturno, a irrigação para a agricultura e a utilização de eletrodomésticos.

Cabe, ainda, mencionar que o Programa amplia seus resultados na área social ao expandir o uso do benefício da tarifa social de energia elétrica para as famílias atendidas e, assim, qualificadas. Até outubro de 2015, 8.471.396 unidades consumidoras foram beneficiadas pela tarifa social de energia elétrica, representando 12,55% do total de residências atendidas. Para a região Nordeste esse número é mais representativo, pois 26,39% das residências receberam esse benefício.

Com a edição do Decreto nº 8.493, de 15 de julho de 2015, que alterou o Decreto nº 7.520, de 8 de julho de 2011, o LPT deverá atender, também, aos domicílios localizados nas regiões remotas dos sistemas isolados, que não podem ser conectados eletricamente ao Sistema Interligado Nacional (SIN).

12. Inclusão Digital

As ações de inclusão digital têm por objetivo contribuir com a inclusão social e digital de populações em situação de vulnerabilidade social e a margem do direito à comunicação. Por meio de redes colaborativas articuladas entre os entes federativos e sociedade, essas ações facilitam e impulsionam a geração de conhecimento e de conteúdos locais, fortalecendo a participação cidadã e o estímulo ao trabalho cooperativo e solidário.

a) Revitalização de Pontos de Inclusão Digital

A revitalização de dez mil Pontos de Inclusão Digital (PIDs) por meio de ações de infraestrutura e capacitação é uma das principais ações da Política de Inclusão Digital. Consideram-se PID: telecentros, infocentros, centros de inclusão digital, salas e laboratórios de informática, bibliotecas híbridas, entre outros pontos públicos de promoção ao acesso gratuito às tecnologias da informação e comunicação.

Dados sobre a infraestrutura, a gestão e a atuação dos Pontos vêm sendo cadastrados no Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério das Comunicações (SIMMC). Além de possibilitar o mapeamento dos PIDs, este cadastro representa um passo importante para a construção de uma rede entre o Governo e os participantes das mais variadas iniciativas de inclusão digital. A plataforma de conhecimento e gestão dos PIDs contará com o cadastramento do cidadão participante e disponibilizará

infraestrutura digital de repositório para capacitação autoinstrucional, bem como, espaço para a produção e a divulgação de conteúdos desenvolvidos localmente pelos participantes dos PIDs.

Para contribuir com a revitalização dos PIDs, os Centros de Recondicionamento de Computadores (CRCs) promovem a formação de jovens em situação de vulnerabilidade social no uso profissional das TICs, por meio dos processos de recepção, triagem, recondicionamento, estoque, descarte e doação de equipamentos eletroeletrônicos. No ano de 2015, foi realizado um novo chamamento público para seleção de projetos de manutenção de CRCs, no qual, além da formação profissionalizante e cidadã para jovens, incluiu maior ênfase ao recondicionamento e à doação dos equipamentos. Os cinco CRCs apoiados capacitaram 1.171 jovens em 2015, totalizando entre 2011 e 2015, mais de 5,8 mil jovens formados. A partir de 2016, a previsão é que as parcerias firmadas durante o referido ano permitam o atendimento a 17 unidades federativas, contemplando pelo menos um CRC em funcionamento em cada uma das macrorregiões do País.

As ações de formação para a Juventude Rural, iniciadas em 2011, desenvolvidas em parceria com instituições de ensino superior, já capacitaram 940 jovens, e o Núcleo de Inclusão Digital, em parceria com a Universidade Estadual da Bahia (UNEB), ofertou, em 2015, 1.273 vagas para educadores sociais e 197 para gestores municipais.

Por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec Comunicações), em 2015, foram ofertadas 7.769 vagas e efetivadas 3.962 matrículas em cursos técnicos e de formação inicial e continuada, sobretudo para a qualificação de Agentes de Inclusão Digital, Montadores e Reparadores de Computador e Operadores de Computador.

b) Implantação de Infraestrutura e dos Serviços de Acesso à Internet

b.1) Conexão de Comunidades em Regiões Remotas ou Situação de Vulnerabilidade

O Programa Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão (Gesac), criado em 2002, tem por objetivo levar conexão, via satélite, para espaços públicos localizados em áreas com dificuldade de acesso à Internet, como telecentros, bibliotecas, órgãos governamentais, escolas, postos de saúde e postos de fronteira. A partir de agosto de 2014, fruto de nova licitação que ampliou a capacidade de transmissão da conexão em até quatro vezes, foram contratados, pelos Ministérios das Comunicações e da Saúde, 18.372 pontos de presença, crescimento da ordem de 37% no número de pontos de presença existentes.

b.2) Cidades Digitais

O Programa Cidades Digitais, iniciado em 2012, visa à melhoria: i) da gestão pública por meio da disponibilização de redes de fibra óptica que interligam os órgãos públicos locais; ii) de aplicativos de governo eletrônico para as prefeituras; iii) de capacitação de servidores municipais para uso e gestão da rede; e iv) da oferta de pontos de acesso à Internet para uso livre e gratuito em espaços públicos de grande circulação, como praças, parques e rodoviárias.

Desde 2012, foram implantadas 50 das 77 cidades que permanecem no projeto, entre as 80 cidades originalmente selecionadas, visto que três desistiram de permanecer no projeto. Com a inclusão do Programa Cidades Digitais no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) 2, no início de 2013, foi realizada a segunda chamada pública, na qual foram selecionados 262 Municípios com até 50 mil habitantes e com baixa densidade de acesso à banda larga. Desse processo, oito cidades já estão com obras em andamento e 158 projetos executivos já foram elaborados. A expectativa é de que, até o final de 2016, 65 dessas Cidades estejam implantadas, com a totalidade de implantações sendo atingida em 2018.

Nas Cidades Digitais já instaladas, são notáveis os avanços, dentre eles: i) diminuição e melhoria dos custos de conexão dos órgãos públicos à Internet; ii) integração de políticas públicas, principalmente nas áreas de vigilância e monitoramento, saúde e educação; e iii) ampliação de alternativas de acesso público gratuito, nas praças onde foram instalados os pontos de acesso à Internet.

A oferta de aplicativos de governo eletrônico foi ampliada com os pilotos de implantação do *software* de gestão educacional i-Educar e do Agendador de consultas médicas, e foi concluído o termo de referência para registro de preços do sistema de gestão tributária e financeira no âmbito das Soluções em Gestão Pública (Urbem), elaborado para apoiar a gestão municipal.

13. Segurança Pública, Cidadania e Justiça

a) Segurança Pública

Voltada para a proteção e a segurança da sociedade, uma das linhas de atuação em 2015 do Ministério da Justiça refere-se à construção de bases sólidas para a implementação de política nacional voltada à redução da violência, em especial daquela que atenta contra o direito à vida. Com o foco na identificação dos problemas locais e na elaboração de diagnósticos causais de impacto nos números de homicídios dolosos no País, conseguiu-se estabelecer as diretrizes para um Pacto Nacional pela Redução de Homicídios.

Tal Pacto tem por objetivo reduzir o número de homicídios, por meio da integração e da articulação de políticas, programas e ações de segurança pública e de outros serviços públicos, em territórios vulneráveis, considerando o caráter multidimensional da mortalidade por homicídios no Brasil e visando promover uma cultura de paz e não violência. Aprofundar os diagnósticos locais de homicídio, aprimorar e implantar ações de intervenção nos territórios vulneráveis, conjugando ações de segurança e políticas sociais, e mobilizar os atores dos sistemas de segurança pública e de justiça dos entes federativos constituirão o grande desafio para 2016.

O Pacto Nacional pela Redução de Homicídios prevê a aquisição de equipamentos destinados ao fortalecimento das ações de prevenção, repressão e investigação qualificada, além do robustecimento das equipes de perícia e dos Gabinetes de Gestão Integrada dos 81 Municípios com o maior número absoluto de homicídios em 2014, os quais concentram quase 50% das mortes dolosas no País, de acordo com dados do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas (Sinesp). A meta é a redução de 5% do número absoluto de homicídios no País em 2016.

Serão alocados recursos para a realização de cursos técnicos com foco na investigação de homicídios e inteligência policial, bem como para instalação dos Núcleos de Inteligência Policial nas Delegacias Especializadas de Homicídio.

Para além das ações conjuntas que tradicionalmente são realizadas nas regiões de fronteira, importantes iniciativas para integração das instituições de segurança pública nessas regiões foram efetivadas em 2015, a partir do conceito dos Centros Integrados de Comando e Controle (CICC), por intermédio das Operações Integradas em faixas fronteiriças e nas divisas com os Estados do Nordeste e Sudeste, que resultaram em duas mil prisões e na apreensão de mais de dez toneladas de drogas, além de armas, veículos e explosivos. Os CICC abrangem a integração do planejamento de ações, informações, tecnologias e operações, de modo a potencializar a ação estatal na prevenção e na repressão qualificadas da criminalidade, da violência e de incidentes.

Em 2015, foram realizados diagnósticos por meio de ferramenta eletrônica para análise das condições locais com vistas à implementação dos CICC nos demais Estados, à exemplo dos CICC que haviam sido instalados nas cidades que sediaram a

Copa do Mundo 2014. Foram verificadas as condições de imóvel, comunicação e tecnologias de informação existentes, que culminaram na elaboração do cronograma de construção dos CICC. Em 2016, serão realizadas as etapas de fechamento da modelagem dos projetos, a elaboração dos projetos executivos e o início dos processos licitatórios.

Também em 2015, contou-se com outra importante ferramenta no combate ao crime: o lançamento do Sinesp Cidadão, aplicativo que possibilita a consulta e a identificação de placas de veículos, pessoas desaparecidas e mandados de prisão em aberto. Esse aplicativo já teve mais de sete milhões de *downloads*, contribuindo para a recuperação de mais de 168 mil veículos e recaptura de 25 mil foragidos.

Em experiência-piloto no Estado de Roraima, em 2015, no âmbito do Projeto de Procedimentos Policiais Eletrônicos (PPE), implementou-se o modelo de padronização do registro de ocorrências nas delegacias da capital, que contou com o registro de mais de 12 mil ocorrências. Para 2016, dois novos módulos serão inseridos no PPE: o termo circunstanciado e o inquérito policial padronizados, ampliando a implementação do projeto-piloto para mais três Estados – Amapá, Maranhão e Piauí.

No ano de 2015, mais de 155 mil profissionais de segurança pública foram capacitados em cursos presenciais e a distância. O ensino policial foi intensificado em temáticas específicas que visaram à qualificação profissional e à redução da criminalidade violenta, mantida a transversalidade dos direitos humanos. Foram ofertados cursos de aperfeiçoamento profissional e pós-graduação em diversas áreas do conhecimento, fortalecendo programas prioritários. No próximo ano, o Governo Federal fortalecerá ainda mais a preparação dos profissionais de segurança pública, com foco no enfrentamento qualificado aos homicídios, na segurança nas fronteiras, nos direitos humanos e na proteção aos grupos mais vulneráveis à violência.

A Força Nacional de Segurança Pública, em 2015, atuou em 56 operações nos segmentos de Polícia Ostensiva, Polícia Judiciária, Defesa Civil e Perícia Forense, em 18 Estados e no Distrito Federal. O foco consistiu em ações de combate a homicídios, crimes de fronteira, apoio a fiscalizações do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), apoio a entes estaduais em crise no sistema prisional, diminuição de inquéritos policiais e confecção de laudos periciais, ações de guarda-vidas, proteção de indígenas, atuação em áreas de conflito de terra, reintegração de posse, segurança das instalações e área de afetação das obras da usina de Belo Monte, além do apoio às seções de aviação dos entes federados e patrulhamento aéreo.

Ainda relacionado à segurança pública, o Departamento de Polícia Federal (DPF) efetuou inúmeras ações de polícia judiciária da União. Foram realizadas 51 operações envolvendo desvio de recursos públicos, com identificação de prejuízos na ordem de R$ 130 milhões. Nessa área, existem 9.430 inquéritos em tramitação, que apuram o montante de R$ 39,3 bilhões em contratos sob suspeita. Visando à atuação proativa do DPF no combate aos desvios de recursos públicos, iniciou-se a implementação de sistema de acompanhamento das contas vinculadas a repasses de recursos públicos da União, que permite rastrear a sua efetiva aplicação em saúde, educação e assistência social pelos Estados, pelo Distrito Federal, pelos Municípios e pelas entidades privadas sem fins lucrativos.

Na repressão aos crimes contra o meio ambiente, foram intensificadas investigações contra grandes organizações criminosas, com foco na repressão à corrupção de servidores públicos e na quantificação dos danos ambientais. Destacam-se as operações Enredados, Forjas e Madeira Limpa, cujos danos ambientais constatados se aproximam a R$ 100 milhões, tendo sido adotadas medidas de descapitalização dos grupos criminosos como estratégia de combate à impunidade. Para 2016, está prevista a intensificação da utilização do georreferenciamento e de imagens de satélite.

Referente ao combate às organizações criminosas voltadas para delitos contra a previdência social, houve a apuração de prejuízo ao erário no volume de cerca de R$ 119 milhões. Com o escopo de otimizar a recuperação desses recursos ilicitamente obtidos dos cofres públicos, houve incremento dos serviços de capacitação oferecidos aos servidores, a exemplo do curso básico de Investigação Previdenciária, na modalidade de ensino a distância, e do curso de Planejamento Operacional em Matéria Previdenciária.

Na repressão aos crimes fazendários, houve aprimoramento das investigações de falsificação de moedas e de fraudes praticadas mediante o uso de cheques. A estruturação de uma base de investigação centralizada refletiu no aumento de operações de repressão aos crimes fazendários.

Quanto ao combate às organizações criminosas de tráfico de drogas, destacam-se os investimentos para a ampliação e o desenvolvimento das ações do Grupo Especial de Investigações Sensíveis (GISE), que atingiu, no ano de 2015, o patamar de R$ 160 milhões de patrimônio sequestrado ou apreendido com essas organizações criminosas, considerando dinheiro e bens móveis e imóveis.

A área de inteligência policial, durante 2015, teve forte atuação na elaboração das análises de risco na área de inteligência estratégica e no desenvolvimento de operações de inteligência de enfrentamento ao terrorismo. A atuação da contrainteligência pautou-se pela proteção ao conhecimento produzido no âmbito da Polícia Federal, além do combate à corrupção, com a execução de operações sensíveis. Destaca-se o combate a fraudes no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), que, com a utilização da Ferramenta de Análise e de Inteligência Policial (Sinapse-BI), permitiu a análise de grande volume de dados.

Está previsto para 2016 o apoio ao processo eleitoral municipal, por meio do levantamento de informações de inteligência e cooperação com agências congêneres para o combate a possíveis fraudes.

Na área técnico-científica, no ano de 2015, foi iniciada a execução da segunda fase da obra de reforma e ampliação do Instituto Nacional de Criminalística (INC), que será o maior centro de difusão de ciências forenses da América Latina, contando com dois laboratórios acreditados internacionalmente. Com a ampliação, a perícia criminal federal busca a constante excelência dos resultados técnicos (gestão da qualidade da prova) e o apoio no desenvolvimento científico dos institutos de criminalística que buscam atender às novas demandas, frente aos crescentes níveis de conhecimento e especialização requeridos na apreciação de vestígios em procedimentos pré-processuais e judiciários da esfera criminal.

Em relação às atividades de polícia administrativa, foram expedidos cerca de 2,3 milhões documentos de viagem, predominantemente passaportes. Com a renovação do parque tecnológico e a melhoria na cultura de gestão e criação de indicadores de desempenho, a média nacional de espera para agendar atendimento de solicitação de passaporte passou de 25 dias, no início de 2015, para 3,1 dias em 31 de dezembro. As ações previstas para 2016 têm foco na integração do Sistema Nacional de Passaportes com o Sistema do Serviço Militar (Sermil), das Forças Armadas, e com o Sistema de Banco de Dados de Eleitores, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), com o objetivo de diminuir a burocracia e a exigência de documentos, otimizar o atendimento ao cidadão e ampliar o nível de segurança do processo de emissão de passaportes.

Foram cerca de 24 milhões de registros de controle migratório em todas as fronteiras, os portos e os aeroportos do País, e emitidas mais de 215 mil carteiras de identidade de estrangeiros. Após a portaria de desburocratização do procedimento de permanência definitiva e registro de estrangeiro, o tempo de processamento do pedido da permanência diminuiu em quase 90%. Os pedidos de refúgio ultrapassaram a marca de 29 mil.

Na questão de segurança privada, foram julgados mais de sete mil processos punitivos e aplicadas multas no valor total de cerca de R$ 125 milhões, além do cancelamento da autorização de funcionamento de 357 empresas de segurança privada. Foram emitidas mais de 174 mil carteiras nacionais de vigilantes, gerando uma arrecadação de R$ 2,8 milhões.

Deu-se sequência ao acompanhamento de reuniões relacionadas aos tratados internacionais sobre armas de fogo, a exemplo da Convenção Interamericana Contra a Fabricação e o Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e Outros Materiais Correlatos (CIFTA), da Organização dos Estados Americanos (OEA) e do Grupo de Trabalho de Armas e Munições (GTAM) do Mercado Comum do Sul (Mercosul). Para o ano de 2016, a principal ação consistirá em implantar o novo Sistema Nacional de Armas (Sinarm).

Em relação ao controle de produtos químicos foram fiscalizadas 519 empresas, emitidos mais de 45,3 mil certificados, emitidas mais de 15 mil autorizações prévias de importação ou exportação e apreendidos mais de 134 mil litros de produtos químicos. O total arrecadado em taxas e multas foi superior a R$ 34 milhões.

No que diz respeito à logística policial e às condições de trabalho, deu-se continuidade, em 2015, à renovação do armamento da Polícia Federal e foi concluída a reforma da Superintendência Regional no Ceará. Continuam as obras de construção do Comando de Operações Táticas, do Núcleo de Polícia Marítima de Guaíra/PR e do Centro Nacional de Capacitação e Difusão de Ciências Forenses. Para 2016, será dada ênfase na aquisição de equipamentos menos letais e mobiliários. Também serão realizadas as obras necessárias ao suporte para os Jogos Rio 2016, contratadas no exercício 2015 para serem concluídas até junho de 2016.

Em referência à capacitação e aos treinamentos finalísticos, em 2015, as seguintes realizações merecem destaques: i) curso de aperfeiçoamento com 1.613 alunos-policiais; ii) curso de formação profissional para agentes da Polícia Federal, com 736 alunos; iii) quatro cursos de atualização na área de gestão de pessoas e capacitação (T&D); iv) 265 cursos de atualização e treinamento policial, sendo nove ações de capacitação internacionais planejadas e executadas, com formação de 284 alunos estrangeiros e 121 cursos de formação continuada a distância; e v) oito encontros gerenciais nas áreas de perícia, abordagem, gerenciamento de crises e gestões policiais. Essas atividades possibilitaram a capacitação de 2.730 servidores em cursos presenciais e 9.279 em cursos a distância, totalizando um montante de 12.009 servidores policiais e administrativos capacitados.

b) Segurança nas Rodovias

Mantendo a sistemática preceituada no Plano de Enfrentamento à Violência no Trânsito, a Polícia Rodoviária Federal (PRF) atua no policiamento balizado em análises estatísticas e aplicação de fiscalização em pontos críticos das rodovias federais. Assim, em 2015, constatou-se a redução de 26,4% no número absoluto de acidentes e de 18,4% no número absoluto de óbitos em rodovias federais, em comparação com o ano de 2014.

Ainda em consonância com a busca do melhoramento institucional, mais de mil servidores foram capacitados na Academia Nacional da Polícia Rodoviária Federal, incluindo a realização do curso de formação profissional para 134 novos policiais na modalidade presencial e mais de cinco mil na modalidade a distância, além de parcerias com outros órgãos para a capacitação de servidores.

No ano de 2015, houve a continuidade da implantação do sistema de radiocomunicação digital na faixa de fronteira dos Estados do Paraná, do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul, com a conclusão de 2,1 mil km de cobertura contínua em rodovias federais desses Estados e a aquisição de seis mil terminais de comunicação.

Visando o aumento da eficácia das atividades policiais, foram distribuídos para todas as unidades do País oito mil equipamentos de comunicação do tipo *smartphones*, alcançando 90% do efetivo da PRF, como parte de um sistema mais amplo de informações que permite aos servidores policiais o acesso a todos os sistemas de consulta da instituição, além de permitir a gestão de veículos retidos e informações operacionais e administrativas, dentre outras funcionalidades.

O Sistema Alerta Brasil, com 35 pontos de monitoramento e fiscalização eletrônica de veículos, vem trazendo aumento do número de veículos fiscalizados eletronicamente, proporcionando uma reação proativa quanto ao combate de ilícitos e à redução de acidentes.

Para facilitar a obtenção de informações e o acesso aos serviços, o novo portal PRF adota o modelo de Dados Abertos, no qual estatísticas e informações relevantes podem ser consultadas pelos usuários das rodovias e pelos demais cidadãos. No mesmo Portal, foi disponibilizado o registro eletrônico da Declaração de Acidentes de Trânsito (e-DAT), permitindo que o próprio usuário envolvido em acidente de trânsito nas rodovias federais possa registrar as ocorrências de pequena monta, otimizando o serviço policial para as ocorrências de maior vulto, cuja presença é imprescindível.

Com relação à infraestrutura, encontram-se em andamento 18 obras de construção ou reformas de unidades policiais da PRF em âmbito nacional, previstas as conclusões de outras 14 obras pelo País. Para 2016, mantido o ritmo de construções, reformas, ampliações e contratações de projetos executivos, estão previstas as execuções de mais 30 obras.

No que se refere às aquisições em 2015, foram adquiridos 36 radares eletrônicos de velocidade, item essencial à realização da atividade-fim da PRF.

Para 2016, complementando o Sistema de Registro de Acidentes, está prevista a disponibilização da ferramenta no modelo multiagência, que permitirá a integração de sistemas com órgãos das diversas esferas da administração, mediante convênio, permitindo o registro das ocorrências de acidentes em âmbito estadual e até municipal pelos respectivos órgãos de trânsito. Além disso, a PRF seguirá com a ampliação da solução de radiocomunicação digital, abrangendo a totalidade dos Estados do Paraná, do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul, e a implementação nos Estados de SC, RO, AC, AM, RR, AP e no DF. A solução será potencializada pela previsão de compartilhamento da infraestrutura com órgãos estaduais de segurança pública.

c) Sistema Penitenciário Brasileiro

Desde o ano 2000, a população prisional cresceu, em média, 7% ao ano, chegando à marca de mais de 607 mil pessoas encarceradas no País em 2014, custodiadas em estabelecimentos prisionais com ocupação média de 161% em relação à sua capacidade. Entre os principais esforços empreendidos pelo Ministério da Justiça, durante o ano de 2015, ressalta-se a política de estreitamento das relações com as unidades federadas, para apresentação de resultados, celebração de convênios e pactuação de diretrizes para o aprimoramento da gestão prisional.

Destaca-se, ainda, a ação de aprimoramento da gestão da informação, consolidada nos esforços de repactuação metodológica do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen) e na publicação inédita de relatório analítico aprofundado sobre a realidade prisional no País, trazendo informações sobre o perfil das pessoas encarceradas, a infraestrutura das unidades prisionais e os serviços oferecidos no sistema.

As políticas de alternativas penais receberam, pela primeira vez, o impulso de um planejamento estratégico, que direcionou investimentos da ordem de R$ 26 milhões à implementação das Centrais de Monitoração Eletrônica e outros R$ 12 milhões

às Centrais Integradas de Alternativas Penais. No tocante às políticas de reintegração social, foram desenvolvidas ações para promoção de capacitação profissional.

De modo geral, os esforços vêm sendo canalizados na promoção de uma política nacional de melhoria dos serviços penais, que pode ser resumida em quatro eixos principais: i) apoio à gestão dos serviços penais e redução do déficit carcerário; ii) humanização das condições carcerárias e integração social; iii) alternativas penais e gestão de problemas relacionados ao hiperencarceramento; e iv) modernização do sistema penitenciário nacional.

Com relação aos esforços para a redução do déficit carcerário, observam-se os avanços obtidos pelo Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional, lançado em novembro de 2011, cujas principais metas são: zerar o déficit de vagas feminino (9.565 vagas em junho de 2014) e reduzir o número de presos em delegacias de polícia (da ordem de 27.950 pessoas), transferindo-os para cadeias públicas. Desde 2011, já foram entregues mais de dez mil vagas de contratos anteriores ao Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional. Entre 2011 e 2015, foram financiadas 99 obras com a expectativa de geração de 45.934 novas vagas.

No tocante ao apoio aos Estados, cabe ressaltar os esforços de aparelhamento das unidades prisionais com vistas à melhoria da gestão prisional e humanização do atendimento às pessoas privadas de liberdade e seus familiares. Nesse sentido, foram adquiridos e entregues, até dezembro de 2015, a todas as unidades da Federação, 2.690 equipamentos de inspeção eletrônica (sendo 59 aparelhos de raios-X, 739 detectores banquetas, 170 detectores portais e 1.722 detectores manuais), que garantem segurança e agilidade no processo de revista. Nessa temática, merece destaque, também, a atuação da Escola Nacional de Serviços Penais (Espen). A partir do apoio oferecido pela Espen para a criação de escolas estaduais, atualmente todas as unidades da Federação contam com estruturas semelhantes, oferecendo mais de 40 mil vagas em diversos cursos de capacitação para servidores estaduais e federais que trabalham no sistema prisional.

Em relação às ações voltadas para a humanização das condições carcerárias e integração social, a atuação do Depen se deu em quatro âmbitos principais: i) a Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas; ii) a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional; iii) a política educacional nos presídios; e iv) o Programa de Capacitação Profissional e Implantação de Oficinas Permanentes (Procap).

A Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional (Pnampe) orienta os governos estaduais na elaboração de ações para: i) atenção à gestação e à maternidade na prisão; ii) assistência material; iii) acesso à saúde, à educação e ao trabalho; iv) assistência jurídica; v) atendimento psicológico; e vi) capacitação permanente de profissionais do sistema prisional feminino. Até 2015, a Pnampe desenvolveu ações relacionadas ao oferecimento de projeto-referência de arquitetura das prisões femininas às unidades da Federação, equipado com módulo de berçário e estrutura adequada a custodiar a mulher gestante. Além disso, entregou 43 centros de referência materno infantil, beneficiando 14 mil mulheres atendidas por serviços de assistência integrados ao Programa Rede Cegonha. Ainda entre as metas observadas, tem-se a publicação do primeiro relatório nacional sobre a população penitenciária feminina do País – Infopen Mulheres –, que oferece importantes subsídios aos gestores públicos no desenvolvimento e na implementação de políticas voltadas para mulheres privadas de liberdade.

A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional conta com a adesão de 22 Estados, do Distrito Federal e de 232 Municípios. O objetivo é que cada unidade prisional seja um ponto integrante da Rede de Atenção à Saúde do Sistema Único de Saúde (SUS). Neste contexto, foram implantadas, até o momento, 293 Unidades Básicas de Saúde Prisionais (UBSp).

Para o incentivo das equipes de saúde prisionais, o Governo Federal investiu, em 2015, cerca de R$ 48 milhões. Destaca-se a criação do serviço de avaliação e acompanhamento de medidas terapêuticas aplicáveis à pessoa com transtorno mental em conflito com a lei. Em 2015, também, foram celebrados convênios para repasse de recursos visando ao aparelhamento e o reaparelhamento de 654 unidades básicas de saúde localizadas nas unidades prisionais de 24 unidades da Federação, representando um investimento de R$ 44 milhões, o que beneficiará mais de 485 mil presos.

Na política educacional nos presídios, em 2015 foram aprovadas mais de 13 mil matrículas no Pronatec. As ações de educação para jovens e adultos também foram expandidas, tendo sido reservadas para o sistema prisional mais dez mil novas vagas. Além disso, foi ampliado o acesso aos exames educacionais de certificação: em 2015, mais de 42 mil pessoas privadas de liberdade se inscreveram no Enem. Destaca-se, ainda, o Programa Brasil Alfabetizado que, em parceria com o Ministério da Educação e com as Secretarias Estaduais, iniciou ação visando erradicar o analfabetismo no sistema prisional brasileiro. Nas penitenciárias federais, foi implementado o Projeto Remição pela Leitura, que permite a redução da pena dos presos que participarem de atividades orientadas de leitura de livros, reconhecido internacionalmente como prática inovadora de reinserção social.

Entre as ações voltadas à humanização das condições carcerárias e integração social, foram empreendidos esforços no sentido de fortalecer o Projeto de Capacitação Profissional e Implantação de Oficinas Permanentes (Procap), com implantação de oficinas de construção civil, panificação e confeitaria, corte e costura industrial, serralheria, marcenaria, manutenção de equipamentos de informática e produção de fraldas. Foram celebrados, em 2015, convênios para a implantação de mais 122 oficinas nas unidades prisionais do País, atingindo um total de 4,5 mil presos, com R$ 23 milhões em investimento.

No tocante às ações voltadas à promoção de alternativas penais e gestão de problemas relacionados ao hiperencarceramento no País, destacam-se os esforços para a implantação dos projetos de Centrais Integradas de Alternativas Penais, destinadas ao acompanhamento local do cumprimento das alternativas penais. Em 2015, foram repassados recursos no valor de R$ 12 milhões para os projetos de Centrais Integradas e investidos R$ 26 milhões para implementação de Centrais de Monitoração Eletrônica de tornozeleiras, com a intenção de beneficiar pelo menos 18 unidades federadas: AC, AM, BA, CE, DF, MA, MG, MT, PA, PE, PI, PR, RJ, RN, RO, RR, SE e SP.

No tocante à modernização do sistema penitenciário nacional, foram desenvolvidas ações no sentido de desenvolver o Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional (Sisdepen), uma ferramenta apta a promover a integração da informação sobre a execução penal em âmbito nacional. O sistema visa propiciar dignidade e acesso à justiça, em cumprimento ao disposto na Lei nº 12.714, de 14 de setembro de 2012, permitindo maior controle, segurança, eficiência e economicidade operacional. O primeiro módulo do Sisdepen será oferecido, sem ônus, aos responsáveis pela gestão da informação em unidades prisionais e órgãos da administração penitenciária estadual no primeiro semestre de 2016, e substituirá o antigo sistema Infopen, oferecendo cadastro das informações básicas sobre a população prisional, a infraestrutura e a gestão das unidades prisionais.

Para o ano de 2016, pretende-se desenvolver a Missão de Apoio à Gestão dos Serviços Penais, formada por uma equipe de excelência, composta por servidores dos sistemas penitenciário federal e estaduais, que oferecerá ferramentas gerenciais, projetos e capacitação às unidades federadas, com a finalidade de melhoria da gestão de seus sistemas prisionais e a garantia de direitos às pessoas privadas de liberdade.

Ainda no ano de 2016, as ações de aparelhamento do sistema prisional serão fortalecidas por meio de doações dos equipamentos de raios-X adquiridos pela União e utilizados durante os Jogos Rio 2016. Após o término das competições, os equipamentos serão utilizados para promover a eficiência e a humanização das revistas em unidades prisionais, tendo em vista a erradicação do uso da revista vexatória no sistema prisional.

d) Combate à Pirataria e Delitos Contra a Propriedade Intelectual

No ano de 2015, o Conselho Nacional de Combate à Pirataria (CNCP) firmou parceria com várias prefeituras, no âmbito do projeto Cidade Livre de Pirataria, que visa proporcionar um sistema amplo de cooperação para promover ações repressivas, educativas e econômicas para o enfrentamento da pirataria e dos demais delitos contra a propriedade intelectual. Ao todo, o CNCP estabeleceu parcerias com 14 cidades, e encontra-se em tratativas com mais três.

Também foi realizada coleta de dados em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que realizou um mapeamento do consumo de produtos piratas e contrafeitos no País, utilizando ferramenta de pesquisa conhecida como Sistema de Informações de Percepções Sociais (SIPS), vocacionado a dimensionar os hábitos de consumo do público alvo. No âmbito dessa pesquisa, foram realizadas 3,8 mil entrevistas, em mais de 200 cidades em todas as regiões do Brasil, no ano de 2014, cujo resultado foi apresentado em reunião do CNCP em 2015.

No ano de 2015, o CNCP aprovou cartilha educativa, em parceria com o Sindicato Nacional dos Analistas-Tributários da Receita Federal do Brasil (Sindireceita), voltada para crianças em ensino fundamental, com objetivo pedagógico de ensiná-las sobre as desvantagens e os problemas de utilizar produtos falsificados.

Ainda em 2015, o CNCP premiou os vencedores do 4º Prêmio Nacional de Combate à Pirataria e lançou a 5ª edição do Prêmio, com vistas a recompensar as entidades públicas e privadas com atuação destacada no enfrentamento à pirataria e outros delitos contra a propriedade intelectual.

Para o ano de 2016, a atuação do CNCP será focada em ações repressivas, econômicas e, especialmente, educativas, para promover o combate à pirataria, além da realização dos eventos anuais supramencionados, com foco especial nas Olimpíadas e Paralimpíadas de 2016. Prevê-se, também, o aprimoramento do portal de comunicação na Internet e a realização do seminário anual do CNCP, além da realização da 6ª edição do Prêmio Nacional de Combate à Pirataria.

e) Cidadania e Acesso à Justiça

A fim de proteger e garantir os direitos do cidadão, com enfoque na promoção da justiça de transição, o Ministério da Justiça, por meio da Comissão de Anistia, aprofundou sua atuação em 2015, e promoveu avanços na apreciação de requerimentos de anistia política e na promoção de projetos de memória e reparação. No âmbito da reparação moral e econômica individual, as atividades de análise e julgamento de requerimentos de anistia política possibilitaram a apreciação de 2.694 processos. Desde sua criação, em 2001, a Comissão de Anistia apreciou cerca de 61 mil requerimentos, num universo de mais de 75 mil.

Com o intuito de promover a reparação integral, outras iniciativas também foram desenvolvidas. Destaca-se a reparação psíquica, que consiste no atendimento terapêutico à vítima da violência de Estado. Foi concluído em 2015 o projeto-piloto de Clínicas do Testemunho, iniciado em 2012 com quatro clínicas apoiadas e a formação da Rede Nacional Clínicas do Testemunho. Ao longo do período, as clínicas totalizaram mais de quatro mil atendimentos terapêuticos às vítimas da violência de Estado (beneficiando cerca de 300 famílias), mais de 30 conversas públicas de divulgação do projeto e sua metodologia com dois mil participantes, mais de 400 horas de capacitação de profissionais de diversas áreas, além da produção de publicações e materiais audiovisuais.

Diversos projetos integram as ações de memória e reparação moral, simbólica e coletiva, que produziram os seguintes resultados em 2015: i) o projeto Marcas da Memória, que viabilizou a execução de dez convênios e termos de parceria com organizações da sociedade civil que atuam na pauta da anistia política, além de três termos de cooperação com entidades públicas federais,

os quais geraram onze produtos culturais de memória; e ii) o projeto Caravanas da Anistia, que realizou quatro sessões públicas de julgamento de caráter educativo, levando à apreciação de requerimentos de anistia nas regiões Sudeste e Norte (Estados de MG, SP, TO e PA).

Ressalta-se o lançamento do Laboratório de Tecnologia para Pesquisa em Memória e Direitos Humanos (LAB-MDH), iniciativa que aplica tecnologias de última geração em análise e sistematização de dados para produzir conhecimento na temática da justiça de transição e dos direitos humanos a partir do acervo da Comissão de Anistia.

Contribuindo ainda para o conjunto de ações de memória, no âmbito da cooperação internacional, deu-se continuidade às ações de cooperação com organismos internacionais, com destaque para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), bem como o lançamento do manual Da Memória à Ação, resultado da parceria estabelecida com a Coalizão Internacional de Sítios de Consciência, rede dedicada ao tema da memória e da justiça de transição. Por fim, avançou-se na implementação do projeto Memorial da Anistia Política do Brasil, em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), por meio da continuidade das obras de reforma e das novas edificações do complexo do Memorial.

Destaca-se, ainda, o reconhecimento, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), do valor histórico do acervo de requerimentos de anistia da Comissão de Anistia, que foi declarado Patrimônio Documental Regional do Programa Memória do Mundo.

Em 2016, a Comissão de Anistia dará continuidade às ações de memória, por meio da consolidação e do aprimoramento dos projetos em andamento, bem como às ações de reparação psíquica, com o início de uma nova etapa do projeto Clínicas do Testemunho. A apreciação de requerimentos de anistia será otimizada com a conclusão de outros dois módulos do sistema de gerenciamento, prevista para o próximo ano.

Ainda relacionado à proteção e à garantia de direitos do cidadão, especificamente ao enfrentamento ao tráfico de pessoas, no ano de 2015, foram realizadas ações de continuidade ao II Plano Nacional dessa política pública. Dentre estas ações, destaca-se o trabalho de fortalecimento da rede de Núcleos de Enfrentamento e Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante. No segundo semestre, a rede foi ampliada com a inauguração do Posto Avançado do Aeroporto Internacional de Manaus/AM.

Em 2016, além da conclusão do II Plano Nacional e da avaliação de suas ações, pretende-se construir o III Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e dar continuidade ao projeto Migrações Transfronteiriças, parceria firmada com o *International Centre for Migration Policy Development* (ICMPD), com a realização de oficinas em Municípios de fronteira.

A política pública de classificação indicativa, que visa informar a faixa etária recomendada de programas de televisão, jogos e filmes para preservar a condição peculiar de pessoa em desenvolvimento de crianças e adolescentes, alcançou os seguintes resultados em 2015: o início da fase de operação plena do sistema *International Age Rating Coalition* (Iarc), conhecida como Coalizão Internacional de Classificação Indicativa, que permite levar a classificação para o crescente mercado de mídias digitais. O sistema já abarca quatro das maiores lojas mundiais de jogos eletrônicos e aplicativos, classifica milhares de produtos diariamente em mais de 140 países, com público diário de 1,4 bilhão de pessoas e cobertura superior a 90% do mercado digital brasileiro. Foram, ainda, ofertados aos cidadãos interessados cursos a distância sobre as metodologias, os critérios e princípios da classificação indicativa. Para 2016, pretende-se aperfeiçoar a utilização de novas tecnologias para a adoção de autoclassificação pelos segmentos do setor audiovisual.

O acesso à justiça abrange tanto o acesso às instituições do Poder Judiciário, como a todas as formas, práticas, iniciativas ou instituições que permitam aos cidadãos a proteção ou a reparação de eventual lesão aos seus direitos. Nesse sentido, a Escola Nacional de Mediação (Enam), que tem como objetivo disseminar as técnicas de resolução extrajudicial de conflitos e fomentar a cultura de diálogo e paz, ofereceu 11,5 mil vagas em quatro diferentes cursos ao longo de 2015: i) "Resolução de Conflitos para Representantes de Empresas"; ii) "Fundamentos da Mediação Comunitária"; iii) "Fundamentos da Mediação para a Defensoria Pública"; e iv) "Resolvendo Conflitos de Forma Construtiva: a Contribuição de Cada um Para uma Cultura de Paz". Em 2016, prevê-se a oferta de mais três cursos.

No que diz respeito às portas de acesso à justiça, foi publicado, no âmbito do Projeto Atlas, o 3º caderno de Indicadores Nacionais de Acesso à Justiça, atualizando o índice do Indicador Nacional de Justiça (Inaj) e apresentando novas formas de acompanhar o referido acesso. Criou-se o Inaj referente a mulheres em situação de violência doméstica e foram desagregados os dados da Justiça Estadual, Federal e do Trabalho, permitindo abordagem analítica sobre essas portas. Ainda, foi lançada ferramenta de direcionamento de serviços em que, a partir da digitação do problema pelo cidadão, o Portal indica diferentes portas para que tenha seu acesso à justiça concretizado. Para 2016, está prevista a atualização e o aprimoramento dos indicadores de acesso à justiça.

A produção de conhecimento sobre o acesso à justiça avançou, em 2015, com o lançamento de pesquisas, com especial destaque para o "Estudo Sobre a Violência Doméstica Fatal – o Problema do Feminicídio Íntimo no Brasil" e o "Estudo sobre o Tempo Médio do Processo de Homicídio" –, que tiveram grande repercussão, tendo em vista a aprovação da Lei do Feminicídio e os estudos prévios para o lançamento do Pacto Nacional pela Redução de Homicídios.

Os Núcleos de Justiça Comunitária, juntamente com as Casas de Direitos, buscam facilitar a promoção de políticas e serviços públicos de acesso à justiça e à cidadania nas comunidades em situação de vulnerabilidade, contribuindo para a prevenção à violência. Em 2015, foi publicado edital para a instalação de seis novos núcleos, priorizando Estados e Municípios com índices de homicídios mais elevados. Foi elaborado, também, no âmbito da cooperação com o Programa Regional de Cooperação da União Europeia com a América Latina para a Coesão Social (EUROsociAL II), um plano de sustentabilidade para as Casas de Direitos, visando a sua expansão para todo o território nacional. As Câmaras de Monitoramento instaladas nos Estados de Alagoas e Sergipe, promoveram a articulação entre os órgãos de Segurança Pública e de Justiça Criminal. Em 2016, pretende-se a instalação de novas Câmaras.

Para a promoção efetiva do acesso à justiça, as defensorias públicas precisam ter papel protagonista para atendimento à população em situação de vulnerabilidade econômica ou organizacional. Nesse sentido, foi firmada parceria com a Organização dos Estados Americanos (OEA) e o Pnud com o objetivo de auxiliar as defensorias públicas a desenvolverem capacidades internas e projetos, de modo a acessar recursos direcionados à sua modernização. Assim, em 2015, já foi realizado levantamento da situação de todas as defensorias públicas para que, em 2016, sejam elaborados projetos específicos para cada uma delas.

f) Migrações e Refúgio

O fenômeno acentuado das atuais migrações e de refúgios, provocados por motivos diversos, entre os quais a globalização, a violação de direitos, as guerras e os conflitos raciais ou religiosos, as perseguições e as catástrofes naturais, tem direcionado especial atenção do Brasil para o atendimento e promoção de direitos de migrantes e refugiados no País.

Nesse âmbito, destaca-se a tramitação da Nova Lei de Migrações, objeto do Projeto de Lei nº 288/2013, e o funcionamento da Comissão Especial criada na Câmara dos Deputados para a reforma migratória.

Em 2015, diversas ações específicas sobre a política para refugiados e voltadas para o fortalecimento de garantias aos migrantes e refugiados foram implementadas pelo Comitê Nacional para os Refugiados do Ministério da Justiça (Conare), dentre elas: i) reconhecimento de 1.228 solicitantes de refúgio como refugiados; ii) descentralização do Conare, com abertura das unidades regionais nas cidades de Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo; iii) fortalecimento e ampliação da equipe do Conare, com disponibilização e capacitação de servidores; iv) criação de banco de voluntários para intérpretes e pesquisadores; v) construção de banco de conhecimento sobre informação especializada para elegibilidade e fluxos internos de capacitação e formação; vi) implementação e aprimoramento do sistema de processo eletrônico e videoconferência; vii) prorrogação, por mais dois anos, da vigência da Resolução que autorizou as missões diplomáticas brasileiras a emitir visto especial a pessoas afetadas pelo conflito na Síria; e viii) campanha de sensibilização sobre o refúgio nas mídias sociais.

Cabe mencionar a criação da instância especializada no tema refúgio durante a Presidência *Pro Tempore* Brasileira no Mercosul no primeiro semestre de 2015, instalada no âmbito da Reunião de Ministros de Interior e Justiça do Mercosul.

Ainda em 2015, apoiou-se a implantação ou fortalecimento, nos Estados e Municípios, de equipamentos públicos e serviços de acolhimento e atendimento a migrantes e aos refugiados, bem como a modernização das normas de permanência e da documentação migratória e de naturalização e igualdade de direitos. Assim, ao longo de 2015, foram concedidos 1.247 naturalizações e 192 reconhecimentos de igualdade de direitos entre portugueses e brasileiros, além de 13.709 permanências concedidas ou prorrogadas.

Em 2016, conta-se com: i) a edição da nova Lei de Migrações; ii) a criação e implementação de Política Nacional sobre Migrações, Refúgio e Apatridia; iii) o apoio a Estados e a Municípios das regiões de fixação de migrantes e refugiados na implantação de rede de equipamentos e serviços públicos de acolhimento; e iv) o apoio às organizações da sociedade civil voltadas ao atendimento à população refugiada e solicitante de refúgio, mediante chamamento público.

g) Cooperação Internacional

No âmbito da cooperação jurídica internacional, foram processados, em 2015, 3,3 mil pedidos de cooperação em matéria cível (ações de alimentos, investigação de paternidade, indenização etc.) e cerca de 1,3 mil em matéria penal. Quanto aos casos de recuperação de ativos, somente no referido ano foram bloqueados mais de US$ 400 milhões no exterior, além de imóveis e bens de valor cultural e histórico, resultantes de crimes praticados no Brasil.

Foram, ainda, obtidos a repatriação de mais de US$ 90 milhões oriundos de prática de crimes financeiros, corrupção e lavagem de dinheiro no Brasil, e obras de arte. Também foram repatriados sete filhotes de serpente rara brasileira, retiradas ilicitamente do território nacional mediante a prática de contrabando e crimes ambientais.

Com a finalidade de ampliar e sedimentar as bases jurídicas para a cooperação jurídica internacional, foram enviadas propostas ou contrapropostas de acordos de cooperação jurídica internacional em matéria civil com Angola, Cuba, Índia, Irã, Província de Columbia Britânica do Canadá e Sérvia e, em matéria penal, com Belarus, Bolívia, Bulgária, Egito, Emirados Árabes, Iraque,

Lituânia, Luxemburgo, Omã e Sérvia. Foi proposto e está em negociação, no âmbito do Mercosul, acordo sobre procedimentos civis e administrativos contra a corrupção.

Foi também assinado acordo de cooperação jurídica internacional em matéria penal com o Cazaquistão, e foram submetidos à aprovação do Congresso acordos de cooperação jurídica internacional em matéria penal com Bélgica e Jordânia. Também entrou em vigor o acordo de cooperação jurídica internacional em matéria civil com a China.

Encontra-se no Congresso Nacional, para aprovação, a Convenção da Haia sobre Cobrança Internacional de Alimentos para Crianças e outros Membros da Família, a qual visa simplificar e acelerar os processos para obtenção de pensões alimentícias no exterior. Foi também entregue ao Congresso a Convenção da Haia de Citação. Em dezembro, o Brasil aderiu à Convenção da Haia da Apostila. Ao adotar a chamada legalização única, a Convenção da Apostila permite que um documento público nacional seja reconhecido por todos os países em que a Convenção esteja em vigor, e vice-versa. Esse processo possibilitará uma significativa redução de tempo e custos aos cidadãos e empresas nacionais, assim como aos estrangeiros em relação ao Brasil.

Cabe mencionar que o Brasil está presidindo, no período de 2014 a 2016, o Grupo de Trabalho sobre Cooperação Jurídica em Matéria Penal, no âmbito da Reunião de Ministros da Justiça ou de outros Ministros ou Procuradores-Gerais das Américas (REMJA), da OEA.

Em 2015, foram realizadas diversas ações de cooperação internacional no âmbito da Polícia Federal, como a participação em discussões com representantes do Serviço Europeu de Polícia (Europol) acerca da minuta de acordo de cooperação estratégica a ser firmado entre o Brasil e aquele Serviço. As ações de policiais da Organização Internacional de Polícia Criminal (Interpol) no Brasil culminaram com a efetiva prisão de 56 foragidos estrangeiros em território nacional, sendo realizadas ainda 12 extradições ativas e 22 passivas. Também realizou a capacitação, por meio de cursos destinados às Forças de Segurança Pública de outros países, para 284 policiais da Guiné Bissau e de São Tomé e Príncipe. Estão em andamento outros 58 processos de extradições ativas e 93 passivas. Realizou-se o Programa de Cooperação Internacional em Aeroportos (Intercops), que visa o intercâmbio de experiências e metodologias de trabalho entre policiais de vários países envolvidos na repressão ao tráfico internacional de drogas e outros crimes, de modo que durante o ano participaram 60 policiais de aeroportos internacionais de 37 países.

Além disso, mencionam-se ações de controle sobre a maconha no Brasil e no Paraguai, que impediram a produção de mais de duas mil toneladas de maconha. Outro destaque foram as ações conjuntas com o Peru, relacionadas à Operação Trapézio, na fronteira com o Brasil (Amazonas – vale do rio Javari), que resultaram na destruição, em solo peruano, de oito laboratórios de processamento de pasta base de cocaína e na apreensão e na destruição de cerca de 924 toneladas de produtos químicos.

Em 2016, será dada continuidade às atividades do Grupo de Capturas e ao Intercops, juntamente com a capacitação de policiais em conhecimentos estratégicos sobre cooperação policial internacional. Além disso, são previstas a realização de encontros de alinhamento dos representantes da Interpol, a recepção de policiais estrangeiros participantes dos Jogos Rio 2016, bem como o estreitamento de outros laços de cooperação internacional, por meio das adidâncias policiais já estabelecidas, com vistas a reprimir outros tipos de crimes transnacionais.

h) Políticas de Prevenção, Atenção e Reinserção Social de Usuários de *Crack* e Outras Drogas

A atuação do Ministério da Justiça no ano de 2015 foi voltada para a redução do impacto social das drogas, envolvendo a gestão da política de prevenção, tratamento e reinserção social de usuários e dependentes de drogas. A Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad) é responsável pela execução de ações nos eixos de prevenção e cuidado do Programa *Crack*, é Possível

Vencer, por coordenar as ações do Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas (Sisnad), além de ser responsável pela gestão do Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas (Obid), reformulado em 2015.

Relativo às comunidades terapêuticas contratadas, foram mantidas as aproximadamente oito mil vagas junto a essa rede de entidades, para acolhimento de pessoas com problemas associados ao uso nocivo ou dependência de substância psicoativa. Também foi implementado um processo mais sólido de fiscalização dos contratos firmados. Outra ação de destaque foi a aprovação, pelo Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (Conad), da Resolução nº 1, de 19 de agosto de 2015, que regulamenta a atuação das comunidades terapêuticas no País. Essas entidades são dedicadas ao acolhimento de pessoas, em caráter voluntário, com problemas associados ao uso nocivo ou dependência de substância psicoativa. A Resolução acrescenta diretrizes de integração das comunidades terapêuticas aos serviços públicos de cuidado, especialmente aos serviços do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Sistema Único de Assistência Social (Suas), e pretende ser mais um documento de referência aos agentes responsáveis pela fiscalização do funcionamento desses serviços.

Para 2016, serão priorizadas a implementação da primeira fase do projeto de qualificação dos serviços prestados pelas comunidades terapêuticas, bem como a implementação do projeto que visa a articulação de parcerias com Estados e Municípios para a regulação do acesso às vagas e à fiscalização dos serviços de atenção em regime residencial transitório, financiadas pelo Governo Federal. Prevê-se, ainda, a manutenção das vagas atualmente financiadas, para acolhimento de pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de *crack* e outras drogas.

No âmbito do Ligue 132, serviço telefônico que difunde informações sobre drogas e realiza acompanhamento do usuário, operando 24 horas por dia, todos os dias da semana, inclusive finais de semana e feriados, foram realizados atendimentos de mais de 238 mil pessoas em 2015. De 2012 a 2015, foram protocoladas mais de um milhão de ligações. Para 2016, está prevista a reestruturação do referido serviço para melhorar a sua capacidade de atendimentos.

Com relação às capacitações, aproximadamente 85 mil vagas foram ofertadas para profissionais de diversas áreas de atuação, em cursos como: i) operadores do direito; ii) sistema para detecção do uso abusivo e dependência de substâncias psicoativas (Supera), que consiste no encaminhamento, intervenção breve, reinserção social e acompanhamento de dependentes e usuários; e iii) o curso de prevenção dos problemas relacionados ao uso de drogas, voltado para conselheiros e lideranças comunitárias.

Foram, ainda, ampliados e mantidos 52 Centros Regionais de Referência (CRR), que oferecem capacitações presenciais para profissionais de diversas áreas que lidam com a questão das drogas. Para 2016, há previsão de ser criado um portal de educação permanente para formação de profissionais e atores sociais das áreas de prevenção, cuidado e reinserção social.

Em 2015, também foram realizados 18 leilões, alguns dos quais em cooperação com os Estados, para alienação de bens dados em perdimento em favor do Fundo Nacional Antidrogas (Funad), por sentenças judiciais transitadas em julgado por tráfico de drogas. A arrecadação desses leilões foi de cerca de R$ 8,3 milhões no ano de 2015, uma evolução em relação aos R$ 7,2 milhões arrecadados no ano de 2014.

Houve, ainda, ampliação do Projeto Redes, que consiste na inserção de articuladores locais que fomentem espaços de discussão permanente sobre a temática e contribuam com a organização e articulação de redes intersetoriais de atenção ao usuário de álcool e outras drogas. Implementado em 2014, o projeto foi expandido em 2015 para 57 Municípios. Ainda no âmbito do referido projeto, 21 Municípios estão executando ações de reinserção social baseados na oferta de moradia, emprego e renda para dependentes químicos em situação de maior vulnerabilidade.

Dentre as ações previstas para 2016, está a ampliação dos núcleos de articulação da rede local de políticas sobre drogas do Projeto Redes para todos os 81 Municípios prioritários do Pacto Nacional pela Redução de Homicídios.

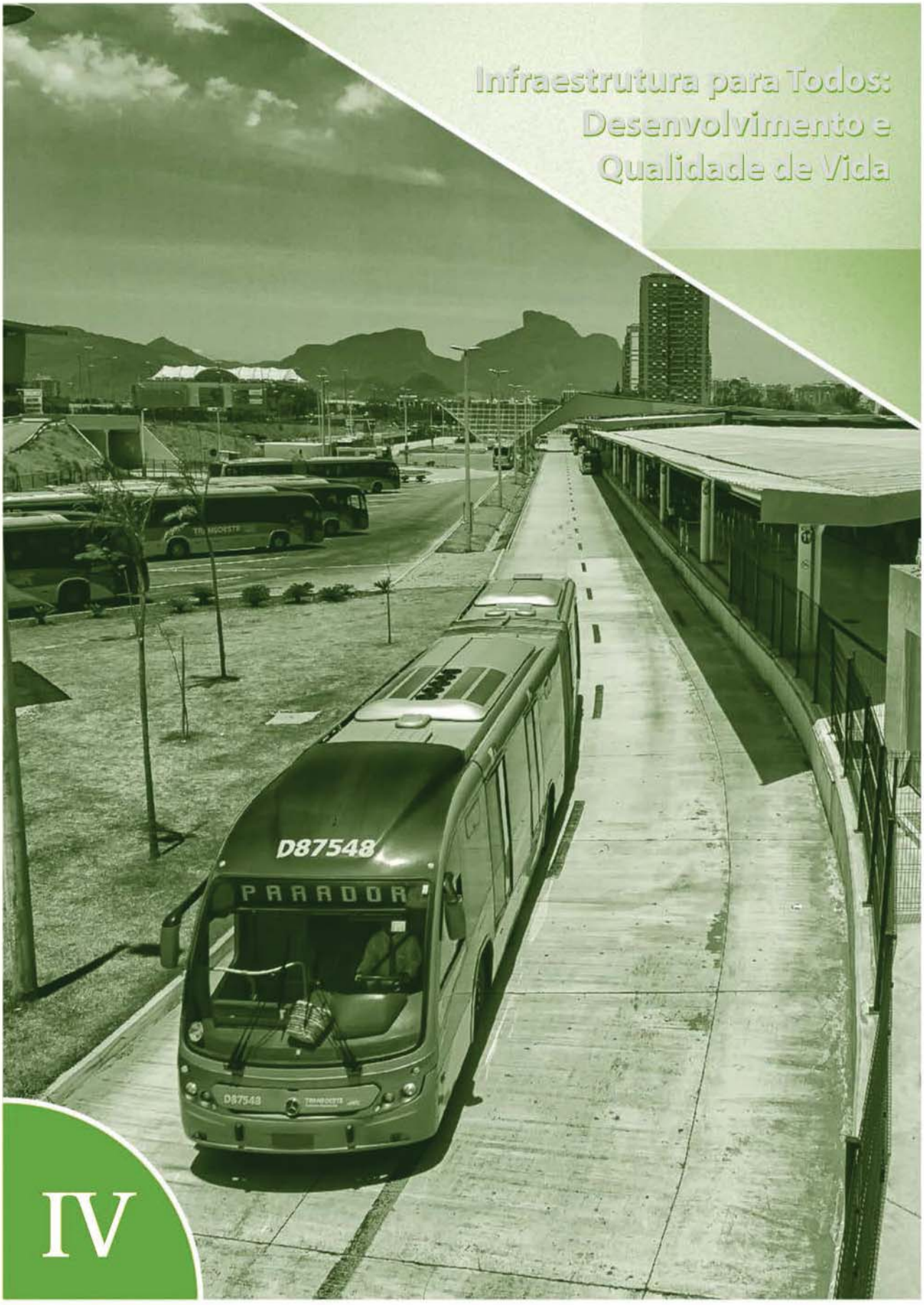
Quanto aos eventos na temática de prevenção do uso de drogas, destacam-se a 17ª Edição da Semana Nacional de Políticas sobre Drogas e o 14º Concurso de Monografias, por meio do qual foram convidados estudantes universitários para elaborarem trabalhos acadêmicos voltados à prevenção do uso de drogas. No ano de 2015, o tema eleito foi Prevenção do Uso de Drogas associado ao Comportamento de Risco.

O Projeto de Prevenção que realizou a adaptação de três programas de prevenção ao uso e ao abuso de álcool, *crack* e outras drogas a serem implementados no contexto escolar e familiar em parceria com as áreas de educação e assistência social apresentou os seguintes resultados até outubro de 2015: i) o programa Jogo Elos expandiu para 16 cidades, alcançando 92 turmas, 2.061 educandos de 6 a 10 anos; ii) o Programa #Tamojunto foi aplicado em 22 cidades, em 835 turmas das escolas públicas do ensino fundamental II com 20.348 alunos adolescentes; e iii) o Programa Fortalecendo Famílias foi realizado em 19 cidades, por 224 profissionais formados, beneficiando 414 famílias. Em 2016, está prevista a oferta do programa de prevenção ao uso de drogas #Tamojunto para educandos do 8º ano em escolas (municipais e estaduais) da rede pública nos Municípios com mais de 200 mil habitantes, bem como a formação de profissionais para implementar o programa de prevenção ao uso de álcool e outras drogas em Municípios com mais de 400 mil habitantes.

No âmbito da pesquisa, foi lançado edital de seleção de projetos para realização de pesquisas básicas, pré-clínicas, clínicas e epidemiológicas sobre tratamento mediante o uso de substâncias. Foram selecionados oito projetos, dos quais três foram contratados em 2015 e os demais o serão em 2016. Ainda em 2015, foram publicados os editais de contratação para realização do levantamento sobre o uso de drogas no sistema carcerário e do 2º Relatório Brasileiro sobre Drogas.

Cabe, ainda, mencionar a publicação do levantamento sobre legislação de drogas nas Américas e Europa e análise comparativa da prevalência de uso de drogas, além do lançamento da pesquisa para investigação de métodos e equipamentos de detecção de outras drogas além do álcool para uso em condutores de veículos automotores. Por fim, encontra-se em conclusão a pesquisa sobre o perfil das comunidades terapêuticas.

Com vistas a dar continuidade à política para redução do impacto social das drogas, em 2016 ainda serão realizados: i) finalização e divulgação do levantamento nacional domiciliar sobre uso de álcool e outras drogas; ii) implementação do portal de prevenção ao uso problemático de álcool e outras drogas, que contemple mecanismos de interatividade e intervenção breve; iii) reestruturação do sistema de gestão e alienação de bens do Funad, em articulação com os outros entes federativos, para fortalecer o financiamento das políticas públicas sobre drogas; e iv) reformulação do Portal do Observatório Brasileiro de Informações Sobre Drogas (Obid).


Infraestrutura para Todos:
Desenvolvimento e
Qualidade de Vida
D87548
PARADOR
IV

IV – INFRAESTRUTURA PARA TODOS: DESENVOLVIMENTO E QUALIDADE DE VIDA

1. Energia

a) Energia Elétrica

Até 31 de dezembro de 2015, a capacidade instalada de geração de energia elétrica brasileira atingiu a marca de 140.858 MW. Desse total, a matriz de geração de energia está composta de 64,98% por empreendimentos hidrelétricos, 30% de fontes térmicas, 5% de usinas eólicas e 0,02% solar. As fontes renováveis – hidráulica, biomassa, eólica e solar – representam, atualmente, cerca de 80% da capacidade instalada de geração de energia elétrica brasileira enquanto que, em termos mundiais, essa participação é de 24% de fontes renováveis na matriz elétrica.

No ano de 2015, em relação à fonte eólica, houve crescimento de 56% da capacidade instalada. Foi verificada geração recorde devido à entrada de novos empreendimentos e às condições favoráveis de vento. Em relação à fonte solar fotovoltaica, em 2015 houve contratação de 1.763,14 MW de energia a ser entregue nos próximos anos, contribuindo para a diversificação da matriz de geração de energia elétrica brasileira e para a continuidade do Brasil como país referência em fontes renováveis no mundo.

A partir de janeiro de 2015, o setor elétrico passou a praticar a chamada Bandeira Tarifária para os consumidores atendidos por distribuidoras do Sistema Interligado Nacional (SIN), mecanismo que favorece o consumidor, uma vez que sinaliza a variação do custo de geração, incentivando o consumo eficiente e alertando o usuário de energia elétrica quanto ao ajuste de sua necessidade de consumo à realidade do custo da energia.

No reajuste tarifário e ou na revisão tarifária, para fins de apuração da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A (CVA), a receita adicional obtida pela distribuidora com a aplicação das bandeiras será usada para reduzir o percentual de reajuste das tarifas.

Antes do regime das Bandeiras Tarifárias, o custo adicional das distribuidoras, para adquirir a energia elétrica necessária de forma a suprir o mercado consumidor, era ressarcido integralmente pelos usuários uma vez por ano. Esse ressarcimento ocorria por meio da aplicação da CVA, que o consumidor paga com correção da taxa de juros Selic.

A sistemática anterior apresentava dois principais inconvenientes: o primeiro, ocasionava um descasamento entre o desembolso pela distribuidora e o efetivo ressarcimento pelo consumidor; e, o segundo, não possibilitava ao consumidor ter uma noção real do custo da energia, para poder controlar de maneira mais eficaz seu consumo. Importante ressaltar que a aplicação das Bandeiras Tarifárias não objetiva aumentar o custo da energia para o consumidor brasileiro, mas sim a sua forma de cobrança.

Os recursos arrecadados por meio das Bandeiras Tarifárias são revertidos para a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (CCRBT), que é administrada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Desempenho Eletroenergético do Sistema Interligado Nacional

O Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) avalia permanentemente as condições de abastecimento e o atendimento ao mercado de energia elétrica do País, definindo as diretrizes e as providências necessárias para mantê-lo em equilíbrio. Nos últimos anos, foram observadas no Brasil condições hidrometeorológicas adversas, significativamente abaixo da média

climatológica em algumas importantes bacias hidrográficas, como as dos rios Grande, Paranaíba, Tietê e São Francisco. Isso tem impactado a recuperação do nível de armazenamento dos reservatórios, com consequente reflexo na estratégia de operação do SIN. Desse modo, tem sido necessário o despacho de geração térmica em patamares elevados, de forma a evitar impacto desfavorável no nível de água nos reservatórios e garantir a segurança energética nacional.

Em 2015, o consumo de energia elétrica no Brasil apresentou decréscimo em relação ao verificado no ano anterior. O cenário econômico adverso, associado aos aumentos tarifários decorrentes de reajustes e aplicação de bandeiras tarifárias, foram os principais motivadores para o desempenho observado. De janeiro a outubro de 2015, o consumo nacional de energia elétrica alcançou 469.227 GWh, o que representa uma queda de 1,5% em relação ao mesmo período de 2014.

O sistema elétrico apresenta-se estruturalmente equilibrado, devido à capacidade de geração e transmissão instalada, que está continuamente sendo ampliada com a entrada em operação de usinas de fontes diversas, linhas de transmissão e subestações, garantindo, desta forma, a segurança no atendimento e na oferta de energia elétrica com a qualidade e a confiabilidade requerida.

Em agosto de 2015, houve a incorporação ao SIN do sistema Amapá. Em termos de ocorrências elétricas no SIN, envolvendo corte de carga superior a 100 MW por mais de dez minutos, foram registradas 81 ocorrências em 2015, sendo quatro no sistema Amapá.

Expansão das Interligações do SIN

Em maio de 2015, o sistema elétrico de Manaus/AM foi considerado plenamente interligado ao SIN, permitindo o desligamento de usinas térmicas locais de elevado custo. Em agosto de 2015, também foi interligado ao SIN o sistema elétrico de Macapá/AP, aumentando a confiabilidade e a segurança no atendimento. A última capital de Estado ainda não interligada ao SIN é Boa Vista/RR, cujas obras necessárias encontram-se em fase de licenciamento ambiental para sua implantação. Em dezembro de 2015, foi emitida a licença prévia dessa interligação.

A integração eletroenergética com os países vizinhos vêm sendo continuamente ampliada nos últimos anos e novos projetos estão em desenvolvimento ou em implantação. Nesse sentido, em 2015, foram concluídas as obras da Conversora São Carlos e da linha de transmissão 500 kV São Carlos-Candiota, que amplia a capacidade de interligação do sistema elétrico entre o Brasil e o Uruguai. Com esse novo sistema, atualmente em fase de teste, será possível viabilizar intercâmbios de até 500 MW, trazendo importantes ganhos energéticos para os dois países.

a.1) Geração e Transmissão

Geração

No período de 2011 até 2015, foram incorporados ao SIN 28 mil MW de capacidade instalada de geração. Apenas no ano de 2015, foram incorporados 6.428 MW.

Em 2015, destaca-se a continuidade de entrada em operação de unidades geradoras de usinas já em operação parcial, como as usinas hidrelétricas (UHEs) Santo Antonio e Jirau, ambas localizadas em Porto Velho/RO, bem como a entrada em operação de novas usinas:

- Operação comercial de 1.275 MW (17 unidades geradoras - UGs) da UHE Jirau (total de 35 UGs - 2.625 MW);
- Conclusão da motorização da UHE Ferreira Gomes, no Amapá, com a entrada em operação da UG 3 de 84 MW (total de 252 MW);

- Início da entrada em operação comercial da UHE Teles Pires, em Mato Grosso (capacidade instalada total de 1.820 MW). Foram liberadas para despacho 728 MW, referente às unidades geradoras 1 e 2 com 364 MW cada;
- Conclusão da motorização da usina térmica (UTE) Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro, com a entrada em operação da turbina a vapor, de 186 MW, fechando o ciclo da usina a gás natural (total de 3 UGs e 530 MW);
- Entrada em operação comercial de uma turbina a vapor de 88 MW para fechamento do ciclo da Usina UTE Sepé Tiaraju, no Rio Grande do Sul; e
- Operação comercial de 2.655 MW de usinas eólicas nas regiões Nordeste e Sul.

Seguem abaixo os principais destaques de empreendimentos de geração previstos para entrada em operação no ano de 2016:

Região Norte:

- Conclusão do Complexo Hidrelétrico do rio Madeira, em Rondônia: UHE Santo Antônio – 15 UGs, totalizando 1.070 MW e UHE Jirau – 13 UGs, totalizando 975 MW; e
- UHE Belo Monte, no Pará – Início da operação comercial: 6 UGs da Casa de Força Complementar, que totalizam 233,1 MW e 4 UGs da Casa de Força Principal, com 2.444,44 MW.

Região Nordeste:

- Entrada em operação de 98 usinas eólicas, que totalizam 2.350 MW, dentre as quais: i) Usinas Eólicas Baixa do Feijão – 120 MW; ii) Usinas Eólicas Calango – 150 MW; iii) Usinas Eólicas Itarema – 165 MW; iv) Usinas Eólicas Ventos de São Clemente – 220 MW; e v) Usinas Eólicas Ventos de Santa Joana e Ventos de Santo Augusto – 231,6 MW.

Região Centro-Oeste:

- Conclusão da UHE Teles Pires – com mais três unidades geradoras, totalizando 1.092 MW; e
- Entrada em operação de duas pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) e uma UTE a biomassa, totalizando 128 MW.

Região Sudeste:

- Entrada em operação de seis PCHs e uma UTE, as quais somam 151MW.

Região Sul:

- Entrada em operação de duas PCHs e seis usinas eólicas (UEE), totalizando 137 MW.

Transmissão

No período de 2011 até 2015, foram incorporados ao SIN 25,4 mil km de novas linhas de transmissão. Em 2015, foram incorporados 2.979 km. Destaca-se, nesse período, a entrada em operação dos seguintes empreendimentos:

- LT 230 kV Curitiba – Joinvile Norte, C2, com 100 km de extensão;
- LT 500 kV Ceará Mirim II – Campina Grande III, com 196 km de extensão;

- LT 525 kV Povo Novo – Nova Santa Rita, com 281 km de extensão;
- LT 500 kV Paranaíta – Cláudia C1 e C2 e LT 500 kV Cláudia – Sinop, permitindo escoar parte da geração da UHE Teles Pires e testar as unidades remanescentes;
- SE Abdon Batista 500/230 kV, 2 trafos, totalizando 1.344 MVA de transformação;
- SE Campina Grande III, 2 trafos, totalizando 1.200 MVA de transformação; e
- SE Pau Ferro 500/230 kV, com 1.500 MVA de transformação.

Seguem os principais destaques de empreendimentos de linhas de transmissão de energia elétrica, previstos para entrada em operação em 2016, a seguir:

Região Norte:

- Conclusão do sistema de transmissão do complexo Teles Pires: LT 500 kV, em circuito duplo, Cláudia – Paranatinga – Ribeirãozinho – Rio Verde Norte – Marimbondo II, necessárias para escoamento da energia hidrelétrica proveniente das UHEs Teles Pires e São Manoel à região Sudeste.

Região Nordeste:

Linhas Regionais

- Conclusão das LTs Paraíso – Lagoa Nova, Touros – Ceará Mirim, e Paraíso – Açú – Mossoró, todas em 230 kV e necessárias para ampliação de oferta da geração provenientes das usinas eólicas.

Região Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste:

Linhas Interregionais

- Início das obras da LT 230 kV Serra da Mesa – Niquelândia – Barro Alto, planejada para melhorar as condições de atendimento elétrico no norte do Estado de Goiás; e
- Conclusão das LTs 500 kV, Barreiras-Rio das Éguas-Luziânia-Pirapora2, e Marimbondo II-Assis, necessárias para reforçar o suprimento de energia entre as regiões Nordeste e Sudeste.

Região Sul:

- Implantação da subestação Viamão 3 230/69 kV e Restinga 230/69 kV, e das LTs 230 kV, Nova Santa Rita/Porto Alegre 9, planejadas para melhorar as condições de atendimento à região metropolitana de Porto Alegre.

a.2) Prorrogação das Concessões de Distribuição de Energia Elétrica

Foi publicado o Decreto nº 8.461, de 2 de junho de 2015, estabelecendo os regramentos para a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica alcançadas pela Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, consolidando os estudos desenvolvidos para o tratamento das concessões de prestação de serviços de energia elétrica outorgadas anteriormente à Constituição Federal de 1988. Ao todo, 41 distribuidoras com concessões vencendo entre 2015 e 2017 poderiam pedir a prorrogação de suas concessões.

O Ministério de Minas e Energia (MME) já publicou deferimento do pedido de 40 empresas e já efetivou 33 empresas. Pelas regras, serão exigidos como contrapartida da prorrogação o cumprimento das metas de qualidade e de gestão, inclusive econômico-financeira, para manterem suas concessões, prorrogando-as por 30 anos. Além disso, como não há cobrança de outorga, caberá às empresas cumprir compromissos de realizar novos investimentos, com benefícios aos consumidores, sem repasses para a tarifa.

a.3) Leilões de Geração e de Linhas de Transmissão

Em 2015, foi contratada a energia proveniente de 137 empreendimentos de geração de energia elétrica, decorrentes dos leilões de energia nova, fontes alternativas e reserva:

- 3º Leilão de Fontes Alternativas (LFA/2015) – Realizado no dia 27 de abril de 2015, com o objetivo de suprir a demanda projetada das concessionárias de distribuição nos anos de 2016 e 2017, contratou 97 MW médios de energia elétrica, com capacidade instalada total de 479 MW, provenientes de três usinas eólicas (29,7 MW médios) e oito usinas térmicas a biomassa (67,2 MW médios). Toda a energia contratada no leilão é renovável, negociada ao preço médio de R$ 199,97/MWh, com deságio médio de 1,96%. As três usinas eólicas serão instaladas na Bahia e as oito usinas térmicas a biomassa estão instaladas nos Estados de Minas Gerais, Goiás e São Paulo. O investimento previsto nas três usinas eólicas novas é da ordem de R$ 440,8 milhões;

- 21º Leilão de Energia Nova (A-5/2015) – Realizado no dia 30 de abril de 2015, com o objetivo de suprir a demanda projetada das concessionárias de distribuição para o ano de 2020. Por meio do leilão, foram contratados 1.146,6 MW médios de energia elétrica, com capacidade instalada total de 1.973,4 MW, provenientes de uma usina térmica a gás natural (867 MW médios), de oito pequenas centrais hidrelétricas (92,9 MW médios), de três usinas térmicas a biomassa (78,5 MW médios) e de duas usinas hidrelétricas (108,2 MW médios), com destaque para a UHE Itaocara, localizada no Estado do Rio de Janeiro e com capacidade instalada de 150 MW, tendo sido comercializado 129,6 MW médios ao preço de R$ 121/MWh. O preço médio, ao final do certame, foi de R$ 259,19/MWh, alcançando um deságio médio de 0,92%. Doze usinas estão instaladas nos seguintes Estados: GO (uma), MG (duas), MS (três), PR (três), RJ (duas), RS (uma) e duas usinas serão instaladas nos Estados da Bahia (uma) e de Sergipe (uma). O investimento será da ordem de R$ 6 bilhões;

- 22º Leilão de Energia Nova (A-3/2015) – Realizado no dia 21 de agosto de 2015, com o objetivo de suprir a demanda projetada das empresas distribuidoras para o ano de 2018. Contratou 314,3 MW médios de energia elétrica, com capacidade instalada total de 669,5 MW, provenientes de sete pequenas centrais hidrelétricas (33,1 MW médios), de uma térmica a gás natural (22,7 MW médios), de duas térmicas a biomassa (20,7 MW médios) e de 19 usinas eólicas (237,8 MW médios). O preço médio, ao final do certame, foi de R$ 188,87/MWh, alcançando um deságio médio de 2,27%. As 29 usinas serão instaladas nos seguintes Estados: BA (uma), CE (quatro), MA (sete), MG (quatro), PI (oito), RS (duas), SC (duas) e SP (uma), e os investimentos previstos são da ordem de R$ 2,5 bilhões;

- 7º Leilão de Energia de Reserva (1º Leilão de Energia de Reserva 2015) – Realizado em 28 de agosto de 2015, resultou na contratação de 30 projetos de geração de energia elétrica a partir da fonte solar fotovoltaica, com capacidade instalada total de 1.043,7 MW, sendo comercializados 231,5 MW/médios, com início de suprimento para agosto de 2017. O preço médio da energia contratada foi de R$ 301,79/MWh, alcançando um deságio médio de 13,5%. As usinas serão instaladas nos Estados da BA (12), MG (cinco), PA (três), PI (nove), TO (uma), e os investimentos previstos são da ordem de R$ 4,341 bilhões. Por fim, o resultado do leilão representa uma trajetória de consolidação da fonte solar fotovoltaica nos leilões de energia, viabilizando a inserção de mais uma fonte de energia limpa e renovável na matriz elétrica nacional;

- 8º Leilão de Energia de Reserva (2º Leilão de Energia de Reserva 2015) – Realizado em 13 de novembro de 2015, resultou na contratação de 33 projetos de geração de energia elétrica a partir da fonte solar fotovoltaica (245,3 MW/médios) e 20 projetos a partir da fonte eólica (262,6 MW/médios), totalizando 1.477,6 MW, com início de suprimento em novembro de 2018. O preço médio da energia contratada foi de R$ 249 MW/h, alcançando um deságio médio de 15,35%. As usinas serão instaladas nos seguintes Estados: BA (24), CE (quatro), MA (uma), MG (nove), PA (uma), PE (quatro), RN (seis), SP (uma) e TO (três), e os investimentos previstos são da ordem de R$ 6,8 bilhões;

- 9º Leilão de Energia de Reserva (3º Leilão de Energia de Reserva 2015) – Realizado em 3 de julho de 2015. Não houve interessados nesse leilão; e

- 15º Leilão de Energia Existente (Leilão A-1 2015) – Realizado em 11 de dezembro de 2015, resultou na contratação de 1.954 MW médios, com início de suprimento em 1º de janeiro de 2016. O preço médio foi de R$ 147,77/MWh, representando um deságio médio de 1,27%. O certame movimentou R$ 6,95 bilhões e vai proporcionar uma economia de R$ 89 milhões ao consumidor, em relação aos preços-teto.

Cabe, ainda, destacar a licitação da concessão das usinas hidrelétricas não prorrogadas nos termos da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, realizado no dia 25 de novembro de 2015. Foram licitadas todas as 29 usinas hidrelétricas que tiveram concessões ofertadas no leilão, totalizando 6 GW de capacidade instalada nos Estados de GO, MG, SC e SP. O deságio médio foi de 0,32%, resultando no preço médio da energia de R$ 124,88/MWh. O pagamento de bônus de outorga, previsto em R$ 17 bilhões, foi totalmente alcançado. Os contratos de concessão dessas usinas foram assinados em 5 de janeiro de 2016.

Também em 2015, foram realizados quatro leilões de linhas de transmissão, totalizando 6.226 km de linhas e 20 subestações, com acréscimo de 9.198 MVA de transformação, conforme dados abaixo:

- Leilão de Transmissão nº 07/2014 – Realizado em 9 de janeiro de 2015, resultou na contratação de 905 km de linhas de transmissão e três subestações, que acrescentarão 4.398 MVA de capacidade de transformação ao SIN, em sistemas de 500 kV, 230 kV e 138 kV, a serem implantados em três Estados: Bahia, Piauí e São Paulo. A receita anual permitida foi de R$ 162,9 milhões, alcançando um deságio de 4,58%. O investimento será de R$ 1,4 bilhão, permitindo a geração de 4.703 empregos diretos durante a fase de construção;

- Leilão de Transmissão nº 07/2015 – Realizado em 17 de julho de 2015, resultou na licitação do 2º ELO HVDC ± 800 kV de Belo Monte, com 2.550 km e duas estações conversoras, totalizando 7.800 MV. As instalações de transmissão serão implantadas nos Estados do PA, TO, GO, MG e RJ. A receita anual permitida foi de R$ 988 milhões, alcançando um deságio de 19%. O investimento será de R$ 7 bilhões, permitindo a geração de 16,8 mil empregos diretos durante a fase de construção;

- Leilão de Transmissão nº 01/2015 – Realizado em 26 de agosto de 2015, resultou na contratação de 909 km de linhas de transmissão e quatro subestações, que acrescentarão 550 MVA de capacidade de transmissão ao SIN, em sistemas de 500 kV, 230 kV e 138 kV, a serem implantados em quatro Estados: GO, PA, RO e RS. A receita anual permitida foi de R$ 248,9 milhões, alcançando um deságio de 2,04%. O investimento será de R$ 1,4 bilhão, permitindo a geração de quatro mil empregos diretos durante a fase de construção; e

- Leilão de Transmissão nº 05/2015 – Realizado em 18 de novembro de 2015, resultou na contratação de 1.862 km de linhas de transmissão e 12 subestações, que acrescentarão 4.250 MVA de capacidade de transmissão ao SIN, em sistemas de 500 kV, 230 kV e 138 kV e 69 kV a serem implantados em cinco Estados: GO, MT, MG, PR e SC. A receita anual permitida foi de R$ 614 milhões, alcançando um deságio de 0,64%. O investimento será de R$ 3,5 bilhões, permitindo a geração de mais de oito mil empregos diretos durante a fase de construção.

Para o ano de 2016, estão previstos leilões de linhas de transmissão e subestações para a implantação de 12.494 km de linhas de transmissão e 23.032 MVA de capacidade de transformação, com investimento previsto de R$ 21,6 bilhões. Ademais, em 2016, serão concluídos os estudos de planejamento, visando licitação, de 6.342 km de linhas de transmissão e de 7.500 MVA de capacidade de transformação, com investimento previsto de R$ 16,6 bilhões.

a.4) Expansão da Geração e de Linhas de Transmissão

A expansão do parque de geração de energia segue programação indicativa em 2016. Os leilões de linhas de transmissão estão de acordo com a programação de outorgas de transmissão e com o Documento de Consolidação de Obras de Rede Básica 2015/2016, Volume I - Rede Básica e Demais Instalações de transmissão, abrangendo todas as regiões brasileiras e ampliando a capacidade de transmissão do SIN, em especial das regiões Norte, Nordeste, Sul e Sudeste.

a.5) Planejamento do Setor Energético

Em 2015, foi publicado o Plano Decenal de Expansão de Energia 2024, contendo a indicação dos principais empreendimentos que devem entrar em operação no horizonte decenal para manter a segurança energética nacional ao mínimo custo econômico e socioambiental, servindo como base para a melhoria na confiabilidade e qualidade do suprimento energético, bem como para a criação de um quadro favorável ao investimento no setor energético.

Destaca-se a licitação, no ano de 2015, do segundo bipolo, em 800 kV, entre as subestações de Xingu e Terminal Rio (nova), completando a interligação Norte-Sudeste. Juntamente com esse sistema, em corrente contínua, está planejado um sistema de corrente alternada, em 500 kV, integrando a subestação Terminal Rio às subestações de Fernão Dias, Adrianópolis e Resende, no Rio de Janeiro. Ainda, serão licitadas, no ano de 2016, linhas de transmissão que incrementarão a capacidade de intercâmbio entre as regiões Sul e Sudeste, por meio da linha de transmissão, em 500 kV, Campinas-Itatiba, segundo circuito.

Com o objetivo de ampliar a confiabilidade no atendimento às capitais das unidades da Federação, está prevista licitação em 2016, visando reforçar o atendimento ao mercado de energia elétrica da região de Florianópolis, em especial, a ilha de Florianópolis, com dois circuitos submarinos, em 230 kV, interligando a subestação de Biguaçu a Ratones.

No lado continental do Brasil, está prevista, em 2016, a licitação da expansão da rede básica do SIN, nos níveis de tensão de 230 kV e 500 kV nos seguintes Estados: CE, PE, PA, BA e RS, por energia eólica.

Ao longo do ano de 2015, os estudos prospectivos de economia e demanda do Plano Nacional de Energia (PNE) 2050 foram concluídos. O PNE 2050 é um estudo necessário de planejamento que, no horizonte até 2050, permite indicar os melhores caminhos e as estratégias para a evolução da matriz energética nacional. Os estudos de oferta de energia serão postos em discussão e consulta pública até março de 2016. Tais estudos prospectivos de demanda e oferta de energia levam em consideração a hipótese de esgotamento dos recursos energéticos atualmente conhecidos e a modicidade tarifária. Estima-se que, em 2050, o País terá uma população aproximada de 226,1 milhões habitantes, com maior incremento nas cidades de pequeno e médio porte e crescimento da renda *per capita* em torno de 3,3% a.a. (valores médios). Espera-se que o consumo de energia total até 2050 seja o dobro em relação a 2014, alcançando cerca de 605 milhões de toneladas equivalentes de petróleo em 2050. Nesse sentido, é previsto que o consumo de energia elétrica quase triplicará até 2050, alcançando 1.624 TWh.

Como subsídio ao planejamento setorial, em 2015, foi publicado o Balanço Energético Nacional, ano-base 2014, contendo as estatísticas de oferta e demanda de energia e produzidos diversos boletins de energia, mensais e anuais.

a.6) Eficiência Energética

Para fazer frente ao desafio de economizar 10% de energia no horizonte de 2030, o Governo Federal procura alinhar os instrumentos de ação governamental, orientar a captação dos recursos, promover o aperfeiçoamento do marco legal e regulatório, buscando um mercado sustentável de eficiência energética e mobilizando a sociedade no combate ao desperdício de energia.

Em 2015, as ações realizadas pelo Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica, e pelo Programa de Eficiência Energética das Concessionárias de Distribuição, regulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), somaram cerca de 4,5% de economia. Isto indica que o caminho tem sido percorrido de maneira firme, e projeta-se que, em 2016, seja atingida metade da meta estipulada para o horizonte de 2030.

Dentre as principais ações empreendidas em 2015, destaca-se a finalização do processo de retirada do mercado das lâmpadas incandescentes de 60 W, modelo até então mais comum no Brasil, sendo substituída por suas equivalentes fluorescentes compactas, halógenas e LED. Espera-se que, nos próximos 20 anos, os ganhos energéticos atinjam cerca de 10 TWh/ano, proporcionando economia de aproximadamente R$ 6 bilhões.

No que diz respeito ao Programa Nacional da Racionalização do uso dos Derivados de Petróleo e do Gás Natural (Conpet), a parceria com o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) garantiu aumento de 10% na quantidade de modelos pertencentes ao Programa de Etiquetagem Veicular, alcançando mais de 630 modelos. A partir desse programa, os consumidores têm acesso à informação sobre o consumo de combustíveis dos automóveis vendidos no Brasil, sendo os modelos mais eficientes agraciados com o Selo Conpet. Para 2016, espera-se que todos os grandes fabricantes venham a aderir ao Programa, fazendo com que este seja um dos programas mais bem-sucedidos do mundo nesta área.

a.7) Emissão de Gases Efeito Estufa no Setor Energético

Um dos pilares da Política Energética Nacional é a diversificação da matriz energética. A diversidade de fontes de energia disponibilizada para a economia brasileira é uma característica única frente às principais economias mundiais. Em razão disso, o País apresenta matriz com forte inserção de fontes renováveis, o que lhe confere a prerrogativa de ser uma das matrizes mais limpas do mundo no que tange à emissão de gases de efeito estufa.

Estimativas do MME dão conta que o setor energético brasileiro emitiu, no ano de 2014, 485,8 milhões de toneladas de CO_2 decorrentes da queima de combustíveis fósseis, montante significativamente menor do que o de muitos países-membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Os indicadores de emissões mostram-se bastantes favoráveis ao Brasil, em comparação aos demais países. Considerando os dados de 2014, os índices são de 2,39 tCO_2/hab, 1,59 tCO_2/tep e 0,21 $kgCO_2$/US$.

No ano de 2015, o Brasil comunicou ao Secretariado da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima sua pretendida Contribuição Nacionalmente Determinada (iNDC), que integrou o novo acordo climático COP 21. Com relação ao setor energético, houve proposta para que, no ano de 2030, se aumente a participação de bioenergia sustentável na matriz energética para 18% e se alcance participação estimada de 45% de energias renováveis na composição dessa matriz. Para alcançar tal objetivo, está prevista a expansão do uso de fontes renováveis na matriz total de energia para uma participação de 28% a 33% e o aumento da parcela de energias renováveis no fornecimento de energia elétrica para 23%. Além disso, propõe-se alcançar 10% de ganhos de eficiência no setor elétrico.

a.8) Expansão da Oferta de Energia para o País e Suprimento de Energia para Grandes Indústrias

O fornecimento de energia competitiva para a indústria eletrointensiva, ou seja, empresas que utilizam grande quantidade de energia com preços competitivos, foi equacionado com a sanção da Lei nº 13.182, de 3 de novembro de 2015, resultante da conversão da Medida Provisória (MP) nº 677. A criação do Fundo de Energia do Nordeste (FEN) e do Fundo de Energia do Sudeste e do Centro-Oeste (Fesc), previstos na nova Lei, reduz o risco de fechamento de postos de trabalho em empresas desse segmento em Estados do Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste, que empregam cerca de 225 mil pessoas. Os investimentos dos dois fundos em projetos de energia nos próximos 20 anos poderão superar R$ 50 bilhões.

O FEN permite manter as condições de fornecimento de energia e a atividade dessas indústrias, as quais recebiam benefícios tarifários por terem se instalado na região Nordeste. Tais benefícios acabariam em 2015. A estruturação do Fundo, no entanto, permite a redução gradual da energia disponível para atendimento desses contratos de fornecimento de energia às eletrointensivas pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf).

A Lei definiu que as empresas terão 15 anos para buscar novas formas de suprimento elétrico, de modo a não ameaçar os investimentos e os empregos na região. Não renovar os contratos dessas empresas colocaria em risco a permanência delas na região, que geram mais de 145 mil empregos diretos e indiretos no Nordeste, e uma receita de R$ 16 bilhões nas cadeias produtivas envolvidas.

Por outro lado, a estruturação da solução para essas empresas resultou em benefícios para todos os consumidores de energia do País. Por meio do FEN, pelo menos R$ 13 bilhões serão investidos em empreendimentos de geração de energia, que reforçarão o suprimento energético dos brasileiros e vão alavancar os investimentos em energia renovável a partir de 2030. Os investimentos poderão até dobrar, com adesão de novos investidores privados.

De forma similar, a Lei instituiu também o Fesc, para suprir as empresas eletrointensivas do setor de ferroligas do Centro-Oeste e do Sudeste. São indústrias com mais de um século de atuação no País, e estratégicas para a siderurgia nacional. O setor representa um faturamento de R$ 8 bilhões ao ano, com exportações anuais de R$ 5 bilhões, que geram mais de 80 mil empregos. O Fesc permite que Furnas negocie energia elétrica a preços competitivos com as indústrias de ferroligas, de silício metálico, ou de magnésio, com ampliação dos investimentos em energia elétrica, especialmente nas regiões Sudeste e Centro-Oeste.

Os fundos serão criados e administrados por uma instituição financeira controlada pela União. O FEN poderá aumentar a capacidade instalada do País em 5,4 GW até 2037. O Fesc seguirá lógica semelhante ao FEN, mas com possibilidade de investimentos ainda maiores. Esperam-se investimentos iniciais da ordem de R$ 15 bilhões, sendo R$ 3 bilhões oriundos da participação de Furnas, com até 49% nas Sociedades de Propósito Específico (SPE) criadas para realizar os empreendimentos com recursos do Fundo. Esse valor pode chegar a R$ 38 bilhões, também com aumento da participação privada e redução proporcional da participação de Furnas. Com essa expansão dos investimentos, o aumento da capacidade de geração poderá subir de 8 GW para 20 GW, em novos empreendimentos de geração tomando por base eólicas e usinas termelétricas a gás natural e biomassa.

a.9) Regulação e Fiscalização do Setor Elétrico

A Aneel, no exercício de 2015, realizou 312 processos de reajuste tarifário (56 concessionárias de distribuição, 38 permissionárias, 155 concessionárias de transmissão e 63 concessionárias de geração) e 21 processos de revisão tarifária (sete de concessionárias de distribuição e 14 agentes de transmissão de energia elétrica). Além disso, cabe citar a realização de 63 revisões extraordinárias

das concessionárias de distribuição. Em 2016, está prevista a realização de 323 processos de reajuste tarifário e 72 processos de revisão tarifária.

Também em 2015 foi atualizado o regulamento referente à revisão tarifária das usinas de Angra I e II e, em 2016, será finalizada a atualização do normativo que trata da revisão tarifária das cooperativas permissionárias de serviço público de distribuição.

No âmbito da fiscalização dos serviços de geração de energia elétrica, em 2015 foram realizadas 440 de 516 fiscalizações programadas para o ano.

Das 173 fiscalizações realizadas pela Aneel, 56 foram realizadas remotamente e 117 presencialmente, sendo 102 com equipe própria e 15 com o apoio de empresas credenciadas. As agências reguladoras estaduais conveniadas realizaram outras 267 fiscalizações, sendo 261 em campo e seis ações remotas.

Dentre tais fiscalizações, destacam-se aquelas integrantes do Anexo ao Contrato de Gestão celebrado entre a Aneel e o MME, contemplando os empreendimentos em implantação, os de maior relevância operativa para o Sistema Interligado Nacional e os ensaios de autorrestabelecimento.

Para 2016, estão programadas, em caráter preliminar, 305 fiscalizações, sendo 240 por meio de delegação a agências reguladoras estaduais conveniadas.

Além disso, a Aneel vem desenvolvendo uma nova filosofia de atuação baseada em diferenciação de risco regulatório, segundo a qual a ação de fiscalização varia conforme o risco e o comportamento do agente regulado. A partir de referências existentes em organizações públicas, como Banco Central do Brasil (BCB), Receita Federal, Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), e de base bibliográfica acadêmica e setorial sobre fiscalização e conformidade regulatória, novas metodologias de fiscalização serão estruturadas, considerando três níveis de atuação: o monitoramento, a ação remota e a ação presencial.

No que tange às fiscalizações dos serviços de Distribuição e Transmissão de Energia Elétrica, do total de 317 fiscalizações previstas (232 fiscalizações no ramo da Distribuição e 85 fiscalizações, no de Transmissão), foram realizadas, em 2015, 294 fiscalizações, sendo 153 da Distribuição e 141 da Transmissão.

Estão programadas, também para 2016, 120 fiscalizações nos ramos de Distribuição e Transmissão de Energia Elétrica, dentre as quais destacam-se as ações de acompanhamento da implantação das obras necessárias ao atendimento dos Jogos Rio 2016.

No âmbito econômico e financeiro dos agentes setoriais, de um total previsto de 670 fiscalizações foram realizadas 545 em 2015, divididas em:

- Fiscalização dos aspectos econômicos e financeiros de concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor elétrico, de gestores de fundos e encargos e agentes de coordenação, com previsão de 70 fiscalizações, e realização de 137 até a data da medição, das quais destacam-se as fiscalizações da Conta de Comercialização de Energia Elétrica de Itaipu, administrada pela Centrais Elétricas Brasileiras S/A (Eletrobrás), da Conta de Energia de Reserva (Coner) e da Conta no Ambiente de Contratação Regulado (ACR);
- Fiscalização das concessionárias e permissionárias dos serviços públicos de energia elétrica referentes aos processos tarifários e licitatórios. A meta foi estipulada em 113 fiscalizações, com a realização de 94; e

- Fiscalização dos agentes do setor elétrico por anuência prévia, instruindo e manifestando sobre solicitações encaminhadas a respeito de operações comerciais e societárias, com o planejado de 487 fiscalizações, sendo 314 pleitos recebidos e analisados pela Aneel.

Destaca-se, ainda, que do total previsto, 39 fiscalizações foram descentralizadas às agências estaduais, por intermédio de contratos de metas, tendo sido realizadas 34 fiscalizações.

Para 2016, os desafios são: a intensificação das fiscalizações econômico-financeiras por monitoramento de todos os agentes de distribuição e a transmissão de energia elétrica e o início do 4° ciclo de revisão tarifária.

Na Central de Teleatendimento da Aneel, em 2015, foram atendidas 1.676.747 ligações. As agências estaduais conveniadas, no mesmo período, registraram 510.362 atendimentos.

As audiências e as consultas públicas realizadas pela Aneel oportunizam a participação pública no processo regulatório, com a promoção do diálogo e a ampliação da participação dos diversos segmentos da sociedade no processo decisório da Agência. Nesse contexto, em 2015, foram realizadas 96 audiências e consultas públicas, contando com o recebimento de 4.043 contribuições oriundas da sociedade. Para o exercício de 2016 está prevista a realização de 78 audiências e consultas públicas.

Para incentivar a melhoria da qualidade dos serviços prestados pelas distribuidoras de energia elétrica, na perspectiva do consumidor, a Aneel divulga anualmente o Índice Aneel de Satisfação do Consumidor (Iasc), mediante resultado de pesquisa realizada junto aos consumidores residenciais de todo o País.

a.10) Licenciamento Ambiental dos Projetos do Setor Elétrico

Em 2015, deu-se continuidade à articulação intrassetorial e intersetorial para implementação de ações que visem o equacionamento de questões socioambientais relativas a empreendimentos do setor elétrico, além de atividades de acompanhamento dos processos de licenciamento ambiental. Destacam-se os projetos da carteira do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e aqueles elencados como prioritários pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e CMSE, dada sua contribuição para o atendimento das metas de geração e transmissão de energia elétrica.

As ações de monitoramento alcançaram, até 31 de dezembro de 2015, quase 700 empreendimentos, entre planejados, outorgados ou autorizados do setor elétrico. São apresentados, a seguir, os principais destaques:

Geração de Energia Elétrica

- Emissão da Licença Prévia 502/2015, em 14 de abril de 2015, da UHE Davinópolis - 74MW, situada entre os Municípios de Davinópolis (GO) e Abadia dos Dourados (MG);
- Emissão da Licença de Instalação 1061/2015, em 18 de junho de 2015, da UTE Pampa Sul - 340 MW, localizada no Município de Candiota (RS) e da respectiva retificação e Autorização de Supressão de Vegetação 1045/2015, em 7 de julho de 2015;
- Emissão de Autorização pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP), em 25 de agosto de 2015, para reinicio das obras da UHE Baixo Iguaçú - 350,2 MW, localizada entre os Municípios de Capanema, Planalto, Realeza, Nova Prata do Iguaçu e Capitão Leônidas Marques, no Estado do Paraná; e

- Emissão da Licença de Operação da UHE Belo Monte, em 24 de novembro de 2015, localizada nos Municípios Vitória do Xingu, Altamira e Brasil Novo, no Estado do Pará.

Transmissão de Energia Elétrica

- Emissão da Licença de Instalação 1028/2014, em 12 de fevereiro de 2015, da LT 500 kV Tucuruí II - Colinas. Distribuídos cerca de 563 km no Pará e em Tocantins;
- Emissão da Licença Prévia 504/2015, em 27 de março de 2015, e da Licença de Instalação nº 1096/2015, em 18 de dezembro de 2015, do Sistema de Transmissão composto pelas Linhas de Transmissão Itatiba-Bateias, Araraquara II-Itatiba e Araraquara II-Fernão Dias e Subestações, Santa Bárbara do Oeste, Itatiba e Fernão Dias. Cerca de 880 km nos Estados de São Paulo e do Paraná;
- Emissão da Licença Prévia 506/2015, em 20 de maio de 2015, e da Licença de Instalação 1080/2015, em 5 de outubro de 2015, da Interligação Belo Monte - LT em corrente contínua 800 kV Xingu - Estreito e Instalações Associadas. A Licença de Instalação foi específica para as Estações Conversoras da SE Xingu e SE Estreito e canteiros principais com 2.087 km de extensão, situada nos Estados de SP, MG, GO, TO e PA;
- Emissão da Licença Prévia 508/2015, em 15 de junho de 2015, da LT 500 kV Xingu - Parauapebas - Miracema; Parauapebas – Itacaiúnas, com cerca de 1761 km de extensão distribuídos no Pará e no Tocantins;
- Emissão da Licença Prévia 511/2015, de 14 de julho de 2015, da LT 500 kV Presidente Dutra - Sobral III, com cerca de 543 km de extensão entre Maranhão, Piauí e Ceará;
- Emissão da Licença Prévia 509/2015, em 24 de julho de 2015, da LT 500 kV Assis - Londrina C2, com 122 km de extensão entre São Paulo e Paraná;
- Emissão da Licença de Instalação 1073/2015, em 19 de agosto de 2015, da LT 500 kV Marimbondo 2 - Campinas, com 367 km de extensão entre São Paulo e Minas Gerais;
- Emissão da Licença de Instalação parcial 2373/2015, em 20 de agosto de 2015, para LT 500 kV Araraquara 2 – Taubaté, com aproximadamente 356 km em São Paulo;
- Emissão da Licença de Instalação 1071/2015, em 25 de agosto de 2015, da LT 500 kV São João do Piauí - Luiz Gonzaga. Extensão aproximada de 630 km distribuídos no Piauí, no Ceará e em Pernambuco;
- Emissão da Licença Prévia 524/2015, em 23 de dezembro de 2015, da LT 500kV Estreito-Fernão Dias e Subestações Associadas, com extensão de aproximadamente 342 Km em São Paulo e Minas Gerais; e
- Participação na reunião realizada na Comunidade Indígena Waimiri-Atroari, Roraima/RR, em outubro de 2015, para tratar do Sistema de Transmissão Interligação Manaus-Boa Vista, cuja Licença Prévia 522/2015 foi emitida em 9 de dezembro de 2015.

Entre as ações mais importantes, para 2016, destacam-se: i) a gestão para a viabilização de empreendimentos prioritários, tais como a viabilização socioambiental da Usina de São Luiz do Tapajós, com previsão de potência instalada de mais de 8 mil MW, considerando que os estudos de impacto ambiental já estão em análise pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e que há necessidade de compatibilização da conservação ambiental, os interesses dos povos indígenas e das populações dos Municípios existentes em sua área de influência; ii) a intensificação dos esforços

para o licenciamento de instalação da interligação Manaus-Boa Vista, uma vez ser esse empreendimento necessário para aumentar a robustez do fornecimento de energia ao Estado de Roraima, dependente de energia da Venezuela. Essa Linha de Transmissão depende de diálogo com os povos indígenas; iii) a intensificação dos esforços para o licenciamento ambiental das linhas de transmissão da UHE Belo Monte, que aumentará a confiabilidade para despachar toda a energia – potência instalada de 11 mil MW – para o Sistema Interligado Nacional; iv) a implementação do Plano de Desenvolvimento Regional do Xingu – o PDRS Xingu –, que conta com aporte de R$ 500 milhões para ações de desenvolvimento regional; e v) a participação na Agenda de Desenvolvimento Territorial do Tapajós (ADT Tapajós), notadamente a convergência de ações do Governo Federal para região na qual estão previstas usinas declaradas como prioritárias pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE).

b) Petróleo, Gás e Biocombustíveis

b.1) Implantação do Modelo de Partilha de Produção

De importador de petróleo e seus derivados, o Brasil atualmente candidata-se a ser exportador líquido de hidrocarbonetos graças ao aumento das reservas nacionais, principalmente àquelas localizadas na região do pré-sal, onde passou a vigorar o Modelo de Partilha de Produção. Esse Modelo já proporcionou o primeiro contrato nesta modalidade no País, a partir da licitação da área de Libra, firmado no final de 2013.

Cumprindo papel decisivo na discussão e na definição da estratégia de exploração e produção do Prospecto de Libra, está o Consórcio de Libra, formado pela Petróleo Brasileiro S.A. (40% - operadora), Shell Brasil Petróleo S.A. (20%), Total S.A. (20%), CNPC *International* Ltda. (10%) e CNOOC *International Limited* (10%), ao qual se juntou a Pré-sal Petróleo S.A. (PPSA), como representante da União.

Segue em plena atividade o Comitê Operacional do Consórcio, formado por diversos subcomitês, para a consecução dos trabalhos previstos no contrato. A estratégia atual dos trabalhos em andamento compreende duas fases:

- A primeira fase, de aquisição de dados e informações (2014 a 2020), envolve aquisição e reprocessamento sísmico, a perfuração de poços exploratórios e de avaliação, além de testes de longa duração (TLD) já no segundo semestre de 2016 e sistemas de produção antecipada, complementados por um sistema-piloto de produção no ano de 2020; e
- A segunda fase, de desenvolvimento definitivo (2021-2030), dar-se-á com a instalação de até 11 unidades estacionárias de produção (UEP).

O MME vem publicando relatórios semestrais de atividades relacionadas aos contratos de partilha de produção para exploração e produção de petróleo e gás natural, como estabelece o art. 10, §1º, da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (conhecida como Lei da Partilha).

b.2) Rodadas de Licitação de Blocos Exploratórios na Modalidade de Concessão

O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) publicou, no dia 9 de junho de 2015, a Resolução nº 1/2015, autorizando a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) a realizar a 13ª Rodada de Licitações de Blocos Exploratórios de Petróleo e Gás Natural. Foram ofertados 266 blocos exploratórios, totalizando uma área de mais de 122 mil km². Foi aprovada, ainda, a inclusão de áreas inativas com acumulações marginais.

A primeira etapa da Rodada, realizada em 7 de outubro de 2015, tratou da oferta dos 266 blocos exploratórios. Como resultado, houve o arremate de 37 blocos em nove setores, distribuídos em quatro bacias sedimentares: Parnaíba, Potiguar, Sergipe-Alagoas e Recôncavo. Assim, tem-se a expectativa de investimentos de cerca de R$ 340 milhões pelas futuras concessionárias, sendo mais de R$ 121 milhões em bônus de assinatura e R$ 216 milhões na execução do Programa Exploratório Mínimo.

A área arrematada foi de 33,6 mil km². Ao todo, 17 empresas de sete países participaram, sendo 11 nacionais e seis estrangeiras (Canadá, França, Argentina, Bermudas, Panamá e China). Foram arrematados blocos ofertados em nove setores, distribuídos em quatro bacias sedimentares: Parnaíba, Potiguar, Sergipe-Alagoas e Recôncavo.

Em 10 de dezembro de 2015, foi realizada a 2ª etapa da 13ª Rodada, quando foram ofertadas dez áreas inativas com acumulações marginais nas bacias do Recôncavo, Tucano Sul, Paraná, Barreirinhas, Potiguar e Espírito Santo, totalizando uma área de 58,4 km². Este conjunto de áreas inativas visou atender à demanda do segmento de pequenas e médias empresas do setor de petróleo e gás natural. Como resultado, foram arrematadas nove áreas inativas, pelas quais deverão ser pagos à União o montante de R$ 4,25 milhões a título de bônus de assinatura.

O Governo continua com o compromisso de diversificar áreas exploratórias no País visando atrair empresas de diferentes perfis e contribuir para o desenvolvimento regional, com geração de emprego e renda.

b.3) Estudos e Planejamento no Setor de Petróleo e Gás Natural

Foi concluída, em 2015, a atualização e a publicação dos estudos integrantes do Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás, que constitui base de informações a serem utilizadas no processo de planejamento do setor petrolífero nacional, conforme Portaria MME nº 350/2013. A versão digital desse estudo estará disponível no sitio eletrônico do MME no início de 2016.

Esse estudo estabelece zonas de interesse para o aproveitamento racional do potencial brasileiro no setor de petróleo e gás natural, no âmbito da exploração e produção (*upstream*), e será utilizado para: i) a definição de áreas prioritárias ao desenvolvimento das atividades vinculadas à indústria do petróleo e de gás natural; ii) as discussões sobre temas de ordenamento territorial e socioambientais; iii) a definição das áreas prioritárias para os estudos e as pesquisas geológicas a serem desenvolvidas no território nacional; e iv) os estudos relacionados às Avaliações Ambientais de Área Sedimentar (AAAS), instituídas pela Portaria MME-MMA nº 198, de 5 de abril de 2012.

Vale destacar as áreas que se revelaram mais importantes para o desenvolvimento de atividades exploratórias, as quais concentram-se nas bacias efetivas que ocupam cerca de 50% da área sedimentar brasileira, totalizando 3,6 milhões de km², dos quais 2,5 milhões de km² são em terra.

Considerando as mudanças ocorridas no cenário energético do País e do mundo, relativamente à indústria petrolífera, desde a publicação das diretrizes para a política energética pelo CNPE em 2003, foi publicada a Portaria MME nº 451, em 24 de setembro de 2015, que instituiu o grupo de trabalho (GT) com a finalidade de propor a esse Conselho as diretrizes gerais relativas à política energética para as atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural, contemplando tais mudanças. O GT concluiu suas discussões no prazo inicialmente estabelecido e elaborou proposta que, oportunamente, deverá ser submetida ao CNPE.

Ainda em 2015, foram concluídos os estudos geológico-geofísicos em 12 bacias sedimentares: Acre, Amazonas, Solimões, Marajó, Ceará, Jacuípe, Cumuruxatiba, Pelotas, Parnaíba, Araripe, Tacutu e Foz do Amazonas.

Em 2016, a ANP dará continuidade aos projetos ainda não finalizados e iniciará os estudos para avaliação do potencial de produção de gás de carvão em jazidas localizadas na Bacia do Paraná, nos Estados de Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

b.4) Arcabouço Institucional, Legal e Regulatório do Setor de Petróleo e Gás

No campo institucional, encontram-se em desenvolvimento, no âmbito do Comitê Temático de Meio Ambiente (CTMA) do Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (Prominp), projetos para regulamentação do Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional (PNC), instituído pelo Decreto nº 8.127, de 22 de outubro de 2013.

Esses projetos tratam da utilização de métodos e técnicas de combate à poluição por óleo, tais como uso de dispersantes e outros agentes químicos e a queima controlada no local (queima *in situ*). A proposta de Resolução sobre o uso de dispersantes no combate à poluição por óleo já foi encaminhada ao Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama). A proposta do CTMA-Prominp relativa à queima controlada encontra-se em fase de conclusão, também visando sua submissão ao Conselho.

Contemplando as atividades de exploração e produção (E&P) de petróleo e gás natural, foram editadas as Portarias MME nº 452 e nº 453, ambas de 24 de setembro de 2015, instituindo grupos de trabalho com a finalidade de propor ao CNPE diretrizes gerais relativas, respectivamente, aos contratos de individualização da produção e à comercialização dos volumes de óleo e gás (O&G) produzidos que couberem à União.

Adicionalmente, a Portaria Interministerial MME-MMA nº 373, de 4 de agosto de 2015, instituiu GT com o objetivo de avaliar a sistemática de apuração, de verificação e de reembolso dos dispêndios da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), e da subvenção ao carvão mineral pela Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Composto por representantes dos dois Ministérios, da ANP e da Aneel, as atividades do GT, que tiveram início em 14 de outubro de 2015, estão sendo desenvolvidas.

Relativamente às portarias conjuntas MME-MMA nº 621 e nº 622, de 18 de novembro de 2014, que constituíram os Comitês Técnicos de Acompanhamento (CTA) da bacia sedimentar terrestre do Solimões (CTA Solimões) e da bacia sedimentar marítima de Sergipe-Alagoas/Jacuípe (CTA Sergipe-Alagoas/Jacuípe), no âmbito da Avaliação Ambiental de Área Sedimentar (AAAS), foram concluídas, em 2015, as minutas dos termos de referência (TR) para a contratação dos estudos ambientais de área sedimentar (EAAS) dessas bacias. Já a minuta de TR de Solimões deverá ser colocada em consulta pública no início de 2016. Os CTAs analisam, nesse momento, as contribuições recebidas, devendo a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e a ANP, preparar o projeto básico com base nesses TRs para as respectivas contratações.

Em continuidade às iniciativas desenvolvidas em anos anteriores, o grupo de trabalho criado pela Portaria MME nº 250/2014, composto por representante do MME, da ANP, da Petrobras e da EPE, realizou estudos acerca da necessidade de formação de reservas estratégicas de petróleo e etanol carburante, bem como de estoques de operação de combustíveis, referentes ao exercício de 2015, compreendidos no Sistema Nacional de Estoques de Combustíveis (Sinec), conforme estabelecem a Lei nº 8.176, de 8 de fevereiro de 1991, e o Decreto nº 238, de 24 de outubro de 1991. Tais estudos visam subsidiar anualmente o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) em decisão sobre a necessidade de formação das mencionadas reservas estratégicas e de estoques de operação de combustíveis.

Os estudos apontam para a não necessidade de formação de reservas estratégicas de petróleo e etanol. No tocante aos estoques de operação de combustíveis, as resoluções da ANP têm estabelecido estoques operacionais mínimos, visando reduzir os riscos de descontinuidade de fluxos de abastecimento de diesel e gasolina (Resolução ANP nº 45/2013), Gás Liquefeito do Petróleo (GLP)

(Resolução ANP nº 5/2015) e Querosene de Aviação (QAV) (Resolução ANP nº 6/2015). Além disso, em 2015 foram avaliados os fluxos logísticos de óleo combustível, não tendo sido detectados riscos que justificassem medidas para obrigatoriedade de formação de estoques de operação desse derivado.

b.5) Reservas, Exploração e Produção

Os projetos de desenvolvimento da produção de petróleo e gás natural em andamento no País são de grande importância estratégica, econômica e social, e geraram uma produção média diária, em 2015, de 3,19 milhões de barris de óleo equivalente (boe). O Plano Decenal de Energia (PDE) 2015-2024 projeta uma produção média diária de 4,03 milhões de barris de petróleo e líquido de gás natural (LGN) em 2020, o que representa um aumento substancial para o período.

Em dezembro de 2015, 52 poços produziram a média diária de 875 mil barris nos reservatórios do pré-sal, valor esse 6,6% superior ao mês anterior e correspondente a 34,5% da produção nacional no período, que foi de 2.532 mil barris/dia. O Campo de Lula, na Bacia de Santos, foi o maior produtor nos reservatórios do pré-sal, com média diária de 442,3 mil de barris, sendo também o campo que mais produziu gás natural, com média diária de 20,6 milhões de m^3. O Campo de Marlim, na Bacia de Campos, foi o campo marítimo com maior número de poços produtores, totalizando 61 poços.

No que concerne aos blocos exploratórios de O&G em atividade, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) registrou, em 2015, o total de 75 notificações de descobertas de hidrocarbonetos, sendo 50 em terra e 25 em mar. No mesmo período, a Agência recebeu 12 declarações de comercialidade, ou seja, notificações escritas do concessionário à ANP declarando a jazida como descoberta comercial na área de concessão. Dessas declarações, seis foram na Bacia de Parnaíba, quatro na Bacia do Recôncavo, uma na Bacia do Espírito Santo e uma Bacia de Santos.

Entre janeiro e novembro de 2015, foram concluídas as perfurações de 607 poços exploratórios e de desenvolvimento, executados pela média mensal de 97 sondas atuando no País.

b.6) Contrato de Cessão Onerosa

No segundo semestre de 2014 a Petrobras concluiu a apresentação de dez declarações de comercialidade à ANP, relativas ao Contrato de Cessão Onerosa. O objeto desse Contrato contempla as atividades exploratórias e a produção de até 5 bilhões de boe, por um prazo de 40 anos a partir da data de sua assinatura. As seis áreas contratadas no âmbito do Contrato de Cessão Onerosa permitiram a descoberta dos seguintes campos: i) Itapu (antigo bloco de Florim); ii) Búzios (antigo bloco de Franco); iii) Sépia (antigo bloco de nordeste de Tupi); iv) Sul de Lula (antigo bloco de Sul de Tupi); v) Sul de Sapinhoá (antigo bloco de Sul de Guará); vi) Atapu, Norte de Sururu; vii) Sul de Berbigão; viii) Sul de Sururu; e ix) Sul de Berbigão (antigo bloco de Entorno de Iara). Conforme estabelecido inicialmente, estão sendo discutidos, entre o Governo e a Petrobras, os termos de revisão do Contrato de Cessão Onerosa, de modo a garantir o equilíbrio econômico para as partes.

b.7) Refino, Petroquímica e Logística

No setor de refino, continuam sendo implantados projetos para melhoria da qualidade de produtos e da modernização e ampliação do parque nacional de refino. Esses empreendimentos visam ampliar o parque para processar a crescente produção de óleo brasileiro, aumentar a produção de derivados leves e médios e aprimorar a qualidade dos combustíveis produzidos. Ao longo de 2015, consolidou-se a operação do 1° Trem da Refinaria Abreu e Lima (PE), iniciada no final do ano de 2014.

Já em janeiro de 2016, foi concluído junto à Agência Estadual de Meio Ambiente do Estado de Pernambuco o processo de homologação do aumento do volume de processamento da refinaria de 74 para 100 mil barris de petróleo por dia, o que corresponde a cerca de 87% de sua capacidade nominal de 115 mil barris por dia. O 2º Trem está previsto para entrar em operação ao final de 2018. Essa refinaria tem investimentos previstos da ordem de R$ 40 bilhões. Quanto ao Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro/RJ, sua conclusão deverá envolver parcerias com agentes terceiros interessados, de modo a viabilizar investimentos.

Por sua vez, no setor de óleos lubrificantes, encontra-se em revisão a Portaria Interministerial MMA e MME que estabelece percentuais mínimos para a coleta e a destinação adequada de óleo lubrificante usado ou contaminado. A nova Portaria fixará os percentuais mínimos de coleta para o período 2016 a 2019.

Em 2015, o Programa de Modernização e Expansão da Frota (Promef) viabilizou a entrega de quatro navios: i) os petroleiros André Rebouças, Marcílio Dias e José do Patrocínio, classe Suezmax; e ii) o gaseiro Oscar Niemeyer. Em janeiro de 2016, foi entregue o navio gaseiro Barbosa Lima Sobrinho e a expectativa é que, até o final do ano, sejam entregues mais quatro navios: dois petroleiros e dois gaseiros. Atualmente, o Promef vem sendo reavaliado no que se refere a contratos e cronograma de trabalho.

b.8) Infraestrutura de Escoamento, Processamento e Transporte de Gás Natural

Em agosto de 2015, foi concluída a construção do trecho 1 do gasoduto de escoamento de gás natural Rota 2, que possui 402,2 km de extensão. O projeto deverá escoar o gás natural produzido no pré-sal da Bacia de Santos para o Terminal de Cabiúnas-Tecab, no Estado do Rio de Janeiro. O início de sua operação deverá ocorrer em 2016.

No que tange à capacidade de processamento de gás natural, está em andamento a ampliação da capacidade de processamento do Terminal de Cabiúnas, que deverá receber o gás natural do pré-sal da Bacia de Santos e tem a conclusão prevista para março de 2016, e a construção da Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN) Comperj-Rota 3, com conclusão prevista para 2017, ambas localizadas no Estado do Rio de Janeiro.

Quanto ao transporte de gás natural, está em fase final de elaboração a nova versão do Plano Decenal de Expansão da Malha de Transporte Dutoviário do País, o PEMAT 2024, o qual apresentará o planejamento, em um horizonte de dez anos, para ampliação e construção de novos gasodutos de transporte. No início de 2016, deverão ser submetidos à consulta pública os estudos elaborados pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE) para subsídio ao Plano, bem como a publicação de sua versão final.

O projeto do gasoduto Itaboraí-Guapimirim, no Estado do Rio de Janeiro, proposto em 2013, teve publicada a minuta de edital para licitação, em 2015. O processo de licitação terá continuidade após serem atendidas as questões apontadas em Acórdão do Tribunal de Contas da União (TCU).

b.9) Regulamentação do Setor de Gás Natural

Em maio de 2015, foram publicadas duas Portarias de autorização de importação de gás natural oriundo da Bolívia: a Portaria MME nº 192, autorizando a empresa Ecom Energia a importar 150 mil m^3/dia para atendimento ao mercado do Estado de São Paulo, e a Portaria MME nº 219, autorizando a empresa GNC Brasil a importar 25 mil m^3/dia via Cáceres/MT para atendimento ao mercado do Estado de Mato Grosso. Merece destaque, ainda, a renovação da autorização de importação outorgada à Tradener Ltda. por meio da Portaria MME nº 140, de 17 de abril de 2015.

Adicionalmente, a Petrobras recebeu nova autorização para importar 25 milhões de m^3 de Gás Natural Liquefeito (GNL) por ano, por meio da Portaria MME nº 191, de 8 de maio de 2015. O mercado potencial a ser atendido pela importação de GNL corresponde ao que está conectado à malha interligada de gás natural. Também recebeu autorização para importação de GNL, por meio da Portaria MME nº 455, de 29 de setembro de 2015, a Companhia Paranaense de Gás (Compagas), com o objetivo de atender à demanda da usina termelétrica de Araucária, situada no Estado do Paraná.

Relevante destacar, ainda, a publicação da Portaria Interministerial nº 412, de 21 de agosto de 2015, assinada pelos Ministérios da Fazenda e de Minas e Energia. A Portaria instituiu GT com o objetivo de avaliar os impactos sobre a concorrência, a regulação e as políticas públicas do processo de desinvestimento da Petrobras, em atividades com características de monopólio natural.

b.10) Regimes Especiais

Foram publicadas as Portarias MME nºs 456 e 457, de setembro de 2015, em consonância com o estabelecido no Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011, que regulamenta as condições para aprovação dos projetos de investimento considerados como prioritários na área de infraestrutura para efeito de incidência de imposto sobre a renda em operações de captação de recursos por meio da emissão de debêntures. Devido às Portarias mencionadas, o MME aprovou como prioritários dois projetos de investimento: i) o Programa de Exploração e Desenvolvimento da Produção dos Campos da Cessão Onerosa, da Petrobras, na área de infraestrutura de petróleo e gás natural; e ii) o Projeto de Expansão e Suporte à Infraestrutura de Distribuição de Gás Natural na Área de Concessão da Comgás (2015-2017), da Companhia de Gás de São Paulo (Comgás), na área de serviços locais de gás canalizado.

b.11) Biocombustíveis

O Brasil mantém posição de destaque no cenário internacional como segundo maior produtor de biocombustíveis, superado apenas pelos Estados Unidos da América (EUA).

No cenário doméstico, a participação dos biocombustíveis é fundamental para manter o alto índice de energias renováveis na matriz energética nacional. Segundo o Balanço Energético Nacional de 2015, aproximadamente 24,8% de toda a energia ofertada internamente é originária de biomassa, sendo 15,7% de cana e derivados, 8,1% de lenha e carvão vegetal e 1% de biodiesel. No que se refere à matriz veicular, os biocombustíveis representam aproximadamente 22,6% do total de combustíveis utilizados no País, sendo 19,8% de etanol (anidro e hidratado) e 2,8% de biodiesel.

A Lei nº 13.033, de 24 de setembro de 2014, determinou o aumento da mistura obrigatória de biodiesel no óleo diesel de 5% para 6% a partir de julho de 2014, para 7% a partir de novembro daquele ano e a elevação do limite máximo da mistura obrigatória de etanol anidro na gasolina de 25% para 27,5%. Desde março de 2015, o Conselho Interministerial do Açúcar e do Álcool (Cima) fixou em 27% a mistura desse biocombustível na gasolina comum.

A produção nacional de etanol deverá atingir 30 bilhões de litros na safra 2015/2016, volume 6,8% superior em relação à temporada anterior. Esse incremento se deve a ações do Governo aliadas a políticas de incentivo pontuais, no que se refere ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Desse volume, 1,86 bilhão de litros foram exportados, 33,5% a mais do que no período anterior.

Conjuntamente com produtores, distribuidores e revendedores, o Governo tem acompanhado permanentemente o mercado de biocombustíveis, visando assegurar o abastecimento interno. O Governo Federal também acompanha e apoia o desenvolvimento de

biocombustíveis de segunda geração e novos produtos (bioquerosene e biogás), bem como o desenvolvimento dos biocombustíveis no âmbito do Mercosul.

Etanol

O Brasil deve ter um aumento na área cultivada de cana-de-açúcar de 52,7 mil hectares na temporada 2015/16, equivalendo a 0,6% em relação à safra 2014/2015. Isso é reflexo da continuidade das medidas governamentais iniciadas em 2012 para estimular a renovação de canaviais e a expansão do cultivo da cana-de-açúcar.

No elenco das medidas de fomento à produção do etanol, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovou a reedição do programa de financiamento à estocagem deste biocombustível (BNDES-Pass) para o ano de 2015. O programa disponibilizou R$ 2 bilhões para a safra 2015, mesmo valor do ano anterior. Também foi aprovada a reedição do Programa de Apoio à Renovação e Implantação de Novos Canaviais (BNDES-Prorenova), com orçamento de R$ 1,5 bilhão. Se utilizado integralmente pelo setor, esse programa viabilizará o plantio de mais de 400 mil hectares de cana-de-açúcar, contribuindo para o aumento da produtividade agrícola do setor sucroenergético.

O Plano Conjunto BNDES-Finep de Apoio à Inovação Tecnológica Industrial dos Setores Sucroenergético e Sucroquímico (Paiss), instituído em 2012, continuou a dar resultados em 2015. Esse plano tem o objetivo de estruturar, a médio e longo prazos, o crescimento sustentável da produção, com foco em ganhos de produtividade, redução de custos e aumento do fator de utilização. Os recursos previstos, da ordem de R$ 2,8 bilhões, destinam-se a financiar 24 iniciativas em pesquisa e desenvolvimento (P&D) para a produção de etanol de segunda geração (etanol 2G), novos produtos de cana-de-açúcar e gaseificação de biomassa.

Como resultado dessas iniciativas, destacam-se as duas primeiras unidades de produção de etanol 2G das empresas GranBio, em operação desde setembro de 2014 e com capacidade de produção de 82 milhões de litros por ano, e Raízen, em operação desde novembro de 2014 e com capacidade anual de 40 milhões de litros. O Etanol 2G é produzido com o aproveitamento integral da cana-de-açúcar e sua tecnologia proporciona aumento na produção em até 50% sem ampliar a área de cultivo – o rendimento médio por hectare, atualmente na faixa entre 6,5 mil a 7 mil litros de etanol, pode subir para 10 mil litros com a segunda geração, nas estimativas do setor.

O Plano de Apoio Conjunto à Inovação Tecnológica Agrícola no Setor Sucroenergético (Paiss Agrícola), instituído em 2011, permanece como importante instrumento para viabilizar a mudança de paradigmas tecnológicos no setor, de modo a contribuir para o aumento da produtividade. Seu foco está voltado para o incentivo aos planos de negócio com inovações que promovam o desenvolvimento, a produção pioneira e a adaptação de sistemas industriais nas cadeias produtivas da cana-de-açúcar e de outras culturas energéticas compatíveis, complementares ou consorciáveis com o sistema agroindustrial da cana. O Programa já selecionou 35 planos de negócio de um total de 61 propostas, os quais estão sendo implementados com recursos da ordem de R$ 1,8 bilhão.

Para o ano de 2016, além de priorizar a continuidade dos programas de Financiamento à Estocagem de Etanol, e de Renovação e Implantação de Novos Canaviais, serão analisadas novas medidas para retomar os investimentos na expansão da produção de etanol. Deverá, também, ser acompanhada a evolução do desempenho das duas primeiras unidades de produção de etanol 2G (GranBio e Raízen) iniciadas em 2014 e dos ganhos obtidos com a utilização dessa tecnologia inovadora.

No âmbito das obras de infraestrutura do PAC 2, foram concluídos, em 2015, dois trechos do Sistema de Logística de Etanol, destinados a escoar a produção de etanol combustível das áreas de expansão de cana-de-açúcar em Minas Gerais, Goiás e São Paulo para o centro metropolitano de São Paulo e o Porto de Santos/SP. Trata-se de um projeto de polidutos e hidrovias,

cuja extensão é de 1.132 km, com capacidade anual de transporte de até 20 milhões de m^3 de etanol e capacidade total de armazenamento de 1,2 milhão de m^3.

O primeiro trecho do etanolduto, que interliga as cidades de Ribeirão Preto e Paulínia, no Estado de São Paulo, foi concluído no primeiro semestre de 2013, tendo iniciado sua operação em agosto de 2013. Um segundo trecho, que interliga as cidades de Ribeirão Preto e Uberaba, entrou em operação a partir de 1º de abril de 2015. O alcoolduto, composto por estes dois trechos, possui 342 km de extensão e capacidade para movimentar 12 bilhões de litros de etanol por ano.

No âmbito das obras de infraestrutura do PAC, o estudo de viabilidade da expansão do alcoolduto postergou, para 2020, o trecho que interligará as cidades de Itumbiara/GO a Uberaba/MG. Para 2016, estão previstas a maximização da infraestrutura existente a jusante de Paulínia, para facilitar o escoamento do etanol transportado pelo alcoolduto até esse terminal.

Biodiesel

O biodiesel, misturado compulsoriamente ao diesel fóssil desde janeiro de 2008, teve sua proporção elevada de 5% (B5) para 7% (B7) em novembro de 2014. Com isso, os resultados preliminares para 2015 indicam uma produção de 3,97 bilhões de litros desse biocombustível, volume cerca de 16% superior ao alcançado em 2014 (3,42 bilhões de litros). Esse avanço reforça a posição de destaque do Brasil no cenário mundial do biodiesel.

Além do avanço no volume utilizado, destaca-se, também, a qualidade do biodiesel consumido no Brasil, cuja especificação está em linha com as da União Europeia (UE) e dos EUA. Para alguns parâmetros, o País apresenta os mais rígidos requisitos de qualidade. Esse cenário de aumento da produção, mantendo-se rigorosos padrões de qualidade, é de fundamental importância para o melhor aproveitamento da capacidade nominal instalada do País, de 7,26 bilhões de litros por ano em dezembro de 2015. Dessa capacidade, 92% são de empresas detentoras do Selo Combustível Social.

O Selo Combustível Social constitui importante instrumento do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) visando promover a inclusão social da agricultura familiar na cadeia produtiva desse biocombustível. Ele possibilita, ao seu possuidor, reduções diferenciadas nas alíquotas de PIS/Pasep e Cofins incidentes na comercialização do biodiesel.

Dados de 2014, fechados em abril de 2015, mostram a inclusão de 72.382 agricultores familiares, dos quais foram adquiridas matérias-primas no valor de R$ 3.252,8 milhões, com a participação de 78 cooperativas de agricultores familiares. Nos últimos três anos com números fechados (2012 a 2014) houve declínio do número de agricultores familiares participantes no PNPB devido a quebras de safras no Nordeste e à priorização realizada pela Petrobras Biocombustível para áreas mais aptas e agricultores com maior potencial produtivo.

Resultados preliminares para 2015 indicam a participação de 80 mil famílias e 80 cooperativas no Programa, cuja atuação desta última facilita o processo de inclusão social ao proporcionar a organização dos agricultores familiares e reduz custos de transação para as usinas de biodiesel. Com isso, espera-se o início da reversão do declínio ocorrido em anos anteriores e um desempenho melhor e mais sustentado a partir de 2016.

Em 2015, o Instituto Saúde e Sustentabilidade e a Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo concluíram o estudo sobre as vantagens ambientais e para a saúde pública do uso progressivo de biodiesel. A avaliação foi feita em seis capitais: Belo Horizonte/MG, Rio de Janeiro/RJ, Porto Alegre/RS, Recife/PE, Curitiba/PR e São Paulo/SP. A conclusão do estudo mostra que o maior uso do biodiesel (acima da atual mistura de 7% no diesel) pode reduzir 52 mil internações hospitalares e evitar quase

nove mil mortes até 2025 por doenças relacionadas à poluição do ar, tais como as cardiovasculares, as respiratórias e o câncer no pulmão. Isso representaria uma economia de R$ 2 bilhões para os sistemas de saúde pública.

Para 2016, espera-se evoluir para uma maior participação de biodiesel no setor de transportes, a partir da edição da Resolução CNPE nº 3, de 21 de setembro de 2015, que estabeleceu as diretrizes para a comercialização e o uso de biodiesel, em caráter autorizativo, em níveis superiores ao percentual de adição obrigatória. Estima-se que a medida tenha potencial de incorporar até 1 bilhão de litros à produção anual desse biocombustível.

b.12) Fiscalização do Setor de Petróleo e Gás Natural e Combustíveis Renováveis

Em 2015, no âmbito das atividades de movimentação e transferência de petróleo, seus derivados e gás natural e das atividades de exploração e produção em plataformas, foram realizadas pela Agência Nacional de Petróleo (ANP) 4.949 ações de fiscalização de um total previsto de 3.025, principalmente, por meio do Termo de Cooperação com a Diretoria de Portos e Costas (DPC), do Comando da Marinha. Para 2016, estão previstas 4.687 ações de fiscalização.

As atividades de distribuição e revenda de combustíveis foram alvo de 16.571 ações de fiscalização, em uma meta estipulada de 15 mil para o ano de 2015. No âmbito do monitoramento da qualidade dos combustíveis, até o mês de dezembro, o percentual de não conformidade ficou em torno de 2,42%, tendo sido analisadas 109.267 amostras de combustíveis.

A Agência tem realizado auditoria nos custos incorridos pela Petrobras, enquanto as empresas certificadoras internacionais independentes de reservas de petróleo e gás natural, contratadas pela ANP e pela Petrobras, avaliam as informações geológicas e as características dos possíveis projetos de desenvolvimento da produção. Essas avaliações buscam valorar os campos encontrados e permitir a revisão do contrato, conforme previsão legal.

c) Geologia e Recursos Minerais

Ao longo da última década, o setor mineral brasileiro vem acumulando resultados positivos e ampliando a sua participação na economia nacional, reflexo do planejamento setorial e de medidas governamentais continuadas. Apenas nos últimos cinco anos foram investidos, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), mais de R$ 640 milhões em ações de desenvolvimento e ampliação do conhecimento geológico e de recursos minerais do País. Foram realizados levantamentos geológicos e aerogeofísicos em mais de 2,2 milhões de km^2 do território, além de diversas outras ações, contribuindo amplamente para o crescimento sustentável da indústria mineral nacional.

Em 2014, o Valor da Produção Mineral (VPM) brasileira alcançou US$ 42 bilhões, representando um crescimento de 6,2% em relação ao ano anterior. Essa expansão, impulsionada pelo crescimento do volume da produção, representou não apenas um aumento real, mas também uma recuperação ante ao desaquecimento mundial provocado pelo impacto da queda do preço das *commodities* em 2013. A rápida recuperação, com o retorno do VPM a patamares anteriores, demonstra que o crescimento do setor mineral nacional tem ocorrido sobre bases estáveis.

Particularmente em relação ao minério de ferro, o Brasil permanece em posição de destaque no cenário internacional como o terceiro maior produtor e segundo maior exportador da *commodity*. Apesar da queda substancial do seu preço no mercado mundial a partir de 2013, o País manteve o nível de produção em relação aos anos anteriores. Em 2014, 75% das 400 milhões de toneladas produzidas foram destinadas ao mercado externo. A exportação de minério e pelotas representou ingresso de divisas da ordem de US$ 25 bilhões, mantendo a balança comercial mineral superavitária no ano.

No sentido de promover a expansão da indústria mineral brasileira por meio do aprimoramento das instituições de governo e da melhoria do ambiente de negócios, ampliando a atratividade aos investimentos privados, permanece a discussão de um novo modelo regulatório para o setor mineral brasileiro. A proposta, encaminhada pelo Poder Executivo em 2013, por meio do Projeto de Lei nº 5.807/2013, dispõe sobre a atividade de mineração, cria o Conselho Nacional de Política Mineral, a Agência Nacional de Mineração, bem como trata dos encargos financeiros do titular do direito minerário, como a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM).

Reconhecendo a importância de ampliar e diversificar a produção nacional de recursos minerais, o planejamento setorial de médio prazo estabelece, a partir de 2016, a realização de investimentos governamentais para o detalhamento do potencial mineral brasileiro, como forma de ampliar a atração de investimentos. As ações de conhecimento geológico terão como foco os minerais ditos estratégicos, selecionados em um contexto que objetiva, ao mesmo tempo, solidificar a posição do Brasil como *player* mundial de determinados recursos e reduzir a dependência externa de outros. Para a melhoria da governança, o objetivo é contribuir para as discussões sobre o novo modelo regulatório do setor ao longo de 2016 e viabilizar sua futura implantação.

Dentre as ações e políticas governamentais para o setor mineral brasileiro, realizadas em 2015, destacam-se as seguintes:

- Realização do Programa de Gestão de Riscos e Inundações, envolvendo atividades de mapeamento e estudos geológicos nas áreas urbanas em Municípios considerados críticos, com foco naqueles recorrentemente afetados por inundações, enxurradas e deslizamentos. Esses estudos já foram executados em 1.404 Municípios e fazem parte do Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres (PNGRRD), que visa contribuir para a eliminação de riscos decorrentes de desastres naturais e para o planejamento adequado do uso e ocupação do solo;
- Realização, pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), de levantamentos geológicos em 64,5 mil km² e de levantamentos aerogeofísicos em 212,8 mil km² em áreas territoriais emersas;
- Início de um programa de avaliação de recursos minerais que abrange 20 Áreas de Relevante Interesse Mineral (Arim), compreendendo 999 mil km², além de três grandes bacias sedimentares para estudo de Potássio, oito áreas para estudo de Fosfato (111,7 mil km²) e 16 áreas referentes a materiais de Construção Civil. O Programa terá continuidade em 2016 e deverá estender-se até 2018;
- Elaboração, em parceria com outros órgãos do Governo Federal, do Programa de Inovação Mineral (Inovamin), no âmbito do Programa Inova Empresa, com o objetivo de promover o desenvolvimento tecnológico e inovação em linhas temáticas prioritárias e estratégicas para o aumento da competividade e produtividade de empresas do setor mineral brasileiro;
- Realização de estudos, que serão concluídos em 2016, visando à implantação de Zonas de Processamento e Transformação Mineral (ZPTM), que envolvem a avaliação de parâmetros técnicos, econômicos, socioambientais e demográficos de geração de renda e riqueza a partir dos bens minerais e de seus impactos em outros setores econômicos;
- Articulação, em parceria com outros ministérios e instituições federais e estaduais, com vistas à implantação da cadeia produtiva dos elementos terras-raras no País. A parceria terá continuidade com vistas a elaborar programa para o desenvolvimento integrado da cadeia produtiva de elementos de terras raras; e
- Início da recuperação de 34 hectares de área na Bacia Carbonífera de Santa Catarina/PR, com investimentos de cerca de R$ 2 milhões, com conclusão em 2016.

Para 2016, está prevista a inclusão de 180 Municípios nos estudos do Programa de Gestão de Riscos e Inundações, além da conclusão da implantação de três novos sistemas de alerta hidrológicos, que beneficiarão 15 novos Municípios.

Conforme o cronograma de recuperação ambiental da Bacia Carbonífera de Santa Catarina/PR, serão realizados, em 2016, procedimentos licitatórios para a contratação dos serviços relativos a três áreas, totalizando 300 hectares e orçamento previsto de R$ 30 milhões, com prazo de execução de quatro anos.

O desenvolvimento de sistemas de informação, pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), vem promovendo melhoria nos procedimentos de outorga, facilitando o acesso ao usuário e contribuindo para a celeridade e a redução do passivo processual do órgão. Em 2016, está prevista a implantação de um novo sistema visando à melhoria do gerenciamento das fiscalizações e dos processos de cobrança da CFEM.

Desse modo, o MME consolida uma atuação contínua em estudos para o desenvolvimento sustentável do território brasileiro, atuando na prevenção, na mitigação e na redução de danos em áreas com riscos geológicos.

Em 2015, a atuação governamental para o desenvolvimento da indústria mineral nacional esteve voltada para parcerias e diálogos setoriais e com a sociedade. A articulação com os diversos atores envolvidos tem se mostrado como premissa em um contexto cujo objetivo é que a atividade mineral propicie ganho à geração presente, crie oportunidades para as gerações futuras e, ao mesmo tempo em que se mantém a qualidade ambiental, propicie a geração de emprego e renda.

Em 2016, prevê-se a contratação de empresa e a realização do estudo "Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da Mineração em Pequena Escala no Brasil", com financiamento do Banco Mundial.

Os resultados advindos desse estudo devem proporcionar um maior conhecimento sobre a mineração em pequena escala, permitindo aprimorar a governança do setor sobre esse segmento, pela identificação de parcerias mais eficazes e pelo desenvolvimento de melhores práticas. Em 2015, foi retomado o diálogo com o setor extrativo de agregados minerais para a construção civil, com perspectiva para a construção, a partir de 2016, do Plano Nacional de Agregados.

Diante do desafio que constitui a formalização da mineração de ouro em pequena escala, o Governo Federal deu continuidade às ações voltadas à mitigação de conflitos, em especial na região do Tapajós, onde ocorre a maior concentração de garimpos de ouro no Brasil. Uma das estratégias adotadas considera o debate e a integração de informações de organizações não governamentais e outros órgãos de governo. A estruturação dessas políticas e seu acompanhamento têm continuidade no âmbito do Grupo de Trabalho Interministerial - Grupo Técnico Tapajós.

Como resultado da participação na negociação conduzida pelo Comitê Intergovernamental de Negociação do Programa da ONU para Meio Ambiente (Pnuma), que resultou na Convenção de Minamata, sobre o uso e o comércio de mercúrio, será formulado, ao longo dos próximos anos, o Plano Nacional de Mitigação do Uso do Mercúrio na Mineração de Ouro em Pequena Escala e a proposição de diretrizes e procedimentos para a internalização de variáveis socioambientais nas atividades de mineração.

Outra importante iniciativa prevista para ser iniciada em 2016, será a criação conjunta com diversos atores de propostas de normativos de conservação de pontos notáveis da geodiversidade (patrimônio paleontológico, geológico e geomineiro).

Também, em 2016, terá início a implementação do projeto de classificação das minas brasileiras segundo critérios de sustentabilidade definidos pelos órgãos, os quais levarão em consideração a legalidade e a otimização das minas, seus riscos de acidentes, seus impactos ambientais e a existência de plano de fechamento de minas.

2. Transportes

O Governo vem promovendo avanços significativos na gestão dos transportes, reunindo competências e elementos necessários para as realizações de intervenções para o aumento da eficiência da infraestrutura de transportes, de forma a reduzir os custos logísticos do setor produtivo e propiciar novos patamares de desenvolvimento social e econômico do País. Para tal, foram sistematizadas metas permanentes para o ajuste da matriz de transportes, com foco no aumento da capacidade das vias de transportes, visando obter maior competitividade no âmbito nacional e internacional.

O planejamento estratégico tem sido a ferramenta utilizada para alavancar os atuais programas e projetos, em consonância aos conceitos da moderna gestão pública. Além das importantes diretrizes estabelecidas pelos planos do Governo Federal, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Programa de Investimentos em Logística (PIL), destacam-se, no âmbito do Governo, outras ações de planejamento integrado setoriais com ênfase no desenvolvimento do Plano Nacional de Logística Integrada (PNLI) e do Plano Hidroviário Estratégico (PHE).

A médio e longo prazo, os investimentos no setor objetivam aumentar a eficiência produtiva de áreas consolidadas, induzir o desenvolvimento sustentável do setor agrícola e mineral, reduzir desigualdades regionais e incentivar à integração nacional e sul-americana.

a) Planejamento

Dentre as principais ações desenvolvidas em 2015 e a se realizar em 2016, no âmbito da Política de Transportes, destacam-se:

- Desenvolvimento de novas bases para a Política Nacional de Transportes, com o objetivo de consolidar princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos para a formulação e a implementação dos planos, programas e projetos setoriais;
- Consolidação do Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte (Conit), por meio da realização das reuniões periódicas do Conselho e reativação dos Comitês Técnicos;
- Consolidação da Gestão Estratégica para o monitoramento da implementação da Política Nacional de Transportes;
- Consolidação e internalização do Projeto Centros de Integração Logística (CIL), com o objetivo de subsidiar políticas públicas voltadas à promoção da intermodalidade no transporte de cargas, por meio da articulação institucional entre o Ministério dos Transportes e demais órgaos de governo e sociedade;
- Consolidação e aplicação do Manual do Sistema Federal de Viação (SFV), baseado na Lei 12.379, de 6 de janeiro de 2011, com o objetivo de apresentar os aspectos conceituais acerca do Sistema Nacional de Viação (SNV) e do SFV, dando ênfase aos procedimentos a serem adotados para a federalização de rodovias ou trechos de rodovias;
- Elaboração do Estudo sobre Diretrizes Socioambientais do Ministério dos Transportes (MT), com o objetivo de subsidiar a formulação de políticas públicas do setor, de forma a incorporar continuamente melhores práticas e fortalecer a capacidade de planejamento integrado, assegurando a responsabilidade socioambiental. Em 2016, será realizado *workshop* para validação e discussão do estudo e elaboração do produto final;
- Participação na Agenda de Desenvolvimento Regional do Tapajós, com o objetivo de integrar as políticas setoriais do Governo Federal (transportes, energia e meio ambiente) em áreas fragilizadas da região do Tapajós, que envolve seis Municípios reunidos em forma de consórcio. Em 2016, espera-se a consolidação do consórcio formado pelos Municípios envolvidos e a implementação de políticas federais e estaduais na região;

- Desenvolvimento das atividades previstas no Memorando de Cooperação Internacional entre Brasil e EUA, com o objetivo de trocar informações e experiências, tendo sido constituídos quatro grupos de trabalho divididos nos seguintes temas: rodovias, ferrovias, hidrovias e portos, e respostas a desastres naturais;

- Implementação do Plano Hidroviário Estratégico (PHE) mediante as seguintes atividades: i) ações preparatórias para implementação de Grupos de Desenvolvimento Regional Hidroviário (GDRH), que têm como objetivo viabilizar o gerenciamento eficaz das hidrovias em nível regional e servir de suporte para garantir a perenidade das condições de navegação das hidrovias; e ii) articulação institucional com o setor de energia e órgãos relacionados ao uso múltiplo das águas para continuidade das tratativas em relação às eclusas e aos empreendimentos estruturantes para o Transporte Hidroviário Interior (THI);

- Ações relativas à elaboração do Plano Nacional de Logística Integrada (PNLI) – O estudo tem como objetivo identificar as necessidades e as oportunidades de investimento a curto, médio e longo prazo, para prover o País de uma logística de transportes eficiente e competitiva, com associação entre infraestrutura e serviços numa visão pública, privada e pública-privada. Para 2016, as principais entregas previstas são: i) elaboração da carteira preliminar de investimento em rodovia, ferrovia e hidrovia, utilizando como base de fundamentação as ferramentas do PNLI; ii) diálogo com demais órgãos do Sistema Transporte visando validar/ajustar a carteira selecionada e a validação pelo MT; iii) projeto-piloto – elaboração de estudos preliminares com vistas à implementação dos projetos selecionados; e iv) portfólio de ações;

- Desenvolvimento da Infraestrutura de Dados Espaciais de Transportes (IDE-T) – Principal iniciativa do Plano Estratégico de Geoinformações do Sistema Transportes (Pegeo), o qual tem como objetivo integrar tecnologias e políticas capazes de otimizar a produção, o armazenamento, o acesso, o compartilhamento e a disseminação de dados espaciais, a fim de melhorar o uso da geoinformação no Setor Transportes. Foram gerados os seguintes produtos: i) diagnóstico; ii) plano de trabalho para Implantação da IDE-T; iii) modelagem de informações do PAC; iv) dicionário de dados; v) modelagem de Dados Espaciais do Setor Transportes; vi) elaboração de *layouts* padrões para mapas; vii) elaboração de padrão de cadastramento e publicação de metadados; viii) instalação e configuração do Portal da IDE-T; e ix) instalação e configuração do portal de metadados da IDE-T. A consolidação do IDE-T é esperada para 2016, com a: i) elaboração de materiais técnicos, envolvendo as entidades do Setor Transportes; ii) desenvolvimento de novas aplicações e o aprimoramento das existentes, visando a melhoria na modelagem e na integração de dados, com vistas à sua disponibilização para a efetiva utilização pelas entidades públicas e privadas e sociedade em geral; e iii) realização de seminário e *workshops*, com o objetivo de disseminar a cultura e a utilização da IDE-T, que subsidiará o planejamento e a elaboração das políticas de transportes;

- Portal de Inteligência Geográfica e Gerencial de Transportes (IGT) – Permite elaborar painéis gráficos pré-configurados, monitoramento de indicadores e geração de mapas temáticos. Tem como objetivo subsidiar relatórios gerenciais, com o cruzamento de dados de transportes com dados econômicos, sociais, de meio ambiente, de produção e de escoamento, entre outros. Foram modeladas informações do PAC e do PIL e dos fluxos que alimentarão o Portal. Em 2016, serão implementados projetos-pilotos de utilização da ferramenta nas atividades de gestão de ambos programas citados acima, a fim de subsidiar o Governo, com dados e informações de qualidade. O intuito é possibilitar o acesso pela Internet e dispositivos móveis;

- Fórum Permanente para o Transporte Rodoviário de Cargas (Fórum TRC) – Foi instituído pela Portaria MT nº 101, de 13 de maio de 2015, com o objetivo de garantir espaço de discussão entre o Governo Federal, os embarcadores e transportadores. Visa a construção de políticas e medidas técnicas para o aperfeiçoamento do transporte rodoviário de cargas no País. Foram tratados, no âmbito das seis reuniões ordinárias, os seguintes temas: i) renegociação das dívidas dos transportadores autônomos de cargas; ii) infraestrutura com relação a pontos de parada e descanso nas rodovias federais; iii) modelo de

concessão de menor tarifa e tarifa de pedágio; e iv) regulamentação da exigência de licença única ambiental. Os principais resultados alcançados nas reuniões do Fórum TRC foram: i) isenção de pagamento de pedágio para o eixo suspenso de caminhões vazios; ii) aumento do valor da estadia em tonelada/hora, calculado sobre a capacidade total de carga do veículo; iii) responsabilização do embarcador pelos prejuízos decorrentes de excesso de peso e transbordo da carga com excesso; iv) inclusão de obrigação do Governo de instalar e incentivar pontos de paradas, mediante cessão de áreas públicas; v) carência de um ano para pagamento das parcelas de financiamento de caminhões, carretas e semirreboques dos contratos em vigor de transportadores rodoviários autônomos e microempresas dos programas pró-caminhoneiro e Financiamento de Máquinas e Equipamentos (Finame); vi) elaboração de tabela referencial de fretes pelas entidades representativas dos caminhoneiros e das transportadoras com os embarcadores; e vii) isenção de tarifas na utilização do pagamento eletrônico de frete, reduzindo custos para os caminhoneiros e transferindo o encargo ao responsável pelo pagamento do frete. Em 2016, esse espaço permanente de interlocução com os representantes das categorias profissionais terá continuidade;

- Pontos de parada e descanso localizados nas rodovias federais – Em entendimento à Lei nº 12.619, de 30 de abril de 2012, conhecida como Lei dos Caminhoneiros, foi publicada lista com os locais de parada e descanso existentes nas rodovias federais, identificados a partir de pesquisa realizada. Para 2016, será dada continuidade ao processo de reconhecimento de pontos de parada e descanso;

- Programa de Gestão de Informações (PGINF) – Visa criação, no âmbito do Sistema Transportes, do repositório de Dados Estratégicos Corporativos composto de fontes de dados provenientes do MT e de suas entidades vinculadas. Tem como finalidade a garantia de fonte de dados integrada, de qualidade e acessível, como forma de auxiliar a tomada de decisão e o planejamento em transportes. Foi realizado o planejamento e iniciada a implantação do Projeto do Diretório Referencial de Dados. Em 2016, será dada continuidade à implantação desse Projeto;

- Sistema de Acompanhamento de Estudos e Pesquisas (Siaep) – Sistema informatizado que tem como objetivo disponibilizar ferramenta para acompanhar os estudos e pesquisas realizados no âmbito do MT e suas entidades vinculadas. Além de proporcionar o acompanhamento, o nivelamento do conhecimento entre os integrantes do Sistema Transportes, permitirá o acesso pela sociedade aos produtos resultantes. Em 2016, será disponibilizado o Siaep e realizado o treinamento dos usuários; e

- Concluídos os estudos de propostas de definição e desenvolvimento da regulação ferroviária; propostas de regras e estrutura de gestão da segurança para circulação de trens; e propostas de padronização de plataforma tecnológica de sinalização e comunicações ferroviárias.

b) Transporte Rodoviário

Os investimentos em obras de adequação e construção de rodovias visam ampliar a capacidade de tráfego, ordenar o trânsito de passagem nos perímetros urbanos e garantir condições permanentes de circulação, segurança e conforto no trânsito de veículos e usuários.

b.1) Expansão da Malha e Adequação de Capacidade

Destacam-se as seguintes obras, por região:

Região Norte:

- BR-163/PA, construção, trecho Divisa MT/PA – Santarém (947 km) – executados 37 km de pavimentação em 2015, com previsão de execução de 60 km em 2016;

- BR-230/PA, construção, trecho Divisa TO/PA – Rurópolis (855 km), incluindo o acesso a Miritituba (32,2 km) – executados 40 km de pavimentação em 2015, com previsão de execução de 43 km em 2016;
- BR-364/RO, construção, ponte sobre o rio Madeira em Abunã (1,2 km) – executados 20% das obras em 2015, com previsão de execução de 48% em 2016;
- BR-429/RO, construção, trecho Presidente Médici – Costa Marques (304,3 km) – executados 2,42 km de pavimentação e 65% das obras de arte especiais em 2015, com previsão de conclusão das obras em 2016; e
- BR-432/RR, construção, trecho Félix Pinto – Vila Central (46,24 km) – concluído em 2015.

Região Nordeste:

- BR-101/AL, duplicação, trecho Divisa PE/AL – Divisa AL/SE (248,5 km) – executados 34 km de terraplanagem no Lote 3, com previsão de conclusão de dois viadutos, no mesmo lote, em 2016;
- BR-235/BA, construção e pavimentação, trecho Divisa SE/BA – Divisa BA/PI (664 km) – executados 152,34 km em 2015, com previsão de execução de 113,13 km em 2016;
- BR-242/BA, adequação, Travessia Luís Eduardo Magalhães (8 km) – executados 3 km em 2015, com previsão de conclusão em 2016;
- BR-242/BA, pavimentação, trecho Entroncamento BA-460 – Divisa BA/TO (49 km) – executados 23 km em 2015, com previsão de conclusão em 2016;
- BR-418/BA, construção, trecho Caravelas – Entroncamento BR-101/BA (84,5 km) – obra concluída em 2015;
- BR-020/CE, duplicação, Contorno de Fortaleza (32 km) – executados 28 km de duplicação e concluído o viaduto do tronco Sul em 2015, com previsão de conclusão da obra em 2016;
- BR-304/CE, construção de nova ponte e recuperação de antiga ponte sobre o rio Jaguaribe, em Aracati/CE (3,1 km) – executados 20% da obra em 2015, com previsão de conclusão em 2016;
- BR-222/CE, adequação, trecho Sobral – Acesso Porto Pecém (58,5 km) – Pavimentação concluída, restando finalização de Variantes e Viaduto em 2016;
- BR-135/MA, duplicação, trecho Estiva – Bacabeira (27 km) – executados 3,5 km de duplicação em 2015, com previsão de conclusão em 2016;
- BR-230/PB, duplicação, Contorno de Campina Grande/PB (2,86 km) – trecho principal concluído em 2015, com previsão de execução do prolongamento das vias laterais em 2016;
- BR-434/PB, construção, trecho Uiraúna – Poço Dantas (21,3 km) – obra concluída em 2015;
- BR-101/PE, duplicação, trecho Divisa PB/PE – Divisa PE/AL (191,6 km), incluída a restauração do Contorno de Recife – foram executados 11,82 km de terraplanagem e 8,58 km de concreto compactado rolado (CCR) relativo à duplicação do lote único em 2015. Quanto ao Contorno de Recife, cabe destacar que o projeto encontra-se em análise. Para 2016, está prevista a execução de 9 km de placa de concreto no lote único, e ainda, a execução de 30 km de restauração do Contorno de Recife;
- BR-235/PI, construção, trecho Gilbués – Divisa PI/MA (Santa Filomena) (130,2 km) – executados 113 km até 2015, com previsão de conclusão em 2016;

- BR-101/RN, duplicação, trecho Natal – Divisa RN/PB (81 km) – início da execução da obra do Túnel Liner em 2015. O projeto executivo foi concluído, com previsão de execução de 10 km das marginais e 30% dos viadutos em 2016;
- BR-304/RN, duplicação e restauração, Contorno de Mossoró (17 km) – concluída em 2015;
- BR-101/SE, duplicação, trecho Divisa AL/SE – Divisa SE/BA (204,3 km), incluindo o Contorno de Aracaju – executados 22,93 km de duplicação, 6,21 km de placas de concreto, e 6,2 km de terraplanagem em 2015, com previsão de execução de 20 km de placas de concreto em 2016; e
- BR-101/SE – Ponte sobre o rio São Francisco – executados 34% da nova ponte em 2015, com previsão de conclusão em 2016. Quanto à ponte antiga, há previsão de conclusão da restauração em 2016.

Região Sudeste:

- BR-146/MG, construção e pavimentação, trecho Passos-Bom Jesus da Penha (44,3 km) – executados 6 km de pavimentação em 2015, com previsão de execução de 5 km em 2016;
- BR-154/MG, construção e pavimentação, trecho Entroncamento BR-364 – Entroncamento BR-365 (Ituiutaba) (50,8 km) – executados 4 km de pavimentação e concluídas duas obras de arte especiais (ponte sobre o rio da Prata e Córrego Aldeia) em 2015, com previsão de execução de 5 km em 2016;
- BR-262/MG, adequação, Travessia Urbana de Nova Serrana (9,9 km) – obra concluída em 2015;
- BR-262/MG, adequação de capacidade, Travessia Urbana de Uberaba (16,5 km) e marginais (11,3 km) – executados 9 km das vias marginais em 2015, com previsão de conclusão em 2016;
- BR-365/MG, duplicação, trecho Uberlândia – Entroncamento BR-153 (Trevão) (95,3 km), incluindo construção de obras de arte especiais – executadas 16% das obras do Trevão (Lote 4.3) em 2015, com previsão de licitação do Lote 4.2 e execução de 5% das obras do Lote 4.3 em 2016;
- BR-381/MG, duplicação, trecho Governador Valadares – Belo Horizonte/BH (317 km) – concluídos túnel do rio Piracicaba (Lote 3.2) e túnel Prainha (Lote 3.3) em 2015, com previsão de execução de 8 km em 2016;
- BR-493/RJ, construção, Arco Rodoviário do Rio de Janeiro/RJ – trecho Entroncamento BR-101/RJ (Manilha) – Santa Guilhermina (26 km) – executada a infraestrutura de cinco pontes em 2015, com previsão de execução de 2 km em 2016; e
- BR-116/SP, construção, Rodoanel de São Paulo/SP, trecho Norte (44 km) convênio com o Estado de São Paulo/SP – executado 15% da obra em 2015, com previsão de execução de 20% em 2016.

Região Sul:

- BR-487/PR, construção, trecho Porto Camargo – Campo Mourão (101,7 km) – executados 11 km de pavimentação do Lote 2, em 2015, com previsão de conclusão em 2016;
- BR-116/RS, duplicação, trecho Guaíba – Pelotas (211,2 km) – executados 20,5 km de duplicação em 2015, com previsão de execução de 12 km em 2016;
- BR-158/RS, adequação, trecho Travessia de Santa Maria (13 km) – executados 2 km de pavimentação em 2015, com previsão de execução de 1 km em 2016;

- BR-290-116/RS, construção, segunda ponte sobre o rio Guaíba e acessos – executados 23% da obra de arte especial em 2015, com previsão de execução de 5% em 2016;
- BR-386/RS, duplicação, trecho Tabaí – Estrela (33,8 km) – executados 19,5 km de pavimentação em 2015, com previsão de conclusão em 2016;
- BR-392/RS, duplicação, trecho Pelotas – Rio Grande (85 km), incluindo o Contorno de Pelotas – executados 33% do contorno rodoviário em 2015, com previsão de conclusão do contorno em 2016;
- BR-101/SC, duplicação, trecho Palhoça – Divisa SC/RS (248,5 km) – concluídos a Ponte de Laguna, também conhecida como Ponte Anita Garibaldi, e o Túnel do Morro do Formigão, executados 72% da ponte sobre o rio Tubarão em 2015, com previsão de conclusão em 2016;
- BR-163/SC, adequação, trecho São Miguel do Oeste – Divisa SC/PR (61,1 km) – executados 4 km de pavimentação e 35% das obras de arte especiais em 2015, com previsão de execução de 6 km em 2016; e
- BR-280/SC, duplicação, trecho São Francisco do Sul – Jaraguá do Sul (73,9 km) – execução de serviços de drenagem e escavação do túnel em 2015, com previsão de execução de 2 km em 2016.

Região Centro-Oeste:

- BR-158/MT, construção, trecho Ribeirão Cascalheira – Divisa MT/PA (481,3 km) – executados 25 km em 2015, com previsão de execução das obras complementares finais em 2016, com exceção dos lotes que passam em terras indígenas;
- BR-163/364/MT, duplicação, trecho Rondonópolis – Cuiabá – Posto Gil (378,4 km) – executados 51 km de duplicação e 18 km de restauração das pistas existentes em 2015, com previsão de execução de 50 km de duplicação e 85 km de restauração das pistas existentes em 2016;
- BR-242/MT, construção, trecho BR-163/MT (Sorriso) – BR-158/MT (Querência) (481,1 km) –elaboração de projeto para a implantação de obras de arte especiais, em 2015. Há previsão de implantação de obras de arte especiais no segmento já pavimentado (km 575,23 ao km 780,80) e início dos serviços de implantação e pavimentação dos três lotes restantes, em 2016; e
- BR-262/MS, construção, ponte sobre o rio Paraná (1,35 km), incluindo acessos (6,5 km) – concluída obra de arte especial em 2015, com previsão de conclusão dos acessos em 2016.

b.2) Manutenção de Rodovias

Em 2015, os Programas de Contratação, Restauração e Manutenção por Resultados de Rodovias Federais Pavimentadas (Procrema), aliados às obras de restauração e serviços de conservação, contemplaram 42.765,30 km da malha rodoviária federal pavimentada, correspondendo à cerca de 82% da malha total, conforme a seguir:

- **Procrema 1ª e 2ª etapas** – Estão cobertos por este Programa 20.387,70 km de rodovias pavimentadas, por meio de contratos de dois e cinco anos de duração e que preveem a realização de obras de recuperação do pavimento e execução dos serviços de manutenção e de conservação rotineira durante todo o prazo contratual;
- **Restauração de pista em contratos de duplicação** – Essa modalidade de restauração aplica-se a trechos de rodovias que se encontram em obras de duplicação. A pista antiga, utilizada também como rota de serviço, é recuperada ao final da obra. Em 2015, foram restaurados 567,50 km de rodovias;

- **Restauração tradicional** – Realizadas obras de restauração do pavimento de rodovias em 990 km, que preveem intervenções mais substanciais na pista existente;

- **Conservação tradicional** – São 18.681,40 km de rodovias pavimentadas cobertos por meio da contratação de serviços de conservação preventiva e rotineira; e

- **Obras conveniadas** – Obras em trechos de rodovias federais que totalizam 2.138,70 km em que os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e o Exército Brasileiro, por meio de celebração de convênio ou termo de cooperação com a administração pública federal, recebem recursos federais para sua execução.

b.3) Operação Rodoviária

- **Programa Nacional de Controle Eletrônico de Velocidade (PNCV)** – O programa objetiva o aumento da segurança viária por meio da instalação de equipamentos eletrônicos de fiscalização do trânsito para benefício dos núcleos urbanos adjacentes às rodovias federais. A partir de novas necessidades detectadas, a meta de instalação e operação desses equipamentos tem sido periodicamente revisada e passou, em 2015, a contemplar o total de 3.758 equipamentos. No ano de 2015, entraram em operação 529 equipamentos, totalizando 3.450. Outros 308 encontram-se em fase de instalação;

- **Plano Nacional de Pesagem (PNP)** – O controle do excesso de peso dos veículos de transporte de carga e de passageiros que trafegam nas rodovias federais teve como abordagem inicial a implantação e operação de 73 Postos de Pesagem de Veículos (PPV) até julho de 2014. Uma nova proposta baseada em um novo modelo de fiscalização por meio de Postos Integrados Automatizados de Fiscalização (Piaf) foi criada para permitir a automatização da fiscalização por meio da coleta de dados automatizada de veículos pesados, visando redução do tempo de parada dos veículos. As principais vantagens do novo modelo decorrem da possibilidade de o posto de fiscalização poder operar de forma centralizada em centros de controle operacionais remotos. Em 2015, foram desenvolvidos os projetos de 35 postos e realizados os estudos para outros 27 postos integrantes da 2ª Etapa do Piaf, com previsão de licitação para 2016; e

- **Programa Nacional de Segurança e Sinalização Rodoviária (BR-Legal)** – O Programa BR-Legal, que abrangia 59 mil km em seu escopo inicial, foi readequado para 52 mil km em virtude das concessões federais, estaduais e municipais já previstas ou efetuadas. Por meio de contratos por desempenho de cinco anos, o programa busca implantar e manter a sinalização horizontal, vertical e suspensa; dispositivos auxiliares de segurança viária; e serviços relacionados à área de engenharia de trânsito. A modalidade de licitação adotada continua sendo o Regime Diferenciado de Contratação (RDC), na forma de contratação integrada. Em 2015, foram assinados 14 contratos em, aproximadamente, 5.700 km de rodovias, totalizando 104 contratos, que correspondem a, aproximadamente, 46.600 km. Outros quatro contratos têm previsão de serem assinados em 2016 para inclusão de mais 2.400 km. Em 2015, foram aprovados projetos básicos de sinalização em 14.000 km, projetos executivos em 13.100 km, executados 12.100 km de sinalização horizontal, 6.200 km de sinalização vertical e 4.800 km de dispositivos de segurança no ano de 2015.

b.4) Concessões Rodoviárias e o Programa de Investimentos em Logística

O Governo Federal administra, atualmente, 21 concessões rodoviárias, divididas em três etapas, totalizando 9.969,6 km. Há seis concessões referentes à Primeira Etapa (1.315,9 km), incluindo a renovação da concessão da Ponte Rio-Niterói; sete referentes à Segunda Etapa – Fase I (2.624,4 km); uma concessão referente à Segunda Etapa – Fase II (680,6 km) e uma referente à Terceira Etapa – Fase II (475,9 km). As concessões mais recentes passaram a integrar o Programa de Investimentos em Logística (PIL): uma corresponde à Terceira Etapa – Fase I (936,8 km) e cinco são referentes à Terceira Etapa – Fase III (3.936,0 km), perfazendo um total de 4.872,8 km.

O PIL é um programa de investimentos que se caracteriza pela participação da iniciativa privada em projetos de concessão que ampliem a capacidade de rodovias, com duplicação e implantação de melhorias (vias marginais, passarelas, interseções em desnível e contornos). O início da cobrança de pedágio ocorrerá somente após a implantação de 10% das obras de duplicação previstas no Programa de Exploração da Rodovia (PER). O PIL se consolidou com a prestação de serviços operacionais aos usuários (serviços de socorro médico e mecânico) e a execução de obras de duplicação em rodovias concedidas, tendo sido duplicados 259,8 km em 2015.

A nova concessão da BR-101/RJ, Ponte Rio-Niterói, teve o leilão realizado em março e o contrato assinado em maio de 2015. O novo contrato permitiu, além da redução da tarifa para os usuários, a inclusão de novas obras nos sistemas viários adjacentes, como a alça de ligação da Ponte com a Linha Vermelha; a Avenida Portuária que propiciará a ligação com a Avenida Brasil; e o mergulhão na Avenida Feliciano Sodré, em Niterói/RJ.

Também no âmbito do PIL, outras quatro concessões rodoviárias, cujos editais de chamamento público foram publicados em 2014, encontravam-se, em 2015, em fase final de ajuste dos estudos, com previsão de realização dos leilões em 2016. Os trechos contemplados são:

- BR-163/230/MT/PA, Entroncamento MT-220 – Porto de Miritituba/PA (976 km);
- BR-364/060/MT/GO, Rondonópolis/MT – Jataí/GO – Goiânia/GO (703,7 km);
- BR-364/365/GO/MG, Jataí/GO – Divisa GO/MG – Uberlândia/MG (437 km); e
- BR-476/282/480/PR/SC, Lapa/PR – Irani/SC – Chapecó/SC (398,9 km).

Em 9 de junho de 2015, o Governo Federal lançou a segunda etapa do PIL contemplando onze lotes rodoviários distribuídos por onze Estados. Na sequência, o Ministério dos Transportes publicou os respectivos editais de chamamento público, autorizando que empresas privadas promovessem novos estudos técnicos e de viabilidade. Tais estudos, que serão apresentados em 2016, serão utilizados nas modelagens das novas concessões dos trechos a seguir discriminados, que totalizam 4.552,1 km:

- BR-101/BA, Gandú/BA – Entroncamento BR-324 (próximo à Feira de Santana) (199,4 km);
- BR-262/381/MG/ES, Entroncamento BR-101/ES – João Monlevade/MG – Belo Horizonte/MG (485,9 km);
- BR-267/MS, Entroncamento BR-163 (Nova Alvorada do Sul/MS) – Divisa MS/SP (Presidente Epitácio/SP) (249,3 km);
- BR-262/MS, Entroncamento BR-163 (Campo Grande/MS) – Divisa MS/SP (Três Lagoas/MS) (326,8 km);
- BR-101/232/PE, novo arco metropolitano de Recife, BR-101: Divisa PB/PE – Divisa PE/AL e BR-232, Entroncamento BR-101 (Recife/PE) – Cruzeiro do Nordeste/PE (564,5 km);
- BR-101/493/465/RJ/SP, BR-101: Entroncamento BR-465 (B)/RJ-071/097 (Santa Cruz) – Praia Grande, no Município de Ubatuba/SP; BR-465, Entroncamento BR-101 – Entroncamento BR-116; e BR-493: Entroncamento BR-101 – Entroncamento BR-040/116 (B) (356,9 km);
- BR-101/116/290/386/RS; BR-101: Divisa RS/SC – Osório/RS; BR-116: Entroncamento BR-290 (B) (para Arroio dos Ratos) – Entroncamento BR-470/RS-350 (para Camaquã); BR-290: Osório/RS – Entroncamento BR-116 (para Guaíba) e BR-386: Entroncamento BR-116 (B)/290 (Porto Alegre) – Entroncamento BR-377 (A) (para Carazinho) (581,3 km);
- BR-101/SC, Ponte sobre o rio da Madre – Divisa SC/RS (220 km);

- BR-280/SC, Porto de São Francisco do Sul – Divisa SC/PR (306,6 km);
- BR-470/282/SC, BR-470: Navegantes/SC – Divisa SC/RS e BR-282: Entroncamento BR-470 (Campos Novos) – Entroncamento BR-153 (Irani) (455,1 km); e
- BR-364/RO/MT, Entroncamento BR-174 (A) (Comodoro/MS) – Porto Velho (acesso Ulisses Guimarães) (806,3 km).

Dentre as obras que estão sendo realizadas para melhoria das condições de fluidez do tráfego, segurança e conforto dos usuários nas rodovias já concedidas, destacam-se as seguintes:

- BR-116/BA, duplicação, trecho Feira de Santana – BA-242/BA (68,8 km) – executados 0,78% em 2015, com execução física acumulada de 81,74% e previsão de conclusão em 2016;
- BR-116/BA e BR-324/BA, duplicação, Contorno Sul de Feira de Santana (7 km) – executados 0,76% em 2015, com execução física acumulada de 98,78% e previsão de conclusão em 2016;
- BR-040/DF/GO/MG, duplicação (557,2 km) – executados 9,89% em 2015, com execução física acumulada de 11,58% e previsão de execução de 7,86% em 2016;
- BR-060/153/262/DF/GO/MG, duplicação (647,80 km) – executados 5,48% em 2015, com execução física acumulada de 11,28% e previsão de execução de 4,71% em 2016;
- BR-050/GO/MG, duplicação (218,5 km) – executados 7,21% em 2015, com execução física acumulada de 19,18% e previsão de execução de 9,93% em 2016;
- BR-163/MS, duplicação (806,3 km) – executados 12,25% em 2015, com execução física acumulada de 13% e previsão de execução de 4,52% em 2016;
- BR-163/MT, duplicação (453,6 km) – executados 21,51% em 2015, com execução física acumulada de 24,51% e previsão de execução de 15,41% em 2016;
- BR-116/PR, duplicação, trecho Curitiba – Mandirituba (25,4 km) – concluída em 2015;
- BR-040/RJ, construção, nova subida da Serra de Petrópolis (21 km) – executados 15,76% em 2015, com execução física acumulada de 37,57% e previsão de conclusão em 2016;
- BR-101/RJ, ampliação, Avenida do Contorno (2,4 km) – concluída em 2015;
- BR-101/RJ, duplicação, trecho Macaé – Entroncamento RJ Via Lagos (176,6 km) – executados 33,06% em 2015, com execução física acumulada de 51,92% e previsão de conclusão em 2016;
- BR-290/RS, execução da 2ª Etapa da implantação da 4ª faixa (19,6 km) – concluída em 2015;
- BR-101/SC, construção, Contorno de Florianópolis (49 km) – executados 8% em 2015, com execução física acumulada de 9,97% e previsão de execução 19,99% em 2016;
- BR-116/SP, duplicação, Serra do Cafezal, Rodovia Régis Bittencourt (30,3 km) – executados 24% em 2015, com execução física acumulada de 79,09% e previsão de execução 16,54% em 2016; e
- BR-153/SP, duplicação (34,3 km) – executados 25,44% em 2015, com execução física acumulada de 33,76% em 2015 e previsão de execução 35,72% em 2016.

A partir da elaboração de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) por parte da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), foi indicada aos concessionários a necessidade de realização de 571 obras em oito concessões da 2ª Etapa – Fases I e II. Das 199 obras em andamento em 2015, 76 foram finalizadas, totalizando 393 obras concluídas, que resultarão em uma melhora significativa da fluidez nas rodovias federais concedidas.

Com vistas a assegurar a prestação adequada do serviço público, foram introduzidos mecanismos de avaliação de desempenho dos serviços dos concessionários, quando da não realização dos investimentos, cabendo destacar os mecanismos de desconto para reequilíbrio das tarifas de pedágio.

b.5) Transporte Rodoviário de Cargas

O transporte rodoviário autorizado de cargas, objeto da Lei nº 11.442, de 5 de janeiro de 2007, regulamentada pela Resolução ANTT nº 4.799/2015, atividade econômica realizada por terceiros mediante remuneração, depende de prévia inscrição do interessado no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Carga (RNTRC).

Estão regularmente inscritos no RNTRC em 2015, 1.106.611 transportadores, sendo 918.391 autônomos, 187.784 empresas e 436 cooperativas, com uma frota total de 2.339.703 veículos registrados para operar no Transporte Rodoviário de Cargas (TRC) em território nacional.

O Pagamento Eletrônico de Frete (PEF), que formaliza o relacionamento entre embarcadores e transportadores rodoviários de cargas, tem como foco principal os Transportadores Autônomos de Cargas (TAC), as Empresas de Transporte Rodoviário de Cargas (ETC) com até três veículos e as Cooperativas de Transporte Rodoviário de Cargas (CTC) cadastradas no RNTRC. Em 2015, 25 empresas estavam habilitadas como administradoras de meios de pagamento eletrônico de frete e 6.709.200 operações de transporte foram cadastradas. Com relação ao fornecimento do vale-pedágio obrigatório, nove empresas encontram-se habilitadas a fornecer os modelos que devem ser aceitos em todas as praças de pedágio.

No âmbito do transporte rodoviário internacional de cargas, em 2015, foram concedidas, a empresas brasileiras, 165 novas habilitações e 53 renovações e, a empresas estrangeiras, 152 habilitações e 68 renovações. Atualmente, 623 empresas brasileiras estão autorizadas a transportar para território estrangeiro e 1.274 empresas estrangeiras estão autorizadas a transportar para o Brasil, com uma frota de 48.126 veículos brasileiros e 49.527 veículos estrangeiros.

A atividade do Operador de Transporte Multimodal (OTM) de cargas depende de prévia habilitação e registro. Em 2015, foram habilitados 73 OTM, dentre os quais 14 foram amparados pelo Acordo sobre Facilitação do Transporte Multimodal entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, Decreto nº 1.563, de 19 de julho de 1995, integrando um total de 465 habilitados.

Foram concluídos, no âmbito da Agenda Regulatória 2015/2016, os projetos Revisão da Regulamentação do Pagamento Eletrônico de Frete e Recadastramento dos transportadores rodoviários de carga no Registro Nacional dos Transportadores Rodoviários de Cargas (RNTRC).

O processo de revisão da regulamentação do pagamento eletrônico de frete foi concluído com a publicação da Resolução ANTT nº. 4.592/2015, compatibilizando a Resolução ANTT 3.658/2011 e seus anexos ao previsto na Lei nº 12.865/2013, de 9 de outubro de 2013. O escopo e as regras para o recadastramento dos transportadores rodoviários de cargas no RNTRC foram definidos pela Resolução ANTT nº 4.799/2015, sendo também divulgados os cronogramas para o recadastramento e para identificação eletrônica dos veículos automotores de cargas.

Outra ação regulatória realizada em 2015 foi a publicação da Resolução ANTT nº 4810/2015, que estabeleceu a metodologia e publicou os parâmetros de referência para cálculo dos custos de frete do serviço de transporte rodoviário remunerado de cargas por conta de terceiros.

Quanto à fiscalização do TRC, até novembro de 2015 foram realizadas 15.388.972 fiscalizações. Desse total de procedimentos, 15.258.080 referem-se à verificação do Excesso de Peso (EP), sendo 15.249.480 fiscalizações em balanças seletivas rodoviárias e 8.600 fiscalizações por verificação de peso em documento fiscal. Foram realizados, ainda, 101.374 procedimentos de fiscalização quanto à regularidade no RNTRC, no PEF e no VP. Outros 16.551 procedimentos de fiscalização, na modalidade Transporte Rodoviário Internacional de Cargas (Tric) foram realizados até novembro de 2015. Ressalta-se ainda, 12.967 procedimentos de fiscalização referentes ao Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos (TRPP). A partir dessas ações de fiscalização no TRC, foram lavrados 198.355 autos de infração.

Além das fiscalizações rotineiras, teve continuidade a Operação Safra com o objetivo de contribuir para a chegada programada de veículos de transporte rodoviário de cargas ao Porto de Santos/SP, com ênfase na fiscalização do transporte de soja. Em 2015, essa operação foi realizada entre os meses de fevereiro a abril, em seis pontos de fiscalização: Paranaíba/MS, Aparecida do Taboado/MS, Araraquara/SP, Limeira/SP, Igarapava/SP e Corumbataí/SP, resultando em 11.725 procedimentos de fiscalização e lavratura de 148 autos de infração.

Destaca-se, também, a regulamentação de pontos de parada e descanso para os condutores de veículos de transporte rodoviário de cargas e passageiros, previsto na Lei nº 13.103, de 2 de março de 2015 (Lei do Caminhoneiro). Está sendo desenvolvido projeto-piloto, com custo estimado de R$ 20 milhões e prazo previsto de um ano, para a construção do empreendimento. O terreno escolhido está localizado no km-145 da BR-116/SC, no Município de Santa Cecília/SC.

A apresentação de projeto executivo está prevista para fevereiro de 2016, quando deverá ser decidido sobre a inclusão da obra no Programa de Exploração da Rodovia (PER). Os principais serviços a serem disponibilizados no empreendimento são: i) estacionamento; ii) banheiros; iii) sala de descanso; iv) sala de jogos; v) auditório para treinamento; vi) consultório médico; e vii) atendimento a veículos acidentados ou com vazamento de produtos perigosos, entre outros.

O Ministério dos Transportes vem desenvolvendo ações com o intuito de possibilitar o cadastramento e o reconhecimento de tais pontos ao longo das rodovias federais, visando o cumprimento da Lei. Ressalta-se, ainda, que os estabelecimentos já existentes nas rodovias federais concedidas (postos de gasolina, por exemplo), interessados no reconhecimento como ponto de parada e descanso, serão devidamente cadastrados e reconhecidos.

Para 2016, estão previstas ações prioritárias relativas ao transporte rodoviário de cargas, conforme descrição a seguir:

- Revisão da Resolução ANTT nº 1.474/2006, referente ao Transporte Rodoviário Internacional de Cargas (TRIC), que dispõe sobre os procedimentos relativos à expedição de licença originária, de autorização de caráter ocasional e de licença complementar para a prestação de TRIC entre países da América do Sul por empresas brasileiras e estrangeiras;
- Implantação de prova eletrônica de conhecimentos específicos para o transportador autônomo de cargas (TAC) e para o responsável técnico (RT), prevista pela Resolução ANTT nº 4.799/2015, com o objetivo de verificar se o TAC e o RT possuem conhecimento mínimo necessário, na área de transportes de cargas, para o desenvolvimento de suas funções;
- Compatibilização da Resolução ANTT nº 420/2004, à 18ª edição do *Orange Book*, com o objetivo de estabelecer critérios para garantir a atualização da relação de produtos perigosos com base na última edição do Livro Laranja da ONU;

- Adequação das Resoluções que tratam do vale-pedágio obrigatório e pagamento eletrônico de frete para simplificação e aprimoramento das regras e revisão das obrigações e penalidades, adequando-se à realidade do mercado;
- Discussão de temas voltados para a definição das melhores localizações dos terminais intermodais, com sugestão de estratégias de implantação, inclusive com estudo-piloto; e
- Intensificação das atividades de recadastramento dos transportadores rodoviários remunerados de cargas e início das atividades de identificação eletrônica dos veículos automotores de cargas.

b.6) Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros

No ano de 2015, foram desenvolvidos instrumentos regulatórios que modificaram os procedimentos de delegação dos serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros.

Em virtude da publicação da Lei nº 12.996, em 18 de junho de 2014, os serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional passaram a ser delegados por meio de regime de autorização. No mesmo ano de sua vigência, iniciaram-se estudos com vistas à definição de regras para a emissão da autorização, que culminou na publicação, em 30 de junho de 2015, da Resolução ANTT nº 4.770, que prevê uma fase inicial de transição. Assim, empresas que já operam deverão apresentar a documentação que comprove regularidade jurídica, financeira, fiscal, trabalhista, qualificação técnico-profissional do responsável da empresa e qualificação técnico-operacional da transportadora, além de todos os documentos para obtenção da licença operacional.

Finalizado o prazo para apresentação dessa documentação, a ANTT analisará os pedidos no prazo máximo de 120 dias. Após este prazo, todas as empresas (atuais e entrantes) que possuam Termo de Autorização vigente poderão solicitar operação de mercados novos ou vacantes, nos termos da Resolução ANTT nº 4.770/2015.

Ainda em 2015, foi revisada a regulamentação dos serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros, operados em regime de fretamento, por meio da Resolução ANTT nº 4.777/2015. Dentre as principais inovações trazidas pela nova resolução, estão: i) a retirada da exigência de frota mínima de dois veículos; ii) a possibilidade de utilização de veículos do tipo micro-ônibus; iii) a obrigação de a transportadora garantir assistência aos usuários e cumprir o roteiro previsto no caso de acidentes e avarias; iv) a flexibilização das regras operacionais relacionadas ao roteiro e à relação de passageiro; v) a obrigatoriedade de instalação de equipamento de monitoramento nas viagens; e vi) a diminuição do quantitativo de documentos a serem portados nos veículos.

Deu-se início, em 2015, à implantação do Sistema de Monitoramento do Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional Coletivo de Passageiros (Monitriip). Por meio da Reunião Participativa nº 002/2015, em abril de 2015, foi discutido o projeto de regulamentação dos procedimentos e requisitos relativos à avaliação de conformidade para o seu escopo.

Com relação aos serviços interestaduais semiurbanos de transporte de passageiros, que atendem à região do Distrito Federal e dos Municípios de seu entorno, em janeiro de 2015 foi homologado o resultado final da licitação para os Lotes 3 e 4. Após assinatura do contrato de permissão, aguarda-se o início das operações pela vencedora do Lote 4, previsto para o segundo semestre de 2016. Em relação ao Lote 3, encontra-se em análise a representação interposta contra sua homologação e adjudicação. Quanto aos Lotes 1 e 2, foi aberta Audiência Pública nº 4/2015, com o objetivo de subsidiar com informações as adequações necessárias. As contribuições recebidas estão em processo de análise.

Para os demais serviços semiurbanos existentes no Brasil, o Plano de Outorga e as minutas do Edital de Licitação e do Contrato de Permissão foram submetidos à Audiência Pública nº 11/2014, e as contribuições recebidas estão também em análise.

Quanto à fiscalização do Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros (Triip), até novembro de 2015 foram realizados 475.120 procedimentos de fiscalização. Do total, 442.222 referem-se a fiscalizações do serviço Longa Distância (LD), 13.547 são referentes ao serviço Semiurbano (SU), 4.065 referentes ao serviço de Fretamento e 15.286 referem-se ao combate ao transporte clandestino. Essas ações resultaram na lavratura de 45.471 autos de infração no Triip.

Para o ano de 2016, haverá a continuidade de implantação do Monitriip, com a homologação de sistemas de monitoramento a serem contratados pelas empresas de transporte, o início da transmissão de dados e a implantação interna da infraestrutura necessária para o projeto: i) ambiente de testes; ii) banco de dados; iii) sistema de gestão da transmissão das informações e iv) sistema de avaliação de desempenho dos serviços regulares autorizados e concedidos.

Além disso, dentre as principais ações previstas para 2016, estão a concretização dos procedimentos para as outorgas dos serviços regulares e a continuidade dos processos de delegação dos serviços de transporte rodoviário interestadual semiurbano de passageiros.

c) Transporte Ferroviário

Avanços no setor ferroviário podem conferir ao País ganhos econômicos. A consolidação de uma malha ferroviária capaz de promover a interoperabilidade com os outros modais de transportes é condição necessária para a promoção de maiores fluxos de cargas e passageiros. Busca-se o desenvolvimento do transporte ferroviário com maior eficiência energética e menores custos operacionais.

A expansão da malha ferroviária federal prevê a construção de novas ferrovias, conexões e acessos, para tornar o modal ferroviário mais atrativo à movimentação de grandes volumes de cargas, a longas distâncias. Com foco em conexões com vias fluviais e rodoviárias, busca-se contribuir para o aumento da capilaridade dos modos de transporte em importantes zonas de processamento, consumo e importação e exportação.

c.1) Expansão da Malha

Ferrovia Norte-Sul:

- **Trecho Palmas/TO – Anápolis/GO** (855 km) – Trecho concluído e em fase de operação assistida. O trecho já possui autorização de tráfego comercial com previsão de conclusão de obras complementares no primeiro semestre de 2016.

Extensão Sul da Ferrovia Norte-Sul:

- **Trecho Ouro Verde/GO – Estrela d'Oeste/SP** (682 km) – Foram executados 11,5% de infraestrutura, 12,8% de superestrutura e 20,1% de obras de arte especiais em 2015. O avanço físico acumulado de todo o trecho, ao final de 2015, é de 96,1% de infraestrutura, 85,5% de superestrutura e 80% de obras de arte especiais. A previsão do avanço físico acumulado para 2016 é de 98,9%. Já foram entregues 100% dos trilhos, o equivalente a 86.930 t. Destaca-se que em 2015 foram iniciadas as ações para a obtenção da Licença Ambiental de Operação junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol):

- **Trecho Ilhéus/BA – Caetité/BA** (537 km) – Foram executados 21,8% de infraestrutura, 12,3% de superestrutura e 9,5% de obras de arte especiais em 2015. O avanço físico acumulado de todo o trecho, ao término de 2015, é de 83,3% de infraestrutura, 69,1% de superestrutura e 69,4% de obras de arte especiais. A previsão do avanço físico acumulado para 2016 é de 83,6%. Já foram entregues 100% dos trilhos, o equivalente a 80.122 t; e
- **Trecho Caetité/BA – Barreiras/BA** (485 km) – Foram executados 10% de infraestrutura, 9% de superestrutura e 2,9% de obras de arte especiais em 2015. O avanço físico acumulado deste trecho, ao final de 2015, é de 18,7% de infraestrutura, 9,3% de superestrutura e 3,2% de obras de arte especiais. A previsão do avanço físico acumulado para 2016 é de 20%.

Ferrovia Nova Transnordestina:

- **Trecho Salgueiro/PE – Trindade/PE** (163 km) – Superestrutura concluída em 2015, com previsão de conclusão das obras de adequação viárias em 2016;
- **Trecho Trindade/PE – Eliseu Martins/PI** (423 km) – Executados 16% em 2015, com previsão de conclusão em 2016; e
- **Trecho Salgueiro/PE – Suape/PE** (544 km) – Executados 55% de infraestrutura, 35% de superestrutura e 53% de obras de arte especiais até 2015, com previsão de conclusão em 2016.
- **Trecho Pecém/CE – Missão Velha/CE** (526 km) – Executados 8% em 2015, com previsão de execução de 88% em 2016.

c.2) Adequação da Malha

O Programa Nacional de Segurança Ferroviária em Áreas Urbanas (Prosefer) constitui-se em uma importante diretriz para o planejamento da política de infraestrutura urbana das cidades e da política ferroviária. Por meio desse programa e com base em vistorias e estudos técnicos, levantam-se os principais pontos de transposições às vias férreas, dentro das cidades, que ocasionam congestionamento, insegurança aos pedestres e perda de produtividade da operação ferroviária. A partir desses pontos críticos, realizam-se investimentos em obras de adequação ou contorno ferroviário, com vistas a solucionar o problema local da mobilidade urbana e da operação ferroviária.

Em 2015, foram aprovados projeto básico e executivo de transposição à via férrea nos Municípios de Conchas/SP e Mogi das Cruzes/SP.

Destaca-se também, em 2015, a conclusão do contorno ferroviário no Município de Três Lagoas/MS, a execução de aproximadamente 5% da construção de intervenções para eliminação dos conflitos rodoferroviários no Município de Juiz de Fora/MG e a execução de 14% da adequação ferroviária no Município de Guararema/SP.

Para o exercício de 2016, está planejado concluir o Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) do contorno ferroviário do Município de Curitiba/PR e o projeto executivo de engenharia para implantação do trecho ferroviário Imbituba/SC – Araquari/SC (Ferrovia Litorânea, Lote 1). Também, para 2016, está planejada a contratação do projeto executivo do contorno ferroviário de São José do Rio Preto/SP.

Ainda em 2016, há previsão de avanço de 5% nas intervenções em Juiz de Fora/MG; conclusão da adequação ferroviária no Município de Guararema/SP; retomada da obra de adequação ferroviária e pátio Anísio Braz, no Município de Barra Mansa/RJ; e contratação de empresa para conclusão do remanescente da obra do terminal intermodal de Campo Grande/MS.

No que se refere aos Pátios Ferroviários, pode-se destacar:

- **Estrela D' Oeste/SP (Ferrovia Norte-Sul – trecho: Ouro Verde/Estrela D'Oeste)** – A linha principal do pátio de Estrela D'Oeste foi executada, faltando concluir a construção dos ramais auxiliares e o acesso a essas instalações, com previsão de conclusão no primeiro semestre de 2016;
- **Santa Helena/GO (Ferrovia Norte-Sul – trecho: Ouro Verde de Goiás/Estrela D'Oeste)** – Projeto executivo aprovado em 2015, com previsão de licitação em 2016;
- **São Simão/GO (Ferrovia Norte-Sul – Ouro Verde/Estrela D' Oeste)** – Necessidade de revisão do projeto executivo em 2015, com o aumento das distâncias entre as linhas férreas que compõem o pátio. Há previsão de conclusão no segundo semestre de 2016;
- **Porangatu/GO (Ferrovia Norte-Sul – trecho: Palmas/Anápolis)** – Concluído em 2015; e
- **Anápolis/GO (Ferrovia Norte-Sul – trecho: Palmas/Anápolis)** – Concluído em 2014, com adequação em 2015 dos acessos e instalações para permitir a carga e descarga ferroviária nos terminais instalados no Distrito Industrial.

c.3) Regulação

A Agenda Regulatória para o biênio 2015/2016 foi instituída pela Resolução ANTT nº 4.597/2015, e contempla 17 temas para o transporte ferroviário de cargas. Dentre os temas, se destacam: a revisão da Resolução ANTT nº 3.696/2011, sobre metas de produção e segurança em trechos concedidos para transporte ferroviário de carga, bem como as seguintes regras e procedimentos para: seguros nas concessões ferroviárias, de fiscalização do serviço adequado, de fiscalização de vias permanentes, de reversibilidade de bens e de exploração de faixa de domínio das ferrovias.

O novo modelo de exploração das ferrovias é objeto de processo de atualização da Agenda Regulatória vigente. Prioritariamente, os temas destacados nas revisões das Resoluções ANTT nº 3.695/2011 e nº 4.348/2014 estão sendo considerados.

A Declaração de Rede (DR) de 2015, documento de consolidação das informações técnico-operacionais de toda a malha ferroviária federal concedida, continua como um importante instrumento utilizado no processo de planejamento das operações de interoperabilidade ferroviária. A periodicidade anual da DR pode, eventualmente, ser reduzida caso ocorra alguma alteração relevante na ocupação da rede ou na estrutura física da malha ferroviária concedida.

Para 2016, está prevista a publicação da revisão ordinária da Agenda Regulatória para o biênio 2015/2016. Pretende-se, também, implantar de forma mais efetiva a análise de impacto regulatório. Outra importante ação será a finalização do Manual de Governança Regulatória.

c.4) Concessão

Por meio das concessões de trechos ferroviários, pretende-se modernizar e garantir uma logística eficiente, com integração da malha ferroviária, reduzindo custos e ampliando a capacidade. O novo modelo está sendo aperfeiçoado para a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento das necessidades dos usuários.

Atualmente, estão sendo realizadas as seguintes obras nos trechos concedidos por meio do modelo de concessão vertical, a saber:

Malha Paulista:

- **Trecho Boa Vista-Nova/SP – Evangelista de Souza/SP** (193 km) – Executados 6% em 2015, com previsão de execução de 8% em 2016.

Estrada de Ferro Carajás:

- **Duplicação da Linha Tronco** (892 km) – Duplicados 12,77% em 2015, com previsão de execução de 23,4% em 2016; e
- **Construção do Ramal Sudeste do Pará** (100 km) – Executados 16,01% em 2015, com previsão de execução de 8,85% em 2016.

O Plano Anual de Fiscalização de 2015 inspecionou as 12 concessionárias do transporte público ferroviário de cargas, totalizando inspeção em 24.425 km de via permanente, 2.518 bens imóveis e 2.667 bens móveis, totalizando 5.185 bens ativos, além de outras estruturas operacionais. Vale ressaltar que, além das fiscalizações rotineiras, realizaram-se as inspeções: do trecho Gurupi/TO – Anápolis/GO, da Ferrovia Norte-Sul; do Contorno Ferroviário de Araraquara, da América Latina Logística (ALL) – Malha Paulista; e da segregação Leste da MRS Logística, que culminaram com a abertura ao tráfego público ferroviário de cargas nos referidos trechos.

Dando continuidade ao processo de modernização da infraestrutura de transportes do País, para a retomada do crescimento da economia, em junho de 2015, foi anunciada pelo Governo Federal a segunda etapa do PIL. Nesta nova etapa, o modelo de concessão está sendo aperfeiçoado de forma a se adequar às características de cada ferrovia. O mecanismo do direito de passagem será assegurado, com vistas a garantir a integração das malhas das concessões existentes e das novas.

Está previsto um investimento de R$ 86,4 bilhões a ser realizado tanto em novas concessões como nas concessões existentes.

As novas se darão, inicialmente, nos seguintes trechos:

- Lucas do Rio Verde/MT – Sinop/MT – Miritituba/PA (com estimados 1.100 km – a construir);
- Ouro Verde de Goiás/GO – Estrela d'Oeste/SP (682 km – em obras), integrante da Ferrovia Norte Sul, e trecho Estrela d'Oeste/SP – Três Lagoas/MS (288 km – a construir), totalizando cerca de 970 km;
- Porto Nacional/TO – Anápolis/GO (855 km – concluído) e Açailândia/MA – Barcarena/PA (575 km – a construir), totalizando cerca de 1.430 km, ambos integrantes da Ferrovia Norte Sul;
- Rio de Janeiro – Espírito Santo, com aproximadamente 580 km; e
- Campinorte/GO – Lucas do Rio Verde/MT – Sapezal/MT – Porto Velho/RO – Peru, integrantes da Ferrovia Bioceânica, com aproximadamente 3.500 km, a construir no lado brasileiro, cuja conexão ao litoral peruano permitirá acesso aos mercados asiáticos. Já se encontra concluído o Projeto Básico para o trecho Lucas do Rio Verde/MT – Campinorte/GO (900 km).

No decorrer de 2015, visando subsidiar as licitações das novas concessões ferroviárias, foram desenvolvidos estudos a partir de Procedimentos de Manifestação de Interesse (PMIs) para os seguintes trechos: Lucas do Rio Verde/MT – Miritituba/PA; Estrela d'Oeste/SP – Três Lagoas/MS; Açailândia/MA – Barcarena/PA.

Em 2016, está prevista a realização de etapas inerentes ao processo de concessão ferroviária, que incluem a previsão de Audiências Públicas para os seguintes trechos ferroviários: Porto Nacional/TO – Anápolis/GO; Açailândia/MA – Barcarena/PA; Lucas do Rio Verde/MT – Miritituba/PA; Ouro Verde de Goiás/GO – Estrela d'Oeste/SP – Três Lagoas/MS; e Rio de Janeiro/RJ – Vitória/ES.

c.5) Transporte de Passageiros e Cargas

- **Transporte ferroviário de passageiros e cargas – Trecho Brasília/DF – Anápolis/GO – Goiânia/GO**

Em 2015, deu-se continuidade à elaboração dos estudos de Viabilidade Técnica, Econômica Socioambiental e Jurídico-Legal (EVTESAL), necessários à outorga da exploração do serviço público de transporte ferroviário regular de passageiros e de cargas no trecho Brasília-Anápolis-Goiânia. Foram entregues 12 produtos previstos no Termo de Referência. Dos 12, quatro estão em processo de análise final e oito já foram recebidos. A previsão de conclusão é janeiro de 2016.

- **Transporte ferroviário de passageiros – Trecho Luziânia/GO – Brasília/DF**

Em setembro de 2015, foi publicado Aviso de Chamamento Público nº 4/2015, com o objetivo de selecionar interessados em realizar Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) para a implantação de serviço de transporte ferroviário de passageiros entre Brasília/DF e Luziânia/GO.

Os interessados estão sendo avaliados, em especial, no que se refere a suas qualificações técnicas, tendo sido estipulado prazo de 240 dias para realização dos estudos. Em 2016, está prevista a avaliação para seleção dos estudos de viabilidade da implantação do serviço de transporte ferroviário de passageiros nesse corredor.

d) Transporte Hidroviário

O Plano Hidroviário Estratégico (PHE), publicado em 2013, se consolidou como principal instrumento da política de planejamento para o setor. No horizonte de longo prazo definido pelo PHE, a priorização de investimentos foi estabelecida com base em uma análise de multicritérios apoiada sobre quatro pilares: i) sustentabilidade econômica; ii) coesão institucional; iii) sustentabilidade ambiental e iv) sustentabilidade social. O Plano é um documento que destaca temas relevantes para a estratégia governamental de melhoria do modelo de gestão do setor de transporte hidroviário.

Atualmente, o PHE, integrado ao Plano Nacional de Logística Integrada (PNLI), orienta estratégias e ações voltadas para os corredores hidroviários dos rios Amazonas, Madeira, São Francisco, Paraguai, Tocantins, Tapajós-Teles Pires, Hidrovias do Sul e Tietê-Paraná. No âmbito do PHE, são tratadas definições sobre conjunto de intervenções relativas à sinalização náutica, ao balizamento, à dragagem, ao derrocamento, ao alargamento de pontes e construção ou melhoramentos em sistemas de transposição e eclusas.

O Plano contribuiu para a definição de metas que envolvem a eliminação de pontos críticos em hidrovias, instalações portuárias públicas de pequeno porte e manutenção de corredores hidroviários. Para que as estratégias adotadas para o avanço das Políticas de Transporte Hidroviário possam ter seus processos de acompanhamento e avaliação qualificados, indicadores do anuário estatístico da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) vêm sendo considerados, tais como a quantidade em toneladas de carga transportada na navegação de cabotagem, em vias interiores e na navegação de longo curso.

d.1) Manutenção e Adequação das Hidrovias

Com vistas ao atendimento das diretrizes da política de transportes do Governo Federal, permaneceram, em 2015, as ações orientadas para a manutenção das condições de navegabilidade em, aproximadamente, 6 mil km de hidrovias federais.

Em 2015, foi concluído o Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) do corredor hidroviário Brasil-Uruguai (Mercosul). Outros cinco estudos encontram-se em fase final de elaboração, com previsão de término para 2016. São eles: Amazonas; Tapajós – Teles Pires – Juruena; Paraguai; São Francisco e Tocantins – Araguaia.

Com relação à Hidrovia do Tietê, já foram repassados ao governo do Estado de São Paulo um montante de R$ 96 milhões, de um total previsto de R$ 923 milhões. As ações implantadas continuam em plena execução e têm como finalidade a adequação e a melhoria de canais, pontes e eclusas.

Atinente às ações de manutenção dos sistemas de transposição fluviais, é relevante frisar que prosseguem os contratos de operação das eclusas de Tucuruí/PA, no rio Tocantins, e das eclusas de Três Irmãos/SP, no rio Tietê. Foi publicado, em 2015, novo Edital de Licitação para a contratação das obras de derrocamento do Pedral do Lourenço, em uma extensão de 43 km, orçado em cerca de R$ 560 milhões. O projeto, no rio Tocantins, é relevante para a integração logística entre os corredores Norte, Centro-Sul, Sul e Sudeste do País, pois permitirá a navegação, durante todo o ano, entre Marabá e a foz do Tocantins.

Ainda em 2015, foi firmado, com a Marinha, Termo de Execução Descentralizada para a revitalização da sinalização náutica da Hidrovia do Madeira. Continuam vigentes o termo para a manutenção da sinalização e balizamento da Hidrovia do Paraguai em toda sua extensão (tramos Sul e Norte) e os contratos para sinalização de toda a Hidrovia do Paraná.

Em 2016, há previsão de contratações de serviços de dragagens no rio Madeira, Brasil – Uruguai (Lagoa-Mirim) e Passo do Jacaré, no rio Paraguai.

d.2) Construção de Terminais Fluviais

A construção das Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte (IP4) na região Norte do Brasil, onde o modal hidroviário é preponderante, representa importante medida de caráter socioeconômico, visto que os investimentos permitem a circulação regional de pessoas, melhoram o transporte de bens e produtos, sendo indispensável à promoção de uma melhor qualidade de vida para a população local.

Vale destacar a situação das seguintes IP4, em 2015:

- **Estado do Amazonas:**

  As IP4 projetadas para os Municípios de Tefé (lago) e Parintins (Vila Amazônia) foram licitadas e tiveram seus projetos iniciados em 2015. As instalações portuárias das cidades de Anori, Alvarães, Envira e Silves estão em processo licitatório, com previsão de início de projetos em 2016.

  Também em 2015, foram concluídas as obras das instalações públicas de pequeno porte dos Municípios de Eirunepé, Fonte Boa, Tonantins, Novo Aripuanã e Japurá.

  As IP4 dos Municípios de Itacoatiara (novo terminal), Apuí, Borba, e Autazes encontram-se em fase de obras. As IP4 de Apuí, Borba e Autazes tem conclusão prevista para 2016.

  Foram licitadas a contratação das obras complementares das IP4 dos Municípios de Itamarati, Ipixuna, Carauari e Guajará, cujas ordens de serviço foram emitidas em novembro de 2015.

  Os convênios das IP4 nos Municípios de Lábrea, Tabatinga, Itacoatiara e Manacapuru foram assumidos pelo Governo Federal. As obras de Tabatinga e Itacoatiara foram licitadas ao final de 2015, com previsão de que as ordens de serviços sejam emitidas em 2016. Em Manacapuru, foi realizada contratação emergencial no final de 2015, com previsão de conclusão das obras para 2016. A instalação de Lábrea teve licitação publicada para a contratação de projeto, com previsão de conclusão em 2016.

- **Estado do Pará:**

Em 2015, os projetos executivos das IP4 dos Municípios de São Miguel do Guamá, Augusto Corrêa (Distrito de Pirimirim), Juruti, Abaetetuba, Oriximiná, Viseu, Belém e Cametá foram concluídos e as obras foram iniciadas. Os empreendimentos de Santarém, São Miguel do Guamá, Augusto Corrêa (Distrito de Pirimirim), Juruti, Abaetetuba e Oriximiná têm sua conclusão prevista para 2016.

Em relação às IP4 dos Municípios de Conceição do Araguaia, Tucuruí e Altamira, os projetos e as obras serão contratados em 2016.

e) Fomento à Indústria Naval

Em 2015, a carteira dos projetos de construção naval, que recebeu apoio do Fundo da Marinha Mercante (FMM), somava 339 empreendimentos com financiamento contratado junto aos agentes financeiros. Desses, 118 embarcações e sete estaleiros estavam com obras iniciadas nos Estados do AM, PA, CE, PE, BA, RJ, SP, SC e RS. Outras 214 construções encontravam-se por iniciar (213 embarcações e um estaleiro). Foram repassados aos agentes financeiros R$ 5,40 bilhões para fomentar as obras em curso.

Ainda em 2015, 73 projetos foram concluídos com investimentos de R$ 3 bilhões, que contemplou: dois estaleiros, 26 embarcações de apoio *offshore* e à navegação, quatro de cabotagem e 41 de navegação de interior. Foram, também, concluídos três navios petroleiros e um navio gaseiro, integrantes do Programa de Modernização e Expansão da Frota da Transpetro (Promef). Assim, o transporte de petróleo e derivados pela costa brasileira passou a contar com 13 novas embarcações construídas com apoio financeiro do FMM.

O transporte de cargas por cabotagem é opção econômica e de menor impacto ambiental para o deslocamento de cargas, quando comparado ao transporte rodoviário. Um navio graneleiro e outros três navios porta-contêineres, ainda em construção, estão com a entrega prevista para ocorrer a partir de 2016.

A utilização de hidrovias para o escoamento de grãos pelo Arco Norte vem sendo incrementada pela construção de novas embarcações para navegação interior. Em 2015, foram entregues 32 barcaças graneleiras e quatro empurradores fluviais, além de um estaleiro de reparos no Estado do Amazonas, financiados com recursos do FMM. Além destas embarcações entregues, estão em construção 21 barcaças e quatro empurradores. Ainda em 2015, o Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante concedeu prioridade ao financiamento de novos projetos destinados a hidrovias, contemplando a construção de 255 novas embarcações e a modernização de outras 87. São benefícios esperados desses investimentos: a redução dos custos de transportes dos produtores, bem como a redução dos fluxos de caminhões, do número de acidentes e dos custos de manutenção nas rodovias.

e.1) Incentivos para Investimentos no Setor Transportes

- **Debêntures incentivadas de infraestrutura**

A Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, criou incentivo fiscal para o financiamento de investimentos privados em infraestrutura e o Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011, que regulamenta a referida Lei, incluiu como prioritários os setores de transportes e logística para efeito de concessão do benefício.

O incentivo consiste na isenção ou na redução do Imposto de Renda sobre os rendimentos auferidos na aquisição de debêntures emitidas por agentes privados, para financiar projetos de investimentos em infraestrutura. O Ministério dos

Transportes se preparou para atender a demanda por enquadramento de projetos para o usufruto do incentivo, tendo publicado, em 2012, a Portaria nº 9, que regulamentou as condições de enquadramento dos projetos para efeito de emissão de debêntures incentivadas. Além disso, foram tomadas providências no sentido de divulgar o instrumento.

Em 2015, foram aprovados 13 projetos de investimentos em rodovias e ferrovias para emissão de debêntures incentivadas e realizadas com êxito cinco emissões, que resultaram na captação de R$ 2,47 bilhões.

As emissões desses títulos têm sido bem-sucedidas desde a criação do incentivo em 2012. Os volumosos investimentos previstos nas concessões rodoviárias e ferroviárias apontam para a intensificação do uso das debêntures incentivadas como mecanismo de captação de recursos para os próximos anos, favorecendo a ampliação da participação do mercado de capitais no financiamento privado de infraestrutura de transportes.

- **Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura**

A Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, criou o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi), que consiste na suspensão da incidência das Contribuições para PIS/Pasep e Cofins sobre as aquisições de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos novos, prestação de serviços e materiais de construção para utilização ou incorporação em obras de infraestrutura, destinadas ao ativo imobilizado de pessoa jurídica habilitada. Assim sendo, o incentivo contribui para a redução dos custos dos investimentos em infraestrutura efetuados pelo setor privado. Na área de transportes, o incentivo se aplica aos investimentos em rodovias, hidrovias, portos fluviais, portos organizados e instalações portuárias de uso privado, ferrovias, inclusive locomotivas e vagões, entre outros.

Desde a criação do incentivo até dezembro de 2015, foi aprovado no âmbito do Ministério dos Transportes o enquadramento de 35 projetos de investimentos no Regime Especial. No exercício de 2015, foi aprovado o enquadramento no Reidi de quatro projetos, sendo três referentes a rodovias e um à ferrovia. O valor estimado das obras previstas nos quatro projetos totaliza R$ 4,92 bilhões, sendo o impacto do benefício estimado em R$ 200,8 milhões. A perspectiva para 2016 é de aumento do número de projetos submetidos à aprovação para enquadramento no Reidi, devido à previsão de leilões para a concessão de rodovias e ferrovias.

3. Portos

O Governo Federal vem promovendo medidas para expansão e modernização da infraestrutura e da superestrutura, bem como para o aprimoramento da gestão portuária. As melhorias alcançadas representam redução do Custo Brasil e contribuem para alavancar a balança comercial brasileira, dada a importância do setor para o desenvolvimento interno do País e para o comércio internacional.

A movimentação de cargas nos portos organizados e instalações portuária privadas alcançou a marca de 918,8 milhões de toneladas de janeiro a novembro de 2015, o que significa um aumento da ordem de 4% frente a igual período do ano anterior. Os terminais privados foram responsáveis por 65,3% da movimentação total, enquanto os portos organizados movimentaram o equivalente a 34,7%. Em relação à performance sobre igual período de 2014, os terminais privados registraram crescimento em torno de 6,6% e, os portos organizados, uma queda de 0,5%. A movimentação de carga geral solta, com crescimento de 12,9%, e os granéis sólidos, com incremento próximo a 6,7%, foram as únicas a apresentar crescimento em 2015. A movimentação de carga conteinerizada apresentou uma queda de 0,4%, enquanto que nos granéis líquidos e gasosos a queda é de 2,5%.

a) Planejamento, Gestão e Desenvolvimento do Setor

a.1) Investimentos Privados nos Portos

Em 2015, o Governo deu continuidade às ações com vistas a ampliar a capacidade do setor portuário nacional, segundo o estabelecido na Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013, por meio de três linhas de ação, a saber: o Programa de Arrendamentos Portuários; os Reequilíbrios e Prorrogações de Contratos de Arrendamentos Pós-1993; e o Processo de Autorização de Terminais Portuários.

No âmbito do Programa de Arrendamentos Portuários, anunciado em dezembro de 2012, foram mapeadas, inicialmente, 159 instalações, cujos contratos já estavam encerrados ou próximos de seu encerramento, passíveis de serem arrendadas pelo setor privado, por meio de licitação. Essas instalações foram agrupadas em quatro blocos de licitações. Hoje, são consideradas 92 áreas, após reagrupamentos e fracionamentos das 159 áreas inicialmente mapeadas.

Com o lançamento do Programa de Investimentos em Logística (PIL) em sua segunda fase, em 9 de junho de 2015, o Governo Federal anunciou 29 áreas licitáveis nos Portos de Santos e do Pará, integrantes do Bloco 1 nas Fases 1 e 2 de arrendamentos, cujos estudos foram aprovados pelo TCU. O primeiro leilão após o advento da Lei 12.815, de 2013, ocorreu em dezembro de 2015, com arrendamento de três áreas no Porto de Santos, o que rendeu aos cofres públicos R$ 1,457 bilhão; R$ 430,6 milhões referentes ao valor da outorga a ser pago pelos futuros arrendatários; e R$ 1,027 bilhão de recursos a serem pagos à Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp) pelo arrendamento, ao longo de 25 anos, de cada uma das três áreas leiloadas.

	BLOCO 1 / FASE 2	BLOCO 2	DEMAIS ÁREAS
Portos contemplados	- Santos/SP - Barcarena/PA - Santarém/PA - Belém/PA - Miramar/PA - Outeiro/PA	- Manaus/AM - Santana/AP - Itaqui/MA - Suape/PE - Aratu/BA - Rio de - Janeiro/RJ - Santos/SP - São - Sebastião/SP - Paranaguá/PR - São Francisco do Sul/SC	- Paranaguá/PR - Aratu/BA - Salvador/BA - Suape/PE - Fortaleza/CE - Cabedelo/PB - Maceió/AL - Itaqui/MA - Recife/PE - São Francisco do Sul/SC - Imbituba/SC - Itajaí/SC - Rio de Janeiro/RJ - Niterói/RJ - Itaguaí/RJ - Porto Alegre/RS - Rio Grande/RS
Nº de terminais a arrendar	26	21	42
Previsão de investimentos	4,14 bilhões	R$ 7,30 bilhões	4,11 bilhões

Continua

Continuação

	BLOCO 1 / FASE 2	BLOCO 2	DEMAIS ÁREAS
Posição (21/12/2015)	- Estudos concluídos - TCU determinou nova Consulta Pública - Analisado pela área técnica do TCU em - 30 de setembro de 2015	- Estudos concluídos	- Estudos concluídos

Fonte: SEP/PR e Antaq – Posição: 21 de dezembro de 2015.

O mecanismo de Reequilíbrios e Prorrogações de Contratos de Arrendamentos Pós-1993, por sua vez, consiste na antecipação da realização de investimentos em arrendamentos vigentes, cujo prazo remanescente de contrato seria insuficiente para a amortização de novos investimentos.

A partir da publicação da Portaria SEP nº 349, de 30 de setembro de 2014, que disciplina o art. 57 da Lei 12.815, de 5 de junho de 2013, sobre prorrogação antecipada, foram protocolados e aprovados pela Secretaria de Portos da Presidência da República, desde a instituição do Novo Marco Regulatório, em junho de 2013, até dezembro de 2015, seis pleitos de prorrogação antecipada, que somam investimentos de R$ 4,43 bilhões a serem investidos pelas arrendatárias em seus respectivos terminais.

A expectativa é de que, durante o 1º semestre de 2016, pelo menos mais dois pleitos de prorrogação antecipada sejam assinados, acrescendo o valor de R$ 863 milhões, totalizando investimentos da ordem de R$ 5,29 bilhões.

Nº DE PEDIDOS	LOCALIZAÇÃO	PREVISÃO DE INVESTIMENTOS
Assinados até dezembro/2015	- Santos/SP - Itaguaí/RJ	R$ 4,43 bilhões
Junho/2016	- Santos/SP - Paranaguá/PR	R$ 863 milhões
A partir de 2016	- Vila do Conde/PA - Salvador/BA - Santos/SP - Angra dos Reis/RJ - Itaqui/MA - Santarém/PA - Rio de Janeiro/RJ - Vitória/ES - Suape/PE - Antonina/PR - Itajaí/SC - São Francisco do Sul/SC - Paranaguá/PR - Recife/PE - Rio Grande/RS	R$ 2,56 bilhões

Fonte: SEP/PR e Antaq - Posição: 21 de dezembro de 2015.

O Processo de Autorização de Terminais Portuários, o qual abarca, dentre outras modalidades, os Terminais de Uso Privado (TUPs), foi iniciado em julho de 2013 e estabelece que as instalações portuárias localizadas fora das áreas dos portos organizados podem ser exploradas por agentes econômicos autorizados no processo de outorga. Tal processo é precedido de chamada ou anúncios públicos e a formalização se dá por meio de contrato de adesão. Os resultados dos investimentos por meio dessa linha de ação estão demonstrados a seguir:

	QUANTIDADE DE TERMINAIS NO PERÍODO JUL/2013 A DEZ/2015	PREVISÃO DE INVESTIMENTOS
Contratos de adesão celebrados (*)	51	R$ 14,32 bilhões
Processo de autorização em curso (**)	62	R$ 5,34 bilhões
TOTAL	**113**	**R$ 19,66 BILHÕES**

Fonte: SEP/PR.

Observações: (*) Inclui um aditivo em 2013; três aditivos em 2014; e dois em 2015.
(**) Inclui os pleitos dos agentes econômicos habilitados ou em processo de Anúncio Público.

a.2) Planejamento Integrado do Sistema Portuário Nacional

O Plano Nacional de Logística Portuária (PNLP) é o instrumento de planejamento estratégico do setor portuário nacional que visa projetar cenários de curto, médio e longo prazo tanto para o crescimento de demanda dos serviços portuários quanto para orientações de intervenção na infraestrutura e nos sistemas de gestão dos portos públicos brasileiros, garantindo alocação eficiente de recursos e investimentos públicos, bem como o alinhamento às diretrizes de logística integrada, conforme preconiza a Lei nº 12.815, de 2013.

Durante os anos de 2014 e 2015, o PNLP foi revisto e foi lançada nova versão identificada como PNLP 2015, que contemplou a conclusão de estudos relativos à malha logística e às projeções de demanda e capacidade. Com o PNLP 2015 foram entregues diversas análises desse instrumento, tais como a atualização e o acompanhamento dos objetivos, dos indicadores e das metas do PNLP, com ênfase no diagnóstico da situação operacional e análise de desempenho dos portos. Ainda em 2015, ocorreu a publicação dos seguintes instrumentos de planejamento:

- Plano Mestre do Porto de Angra dos Reis/RJ – Maio/2015;
- Plano Mestre do Porto de Barra do Riacho/ES – Maio/2015;
- Plano Mestre do Porto de Maceió/AL – Maio/2015;
- Plano Mestre do Porto de Niterói/RJ – Maio/2015;
- Plano Mestre do Terminal Portuário do Pecém/CE – Maio/2015;
- Plano Mestre do Porto de Mucuripe/CE – Julho/2015;
- Plano Mestre do Porto de Vitória/ES – Julho/2015;

- Plano Mestre do Porto de Itajaí/SC – Outubro/2015;
- Plano Mestre do Porto de Natal/RN – Outubro/2015;
- Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto de Santarém/PA – Outubro/2015; e
- Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto de Vila do Conde/PA – Outubro/2015.

Em 2015, teve início o novo ciclo do Planejamento Portuário Nacional 2015-2018, com a revisão da metodologia de elaboração do próximo PNLP e a definição da metodologia de elaboração do Plano Geral de Outorgas. Tais estudos permitirão a prospecção de investimentos potenciais do mercado e do setor portuário nacional, que subsidiarão o desenvolvimento do Programa de Investimento em Logística (PIL).

a.3) Projetos de Apoio ao Desenvolvimento da Infraestrutura e da Superestrutura dos Portos e Terminais Portuários Marítimos

Em 2015, foram concluídos cinco importantes investimentos para o setor portuário, todos inseridos no PAC, no valor de R$ 772 milhões: i) o Porto de Itaqui/MA – construção do Berço 108; ii) o Porto de Fortaleza/CE – construção do Terminal Marítimo de Passageiros; iii) o Porto de Santos/SP – alinhamento de 778 metros Cais de Outeirinho – 1ª Fase; iv) Porto de Itaguaí/RJ (Ilha das Cabras) – obra concluída em abril de 2015, executada pela iniciativa privada (Porto Sudeste) e fiscalizada pela SEP. Aprofundamento da cota de -14m para -20m; e v) Porto de Barra do Riacho/ES – projeto básico para dragagem de aprofundamento.

Há, atualmente, obras em andamento que perfazem o montante de R$ 2,1 bilhões. Desse total, as obras de dragagem somam de R$ 1,2 bilhão e as de infraestrutura terrestre, R$ 923 milhões.

Para o ano de 2016, está planejado o início de obras que somam R$ 1,1 bilhão, dos quais as obras de dragagem perfazem R$ 1 bilhão e a obra de infraestrutura terrestre de construção da avenida perimetral do Porto de Santos/SP, Margem Direita, trecho Macuco-Ponta da Praia, no valor de R$ 110 milhões.

Os investimentos e as ações mais relevantes no sistema portuário estão listadas a seguir.

Obras em andamento/obras com contratos assinados:

- Porto de Fortaleza/CE – construção de Terminal de Contêineres – 63,5% realizados;
- Porto de Cabedelo/PB – fornecimento e implantação de novos equipamentos de sinalização náutica e retirada dos equipamentos existentes do canal de acesso do Porto de Cabedelo/PB;
- Porto de Salvador/BA – ampliação do quebra-mar. Iniciada mobilização de canteiro e equipamentos – 2% realizados;
- Porto de Vitória/ES – construção de berço nos dolfins do Atalaia com retroárea – 60% realizados.
- Porto de Vitória/ES – obra de dragagem de aprofundamento do acesso aquaviário da cota de -11,4 m para -14 m - dragagem: 42% realizados; derrocagem: 95% de detonação das rochas e 85% de remoção do material fragmentado;
- Porto do Rio de Janeiro/RJ – dragagem de aprofundamento (2ª fase) do canal de acesso e bacia de evolução para a cota de -15 m e na área de atracação do cais para navios de passageiros para a cota de -11 m. Foram entregues os projetos básico

e executivo (correspondentes a 2,44% da planilha orçamentária) e emitida a ordem de serviço para início das obras civis no Centro de Instrução Almirante Wandenkolk – CIAW;

- Porto de Santos/SP – reforço de cais para aprofundamento dos berços entre os armazéns 12A ao 23 – 48,5% realizados;
- Porto de Santos/SP – Avenida perimetral – Margem Direita – Trecho Macuco/Ponta da Praia – Assinado o contrato para implantação de avenida na margem direita do ponto com extensão de 3 km e com construção de 2 viadutos;
- Porto de Paranaguá/PR – Emitida Ordem de Serviço (OS) para a elaboração dos projetos básico e executivo (correspondentes a 1,45% da planilha orçamentária) referente à obra de dragagem de aprofundamento dos canais de acesso e bacia de evolução, nas áreas Alfa, Bravo 1 e Bravo 2, para as cotas respectivas: -16 m / -15 m / -14 m e Áreas Charlie 1 a 3 para as cotas -11 m a -14 m;
- Porto de Itajaí/SC – alinhamento e reforço do berço 4 – 85% realizados;
- Porto do Rio Grande/RS – modernização do cais público do Porto Novo – 35% realizados; e
- Porto de Rio Grande/RS – Emitida Ordem de Serviço para a elaboração dos projetos básico e executivo (correspondente a 2,15% da planilha orçamentária) referente à obra de dragagem de manutenção, compreendendo a readequação da geometria do canal de acesso.

Há vários projetos em andamento com vistas ao fortalecimento do setor portuário. São projetos de modernização da infraestrutura e que proporcionarão aumento da capacidade portuária instalada.

Destaca-se a iniciativa da Secretaria de Portos em desenvolver o Sistema de Custo Referencial de Obras Portuárias (Sicroport) para todo o setor portuário, como ferramenta oficial balizadora para a orçamentação de obras e serviços de engenharia tanto nos portos administrados pelas Companhias Docas quanto nos portos delegados.

O Sicroport, que já foi incluído na Carteira do PAC, será uma ferramenta de suma importância para a adequada avaliação dos investimentos autorizados em áreas dos portos organizados, conforme estudos de viabilidade técnica e econômica dos empreendimentos, no âmbito da política de arrendamento de áreas operacionais portuárias, estabelecida pela Lei nº 12.815/2013.

O desenvolvimento do Sistema deverá ser iniciado em março de 2016 e deverá estar operacional a partir de março de 2017.

a.4) Praticagem

A Comissão Nacional para Assuntos de Praticagem (CNAP) foi instituída pelo Decreto nº 7.860, de 6 de dezembro de 2012, com o objetivo de elaborar propostas sobre regulação de preços, abrangência das Zonas de Praticagem (ZP) e medidas de aperfeiçoamento relativas ao serviço de praticagem.

Em 2015, a CNAP realizou análises e discussões quanto às três Consultas Públicas realizadas em 2014, que versaram sobre a metodologia de regulação de preços e tabela de preços máximos por manobra em cada uma das Zonas de Praticagem. A Marinha do Brasil homologou a Metodologia para Regulação de Preços do Serviço de Praticagem, publicada no sítio da SEP/PR.

Ao final de 2014 e início de 2015, foram concluídos os estudos sobre a Modelagem da Integração Logístico-Operacional entre a Praticagem e o Sistema de Gerenciamento e Informações do Tráfego de Embarcações – *Vessel Traffic Management Information System* (VTMIS), configuração do modelo de Praticagem para cada Zona de Praticagem (ZP), e Desenvolvimento de Metodologias

e Ferramentas de Simulação. Esses estudos possibilitaram o levantamento das condições da prestação do serviço em cada porto, dados de demanda, análise histórica, característica dos preços dos serviços em questões relativas à praticagem e ao controle do tráfego de embarcações.

Em 2015, também foram iniciadas novas atividades para o Desenvolvimento de uma Contabilidade Regulatória para os Serviços de Praticagem em Portos Brasileiros, a ser desenvolvida ao longo de 2016, mediante cooperação entre a SEP/PR e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), formalizada pela assinatura do Termo de Execução Descentralizada Nº 03/2015, assinada em 22 de dezembro de 2015.

a.5) Cabotagem

A navegação de cabotagem é aquela realizada entre portos ou pontos do território brasileiro, utilizando a via marítima ou esta e as vias navegáveis interiores, portanto um modal com alto potencial de exploração econômica e mais vantajoso, em termos de custos de transporte diante dos demais modais. Nesse sentido, a SEP/PR tem empreendido diversas iniciativas para simplificar procedimentos e reduzir o custo de movimentação nos portos organizados marítimos no transporte de mercadorias por cabotagem.

Em agosto de 2015, foi concluído o último dos estudos de promoção da cabotagem, que permitiu um diagnóstico, a análise de *benchmarking* e melhores práticas internacionais, comparativo com o modal rodoviário e a identificação das medidas de incentivo a serem implementadas pelo Brasil. As medidas de incentivo à cabotagem foram divididas em desburocratização do setor, questões tributárias, meio ambiente, infraestrutura e promoção do modal.

Em setembro de 2015, a SEP/PR integrou o grupo de trabalho interministerial coordenado pelo Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (MP) para incentivo à cabotagem, tendo em consideração seu potencial logístico para utilização do escoamento agrícola brasileiro. Nessa oportunidade, vem sendo discutidas medidas de estímulo ao setor, de desburocratização para o transporte de cargas marítimas e outras que possam reduzir os custos da atividade e torná-la mais competitiva.

a.6) Inteligência Logística Portuária

O Programa Inteligência Logística Portuária tem o objetivo de aprimorar a gestão e a operação da infraestrutura portuária brasileira por meio do desenvolvimento de sistemas de inteligência logística e de segurança portuária nos portos públicos brasileiros. Constituem este grupo de iniciativas: i) o Sistema de Atendimento Portuário Unificado – Porto Sem Papel (PSP); ii) o Sistema de Apoio ao Gerenciamento da Infraestrutura Portuária (Infraport); iii) o Sistema de Gerenciamento e Informações do Tráfego de Embarcações (VTMIS); e iv) e o Sistema Cadeia Logística Portuária Inteligente (Portolog).

O Sistema de Atendimento Portuário Unificado – Porto Sem Papel (PSP) tem a finalidade de permitir a troca eletrônica de dados entre os órgãos anuentes na atividade portuária por meio de uma janela única com vistas a agregar as informações em um Documento Único Virtual (DUV). Em 2015, a partir da análise da percepção de usabilidade do PSP pelos usuários, houve a revisão do fluxo de trabalho do sistema para a implementação de novas funcionalidades.

Adicionalmente, avançaram as integrações do PSP com os sistemas da Vigilância Agropecuária Internacional – Vigiagro (Sigvig), e da Receita Federal do Brasil (Mercante), com conclusão prevista para o início de 2016 – ano este que se dará início aos trabalhos para integração do PSP com o Portal do Comércio Exterior. Ainda nesta linha, há um direcionamento para ampliar a integração sistêmica com os demais órgãos anuentes e entidades intervenientes para promover sua integração com

o setor privado, por meio de sua implantação nos TUPs e disponibilização de serviços de integração com os demais atores da comunidade portuária.

O Sistema de Apoio ao Gerenciamento da Infraestrutura Portuária (Infraport), disponibilizado no início de 2013 para uso em sete Companhias Docas vinculadas à SEP/PR, subsidia o Governo com informações para acompanhamento de indicadores de desempenho do setor portuário e auxilia a tomada de decisão dos dirigentes das administrações portuárias.

Ao longo de 2015, foram identificadas necessidades de ajustes do sistema com vistas a compatibilizá-lo às novas competências dos órgãos do setor portuário, resultantes do novo marco regulatório e à nova modelagem decorrente do Projeto de Modernização da Gestão Portuária (PMGP). Em 2016, deverão ser analisados os custos das alterações e os impactos esperados, para posterior implementação dos ajustes.

O Sistema de Gerenciamento e Informações do Tráfego de Embarcações (VTMIS) objetiva implantar um monitoramento do tráfego aquaviário, ampliando a segurança da navegação e a proteção do meio ambiente, além de aumentar a eficiência das operações portuárias.

No Porto de Santos/SP, prosseguem as atividades da fase de projeto executivo do VTMIS, com início das obras das Estações Radar no primeiro semestre de 2016.

No Porto de Vitória/ES, o VTMIS já está com o projeto executivo concluído e o início das obras se dará no primeiro trimestre de 2016.

No Porto de Itaguaí/RJ, o projeto está aprovado pela Marinha do Brasil e o anteprojeto de engenharia foi concluído. O prosseguimento depende, entretanto, da conclusão do processo de licitação do VTMIS do Porto do Rio de Janeiro/RJ, que está suspenso desde março de 2015.

A implantação do VTMIS nos portos de Salvador e Aratu teve seu projeto conceitual aprovado em março de 2015 e concluído o anteprojeto e minuta de edital ainda em 2015, o que permitirá o início de sua implantação em 2016.

O Sistema Cadeia Logística Portuária Inteligente (Portolog) consiste em uma solução inovadora baseada nas melhores práticas internacionais, voltada ao rastreamento e ao monitoramento do veículo de transporte e da carga que têm por destino ou são provenientes dos portos públicos. Essa solução permite realizar o agendamento e o sequenciamento prévios do acesso terrestre de veículos, evitando problemas com congestionamentos, atendendo exigências e regulamentações internacionais de segurança e disponibilizando informações com antecedência para a comunidade portuária e os órgãos anuentes.

Com relação aos aspectos de infraestrutura física necessárias à implantação do projeto PortoLog, no Porto de Vitória/ES foi realizada a licitação, em outubro de 2015, para a execução integrada de projeto e obra, com o início das obras previsto para o primeiro trimestre de 2016.

Nesse contexto, vem sendo desenvolvido anualmente, desde 2013, um conjunto de ações estruturantes e integradas de gestão, envolvendo aproximadamente 30 órgãos das três esferas de governo e o setor privado, cujo objetivo é gerenciar o acesso de veículos de carga durante o escoamento da safra pelo modal rodoviário desde as regiões produtoras do Centro-Oeste e do Sudeste, até os terminais portuários no Porto de Santos/SP, com fins de racionalizar a descarga de granel vegetal destinado à exportação. O período crítico no qual há um pico de recebimento de caminhões transportando soja, que é embarcada no Porto

de Santos/SP, vai de fevereiro a maio, reduzindo consideravelmente a partir de junho. Em 2015, nesse período, cerca de 222 mil veículos chegaram ao Porto com esse tipo de carga, dos quais 92% estavam pré-agendados, resultado do esforço do Plano Safra, comprovando o sucesso da ação.

a.7) Modernização da Gestão Portuária nos Portos Públicos

Desde o advento da nova Lei de Portos (Lei 12.815, de 2013), intensificaram-se as mudanças no setor portuário brasileiro, com ênfase na modernização da sua infraestrutura e na eficiência da gestão. Nesse contexto, diversas ações estão em execução para implementar a diretriz de aperfeiçoamento da gestão nas Companhias Docas, cabendo destacar: i) o Projeto de Modernização da Gestão Portuária (PMGP); ii) o estabelecimento de metas de desempenho empresarial; iii) a remuneração variável baseada em resultados; iv) as reformas estatutárias; e v) a implementação de um novo modelo tarifário baseado nos custos dos serviços.

Até dezembro de 2014, já estava implantada a remuneração variável e a reforma estatutária, sendo que as demais ações estão em execução, com a primeira fase do PMGP encerrada em outubro de 2015, tendo sido promovida a modernização dos processos internos e logísticos de três das sete Companhias Docas vinculadas à SEP/PR (Cia. Docas do Estado de São Paulo – Codesp, Cia. Docas do Rio de Janeiro – CDRJ e Cia. Docas do Pará – CDP).

Além das revisões de processos, foram realizadas iniciativas de governança e de gestão, tais como: i) revisão dos Regimentos Internos das Empresas, dos Conselhos de Administração e Fiscal; e ii) propostas de novas estruturas organizacionais e de novos planos de cargos e funções, além de fixação de regras de alçada.

Para o ano de 2016, está previsto iniciar a expansão do PMGP para as demais Companhias Docas e, em um segundo momento, aos portos públicos delegados, assim como a restruturação tarifária dos serviços portuários.

a.8) Revisão de Poligonais Portuárias

A Lei nº 12.815, de 2013, define como área do porto organizado as instalações portuárias e infraestruturas de proteção e acesso aos portos. As poligonais consistem em espaços geográficos, cujos limites físicos do porto organizado são representados por mapa, carta ou planta, onde a autoridade portuária detém o poder de administração do porto público.

A definição das poligonais possibilita maior segurança jurídica à comunidade portuária, torna claros os limites de competência do porto e a interface entre investimento público e privado, evitando, assim, conflitos de gestão entre os entes e os órgãos públicos, e entidades privadas.

Em 2015, foram publicados sete decretos de adaptação de poligonais de áreas dos Portos de Vila do Conde/PA, Barra do Riacho/ES, Salvador/BA, Aratu/BA, Porto Alegre/RS, Forno/SP e Pelotas/RS. Para 2016, há a perspectiva de que as três consultas públicas, em andamento, dos Portos de Antonina/PR, Paranaguá/PR e São Francisco do Sul/SC resultem na publicação dos respectivos decretos.

a.9) Gestão Ambiental, Saúde e Segurança no Trabalho Portuária

Dentre as ações desenvolvidas pela SEP/PR relacionadas à gestão ambiental, destacam-se: o Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos e Fauna Sinantrópica Nociva (PGRS) e o Programa de Regularização e Gestão Ambiental Portuária (PRGAP).

O PGRS é objeto de cooperação técnico-financeira com o Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (Coppe/UFRJ) e sua implantação visa beneficiar 22 portos marítimos brasileiros. Entre o final de 2014 e início de 2015, na 2ª Fase do Programa, foram entregues 22 Cadernos de Intervenção e Planos de Controle da Fauna Sinantrópica Nociva e, no decorrer de 2015, foram levantados dados em campo para a elaboração dos Projetos Básicos de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos, previstos para serem entregues aos 22 portos, até janeiro de 2016. Desses, já houve o recebimento e se encontram em análise um Projeto Básico de Resíduos Sólidos para o Porto de Fortaleza/CE e nove Projetos Básicos de Efluentes Líquidos para os portos de Belém/PA, Miramar/PA, Vitória/ES (Cais de Capuaba), Rio Grande/RS, Imbituba/SC, São Francisco do Sul/SC, Recife/PE, Paranaguá/PR e Itajaí/SC.

O PRGAP, objeto de cooperação técnico-financeira com as Universidades Federais de Santa Catarina (UFSC) e da Bahia (UFBA), tem por objetivo elaborar estudos ambientais para regularização ambiental das atividades em nove portos organizados, administrados pelas Companhias Docas que aderiram ao Programa. Em 2015, foram realizadas e protocoladas complementações dos estudos dos portos de Aratu/BA, Ilhéus/BA, Santos/SP e Natal/RN, em atendimento às solicitações dos órgãos ambientais. A primeira versão do estudo relativo ao Porto de Salvador/BA foi protocolada no Ibama Regional/BA.

O estudo do Porto de Maceió/AL está passando por revisão final e deverá ser protocolado até o final de janeiro de 2016. Quanto ao Terminal Salineiro de Areia Branca/RN, o mesmo será suprimido do acordo de cooperação, devido às alterações no Termo de Referência (TR), pelo Ibama, as quais acarretariam em aditivo de valor e prazo. Estima-se que, ao final de 2016, os órgãos ambientais já terão emitido as respectivas Licenças de Operação (LO) aos portos relativos a quatro Companhias Docas, sendo elas: Codern (Portos de Natal/RN e Maceió/AL), Codeba (Portos de Aratu/BA, Ilhéus/BA e Salvador/BA), CDRJ (Porto do Rio de Janeiro/RJ e Itaguaí/RJ) e Codesp (Porto de Santos/SP). Destaca-se que a LO é emitida em nome da Autoridade Portuária.

Durante o ano de 2015, a SEP/PR participou da elaboração e revisão de Instruções Normativas, como a da Portaria Interministerial nº 60, de 24 de março de 2015, que dispõe sobre os procedimentos administrativos a serem observados nos processos de licenciamento ambiental dos quais participam os órgãos intervenientes, e do Decreto nº 8.437, de 22 de abril de 2015, que regulamenta as tipologias de empreendimentos e atividades cujo licenciamento ambiental será de competência da União.

Para 2016, há a previsão de publicação de nova portaria que trata da estruturação e atribuições dos setores responsáveis pelas ações de gestão ambiental, de segurança no trabalho e saúde nos portos, como parte do processo de revisão e atualização dos normativos do setor portuário.

As ações realizadas em relação à saúde e à segurança buscam cumprir o que propõe a Portaria SEP nº 104/2009 e, também, o que está no escopo do acordo de cooperação técnica entre a SEP/PR, o Ministério da Saúde e o Serviço Social do Transporte (Sest) e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Senat). O acordo de cooperação contempla ações relacionadas à educação, à prevenção, à promoção e à assistência de saúde do trabalhador portuário e motorista de transporte de carga.

No decorrer de 2015, foram realizados eventos denominados Circuito Saúde em nove Portos, quais sejam: Rio de Janeiro/RJ, Rio Grande/RS, Vitória/ES, Santos/SP, Paranaguá/PR, Suape/PE, Natal/RN, Salvador/BA e Fortaleza/CE. Está em discussão a elaboração e a adequação dos Planos de Contingência para Emergência em Saúde Pública com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e o Ministério da Saúde. A perspectiva é que, em 2016, os Planos de Contingência em Emergência possam atender eventos de massa como as Olimpíadas e ter uma padronização do sumário para atender à certificação internacional dada pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

a.10) Regulação e Fiscalização do Setor Portuário

No ano de 2015, deu-se continuidade ao processo de aperfeiçoamento e modernização das atividades finalísticas e do modelo de gestão da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), tendo havido a admissão dos novos servidores ao quadro da Agência, oriunda da realização do 3° concurso público.

Até dezembro de 2015, foram publicados 34 novos Anúncios Públicos para exploração de Terminais de Uso Privado (TUPs) e Estações de Transbordo de Carga (ETCs), representando uma intenção de aporte de investimentos na ordem de R$ 2,91 bilhões provenientes da iniciativa privada na operação e exploração desses empreendimentos.

Foram, ainda, autorizadas, no ano de 2015, desinstalações portuárias, que representam investimentos da ordem de R$ 3,1 bilhões em expansão, modernização e otimização da infraestrutura e da superestrutura, sendo sete TUPs, duas ETC e uma Instalação Portuária de Turismo (IPT).

Adicionalmente, a Agência concluiu, em 2015, a adaptação de 44 contratos de adesão ao Novo Marco Regulatório Portuário.

Evolução das outorgas sob responsabilidade da Antaq

DISCRIMINAÇÃO	NÚMERO DE OUTORGAS
Portos públicos	34
Arrendamentos portuários	176
Instalações Portuárias de Turismo (IPT)	2
Terminais de Uso Privado (TUP)	150
Estação de Transbordo de Cargas (ETC)	18
Navegação de apoio marítimo	150
Navegação de apoio portuário	287
Navegação de cabotagem	41
Navegação de longo curso	19
Transporte longitudinal de passageiros e misto (passageiros e cargas)	110
Transporte longitudinal de cargas	185
Transporte de navegação de travessia	242
TOTAL GERAL DE OUTORGAS DO SETOR AQUAVIÁRIO	**1.414**

Fonte: Antaq.

O Plano Anual de Fiscalização (PAF/2015) estabeleceu a realização de 835 procedimentos de fiscalização ao longo do ano. No período de janeiro a dezembro, foram realizadas 807, equivalente a 97% das fiscalizações previstas no PAF.

Foram realizados, ainda, 339 procedimentos extraordinários de fiscalização, levando o total, realizado até dezembro de 2015, para 1.146 fiscalizações.

Em 2015, a Antaq lavrou 566 autos de infração, sendo 172 relativos à navegação interior, 139 à navegação marítima e 255 nas instalações portuárias.

Com a intensificação da atividade de fiscalização da Agência, em especial nas regiões agora contempladas com a instalação de Postos Avançados (PA), constata-se a melhoria na qualidade do serviço prestado pelas empresas aos usuários, especialmente no que diz respeito a padrões de serviço adequado relativos aos atributos de atualidade, conforto, continuidade, cortesia, eficiência, generalidade, higiene, modicidade tarifária, pontualidade, sustentabilidade ambiental, regularidade e segurança. Importante ressaltar que, com o Novo Marco Regulatório Portuário, a Antaq ficou responsável, também, pela fiscalização direta dos operadores portuários, antes competência das autoridades portuárias.

Relativamente ao tempo médio dos processos de fiscalização, verifica-se que entre a data da fiscalização e a data do julgamento do processo, transcorreu um tempo médio de 132 dias no período em análise (janeiro a dezembro de 2015), tempo sensivelmente menor que a média histórica observada até 2014, de 375 dias.

Em 2016, a Agência realizará, além das ações fiscalizatórias habituais, procedimentos voltados à aferição da qualidade do serviço prestado aos usuários do transporte longitudinal de passageiros e misto (passageiros e cargas) na navegação interior da região Amazônica, com o objetivo de melhorar os pontos considerados insatisfatórios em pesquisa realizada pela Agência com os usuários desses serviços.

Com a criação da Superintendência de Regulação, todos os processos de alteração normativa passaram a seguir um fluxo mais criterioso e transparente, com a adoção de elementos de análise de impacto regulatório nas análises técnicas e a padronização do fluxo de elaboração e revisão normativa. Tem-se buscado, ainda, promover a realização de reuniões técnicas com os atores envolvidos para discussão prévia das alternativas regulatórias envolvendo a revisão do arcabouço normativo da Agência e o desenvolvimento de novas frentes de regulação.

Com a finalidade de obter subsídios e informações adicionais para o aprimoramento da regulação, foram realizadas audiências públicas sobre: i) proposta de norma para outorga de autorização à pessoa jurídica para realizar o transporte nas navegações de cabotagem e longo curso, ou operar nas navegações de apoio marítimo e apoio portuário; ii) proposta de norma sobre os direitos e deveres dos usuários e das empresas que operam nas navegações de apoio marítimo, apoio portuário, cabotagem e longo curso; iii) proposta de revisão das normas de afretamento e outorga de autorização visando o combate à venda de bandeira brasileira e às empresas de papel; iv) proposta de norma para harmonizar interesses dos usuários e das empresas atuantes no setor, equilibrando direitos e deveres; v) regular a prestação do serviço adequado (eficiência, segurança, conforto, regularidade, pontualidade e modicidade nos fretes e preços) de maneira a alcançar indiscriminadamente tanto os transportadores marítimos brasileiros quanto os estrangeiros; vi) dar ênfase na proteção dos usuários, especialmente os hipossuficientes; e vii) estender a regulação sobre os agentes intermediários (NVOCC - *non-vessel-operating common carrier*, agentes de carga, agentes transitários e agentes marítimos, dentre outros).

Com o objetivo de atender ao escopo do Planejamento Estratégico da Antaq, foi assinado, em outubro de 2015, o Termo de Cooperação Técnica para realização do estudo "Dimensão Econômico-Regulatória da Navegação Marítima no Brasil: Diagnóstico,

Percepção dos Usuários, Indicadores de Desempenho e Proposições Regulatórias", que objetiva diagnosticar o nível de satisfação dos usuários dos serviços prestados pelas empresas brasileiras de navegação e, assim, realizar, durante os anos de 2016 e 2017, estudos que subsidiem o melhoramento do marco regulatório e auxiliem a formulação de políticas públicas no âmbito do sistema aquaviário nacional.

Consta, ainda, da agenda de 2016, a normatização do transporte de cargas perigosas, a implantação do Sistema de Desempenho da Navegação, a normatização das embarcações de obras de engenharia e a revisão da norma de outorga da navegação marítima.

No âmbito da navegação interior, trabalhou-se na revisão da Resolução Antaq n° 912/2007, que regulamenta a prestação do serviço de transporte longitudinal de passageiros, que representa o principal meio de transporte na Amazônia. Da mesma maneira, encontra-se em processo de finalização a regulamentação de acordos operacionais no transporte longitudinal de cargas na navegação interior. A intenção é que o novo dispositivo reduza os custos logísticos, além de promover maior segurança e dinamismo ao mercado.

Para o ano de 2016, está planejada a publicação do regulamento de fornecimento de dados para a formação de preços no serviço de travessia, juntamente com o manual de esclarecimentos para os empresários. Tal medida se faz necessária para que a Agência consiga identificar aumentos injustificados ou a prática de preços abusivos, zelando pela modicidade tarifária e pela defesa da concorrência. Está prevista, também, a normatização dos indicadores de serviço adequado, cujo objetivo é estabelecer critérios qualitativos para mensurar e acompanhar o desempenho dos regulados na prestação de serviço de transporte de passageiros e a regulamentação dos acordos operacionais entre empresas de transporte de cargas na navegação interior.

Em 2015, foi realizado amplo processo de revisão tarifária dos portos públicos brasileiros, adequando as tarifas dos serviços públicos aos níveis de mercado. Em maio de 2015, a Antaq, após detalhados estudos, em conjunto com a Secretaria de Portos da Presidência da República (SEP), emitiu, entre outras, a Resolução Antaq nº 4.093/2015, determinando novo patamar tarifário para 18 portos públicos nacionais, permitindo o aprimoramento e a sustentabilidade da manutenção e de investimentos na infraestrutura portuária.

Além disso, no âmbito da promoção dos investimentos do setor privado no setor portuário, em 2015 a Antaq anuiu com dez solicitações de transferência de controle acionário ou alteração de composição societária de arrendatários ou operadores portuários.

Cabe destacar que, a partir do Novo Marco Regulatório, as competências da Antaq foram ampliadas, especialmente no âmbito da mediação de conflitos entre agentes setoriais. A Regulação Portuária, nesse quesito, atuou, em 2015, em diversos processos de arbitragem entre arrendatários de terminais, operadores e autoridades portuárias.

A Antaq, ainda em 2015, colocou em consulta pública a sua Agenda Regulatória, referente ao ciclo bienal 2016-2017. Trata-se de uma importante ferramenta de planejamento institucional que indica ao setor regulado e à sociedade em geral os temas regulatórios prioritários da Antaq, consolidando o compromisso da Agência com mecanismos de governança e transparência.

A seleção dos temas pauta-se pela relevância, pelo prazo e pela disponibilidade de recursos necessários para seu tratamento adequado, sendo elegíveis aqueles que se enquadrem no cumprimento das determinações legais e das políticas públicas relacionadas às competências da Antaq e observem as diretrizes do planejamento estratégico.

A Agenda Regulatória Preliminar está dividida em quatro eixos: i) navegação interior; ii) navegação marítima; iii) instalações portuárias; e iv) temas gerais. Os conteúdos são diversos e, entre eles, estão: i) implementação da metodologia de cálculo de

preço para o serviço de transporte de passageiros, veículos e cargas na navegação interior de travessia; ii) análise do papel dos agentes intermediários da relação prestador/tomador de serviços de transporte marítimo e eventual regulamentação; iii) padronização das rubricas dos serviços básicos prestados pelos terminais de contêineres e definição de diretrizes acerca dos serviços inerentes, acessórios ou complementares; e iv) regulamentação de procedimento administrativo para harmonizar conflitos de interesses entre os agentes que atuam nos setores regulados pela Antaq, prevendo soluções diligentes.

Em 2015, a produção de conhecimento sobre o mercado regulado do setor portuário se materializou por meio das seguintes iniciativas em andamento ou entregues:

- Pesquisa de satisfação dos usuários dos serviços de transporte longitudinal de passageiros e misto, cujo resultado foi divulgado em maio de 2015;
- Produção de Transporte Aquaviário no Brasil - TKU, finalizado em maio de 2015;
- Prática regulatória, vantagens competitivas, oferta e demanda de carga na Hidrovia Paraguai-Paraná, contratado em fevereiro de 2015 e ainda não finalizado;
- Estudo sobre a "Dimensão Econômico-Regulatória da Navegação Marítima no Brasil: Diagnóstico, Percepção dos Usuários, Indicadores de Desempenho e Proposições Regulatórias", contratado em outubro de 2015, com previsão de finalização em 2017;
- Pesquisa de satisfação dos usuários do sistema portuário brasileiro, contratada em dezembro de 2014, com previsão de término em 2017;
- Metodologia de cálculo de preço para o transporte misto, contratada em setembro de 2014 e com previsão de finalização em 2016;
- Acompanhamento da oferta e demanda de transporte aquaviário longitudinal de passageiros e misto na região Amazônica, contratada em setembro de 2014 e previsão de término em 2016; e
- Programa de Rastreamento de Embarcações nas Navegações Reguladas pela Antaq - Prenav, a ser realizado em parceria com a Marinha do Brasil, por meio de Termo de Execução Descentralizada (TED), que se encontra em fase final do processo de celebração do TED e tem previsão de duração de 24 meses.

A Antaq elaborou, em 2015, a primeira edição da Agenda Ambiental e de Segurança Aquaviária, que consolida as principais iniciativas e atividades relacionadas aos principais temas ambientais pertinentes à Agência, que permanece aplicando o questionário do Índice de Desempenho Ambiental (IDA), criado para o acompanhamento da gestão ambiental nos portos organizados. Em meados de 2015 foi realizada uma nova avaliação da gestão naquelas instalações, cujos resultados mostraram uma evolução no setor.

No ano de 2015, a Antaq realizou uma série de Audiências Públicas, visando o aprimoramento das seguintes Resoluções: i) nº 4.190, de 24 de junho de 2015, norma que dispõe sobre o parcelamento e a recuperação de créditos administrados pela Antaq; ii) nº 4.262, de 31 de julho de 2015, norma que dispõe sobre outorga de autorização à pessoa jurídica que tenha por objeto o transporte aquaviário, constituída nos termos da legislação brasileira e com sede e administração no País, para realizar o transporte nas navegações de cabotagem e longo curso, ou operar nas navegações de apoio marítimo e apoio portuário; iii) nº 4.271, de 4 de agosto de 2015, norma que dispõe sobre os direitos e os deveres dos usuários e das empresas que operam nas navegações de apoio marítimo, apoio portuário, cabotagem e longo curso, e estabelece infrações administrativas; iv) nº 4.325,

de 2 de setembro de 2015, norma que dispõe sobre o registro de instalações de apoio ao transporte aquaviário; e v) nº 4.384, de 25 de setembro de 2015, norma que aprova a Agenda Regulatória.

No ano de 2015, foram firmados dois importantes Memorandos de Entendimento, com o Instituto da Mobilidade e dos Transportes de Portugal e com a Autoridade Marítima Dinamarquesa, prevendo atividades de cooperação que incluem a partilha de experiências e assessoria, as atividades de intercâmbio, a formação portuária e de transportes marítimos e o estímulo ao estudo e à pesquisa. Houve, também, a realização do seminário Brasil-Dinamarca sobre Navegação Marítima e intensificou os preparativos para ser anfitriã da Conferência Internacional de Engenharia Costeira e Portuária em Países em Desenvolvimento (IX PIANC-Copedec), que acontecerá no Rio de Janeiro/RJ, em outubro de 2016.

4. Aviação Civil e Infraestrutura Aeroportuária

A demanda por transporte aéreo de passageiros no Brasil mais que duplicou na última década. Em 2015, o movimento nos aeroportos brasileiros (embarques, desembarques e conexões), de janeiro a novembro, foi de 198 milhões, ou seja, 122% superior ao mesmo período de 2006 (89 milhões de passageiros). Na comparação com os 11 primeiros meses de 2014, o crescimento foi da ordem de 0,71%.

No segmento doméstico e internacional o movimento de passageiros em 2015, de janeiro a novembro, foi de 178,5 milhões e 19,5 milhões, respectivamente, representando um crescimento na última década de 126% e 94%, para os mesmos períodos respectivos.

Em 2015, foi apresentada a pesquisa "O Brasil que Voa", com um panorama inédito da aviação civil no Brasil. A pesquisa mostra quem é o passageiro, o seu motivo de viagem, as suas principais rotas e as áreas de influência dos principais aeroportos brasileiros, constituindo uma base de dados e informações para a elaboração de políticas públicas e consulta de todo público interessado. Foram 150 mil entrevistas em 65 aeroportos que são responsáveis por 98% da movimentação aérea do País. A pesquisa está disponível no sítio eletrônico: http://www.aviacao.gov.br/obrasilquevoa/.

a) Ampliação e Modernização da Infraestrutura Aeroportuária

A concessão à iniciativa privada da expansão, da exploração e da manutenção dos aeroportos no País tem se mostrado fator fundamental para o desenvolvimento e a modernização da infraestrutura aeroportuária nos principais aeroportos brasileiros.

Atualmente, existem seis concessões federais: os aeroportos internacionais de São Gonçalo de Amarante/RN, Guarulhos/SP, Viracopos/SP, Brasília/DF, Confins/MG e Galeão/RJ. Em 2015, foram investidos mais de R$ 600 milhões nesses aeroportos concedidos. No período de 2012 a 2015, esse valor supera R$ 9 bilhões.

A Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) possui participação de 49% nas concessionárias que exploram os aeroportos, exceto no de São Gonçalo do Amarante. Dentre as principais responsabilidades das concessionárias, estão: i) a ampliação dos aeroportos em seus diversos componentes (terminal de passageiros, cargas, pistas de pouso e decolagem, pátios de aeronaves, estacionamentos de veículos); e ii) melhorias na gestão dos aeroportos, com ganhos de qualidade nos serviços prestados aos usuários.

Em julho de 2015, foi anunciada a segunda fase do Programa de Investimento em Logística (PIL 2). No segmento aeroportuário, conforme Decreto nº 8.517, de 10 de setembro de 2015, quatro aeroportos serão concedidos à iniciativa privada em 2016:

os aeroportos internacionais de Porto Alegre/RS, Salvador/BA, Florianópolis/SC e Fortaleza/CE. A expectativa é de que aproximadamente R$ 8,5 bilhões sejam investidos nesses aeroportos durante o prazo de concessão. A realização do leilão está prevista para o primeiro semestre de 2016.

A Infraero executa seus investimentos em infraestrutura aeroportuária por meio do PAC. No decorrer de 2015, foi dada prioridade aos investimentos nos aeroportos localizados nas cidades que receberão os Jogos Rio 2016, em obras de desenvolvimento da aviação regional, em obras de ampliação e construção de terminais de passageiros e na aquisição de veículos e equipamentos voltados à modernização das atividades de segurança e operações dos aeroportos.

Foram investidos em obras e equipamentos, até novembro de 2015, R$ 934,6 milhões. Para 2016, estão previstos investimento da ordem de R$ 713,9 milhões.

Em 2015, foram realizadas obras nos seguintes aeroportos: i) ampliação e reforma dos terminais de passageiros dos aeroportos de Curitiba/PR, Rio Branco/AC, Cuiabá/MT, São Luís/MA, Salvador/BA, Santarém/PA, Tabatinga/MA, Marabá/PA, Tefé/AM, Ilhéus/BA e Londrina/PR; ii) construção de novo terminal de passageiros e sistema viário nos aeroportos de Macaé/RJ e Macapá/AP; iii) ampliação e reforma da pista de pouso e decolagem dos aeroportos de Aracaju/SE e Rio Branco/AC; iv) ampliação do sistema de pátio e pista de táxi do aeroporto de Porto Alegre/RS; v) recuperação do pátio de aeronaves do aeroporto de Santos Dumont/RJ; e vi) construção de novo complexo aeroportuário – terminal de passageiros, pátio, sistema de pista, estacionamento de veículos e sistema viário, nos aeroportos de Goiânia/GO e Vitória/ES.

Além dessas obras, foram concluídas, em 2015, as obras de ampliação do terminal de passageiros e adequação do sistema viário do aeroporto de Manaus/AM, as obras de recuperação do trecho central da pista de pouso e decolagem do aeroporto de Recife/PE e adquiridos 15 *ambulifts* (equipamento de apoio à acessibilidade aos passageiros) para os aeroportos de Cuiabá/MT, Foz do Iguaçu/PR, Vitória/ES, Santarém/PA, Campo Grande/MS, Aracaju/SE, Uberlândia/MG, João Pessoa/PB, Navegantes/SC, Teresina/PI, Florianópolis/SC, Porto Velho/RO, Santos Dumont/RJ, Congonhas/SP e Goiânia/GO.

Em 2016, a Infraero planeja iniciar obras de reforma do terminal de passageiros do aeroporto de Congonhas/SP e de restauração do sistema de pista de pouso e decolagem nos aeroportos de Curitiba/PR, Macaé/RJ e São José dos Campos/SP. Além disso, está previsto para 2016 a conclusão das obras dos aeroportos de Curitiba/PR, Rio Branco/AC e Goiânia/GO.

b) Aviação Regional

O Programa de Investimentos em Logística (PIL Aeroportos) possui, dentre outros, o objetivo de fortalecer e ampliar a aviação regional com investimentos em 270 aeródromos/localidades, financiados com recursos do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC), visando atender a demanda atual e futura da aviação civil, com segurança e conforto aos usuários do transporte aéreo.

Esse é o maior programa já realizado no setor aeroportuário brasileiro com foco na aviação regional e abrange levantamentos técnicos em campo, elaboração de projetos, investimentos em aquisição de equipamentos e execução de obras. Seguem as principais etapas do programa:

- Estudo de Viabilidade Técnica (EVT) – Estudo da topografia do local e definição do tamanho do aeroporto necessário para atender à região com base em estudos socioeconômicos. Nessa etapa, pode-se identificar a necessidade de estudos complementares, caso o sítio aeroportuário não apresente condições ideais para expansão;

- Estudo Preliminar (EP) – Detalha o EVT, definindo o tamanho da pista e do terminal e o investimento necessário para isso. Nesta etapa, dois processos são executados em paralelo: i) o Licenciamento Ambiental – o documento, concedido pelos Estados, é indispensável para o início das obras; e ii) o Anteprojeto – elaboração do projeto de engenharia para a licitação;
- Licitação – Processo de escolha da empresa que vai realizar a obra. A contratação é feita pelo Regime Diferenciado de Contratação (RDC); e
- Obras – Ao final desta etapa, o aeroporto está pronto.

De janeiro a dezembro de 2015, foram investidos R$ 73,71 milhões contemplando: i) elaboração de 250 EVTs, 212 estudos preliminares e 88 anteprojetos; ii) execução de avaliações topográficas e geotécnica com as mais modernas metodologias; e iii) elaboração de projetos padronizados, modulares e adequados aos diversos portes de aeroportos regionais atendidos pelo Programa, projetos esses relativos a edificações de terminais de passageiros (TPS), de seções contra incêndio de aeródromo (SCI), de estações prestadoras de serviços de telecomunicação e de tráfego aéreo (EPTA) e de torres de controle (TWR). Para 2016, há previsão de conclusão de 100 anteprojetos, os quais possibilitarão o início das obras nos aeroportos regionais.

A Resolução nº 470/2015 foi publicada pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) com o objetivo de conferir celeridade aos processos de licenciamento, com maior segurança quanto ao estabelecimento dos estudos ambientais necessários em cada caso e tendo como premissa a regularização ambiental dos aeroportos regionais.

No âmbito do PIL Aeroportos, existem dez convênios celebrados com os governos estaduais, sendo três destes não PAC e os demais PAC, com o objetivo de ampliação, reforma e construção da infraestrutura aeroportuária regional, e investimentos realizados, no ano de 2015, no valor de R$ 37,9 milhões (o valor total dos convênios é de R$ 168,29 milhões). Quatro desses convênios estão em plena execução, com previsão de conclusão em 2016. São eles os convênios dos aeroportos de: Cascavel/PR (23% de execução), Fernando de Noronha/PE (56% de execução), de Santo Ângelo/RS (31% de execução) e de Vitória da Conquista/BA (85% de execução). Os seis convênios restantes, três PAC (Correia Pinto/SC, Linhares/ES e novo Convênio de Vitória da Conquista/BA) e três não PAC (Penedo/AL, Cajazeiras/PB e Araruna/PB), estão na fase de aprovação de projeto e autorização de licitação para início das obras.

Além disso, em 2015, para atender aos Serviços de Prevenção, Salvamento e Combate a Incêndio dos aeroportos regionais, em consonância com a regulamentação da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), foram entregues 31 carros contra incêndio de aeródromo (CCI) nos seguintes aeroportos: Rio Verde/GO, Juiz de Fora/MG, Patos de Minas/MG, Diamantina/MG, Divinópolis/MG, São João Del Rei/MG, Erechim/RS, Santo Ângelo/RS, Chapecó/SC, Caçador/SC, Joaçaba/SC, Itanhaém/SP, Bauru-Arealva/SP, Marília/SP, Presidente Prudente/SP, Gurupi/TO, Manicoré/AM, Eirunepé/AM, Valença/BA, Dourados/MS, Barra do Garças/MT, Sorriso/MT, Itaituba/PA, Redenção/PA, Cabo Frio/RJ, Vilhena/RO, Cascavel/PR, Ponta Grossa/PR, Umuarama/PR e dois veículos para Maringá/PR, totalizando R$ 40,54 milhões. Está prevista, para 2016, a entrega de mais 23 carros contra incêndio de aeródromo

Na região Norte, estão em andamento projetos de investimentos em infraestrutura aeroportuária em parceira com o Comando da Aeronáutica. Esses projetos compreendem investimentos para a ampliação das pistas de pouso e decolagem dos aeroportos de Moura/AM, Estirão do Equador/AM e Iauaretê/AM.

Em complementação aos investimentos em infraestrutura aeroportuária regional, foi criado, em 2015, o Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional (PDAR), por meio da Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015. Esse Programa tem por objetivo integrar regiões isoladas, alavancar o potencial de desenvolvimento regional e facilitar a mobilidade da população e o acesso a serviços aéreos ausentes nas comunidades.

A referida Lei autoriza a União a conceder subvenção econômica, limitada a até 30% dos recursos do FNAC, diretamente às empresas aéreas regularmente inscritas no PDAR para pagamento de tarifas, bem como de parte dos custos de passageiros transportados em rotas regionais. A proposta de regulamentação do PDAR, iniciando pela regulamentação da subvenção para voos regionais na Amazônia Legal, proposta pela Secretaria de Aviação Civil, encontra-se em fase de conclusão no âmbito do Governo, objetivando a compatibilização com os recursos disponíveis.

c) Gestão Aeroportuária

Em 2015, foi realizada a pesquisa de satisfação dos passageiros sobre os serviços ofertados nos aeroportos brasileiros. Foram realizadas 39.171 entrevistas nos três primeiros trimestres de 2015. Desse total, aferiu-se que a satisfação geral dos passageiros passou de 3,9, no último trimestre de 2014, para 4,2, no terceiro trimestre de 2015, considerando-se uma escala de notas de 1 a 5 (avaliação de muito ruim até muito bom).

Em 2015, foi instituído o Prêmio Aeroportos Mais Brasil 2015, concedido aos aeroportos que obtiveram as melhores avaliações durante o ano de 2014, servindo, assim, como ferramenta para divulgação das boas práticas realizadas no setor, bem como para disseminar a cultura da livre concorrência entre os diversos operadores aeroportuários. Foram criadas nove categorias de premiação, tais como: *check-in* mais eficiente, aeroporto com mais facilidades, aeroporto mais confortável, entre outras. Foram premiados os aeroportos de Congonhas/SP, Santos Dumont/RJ, Confins/MG, São Gonçalo do Amarante/RN, Curitiba/PR e Recife/PE – este último apresentou a maior nota no quesito satisfação geral do passageiro e foi agraciado com o prêmio "Aeroporto Mais Brasil".

Em continuidade à implementação do Plano Geral de Outorga (PGO), aprovado em agosto de 2014, foram celebrados, entre janeiro a dezembro de 2015, 117 termos de convênio de delegação da exploração de aeródromos civis públicos aos Estados e Municípios. O PGO estabelece diretrizes e modelos de exploração de aeródromos civis públicos em conformidade com a Política Nacional de Aviação Civil (PNAC).

d) Segurança, Fiscalização e Capacitação

Em novembro de 2015, o Brasil passou por verificação direta dos dois principais programas de auditoria em segurança da Organização da Aviação Civil Internacional (Oaci): *Universal Safety Oversight Audit Programme – Continuous Monitoring Approach* (Usoap CMA) e o *Universal Security Audit Programme Continuous* (Usap). Os auditores da Usap, com foco na segurança da aviação contra atos de interferência ilícita, atestaram que o Brasil cumpre 97% dos protocolos estabelecidos pela Oaci, índice significativo que demonstra a robustez do sistema de gerenciamento de risco da aviação brasileira. Com relação à segurança operacional, o Brasil avançou nove pontos percentuais no índice de implementação dos protocolos do Usoap CMA, atingindo 96,5%, o quarto maior índice mundial e o maior entre todos os países do Ocidente.

Esses resultados demonstram que a aviação civil brasileira se encontra entre as mais seguras do mundo tanto em segurança operacional quanto a atos de interferência ilícita, servindo de modelo para outros países. Nesse sentido, o País foi designado pela Oaci para apoiar as demais nações lusófonas na implementação do Usoap.

No ano de 2015, constituiu-se um Grupo de Trabalho Interministerial para tratar de Aeronaves Remotamente Pilotadas (RPA), conhecida popularmente como drones. Nesse contexto, foi realizada a campanha Drone Legal com objetivo de educar e conscientizar a população quanto ao uso adequado desse tipo de aeronave. Em 2016, está prevista a publicação de um Manual

para as Forças de Segurança Pública e Defesa, que orientará a forma de abordagem ao cidadão que estiver utilizando essas aeronaves, principalmente durante os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016.

Em 2015, foram formados 231 profissionais no Curso de Bombeiros de Aeródromos para 34 aeroportos regionais pelo Programa Treinar, que disponibiliza cursos de especialização em gestão e operação de aeroportos financiados com recursos do FNAC. Além disso, foram oferecidas bolsas de horas-aula práticas de voo, 42 para a obtenção de licença de Piloto Privado de Avião (PP-A) e 13 para a licença de Piloto Comercial de Avião (PC-A). A bolsa-piloto pretende não só apoiar a educação de jovens estudantes com baixa renda, mas pretende, também, ampliar as oportunidades profissionais dos alunos de cursos relacionados à aviação civil.

Ainda no âmbito da capacitação, com o objetivo de incentivar a pesquisa e a inovação do setor aéreo, lançou-se em 2015 o Prêmio "Aviação – Conhecimento e Inovação", concurso de monografias e iniciativas inovadoras que fomentará a pesquisa na área de aviação civil e estimulará a implantação de boas práticas na operação e na gestão dos aeroportos brasileiros. O Prêmio Aviação tem como temas a gestão aeroportuária, a indústria aeronáutica, a gestão da navegação aérea e as novas tecnologias na aviação civil.

e) Serviços Aéreos

No ano de 2015, com o objetivo de aumentar a conectividade e a mobilidade internacional, o Brasil participou de reuniões de consulta durante a Conferência para Negociação de Serviços Aéreos (Ican 2015), evento promovido pela Oaci que reuniu representantes de vários países para negociação dos Acordos sobre Serviços Aéreos (ASA). Por ocasião do evento, foram rubricados três novos acordos, dando início ao relacionamento aerocomercial com Sérvia, Bahamas e Vietnã. Também foram atualizados dois acordos já firmados com Israel e Egito.

5. Comunicações

Ao longo de 2015, o Governo Federal empreendeu diversas ações nas áreas de radiodifusão, telecomunicações, universalização dos serviços postais e conteúdos digitais criativos.

a) Radiodifusão

Em relação à temática de radiodifusão, foram implementadas iniciativas para tornar o processo de concessão de outorgas e pós-outorgas mais célere e transparente, por meio da simplificação e desburocratização dos Processos de Radiodifusão.

a.1) Migração da TV Analógica para a TV Digital

A implantação da TV digital no Brasil visa disponibilizar um serviço com alta qualidade de som e imagem, bem como garantir a inclusão social por meio de aplicativos específicos. A tecnologia nipo-brasileira de TV digital prevê recursos como interatividade, recepção em equipamentos móveis e possibilidade de transmissão de mais de uma programação simultânea por um mesmo canal de televisão. A transição para o sistema digital também possibilitará a liberação da faixa de 700 MHz para expansão do acesso aos serviços de banda larga móvel, e deverá ser concluída até o fim do ano de 2018.

O processo de transição para o sistema digital vem sendo disciplinado e fiscalizado pelo Grupo de Implantação do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV (Gired), conforme determinou o Edital de Licitação da faixa de 700MHz (Edital nº 2/2014). O Gired é composto por representantes do Ministério das Comunicações, da Anatel e das empresas

de telecomunicações e radiodifusão, e suas decisões servem de referência às operações da Associação Administradora do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV (EAD), constituída para gerir os recursos a ela atribuídos e operacionalizar todos os procedimentos relativos à execução das obrigações a ela designadas, nos termos do Edital de Licitação da faixa de 700 MHz.

Dentre as funções da EAD, destacam-se: i) a distribuição de *kits* com conversores digitais e antenas para cada família cadastrada no Programa Bolsa Família; ii) a promoção de campanha publicitária para informar a população das ações necessárias para o desligamento analógico, além de disponibilizar central telefônica e página na Internet para esclarecer dúvidas à população; iii) a execução do processo de redistribuição de canais de televisão e retransmissão visando à liberação da faixa de 700 MHz às proponentes vencedoras da licitação; iv) a mitigação de eventuais interferências prejudiciais decorrentes do processo; e v) a realização de pesquisa de aferição da meta de 93% de domicílios aptos à recepção do sinal digital.

Em 2015, os trabalhos do Gired se concentraram no desligamento do sinal analógico na cidade de Rio Verde/GO, Município escolhido como piloto para a transição.

O avanço da digitalização da TV aberta e gratuita tem ocorrido em três frentes:

- **Regulamentação**

  O cronograma de transição da transmissão analógica dos serviços de radiodifusão de sons e imagens, e de retransmissão de televisão para a transmissão digital foi estabelecido pelo Ministério das Comunicações, conforme Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006. Após estudos de viabilidade técnica, foi publicada a Portaria MC nº 2.765, de 8 de julho 2015, alterando a relação dos Municípios afetados pelo desligamento do sinal analógico em 2016. Tal alteração foi necessária para mitigar eventuais interferências prejudiciais que poderiam ocorrer nessas localidades.

  Em setembro de 2015, foi publicada a Portaria MC nº 4.287, que disciplinou a execução dos serviços de retransmissão de televisão em caráter secundário, utilizando tecnologia digital. Esse regulamento trouxe inovações e desburocratizou o procedimento de consignação de canal digital das entidades outorgadas executantes do serviço de radiodifusão de sons e imagens, e de retransmissão de televisão.

- **Processos**

  Quanto ao processo de digitalização das emissoras e retransmissoras primárias analógicas em funcionamento no País, até dezembro de 2015, foram consignados 4.986 canais na tecnologia digital, correspondendo a 77,8% das geradoras e retransmissoras primárias de TV, que resultaram em 1.796 Municípios com pelo menos uma estação com outorga para operar com tecnologia digital, abrangendo 68,6% da população brasileira.

- **Cooperação internacional e capacitação**

  No âmbito da cooperação técnica internacional em TV digital, o Governo manteve, no ano de 2015, atividades visando à ampliação do padrão nipo-brasileiro nos países da América do Sul, da América Central e da África.

  O Sistema Nipo-Brasileiro de Televisão Digital Terrestre (SBTVD-T), ou ISDB-Tb (Serviço Integrado de Transmissão Digital Terrestre), é uma evolução do padrão japonês, ISDB-T, com algumas adaptações, dentre elas, o padrão de interatividade Ginga, desenvolvido pelo Brasil. Em 2015, com a escolha do sistema nipo-brasileiro de TV digital pela Nicarágua,

formou-se um conjunto de 17 países que adotaram esse sistema: Brasil (06/2006), Peru (04/2009), Argentina (08/2009), Chile (09/2009), Venezuela (10/2009), Equador (03/2010), Costa Rica (05/2010), Paraguai (06/2010), Filipinas (06/2010, reafirmado em 11/2013), Bolívia (07/2010), Uruguai (12/2010), Maldivas (10/2011) para os radiodifusores com cobertura nacional e definido como padrão nacional em 04/2014, Botswana (02/2013), Guatemala (05/2013), Honduras (09/2013), Sri Lanka (05/2014) e Nicarágua (08/2015).

O Brasil possui memorandos de entendimento bilaterais firmados com Japão, Argentina, Chile, Venezuela, Equador e Uruguai, bem como acordos de cooperação técnica firmados com as administrações do Equador, do Chile, do Uruguai e do Peru, abrangendo atividades de intercâmbio de experiências, apoio à implantação de laboratórios e capacitação técnica em TV digital.

No período de 15 a 19 de junho de 2015, foi realizado o Seminário de Televisão Digital, no âmbito do acordo de cooperação técnica em televisão digital, que contou com a participação de Chile, Equador e Peru. Na ocasião, foram ministradas palestras sobre o *status* da implantação da TV digital no Brasil, além de cursos sobre o padrão brasileiro de interatividade, o Ginga. Em 24 de agosto de 2015, na cidade de São Paulo/SP, por ocasião do Congresso SET Expo/2015, promovido pela Sociedade Brasileira de Engenharia e Televisão, foi sediada a reunião informal do Fórum Internacional de Televisão Digital, para tratar da revisão dos documentos de harmonização técnica do padrão nipo-brasileiro de TV digital entre todos os países que adotam o sistema.

Como parte das ações de cooperação internacional, o Brasil também sediou a 7ª reunião do Fórum Internacional de Televisão Digital, ocorrida em 30 de novembro e 1º de dezembro de 2015, contando com a participação de nove países estrangeiros. O evento teve como objetivo a atualização dos documentos de harmonização técnica que balizam a implantação do padrão nipo-brasileiro nos países que o adotam. Além disso, foi discutido o *status* de desenvolvimento da televisão digital por todos os países participantes.

a.2) Migração das Emissoras de Rádio que Operam na Faixa AM para a Faixa FM

Ao longo de 2015, foi estabelecida a metodologia de cálculo do valor a ser pago pela migração de AM para FM com adaptação das outorgas em Ondas Médias (OM) para a Frequência Modulada (FM). Com essa medida, a expectativa é de que, até o final do ano de 2016, cerca de 730 radiodifusores terão realizado a migração de AM para FM, ao passo que 430 aguardarão a disponibilidade de novos canais, seja na faixa de FM atual, seja na estendida, após o desligamento do sinal analógico de televisão. Essa mudança aumentará a qualidade dos serviços prestados à população e a competição entre os radiodifusores, além de ampliar a pluralidade da programação, levando ao desenvolvimento das comunicações para todo o País.

a.3) Digitalização do Rádio Brasileiro

Em 2015, continuou-se com a execução dos trabalhos realizados junto à União Internacional de Telecomunicações (UIT), com o intuito de trocar experiências, conhecer o processo de implantação adotado pelos diversos países, bem como os desafios enfrentados e as escolhas adotadas. Dentre os trabalhos realizados, destacam-se:

- Estudo acerca da evolução dos sistemas de rádio digital, no que se refere às suas arquiteturas e seus serviços;
- Recomendação sobre os sistemas de radiodifusão sonora digital para receptores veiculares, portáteis e fixos, na frequência de 30 a 3000 MHz, em que a representação brasileira comprovou que os parâmetros adotados pelo sistema HD Rádio

(sistema americano), no que tange à potência do transmissor digital para se ter a mesma cobertura do sinal analógico, estavam subestimados, levando a UIT a registrar as alterações sugeridas; e

- Recomendação sobre as bases técnicas para o planejamento da radiodifusão sonora terrestre digital na faixa de VHF, na qual foi proposta, em conjunto com o DRM (sistema europeu), uma alteração na Máscara de Emissão Espectral do Sistema na faixa de FM, o que tornou possível acomodar uma maior quantidade de emissoras em uma mesma localidade, fazendo melhor uso do espectro.

Em 2016, os trabalhos presenciais do Conselho Consultivo do Rádio Digital devem ser retomados para a realização dos testes aprovados: na faixa de Ondas Médias (OM), em Frequência Modulada (FM) de baixa e alta potências, e em Ondas Curtas (OC).

a.4) Expansão dos serviços de radiodifusão

Em 2015, foi dado prosseguimento à expedição de autorizações para a execução do serviço de Retransmissão de Televisão Secundárias (RTVs) no País, atingindo, até dezembro, a marca de 2,4 mil novas autorizações.

Visando a expansão do serviço de radiodifusão sonora em FM e de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, em julho de 2015, foi lançado o Plano Nacional de Outorgas (PNO) de Radiodifusão Educativa (2015/2016), no qual serão contempladas 375 localidades de todos os Estados com oportunidade de novas outorgas de rádio e TV do sistema público. Esse PNO será composto por cinco processos seletivos, que ocorrerão por meio de seleção pública. A expectativa, após sua conclusão, é que o número de outorgas cresça 52,37%, chegando ao total de 1.091 outorgas, sendo 853 relativas ao serviço de FM educativa e 238 relativas ao serviço de TV educativa.

Em setembro de 2015, por meio da Portaria MC nº 4.335, houve a simplificação do processo de outorga de emissoras educativas, com a redução significativa do número de documentos a serem apresentados, de 18 para quatro, no caso das entidades privadas, e de cinco para um, quando as interessadas forem entidades públicas.

No período de janeiro a dezembro de 2015, ocorreram 24 novas outorgas e cinco assinaturas de contratos relativos ao serviço de Radiodifusão Educativa. Também foram reservados 50 novos canais para as consignações da União e existem 98 localidades em fase de análise de projeto técnico para consignação de tais canais públicos.

Os canais de televisão digital vinculados ao Poder Executivo serão implantados de acordo com a expansão da rede da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC) utilizando a multiprogramação, compartilhando infraestrutura e reduzindo custos. Espera-se, ao final de 2019, que as programações alcancem 120 milhões de pessoas com acesso a fontes de informação diversificadas e plurais. Alguns deles já são transmitidos, há anos, por assinatura ou por via parabólica, como a TV Escola, a NBr e o Canal Saúde. O Canal da TV Brasil, embora seja mais recente, é recebido na TV aberta. Os Canais da Educação e o da Cultura foram regulamentados em 2015 e estão em fase de planejamento pelos ministérios responsáveis.

O Plano Nacional de Outorgas (PNO) 2015/2017 de radiodifusão comunitária contemplou 761 localidades de todo o País, divididas em nove processos seletivos, que ocorrerão por meio de seleção pública. Após a conclusão desse PNO, a

expectativa é que o número de Municípios com pelo menos uma emissora de rádio comunitária cresça 6,34%, chegando ao total de 4.288 Municípios.

Em 2015, foram autorizadas 72 novas emissoras, totalizando 4.727 entidades autorizadas a executar o serviço de radiodifusão comunitária em todo País.

Outro avanço no serviço de radiodifusão comunitária foi a simplificação dos procedimentos para as entidades que pleiteiam outorgas, com a edição da Portaria MC nº 4.334, de 18 de setembro de 2015, que eximiu a exigência da apresentação de projeto técnico da emissora, com vistas a dar celeridade à apresentação de documentos pelas entidades, e a redução do número de documentos a serem apresentados, dos atuais 33 para sete.

Canal da Cidadania é uma emissora de TV digital que, por meio da multiprogramação, veiculará quatro faixas de programação simultâneas e autônomas, a saber: i) institucional do governo municipal; ii) institucional do governo estadual; e iii) duas de associações comunitárias, que devem ser abertas à participação de pessoas físicas e outras entidades com sede no Município da outorga. Até dezembro de 2015, 372 Municípios já haviam solicitado autorização para operar o Canal da Cidadania, sendo 151 no ano de 2015.

a.5) Ação Fiscalizatória

Em continuidade às ações de fiscalização das emissoras de rádio e TV, entre 2012 e 2015, houve a fiscalização de 8.457 mil entidades, ou seja, cerca de 99,72% das emissoras de radiodifusão licenciadas ou autorizadas a funcionar em caráter provisório. No mesmo período, foram realizados 29 sorteios para acompanhamento da radiodifusão, dos quais oito ocorreram no exercício de 2015.

b) Telecomunicações

b.1) Programa Nacional de Banda Larga

A implementação de ações no âmbito do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL) vem permitindo a inserção de regiões rurais, remotas e carentes do Brasil no mapa da infraestrutura de comunicações. Instituído em 2010 com o objetivo de expandir a infraestrutura e os serviços de telecomunicações, promover o acesso pela população e obter as melhores condições de preço, cobertura e qualidade, buscou, nos últimos quatro anos, a melhoria do ambiente de negócios no setor de telecomunicações, a modernização regulatória, a defesa do consumidor, a redução dos custos dos serviços de telecomunicações e o incentivo à indústria nacional.

b.1.1) Massificação do acesso à Internet

Entre dezembro de 2010 e novembro de 2015, a quantidade de assinaturas do serviço de banda larga fixa aumentou 69%, passando de 15 milhões para 25,4 milhões. No período de dezembro de 2010 a novembro de 2015, a quantidade de assinaturas de banda larga móvel – acessos com tecnologias 3G ou 4G – cresceu 881%, passando de 18,9 milhões para 185 milhões.

Evolução da quantidade de assinaturas de Internet em banda larga – fixa e móvel
Em milhões de acessos

	DEZ/10	DEZ/11	DEZ/12	DEZ/13	DEZ/14	NOV/15
1. Banda larga	33,9	55,6	79,0	125,3	181,9	210,4
1.1. Banda larga fixa	15,0	17,0	19,8	22,2	24,0	25,4
1.2. Banda larga móvel	18,9	38,6	59,2	103,1	157,9	185,0
1.2.1. Banda larga móvel (3G)	18,9	38,6	59,2	101,8	151,1	162,4
1.2.2. Banda larga móvel (4G)	0,0	0,0	0,0	1,3	6,8	22,6
M2M (*)	1,7	2,5	6,8	8,3	10,0	11,3

Fonte: Anatel; Elaboração: Ministério das Comunicações.
Observação: (*) Os acessos Máquina a Máquina – M2M não são classificados como banda larga.

A difusão da Internet também é mensurada pelos indicadores de uso por pessoas e domicílios com acesso ao serviço. De acordo com dados da pesquisa TIC Domicílios, do Cetic.br, entre 2010 e 2014, a proporção de usuários de Internet, que considera a pessoa com 10 anos ou mais de idade que utilizou a Internet pelo menos uma vez nos três meses que antecederam a data da entrevista, passou de 41% para 55% e a proporção de domicílios com acesso à Internet passou de 27% para 50%. Assim, em 2014, havia 94,2 milhões de usuários de Internet e 32,3 milhões de domicílios com acesso à Internet.

b.1.2) Telefonia e Internet em Áreas Rurais

Em 2012, foi estabelecida a obrigação de prestação de serviços comerciais de telefonia e Internet em um raio de 30 km a partir da sede municipal. Os compromissos de atendimento são progressivos, cobrindo todos os Municípios, até o final de 2015. Além disso, as operadoras devem oferecer acesso gratuito à Internet a todas as escolas públicas localizadas nessa área (raio de 30 km da sede municipal). Segundo a Anatel, em setembro de 2015, esses serviços estavam disponíveis na área rural de 57% dos Municípios e o acesso gratuito à Internet estava instalado em 16.625 escolas rurais

b.1.3) Desonerações Tributárias

Até o fim de 2015, o Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga (REPNBL) aprovou o investimento de R$ 15,4 bilhões divididos em 1.172 propostas para redes de telecomunicações que dão suporte à banda larga. Esses projetos, se implementados até o final de 2016, serão desonerados de IPI, PIS/Pasep e Cofins.

Sob a égide da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, que trata da redução de alíquotas de Imposto de Renda na emissão de debêntures para o setor de infraestrutura, em 2015, foi recebida e aprovada uma proposta de captação de R$ 640 milhões para atender

a projetos voltados para implantação de infraestrutura prioritária para o Governo Federal, incluindo a que suporta banda larga. No total, foram aprovados quatro projetos que poderão captar até R$ 5,3 bilhões para investimentos no setor de telecomunicações.

b.1.4) Política produtiva e tecnológica

Em 2015, o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel) aplicou cerca de R$ 50 milhões do orçamento de fomento no apoio a projetos de pesquisa, inovação, desenvolvimento e capacitação de recursos humanos em telecomunicações, e disponibilizou R$ 200 milhões em recursos de capital para empresas nacionais do setor.

Foi dada continuidade à contratação dos projetos aprovados pelo edital Inova Telecom, chamamento público conjunto formado pelo Ministério das Comunicações, Ministério da Saúde, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, com previsão de investimentos da ordem de R$ 1,5 bilhão em quatro anos.

Também foi iniciado o projeto de criação do Centro de Referência em Radiocomunicações (CRR) no Instituto Nacional de Telecomunicações (Inatel), que atuará como polo de excelência na área de comunicações sem fio e será responsável pela pesquisa em redes móveis de quinta geração (5G).

b.1.5) Projeto Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas

O Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC) encontra-se em fase de montagem, integração e testes na França, sob a supervisão da Visiona Tecnologia Espacial, *joint-venture* entre Embraer S.A. e Telecomunicações Brasileiras S.A (Telebras). Em setembro de 2015, a Telebras deu início à licitação das estações de acesso que proverão o serviço de comunicação em banda Ka. Em novembro de 2015, a Telebras concluiu a parte da infraestrutura crítica do Centro de Operações (COPE) temporário em Brasília/DF e no Rio de Janeiro/RJ.

Por meio do SGDC, será efetivada a comunicação entre os órgãos e as entidades da administração pública federal. O satélite visa garantir segurança nas transmissões de informações estratégicas. Seu controle será realizado no Brasil em estações localizadas em áreas militares, sob a coordenação da Telebras e do Ministério da Defesa. Com o lançamento do satélite previsto para dezembro de 2016, poderão ser atendidos mais de dois mil Municípios, com a oferta de serviços de acesso à Internet em banda larga, em especial na região Norte do País.

O SGDC também permitirá a interligação de diversos projetos estratégicos no campo da defesa, como o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron), o Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (Sisgaaz) e o Sistema de Defesa Aérea (Sisdabra).

b.1.6) Cabo Submarino Brasil – Europa

O cenário de comunicações internacionais via cabos submarinos começa a apresentar importantes mudanças. Novos projetos de outros empreendedores, interligando o Brasil à Angola, e o Brasil aos EUA, foram anunciados.

A interligação direta com o continente Europeu ainda se dá por meio de um único cabo, lançado há quase duas décadas e já completamente esgotado em sua capacidade de transmissão de dados. Todos esses cabos são de propriedade de empresas privadas, controladas por grupos estrangeiros, com alguma participação de empresas e investidores nacionais.

Em junho de 2015, foi assinado acordo de acionistas entre a Telebras e a empresa espanhola IslaLink para constituição de estrutura societária com controle de capital nacional. Ao longo do ano de 2016, a nova empresa terá como principal foco consolidar acordos de fornecimento de serviços com potenciais clientes e, ainda no primeiro trimestre do ano, será iniciado o processo de seleção dos potenciais fornecedores para construção do sistema.

b.1.7) Rede Nacional de Banda Larga

No período de 2010 a 2015, a infraestrutura de rede de fibra ótica da Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebras) cresceu de 400 km, em 2010, para aproximadamente 25 mil km, com investimentos de mais de R$ 415 milhões, interligando todos os Estados do País, exceto Roraima.

Em 2015, foram iniciados os projetos de 21 redes metropolitanas para atendimento das comunicações de dados da administração pública federal. Destaca-se, também, a parceria com o Exército e o Governo do Estado do Amazonas no projeto Amazônia Conectada, que interligará Manaus, Coari e Tefé, no coração da Floresta Amazônica, com prosseguimento previsto para 2016.

Rede Nacional de Banda Larga (*Backbone*) 2015

Fonte: Telebras.

Em 2016, a Telebras pretende, também, ampliar o *backbone* com fibras ópticas iluminadas para 28 mil km, atingindo o interior de Estados como BA, PI, MA, MG e RS.

b.2) Avanços da Regulação de Telecomunicações

Em 2015, foram aprovadas 14 Resoluções pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), além de dois Editais de Licitação, com vistas à regulação dos serviços de telecomunicações, com destaque para questões referentes ao uso do espectro

de radiofrequências, à universalização e ampliação do acesso aos serviços, à promoção da competição, à massificação do acesso a serviços de conexão em banda larga, além de outros benefícios aos consumidores.

As principais ações executadas são:

- Lançamento do aplicativo Anatel Consumidor, que permite registrar e acompanhar, eletronicamente, o andamento de reclamações contra as prestadoras de serviços de telecomunicações, bem como sugestões e pedidos de informação. A ferramenta possibilita a Anatel monitorar a quantidade, o motivo e o tempo de resposta relativo às reclamações dos usuários dos serviços, a fim de atuar de forma preventiva ou mesmo aprimorar as regras existentes;
- Vigência de novas regras do Regulamento Geral de Direitos do Consumidor de Serviços de Telecomunicações, que tornem mais transparentes as condições de contratação e prestação dos serviços, a serem publicadas no sítio das prestadoras na Internet;
- Aprovação do Regulamento sobre Gestão de Risco das Redes de Telecomunicações e Uso de Serviços de Telecomunicações em Desastres, Situações de Emergência e Estado de Calamidade Pública, que estabelece definições e procedimentos, a fim de possibilitar à Anatel obter informações relevantes e atuar previamente junto às operadoras, para que elas implementem ações contra ameaças e vulnerabilidade das redes de telecomunicações, de forma a mitigar riscos e evitar indisponibilidade dos serviços, além de permitir o acompanhamento de indicadores de desempenho das redes, possibilitando a identificação de Municípios críticos quanto à qualidade;
- Realização de licitação de quatro direitos de exploração de satélites, pelo prazo de 15 anos, prorrogável uma única vez pelo mesmo período, no valor de R$ 183,7 milhões – ágio médio de 69,55% sobre o preço mínimo de R$ 27 milhões. Tal medida contribui para a melhoria da qualidade dos serviços principalmente em áreas mais remotas, que dependem dos meios de comunicações satelitais;
- Publicação de aviso de Edital de Licitação de faixas de radiofrequência associadas à exploração dos serviços de telefonia móvel, acesso à Internet em banda larga fixa e de serviços de comunicação como de rádio-táxi, visando à ampliação da cobertura desses serviços de telecomunicações e ao reforço da infraestrutura em localidades que geralmente não atraem os grandes prestadores, mas são de interesse de pequenos e médios provedores, os quais terão condições facilitadas para participação, como a possibilidade de aquisição de lotes em nível municipal e pagamento parcelado;
- Destinação das faixas de radiofrequências para o Serviço de Acesso Condicionado, que objetiva atender à necessidade de expansão dos serviços de TV por assinatura para distribuição de conteúdo, fomentar a competição e a diversidade dos serviços de telecomunicações, novos investimentos no setor, além de promover a indústria nacional;
- Aprovação do Regulamento sobre as Condições de Aferição do Grau de Satisfação e da Qualidade Percebida Junto aos Usuários de Serviços de Telecomunicações, que disciplina as condições para a realização anual de pesquisas de opinião pela Anatel;
- Aprovação do Regulamento de Acompanhamento de Compromissos de Aquisição de Produtos e Sistemas Nacionais e de regras específicas para o cumprimento do Compromisso de Aquisição de Produtos de Tecnologia Nacional, que visam fomentar e promover a indústria nacional no setor de telecomunicações, por meio de investimentos em aquisições de produtos e sistemas aderentes ao Processo Produtivo Básico brasileiro, bem como de Tecnologia Desenvolvida no País;
- Acréscimo do nono dígito aos números dos telefones celulares nos Estados de AL, CE, PB, PE, PI, RN, BA, MG e SE;

- Alteração do Plano Geral de Metas de Competição, que prorroga até 2019 a atual forma de cobrança de Valor de Uso Móvel (VU-M) para empresas não detentoras de Poder de Mercado Significativo, quando ocorrerá a redução a custo deste valor. Tal medida representa assimetria regulatória em prol das prestadoras sem Poder de Mercado Significativo (PMS), além de um incentivo à competição; e

- Alteração da Cláusula 3.2 dos contratos de concessão para prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado, nas modalidades local, longa distância nacional e longa distância internacional, de forma a fixar, em 30 de abril de 2016, o prazo para realização de alterações relativas ao estabelecimento de novos condicionamentos, novas metas para universalização e para qualidade, referentes ao período de 2016 a 2020.

Sobre os Regulamentos em elaboração na Anatel em 2015, já submetidos à consulta pública, que terão continuidade em 2016, cabe destacar: i) proposta de Regulamento Geral de Acessibilidade em Telecomunicações; ii) revisão dos grupos detentores de PMS nos mercados relevantes, no âmbito da implementação do PGMC; iii) proposta de novo Regulamento sobre Equipamentos de Radiocomunicação de Radiação Restrita; iv) proposta de Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências e de alteração do Regulamento de Cobrança de Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequências; v) revisão do Regulamento sobre Limitação da Exposição a Campos Elétricos, Magnéticos e Eletromagnéticos na Faixa de Radiofrequências entre 9 kHz e 300 GHz; vi) revisão do Regulamento de Compartilhamento de Infraestrutura entre Prestadoras de Serviços de Telecomunicações; vii) revisão dos contratos de concessão do Serviço Telefônico Fixo Comutado, nas modalidades local, longa distância nacional e longa distância internacional, para o período de 2016 a 2020; e viii) elaboração de proposta do novo Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado.

Além disso, outros importantes instrumentos regulatórios terão continuidade em 2016, tais como: i) estudo dos mercados relevantes, no âmbito da implementação do PGMC; ii) revisão do Regulamento Geral de Interconexão (RGI); iii) proposta do Regulamento de Homologação das Ofertas de Referência de Produtos do Atacado (Rhorpa); iv) desligamento do sinal analógico da TV aberta, com o início das transmissões 100% digitais; v) início da implantação da versão 6 do protocolo de comunicação da Internet, o IPv6, pelas prestadoras do Serviço Móvel Pessoal; vi) desenvolvimento de aplicativo para *smartphones* de Comparador para Consumo Consciente de Telecomunicações; e vii) conclusão da implementação do nono dígito.

b.3) Acompanhamento, Controle e Fiscalização dos Serviços de Telecomunicações

Em 2015, foram realizadas 9.417 ações de fiscalização destinadas à verificação do cumprimento de normas e regulamentos, priorizando a garantia dos direitos dos usuários e a qualidade dos serviços de telecomunicações de interesse coletivo prestados nos regimes público e privado e o controle do espectro. Foram interrompidas 652 estações de radiocomunicações que operavam de forma irregular. Nesse período, foram instaurados 2.166 Procedimentos de Apuração e, encerrados, 6.106.

b.4) Desafios ao Setor de Telecomunicações

- **Modelo de Prestação dos Serviços de Telecomunicações**

  Tendo em vista a crescente relevância da banda larga e a importância de estimular o desenvolvimento da infraestrutura de suporte à banda larga, foi criado grupo de trabalho para elaborar propostas de readequação das atuais concessões de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC). As propostas serão baseadas em amplo diálogo com a sociedade, que inclui a realização de Consulta Pública e reuniões com todos os setores interessados. O Governo também avançou no desenho

de um programa para promover a universalização do acesso à banda larga no País, por meio do fomento à instalação de redes de fibra óptica conectando Municípios e domicílios com redes de ultra banda larga. O projeto visa dotar o País de infraestrutura para permitir o aumento da competitividade e a inclusão social no século XXI.

- **Governça da Internet**

Em novembro de 2015, foi realizada, em João Pessoa/PB, a X edição do Fórum de Governança da Internet (IGF), encontro realizado anualmente pela Organização das Nações Unidas (ONU). O evento reuniu delegados do Governo, da academia, do setor privado e da sociedade civil, debatendo os princípios e os desafios que devem pautar a gestão da rede mundial de computadores. Como resultado, foi aprovado documento contendo opções de políticas públicas a serem implementadas para aumentar em um bilhão o número de usuários de Internet no mundo, que era de três bilhões ao final de 2014. Foram gerados, também, subsídios para a revisão dos dez anos do processo que originou a Cúpula Mundial da Sociedade da Informação, realizado em dezembro de 2015, oportunidade na qual o Brasil defendeu uma governança da Internet multissetorial, multilateral, democrática e transparente.

- **Comunicações Máquina a Máquina**

Comunicação Máquina a Máquina (M2M) é uma tecnologia que permite a transferência e a utilização de dados entre equipamentos remotos para monitoramento, medição e controle. O M2M serve como tecnologia de suporte para a Internet das Coisas. Trata-se da conexão de objetos e pessoas por meio da Internet, provendo informações e aplicações que facilitam o dia a dia. Dessa forma, nascem os eletrodomésticos inteligentes, a automação residencial, o veículo autônomo, a cidade inteligente, a manufatura avançada etc.

Os mais diversos setores do mercado estão sendo impactados pela Internet das Coisas: saúde, educação, segurança pública, agronegócio, transportes, varejo. Diante desse cenário, em 2015, foram iniciados os trabalhos da Câmara de Gestão e Acompanhamento do Desenvolvimento de Sistemas de Comunicação Máquina a Máquina, responsável pela elaboração de um Plano Nacional de Comunicação Máquina a Máquina e de Internet das Coisas, que abrangerá projetos e ações para, entre outros objetivos: i) desenvolver a cadeia produtiva e tecnológica de comunicação máquina a máquina; ii) promover a formação profissional para o uso das tecnologias de informação; e iii) comunicação e aumentar a autonomia tecnológica.

c) Serviços Postais

c.1) Universalização dos Serviços Postais

Ao final de 2015, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) realizava a prestação do serviço de atendimento postal em 9.510 localidades, cuja população somada, com base em informações do Censo 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), totalizava cerca de 189,5 milhões de habitantes. Com isso, alcançou o percentual de 96,8% em relação à meta global fixada em 9.824 localidades, a serem contempladas até dezembro de 2018.

A ECT estava presente, em dezembro de 2015, em 5.557 Municípios e 3.953 distritos, sendo que suas agências totalizaram 12.290 unidades, considerando a rede própria e terceirizada. Nessas, foram atendidas as demandas pelos serviços postais, resultando no transporte de oito bilhões de objetos. Para 2016, está prevista a expansão do atendimento postal para mais 62 distritos, de modo a atingir o índice de 93,6% de uma meta fixada em 4.261 distritos com população igual ou superior a 500 habitantes.

Quanto à entrega externa de objetos postais, em 2015 a ECT implantou o serviço de distribuição em mais 178 distritos, fato que beneficiou a 768 mil pessoas, considerados os dados do Censo 2010 – IBGE. A meta para dezembro de 2016 é chegar a mais 200 distritos com população igual ou superior a 500 habitantes.

c.2) Exportação por Remessas Postais

Segundo dados registrados no Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex), a Declaração Simplificada de Exportação (DSE) permitiu o envio de mais de 800 tipos de produtos brasileiros a cerca de 180 países. O processo, que conta com a facilitação do despacho aduaneiro e redução dos custos de embarque, viabilizou exportações superiores a US$ 180 milhões.

c.3) Serviços de Interesse Coletivo

Dentre os serviços de interesse coletivo, apoiados pela ECT em 2015, destacaram-se: i) programa Leve Leite, distribuição de 20 milhões de quilos de leite em pó, entregues para aproximadamente cinco milhões de alunos regularmente matriculados na rede pública de ensino do Município de São Paulo/SP; ii) operação Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), com distribuição e coleta de provas para 7,7 milhões de candidatos em cerca de 15,6 mil escolas; iii) operação Remédio em Casa, que realiza a logística de distribuição de medicamentos atendendo regularmente cerca de dois mil pacientes; e iv) programa de distribuição de livros didáticos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), com envio de 125,5 milhões de livros, acondicionados em 16 milhões de encomendas, para atender cerca de 140 mil instituições de ensino.

d) Conteúdos Digitais Criativos

No ano de 2015, em continuidade à implementação da Política Nacional para Conteúdos Digitais Criativos, foram entregues os aplicativos e jogos eletrônicos de utilidade pública premiados na primeira edição do Concurso *INOVApps*. Esses jogos já estão disponíveis nas principais lojas dos sistemas operacionais de *smartphones* e *tablets,* e também no Guia de Aplicativos do Governo Federal (www.aplicativos.gov.br) para uso gratuito pelos cidadãos. A segunda edição do *INOVApps,* realizada em 2015, selecionou 100 novos projetos para receber um prêmio no valor de R$ 50 mil cada. Foram contempladas propostas nos temas de: educação, saúde, meio ambiente, mobilidade urbana, dados abertos, entre outros.

Houve, também, o lançamento do Edital Nacional Usinas Digitais para a implantação de novos centros de produção e pós-produção de conteúdos digitais criativos. Ou seja, espaços onde são instalados estúdios de cinema, televisão, *motion-capture* e áudio; servidores de alta capacidade de processamento; e laboratórios de certificação e testes de aplicativos.

Os equipamentos de ponta, que seriam inacessíveis para maior parte dos desenvolvedores e produtores de conteúdo, são para uso compartilhado por micro e pequenas empresas. Essa ação visa o aumento da produção audiovisual e de *software* no mercado, além de proporcionar novas formas de distribuição desse tipo de conteúdo e fomentar a criação de novas empresas *startups* no segmento da economia criativa.

No âmbito do Programa de Estímulo ao Desenvolvimento do Padrão Nacional de Interatividade da Televisão Digital Brasileira (Ginga Brasil), foram capacitados profissionais do Chile, do Equador e do Peru como forma de disseminação da tecnologia. Destaca-se, ainda, que a interatividade na TV digital possibilita ao Estado a oferta de serviços públicos por meio da televisão (t-Gov), em especial aos beneficiários do Programa Bolsa Família, que receberão um conversor interativo no processo de desligamento do sinal analógico. Esse conversor proporcionará acesso a um repositório, coordenado pelo Ministério das

Comunicações, que hospeda os aplicativos de governo. No ano de 2015, foram distribuídos 7.732 conversores, sendo 5.401 em Rio Verde/GO e 2.331 em Cristalina/GO.

6. Saneamento

a) Planejamento e Aprimoramento da Gestão do Setor

A Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, além de instituir a Política Federal de Saneamento e estabelecer suas diretrizes nacionais, também definiu a necessidade de garantir um planejamento setorial em níveis nacional, regional e municipal. Os principais instrumentos da Política são: i) o Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab); ii) os Planos Regionais de Saneamento Básico das Regiões Integradas de Desenvolvimento (Rides); e iii) os Planos Municipais de Saneamento Básico.

O Plansab, aprovado pelo Decreto nº 8.141, de 20 de novembro de 2013, e pela Portaria Interministerial CC-PR/MF/MS/MP/MMA/MI/MCidades nº 571/2013, define as metas para o saneamento básico em todo o País, para o período 2014 a 2033, com investimentos estimados em R$ 508 bilhões. Em 2015, foi elaborado seu primeiro Relatório Anual de Avaliação a partir de informações fornecidas por todos os órgãos públicos federais que atuam na área de saneamento básico. O Plansab serviu de base para a elaboração do Plano Plurianual PPA 2016-2019, tendo sido utilizado como referência para a formulação dos programas.

Para o planejamento regional, o Governo Federal está elaborando os Planos Regionais de Saneamento Básico das Rides. Em 2015, foram realizados o pré-diagnóstico de todos os Municípios integrantes, e as rodadas de discussão e mobilização social, encontrando-se em andamento a elaboração da versão preliminar do Diagnóstico Analítico. Esse documento constitui a Parte I do Estudo do Diagnóstico do Saneamento Básico das Rides do Distrito Federal e do Entorno, Polo Petrolina/PE e Juazeiro/BA e Polo Grande Teresina/PI. Para 2016, como continuidade desse trabalho, está prevista a definição da visão estratégica e a elaboração dos Planos de Saneamento Básico das três Rides.

Quanto ao planejamento municipal, está sendo apoiada a elaboração de 76 planos locais de saneamento, com recursos do PAC alocados no Ministério das Cidades (MCidades), que perfazem um total de investimentos da ordem de R$ 66 milhões. Dos empreendimentos apoiados, 23 já foram concluídos. Além do apoio financeiro, também foi dada continuidade à estratégia de capacitação de técnicos e gestores municipais. Nesse campo, destaca-se a realização de quatro edições do curso Planos de Saneamento Básico (duas em 2014 e duas em 2015), na modalidade ensino a distância (EAD), que resultou na certificação de 1.696 participantes.

Nos Municípios com menos de 50 mil habitantes, a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) vem atuando desde 2011 no sentido de fomentar a elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico. Desde então, foram firmados 606 convênios diretamente com Prefeituras Municipais ou Consórcios Públicos, beneficiando 635 Municípios.

Para dar mais efetividade a essa ação, de modo a elevar a capacidade institucional dos Municípios, desde 2013, a Funasa alterou sua metodologia de apoio, buscando parcerias com universidades estaduais e federais, pela qual os Municípios recebem capacitação técnica e contam com equipe de consultoria para apoiar no desenvolvimento e na elaboração dos planos. Nesse formato, já foram formalizadas 14 parcerias que atenderam 600 Municípios. Outras seis estão em procedimento de formalização, das quais outros 950 Municípios serão apoiados – dessas parcerias, nove foram formalizadas em 2015.

Relativamente ao eixo Capacitação, no exercício de 2015, foi realizada, no Estado do Rio Grande do Norte, a última etapa do curso "Política e Plano Municipal de Saneamento Básico", tendo sido capacitados 56 técnicos da Funasa e de 21 Municípios

potiguares. Foi, ainda, formalizado convênio visando capacitar, na modalidade presencial, mil técnicos da Funasa, de Municípios, de agências reguladoras e de conselhos de saneamento em "Criação e Estruturação de Serviços Municipais e Intermunicipais de Saneamento Básicos".

Dentre as ações estruturantes desenvolvidas no âmbito do apoio à gestão, destaca-se o Programa Sustentar – Saneamento e Sustentabilidade em Áreas Rurais, criado para promover a sustentabilidade dos Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água (SSAA), mediante à execução de ações de educação em saúde e saneamento ambiental, bem como a capacitação dos gestores municipais, técnicos e representantes das comunidades beneficiadas em gestão e manutenção, operação e controle de qualidade da água dos sistemas implantados pela Funasa em consonância com o Programa Água para Todos do Governo Federal. Nesse sentido, em decorrência da execução do Sustentar, no exercício de 2015, os Municípios de Filadélfia, Ibitiara e Muquém do São Francisco, na Bahia, foram contemplados com a realização de atividades/ações de cooperação técnica.

No que se refere ao Programa Nacional de Saneamento Rural (PNSR), vertente do Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab), aprovado em dezembro de 2013, a Funasa celebrou, em 2015, Termo de Execução Descentralizada com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com previsão de elaboração em 18 meses, com vistas a: i) efetuar análise situacional do saneamento rural no Brasil; e ii) definir diretrizes gerais e as estratégias para execução das ações de saneamento básico em áreas rurais, a sustentabilidade dos serviços públicos implantados e a participação social das comunidades rurais.

Os resultados dos estudos contribuirão para que ações integradas sejam implementadas de forma efetiva, assegurando que os segmentos envolvidos assumam suas responsabilidades com vistas a atuar sobre os problemas de saúde e saneamento em áreas rurais. Posteriormente à assinatura do Termo entre a Funasa e a UFMG, os esforços em 2015 têm sido dedicados ao acompanhamento e ao apoio das atividades inerentes ao estudo.

Dentre os produtos a serem entregues até 2017, destacam-se: i) a análise da situação de Saneamento Rural no Brasil, contemplando a conceituação de rural e caracterização de áreas especiais; ii) as propostas de diretrizes para o PNSR, em três eixos: tecnologia; gestão e educação; e participação social, inclusive com realização de oficinas regionais, considerando as especificidades das diferentes tipologias de áreas rurais; iii) o detalhamento dos investimentos necessários, por região geográfica e unidades da Federação, para atendimento das metas estabelecidas para o saneamento rural em 20 anos; e iv) a proposta de gestão do PNSR, para implementação, monitoramento e avaliação das ações.

O Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) tem o papel de subsidiar as políticas, na área de saneamento ambiental, por meio da sistematização e publicação de informações como o Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos, série desde 1995, e o Diagnóstico do Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos, desde 2002. Tais informativos, além de promoverem a transparência do setor, subsidiam o planejamento e a execução de políticas públicas; a orientação da aplicação de recursos; a avaliação de desempenho dos serviços; e o aperfeiçoamento da gestão e das atividades regulatórias. Em 2015, o SNIS lançou a Coleta de Dados de Água e Esgoto e de Resíduos Sólidos Urbanos, referente ao ano de 2014.

Ainda em 2015, os prestadores de serviços de água e esgotos e o público em geral tiveram acesso gratuito a mais quatro edições do curso a distância "Introdução ao Estudo do SNIS – Série Histórica" e três novas edições do curso a distância "Introdução à Coleta de Dados do SNIS – Água e Esgotos". Os cursos contaram com a participação de cinco mil inscritos e objetivaram capacitar os participantes a utilizarem a ferramenta de coleta de dados dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário do Brasil (SNIS – Coleta de Dados) e a realizar consultas, no programa SNIS – Série Histórica, aos dados sobre saneamento básico, publicados pelo Sistema desde o ano de 1995.

Além disso, encontra-se em fase final de revisão, com previsão de lançamento para o primeiro semestre de 2016, o curso a distância "Introdução à Coleta de Dados do SNIS - Resíduos Sólidos", destinado, especialmente, à capacitação dos órgãos gestores municipais para a utilização da ferramenta de coleta de dados sobre o manejo de resíduos sólidos urbanos.

O Programa de Desenvolvimento do Setor Água (Interáguas), resultado de Acordo de Empréstimo nº 8074-BR, firmado em 2012, entre o Governo Brasileiro e o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), visa apoiar o Governo Federal em ações de assistência técnica no setor das águas. O Programa tem como executores o MCidades, a Agência Nacional de Águas e os Ministérios da Integração Nacional e do Meio Ambiente.

No setor de saneamento, o Interáguas propiciou a realização das seguintes ações: i) desenvolvimento de metodologias para auditoria e certificação de informações fornecidas por prestadores de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário para o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS); ii) ações de assistência técnica em redução e controle de perdas de água e uso eficiente de energia elétrica em sistemas de abastecimento de água; iii) ações de assistência técnica, elaboração de estudos e capacitação técnica em regulação e fiscalização de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário; e iv) elaboração de proposta do plano de ações para instituir uma política de reuso de efluente sanitário tratado no Brasil.

Também no âmbito do Interáguas, em 2015 deu-se continuidade à elaboração do "Atlas Brasil de Despoluição de Bacias Hidrográficas: Tratamento de Esgotos Urbanos", resultado de parceria entre o MCidades, a Agência Nacional de Águas e o Banco Mundial. O estudo tem como objetivo a análise dos sistemas de esgotamento sanitário de todas as sedes municipais do País e a proposição de ações e obras em coleta e tratamento de esgotos, com foco na proteção dos recursos hídricos, no seu uso sustentável para a diluição de efluentes e na racionalização dos investimentos. A conclusão do Atlas está programada para o mês de março de 2016.

Outra atividade desenvolvida pelo Interáguas em 2015 foi a sistematização e a análise dos modelos de regulação e fiscalização existentes, com o objetivo de subsidiar as ações do Governo Federal no apoio à atividade regulatória. Para tal, deu-se início ao Projeto Assistência Técnica em Regulação e Fiscalização dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, voltado para cinco agências reguladoras do País, selecionadas por meio de chamada pública realizada no primeiro semestre de 2015.

Pra 2016, estão previstas as seguintes ações no âmbito do Interáguas: i) desenvolvimento do projeto técnico-conceitual e institucional do Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (Sinisa), exigência da Lei de Saneamento (Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007) que substituirá o atual SNIS; ii) ampliação, atualização e fortalecimento do Sistema Integrado de Gestão em Saneamento (GSAN), disponibilizado aos prestadores de serviços de saneamento; iii) levantamento, estruturação e proposta de ações e programas para o apoio aos Municípios na elaboração dos Planos Municipais de Saneamento; e iv) sistematização e análise dos modelos de regulação e fiscalização existentes.

O Decreto nº 8.629, de 30 de dezembro de 2015, prorrogou por mais dois anos a entrada em vigor da exigência de Plano Municipal de Saneamento Básico como condição para acesso a recursos federais pelos Municípios. Essa prorrogação atendeu a diversas solicitações dos Municípios e de prestadores de serviços de saneamento, além de evitar a descontinuidade de investimentos no setor, o que prejudicaria, em especial, os Municípios mais carentes e as populações em áreas periféricas e de assentamentos precários, nas quais estão identificados os maiores déficits em saneamento.

b) Desenvolvimento Tecnológico

Desde o início de 2013, o MCidades tem desenvolvido, em parceria com a Agência Alemã de Cooperação Internacional (GIZ), um projeto de cooperação técnica denominado Projeto Brasil-Alemanha de Fomento ao Aproveitamento Energético de Biogás no Brasil (Probiogás). Esse Projeto visa contribuir para a promoção da inserção e da visibilidade do biogás na matriz energética brasileira e tem como objetivo imediato fomentar o aproveitamento energético do biogás a partir de efluentes e resíduos do setor de saneamento (como os produzidos por estações de tratamento de esgotos e aterros sanitários) e, também, do setor agropecuário. Em 2015, foram alcançados alguns resultados relevantes do Projeto, consolidados em quatro novas publicações: "Catálogo de Tecnologias e Empresas de Biogás", "Tecnologias de Digestão Anaeróbia com relevância para o Brasil: Substratos, Digestores e Uso de Biogás", "O Estado da Arte da Tecnologia de Metanização Seca"; e "Guia Técnico de Aproveitamento Energético de Biogás em Estações de Tratamento de Esgoto".

c) Investimentos do PAC Saneamento

Em 2015, o Governo Federal, por meio do MCidades, priorizou a gestão e a execução da carteira dos empreendimentos de saneamento básico formada desde 2007 com o PAC 1 e, posteriormente, com o PAC 2. São 2.460 operações contratadas sob sua responsabilidade no valor total de R$ 68,2 bilhões, sendo 72 novas operações contratadas em 2015 no valor de R$ 3,9 bilhões em novos investimentos, e 49 empreendimentos em fase de contratação também no valor de R$ 2,9 bilhões, como apresenta o quadro a seguir:

Investimentos do PAC Saneamento
Em R$ milhões

MODALIDADE	EMPREENDIMENTOS EM CONTRATAÇÃO		EMPREENDIMENTOS CONTRATADOS	
	QTDE.	VALOR	QTDE.	VALOR
Abastecimento de Água	20	701,4	780	22.055,6
Esgotamento Sanitário	27	2.222,2	914	32.715,3
Demais*	2	7,2	766	13.451,0
TOTAL	**49**	**2.930,8**	**2.460**	**68.221,9**

Fonte: Base de Dados do 13º Balanço Externo do PAC (15/01/2016).

*Inclui Desenvolvimento Institucional, Estudos e Projetos (exceto Drenagem Urbana), Manejo de Resíduos Sólidos, Redução e Controle de Perdas e Saneamento Integrado.

Obs: Os dados referem-se somente aos investimentos sob gestão do MCidades. Não constam Funasa/MS, MI, MMA.

Dos empreendimentos contratados, 932 já foram concluídos, perfazendo um total de R$ 15,3 bilhões em investimentos do PAC e, considerando o exercício de 2015, foram concluídos 223 empreendimentos no setor no valor de R$ 3,3 bilhões, conforme indica o quadro a seguir.

Investimentos concluídos do PAC Saneamento
Em R$ milhões

MODALIDADE	EMPREENDIMENTOS CONCLUÍDOS EM 2015		EMPREENDIMENTOS CONCLUÍDOS NO PAC	
	QTDE.	VALOR	QTDE.	VALOR
Abastecimento de Água	61	716,4	308	4.171,0
Esgotamento Sanitário	92	1.754,3	318	7.848,9
Demais*	70	870,2	306	3.321,2
TOTAL	**223**	**3.340,9**	**932**	**15.341,1**

Fonte: Base de Dados do 13º Balanço Externo do PAC (15/01/2016).

*Inclui Desenvolvimento Institucional, Estudos e Projetos (exceto Drenagem Urbana), Manejo de Resíduos Sólidos, Redução e Controle de Perdas e Saneamento Integrado.

Obs: Os dados referem-se somente aos investimentos sob gestão do MCidades. Outros órgãos deverão ser consultados tais como: Funasa/MS, MI, MMA.

Dentre os diversos empreendimentos do PAC Saneamento, sob gestão do MCidades, concluídos em 2015, pode-se citar os seguintes:

- Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água (SAA) no Município de Joinville/SC – Substituição de adutora do rio Piraí e reservatórios nos Bairros: Bom Retiro e São Marcos – adutora, rede de distribuição, substituição de adutora e centros de reservação;
- Implantação de Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) em Vitória/ES – Emissário, ligações domiciliares, construção de elevatórias e estação de tratamento de esgoto para o sistema de esgotamento sanitário dos bairros São Pedro e Santo Antônio;
- Ampliação do SAA em Marabá/PA – Bairros Cidade Nova e Nova Marabá – Execução da rede de distribuição, estações elevatórias e Estações de Tratamento de Água (ETA) e instalação de micromedição;
- Ampliação do sistema de SES em Florianópolis/SC – Bacia F do sistema Insular, nos bairros de Itacorubi, Córrego Grande, Parque São Jorge e Pantanal;
- Ampliação de SES em Monte Mor/SP – Sistema de afastamento e tratamento de esgotamento sanitário – Estações de Tratamento de Esgotos (ETE), coletores, Estações Elevatórias de Esgoto (EEEs), linhas de recalque e emissários;
- Implantação de SES em São José dos Campos/SP – Sistema Pararangaba, por meio da execução da ETE Pararangaba, coletor tronco Pararangaba, coletor tronco Botujuru, coletor tronco Galo Branco, coletor tronco Cajuru, EEE Jardim São Vicente e respectiva linha de recalque;
- Ampliação do SES de Campinas/SP – Capivari II – 2° módulo da ETE, elevatória e linha de recalque, coletor tronco e interceptor;
- Ampliação do SES em Vitória da Conquista/BA – Redes coletoras, interceptores, EEE e Construção de ETE;

- Saneamento integrado e urbanização em Caxias/MA – Bairros Volta Redonda, Vila Lobão e Vila Alecrim – Construção de 1.478 Unidades Habitacionais (UH), esgotamento sanitário, drenagem, pavimentação, contenção de solo, um equipamento comunitário e retificação do Canal de Volta Redonda;
- Saneamento integrado e urbanização de favelas em Campinas/SP – Ribeirão Anhumas – Construção de 210 UH, abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem, pavimentação, iluminação e 15 equipamentos comunitários; e
- Implantação do SES em Catanduva/SP – Construção de Estação de Tratamento de Esgotos contemplando as seguintes unidades: Estação Elevatória de Esgoto Bruto, Tratamento Preliminar, Lagoas Aeradas, Lagoa de Decantação, Sistema de Desidratação de Lodos e Unidades Auxiliares para tratamento.

Com base na última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), com dados relativos a 2014, o número de domicílios urbanos com acesso à rede geral de água com canalização interna é de 53,8 milhões de domicílios, e o número de domicílios urbanos com cobertura de rede coletora de esgotos está estimado em 38,2 milhões. Isso representa um avanço, em termos absolutos, de cerca de 22,9% e 33%, respectivamente, em relação aos domicílios urbanos que contavam com tais serviços em 2007, ano de criação do PAC.

Para 2016, os esforços do Governo Federal continuarão sendo direcionados para a execução e a conclusão dos empreendimentos já contratados no âmbito do PAC Saneamento, propiciando o acesso efetivo aos serviços de saneamento básico essenciais para a melhoria da qualidade de vida da população.

d) Investimentos do PAC em Pequenas Comunidades e no Setor Rural

No que se refere à carteira do PAC, desde 2007, a Funasa tem realizado investimentos na implantação/ampliação de sistemas de abastecimento de água, implantação/ampliação de sistemas de esgotamento sanitário, melhorias sanitárias domiciliares, melhorias habitacionais para o controle da Doença de Chagas, saneamento em áreas rurais, saneamento em áreas Quilombolas, dentre outras ações.

A última seleção de empreendimento do PAC da Funasa ocorreu em 2014 e foram contratados 635 empreendimentos em 635 municípios diferentes com população de até 50 mil habitantes, com previsão de repasse de R$ 2,8 bilhões. Desde 2007, a Funasa contratou 7.510 empreendimentos, o que equivale a um valor contratado de R$ 8,44 bilhões, tendo sido repassado R$ 4,14 bilhões até o final de 2015. Desse volume, um total de 3.823 obras já foram concluídas, sendo 487 em 2015.

No que diz respeito à sustentabilidade dos serviços implantados, tem sido demandado esforços da Funasa, junto aos Municípios e às comunidades com ações implantadas, a fim de buscar soluções para a melhoria dos processos de gestão, operação e manutenção dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.

7. Habitação

Dentro do cenário de desenvolvimento urbano, a habitação é a atividade que define as características intraurbanas de crescimento das cidades. Pelo fato de seu acesso se dar de forma desigual entre as famílias, consequência das disparidades de renda, o crescimento urbano acaba por proporcionar processos de segregação social e espacial. É necessário, pois, buscar implementar soluções de reconhecimento do direito à moradia digna.

a) Política Nacional de Habitação

Criar as condições para integração intersetorial, fomentando o desenvolvimento de soluções adequadas para a melhoria da qualidade urbana e habitacional é uma tarefa complexa, que, aos poucos, tem se tornado realidade na implementação das

soluções, frente à complexidade técnica, o volume de carências urbanas acumuladas e o montante financeiro necessário que precisa ser gerido e seus resultados avaliados.

A criação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), pela Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, trouxe organicidade às ações de políticas de habitação de interesse social no Brasil, orientadas por três objetivos: i) viabilizar para a população de menor renda o acesso à terra urbanizada e à habitação digna e sustentável; ii) implementar políticas e programas de investimentos e subsídios, promovendo e viabilizando o acesso à habitação voltada à população de menor renda; e iii) articular, compatibilizar, acompanhar e apoiar a atuação das instituições e órgãos que desempenham funções no setor da habitação.

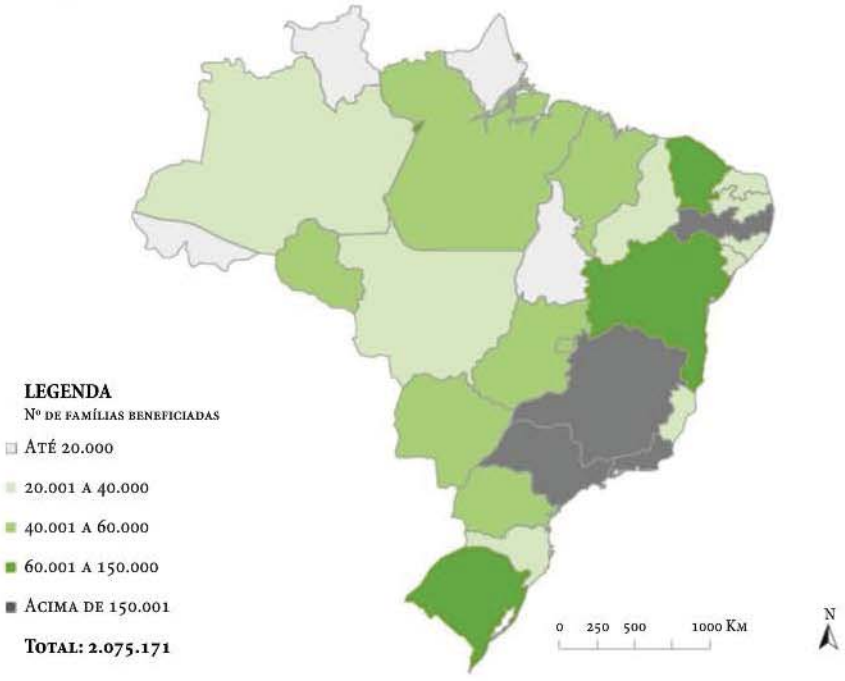
No enfrentamento das necessidades qualitativas e quantitativas de habitação, o Governo atua sobre dois eixos prioritários: i) o enfrentamento do passivo urbano por meio do PAC Habitação e Urbanização de Assentamentos Precários; e ii) o atendimento à demanda por habitação e produção de novas unidades, por intermédio do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV). Para esses dois eixos, são desenvolvidas, ainda, medidas de apoio ao desenvolvimento institucional e cooperação técnica entre os participantes do SNHIS.

Além dos eixos citados, inseridos na política de habitação de interesse social, onde reside o maior déficit habitacional, existe também o financiamento habitacional, nas condições do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) para as pessoas físicas e jurídicas, por meio do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE).

b) PAC - Urbanização de Assentamentos Precários

Em ações de urbanização de assentamentos precários (UAP), que preveem obras integradas e integrais de melhoria habitacional e produção de unidades novas, saneamento, qualificação dos espaços comuns e instalação de equipamentos públicos ou coletivos, contenções de encostas, mitigação de impactos dos fatores de risco ambiental, já foram investidos recursos da ordem de R$ 29 bilhões, distribuídos em todas as unidades da Federação, a partir do PAC, em suas duas fases, a primeira (2007-2010) e a segunda (2011-2014). O mapa a seguir apresenta a distribuição das famílias beneficiadas diretamente com essas ações.

Distribuição das famílias por UF - PAC - UAP



Elaboração: SNH/MCidades.
Data-base: 18 de janeiro de 2016.

É notória a melhoria da infraestrutura nestes locais e, consequentemente, da qualidade de vida da população. Prova disso está na publicação, em 2011, pela agência da Organização das Nações Unidas para Habitação (ONU-Habitat), de um estudo mostrando que 10,4 milhões de pessoas deixaram de morar em favelas no Brasil nos últimos dez anos. Isso significa que a população das favelas brasileiras foi reduzida em 16%. Deixar de morar em favela não significa que os residentes tenham se deslocado para outro lugar. Ao contrário, o local é que foi melhorado, deixando de ser um assentamento precário.

Um exemplo elucidativo do resultado dessas ações é a nova realidade do conjunto de favelas do Município do Rio de Janeiro, com destaque para o Complexo do Alemão, Complexo do Cantagalo - Pavão Pavãozinho, Complexo de Manguinhos, Morro da Providência e a Rocinha. No total, a cidade foi beneficiada com recursos do PAC na ordem de R$ 4,9 bilhões, distribuídos em 33 contratos e atendendo a mais de 200 mil famílias diretamente, englobando, além das obras de saneamento, coleta de lixo e provisão habitacional, implantação de ciclovias, anfiteatros, centros de comércio popular, equipamentos esportivos, entre outros, como a instalação da rede de teleférico com 2,9 km de extensão, seis estações e capacidade para transportar 30 mil pessoas por dia, permitindo que a população tenha maior acessibilidade à cidade, durante o período de 2007 a 2014, pois algumas das intervenções ainda estão em execução.

Outro exemplo de destaque é a intervenção no Complexo *Billings* no Estado de São Paulo/SP, com investimentos na ordem de R$ 3 bilhões, beneficiando, de forma direta, quase 80 mil famílias, com operações selecionadas nos anos de 2007 e 2013. A represa *Billings* é o um dos mais importantes corpos de água da região metropolitana da cidade de São Paulo, apresentando papel estratégico no abastecimento de água à população. Hoje, a intensa pressão pela urbanização do seu entorno torna premente a continuidade de ações como as previstas nas intervenções de urbanização de assentamentos precários, que garantem a visão integrada das necessidades da sociedade com as da área impactada.

Os investimentos em urbanização com o PAC, de acordo com o balanço do mês de dezembro de 2015, estão na ordem de R$ 29,47 bilhões (considerando valores FNHIS-UAP, PAC-PPI, PMI e Pró-moradia-UAP), distribuídos em uma carteira formada por 878 operações (obras). Já foram concluídas 169 obras (R$ 2,6 bilhões, isto é, quase 10% da carteira), atendendo a quase 240 mil famílias, sendo que, até a conclusão de todas as obras, devem ser atendidas mais de 1,8 milhão de famílias.

c) Programa Minha Casa Minha Vida

Considerando a necessidade constante de produção habitacional, não só pelo crescimento demográfico da população, mas também pelo déficit habitacional acumulado, na forma de precariedades construtivas, adensamento excessivo, coabitação familiar ou ônus excessivo com aluguel, chega-se a uma demanda de 60,4 milhões de domicílios no Brasil até 2020, de acordo com o estudo de Demanda Futura por Moradias no Brasil (2009), representando uma média de incremento de moradias ao ano, para esse período, de 1,2 milhão de unidades.

Esse aspecto quantitativo foi considerado no momento de elaboração do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), que acabou assumindo função primordial na política habitacional, representando um dos mais vigorosos programas de produção habitacional e de facilitação do acesso à casa própria para as famílias com baixa renda. A construção civil ainda é um ramo de atividade capaz de absorver grande parte da força de trabalho. Dessa forma, a produção imobiliária em grande escala pode garantir emprego e distribuição de renda, tendo o MCMV mantido, no ano de 2014, cerca de 1,2 milhão de postos de trabalho diretos e indiretos.

Desde seu início, em 2009, até o final de 2015, o MCMV contratou 4.157.273 unidades habitacionais (UH), com investimento da ordem de R$ 287,8 bilhões, distribuídos em 5.341 dos 5.570 Municípios. Esse investimento teve um fluxo contínuo ao longo dos anos do Programa, como demonstrado na tabela a seguir.

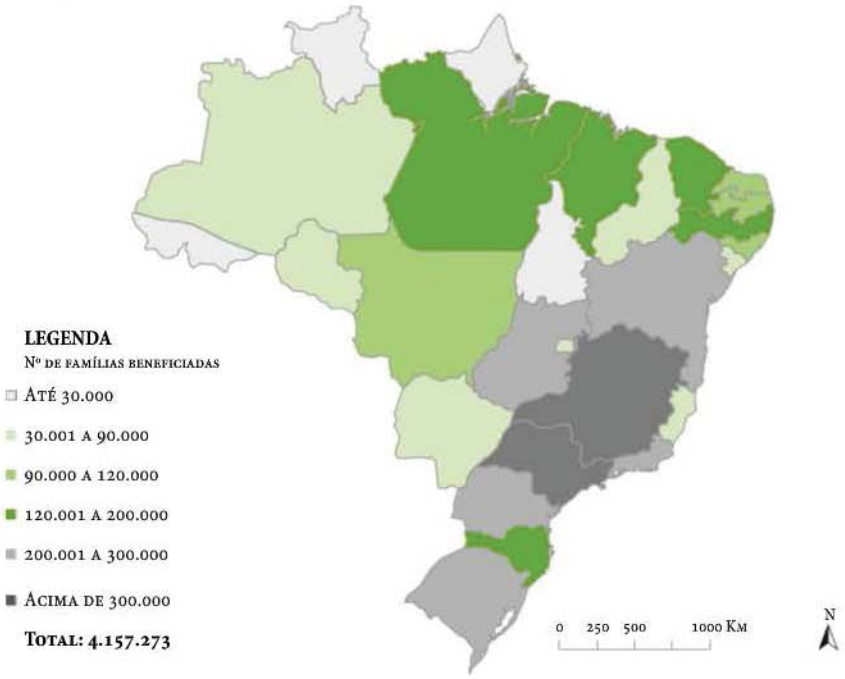
Tabela de valores em R$/bilhões contratados pelo MCMV em 2009/2015

ANO	PMCMV 1		PMCMV 2				2015	TOTAL
	2009	2010	2011	2012	2013	2014		
Valor em R$ Bilhões	15,55	39,56	34,47	48,60	61,43	43,79	44,40	287,80

Fonte: SNH/MCidades – 31 de dezembro de 2015.

Até o fechamento do exercício de 2015 já foram concluídas 2.927.114 moradias, beneficiando famílias com renda de até R$ 5 mil. Essas unidades beneficiaram cerca de 11,7 milhões de pessoas, o que equivale à população no ano de 2015 de países como Bolívia, Bélgica e Cuba.

Distribuição das famílias por UF - PMCMV



Elaboração: SNH/MCidades.
Data-base: 31 de dezembro de 2015.

Durante o ano de 2015, com vistas a ampliar a sustentabilidade dos empreendimentos para a terceira fase do MCMV, que prevê a contratação de mais três milhões de UH, foram realizadas reformulações de normativos, como é o caso da nova Portaria

MCidades nº 412/2015, para a seleção de beneficiários, e da Portaria MCidades nº 469/2015, para orientação do distrato dos contratos de alienação contraídos no âmbito do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR). Além do aspecto legal, também estão em fase de implantação um conjunto de aprimoramentos técnicos, tais como: i) um guia para o aprimoramento da inserção urbana; ii) reformulação dos parâmetros e especificações mínimas para a unidade habitacional; e iii) sistema para captura de informações sobre as matrizes de responsabilidades para empreendimentos com mais de 500 UH, se realizados na modalidade empresas, ou com mais de 300 UH, quando realizados na modalidade entidades.

Adicionando as duas fases do MCMV desde 2009, aproximadamente 25 milhões de pessoas serão atendidas em todas as regiões do Brasil.

Tabela resumo das UH contratadas, concluídas e entregues pelo MCMV (1 e 2)

MCMV 1

REGIÃO	UH CONTRATADAS	UH CONCLUÍDAS	UH ENTREGUES	VALOR TOTAL DE CONTRATAÇÃO
Centro-Oeste	92.596	87.905	76.641	5.440.341.670,33
Nordeste	329.909	304.850	270.529	14.548.076.057,47
Norte	67.933	56.392	47.986	3.258.850.322,47
Sudeste	349.444	332.569	289.037	21.886.896.183,77
Sul	165.246	161.213	153.409	9.978.643.249,93
TOTAL BRASIL - FASE 1	**1.005.128**	**942.929**	**837.602**	**55.112.807.483,97**

MCMV 2

REGIÃO	UH CONTRATADAS	UH CONCLUÍDAS	UH ENTREGUES	VALOR TOTAL DE CONTRATAÇÃO
Centro-Oeste	326.840	232.359	203.398	23.576.181.013,06
Nordeste	755.390	455.042	368.033	46.007.142.389,96
Norte	209.833	106.549	79.114	11.620.844.930,00
Sudeste	958.357	661.771	549.089	70.893.743.753,21
Sul	499.580	404.543	373.268	36.146.072.043,86
TOTAL BRASIL FASE 2	**2.750.000**	**1.860.264**	**1.572.902**	**188.243.984.130,10**

MCMV - contratado em 2015

REGIÃO	UH CONTRATADAS	UH CONCLUÍDAS	UH ENTREGUES	VALOR TOTAL DE CONTRATAÇÃO
Centro-Oeste	50.793	21.144	16.247	5.587.410.285,40
Nordeste	97.530	33.651	25.430	9.628.106.425,92
Norte	10.752	3.999	2.836	1.008.216.018,04
Sudeste	157.568	34.601	29.809	18.618.344.316,64
Sul	85.502	30.526	28.012	9.641.941.184,65
TOTAL BRASIL FASE 2	**402.145**	**123.921**	**102.334**	**44.484.018.230,66**

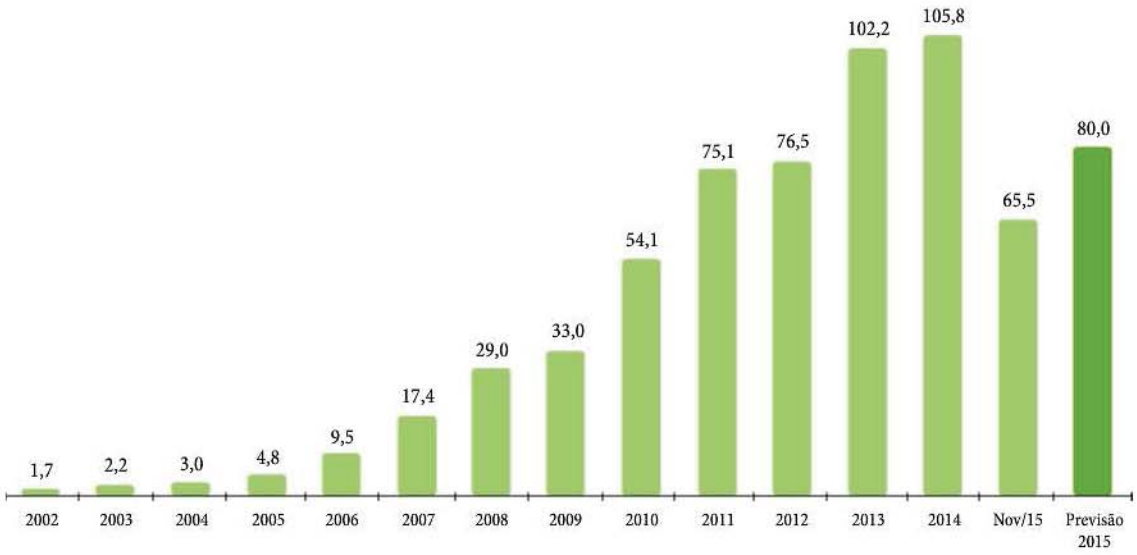
Fonte: SNH/MCIDADES – posição: 31 de dezembro de 2015.

d) Financiamentos Habitacionais pelo Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo

O gráfico a seguir mostra a evolução dos investimentos, notadamente a partir de 2005, no financiamento para pessoas físicas para aquisição/construção residencial com recursos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE). No quadriênio 2012-2015, estava prevista a contratação de R$ 212 bilhões em financiamentos habitacionais, tendo sido efetivamente contratados R$ 76,5 bilhões em 2012, R$ 102,2 bilhões em 2013, R$ 105,8 bilhões em 2014 e R$ 65,5 bilhões até o mês de novembro de 2015, totalizando R$ 350 bilhões.

Evolução dos financiamentos para pessoas físicas com recursos SBPE - 2002-2015

R$ bilhões



Fonte: Abecip - Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança.
BCB - Banco Central do Brasil.

e) Desenvolvimento Institucional e Cooperação Técnica

As ações de desenvolvimento institucional e cooperação técnica buscam fortalecer as capacidades administrativas do setor público e dos agentes integrantes do Sistema Nacional Habitação de Interesse Social (SNHIS). Para tanto, são apoiadas a elaboração de Planos Locais de Habitação de Interesse Social (PLHIS) e a criação de conselhos e fundos de habitação de interesse social pelos Estados e Municípios, e fomentados estudos e iniciativas de cooperação técnica.

Até dezembro de 2015, 5.438 Municípios (98%) já haviam aderido ao SNHIS, dos quais 2.739 Municípios (41,2%) já entregaram toda a documentação. No entanto, alguns ainda necessitam fazer correções no sentido de atenderem à Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005. Dessa forma, 1.229 Municípios (22,1%) já se encontram regulares, ou seja, cumprem todos os requisitos que os habilitam a receber recursos do FNHIS. Nas diversas chamadas públicas realizadas desde 2008, com o intuito de apoiar a elaboração de PLHIS com recursos do FNHIS, mais de dois mil contratos foram firmados com Municípios nos 26 Estados, totalizando investimento da ordem de R$ 275,4 milhões oriundos do FNHIS. Ressalta-se que o Distrito Federal não firmou contrato de elaboração do PLHIS. Do total dos Municípios contratados, 1.331 concluíram seus Planos Locais de Habitação de Interesse Social.

Aos Municípios com população menor que 50 mil habitantes e que não receberam apoio financeiro do FNHIS, foi facultada a possibilidade de elaborar seus planos na modalidade simplificada, sendo que 1.058 Municípios concluíram seus PLHIS.

Em 2015, foram continuadas ou iniciadas ações voltadas ao desenvolvimento de pesquisas e avaliações na área de habitação de interesse social, em continuidade a processos de parcerias estabelecidos em exercícios anteriores, e iniciadas novas parcerias, dentre as quais se destacam:

- Curso de Pós-Graduação em Economia e Gestão da Sustentabilidade com ênfase em HIS, buscando capacitar agentes públicos na região metropolitana e no Estado do Rio de Janeiro, em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ);
- Projetos dos Protótipos Minha Casa Mais Sustentável, na cidade do Rio de Janeiro/RJ e Lauro de Freitas/BA, que visam a construção de empreendimentos-protótipo no âmbito do MCMV. Os protótipos incorporam princípios de conforto ambiental e eficiência energética, bem como elementos que resultam na qualificação dos projetos arquitetônicos e urbanísticos. A iniciativas também é em parceria com a UFRJ;
- Capacitação técnica sobre o MCMV Entidades, pela modalidade de educação a distância em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC);
- Diálogos setoriais com a União Europeia, com a realização de *workshops* e reuniões técnicas e elaboração de *papers* sobre a Nova Agenda Urbana Pós-2015 e sua interlocução com as Políticas Nacionais de Desenvolvimento Urbano e Cidades Sustentáveis;
- Parceria com a Universidade Federal do ABC para Mapeamento da aptidão de áreas municipais para a inserção urbana de empreendimentos MCMV; e
- Parceria com a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) para apoio ao desenvolvimento de empreendimento-piloto do MCMV, localizado no Município de São Paulo/SP e em terreno de propriedade pública, que incorpore avanços em termos de sustentabilidade urbana, social e ambiental.

f) Qualidade e Produtividade na Produção Habitacional

As ações orçamentárias voltadas ao fomento da qualidade, da produtividade e da sustentabilidade no setor da construção civil, contempladas no Programa Moradia Digna, têm como objetivo principal elevar os padrões aplicados a estes atributos.

Dando continuidade à ação iniciada em 2014, com a finalidade de atender à ABNT NBR 15.575, foram concluídos os seguintes documentos: i) Documento Base; ii) Manual para o Proponente (empreendedor); iii) Manual para o Agente Financeiro; e iv) uma versão inicial de um catálogo com as características de subsistemas que já atendam à norma de desempenho. Essa documentação, incluindo ainda o catálogo com 65 sistemas convencionais e inovadores, foi disponibilizada para acesso e consulta pública em ferramenta eletrônica no seguinte endereço eletrônico: http://app.cidades.gov.br/catalogo/.

8. Planejamento e Gestão Territorial Urbana

No âmbito do Programa Nacional de Capacitação das Cidades (PNCC), foram apoiados, em 2015, 16 projetos e 11 programas por meio do Programa de Apoio à Extensão Universitária (Proext), com ênfase nas diversas áreas do desenvolvimento urbano. O Portal Capacidades (www.capacidades.gov.br) disponibilizou 47 turmas de 17 cursos a distância nas diversas áreas temáticas do desenvolvimento urbano, com mais de 45.950 participantes no ambiente virtual de aprendizagem *Moodle* e 71.277 usuários que acessam diariamente as ferramentas e as atividades de capacitação do Portal.

Foi promovida, ainda, a capacitação de 2.253 técnicos e gestores municipais em cursos presenciais, em temas relacionados à política urbana, na qual destacamos a implantação da etapa presencial do Programa de Formação em Gestão de Projetos Urbanos, que tem como objetivo melhorar a elaboração e a execução de projetos pelos Municípios no âmbito das ações apoiadas pelo MCidades.

Em 2016, será dada a continuidade das atividades do Portal Capacidades, por meio da implementação de novos aplicativos pedagógicos, do Banco de Experiências e da veiculação de 30 turmas de 17 cursos a distância, além do Proext. Está prevista, ainda, a implementação de seis projetos e seis programas em parceria com instituições federais e estaduais de ensino superior para a capacitação de técnicos e gestores municipais, além da continuidade do Programa de Formação em Gestão de Projetos Urbanos, com a promoção de novos cursos e oficinas presenciais sobre projetos urbanos nas áreas de: i) habitação; ii) saneamento; iii) transporte e mobilidade urbana; iv) acessibilidade; e v) regularização fundiária. Também será lançada, no primeiro semestre de 2016, uma série de videoaulas sobre Instrumentos de Política Urbana e lançadas novas publicações didáticas, como cadernos técnicos sobre a regulamentação de instrumentos do Estatuto da Cidade.

A Política Nacional de Desenvolvimento Urbano tem como instrumento básico o Plano Diretor, o qual resgata o papel do planejamento urbano como meio para promoção de cidades mais sustentáveis, justas e inclusivas. Dentre os 1.718 Municípios acima de 20 mil habitantes, 89% estavam com seus planos aprovados, segundo dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic) de 2013. Por sua vez, muitos Planos começam a completar dez anos de publicação e, conforme previsto no Estatuto da Cidade, devem ser atualizados.

O Conselho das Cidades no período de 2015 contribuiu com a elaboração do Relatório Nacional da Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III), a realizar-se em Quito, Equador, de 17 a 20 de outubro de 2016. Durante o processo, o colegiado estabeleceu premissas, diretrizes, temas e recortes que deveriam constar no

Relatório Nacional, além de mecanismos para viabilizar a ampla participação da sociedade civil no processo de construção desse documento, como a realização de um Seminário Nacional.

Houve continuidade das discussões de uma proposta para o Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano (SNDU), instrumento que visa a implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano mediante a cooperação, a articulação e a integração da União com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e a gestão descentralizada, regionalizada, participativa e democrática. Para tal, foi instituído pelo Conselho Grupo de Trabalho Intersetorial, com a finalidade de analisar e consolidar proposta para a instituição do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano, bem como elaborar e articular estratégias, planos e metas para a sua implementação.

O Conselho deu início à organização da 6ª edição da Conferência Nacional das Cidades, a ser realizada em junho de 2017, em Brasília/DF, que terá como tema "A Função Social da Cidade e da Propriedade". As Conferências das Cidades são parte do processo de consolidação da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano e a estrutura plural do Conselho permite uma atuação caracterizada pela articulação e pela negociação, possibilitando a construção de políticas pela representação da sociedade organizada. A 6ª Conferência contará com a realização de etapas preparatórias municipais, estaduais e do Distrito Federal.

Em relação ao planejamento interfederativo e metropolitano, para subsidiar o Governo Federal no âmbito da Política Nacional de Planejamento Regional Urbano (Estatuto da Metrópole), em 2015, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Habitat, foram desenvolvidos seminários, reuniões técnicas e oficinas com o objetivo de gerar subsídios para a regulamentação dos dispositivos do Estatuto da Metrópole e desenvolvimento de metodologia de plano de desenvolvimento urbano integrado. Tais atividades envolveram Municípios integrantes de todas as regiões metropolitanas do Brasil, além das entidades metropolitanas e governos estaduais.

Em 2016, prevê-se a realização de ações contínuas de assistência técnica e capacitação para o fortalecimento institucional dos Municípios e instâncias metropolitanas com vistas à implementação de instrumentos e estratégias de planejamento e gestão voltada para a redução de desigualdades sociais, por meio de apoio tanto na elaboração e revisão de Planos Diretores e Metropolitanos quanto na implementação de instrumentos tributários, financeiros, jurídicos e políticos para a consolidação da cultura do planejamento e da gestão urbana democrática e participativa.

Relativamente à ação de regularização fundiária de assentamentos urbanos, em 2015 foram priorizadas as parcerias com universidades federais por meio de termos de execução descentralizada para a elaboração de atividades que buscam a qualificação institucional dos parceiros locais, totalizando R$ 1,5 milhão de recursos transferidos para essa finalidade. O repasse de recursos aos Municípios para atividades específicas de regularização fundiária urbana ocorreu exclusivamente a partir de emendas parlamentares, no total de R$ 1,11 milhão, contemplando três Municípios: Juruema/MT, Pinheiral/RJ e Mogi das Cruzes/SP.

Em referência ao Programa de Mediação e Prevenção de Conflitos Fundiários Urbanos, em 2015 foram acolhidos cerca de 15 casos de conflitos fundiários urbanos, sendo que alguns ainda demandam acompanhamento sistemático.

Quanto aos Projetos Urbanos Integrados de Reabilitação Urbana, em 2015, foram apoiados 213 projetos e obras de intervenção em praças, parques, equipamentos públicos, totalizando R$ 108,53 milhões em repasse de recursos oriundos de emendas parlamentares.

Em relação à promoção da acessibilidade urbana, em 2015 foram contratadas quatro propostas por meio de seleção pública apresentadas por prefeituras, para elaboração de projetos de rotas acessíveis, totalizando repasse de R$ 927,9 milhões. Foram,

também, apoiados, com recursos de emendas parlamentares, 18 projetos e obras de construção ou adaptação de calçadas e espaços públicos com quesitos de acessibilidade, totalizando cerca de R$ 8,04 milhões em repasses federais. Ainda com relação à acessibilidade, também em 2015 iniciaram-se tratativas para ajuste de procedimentos para verificação de acessibilidade em projetos e obras apoiados com recursos do MCidades.

No âmbito das Operações Urbanas Consorciadas, desde 2014 tem sido desenvolvido levantamento sobre a utilização do instrumento no Brasil, com a finalidade de averiguar quantos e quais Municípios o preveem e o utilizam, além de analisar a sua regulamentação municipal, de modo a apontar quais os desafios para sua utilização ampla, como estratégia de parceria com o setor privado para a viabilização de projetos urbanos de forma alinhada ao Estatuto da Cidade.

Como estratégia de fomento à utilização do instrumento das Operações Urbanas Consorciadas, foi publicada, em dezembro de 2014, a Instrução Normativa nº 33, que regulamenta a aquisição, pelo agente operador do FGTS, de cotas de Fundos de Investimentos Imobiliários (FIIs), de Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDCs), de Debêntures e de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs), que possuam lastro em Operações Urbanas Consorciadas. Em 2015, essa linha de financiamento teve orçamento da ordem de R$1,5 bilhão, aplicado no projeto de revitalização da área portuária do Rio de Janeiro/RJ.

Em 2015, foi concluída a pesquisa realizada em parceria com o Instituto de Pesquisa em Economia Aplicada (Ipea), "Retrato das Áreas Centrais no Brasil", com o objetivo de investigar as dinâmicas territoriais nas áreas centrais de 12 metrópoles nos últimos 20 anos, no que se refere à perda de população, existência de imóveis vazios e mudanças na dinâmica socioeconômica, que inclui o surgimento e a localização de novas centralidades.

Com o intuito de apoiar os Municípios para a atuação nos campos do planejamento urbano, reabilitação urbana e acessibilidade, são disponibilizados cursos de capacitação no Portal Capacidades. Um deles é o curso a distância "Reabilitação Urbana com foco em Áreas Centrais", que registrou 3.826 participantes em 2015. No caso do curso a distância sobre Instrumentos do Estatuto da Cidade participaram, em 2015, 928 pessoas, entre gestores públicos e outros profissionais do planejamento urbano.

Encontra-se em elaboração o curso a distância sobre Acessibilidade em Projetos e Obras de Arquitetura e Urbanismo, em parceria com a Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo por meio de uma parceria com a Associação Brasileira de Ensinos de Arquitetura (Abea). O curso tem previsão de lançamento para o primeiro semestre de 2016.

Outra atividade de capacitação em andamento é a produção de Cadernos Técnicos de Regulamentação e Implementação de Instrumentos do Estatuto da Cidade. Em 2010, foi iniciada parceria com o *Lincoln Institute of Land Policy* para elaboração dos Cadernos Técnicos, sendo que estão sendo produzidos os volumes referentes ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), que será publicado no início de 2016; e Transferência do Direito de Construir (TDC), Contribuição de Melhoria e Operações Urbanas Consorciadas (OUC), que serão publicados em 2016.

Em 2013, iniciaram-se parcerias com universidades federais para elaboração de outros Cadernos Técnicos. O volume sobre Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios (Peuc) e IPTU Progressivo no Tempo, feito em parceria com a Universidade Federal do ABC, foi publicado em 2015. Os volumes sobre Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) e Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) estão sendo elaborados e serão lançados em 2016.

Em 2014 e 2015, foi produzida uma série especial do Programa Sala de Notícias do Canal Futura com o tema Desenvolvimento Urbano. Os dez documentários transmitidos em 2015 são fruto de um trabalho realizado em parceria com a Fundação Vale e com apoio do *Lincoln Institute of Land Policy* e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

9. Mobilidade Urbana

a) A Atuação do Governo Federal na Mobilidade Urbana

Bons projetos de mobilidade urbana devem ser estruturantes do ponto de vista da política de uso e ocupação do solo e devem ser implantados com uma visão sistêmica de segurança no trânsito e uso do solo, tendo como referência básica a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui a Política Nacional de Mobilidade Urbana (PNMU).

O Governo Federal atua apoiando investimentos em mobilidade urbana por meio da descentralização de recursos do Orçamento Geral da União (OGU) aos entes federados e financiamentos, contribuindo para a universalização do acesso aos serviços públicos de transporte coletivo e ao espaço público, o desenvolvimento sustentável das cidades e a melhoria na prestação dos serviços de transporte urbano.

A carteira de empreendimentos de mobilidade urbana apoiada com recursos federais é de 367 empreendimentos, que totalizam investimentos de R$ 116 bilhões. Desses, 100 estão em andamento, no estágio de obras ou em licitação, 13 em execução (projetos e aquisição de equipamento) e 15 em operação. Os demais estão somente selecionados.

São apoiadas obras para implantação de 357 km de metrôs e trens urbanos; 274 km de Veículos Leves sobre Trilhos (VLTs); 964 km de *Bus Rapid Transit* (BRTs); 2.330 km de corredores de transporte de ônibus; e 1.644 km de ciclovias e sistemas e equipamentos auxiliares para a operação de transporte. Além disso, a Secretaria Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana (Semob) acompanha, ainda, a execução de 76 estudos e projetos que, futuramente, permitirão a implantação de sistemas de metrôs, trens, VLTs, BRTs, corredores e terminais de ônibus.

Dentre os empreendimentos apoiados, destacam-se o VLT da área central e portuária do Rio de Janeiro e o VLT da Baixada Santista, com mais de 63% de execução física, sendo esse o primeiro VLT do Estado de São Paulo, cujo trecho inicial encontra-se em operação assistida.

O metrô de Salvador está em execução, destacando-se a conclusão da estação Bom Juá e a ampliação de 9 km da linha em operação, que transporta cerca de 43 mil passageiros por dia. Os investimentos federais previstos são da ordem de R$ 1,9 bilhão, para o período 2013 a 2017.

A partir de 2015, de forma a facilitar a integração dos diversos atores da mobilidade urbana no âmbito federal, o Governo vem orientando entes federados no que tange à elaboração de projetos de implantação, ampliação e modernização de sistemas metroferroviários, considerando, inclusive, os aspectos operacionais e questões de manutenção.

O Governo Federal atua, também, na capacitação técnica continuada buscando o desenvolvimento das instituições vinculadas à PNMU nos Estados e nos Municípios, por meio da realização de seminários e oficinas para elaboração de Planos de Mobilidade. Em 2015, foram realizados 12 eventos de capacitação, sendo três de seminários e nove oficinas, com um total de 838 participantes.

O desenvolvimento do Sistema de Informações em Mobilidade Urbana (SIMU), de acordo com as diretrizes estabelecidas na Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui a PNMU, está previsto no período de dois anos. O SIMU passará a ser a principal ferramenta para implementar a atribuição referente à organização e à disponibilização de informações de Mobilidade Urbana e de qualidade e produtividade dos serviços de transporte público coletivo. Com a definição da versão final do formulário de coleta de dados, foram realizados, em 2015, projetos-pilotos assistidos em três cidades e, de forma não assistida, em outras cinco.

Em 2015, como incentivo ao transporte não motorizado foram distribuídas 255 mil cartilhas ao ciclista com orientações sobre o transporte por bicicleta.

b) A Mobilidade Urbana e as Mudanças do Clima

Investimentos em sistemas mais eficazes de mobilidade urbana, voltados à priorização do transporte coletivo, implantação de sistemas de transporte não motorizados e ações de planejamento urbano que promovam o adensamento populacional em eixos estruturantes de transporte público, além de contribuírem com a melhoria dos deslocamentos ou com a sua redução, proporcionam diminuição de externalidades negativas, como a emissão de gases de efeito estufa (GEEs) e local (GELs).

Com o apoio da Embaixada do Reino Unido, o Projeto Adaptação na Mobilidade Urbana foi iniciado, em abril de 2015, visando desenvolver conteúdos que possam subsidiar a revisão do Plano Setorial de Mobilidade Urbana para Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima (PSTM), no que tange à abordagem da adaptação e da resiliência. A realização desse projeto representa um desdobramento da estratégia setorial de mobilidade urbana a constar no Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima do Governo Federal (PNA), dada a sua aderência com as diretrizes a serem estabelecidas.

O Projeto avançou na definição dos conteúdos a serem desenvolvidos, abordando impactos, vulnerabilidades e medidas de adaptação para o setor, com desenvolvimento de cenários climáticos, com base em indicadores específicos afetos à mobilidade urbana, tendo ocorrido intercâmbio de técnicos brasileiros ao Reino Unido, com vistas a conhecer as metodologias de análise de impactos e vulnerabilidade adotadas naquele país, bem como de planejamento e implementação de medidas e soluções técnicas de adaptação.

O Programa de Mobilidade Urbana de Baixo Carbono para Grandes Cidades, outra iniciativa no que se refere à sustentabilidade, conta com recursos do *Global Environment Facility* - GEF (Fundo Global para o Meio Ambiente), tendo como agência implementadora o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O objetivo principal desse projeto, iniciado em abril de 2015 e com previsão de término em março de 2018, é o desenvolvimento de ferramentas técnicas e de conhecimento para o planejamento e a implantação de projetos e ações de mobilidade urbana sustentável, incorporando a potencial redução de gases de efeito estufa (GEE).

O Projeto Eficiência Energética na Mobilidade Urbana, cooperação técnica com o governo alemão, visa aprimorar condições institucionais e técnicas no setor de mobilidade urbana no País, que possibilitem o aumento da eficiência energética, e, por conseguinte, a redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE), por meio de ações da gestão da mobilidade urbana, sob as abordagens de transferência modal e otimização dos deslocamentos existentes.

c) A Mobilidade Urbana e Outras Fontes Alternativas de Financiamento e Incentivos

No ano de 2015, iniciaram-se os primeiros enquadramentos, aprovação e publicação de projetos considerados como prioritários no âmbito do art. 2º da Lei 12.431, de 24 de junho de 2011, que possibilita a emissão de debêntures no mercado por parte das pessoas jurídicas constituídas como sociedade por ações, concessionárias de serviços de transporte público coletivo urbano, propiciando isenções fiscais para quem adquire o título. Desses projetos prioritários, dois foram contemplados e dois estão em fase de publicação, contribuindo na viabilização de empreendimentos com valores de investimentos da ordem de R$ 17 bilhões.

Outra medida de incentivo ao desenvolvimento de infraestrutura, no qual o Governo Federal se empenhou em 2015, refere-se aos benefícios promovidos pelo Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi), estabelecido

pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, cuja principal vantagem é a suspensão das contribuições do PIS/Pasep e da Cofins aplicadas, entre outros, sobre a venda ou importação de serviços destinados a obras de infraestrutura para incorporação ao ativo imobilizado (art. 4º).

A habilitação e a cohabilitação ao Reidi, feita com base no Decreto nº 6.144, 3 de julho de 2007, é atribuída à pessoa jurídica de direito privado que seja titular de projeto para implantação de obras de infraestrutura nos setores de transportes (trilhos), energia, saneamento básico, irrigação e dutovias. No caso do setor de transporte (trem urbano, metrô, veículo leve sobre trilhos, monotrilho e aeromóvel), os procedimentos de aprovação estão disciplinados na Portaria do Ministério das Cidades nº 519/2014. No ano de 2015, cumulativamente com 2014, no que tange à Reidi, tem-se cinco empreendimentos que contribuem com projetos que totalizam investimentos superiores a R$ 20 milhões.

d) Indicadores de Mobilidade Urbana e Política Tarifária

Encontra-se em desenvolvimento a definição de escopo e plano de trabalho de indicadores de mobilidade, com o objetivo de monitorar a eficiência, a eficácia e a efetividade das políticas públicas relacionadas ao tema. Para a definição dos indicadores de efetividade da Política Nacional de Mobilidade Urbana, foi constituído grupo de trabalho composto por 27 membros de 11 instituições que atuam na área de mobilidade urbana. Essa primeira iniciativa teve início por meio da Portaria nº 536, de 9 de outubro de 2015, e possui prazo de um ano para a finalização de suas atividades.

A política tarifária é assunto que está sendo acompanhado e aperfeiçoado com base em resoluções do Conselho das Cidades, no âmbito do Pacto pela Mobilidade, eixo Menor Tarifa. Há expectativa para que, em 2016, seja realizado diagnóstico nacional sobre aspectos regulatórios e políticas tarifárias adotadas nas principais cidades do Brasil, a fim de qualificar as decisões futuras sobre o assunto.

Para o ano de 2016, estão previstos:

- Promover e disseminar a Política Nacional de Mobilidade Urbana por meio de seminários, oficinas e cursos de capacitação, fomentando a elaboração de Planos de Mobilidade Urbana pelos entes federados;
- Desenvolver ferramenta computacional para implantação do Sistema de Informações em Mobilidade Urbana (Simu);
- Estabelecer a estratégia setorial referente à mobilidade urbana de adaptação à mudança do clima no âmbito do Plano Nacional de Adaptação (PNA);
- Atualizar metodologia para cálculo de emissões de GEE e elaborar conteúdo de adaptação à mudança do clima, visando subsidiar atualização do Plano Setorial de Transporte e de Mobilidade Urbana para Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima (PSTM);
- Executar o Projeto Eficiência Energética na Mobilidade Urbana no âmbito da cooperação técnica entre o Brasil e a Alemanha, bem como o Projeto Mobilidade Urbana de Baixo Carbono financiado pelo *Global Enviroment Facility* (GEF);
- Avançar na promoção de parcerias visando a realização de diagnóstico nacional de tarifação e aspectos regulatórios aplicados aos Serviços de Transporte Público Coletivo;
- Dar continuidade ao desenvolvimento do Projeto de Indicadores de Mobilidade Urbana, por meio de parcerias, incluindo a elaboração de projeto-piloto;

- Monitorar os projetos de infraestrutura aprovados no âmbito das debêntures incentivadas e do Reidi, bem como continuar as análises de novos projetos de pleitos feitos para a concessão dos benefícios;
- Monitorar o processo de contratação dos empreendimentos selecionados e procedimentos para implantação da carteira de mobilidade urbana;
- Subsidiar os entes para dar celeridade à contratação dos empreendimentos metroferroviários;
- Reforçar os mecanismos de execução e controle nos empreendimentos, especialmente nos que utilizem PPP, visando implantar sistemas de transporte público coletivo composto por diferentes *fundings* de financiamento;
- Elaborar publicações técnicas da área de mobilidade urbana, guias e manuais com maior detalhamento técnico; e
- Estudar e viabilizar novas fontes de recursos para aplicação em mobilidade urbana.

e) Transporte Metroferroviário

Os sistemas de trens urbanos em Belo Horizonte/MG, Recife/PE, Natal/RN, João Pessoa/PB e Maceió/AL são operados pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU). Já com relação ao sistema de Fortaleza, transferido para o governo local, a CBTU atua na gestão de convênio com o Estado do Ceará. Na busca por melhores condições de mobilidade às populações urbanas, são investidos recursos federais na expansão, na recuperação e na modernização dos sistemas. No ano de 2015, a demanda atingiu o total de 179,89 milhões de passageiros transportados, com uma média de 593,33 mil passageiros por dia útil, redução de 0,5%% em relação ao volume alcançado no ano de 2014.

Em 2015, para maior eficiência de suas ações, a CBTU desenvolveu planejamento estratégico para o período de 2015 a 2019, resultando na melhoria de seus processos internos com foco no aprimoramento dos controles e na promoção de maior eficácia aos seus serviços.

As principais realizações no ano de 2015 foram:

- **Linhas Centro e Sul em Recife/PE –** Foram concluídas a implantação do Sistema de Bilhetagem Automática; as obras dos Terminais de Integração Joana Bezerra e Prazeres; e, aproximadamente, 50% dos projetos para construção da Estação Nova Cabo. Na Linha Centro, já foram concluídas 98% das intervenções previstas e as obras da Linha Sul atingiram, até dezembro de 2015, o acumulado de 96%, contemplando o trecho Cajueiro Seco/Cabo que está sendo modernizado com a implantação de Veículos Leves sobre Trilhos (VLTs);
- **Na Linha 1 – Eldorado/Vilarinho de Belo Horizonte** – Foram entregues nove Trens Unidades Elétricos (TUEs) em 2015, integralizando os descontratados. Esses TUEs foram introduzidos paulatinamente na operação comercial a partir de setembro de 2015. Concluídas as obras de adequação à acessibilidade das estações São Gabriel, Primeiro de Maio, Waldomiro Lobo e Floramar, além da construção da plataforma metálica para manutenção de equipamentos de teto de TUEs;
- **Em Fortaleza/CE – Linha Sul** – Dos 25 TUEs entregues até 2014, quatro concluíram a montagem e testes em 2015 e toda a frota encontra-se operacional comercialmente. Os sistemas de Telecomunicações e Sinalização foram contratados no 2º semestre de 2015, e estão em fase de projetos e montagem dos primeiros equipamentos; concluídos os sistemas de energia do Centro de Controle Operacional (CCO) e da Estação São Benedito, além das pontes rolantes no Centro de Manutenção; concluído o eixo principal do viaduto Padre Cícero, no emboque do túnel e Alça 7, saída da Av. José Bastos para a rua Padre Cícero/Av. Eduardo Girão e região Leste de Fortaleza. Teve início, também, a implantação do sistema de bilhetagem eletrônica, além das obras de adequação à acessibilidade e de obras complementares de urbanização, nas estações;

- **Em Natal/RN** – Foram concluídos o fornecimento de duas locomotivas diesel-elétrica; a entrega de 192.244 conjuntos de fixações e 104 mil dormentes monoblocos de concreto; e o projeto conceitual para a modernização do sistema de trens. Formalizada a contratação para aquisição de 3.300 toneladas de trilhos. Continuam em andamento a fabricação de nove VLTs, bem como a elaboração dos projetos executivos de recuperação da via, de edificações e implantação de sistemas de sinalização e telecomunicações;

- **Em João Pessoa/PB** – Foram entregues: 90 mil conjuntos de fixações para trilhos e 27 mil dormentes de concreto, e formalizada a contratação para aquisição de duas mil toneladas de trilhos. Concluída a montagem e testes do 3º VLT. Os dois VLTs entregues em 2014 foram incorporados à operação. Continuam em andamento a fabricação de cinco VLTs e a elaboração dos projetos executivos de recuperação da via, edificações e implantação de sistemas de sinalização e telecomunicações; e

- **Em Maceió/AL** – Foram adquiridas 82 mil fixações e 12.800 unidades de dormentes de concreto. Formalizada a contratação para aquisição de 1.300 toneladas de trilhos. Continuam em andamento o projeto executivo de expansão de Maceió até Mangabeiras; a reconstrução da estação Bom Parto; a construção da estação Mercado; a remodelação da infraestrutura e superestrutura da via, entre as estacas 87 e 162 e entre as estacas 850 e 1040 e a aquisições de Aparelhos de Mudança de Via (AMV) e de dormentes de concreto para AMV.

Para o ano de 2016, estão previstas as seguintes metas:

- **Recife/PE** – Conclusão da elaboração do projeto e início da construção da Estação Nova Cabo com avanço físico de 40%, no período; contratação das construções de uma ponte sobre o rio Jaboatão e duas pontes sobre o rio Pirapama, com avanço de 50% e 37% respectivamente; início e conclusão da drenagem da estação Cosme e Damião; continuidade da modernização e duplicação do trecho Cajueiro Seco/Cabo, com previsão de concluir 20% em 2016, totalizando 68% de avanço físico e contratação e conclusão de 33% das obras para contenção de taludes na Linha Centro;

- **Belo Horizonte/MG** – Início da operação do 10º TUE, conclusão das melhorias e acréscimos do sistema de CFTV nas plataformas das estações para o início de forma segura da operação comercial com dois TUES acoplados, totalizando oito carros, possibilitando também o acréscimo das integrações com os ônibus. Prevê-se a conclusão das obras de acessibilidade das estações Santa Inês, José Cândido da Silveira e Minas Shopping;

- **Fortaleza/CE** – Conclusão da implantação dos sistemas de bilhetagem eletrônica; conclusão do viaduto Padre Cícero com todas as alças de acesso, além das obras de adequação à acessibilidade e as obras complementares de urbanização nas estações. A implantação do sistema de sinalização e telecomunicações se estenderá até 2017;

- **Natal/RN** – Conclusão dos projetos executivos de recuperação da via, de edificações e a implantação de sistemas de sinalização e telecomunicações; contratação das obras de construção de um posto de abastecimento; entrega de três VLTs; de 24 mil dormentes monobloco de concreto, entrega de 52 aparelhos de mudança de via (AMVs) e aquisição de sobressalentes para locomotivas e VLTs;

- **João Pessoa/PB** – Construção do posto de abastecimento; aquisição dos sobressalentes para VLTs; entrega de 18 mil dormentes de concreto; aquisição de 4.368 metros de dormentes especiais para aparelhos de mudança de via (AMV); aquisição de 20 AMVs; conclusão dos projetos executivos de recuperação da via, de edificações e a implantação de sistemas de sinalização e telecomunicações, entrega para a operação do 3º VLT e a continuidade da fabricação de cinco VLTs; e

- **Maceió/AL** – Conclusão do projeto executivo de expansão de Maceió até Mangabeiras e a construção de posto de abastecimento.

Quanto ao Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre, os principais resultados obtidos pela Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre (Trensurb) em 2015 foram:

- Projeto de redução de incidentes que interrompem a circulação e a qualificação das ações de retomada – Visa a redução de incidentes de paralisação da circulação por meio da identificação dos fatores que favorecem a interrupção do sistema e construção de um sistema de gerenciamento desses fatores, com a elaboração de propostas de restabelecimento da circulação de trens e, consequentemente, aumentar a satisfação dos clientes e da sociedade. A identificação dos fatores mais incidentes na paralisação da circulação permitiu identificar os alagamentos como as situações críticas mais responsáveis pela interrupção da circulação, o que permitiu atuação concreta em 2015 por meio das seguintes ações: desvio da adutora da Unisinos, modernização da casa de bombas da bacia rodoferroviária, além da revisão e da qualificação dos processos de trabalho;
- Ampliação da oferta de transporte com a aquisição de novos trens – O investimento em frota nova exige, além da aquisição de 15 Trens de Unidades Elétricos (TUEs) - todos recebidos e em fase de testes - adequar o pátio para receber os novos trens e modernizar a sinalização do Sistema de Controle de Tráfego e Energia (SCTE). Foram concluídos os trabalhos para prolongamento da via de estacionamento VP 20, com implantação de rede aérea de tração. Também foi concluída a atualização tecnológica do Centro de Controle Operacional (CCO);
- Modernização administrativa e de planejamento – Por meio da implementação de um conjunto de *softwares*, tais como de gestão de recursos humanos, gestão empresarial, de bilhetagem eletrônica, dentre outros;
- Investimentos em recursos humanos – Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos, Plano de Classificação de Empregos, Funções e Salários, e Plano de Apoio a Aposentadoria; e
- Elaboração de ações e projetos para o desenvolvimento de tecnologias sobre trilhos e inovações tecnológicas – Apoio ao desenvolvimento e à disseminação do uso da tecnologia Aeromóvel.

Para o ano de 2016, estão previstos os seguintes projetos:

- Sistema de integridade e conformidade – Os processos que compõem o sistema de integridade e conformidade foram classificados como auditoria interna, controladoria, ouvidoria, código de ética, planejamento estratégico e controles internos. Este sistema está em fase de elaboração de projeto e objetiva garantir o cumprimento de todos os normativos internos e externos, nacionais e internacionais, vinculados diretamente à missão da Empresa: transportar pessoas de forma rápida, limpa e com qualidade, conectando diferentes destinos;
- Plano de inovação tecnológica – Estreitamento das relações entre universidades e centros de pesquisa e a indústria, visando a transferência de tecnologia e a dinamização da cadeia da inovação; aperfeiçoamento contínuo do quadro técnico; busca de alternativas de investimentos e de novos fornecedores de materiais e equipamentos;
- Adequações de sustentabilidade ambiental – Implantação de Sistema de Gestão Socioambiental com o objetivo de estabelecer mecanismos eficientes que garantam a execução de todas as ações planejadas para corrigir, controlar e monitorar os impactos gerados, de forma a manter elevado o padrão de qualidade ambiental e social na operação atual e futura do sistema metroviário;
- Execução de projetos de ampliação, recuperação e modernização do Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre – Objetivando a acessibilidade universal, aumento da capacidade de atendimento, de conforto e de eficiência operacional;
- Elaboração e execução de projetos de recuperação, revitalização e modernização das obras de infraestrutura existentes no entorno do Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre/RS;

- Implantação do Projeto da Passagem Subterrânea do Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre/RS no Centro do Município de Canoas/RS;
- Urbanização da área sob o elevado metroferroviário no trecho São Leopoldo – Novo Hamburgo; e
- Realização de estudos e projetos para: i) a implantação e/ou extensão da malha metroferroviária; ii) implantação de outros sistemas de veículos sobre trilhos e, iii) eficientização energética e inovação tecnológica para uso de energia do Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre/RS.

10. Trânsito

a) Municipalização do Trânsito

O Sistema Nacional de Trânsito (SNT) é o conjunto de órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios que tem como finalidade o exercício das atividades de planejamento, administração, normatização, pesquisa, registro e licenciamento de veículos, formação, habilitação e reciclagem de condutores, educação, engenharia, operação do sistema viário, policiamento, fiscalização, julgamento de infrações e de recursos, e aplicação de penalidades.

Em 2015, foram integrados 48 Municípios ao STN, totalizando 1.481 Municípios que comportam 71% da população brasileira. Como forma de apoiar a implantação desses sistemas municipais, foi realizada reunião com os Conselhos Estaduais de Trânsito.

b) Frota de Veículos Automotores no Brasil

O Sistema de Registro Nacional de Veículos Automotores (Renavam) continha em sua base, em 31 de dezembro de 2015, um total de 90.339.722 veículos, sendo estimado para 31 de dezembro de 2016 um total de 93,5 milhões de veículos registrados no Brasil.

c) Condutores Habilitados no País

O Sistema de Registro Nacional de Condutores Habilitados (Renach), mantido pelo Denatran, apresentava, em 31 de dezembro de 2015, um total de 65.316.204 condutores habilitados em sua base, sendo estimado para, dezembro de 2016, um total de 71 milhões de condutores habilitados no Brasil. Em um período de 12 anos, houve um crescimento superior a 100% de condutores habilitados.

d) Segurança Veicular

O Brasil sediou a 2ª Conferência Global de Alto Nível sobre Segurança no Trânsito – Tempo de Resultados, realizada em Brasília/DF, nos dias 18 e 19 de novembro de 2015, ocasião em que o País, por meio dos ministérios das Cidades, da Saúde, dos Transportes e da Justiça, reafirmou a segurança no trânsito como uma das prioridades na agenda do Governo Brasileiro.

Ainda na área de segurança veicular, o Conselho Nacional de Trânsito (Contran) regulamentou as seguintes medidas: i) estabeleceu que a partir de 1º de Fevereiro de 2016 torna-se obrigatória a utilização do dispositivo de retenção para o transporte de crianças nos veículos escolares; ii) definiu os requisitos técnicos para os espelhos retrovisores e os sistemas de iluminação e de sinalização que equipam as motocicletas, as motonetas, os ciclomotores, os triciclos e os quadriciclos, considerados veículos com maior potencial de risco de se envolverem em acidentes de trânsito; iii) decidiu que o uso do extintor de incêndio em

carros, caminhonetes, camionetas e triciclos de cabines fechadas será opcional, ou seja, na sua falta não mais será considerada infração e nem resultará em multa; iv) tornou obrigatório o uso do sistema de controle de estabilidade nos veículos novos saídos de fábrica, nacionais e importados, a partir de 1º de janeiro de 2020, para novos projetos e para todos os veículos em 1º de janeiro de 2022, sendo facultado às fábricas e às montadoras anteciparem a sua adoção total ou parcial; v) estabeleceu o sistema de segurança para a circulação de veículos e implementos rodoviários do tipo carroceria basculante, de forma que esses veículos que estejam em movimento com velocidade acima de 10km/h fiquem impedidos, por meio de dispositivo de segurança, de acionarem a tomada de força de forma involuntária; e vi) fixou os requisitos de segurança para a circulação de veículos transportadores de contêineres, dada a necessidade de proporcionar segurança ao transporte de contêineres em veículos classificados quanto à espécie de carga e objetivando facilitar a carga, a descarga e o transbordo entre as diferentes modalidades de transporte do mencionado equipamento.

e) Regulação e Fiscalização

Na área de regulação e fiscalização, o Contran estabeleceu os procedimentos para fiscalização do tempo de direção e descanso do motorista profissional na condução dos veículos de transporte e de condução de escolares, de transporte de passageiros com mais de dez lugares e de carga com peso bruto total superior a 4.536 kg, em cumprimento do disposto na Lei nº 13.103, de 2 de março de 2015.

Considerando o número expressivo de condutores que evadem para não pagamento do pedágio nas rodovias concedidas, e os riscos à incolumidade física e vida dos usuários e das pessoas em atividades junto às praças de pedágio, o Denatran estabeleceu os requisitos específicos mínimos do sistema automático não metrológico para a fiscalização da infração prevista no art. 209 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

f) Educação para o Trânsito

O Prêmio Denatran faz parte das ações realizadas para contribuir com a Década Mundial de ações para Segurança no Trânsito na diminuição do número de pessoas que perdem a vida em acidentes de trânsito. O concurso atingiu sua 14ª edição em 2015, elegendo os melhores trabalhos produzidos sobre o tema Trânsito, com o objetivo de incentivar diversos setores da sociedade a refletirem sobre aspectos relativos à segurança, ao respeito e à cidadania no trânsito.

Ainda na área de educação foi lançada a Cartilha do Ciclista, que reúne informações sobre legislação, sinalização, diferentes vias que compõem a rede cicloviária e regras de circulação e segurança, com o objetivo de esclarecer e conscientizar ciclistas, condutores de veículos motorizados e pedestres sobre como manter convivência pacífica e harmônica entre os diversos modais no trânsito brasileiro.

Soberania Nacional:
Presença Ativa do
Brasil no Mundo
V

V – SOBERANIA NACIONAL: PRESENÇA ATIVA DO BRASIL NO MUNDO

1. Política Externa

O Brasil tem projetado, no mundo, a imagem de um país em desenvolvimento comprometido com a paz, a justiça social e o bem-estar de sua população. Sua política externa constitui-se em um instrumento para a projeção desses valores e para a promoção do crescimento com inclusão social, por meio da criação de condições propícias para que o País se insira competitivamente no mundo.

O Brasil segue comprometido com a integração regional, de modo que a América do Sul se consolide como região de paz e de cooperação; com a construção de uma ordem internacional mais justa e dotada de instituições de governança representativas e legítimas; com o fortalecimento do multilateralismo e da solução pacífica de controvérsias; com a promoção do desenvolvimento sustentável; com a abertura de novos mercados e com avanços equilibrados nas negociações econômico-comerciais nos foros multilaterais; com a promoção e a proteção dos direitos humanos e com a ampliação do acesso do País a novos conhecimentos no campo da educação e da ciência, tecnologia e inovação. A política externa brasileira também seguiu tendo como uma de suas prioridades o fortalecimento do apoio aos cidadãos e às empresas brasileiras no exterior.

Para lograr esses objetivos, o Brasil buscou, ao longo de 2015, consolidar suas relações bilaterais e manter ativo o seu engajamento nos principais debates dos foros multilaterais.

O Ministério das Relações Exteriores (MRE) conta, hoje, com 226 Postos no exterior, dos quais são: 139 embaixadas, 71 repartições consulares, 13 missões ou delegações junto a organismos internacionais e três escritórios. Essa estrutura do serviço exterior permite ao Estado brasileiro desempenhar as funções necessárias para defender e projetar os interesses econômicos, políticos e culturais do Brasil no mundo e atender às crescentes demandas das empresas e dos nacionais brasileiros que vivem no exterior.

Ao longo de 2015, o Ministério das Relações Exteriores seguiu dando ênfase à busca de maior eficiência administrativa, ao aprimoramento dos gastos e ao reforço das capacidades de utilização e de proteção de tecnologias da informação.

O trabalho de formação de diplomatas teve continuidade no âmbito do Instituto Rio Branco. Em 2015, duas turmas participaram do Curso de Formação de Diplomatas: a de 2013-2015, composta por 32 alunos e formada em junho de 2015; e a turma 2014-2015, composta por 19 alunos e formada em dezembro de 2015. Também cursaram o Instituto, em 2015, quatro alunos estrangeiros (da Argentina, de Guiné-Bissau, do Suriname e do Timor Leste), no âmbito do Programa de Bolsas de Estudo para Jovens Diplomatas Estrangeiros.

O Instituto Rio Branco realizou sessões pioneiras de aulas compartilhadas por videoconferência com as academias diplomáticas da Argentina e do Peru. Foi realizado, também, o 12º Concurso Nacional para Concessão de Bolsas de Estudo no âmbito do Programa de Ação Afirmativa, no qual concorreram 850 candidatos em dez capitais do País, tendo sido concedidas 36 bolsas a candidatos negros. Até 2015, foram ofertadas, no âmbito do Programa, 406 bolsas, e 20 candidatos bolsistas ingressaram na carreira de diplomata.

a) Diplomacia Multilateral e Participação do Brasil nos Grandes Debates da Atualidade

Em setembro de 2015, a Presidenta da República abriu, mais uma vez, o Debate Geral da Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova Iorque. Na ocasião, lamentou a proliferação de conflitos regionais e do terrorismo, que desafiam a atual estrutura de

segurança coletiva; ressaltou a tradição do Brasil como país de acolhimento de refugiados, em que convivem em paz pessoas das mais diversas origens; preconizou uma solução política para o conflito na Síria; defendeu a criação de um Estado Palestino, que conviva pacífica e harmonicamente com Israel; propugnou pela reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, no contexto em que a Organização comemora o seu 70º aniversário; saudou a reaproximação entre os Estados Unidos da América (EUA) e Cuba e o acordo sobre o programa nuclear do Irã; e ressaltou os recentes avanços institucionais no âmbito do Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), com a criação do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) e do Arranjo Contingente de Reservas (ACR).

Em 2015, o Brasil intensificou esforços para injetar maior dinamismo político no processo de reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). A Presidenta da República participou, em setembro, às margens da Assembleia Geral em Nova Iorque, de cúpula dos chefes de Estado e Governo do G4 (Brasil, Alemanha, Índia e Japão), a primeira desde setembro de 2004. Em 2016, o País continuará atuando em favor do fortalecimento do multilateralismo, defendendo a necessidade de reforma das instituições de governança global de modo a que reflitam sobre a realidade atual e possam lidar com os desafios complexos da conjuntura contemporânea.

Em setembro de 2015, a Cúpula das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável adotou a "Agenda para o Desenvolvimento Sustentável 2030", que inclui os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), dentre os quais está a erradicação da pobreza. As prioridades para 2016 são, no plano doméstico, a organização da estrutura institucional de acompanhamento dos Objetivos, e, no plano externo, a defesa da visão brasileira nas negociações internacionais sobre indicadores para acompanhamento dos Objetivos.

No campo de mudança do clima, o Brasil trabalhou em favor da adoção do Acordo de Paris ao amparo da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, na sigla em inglês), aprovado em dezembro de 2015 na 21ª Conferência das Partes (COP-21). A contribuição brasileira à concepção e à negociação dos dispositivos do novo acordo foi reconhecida amplamente pela imprensa internacional. De particular interesse do Brasil, foi o compromisso internacional de incentivar, inclusive em termos financeiros, os países detentores de florestas no combate ao desmatamento, tema que há dez anos estava em negociação (mecanismo conhecido como "Redução de Emissões Provenientes de Desmatamento e Degradação Florestal", REDD+). Em setembro de 2015, o Brasil apresentou suas "pretendidas contribuições nacionalmente determinadas "(iNDC, na sigla em inglês) ao novo acordo na Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova Iorque, que incluiu metas ambiciosas para mitigação e ações robustas de adaptação. Em 2016, a prioridade será assegurar a participação e a defesa dos interesses do Brasil nas reuniões da UNFCCC que adotarão as decisões subsequentes necessárias para a implementação e o acompanhamento dos compromissos sob o novo acordo climático de Paris, em especial as contribuições nacionalmente determinadas.

A VII Cúpula do Brics, realizada em Ufá, na Rússia, em julho de 2015, contou com a participação da Presidenta da República e resultou na entrada em vigor dos tratados que criaram o Novo Banco de Desenvolvimento e o Arranjo Contingente de Reservas. As reuniões inaugurais dos órgãos deliberativos do Banco – Conselho de Governadores e Conselho de Diretores – foram realizadas em julho de 2015. O Banco está em fase de instalação em Xangai, China.

A Cúpula de Ufá também resultou no aumento do diálogo político e no aprofundamento da coordenação entre os países do Brics. Em 2016, as prioridades serão: i) acompanhar o processo de integralização da primeira parcela do capital do Novo Banco de Desenvolvimento; ii) reforçar os pronunciamentos do grupo sobre a necessidade de reforma de instituições internacionais; iii) fomentar a cooperação entre órgãos governamentais brasileiros e seus congêneres do Brics; e iv) continuar promovendo o intercâmbio comercial e investimentos entre países-membros (entre 2005 e 2014, as exportações brasileiras aos Brics aumentaram 311%).

Em 2015, os países do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (Ibas) analisaram propostas para racionalizar a estrutura do Fórum. Foi concluída a negociação do acordo que formaliza o "Fundo Ibas para o Alívio da Fome e da Pobreza", que deverá ser assinado no futuro próximo. Os Projetos do Fundo Ibas tiveram início em 2015 nos seguintes países: Haiti, Santa Lúcia, Palestina, Timor-Leste e Vietnã. Em 2016, terá prioridade o agendamento da próxima Cúpula desse foro, bem como o fortalecimento da cooperação Sul-Sul realizada por meio do Fundo Ibas.

Em estreita cooperação com o Secretariado da Liga dos Estados Árabes, o Brasil coordenou a participação da América do Sul no processo preparatório à IV Cúpula ASPA, que foi realizada em Riade, na Arábia Saudita, em novembro de 2015. A coordenação das ações de seguimento da IV Cúpula ASPA a serem desenvolvidas na América do Sul será prioridade em 2016.

Na área de meio ambiente, o Brasil concluiu, em outubro de 2015, o processo de adesão à Convenção sobre Espécies Migratórias de Animais Selvagens. Também em outubro, o Brasil logrou em obter recursos do Fundo Global para o Meio Ambiente para manejo sustentável de florestas no País no valor total de US$ 65 milhões por um período de quatro anos. Em 2016, a prioridade será assegurar participação e defesa dos interesses brasileiros nas reuniões dos diferentes instrumentos internacionais sobre conservação e uso sustentável do meio ambiente.

Em 2016, as prioridades brasileiras nos temas relativos ao direito do mar serão assegurar a participação e a defesa dos interesses brasileiros nas negociações para a futura adoção do novo acordo sobre biodiversidade marinha além da jurisdição nacional, no âmbito da Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar, e na Conferência de Revisão do Acordo de Pesca de Nova Iorque, também no âmbito daquela Convenção. O Brasil também continuará a envidar todos os esforços para a aprovação, no âmbito da Comissão Internacional da Baleia (CIB), do Santuário de Baleias do Atlântico Sul (SBAS).

No que diz respeito ao uso do espaço exterior, em 2015, o Brasil obteve o compromisso da China com a continuidade do projeto do satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres (CBERS) e a construção do satélite CBERS 4-A. Também foi aprofundada a cooperação com a Alemanha para o desenvolvimento conjunto de Veículo Lançador de Microssatélites (VLM) brasileiro. Com o Japão, foram lançados os primeiros nanossatélites brasileiros. Para 2016, a prioridade brasileira será negociar com a China os instrumentos para a construção do CBERS 5 e 6, e aprofundar a cooperação com outros países parceiros. Na área multilateral, o Brasil liderou, em 2015, os esforços para trazer ao âmbito das Nações Unidas as negociações sobre um código de conduta para a preservação do espaço exterior para usos pacíficos, que continuará a demandar atenção prioritária em 2016. Em 2015, foi assinado o contrato para a reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz, ação que continuará a ser prioritária em 2016.

O setor energético tem tido crescente peso na formulação e execução da política externa brasileira, tendo em conta o seu papel na promoção do desenvolvimento sustentável e na atração de investimentos. O Brasil apresenta-se como interlocutor importante nas discussões internacionais pelo elevado patamar de energias limpas e renováveis em sua matriz energética e de seu grande potencial nos setores de Gás e Petróleo.

Ao longo de 2015, buscou-se priorizar a atração de investimentos e o intercâmbio de experiências e tecnologias com atores internacionais relevantes, em especial EUA, Alemanha, Reino Unido e os países que compõem o Brics. No contexto regional, cabe destacar o intenso trabalho do Conselho Energético Sul-Americano, com a aprovação de nova metodologia de trabalho com vistas a avançar na elaboração de um Tratado Energético Sul-Americano. Esse acordo internacional deverá favorecer a integração energética, incrementar a segurança jurídica dos contratos no setor e impulsionar o comércio regional na área de energia.

Com o apoio brasileiro, a presidência turca do G20 colocou no centro da agenda questões como o acesso à energia e energias renováveis, incluindo a bioenergia, temas em que o Brasil tem ampla experiência a compartilhar.

Em 2016, o País deverá renovar os esforços para ampliar o reconhecimento internacional do etanol como solução sustentável e economicamente viável para a redução das emissões de carbono no setor de Transportes, objetivo para o qual contribui com o início recente da produção do etanol celulósico em escala comercial.

O Brasil manteve, em 2015, presença militar e policial em dez operações de manutenção da paz das Nações Unidas, das 16 existentes atualmente, sendo o 24º maior contribuinte de tropas. Merecem destaque as contribuições brasileiras à Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (Minustah) - um batalhão e comando da missão - e para a Força Interina das Nações Unidas no Líbano (Unifil) - nau capitânia e comando naval. General brasileiro exerce, também, o comando militar da Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (Monusco).

O Brasil desempenhou papel ativo, em 2015, no processo de revisão das operações de manutenção da paz e missões políticas especiais em curso nas Nações Unidas. Além de oferecer propostas substantivas ao trabalho do Painel Independente de Alto Nível sobre Operações de Paz, incumbido pelo Secretário-Geral das Nações Unidas de elaborar relatório com recomendações sobre o assunto, o Governo brasileiro organizou, em Salvador/BA, a Reunião Regional de Consultas do Painel com os países da América Latina e do Caribe. Na ocasião, 22 países da região se fizeram representar.

Como maior contribuinte de tropa da Minustah, o Brasil participou ativamente da negociação e da redação dos termos da Resolução 2.243/2015 do Conselho de Segurança sobre a situação no Haiti, a qual prorrogou o mandato da Missão, com a manutenção do nível de tropas, até outubro de 2016.

Ao longo de 2015, além de sua atuação no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, o Brasil manteve diálogos bilaterais sobre direitos humanos com China, Rússia, União Europeia e EUA. O Brasil também contribuiu decisivamente para a criação da Relatoria Especial sobre o Direito à Privacidade, um dos principais avanços do Conselho de Direitos Humanos em 2015.

O Brasil sediou, em Brasília, a 2ª Conferência Global de Alto Nível sobre Segurança no Trânsito, evento de nível ministerial de avaliação dos avanços na Década de Ação das Nações Unidas para a Segurança no Trânsito 2011-2020.

Também em Brasília, foi realizada a Conferência Regional da América Latina e do Caribe da Década Internacional dos Afrodescendentes. Durante a Presidência *Pro-Tempore* brasileira do Mercado Comum do Sul (Mercosul), a Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos do Mercosul (Raadh) aprovou a criação de uma instância específica para discussão do tema das políticas de promoção da igualdade racial. Dessa forma, foi instituída, em julho de 2015, a Reunião de Autoridades sobre Direitos dos Afrodescendentes (Rafro).

As autoridades consulares brasileiras continuam a conceder vistos, por razões humanitárias, a pessoas deslocadas pelo conflito sírio, em cumprimento à Resolução Normativa nº 17 de 2013 (RN 17) do Comitê Nacional para os Refugiados (Conare), que foi renovada por dois anos. Até novembro de 2015, mais de oito mil vistos foram concedidos nessas bases. Dentre os sírios que chegaram ao Brasil, mais de dois mil já foram reconhecidos oficialmente como refugiados. De forma a aprimorar a implementação da RN 17, foi firmado acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) para a prestação de cooperação no procedimento de entrevista e seleção dos beneficiários de vistos.

Em 2015, o Brasil exerceu papel de liderança na construção de quadro normativo sobre a conduta dos Estados em matéria cibernética. O País presidiu o Grupo de Peritos Governamentais das Nações Unidas (GPG) sobre o uso de tecnologias da informação e comunicação (TICs), que recomendou ao Secretário-Geral da ONU a adoção de conjunto de normas para o uso responsável, pelos Estados-membros, dessas tecnologias, bem como de medidas de fomento da confiança e propostas de

capacitação dos países em desenvolvimento para tornarem-se menos vulneráveis às ações perpetradas por outros Estados ou por atores não estatais.

A diplomacia brasileira manteve participação ativa nos foros internacionais dedicados à promoção do desarmamento e da não proliferação nuclear. O Brasil assumiu, por aclamação, a Presidência da Junta de Governadores da Agência Internacional de Energia Atômica (Aiea), para o biênio 2015-2016. A Junta é o órgão político mais importante da Aiea e tem atuação preponderante na condução dos trabalhos da Agência. No âmbito da I Comissão da Assembleia Geral das Nações Unidas, o Brasil copatrocinou a iniciativa de criação de um Grupo de Trabalho de Composição Aberta (OEWG) sobre desarmamento nuclear.

Com relação ao enfrentamento à corrupção, merece destaque a participação brasileira na VI Conferência dos Estados-Partes da Convenção da ONU contra a Corrupção (Uncac), realizada em São Petersburgo, em novembro de 2015, a qual aprovou resolução apresentada pelo Brasil sobre o uso de instâncias não criminais – procedimentos civis e administrativos – no combate à corrupção. No âmbito dos Brics, o Brasil coordenou a realização da primeira reunião de peritos em combate à corrupção em Istambul, em março de 2015.

O País participou ativamente do processo preparatório para a Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre o problema mundial das drogas, que será realizada em abril de 2016, em Nova Iorque. No plano bilateral, tiveram prioridade as ações de cooperação com os países em nosso entorno geográfico, nas vertentes de prevenção, atenção ao usuário, controle da oferta e combate a delitos relacionados.

No contexto de crescente relevância do fenômeno internacional do terrorismo, em 2015, o Brasil manifestou reiteradamente seu repúdio à prática do terrorismo sob qualquer pretexto e defendeu em diferentes foros regionais e multilaterais que o combate ao fenômeno deve valer-se dos meios compatíveis com a Carta das Nações Unidas e outras normas do Direito Internacional. O Governo brasileiro condenou publicamente as ações terroristas realizadas em diferentes partes do mundo. O País manteve participação regular nas reuniões do Comitê Consultivo do Centro da ONU de Contraterrorismo (UNCCT), no qual o Brasil assumiu o segundo mandato, de três anos, a partir de abril de 2015.

b) Integração Regional

Ao longo de 2015, a integração regional foi fortalecida nas dimensões econômica, social e institucional. A consolidação da América do Sul como um espaço de paz e de cooperação é um objetivo permanente da política externa brasileira.

No primeiro semestre de 2015, o Brasil exerceu a Presidência *Pro Tempore* do Mercosul, encerrada com a Cúpula de Brasília, em 17 de julho. As dimensões social e econômica do Mercosul foram fortalecidas pelo acordo entre os Estados-Partes sobre a prorrogação da vigência do Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (Focem), que deverá ser submetido aos Parlamentos nacionais.

Foram aprovadas, também, decisões importantes na área comercial do bloco, como o estabelecimento do Plano de Ação para o Fortalecimento do Mercosul Econômico e Comercial, bem como a atualização da vigência de regimes especiais.

Nos aspectos social e de cidadania, os Estados-Partes aprovaram a nova Declaração Sociolaboral do Mercosul, além da criação da já mencionada Rafro. Em 2016, deverão ser priorizadas a revisão e a atualização do Plano Estratégico de Ação Social (Peas) e do Plano de Ação para Conformação do Estatuto da Cidadania do Mercosul. Ainda durante a Cúpula do Mercosul, em Brasília, foi assinado o Protocolo de Adesão da Bolívia ao Bloco.

O Brasil seguiu participando ativamente dos diversos foros da União de Nações Sul-Americanas (Unasul), com vistas a contribuir para ações de diálogo político, cooperação setorial e fortalecimento de infraestrutura de integração física no continente. Na Unasul, em abril de 2015, um brasileiro da Universidade de Brasília (UnB) foi designado para o cargo de Secretário Executivo da Escola Sul-Americana de Defesa (Esude).

Na área da integração física, a Unasul assinou, em 2015, dois convênios com a Corporação Andina de Fomento (CAF), para a elaboração de estudos sobre a Rede de Conectividade Sul-Americana para a Integração, que promoverá a melhoria da rede de fibra ótica da região, e para a prestação de consultoria dedicada aos projetos do Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (Cosiplan). No âmbito do Cosiplan, realizou-se o seminário "Integração Sul-Americana por meio de Portos e Hidrovias", em outubro de 2015, em Brasília.

Em janeiro de 2015, a Presidenta da República participou, em São José, na Costa Rica, da III Cúpula da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac). Na ocasião, o Foro Celac-China foi posto em funcionamento e a I Reunião de Ministros das Relações Exteriores do mecanismo teve lugar em Pequim.

No âmbito das relações com a Comunidade do Caribe (Caricom), foi concluído, em 2015, o processo de internalização da adesão do Brasil ao Banco de Desenvolvimento do Caribe (BDC). O ingresso efetivo do Brasil ao BDC, que será concluído após os aportes ao capital social do Banco, representará um importante passo para novas oportunidades comerciais na relação entre o Brasil e os países daquela região.

c) Relações Bilaterais

O Brasil manteve, em 2015, atuação diplomática intensa, fortalecendo sua posição de ator global. Ao longo de 2015, foi intensa a agenda de visitas da Presidenta da República, que realizou visitas bilaterais aos seguintes países: EUA, México, Bolívia, Uruguai, Colômbia, Itália, Suécia e Finlândia. Participou, ainda, da Celac, em San José; da Cúpula das Américas, na Cidade do Panamá; da Cúpula do Brics, em Ufá; da Cúpula Celac-União Europeia, em Bruxelas; da abertura da 70ª Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova Iorque; e da Reunião do G20, em Antália, na Turquia.

As relações bilaterais com os países da América do Sul, da América Central e do Caribe mantiveram posição privilegiada na estratégia de inserção do Brasil. Em 2015, essas relações foram aprofundadas por encontros bilaterais de alto nível, visando intensificar o diálogo político e promover um melhor aproveitamento do potencial econômico-comercial.

Brasil e Argentina celebraram, em 2015, os 30 anos da Declaração do Iguaçu, marco histórico da integração bilateral e regional. As Presidentas dos dois países encontraram-se à margem da VII Cúpula das Américas (Panamá) e da Cúpula do Mercosul, em Brasília. O então Presidente eleito da Argentina realizou sua primeira viagem para o exterior ao Brasil, tendo mantido encontro com a Presidenta em Brasília, no dia 4 de dezembro. No dia 10 do mesmo mês, a Presidenta participou em Buenos Aires da solenidade de posse do Presidente da Argentina. No campo comercial, renovou-se, em 2015, a vigência do Acordo Automotivo. Para 2016, há perspectiva de ampla revisão deste acordo e de intensificação do relacionamento bilateral. Pretende-se, também, discutir questões relacionadas à navegação na Hidrovia Paraguai-Paraná e aos projetos de pontes sobre o rio Uruguai.

Com o Paraguai, teve seguimento a negociação de acordo para a construção de uma ponte internacional sobre o rio Paraguai entre Porto Murtinho (MS) e Carmelo Peralta, que unirá os dois países e facilitará a interligação com o porto chileno de Iquique. Será prioritário, em 2016, o desenvolvimento de projetos de infraestrutura e de integração fronteiriça, a exemplo da construção da segunda ponte sobre o rio Paraná, entre Foz do Iguaçu/PR e Presidente Franco, cujo projeto licitatório já está concluído.

O relacionamento com o Uruguai foi marcado, em 2015, por visitas presidenciais recíprocas. O Brasil foi escolhido pelo Presidente do Uruguai como destino de sua primeira viagem ao exterior de caráter bilateral. Em fevereiro, a Presidenta da República inaugurou, em Colônia do Sacramento, o Parque Eólico Artilleros, primeiro investimento da Eletrobrás em geração de energia no exterior. Ainda no campo energético, Brasil e Uruguai concluíram, em 2015, a linha de transmissão entre Candiota (RS) e San Carlos, reforçando a segurança energética nos dois países. Para 2016, pretende-se avançar na área de infraestrutura de transportes, com o avanço da dragagem na Hidrovia Uruguai-Brasil e o início das obras de nova ponte internacional sobre o rio Jaguarão.

Na relação com a Venezuela, a Presidenta da República manteve, por ocasião de sua posse presidencial, encontro com o Presidente Nicolás Maduro. Além disso, foram realizadas duas missões da Comissão reduzida de Chanceleres da Unasul, composta por Brasil, Colômbia e Equador, com vistas a promover o diálogo entre os atores políticos no país.

Em relação à Bolívia, destacou-se a presença da Presidenta da República, em janeiro de 2015, nas cerimônias de posse do Presidente Evo Morales. Cabe salientar, também, a assinatura de Protocolo Adicional ao Memorando de Entendimento em Matéria Energética, que criou Comitê Técnico Bilateral Brasil-Bolívia.

Nas relações com a Colômbia, foi realizada visita de Estado da Presidenta da República, em novembro de 2015, ocasião em que foram firmados o Acordo de Promoção e Facilitação de Investimentos (ACFI) e o Entendimento para a Adoção de Protocolo no âmbito do ACE Nº 59, referente ao setor automotivo. Durante a visita, reiterou-se ao Presidente Juan Manuel Santos o apoio brasileiro ao processo de paz na Colômbia. Em 2016, será importante dar seguimento à negociação de acordos de compras públicas e bitributação, além de realizar reuniões da Comissão Bilateral e da Comissão de Vizinhança e de Integração.

Com o Peru, destacaram-se, em 2015, avanços nos projetos de cooperação ferroviária e de integração fronteiriça. Nesse âmbito, houve a assinatura de novo memorando de entendimento acerca da Ferrovia Transcontinental, em 19 de maio, entre Brasil, Peru e China, com vistas a nortear a elaboração de estudo preliminar de viabilidade. Foram lançadas, também, negociações em investimentos, serviços, compras governamentais e facilitação do comércio.

Concluiu-se com o México, em março de 2015, renegociação do acordo automotivo em condições mais equilibradas, a fim de fomentar a produção regional. A visita de Estado da Presidenta da República, em maio, para encontro com o Presidente Enrique Peña Nieto, marcou o início de nova etapa de estreitamento das relações bilaterais, com a assinatura, entre outros, do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI). Os Presidentes acordaram, ainda, um mandato para a negociação do Acordo Comercial Expandido, que deverá aprofundar o acordo atualmente vigente (ACE-53) no tocante à cobertura de bens e à inclusão de novos temas.

Em junho de 2015, a Presidenta da República visitou os EUA, onde manteve encontro de trabalho com o Presidente Barack Obama. A visita presidencial: i) aprofundou a cooperação em defesa, meio ambiente, energia, ciência e tecnologia, educação, comércio e investimentos, direitos humanos e fluxo de pessoas; ii) serviu para divulgar as oportunidades de investimento em infraestrutura no Brasil; iii) reafirmou o compromisso de ambos os países de se coordenarem em temas centrais das agendas regional e global, como demonstrado pela assinatura das Declarações Conjuntas sobre Mudança do Clima e sobre Governança da Internet; iv) ensejou a assinatura do Acordo Bilateral de Previdência Social e do Memorando de Entendimento sobre Educação Profissional e Tecnológica; e v) impulsionou as negociações para concluir o Programa Entrada Global (facilitação do ingresso de viajantes frequentes) e dos entendimentos relativos à isenção de vistos. A Presidenta também visitou o Vale do Silício, na Califórnia, com o objetivo de estimular a captação de investimentos e incentivar parcerias entre empresas e instituições de ensino e pesquisa brasileiras e norte-americanas, com foco no estímulo ao desenvolvimento da indústria da tecnologia e inovação no Brasil.

A visita da Presidenta aos EUA permitiu a retomada de uma série de mecanismos de diálogo e de cooperação bilateral. Para 2016, estão previstas diferentes reuniões bilaterais, inclusive o V Diálogo de Parceria Global, conduzido pelo Ministro das Relações Exteriores do Brasil e pelo Secretário de Estado dos EUA.

O Brasil continuou a aprofundar suas relações com a Europa, inclusive por meio da intensificação das visitas de alto nível. Tanto a Presidenta da República quanto o Vice-Presidente realizaram visitas a países europeus. A União Europeia é a principal fonte de investimentos estrangeiros diretos no Brasil e, tomada em conjunto, um dos principais parceiros comerciais do País.

Em abril de 2015, foi realizada, em Brasília, a XVI Reunião da Comissão Mista Brasil-União Europeia, instância encarregada de avaliar a implementação das iniciativas acordadas no Plano de Ação Conjunta. Em 2016, terá lugar, em Brasília, a VIII Reunião de Cúpula Brasil-União Europeia. O evento será a oportunidade para continuar a fortalecer a parceria estratégica bilateral, em particular nos temas de ciência, tecnologia e inovação, transportes, governança da Internet e comércio e investimentos. Pretende-se, além disso, avançar nas negociações de acordo comercial entre o Mercosul e a União Europeia.

Em junho, a Presidenta da República participou, em Bruxelas, da II Cúpula de Chefes de Estado e de Governo entre os países da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos e da União Europeia (Celac-UE). O mecanismo Celac-UE promove o diálogo político e a cooperação em pesquisa científica e tecnológica, migrações, gênero e problema mundial das drogas, entre outros temas. Na ocasião, também se discutiu com os líderes europeus as perspectivas de um acordo entre o Mercosul e a UE.

Em julho de 2015, a Presidenta da República realizou visita oficial à Itália. Em seus encontros com o Presidente Sergio Mattarella e com o Primeiro-Ministro Matteo Renzi, foram discutidos os principais temas da agenda bilateral, como comércio, investimentos, defesa, educação e fortalecimento das parcerias na área de pequenas e médias empresas, além de questões multilaterais, como as negociações sobre mudança do clima e os desafios à paz e à segurança internacionais. A Presidenta também visitou a Expo Milão 2015, uma das principais feiras de inovação e soluções criativas do mundo.

Em agosto de 2015, a Presidenta da República recebeu, em Brasília, a Chanceler da República Federal da Alemanha, Angela Merkel, por ocasião das Consultas Intergovernamentais de Alto Nível Brasil-Alemanha. Além de terem passado em revista temas da agenda bilateral, como a participação alemã no Programa "Ciência sem Fronteiras", os dois países assinaram, dentre outros instrumentos, a Declaração Conjunta sobre Mudança do Clima e a Declaração Conjunta sobre Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, com foco em Pequenas e Médias Empresas. As duas Chefes de Governo também reiteraram o compromisso com uma ordem mundial baseada no estado de direito, no multilateralismo e na diplomacia.

Em outubro de 2015, a Presidenta da República realizou visita oficial à Suécia e à Finlândia, onde foi recebida pelo rei Carlos XVI Gustavo e pelo Primeiro-Ministro Stefan Löfven. A visita à Suécia teve como objetivo central a revitalização das relações bilaterais, por meio da adoção do Novo Plano de Ação da Parceria Estratégica. A decisão do Brasil de comprar caças Gripen NG, no contexto do Programa FX-2, inaugurou nova fase do relacionamento bilateral, gerando perspectivas positivas de incremento dos fluxos recíprocos de comércio e investimentos e da cooperação em defesa, ciência, tecnologia e inovação, e educação. Na Finlândia, a Presidenta foi recebida pelo Presidente Sauli Niinistö e pelo Primeiro-Ministro Juha Sipilä, com os quais discutiu a intensificação das relações bilaterais nas áreas de comércio e investimentos, energias renováveis, educação, ciência, tecnologia e inovação.

Ainda como parte do esforço do Governo brasileiro em fortalecer as relações com os países europeus, o Vice-Presidente da República realizou visita oficial a Portugal e Espanha, em abril de 2015. A iniciativa teve como foco principal temas econômico-

comerciais. O Vice-Presidente viajou acompanhado de missão de empresários brasileiros e participou dos seminários "Parceria Econômica Brasil-Portugal" e "Brasil e Espanha: Rumo a uma nova aliança empresarial".

Em nova viagem ao continente europeu, em setembro de 2015, o Vice-Presidente da República realizou visita à Rússia e à Polônia. Na Rússia, presidiu, junto ao Primeiro-Ministro russo Dimitry Medvedev, a VII Reunião da Comissão Brasileiro-Russa de Alto Nível de Cooperação (CAN), principal mecanismo periódico de diálogo da parceria estratégica entre os dois países. Além disso, encerrou o Fórum Empresarial Brasil-Rússia. Dentre os temas tratados nos encontros bilaterais, destacam-se pesca, aviação civil, defesa, turismo, agricultura, transportes, energia, infraestrutura e logística, e desenvolvimento industrial. Na Polônia, manteve reunião com a Primeira-Ministra Ewa Kopacz, com o Presidente da República, Andrzej Duda, e abriu seminário empresarial que contou com a participação de empreendedores dos dois países.

A Presidenta da República recebeu, em Brasília, novembro de 2015, o Ministro de Assuntos Exteriores e do Desenvolvimento Internacional da França, Laurent Fabius. Durante o encontro de trabalho, discutiu-se a realização da 21ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-21), em Paris, e temas como o acordo Mercosul-União Europeia e o combate ao terrorismo.

Além dos encontros bilaterais realizados à margem de eventos multilaterais, o Ministro das Relações Exteriores recebeu em Brasília, ao longo de 2015, os Chanceleres da Alemanha, Frank-Walter Steinmeier (fevereiro); da Croácia, Vesna Pusic (fevereiro); da República Eslovaca, Miroslav Lajčák (março); da Eslovênia, Karl Erjavec (março); da Lituânia, Linas Linkevičius (abril); de Portugal, Rui Machete (maio); da Espanha, José Manuel García-Margallo (junho); da Itália, Paolo Gentiloni Silveri (novembro); e da Albânia, Ditmir Bushati (novembro).

Além disso, o Chanceler brasileiro realizou, em fevereiro de 2015, visita a Londres, onde foi recebido pelo Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Commonwealth, Philip Hammond. Na ocasião, foi realizado o IV Diálogo Estratégico Brasil-Reino Unido. Os dois Ministros debateram temas globais, bilaterais e comerciais, como mudança do clima, acordo Mercosul-União Europeia, desarmamento, educação, ciência e inovação.

O Governo brasileiro também buscou reforçar seus laços com países asiáticos ao longo de 2015, com ênfase na promoção do comércio e investimentos e na cooperação do campo da ciência, tecnologia e inovação.

Com a China, o ano de 2015 foi marcado por diversos encontros e visitas de alto nível: i) em janeiro, o Vice-Presidente chinês visitou o Brasil, para participar das cerimônias de posse da Presidenta da República; ii) em maio, o Primeiro-Ministro chinês visitou Brasília, ocasião em que foi firmado o Plano de Ação Conjunta 2015-2021 e mais 35 atos sobre cooperação bilateral e investimentos; iii) em junho, realizou-se em Brasília a IV Sessão Plenária da Comissão Sino-Brasileira Alto Nível de Concertação e Cooperação (Cosban), mais alto mecanismo de consultas entre ambos os governos; iv) em julho, a Presidenta da República encontrou o Presidente chinês à margem da VII Cúpula do Brics em Ufá, Rússia; e v) em novembro, à margem da X Cúpula do G20, na Turquia, houve novo encontro presidencial.

A Presidenta da República foi convidada pelo Presidente Xi Jinping para visitar a China em 2016. Entre os principais temas das relações bilaterais, destacam-se: i) o interesse chinês em realizar investimentos em infraestrutura no Brasil; ii) a expansão dos investimentos chineses em indústrias brasileiras; iii) a continuação do programa espacial; e iv) a ampliação da produção de jatos executivos na China, por meio da *joint-venture* Embraer-Avic.

As relações Brasil-Japão foram marcadas, em 2015, pelas comemorações de seus 120 anos. O Chanceler brasileiro visitou o Japão em julho, e o Príncipe e Princesa Akishino estiveram no País, entre fins de outubro. Entre as prioridades para 2016, merece destaque o estímulo a uma maior integração da comunidade brasileira no Japão, notadamente na educação de jovens; e a cooperação em ciência e tecnologia, com a intensificação da parceria em áreas como tecnologia da informação, cooperação em TV Digital, nanotecnologia, oceanografia, biotecnologia e prevenção de desastres naturais.

No mês de abril, a Presidenta da Coreia do Sul, Park Geun-Hye, visitou o Brasil, tendo sido recebida pela Presidenta da República. Dentre os atos firmados na ocasião, destacam-se aqueles nas áreas de tributação, ciência e tecnologia, saúde e comunicações.

Em 2015, o Brasil deu continuidade à intensificação de seu diálogo com os países da Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean, composta por Cingapura, Vietnã, Laos, Camboja, Tailândia, Malásia, Brunei, Filipinas, Indonésia e Myanmar). Entre as principais ações, destacam-se as visitas do Ministro de Estado das Relações Exteriores a Cingapura e ao Vietnã, em julho, ocasiões em que apresentou propostas de Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos.

Em setembro, houve encontro da Presidenta da República com o Presidente do Irã, Hassan Rouhani, em Nova Iorque, à margem da Assembleia Geral da ONU. Os dois Presidentes acertaram realizar visitas recíprocas em 2016, devendo o Presidente Rouhani vir ao Brasil em março.

Em novembro, o Chanceler brasileiro visitou a Índia, ocasião em que foram realizadas a VII Reunião da Comissão Mista de Cooperação Política, Econômica, Científica, Tecnológica e Cultural Brasil – Índia (principal mecanismo de coordenação entre os Governos do Brasil e da Índia) e a V Reunião do Diálogo Estratégico Brasil-Índia, em que foram debatidos temas de interesse estratégico aos dois países. A visita contribuiu para a preparação da planejada visita da Presidenta da República ao país.

Ao longo de 2015, teve continuidade o engajamento do Brasil com a África. Buscou-se ampliar e diversificar o comércio, que, na última década, mais do que quintuplicou, graças inclusive à crescente presença de empresas brasileiras naquele continente. O Brasil mantém, além disso, projetos de cooperação com os países africanos em diferentes áreas, como agricultura, saúde e políticas sociais. Em três diferentes périplos, o Ministro das Relações Exteriores realizou visitas aos seguintes países: Gana, Camarões, Senegal, Angola, Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe, República Democrática do Congo e Argélia.

Em novembro de 2015, o Vice-Presidente da República esteve em Luanda para representar o Governo brasileiro nas comemorações alusivas aos 40 anos de independência de Angola. Foi organizado em Brasília, no mesmo mês, o seminário comemorativo dos "40 Anos do Reconhecimento da Independência de Angola pelo Brasil", que contou com a participação do Ministro das Relações Exteriores de Angola, Georges Chikoti.

No âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), o Brasil participou da XX Reunião da Conferência de Ministros da CPLP, realizada em Díli, Timor-Leste, em julho, ocasião em que oficializou sua disposição em sediar a próxima Cúpula do organismo, em 2016.

Verificaram-se importantes progressos nas relações bilaterais entre o Brasil e os países do Oriente Médio. O Ministro das Relações Exteriores visitou o Líbano, ocasião em que foram realizados encontros de alto nível, que contribuíram para o aprofundamento do relacionamento bilateral. O Brasil estreitou seus laços institucionais com a Liga dos Estados Árabes com a assinatura, em setembro, do Memorando de Entendimento de Cooperação e Consultas Políticas. O Brasil tem defendido uma solução política para o conflito na Síria e apoia os esforços do Enviado Especial das Nações Unidas, Staffan de Mistura.

Em relação ao conflito Israel-Palestina, o Brasil continuou a defender a retomada de negociações e a solução de dois Estados, opondo-se à construção ilegal de assentamentos israelenses nos territórios palestinos ocupados. O Ministro dos Negócios Estrangeiros da Palestina realizou visita oficial ao Brasil em janeiro de 2015. Israel é parceiro de destaque em ciência, tecnologia e pesquisa, com intercâmbio bilateral de cerca de US$ 1,3 bilhão, que se beneficia do Acordo de Livre Comércio Mercosul-Israel.

O Brasil acompanha atentamente o conflito e a crise humanitária que assolam o Iêmen, reconhecendo a legitimidade do Presidente Abd Rabbuh Mansur Al-Hadi, e cumpre com os dispositivos da resolução 2216 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que trata do encaminhamento da crise iemenita, condenando intervenções estrangeiras à revelia do Conselho.

d) Negociações Econômico-Comerciais

Ao longo de 2015, o Brasil seguiu comprometido com a conclusão da Rodada Doha da Organização Mundial de Comércio (OMC). O Brasil atuou no âmbito dos comitês negociadores com o objetivo de avançar as discussões para a obtenção de resultados na 10ª Conferência Ministerial da OMC (Nairóbi, 15 a 18/12/2015) nas áreas de interesse do País, em especial a agricultura.

O País teve papel importante na obtenção de acordo, durante a Conferência, para a proibição de subsídios à exportação de produtos agrícolas e disciplinamento de medidas equivalentes, o que permitiu avanço num dos pilares mais importantes para o Brasil, o da liberalização do comércio internacional de produtos agrícolas.

Além disso, foram tomadas decisões favoráveis aos países de menor desenvolvimento relativo em outras áreas, tais como: i) disciplinas sobre regras de origem para mecanismos de preferência tarifária; ii) prolongamento da moratória de abertura de controvérsias denominadas "não violação" na área da propriedade intelectual; e iii) *waiver* na implementação de certos dispositivos do Acordo de Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio da OMC.

Para o Brasil, a 10ª Conferência Ministerial da OMC demonstrou a capacidade da Organização de alcançar resultados relevantes quando há engajamento efetivo de seus membros.

O País tem atuado com o objetivo de reduzir barreiras sanitárias e fitossanitárias que vêm impedindo ou criando obstáculos às nossas exportações. Cresceu, em 2015, o número de estabelecimentos autorizados a exportar carnes para grandes mercados, como a Rússia e a China.

Na área de contenciosos comerciais, o ano de 2015 teve como prioridade a defesa de programas de política industrial brasileiros, dentre os quais a Lei de Informática e o Programa Inovar-Auto, que foram contestados pela União Europeia (UE) e pelo Japão no âmbito do mecanismo de solução de controvérsias da OMC. Em sua defesa, o Brasil procurou demostrar que esses programas estão em linha com as normas e com os objetivos do sistema multilateral de comércio.

O País, por sua vez, acionou o mecanismo a fim de questionar as restrições impostas pela Indonésia à importação de carne e aos produtos de frango provenientes do Brasil. A expectativa brasileira é a de que o contencioso permita eliminar os entraves impostos às exportações brasileiras, com ganhos estimados em cerca de US$ 70 milhões.

Em 2015, o País aprofundou sua cooperação e diálogo junto à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), tendo firmado, em 3 de junho de 2015, um Acordo de Cooperação com objetivo de aprofundar e sistematizar o relacionamento bilateral, colocando-o em bases mais sólidas. O Acordo institucionaliza a participação brasileira em diversos foros da OCDE e estabelece os mecanismos para a definição de linhas de trabalho futuras. Ademais, a Declaração Conjunta

sobre o Programa de Trabalho Brasil-OCDE 2016-17 foi firmada em 3 de novembro de 2015 e trata das atividades que o Brasil e a OCDE tencionam realizar nos próximos dois anos, dando seguimento ao Acordo de Cooperação e prevendo uma série de projetos conjuntos em temas econômicos, governança pública, combate à corrupção, ciência, tecnologia e inovação, dentre outros.

O Brasil tem participado ativamente dos esforços do Mercosul para assegurar que as negociações com a União Europeia avancem para a etapa da troca de ofertas de acesso a mercados. Os Ministros do Mercosul e da UE discutiram o tema durante reunião em Bruxelas, em 11 de junho de 2015. O Mercosul já está pronto para a troca de ofertas e aguarda uma posição da UE a respeito.

Em 2015, o Brasil deu continuidade à política de promover e expandir acordos comerciais do Mercosul com países em desenvolvimento. Como resultado de encontros realizados com Líbano e Tunísia, o Brasil e seus sócios do Mercosul deram início à etapa preparatória da negociação de acordos de livre comércio com os referidos países do mundo árabe.

Em junho de 2015, o Brasil aderiu, como um dos potenciais membros-fundadores, ao Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura, refletindo o compromisso do País em contribuir para o aprimoramento da arquitetura financeira internacional e de permitir melhor aproveitamento de oportunidades para empresas brasileiras na Ásia.

Em julho de 2015, o Brasil participou da III Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento. Foram firmados compromissos da comunidade internacional para o financiamento do desenvolvimento sustentável em apoio à Agenda 2030 e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

A Presidenta da República participou, em novembro, da Cúpula do G20 em Antália, Turquia. Os Líderes adotaram compromissos para estimular o crescimento da economia mundial e promover o desenvolvimento sustentável.

O Brasil deu continuidade às negociações para celebração de Acordos de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFIs), tendo assinado instrumentos dessa natureza, ao longo de 2015, com Angola, Colômbia, Maláui, México e Moçambique. Também foram iniciadas negociações com Chile e Peru. Tratativas preliminares foram mantidas com África do Sul, Argélia, Catar, Cingapura, Marrocos, Nigéria, Omã, República Dominicana, Tunísia e Vietnã, as quais deverão continuar em 2016.

O Governo brasileiro continua empenhado em iniciativas de inteligência e promoção comercial. Ao longo de 2015, o Ministério das Relações Exteriores apoiou, em parceria com entidades públicas e privadas, a realização de mais de 400 missões de promoção comercial. O Programa de Feiras e Exposições do Itamaraty contemplou 80 feiras em 2015, abrangendo diversos setores da Indústria, como alimentação, turismo, saúde e defesa. Grande parte dos eventos foi realizada em parceria com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos e dentro do Programa de Cooperação com os Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Turismo, da Pesca e Aquicultura, do Desenvolvimento Agrário e com o Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur). A Presidenta visitou, em julho de 2015, o Pavilhão Brasil na Expo Milão, que teve como foco o papel do Brasil como um dos maiores produtores e exportadores mundiais de alimentos. Pretende-se, em 2016, viabilizar a participação em 90 eventos.

No âmbito da promoção do produto turístico brasileiro, foram organizados pelo Ministério das Relações Exteriores 84 eventos, em parceria com a Embratur, com o Ministério do Turismo e com Secretarias de Turismo estaduais. Os esforços serão aprofundados, tendo em vista os Jogos Rio 2016. O MRE tem apoiado, consistentemente, a internacionalização de empresas brasileiras.

Destaca-se a aprovação pelo Congresso Nacional, por meio do Decreto Legislativo nº 130, de 3 de junho de 2015, do tratado estabelecendo o Arranjo Contingente de Reservas (ACR), assinado em 2014 na cúpula dos Brics. Com o depósito do instrumento

de ratificação pela África do Sul junto ao Governo brasileiro, o ACR entrou em vigor. O Acordo Multilateral entre os Bancos Centrais (*Inter-Central Bank Agreement*, ICBA), por sua vez, foi assinado pelos Bancos Centrais, em julho de 2015, em Moscou, definindo os detalhes para a execução das operações de *swap* entre os Bancos Centrais dos Brics.

Por fim, em sintonia com a histórica relação de cooperação e parceria em diversas áreas, foi priorizado um reforço para o relacionamento com instituições da União Europeia, que já havia sido iniciado em 2014 com a assinatura de memorandos de entendimento (MoU) junto ao Banco de Portugal, Banco de Espanha e Embaixada Britânica. De fato, em 2015, foram negociados ou assinados MoUs junto ao Banco Central Europeu e ao Banco Central Alemão (*Bundesbank*).

e) Cooperação Técnica, Humanitária e Esportiva

Em 2015, houve 132 ações de cooperação técnica, coordenadas pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), em benefício de 33 países, nos setores de Agropecuária, Defesa, Desenvolvimento Social, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Segurança Pública, Trabalho e Emprego. Realizaram-se sete missões multidisciplinares aos seguintes países: Peru, Bolívia, Equador, Suriname, El Salvador, República Dominicana e Nicarágua.

Entre os eventos, vale mencionar a realização do Fórum em Bancos de Leite Humano, com representantes de 23 países da América Latina, do Caribe e da África, e de dois cursos de capacitação em gestão de recursos hídricos, com participação de 15 países caribenhos. Também se faz menção à realização de oito cursos regulares na área de defesa, com a participação de oficiais dos países: Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, El Salvador, Equador, Guatemala, Guiana, Nicarágua, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela.

Para 2016, está prevista a realização de missões multidisciplinares aos seguintes lugares: México, Colômbia, Bolívia, Guiana, Honduras, Guatemala e Cuba. Serão priorizadas ações em benefício dos países do entorno geográfico e de menor desenvolvimento humano relativo, com especial atenção à temática de gestão dos recursos hídricos e ao projeto para implantação do Centro de Formação Profissional no Haiti.

Com os países africanos de língua portuguesa e Timor Leste, no plano bilateral, cabe destacar, em 2015, a transferência da gestão administrativa do Centro de Formação Profissional Brasil – Timor-Leste, que, após 12 anos de apoio brasileiro, passou a funcionar sob a responsabilidade do governo local. Merecem destaque, igualmente, o início da construção do primeiro Laboratório de Referência de Diagnóstico da Tuberculose em São Tomé e Príncipe, parte essencial do Programa Nacional de Luta contra a Tuberculose no país, bem como a manutenção dos centros de formação profissional instalados na Guiné-Bissau e em São Tomé e Príncipe.

No campo da cooperação técnica multilateral, as iniciativas envolvem mais de uma centena de instituições executoras brasileiras e duas dezenas de organismos internacionais. Dentre os principais temas cobertos por essas parcerias, incluem-se: desenvolvimento social, meio ambiente, educação, saúde, promoção de direitos e modernização da administração pública. Em 2015, executaram-se cerca de 230 projetos na área multilateral, com volume de execução financeira de aproximadamente R$ 440 milhões, atendendo às instituições públicas dos níveis federal, estadual e municipal, bem como da sociedade civil e do setor produtivo.

No plano da cooperação técnica recebida, há projetos com a Alemanha no valor de € 118 milhões nas áreas de uso sustentável e conservação da floresta tropical, biodiversidade, eficiência energética e energias renováveis e clima. Com o Japão, as atividades se focalizam em desenvolver capacidades em gestão de risco de desastres, indústria naval e logística reversa de resíduos sólidos.

Em 2015, a cooperação técnica trilateral envolvendo organismos internacionais envolveu parcerias com nove organismos multilaterais, em particular com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Programa Mundial de Alimentos (PMA) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), nas áreas de agricultura familiar, agricultura, desenvolvimento rural, alimentação escolar, segurança alimentar e nutricional e proteção social.

Foram executados 37 programas e projetos de cooperação Sul-Sul, com a participação de instituições públicas federais, estaduais e municipais, além da sociedade civil. Iniciativas foram concebidas em benefício de outros países em desenvolvimento, especialmente da América Latina e da África, com recursos financeiros na ordem de R$ 75 milhões.

A partir dos resultados exitosos das iniciativas de cooperação trilateral, espera-se que, em 2016, haja a ampliação da pauta de projetos de cooperação técnica Sul-Sul desenvolvida em parceria com organismos internacionais, com foco na América Latina e nos países africanos lusófonos.

No campo da cooperação humanitária, em 2015 o Governo brasileiro empreendeu 39 ações de cooperação humanitária, nas vertentes emergencial e estruturante, totalizando US$ 10,7 milhões, em benefício de cerca de 30 países na América Latina, na África, na Ásia e no Oriente Médio.

Foram respondidos apelos de emergências em saúde nos seguintes países: Argentina, Bolívia, Dominica, El Salvador, Guiné-Bissau, Granada, Líbano, Nepal, Nicarágua, Paraguai, Peru e Suriname, tendo sido enviadas 940 toneladas de medicamentos, avaliados em mais de US$ 490 mil. No que se refere às doações de alimentos, foram respondidos apelos em Cuba; na Guatemala; no Malaui; e na República Centro-Africana, em prol dos afetados pela crise de Ebola na Guiné, na Libéria e em Serra Leoa; em prol dos refugiados saarauís na Argélia; e em prol dos refugiados palestinos em Gaza, tendo sido enviadas, no total, 16,5 mil toneladas de alimentos (arroz e feijão), avaliados em mais de US$ 7,3 milhões.

Na vertente estruturante da cooperação humanitária brasileira, o Programa PAA África (*Purchase from Africans for Africa*), inspirado no programa de compra da agricultura familiar para a alimentação escolar (PAA), logrou beneficiar, ao final de sua primeira fase, 5.187 agricultores participantes, com 434 escolas primárias como entidades receptoras de arroz, milho, feijão e/ou produtos diversos (incluindo perecíveis), e 124.468 estudantes beneficiários do projeto em cinco países africanos: Etiópia, Malaui, Moçambique, Níger e Senegal.

Na vertente emergencial, em parceria com o Ministério da Justiça, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) recebeu US$ 1,3 milhão para projetos voltados à proteção, à assistência e à reintegração de refugiados, principalmente aqueles de origem síria, a serem executados em 2016.

Ainda na vertente emergencial, para apoiar aos afetados pela crise de Ebola, foi operacionalizado o envio de 2.705 toneladas de arroz à Guiné, à Libéria e à Serra Leoa, sendo de grande importância para a provisão de alimentos às áreas isoladas pela epidemia da doença.

O Brasil também doou 4.018 toneladas de arroz, com valor total estimado em US$ 1,4 milhão à Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina (UNRWA), com o apoio do PMA, contribuindo para garantia da segurança alimentar e nutricional dos refugiados palestinos atendidos pela organização em Gaza. A doação brasileira totaliza seis mil toneladas de arroz e seu envio será concluído em 2016.

Ainda no primeiro semestre, o Governo brasileiro participou ativamente da 39ª Conferência da FAO, ocasião em que o brasileiro José Graziano da Silva foi reeleito para o cargo mais importante da Organização, tendo recebido 177 votos de um total de 182 delegações nacionais votantes.

Na área de redução de risco de desastres internacionais, o Governo brasileiro participou ativamente de elaboração e adoção do Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres (EIRD) 2015-2030, assim como da Reunião Extraordinária do Grupo de Trabalho de Alto Nível sobre Gestão de Risco de Desastres da União Sul-americana de Nações (Unasul) e da XII Reunião Especializada de Redução do Risco de Desastres Socioambientais, Defesa Civil, Proteção Civil e Assistência Humanitária do Mercosul, trabalhando para a troca de experiências na redução do risco de desastres no âmbito nacional, regional e multilateral.

Para 2016, prevê-se continuar a execução e o acompanhamento dos projetos em andamento e alcançar a liberação de recursos financeiros para ampliar a capacidade de resposta rápida e efetiva da cooperação internacional humanitária.

f) Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação, Educação e Diplomacia Cultural

No âmbito da cooperação em ciência, tecnologia e inovação, foram realizados, em 2015, diálogos bilaterais na área de ciência, tecnologia e inovação com China, Itália, Japão, Países Baixos e União Europeia. Foi realizada a II Reunião de Ministros de Ciência, Tecnologia e Inovação do Brics, realizada em Brasília, em março, no contexto da Presidência *Pro Tempore* do Brasil.

Em 2015 tiveram continuidade os esforços na cooperação em TV Digital nos âmbitos bilateral e multilateral, com a realização, no Brasil, da IX Reunião do Grupo de Trabalho Conjunto Brasil-Japão sobre TV Digital e da VII Reunião do Fórum Internacional do ISDB-T. Foram implementados projetos bilaterais de cooperação com Chile, Equador, Peru e Uruguai. Destaca-se a adoção, pela Nicarágua, do padrão ISDB-T, o que elevou para 17 o número de países que já optaram pelo sistema nipo-brasileiro. O Brasil manteve ainda esforço de aproximação com países africanos e centro-americanos que estudam aderir ao padrão nipo-brasileiro.

Em 2015, o Brasil sediou a reunião informal do Fórum Internacional de Televisão Digital, para tratar da revisão dos documentos de harmonização técnica do padrão nipo-brasileiro de TV digital, entre todos os países que já adotam o sistema.

Já em 2016, o País deverá continuar a desenvolver uma estratégia internacional na área de ciência, tecnologia e inovação, mediante a aproximação entre interlocutores brasileiros e internacionais das áreas governamental, acadêmica e do setor privado e a colaboração com instituições de ponta no exterior, com vistas à geração de novos produtos, processos e serviços. Além da realização de reuniões bilaterais e multilaterais na área, deverá ser estimulado o financiamento de projetos conjuntos de pesquisa e a atração de centros de pesquisa e desenvolvimento de empresas de outros países no Brasil.

Foi realizada, em novembro de 2015, em João Pessoa, a X edição do Fórum de Governança da Internet (IGF). A reunião foi organizada pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), com apoio do Governo brasileiro em seus aspectos substantivos e logísticos. A reunião de João Pessoa constituiu espaço de alta relevância para discussão e articulação internacionais, em formato multissetorial, sobre temas afetos à Internet.

O Brasil tem assumido papel de destaque no processo de elaboração de proposta para a transferência do controle sobre a gestão dos recursos críticos da Internet ("funções IANA") do governo norte-americano para a comunidade global internacional. O Brasil defende que a Corporação da Internet para Atribuição de Nomes e Números (ICANN, na sigla em inglês) deve ser regida pelo direito internacional, e que qualquer mudança no regimento interno não deve afetar negativamente o papel dos governos

no processo decisório da corporação. A reunião gerou como resultado um documento contendo opções de políticas públicas a serem implementadas para conectar o próximo bilhão de usuários de Internet no mundo, bem como subsídios para a revisão dos dez anos do processo que originou a Cúpula Mundial da Sociedade da Informação realizado em dezembro de 2015, oportunidade na qual o Brasil defendeu uma Governança da Internet multissetorial, multilateral, democrática e transparente.

Em 2015, o Brasil continuou avançando em seu processo de internacionalização acadêmica, em especial pelo Programa Ciência sem Fronteiras (CsF). O Programa de Apoio a Estudantes Brasileiros (PAEB), do Ministério das Relações Exteriores, realizou ações de apoio e orientação aos bolsistas do programa em 28 embaixadas e consulados.

Paralelamente, o Brasil deu continuidade aos seus programas de cooperação acadêmica internacional Sul-Sul: Programa Estudante Convênio-Graduação (PEC-G) e Programa de Estudante Convênio Pós-Graduação (PEC-PG), pelos quais são selecionados para vir estudar no Brasil, a cada ano, cerca de 600 estudantes de graduação e 250 estudantes de pós-graduação, todos provenientes de países em desenvolvimento.

No plano cultural, o Brasil participou de 31 feiras e festivais nas áreas de literatura, artes visuais, música e artes cênicas, em 19 países. Destaca-se a participação do Brasil, como país homenageado, no Salão do Livro de Paris, onde foi lançada a edição francesa da coletânea "Nova Dramaturgia Brasileira". Menciona-se, ainda, a realização de diversos eventos culturais no Japão, em celebração aos 120 anos de relações diplomáticas entre os dois países, com destaque para a exposição "Oscar Niemeyer - O homem que construiu Brasília".

Na área do audiovisual, foi apoiada a realização, no âmbito do Programa de Promoção do Audiovisual Brasileiro, de 45 eventos em 27 países distintos.

No contexto do interesse pela vertente brasileira da língua portuguesa, mais de nove mil matrículas foram registradas nos cursos oferecidos pelos 24 centros culturais, cinco núcleos de estudos e 28 leitorados brasileiros mantidos pelo Itamaraty no exterior.

g) Comunidades Brasileiras no Exterior

A rede consular brasileira no exterior, composta por 195 postos, prestou, em 2015, atendimento a mais de 2,7 milhões de brasileiros residentes no exterior e àqueles que se encontravam em trânsito.

Em 2015, o Núcleo de Assistência a Brasileiros no Exterior (NAB) efetuou atendimento de cerca de 3,5 mil casos, por meio de consultas aos postos, atendimento telefônico e/ou por meio eletrônico. O número de consultas recebidas na Ouvidoria Consular tem crescido a cada ano, como resultado da divulgação do serviço e de sua ação no sentido de solucionar problemas existentes no contato entre os postos e seus consulentes.

Manteve-se, além disso, a realização de consulados itinerantes. Trata-se de iniciativa com forte demanda por parte da comunidade brasileira e com significativos registros de produção de documentos.

A I Conferência sobre Questões de Gênero na Imigração Brasileira realizou-se em Brasília/DF, em junho de 2015. Reuniu representantes das comunidades brasileiras no exterior e de órgãos governamentais. Foram tratados temas de interesse daquelas comunidades - violência doméstica, disputa por guarda de menores, imagens estereotipadas da mulher brasileira, questões de saúde feminina, questões afetas à comunidade LGBT e outros. Cumpriram-se as metas de delinear políticas, linhas de ação

e iniciativas concretas em benefício das comunidades no exterior, cuja execução já teve início pelo Ministério das Relações Exteriores e sua rede de embaixadas e consulados no exterior.

Foi dada continuidade, em 2015, à coordenação necessária entre o Itamaraty, os postos consulares e as embaixadas com o setor consular, e os membros do Conselho de Representantes Brasileiros no Exterior, o qual acompanha e coordena os trabalhos dos 53 Conselhos de Cidadãos e Cidadania espalhados pelo mundo.

O Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) foi realizado no exterior, em 2015, em dez cidades – Boston, Bruxelas, Caiena, Genebra, Hamamatsu, Lisboa, Londres, Madri, Nagoia e Tóquio –, beneficiando jovens e adultos brasileiros emigrados que necessitavam concluir o nível médio e o fundamental de ensino. Nesta edição, 813 brasileiros realizaram as provas.

O Espaço do Trabalhador Brasileiro encontra-se instalado no Consulado Geral do Brasil, em Hamamatsu, no Japão. Desde sua inauguração, em dezembro de 2012, o Espaço prestou atendimento em questões trabalhistas a cerca de 8,7 mil trabalhadores brasileiros no Japão, tendo lançado a cartilha "Pequeno Manual do Trabalhador Brasileiro no Japão", de ampla divulgação e aceitação.

Em 2015, foi assinado o Acordo de Previdência Social Brasil-EUA. Ainda em 2015, entrou em vigor o Acordo de Previdência Social com a Coreia. Encontram-se em tramitação, no Congresso Nacional, os Acordos assinados com a Suíça e com a cidade de Québec, no Canadá. Atualmente, o Brasil conta com 13 acordos de previdência social (bilaterais e multilaterais) em vigor, beneficiando boa parte dos trabalhadores brasileiros residentes e/ou temporários no exterior.

Também em 2015, mais 11 postos da rede consular brasileira passaram a prestar o serviço de saque do FGTS à comunidade brasileira no exterior. Desde 2010, ano de início do serviço no exterior em diversas embaixadas ou consulados do Brasil, mais de quatro mil empregados, brasileiros e estrangeiros, já foram atendidos, realizando um total superior a oito mil saques.

Dentre as prioridades para 2016, destacam-se a continuidade dos trabalhos emanados da I Conferência sobre Questões de Gênero, de modo a prover, de maneira mais eficaz, a proteção à comunidade brasileira no exterior; a realização da V Conferência Brasileiros no Mundo em Brasília/DF; e a assinatura de novos acordos de previdência social.

Com relação ao afluxo de migrantes haitianos no Acre e no Amazonas, o Governo Federal permanece atuando em cooperação com os países vizinhos para proteger os direitos dos migrantes, bem como para coibir a atuação de redes criminosas envolvidas com tráfico de pessoas. Registra-se que o Brasil é o único país do continente que adota política migratória especial, de caráter humanitário, para nacionais do Haiti, que foi prorrogada em 2015, por mais um ano, com a publicação da Resolução Normativa nº 117, do Conselho Nacional de Imigração. Além disso, entrou em operação, em setembro, Acordo celebrado com a Organização Internacional para as Migrações para a prestação de serviços pré-consulares em Porto Príncipe, com objetivo de conferir maior segurança e celeridade ao processo de análise dos vistos. Desde 2012, as embaixadas do Brasil em Porto Príncipe, Quito, São Domingos e Lima concederam em torno de 30 mil vistos permanentes de caráter humanitário a nacionais haitianos.

A nova versão do Sistema Consular Integrado, chamada de Nova Geração (SCI.ng), foi entregue ao Itamaraty em setembro deste ano e passará a ser utilizado pela rede consular brasileira a partir de 2016, modernizando os métodos de trabalho do serviço consular brasileiro. Atualmente, a Rede Consular Brasileira é responsável pela produção de mais de 1,6 milhão de documentos por ano. Mais de 10 milhões de pessoas – brasileiros que vivem no exterior ou que viajam por períodos curtos, além

de estrangeiros – são potenciais usuárias dos sistemas de processamento de dados do Itamaraty. O SCI.ng é uma ferramenta fundamental para a integração das bases de dados do Ministério das Relações Exteriores com o Departamento de Polícia Federal, Tribunal Superior Eleitoral, Sistema Nacional de Informações de Registro Civil, Ministério da Defesa e Interpol (*International Criminal Police Organization*), entre outros.

2. Soberania

a) Planejamento na Área de Defesa

No ano de 2015, prosseguiu o processo de consolidação do Sistema de Planejamento Estratégico de Defesa (Sisped), com os trabalhos para revisão da Política e da Estratégia Nacionais de Defesa, documentos de mais alto nível na cadeia de planejamento estratégico. Paralelamente, iniciou-se a atualização do Livro Branco de Defesa Nacional, que permite à população conhecer as realizações e os desafios nacionais nessa área, além de ser instrumento para construção de confiança mútua com as demais nações, em especial da América do Sul, ao expressar com clareza as percepções e os interesses nacionais no campo da defesa. Em 2016, finalizadas as atualizações, esses documentos serão encaminhados à apreciação do Congresso Nacional, conforme previsão legal.

b) Base Industrial de Defesa

A indústria de defesa é estratégica para o País, pois promove pesquisas e o desenvolvimento de tecnologias nacionais, grande parte delas de emprego dual (civil e militar), com a geração de produtos de alto valor agregado e potencial para exportação, além de redução da dependência de tecnologia externa.

Ao longo de 2015, foi mantido o foco no fortalecimento da base industrial de defesa, em especial com a busca do aumento das exportações. Foram realizadas missões de promoção comercial em potenciais mercados, destacando-se a realizada ao Iraque, que permitiu a abertura de oportunidades para diversos negócios. Foi apoiada a realização da décima edição da LAAD *Defense & Security* (LAAD-2015), feira de defesa e segurança que tem como principal objetivo promover a base industrial de defesa brasileira, por meio da exposição de produtos, tecnologias e serviços produzidos no País. Participaram do evento 41 países, com 642 expositores, dos quais mais de 180 eram de empresas brasileiras.

Ao longo de 2016, terão continuidade as atividades de promoção comercial no exterior e o aprimoramento do processo de coleta e análise dos dados da inteligência comercial. Será também realizada a IV Mostra da Base Industrial de Defesa, com o objetivo de divulgar o potencial nacional nesse campo.

Outra matéria de destaque são os benefícios fiscais concedidos às empresas componentes da base industrial de defesa, com o objetivo de incentivar o desenvolvimento de tecnologias e da produção nacionais. No ano de 2015, 63 empresas e cerca de 312 produtos foram habilitados para regime tributário especial, tornando-os mais competitivos nos mercados interno e externo.

O Programa Inova Aerodefesa ganhou continuidade, tendo sido celebrados 41 contratos para acesso a recursos não reembolsáveis, no valor de R$ 130 milhões. Esse Programa é uma iniciativa de coordenação das ações de apoio à pesquisa, ao desenvolvimento e à inovação nas empresas das cadeias de produção aeroespacial, defesa e segurança.

Por fim, destaca-se a assinatura de acordo de cooperação entre o Brasil e a Espanha na área de indústrias de defesa, favorecendo o desenvolvimento conjunto de produtos e permitindo acesso ao mercado europeu por meio de associações com empresas espanholas.

c) Proteção da Amazônia

c.1) O Programa Calha Norte

Promover a ocupação, a fixação da população e o desenvolvimento ordenado e sustentável da Região Norte, contribuindo para a defesa nacional e proporcionando assistência à população da região, objetivos do Programa Calha Norte, são prioridades da política de desenvolvimento nacional.

O Programa atua em duas vertentes: soberania, que consiste na manutenção da presença do Estado, por meio da implantação, ampliação ou adequação de unidades militares das Forças Armadas, reforçando, assim, a segurança das fronteiras e o combate ao narcotráfico; e o desenvolvimento regional, que visa proporcionar melhores condições de vida à população local e promover o progresso por meio da execução de obras em rodovias, portos, aeródromos, escolas e redes elétricas, dentre outras.

Das atividades executadas, em 2015, na vertente soberania, destacam-se: i) continuidade da construção de microcentral hidrelétrica no Pelotão Especial de Fronteira (PEF) de Tiriós/PA; ii) continuidade das obras de implantação do 3º Batalhão de Infantaria de Selva, em Barcelos/AM; iii) início da construção de ponte de acesso à pista de pouso do PEF de Estirão do Equador/AM; iv) aquisição de novas embarcações, motores de popa e equipamentos modernos de comunicações e de navegação; v) aquisição de material para o Navio de Assistência Hospitalar Soares de Meirelles; vi) construção dos pavilhões de garagens na 1ª Base Logística e no 7º Batalhão de Infantaria de Selva; e vii) manutenção das aeronaves C-105 Amazonas.

Na vertente desenvolvimento regional, destacam-se as seguintes ações: i) construção de centro de idosos, em Tonantins/AM; ii) construção de escolas em Japurá/AM e Cutias/AP; iii) construção de quadra poliesportiva em Campo Novo de Rondônia/RO; iv) construção de centro de saúde em Alto Alegre dos Parecis/RO; v) construção do centro de especialidades odontológicas em Rolim de Moura/RO; vi) construção de feira livre coberta em Vilhena/RO; vii) implantação de eletrificação rural em Cantá/RR; e viii) construção da Casa do Colono em Mâncio Lima/AC.

Para 2016, está prevista a continuidade das ações nas duas vertentes do Programa, com prioridade para a celebração de convênios com os Estados e os Municípios nas áreas de educação, saúde, saneamento básico, transporte, energia e comunicações.

c.2) Projeto Cartografia da Amazônia

As informações cartográficas auxiliam no conhecimento da Amazônia e no monitoramento de segurança e defesa nacional, em especial das áreas de fronteira. As cartografias também têm auxiliado a região no planejamento e na execução de projetos de infraestrutura (rodovias, ferrovias, gasodutos e hidrelétricas), na demarcação de áreas de assentamentos, em atividades de mineração e do agronegócio, na elaboração de zoneamento ecológico e econômico, e no escoamento da produção. Em 2015, destaca-se a conclusão de 125 cartas náuticas (novas ou atualizadas) dos principais rios da Amazônia.

d) Defesa Terrestre

Em 2015, teve continuidade o processo de transformação do Exército Brasileiro, que engloba nova doutrina, novos produtos de defesa, capacitação e motivação dos profissionais, de modo a respaldar as decisões soberanas do Brasil em qualquer área de interesse estratégico.

Com o objetivo de fortalecer a presença e a capacidade de atuação do Estado na faixa de fronteira, no âmbito do projeto estratégico Sistema Integrado de Monitoramento das Fronteiras (Sisfron), em 2015, destacam-se as seguintes ações: i) incremento na entrega de equipamentos ópticos e eletrônicos de alta tecnologia; ii) instalação de novas torres da rede estratégica de comunicações fixas; iii) integração dos diversos subsistemas de sensoriamento remoto e apoio à decisão; e iv) obras e serviços de engenharia para construção e adequação de instalações militares. Para 2016, é previsto o prosseguimento da implantação do Projeto Piloto do Sisfrom no Mato do Grosso do Sul.

O projeto estratégico Defesa Cibernética destacou-se na integração da segurança e na defesa cibernética em grandes eventos realizados e prepara-se para outros fundamentais, como os Jogos Olímpicos Rio 2016. Destacam-se, entre as entregas de 2015, a implantação do supercomputador no Instituto Militar de Engenharia (IME) e o uso de nova sistemática, mais dinâmica e eficiente, para simulações na área de defesa cibernética. Para 2016, estão programados: i) prosseguimento de ações já iniciadas; ii) melhoria da proteção cibernética no Sistema de Informações do Exército; iii) consolidação dos Núcleos do Comando de Defesa Cibernética e da Escola Nacional de Defesa Cibernética; iv) capacitação de pessoal; e v) criação de células de cibernéticas nos órgãos de inteligência.

O Projeto Proteger, destinado à defesa de estruturas estratégicas do País, teve seus requisitos ajustados para o desenvolvimento e a aquisição do Sistema Protetor, que ampliará a capacidade do Exército Brasileiro na obtenção de informações para o preparo e o emprego da Força. Foram adquiridos equipamentos para o desenvolvimento do projeto-piloto do Centro de Coordenação de Operações Terrestres Interagências Móvel, que será empregado durante os Jogos Olímpicos Rio 2016, e para o Sistema Protetor. Para 2016, está previsto o desenvolvimento dos projetos relativos à construção do Centro de Coordenação de Operações Terrestres Interagências em Brasília/DF.

O Projeto Obtenção da Capacidade Operacional Plena tem como objetivo dotar todas as unidades operacionais da Força Terrestre com material de emprego militar em qualidade e quantidade adequadas. Em 2015, teve prosseguimento a aquisição/modernização de vários materiais, com destaque para viaturas blindadas sobre lagartas, viaturas blindadas sobre rodas, embarcações fluviais de combate, materiais de engenharia de combate (como geradores militares e veículos terrestres não tripulados), armamento leve e pesado, munições especiais, material de comunicações e de comando e controle. Para o ano de 2016, a perspectiva é a continuidade das ações planejadas, em especial a aquisição de materiais de emprego militar com maior carência na força terrestre.

O Projeto Guarani tem como finalidade substituir as viaturas Urutu e Cascavel por equipamentos mais modernos. Em 2015, prosseguiu sua implantação com a aquisição de 52 viaturas, já produzidas, e a contratação da empresa integradora dos sistemas de armas e do comando e controle da plataforma. Quanto à adequação da infraestrutura e à capacitação, foram concluídas as obras do Centro de Instrução de Blindados e do 33º Batalhão de Infantaria Mecanizado e realizada capacitação de recursos humanos sobre sistemas de comando e controle, e operação do sistema de armas dos Guaranis.

Já o Projeto Astros 2020 tem como objetivo dotar o Exército de novos armamentos e munições com tecnologias militares de ponta, que possibilitarão à Força dispor de um sistema de artilharia, com capacidade de empregar foguetes guiados e mísseis táticos de cruzeiro com alcance de 300 km. As realizações que se destacam, em 2015, são: i) início do desenvolvimento do projeto do sistema de simulação integrada pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); ii) continuidade do desenvolvimento tecnológico do míssil tático de cruzeiro e do foguete guiado; e iii) entrega do primeiro lote de viaturas do Sistema Astros modernizadas com tecnologia nacional, tendo a capacidade de lançar mísseis e toda a família de foguetes Astros. Em 2016, será dada continuidade às atividades de implantação do Forte Santa Bárbara e de desenvolvimento e aquisição de produtos de defesa, sempre com prioridade para a indústria nacional.

O Projeto Defesa Antiaérea tem por objetivos recuperar e adquirir novos meios de artilharia antiaérea de baixa altura, bem como obter capacidade de artilharia antiaérea de média altura, permitindo a proteção das estruturas estratégicas terrestres brasileiras, de áreas sensíveis e da Força Terrestre. Em 2015, destacam-se as seguintes realizações: i) entrega de lote do Sistema de Mísseis RBS 70, constituído por dois postos de tiro, seis aparelhos de pontaria noturna Borc e dois simuladores; ii) recebimento de cinco radares Saber M60 (sistema de controle e alerta); iii) entrega de oito centros de operações antiaéreas eletrônicos, viaturas contendo equipamentos de comunicações, computadores e sistema de comando e controle específico de artilharia antiaérea; iv) entrega de 33 viaturas blindadas de combate de defesa antiaérea Gepard; e v) recebimento de oito conjuntos para o sistema de comunicações. Para 2016, está prevista a aquisição de sistemas de armas.

e) Força Aérea

Para garantir a soberania do espaço aéreo e a defesa nacional, tem sido promovida uma sistemática adequação da frota de aeronaves, por meio de aquisição, modernização e desenvolvimento de aeronaves, equipamentos e sistemas, ampliando-se, desse modo, a capacidade operacional da Força Aérea.

No tocante à aquisição de novas aeronaves, destaca-se o Projeto F-X2, que tem por objeto substituir e padronizar a frota de aeronaves, com redução do custo logístico e capacitação da indústria para desenvolver a aeronave. Está prevista a aquisição de 36 aeronaves multiemprego, em contratos com vigência entre 2015 e 2024, e valor aproximado de R$ 15 bilhões. Em 2015, foram assinados, além do contrato principal, acordo de compensação, contrato de suporte logístico e contrato de aquisição de armamentos. Operação de crédito externo cobrirá 100% do valor do contrato comercial. O projeto prevê transferência de tecnologia e a Força Aérea Brasileira compartilhará a propriedade intelectual com a fabricante e a Força Aérea Sueca. Para iniciar o processo de transferência de tecnologia, os primeiros engenheiros e técnicos brasileiros viajaram à Suécia em 2015. Estima-se que o projeto gerará mais de dois mil empregos diretos no País.

Outro projeto que merece destaque é o H-XBR, que prevê a produção, o desenvolvimento e o fornecimento de 50 helicópteros de médio porte, destinados às três Forças. Em 2015, foram recebidos mais sete helicópteros EC-725. Nesse mesmo exercício, foi inaugurado o simulador dos helicópteros, no Rio de Janeiro, permitindo que o treinamento ocorra no Brasil e não mais no exterior. Além do atendimento às necessidades operacionais das Forças Armadas, o projeto tem como propósito fomentar a indústria aeronáutica no Brasil, por meio da transferência de tecnologia, possibilitando o desenvolvimento completo de um helicóptero nacional, a partir de 2020. Para isso, estão envolvidas na fabricação dos helicópteros, como subcontratadas ou beneficiárias de transferência de tecnologia, um total de 12 empresas nacionais.

O Projeto KC-X prevê o desenvolvimento e a aquisição de 28 aeronaves de transporte militar e reabastecimento em voo, visando substituir e padronizar a frota existente, com redução do custo logístico. O projeto é 100% nacional, com índice de nacionalização esperado de 60% para a produção. Entre as realizações do projeto em 2015, destacam-se: i) campanha de testes em solo; ii) realização do voo inaugural do primeiro protótipo; iii) início dos ensaios em voo; e iv) início da certificação do produto.

No que se refere à revitalização e à modernização da frota de aeronaves e de sistemas embarcados, em 2015, destacam-se: i) continuidade da execução dos projetos F5-BR e A-1 (AM-X), que permitirá a manutenção de capacidade operacional até a entrada em atividade das aeronaves relativas ao projeto F-X2; ii) incorporação à frota da Força Aérea de mais oito aeronaves modernizadas do tipo C-95M Bandeirante, utilizadas em missões cívico-social e de transporte aéreo logístico,

especialmente na Amazônia e no Pantanal; e iii) reincorporação à frota de duas aeronaves modernizadas do tipo P-95M Bandeirulha, de emprego na aviação de patrulha marítima, busca e resgate.

O desenvolvimento de sistemas bélicos é outra linha de ação relevante para o aumento da capacidade operacional da Força Aérea. Nela, destaca-se o desenvolvimento do míssil A-Darter de 5ª geração, fruto da parceria entre Brasil e África do Sul.

Em 2015, houve o lançamento com sucesso do primeiro satélite de pequeno porte totalmente desenvolvido no País, o CUBESAT AESP-14, fruto de parceria entre o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). A produção desse satélite teve como objetivo validar subsistemas desenvolvidos por alunos de graduação e de pós-graduação do ITA.

O ITA, em parceria com a Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf), também atuou no projeto de um sistema de veículo não tripulado (Vant), com autonomia de três horas de voo, abrangendo a construção e o desenvolvimento de soluções em aviônica e sistemas de comunicação, câmeras para captação de imagens e sua estação terrestre de controle. O domínio dessa tecnologia representa um significativo potencial para a indústria nacional, devido à vasta gama de aplicações para fins militares e de segurança.

A Força Aérea também atuou, ao longo de 2015, para implementar ações em prol da segurança de voo e da vigilância e do controle do espaço aéreo, visando propiciar circulação segura e eficiente do tráfego e ampliar a capacidade de controle e defesa desse espaço. Dentre as medidas realizadas para o aperfeiçoamento do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (Sisceab), destacam-se: i) implantação de estações meteorológicas; ii) modernização e construção de torres de controle; iii) substituição de equipamentos e implantação de sistema de pouso por instrumento; iv) modernização dos equipamentos de telecomunicação aeronáutica; e v) planejamento e realização de 164 atividades de prevenção (simpósios, seminários, palestras e cursos) com público estimado de 13 mil profissionais de aviação, pelo Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos, visando promover a prevenção.

Outras realizações relevantes, em 2015, foram: i) ativação da Primeira Brigada de Defesa Antiaérea para dar proteção às infraestruturas do Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro (Sisdabra); ii) tratativas para adequação dos contratos para modernização das aeronaves E-99, empregadas na defesa do espaço aéreo, inclusive em grandes eventos; e iii) desenvolvimento do Projeto do Centro de Tratamento à resposta a incidentes de Segurança em redes da Força Aérea (Projeto CTIR.FAB).

f) Defesa Naval

Ao longo de 2015, foi dado prosseguimento aos investimentos em programas estruturantes do Poder Naval, com o objetivo de obter meios para assegurar capacidade de defesa e segurança marítima.

Destacam-se, em primeiro lugar, os investimentos realizados no Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub). O Programa foi criado em 2008, a partir de parceria entre Brasil e França, e envolve mais de 600 empresas brasileiras. Contempla a implantação dos estaleiros de construção e manutenção, de uma base naval, de quatro submarinos convencionais, e projeto e construção de um submarino com propulsão nuclear. Em 2015, as principais realizações no âmbito do Programa foram: i) concluída a última seção do casco resistente do primeiro submarino convencional; ii) continuidade da montagem das subseções do segundo submarino convencional; e iii) iniciada a fabricação da primeira subseção do terceiro submarino convencional.

Em março de 2015, foi recebido o Navio de Pesquisa Hidroceanográfica Vital de Oliveira, adquirido em parceria com a Petrobras e a Vale S/A. O navio é dotado de laboratórios e equipamentos científicos de última geração, com capacidade para acomodar 50 pesquisadores. Constituirá, assim, uma importante plataforma científica e tecnológica para a realização de levantamentos geológicos do fundo do mar, permitindo ao Brasil desvendar novas fronteiras do conhecimento científico sobre os oceanos.

Foi retomada a construção das novas corvetas "Classe Tamandaré", com a entrega da documentação necessária para o término da fase de contrato. O início da construção da primeira unidade está previsto para 2016, com duração de cerca de cinco anos.

Outras entregas de destaque, em 2015, são: i) no tocante aos meios aeronavais, foram recebidas as duas últimas aeronaves SH-16 "*Seahawk*" de um total de seis helicópteros adquiridos; ii) entregue a primeira aeronave de Asa Fixa (AF-1) de interceptação e ataque modernizada, de 12 unidades previstas; iii) concluída a entrega do lote de viaturas blindadas de transporte de pessoal sobre rodas, com o recebimento da 30ª viatura, contribuindo, assim, para modernização de meios de fuzileiros navais; iv) concluídas mais 12 viaturas blindadas (M113A1 sobre Lagartas) de transporte de pessoal, restando apenas cinco de um total de 30 viaturas programadas; e v) entrega da bateria de lançadores múltiplos de foguetes Astros 2020.

Em relação à segurança da navegação aquaviária, ao longo de 2015, a Marinha do Brasil desempenhou atividades de fiscalização das normas de segurança por meio de ações de patrulha e inspeção naval nas águas jurisdicionais brasileiras. Neste sentido, merece destaque a Operação "Verão" 2014/2015, que fiscalizou embarcações em todo o País, com o propósito de minimizar a possibilidade de acidentes envolvendo embarcações de esporte e recreio, e de transporte de passageiros, sobretudo aquelas utilizadas em turismo náutico. Durante a operação, foram abordadas cerca de 120 mil embarcações, emitidas 9,5 mil notificações e apreendidas 1,4 mil embarcações. Estes números refletem o esforço empreendido e correspondem a um incremento de 16% em relação ao período de 2013/2014. Além da Operação "Verão", destaca-se a realização de diversas outras ações para elevar o grau de conscientização dos navegantes, em especial as dirigidas à eliminação dos acidentes de escalpelamento na Região Amazônica.

Foi ativado, em 2015, o Centro de Defesa Nuclear, Biológica, Química e Radiológica da Marinha do Brasil, com o propósito de coordenar e integrar as atividades do tema no âmbito da Força Naval. A ativação do Centro é um marco importante e suas atividades se desenvolverão atreladas às evoluções do Programa Nuclear da Marinha.

g) Participação do Governo Brasileiro em Missão das Nações Unidas de Estabilização no Haiti e Outras Missões de Paz

A participação brasileira em missões de paz sob a égide da ONU contribui para a busca da paz no cenário internacional. Essa participação proporciona, ainda, adestramento aos efetivos militares e dá ao Brasil protagonismo nas discussões afetas ao tema. Em 2015, destaca-se a participação de dois contingentes: a Missão das Nações Unidas para Estabilização no Haiti (Minustah) e a Força Interina das Nações Unidas no Líbano (Unifil).

Atualmente, integram a Minustah 987 militares das Forças Armadas do Brasil. Trata-se do maior efetivo entre os países que participam dessa missão. A presença brasileira no Haiti vem contribuindo de forma significativa para estabilização político-institucional daquele país.

Quanto à Unifil, o efetivo empregado de 201 militares prossegue nas tarefas de impedir a entrada ilegal de armas e de materiais afins no Líbano, bem como treinar a Marinha Libanesa para que, no futuro, possa assumir o controle de suas próprias águas jurisdicionais. Nesse contexto, merece destaque, em 2015, a ação humanitária conduzida pela Corveta "Barroso", em águas do

Mediterrâneo, durante o seu trânsito para o Líbano, quando resgatou 220 refugiados que se encontravam em uma embarcação com risco de naufragar, tentando fugir dos conflitos da região. Para 2016, a partir de 15 de março, serão empregados 266 militares.

h) Operações e Exercícios Conjuntos das Forças Armadas

As Operações Ágata ocorrem em pontos estratégicos das fronteiras terrestres, com o objetivo de inibir a incidência de ilícitos nessas regiões. Em 2015, foram realizadas duas operações das três previstas: Ágata 9 e 10. Nessas operações são realizados patrulhamentos aéreos, terrestres e fluviais, estabelecidos postos de bloqueio na calha dos rios e nas principais rodovias, com revistas em embarcações, aeronaves, veículos automotores e motocicletas. Além disso, foram realizadas operações de inteligência, atividades logísticas e de comunicações, e ações cívico-sociais.

Em 2015, também foram realizadas operações de adestramento conjunto das Forças Armadas. A operação "Atlântico IV" teve foco no ambiente marítimo do Atlântico Sul e a "Anhanduí", na Região Centro-Oeste. Foi realizado, ainda, o exercício "Operação Panamax 2015", estratégia combinada realizada anualmente e destinada à proteção do Canal do Panamá, envolvendo diversos países.

i) Atuação Subsidiária das Forças Armadas

As Forças Armadas vêm atuando em ações de apoio aos órgãos do Governo em atividades de assistência às comunidades carentes, defesa civil, combate a crimes ambientais, realização de grandes eventos, garantia da lei e da ordem e ajuda humanitária, além da realização de obras relevantes para o desenvolvimento nacional.

Em 2015, destacam-se: i) continuidade da "Operação Pipa", destinada a levar água potável às populações vítimas da estiagem que ocorre no semiárido nordestino, assegurando o abastecimento para cerca de quatro milhões de pessoas; ii) cooperação na distribuição dos profissionais do Programa Mais Médicos para seus destinos nas diversas regiões do País; iii) apoio logístico no atendimento clínico, cirúrgico e odontológico às populações indígenas de Barreira do Baixo, Marauiá e Maturaká, no Amazonas, e às populações indígenas de Munduruku, Apiacá, Kaiabi e Kayapó, no Pará; iv) apoio às secretarias de saúde de SP, SC, PE, AP, ES, RR e DF no combate ao mosquito transmissor da dengue, chikungunya e zika vírus; e v) apoio à realização das provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2015.

Na defesa civil, foi prestado apoio à assistência de populações atingidas por desastres naturais nos Estados do AC, BA, ES, PR, RO, RS, SC e MG. Em SP, como decorrência de explosão e incêndio em depósitos de combustíveis, houve apoio para extinção do incêndio e com equipes de defesa química, bacteriológica, radioativa e nuclear; combate a incêndio em Imperatriz/MA, Chapada Diamantina/BA; e Operação Enchente no Acre.

Foram executadas ações de garantia da lei e da ordem, destacando-se a Operação São Francisco, no Complexo da Maré, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, com efetivo de cerca de 2,7 mil militares do Exército, da Marinha e da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.

Com relação às obras realizadas com apoio das Forças Armadas, destacam-se: i) duplicação e restauração de 12 km da BR-101, em SE; ii) restauração, melhoramento e pavimentação de 29 km da BR-319, no AC; iii) restauração de 67 km da BR-364, em RR; iv) conservação de 124 km da BR-401, em RO; v) implantação e reparação de 84 km da BR-418, na BA; vi) conservação de 68 km da BR-367, em MG; vii) conservação, restauração e manutenção da rodovia BR-101, no RN, trecho entre o acesso ao novo aeroporto da Grande Natal e Touros; viii) construção da rodovia SC-114, trecho de 29 km entre São Joaquim e o rio Pelotas, na

divisa com o RS; ix) conclusão dos trabalhos de pavimentação de percurso de 32 km e instalação das sinalizações entre a Vila de Campo Novo e a descida da balsa no Distrito de Miritituba, no PA; e x) instalação de pontes metálicas na BR 367, em MG, a fim de permitir o restabelecimento do tráfego.

j) Atividades de Inteligência e Segurança da Informação

A atividade de inteligência a cargo da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) foi orientada em 2015 para o oportuno assessoramento da Presidenta da República e, subsidiariamente, do processo decisório governamental, em diferentes assuntos de interesse para a vida nacional e segurança da sociedade e do Estado brasileiro.

No contexto dos preparativos para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, as ações no eixo da Inteligência foram coordenadas, considerando os compromissos do Governo Federal consubstanciados na ação integrada que abarca, ainda, os eixos da Segurança e da Defesa, respectivamente sob responsabilidade do Ministério da Justiça e do Ministério da Defesa, materializada no Plano Estratégico de Segurança Integrada (PESI).

No tema da segurança das fronteiras, a Abin coordenou a fase de Inteligência da Operação Ágata, que envolveu vários órgãos federais na esfera do Plano Estratégico de Fronteiras do Governo Federal, cujo objetivo é combater o crime organizado e intensificar a presença do Estado em regiões fronteiriças.

Com relação à política migratória, foram realizadas ações de inteligência e assessoramento ao processo decisório. Na área de Contrainteligência, a Abin buscou identificar e neutralizar ações contrárias aos interesses do Brasil com o propósito de eliminar ou reduzir vulnerabilidades no acesso, no processamento e na guarda de dados e informações sensíveis ou sigilosas, particularmente ante ameaças de origem interna ou vindas de pessoas ou entes do exterior.

Quanto ao tema do terrorismo, a Agência atuou tendo como foco a prevenção de atos terroristas ou extremistas, considerando a possibilidade de ocorrência desencadeada por pessoas, grupos ou organizações suspeitas de envolvimento direto ou indireto com estruturas ou ideologias que representem ameaça à sociedade brasileira ou a estrangeiros presentes no País, à segurança institucional e aos interesses estratégicos do Brasil.

Na esfera da segurança da informação e das comunicações, foram desenvolvidas soluções orientadas para a detecção de ameaças à integridade e à confidencialidade de conhecimentos sensíveis, citando como referências os projetos Quimera, Ciberis e Scama, voltados para a proteção de redes de computadores. Os esforços contemplaram também *softwares* e aplicativos de transmissão de dados, principalmente com a atualização de soluções em funcionalidades como criptografia de voz e comunicação segura com o uso de redes privadas virtuais providas de algoritmo de estado.

Em nível externo, em 2015 destacam-se: i) a implementação de acordo bilateral com o Timor Leste visando o fortalecimento do serviço de inteligência daquele país, bem como a capacitação especializada de seus integrantes; e ii) a realização do XVII Fórum dos Serviços de Informação e de Inteligência da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), reunindo representantes de sete países.

Em 2016, estão planejadas a preparação, a articulação e a execução das atividades de inteligência relativas aos Jogos Rio 2016, juntamente com os governos estaduais responsáveis pela realização do evento, primordialmente considerando a minimização ou eliminação de riscos. Para isso, serão intensificadas as atividades no âmbito do Centro Nacional de Inteligência, em Brasília/DF, do Centro de Inteligência dos Jogos e do Centro de Inteligência dos Serviços Estrangeiros, no Rio de Janeiro/RJ, e dos

Centros Regionais de Inteligência, nas Cidades-sede das partidas de futebol. Quanto à produção de conhecimentos, será dada continuidade às ações de inteligência vinculadas à obtenção de dados e ao assessoramento dos responsáveis pela alta gestão do País, mediante o desempenho das atribuições previstas na legislação vigente.

O Brasil tem adotado medidas que asseguram a disponibilidade, a integridade, a confidencialidade e a autenticidade das informações de interesse do Estado, com assessoramento do Comitê Gestor da Segurança da Informação do Conselho de Defesa Nacional (CGSI/CDN). Em 2015, foi aprovada a Estratégia de Segurança da Informação e Comunicações e de Segurança Cibernética da administração pública federal (APF) para o período 2015-2018 na versão 1.0. No âmbito do CGSI/CDN, cabe ressaltar, ainda, os grupos de trabalhos técnicos formalmente instituídos em 2015, com a conclusão dos trabalhos previstos para o 1º trimestre de 2016, visando nortear a APF nos temas: i) autodiagnóstico de segurança da informação e comunicações e de segurança cibernética; ii) guia de boas práticas de segurança da informação e comunicações e de segurança cibernética; iii) segurança de recursos humanos em segurança da informação e comunicações; e iv) segurança das infraestruturas críticas da informação.

Dos processos de credenciamento de segurança para tratamento da informação classificada, foram emitidas 67 credenciais para pessoas físicas e finalizadas uma habilitação de Órgão de Registro Nível 1 (N1). Ocorreu, também, o Simpósio de Tratamento da Informação Classificada, que contou com mais de 200 participantes do Governo Federal.

No ano de 2015, houve a conclusão do Curso de Especialização em Gestão da Segurança da Informação e Comunicações e a capacitação de 304 servidores públicos civis e militares em oito oficinas técnicas sobre temas relacionados à segurança da informação, no âmbito da administração pública federal.

O Centro de Tratamento de Incidentes de Segurança de Redes de Computadores da Administração Pública Federal (CTIR Gov) promoveu: i) intercâmbio técnico junto a outros centros nacionais e internacionais; ii) apoiou órgãos e entidades da APF nas atividades de tratamento de incidentes; e iii) detectou e analisou tecnicamente cerca de 16 mil notificações de incidentes de segurança em redes de governo. O número é bem próximo ao do ano de 2014, com a diferença que, em 2015, a maioria dos incidentes tratados referiram-se ao abuso de sítios (24,83%), à atuação de *phishing scam* (16,21%) e à inserção de páginas falsas (14,59%), sendo reduzidas, em relação a 2014, as ocorrências de indisponibilidade de sítios. O CTIR Gov promoveu e coordenou, ainda, um Colóquio de Tratamento de Incidentes em Redes Computacionais, contando com a participação de mais de 150 especialistas.

Diálogo Social
e Cidadania
VI

VI – DIÁLOGO SOCIAL E CIDADANIA

1. Informação ao Cidadão

O Poder Executivo Federal, em 2015, ampliou e aperfeiçoou canais de informação e de prestação de contas à sociedade, nos termos do § 1º, art. 37, da Constituição Federal. As diferentes ferramentas e canais de comunicação – tais como imprensa, publicidade, patrocínios, eventos e comunicação digital – foram utilizados de forma integrada, para informar, orientar e estabelecer um diálogo permanente com o cidadão.

Os temas de interesse da população foram divulgados por meio de 53 ações de publicidade institucional e de utilidade pública.

Entre as ações publicitárias de utilidade pública, destacam-se as campanhas: i) Uso Consciente de Energia; ii) Imposto de Renda 2015; iii) Plano Agrícola e Pecuário 2015/2016; iv) Programa Brasil pela Desburocratização; v) Violência contra a Mulher (Disque 180); vi) Dialoga Brasil e Simples Doméstico (e-Social); e vii) Novembro pela Igualdade Racial. Tais campanhas buscaram divulgar temas de interesse social com o objetivo de informar, educar e orientar o cidadão sobre o acesso às políticas e aos programas do Governo, bem como de mobilizar, prevenir ou alertar a população para a adoção de comportamentos que gerem benefícios individuais e/ou coletivos.

As campanhas institucionais foram responsáveis por divulgarem informações sobre ações, obras e programas sociais, reafirmando o compromisso do Governo Federal em seguir trabalhando para o Brasil avançar, com oportunidades para todos. Dentre todas, podem-se destacar: i) Medidas e Ajustes; ii) Programa Investimentos em Logística (PIL); iii) Microempreendedor Individual; iv) Casa da Mulher Brasileira; v) Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016; e vi) Prestação de Contas Regional.

Essas ações buscaram, ainda, posicionar e fortalecer as instituições, bem como prestar contas de atos, obras, programas, serviços, metas e resultados das ações do Poder Executivo Federal, com o objetivo de atender ao princípio da publicidade e de estimular a participação da sociedade no debate, no controle e na formulação de políticas públicas.

No primeiro semestre de 2015, foi instituído o MidiaWeb, que permite o envio dos planos de mídia das ações de comunicação de todo o Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo Federal (Sicom), via rede mundial de computadores, para a análise e a validação por parte da Secretaria de Comunicação Social da Presidência. O MidiaWeb constitui uma importante ferramenta para os processos de planejamento das ações de publicidade do Governo Federal, conferindo maior segurança, agilidade e transparência ao processo.

Também em 2015, houve integração do Cadastro de Veículos de Divulgação (MidiaCAD) com o Instituto Verificador de Circulação (IVC), de modo a validar as informações de tiragem e circulação dos veículos impressos, bem como iniciaram-se as tratativas para integração com o sistema de informações cadastrais da Receita Federal do Brasil.

Foram analisadas, em 2015, 2.781 propostas de patrocínio. Desse total, 44,4% e 28,7% das áreas de cultura e esporte, respectivamente, com destaque para os patrocínios ao Prêmio da Música Brasileira, do Banco do Brasil S.A., e às modalidades olímpicas de canoagem, boxe, *taekwondo*, esgrima, remo e levantamento de pesos, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e da Petróleo Brasileiro S.A.

A visibilidade das ações e dos programas executados pelo Governo Federal, no ano de 2015, foi amplificada por eventos institucionais que contaram com a participação da Presidenta da República, sobretudo em investimentos relacionados ao

Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), como: i) entrega de novas unidades do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV); ii) entrega das três etapas do Canal do Sertão Alagoano e da estação de bombeamento; iii) as obras de infraestrutura portuária, com destaque para a entrega das obras de expansão e modernização de três terminais do Porto do Futuro, no Rio de Janeiro; e iv) entregas dos navios petroleiros André Rebouças e Marcílio Dias. Nos projetos na área social, foram destaques o lançamento da plataforma digital "Dialoga Brasil" e os Fóruns Empresariais em sete Estados.

Outros eventos importantes foram realizados, com destaque para aqueles relacionados aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, como a apresentação da Tocha Olímpica, em Brasília/DF, e a celebração do marco de um ano para os Jogos Olímpicos, na cidade do Rio de Janeiro/RJ. Além disso, cabe destacar os Jogos Mundiais Indígenas, realizados na cidade de Palmas/TO, com a participação de 24 etnias de 23 países, além do Brasil. Tais eventos têm colaborado para o fortalecimento da imagem do País no mundo.

O ano de 2016 será marcado como aquele em que o Brasil recebe os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016. Pela primeira vez, o maior evento esportivo mundial será realizado em um país da América do Sul. Os Jogos Olímpicos acontecem de 5 a 21 de agosto, com 42 modalidades esportivas e, os Jogos Paralímpicos, entre 7 e 18 de setembro, com a participação de atletas de 23 modalidades.

Temas de interesse da sociedade foram abordados nas 72 pesquisas quantitativas e qualitativas de opinião pública, que abrangeram, dentre outros temas: i) avaliação de serviços e políticas públicas; ii) avaliação nacional e regional da conjuntura econômica e social (retrospectiva e prospectiva); iii) Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016; iv) ajuste econômico; v) igualdade racial; vi) reforma da previdência social; e vii) programas relativos às áreas de saúde, educação, segurança e transferência de renda.

Ampliou-se a transparência das ações do Governo Federal, em 2015, na área de imprensa, com a execução de mais de seis mil atendimentos presenciais, por telefone e por *e-mail*, sem contar *releases*, notas oficiais e degravações de entrevistas e pronunciamentos.

Ações vêm sendo empreendidas para transformar a NBR, a TV do Governo Federal, em uma emissora de televisão que tenha, no jornalismo, a sua predominância. Programas jornalísticos veiculados antes do início dos eventos tomaram o lugar dos *flashes* de repórteres, sucedidos por um apresentador dando início à transmissão. Ao final, informações complementares são veiculadas. Destaca-se que a TV NBR está sendo transmitida em canal aberto para as cidades de Brasília/DF, Rio de Janeiro/RJ e São Paulo/SP, em caráter permanente.

Com a tarefa de levar à sociedade informações sobre as ações de governo, o alcance da TV NBR, do programa "A Voz do Brasil", do *Twitter* (cujo perfil oficial @dilmabr possui mais de 4,3 milhões de seguidores) e da realização de 72 entrevistas, incluídas as entrevistas coletivas concedidas aos jornais e às emissoras de rádio, foram as estratégias utilizadas.

Além das 40 visitas a cidades brasileiras para a divulgação de ações governamentais, houve a realização de 18 entrevistas coletivas, com fontes do Governo e parceiros, para cerca de 200 veículos. Houve, ainda, envio de material informativo referente a 512 ações de divulgação regional, dirigidas a jornais, rádios, tevês, *blogs* e sítios das capitais e do interior.

Em 2015, a Presidenta da República concedeu nove entrevistas regionais, sendo oito emissoras de rádio e uma de televisão. Esses veículos tiveram a oportunidade de tratar de assuntos de interesse local e do País.

A ferramenta Notícias do Dia distribuiu, diariamente, informações a 23 mil veículos regionais – rádios, tevês e jornais –, totalizando 161 edições. Temas de interesse da sociedade foram abordados em 31 edições do programa "Bom Dia, Ministro" e nove edições do programa "Brasil em Pauta", com entrevistas e perguntas ao vivo, de 105 emissoras de rádio, dirigidas a Ministros de Estado e dirigentes de entidades do Poder Executivo Federal.

As ações de relacionamento com a imprensa internacional e relações públicas no exterior foram realizadas por meio da promoção de encontros de autoridades com jornalistas estrangeiros, viagens de familiarização com profissionais de comunicação de fora do País e permanente monitoramento do noticiário sobre o Brasil na mídia internacional, além de *media trainings* com porta-vozes de diferentes ministérios.

Em um ano de intenso debate econômico e político entre os países, destaca-se o apoio efetivo às atividades da Presidenta da República e de outras autoridades para a participação em eventos como Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Cúpula do Desenvolvimento Sustentável, COP-21, Expo-Milão e G20. Da mesma forma, por meio do perfil *BrazilGovNews*, foi intensificada a inserção de conteúdos sobre o Brasil nas mídias sociais.

Para facilitar o acesso do cidadão a informações oficiais do Governo Federal e prestação de serviços de utilidade pública, em 2015, os portais governamentais (brasil.gov.br; planalto.gov.br; secom.gov.br) e as redes sociais (www.twitter.com/portalbrasil; www.youtube.com/canalportalbrasil; e www.facebook.com/portalbrasil) contaram com atenção especial, o que resultou no crescimento da presença digital das ações de comunicação nas plataformas *online* do Governo.

Consolidou-se uma identidade única, com linguagem e conteúdos acessíveis aos cidadãos, em um esforço de divulgar informações de forma transparente e ampliar a efetividade das ações de comunicação do Governo Federal. Como resultado desse esforço, o Portal do Governo será lançado em 2016, integrando todos os portais do Poder Executivo Federal, visando facilitar o acesso às informações e aos serviços, com linguagem e padrão de informação que promovem interação amigável do cidadão com as políticas públicas, além da possibilidade de compartilhar informações do Portal em redes sociais. O Portal do Governo segue as tendências mais avançadas no mundo em termos de presença digital.

A evolução da presença do Governo Federal nas redes sociais, em parte, foi alcançada pela promoção de eventos de capacitação que visam ampliar o conhecimento dos servidores públicos quanto ao potencial de uso do meio digital, tais como os seminários: "O papel das mídias sociais no fortalecimento da comunicação de governo" e a "Revolução Digital e os cidadãos conectados".

Outro resultado concreto dessa mudança de linguagem é o "Histórias do Brasil", pelo qual a população, por meio de vídeos e sítios temáticos, tem acesso a histórias de brasileiros beneficiários de políticas públicas.

Houve ampliação do monitoramento das ações do Governo Federal nas redes sociais, com a adoção de métodos baseados em análise de dados que possibilitam captar sentimentos, deslocamentos de opinião, necessidades objetivas de reorientação de políticas e de programas relevantes. Como exemplo, destaca-se o monitoramento do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), que contribuiu para o atingimento dos objetivos do exame.

Em 2016, como forma de promover a unicidade da presença digital, será lançada a Comunidade do Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo Federal, uma rede interna de relacionamento em que as assessorias de comunicação do Poder Executivo poderão buscar informações, orientações e debater assuntos relevantes do Governo, suprindo a demanda em relação a direcionamentos estratégicos de comunicação e alinhamento para divulgação de informações.

Na comunicação pública, a programação da TV Brasil foi renovada, em outubro de 2015, com ampliação da cobertura jornalística e esportiva e a adição de transmissão de boletins informativos de hora em hora, das 15 às 19 horas. Foram lançados os programas Fique Ligado, Notícia Agora e Brasileiros Mundo Afora. Várias ações reforçaram a estratégia de aumentar a veiculação de conteúdos esportivos. Pela primeira vez, foram transmitidos os campeonatos mundiais – Mundial Sub-20, Mundial Sub-17, Mundial de *Beach Soccer* e a Copa do Mundo de Futebol Feminino – e também foram exibidos os campeonatos nacionais – séries B, C e D. Também foi realizada a cobertura completa dos I Jogos Mundiais Indígenas, realizados na cidade de Palmas/TO.

A programação da TV Brasil foi assistida por 32 milhões de pessoas via televisão aberta em 2015, de acordo com as pesquisas de audiência realizadas em seis das principais capitais brasileiras. Também foi disponibilizada para 19 milhões de assinantes nos canais de televisão fechada e para, aproximadamente, 20 milhões de domicílios que recebem sinal por antena parabólica. No âmbito internacional, a TV Brasil disponibilizou conteúdo para 66 países de quatro continentes – América, Europa, África e Ásia.

Para ampliar o acesso às pessoas com deficiência, a programação da TV Brasil foi disponibilizada com 100% de legenda oculta e com média de dez horas semanais de audiodescrição – recurso direcionado às pessoas com deficiência visual –, quase o dobro da média oferecida em 2014.

As rádios Nacional de Brasília, da Amazônia e do Rio de Janeiro também ampliaram o conteúdo jornalístico e esportivo, dinamizando as programações com as transmissões dos campeonatos das séries A, B e C, Copa América, Copa do Brasil e os amistosos e as eliminatórias da Copa do Mundo FIFA 2014.

Em 2016, a Empresa Brasileira de Comunicações (EBC) iniciará as transmissões da TV Brasil em sinal digital (HD) em São Paulo. A programação também será reformulada para reforçar a estratégia de determinadas faixas. Serão lançados programas como "A Hora da Criança", um programa de esporte diário, um programa de debates, programas de música sertaneja e de música jovem, além de um programa que trata da diversidade sexual. Para 2016, a EBC adquiriu os direitos de transmissão das Paralimpíadas, para a TV Brasil, e das Olimpíadas, para as Rádios.

A EBC tem se destacado cada vez mais na plataforma *web*: tanto nas páginas quanto nas mídias sociais, o Portal EBC e os sítios da TV Brasil e das Rádios alcançaram mais de 29 milhões de visitantes únicos no ano. Por outro lado, a Agência Brasil e a Radioagência alcançaram mais de 8,7 milhões de visitantes únicos no ano. Os conteúdos multimídia que mais se destacaram foram os especiais "O Caminho das Margaridas", "Vida em Ocupação" e "Brasileirão Feminino".

Nas redes sociais, o desempenho de vídeo publicado no *Facebook* fez a diferença. O principal destaque foi o Enem, com a produção do programa "Caiu no Enem". O recorde para um *post* da EBC foi o trecho da entrevista com uma filósofa no programa "Observatório da Imprensa", com um alcance de nove milhões de pessoas.

As Rádios – Nacional e MEC – preparam uma ampliação da distribuição de conteúdo e o lançamento de uma rádio *All News*, para intensificar a participação dos conteúdos jornalísticos e esportivos nas emissoras da EBC.

A Agência Brasil e a Radioagência ampliarão a cobertura jornalística nacional, com a criação da Rede de Correspondentes, prioritariamente em Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco, Amazonas e Ceará. A cobertura internacional será ampliada em Portugal e nos Estados Unidos da América (EUA).

2. Democracia e Diálogo

a) Participação no Plano Plurianual 2016-2019

A participação social no Sistema de Planejamento e Orçamento Federal teve avanços significativos desde a criação do Fórum Interconselhos, instância tida como referência em práticas inovadoras de participação social.

A efetiva participação social na formulação e acompanhamento de agendas intersetoriais, no âmbito do Plano Plurianual (PPA), possibilita a sua compatibilização às reais demandas da sociedade e maior transparência na construção e monitoramento do Plano.

No processo de elaboração do PPA para o período 2016-2019, foram realizados eventos como o Fórum Dialoga Brasil, Fóruns Regionais e Fóruns Setoriais (Juventude, Mulheres, Sindical e Empresarial), possibilitando que representantes da sociedade civil apresentassem contribuições a partir da discussão da dimensão estratégica e do conjunto dos programas temáticos que estruturam o PPA. Participaram, ao todo, mais de oito mil pessoas em todas as etapas, compreendendo organizações da sociedade civil, movimentos sociais e entidades de todo o País.

Participaram do Fórum Dialoga Brasil no PPA – Interconselhos, realizado em abril, em Brasília/DF, 400 representantes de conselhos de políticas públicas e entidades da sociedade civil, que debateram e apresentaram propostas a partir da primeira versão do Plano, elaborada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP). No mês de maio, foram realizadas, aproximadamente, 150 oficinas com o objetivo de elaborar os programas temáticos para o período 2016-2019.

Na sequência, foram realizados seis Fóruns Dialoga Brasil no PPA Regionais e quatro Fóruns Dialoga Brasil no PPA Temáticos, cujo objetivo foi aprofundar os desafios e as propostas de cada região do País para o PPA 2016-2019, conforme o quadro a seguir:

Fóruns Dialoga Brasil no PPA 2016-2019 Regionais e Setoriais - Ano 2015

DATAS	REGIÃO – CIDADE	PARTICIPANTES	ENTIDADES PRESENTES
22/5	Nordeste – Salvador	663	241
28/5	Sul – Porto Alegre	511	120
29/5	Sudeste – Belo Horizonte	558	159
2/6	Centro-Oeste – Goiânia	637	51
10/6	Norte – Belém	755	202
11/6	Nordeste – Fortaleza	621	160
TOTAL NOS FÓRUNS REGIONAIS		**3.745**	**933**
DATAS	**SETORIAL – CIDADE**	**PARTICIPANTES**	**ENTIDADES PRESENTES**
16/6	Mulheres – Brasília	122	60
18/6	Juventude – Brasília	86	33
29/6	Sindical – São Paulo	92	39
29/6	Empresarial – São Paulo	35	24
TOTAL NOS FÓRUNS SETORIAIS		**335**	**156**
TOTAL GERAL DOS FÓRUNS		**4.080**	**1.089**

O Fórum Dialoga Brasil no PPA, em julho de 2015, propiciou devolutiva das sugestões incorporadas pelos Ministérios ao mesmo tempo em que foram formuladas agendas a serem monitoradas no acompanhamento participativo da gestão do PPA 2016-2019 e dos orçamentos anuais.

Em 2016, será aberto um novo ciclo de participação social, por meio da realização periódica dos Fóruns Interconselhos, cujo objetivo principal será o acompanhamento participativo da gestão do PPA 2016-2019 e da execução orçamentária, com especial atenção às agendas intersetoriais que atendem segmentos específicos da população por meio de políticas públicas e ampliação de direitos. Desta forma, a participação social no ciclo de gestão permanecerá ativa ao longo da sua implementação, avaliação e aperfeiçoamento do PPA, fortalecendo ainda mais a democracia participativa no Brasil.

b) Conferências Nacionais

As Conferências Nacionais são um espaço privilegiado de democratização da discussão sobre políticas públicas e de formulação de diretrizes e resoluções para seu aperfeiçoamento. Para o período 2015/16, foram convocadas, oficialmente, 12 Conferências Nacionais de Políticas Públicas nas mais diversas áreas governamentais, cinco delas realizadas entre novembro e dezembro de 2015 e sete a serem realizadas nos meses de março e maio de 2016, conforme quadro a seguir. No período de julho a dezembro de 2015, foram realizadas 324 Conferências Estaduais nos 26 Estados e Distrito Federal, antecedidas por cerca de 20 mil Conferências Municipais, Conferências Livres e Conferências Virtuais.

Cronograma das Conferências

CONFERÊNCIAS 2015	DATAS	TEMA CENTRAL
5ª Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional	3 a 6 de novembro de 2015	"Comida de verdade no campo e na cidade: por direitos e soberania alimentar".
15ª Conferência Nacional de Saúde	1 a 4 de dezembro de 2015	"Saúde Pública de qualidade para cuidar bem das pessoas: direito do povo brasileiro".
10ª Conferência Nacional de Assistência Social	7 a 10 de dezembro de 2015	"Consolidar o SUAS de vez rumo a 2026".
1ª Conferência Nacional de Política Indigenista	14 a 17 de dezembro de 2015	"A relação do Estado Brasileiro com os povos indígenas no Brasil sob o paradigma da Constituição de 1988".
3ª Conferência Nacional da Juventude	16 a 19 de dezembro de 2015	"As várias formas de mudar o Brasil".
CONFERÊNCIAS 2016	**DATAS**	**TEMA CENTRAL**
4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres	15 a 18 de março de 2016	"Mais direitos, participação e poder para as mulheres".
3ª Conferência Nacional LGBT	25 a 27 de abril de 2016	"Por um Brasil que criminalize a violência contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais".
4ª Conferência Nacional de Direitos da Pessoa Idosa	25 a 27 de abril de 2016	"Protagonismo e empoderamento da pessoa idosa – por um Brasil de todas as idades".
4ª Conferência Nacional de Direitos da Pessoa com Deficiência	25 a 27 de abril de 2016	"O desafio na implementação das políticas da pessoa com deficiência: a transversalidade como a radicalidade dos direitos humanos".

Continua

Continuação

CONFERÊNCIAS 2016	DATAS	TEMA CENTRAL
10ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente	25 a 27 de abril de 2016	"Política e plano decenal dos direitos humanos de crianças e adolescentes: fortalecendo os conselhos dos direitos da criança e do adolescente".
12ª Conferência Nacional de Direitos Humanos	27 a 29 de abril de 2016	"Direitos Humanos para Todas e Todos: Democracia, Justiça e Igualdade".
2ª Conferência nacional sobre Assistência Técnica e Extensão na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (ATER)	31 de maio a 2 de junho de 2016	"ATER, Agroecologia e Alimentos Saudáveis".

c) Participação Digital

O Portal participa.br, plataforma de participação social do Governo Federal desenvolvida em *software* livre, promove a inovação ao ofertar espaços de participação e debate para qualquer cidadão. Atualmente, o Portal conta com mais de 14 mil usuários e mais de seis milhões de acessos, tendo sido realizadas dezenas de consultas públicas por meio da ferramenta.

Em 2015, o principal destaque da participação digital foi a iniciativa do Dialoga.gov.br, que vem a ser um ambiente digital de participação social no ar desde 28 de julho de 2015, com 24.901 usuários cadastrados, os quais já apresentaram 11.077 propostas e 276.147 votos. O Dialoga permite a participação de qualquer cidadão nas principais políticas do Governo Federal, facilitando o acesso ao aperfeiçoamento das políticas públicas, além de aumentar o conhecimento da população sobre os programas desenvolvidos pelo Governo.

Em 31 de outubro, o Dialoga entrou em uma nova fase, possibilitando que o Governo analise as três propostas mais apoiadas em cada programa e promova a interlocução com a sociedade. A disponibilização dos temas na plataforma propicia a participação, o diálogo e o aperfeiçoamento das políticas, aproximando e informando a sociedade das ações governamentais.

d) Educação para Participação Social

No intuito de fortalecer a participação social, o Governo Federal desenvolve ações de formação junto a conselheiros, gestores públicos, beneficiários de políticas sociais e demais agentes da participação social, com o apoio da Rede de Educação Cidadã (Recid). Evento realizado em setembro, com participação de 50 representantes de programas e projetos governamentais, objetivou articular as redes das políticas públicas nos territórios. Também por meio do Programa de Extensão Universitária (Proext), o Governo fomenta ações de pesquisa e extensão universitárias, tendo, em 2015, 36 projetos aprovados. Essas ações, que serão continuadas em 2016, vêm ensejando maior capilaridade e melhor qualidade da participação social nas localidades.

e) Diálogos Sociais

Durante o ano de 2015, o acompanhamento da negociação do Governo Federal com os movimentos sociais e as organizações sindicais de atuação nacional possibilitou, por um lado, a elaboração de respostas concisas às pautas de reivindicações apresentadas e, por outro, a pactuação de ações estratégicas e prioritárias para a população, a serem desenvolvidas pela parceria entre entes públicos e sociedade civil organizada.

Reivindicação apresentada por ocasião do 15º Grito da Terra Brasil para a ampliação e o fortalecimento dos mecanismos de compras públicas de produtos da agricultura familiar, resultou no Decreto nº 8.473, de 22 de junho de 2015, que estabeleceu a obrigatoriedade de que pelo menos 30% dos recursos gastos pelos órgãos da administração pública federal na compra de gênero alimentícios seja realizado junto aos agricultores familiares.

Também a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica forneceu respostas concretas às demandas de movimentos sociais e da agricultura familiar, avançando na execução do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), e na formulação da 2ª Edição do Plano.

Após negociações com mulheres trabalhadoras rurais, assentadas da reforma agrária e de comunidades tradicionais das florestas e das águas, foi anunciado o mês de setembro como o mês de Mobilização Nacional para a Saúde das Mulheres do Campo, da Floresta e das Águas, que possibilitará um encontro anual para direcionamento das ações de saúde e avaliação permanente do funcionamento das mesmas.

De forma semelhante, o direito à moradia e as demandas por habitação foram objeto de negociações com a sociedade civil. De forma inédita, foram realizados, em 2015, diversos encontros entre os dirigentes dos Ministérios e órgãos envolvidos na execução do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) e dos movimentos sociais rurais e urbanos.

O movimento indígena envolvido na organização do Acampamento Terra Livre durante abril de 2015 também teve suas demandas acolhidas e encaminhadas pelo Governo Federal. Após intenso diálogo com as lideranças de diferentes povos, foram garantidos procedimentos demarcatórios de terras tradicionalmente ocupadas por indígenas, aportados recursos para a recomposição ambiental e desenvolvimento sustentável nas terras indígenas da região Amazônica, bem como estabelecidas mesas de negociação e mediação de conflitos onde se fez necessário.

Nas ações de Fomento à Organização Produtiva de Catadores de Materiais Recicláveis, foram ofertadas 1.360 vagas para catadores e catadoras no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) com direito à bolsa-formação. Celebrou-se o acordo setorial de logística reversa com a coalização das empresas de embalagem do Brasil, garantindo a participação das cooperativas de catadores no arranjo econômico do setor. Além disso, está assegurada a participação do movimento de catadores durante a realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016. O Governo Federal, juntamente com o Governo do Estado do Rio de Janeiro, o Movimento Nacional de Catadores e a Rio 2016, se comprometeram em assegurar, por intermédio do Plano de Gerenciamento da Coleta Seletiva Solidária, as condições de recursos financeiros e humanos para realizar a coleta seletiva durante os jogos.

Destaca-se, ainda, a mediação exitosa realizada em relação à pauta energética. Importantes aperfeiçoamentos no marco regulatório do setor e no licenciamento de grandes obras estão em curso. Na região onde está em construção a usina hidrelétrica (UHE) de Belo Monte, o Governo Federal mantém duas estratégias para articular as demandas da população local e, em especial, dos grupos afetados pela construção usina: o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRSX) e a Casa de Governo em Altamira/PA. Por intermédio do PDRSX, recursos do empreendimento têm sido aplicados de forma direta na região, beneficiando as prioridades acordadas de forma coletiva, entre atores dos governos Federal, Estadual, Municipal e representações dos setores da sociedade civil. Por sua vez, a Casa de Governo tem se consolidado como nova forma de governança federativa e participação social, possibilitando que temas complexos e que demandam atuação intersetorial sejam tratados com celeridade e transparência.

f) Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

O Brasil foi um dos países que mais se destacou no cenário mundial pelo cumprimento das metas do Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), inclusive assumindo desafios mais ousados que os internacionais, motivo pelo qual ocupou papel de destaque na 70º Assembleia Geral da ONU. As conquistas brasileiras devem-se: i) à implantação de políticas públicas que priorizaram as metas estabelecidas; ii) à construção de tecnologias sociais que se tornaram referências globais; iii) à participação social como método de governo; e iv) ao engajamento dos diferentes atores públicos e da sociedade civil.

Dentre os avanços sociais, destaca-se que o País saiu do Mapa da Fome da ONU graças a políticas de acesso à renda, inclusão produtiva e ampliação dos serviços, responsáveis por retirar 36 milhões de brasileiros que viviam na pobreza e indigência. O acesso ao ensino fundamental foi universalizado e as mulheres, que já são maioria nas escolas, estão protegidas por lei contra as diversas formas de violência.

A redução da mortalidade na infância (menores que 5 anos) ocorreu quatro anos antes do prazo, tendo sido alcançada desde 2011, com a redução de 69% dos óbitos, passando de 53,7 por mil nascidos vivos em 1990 para 16,7 em 2013, com destaque para a região Nordeste, que no mesmo período apresentou redução da taxa de 87,3 para 19.

Foi controlada a incidência de malária, tuberculose e outras doenças. Com relação à Aids, embora tenha sido observada ligeira redução na detecção de casos da doença, persiste o aumento de casos em jovens na faixa etária de 15 a 24 anos.

No entanto, restam ainda muitos desafios, especialmente na redução da mortalidade materna. Nesse quesito, embora tenha havido uma considerável redução dos casos, passando de uma taxa de 143,2, em 1990, para 60,9 óbitos maternos por 100 mil nascidos vivos, em 2013, ocorrendo uma redução de 57,5%, a meta do Milênio prevê a redução de 2/3 dos óbitos maternos de 1990 até 2015. Na área do meio ambiente, o Brasil desenvolveu políticas consistentes para garantir a preservação de sua biodiversidade e foi o país que mais reduziu o desmatamento e as emissões de CO_2, estando próximo de universalizar o acesso à rede de água.

Para que o alcance das Metas do Milênio não ficasse restrito a nível nacional, o Governo Federal desenvolveu, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), um projeto de municipalização dos ODM que mobilizou milhares de lideranças e fortaleceu capacidades públicas e da sociedade civil em todo o território nacional. Pavimentou-se, assim, o caminho para os novos desafios da Agenda 2030, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que reafirma o preceito de que é possível crescer, incluir, conservar e proteger com cooperação entre os povos e trilhar um caminho comum para a humanidade.

g) Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social

Em 2015, conselheiros do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República (CDES) participaram dos eventos do Dialoga Brasil, tendo sido promovido o Fórum Dialoga Brasil Empresarial, em que cerca de 40 empresários de diferentes setores debateram as propostas do segmento para a elaboração de diretrizes e iniciativas para o PPA.

O CDES manteve diálogo com instituições e redes internacionais de conselhos econômicos e sociais, com destaque à Associação Internacional de Conselhos Econômicos e Sociais e Instituições Similares (Aicesis). Em 2015, recebeu da Aicesis o Prêmio "Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)", em reconhecimento ao debate sobre desenvolvimento promovido pelo

CDES. O Conselho também atuou na coordenação do Comitê de Gestão da Rede de Conselhos Econômicos e Sociais da América Latina e Caribe (Cesalc), cujo encontro anual será realizado em 2016. Por fim, foi dado início ao processo de recomposição do Conselho para os próximos dois anos.

3. Relações Institucionais

a) Articulação com o Poder Legislativo

A Secretaria de Governo, órgão responsável pela relação do Governo Federal com o Poder Legislativo, articula-se com os líderes de bancadas partidárias da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Buscando contribuir com o processo legislativo no Congresso Nacional, a Secretaria de Governo promove a mediação entre parlamentares e órgãos ministeriais, com vistas a prestar informações sobre o impacto das proposições em tramitação.

Como resultado da efetividade desta atuação, foi possível alcançar uma produção legislativa que contabiliza a conversão em lei de 29 medidas provisórias, a sanção de 12 projetos de lei de autoria do Poder Executivo Federal e a confirmação de 63 autoridades indicadas pelo Poder Executivo, além da aprovação de 35 acordos internacionais, conforme visto a seguir.

- Lei 13.188, de 11 de novembro de 2015 – Dispõe sobre o direito de resposta ou retificação do ofendido em matéria divulgada, publicada ou transmitida por veículo de comunicação social;
- Lei 13.186, de 11 de novembro de 2015 – Institui a Política de Educação para o Consumo Sustentável;
- Lei 13.185, de 6 de novembro de 2015 – Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (*Bullying*);
- Lei 13.184, de 4 de novembro de 2015 – Estabelece que, no caso de empate no processo seletivo, as instituições públicas de ensino superior darão prioridade de matrícula ao candidato de menor renda familiar;
- Lei nº 13.183, de 4 de novembro de 2015 – Estabelece regra de não incidência do fator previdenciário;
- Lei nº 13.178, de 22 de outubro de 2015 – Dispõe sobre a ratificação dos registros imobiliários decorrentes de alienações e concessões de terras públicas situadas nas faixas de fronteira;
- Lei nº 13.177, de 22 de outubro de 2015 – Prorroga prazo de permissão lotérica e seus aditivos contratuais celebrados até 15 de outubro de 2013 perante à Caixa Econômica Federal;
- Lei nº 13.166, de 1º de outubro de 2015 – Estabelece critérios, prazos e condições para a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no montante de R$ 1,95 bilhão, com o objetivo de fomentar as exportações do País;
- Lei nº 13.155, de 4 de agosto de 2015 – Estabelece princípios e práticas de responsabilidade fiscal e financeira e de gestão transparente e democrática para entidades desportivas profissionais de futebol;
- Lei nº 13.152, de 29 de julho de 2015 – Diretrizes para a política de valorização do salário-mínimo entre 2016 e 2019;
- Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015 – Dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública;
- Lei nº 13.139, de 26 de junho de 2015 – Dispõe sobre o parcelamento e a remissão de dívidas patrimoniais com a União, e dá outras providências;

- Lei nº 13.137, de 19 de junho de 2015 – Altera as alíquotas de contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação;
- Lei nº 13.135, de 17 de junho de 2015 – Ajuste nas regras de concessão de benefícios previdenciários;
- Lei nº 13.134, de 16 de junho de 2015 – Adequação dos programas do seguro-desemprego, do abono salarial e do seguro-desemprego para o Pescador Artesanal;
- Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015 – Dispõe sobre os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras domésticas;
- Emenda Constitucional nº 90, de 15 de setembro de 2015 – Define o transporte como direito social;
- Emenda Constitucional nº 89, de 15 de setembro de 2015 – Amplia o prazo em que a União deverá destinar às regiões Centro-Oeste e Nordeste percentuais mínimos dos recursos destinados à irrigação; e
- Emenda Constitucional nº 88, de 7 de maio de 2015 – Aumenta para 75 anos o limite de idade para a aposentadoria compulsória do servidor público.

Em 2016, a articulação do Governo junto ao Congresso buscará, essencialmente, a aprovação de uma agenda legislativa voltada à retomada do crescimento econômico com inclusão social. Em parceira com o legislativo, pretende-se a consolidação da agenda de recuperação da capacidade fiscal de todos os entes da Federação, o que permitirá retomar o crescimento em bases sólidas e avançar em propostas que acelerem a recuperação da economia brasileira, garantindo maior equidade social e regional.

b) Articulação Federativa

A dinâmica das relações federativas e o grau de cooperação entre os diversos níveis de governo (central e subnacionais) na implantação das políticas públicas são determinantes para o desenvolvimento do País. Nesse sentido, o Governo Federal tem fortalecido o diálogo federativo acompanhando eventos e discussões realizadas por governadores e prefeitos no âmbito de seus fóruns e colegiados nacionais e regionais. Destaca-se, também, a interlocução com os Municípios, com especial atenção às pautas do movimento municipalista.

Para o desenvolvimento dessa tarefa o Governo conta com diversas instâncias de cooperação federativa. Dentre elas, o Comitê de Articulação Federativa (CAF), que tratou da proposta de retorno da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), de forma a contemplar também os Estados e os Municípios, e de assuntos relacionados aos projetos de ampliação do Supersimples e de reajuste do Piso Nacional do Magistério.

Para atender às necessidades de assessoramento e informação que envolvam interesses dos Estados, Distrito Federal e Municípios, em 2015 foram realizadas sete reuniões do Sistema de Assessoramento Federativo (Sasf), formado por um assessor federativo de cada órgão e entidade da administração pública federal, e realizadas reuniões temáticas com os órgãos afins de acordo com pautas específicas.

O Fórum dos Gestores Federais nos Estados tem o papel de articular as ações do Governo Federal em cada unidade da Federação, uma vez que reúne órgãos que estão desconcentrados no território nacional. Em 2015, o Fórum passou por uma revisão da sua forma de funcionamento, priorizando instrumentos de comunicação virtual e videoconferências, otimizando o uso dos recursos e assegurando ampla participação.

Em 2015, os governadores se reuniram em fóruns regionais e colegiados setoriais, como os Conselhos Nacionais de Secretários Estaduais de Administração (Consad), de Secretários Estaduais de Planejamento (Conseplan) e o Fórum Fiscal dos Estados Brasileiros (FFEB), sempre com representação do Governo Federal. Essas reuniões culminaram em dois encontros de governadores com a Presidenta da República, em Brasília/DF, com objetivo de discutir a conjuntura econômica e pactuar medidas de ajuste fiscal para um novo ciclo de expansão da economia.

Os Municípios, por sua vez, se reuniram por meio das suas entidades nacionais e regionais. A Confederação Nacional dos Municípios (CNM) realizou a XVIII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, e a Frente Nacional dos Prefeitos (FNP) realizou o III Encontro dos Municípios com Desenvolvimento Sustentável. Esses dois eventos, juntos, reuniram mais de 15 mil pessoas e a maioria dos prefeitos do País. Nessas ocasiões, o Governo Federal coordenou atividade de atendimento aos gestores municipais, totalizando mais de mil atendimentos individuais, tendo participado também de cinco encontros regionais que a Associação Brasileira dos Municípios (ABM) realizou no ano de 2015.

O Portal Federativo consolidou-se como um meio virtual de relacionamento com Estados e Municípios. Em 2015, alcançou a marca de 130 mil acessos, com oferta de conteúdo de forma clara e acessível sobre os temas da agenda federativa.

Na área internacional foi dado seguimento às agendas de cooperação internacional federativa, como a integração fronteiriça, o Plano de Integração das Hidrovias do Mercosul e a participação nas reuniões do Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do Mercosul (FCCR).

O Governo Federal participou da construção da Agenda de Desenvolvimento Sustentável Pós-2015, Agenda 2030, da Organização das Nações Unidas, que incorporou ao debate os entes federados, entidades nacionais de representação dos Municípios e outros atores representativos dos entes da Federação para colaborar com a formação da posição brasileira nas negociações para definição da nova agenda global de desenvolvimento.

Em 2016, como haverá eleições para prefeitos e vereadores, serão desenvolvidas ações de suporte ao processo de transição governamental, como, por exemplo, a produção de uma cartilha com informações para o encerramento de mandato, a qual consolida as principais normas legais e administrativas que devem ser cumpridas no último ano de mandato dos gestores municipais. Na perspectiva de apoio às administrações municipais que terão início em 2017, estão planejadas a confecção de um guia com orientações para o início de mandato e a produção do manual dos prefeitos, com informações básicas sobre a gestão municipal.

Ética, Transparência e
Qualidade nos Serviços
ao Cidadão
VII

VII – ÉTICA, TRANSPARÊNCIA E QUALIDADE NOS SERVIÇOS AO CIDADÃO

1. Transparência na Administração e Controle Social

A Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), regulamentou o direito constitucional de acesso a informações públicas, estabelecendo procedimentos para que qualquer pessoa, física ou jurídica, exerça o direito de ter acesso às informações produzidas ou custodiadas por órgãos públicos.

A LAI também define prazos para o atendimento a essas solicitações e prevê punições para aqueles que cercearem esse direito, além de exigir dos órgãos e das entidades públicas a publicação de informações de interesse coletivo e geral de forma proativa em seus sítios eletrônicos.

No âmbito do Poder Executivo Federal, a operacionalização da LAI se dá por meio do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-Sic), que centraliza os pedidos de acesso à informação dos mais de 300 órgãos e entidades federais. Desde a entrada em vigor da LAI, em maio de 2012, pelo menos um cidadão em mais de 80% dos Municípios utilizou o e-Sic para solicitar informações ao Poder Executivo Federal. No quadro a seguir, tem-se a consolidação de todos os pedidos já realizados.

Balanço de implementação da LAI no Poder Executivo Federal - Maio/2012 até Dezembro/2015

Pedidos registrados	334.463	Acesso concedido	71,94%
Pedidos respondidos (99%)	331.348	Acesso negado	9,56%
Tempo médio de resposta	11 dias	Outras hipóteses de negativa*	13,57%

Fonte: Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão – dados extraídos em 8 de janeiro de 2016.
Observação: *Pedido duplicado, informação inexistente, assunto de competência de outro órgão ou entidade pública.

Ainda com vistas ao bom cumprimento da LAI, foi realizada, em 2015, pesquisa qualitativa para avaliar a qualidade das respostas no âmbito do Poder Executivo Federal, a ser concluída em 2016.

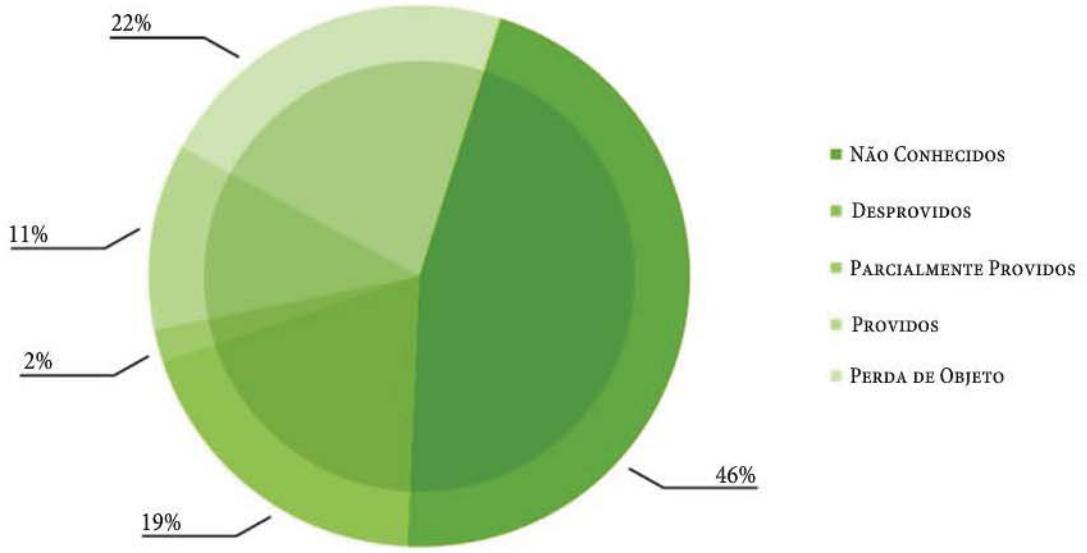
Com o intuito de aprimorar o monitoramento da transparência ativa, aquela na qual o órgão ou entidade pública divulga suas informações sem a necessidade de solicitação, foi lançado o módulo de Monitoramento de Transparência Ativa dentro do sistema e-Sic. A primeira rodada de monitoramento utilizando o sistema deverá ser concluída no primeiro semestre de 2016.

Além dos contínuos esforços para uma correta implementação e aplicação da LAI, há trabalhos orientados para universalizar o conhecimento sobre a Lei e o sistema e-Sic. Nesse sentido, será lançado, no primeiro semestre de 2016, um aplicativo para o sistema e-Sic, permitindo que pedidos de acessos sejam feitos e consultados por aparelhos celulares.

Ocorreram em 2015, dois eventos da RedeSic que propiciaram intercâmbio de conhecimentos entre os Serviços de Informação ao Cidadão (SICs) do Governo Federal. Em 2015, foram realizados cursos presenciais sobre a temática "Acesso à Informação" para 353 participantes.

Além de monitorar a aplicação da LAI pelos órgãos e pelas entidades, foram analisados os recursos interpostos pelo cidadão quando da ocorrência de negativa de acesso à informação. De um total de 1.529 recursos, considerando 1.265 recebidos no ano e mais 264 de exercícios anteriores, foram exaradas decisões para 1.353 recursos em 2015. Nesse caso, foram cinco tipos de decisões emitidas, conforme gráfico a seguir:

Tipos de decisões da CGU em matéria de Acesso à Informação - 2015



Fonte: Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-Sic).

Nota-se que em 13% dos recursos – somatório dos provimentos totais e parciais – houve determinação para que o órgão ou entidade entregasse a informação negada, reformando-se a decisão do órgão recorrido em benefício do cidadão. Em 22% dos casos, a informação inicialmente negada foi posteriormente encaminhada ao cidadão, resultando na perda do objeto do recurso.

Em 46% dos casos, os recursos não foram conhecidos, isto é, não foram analisados em seu mérito por vários motivos, dentre os quais está o fato de a informação solicitada não haver sido efetivamente negada ou de o pedido ser, na verdade, reclamação ou denúncia; nesse último caso, encaminhou-se a demanda à ouvidoria ou ao setor competente para o tratamento adequado e avaliação. Por fim, em 19% dos casos, houve entendimento de que havia fundamento legal adequado para a restrição do acesso à informação, mantendo-se a negativa do acesso original.

Com o objetivo de orientar as ouvidorias sobre o direito de acesso à informação, foi lançada a cartilha "Aplicação da Lei de Acesso à Informação em Recursos à CGU", que apresenta as bases normativas, conceituais e operacionais que a Controladoria tem utilizado na aplicação da Lei.

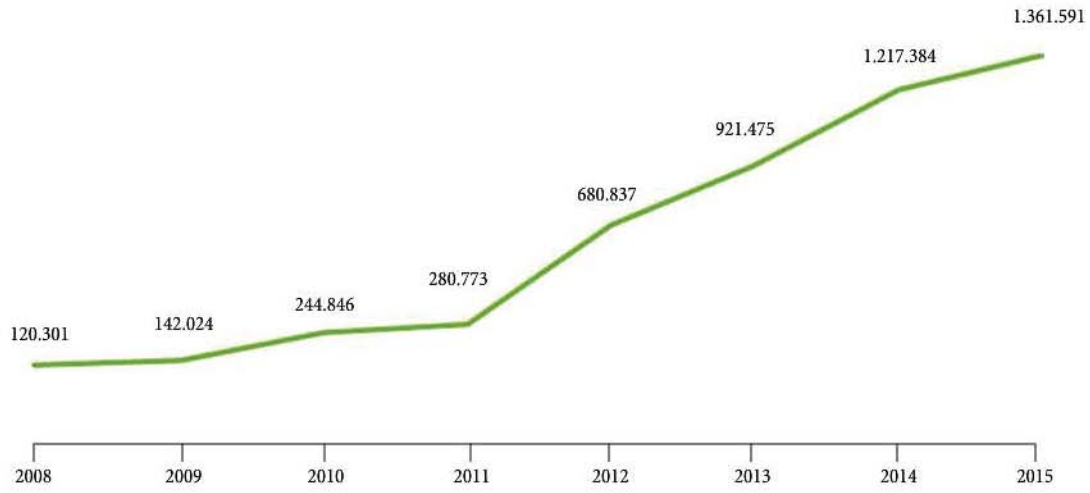
Importante ressaltar, também, o trabalho da Comissão Mista de Reavaliação de Informações (CMRI), órgão colegiado composto por representantes de dez órgãos federais, que representa a última instância recursal no âmbito administrativo. Em 2015, a Comissão recebeu 456 recursos e foram publicadas sete súmulas a fim de consolidar e divulgar entendimentos em relação a determinados temas.

A ampliação e o aprofundamento do contato com o cidadão, visando aperfeiçoar os processos de trabalho e garantir efetividade ao direito fundamental ao acesso a informações públicas, é o principal objetivo a ser alcançado em 2016. Dessa forma, pretende-se realizar audiências públicas, consultas públicas, oficinas e reuniões com o intuito de debater aspectos de destaque para garantir a máxima transparência dos atos e decisões no âmbito do Poder Executivo Federal.

O sucesso de implementação da LAI no País começa a ser reconhecido internacionalmente. Em 2015, a Controladoria Geral da União (CGU) prestou apoio na implementação de lei similar no Paraguai, em projeto financiado pelo Banco Mundial.

Na seara da transparência, o Portal da Transparência do Governo Federal (www.transparencia.gov.br) é a principal ferramenta de divulgação proativa de informações sobre receitas, despesas, contratos e convênios, com atualização diária. A média mensal de visitas ao Portal, em 2015, ultrapassou o número de 1,36 milhão de acessos, conforme visto abaixo:

Portal da Transparência – média mensal de visitas por ano – 2008 a 2015



Fonte: Portal da Transparência (http://www.transparencia.gov.br).

Houve, também, avanços nos trabalhos para o lançamento do novo Portal da Transparência do Governo Federal que contaram com participação de cidadãos e organizações da sociedade civil. O trabalho visa facilitar o acesso à informação, com a incorporação da plataforma das Páginas de Transparência, as quais apresentam informações sobre execução orçamentária, licitações, contratos, convênios, diárias e passagens de cada órgão federal, ao novo Portal, além de adequar o sistema aos princípios de dados abertos, tornando-o mais interativo e acessível, com o compartilhamento de informações em redes sociais e o acesso por meio de plataformas móveis, como aparelhos celulares e *tablets*.

O Programa Brasil Transparente, criado em 2013, oferece apoio aos entes federados na implementação da LAI. Em 2015, 84 novos parceiros, entre Estados e Municípios, aderiram ao Programa, aumentando para 1.541 o número de adesões até o final de 2015. Os treinamentos presenciais alcançaram cerca de 70 Municípios e 1.500 agentes públicos estaduais e municipais. Em 2016, está previsto o desenvolvimento do Mapa Interativo Social do Brasil Transparente (MBT), espaço interativo de divulgação e monitoramento pela sociedade civil da transparência. O MBT permitirá que o cidadão seja parte ativa no monitoramento e na avaliação da implementação da LAI em seu Estado e Município.

Para apoiar os Estados e Municípios com a implementação de medidas de transparência pública, também foi lançado o e-Sic Livre, sistema eletrônico para o recebimento de pedidos de informação desenvolvido em *software* livre, desenvolvido pela Prefeitura de Natal, a partir do código fonte do e-Sic Federal.

A fim de propiciar uma visão geral da implementação da LAI nos Municípios, foi desenvolvida, em 2015, a Escala Brasil Transparente (EBT), que consiste na verificação do nível de adequação dos Municípios à LAI. Foram lançadas duas versões da EBT: a primeira analisou a implementação da LAI em 492 Municípios e, a segunda, contemplou 1.587.

Cerca de 2.800 agentes públicos de entes federados participaram do curso "Regulamentação da LAI nos Municípios", que tem o objetivo de oferecer orientações necessárias para a regulamentação da Lei em âmbito local.

Foi continuada, em 2015, a oferta de cursos no âmbito do Programa de Fortalecimento da Gestão Pública, com os temas Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos e Legislação Aplicada à Logística de Suprimentos, além de um novo curso sobre Controle Social.

Em 2015, fortaleceram-se as parcerias para viabilizar a execução dos principais projetos voltados à promoção da cidadania entre o público infanto-juvenil, a exemplo do Concurso de Desenho e Redação, que, em 2015, realizou a 7ª edição com o tema "Pequenas Corrupções: Diga Não!" e recebeu 12 mil trabalhos, e do programa "Um por todos e todos por um! Pela ética e cidadania", em parceria com o Instituto Cultural Maurício de Sousa. Para 2016, está prevista a aplicação do programa "Um Por Todos!" para mais de 250 mil alunos.

Na esfera internacional, o Brasil avançou na implementação do segundo Plano Nacional de Governo Aberto, cujas informações para o acompanhamento dos compromissos podem ser consultadas no sítio: www.governoaberto.cgu.gov.br. O relatório independente, feito em parceria internacional (IRM/OGP), reconheceu os esforços brasileiros e fez recomendações para que o País continue avançando no tema. Para 2016, o desafio é a construção do 3º Plano Nacional de Governo Aberto, que busca o diálogo entre os órgãos públicos e a sociedade para a criação conjunta de projetos sobre o tema.

O Governo Federal aderiu à Iniciativa Global para Transparência Fiscal (GIFT), rede de ação que conta com a participação de diversos países em esforços para o aprimoramento da transparência fiscal. O objetivo é promover a aderência às normas internacionais de transparência fiscal, promovendo ajustes nas estruturas e legislações, considerando a necessidade de se estimular a transparência.

2. O Planejamento como Facilitador das Ações de Governo

O planejamento, em sua dimensão estratégica, assume o Estado como um importante agente na indução do crescimento e na promoção do desenvolvimento econômico do País. Em sua dimensão tática e operacional, o planejamento pode ser visto como facilitador das ações do Governo, pois, mesmo sob condições de incerteza, auxilia na busca por clareza nos propósitos organizacionais e no enfrentamento de possíveis gargalos institucionais da administração pública federal. Dessa forma, além de facilitar as ações governamentais, o planejamento estabelece um futuro curso de ação que promove a coordenação dos recursos com desafios políticos e externos. Em outras palavras, planejamento e gestão caminham de mãos dadas. Decisões de planejamento fornecem um referencial pelo qual se podem avaliar ações, realizações e realidades subsequentes, assim como a tomada de medidas corretivas.

a) Gestão do Programa de Aceleração do Crescimento e do Programa de Investimento em Logística

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), criado em 2007, é o maior conjunto de projetos de infraestrutura logística, energética, social e urbana do País. A continuidade do PAC em 2011, com a segunda etapa, ampliou os investimentos público e privado em obras estruturantes, aprimorou parcerias com Estados e Municípios, além de contribuir diretamente com a geração de emprego e manutenção da renda dos trabalhadores.

Em 2015, o PAC priorizou obras que já estavam em andamento, viabilizando infraestruturas importantes para a retomada do crescimento do País. Os empreendimentos do PAC são instrumentos fundamentais para o desenvolvimento nacional e o resgate da cidadania, a partir da concessão de financiamentos e investimentos oriundos dos setores público e privado nos diversos setores produtivos.

Os investimentos do PAC no Orçamento Fiscal e na Seguridade Social atingiram R$ 47,3 bilhões no ano de 2015. Desse montante, destacam-se os pagamentos de R$ 20,7 bilhões do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), R$ 8,8 bilhões destinados a ações do Ministério dos Transportes e R$ 3,4 bilhões ao Ministério da Integração Nacional, desses, RS 1,8 bilhão direcionados ao Projeto de Integração do rio São Francisco, empreendimento que transformará a vida de milhões de pessoas no Nordeste brasileiro.

O Balanço do PAC referente ao período de realizações do primeiro semestre, divulgado em agosto de 2015, foi publicado na Internet (www.pac.gov.br) contendo um Relatório Nacional por eixos, com a situação dos empreendimentos que compõem a carteira do Programa. Para 2016, será dada continuidade à política de priorização dos investimentos em áreas estratégicas de infraestrutura para o País.

O Programa de Investimentos em Logística (PIL), lançado pelo Governo Federal em agosto de 2012, juntou-se ao PAC na tarefa de atacar os gargalos de infraestrutura existentes no País. Os resultados da primeira etapa já estão em execução, com a concessão de 5.350 km em sete rodovias e seis aeroportos. No setor de portos, já foram aprovados investimentos em terminais de uso privativo e também renovados contratos de arrendamento com novas obrigações de investimentos.

A nova etapa do PIL, lançada em junho de 2015, prevê investimentos de R$ 198,4 bilhões e encontra-se estruturada em cinco objetivos: i) aumentar a competitividade da economia brasileira; ii) escoar com eficiência a produção agrícola crescente; iii) reduzir os custos de logística para a indústria; iv) atender ao crescimento de viagens nacionais e internacionais; e v) ampliar as exportações. Destaca-se a meta de aumentar a integração entre rodovias, ferrovias, hidrovias, portos e aeroportos, assim como a articulação destes modais com as cadeias produtivas.

b) Plano Plurianual

Encaminhado pelo Executivo em agosto de 2015 ao Congresso Nacional, o Plano Plurianual (PPA) 2016-2019 foi aprovado em 13 de janeiro de 2016 na forma da Lei 13.249/2016. O PPA 2016-2019 compõe-se de 54 programas temáticos e programas de gestão, manutenção e serviços ao Estado. Está prevista, para o período do Plano, a aplicação de recursos em torno de R$ 8,2 trilhões, incluindo recursos orçamentários e extraorçamentários.

O PPA 2016-2019 trouxe inovações que fortalecem seu caráter estratégico e promovem a melhor aderência às diversas fontes de financiamento. Suas referências norteadoras são a aproximação entre Plano e políticas públicas e a comunicação com a

sociedade. O conteúdo dos Programas Temáticos do PPA passou a expressar com maior clareza as escolhas estratégicas para cada área por meio de Objetivos, conectados diretamente às previsões plurianuais de orçamento. Atenção especial foi dada às metas, de modo que elas possam expressar quantitativa ou qualitativamente o grau de alcance dos Objetivos. A elaboração do Plano baseou-se em cenários macroeconômicos e de acompanhamento da conjuntura econômica, buscando conciliar crescimento econômico com distribuição da renda, inclusão social e sustentabilidade ambiental.

O processo de monitoramento do PPA 2012-2015 promoveu o diálogo com a sociedade, com destaque para as agendas transversais acompanhadas, de forma participativa, pelo Fórum Interconselhos, formado por representantes da sociedade civil. Destacam-se nessas agendas: i) políticas para as mulheres; ii) igualdade racial; iii) comunidades quilombolas e povos e comunidades tradicionais; iv) crianças e adolescentes; v) pessoa idosa; vi) pessoa com deficiência; vii) população LGBT; viii) povos indígenas; e ix) população de rua. O Relatório Anual de Avaliação, ano-base 2014, foi encaminhado ao Congresso Nacional contendo a descrição dos principais resultados obtidos. Para o novo ciclo do PPA, de 2016 a 2019, está prevista a continuidade e aperfeiçoamento do monitoramento participativo do Plano.

c) Avaliação de Políticas

A avaliação de políticas é instrumento de gestão, de aperfeiçoamento e de responsabilização, além de se configurar em ferramenta de prestação de contas.

No intuito de aprimorar o acompanhamento das políticas públicas, foram elaborados quatro eixos. O primeiro é voltado ao incentivo do empreendedorismo e produtivismo includente. Foram produzidos dois documentos: "Empreendedorismo de Vanguarda", que elenca medidas como: solução de entraves ao impulso empreendedor, identificação de iniciativas no País e alteração de procedimentos que apresentem baixo impacto orçamentário; e "Capital e Trabalho", com foco no aumento da qualidade do emprego, evitando que mudanças nas relações de produção resultem em precarização do trabalho.

O segundo eixo trata do aprimoramento da gestão e do controle na administração pública, que contou com o documento "Gestão Pública e Controle: o Estado a Serviço do Produtivismo Includente", com agendas de transformação do Estado, pautadas nos ideais do profissionalismo, da eficiência e do experimentalismo.

O terceiro eixo é direcionado para a qualificação do ensino. Foram desenvolvidos projetos em consonância com as diretrizes do documento "Pátria Educadora: a qualificação do ensino básico como obra de construção nacional" e se desdobram em propostas detalhadas de mudança no paradigma curricular e pedagógico.

Quanto ao quarto – e último – eixo, que trata do desenvolvimento a longo prazo, foram gerados estudos em quatro áreas estratégicas: mudanças climáticas, pecuária, desenvolvimento regional e defesa. Sobre mudanças climáticas, foi elaborado o estudo "Brasil 2040: cenários e alternativas de adaptação à mudança do clima". No que se refere à pecuária, foi desenvolvido estudo para a formulação de política de intensificação da pecuária e sua possível integração com a lavoura e as florestas, visando à expansão da produção de alimentos. Quanto ao tema desenvolvimento regional, foi proposta a criação do Consórcio Brasil Central, para instituição de mecanismos de cooperação horizontal de desenvolvimento regional entre os governos de GO, DF, TO, MT, MS e RO. Enfim, tratando do tema Defesa, foi elaborado o Plano de Segurança Cibernética, com a finalidade de subsidiar a formulação de uma Política Nacional de Segurança Cibernética, para definição das ações empresariais e governamentais que venham possibilitar a expansão da competitividade internacional das Empresas Estratégicas de Defesa.

d) Orçamento, Investimento e Custeio

A elaboração do Projeto de Lei Orçamentária para 2016 (PLOA 2016) utilizou recursos inovadores para o desenho de cenários. O módulo do orçamento impositivo ganhou maior nível de detalhamento, permitindo o acompanhamento das demandas parlamentares e uma melhora qualitativa na geração de informações.

Importante destacar a participação do Governo Federal em fóruns internacionais sobre transparência de dados orçamentários. O orçamento no Brasil tem se destacado como referência no que diz respeito às informações sobre ontologia do orçamento, composta pelos itens de despesa e os seus classificadores, e os meios de acesso a dados orçamentários.

Outras iniciativas direcionadas a divulgar e estimular o interesse da sociedade no orçamento do Governo Federal são a Escola Virtual e o Prêmio de Monografias. Em 2015, a Escola Virtual disponibilizou 40 mil vagas nos cursos de "Orçamento Público" e "Lei de Diretrizes Orçamentárias". Para o ano de 2016, a meta é ofertar mais de 200 mil vagas. O Prêmio de Monografias na área orçamentária está em sua oitava edição, viabilizando a produção de estudos e reflexões sobre o tema. Para 2016, está prevista uma nova edição do Prêmio SOF de Monografias. Destaca-se, ainda, a publicação do Orçamento Cidadão, que resume e simplifica a Lei Orçamentária, apresenta os valores globais do orçamento proposto pelo Governo e as principais áreas de atuação e funções, e da cartilha "Sofinha e sua Turma".

e) Previdência Complementar do Servidor Público

A Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp-Exe), além do seu objetivo central de promover a segurança ao futuro do servidor e sua família, contribui para o desenvolvimento do regime de previdência complementar oficial, favorecendo o equilíbrio a longo prazo das contas públicas e ampliando o nível de cobertura da previdência complementar no Brasil.

A partir da edição da Lei nº 13.183, de 4 de novembro de 2015, que introduz a adesão automática dos servidores públicos titulares de cargo efetivo da União aos planos de previdência complementar, a Funpresp-Exe atingiu, aproximadamente, 19 mil membros ao final de 2015, com um total de 182 patrocinadores.

f) Gestão Pública

O Governo Federal iniciou uma reforma administrativa, com o objetivo de promover maior racionalização da estrutura da administração pública federal. Foram unificadas áreas que desenvolvem políticas públicas afins em um mesmo ministério e buscou-se reduzir os gastos com as estruturas de apoio – ou seja, área administrativa, assessorias de comunicação, jurídica e parlamentar.

A primeira fase da reforma foi efetivada com a publicação da Medida Provisória (MP) nº 696, de 2 de outubro de 2015 a qual extinguiu oito ministérios, mediante as seguintes alterações: i) junção do Ministério do Trabalho e Emprego com o Ministério da Previdência Social, resultando na criação do Ministério do Trabalho e da Previdência Social; ii) junção das Secretarias de Políticas para as Mulheres, de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e Direitos Humanos, com a criação do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos; iii) transformação da Secretaria Geral da Presidência da República na Secretaria de Governo da Presidência da República, com a incorporação de algumas atribuições da Secretaria de Relações Institucionais e da Secretaria da Micro e Pequena Empresa, que foram extintas; iv) extinção do Gabinete de Segurança

Institucional e criação da Casa Militar da Presidência da República, sem *status* de ministério; v) extinção da Secretaria de Assuntos Estratégicos; e vi) extinção do Ministério da Pesca e Aquicultura, com incorporação de algumas de suas atribuições ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Para dar continuidade ao processo de revisão da estrutura organizacional dos ministérios, foi publicado o Decreto s/n de 5 de outubro de 2015, que instituiu a Comissão Especial de Reforma do Estado, com objetivo de propor medidas para aumentar a eficiência na gestão pública e reduzir custos. Para 2016, a Comissão deve aprofundar estudos com vistas à realização de outras fases da reforma. Foi editado ainda o Decreto nº 8.540, de 9 de outubro de 2015, que implementou medidas de racionalização do gasto público nas contratações para aquisição de bens e prestação de serviços e na utilização de telefones celulares, de forma a promover uma redução global de 20% nos gastos.

A folha de pagamento dos servidores públicos federais também foi objeto de intenso processo de melhoria na gestão. Está em implementação o novo modelo que monitora, antes do pagamento, os lançamentos efetuados pelos órgãos da administração pública federal e verifica a conformidade dos dados registrados no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape). Esse procedimento previne lançamentos indevidos na folha de pagamento tendo propiciado, em 2015, economia efetiva de R$ 455,24 milhões.

Nova sistemática de gestão de consignações na folha de pagamentos foi implantada com o objetivo de aumentar o nível de segurança para a contratação de empréstimos aos servidores, aos aposentados e aos pensionistas, reduzindo o risco de inadimplência às entidades financeiras que operam consignações em folha de pagamento. A terceira ação que merece destaque, no que se refere à gestão da folha, é a massificação da utilização dos canais digitais por parte dos servidores, aposentados e pensionistas, para obtenção de informações financeiras e funcionais. Estima-se uma redução de R$ 40 milhões nos custos associados à impressão e ao envio de contracheques.

Duas outras ações merecem destaque no que se refere à gestão pública: o Projeto Esplanada Sustentável e o Programa de Inovação em Gestão do Governo Federal (InovaGov). O Projeto Esplanada Sustentável promove a sustentabilidade ambiental e socioeconômica na administração pública federal, incentivando os órgãos a reduzirem o desperdício, por meio da disponibilização de recursos orçamentários extras para aqueles que atingirem as metas de economia. Em 2015, foi realizado o "Diálogo do Projeto", que teve como objetivo premiar os cinco órgãos que atingiram as metas de economia de recursos pactuadas para o 3º Ciclo do Projeto, ocorrido em 2014.

Já o Programa de Inovação em Gestão do Governo Federal tem como meta estabelecer estratégias inovadoras e estimular a criação de um ambiente propício à inovação e ao empreendedorismo público na esfera da administração pública. No âmbito do InovaGov está em desenvolvimento, para ser disponibilizado em 2016, o "Observatório da Inovação no Setor Público Brasileiro". O espaço vai apoiar o planejamento, o monitoramento e a avaliação de ideias e soluções para a melhoria de processos e serviços no setor público brasileiro.

g) Logística e Compras Públicas

No campo da logística e das compras públicas, as ações foram prioritariamente direcionadas à melhoria e à inovação de processos, com o objetivo de produzir economias de escala e redução de custos para o setor público. A Central de Compras e Contratações do Governo Federal vem atuando desde 2014, na proposição e implementação de medidas para aquisição e contratação centralizada de bens e serviços de uso comum.

Sobre as atividades realizadas pela Central de Compras e Contratações do Governo, ressalta-se a implantação do modelo de compra direta de passagens áreas junto às principais companhias fornecedoras de voos no território nacional, com habilitação de mais de 320 órgãos. Desde o seu início, foram emitidos mais de 112 mil bilhetes e houve um desconto médio de 20,04% em relação aos bilhetes emitidos pelas agências de viagem no Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP), gerando um potencial de economia na ordem de R$ 35 milhões ao ano.

Em 2015, a Central promoveu a contratação de única agência de viagens, que presta serviços de emissão, alteração e cancelamento de bilhetes não atendidos pelas empresas aéreas credenciadas e atendimento em horários excepcionais. Dentre as inovações dessa contratação, chama a atenção: i) o atendimento 24 horas, sete dias da semana; ii) a padronização dos procedimentos de aquisições de passagens aéreas para toda administração pública federal; e iii) a simplificação do processo e aumento da eficácia dos controles. Além disso, a contratação centralizada possibilitou uma economia de 28,66% entre o valor estimado e o valor final da licitação referente ao serviço de agenciamento.

Realizou-se, também, licitação para a contratação de serviços de Telefonia Móvel Pessoal e Serviço Telefônico Fixo Comutado, com fornecimento de aparelhos em regime de comodato, que conta com 78 órgãos participantes e tem a capacidade de gerar uma economia de mais de 40% em relação aos atuais contratos vigentes.

Houve, ainda, a licitação para compor ata de registro de preços para o fornecimento de imagens óticas orbitais, que proporcionou a extensão da licença de uso a toda a administração pública, sem limites, bem como a viabilização da formação de acervo em banco de imagens a ser gerenciado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), evitando aquisição duplicada de imagens. Se os valores médios dos contratos atualmente vigentes forem considerados, essas inovações podem gerar uma economia potencial de mais de 40%.

Como forma de contribuir para a melhoria da qualidade do gasto, também foi disponibilizada a "Cartilha Energia", que auxilia na identificação das oportunidades de redução de despesas com energia elétrica, por meio da realização de ações administrativas de execução contratual. O potencial de economia com esta simples ação chega aos 5%.

Em 2015, foram continuados os trabalhos de aprimoramento de metodologias, estudos e padronização de especificações técnicas e o desenvolvimento de estratégias de aquisição e contratação de bens e serviços de uso em comum pelos órgãos da APF por meio da aplicação da metodologia de abastecimento estratégico (*strategic sourcing*). Estão sendo desenvolvidas estratégias de aquisição para dez itens prioritários e a expectativa é que, em 2016, os trabalhos sejam concluídos e que as estratégias de aquisição estejam definidas por meio da construção de cenários de aquisição e contratação desses serviços.

Assim, percebe-se que com a atuação da Central são obtidos ganhos de escala, ao mesmo tempo em que utiliza o poder de compra do Estado para estimular práticas inovadoras. Com a compra compartilhada de bens comuns de tecnologia da informação e de comunicação, estima-se que mais de R$ 19 milhões foram economizados por meio da aquisição conjunta de ativos de rede. Para 2016, está prevista a conclusão dos processos de aquisição conjunta de equipamentos de *desktops, notebooks, softwares*, aplicativos e solução de segurança de redes.

Diversas outras ações, referentes à qualidade dos serviços prestados, também podem ser identificadas. No âmbito da Infraestrutura de Rede de Comunicações (Infovia), que atualmente atende a 91 órgãos e entidades públicas em 199 pontos de conexão distintos, está sendo expandida a rede de fibra ótica, que tem por objetivo oferecer conexão de dados segura e de alta velocidade para todas as unidades do Governo.

Como iniciativa para simplificar as contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal com microempresas, agricultores familiares, produtores rurais, pessoa física, dentre outros, foi publicado o Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, que regulamenta o tratamento favorecido e diferenciado para esses agentes, no intuito de promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito local e regional.

A fim de facilitar e otimizar as consultas feitas no Portal de Compras do Governo Federal (comprasgovernamentais.gov.br), o Painel de Compras Governamentais disponibiliza gráficos, indicadores e informações aos gestores públicos das áreas de compras, para auxiliar em processos de aquisição realizados pelo Governo.

Finalmente, aos órgãos não integrantes do Sistema de Serviços Gerais (Sisg), foi permitido o registro de penalidades aplicadas a fornecedores no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf). Destaca-se, ainda, o esforço do Governo em remodelar a atuação do Sisg, com destaque para a elaboração da Estratégia Geral de Logística, que objetiva promover maior racionalização do uso dos recursos públicos, eficiência e coordenação das ações de governo.

h) Acompanhamento das Empresas Estatais

Em 2015, as empresas estatais investiram R$ 92 bilhões, sendo que, desse montante, R$ 80,2 bilhões foram investimentos diretos e R$ 11,8 bilhões realizados por empresas coligadas. O percentual de execução do Orçamento de Investimentos foi de 78,6%. Para 2016, foram aprovados investimentos da ordem de R$ 106,3 bilhões, dos quais R$ 96,9 bilhões são referentes a investimentos diretos, e R$ 9,4 bilhões por meio das empresas coligadas.

Foi aprovado o novo estatuto social da BR Distribuidora, a criação de três subsidiárias na Caixa Econômica Federal e a criação de 23 subsidiárias nas Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás). Além disso, foi apresentada a proposta legislativa para regulamentar o art. 173 da Constituição Federal.

Na esfera da política de pessoal das estatais, foram autorizadas mais de três mil vagas de emprego para cinco hospitais da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), propiciando a ampliação dos serviços do Sistema Único de Saúde (SUS).

No bojo da metodologia de avaliação de empresas, aplicou-se questionário nas estatais não financeiras para mapear temas relevantes como: i) governança corporativa; ii) gestão de processos; iii) controles internos; iv) gestão de risco; v) relacionamento com o cliente/sociedade; vi) gestão de pessoas; e vii) planejamento estratégico e orçamentário. Iniciou-se a revisão dos planos contábeis para o setor produtivo e para o setor financeiro existentes no Sistema de Informações Estatais (Siest), de modo a compatibilizá-los à estrutura dos demonstrativos contábeis das empresas, às atuais regras de contabilidade e ao Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Ainda merece destaque a publicação na Internet do livro "Perfil das Empresas Estatais", com as principais realizações das estatais e dados cadastrais, econômico-financeiros, de pessoal, de diretoria, auditoria externa e dos conselhos.

Para o ano de 2016, o foco do Governo Federal é o aprimoramento da gestão das empresas estatais, no âmbito de suas competências institucionais. Também será priorizada a promoção da integração entre elas, objetivando o compartilhamento de habilidades como meio para atingir os resultados, sob a perspectiva da otimização de recursos e visando atender aos objetivos sociais das empresas. Serão aprimoradas a orientação e a capacitação dos conselheiros de administração do Ministério do Planejamento,

Orçamento e Gestão (MP), por meio de seminários e fóruns estratégicos e, também, a partir da implantação de uma rede de universidades corporativas, que permitirá consolidar conhecimentos e ampliar *expertises*.

Por fim, será desenvolvida sistemática de avaliação das estatais para identificar temas e fragilidades que ensejem orientações normativas, assim como terá continuidade o aprimoramento da programação e do monitoramento dos orçamentos das empresas estatais, com vistas à boa gestão, ao cumprimento dos limites aprovados e à transparência.

i) Financiamentos Externos e Cooperação Internacional

O Governo vem implementando duas importantes medidas na área internacional, com vistas a fortalecer a política de melhoria e aperfeiçoamento do gasto público: a compatibilização das metas do ajuste fiscal necessário para o País com os limites para a concessão de garantias da União a Estados e Municípios que buscam o financiamento externo; e a constituição da Comissão Interministerial de Participação em Organismos Internacionais (Cipoi) com atribuição, dentre outras, de realizar o acompanhamento e avaliar o impacto orçamentário e financeiro da participação do Brasil em organismos, entidades e fundos internacionais.

Merece destaque, também, a implantação da Sala de Investimentos no Ministério do Planejamento, que funciona como ponto focal para investidores, empresas nacionais ou estrangeiras, interessados nos grandes projetos de investimento em infraestrutura para rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e energia.

Para 2016, destaca-se o prosseguimento do acordo Quadro de Investimentos Brasil-China, com o objetivo principal da promoção de investimentos e desenvolvimento da capacidade produtiva, por meio do acompanhamento de projetos nas áreas de infraestrutura, logística, energia, mineração, agricultura e indústria manufatureira, como, por exemplo, o projeto da Ferrovia Bioceânica, no âmbito do Programa de Investimento e Logística (PIL).

j) Patrimônio da União

Em apoio às políticas de regularização fundiária de interesse social, provisão habitacional, reforma agrária, comunidades tradicionais e populações urbanas, destacam-se seis ações de destinação. A primeira é a destinação de 12 imóveis em áreas urbanas, em cinco Estados, para o Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), totalizando mais de 195 mil m² para atendimento de 1,9 mil famílias. A segunda, a destinação de nove imóveis em áreas urbanas, em sete Estados, para empreendimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), totalizando 726 mil m² e atendimento de mais de 9,4 mil famílias de baixa renda.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) também recebeu 11 áreas em quatro Estados e no Distrito Federal, totalizando 11,9 milhões de m² para ações de reforma agrária. Um total de 11 áreas, em cinco Estados e no Distrito Federal, foram destinados em reconhecimento aos povos e comunidades tradicionais, totalizando 12,1 milhões de m², beneficiando cerca de 660 pessoas. A quinta foi a destinação de espaço físico, com área de 221,4 mil m², para realização dos Jogos Mundiais Indígenas. Finalmente, cabe citar a permissão de uso de imóveis para sediar várias modalidades esportivas dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016.

Também foram destinados um total de 295 imóveis, sendo 90 utilizados em apoio a diversas ações governamentais da administração pública federal e o restante aos demais entes federados. Entre as áreas destinadas para obras de infraestrutura, cabe ressaltar a cessão de imóvel para o Terminal Portuário Cotegipe, em Salvador/BA, e para o funcionamento do Porto Fluvial em Cruzeiro do Sul, no Alto Juruá/AC.

Vale mencionar a regularização de ocupações de imóveis da União em terrenos marginais e acrescidos, como ocorreu no Piauí, onde foram aprovados 112 aforamentos nas margens dos rios Parnaíba e Poti.

Na Amazônia Legal, a regularização fundiária de glebas públicas federais, por meio do Programa Terra Legal, possibilitou identificar um milhão de hectares como áreas inalienáveis da União, com vistas à destinação voltada ao interesse social, à preservação ambiental e ao acesso a territórios de povos e comunidades tradicionais. Foram, ainda, celebrados contratos de concessão de direito real de uso de áreas da União para 1,8 mil famílias, num montante de 46.700 hectares de terras. Na região da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, os Termos de Autorização de Uso Sustentável, emitidos em 2011/2012, garantiram, em 2015, que as populações tradicionais que ocupavam as áreas afetadas pelo empreendimento fossem realocadas em áreas do reservatório em condições análogas àquelas do modo de vida tradicional ribeirinho.

Também foi desenvolvida metodologia própria de identificação de várzeas da União, por meio de ferramentas de geotecnologias aplicadas a estudos territoriais, com vistas à regularização e ao acesso a territórios para comunidades tradicionais que utilizam terras da União, em diversos Estados da Federação. Foram modelados cerca de 90 mil km² para determinação das áreas de várzeas da União em que vivem populações tradicionais.

Durante o exercício de 2015, a arrecadação de receitas patrimoniais atingiu R$ 913,7 milhões. Com relação às ações de fiscalização, foram registradas 2.048 vistorias, com prioridade para a preservação dos imóveis públicos e a contenção de irregularidades no uso. Contabilizou-se o cadastramento de 3.767 novos registros na base de dados do Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet).

Na área normativa, destaca-se a revisão dos marcos de gestão do patrimônio da União, com a sanção da Lei nº 13.139, de 26 de junho de 2015, que possibilitou o parcelamento e a remissão de dívidas patrimoniais com a União, e a publicação da Portaria MP nº 351, de 25 de agosto de 2015, autorizando a venda de 20 imóveis em sete unidades da Federação, avaliados em R$ 94,8 milhões, em seguimento às novas diretrizes do Governo para redução de despesas e racionalização de gastos da União.

Importante destacar, ainda, a Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015, que dispõe sobre a administração, a alienação, a transferência de gestão de imóveis da União e seu uso para a constituição de fundos, que estabelece mecanismos de modernização da gestão do patrimônio da União, buscando a redução dos gastos com locação de imóveis de terceiros e também os custos de manutenção dos prédios públicos, convertendo-os em edificações sustentáveis.

Para 2016, destacam-se as ações para regularização patrimonial das áreas aeroportuárias públicas, que culminarão na destinação aos Estados e aos Municípios das áreas remanescentes para regularização fundiária e construção de equipamentos públicos, dentre outros.

k) Gestão de Pessoas, Relações de Trabalho e Valorização dos Servidores

A gestão de pessoas no Governo tem como uma de suas principais diretrizes a democratização das relações de trabalho, reconhecendo e valorizando os servidores públicos federais, além de fortalecer as carreiras e os planos de cargos dos órgãos e entidades federais com vistas ao aprimoramento dos serviços públicos.

Nesse contexto foram realizadas 215 reuniões na Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), em 2015, com o objetivo de tratar os conflitos inerentes às relações de trabalho no serviço público. O processo de negociação na MNNP envolveu cerca de 1,2 milhão de servidores civis (ativos, aposentados e pensionistas). Em 2015, foram celebrados 32 acordos com entidades que representam cerca de 1,1 milhão de servidores.

Para 2016, o Governo Federal buscará discutir a implementação da Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), relativa à negociação de termos e condições de trabalho no serviço público, a regulamentação do direito de greve e da organização sindical, visando assegurar maior representatividade nas negociações com as entidades representativas dos servidores.

Em 2015, foram preenchidos 4.279 cargos efetivos e expedidas autorizações para o provimento de outros 6.743 cargos efetivos e admissão de 85.276 servidores em regime de contratação temporária, em parte devido à realização do Censo Agropecuário 2016, e alguns destinados ao cumprimento de termos de conciliação judicial orientados à substituição de terceirizados. Foram priorizadas as contratações de servidores de nível superior, com crescimento de 7,5% no período de 2010 a 2015.

No âmbito da Comissão Especial Interministerial (CEI), instituída pelo Decreto nº 5.115, de 24 de junho de 2004, para revisão dos atos administrativos referentes aos anistiados, de que trata a Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994, foram julgados 204 requerimentos e publicadas portarias de deferimento de retorno de 281 empregados anistiados.

Foram criadas 11 novas Unidades do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (Siass), responsáveis por ações relacionadas à saúde de servidores dos órgãos e entidades da administração federal, perfazendo o total de 137 Unidades. O Sistema Siape Saúde foi aperfeiçoado, facilitando o registro de afastamentos para tratamento de saúde dos servidores.

Por meio da Orientação Normativa Segep/MP nº 2, de 13 de abril de 2015, consolidou-se o entendimento de que os militares e os servidores de outros entes federativos, ao ingressarem no serviço público federal, estão submetidos ao regime de previdência complementar de que trata a Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012.

Ainda como ações para valorização dos servidores públicos federais, o Governo diversificou seu portfólio de cursos de pós-graduação, destacando-se a oferta de um programa de Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento, com 40 vagas. Pretende-se, em 2016, a realização do curso de pós-graduação *lato sensu* em Orçamento Público.

Merece destaque o lançamento do Programa Internacional de Desenvolvimento de Executivos da administração pública federal, em parceria com a escola de governo da *Harvard University*, contando, atualmente, com a participação de oito alunos, e que tem por objetivo desenvolver competências para a gestão de organizações complexas, mapeamento de novos instrumentos para tomada de decisão em contextos de crise e implementação de políticas públicas.

Ressalta-se, também, a admissão de duas turmas do curso de especialização em Gestão Pública, que se encontra na 10ª edição, com 80 alunos e conclusão prevista para 2016, e o desenho do curso de especialização em Planejamento e Estratégias de Desenvolvimento, para realização entre 2016 e 2018, em parceria com o Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI.

No campo técnico-gerencial, evidencia-se o lançamento do Programa Enap em Rede - capacitando servidores, disponibilizado na página www.enap.gov.br/web/pt-br/programa-de-parcerias, que visa qualificar servidores públicos em diversos temas. O Programa conta com a participação de 11 escolas de Governo e 37 Institutos Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica em 26 Estados e o Distrito Federal.

l) Tecnologia da Informação

O novo Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal (Siorg) foi implantado e provê aos órgãos e às entidades mecanismos para o manejo dos cargos de livre nomeação e exoneração, bem como para o registro/publicação oficial dos respectivos regimentos internos, atos que, no limite das competências de cada órgão, podem vir a ser prontamente efetivados. A segunda

fase do Sistema está em desenvolvimento e encontram-se previstas ferramentas que viabilizarão o gerenciamento de cargos comissionados sem vínculo, a geração de demonstrativos que retratam a evolução no quantitativo de cargos comissionados e o cálculo do impacto orçamentário das propostas e a representação da estrutura hierárquica na forma de organograma.

No âmbito do Sistema de Gestão de Pessoas (Sigepe), portal que unifica todos os serviços de gestão de pessoas no Governo Federal, foram realizadas melhorias, com ênfase no que trata das ações judiciais. Na área orçamentária, o Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop) teve várias de suas funcionalidades aperfeiçoadas.

O Portal do *Software* Público Brasileiro (SPB) ganhou nova versão em 2015, com disponibilização de 70 soluções de *software* para simplificar a gestão pública, reduzir gastos e atender às necessidades dos cidadãos. Foi desenvolvido aplicativo *mobile* para que os interessados tenham mais um canal de acesso ao catálogo de soluções e de esclarecimento de dúvidas.

O Sistema de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal (Siconv) passou por um processo de melhoria ao longo de 2015, com o desenvolvimento de funcionalidade para agilizar o cadastro dos programas oriundos de emendas parlamentares no orçamento, e para processar as parcerias voluntárias firmadas entre o Governo e as organizações da sociedade civil. Foi lançada a Rede Siconv, que busca aumentar a transparência e aperfeiçoar o monitoramento das transferências voluntárias da União.

Destacam-se importantes avanços na implantação do Processo Eletrônico Nacional (PEN), iniciativa que visa a construção de uma infraestrutura pública de processo administrativo eletrônico, com o objetivo de desburocratizar e agilizar os procedimentos da APF. Em 2015, foi disponibilizado o Processo Eletrônico Nacional: o Sistema Eletrônico de Informações (SEI), plataforma que trata da gestão de processos e documentos eletrônicos. Em seu primeiro ano de funcionamento, o SEI movimentou cerca de um milhão de documentos, reduzindo o tempo de tramitação de processos e dando maior transparência aos processos internos de trabalho. Em 2015, mais de 60 órgãos e entidades aderiram à ferramenta e apenas no Ministério do Planejamento, houve uma redução de mais de 55% com serviços de postagem, e de 14% nos custos dos contratos com equipamentos multifuncionais, incluindo o consumo de papel.

Para 2016, está prevista a adoção do módulo de Peticionamento Eletrônico, que promoverá a simplificação da entrada de documentos eletrônicos e facilitará a troca de informações entre o Governo e a sociedade.

m) Produção e Disseminação de Informações

As atividades de produção e disseminação de informações estatísticas e geocientíficas ampliam o conhecimento da realidade do País.

Foram divulgados, por unidades da Federação, indicadores sobre força de trabalho, produzidos com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), e informações da renda domiciliar *per capita* referentes a 2014, que servirão de base para o rateio do Fundo de Participação dos Estados, conforme a Lei Complementar nº 143, de 17 de julho de 2013, que entra em vigor em 2016.

No âmbito do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares (SIPD), terá início, em 2016, a implantação do Sistema Contínuo de Pesquisas de Orçamentos Familiares (POF Contínua), que prevê POFs Completas a cada cinco anos e POFs Simplificadas anualmente, com o início da coleta da POF Completa 2016-2017.

Na área das pesquisas sociodemográficas, foram divulgadas, conjuntamente, a Pesquisa de Informações Básicas Estaduais (Estadic) e a Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic), possibilitando análises sob a perspectiva federativa dos temas relacionados a recursos humanos; comunicação e informática; educação; saúde; direitos humanos; segurança pública; segurança alimentar; inclusão produtiva; e vigilância sanitária.

Foram divulgados os resultados da Pesquisa Nacional de Saúde 2013, com volumes temáticos "Acesso e utilização dos serviços de saúde, acidentes e violência e ciclos de vida", que contribuem para o conhecimento sobre as características de saúde da população brasileira para a formulação e o acompanhamento de políticas públicas do setor.

Destaca-se, ainda, a publicação "Mudança demográfica no Brasil no início do século XXI: subsídios para as projeções da população do Brasil e das unidades da Federação", obra que reúne textos analíticos sobre as mudanças demográficas experimentadas pela população, que embasaram a elaboração das projeções da população do Brasil e das unidades da Federação 2000-2060.

No âmbito da produção de informações da área econômica, vale mencionar a divulgação da nova série do Sistema de Contas Nacionais, que adota 2010 como ano de referência e contempla recomendações da mais recente revisão do Manual de Contas Nacionais do IBGE e incorpora dados do Censo Agropecuário de 2006 e da Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009.

Importante mencionar, também, a primeira edição da publicação "Estatísticas de Finanças Públicas e Conta Intermediária de Governo - Brasil 2010-2013", que apresenta dados sobre as finanças públicas dos governos federal, estadual e municipal e dos fundos de previdência social. Na área de preços, destaca-se a divulgação dos primeiros resultados do Índice de Preços ao Produtor para a Indústria Extrativa.

No campo das geociências, o Brasil expandiu a Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS (RBMC) em 10%, em relação a 2014. A RBMC opera com 123 estações, sendo 93 estações em tempo real, com apoio do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e de instituições de ensino das esferas estadual e federal. Além disso, deu-se continuidade ao reestabelecimento das redes geodésicas do Estado do Amapá e foi divulgada a nova versão do Modelo de Ondulação Geoidal do Brasil.

Foi divulgada a atualização da base cartográfica contínua e integrada, na escala de 1:250.000, de 100% do território. Destacam-se ainda: a divulgação dos novos mapas políticos do Brasil na escala de 1:5.000.000 e de todos os Estados e do Distrito Federal; e a validação das bases cartográficas de 286 Municípios para mapeamento de suscetibilidade no contexto do Plano Nacional de Gestão de Riscos e Respostas a Desastres Naturais.

Também foram disponibilizados os mapas de 206 Municípios que sofreram alterações em seus limites territoriais, bem como a malha municipal atualizada em 2014 e respectivo cálculo de áreas municipais. Quanto ao Censo Agropecuário 2016, foram realizadas as atividades essenciais de planejamento da base territorial, com incremento de 10% no quantitativo operacional dos setores censitários, correspondendo à atualização de 30% dos Municípios, objetivando retratar a realidade de um dos setores mais expressivos da economia nacional.

No campo ambiental, destaca-se a produção das seguintes informações: i) Mapa Hidrogeológico – região Sul; ii) Mapa e Relatórios sobre Mudanças – Uso da Terra 2000-2010-2012; e iii) Mapas de Uso da Terra – Mato Grosso/MT e Maranhão/MA.

Dentre os principais objetivos para 2016, estão: i) a continuidade da implementação das Contas Ambientais da Água; ii) o levantamento dos recursos naturais para produção de estatísticas ambientais; e iii) a publicação dos livros "Estatísticas Ambientais – Brasil e Reserva Ecológica/Recor em Números" e "Mudanças – Uso da Terra no Brasil-2014".

Vale destacar inúmeras iniciativas direcionadas à organização, à produção, à disseminação e à utilização de dados. Duas dessas iniciativas estão diretamente relacionadas à questão fiscal: a construção de bases de dados para acompanhamento e análise das finanças públicas a partir dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (RREO) e dos Portais de Transparência Estaduais e o estudo de estatísticas dos resultados fiscais das administrações públicas.

Em 2016, pretende-se as seguintes ações: i) construção de bases de dados primários sobre a nova Lei de Falências e Recuperação de Empresas; ii) disponibilização de bases de dados e estudos relativos aos gastos previdenciários dos regimes próprios de previdência social; iii) atualização do Mapa das Organizações da Sociedade Civil; e iv) desenvolvimento da plataforma *web* "Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas", que integrará o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil e o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS).

Merece destaque os diversos estudos resultantes das atividades de monitoramento e avaliação de políticas públicas, que tem como objetivo central a avaliação: i) da política comercial brasileira; ii) dos impactos econômicos da complexidade tributária na estrutura produtiva brasileira; iii) da efetividade do desarmamento; iv) da efetividade da Lei Maria da Penha; e v) de políticas públicas de meio ambiente.

Ainda no que se refere a atividades de monitoramento e avaliação, estão previstas para 2016 o desenvolvimento de diversos estudos, ressaltando-se: i) avaliação do impacto do novo Código de Processo Civil brasileiro; ii) diagnósticos e monitoramentos que subsidiem a formulação, implementação e acompanhamento do Pacto Nacional de Redução de Homicídios; e iii) acompanhamento dos desafios e avanços do Plano Nacional de Educação (PNE), da dinâmica da pobreza e da implementação da Política Nacional do Idoso (PNI).

m.1) Arquivo Nacional

A fim de preservar e difundir a memória nacional e desenvolvimento da democracia, no ano de 2015, o Arquivo Nacional atuou no cumprimento de sua missão de dar acesso à informação e garantir ao cidadão os seus direitos. Neste sentido, realizou mais de um milhão de atendimentos presenciais e a distância, e por meio dos sítios institucionais. Além disso, 323 instrumentos de pesquisa foram publicados no portal institucional, com vistas à ampliação do acesso do cidadão à informação governamental.

No âmbito da Política Internacional de Arquivos, por meio do ajuste complementar ao acordo de cooperação técnica entre os Governos do Brasil, de Timor-Leste e de Moçambique, foram desenvolvidos os projetos "Apoio à Implementação de Sistema Nacional de Arquivos" e "Apoio à Implementação do Sistema Nacional de Arquivos do Estado", sendo o Brasil o país indicado à presidência do Comitê Intergovernamental do Iberarchivos – Programa ADAI, devido a sua atuação durante o período.

Cabe mencionar a atuação na gerência do Programa Permanente de Preservação e Acesso a Documentos Arquivísticos Digitais do Arquivo Nacional (AN Digital), especialmente na revisão da Política de Preservação Digital e no monitoramento da implantação das melhorias.

Em 2015, foi realizada a capacitação em gestão e preservação de documentos digitais de 69 servidores integrantes do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo (Siga) e foram prestadas 88 orientações técnicas a 43 órgãos e entidades. Houve,

também, a análise do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) com propostas de adequação aos procedimentos arquivísticos encaminhadas ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Ainda, por intermédio da Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos do Conselho Nacional de Arquivos, foram desenvolvidos estudos relativos à implantação de repositórios arquivísticos digitais confiáveis. Houve, também, a participação no projeto internacional InterPARES *Trust*, de preservação de documentos arquivísticos digitais no contexto da Internet.

Na área de projetos especiais interinstitucionais e de promoção do direito à memória e à verdade, a Rede Memórias Reveladas atingiu, durante o ano de 2015, a marca de 115 entidades parceiras, no Brasil e no exterior. Além disso, também participou de eventos nacionais e internacionais, destacando-se a realização de aula magna no Centro Universitário Geraldo Di Biasi sobre o tema "Trabalhadores e Ditadura Militar".

Para o ano de 2016, estão previstas: i) a implantação do Arquivo Nacional em Linha, viabilizando a automação de serviços de atendimento ao cidadão; ii) a realização da segunda edição do "Arquivo em Cartaz: Festival Internacional de Cinema de Arquivo"; e iii) a consolidação da campanha de estímulo à criação de arquivos públicos municipais e o fortalecimento do programa de capacitação a distância em gestão de documentos para atender as necessidades dos órgãos e entidades do Siga, bem como das administrações municipais em processo de implantação de sistemas de arquivos e criação de instituições arquivísticas públicas.

3. Regulação de Mercados

a) Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação

O fortalecimento da capacidade institucional para gestão em regulação requer qualidade regulatória, transparência e oferta de canais efetivos para receber a contribuição da sociedade, seja por audiência ou por consulta pública. É necessário firmar mecanismos e fortalecer instituições para supervisionar os procedimentos da política regulatória e seus objetivos, integrando a avaliação de impacto regulatório que identifique a motivação, os agentes envolvidos, as alternativas, os custos e os benefícios da regulação proposta.

O Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação (PRO-REG) tem por objetivo incrementar ações para o reforço da governança regulatória e promover a reforma e a melhoria da qualidade da regulação no Brasil. O Programa tem sido um referencial para induzir os entes reguladores brasileiros a buscar meios para estabelecer uma adequada estrutura de governança e adotar as boas práticas regulatórias.

Em 2015 o PRO-REG desenvolveu ações para identificar e disseminar o uso de melhores práticas regulatórias, com a promoção de cursos, seminários e oficinas em parceria com diversas instituições públicas e privadas, o intercâmbio e a cooperação com o *Office of Information and Regulatory Affairs* (Oira) dos Estados Unidos da América (EUA), a *Comisión Federal de Mejora Regulatoria do México* (Cofemer), a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a União Europeia (UE).

As ações e as iniciativas do Programa, inicialmente dirigidas às entidades e aos órgãos reguladores federais, foram expandidas para os entes reguladores subnacionais, trabalho levado a efeito em parceria com a Associação Brasileira de Agências de Regulação (Abar). Para 2016, o Programa prosseguirá atuando como um referencial para assimilar e divulgar as melhores práticas regulatórias e terá como prioridade a ampliação de suas ações para os demais órgãos e entidades da administração pública que também exercem competência regulatória.

b) Regulação e Supervisão do Sistema Financeiro Nacional

Foram adotadas, durante 2015, diversas ações para assegurar a estabilidade do poder de compra da moeda e um sistema financeiro sólido e eficiente, cabendo destacar que:

- Fortaleceu-se e consolidou-se a Supervisão de Conduta, que trata da prevenção do uso das instituições financeiras para fins de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo, assim como do relacionamento com clientes e usuários de produtos e serviços financeiros. Outro importante avanço nessa área foi a implementação da metodologia de supervisão remota, que permite supervisionar todo o universo fiscalizável por meio de *software* desenvolvido pelo Banco Central do Brasil (BCB);

- Consolidou-se a metodologia Fluxo de Caixa de avaliação da qualidade da carteira de crédito da instituição e da adequação das provisões constituídas, a qual permite identificar operações com indícios de perdas incorridas não reconhecidas pelas entidades supervisionadas;

- Aprimorou-se o Sistema de Informações de Crédito do Banco Central (SCR) com a inserção de novos campos a fim de incorporar o Fluxo de Caixa, possibilitando a aplicação de grande parte da metodologia para todo o sistema, a qualquer tempo, sem a necessidade de solicitar às entidades supervisionadas a produção de bases de dados específicas para este propósito;

- Foi aperfeiçoado o processo de supervisão do sistema bancário, por meio da implementação de metodologia dinâmica de avaliação de riscos e controles, suportada por um novo sistema que permite o registro e a consolidação das avaliações realizadas durante o ciclo de supervisão, possibilitando a identificação e o tratamento tempestivo de alterações relevantes no perfil de risco de cada um dos bancos que compõem o universo fiscalizável;

- Foram estabelecidos procedimentos de supervisão para as instituições financeiras que elaboraram o documento contábil denominado "Conglomerado Prudencial", que contém informações relativas às posições contábeis consolidadas no País e no exterior das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, além das posições contábeis primárias das entidades controladas não sujeitas a autorização para funcionar, mas que exerçam atividades de natureza financeira. Também foi efetivado o aprimoramento das ferramentas de monitoramento dos limites operacionais das instituições supervisionadas, em virtude da adoção desse documento, como base para apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Capital Nível I e de Capital Principal;

- Foi aprimorada a regulamentação concernente à constituição e ao funcionamento de cooperativas de crédito. A nova disciplina traz como principal inovação a maior liberdade para o grupo fundador definir a composição de seu quadro associativo, culminando em um processo de evolução normativa que começa em princípios dos anos 2000. As novas regras aumentaram a transparência e a segurança do processo de tomada da decisão de desfiliação de cooperativa de crédito singular da respectiva cooperativa central de crédito, levando em conta as atribuições destas últimas na provisão de serviços em maior escala às cooperativas filiadas e, sobretudo, seu papel na supervisão do sistema, qual seja auxiliar à supervisão realizada pelo BCB;

- Foi iniciada ação de supervisão relativa à política de responsabilidade socioambiental, que estabelece a obrigatoriedade de cada instituição financeira em implementar sua própria política, compatível com a natureza da instituição e com a complexidade de suas atividades, seus serviços e seus produtos. Essa política deve considerar o grau de exposição ao risco socioambiental de ações e operações, em atenção ao princípio da relevância;

- Aprimorou-se as normas e os registros das operações cursadas no mercado de câmbio mediante a modernização do Sistema de Transferências Internacionais em Reais (TIR), contemplando base de dados, processamento e forma de troca de informações, com a adoção de comunicação via mensageria entre os sistemas do BCB e das instituições bancárias autorizadas a operar em câmbio;

- Foram introduzidos os limites mínimos do indicador de liquidez de curto prazo, que corresponde à razão entre o estoque de ativos de alta liquidez e as saídas líquidas de caixa previstas para o período de 30 dias, assumindo condições de estresse. O principal objetivo do indicador é propiciar acumulação e manutenção de uma reserva mínima de ativos líquidos em condições normais de mercado, que possa ser utilizada em períodos de maior escassez ou necessidade de liquidez, sem acarretar prejuízo à continuidade dos negócios da instituição e à estabilidade do sistema financeiro;

- Foi estabelecida a Razão de Alavancagem (RA), que é um indicador simples e transparente proposto como complemento ao arcabouço baseado em risco que permeia as demais recomendações de Basileia III. Calculado pela razão entre o capital principal e o total das exposições de cada instituição financeira, a RA não distingue entre as diferentes exposições, o que a isenta de erros de modelo e limita a arbitragem regulatória;

- Também foi alterada a forma de apuração do Adicional de Capital Principal (ACP), decompondo-o em três parcelas: Adicional de Conservação, Adicional Contracíclico e Adicional de Importância Sistêmica de Capital Principal (ACPSistêmico). As duas primeiras parcelas já estavam previstas no arcabouço regulatório brasileiro desde 2013. Já o ACPSistêmico é uma nova parcela adicional apenas para instituições sistemicamente importantes em âmbito doméstico. Essa exigência de mais capital para os maiores bancos tem como objetivo aumentar a resiliência do sistema financeiro, contribuindo para a preservação da estabilidade financeira;

- Regulamentou-se o registro das informações concernentes a garantias constituídas sobre imóveis em operações de crédito, o que permite aprimorar determinados aspectos do monitoramento do mercado de crédito imobiliário, assim como traz benefícios às instituições concedentes de crédito imobiliário, ao possibilitar o desenvolvimento de ferramentas de avaliação dos imóveis dados em garantia; e

- Foi instituída nova disciplina aplicável ao funcionamento das ouvidorias de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB. As novas regras aprimoram o funcionamento das ouvidorias, provendo mais racionalidade e eficiência aos processos, de forma a prestar um atendimento mais efetivo e adequado aos consumidores de produtos financeiros.

Para o ano de 2016, estão sendo desenvolvidas ações para aperfeiçoar a supervisão das cooperativas de crédito e dos segmentos não bancários, com a implantação da supervisão massificada de instituições, considerando a complexidade, o porte e, em consequência, de acordo com o grau de risco observado em cada instituição, abrangendo parte do universo fiscalizável. Estão previstas outras medidas, como a ampliação da automatização dos processos de supervisão, garantindo aumento da qualidade e tempestividade das ações de supervisão.

Será dada continuidade: i) à agenda de estabilidade financeira – Basileia III, por meio da implementação de medidas relacionadas à razão de alavancagem; ii) ao índice de liquidez estrutural; iii) à implementação no País dos *buffers* (colchão) de capital e dos critérios de divulgação de informações e de requerimento de capital para as instituições sistemicamente importantes, tanto em nível global quanto em nível nacional, e iv) as discussões acerca do planejamento de recuperação e saneamento no novo ambiente de resolução de entidades supervisionadas.

Tem-se, também, o desenvolvimento de um processo de teste de estresse *bottom-up*, onde o BCB irá prover um cenário para os bancos, os quais avaliarão o impacto deste cenário nos seus balanços, considerando suas próprias ferramentas, metodologias e modelos. Nesta primeira fase, a ação envolve o desenho do *framework* a ser adotado. Paralelamente, estão sendo aperfeiçoados os modelos e coberturas de risco dos testes de estresse que já são realizados no processo de monitoramento (abordagem *Top-Down*), incorporando os riscos de mercado e resultado à análise de solvência, bem como associando o risco de liquidez. Destaca-se que esse esforço tem como objetivo melhorar a sinergia entre os testes de estresse (*Top-Down* e *Bottom-Up*) com o ICAAP, buscando aprimorar a integração das abordagens macro e micro prudenciais de supervisão e monitoramento do sistema financeiro.

c) Regulação e Supervisão do Mercado de Seguro e Resseguro

Os segmentos de seguros, resseguros, capitalização e previdência complementar privada apresentaram um bom desempenho em 2015. A expectativa do mercado supervisionado pela Susep aponta para uma receita total superando R$ 215 bilhões e ativos totais superando R$ 780 bilhões no período. Estão em atividade 113 sociedades seguradoras, 125 resseguradores, 18 sociedades de capitalização, 23 entidades abertas de previdência complementar, 26 corretores de resseguros e mais de 96 mil corretores de seguros.

Em 2015, o País passou a integrar a diretoria da Associação de Supervisores de Seguros da América Latina (Assal), e os Comitês Técnicos e de Estabilidade Financeira da Associação Internacional de Supervisores de Seguros (Iais), instâncias que propiciam a troca de informações e a promoção de cooperação entre seus associados.

Na Iais, a participação da Susep vai permitir a defesa efetiva dos interesses do Brasil no âmbito das discussões referentes à regulação e à supervisão dos mercados internacionais de seguros. A Associação é o fórum mundial onde as regras sobre supervisão e regulação são discutidas, aprovadas e adotadas por seus membros. A cada cinco anos, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial avaliam o grau de aderência aos princípios criados na Iais e classificam os mercados a partir desse levantamento.

O processo de atuação internacional engloba, ainda, a obtenção pela Susep da aprovação de equivalência junto à Autoridade Europeia de Seguros e Pensões Complementares (Eiopa), no que se refere à supervisão de solvência, permitindo maior flexibilidade nos requisitos regulatórios para as supervisionadas brasileiras que queiram se instalar na Europa, e vice-versa.

Aliado a essas ações, o Governo flexibilizou o limite mínimo de 40% sobre o total do valor das operações de resseguros, que deve ser reservado obrigatoriamente para os resseguradores locais. A partir de 1º de janeiro de 2017, esse percentual começa a ser reduzido gradualmente, chegando a 15% em 2020. Foi modificado, também, o limite de transferência de risco em operações de cessão de resseguro para o exterior entre empresas do mesmo grupo. Essas duas medidas tornam o mercado brasileiro mais atraente a novos investidores estrangeiros, colaborando para impulsionar a indústria de seguros e resseguros do País.

Em relação às medidas voltadas para o mercado interno, encontram-se em processo de reformulação os normativos que regem as operações de títulos de capitalização. Em fase de conclusão, encontram-se os normativos referentes aos seguros de riscos de engenharia, de responsabilidade civil hangar e o popular de automóvel, sendo este último já em consulta pública. Merece destaque, também, a aprovação dos produtos de seguro para atender ao Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural, e para o Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR). Tiveram continuidade ainda, por meio da atuação da área de fiscalização da Superintendência, ações de saneamento para tornar mais sólido o sistema de seguros privados em benefício aos consumidores.

As normas de solvência passaram por significativo aperfeiçoamento, resultando em duas novas normas que têm como objetivo facilitar a consulta e o próprio processo de regulação do mercado. Foi definido, ainda, um percentual mínimo de liquidez de ativos objetivando melhorar a qualidade do capital das empresas supervisionadas, aumentando a capacidade de fazer frente às perdas inesperadas. A Susep também criou uma nova regra, obrigando as companhias a implantar uma política de gestão de riscos, estimulando a adoção de boas práticas de governança dentro das empresas. Por fim, foi definido um novo normativo para os garantidores ativos em substituição à regra anterior, que se encontrava defasada e não mais acompanhava a dinâmica do mercado.

A Superintendência também coordenou a realização da 2ª Semana Nacional de Educação Financeira, que contabilizou mais de 500 ações, tendo como foco a educação nas escolas, coincidindo com a *Global Money Week*, evento mundial de educação financeira voltado para crianças e adolescentes, e que, em 2014, alcançou mais de três milhões de jovens em 118 países.

d) Regulação e Supervisão do Mercado de Valores Mobiliários

Em 2015, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) conferiu continuidade ao planejamento de suas atividades de supervisão segundo um modelo baseado em risco, conforme determina o Conselho Monetário Nacional (CMN). Com base nesse modelo, a CVM destina maior atenção a entidades, mercados e produtos supervisionados que demonstram maior probabilidade de apresentar falhas em sua atuação e representam, potencialmente, um dano maior para os investidores ou para a integridade do mercado de valores mobiliários.

As ações preventivas de supervisão são divulgadas por meio de relatórios semestrais, disponíveis no sítio institucional da entidade (www.cvm.gov.br), onde também pode ser encontrado o Plano Bienal 2015-2016.

A respeito da atividade de regulamentação do mercado de capitais, cabe primeiramente destacar a entrada em vigor, em 2015, de duas importantes normas editadas ao final de 2014: a Instrução CVM nº 554 que introduziu, para investidores pessoas físicas e naturais, novos conceitos de investidor qualificado (quando possuir investimentos financeiros superiores a R$ 1 milhão) e de investidor profissional (quando possuir investimentos financeiros superiores a R$ 10 milhões), e a Instrução CVM nº 555, a qual modernizou o arcabouço regulatório aplicável aos fundos de investimento, valorizando os meios eletrônicos de comunicação, racionalizando o volume, o teor e a forma de divulgação de informações, e flexibilizando os limites de aplicação em determinados ativos financeiros, em especial ativos financeiros no exterior.

Dentre as normas editadas em 2015, merecem destaque as Instruções CVM nº 558, 559, 560, 561, 566, 567, 568 e 569, e os normativos destinados à aprovação de pronunciamentos, interpretações e orientações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que dispuseram, entre outros assuntos, sobre o critério de amortização de certos ativos intangíveis, a aplicação do método da equivalência patrimonial e o tratamento das entidades de investimento quando da elaboração de demonstrações financeiras consolidadas.

A Instrução CVM nº 558 regulou o exercício profissional de administração de carteiras de valores mobiliários, em substituição à Instrução CVM nº 306, promovendo, dentre outras; i) a exigência de novas informações periódicas a serem disponibilizadas nos sítios da CVM e do próprio administrador; ii) a substituição da demonstração de experiência profissional na atividade de administração de carteiras pela aprovação em exame de certificação; iii) o aperfeiçoamento das regras de conduta e de controle interno; e iv) a determinação da separação das atividades de custódia e controladoria de ativos e passivos daquelas de gestão.

As Instruções CVM nº 559 e nº 560 modernizaram, respectivamente, as regras que tratam dos programas de *Depositary Receipts* (DR) para negociação no exterior e dos investidores não residentes, em conformidade com a Resolução nº 4.373/14 do CMN.

A Instrução CVM nº 561, configurou-se em um importante instrumento de melhoria de governança corporativa e de aumento de atuação dos acionistas nas decisões de companhias ao facilitar a participação em assembleias gerais por meio: i) da criação de um boletim de voto a distância, com o qual o acionista poderá exercer seu direito de voto previamente à data de realização da assembleia; e ii)da possibilidade de inclusão de candidatos e propostas de deliberação de acionistas minoritários no referido boletim.

A Instrução CVM nº 566 consolidou e conferiu um tratamento unitário às disposições relativas à oferta pública de distribuição de notas promissórias. Por sua vez, as Instruções CVM nº 567 e nº 568 regulamentaram a negociação por companhias abertas de ações de sua própria emissão e derivativos nela referenciados. A primeira estabeleceu a exigência de que determinadas operações fossem submetidas à aprovação pela assembleia geral de acionistas. A segunda buscou manter um regime informacional quanto à negociação de participações relevantes em companhias abertas consistente com as regras da Instrução CVM nº 567.

Por fim, a Instrução CVM nº 569 tratou da oferta pública de distribuição de Certificados de Operações Estruturadas (COE), estabelecendo um conjunto de exigências para que emissores de COE possam obter a dispensa de registro de oferta pública de distribuição.

No que diz respeito às emissões de valores mobiliários, merece registro o crescimento, em 2015, das ofertas de títulos do agronegócio. No exercício, o volume de emissões de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA), registrados na CVM, alcançou R$ 2,7 bilhões, quase duas vezes o total de 2014 (R$ 1,4 bilhão). Tal evolução demonstra a importância do mercado de capitais para o financiamento desse relevante setor da economia brasileira. Outros destaques importantes são os registros de ofertas de debêntures, que, em 2014, totalizaram R$ 3,7 bilhões e, em 2015, atingiram R$ 20,6 bilhões.

No campo educacional, novos canais de interação foram desenvolvidos ou ampliados, com destaque para o aplicativo para celulares CVM Educacional, que aborda conhecimentos sobre o mercado de capitais.

Na mesma linha, buscando principalmente o público jovem, foi lançado o primeiro concurso de *posts* e vídeos em redes sociais (Meu Pé-de-Meia), tendo como referência o Dia Mundial da Poupança, alcançando aproximadamente 140 mil pessoas. A atuação presencial foi intensificada, em especial na 2ª Semana da Estratégia Nacional de Educação Financeira, com 36 palestras e eventos promovidos pela Autarquia, atingindo 4.500 cidadãos em diversas cidades do País.

No exercício, aprofundou-se, ainda, a atuação da CVM como referência regional no tema, com a 3ª edição da Conferência Internacional de Educação Financeira e Comportamento do Investidor, que contou com a presença de mais de 20 especialistas brasileiros e internacionais, e mais de 900 inscrições de todo o mundo.

Em termos de relações internacionais, a CVM participou do *Financial Stability Board* (FSB), órgão criado pelo G20 para identificar vulnerabilidades, desenvolver e implementar políticas de regulação e supervisão no interesse da estabilidade financeira. O Brasil é um dos poucos países a dispor de três assentos no FSB.

Em 2015, a CVM também atuou intensamente nos trabalhos desenvolvidos pela Organização Internacional das Comissões de Valores (Iosco) em seus diversos comitês, com destaque para participação no *Review Team* que realizou o processo de Revisão Temática da Regulação dos *Money Markets Funds* (MMF).

Ainda no âmbito da Iosco, a CVM sediou as reuniões do *Policy Committee 2* (C2), que trata de mercado secundário, e do *Committe on Emerging Risks* (CER).

Por fim, a CVM instaurou, no ano de 2015, 89 processos sancionadores. Nesse mesmo período, 58 processos (rito ordinário e sumário) foram julgados. Dos 139 acusados punidos, 100 foram multados, 20 advertidos, nove inabilitados, um suspenso e nove proibidos temporariamente de atuar e exercer qualquer atividade relacionada à intermediação, à gestão ou à distribuição de valores mobiliários.

Outros 23 processos sancionadores e procedimentos investigativos foram encerrados por meio de celebração de Termo de Compromisso, envolvendo 79 proponentes.

e) Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência

Com relação à defesa da concorrência, compete ao Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC) a prevenção e a repressão às infrações contra a ordem econômica, orientado pelos ditames constitucionais de liberdade de iniciativa, livre concorrência, função social da propriedade, defesa dos consumidores e repressão ao abuso do poder econômico.

O aprimoramento do modelo de regulação em diversos mercados é um dos objetivos do SBDC, com atuação coordenada dos órgãos governamentais. Nesse sentido, a Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda (Seae/MF) atua contribuindo por meio de pareceres sobre aspectos regulatórios, em consultas e audiências públicas das agências reguladoras para esclarecer e incutir nos agentes econômicos, privados e públicos, a importância dos ganhos alocativos e produtivos gerados pela concorrência. Uma das formas de se promover a advocacia da concorrência é a identificação de normas legais ou infralegais (municipais, estaduais ou federais), que têm o condão de limitar injustificadamente a livre concorrência, previstas no art. 170, inciso IV, da Constituição Federal de 1988, dificultando o usufruto pela sociedade dos benefícios oriundos da concorrência.

Com atuação repressiva, o Ministério da Justiça, por meio do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), julgou 52 processos administrativos de apuração de infrações contra a ordem econômica. Foram assinados 58 Termos de Compromisso de Cessação (TCC) – acordos firmados com acusados por suposta infração à ordem econômica –, os quais resultaram na cessação das práticas investigadas e de seus efeitos lesivos à concorrência e, em determinados casos, também na colaboração com investigações em curso e no recolhimento de aproximadamente R$ 500 milhões em contribuições pecuniárias ao Fundo de Direitos Difusos (FDD). Houve, ainda, condenação em 39 processos e as multas aplicadas somam cerca de R$ 300 milhões. A arrecadação total do Cade no ano de 2015, incluindo o recolhimento de multas impostas e contribuições pecuniárias em TCC e Acordos em Controle de Concentrações, ultrapassou R$ 524 milhões.

Visando aprimorar o combate a cartéis em licitações, foram feitos investimentos em equipamentos, *softwares* e capacitação da equipe para aplicação de filtros econômicos que permitam a detecção de padrões suspeitos em compras públicas, para que possam suscitar investigações em procedimentos específicos. Nesse âmbito, foram celebrados nove acordos com órgãos da administração pública que preveem o compartilhamento de informações. Foram, ainda, celebrados ou renovados outros seis acordos de cooperação técnica com entidades da sociedade civil. No Programa de Leniência, foram assinados dez acordos e cinco aditivos.

Referente ao controle de estruturas, 386 atos de concentração foram analisados. O Cade cooperou em 16 casos de atos de concentração com sete autoridades estrangeiras e em 15 casos de condutas anticoncorrenciais com 11 autoridades estrangeiras. Ademais, foram realizadas sete consultas/estudos, envolvendo 16 autoridades estrangeiras.

Para ampliar a segurança jurídica, foram editadas três novas resoluções, precedidas de consultas públicas, para disciplinar os seguintes procedimentos: i) consulta ao Cade; ii) análise de atos de concentração consumados antes da apreciação pelo Cade (*gun jumping*); e iii) protocolo eletrônico no âmbito da Autarquia.

Em 2015, priorizou-se, ainda, a ampliação da eficiência administrativa, com foco na transparência e na qualidade dos serviços públicos, tendo como principais realizações a implementação do sistema de tramitação eletrônica dos processos administrativos, com expansão dos serviços virtuais do Cade e o lançamento da nova versão da pesquisa processual pública.

Para 2016, são previstas ações voltadas à melhoria da eficiência na instrução de processos de apuração de infrações à ordem econômica, além da continuidade do fortalecimento da política de combate a condutas anticompetitivas e manutenção do desempenho na análise de atos de concentração. Para subsidiar a atuação, prevê-se ainda o fomento à pesquisa e a elaboração de estudos sobre defesa da concorrência, e o aprimoramento dos serviços fornecidos eletronicamente pela Autarquia.

f) Defesa do Consumidor

Dentre as ações desenvolvidas no ano de 2015 relacionadas à defesa do consumidor, destacam-se os avanços na implementação e na consolidação das ações do Plano Nacional de Consumo e Cidadania (Plandec). Notadamente, o Portal Consumidor.gov.br consolidou-se como um canal de solução alternativa de conflitos de consumo por meio da Internet. O Portal conta, atualmente, com a participação de mais de 280 empresas e apresenta índice médio de solução de 80% nos mais de 180 mil atendimentos finalizados, com o tempo médio de resposta de sete dias ao consumidor, conforme dados de dezembro de 2015. Tal ferramenta tem sido fundamental ao Estado para acompanhar a realidade do mercado de consumo.

No âmbito do Plandec, o Ministério da Justiça tem pautado sua atuação no enfrentamento dos problemas nos serviços regulados, aprimorando a proposta de Análise de Impacto Regulatório sob a perspectiva dos direitos do consumidor. Em relação às ações de fortalecimento do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, merece destaque a atuação junto a organizações da sociedade civil para o fortalecimento da participação social, em especial, a realização do 20º Congresso Mundial da *Consumers International*.

Na Escola Nacional de Defesa do Consumidor (ENDC), ao longo de 2015, foram capacitados aproximadamente 2.100 técnicos e agentes de defesa do consumidor em todas as regiões do Brasil. Por ocasião da XLVIII Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul e Estados Associados, foi lançado o primeiro Manual de Defesa do Consumidor Mercosul e Peru, e seu respectivo curso na modalidade de ensino a distância. Destaca-se, ainda, do ponto de vista estruturante, a cooperação técnica firmada entre o Ministério da Justiça (MJ) e a Fundação Universidade de Brasília (UnB) para o desenvolvimento de projeto destinado à modernização da ENDC com o intuito de avaliar e aperfeiçoar seus conteúdos, tecnologias e sistemas pedagógicos.

Em relação ao Programa de Educação Financeira para Consumidores, foi estabelecida parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) para capacitação de microempreendedores individuais e de consultores especializados em temáticas específicas do programa. Destaca-se a formação da primeira turma de multiplicadores do Programa, fruto de parceria com o Procon Municipal do Rio de Janeiro.

Referente à sociedade da informação, foi oficialmente lançado o texto do anteprojeto de lei sobre dados pessoais. A versão original, lançada em janeiro de 2015, foi atualizada a partir das contribuições recebidas na consulta pública realizada – foram recebidos mais de 1.500 comentários - reafirmando o caráter transparente do Governo na condução da temática.

No ano de 2015, a partir da integração de novos Procons estaduais e municipais, o Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor (Sindec) ampliou ainda mais sua base de dados, em conjunto com a realização de diversas capacitações de técnicos dos Procons integrados. Em consonância com as metas de fortalecimento e expansão, o Sindec consolida, hoje, uma base nacional de dados sobre as demandas de consumo levadas aos Procons dos 26 Estados e do Distrito Federal, com mais de 15 milhões de registros, integrando 522 cidades que correspondem à uma grande parcela dos principais centros urbanos do Brasil.

O aprimoramento da transparência dos dados do Sindec constitui ação presente no Segundo Plano de Ação Brasileiro firmado no âmbito da Parceria para Governo Aberto (*Open Government Partnership*) como uma das entregas previstas para o Ministério da Justiça, com destaque para a publicação periódica de dados em formato aberto no Portal Dados.gov.br, observando os princípios inerentes à política de Dados Abertos Governamentais.

No que se refere ao fortalecimento das políticas de prevenção e redução de conflitos, o Portal Consumidor.gov.br fornece ao Estado informações essenciais à elaboração e à implementação de políticas públicas de defesa dos consumidores, e incentiva a competitividade no mercado. Para fins de solução e prevenção de conflitos judicializados, incentivando o uso da plataforma, foi firmada cooperação com os Tribunais de Justiça do RS, SP, SC, DF, RN, PR e BA.

A atuação fiscalizatória em âmbito federal da Política Nacional das Relações de Consumo voltou-se ao reforço do direito básico do consumidor à informação e à proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, aos assuntos afetos à saúde e à segurança dos consumidores, bem como a assuntos financeiros. No ano de 2015, foram autuadas 11 grandes empresas que violaram dispositivos do Código de Defesa do Consumidor por falhas de informações na comercialização de seus produtos e serviços, culminando na aplicação de multas que ultrapassaram a barreira de R$ 36 milhões.

Já no âmbito internacional, a atuação do Governo brasileiro contribuiu para a inclusão de uma proposta de convenção internacional sobre proteção aos consumidores turistas e visitantes na agenda de trabalho da Conferência da Haia de Direito Internacional Privado, ressaltando que, em mais de 180 anos da Conferência, registrou-se a primeira inclusão de proposta por parte de um país em desenvolvimento.

Outra importante vertente foi a participação do Governo nas discussões de reforma das diretrizes da Organização das Nações Unidas, com destaque para a atuação do Brasil como coordenador de grupos de trabalho, culminando na inclusão de novos temas para discussão em âmbito global, bem como a criação de um Grupo Intergovernamental sobre proteção ao consumidor no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD).

Além de dar continuidade às políticas, aos programas e às ações do Plandec, para 2016, será dada ênfase à ampliação e à qualificação do atendimento aos consumidores brasileiros. Também serão demandados esforços no sentido de diminuir os conflitos de consumo e incentivar a melhoria da qualidade de produtos e serviços no mercado de consumo. Está previsto para 2016 o desenvolvimento das seguintes atividades: i) consolidação, em conjunto com o Ministério da Saúde, do Sistema de Informações de Acidentes de Consumo (Siac); ii) fortalecimento do Sindec por meio da ampliação de sua base de dados; iii) modernização da Escola Nacional de Defesa do Consumidor; iv) aprimoramento dos mecanismos de acompanhamento e fiscalização de convênios e instrumentos de repasse; v) consolidação e aperfeiçoamento de atuação da Senacon junto a organizações internacionais e a blocos regionais; e vi) atuação na consolidação dos novos temas contemplados no âmbito das Diretrizes das Nações Unidas de Proteção ao Consumidor.

4. Política Fiscal

a) Arrecadação Tributária Federal

A arrecadação bruta das contribuições e dos impostos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) atingiu, no período de janeiro a novembro de 2015, o montante de R$ 1.071,78 bilhões, o que representa uma variação real acumulada de -4,68%, quando comparada com o valor arrecadado em 2014, atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Este resultado decorreu, principalmente, dos seguintes fatores: i) redução na arrecadação do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas e da Contribuição sobre o Lucro Líquido (IRPJ/CSLL), em especial ao item relativo à estimativa mensal, motivada, especialmente, pela menor lucratividade das empresas no ano de 2015; ii) desonerações tributárias, em especial a da folha de pagamento; iii) decréscimo de 7,27% na produção industrial e de 7,23% na venda de bens e serviços, no período de dezembro de 2014 a outubro de 2015, em relação a igual período anterior, segundo à Pesquisa Industrial Mensal de Produção (PIM) e a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), ambas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); e iv) parcelamentos especiais concedidos em 2014.

b) Resultado Fiscal

A evolução da economia brasileira no ano de 2015 reflete os desafios domésticos e externos que são enfrentados atualmente. O País teve que conduzir um importante processo de ajuste na política fiscal em resposta ao aprofundamento da deterioração nas expectativas em relação à estabilidade econômica a médio prazo. Para tal, o Governo teve que trabalhar arduamente para o realinhamento em direção a um cenário de estabilidade fiscal, o qual é uma condição central para o crescimento econômico sustentável.

As expectativas de crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) para 2015, que orientam as projeções fiscais do Governo Federal, sofreram repetidas reduções ao longo do ano. Se no início do ano previa-se um crescimento do PIB de 0,8%, já em julho as expectativas de crescimento do Produto para 2015 estavam próximas de -1,7%, caindo para -2% nos meses seguintes. No Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas, publicado em novembro, tal redução era ainda mais acentuada, com estimativa de queda no crescimento do PIB para 3,1%.

O cenário de queda da atividade econômica influenciou fortemente a arrecadação de receitas, cuja estimativa se reduziu em mais de R$ 100 bilhões desde a aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2015, com forte impacto sobre o desempenho fiscal. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2015 definiu uma meta de resultado primário de R$ 55,3 bilhões para 2015 e mais recentemente foi votado projeto de lei autorizando um déficit primário da ordem de R$ 51,8 bilhões.

Considerando o momento atual, o Governo promoveu, ao longo de 2015, diversas ações para melhorar a governança, estimular a transparência e aprimorar seus programas. A criação de comitês decisórios para aperfeiçoar o planejamento, a gestão e a execução fiscal visou assegurar a conformidade legal, a eficiência e a eficácia do gasto público, e fortalecer a transparência das ações desempenhadas pelo Tesouro Nacional.

O livro "Avaliação da Qualidade do Gasto Público e Mensuração da Eficiência", um projeto que vem sendo gestado desde 2012, cuja publicação se deu em 2015, reuniu estudos que indicam caminhos e ferramentas para avaliação da qualidade do gasto público, sendo mais um instrumento para aumentar a capacidade dos gestores na busca pelo fazer mais e melhor com os recursos públicos, e forneceu, ainda, mecanismos de controle social dos gastos do Governo. Vale ressaltar que o Tesouro

Nacional continuou atuando para aumentar a disponibilização de recursos para as políticas públicas importantes para o País, como o Plano Safra.

c) Administração da Dívida Pública

Os desafios fiscais que se colocaram no ano de 2015 levam o Governo a trabalhar arduamente para a retomada de uma trajetória declinante da dívida pública. A manutenção da estrutura favorável para a Dívida Pública Federal (DPF) está fundamentalmente relacionada ao desenvolvimento do mercado de capitais local e ao acesso aos mercados externos em condições favoráveis para a República, e, estes, ao compromisso com o equilíbrio das contas públicas.

Há, também, o compromisso permanente com a gestão eficiente do passivo, visando avanços para os principais indicadores da Dívida, bem como à manutenção da relação de confiança com os investidores domésticos e externos. Além disso, busca-se manter um colchão satisfatório de reservas tanto em dólares quanto em reais, que permita ao País enfrentar períodos de maior volatilidade do mercado financeiro, sem causar surpresas aos detentores de títulos da dívida pública.

Dentre os avanços que ocorreram em 2015 na gestão da dívida e no mercado de capitais, destacam-se: o aprimoramento do sistema de *dealers* e a ampliação do Programa Tesouro Direto.

A Portaria STN nº 74/2015, aprimorou o sistema de *dealers* do Tesouro Nacional, priorizando o mercado primário e secundário de títulos públicos com especial atenção à criação de liquidez em sistemas eletrônicos de negociação. Essa norma resultou em maior competição entre os bancos que fazem o papel de distribuição dos títulos públicos e não apenas operações compromissadas.

Desse modo, instituições financeiras perceberam o valor de participar do sistema de *dealers* e se mostraram muito mais atuantes no mercado secundário. Além disso, o crescimento da parcela do secundário operada em sistema eletrônico de negociação foi expressivo, saltando de uma média de 1,4% do volume negociado total no mês anterior à alteração da norma, para 3,2%, no último mês do 1º semestre da nova regra. No mês de novembro, já no 2º período de avaliação da nova regra, com todos os dispositivos em vigor, a participação dos sistemas eletrônicos chegou a 5%. Esse crescimento significativo do uso de plataformas eletrônicas de negociação amplia a transparência do mercado de títulos públicos e representa uma convergência aos padrões internacionais.

Em 2015, também ocorreram consideráveis avanços no Programa Tesouro Direto (TD), programa de venda de títulos públicos a pessoas físicas, tornando-o mais atraente, simples e acessível aos cidadãos brasileiros. Desde o mês de lançamento do primeiro pacote de novidades, o programa vem batendo recordes históricos em diversos indicadores, como: vendas brutas; vendas líquidas; número de operações realizadas; e número de novos investidores cadastrados e posicionados.

Houve mudanças expressivas no alcance do programa após os aperfeiçoamentos comprovadas por meio de indicadores analisados comparando os cinco meses após o lançamento das melhorias (de março a julho de 2015) com os cinco meses anteriores (outubro de 2014 a fevereiro de 2015). Essa comparação evidencia a mudança de patamar ocorrida no TD após a introdução das melhorias supracitadas.

Todos esses números demonstram que o TD vem se aperfeiçoando e buscando entender e se adaptar às necessidades dos investidores brasileiros e está sendo escolhido como alternativa de aplicação segura, rentável e cada vez mais acessível ao investidor. Vale destacar, ainda, os ganhos de imagem (interna e externa) alcançados pelo programa, o que pode ser facilmente percebido pela maior aproximação com a imprensa, conquistando cada vez mais espaço na mídia impressa, televisiva e de rádio.

d) Apoio aos Estados e aos Municípios

A Secretaria do Tesouro Nacional realizou, ao longo do ano de 2015, uma série de estudos e análises atinentes à concessão de garantias da União e suas implicações diretas e indiretas sobre a situação do endividamento dos entes federados.

A expansão dessas operações nos anos recentes implicou maior endividamento de Estados e Municípios e ampliação da dívida bruta do governo geral. No caso de empréstimos internacionais, para os quais a União dá garantia, também implicou, na margem, aumento da dívida externa do setor público. A manutenção de altos níveis de contratação e desembolso de operações de crédito para esses entes geraria, no futuro, persistente impacto negativo sobre o resultado primário do governo geral e causaria potenciais riscos ao equilíbrio fiscal da Federação, bem como para a dinâmica da dívida pública.

Nesse sentido, para que se pudesse, com o máximo de transparência e responsabilidade fiscal, proceder à retomada do processo de concessão de garantias, houve uma diminuição no ritmo de operações de crédito para os entes em 2015. Também foi identificada a necessidade de se estabelecer uma nova sistemática de análise e concessão de garantia soberana, uma Política de Garantia da União, com a definição de limite global consolidado e elaboração de diretrizes norteadoras da concessão de garantia, bem como a avaliação, nos casos específicos, dos pedidos de garantia apresentados ao Ministério da Fazenda.

A referida política tem como objetivo compatibilizar a concessão de garantia prestada pela União às metas fiscais do setor público, aos programas e prioridades do Governo Federal, à capacidade de pagamento dos entes subnacionais, bem como assegurar uma maior transparência, objetividade, planejamento governamental e disciplina fiscal ao processo de endividamento da União e dos entes subnacionais.

A partir dos elementos já constituídos dessa Política de Garantias, o Ministério da Fazenda está retomando a análise dos pleitos dos entes subnacionais nos quais solicita-se a concessão de garantia relativa às operações de crédito externas e que já tiveram toda a sua tramitação concluída no âmbito da Comissão de Financiamentos Externos (Cofiex). Em 2015, a Cofiex aprovou projetos de financiamentos destinados a estados e municípios no valor equivalente a US$ 1,6 bilhão.

e) Dívida Ativa da União

No que diz respeito aos resultados obtidos em 2015, o estoque da Dívida Ativa da União (DAU), administrado pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), atingiu o montante de R$ 1,59 trilhão, sendo R$ 350,72 bilhões de créditos de natureza previdenciária (atualizado até novembro de 2015), R$ 1,22 trilhão de créditos de natureza tributária não previdenciária e natureza não tributária (atualizado até novembro de 2015) e R$ 19,81 bilhões de créditos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) inscritos em dívida ativa (atualizado até outubro de 2015). Vale ressaltar que, do estoque total dos débitos do FGTS inscritos em DAU, a PGFN é responsável pela cobrança judicial do montante de R$ 8,5 bilhões (atualizado em outubro de 2015).

No comparativo com o ano anterior, isso representa um acréscimo de 13,12% em relação aos créditos tributários não previdenciários e não tributários; e 13,98%, em relação ao estoque dos créditos previdenciários. Em montante total, o estoque da DAU teve um incremento, em 2015, de 13,31%, em valores reais.

Quanto à arrecadação, em dados consolidados até novembro de 2015, os ingressos atingiram R$ 14,02 bilhões, considerando que os créditos do FGTS inscritos em dívida ativa, estão atualizados até outubro de 2015 e os parcelamentos especiais, até dezembro de 2015. Vale destacar que, do montante registrado, R$ 1,35 bilhão são provenientes de depósitos judiciais.

Por sua vez, a arrecadação regular, por meio de pagamentos diretos e parcelamentos ordinários de créditos previdenciários, tributários e não tributários, atingiu R$ 3,56 bilhões; a arrecadação dos créditos do FGTS, pela PGFN, atingiu R$ 97,92 milhões; e a arrecadação em parcelamentos especiais atingiu R$ 9,01 bilhões.

Em continuidade ao projeto de protesto extrajudicial das certidões de dívida ativa iniciado no ano de 2013, foram encaminhadas a protesto, até dezembro de 2015, 562.574 certidões de dívida ativa, tendo sido recuperado o montante de R$ 514 milhões, o que representa um percentual de 17,71% de recuperação sobre o total protestado.

Entre as ações para o aprimoramento dos parcelamentos da DAU, incluídas no programa de aprimoramento da cobrança, foi implementado o Sistema de Parcelamento (Sispar), para controle e administração dos parcelamentos de inscrições não previdenciárias. O Sispar constitui um moderno sistema de parcelamento parametrizado, que permite a rápida inclusão de novas modalidades de parcelamento que venham a ser criadas pela legislação ordinária, otimizando, assim, recursos e esforços.

Foi editada, em 2015, a nova versão revisada do manual de procedimentos para a localização de bens e devedores, que busca conferir maior eficiência na atuação da PGFN por meio da racionalização da utilização dos recursos humanos e materiais existentes, e do aperfeiçoamento dos mecanismos de cobrança.

Em consonância com o plano estratégico para o período 2013-2016, a administração da DAU tem por objetivo precípuo aumentar a efetividade da arrecadação. Dentro dessa premissa, o Programa de Aprimoramento dos Procedimentos de Cobrança e Recuperação da Dívida Ativa dará continuidade aos seguintes Projetos: i) de Disseminação de Dados Gerenciais para Administração da Dívida Ativa; ii) de Modernização dos Sistemas de Administração da Dívida Ativa; iii) de Normatização das Atividades de Envio de Créditos para a PGFN, Inscrição e Administração da Dívida Ativa; iv) de Melhorias na Disponibilização das Informações e dos Serviços da Dívida Ativa; v) de Aprimoramento da Cobrança Indireta; vi) de Definição e Uniformização dos Conceitos Estruturantes da DAU; e vii) de Aprimoramento da Cobrança Judicial.

Sob o enfoque do desempenho da atuação exclusiva em face dos grandes devedores, conforme dados obtidos até o mês de novembro de 2015, os números representativos do estoque de créditos inscritos em DAU, apenas no que diz respeito aos créditos de natureza tributária não previdenciária e de natureza não tributária, eram de R$ 801,2 bilhões, que correspondem a 65,5% do total do estoque de créditos cobrados.

Com relação à recuperação dos créditos, consta no sistema *Data Warehouse*/Sistema da Dívida Ativa da União (DW/Sida) que a recuperação de créditos devidos por grandes devedores atingiu o valor de R$ 326,7 milhões no período compreendido entre janeiro e novembro de 2015. No que tange ao volume de garantias dos créditos cobrados em face dos grandes devedores, constatou-se que até o mês de novembro de 2015, o estoque Sida (Sistema da Dívida Ativa da União, que controla os créditos de natureza tributária não previdenciária e natureza não tributária integralmente garantido, perfez o montante de R$ 35 bilhões.

Importantes avanços foram obtidos no ano de 2015, destacando-se a implementação do projeto de criação do núcleo de produção de informações estratégicas da PGFN, que tem a missão de produzir informações de natureza estratégica e operacional relativas a grandes devedores no interesse de instâncias superiores da PGFN e de suas unidades locais, que sejam úteis à tomada de decisão ou à tutela e recuperação de créditos inscritos ou não em DAU. Outra atividade de relevo foi a edição da 4ª versão do Manual de Procedimentos para a Localização de Bens e Devedores, que busca conferir maior eficiência na atuação da PGFN por meio de racionalização da utilização dos recursos humanos e materiais existentes, e do aperfeiçoamento dos mecanismos de cobrança.

f) Programa Nacional de Educação Fiscal

O objetivo da educação fiscal é conscientizar a sociedade a respeito da importância social dos tributos e da correta aplicação dos recursos públicos, incentivando maior participação do cidadão e fortalecendo os instrumentos de controle social e transparência.

Em 2015, a Escola de Administração Fazendária (Esaf) capacitou aproximadamente cinco mil pessoas, no curso virtual "Disseminadores de Educação Fiscal", totalizando mais de 60 mil disseminadores formados desde 2011, grande parte professores da Educação Básica. Outro destaque foi a consolidação do curso virtual de Cidadania Fiscal do qual participaram seis mil cidadãos. Em 2016, será ofertado o curso de Educação Fiscal e Coesão Social, voltado aos estudantes universitários, na modalidade a distância e sem tutoria.

O debate sobre a qualidade do gasto público teve continuidade com o 5º Congresso Internacional de Custos e Qualidade do Gasto, do qual participaram 400 inscritos.

g) Controle Aduaneiro

Em 2015, o controle aduaneiro processou aproximadamente 3,4 milhões de declarações de exportação e de importação. Aproximadamente 85% das declarações aduaneiras de importação foram desembaraçadas em menos de 24 horas e 95% das exportações foram liberadas em menos de 4 horas.

Na área de gestão de riscos, a Aduana, por meio do Centro Nacional de Gestão de Risco Aduaneiro (Cerad) o uso intensivo de tecnologia na análise de perfis de risco aduaneiro resultou em uma melhora significativa no processo de seleção de cargas e declarações de importação a serem fiscalizadas, promovendo maior agilidade do fluxo de comércio exterior.

Já o Programa Portal Único do Comercio Exterior contempla projetos que visam reestruturar a forma que o Estado brasileiro realiza os controles aduaneiros e administrativos sobre as transações internacionais de bens, buscando a integração da atuação de todos os órgãos anuentes e a Receita Federal, em sistema próprio para este fim. Esse sistema facilita a vida dos importadores e exportadores, que realizam uma única entrega digitalizada dos documentos exigidos pelos órgãos de controle. Com isso, houve maior celeridade, segurança, eficiência e economia nos processos aduaneiros e no controle do comércio exterior.

Seguindo os padrões internacionais, a Receita Federal implementou o Programa Operador Econômico Autorizado em benefício das empresas que decidam atuar em um ambiente de maior conformidade. Atualmente, há 21 empresas certificadas e 27 empresas em processo de análise, e já existem dois planos de trabalho para Acordos de Reconhecimento Mútuo assinados com os EUA e a Argentina, e mais quatro planos em discussão.

A Aduana controlou os bens de mais de 56 mil passageiros por dia nos aeroportos, totalizando mais de 20,5 milhões de viajantes por via aérea em 2015. O processo de controle da bagagem de viajantes foi modernizado com a implementação da recepção dos dados API (*Advanced Passenger Information*) das companhias aéreas, que alimentam o módulo de gestão de risco da Declaração Eletrônica de Bens de Viajante (e-DBV), utilizado para seleção prévia de passageiros.

Também foi realizada a aquisição da solução tecnológica de reconhecimento facial que representa um grande avanço no combate à entrada irregular de mercadorias com destinação comercial, ao contrabando, ao descaminho, ao tráfico internacional de drogas e armas e a outros ilícitos transfronteiriços, devido à possibilidade de rápida identificação de viajantes previamente selecionados pela Receita Federal.

No controle das encomendas expressas e postais, foram fiscalizadas mais de 32,2 milhões de remessas internacionais e processados mais de três milhões de volumes de remessas expressas. A Aduana ainda efetuou o controle aduaneiro de entrada e saída de fronteiras terrestres de cerca de 60 milhões de pessoas e 26 milhões de veículos.

No combate ao contrabando, descaminho e tráfico de drogas e armas, em 2015, diversas operações realizadas nas fronteiras brasileiras, como a Operação Escudo, resultaram em um aumento de 4,8% em apreensões e retenções, se comparado aos resultados do ano anterior, totalizando mais de R$ 1,88 bilhão de apreensões. Foram mais de 177 milhões de maços de cigarros, além de oito mil armas e simulacros e mais de 41 mil munições que deixaram de ingressar no território brasileiro.

A atuação na área internacional envolveu várias iniciativas, com destaque para:

- O Projeto Beps (*Base Erosion and Profit Shifting*), que visa ao combate à erosão da base tributária e à transferência de lucros para fins de não pagamento de tributos, desenvolvido no âmbito da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE);
- O início das atividades relacionadas ao FATCA (*Foreign Account Tax Compliance Act*), acordo assinado com os EUA, que viabilizará o intercâmbio automático de informações entre os respectivos fiscos, relativamente às movimentações financeiras de cidadãos brasileiros em instituições financeiras norte-americanas e vice-versa;
- A participação em iniciativas pertinentes ao intercâmbio internacional de informações tributárias e aduaneiras, em especial no âmbito do Fórum Global de Transparência e Intercâmbio de Informações em Matéria Tributária;
- O desenvolvimento de ações de cooperação técnica, tais como a participação em pesquisas e trabalhos técnicos promovidos por organismos internacionais e a realização de eventos e visitas técnicas visando ao intercâmbio de experiências e ao compartilhamento de melhores práticas com outras administrações tributárias e aduaneiras;
- A adoção de providências necessárias à implementação do Acordo de Facilitação de Comércio (AFC) de Bali, concluído em dezembro de 2013, durante a IX Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC) em Bali, Indonésia, por meio do qual se pretende, fundamentalmente, simplificar, uniformizar, harmonizar e tornar mais transparentes, previsíveis e eficazes os procedimentos de comércio internacional, em especial os aduaneiros; e
- A negociação de acordos para evitar a dupla tributação e para o intercâmbio de informações tributárias e aduaneiras com diversos países.

5. Prevenção e Combate à Corrupção

a) Ações de Prevenção da Corrupção

Com o objetivo de aprimorar os mecanismos de implementação da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013, conhecida como Lei de Conflito de Interesses, contribuindo para um aumento da integridade no setor público, foi lançado, em 2014, o Sistema Eletrônico de Conflito de Interesses (SeCI), responsável por centralizar a gestão das consultas e dos pedidos de autorização para exercício de atividade privada feitos por servidor ou empregado público federal. Até o final de 2015, mais de 93% dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal foram cadastrados no sistema, tornando-se aptos a responder às solicitações enviadas por seus servidores e empregados. Ainda em 2015, o SeCI recebeu mais de 1.100 consultas, relacionadas com esses órgãos e entidades.

A fim de verificar a atuação dos órgãos e das entidades na prevenção do conflito de interesses, foi estabelecida rotina de monitoramento das respostas às consultas do SeCI por meio da qual foi possível verificar que a falta de capacitação dos órgãos e das entidades para responder às consultas é um obstáculo à correta implementação da Lei. Nesse sentido, está em desenvolvimento para 2016 um curso específico para os responsáveis pela análise dos casos enviados pelo SeCI.

No âmbito da promoção da integridade no setor privado, para aprofundar os avanços trazidos pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, conhecida como Lei de Responsabilização de Pessoa Jurídica, está sendo divulgada para as empresas a necessidade de que elas adotem programas de integridade empresarial capazes de prevenir, detectar e remediar a ocorrência de atos lesivos à administração pública. Os mecanismos e os padrões de integridade (*compliance)* foram objeto do guia "Programa de Integridade: diretrizes para empresas privadas", publicado em setembro de 2015.

O guia é voltado a auxiliar empresas na estruturação e adaptação de seus programas de integridade, de acordo com a Lei e seu regulamento. Foram disponibilizadas ao público as versões do guia em inglês e espanhol, para auxiliar empresas estrangeiras em suas atuações no Brasil. Para 2016, planeja-se a aplicação das diretrizes previstas no guia em alguns órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, em sede de projeto-piloto. Ressalta-se ainda a iniciativa Empresa Pró-Ética, que promove o reconhecimento público de empresas comprometidas com a prevenção e o combate à corrupção. Após sua reformulação, a edição de 2015 foi concluída com 19 empresas aprovadas para integrar a lista.

Em novembro de 2015 foi divulgada a cartilha "Integridade para Pequenos Negócios", um dos produtos da parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), com o objetivo de orientar o pequeno empreendedor quanto à importância da integridade nas relações comerciais, com sugestões de medidas que podem ser adotadas para estruturar um programa.

No plano internacional, em 2015, foi concluída a avaliação do Brasil para o primeiro ciclo de revisão quanto à implementação da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (Uncac). O País foi avaliado por México e Haiti, e foram analisadas as medidas brasileiras quanto à aplicação dos capítulos III (criminalização) e IV (cooperação internacional). Além disso, o Brasil se fez representar na 6ª sessão da Conferência dos Estados-Partes da Uncac, que ocorreu em novembro de 2015, em São Petersburgo, Rússia.

O País se engajou nas negociações realizadas durante a Conferência, em especial no tocante à aprovação de proposta de resolução apresentada pelo Brasil sobre o uso de instâncias não criminais – procedimentos civis e administrativos – no combate à corrupção. A medida consagra o trabalho de mobilização que vem sendo desenvolvido pelo Governo brasileiro, nas Nações Unidas e em outros fóruns internacionais nos últimos anos, com o objetivo de criar um ambiente favorável para a troca de informações, no âmbito de processos civis e administrativos, entre as autoridades empenhadas no combate à corrupção, favorecendo a aplicação da referida Lei nº 12.846, 1º de agosto de 2013, e da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, conhecida como Lei de Improbidade Administrativa. Por fim, no que tange à participação na Uncac, o Brasil também atuou no Grupo de Trabalho sobre Prevenção da Corrupção e no Grupo sobre a Revisão da Implementação dessa Convenção.

No ano de 2015, o País apresentou dois relatórios à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), relativos ao seguimento de recomendações emitidas no âmbito da 3ª fase da avaliação, acerca do cumprimento da Convenção sobre o Combate à Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais, da OCDE. Em 2016, será apresentado o relatório de dois anos. Além disso, a CGU também responde pela participação brasileira no Grupo de Trabalho sobre Suborno Transnacional da OCDE (*Working Group on Bribery*), que se reúne quatro vezes ao ano, em Paris, sede da Organização.

Ainda no tocante ao combate ao suborno transnacional, além da participação ativa nas discussões levadas ao âmbito da OCDE, o Brasil vem trabalhando na formulação de uma matriz de risco de suborno transnacional, a qual pretende apontar países e setores econômicos mais vulneráveis à prática.

Ao longo de 2015, o Brasil participou da 26ª reunião ordinária da Comissão de Peritos do Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção Interamericana contra a Corrupção, realizada na sede da Organização dos Estados Americanos (OEA), em Washington, EUA. Na ocasião, foram debatidos documentos preparatórios para a 5ª Rodada de Análise da Implementação da Convenção, sendo definidos tema, calendário, subgrupos de avaliação e questionário padrão.

O Brasil integrará os subgrupos de México e Argentina, cujas avaliações têm início previsto para 2016. Além disso, foi anunciado o interesse brasileiro, no exercício da Presidência, em convocar a 4ª Reunião da Conferência dos Estados-Partes do Mecanismo, organizada pelo Brasil, em parceria com os EUA. A Conferência, instância política máxima do mecanismo, e responsável por definir as diretrizes e os parâmetros para o funcionamento da Comissão de Peritos, aconteceu no mês de dezembro de 2015, em Washington.

O Brasil participou, em 2015, da reunião de altos funcionários do Brics, grupo de países constituído por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, a fim de concentrar esforços nas ações de prevenção e combate à corrupção no âmbito do grupo de trabalho a ser criado, segundo decisão tomada durante a VII Cúpula do Brics, em Ufá, Rússia. Houve, ainda, participação brasileira nas três reuniões do Grupo de Trabalho Anticorrupção do Grupo dos 20 (G20).

b) Ações de Controle

As ações de auditoria e fiscalização buscam o aprimoramento da execução dos programas de governo e da gestão dos administradores públicos, visando à melhoria da prestação dos serviços públicos à sociedade. Nesse contexto, por meio da realização de auditorias e fiscalizações, orienta, avalia e emite recomendações de melhoria e de correção de falhas na execução das políticas públicas e na gestão federal. Em 2015, foram realizadas 6.643 auditorias e fiscalizações em órgãos e entidades que aplicaram recursos públicos federais, nas três esferas de governo, ao tempo em que foram capacitados cerca de quatro mil servidores públicos.

Com relação à avaliação dos administradores públicos, em 2015, foram realizadas 770 auditorias, das quais 345 são relativas a Auditorias Anuais de Contas (AAC); 341 referentes à Avaliação dos Resultados da Gestão (ARG), com foco na avaliação de processos e macroprocessos relacionados ao cumprimento da missão institucional das unidades examinadas; e 84 auditorias em operações de crédito externo e projetos de cooperação técnica internacional.

Foram realizadas, também, auditorias específicas em temas transversais, com identificação de oportunidades de melhoria e economia, quais sejam: i) Gastos da folha de pagamento de pessoal (oportunidade de economia anual superior a R$ 400 milhões); ii) Gastos com terceirização de serviços de vigilância, limpeza e conservação predial (potencial de economia superior a R$ 350 milhões/ano); iii) *Software* público brasileiro e catálogo de *software* do SISP; e iv) Contratações de serviços de desenvolvimento e manutenção de *Softwares*.

No âmbito da Avaliação da Execução dos Programas de Governo, foram acompanhadas, em 2015, com fiscalização *in loco*, 52 políticas públicas, dentre as quais se destacam: i) Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016; ii) Apoio ao Transporte Escolar na Educação Básica; iii) Fortalecimento das Instituições de Segurança Pública; e iv) Compensação Previdenciária. Para 2016, há expectativa de avaliação de 18 novas políticas públicas.

O programa de fiscalização em entes federativos passou a contemplar, em 2015, duas formas de seleção das unidades a serem fiscalizadas: a aleatória, por meio de sorteio público; e a seletiva, por meio de matriz de vulnerabilidade. Desse modo, foram fiscalizados 60 Municípios escolhidos por meio de sorteio público, com valores fiscalizados na ordem de R$ 1,3 bilhão, e 45 Municípios selecionados por meio de matriz de vulnerabilidade, envolvendo aproximadamente o valor fiscalizado de R$ 2,8 bilhões. Para o exercício de 2016, está prevista a realização de dois ciclos de fiscalização no âmbito do programa.

Ao longo de 2015, foram analisados 2.438 processos de Tomada de Contas Especial, com potencial de ressarcimento aos cofres públicos de cerca de R$ 2,7 bilhões.

Foi realizada análise de mais de 76 mil atos de aposentadoria, pensão e admissão de pessoal, em valores da ordem de R$ 671 milhões. Foram concluídas, também, 307 ações de controle abrangendo 154 Municípios, decorrentes de solicitações oriundas de representações de órgãos governamentais e denúncias de cidadãos.

Como resultado das auditorias, destaca-se o registro de benefícios financeiros da ordem de R$ 2,38 bilhões e de 196 benefícios não financeiros, sendo que 59,7% desses referem-se ao aperfeiçoamento da capacidade de gerir riscos e à implementação de melhorias nos controles internos.

A Controladoria realizou ainda, em conjunto com órgãos parceiros de controle e fiscalização, 32 ações de controle denominadas operações especiais, visando à investigação de atos de corrupção praticados contra a administração pública. As principais constatações identificadas versam sobre fraudes em licitações e contratações públicas, sobrepreço e superfaturamento na execução de programas de governo. Como consequência, foram expedidos 102 mandados de prisão temporária ou preventiva.

As áreas envolvidas nas investigações dizem respeito a: saúde, educação, minas e energia, cidades, agricultura, turismo; planejamento e orçamento, integração nacional; e transporte, que envolvem recursos em montante superior a R$ 454 milhões, em 16 unidades da Federação.

Destaca-se, entre as operações realizadas em 2015, a operação Lama Asfáltica (MS), cujos trabalhos, iniciados em 2013, resultaram na constatação de irregularidades em obras contratadas pelo governo do Mato Grosso do Sul, identificando prejuízos de aproximadamente R$ 11 milhões, de um montante fiscalizado de R$ 45 milhões. Outro destaque, devido ao seu viés preventivo, foi a operação Caronte (MT), envolvendo as prefeituras de Rondonópolis, Cuiabá e Sapezal, que resultou na suspensão das empresas fraudulentas dos processos licitatórios, evitando a continuidade das fraudes.

Foi desenvolvida, em 2015, metodologia para a avaliação das ações de integridade em empresas estatais, voltada para prevenção, detecção e remediação de atos de corrupção e fraude. Como resultado, foram apresentadas sugestões de melhorias nos procedimentos e nas políticas das empresas e publicado guia de integridade para auxiliar no aperfeiçoamento de medidas. Em 2016, o trabalho de avaliar o grau de maturidade das medidas de integridade será ampliado.

Para o exercício de 2016, está prevista a elaboração de plano de ação e a publicação de estudo para reestruturação do marco teórico do Sistema de Controle Interno contido na Instrução Normativa nº 1, de 6 de abril de 2001, da Secretaria Federal de Controle Interno.

No primeiro semestre de 2015, no âmbito da presidência *Pro-Tempore* do Brasil no Mercosul, a CGU sediou a VII Reunião Especializada dos Organismos Governamentais de Controle Interno do Mercosul (REOGCI) e realizada a 3ª edição do Concurso de Boas Práticas da CGU, com o objetivo de reconhecer e premiar iniciativas no Poder Executivo Federal que contribuíram para a melhoria da gestão pública.

c) Ações de Correição

A atuação no combate à corrupção e na responsabilização administrativa de servidores públicos proporcionou, em 2015, a aplicação de 541 penalidades expulsivas, traduzidas em 447 demissões, 53 cassações de aposentadoria e 41 destituições de cargo em comissão, em todo o Poder Executivo Federal. Destaque-se que, dessas punições, 332 decorreram de ato relacionado à corrupção.

Na atuação de órgão central do sistema de correição, ao longo de 2015, foram realizadas 32 inspeções e 13 visitas técnicas, além do acompanhamento por amostragem de cerca de 13% dos processos administrativos disciplinares no âmbito do Poder Executivo Federal. Foram instaurados, diretamente, 38 procedimentos administrativos para apurar condutas de servidores e empregados públicos, que resultaram na aplicação de 18 penalidades, sendo 14 expulsivas. Foram, ainda, capacitados para atuar na área disciplinar mais de 1.175 servidores e empregados públicos federais.

Atuando firmemente na atividade de supervisão e orientação, com a regulamentação do Termo de Ajustamento de Conduta no âmbito disciplinar e com a revisão das normas regentes do Sistema de Correição, tem-se como propósito reduzir o atual percentual de prescrições das penalidades disciplinares, de 20,7% em 2015.

Relativamente à responsabilização de entidades privadas, foram instaurados 22 processos administrativos diretamente pela CGU. A partir de 2016, deverá ser incrementada a supervisão desse segmento com o lançamento do Sistema CGU-PJ, por meio do qual a Controladoria Geral da União será informada dos procedimentos de responsabilização instaurados pelos demais órgãos públicos. Ainda com a finalidade de fortalecer o desempenho dessa atividade, será elaborado manual orientativo e ministrado curso sobre a matéria.

O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis), de utilização obrigatória por todos os poderes e as esferas governamentais, registrou, em dezembro de 2015, 12.216 penalidades, das quais 5.422 são relativas a pessoas naturais e, 6.794, a pessoas jurídicas. Ressalta-se que, ao final do ano, 71 órgãos e entidades estaduais e municipais mantinham-se subsidiando o cadastro com informações, número que tende a se expandir nos próximos anos.

Houve, em 2015, a instituição do Cadastro de Presidentes, Membros, Assistentes Técnicos e Peritos para processos administrativos disciplinares no âmbito do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, com o objetivo de auxiliar os órgãos e as entidades a identificarem servidores aptos a atuar na condução de procedimentos disciplinares.

Também foi instituído o Programa de Fortalecimento da Atividade Correcional na administração pública, que visa promover o intercâmbio de informações e experiências na atividade correcional, assim como aperfeiçoar a gestão e a condução dos processos de todos os poderes e as esferas governamentais. O Programa também possibilita a disponibilização de cópia do código-fonte do Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGU-PAD). Em 2015, os governos dos Estados do Espírito Santo, Bahia e Pernambuco e do Município de São Paulo/SP realizaram sua adesão ao sistema.

d) Ouvidoria

A fim de fortalecer a gestão das ouvidorias públicas federais, por meio de uma atuação coordenada e sistêmica, e aproximá-las do cidadão, foram desenvolvidas iniciativas em quatro eixos: i) o tecnológico, que dotou as ouvidorias de um sistema e um repositório de dados comuns; ii) o normativo, que consolidou procedimentos comuns e integrados; iii) o formativo; e iv) o de orientação.

Foram aprimoradas, em 2015, o portal Ouvidorias.gov e o Sistema Eletrônico das Ouvidorias do Poder Executivo Federal (e-Ouv). O Ouvidorias.gov foi idealizado a partir de dois eixos principais: geração e disseminação de informações sobre as ouvidorias federais; e a necessidade de criação de canal integrado de entrada de manifestações de ouvidoria para o cidadão. Em 2015, foram registrados 96,5 mil acessos.

O e-Ouv oferece ao cidadão uma porta única de acesso à administração. Por meio do sistema, o cidadão pode acessar qualquer órgão ou entidade do Poder Executivo Federal, para registro de denúncias, reclamações, elogios, sugestões e solicitações diretamente no sistema ou sendo redirecionado para promovê-los por meio de formulários próprios.

Até o final do ano de 2015, 76 instituições já haviam aderido ao e-Ouv, o que equivale a 27% das ouvidorias federais existentes, sendo que, deste total, 67% corresponde a ouvidorias de instituições de ensino superior e, 17%, a ouvidorias da administração direta. Desde a criação do sistema, em dezembro de 2014, foram registradas mais de 21 mil manifestações, das quais 19.639 respondidas pelo próprio sistema, em um tempo médio de 12,88 dias.

Com o objetivo de dar coerência aos dados colhidos por meio do e-Ouv, foi iniciado, em 2015, o projeto Sala de Ouvidorias, para monitoramento das manifestações com vistas à realização de diagnóstico atualizado acerca da percepção do cidadão quanto à qualidade das políticas e dos serviços públicos, e quanto à gestão das ouvidorias como canal de participação.

A fim de padronizar e melhorar o atendimento ao cidadão nas ouvidorias, a Instrução Normativa nº 1/2014, da Ouvidoria Geral da União, em vigor desde 6 de março de 2015, estabelece procedimentos unificados para recebimento e tratamento das manifestações dos cidadãos, determinando um prazo de 20 dias, prorrogáveis por mais dez, para que as ouvidorias respondam às manifestações.

O monitoramento também é executado por meio de pesquisas abrangentes e ações de acompanhamento e orientação às ouvidorias federais, incluindo visitas técnicas presenciais. Como resultado das pesquisas, foi editado, em 2015, um relatório com as informações prestadas pelas ouvidorias federais, o qual permite conhecer as características, as formas de atuação e as ações realizadas pelas unidades. Em 2015, ocorreram visitas técnicas a ouvidorias federais de oito unidades da Federação.

Em 2015, houve continuidade de oferta de cursos gratuitos no âmbito da Política de Formação Continuada em Ouvidoria (Profoco), voltados para ouvidores públicos, servidores e colaboradores que atuam em ouvidorias em todos os níveis federativos. Foram oferecidos os cursos "Gestão e Prática em Ouvidoria" e "Acesso à Informação" e "Práticas de Atendimento ao Cidadão em Ouvidorias", dos quais participaram 923 profissionais. Para 2016, dando continuidade ao processo de formação, está prevista a oferta de mais 20 cursos presenciais. Na modalidade de educação a distância, deu-se continuidade à oferta do curso "Ouvidorias na administração pública".

Ainda em 2015, com o objetivo de orientar as ouvidorias sobre o direito de acesso à informação, foi lançada a cartilha "Aplicação da Lei de Acesso à Informação em Recursos à CGU". Também foi publicado o "Manual de Ouvidoria Pública – rumo ao sistema participativo", contendo temas e orientações básicas do trabalho cotidiano das ouvidorias.

A CGU lançou o Programa de Fortalecimento das Ouvidorias, a fim de promover a convergência de esforços entre as instituições aderentes, contemplando todos os entes federados. O Programa oferece cursos e treinamentos sobre atividades de ouvidoria, elaboração e distribuição de material técnico e orientativo sobre o tema, além de cessão gratuita do código-fonte do e-Ouv.

Sob o aspecto da defesa do patrimônio público, a CGU recebeu, entre janeiro e outubro de 2015, 6.470 manifestações, das quais 3.720 (57%) classificadas como denúncias, que foram tratadas e encaminhadas às unidades responsáveis pelas funções

de controle e de correição, e 2.750 (43%) classificadas como reclamações, elogios, solicitações e sugestões. Além disso, o Serviço de Informações ao Cidadão (Sic) recebeu e deu tratamento, de janeiro a dezembro de 2015, a 1.342 pedidos de acesso à informação, disponibilizando respostas em um tempo médio de 13,8 dias. Foram recebidos, também, 117 recursos de 1ª e 2ª instâncias da LAI.

Ainda em 2015, buscou-se uma aproximação maior com o cidadão por meio das redes sociais. Desde junho de 2015, as mensagens recebidas pelo *chat* da mídia social são identificadas para que, caso seja de interesse do cidadão – e quando pertinente –, possam ser registradas como requerimento no Sistema e-Ouv. Após a confirmação, é fornecido número de protocolo para que o cidadão acompanhe o processo e receba resposta à sua demanda. Desde o início do processo, foram abertas cerca de 40 demandas mensais.

Em 2016, o processo de triagem e apuração das denúncias recebidas pela Controladoria será aprimorado com o lançamento do Banco de Denúncias, sistema para tratamento agregado e inteligente dos dados.

No que se refere ao servidor público federal, em 2015, o Portal da Ouvidoria do Servidor recepcionou nove mil mensagens, por meio da rede que compreende 82 órgãos do Executivo Federal. A resolubilidade das demandas foi de 92%. Em 2016, está prevista a ampliação da referida rede e a oferta de capacitações necessárias à operacionalidade do Sistema. Pretende-se, ainda, implantar novo portal de comunicação da Ouvidoria e uma versão atualizada do Sistema de Ouvidoria (SISOuvidor) para tratamento e armazenamento das demandas registradas.

e) Combate à Lavagem de Dinheiro

O Brasil vem implementando as recomendações do Grupo de Ação Financeira contra a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento do Terrorismo (Gafi) e as disposições e os propósitos da Convenção das Nações Unidas para a Supressão do Financiamento do Terrorismo. Nesse contexto, foram editadas novas leis sobre a criminalização do terrorismo e seu financiamento e sobre medidas de indisponibilidade de bens relacionados com ações terroristas.

O Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) produziu, até dezembro de 2015, mais de 4,3 mil Relatórios de Inteligência Financeira (RIF), os quais relacionaram cerca de 140 mil pessoas físicas ou jurídicas, e consolidaram mais de 140 mil comunicações de operações financeiras. Tais relatórios foram elaborados com base em cerca de 11 milhões de comunicações de operações financeiras disponibilizadas em banco de dados. Desse total, cerca de 1,38 milhão de novas comunicações foram recebidas em 2015, em cumprimento à determinação da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998.

O Conselho também realizou vários trabalhos temáticos, com destaque para os temas da corrupção e de possíveis ilícitos relacionados às Eleições 2014, assim como sobre as operações Ararath, Sustenido, Lava-Jato, Zelotes, Trick, Imperador, Fidúcia e Lama Asfáltica, além dos casos Swissleaks e FIFA, elaborando mais de 540 RIF sobre esses temas. Ainda, foram capacitados mais de 700 agentes públicos, que participaram dos cursos do Programa Nacional de Capacitação e Treinamento para o Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro.

No âmbito da supervisão dos setores regulados e fiscalizados pelo Coaf, foram realizadas 1.561 ações de fiscalização para verificação de conformidade das obrigações voltadas à prevenção da lavagem de dinheiro e do financiamento do terrorismo, sendo 999 Averiguações Eletrônicas de Conformidades e 562 Averiguações Preliminares. Destas, 49 culminaram em Processo Administrativo Punitivo. Desde o início de suas atividades até o final de 2015, a atuação do Coaf resultou na aplicação de R$ 5,8 milhões em multas pecuniárias.

Na esfera internacional, houve o empenho na defesa do sétimo e oitavo relatórios de seguimento do Brasil no processo de avaliação mútua conduzido pelo Gafi, principal organismo internacional antilavagem de dinheiro, composto por 34 países-membros.

Nesse contexto, o Coaf apresentou, perante o Gafi, a relação de ações realizadas e os avanços alcançados pelo País na correção das deficiências identificadas, em especial o encaminhamento de projetos de lei sobre a criminalização do terrorismo e seu financiamento e sobre medidas de indisponibilidade de bens ligados a terroristas, este último materializado na Lei nº 13.170, de 16 de outubro de 2015.

No que se refere à Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla), foi intensificada a prevenção e o combate a crimes relativos à corrupção e à lavagem de dinheiro. Nesse contexto, ressalta-se: i) ações para fomentar, monitorar e exigir dos órgãos públicos o cumprimento da LAI; ii) desenvolvimento de métrica adotada pelo Ministério Público Federal e por outras instituições a fim de avaliar todos os Municípios a partir do ano 2015; iii) implantação do 45º Laboratório de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro e da Rede-Lab de Capacitação, com a realização de 32 cursos voltados à análise de dados e manuseio de *softwares* para cerca de 400 analistas; e iv) capacitação de 1.435 agentes públicos no âmbito do Programa Nacional de Capacitação e Treinamento para o Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro e do Programa Nacional de Difusão de Cooperação Jurídica Internacional (Grotius Brasil). Também foi realizado o primeiro Encontro de Aprimoramento em Perícias em Movimentação Financeira, que reuniu mais de 70 peritos criminais federais de todo o Brasil.

Para o exercício de 2016, são prioridades a continuidade da articulação com os órgãos parceiros, intensificando o corte do fluxo financeiro das organizações criminosas, seu desmantelamento e repatriação dos ativos ilícitos desviados para o exterior e o combate à corrupção. Estima-se, ainda, a assinatura de acordos para a entrada na Rede-Lab com diversos órgãos e a instituição, na Academia Nacional de Polícia, da Escola Nacional dos Laboratórios de Prevenção e Repressão à Lavagem de Dinheiro.

6. Consultoria, Assessoramento Jurídico e Defesa da União

a) Defesa da União, Autarquias e Fundações Públicas Federais

A Advocacia Geral da União (AGU) é a instituição que tem por função precípua representar, judicial e extrajudicialmente, a União e suas autarquias e fundações, o que abrange os três Poderes da República e o Ministério Público da União, bem como a competência de prestar consultoria e assessoramento jurídicos ao Poder Executivo.

Supremo Tribunal Federal

Na atividade de representação judicial da União, em 2015, na atuação da AGU perante o Supremo Tribunal Federal, cabe evidenciar os seguintes temas de importância:

- ADI nº 5230 – O Partido Solidariedade questiona a MP nº 664/2014, que alterou a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, quanto à pensão por morte, ao auxílio-reclusão e aos afastamentos por motivo de doença; bem como a Lei nº 10.876, de 2 de junho de 2004, quanto à competência médica de Perito Médico do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS); e também a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, no capítulo que se refere à pensão por morte de servidor público. E a MP nº 665/2014, que alterou a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, quanto ao seguro-desemprego e ao abono salarial, e a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, quanto ao seguro-defeso para o pescador artesanal;
- ADI nº 5311 – O Partido Republicano da Ordem Social (PROS) questiona o art. 2º da Lei nº 13.107, de 24 de março de 2015, na parte em que alterou o § 1º do art. 7º, em relação à expressão "considerando-se como tal aquele que comprove o

apoio de eleitores não filiados a partido político", bem como o § 9º do art. 29, no que se refere ao trecho "há, pelo menos, 5 (cinco) anos", ambos da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, (Criação e fusão de partidos);

- ADI nº 5236 – A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Contee) impugna o § 3º, inciso II e alíneas, art. 2º, da Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, que trata da participação dos trabalhadores nos lucros ou nos resultados das empresas;

- ADI nº 5261 – O Partido Social Liberal (PSL) impugna dispositivos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública nacional ou estrangeira (Lei Anticorrupção);

- ADI nº 5239 – A Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados (CNTU) pleiteia a declaração de inconstitucionalidade do artigo 142, da Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, que trata da abertura ao capital estrangeiro na oferta de serviços à saúde;

- ADPF nº 334 – O Procurador-Geral da República questiona o art. 295, inciso VII, do Código de Processo Penal (Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941), o qual concede direito à prisão especial a portadores de diploma de ensino superior por suposta violação ao próprio conceito de República e ao princípio da dignidade do ser humano, aos objetivos fundamentais da República e ao princípio da isonomia;

- ADPF nº 342 – A Sociedade Rural Brasileira (SRB) questiona o artigo 1º, § 1º, da Lei nº 5.709, de 7 de outubro de 1971, e o Parecer AGU nº 01/2008 RVJ (aquisição de imóvel rural por estrangeiro). Pleiteia o reconhecimento da incompatibilidade material de tratamento diferenciado conferido às empresas nacionais de capital estrangeiro com a Constituição Federal de 1988;

- ADPF nº 356 (Anajustra) e ADPF nº 365 (Solidariedade) – Questionam veto presidencial ao PL nº 28/2015 (na Câmara dos Deputados, PL nº 7.920/14) que trata do aumento aos vencimentos dos servidores do Poder Judiciário;

- ADPF nº 357 – Governador do Distrito Federal questiona o art. 187 do Código Tributário Nacional (CTN) - preferência do crédito tributário da União sobre os créditos dos Estados, do DF e dos Municípios;

- ADPF nº 367 (PGR) - ADI nº 5367 (PGR) – Questionamento ao regime jurídico (celetista) dos empregados dos conselhos de fiscalização das profissões regulamentadas. O PGR entende que o regime estatutário seria o adequado. Sobre o mesmo tema, o Partido da República (PR) ajuizou a ADC nº 36, pleiteando a declaração de constitucionalidade da norma impugnada pelo PGR nas ADIs acima aludidas;

- ADI nº 5389 – O Partido Solidariedade questiona a Lei nº 13.135, de 17 de junho de 2015 (MP nº 664/2014), que alterou a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, quanto à pensão por morte, ao auxílio-reclusão e aos afastamentos por motivo de doença; a Lei nº 10.876, de 2 de junho de 2004, quanto à competência do Perito Médico do INSS; e a Lei nº 8.112, de 1990, no capítulo que se refere à pensão por morte de servidor público. Ainda, a Lei nº 13.134, de 16 de junho de 2015 (MP nº 665/2014), que alterou a Lei nº 7.998, de 1990, quanto ao seguro-desemprego e ao abono salarial e a Lei nº 10.779, de 2003, quanto ao seguro-defeso para o pescador artesanal;

- ADI nº 5394 – O Conselho Federal da OAB (CFOAB) questiona o art. 28, § 12, da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, acrescentado pelo art. 2º da Lei nº 13.165, de 29 de setembro de 2015, relativamente a doações feitas para partidos políticos e repassadas para candidatos, as quais seriam registradas apenas como transferências de partidos a candidato, sem individualização do doador (chamada doação oculta);

- ADI nº 5398 – A Rede Sustentabilidade questiona a norma veiculada no art. 22-A da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, introduzida pela Lei nº 13.165, de 2015, na parte em que proíbe a desfiliação partidária estribada na justa causa da criação de novo partido político, como também a inconstitucionalidade da proibição de ser configurada justa causa a desfiliação para posterior filiação em partidos criados antes da vigência da Lei nº 13.165, de 2015;
- ADIs nº 4357 e nº 4425 – O STF manteve o índice de correção da poupança para atualização monetária das condenações da Fazenda Pública em juízo, afastando-se a aplicação do IPCA-E no período que antecede a expedição do precatório;
- ADO nº 22 – O STF afastou a alegação de omissão inconstitucional imputada ao Congresso Nacional no dever de regulamentação legal acerca da propaganda de bebidas de teor alcoólico inferior a 13 graus GL;
- RE nº 581488 – O STF manteve a vedação, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), de internação em acomodações superiores ou atendimento diferenciado por médico do próprio SUS ou por médico conveniado, mediante o pagamento da diferença dos valores correspondentes;
- RE nº 606358 – O STF decidiu que devem ser computados, para efeito de observância do teto remuneratório previsto na Constituição Federal, também os valores percebidos anteriormente à vigência da EC nº 41/2003 a título de vantagens pessoais pelo servidor público, dispensada a restituição dos valores recebidos em excesso e de boa-fé até o dia 18 de novembro de 2015;
- ADI nº 3127 – O STF confirmou que, mesmo sendo nulo o contrato de emprego firmado pela administração pública, por ausência de concurso público, impõe-se o recolhimento dos depósitos do FGTS por parte do empregador;
- ADI nº 4333 – O STF confirmou que se dispensa do registro público, em cartório de títulos e documentos, os contratos de alienação fiduciária de veículos automotores, preservados os contratos celebrados antes da publicação da Lei nº 11.882, de 23 de dezembro de 2008;
- RE nº 638115 – O STF entendeu extinta a possibilidade de incorporação de novas parcelas dos quintos/décimos pelo exercício de função de direção, chefia e assessoramento no período compreendido entre 11 de novembro de 1997 e 4 de setembro de 2001;
- MIs nº 833 e nº 844 – O STF reconheceu a impossibilidade de se aplicar a Lei Complementar nº 51, de 20 de dezembro de 1985, a oficiais de justiça avaliadores federais, inspetores e agentes de segurança judiciária da Justiça Federal, analistas e técnicos do Ministério Público da União, que exercem atribuições de segurança;
- ADI nº 5127 – O STF considerou constitucional o estabelecimento de condições legais para o exercício da profissão contábil;
- ADI nº 3942 – O STF declarou constitucional a criação de cargos em comissão e funções gratificadas no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- RE nº 724347 – O STF assentou a tese de que, na hipótese de nomeação e posse em cargo público determinada por decisão judicial, com trânsito em julgado, o servidor não faz jus à indenização, salvo situação de arbitrariedade flagrante;
- RE nº 632853 – O STF fixou a tese de que os critérios adotados por banca examinadora de concurso para a correção das provas subjetivas do certame não podem ser revistos pelo Poder Judiciário;
- RE nº 652777 – O STF fixou a tese de que é legítima a publicação, inclusive em sítio eletrônico mantido pela administração pública, dos nomes dos servidores e do valor dos correspondentes vencimentos e vantagens pecuniárias;

- RE nº 675978 – O STF fixou a tese de que, subtraído o montante que exceder o teto e o subteto previsto no art. 37, inciso XI, da Constituição, tem-se o valor para base de cálculo para a incidência do imposto de renda e da contribuição previdenciária;
- RE nº 592581 – O STF concluiu que o Poder Judiciário pode determinar ao Poder Executivo Federal a realização de obras em presídio, pleiteadas a título de direito constitucional do preso, a fim de assegurar a integridade física e moral dos presos independente de prévia dotação orçamentária; e
- ADPF nº 378 – O STF reconheceu a necessidade de adaptação do conteúdo da Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, aos comandos insertos na Constituição Federal de 1988, com o restabelecimento de suas premissas.

Superior Tribunal de Justiça

Quanto à atividade de representação judicial da União, em 2015, perante o STJ, destacam-se os seguintes temas de importância:

- Lucro-real – Assegurada a constitucionalidade do art. 3º, I, da Lei nº 8.200, de 28 de junho de 1991, que permitiu a dedução, de forma parcelada, na determinação do lucro real, da diferença entre as despesas de correção monetária das demonstrações financeiras do ano-base de 1990 calculadas pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC) e pelo Bônus do Tesouro Nacional Fiscal (BTNF);
- Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) – Confirmada a incidência de IRPF sobre o terço constitucional de férias gozadas. Estima-se como impacto da ação: R$ 4.270,76 milhões em 2015, R$ 4.723,58 milhões em 2016 e R$ 5.225,05 milhões em 2017;
- Fundo de Garantia – Demonstrada a incidência de contribuição para o FGTS sobre diversas verbas de natureza trabalhista prevalecendo a interpretação que mais favoreça o trabalhador;
- Valor referente do ISS – Demonstrado que o valor compõe o faturamento e, portanto, está sujeito à incidência do PIS e da Cofins;
- Capital próprio – Assegurada a aplicação de juros sobre o capital próprio da contribuição do PIS e da Cofins na vigência das Leis nº 10.637/2002 e nº 10.833/2003, constituindo faturamento da empresa;
- *Drawback* – Demonstrado que, no regime do *Drawback*, não havia possibilidade de conceder isenção ao Imposto de Exportação por ausência de previsão legal;
- Quebra de caixa – Assegurada a contribuição previdenciária sobre as verbas pagas pela empresa aos seus empregados a título de "quebra de caixa";
- *Marketing* e publicidade – Demonstrado que os gastos feitos pelas empresas com publicidade não correspondem a despesas operacionais;
- Jurisprudência sobre sociedade – Alterada jurisprudência que vinha se firmando para reconhecer que o redirecionamento deve ser realizado em face do sócio-gerente que se encontra presente na época da dissolução irregular, independentemente de ter exercido poderes de gerência na época do fato gerador da obrigação tributária; e
- Incidência do IPI na saída do estabelecimento importador – Assegurada a incidência do IPI na operação de venda de produtos industrializados por estabelecimentos importadores.

Destacam-se, ainda, decisões judiciais em outras instâncias acerca dos seguintes temas:

- Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp) – Demonstrada a diferença entre esses vínculos de servidores estaduais e municipais que postulavam manutenção no antigo sistema de previdência do serviço público federal;
- Cartórios – Garantido em juízo que os interinos de cartório também estão sujeitos a teto do funcionalismo;
- Passagens aéreas – Derrubada de uma liminar que ameaçava economia de R$ 96 milhões anuais nos gastos da administração pública com a compra direta de passagens sem a intermediação de agências de turismo;
- Controle de Legalidade – Obtida a decisão liminar que liberou trecho da BR-116 no Ceará fechado por caminhoneiros;
- Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) – Demonstrado judicialmente que a exigência de fiadores é legítima para viabilizar o Fies;
- Eleições – Candidatos que concorrem a cargo eletivo e são impedidos de assumir devem ressarcir a Justiça Eleitoral;
- Internacional – Obtidas decisões judiciais favoráveis a extradições;
- Meio Ambiente – Assegurada a saída de um navio liberiano envolvido em um acidente que provocou danos ao meio ambiente e o pagamento de R$ 1,25 milhão ao Erário;
- Patrimônio – Impedida a ocupação de órgãos públicos em Porto Alegre por movimentos sociais;
- Probidade – Confirmada a demissão, por improbidade, de ex-analista da Receita que fraudou CPFs;
- Celebrado acordo com o Município de Cajazeiras/PB para assegurar o ressarcimento de R$ 856 mil aos cofres públicos devido a falta de comprovação de aplicação correta de verba federal para construção de barragem;
- Indenizações – Êxito nas ações rescisórias que havia condenado a União a indenizar particular em mais de R$ 1,2 bilhão por supostos prejuízos oriundos da perda do domínio útil de imóveis localizados no Município de São Paulo sob regime de enfiteuse;
- Êxito na redução, em fase de execução, em mais de R$ 1 bilhão da condenação imposta à União por danos materiais e morais decorrentes do fechamento da Rádio Marconi;
- Desobstrução de rodovias – Obtidas decisões judiciais para desobstruir rodovias federais ocupadas por caminhoneiros;
- Bolsa Família – Confirmada a suspensão de Bolsa Família concedida em desacordo com os critérios exigidos pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004;
- Saúde – Confirmado que os medicamentos fornecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) atendem satisfatoriamente ao tratamento de *diabetes mellitus* tipo II, e, com a decisão, evitou-se que a União fosse obrigada a fornecer outro tipo de insulina a portador da enfermidade; comprovado que faculdades de medicina devem aplicar critérios estabelecidos pela Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM) na seleção de médicos residentes;
- Trabalho escravo – Manutenção de penalidades contra empresas flagradas submetendo empregados a condições análogas e derrubada de liminares para exclusão dos empregadores do cadastro que registra as práticas; e
- Recuperação internacional de ativos – Garantido o bloqueio definitivo nos EUA da Esmeralda Bahia, supostamente avaliada em R$ 2 bilhões, até o encerramento do processo penal sobre o caso que tramita no Brasil.

Programa de Redução de Litígios

- Prêmio Inovação – Segundo lugar no 19º Concurso "Inovação na Gestão Pública Federal", promovido pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), com o "Programa de Redução de Litígios e de Aperfeiçoamento da Defesa Judicial da União", que provocou a extinção de mais de 140 mil processos por meio de abstenções e desistências de recursos; e
- Recuperação de ativos – Ingresso nos cofres da União de R$ 805,5 milhões, em decorrência de acordo celebrado com o Município de São Paulo, no caso que trata dos parâmetros de revisão dos contratos de refinanciamento de dívidas públicas.

Atuação em Consultoria da União e Defesa Extrajudicial

- Parecer nº 052/2014/Decor/CGU/AGU – Possibilidade de alienação fiduciária de imóveis com parte alodial e parte integrante dos terrenos de marinha;
- Parecer nº 041/2015/Decor/CGU/AGU - Reequilíbrio econômico-financeiro em contratos de geração de energia elétrica;
- Parecer nº 037/2015/Decor/CGU/AGU - Competência dos Estados para incluir espécies marinhas nas suas listas de espécies da fauna ameaçadas de extinção;
- Parecer n. 00016/2015/ASSE/CGU/AGU - Regime jurídico dos inativos das Forças Armadas e aplicação do art. 4º, § 2º, IV da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;
- Nota nº 059/2015/Decor/CGU/AGU – Interpretação da Resolução do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) que dispõe sobre abusividade do direcionamento de publicidade e de comunicação mercadológica à criança e ao adolescente;
- Implantação do Projeto de "Compras Colaborativas", integrando áreas de licitação de diversos órgãos assessorados, para realização de licitações e compras conjuntas;
- Elaboração e divulgação de manual de representação extrajudicial de órgãos e agentes públicos;
- Defesa da regularidade das contas da Presidência da República referentes ao ano de 2014 perante o TCU e Congresso Nacional;
- Defesa dos gestores do Ministério da Fazenda, Receita Federal, Ministério do Planejamento, Secretaria do Tesouro Nacional quanto à atuação destes no processo de execução das contas de governo em 2014; e
- Anulação de multa imposta à FIFA pelo Conselho de Radiologia/DF.

Atuação em Consultoria da União em Matéria Fazendária, Societária e Financeira

- Reestruturação administrativa do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF): foram evitados R$ 19,9 bilhões em perdas fiscais nos processos julgados pelo CARF no 1º trimestre de 2015, tendo sido as sessões de julgamento do CARF suspensas de abril a novembro em decorrência da Operação Zelotes;
- A atuação em assuntos societários da União se deu com a representação em 147 assembleias gerais de acionistas de empresas em que a União tem participação acionária. No desempenho da consultoria societária emitiu 251 pareceres;
- A atuação em assuntos financeiros resultou na elaboração de 441 manifestações jurídicas, celebrou 28 contratos de interesse da União em matéria financeira, que somados totalizam o montante de R$ 17,1 bilhões;

- Atuou na interpretação e regulamentação da Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014, que estabelece critérios para o refinanciamento da dívida entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios;
- Foram elaborados 483 pareceres na área de consultoria administrativa, abordando importantes temas como: Reestruturação administrativa do CARF, Teletrabalho, Seguro-Defeso e Seguro-desemprego; iv) Estatuto das Estatais; v) Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil; vi) mudanças normativas e contratuais em concessão de energia elétrica e de ferrovias e rodovias; e vii) Terceirização; e
- A atuação nos processos administrativos decorrentes do art. 65 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010 (parcelamento de dívidas), possibilitou o recebimento de R$ 2,1 bilhões, devidos principalmente por instituições financeiras em liquidação extrajudicial pelo Banco Central do Brasil.

Atuação Judicial em Defesa das Autarquias e das Fundações

A atuação contenciosa da Procuradoria Geral Federal garantiu a viabilidade de políticas públicas responsáveis por investimentos de mais de R$ 109,8 bilhões e uma economia estimada em mais de R$ 1,5 bilhão. Na redução de demandas, houve economia de cerca de R$ 460,3 milhões na celebração de 22.475 acordos judiciais entre janeiro e novembro de 2015. Destaque-se a atuação com êxito em ações judiciais relacionadas aos seguintes temas:

- Obras de preparação para os Jogos Rio 2016;
- Setor elétrico – investimentos avaliados em R$ 107 bilhões. Nenhuma obra de UHE foi paralisada em 2015 por decisão judicial;
- Acesso à Ponte Rio-Niterói durante o carnaval;
- Terra indígena *Apyterewa*, da etnia *Parakanã*, suspensão, no STF, de 120 decisões que permitiam a permanência de não índios;
- Leilão de concessão da Ponte Rio-Niterói (BR 101) com previsão de investimentos de R$ 1,3 bilhão;
- Permanência de 150 indígenas da comunidade *Kuruçu Ambá II* na Fazenda Barra Bonita, no MS;
- Manutenção do sobrestamento dos recursos que tratam de responsabilidade subsidiária no âmbito da Justiça do Trabalho;
- Inexistência de direito à equiparação salarial entre médicos celetistas, contratados por fundação de apoio, e servidores estatutários de Universidade;
- Parque Nacional da Serra da Canastra – realização de acordo judicial com ocupantes de áreas para aperfeiçoamento do combate a incêndios e a proteção de nascentes na unidade de conservação;
- Suspensão, no STJ, de aposentadoria rural que não atendeu exigências legais de comprovação da atividade rural, não bastando a mera comprovação de propriedade rural;
- Afirmação, em 28 ações civis públicas, da legalidade da Cobertura Previdenciária Estimada (Copes), que prevê a fixação de data para interrupção do pagamento de auxílio-doença mediante previsão de recuperação da capacidade laborativa do segurado;
- Impedimento de retirada forçada de indígenas *Guarani-Kaiowá* de terras no Município de Aral Moreira (MS);
- Suspensão de reintegração de posse da terra indígena em *Ñante Ru Marangatu*;

- Regularização territorial da Comunidade Quilombola Invernada dos Negros;
- Pagamento integral da participação especial sobre a produção do Campo de Lula (Santos/SP), com arrecadação de aproximadamente R$ 1,03 bilhão;
- Determinação às empresas Samarco Mineração S.A., Vale S.A. e BHP Billiton iniciar o procedimento de reparação ambiental, relativo à ruptura da barragem em Mariana/MG, com depósito prévio de R$ 2 bilhões e a indisponibilidade das licenças de lavra das referidas empresas;
- Divulgação dos resultados do Enem 2014, e realização das provas de 2015;
- FIES – continuidade do programa com observância dos novos parâmetros normativos estabelecidos; e
- Leilão de áreas do Porto de Santos/SP: garantida sua realização, com a arrecadação de R$ 430 milhões e previsão de investimentos de R$ 640 milhões em infraestrutura portuária.

Atuação em Consultoria das Autarquias e Fundações

Na atividade de consultoria, são os seguintes destaques:

- Consolidação e aperfeiçoamento dos grupos permanentes;
- Atuação preventiva consultiva consubstanciada na análise de propostas de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) extrajudiciais; e
- Implantação do projeto de atuação estratégica consultiva perante o TCU.

Cobrança e Recuperação de Créditos – Autarquias e Fundações

- Ajuizamento de 26.504 execuções fiscais no montante de R$ 1,6 bilhão;
- Inscrição de 75.571 créditos em dívida ativa das autarquias e fundações públicas federais, totalizando R$ 2,45 bilhões;
- Arrecadação de R$ 2,1 bilhões em contribuições sociais cobradas na Justiça do Trabalho;
- Execução de cobrança de 599 acórdãos do TCU, totalizando R$ 607 milhões;
- Ajuizamento de 407 ações regressivas acidentárias, representando uma expectativa de ressarcimento de R$ 75 milhões;
- Concessão de 2.900 parcelamentos, cujos valores representam R$ 86,6 milhões;
- Ajuizamento ou ingresso de autarquias e fundações públicas federais na qualidade de litisconsorte em ações de improbidade administrativa no total de 114, resultando em R$ 119 milhões, computadas as ações do Dia Nacional de Combate à Corrupção;
- Ajuizamento de 578 ações de ressarcimento aos cofres de autarquias e fundações públicas federais, com potencial de recuperação de R$ 30 milhões;
- Encaminhamento de 17.678 créditos no montante de R$ 22,7 milhões para protesto extrajudicial, com arrecadação de R$ 5 milhões;
- Processo de homologação do Sistema de Dívida Ativa da Procuradoria Geral Federal (PGF) – Sapiens Dívida;

- Encaminhamento de Certidões de Dívida Ativa (CDA) para protesto de forma eletrônica, por meio da Central de Remessa de Arquivos do Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil (IEPTB); e
- Elaboração de manual de combate à corrupção, ressarcimento ao erário e defesa da probidade.

b) Atividades de Gestão

Nas atividades de gestão, destacam-se: i) realização de 84 correições ordinárias e uma extraordinária; ii) encerramento do trabalho correcional desenvolvido no âmbito do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que, entre outros pontos relevantes, avaliou a incidência de juros compensatórios em ações de desapropriações para reforma agrária e propôs alteração legislativa, e culminou no Parecer nº 4/2014 JMPJ/CGU/AGU, aprovado pelo Advogado-Geral da União; e iii) publicação da primeira edição do Manual Prático de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância para orientar a realização de processos administrativos disciplinares e sindicâncias, que está disponível no sítio da AGU.

A Escola da AGU (EAGU) realizou e/ou participou da realização de 271 ações de capacitação, totalizando 34.777 horas/aula no ano. Ofertou 15.039 vagas, o que propiciou a capacitação de 9.408 membros e servidores da AGU e de outros órgãos da administração pública. Especificamente no que se refere ao Novo Código de Processo Civil, foram oferecidos 46 cursos com carga horária total de 553 horas/aula e disponibilização de 3.645 vagas, com a capacitação de 2.373 membros e servidores da AGU e de outros órgãos.

Após processo de avaliação e seleção realizado pela Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (Capes), a Revista da AGU recebeu o importante selo "Qualis B1", qualificação almejada por inúmeras publicações jurídicas e que é uma indicação do amadurecimento, do sucesso e da excelência alcançados pelo periódico.

Quanto às atividades de Ouvidoria, no ano de 2015, foram recebidas 6.356 manifestações (dentre essas, solicitações de modelos de editais, andamentos processuais, pareceres e outros), sendo 509 pedidos com base na LAI (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011), estes respondidos no tempo médio de nove dias.

ANEXO

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

RELATÓRIO ANUAL SOBRE A SITUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO PAÍS E AS ATIVIDADES DO CONSELHO (ART. 130-A, § 2º, INCISO V, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL)

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Nossa missão:

Fortalecer e aprimorar o Ministério Público brasileiro, assegurando sua autonomia e unidade, para uma atuação responsável e socialmente efetiva.

(Composição: Biênio 2013/2015)

PRESIDENTE
Rodrigo Janot Monteiro de Barros

CONSELHEIROS
Alexandre Berzosa Saliba
Antônio Pereira Duarte
Cláudio Henrique Portela do Rego
Esdras Dantas de Souza
Fábio George Cruz da Nóbrega
Jarbas Soares Júnior
Jeferson Luiz Pereira Coelho
Leonardo de Farias Duarte
Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Luiz Moreira Gomes Júnior
Marcelo Ferra de Carvalho
Walter de Agra Júnior

CORREGEDOR-NACIONAL
Alessandro Tramujas Assad

SECRETÁRIO-GERAL
Blal Yassine Dalloul

SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO
Wilson Rocha de Almeida Neto

(Composição: Biênio 2015/2017)

PRESIDENTE
Rodrigo Janot Monteiro de Barros

CONSELHEIROS
Antônio Pereira Duarte
Esdras Dantas de Souza
Fábio Bastos Stica
Fábio George Cruz da Nóbrega
Gustavo do Vale Rocha
Leonardo Henrique de C. Carvalho
Marcelo Ferra de Carvalho
Orlando Rochadel Moreira
Otávio Brito Lopes
Sérgio Ricardo de Souza
Valter Shuenquener de Araújo
Walter de Agra Júnior

CORREGEDOR-NACIONAL
Cláudio Henrique Portela do Rego

SECRETÁRIO-GERAL
Blal Yassine Dalloul

SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO
Wilson Rocha de Almeida Neto

APRESENTAÇÃO

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) foi criado em 30 de dezembro de 2004 pela Emenda Constitucional nº 45 e instalado no dia 21 de junho de 2005, com sede em Brasília/DF, e atuação em todo o território nacional.

Com o objetivo de fortalecer e aprimorar o Ministério Público brasileiro para uma atuação responsável e socialmente efetiva, ao CNMP compete zelar pela autonomia funcional e administrativa do Ministério Público e pela observância dos princípios que regem a administração pública, cabendo-lhe, também, o exercício do controle da atuação administrativa e financeira de todos os ramos do Ministério Público da União (MPU) e dos Estados (MPE) e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros.

O CNMP é composto por 14 Conselheiros, nos termos do art. 130-A da Constituição Federal de 1988 (CF/1988). Além de representantes do Ministério Público da União e dos Estados, o Conselho conta, na composição, com representantes do Poder Judiciário, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e de cidadãos indicados pelas Casas do Poder Legislativo.

A estrutura do CNMP está organizada de modo a permitir o efetivo cumprimento de sua missão, qual seja, a fiscalização e a orientação do exercício administrativo e financeiro do Ministério Público no Brasil e a promoção de sua integração e seu desenvolvimento.

A CF/1988, em seu art. 130-A, § 2º, inciso V, dispõe que compete ao CNMP a elaboração de relatório anual, propondo providências que julgar necessárias sobre a situação do Ministério Público no País e as atividades do Conselho. Ainda de acordo com a Carta Política, tal relatório deve integrar a mensagem de governo que compete ao Presidente da República, nos termos do art. 84, inciso XI, remeter ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da sessão legislativa, expondo a situação do País e solicitando as providências que julgar necessárias.

O presente relatório apresenta a síntese das atividades desenvolvidas pelo CNMP durante o ano de 2015 – que, na linha do quanto definido em seu Planejamento Estratégico Institucional (2010-2017)[1], terão desdobramentos nos exercícios subsequentes – e aborda tanto as atividades voltadas ao exercício do controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público quanto aquelas relacionadas ao aperfeiçoamento e à modernização de sua gestão.

Por meio de dados e informações disponibilizados neste relatório, é possível que o cidadão acompanhe e fiscalize a atuação do Conselho, com o intuito de promover a integração e o desenvolvimento do Ministério Público brasileiro, sempre respeitando a autonomia da Instituição, em atenção aos princípios da publicidade e da transparência da administração pública.

Conselho Nacional do Ministério Público

1 O Planejamento Estratégico Institucional e o Planejamento Estratégico Nacional do Ministério Público brasileiro tiveram seus prazos de vigência prorrogados pelo Plenário, por unanimidade, durante a 21ª Sessão Ordinária de 2014, realizada em 17 de novembro de 2014 (cf. ata publicada no DOU, Seção 1, do dia 5 de dezembro de 2014, ps. 134/147).

O MINISTÉRIO PÚBLICO BRASILEIRO

O Ministério Público, segundo a Constituição Federal, é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, CF/1988). Abrange o Ministério Público da União (composto pelo Ministério Público da União, Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Militar e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios) e os Ministérios Públicos dos Estados. Com esse dispositivo, são 30 as Unidades Ministeriais:

NOME	SIGLA
Ministério Público Federal	MPF
Ministério Público do Trabalho	MPT
Ministério Público Militar	MPM
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios	MPDFT
Ministério Público do Estado do Acre	MP/AC
Ministério Público do Estado de Alagoas	MP/AL
Ministério Público do Estado do Amapá	MP/AP
Ministério Público do Estado do Amazonas	MP/AM
Ministério Público do Estado da Bahia	MP/BA
Ministério Público do Estado do Ceará	MP/CE
Ministério Público do Estado do Espírito Santo	MP/ES
Ministério Público do Estado de Goiás	MP/GO
Ministério Público do Estado do Maranhão	MP/MA
Ministério Público do Estado do Mato Grosso	MP/MT
Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul	MP/MS
Ministério Público do Estado de Minas Gerais	MP/MG
Ministério Público do Estado do Pará	MP/PA
Ministério Público do Estado da Paraíba	MP/PB
Ministério Público do Estado do Paraná	MP/PR
Ministério Público do Estado de Pernambuco	MP/PE
Ministério Público do Estado do Piauí	MP/PI
Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro	MP/RJ
Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte	MP/RN
Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul	MP/RS

Continua

Continuação

NOME	SIGLA
Ministério Público do Estado de Rondônia	MP/RO
Ministério Público do Estado de Roraima	MP/RR
Ministério Público do Estado de Santa Catarina	MP/SC
Ministério Público do Estado de São Paulo	MP/SP
Ministério Público do Estado de Sergipe	MP/SE
Ministério Público do Estado de Tocantins	MP/TO

Ainda de acordo com o texto constitucional (artigo 129, incisos I a IX, CF) são funções institucionais do Ministério Público:

- Promover, privativamente, a ação penal pública;
- Zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias à sua garantia;
- Promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;
- Promover ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos nesta Constituição;
- Defender judicialmente os direitos e os interesses das populações indígenas;
- Expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los;
- Exercer o controle externo da atividade policial;
- Requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicando os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais; e
- Exercer outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade, sendo-lhe vedada a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas.

A SITUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO PAÍS

De acordo com o art. 130-A, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, cabe ao CNMP elaborar relatório anual que, além de constar suas atividades, deve contemplar a situação do Ministério Público no País, podendo propor as providências que julgar necessárias.

Com esse propósito, anualmente, o CNMP publica o compêndio "Ministério Público: um retrato". A publicação traduz em números um diagnóstico da situação administrativa (gestão de pessoas, estrutural, tecnologia da informação e comunicação) e da atuação funcional (judicial e extrajudicial), de todas as Unidades Ministeriais, tornando-se um importante instrumento de

consolidação de dados, indicadores e planejamento institucional. As informações sistematizadas possibilitam um conhecimento amplo do trabalho desenvolvido pelo Ministério Público e, principalmente, atendem ao princípio da transparência e do acesso à informação, essenciais ao controle social sobre a Instituição.

A edição referente ao ano de 2015 está disponível no seguinte endereço eletrônico: http://www.cnmp.mp.br/portal_2015/images/MP_Um_retrato_WEB_FINAL.pdf.

O CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Organização interna

De acordo com o art. 3º do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público (RICNMP), os órgãos do CNMP são: o Plenário, a Presidência, a Corregedoria Nacional, os Conselheiros, as Comissões e a Ouvidoria Nacional.

Vinculados diretamente à Presidência funcionam: a Assessoria de Comunicação Social e Cerimonial, a Auditoria Interna e a Secretaria Geral. Esta última é composta por cinco secretarias: Secretaria de Administração, Secretaria de Gestão Estratégica, Secretaria de Planejamento Orçamentário, Secretaria Processual e Secretaria de Tecnologia da Informatização.

1. Plenário

O Plenário é a instância máxima deliberativa do CNMP. Para funcionar necessita da presença da maioria de seus integrantes, cujas atribuições estão previstas no art. 5º do Regimento Interno.

Em 2015, sua composição foi alterada devido ao final do mandato dos Conselheiros para o biênio 2013-2015. Assim, ingressaram como novos Conselheiros ao biênio 2015-2017: Gustavo do Vale Rocha (vaga da Câmara dos Deputados); Orlando Rochadel Moreira (vaga dos Ministérios Públicos dos Estados); Fábio Bastos Stica (vaga dos Ministérios Públicos dos Estados); Otávio Brito Lopes (vaga do Ministério Público do Trabalho); Sérgio Ricardo de Souza (vaga do Superior Tribunal de Justiça); e Valter Shuenquener de Araújo (vaga do Supremo Tribunal Federal).

Foram reconduzidos os Conselheiros: Antônio Pereira Duarte (vaga do Ministério Público Militar); Marcelo Ferra de Carvalho (vaga dos Ministérios Públicos dos Estados); Cláudio Henrique Portela do Rego (vaga do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios); Esdras Dantas de Souza (vaga da Ordem dos Advogados do Brasil); Walter de Agra Júnior (vaga da Ordem dos Advogados do Brasil); Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho (vaga do Senado Federal); e Fábio George Cruz da Nóbrega (vaga do Ministério Público Federal). Completa sua composição o presidente, Rodrigo Janot Monteiro de Barros, Procurador-Geral da República.

As sessões ordinárias de julgamentos são quinzenais, podendo ser convocada sessão extraordinária para deliberação específica. No corrente ano, foram realizadas 24 sessões ordinárias.

Principais julgados:

– Julgou parcialmente procedente o pedido de adicional de periculosidade, para recomendar aos Ministérios Públicos que realizem estudos no sentido de verificar o exercício de atividades em situação perigosa por parte de seus oficiais ou

detentores de cargo equivalente, com vistas à elaboração do pertinente projeto de lei para concessão da gratificação pelo exercício de suas atribuições em situações de risco (Processo ELO nº 1.00084/2015-66);

- Julgou procedente a impugnação ao vitaliciamento de membro do Ministério Público do Estado da Paraíba, determinando sua imediata exoneração (Processo CNMP n° 0.00.000.000535/2012-22);
- Determinou a aplicação da pena de advertência ao membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (Processo CNMP nº 0.00.000.000225/2014-70);
- Determinou a aplicação da pena de advertência ao membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso (Processo CNMP nº 0.00.000.000025/2015-06);
- Determinou a aplicação da pena de remoção compulsória ao membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (Processo CNMP nº 0.00.000.001785/2013-61);
- Determinou a aplicação da pena de censura ao membro do Ministério Público do Estado do Piauí (Processo CNMP nº 0.00.000.001281/2014-21);
- Determinou a aplicação da pena de censura ao membro do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, bem como multa de 1/10 do subsídio do membro processado (Processo CNMP nº 0.00.000.000989/2013-84);
- Determinou a aplicação das penas de censura e perda do cargo ao membro do Ministério Público do Estado do Maranhão (Processo CNMP nº 0.00.000.000294/2014-83);
- Determinou a aplicação das penas de censura e perda do cargo ao membro do Ministério Público do Estado do Maranhão (Processo CNMP nº 0.00.000.001690/2013-47);
- Determinou a aplicação da pena de censura ao membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (Processo CNMP nº 0.00.000.001652/2013-94);
- Determinou a aplicação da pena de advertência ao membro do Ministério Público do Estado do Espírito Santo (Processo CNMP nº 0.00.000.001328/2014-57);
- Determinou a aplicação da pena de advertência ao membro do Ministério Público do Estado da Paraíba (Processo CNMP nº 0.00.000.001618/2014-09);
- Determinou a aplicação da pena de advertência ao membro do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte (Processo CNMP nº 0.00.000.001291/2014-67);
- Determinou a instauração de sindicância em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de São Paulo (Processo CNMP nº 0.00.000.000164/2015-21);
- Determinou a instauração de processo administrativo disciplinar em desfavor de membro do Ministério Público do Estado da Bahia (Processo CNMP nº 0.00.000.000522/2014-15);
- Determinou a instauração de processo administrativo disciplinar em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Goiás (Processo CNMP nº 0.00.000.000288/2015-15);
- Determinou a instauração de reclamação disciplinar, no âmbito da Corregedoria Nacional, a fim de apurar a conduta de membros do Ministério Público do Estado de Santa Catarina (Processo CNMP nº 0.00.000.001576/2014-06);

- Aprovou a Resolução nº 131, que altera o artigo 1°, § 1°, inciso III, da Resolução CNMP n° 30/2008, para incluir hipótese proibitiva de indicação para exercício de função eleitoral de membro do Ministério Público (Processo CNMP nº 0.00.000.000542/2015-77);
- Aprovou a Resolução nº 130, que altera o parágrafo único do artigo 59 da Resolução CNMP n° 92/2013 – Regimento Interno (Processo CNMP nº 0.00.000.000135/2015-60);
- Aprovou a Resolução nº 129, que estabelece regras mínimas de atuação do Ministério Público no controle externo da investigação de morte decorrente de intervenção policial (Processo CNMP nº 0.00.000.000538/2015-17);
- Aprovou a Resolução nº 128, que dispõe sobre a adoção de videoconferência na instrução de processos e procedimentos disciplinares no âmbito do Ministério Público dos Estados (Processo CNMP nº 0.00.000.000860/2014-57);
- Aprovou a Resolução nº 127, que dispõe sobre a criação de Carteira de Identidade Especial para os Conselheiros do CNMP e a padronização da Carteira de Identidade de Membro do Ministério Público dos Estados (Processo CNMP nº 0.00.000.001568/2014-51);
- Aprovou a Resolução nº 126, que altera a Resolução CNMP n° 23/2007, regulamentando os art. 6°, inciso VII, e 7°, inciso I, da Lei Complementar n° 75/93 e os art. 25, inciso IV, e 26, inciso I, da Lei n° 8.625/93, disciplinando, no âmbito do Ministério Público, instauração e tramitação do inquérito civil (Processo CNMP nº 0.00.000.000356/2014-57);
- Aprovou a Resolução nº 125, que altera o art. 5º da Resolução nº 119, de 24 de fevereiro de 2015, que dispõe sobre o processo eletrônico de processamento de informações e prática de atos administrativos e processuais, denominado "Sistema ELO", e dá outras providências;
- Aprovou a Resolução nº 124, que institui o Diário Eletrônico do Conselho Nacional do Ministério Público (Processo CNMP nº 0.00.000.001102/2014-56);
- Aprovou a Resolução nº 123, que altera a Resolução CNMP n° 63/2010, para incluir as Tabelas Unificadas da área de gestão administrativa (Processo CNMP nº 0.00.000.000134/2015-15);
- Aprovou a Resolução nº 122, que cria a Comissão Temporária de Preservação da Memória Institucional do Ministério Público (Processo CNMP nº 0.00.000.001285/2014-18);
- Aprovou a Resolução nº 121, que altera a Resolução nº 20, de 28 de maio de 2007, que regulamenta o art. 9º da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e o art. 80 da Lei 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, disciplinando, no âmbito do Ministério Público, o controle externo da atividade policial (Processo CNMP nº 0.00.000.001438/2014-19);
- Aprovou a Resolução nº 120, que altera a Resolução nº 56/2010, que dispõe sobre a uniformização das inspeções em estabelecimentos penais pelos membros do Ministério Público (Processo CNMP nº 0.00.000.001437/2014-74);
- Aprovou a Resolução nº 119, que dispõe sobre o processo eletrônico no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público, instituindo o sistema eletrônico de processamento de informações e prática de atos administrativos e processuais, denominado Sistema ELO (Processo CNMP nº 0.00.000.001439/2014-63);
- Aprovou a Resolução nº 118, que dispõe sobre a Política Nacional de Incentivo à Autocomposição no âmbito do Ministério Público (Processo CNMP nº 0.00.000.000861/2014-00);

- Aprovou a Emenda Regimental nº 6, que altera o artigo 18, inciso V, da Resolução nº 92/2013, e cria os incisos XVII e XVIII, do mesmo artigo, para possibilitar a avocação *ex officio* pela Corregedoria Nacional de procedimentos disciplinares, com referendo do Plenário (Processo ELO nº 1.00213/2015-61);

- Aprovou a Emenda Regimental nº 5, que visa a alterar o Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, no tocante ao pedido de sustentação oral nas sessões deste Conselho (Processo CNMP nº 0.00.000.001106/2014-34);

- Aprovou a Emenda Regimental nº 4, que altera o art. 163, da Resolução nº 92/2013 (Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público), para explicitar que a resolução ali mencionada poderá veicular normas específicas ao processo eletrônico no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público (Processo CNMP nº 0.00.000.001440/2014-98);

- Aprovou a Recomendação nº 30, que dispõe sobre a atuação do Ministério Público na garantia da educação infantil (Processo CNMP nº 0.00.000.000539/2015-53);

- Aprovou a Recomendação nº 29, que dispõe sobre diretrizes de atuação dos membros do Ministério Público com a finalidade de evitar a entrada e a permanência de aparelhos celulares em unidades prisionais (Processo CNMP nº 0.00.000.000166/2015-11);

- Aprovou a Recomendação nº 28, que dispõe sobre a atuação dos membros do Ministério Público nas "audiências de custódia" (Processo CNMP nº 1.00266/2015-55);

- Aprovou a Recomendação nº 27, que visa recomendar a observância da Instrução Normativa nº 02/2008, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, nas contratações de serviços, continuados ou não, pelos órgãos do Ministério Público (Processo CNMP nº 0.00.000.001498/2014-31);

- Aprovou a Recomendação nº 26, que dispõe sobre a uniformização da atuação do Ministério Público no processo de elaboração e implementação dos Sistemas Estaduais e Municipais de Atendimento Socioeducativo, conforme disposto nas Leis Federais nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012 (Processo CNMP nº 0.00.000.000920/2014-31);

- Aprovou a Nota Técnica nº 6, que propõe a alteração do disposto no § 1º, art. 306, do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, referente ao Projeto de Lei do Senado nº 554, de 2011, propondo que seja estabelecido o prazo de 24 horas para apresentação física do preso à autoridade judicial, após efetivada sua prisão em flagrante (Processo CNMP nº 0.00.000.001622/2014-69);

- Aprovou a Nota Técnica nº 5, com manifestação contrária à PEC nº 42/2013, sendo, por outro lado, favorável à alteração do texto constitucional em que o Ministério Público de Contas seja plena e expressamente integrado ao regime constitucional previsto para o Ministério Público (Processo CNMP nº 0.00.000.000008/2014-80);

- Aprovou a Nota Técnica nº 4, sobre a necessidade de criação e instalação dos Comitês de Enfrentamento à Homofobia, que integram a estrutura do Sistema Nacional de Garantia dos Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT (Processo CNMP nº 0.00.000.001436/2014-20);

- Respondeu positivamente à Consulta feita pelo Ministério Público do Estado do Maranhão, no sentido de que todas as situações hipoteticamente descritas pelo *Parquet* maranhense estão, em tese, legalmente vedadas pela Resolução CNMP nº 37/2009 (Processo CNMP nº 0.00.000.001157/2014-66);

- Respondeu positivamente à Consulta feita pelo Ministério Público do Estado do Ceará, no sentido de que as normas estabelecidas pela Resolução CNMP nº 58/2010 são autoaplicáveis e devem ser observadas pelas unidades do Ministério Público na prática de seus atos de gestão, além de orientar a edição de seus atos normativos, exceto se contrariarem o disciplinado em suas respectivas Leis Orgânicas ou se houver peculiaridades locais que justifiquem algumas diferenças, desde que não afetem as linhas mestras da resolução do CNMP (Processo CNMP nº 0.00.000.001417/2014-01);
- Aprovou o relatório conclusivo da inspeção realizada no Ministério Público Federal no Estado do Paraná (Processo CNMP nº 0.00.000.001235/2014-22);
- Aprovou o relatório conclusivo da inspeção realizada no Ministério Público Militar no Estado do Paraná (Processo CNMP nº 0.00.000.001236/2014-77);
- Aprovou o relatório conclusivo da inspeção realizada no Ministério Público do Estado do Paraná (Processo CNMP nº 0.00.000.001237/2014-11);
- Aprovou o relatório conclusivo da inspeção realizada no Ministério Público do Trabalho no Estado do Paraná (Processo CNMP nº 0.00.000.001238/2014-66);
- Aprovou o relatório conclusivo da inspeção realizada no Ministério Público do Estado de Goiás (Processo CNMP nº 0.00.000.001441/2014-32);
- Aprovou o relatório conclusivo da inspeção realizada no Ministério Público Federal no Estado de Goiás (Processo CNMP nº 0.00.000.001442/2014-87);
- Aprovou o relatório conclusivo da inspeção realizada no Ministério Público do Trabalho no Estado de Goiás (Processo CNMP nº 0.00.000.001443/2014-21);
- Aprovou o relatório conclusivo da inspeção realizada no Ministério Público do Estado do Maranhão (Processo CNMP nº 0.00.000.001592/2014-91);
- Aprovou o relatório conclusivo da inspeção realizada no Ministério Público Federal no Estado do Maranhão (Processo CNMP nº 0.00.000.001593/2014-35);
- Aprovou o relatório conclusivo da inspeção realizada no Ministério Público do Trabalho no Estado do Maranhão (Processo CNMP nº 0.00.000.001594/2014-80);
- Aprovou o relatório da inspeção realizada no Ministério Público do Estado do Espírito Santo (Processo CNMP nº 0.00.000.001007/2014-52);
- Aprovou o relatório conclusivo da inspeção realizada no Ministério Público Federal no Estado do Espírito Santo (Processo CNMP nº 0.00.000.001008/2014-05);
- Aprovou o relatório conclusivo da inspeção realizada no Ministério Público do Trabalho no Estado do Espírito Santo (Processo CNMP nº 0.00.000.001009/2014-41);
- Aprovou o relatório conclusivo da inspeção realizada no Ministério Público Federal no Estado de Pernambuco – Procuradoria da República (Processo CNMP nº 0.00.000.000309/2014-11);
- Aprovou o relatório conclusivo da inspeção realizada no Ministério Público Federal no Estado de Pernambuco – Procuradoria Regional da República (Processo CNMP nº 0.00.000.000310/2014-38);

- Aprovou o relatório conclusivo da inspeção realizada no Ministério Público do Estado de Pernambuco (Processo CNMP nº 0.00.000.000371/2014-03);
- Aprovou o relatório conclusivo da inspeção realizada no Ministério Público do Trabalho no Estado de Pernambuco (Processo CNMP nº 0.00.000.000374/2014-39);
- Aprovou o relatório conclusivo da inspeção realizada no Ministério Público Militar no Estado de Pernambuco (Processo CNMP nº 0.00.000.000375/2014-83);
- Aprovou o relatório conclusivo da inspeção realizada no Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul (Processo CNMP nº 0.00.000.000622/2014-41);
- Aprovou o relatório conclusivo da inspeção realizada no Ministério Público Federal no Estado do Rio Grande do Sul – Procuradoria da República (Processo CNMP nº 0.00.000.000623/2014-96);
- Aprovou o relatório conclusivo da inspeção realizada no Ministério Público do Trabalho no Estado do Rio Grande do Sul (Processo CNMP nº 0.00.000.000624/2014-31);
- Aprovou o relatório conclusivo da inspeção realizada no Ministério Público Militar no Estado do Rio Grande do Sul (Processo CNMP nº 0.00.000.000625/2014-85);
- Aprovou o relatório conclusivo da inspeção realizada no Ministério Público Federal no Estado do Rio Grande do Sul – Procuradoria Regional da República (Processo CNMP nº 0.00.000.000650/2014-69);
- Aprovou o relatório conclusivo da inspeção realizada no Ministério Público do Estado de Sergipe (Processo CNMP nº 0.00.000.000132/2014-45);
- Aprovou o relatório conclusivo da inspeção realizada no Ministério Público Federal no Estado de Sergipe (Processo CNMP nº 0.00.000.000133/2014-90);
- Aprovou relatório conclusivo da inspeção realizada no Ministério Público do Trabalho no Estado de Sergipe (Processo CNMP nº 0.00.000.000134/2014-34);
- Emitiu parecer favorável à abertura de créditos adicionais solicitados pelo Ministério Público do Trabalho e pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (Processo ELO nº 1.00272/2015-85);
- Aprovou o Anteprojeto de Lei, relativo às propostas orçamentárias do Ministério Público Militar, Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Ministério Público do Trabalho e Escola Superior do Ministério Público da União (Processo ELO nº 1.00198/2015-60);
- Emitiu parecer favorável à aprovação da Proposta Orçamentária do Conselho Nacional do Ministério Público para o exercício financeiro de 2016 (Processos ELO nº 1.00115/2015-33 e nº 1.00180/2015-87);
- Emitiu parecer favorável à abertura de créditos suplementares ao Ministério Público do Trabalho, para aquisição do edifício-sede (Processo ELO nº 1.00014/2015-44);
- Julgou procedentes os pedidos, única e exclusivamente para reconhecer o direito ao pagamento doravante do reajuste de 13,23% ao vencimento básico dos servidores do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público, instituído pela Lei nº 10.698/2003, considerando a situação funcional atual do servidor, aplicada sobre as tabelas remuneratórias de dezembro de 2002, observada, em qualquer caso, a disponibilidade financeira e orçamentária para o

pagamento reconhecido (Processo CNMP nº 0.00.000.000419/2015-56 – Apensos: Processos nº 0.00.000.000467/2015-44 e 0.00.000.000471/2015-11); e

– Julgou parcialmente procedente pedido de providências, no sentido de recomendar aos Ministérios Públicos dos Estados de GO, MT, RN, AL, MA, PA, RO, BA, MG, TO, AM e ES que, mediante atos normativos internos, regulamentem o acesso, a operação e os procedimentos específicos de segurança e sigilo de sistemas de monitoramento, e para determinar o processamento regular da proposta que visa ao aperfeiçoamento da Resolução CNMP nº 36/2009 (Processo CNMP nº 0.00.000.001328/2012-95).

2. Presidência

Nos termos do art. 130-A, inciso I, da Constituição Federal, a Presidência do CNMP é exercida pelo Procurador-Geral da República e, em seus eventuais impedimentos e ausências, pelo Vice-Procurador-Geral da República ou pelo Corregedor Nacional do Ministério Público.

Os artigos 12 e 13 do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público (RICNMP), aprovado pela Resolução nº 92, de 13 de março de 2013, estabelecem as competências da Presidência da Instituição. Entre as competências ali previstas, destacam-se as seguintes: i) representar o Conselho; ii) presidir as sessões plenárias (fixadas no calendário anual, definido na Portaria CNMP-Presi nº 184, de 6 de outubro de 2014[2]); iii) ordenar as despesas, podendo delegar atos específicos ao Secretário-Geral; iv) executar e fazer executar as deliberações do Conselho; v) decidir as matérias relacionadas aos direitos e aos deveres dos servidores; vi) prover, na forma da lei, os cargos do quadro de pessoal; vii) definir a organização dos órgãos internos; viii) celebrar contratos e convênios; e ix) apreciar liminarmente, antes da distribuição, os requerimentos anônimos, sem formulação de pedido ou estranhos à competência do Conselho, entre outras.

Nesse contexto, o direcionamento da estratégia de gestão, a fixação de metas e objetivos organizacionais, o controle de recursos e a gestão dos resultados, bem como a indução de políticas institucionais para o fortalecimento e aprimoramento do Ministério Público, também integram o plexo de atribuições da Presidência.

Atualmente, a Presidência do CNMP é composta pelas seguintes unidades de apoio: Gabinete (CG/Presi); Assessoria de Segurança Institucional (Assi); Assessoria de Comunicação Social e Cerimonial (Ascom); Auditoria Interna (Audin); Assessoria de Articulação Institucional (Asai); e Unidade de Capacitação do Ministério Público (UCMP), em conformidade com o disposto na Portaria CNMP-Presi nº 204, de 15 de julho de 2013, e na Portaria CNMP-Presi nº 221, de 30 de julho de 2013.

Desde 17 de setembro de 2013, a Presidência do CNMP é exercida pelo Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot Monteiro de Barros, que tem como Vice-Presidente a Subprocuradora-Geral da República, Ela Wiecko Volkmer de Castilho.

No ano de 2015, a Presidência do CNMP expediu diversos atos normativos pertinentes à atividade finalística sob a forma de resoluções e emendas regimentais, além de recomendações e notas técnicas. Na área administrativa, também houve a atividade normativa pela expedição de portarias. Outros atos praticados pela Presidência se materializaram na celebração de termos de cooperação técnica, acordos e ofícios de informações para instrução de processos judiciais.

Durante o período de referência, temas de grande relevância para a atuação uniforme e eficiente do Ministério Público foram analisados pelo Conselho. Como resultado desse trabalho, foram aprovadas e publicadas, com fundamento no artigo 130-A, § 2º,

2 Alterada pelas Portarias CNMP-Presi nº 121, de 23 de setembro de 2015, e nº 201, de 3 de novembro de 2014.

inciso I, da Constituição Federal, e no art. 147 e seguintes do Regimento Interno, 14 Resoluções, quatro Emendas Regimentais, cinco Recomendações e um Enunciado, conforme demonstrado nos quadros a seguir:

RESOLUÇÃO	ASSUNTO	APROVAÇÃO	PUBLICAÇÃO
Resolução nº 118	Dispõe sobre a Política Nacional de Incentivo à Autocomposição no âmbito do Ministério Público e dá outras providências.	01/12/2014	DOU-1, de 27/01/2015, p. 48-49
Resolução nº 119	Dispõe sobre o processo eletrônico no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público. Instituiu o sistema eletrônico de processamento de informações e prática de atos administrativos e processuais denominado Sistema ELO, e dá outras providências.	24/02/2015	DOU-1 de 12/03/2015, p. 79-81
Resolução nº 120	Altera a Resolução nº 56, de 22/06/2010, sobre a uniformização das inspeções em estabelecimentos penais do Ministério Público.	24/02/2015	DOU-1 de 12/03/2015, p. 81
Resolução nº 121	Altera a Resolução nº 20, de 28/05/2007, que regulamenta o art. 9º da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e o art. 80 da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, disciplinando, no âmbito do Ministério Público, o controle externo da atividade policial.	10/03/2015	DOU-1 de 26/03/2015, p. 74.
Resolução nº 122	Dispõe sobre a criação da Comissão Temporária de Preservação da Memória Institucional do Ministério Público.	12/05/2015	DOU-1 de 29/05/2015, p. 143.
Resolução nº 123	Altera a Resolução nº 63, de 1º/12/2010, para incluir as Tabelas Unificadas na área de gestão administrativa.	12/05/2015	DOU-1 de 29/05/2015, p. 143.
Resolução nº 124	Institui o Diário Eletrônico do Conselho Nacional do Ministério Público e dá outras providências.	26/05/2015	DOU-1 de 17/06/2015, p. 70.
Resolução nº 125	Altera o art. 5º da Resolução nº 119, de 14/02/2015, que dispõe sobre o processo eletrônico do Conselho Nacional do Ministério Público. Instituiu o sistema eletrônico de processamento de informações e prática de atos administrativos e processuais denominado Sistema ELO, e dá outras providências	26/05/2015	DOU-1 de 25/06/2015, p. 53.
Resolução nº 126	Altera a Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, que regulamenta os artigos 6º, inciso VII, e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93, e os artigos 25, inciso IV, e 26, inciso I, da Lei nº 8.625/93, disciplinando, no âmbito do Ministério Público, a instauração e a tramitação do inquérito civil.	29/07/2015	DOU-1 de 19/08/2015, p. 81.
Resolução nº 127	Dispõe sobre a criação de Carteira de Identidade Especial para os Conselheiros do CNMP.	25/08/2015	DOU-1 de 15/10/2015, p. 100. DOU-1 de 15/10/2015, p. 87-88.

Continua

Continuação

RESOLUÇÃO	ASSUNTO	APROVAÇÃO	PUBLICAÇÃO
Resolução nº 128	Dispõe sobre a adoção de videoconferência na instrução de processos e procedimentos administrativos disciplinares no âmbito do CNMP.	22/09/2015	DOU-1 de 14/10/2015, p. 71.
Resolução nº 129	Estabelece regras mínimas de atuação do Ministério Público no controle externo da investigação de morte decorrente de intervenção policial.	22/09/2015	DOU-1 de 14/10/2015, p. 72.
Resolução nº 130	Altera o art. 59 da Resolução nº 92, de 13/03/2013, que estabelece o Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público.	22/09/2015	DOU-1 de 14/10/2015, p. 72.
Resolução nº 131	Altera o artigo 1º, § 1º, inciso III, da Resolução nº 30, de 19 de maio de 2008, para incluir hipótese proibitiva de indicação para exercício de função eleitoral de membro do Ministério Público.	22/09/2015	DOU-1 de 23/10/2015, p. 105.
Resolução nº 132	Altera o artigo 2º, *caput*, e § 1º da Resolução CNMP nº 73/2011, para permitir que membros do Ministério Público brasileiro possam exercer o magistério, cumulativamente com suas funções ministeriais, em municípios de sua comarca ou circunscrição de lotação.	22/09/2015	Diário Eletrônico do CNMP, caderno processual, de 20/11/2015, p. 1-2.
Resolução nº 133	Altera a Resolução nº 73/2011.	22/09/2015	Diário Eletrônico do CNMP, caderno processual, de 20/11/2015, p. 2.

EMENDA REGIMENTAL	ASSUNTO	APROVAÇÃO	PUBLICAÇÃO
Emenda Regimental nº 4	Revoga os incisos III e XX do § 1º do art. 37 e altera o art. 163 da Resolução nº 92, de 13/03/2013 (Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público), para explicitar que a resolução ali mencionada poderá veicular normas específicas para o processo eletrônico no âmbito do CNMP.	24/02/2015	DOU-1 de 12/03/2015, p. 81.
Emenda Regimental nº 5	Altera o § 1º do art. 54 do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público (Resolução nº 92, de 13/03/2013), para determinar que as inscrições para sustentação oral possam ser realizadas até duas horas antes do horário previsto para o início da sessão de julgamento.	22/09/2015	DOU-1 de 14/10/2015, p. 72.
Emenda Regimental nº 6	Altera o artigo 18, inciso V, da Resolução nº 92, de 13/03/2013 (Regimento Interno), e cria os incisos XVII e XVIII, do mesmo artigo, para possibilitar a avocação *ex officio* de procedimentos disciplinares pela Corregedoria Nacional, com referendo do Plenário.	22/09/2015	DOU-1 de 14/10/2015, p. 72.
Emenda Regimental nº 7	Altera os arts. 7º, 41, 42, 92, 151 e 163 do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público e acresce os arts. 163-A e 163-B.	13/10/2015	DOU-1 de 26/10/2015, p. 126.

RECOMENDAÇÃO	ASSUNTO	APROVAÇÃO	PUBLICAÇÃO
Recomendação nº 26	Dispõe sobre a uniformização da atuação do Ministério Público no processo de elaboração e implementação dos Sistemas Estaduais e Municipais de Atendimento Socioeducativo, conforme disposto nas Leis Federais nº 8.069/1990 e nº 12.594/2012.	28/01/2015	DOU-1, de 19/02/2015, p. 53
Recomendação nº 27	Dispõe sobre a observância da Instrução Normativa nº 2, de 30 de abril de 2008, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, nas contratações de serviços, continuados ou não, pelos órgãos do Ministério Público.	28/07/2015	DOU-1, de 17/08/2015, p. 63
Recomendação nº 28	Dispõe sobre a atuação dos membros do Ministério Público nas "audiências de custódia".	22/09/2015	DOU-1, de 14/10/2015, p. 73.
Recomendação nº 29	Dispõe sobre diretrizes de atuação dos membros do Ministério Público com a finalidade de evitar a entrada e a permanência de aparelhos celulares em unidades prisionais.	22/09/2015	DOU-1, de 23/10/2015, p. 104-105.
Recomendação nº 30	Dispõe sobre a atuação do Ministério Público na garantia à educação infantil.	22/09/2015	DOU-1, de 23/10/2015, p.105.

Destaca-se, ainda, a edição, no exercício de 2015, das portarias a seguir indicadas, visando à execução das normas estabelecidas pelo Regimento Interno, o cumprimento das deliberações do Plenário ou o disciplinamento, no âmbito interno, de matérias de competência da Presidência, conforme previsão do art. 12 do RICNMP:

PORTARIA	ASSUNTO	DATA	PUBLICAÇÃO
Portaria CNMP-Presi nº 16	Dispõe sobre a composição, a organização e o funcionamento do Fórum Nacional de Gestão do Ministério Público e de seus Comitês.	23/02/2015	DOU-1 de 23/02/2015, p. 165.
Portaria CNMP-Presi nº 28	Homologa decisão do Secretário-Geral do CNMP, que aprovou a proposta de desenvolvimento e implementação do Projeto Sistema de Registro de Mortes em Autos de Resistência.	09/03/2015	DOU-1 de 09/03/2015, p. 97.
Portaria CNMP-Presi nº 30	Cria grupo de trabalho, vinculado ao Comitê de Governança Corporativa e da Estratégia, para revisão de meta física da execução orçamentária e das metas e indicadores estratégicos definidos no Plano Estratégico do CNMP.	13/03/2015	DOU-2 de 16/03/2015, p. 62.
Portaria CNMP-Presi nº 32	Altera a Portaria nº 198, de 8 de julho de 2013, que institui programa destinado à prorrogação da licença-maternidade e licença adotante, no âmbito do CNMP.	18/03/2015	DOU-1 de 25/03/2015, p. 88.
Portaria CNMP-Presi nº 33	Regulamenta o pagamento da Gratificação de Projeto prevista no art. 14, da Lei nº 11.415, de 15 de dezembro de 2006, no âmbito do CNMP.	18/03/2015	DOU-1 de 20/03/2015, p. 92.

Continua

Continuação

PORTARIA	ASSUNTO	DATA	PUBLICAÇÃO
Portaria CNMP-Presi nº 34	Fixa o valor do auxílio-alimentação devido aos servidores do CNMP e dá outras providências.	26/03/2015	DOU-1 de 1º/4/2015, p. 117.
Portaria CNMP-Presi nº 35	Fixa o valor do benefício da assistência pré-escolar devido aos servidores do CNMP e dá outras providências.	26/03/2015	DOU-1 de 1º/4/2015, p. 117.
Portaria CNMP-Presi nº 42	Cria grupo de trabalho destinado a apresentar proposta de resolução para estabelecer regras mínimas de atuação do Ministério Público na investigação de mortes decorrentes de intervenção policial.	13/04/2015	DOU-2 de 15/04/2015, p. 53.
Portaria CNMP-Presi nº 43	Designa membros do Ministério Público brasileiro para atuarem, até 10 de setembro de 2015, como integrantes do Grupo de Trabalho de Combate à Violência Doméstica e Defesa dos Direitos Sexuais e Reprodutivos da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais.	14/04/2015	DOU-2 de 17/04/2015, p. 57.
Portaria CNMP-Presi nº 44	Designa membros do Ministério Público brasileiro para integrarem o Grupo de Trabalho de Combate à Corrupção, à Transparência e ao Orçamento Participativo da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais.	23/04/2015	DOU-2 de 27/04/2015, p. 64.
Portaria CNMP-Presi nº 50	Institui grupo de trabalho vinculado à Comissão de Planejamento Estratégico do CNMP, com o objetivo de avaliar e propor aprimoramentos aos anexos da Resolução CNMP nº 74, de 19 de julho de 2011.	28/04/2015	DOU-2 de 29/04/2015, p. 54.
Portaria CNMP-Presi nº 52	Altera a composição do Comitê Gestor Permanente do Portal da Transparência do Ministério Público.	30/04/2015	DOU-2 de 05/05/2015, p. 52.
Portaria CNMP-Presi nº 60	Institui o Programa de Gestão Ambiental Sustentável e a Comissão de Gestão Ambiental Sustentável do CNMP.	18/05/2015	DOU-1 de 19/05/2015, p. 59.
Portaria CNMP-Presi nº 63	Regulamenta, na área finalística do CNMP, o processo eletrônico e a utilização do Sistema de Processamento de Informações e de Prática de Atos Processuais – Sistema ELO.	26/05/2015	DOU-1 de 27/05/2015, p. 109.
Portaria CNMP-Presi nº 69	Designa integrantes para o Grupo de Trabalho de Defesa do Consumidor, da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais.	16/06/2015	DOU-2 de 18/06/2015, p. 58.
Portaria CNMP-Presi nº 78	Dispõe sobre o Plano de Incentivo ao Estudo de Idioma Estrangeiro – PLI, do CNMP.	09/07/2015	Boletim de Serviço nº 13 – 1ª quinzena de julho de 2015.
Portaria CNMP-Presi nº 86	Divulga as alterações promovidas nos formulários referentes aos relatórios de inspeções nas Unidades de Cumprimento de Medidas Socioeducativas, pela Comissão da Infância e Juventude.	17/08/2015	DOU-1 de 24/08/2015, p. 68-71.

Continua

Continuação

PORTARIA	ASSUNTO	DATA	PUBLICAÇÃO
Portaria CNMP-Presi nº 94	Autoriza a implantação das funcionalidades do Sistema ELO previstas nos incisos II, III e IV do artigo 47 da Portaria CNMP-Presi nº 63, de 26 de maio de 2015, e dá outras providências.	28/08/2015	DOU-1 de 31/08/2015, p. 150.
Portaria CNMP-Presi nº 101	Altera a Portaria CNMP-Presi nº 70, de 2014, para dispor sobre o Fórum Nacional de Recursos Hídricos e Fórum Nacional de Combate à Corrupção.	09/09/2015	DOU-1 de 14/09/2015, p. 60.
Portaria CNMP-Presi nº 102	Designa membros do Ministério Público brasileiro para atuarem no Grupo de Trabalho de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais.	10/09/2015	DOU-2 de 14/09/2015, p. 60.
Portaria CNMP-Presi nº 103	Designa membros do Ministério Público brasileiro para atuarem no Grupo de Trabalho de Enfrentamento ao Racismo e Respeito à Diversidade Étnica e Cultural, da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais.	10/09/2015	DOU-2 de 14/09/2015, p. 60.
Portaria CNMP-Presi nº 106	Designa membros do Ministério Público brasileiro para atuarem no Grupo de Trabalho de Pessoas em Situação de Rua, Desaparecidas e Submetidas ao Tráfico, da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais.	10/09/2015	DOU-2 de 14/09/2015, p. 60.
Portaria CNMP-Presi nº 114	Designa membros do Ministério Público brasileiro para atuarem no Grupo de Trabalho de Defesa dos Direitos à Educação, da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais.	14/09/2015	DOU-2 de 16/09/2015, p. 51.
Portaria CNMP-Presi nº 115	Designa comissão para desenvolver e implementar a segunda fase do Sistema de Processamento de Informações e de Prática de Atos Processuais – Sistema ELO.	18/09/2015	Boletim de Serviço nº 18 – 2ª quinzena de setembro de 2015.
Portaria CNMP-Presi nº 117	Designa membros do Ministério Público brasileiro para atuarem como integrantes do Grupo de Trabalho de Combate à Violência Doméstica e Defesa dos Direitos Sexuais e Reprodutivos (GT-6), da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais.	18/09/2015	DOU-2 de 23/09/2015, p. 48.
Portaria CNMP-Presi nº 118	Designa membros do Ministério Público brasileiro para atuarem como integrantes do Grupo de Trabalho de Pessoas em Situação de Rua, Desaparecidas e Submetidas ao Tráfico (GT-5), da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais.	18/09/2015	DOU-2 de 23/09/2015, p. 48.
Portaria CNMP-Presi nº 119	Estabelece normas e procedimentos para publicação de atos oficiais do Conselho Nacional do Ministério Público, regulamenta a Resolução nº 124, de 26 de maio de 2015, que instituiu o Diário Eletrônico, e dá outras providências.	22/09/2015	DOU-1 de 24/09/2015, p. 99.

Continua

Continuação

PORTARIA	ASSUNTO	DATA	PUBLICAÇÃO
Portaria CNMP-Presi nº 121	Institui o calendário de sessões ordinárias do Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público para o exercício de 2016.	23/09/2015	DOU-1 de 25/09/2015, p.101.
Portaria CNMP-Presi nº 129	Designa membros do Ministério Público brasileiro para, sem prejuízo de suas atribuições no órgão de origem, integrarem o Fórum Nacional de Recursos Hídricos, vinculados à Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais.	07/10/2015	DOU-2 de 13/10/2015, p. 58.
Portaria CNMP-Presi nº 130	Altera a Portaria CNMP-Presi nº 212, de 26 de julho de 2013, que instituiu, no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público, o Comitê Gestor Nacional das Tabelas Unificadas.	08/10/2015	DOU-2 de 13/10/2015, p. 58.
Portaria CNMP-Presi nº 131	Regulamenta as consignações, a favor de terceiros, na folha de pagamento do Conselho Nacional do Ministério Público, e dá outras providências.	13/10/2015	DOU-1 de 14/10/2015, p. 70.
Portaria CNMP-Presi nº 136	Dispõe sobre os indicadores estratégicos do Planejamento Estratégico do CNMP e respectivos responsáveis pela coleta e pelo desempenho.	26/10/2015	DOU-2 de 21/10/2015, p. 50.
Portaria CNMP-Presi nº 140	Institui grupo de trabalho, em caráter temporário, pelo período de seis meses, no âmbito da Comissão Temporária de Memória do CNMP.	05/11/2015	Diário Eletrônico de 05/11/2015.

Em 2015, o Conselho, com fulcro no artigo 37, § 1º, inciso V, do Regimento Interno, expediu as seguintes notas técnicas, consolidando entendimento sobre assuntos relacionados à atividade do Ministério Público brasileiro:

NOTA TÉCNICA	ASSUNTO	APROVAÇÃO	PUBLICAÇÃO
Nota Técnica nº 4	Dispõe sobre a necessidade de criação e instalação dos Comitês de Enfrentamento à Homofobia, que integram a estrutura do Sistema Nacional de Garantia dos Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT.	28/01/2015	DOU-1 de 19/02/2015, p. 53.
Nota Técnica nº 5	Dispõe sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 42/2013.	28/01/2015	DOU-1 de 25/02/2015, p. 166.
Nota Técnica nº 6	Dispõe sobre o Projeto de Lei do Senado nº 554, de 2011, que estabelece a pronta apresentação do preso à autoridade judicial no prazo máximo de 24 horas, após efetivada a prisão.	24/08/2015	DOU-1 de 23/09/2015, p. 53-54.

Os acordos de cooperação constantes da planilha a seguir, firmados pela Presidência do CNMP no exercício de 2015, com fulcro no artigo 12, inciso XXIV, do RICNMP, representam o esforço da Instituição em fortalecer parcerias que possam contribuir com o aprimoramento do Sistema de Justiça e disponibilizar ferramentas para a atuação de membros do Ministério Público:

CONVENENTES	ASSUNTO	ASSINATURA	PUBLICAÇÃO	VIGÊNCIA
Conselho Nacional do Ministério Público, Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Ministério da Justiça (MJ), Advocacia Geral da União (AGU-PR), Controladoria Geral da União (CGU-PR) e Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)	Acordo de cooperação técnica que tem por objeto instituir grupo de trabalho encarregado de elaborar, propor e incentivar a adoção de medidas institucionais voltadas à agilização de processos judiciais, procedimentos administrativos e demais procedimentos apuratórios relacionados à prática de ilícitos contra o patrimônio público, visando ao enfrentamento à corrupção e à impunidade, por um Brasil melhor.	25/03/2015	DOU-3 de 30/03/2015, p. 84.	O grupo de trabalho apresentará o relatório no prazo de 60 dias, prorrogável por igual período, a contar da data da publicação.
Conselho Nacional do Ministério Público, Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário (Funpresp-JUD) e Ministério Público da União (MPU)	Protocolo de Compromisso que tem por objetivo formalizar o critério de atualização, o prazo e a natureza da compensação do aporte inicial, realizado a título de contribuições futuras, nos termos do art. 25 da Lei nº 12.618/2012, preservada a isonomia e a proporcionalidade do aporte realizado por cada um dos órgãos patrocinadores.	05/05/2015	DOU-3 de 18/05/2015, p. 142.	Até que seja finalizada a compensação prevista na Cláusula Segunda do Protocolo.
Conselho Nacional do Ministério Público e Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea)	Acordo de cooperação que tem como objeto a parceria para ações de interesse mútuo visando: a) ao aperfeiçoamento e à atualização dos profissionais de engenharia, membros e servidores do CNMP para o desenvolvimento de competências relacionadas às exigências de acessibilidade previstas na legislação brasileira; e b) à implementação de ações complementares, tais como a realização de vistorias ou emissão de relatórios referentes à área de atuação do CONFEA, cuja finalidade é assegurar a observância das regras de acessibilidade previstas na legislação brasileira.	12/05/2015	DOU-3 de 13/5/2015, p. 149.	Cinco anos, podendo ser alterada de acordo com o interesse mútuo dos partícipes, mediante termo aditivo, desde que não haja alteração de seu objeto.

Continua

Continuação

CONVENENTES	ASSUNTO	ASSINATURA	PUBLICAÇÃO	VIGÊNCIA
Conselho Nacional do Ministério Público e Tribunal de Contas da União (TCU)	Acordo de cooperação que tem por objeto estabelecer o intercâmbio de experiências, informações e tecnologias, visando à capacitação, ao aperfeiçoamento e à especialização técnica de recursos humanos, ao desenvolvimento institucional e da gestão pública, mediante a implementação de ações conjuntas ou de apoio mútuo e de atividades complementares de interesse comum.	12/05/2015	DOU-3 de 14/05/2015, p. 128.	Vinte e quatro meses, a contar de sua publicação no Diário Oficial da União, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo.
Conselho Nacional do Ministério Público e Ministério Público do Estado de Goiás (MP/GO)	Acordo de cooperação que tem por objeto a cessão, com ônus para o CNMP, de servidor pertencente ao quadro permanente do MP/GO, para o exercício de função de confiança/cargo em comissão no âmbito do CNMP.	01/09/2015	DOU-3 de 29/09/2015, p. 230.	Doze meses, contados da data de assinatura, sendo permitida prorrogação, limitado ao prazo de 60 meses.

No âmbito interno, foram arquivados, sumariamente, pela Presidência, cerca de 30 expedientes, com fundamento no artigo 12, inciso XXX, do RICNMP.

Prestou informações em 14 ações instauradas contra atos praticados pelo Conselho Nacional no exercício de sua atividade finalística, conforme relacionado a seguir:

AÇÃO	JUÍZO	RÉU(S) OU INTERESSADO(S)	PROCESSO NO CNMP
MS 33.410	STF	CNMP	0.00.000.001194/2014-74
MS 33.324	STF	CNMP	0.00.000.001160/2014-80
MS 32.216	STF	CNMP	0.00.000.000436/2011-60
MS 32.194	STF	CNMP	0.00.000.000436/2011-60
MS 32.215	STF	CNMP	0.00.000.000436/2011-60
MS 32.741	STF	CNMP	0.00.000.001532/2010-44
MS 33.654	STF	CNMP	0.00.000.001000/2012-79
MS 33.578	STF	CNMP	0.00.000.001571/2013-94
MS 33.100	STF	CNMP	0.00.000.001523/2012-12
MS 33.686	STF	CNMP	0.00.000.001785/2013-61
MS 28.810	STF	CNMP	0.00.000.000118/2008-01

Continua

Continuação

AÇÃO	JUÍZO	RÉU(S) OU INTERESSADO(S)	PROCESSO NO CNMP
ADI 5.315	STF	CNMP	Resolução CNMP nº 36/2009
MS 33.799	STF	CNMP	0.00.000.000143/2015-14
MS 33.847	STF	CNMP	0.00.000.000337/2015-10

2.1 Assessoria de Comunicação Social e Cerimonial

A Assessoria de Comunicação Social e Cerimonial tem por objetivo: i) propor, executar e administrar a Política de Comunicação Social do CNMP; ii) planejar, coordenar, orientar, supervisionar e executar as atividades de Comunicação Social do Conselho, inclusive quanto à Assessoria de Imprensa e de Jornalismo, ao Cerimonial e ao Protocolo, à Comunicação Digital, à Publicidade Institucional e de utilidade pública e à Comunicação Interna; e iii) promover a integração, o diálogo, a articulação e o intercâmbio de experiências entre as áreas de Comunicação Social do Ministério Público brasileiro.

Principais realizações:

- Coordenou a Sala de Comunicação e Relacionamento no 6º Congresso Brasileiro de Gestão do Ministério Público;
- Apresentou e conduziu palestra no painel "Redes Sociais: a experiência do CNMP quanto à elaboração e à execução de uma política digital", durante o Encontro Nacional de Assessores de Comunicação da Associação Nacional de Membros do Ministério Público (Conamp);
- Criou minuta recomendativa para a Política Nacional de Comunicação, resultado de alinhamento pelo Comitê de Políticas de Comunicação Social (CPCom) no Fórum Nacional de Gestão (FNG) e apresentado ao Plenário do CNMP;
- Criou e lançou a pesquisa de opinião para membros "Diagnóstico dos Membros do Ministério Público sobre o papel da comunicação do MP";
- Elaborou proposta de Indicadores Nacionais de Comunicação para validação do CPCom;
- O Núcleo de Cerimonial atuou em 42 eventos internos e externos promovidos pelo CNMP, resultando em maior integração e articulação estratégica entre as unidades do MP brasileiro;
- Apoiou a organização do 6º Congresso Brasileiro de Gestão do Ministério Público, evento de alta complexidade realizado pelo CNMP e que reúne cerca de 700 participantes por ano;
- Apoiou a organização da 3ª edição do Prêmio CNMP, evento anual que premia os projetos que mais se destacaram no MP brasileiro;
- O Núcleo de Divulgação Institucional lançou 18 publicações, sendo responsável pela revisão de texto, projeto gráfico, diagramação e impressão do material. Destaques para o anuário "MP: Um Retrato", marco de transparência do MP, a 5ª edição da Revista do CNMP e o novo Manual do Portal da Transparência do Ministério Público;
- Planejou, concebeu, elaborou, executou e monitorou a campanha nacional "João Cidadão" com criação de personagem, *hotsite*, *spots* para rádio, anúncios de jornal e revista. Além disso, criação de página no *Facebook* do personagem com conteúdo exclusivo, que já alcançou mais de um milhão de usuários e possui 80 mil seguidores;

- Atuou no aprimoramento da divulgação do Congresso Brasileiro de Gestão do MP, na divulgação do Prêmio CNMP e na criação de identidades visuais alinhadas às necessidades desses eventos de alta complexidade. Resultou no aumento do número de participantes e inscrições de projetos no Banco Nacional de Projetos;
- Produziu 22 edições do informativo "Direto do CNMP", boletim quinzenal que veicula as notícias sobre as atividades do Conselho e que é enviado para mais de 40 mil pessoas em todo o Brasil;
- Prestou 220 atendimentos à imprensa, que resultaram em 7.128 matérias relativas ao CNMP publicadas em veículos de imprensa. Um aumento significativo quando comparado ao ano anterior (5.628 notícias); e
- Produziu 463 notícias pela equipe de Jornalismo, publicadas no portal do CNMP.

2.2 Auditoria Interna

A Auditoria Interna é o setor responsável pela promoção do controle da legalidade, legitimidade e avaliação dos resultados quanto à eficácia, à eficiência e à efetividade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do CNMP, tendo como missão fortalecer e assessorar a direção do órgão, buscando agregar valor à gestão segundo os princípios constitucionais e legais.

Principais realizações:

- Executou trabalhos de auditoria de campo, relativos à gestão administrativa do CNMP, tais como: i) auditoria de convênio e termos de cooperação; ii) auditoria de TI; iii) auditoria de gestão de pessoas; iv) auditoria contábil; v) auditoria de acessibilidade; vi) auditoria de acompanhamento da Lei Orçamentária (LOA); e vii) auditoria de controles internos e indicadores;
- Elaborou o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) em obediência à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF);
- Forneceu suporte operacional às inspeções da Corregedoria Nacional na parte das auditorias administrativas e emissão de relatórios;
- Implementou o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (Paint) 2015;
- Emitiu pareceres e notas técnicas demandados pela Secretaria Geral do CNMP e demais Secretarias;
- Emitiu notas técnicas quanto à legalidade dos atos de admissão e desligamento de pessoal;
- Acompanhou as recomendações de relatórios de auditoria anteriores por meio do Plano de Providências;
- Atuou no processo de contas ordinárias por meio da emissão de relatório, certificado e parecer do dirigente do órgão de controle interno;
- Realizou o acompanhamento interno das determinações/recomendações do TCU;
- Finalizou a elaboração do Manual de Auditoria Interna no âmbito da Audin; e
- Iniciou de trabalhos de auditoria, relativos à gestão administrativa do CNMP, tais como: auditoria de licitações e contratos e auditoria de folha de pagamento.

3. Corregedoria Nacional do Ministério Público

A função de Corregedor Nacional do Ministério Público, atualmente, é exercida pelo Promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Cláudio Henrique Portela do Rego, eleito na 15ª Sessão Ordinária de 2015 do Conselho Nacional do Ministério Público, para um mandato de dois anos. Suas atribuições estão previstas no § 3º, art. 130-A, da Constituição Federal, e regulamentadas pelo artigo 18 do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, cabendo-lhe, entre outras competências, o exercício da atividade investigativa e preparatória do poder disciplinar do CNMP e a atividade executiva de inspeção e correição geral.

3.1 Atuação Disciplinar e Executiva de Inspeção e Correição

Autuação processual

CLASSE PROCESSUAL	QUANTIDADE
Reclamação Disciplinar	410
Sindicância	3
Avocação	1
Inspeção	15
TOTAL	**429**

Inspeções realizadas

ESTADO	UNIDADES VISITADAS	RAMO	TOTAL DE ÓRGÃOS VISITADOS
Ceará	Corregedoria Geral do MP/CE	Ministério Público do Estado	1
Espírito Santo	3ª Promotoria de Justiça Cível de Vitória/ES	Ministério Público do Estado	1
Amapá	Geral	Ministério Público do Estado	66
Amapá	Geral	Ministério Público Federal	6
Amapá	Geral	Ministério Público do Trabalho	3
Goiás	14ª, 16ª, 33ª, 48ª, 54ª e 62ª Promotorias de Justiça	Ministério Público do Estado	6
TOTAL			**83**

3.2 Acompanhamento de Resoluções do CNMP

RESOLUÇÃO	DESCRIÇÃO	SITUAÇÃO
Resolução nº 36/2009	Dispõe sobre o pedido e a utilização de interceptações telefônicas e telemáticas no âmbito do Ministério Público, cabendo à Corregedoria Nacional receber informações sobre o quantitativo mensal de interceptações em cada Unidade.	Acompanhamento mensal por meio do sistema CNMP-Ind.
Resolução nº 43/2009	Institui a obrigatoriedade da realização de inspeções e correições no Ministério Público dos Estados e da União, ficando a Corregedoria Nacional responsável por receber os calendários anuais e os relatórios de tais atividades para análise dos trabalhos executados.	Calendários e relatórios de 2015 em análise.
Resolução nº 73/2011	Dispõe sobre o acúmulo do exercício das funções ministeriais com o exercício de magistério por membros do Ministério Público da União e dos Estados. A Corregedoria Nacional deve ser comunicada anualmente sobre a relação de membros de cada Unidade que exercem atividades de docência.	Dados de 2015 em recebimento e análise.
Resolução nº 78/2011	Institui o Cadastro de Membros do Ministério Público. A Corregedoria Nacional, em conjunto com as Corregedorias Gerais, será responsável por administrar esse sistema, além de participar de seu desenvolvimento e disponibilização.	Dados básicos inseridos. Início do *webservice* em ambiente de produção.

3.3 Tabelas Unificadas

As Tabelas Unificadas foram instituídas por meio da Resolução CNMP nº 63, de 1º de dezembro de 2010, e têm como objetivo a padronização e a uniformização taxonômica e terminológica de todas as atividades das unidades do Ministério Público, em todas as vertentes, no intuito de se extrair dados estatísticos mais detalhados e precisos de cada uma das unidades dos Ministérios Públicos da União e dos Estados para a produção de diagnósticos e estudos essenciais à gestão estratégica da instituição, em nível nacional.

Com a publicação da Portaria CNMP-Presi nº 101, de 9 de setembro de 2015, que alterou o art. 6º, parágrafo único, da Portaria CNMP-Presi nº 70, de 27 de março de 2014, o Comitê Gestor Nacional das Tabelas Unificadas (CGNTU), antes vinculado à Comissão de Planejamento Estratégico (CPE), ficou vinculado à Corregedoria Nacional do Ministério Público.

Em 2015, foi publicada a Portaria CNMP-Presi nº 123, de 12 de maio de 2015, que institui as Tabelas Unificadas de Gestão Administrativa, obrigando as 30 unidades do Ministério Público brasileiro a implementar as codificações até 14 de novembro de 2016.

O plano de ação 2015 das Tabelas Unificadas deu continuidade ao plano traçado em 2014, aprofundando a compreensão dos usuários finais acerca das Tabelas Unificadas e facilitando a implementação das Tabelas Unificadas de Gestão Administrativa para a área-meio do Ministério Público.

Nesse sentido, as reuniões do Comitê Gestor Nacional das Tabelas Unificadas (CGNTU) tiveram a importância de deliberar sobre sugestões e itens apresentados pelos grupos gestores locais, criar um Grupo de Trabalho de Estatísticos para avaliar os anexos da Resolução CNMP nº 74/2011, com vistas a aperfeiçoar a cobrança de informações por parte das unidades do Ministério

Público brasileiro, firmando-se entendimento sobre a posição dos itens das Tabelas Unificadas de Gestão Administrativa dentro do sistema geral das Tabelas Unificadas.

Criado pela Portaria CNMP-Presi n° 50, de 28 de abril de 2015, o Grupo de Trabalho de Estatísticos foi composto por servidores e membros das áreas de estatística e de gestão das unidades do CNMP, MP/SC, MPT, MP/PE, MP/RS, MP/AP, MPM, MP/AC, MP/MT. O relatório final, apresentado em 1° de agosto, sugeriu ao CGNTU alterações nos anexos da Resolução CNMP n° 74, de 2011.

Em 14 de agosto, foi lançada a versão 2015 das Tabelas Unificadas, contendo os itens das Tabelas Unificadas de Gestão Administrativa.

Principais realizações:

- Realizou quatro reuniões do Comitê Gestor das Tabelas Unificadas, em Brasília/DF, no dia 18 de março, Porto Velho/RO, nos dias 14 e 15 de maio, no Rio de Janeiro/RJ, nos dias 1° e 2 de julho, e em Goiânia/GO, nos dias 11 e 12 de novembro;
- Realizou quatro cursos de capacitação em Tabelas Unificadas. Nos dias 15 e 16 de julho, no Ministério Público do Estado do Espírito Santo; nos dias 6 e 7 de agosto, no Ministério Público do Estado da Bahia; nos dias 17 e 18 de agosto, no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e nos dias 19 a 21 e outubro, no Ministério Público do Estado de Minas Gerais;
- Realizou duas reuniões do Grupo de Trabalho de Estatísticos, na sede do CNMP, em Brasília/DF, nos dias 12 de maio e 16 de junho;
- Realizou duas reuniões com o Comitê Gestor da Numeração Única e das Tabelas Processuais Unificadas do Poder Judiciário - Conselho Nacional de Justiça (CNJ), na sede do CNMP, no dia 3 de agosto, e na sede do CNJ, em 13 de agosto; e
- Criou o Grupo de Trabalho para a elaboração de curso de capacitação e manual das Tabelas Unificadas de Gestão Administrativa.

4. Comissões

As Comissões Permanentes e Temporárias são órgãos do CNMP criados com o fim de permitir o aprofundamento de temas de relevância para o Ministério Público e o desenvolvimento de atividades específicas consideradas de interesse do Conselho. As Comissões são espaços institucionais voltados à discussão e ao estudo dos temas afetos ao aperfeiçoamento da atuação do Ministério Público junto à sociedade. Tratam-se de órgãos especializados em áreas temáticas, que buscam promover a integração do Conselho a outras instâncias administrativas e à sociedade em geral, viabilizar o aprofundamento das matérias discutidas em Plenário e ampliar os canais de comunicação institucional participativos.

As Comissões Permanentes estão previstas no art. 31 do RICNMP e são as seguintes: i) Comissão de Controle Administrativo e Financeiro; ii) Comissão da Infância e Juventude; iii) Comissão de Preservação da Autonomia do Ministério Público; iv) Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública; v) Comissão de Planejamento Estratégico; vi) Comissão de Acompanhamento Legislativo e Jurisprudência; e vii) Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais.

As Comissões Temporárias são instituídas conforme previsto no art. 30, § 2º, do RICNMP. No ano de 2015, houve a constituição da Comissão Temporária da Memória Institucional do Ministério Público.

4.1 Comissão de Controle Administrativo e Financeiro

A Comissão de Controle Administrativo e Financeiro (CCAF) está prevista no artigo 31, inciso I, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério, e possui como principal atribuição providenciar estudos de temas e atividades relacionadas ao papel constitucional do CNMP como órgão nacional de controle, nas atuações administrativa e financeira de todos os órgãos integrantes do Ministério Público brasileiro.

Do mesmo modo, devido à pertinência temática, a CCAF tem atuado como instância preliminar de apuração de fatos que possam ensejar a instauração de procedimentos de controle de competência do Plenário, agregando aos seus predicados regimentais de esfera de estudos voltados a normatizações de caráter genérico, características de órgão fracionário que aprecia e relata processos a serem julgados pelo Pleno.

A CCAF tem por linha de atuação o estudo e a implementação de ações voltadas à correção e à prevenção de deficiências de gerenciamento dos recursos materiais e humanos da Administração Pública Ministerial. A atuação da Comissão norteia-se pela intenção de tornar viáveis as condições necessárias à implementação de uma gestão pública de excelência no âmbito do Ministério Público.

Assim, a CCAF atua na divulgação e na orientação das decisões administrativas e judiciais em matéria administrativa financeira e monitora o cumprimento da Lei de Acesso à Informação por meio da avaliação do Portal da Transparência de todas as unidades vinculadas ao CNMP.

Principais realizações:

- Realizou a análise da Fiscalização de Orientação Centralizada (FOC), realizada pelo TCU em 20 órgãos e entidades da administração pública federal (Processo TC 017.599/2014-8);
- Realizou a análise técnica do Processo CNMP nº 1803/2014-95, que trata do acompanhamento de conclusão de relatório da Corregedoria Nacional em relação aos futuros projetos básicos e obras a serem realizadas pelo MPE/TO;
- Elaborou minuta de Termo de Cooperação Técnica a ser firmado entre o CNMP e o TCU com o objetivo de promover o intercâmbio de informações e a cooperação técnico-científica para a capacitação de recursos humanos;
- Publicou o Novo Manual do Portal da Transparência do Ministério Público brasileiro, que inclui também a verificação da Resolução CNMP nº 89, de 28 de agosto de 2012, relativa à área finalística das Unidades Ministeriais, planejamento estratégico e serviço de informação ao cidadão (SIC); e
- Acompanhou o cumprimento, por parte das unidades do Ministério Público brasileiro, da Resolução CNMP nº 86, de 21 de março de 2012, que trata do "Portal da Transparência do MP" (PIC nº 869/2014-68).

Classificação das Unidades do Ministério Público brasileiro quanto à avaliação dos critérios de transparência - Transparentômetro

COLOCAÇÃO	UNIDADE	COLOCAÇÃO	UNIDADE	COLOCAÇÃO	UNIDADE
1º	MP/MS	11º	MP/RJ	21º	MP/PE
2º	MP/SE	12º	MP/AM	22º	MP/BA
3º	MP/SC	13º	MP/CE	23º	MP/PA
4º	MPM	14º	MP/MG	24º	MP/AP
5º	CNMP	15º	MP/PI	25º	MP/MA
6º	MP/ES	16º	MP/RR	26º	MPDFT
7º	MP/MT	17º	MP/SP	27º	MP/PB
8º	MP/TO	18º	MP/PR	28º	MPT
9º	MP/GO	19º	MP/RO	29º	MP/AC
10º	MPF	20º	MP/RN	30º	MP/RS
				31º	MP/AL

Fonte: CCAF – outubro de 2015.

- Realizou encontro regional com as áreas de controle interno das Unidades do Ministério Público das regiões Centro-Oeste e Sul, na sede do CNMP em Brasília/DF;
- Elaborou minuta de proposta de resolução apresentada ao Plenário do CNMP, que trata da criação, organização e padronização dos órgãos de controle interno do Ministério Público; e
- Prestou informações às Unidades do MP sobre a implementação do Novo Manual do Portal da Transparência do MP.

4.2 Comissão da Infância e Juventude

À Comissão da Infância e Juventude (CIJ) compete contribuir para o aperfeiçoamento constante da atuação do Ministério Público brasileiro na defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, que, conforme previsão constitucional (art. 227), têm prioridade absoluta. Para realizar esse intento, a CIJ procura priorizar ações em cinco grandes áreas, quais sejam: i) sistema socioeducativo; ii) convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes; iii) erradicação do trabalho infantil; iv) enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes; e v) saúde mental de crianças e adolescentes.

Principais realizações:

- Planejou e executou cursos sobre "Diálogos e Mediação de Conflitos para Educadores", destinados aos profissionais de educação em dez Estados, escolhidos prioritariamente entre aqueles que possuem municípios entre os 100 mais violentos contra o jovem, conforme o Mapa da Violência;
- Realizou visitas técnicas nas unidades de atendimento socioeducativo nos Estados do Amazonas (20 a 23 de janeiro), Ceará (9 e 13 de março e 23 a 26 de novembro), Minas Gerais (9 e 11 de setembro), Paraíba (26 e 28 de agosto), Rio Grande do Sul (4 a 6 de fevereiro), Rio Grande do Norte (28 de setembro e 2 de outubro) e São Paulo (24 a 26 de fevereiro), para avaliação da forma de execução das medidas socioeducativas de internação e semiliberdade;

- Realizou a Ação Estratégica Nacional em Defesa da Educação Inclusiva, nos dias 15 e 16 de abril de 2015, com a construção de projeto nacional de atuação do Ministério Público para a defesa da educação inclusiva e fomento da articulação com órgãos ligados à defesa dos direitos das pessoas com deficiência;
- Realizou a segunda etapa da Ação Estratégica Nacional sobre o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), em Brasília, nos dias 1º e 2 de dezembro, com assinatura de acordo de resultados para fomentar a implantação de programas e políticas de práticas restaurativas no ambiente da socioeducação;
- Realizou reuniões com os membros da Comissão Permanente da Infância e Juventude (Copeij), do Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH), para atividades conjuntas e respectivos grupos de trabalho;
- Realizou reuniões com os membros do Grupo de Trabalho de Escuta nos Órgãos encarregados da Proteção Básica e Especial da Criança e do Adolescente Vítima de Violência Sexual;
- Realizou reuniões com membros da Carta de Estratégias para a Infância e Juventude, da qual faz parte o CNMP, visando à realização de trabalhos conjuntos, elaboração de documentos, notas técnicas, recomendações conjuntas, entre outras;
- Realizou reuniões com os membros da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (Conaeti);
- Atuou junto ao CNJ para efetivação do acesso dos Promotores de Justiça ao Cadastro Nacional de Adoção;
- Realizou campanhas publicitárias, em parceria com a Ascom, de combate ao abuso e à exploração sexual contra crianças e adolescentes, combate à pedofilia e erradicação do trabalho infantil;
- Apresentou proposta de Nota Técnica contra as Propostas de Emenda Constitucional de redução da idade mínima de admissão ao trabalho e emprego;
- Apresentou proposta de recomendação sobre a necessidade de conferir maior celeridade e efetividade em investigações, denúncias e acompanhamento das ações penais pela prática dos crimes de abuso e exploração sexual, tortura, maus-tratos e tráfico de crianças e adolescentes;
- Apresentou proposta de Nota Técnica sobre a redução da maioridade penal;
- Publicou o Manual de Aprendizagem e Qualificação Profissional de Adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas e em Situação de Acolhimento Institucional;
- Publicou a 2ª edição do relatório "Um olhar mais atento sobre as unidades socioeducativas de internação e semiliberdade";
- Participou de audiência pública no município de Cavalcante/GO para tratar sobre a questão de exploração sexual de crianças e adolescentes, em especial da Comunidade Kalunga, no dia 20 de abril;
- Instaurou e arquivou mais de 100 Procedimentos Internos de Comissão (PIC) após apuração de violações de direitos das crianças e dos adolescentes; e
- Revisou os conteúdos dos formulários anexos da Resolução nº 67, de 16 de março de 2011, utilizados nas inspeções das Unidades de Internação de Adolescentes para Cumprimento de Medidas Socioeducativas e de Semiliberdade.

4.3 Comissão de Preservação da Autonomia do Ministério Público

A autonomia do Ministério Público da União e dos Estados, sob os aspectos administrativo, funcional e financeiro, está consagrada no artigo 127, parágrafos 2º e 3º, da Constituição Federal, e representa o substrato de independência da Instituição, predicado inarredável para o desempenho, com êxito, de suas relevantes atribuições constitucionais.

Nessa perspectiva, a Comissão de Preservação da Autonomia do Ministério Público (CPAMP), cuja existência está prevista no artigo 31, inciso III, do Regimento Interno, tem por finalidade a elaboração de estudos, a apresentação de manifestações ou o desenvolvimento de atividades específicas que visem a subsidiar a atuação do Plenário em questões relacionadas ao tema.

Tal atuação decorre de um imperativo constitucional que atribuiu ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), paralelamente às atividades de controle, o dever de intervir sempre que haja investidas, internas ou externas, à Instituição, capazes de comprometer a autonomia do MP brasileiro (artigo 130-A, § 2º, inciso I, da Constituição Federal).

Nas atividades da CPAMP encontram-se, ainda, aquelas vinculadas ao Comitê de Políticas de Segurança Institucional (CPSI), haja vista a vinculação deste comitê à CPAMP, por força do disposto no parágrafo único do art. 13, da Portaria CNMP Presi nº 70, de 27 de março de 2014.

Principais realizações:

- Realizou a reestruturação administrativa (aperfeiçoamento do controle de dados estatísticos, organização de rede interna, revisão de processos em andamento, alteração do quadro funcional e mapeamento de rotinas de trabalho da CPAMP);
- Autuou 22 Procedimentos Internos de Comissão (PIC) para o estudo de temas relacionados às competências da CPAMP (reduções orçamentárias, ofensa a iniciativas privativas de lei, violações de prerrogativas, investigações indevidas da Instituição, entre outros);
- Movimentou e impulsionou processos em trâmite com a finalidade de garantir a autonomia funcional e a segurança dos membros do Ministério Público no exercício da função;
- Instaurou 30 Procedimentos Internos de Comissão (PIC) para acompanhamento do cumprimento da Resolução CNMP nº 116, de 6 de outubro de 2014, que estabelece regras gerais para a proteção pessoal de membros do Ministério Público e de seus familiares diante de situação de risco decorrente do exercício da função;
- Realizou o registro e o acompanhamento permanente dos casos de riscos ou ameaça à integridade física dos membros e as respectivas medidas protetivas adotadas, em cumprimento ao art. 7º da Resolução CNMP nº 116/2014;
- Realizou a 12ª reunião ordinária do Comitê de Políticas de Segurança Institucional do Ministério Público (CPSI-MP), nos termos da Portaria Presi-CNMP nº 70/2014; e
- Acompanhou a tramitação de Projetos de Leis (PL) que afetam a autonomia administrativa, financeira e/ou funcional do Ministério Público.

4.4 Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública

A Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública (CSPCEAPSP) é destinada aos estudos e trabalhos voltados à busca por soluções para os graves problemas do sistema prisional brasileiro e à fiscalização das condições de encarceramento de presos. A comissão tem por atribuições, ainda, promover estudos e ações voltadas ao regular desempenho das funções institucionais, no que diz respeito ao aspecto disciplinar, e adotar medidas com vistas a contribuir para o aperfeiçoamento e ao Controle Externo da Atividade Policial e para a Segurança Pública.

Principais realizações:

- Criou grupo de trabalho para readequação do formulário de inspeção nas unidades prisionais, previsto no art. 2º, § 1º, da Resolução nº 56/2010, de 22 de junho de 2010;
- Reformulou a página da Comissão do Sistema Prisional no sítio do Conselho Nacional do Ministério Público na Internet;
- Apresentou proposta de alteração da Resolução nº 56, de 22 de junho de 2010, que dispõe sobre a uniformização das inspeções em estabelecimentos penais pelos membros do Ministério Público, com o objetivo de alterar a periodicidade dos relatórios, de mensal para trimestral, bem como adequar a resolução às especificidades das prisões militares federais, que, em muitos casos, se situam a centenas de quilômetros do juízo;
- Elaborou e implementou os novos formulários de inspeção às unidades prisionais, com periodicidade trimestral e anual, nos termos da nova redação da Resolução CNMP nº 56/2010;
- Realizou cinco reuniões da Estratégia Nacional do Sistema Humanizado de Execução Penal (Enasep);
- Lançou, pela Enasep, em 10 de junho de 2015, o Projeto "Identidade Cidadã no Sistema Prisional", que tem por objetivo fornecer documentação civil básica a todas as pessoas privadas de liberdade no Brasil, como forma de garantir o mínimo de cidadania e facilitar a reintegração da população à vida em sociedade;
- Implementou o Projeto "Identidade Cidadã no Sistema Prisional", em 16 de junho de 2015, no presídio feminino do Distrito Federal (Colmeia) e no Estado de Goiás;
- Visitou, nos dias 25 a 28 de setembro de 2015, as seguintes unidades prisionais do Estado do Espírito Santo: Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (HCTP); Penitenciária Feminina de Cariacica; Complexo de Viana; Penitenciária de Segurança Máxima II (PSMA II); Penitenciária Agrícola de Viana (PAES); Penitenciária de Segurança Média I (PSME I); Complexo do Xuri; Penitenciária Estadual de Vila Velha I (PEVV I); Penitenciária Estadual de Vila Velha II (PEVV II); Penitenciária Estadual de Vila Velha V; Penitenciária Estadual de Vila Velha III (PEVVIII);
- Propôs alteração da Resolução CNMP nº 20, de 28 de maio de 2007, para inserir o parágrafo único no art. 3º, por meio da Resolução CNMP nº 113, de 4 de agosto de 2014, para permitir a descentralização do controle externo da atividade policial entre órgãos do Ministério Público;
- Criou o grupo de trabalho para elaborar formulários de visitas técnicas às repartições militares, nos termos do art. 6º, § 1º, da Resolução nº 20/2007;
- Criou o grupo de trabalho composto por representantes do MPF, MPDFT, MPE/SP, MPE/RJ e MPE/MG, para elaboração de proposta de Resolução para implementação de regras mínimas de atuação do Ministério Público na investigação de mortes decorrentes de intervenção policial;

- Criou e implementou o Sistema de Registro de Mortes Decorrentes de Intervenção Policial, a ser alimentado pelos ramos do Ministério Público, dando concretude ao objetivo específico nº 7 do projeto "O Ministério Público no enfrentamento à morte decorrente de intervenção policial";
- Organizou o I Encontro Nacional do Ministério Público com Atuação nas Justiças Militares, em 11 de junho de 2015, na Sede da Procuradoria Geral da Justiça Militar – Brasília/DF;
- Implementou os formulários semestrais de visita técnica às delegacias e aos órgãos de perícia, por meio do Sistema de Resoluções do CNMP, nos termos da Resolução nº 20/2007;
- Implementou o formulário trimestral e o anual de visitas técnicas às repartições militares nos termos da Resolução nº 56/2010;
- Criou o grupo de trabalho, constituído pela Portaria CNMP-Presi nº 224, de 9 de dezembro de 2014, com o objetivo de elaborar formulário de inspeção das repartições da Polícia Militar;
- Cadastrou, no sistema CNMP, os batalhões de Polícia Militar que serão objeto de visita técnica prevista na Resolução CNMP nº 20/2007;
- Realizou o I Encontro Nacional do Ministério Público para a Tutela Penal da Administração Municipal – Crimes praticados por Prefeitos, realizado na Sede da Procuradoria Geral da Justiça Militar – Brasília/DF, no dia 13 de agosto de 2015;
- Apresentou a minuta de Nota Técnica ao Plenário do CNMP em virtude da edição das Resoluções nº 1 e nº 2/2010, do Conselho Superior de Polícia, e da Resolução Conjunta nº 1/2015, desse órgão e do chamado Conselho Nacional dos Chefes de Polícia Civil, que estabelecem restrições ao exercício do controle externo da atividade policial pelo Ministério Público, de forma a subsidiar a atuação do Procurador-Geral da República no que tange à impugnação da inconstitucionalidade/ ilegalidade;
- Aprovou, por meio do Plenário do CNMP, a Resolução nº 129/2015, que estabelece as regras mínimas de atuação do Ministério Público no controle externo na investigação nos casos de mortes decorrentes de intervenção policial;
- Organizou o Encontro Nacional do Ministério Público no Controle Externo da Atividade Policial, realizado entre os dias 4 e 6 de novembro de 2015;
- Organizou o Encontro Nacional do Ministério Público no Sistema Prisional, realizado entre os dias 4 a 6 de novembro de 2015; e
- Realizou visita institucional do Presidente da Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública, entre os dias 17 e 19 de novembro de 2015, no Estado do Amazonas, com o objetivo de divulgar, junto ao Ministério Público do Amazonas, iniciativas da Comissão que dão cumprimento à Ação Nacional do Mapa Estratégico do MP. Foram também visitados os seguintes estabelecimentos prisionais no dia 19 de novembro de 2015, em Manaus/AM: i) Centro de Detenção Provisória Feminino; ii) Instituto Penal Antônio Trindade (IPAT); e iii) Cadeia Pública Desembargador Raimundo Vidal Pessoa.

4.4.1 Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública

A Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp) foi lançada em fevereiro de 2010 por iniciativa conjunta entre o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Ministério da Justiça (MJ). O objetivo é promover a articulação entre os órgãos que compõem o sistema de Justiça e de segurança pública, reunindo-os

para: i) planejar e coordenar ações de combate à violência; ii) traçar políticas nacionais por meio de ação conjunta e articulada dos órgãos, primando pelo planejamento e adoção comum de atividades e metas; e iii) compartilhar estratégias e boas práticas, de modo a implementar organização, agilidade e eficiência ao sistema.

Principais realizações:

- Participou da II Semana Nacional do Júri, ocorrida entre os dias 13 e 17 de abril, em todos os Estados da Federação. O evento teve como objetivo julgar 3.162 processos em todo o País. O CNMP participou da semana incentivando os Ministérios Públicos estaduais a se engajarem na Semana Nacional do Júri a fim de que nenhum júri programado deixasse de ser realizado por ausência de Promotor de Justiça;
- Organizou reunião da Estratégia Nacional de Segurança Pública (ENASP) em 11 de junho. O encontro serviu para a troca de experiências e para a definição de estratégias no enfrentamento aos crimes de homicídios;
- Organizou reunião ordinária do Grupo de Persecução Penal da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (ENASP) em 17 de setembro;
- Participou da campanha de redução do número de armas em depósitos judiciais. A campanha consiste em tentar reduzir o número de armas em depósitos judiciais, com o objetivo de aprimorar a segurança dos prédios públicos utilizados pelo Poder Judiciário, visando conferir efetividade ao art. 25 da Lei nº 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento);
- Realizou curso nacional intitulado "Persecução penal nos crimes que ensejam recuperação de ativos", atividade desenvolvida em parceria com a Escola Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo, com carga horária de 60 horas. O curso foi gravado e distribuído às Escolas Superiores dos Ministérios Públicos para a promoção do aprimoramento e da capacitação dos agentes públicos envolvidos na persecução penal; e
- Lançou meta nacional para diminuição do crime de feminicídio.

4.5 Comissão de Planejamento Estratégico

A Comissão de Planejamento Estratégico tem por objetivo atuar na estruturação da gestão estratégica da Instituição e na condução democrática do processo de planejamento, de longo e médio prazo, das diretrizes de ação do CNMP e do Ministério Público como um todo. Inclui também, no escopo de atuação, a condução dos trabalhos de formulação de indicadores de desempenho, a troca de experiências em gestão com as unidades do Ministério Público e a análise de indicadores e estatísticas institucionais. O empenho da Comissão se volta, ainda, para o alcance dos recursos orçamentários, humanos e materiais necessários à realização dos projetos estratégicos do Conselho Nacional.

Um dos principais produtos é a "Ação Nacional – Multiplicando a Estratégia", lançado em março de 2014. A terceira fase possibilitou a realização de ações do planejamento estratégico nacional, assegurando o estabelecimento de indicadores que propiciarão o cumprimento de resultados institucionais estabelecidos no Mapa Estratégico Nacional, procurando aprimorar e integrar a atuação do Ministério Público brasileiro para enfrentar os desafios institucionais estabelecidos.

Principais realizações:

- Realizou a Ação Nacional – Educação Inclusiva, realizada nos dias 15 e 16 de abril, na sede do CNMP, em parceria com a Comissão de Direitos Fundamentais e a Comissão de Infância e Juventude. Resultou na construção e no lançamento do projeto nacional de defesa da educação inclusiva;

- Realizou a Ação Nacional – Repensar, realizado no dia 14 de agosto de 2015, em Brasília/DF, cujo objetivo foi discutir mecanismos de maior interação do Ministério Público com a sociedade, assim como maior efetividade na atuação, provocando reflexões a respeito do futuro do Ministério Público, do papel de seus membros e das ações necessárias ao fortalecimento da instituição. As discussões e os debates geraram ideias de projetos a serem implementados pelas unidades do MP;

- Realizou a Ação Nacional – Ouvidoria, realizada nos dias 5 e 6 de novembro, em parceria com a Ouvidoria Nacional, reuniu os Ouvidores Gerais e tratou da integração e do aprimoramento das Ouvidorias do Ministério Público, construindo um projeto na busca de práticas uniformes e na melhoria dos serviços prestados à sociedade;

- Manteve e alimentou o Banco Nacional de Projetos (BNP), produto do Planejamento Estratégico Nacional. É a ferramenta responsável por coletar e disseminar os projetos bem-sucedidos no âmbito do Ministério Público brasileiro. De acordo com a sua aplicação, os projetos estarão alinhados ao Mapa Estratégico Nacional e constituirão os grandes eixos de mobilização para a geração de resultados institucionais. Em 2015, foram incluídos 262 novos projetos, atingindo a marca de 869 projetos cadastrados;

- Executou o "Prêmio CNMP", implantado pela Resolução CNMP nº 94, de 22 de maio de 2013. Consiste em um estímulo à criação e à implantação de programas, projetos e ações alinhados à agenda estratégica nacional. O CNMP, ao premiar os melhores projetos e programas inscritos no Banco Nacional de Projetos, busca incentivar a ampla participação dos membros e servidores e, principalmente, reconhecer e divulgar os esforços e o sucesso dessas ações. Em 2015, a cerimônia de premiação ocorreu no dia 4 de novembro, durante o 6º Congresso Brasileiro de Gestão do Ministério Público, destacando, dentro de suas respectivas categorias, 27 projetos como sendo exemplares para o Ministério Público brasileiro; e

- Realizou curso de capacitação em Gestão Estratégica, realizado nos dias 11 e 12 de junho, em Maceió/AL, com a participação de membros, servidores e estagiários, visando ao aperfeiçoamento das áreas daquela unidade ministerial.

4.5.1 Fórum Nacional de Gestão

O Fórum Nacional de Gestão do Ministério Público (FNG-MP) tem por objetivo promover o debate, o estudo, a análise, a discussão, a harmonização, a articulação e a implementação de melhores práticas de gestão para suporte à atividade-fim do Ministério Público brasileiro. Criado pela Portaria CNMP/Presi nº 25/2012, foi reestruturado em 2014, por meio das Portarias CNMP/Presi nº 70 e nº 144, passando a se constituir instância superior de deliberação coletiva dos Comitês de Políticas de Tecnologia da Informação do Ministério Público (CPTI-MP); de Políticas de Comunicação Social do Ministério Público (CPCom-MP); de Políticas de Gestão Administrativa do Ministério Público (CPGA-MP); de Políticas de Gestão Orçamentária do Ministério Público (CPGO-MP); e de Políticas de Gestão de Pessoas do Ministério Público (CPGP-MP).

Principais realizações:

- Realizou a Ação Nacional Estruturante – Projeto de Implantação do Sistema de Custos, realizada nos dias 27 e 28 de maio, em Campo Grande/MS;

- Realizou a Ação Nacional Estruturante – Comunicação e Relacionamento, realizada nos dias 25 e 26 de junho, em Salvador/BA;

- Realizou a Ação Nacional Estruturante – Programa Nacional de Governança de Tecnologia da Informação, realizada nos dias 25 e 26 de novembro, em Brasília/DF; e

- Realizou a Ação Nacional Estruturante – Desdobramento da Estratégia, realizada nos dias 15 e 16 de dezembro, em Brasília/DF.

Na 1ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 23 e 24 de abril de 2015, em Brasília/DF, o CPGA entregou o texto do manual de boas práticas em governança de planejamento estratégico, o relatório da mostra de sistemas de gerenciamento de projetos, divulgou os números referentes ao curso de formação de multiplicadores na metodologia de gestão de processos, lançou o banco nacional de processos, institucionalizou o comitê gestor do banco nacional de processos e, também, entregou os resultados do levantamento nacional dos custos gerados por licenças médicas e apresentou o projeto para implantação do programa de gestão de pessoas por competências.

Na 2ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 3 e 4 de setembro de 2015, em Brasília/DF, os resultados foram os seguintes: i) aprovado o conteúdo e a realização do novo censo de gestão do MP; aprovação do *hotsite* do FNG; ii) o CPCom realizou estudos de pesquisas de imagem sobre o MP; iii) o CPGA elaborou a proposta de capacitação a distância sobre governança de planejamento estratégico, e entregou o manual de utilização do Banco Nacional de Processos; iv) o CPGO apresentou o projeto de implantação da gestão de custos, apresentou o acordo de resultados sobre a implantação da gestão de custos e entregou minuta de resolução da implantação da gestão de custos; v) o CPGP elaborou questionário para levantamento de informações sobre qualidade de vida no Ministério Público e apresentou projeto para realização de oficina de capacitação em qualidade de vida no trabalho; e vi) o CPTI apresentou catálogo de projetos apresentados nas mostras de tecnologias (formato *web*) e atualizou o caderno de boas práticas.

Na 3ª Reunião Ordinária, realizada no dia 4 de novembro de 2015, em Brasília/DF, foram apresentadas as propostas de iniciativas estratégicas pelos Comitês, que farão parte do Plano Diretor. O CPCom lançou pesquisa interna de comunicação com os membros do Ministério Público, entregou o manual de apoio às unidades de projetos e revisou a metodologia de gestão de processos. O CPGP apresentou o *status* da execução do projeto de gestão por competências, bem como o resultado do levantamento de informações sobre qualidade de vida no Ministério Público, e realizou oficina de capacitação em qualidade de vida no trabalho durante o 6º Congresso Brasileiro de Gestão do MP.

4.6 Comissão de Acompanhamento Legislativo e Jurisprudência

A Comissão de Acompanhamento Legislativo e Jurisprudência (CALJ) tem por objetivo acompanhar os projetos legislativos de interesse do Ministério Público em trâmite nas Casas Legislativas da União e dos Estados. Compete-lhe, ainda, racionalizar as normas internas do CNMP, tornando-as mais transparentes, conferindo maior visibilidade às ações do órgão perante a sociedade. Para tanto, a Comissão tem se voltado para a implementação do desenvolvimento de um sistema de jurisprudência e para criação, confecção e distribuição da revista de jurisprudência e doutrina do Conselho Nacional do Ministério Público.

Principais realizações:

- Reformulou a Revista CNMP, com a criação de um Conselho Editorial;
- Confeccionou o Edital da Revista do CNMP do ano de 2015, cujo tema foi "Improbidade Administrativa";
- Deu continuidade ao trabalho de desenvolvimento e melhoria do sistema e busca de jurisprudência do CNMP;
- Incluiu o sistema de busca de julgados do CNMP no sistema ELO;
- Desenvolveu a Agenda Legislativa 2016, que será lançada no início da legislatura do próximo ano em novo formato;
- Realizou visitas ao Congresso Nacional para acompanhar as atividades legislativas de interesse do Ministério Público;

- Criou, desenvolveu e deflagrou o projeto-piloto de acompanhamento das Propostas Legislativas Estaduais que repercutem no exercício das funções ministeriais;
- Criou e iniciou os trabalhos do Projeto "10 anos de Jurisprudência do CNMP", que visa tratar todos os julgados do CNMP, gerando enunciados que facilitarão a compreensão dos entendimentos do Plenário, bem como tornarão mais eficientes os julgados. Em 2015, foram desenvolvidos os anos de 2012 e 2013, já tendo sido apresentadas as propostas de enunciados do ano de 2013;
- Mapeou todas as propostas de Resoluções apresentadas e ainda não analisadas e/ou julgadas, no intuito de lhes dar tratamento prioritário;
- Iniciou o Projeto de Racionalização das Resoluções em vigor do CNMP, a ser desenvolvido no ano de 2016;
- Iniciou o Projeto de Relações Interinstitucionais, a ser desenvolvido no ano de 2016; e
- Promoveu o "Curso de Ementas Jurisprudenciais" para estandardizar a produção de ementas pelos gabinetes, facilitando a busca, posteriormente, pelas ferramentas do sistema ELO.

4.7 Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais

O Plenário do CNMP instituiu, por meio da Emenda Regimental nº 06/2012, a Comissão de Acompanhamento da Atuação do Ministério Público na Defesa dos Direitos Fundamentais, com o objetivo de contribuir com o fortalecimento do Ministério Público brasileiro, estimulando o exercício das atribuições institucionais atinentes à defesa dos direitos fundamentais difusos, coletivos e sociais, em coerência com as diversas previsões constitucionais e legais que conferem ao órgão o poder-dever de atuar como agente de transformação da realidade social.

A Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais (CDDF) possui quatro objetivos gerais: i) fomentar o aprimoramento da atuação extrajudicial do MP na defesa dos direitos fundamentais e sua interação com os movimentos sociais; ii) estimular e promover a difusão e a inovação do conhecimento transdisciplinar sobre a atuação do MP na defesa dos direitos fundamentais; iii) contribuir para a formação do banco de dados sobre a atuação do MP na defesa dos direitos fundamentais e sua análise qualitativa permanente; e iv) promover o conhecimento e estimular o exercício dos direitos fundamentais pelos cidadãos.

Principais realizações:

- Realizou o 3º Encontro MP e Movimentos Sociais, nos dias 17 e 18 de junho, com o objetivo de fomentar o debate sobre os desafios ao desenvolvimento de uma cultura de direitos humanos no País e intensificar a interação entre o Ministério Público e os movimentos sociais;
- Lançou a Campanha "João Cidadão", no dia 23 de junho de 2015, com vistas a contribuir para o desenvolvimento da cultura de direitos humanos no Brasil e aproximar o Ministério Público da sociedade;
- Apresentou o Projeto João Cidadão no "XXI Congresso Nacional do Ministério Público", nos dias 6 a 9 de outubro de 2015, no Rio de Janeiro/RJ;
- Acompanhou a reunião do Comitê Gestor da Estratégia Nacional de Não Judicialização (ENAJUD), no dia 26 de maio de 2015, no Ministério da Justiça, Brasília/DF;

- Realizou o I Curso de Alinhamento de Formadores em Negociação e Mediação, com a participação de 33 membros no I Módulo, ocorrido nos dias 4 a 6 de agosto de 2015, e 13 membros no II Módulo, ocorrido nos dias 15 a 17 de setembro de 2015, em Brasília/DF, com carga horária total de 40 horas-aulas, em parceria com o CDEMP e ENAM/SRJ/MJ;

- Realizou audiências públicas direcionadas ao acompanhamento da atuação do MP e dos demais órgãos do sistema de Justiça na defesa do meio ambiente nos diferentes biomas brasileiros: Mata Atlântica e Zona Costeira, em Fortaleza/CE, no dia 24 de abril de 2015; Pantanal, em Cuiabá/MT, no dia 18 de maio de 2015; Caatinga, em Petrolina/PE, no dia 22 de junho de 2015; Cerrado, em Palmas/TO, no dia 24 de junho de 2015; e Amazônia, em Manaus/AM, no dia 6 de julho de 2015;

- Organizou reunião, em 11 de maio de 2015, sobre o enfrentamento da crise hídrica e o papel do Ministério Público brasileiro, com vistas a construir estratégias para o fortalecimento da unidade nacional do Ministério Público em sua atuação direcionada à garantia do direito de acesso à água de boa qualidade. A discussão abrangeu também o papel do MP na fiscalização das políticas de resíduos sólidos;

- Criou e operacionalizou o Fórum Nacional de Recursos Hídricos (FNRH) por meio da Portaria CNMP-Presi nº 101, de 9 de setembro de 2015;

- Promoveu a discussão intitulada "Promoção da Igualdade e Defesa dos Grupos Vulneráveis", no 6º Congresso Brasileiro de Gestão do MP, no dia 5 de novembro de 2015, em Brasília/DF;

- Realizou duas audiências públicas relacionadas ao enfrentamento ao racismo: "Audiência pública sobre as providências relacionadas às mortes de jovens negros ocorridas em maio de 2006, no Estado de São Paulo (Massacre de Maio), e a respectiva atividade policial e a atuação do MP", ocorrida no dia 7 de abril de 2015, em São Paulo/SP; e "Fraudes nos sistemas de cotas e mecanismos de fiscalização – O papel do Ministério Público", realizada no dia 3 de novembro de 2015, na sede do CNMP;

- Acompanhou o Protocolo de Intenções, firmado pelo CNMP e demais órgãos do sistema de justiça, para a "Redução das Barreiras de Acesso à Justiça da Juventude Negra em Situação de Violência", com organização de reuniões nos dias 20 de janeiro e 10 e 24 de junho, para o monitoramento das atividades e renovação do acordo;

- Realizou audiência pública sobre a atuação do MP na defesa dos direitos dos povos ciganos, no dia 30 de julho de 2015, no Plenário do CNMP, em Brasília/DF;

- Realizou o encontro "MP em Defesa das Pessoas em Situação de Rua", no Plenário do CNMP, em Brasília/DF, nos dias 7 e 8 de julho de 2015;

- Elaborou o "Guia de Atuação Ministerial sobre Defesa dos Direitos das Pessoas em Situação de Rua";

- Apoiou o curso sobre investigação, com perspectiva de gênero, de crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos dias 6, 7 e 9 de julho de 2015, na sede do CNMP, em Brasília/DF, promovido pela Secretaria da Reforma do Judiciário, no âmbito do Projeto "Violência de Gênero na Ibero América: investigação de delitos, atenção às vítimas e articulação interinstitucional", do Programa Regional de Cooperação da União Europeia com a América Latina para Coesão Social (EUROsociAL);

- Realizou oficina sobre a implementação do Cadastro Nacional de Violência Doméstica, dia 29 de abril, com representantes da ONU Mulheres, Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), CNJ e da sociedade civil;

- Elaborou e apresentou proposta de Resolução, na 20ª Sessão Ordinária do CNMP, no dia 27 de outubro de 2015, com vistas a instituir o Cadastro Nacional de Casos de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, a fim de registrar casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, conforme previsão do artigo 26, inciso III, da Lei nº 11.340/06;

- Criou e operacionalizou o Fórum Nacional de Combate à Corrupção (FNCC) por meio da Portaria CNMP-Presi nº 101, de 9 de setembro de 2015;

- Lançou o Fórum Nacional de Combate à Corrupção (FNCC), no dia 23 de setembro de 2015, no Plenário do CNMP, com dez eixos de atuação: i) transparência e Lei de Acesso à Informação; ii) controle interno e profissionalização da máquina pública; iii) campanhas educativas; iv) capacitação para o controle social; v) medidas legislativas; vi) projetos educacionais contra a corrupção; vii) pesquisas e indicadores sobre o fenômeno da corrupção; viii) democratização da estrutura do MP; ix) segurança dos ativistas e dos membros do MP com atuação na área de combate à corrupção e transparência; e x) criação da rede nacional de combate à corrupção que envolva o MP e os movimentos sociais;

- Organizou palestras no 6º Congresso Brasileiro de Gestão do MP, no dia 5 de novembro de 2015, em Brasília/DF: "Boas práticas no enfrentamento à corrupção"; "O Ministério Público como interlocutor qualificado no enfrentamento da corrupção"; e "Fórum Nacional de Combate à Corrupção: a atuação do MP na prevenção e repressão à corrupção – Parceria com os órgãos de controle e a sociedade civil";

- Realizou a 1ª Reunião do Fórum Nacional de Combate à Corrupção (FNCC), no dia 11 de novembro de 2015, com a participação de um representante de todas as unidades do MP brasileiro e as principais entidades de controle social e redes estaduais de controle (FOCCO, MARCCO) e nacionais (ENCCLA);

- Apoiou a campanha "10 Medidas Contra a Corrupção", nos dias 11 e 12 de novembro de 2015, com o recolhimento de assinaturas no CNMP;

- Realizou o Encontro Nacional: "Em Defesa da Educação Inclusiva", nos dias 15 e 16 de abril de 2015, na sede do CNMP, em Brasília/DF, em parceria com a Comissão de Infância e Juventude e a Comissão de Planejamento Estratégico;

- Criou grupos de trabalho de: Defesa da Educação (GT8), Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (GT9) e Defesa do Consumidor (GT10), e realizou as primeiras reuniões para elaboração dos respectivos planos de ação, em 13 de maio, 28 de maio e 27 de julho;

- Realizou audiência pública destinada à discussão da atuação do MP na defesa e na proteção dos direitos do consumidor de transporte aéreo, no Plenário do CNMP, em Brasília/DF;

- Realizou reunião sobre práticas de integridade no setor de implantes, envolvendo o Fórum Nacional da Saúde e o Fórum Nacional de Combate à Corrupção, no dia 30 de novembro de 2015, no Plenário do CNMP; e

- Organizou, em parceria com a Comissão de Planejamento Estratégico, a Ação Nacional pelo Incentivo à Autocomposição e Valorização da Atuação Extrajudicial, no dia 7 de dezembro de 2015, no Plenário do CNMP.

4.7.1 Núcleo de Atuação Especial em Acessibilidade

O Núcleo de Atuação Especial em Acessibilidade (Neace) é vinculado à Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais e tem por objetivo acompanhar o cumprimento pelo Ministério Público brasileiro dos termos da Resolução CNMP nº 81, de 31 de janeiro de 2012, adotando as providências necessárias para tanto.

A Resolução CNMP nº 81/2012 orienta e determina a implementação da acessibilidade em todas as unidades do Ministério Público brasileiro de acordo com as normas constitucionais e legais (Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, e nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000; Decretos nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, e nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004), além da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, internalizados com equivalência de emenda constitucional pelo Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008, e Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.

Principais realizações:

- Continuação da execução do projeto "Todos juntos por um Brasil mais acessível". Com este propósito, foram realizados nove encontros em diversos Estados da Federação, totalizando 37 palestras, 18 plenárias e a expedição de 658 certificados aos multiplicadores;
- Realização de acordo de cooperação entre CNMP e o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea), visando ao aperfeiçoamento da atividade de profissionais da engenharia, membros e servidores do CNMP e a execução de ações complementares de interesse comum, com o objetivo de garantir a implementação das exigências de acessibilidade previstas na legislação brasileira; e
- Foram ministradas 17 palestras sobre a acessibilidade em instituições públicas e no CNMP.

4.8 Comissão Temporária da Memória Institucional do Ministério Público

A Comissão Temporária de Preservação da Memória Institucional do Ministério Público foi criada pela Resolução nº 122, de 12 de maio de 2015, com a finalidade de instituir um programa nacional da memória do Ministério Público, estabelecendo diretrizes para a implantação dos memoriais e da gestão documental da instituição, atendendo às disposições das Leis Federais nº 8159/1991 e nº 12.527/2011, bem como a definição de diretrizes para uniformizar os procedimentos mediante os quais serão desenvolvidas, nas diversas unidades dos Ministérios Públicos, as estratégias organizacionais para a preservação da memória institucional do Ministério Público.

Principais realizações:

- Participou do "VI Encontro Nacional de Memoriais do Ministério Público", na sede do Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MP/ES), nos dias 15 e 16 de outubro de 2015;
- Instituiu grupo de trabalho por meio da Portaria CNMP-Presi nº 140, de 5 de novembro de 2015, com a finalidade de apresentar proposta de resolução para estabelecer as bases do Programa Nacional de Memória do Ministério Público, bem como buscar medidas para promover o estímulo à preservação da memória institucional;
- Visitou o Memorial do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, no dia 9 de novembro de 2015, para tratar de questões relacionadas ao planejamento e trato da gestão documental, bem como aspectos pertinentes ao desenvolvimento de uma cultura de preservação da memória institucional;
- Expediu ofício circular a todas as Unidades Ministeriais solicitando informações sobre as medidas relacionadas à preservação da memória institucional adotadas por cada Instituição, com vistas a ter uma visão geral sobre a situação atual de cada Ministério Público quanto à existência de memorial e à adoção de práticas para preservar a memória; e
- Visitou o memorial do Ministério Público do Estado de São Paulo, no dia 10 de dezembro de 2015.

5. Ouvidoria Nacional

Implementada no CNMP a partir da Resolução nº 82, de 19 de julho de 2011, a Ouvidoria Nacional é competente para receber, examinar, encaminhar, responder e arquivar críticas, comentários, elogios, sugestões e quaisquer expedientes que lhe sejam dirigidos acerca das atividades desenvolvidas pelo Conselho Nacional.

Além disso, compete à Ouvidoria deste Conselho Nacional promover a integração das ouvidorias dos diversos ramos do Ministério Público brasileiro, com vistas à implementação de um sistema nacional que viabilize a consolidação das principais demandas e informações colhidas, de forma a permitir a troca de informações necessárias à formulação de estratégias nacionais para melhor atendimento ao público, e ao aperfeiçoamento dos serviços prestados pelo Ministério Público brasileiro.

Vê-se, portanto, que este Conselho Nacional, de forma reiterada, assumiu o compromisso, por intermédio da Ouvidoria Nacional do Ministério Público, de prover estatísticas e sugestões obtidas por meio das solicitações formuladas pelos cidadãos-usuários para a contínua melhoria na execução de serviços e atividades pelo Ministério Público e, sobretudo, de aproximar o Ministério Público brasileiro do cidadão com o objetivo de melhor atendê-lo.

Nesse cenário, a Ouvidoria Nacional do Ministério Público formulou seu Plano de Ação 2015-2016, estruturado em cinco eixos principais de atuação: i) normatização; ii) capacitação; iii) comunicação; iv) operacionalização; e v) interoperabilidade.

Principais realizações:

- Realizou o "II Encontro Nacional de Ouvidores do Ministério Público", no dia 20 de março de 2015, com a participação do Ouvidor Nacional do Ministério Público, do Controlador-Geral do município de São Paulo, do presidente do Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público (CNOMP) e de 23 Ouvidores-Gerais das unidades do Ministério Público brasileiro;
- Participação do Ouvidor Nacional do Ministério Público na "25ª Reunião do Conselho Nacional de Ouvidores do Ministério Público", ocorrida no dia 2 de julho de 2015, em Rio Branco/AC;
- Realizou estudo sobre a estrutura e as demandas das ouvidorias das unidades do Ministério Público brasileiro;
- Participou do lançamento do novo Portal de Transparência do CNMP;
- Realizou, nos dias 5 e 6 de novembro de 2015, em parceria com a Comissão de Planejamento Estratégico (CPE), a "Ação Nacional: Integração e Aprimoramento das Ouvidorias do Ministério Público", com o objetivo de estreitar a comunicação com o cidadão, por meio da padronização e da integração dos procedimentos realizados pelas Ouvidorias dos mais diversos ramos do Ministério Público; e
- Deslocou a sala da Ouvidoria para o andar térreo da sede do CNMP, com o intuito de facilitar a acessibilidade ao cidadão.

Dados estatísticos dos Atendimentos[3]

MÊS	QUANTIDADE	MÊS	QUANTIDADE	MÊS	QUANTIDADE
Janeiro	106	Maio	180	Setembro	160
Fevereiro	108	Junho	138	Outubro	132
Março	118	Julho	115	Novembro	124
Abril	150	Agosto	159	Dezembro	143
TOTAL					1.633

3 Nos atendimentos estão inclusos elogios, sugestões, denúncias, pedidos de informações, dúvidas etc.

6. Secretaria Geral

De acordo com o art. 14 do Regimento Interno do CNMP – Resolução nº 92/2013 –, os serviços da Secretaria Geral (SG) são dirigidos pelo Secretário-Geral, membro de qualquer dos ramos do Ministério Público, com o auxílio do Secretário-Geral Adjunto, ambos escolhidos e nomeados pelo Presidente do Conselho.

As atribuições da Secretaria Geral, a despeito de estarem previstas de modo difuso no Regimento Interno do Conselho, foram regulamentadas, especificamente, por meio da Portaria CNMP-Presi nº 204, de 15 de julho de 2013.

Assim, em consonância com o art. 66 do referido ato normativo, compete-lhe, em linhas gerais: i) zelar pela correta aplicação dos recursos orçamentários e financeiros; ii) aprovar a programação orçamentária e financeira do CNMP; iii) autorizar o cronograma orçamentário e financeiro mensal das despesas correntes destinadas à manutenção das unidades do Conselho, bem como a liberação de serviços, investimentos e inversões financeiras não integrantes do cronograma orçamentário e financeiro mensal, de acordo com a natureza da despesa, além da concessão de diárias e passagens aos servidores e colaboradores eventuais do CNMP; iv) apresentar ao Presidente a proposta orçamentária do CNMP, a ser submetida ao Plenário; v) determinar o arquivamento de processos administrativos instaurados em desfavor de licitantes e contratados; vi) viabilizar a prestação de contas do exercício anterior; vii) fixar diretrizes administrativas e implantar programas e projetos de caráter nacional; viii) expedir instruções de serviços no âmbito da administração do CNMP; e ix) exercer outras atividades inerentes às suas atribuições determinadas pela Presidência.

Compete, ainda, à SG, atos cuja competência foi delegada pela Presidência do CNMP, quais sejam: i) nomear e exonerar, na forma da lei, os cargos efetivos, os cargos em comissão e as funções de confiança, bem como reintegrar, promover ou progredir os servidores do quadro de pessoal do Conselho (Portaria CNMP-Presi nº 333/2013); ii) conceder diárias e passagens aos Conselheiros, membros auxiliares do CNMP e membros do Ministério Público brasileiro, que se deslocarem no interesse do serviço, nos termos da Portaria CNMP-Presi nº 36, de 26 de fevereiro de 2014 (Portaria CNMP-Presi nº 40/2014); iii) instaurar sindicância e processo administrativo disciplinar, bem como para aplicar as penalidades de advertência e suspensão a servidores (Portaria CNMP-Presi nº 39/2014).

Entre as atividades de maior destaque da Secretaria Geral, citam-se direção, orientação, coordenação e supervisão de trabalhos das demais Secretarias do CNMP, além da atuação no Comitê de Governança Corporativa e da Estratégia, bem como os Subcomitês Estratégicos de Tecnologia da Informação e de Gestão de Pessoas.

Atos Normativos

Além de auxiliar a Presidência na edição de diversos atos normativos concernentes à sua esfera de deliberação, a Secretaria Geral publicou seis editais, uma instrução normativa e 272 portarias, procedendo-se à regulamentação de temas relevantes para o Conselho, entre os quais convêm destacar:

- Instituiu o Plano de Gestão e o Calendário de Contratações do Conselho Nacional do Ministério Público para o exercício de 2015 (Portaria CNMP-SG nº 44/2015);
- Instituiu o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (Portaria CNMP-SG nº 55/2015);
- Instituiu o Plano Diretor de Gestão de Pessoas do Conselho Nacional do Ministério Público (Portaria CNMP-SG nº 119/2015);
- Instituiu o grupo de trabalho com objetivo de realizar estudos de gestão documental relativa à fiscalização dos contratos administrativos firmados pelo CNMP (Portaria CNMP-SG nº 151/2015);

- Instituiu a Comissão de Estudos do Teletrabalho no âmbito do CNMP (Portaria CNMP-SG nº 143/2105);
- Instituiu a Comissão de Gestão Ambiental Sustentável (Portaria CNMP-SG nº 96 e 212/2015);
- Instituiu a Comissão de Integração (Portaria CNMP-SG nº 195/2015);
- Instituiu a Comissão de Desenvolvimento de Coleções da Biblioteca (Portaria CNMP-SG nº 123/2015);
- Regulamentou os procedimentos para a concessão da gratificação de projeto prevista no art. 14 da Lei nº 11.415, de 15 de dezembro de 2006 (Instrução Normativa CNMP-SG nº 1/2015);
- Definiu o regime de sobreaviso do CNMP (Portaria CNMP-SG nº 114/2015); e
- Divulgou o calendário de reuniões estratégicas do CNMP (Portaria CNMP-SG nº 12/2015).

Atos de Gestão

Dentre os atos administrativos ordinariamente praticados pela Secretaria Geral ao longo do ano, convêm destacar os seguintes: i) acompanhamento, controle e análise do cumprimento das decisões do Plenário do CNMP em 122 processos, dos quais 100 foram considerados cumpridos e enviados ao arquivo e 22 baixados em diligência; ii) elaboração e emissão de 334 despachos em processos administrativos; e iii) elaboração e expedição de 236 ofícios, cinco ofícios circulares, 100 memorandos e 12 memorandos circulares.

Reuniões e Eventos

A Secretaria Geral participou ativa e regularmente: i) das reuniões administrativas do Colegiado, prestando assistência ao Presidente e aos Conselheiros em matérias de sua esfera de competência; ii) da organização das pautas das sessões ordinárias e extraordinárias do CNMP, assessorando o Presidente na condução dos trabalhos; e iii) da lavratura das atas das sessões ordinárias e extraordinárias, em observância aos artigos 9º e 12, inciso X, do Regimento Interno.

De igual sorte, a Secretaria Geral forneceu apoio administrativo, ao longo de 2015, para a realização de eventos e reuniões destinados ao aprimoramento do Ministério Público brasileiro, que contaram com a participação de membros e servidores de todo o País, a exemplo do 6º Congresso Brasileiro de Gestão do Ministério Público, além de audiências públicas sobre temas relacionados à atuação do Ministério Público brasileiro.

Principais realizações:

- Promoveu medidas para a melhoria da governança interna e busca de concretização dos objetivos definidos no Planejamento Estratégico para o período de 2010-2015;
- Atuou para o aperfeiçoamento de todas as atividades de comunicação do Conselho (publicações, portal na Internet, redes sociais, campanhas nacionais etc.);
- Acompanhou a execução do planejamento estratégico do CNMP, por meio do desdobramento dos objetivos para os níveis tático e operacional, com base nos quais foi definido o portfólio de projetos e iniciativas para o Plano de Gestão de 2015, englobando também a área-fim (Corregedoria Nacional, Ouvidoria Nacional, Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública e as Comissões Permanentes então existentes);

- Promoveu a modernização tecnológica do CNMP, com avanços no processo de autonomia para o desenvolvimento e o gerenciamento de sistemas informatizados;
- Conduziu a elaboração da proposta orçamentária do CNMP e das negociações com a Secretaria de Orçamento Federal (SOF);
- Atuou em todas as fases do 1º concurso público para cargos efetivos do quadro de pessoal da Secretaria do Conselho Nacional do Ministério Público, com a posse de 90 novos servidores;
- Adotou esforços, juntamente à Presidência do CNMP, para a aprovação do Projeto de Lei nº 7.921, de 2014, que compreendeu desde a realização de estudos acerca das necessidades de estruturação da instituição até encaminhamento de Nota Técnica ao Congresso Nacional, para subsidiar possível rejeição do veto presidencial;
- Participou do desenvolvimento e implantação do Sistema ELO. Em junho de 2015, ocorreu a implantação dos módulos do Sistema de Processo Eletrônico do CNMP – Sistema ELO – que atendem aos setores de Protocolo, Secretaria Processual, Gabinetes de Conselheiros, Secretaria Geral e Presidência, peticionamento eletrônico, intimação, consulta externa, sessão eletrônica e assinatura digital no Sistema ELO (Resolução nº 119/2015 e Portarias CNMP-Presi nº 63, 94 e 115/2015);
- Participou do desenvolvimento e implantação do Diário Eletrônico do CNMP (Resolução nº 124/2015 e Portaria CNMP-Presi nº 119/2015);
- Acompanhou o desenvolvimento do Sistema Elo – Fase II, que diz respeito ao desenvolvimento e à implementação do sistema na Corregedoria Nacional;
- Aprovou a revisão da meta física da execução orçamentária do CNMP, pelo Comitê de Governança Corporativa e da Estratégia (CGCE) juntamente ao Grupo de Trabalho Indicadores, presidido pela Secretaria Geral (Portaria CNMP-Presi nº 30/2015);
- Aprovou a revisão dos indicadores estratégicos da instituição, pelo Comitê de Governança Corporativa e da Estratégia (CGCE), juntamente ao Grupo de Trabalho Indicadores, presidido pela Secretaria Geral. O trabalho resultou na proposição de 47 indicadores alinhados aos 22 objetivos estratégicos (Portaria CNMP-Presi nº 138/2015); e
- Celebrou termo de adesão entre o CNMP e o Ministério do Meio Ambiente para implementação da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), cujo objetivo é promover na Instituição a conscientização de uma cultura antidesperdício e da utilização coerente dos recursos naturais e dos bens públicos.

6.1 Secretaria Executiva

Compete à Secretaria Executiva a prática de atos de gestão administrativa previstos na Portaria Presi-CNMP nº 94/2010, bem como assessorar o Secretário-Geral nos termos da Portaria CNMP-SG nº 24/2014.

A Ordenação de Despesa é atribuição do Secretário Executivo, conforme determina a Portaria CNMP-Presi nº 14/2014. Na execução desta atribuição, autorizou-se a emissão de 2.310 notas de empenho e de 3.508 ordens bancárias que permitiram o pagamento de várias contratações no âmbito do CNMP, inclusive a folha de pagamento dos Conselheiros, dos membros, dos servidores e dos estagiários. Demais disso, a comissão de licitação realizou 30 pregões, 11 dispensas de licitações, sendo três

por cotação eletrônica e dois por inexigibilidades. Houve, ainda, a participação em 12 processos de licitações compartilhadas, sendo nove como órgão participante e três como gerenciador. Foram instruídos 64 processos de aquisições e assinados 86 termos de contratos e aditivos fundamentais ao adequado funcionamento da Instituição.

6.2 Assessoria Jurídica

A Assessoria Jurídica do CNMP presta assessoramento jurídico à Secretaria Geral e suas unidades, especialmente quanto aos procedimentos administrativos de licitações, contratos, aditamentos contratuais, convênios, atos normativos de organização administrativa, processos relativos a atos e legislação de pessoal e consultas diversas no âmbito do direito administrativo.

No ano de 2015, manteve-se o esforço por parte da administração do Conselho para encaminhar demandas à Assessoria Jurídica que não fossem rotineiras, além dos casos de rotina em que a legislação obriga a análise jurídica. Nota-se que houve mudança no perfil das consultas respondidas pela Assessoria Jurídica, em relação aos anos anteriores.

Ademais, a própria maturação das contratações administrativas do CNMP gera demandas diferenciadas, como dúvidas na execução de contratos já em andamento, contratos antigos de 2010 e 2011, que necessitam de novas licitações, uma vez já atingido o prazo máximo legal para contratar, além de contratação emergencial e prorrogação excepcional. Entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2015, foram recebidos e analisados 434 processos na Assessoria Jurídica, que tiveram média de tempo para análise de 4,35 dias corridos. No total, foram emitidos 220 pareceres, 162 despachos e 15 memorandos.

6.3 Biblioteca

Compete à Biblioteca do CNMP manter acessível a seus usuários o conjunto de conhecimentos e informações registradas nas obras que compõem o acervo, bem como fornecer-lhes meios e técnicas de pesquisa, reunião e descrição de documentos de qualquer natureza, destinados ao aperfeiçoamento funcional e cultural.

Principais realizações:

- Adquiriu e cadastrou no sistema da Biblioteca 850 livros novos;
- Assinou as seguintes bases de dados ou periódicos: Base de dados Vlex Global; Assinatura do Boletim de Direito Administrativo – Ed. NDJ; Assinatura da Biblioteca Digital de Direito – Ed. Fórum; Assinatura do Boletim de Orçamento e Finanças – Ed. Governet; Assinatura da Base de Dados de Banco de Preços – Ed. Negócios Públicos; Assinatura da Zênite Consultoria; Aquisição de dez números de ISBN; e renovação do contrato de manutenção do sistema de bibliotecas *Pergamum* – APC;
- Realizou convênio com as bibliotecas das seguintes instituições: Superior Tribunal Militar; Superior Tribunal Federal; Tribunal de Contas do Distrito Federal; Tribunal Superior do Trabalho; e Tribunal Superior Eleitoral;
- Formou a Comissão de Desenvolvimento de Coleções da Biblioteca. A Comissão elaborou o regimento interno da Biblioteca, estabelecendo produtos, serviços e regras de funcionamento, além de desenvolver a política de formação de acervo; e
- Automatizou o sistema de empréstimo, como controle de prazos de devolução, reservas e cobranças via *e-mail* aos usuários.

6.4 Secretaria de Administração

Cabe à Secretaria de Administração planejar, coordenar, orientar e supervisionar as atividades relacionadas à gestão de pessoas e à administração de serviços gerais, de compras, de contratos, de material e patrimônio, de transportes, de serviços de engenharia e manutenção predial, além da execução orçamentária e financeira.

Principais realizações:

- A Comissão de Licitação realizou, no ano de 2015, 30 Pregões e 11 dispensas de licitações, e participou em 12 processos de licitações compartilhadas;
- Acompanhamento das tratativas junto à Secretaria do Patrimônio da União (SPU), bem como realização das ações necessárias que culminaram na devolução, para a União, do terreno localizado no Lote 45 do Setor de Embaixadas Norte, em Brasília/DF;
- Acordo de cooperação firmado entre o Ministério Público Federal (Procuradoria Geral da República, Procuradoria Regional da República 1ª Região e Procuradoria da República no Distrito Federal), a Escola Superior do Ministério Público da União e o CNMP, com objetivo de estabelecer o regramento mínimo de funcionamento do Sistema de Licitações Conjuntas;
- Adequação dos ambientes do edifício-sede do CNMP de modo a atender à NBR 9050 – acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos;
- Aquisição de oito novos veículos de representação, visando substituir outros com mais de cinco anos de uso e aquisição de duas vans para apoio ao Ecotransporte;
- Aquisição de grupo gerador específico para o Centro de Processamento de Dados (CPD) do CNMP de modo a garantir a redundância no sistema e o seu funcionamento ininterrupto;
- Aquisição de *NoBreak* predial com recursos de escalabilidade de potência e redundância, garantindo maior segurança aos equipamentos, redução nos custos de manutenção e possibilidade de futura expansão do sistema elétrico estabilizado do edifício-sede do CNMP;
- Aquisição e implantação do sistema de material e patrimônio com a migração de aproximadamente 340 itens de almoxarifado, totalizando um quantitativo de 105.599 unidades de materiais de consumo, bem como a migração e inclusão de 17.031 itens patrimoniais, sendo 13.686 do CNMP, dentre esses: 5.889 livros; 1.038 originários do Ministério Público Militar e 2.306 da Procuradoria Geral da República;
- Capacitação de 13 servidores por meio do curso de Proteção de Autoridades;
- Contratação de empresa especializada para implantação de Sistema de Infraestrutura de Alta Disponibilidade (SIAD) no CPD do CNMP;
- Controle da quantidade de Km percorrido e de saídas realizadas, com registro de 6.853 saídas e de 149.666 quilômetros rodados;
- Encaminhamento para instrução de 146 processos, sendo 64 de aquisições, 40 de estudo de vantajosidade – que resultaram em, aproximadamente, 1,6 mil itens pesquisados – e 42 emissões de ordem de fornecimento. Dos 64 processos de aquisições, foram instruídos 39 para licitação, 12 para dispensa de licitação, dez para inexigibilidades e três para adesão à ata de registro de preços;

- Execução de despesa em 2015 no valor de R$ 1,86 milhão para aquisição de passagens aéreas para os deslocamentos necessários à realização das atividades do Conselho. Em complemento, foi pago o valor de R$ 3,34 milhões com diárias, sendo 975,5 diárias para conselheiros, 522 para servidores e 2.399,5 para membros auxiliares e colaboradores;
- Execução de intervenções com alterações de *layouts* nos ambientes do edifício-sede do CNMP, de modo a atender as necessidades específicas de funcionamento e melhoria no uso dos espaços;
- Implantação da cotação eletrônica nos processos de aquisições de materiais, por dispensa licitação (artigo 24, inciso II, da 8.666/93) a partir de novembro de 2015;
- Implantação de procedimento para os usuários indicarem as ligações telefônicas de natureza particular ou a serviço, com economia na ordem de 23,05% nas contas de telefonia fixa do período de maio a dezembro de 2015 em relação ao mesmo período de 2014;
- Implementação do Diário Eletrônico do CNMP - Caderno Administrativo;
- Modernização do sistema de áudio do Plenário e preparação para migração do sistema de vídeo para o formato HD;
- Obtenção junto ao Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal (DER-DF) a construção de faixa de pedestres na avenida AFS-5 (via Autarquias Federais Sul - 5), nas proximidades do edifício-sede do CNMP; e
- Realização junto à Ascom da Campanha de Atenção - Guia de Boas Práticas para o uso dos espaços e serviços do CNMP.

6.5 Secretaria de Gestão Estratégica

À Secretaria de Gestão Estratégica (SGE) compete: i) coordenar e garantir a execução do Planejamento Estratégico do CNMP, definido para o período 2010-2017; ii) monitorar os projetos estratégicos do CNMP, padronizando procedimentos e documentos relativos à sua gestão, além de consolidar e publicar informações sobre o desempenho desses mesmos projetos; iii) coordenar tecnicamente o mapeamento e a otimização dos processos de trabalho das unidades do CNMP; iv) municiar o órgão com números e análises estatísticas relativas à tramitação processual e à atuação administrativa e funcional das unidades do Ministério Público; e v) subsidiar e apoiar tecnicamente as iniciativas da Comissão de Planejamento Estratégico do CNMP.

Principais realizações:

- Prestou assessoramento técnico ao grupo de trabalho de revisão das metas e dos indicadores estratégicos do CNMP e da meta física de execução orçamentária;
- Conduziu o modelo de governança do CNMP: assessoramento técnico ao Comitê de Governança Corporativa e da Estratégia (CGCE), e condução e assessoria na realização de seis reuniões ao longo do ano;
- Elaborou a Metodologia de Gestão por Processos, aprovada pelo Comitê de Governança Corporativa e Estratégia (CGCE), disponibilizando para a contribuição de servidores do CNMP e representantes do Grupo de Trabalho de Processos do Fórum Nacional de Gestão (FNG);
- Elaborou o Plano de Gestão 2015;

- Conduziu o Modelo de Gestão Integrada da Estratégia do CNMP, mobilizando o órgão e assessorando tecnicamente suas unidades no planejamento, execução, monitoramento e avaliação de suas ações. Nesse sentido, foram conduzidas 64 Reuniões de Acompanhamento Operacional (RAO), quatro Reuniões de Acompanhamento Tático (RAT) e duas Reuniões de Análise da Estratégia (RAE) deste Conselho;
- Realizou atividades de assessoramento estatístico para publicações;
- Acompanhou o cumprimento, no âmbito do CNMP, da Resolução nº 86, de 21 de março de 2012, que dispõe sobre o Portal da Transparência do Ministério Público, com a participação e assessoria técnica ao Comitê Gestor Permanente do Portal da Transparência do Ministério Público;
- Participou do assessoramento estatístico no grupo de trabalho, instituído pela Portaria Presi-CNMP nº 50, de 28 de abril de 2015, vinculado à Comissão de Planejamento Estratégico do CNMP, com o objetivo de avaliar e propor aprimoramentos aos anexos da Resolução CNMP nº 74, de 19 de julho de 2011;
- Prestou assessoria técnica ao Fórum Nacional de Gestão do Ministério Público (FNG-MP) e demais iniciativas da Comissão de Planejamento Estratégico;
- Coordenou a organização do 6º Congresso Brasileiro de Gestão do Ministério Público realizado nos dias 4, 5 e 6 de novembro de 2015 e que envolveu cerca de 600 participantes entre membros e servidores do Ministério Público brasileiro;
- Elaborou relatórios do Inqueritômetro/Enasp e Estatística Processual, em parceria com a Secretaria de Tecnologia da Informação, utilizando a ferramenta de *Bussiness Intelligence*;
- Mapeou processos de trabalho – coordenação da execução do projeto estratégico "Mapeamento de processos de trabalho", com intuito de apresentar a metodologia de notação BPMN e mapear os processos de trabalho das unidades administrativas do CNMP;
- Validou e atualizou o portfólio de processos do CNMP, realizado por meio do levantamento de todos os processos de trabalho relativos a cada uma de suas unidades administrativas, excluindo os processos que tenham sido encerrados e acrescentando outros que não estavam relacionados;
- Realizou estudos e propostas de organização e reestruturação das unidades administrativas do CNMP, por meio da construção de organogramas setoriais e geral, conforme a demanda dos gestores, e projetos de lei vigentes;
- Elaborou os Planos Diretores da Corregedoria Nacional e da Secretaria de Tecnologia da Informatização para o período de 2016 e 2017;
- Elaborou o Manual de elaboração dos Planos Diretores das unidades do Conselho Nacional do Ministério Público;
- Coordenou a elaboração do Plano de Gestão Anual do CNMP – etapa de desdobramento do Plano Estratégico com o objetivo de definir os projetos e os processos trabalhados ao longo do ano e os indicadores utilizados para monitorá-los, visando a alcançar os objetivos estratégicos estabelecidos; e
- Produziu o relatório executivo de resultados do CNMP nos últimos dois anos: consolidação das ações de coordenação no CNMP, descrevendo a atuação do órgão em números, por temática e principais resoluções, aprovadas no período de setembro de 2013 a setembro de 2015.

6.6 Secretaria de Planejamento Orçamentário

A Secretaria de Planejamento Orçamentário (SPO), órgão de apoio técnico, foi criada em fevereiro de 2010 e atua como órgão específico do Sistema de Planejamento e Orçamento da Administração Federal, orientando tecnicamente as unidades gestoras do CNMP no planejamento e na execução das atividades afetas à área de orçamento e finanças.

Principais realizações:

- Elaborou e encaminhou as Propostas Orçamentárias Anuais e Plurianuais do CNMP à Secretaria de Orçamento Federal e à Presidência da República;
- Articulou com outras unidades dos Poderes da República, em assuntos relativos à área de orçamento e finanças;
- Avaliou e conduziu a estratégia orçamentária e financeira do CNMP, com definição de procedimentos de acompanhamento do processo de planejamento e execução orçamentária e financeira;
- Monitorou e avaliou a execução orçamentária e financeira, identificando e indicando soluções para as distorções apresentadas entre a despesa prevista e a executada, com reprogramação e/ou solicitação de créditos adicionais;
- Elaborou estudos orçamentários da viabilidade de reajustes nos benefícios aos servidores, em especial o auxílio-alimentação e a assistência pré-escolar;
- Elaborou estudos de impactos orçamentários decorrentes de decisões do Plenário, que comprometam as dotações orçamentárias do CNMP;
- Elaborou estudos de impactos orçamentários e financeiros de projetos de lei com tramitação no Congresso Nacional, que tenham repercussão orçamentária para o CNMP;
- Analisou as receitas próprias diretamente arrecadadas pelo CNMP para fins de reestimativas da receita estimada na Lei Orçamentária Anual;
- Elaborou estudos para implantação de Unidade de Centro de Custos do CNMP;
- Propôs emendas supressivas e/ou adicionais ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias;
- Prestou assessoria técnica e participação no Grupo de Trabalho Indicadores, o qual propôs a reformulação dos parâmetros qualitativos do principal programa orçamentário, bem como revisão do produto e da meta física da principal ação orçamentária do CNMP;
- Prestou apoio técnico às equipes dos Conselheiros Relatores de processos relacionados às áreas de orçamento e finanças públicas;
- Participou, como representante do CNMP, nos Grupos Técnicos de Padronização de Relatórios (GTRel) e de Informações Contábeis e Fiscais (GTSIS)[4], no âmbito da Secretaria do Tesouro Nacional;
- Participou, como representante do CNMP, no Fórum Nacional de Gestão do Ministério Público;

4 Responsável pela análise e elaboração de diagnósticos e estudos visando à harmonização das regras e funcionalidades dos sistemas contábeis e fiscais no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

- Participou da discussão técnica para assegurar recursos orçamentários, junto à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão compatíveis com as demandas do CNMP;
- Preparou, em conjunto com a Secretaria de Gestão Estratégica, da sistemática e da metodologia de elaboração do Plano de Gestão 2016 e reprogramação orçamentária das programações inseridas no Projeto de Lei Orçamentária 2016;
- Realizou estudos e projeções das despesas para fins de limitação de empenho e movimentação financeira; e
- Realizou estudos e projeções das despesas para fins de identificação de necessidades de suplementação orçamentária das ações orçamentárias integrantes da Lei Orçamentária 2015.

6.7 Secretaria Processual

A Secretaria Processual (SPR), subordinada à Secretaria Geral do CNMP, possui em sua estrutura: a Assessoria Técnica, a Coordenadoria de Protocolo, Autuação e Distribuição, a Coordenadoria de Processamento de Feitos e a Coordenadoria de Acompanhamento de Decisões.

A SPR tem como finalidade intermediar a atividade processual do CNMP, realizando o recebimento, a triagem, o protocolo e a movimentação de documentos; atendimento ao público; a autuação e distribuição de processos; o processamento dos feitos, participação efetiva nas sessões plenárias; o cumprimento das decisões e resoluções do Conselho; a participação ativa em todas as fases de implementação do sistema eletrônico; a participação na criação e na implementação do Diário Eletrônico do CNMP, bem como na administração do seu caderno processual e o apoio aos Gabinetes e Comissões.

Movimentação processual

CLASSE PROCESSUAL	DISTRIBUÍDOS	PROCESSOS JULGADOS(*) (**)	PROCESSOS EM ANDAMENTO
Anteprojeto de Lei	5	1	4
Arguição de Impedimento ou Suspeição	2	1	1
Avocação	12	5	7
Consulta	7	3	4
Correição	-	-	-
Nota Técnica	4	-	4
Inspeção	17	-	17
Pedido de Providências	263	170	93
Procedimento Avocado	8	1	7
Procedimento de Controle Administrativo	321	195	126
Procedimento Interno de Comissão	122	45	77
Processo Administrativo Disciplinar	32	3	29
Proposição	72	14	58

Continua

Continuação

CLASSE PROCESSUAL	DISTRIBUÍDOS	PROCESSOS JULGADOS(*) (**)	PROCESSOS EM ANDAMENTO
Reclamação Disciplinar	428	178	250
Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público	13	4	9
Reclamação para Preservação da Competência e das Decisões do Conselho	18	6	12
Remoção por Interesse Público	-	-	-
Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo	182	126	56
Restauração de Autos	-	-	-
Revisão de Decisão de Conselho	9	5	4
Revisão de Processo Disciplinar	40	13	27
Sindicância	6	1	5
Recurso Interno em RD e Sindicância	32	24	8
TOTAL	**1.593**	**795**	**798**

Observações: (*) Incluídas as decisões monocráticas e colegiadas.
(**) Incluídos processos físicos e eletrônicos.

Acompanhamento de Decisões

A Coordenadoria de Acompanhamento de Decisões (Coade), até o mês de dezembro de 2015, expediu 281 ofícios, 20 ofícios circulares e 45 mandados de intimação, além da produção de oito relatórios, todos referentes ao acompanhamento do cumprimento de decisões plenárias com determinação e de resoluções de caráter mandamental.

O setor peticionou e acompanhou as intimações de decisões nos processos de interesse do CNMP em curso no sistema e-CNJ, bem como monitorou o trâmite dos processos com decisão plenária suspensa em sede de mandado de segurança pelo Supremo Tribunal Federal.

Realizou, ainda, a apresentação dos indicadores estratégicos sob sua responsabilidade nas Reuniões de Acompanhamento Operacional (RAO) e nas Reuniões de Acompanhamento Tático (RAT), possibilitando o monitoramento e o acompanhamento da evolução no cumprimento de decisões e de atos normativos exarados pelo Conselho, tanto em números absolutos como por unidades do Ministério Público.

A partir de fevereiro de 2015, em parceria com a Corregedoria Nacional e a Secretaria de Tecnologia da Informação, foi implantado o Sistema de Acompanhamento de Decisões, o qual automatizou as rotinas de acompanhamento, registro e classificação de processos com determinação e de atos normativos, inclusive com a utilização da ferramenta *Business Intelligence* (BI) para extração da estatística relativa aos indicadores estratégicos de cumprimento de resoluções e decisões plenárias, garantido a segurança e a integridade das informações, visando uma futura divulgação no Portal do CNMP.

Principais realizações:

- Realizou estudo para criação de ferramenta de "PUSH" para as movimentações ocorridas nos processos, com a participação da Secretaria de Tecnologia da Informação;
- Confeccionou manual orientador para as rotinas processuais;
- Realizou inventário de processos físicos em trâmite no CNMP;
- Disponibilizou e atualizou os atos normativos aprovados nas sessões plenárias no portal do CNMP;
- Organizou e participou, por meio da Coordenadoria de Processamento de Feitos (COPF), de 22 sessões ordinárias, com julgamento de 386 processos;
- Realizou o peticionamento e o acompanhamento das intimações de decisões nos processos de interesse do CNMP em curso no sistema e-CNJ, bem como monitorou o trâmite dos processos com decisão plenária suspensa em sede de mandado de segurança pelo Supremo Tribunal Federal; e
- Implantou o Sistema de Acompanhamento de Decisões, o qual automatizou as rotinas de acompanhamento e execução dos atos normativos e dos processos com determinações.

6.8 Secretaria de Tecnologia da Informatização

A Secretaria de Tecnologia da Informatização (STI) tem por objetivos atuar no planejamento, na execução e no acompanhamento das ações relativas à tecnologia da informação (TI), além de manter a infraestrutura e os serviços de TI necessários ao funcionamento do CNMP. Destacam-se, dentre essas funções, a gestão dos recursos orçamentários e materiais, o investimento no aprimoramento e na manutenção dos ativos de TI, o desenvolvimento de novas aplicações, a sustentação de aplicações e serviços existentes e o atendimento ao usuário dos recursos de TI do Conselho.

As atividades da STI estão agrupadas em cinco eixos de atuação, alinhados aos seguintes objetivos estratégicos: i) promover a informatização de processos; ii) desenvolver processos de planejamento e de gestão; iii) mobilizar o Conselho para gestão de resultados; e iv) modernizar a infraestrutura física e tecnológica.

Principais realizações:

- Implantou os módulos do Sistema ELO que atendem aos setores de Protocolo, Secretaria Processual, Gabinetes de Conselheiros, Secretaria Geral e Presidência;
- Implantou as funcionalidades de peticionamento eletrônico, intimação, consulta externa, sessão eletrônica e assinatura digital no Sistema ELO;
- Desenvolveu e implantou o Diário Eletrônico do CNMP;
- Entregou os relatórios de *Business Intelligence* da Estatística Processual (processos físicos e processos eletrônicos), do Inqueritômetro, da Resolução CNMP nº 74, de 19 de julho de 2011, e do Acompanhamento das Decisões;
- Desenvolveu os relatórios de *Business Intelligence* das Resoluções sobre Infância e Juventude;
- Implantou o Banco Nacional de Processos;

- Implantou a nova versão do Banco Nacional de Projetos;
- Aprimorou o sistema para atender às Resoluções nº 67/2011 e 71/2011;
- Atualizou o sistema CNMPInd para atender à Resolução nº 74/2011;
- Expandiu o Sistema de Gestão de Tabelas para acomodar tabelas administrativas;
- Disponibilizou ferramenta para consulta ao Portal da Transparência;
- Desenvolveu e implantou o Sistema de Posse Eletrônica;
- Desenvolveu o novo Sistema de Gestão de Viagens;
- Elaborou o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) do biênio 2016-2017;
- Criou o setor de assessoramento para elaboração e acompanhamento dos instrumentos de planejamento, controle da execução orçamentária, gestão de contratos e apoio administrativo ao Secretário de Tecnologia da Informação;
- Implantou a virtualização de ambiente de banco de dados para melhoria da disponibilidade dos sistemas do CNMP; e
- Adquiriu e emitiu certificados digitais para conselheiros, membros, servidores e equipamentos.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

Após estabelecer como prioridade, para o exercício de 2014, a elevação da qualidade da sua gestão administrativa e financeira, assim como de todo o Ministério Público brasileiro, o Conselho Nacional do Ministério Público elegeu como principais desafios, para o ano de 2015, promover sua restruturação e modernização administrativas, buscando fazer frente ao crescimento contínuo de suas demandas e à amplitude e complexidade de suas missões constitucionais, seja no que concerne ao exercício do controle externo de todos os ramos do Ministério Público da União e dos Estados e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros, seja em relação ao seu relevante papel de indutor de políticas institucionais.

Merece especial destaque, no exercício de 2015, a significativa alteração da composição do Colegiado. Em virtude do encerramento de mandatos referentes ao biênio 2013-2015, deu-se, neste ano, o ingresso de seis novos Conselheiros com mandatos a serem exercidos no biênio 2015-2017. Houve, por conseguinte, mudanças relevantes em presidências de comissões permanentes e temporárias, na titularidade do cargo de Corregedor Nacional do Ministério Público, além de diversas substituições de membros auxiliares.

As mudanças, porém, não prejudicaram o contínuo processo de evolução do órgão, com rápida adaptação dos novos Conselheiros. Assim, sempre de forma alinhada ao seu Planejamento Estratégico Institucional (2010-2017), o CNMP seguiu a trajetória de crescimento, envidando notáveis esforços no sentido de promover sua modernização administrativa e tecnológica, adquirindo maior autonomia para desenvolvimento e gerenciamento de sistemas informatizados e, ao mesmo tempo, aprimorando quantitativa e qualitativamente o seu quadro de pessoal.

No que tange, especificamente, à modernização da gestão administrativa, o Conselho realizou importantes avanços. As metas e os indicadores definidos no Plano Estratégico – revisados pelo grupo de trabalho instituído para essa finalidade, vinculado ao Comitê de Governança Corporativa e da Estratégia – foram considerados como base para o acompanhamento da meta física de execução orçamentária, conforme metodologia proposta pelo CNMP e aprovada como projeto-piloto pelo Ministério do

Planejamento, Orçamento e Gestão. Com isso, o Conselho, de modo pioneiro, busca conferir maior eficácia ao seu planejamento, atribuir-lhe mais transparência e permitir o efetivo controle social das atividades institucionais.

Sob o ponto de vista tecnológico, o Conselho promoveu uma mudança substancial em seus processos de trabalho, instituindo o sistema eletrônico de processamento de informações e prática de atos administrativos e processuais, denominado "Sistema ELO", cujas funcionalidades vêm sendo desenvolvidas, aprimoradas e implementadas gradativamente. Em 2015, entraram em pleno funcionamento os módulos que atendem aos setores de Protocolo, Secretaria Processual, Gabinetes de Conselheiros, Secretaria Geral e Presidência, peticionamento eletrônico, intimação, consulta externa, sessão eletrônica e assinatura digital. Também teve início o desenvolvimento do Sistema Elo – Fase II, que diz respeito ao desenvolvimento e à implementação do sistema na Corregedoria Nacional.

A implementação do Sistema ELO representa um grande avanço na gestão do CNMP, pois permite, a um só tempo, a racionalização de recursos, a diminuição do tempo de tramitação e julgamento de processos, o aumento de segurança e confiabilidade na prática de atos processuais e uma importante elevação da eficiência no exercício da atividade finalística.

Nessa mesma linha, imbuído do propósito de racionalizar e otimizar a tramitação de procedimentos administrativos disciplinares no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público, o Plenário instituiu e regulamentou a videoconferência para instrução desta modalidade de feito.

Dando continuidade ao processo de modernização e valendo-se de novas ferramentas tecnológicas, o CNMP, finalmente, instituiu e regulamentou o seu próprio Diário Eletrônico, estabelecendo normas e procedimentos para publicação de atos oficiais, atribuindo maior densidade normativa e efetividade aos princípios da publicidade e transparência, que sempre devem nortear a administração pública.

Os esforços para modernizar a gestão do CNMP não se limitaram ao desenvolvimento e ao aperfeiçoamento de sistemas. A intensa preocupação em aproximar-se cada vez mais da sociedade civil, valendo-se de ferramentas tecnológicas atuais e fazendo uso de uma linguagem acessível ao público jovem contribuiu, por exemplo, para o lançamento da campanha nacional "João Cidadão", com criação de personagem, *hotsite*, *spots* para rádio e anúncios de jornal e revista. Além disso, foi criada uma página do personagem no *Facebook*, com conteúdo exclusivo que alcançou, em poucos meses de produção, mais de um milhão de usuários, além de terminar o ano possuindo mais de 80 mil seguidores.

De mais a mais, zelando pelo cumprimento de sua missão de fortalecer e aprimorar o Ministério Público brasileiro, assegurando sua autonomia e unidade, para uma atuação responsável e socialmente efetiva, o Conselho instituiu, em 2015, as Tabelas Unificadas da área de gestão administrativa. Estas têm como objetivo a padronização e a uniformização taxonômica e terminológica das atividades das unidades do Ministério Público, em todas as suas vertentes, com o propósito de se extrair dados estatísticos mais detalhados e precisos de cada uma das unidades dos Ministérios Públicos da União e dos Estados para a produção de diagnósticos e estudos essenciais à gestão estratégica da Instituição, em nível nacional.

Noutra senda, no que toca à reestruturação administrativa tão almejada pelo Conselho no exercício de 2015 para melhor adequação aos crescentes desafios que lhe são propostos ano após ano, pode-se afirmar que esteve fundamentada, basicamente, em três principais objetivos: i) na separação definitiva entre as carreiras do Conselho Nacional do Ministério Público e do Ministério Público da União, mediante realização do primeiro concurso público exclusivo para cargos efetivos do seu quadro de pessoal; ii) na aprovação de novo plano de carreira para os cargos de técnico e analista que compõem o seu quadro; e iii) na aprovação da proposta legislativa que teve por objeto a restruturação administrativa do órgão, proporcionando-lhe maior autonomia.

Neste particular, a despeito da exaustiva empreitada assumida pela Administração, nem todos os esforços se converteram em resultados concretos, como se verá a seguir.

O 1º concurso público para cargos efetivos do quadro de pessoal da Secretaria do CNMP foi concluído com sucesso. Depois de ultimado o processo para que os servidores optassem entre os quadros do CNMP e MPU, foi realizada a redistribuição dos cargos de que trata a Lei nº 12.412, de 31 de maio de 2011, definindo-se a partir daí os cargos que seriam oferecidos em concurso. Ainda no ano de 2015, cerca de 90 novos servidores tomaram posse e iniciaram o exercício de suas atividades junto ao Conselho.

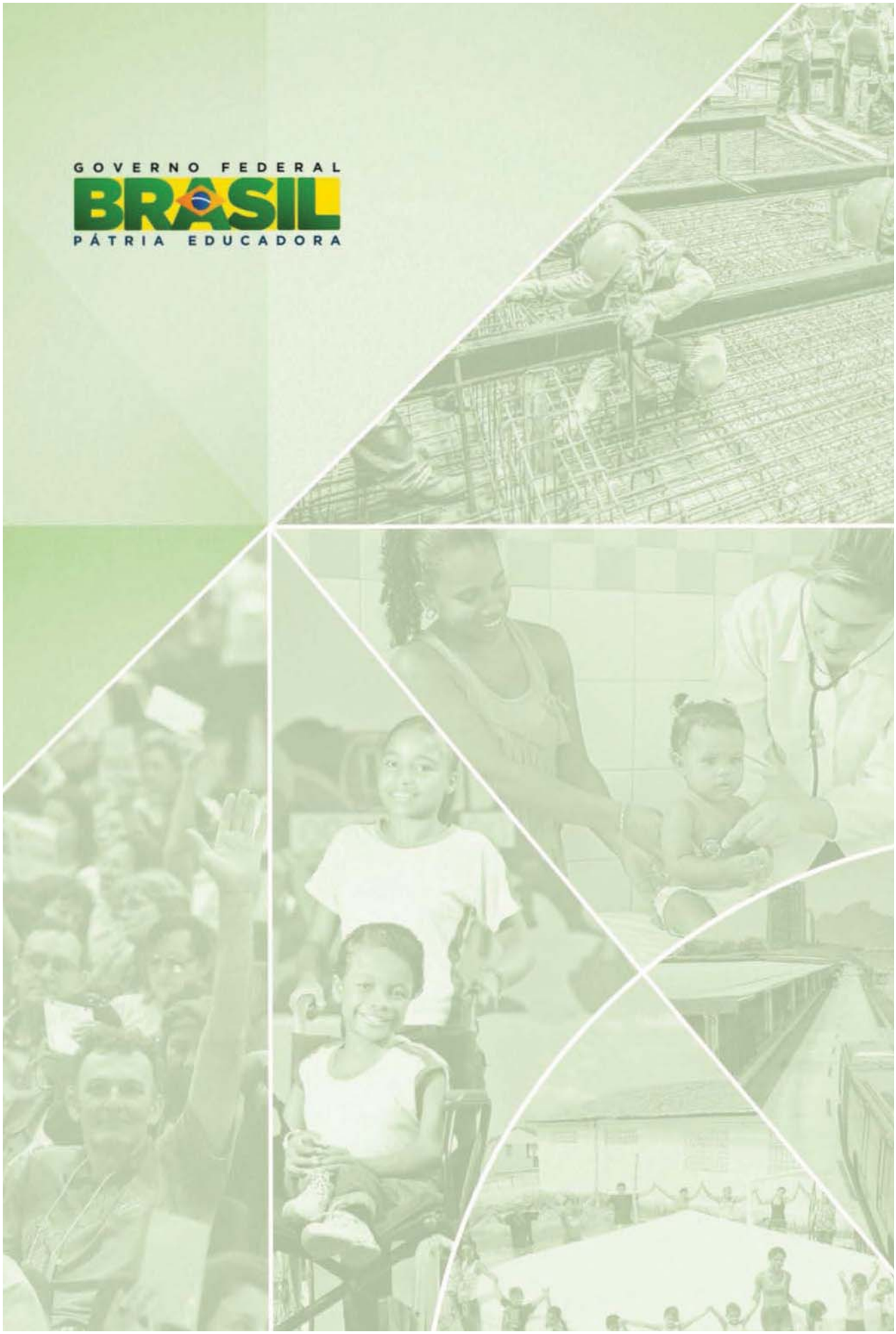
Com relação aos demais objetivos estruturantes, entretanto, o CNMP, lamentavelmente, não obteve o mesmo êxito. Sem embargo dos esforços empreendidos perante o Congresso Nacional e a Presidência da República para aprovação de propostas legislativas estratégicas, destinadas à criação de um plano de carreira próprio, que promovesse a valorização dos seus servidores (Projeto de Lei nº 7.919/2014), e à sua restruturação administrativa (Projeto de Lei nº 7.921/2014), nenhum dos projetos foi, ao final, convertido em lei. Em que pese a aprovação pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, ambos foram vetados integralmente, afetando, de sobremaneira, as perspectivas de crescimento do Conselho.

No ano de 2016, o CNMP, amadurecido, responsável e profissionalizado, espera dar seguimento ao seu projeto de modernização e restruturação administrativa, pois somente assim será viável o progressivo aperfeiçoamento de sua atuação. Para isso, continuará contando com o imprescindível apoio do Congresso Nacional e da Presidência da República para aprovação de propostas legislativas que contemplem tais escopos, em especial, dos projetos de lei que têm por objeto a criação de um plano de carreira digno e de valorização dos seus servidores e a restruturação administrativa do órgão, notadamente no que diz respeito às mudanças que podem ser perpetradas sem acarretar impactos orçamentário e financeiro, levando-se já em consideração a delicada conjuntura econômica em que o País se encontra.

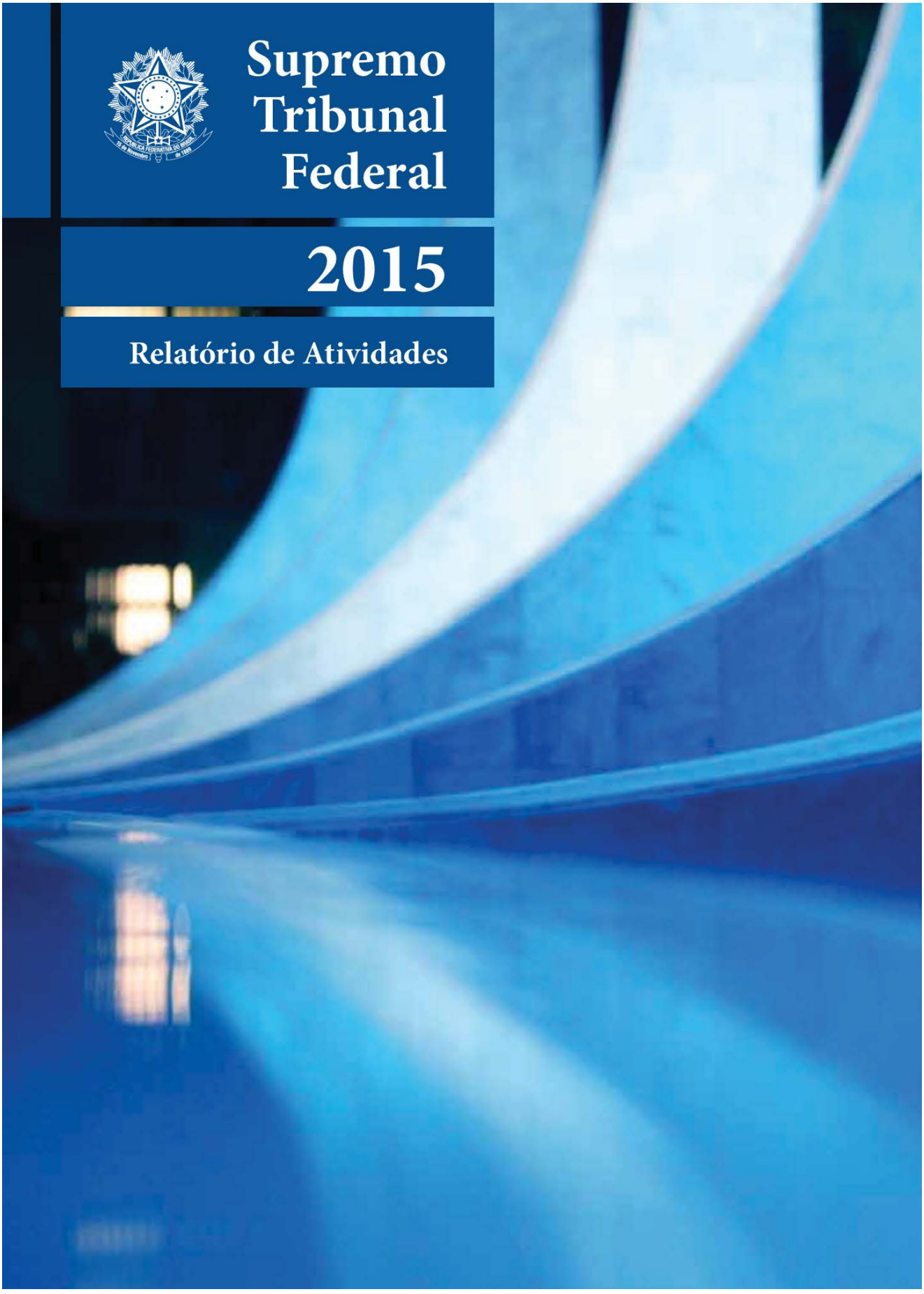
Presidência da República

Casa Civil

Este livro foi composto na família Minion.


GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

Mensagem do Poder Judiciário.



Relatório de Atividades 2015
Supremo Tribunal Federal

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
RELATÓRIO DE ATIVIDADES
EXERCÍCIO – 2015

Plenário

MINISTRO **RICARDO LEWANDOWSKI** – PRESIDENTE
MINISTRA **CÁRMEN LÚCIA** – VICE-PRESIDENTE
MINISTRO **CELSO DE MELLO**
MINISTRO **MARCO AURÉLIO**
MINISTRO **GILMAR MENDES**
MINISTRO **DIAS TOFFOLI**
MINISTRO **LUIZ FUX**
MINISTRA **ROSA WEBER**
MINISTRO **TEORI ZAVASCKI**
MINISTRO **ROBERTO BARROSO**
MINISTRO **EDSON FACHIN**

Primeira Turma

MINISTRA **ROSA WEBER** – PRESIDENTE
MINISTRO **MARCO AURÉLIO**
MINISTRO **LUIZ FUX**
MINISTRO **ROBERTO BARROSO**
MINISTRO **EDSON FACHIN**

Segunda Turma

MINISTRO **DIAS TOFFOLI** – PRESIDENTE
MINISTRO **CELSO DE MELLO**
MINISTRO **GILMAR MENDES**
MINISTRA **CÁRMEN LÚCIA**
MINISTRO **TEORI ZAVASCKI**

GESTÃO 2014-2016

Chefe de Gabinete da Presidência
Ana Maria Alvarenga Mamede Neves

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA

Secretário-Geral da Presidência
Manoel Carlos de Almeida Neto

Chefe de Gabinete da Secretaria-Geral da Presidência
Dennys Albuquerque Rodrigues

Assessora-Chefe do Plenário
Fabiane Pereira de Oliveira Duarte

Assessor-Chefe de Assuntos Internacionais
Fernando Antônio Wanderley Cavalcanti Júnior

Assessora-Chefe de Gestão Estratégica
Amanda Flávio de Oliveira

Assessora-Chefe de Cerimonial
Maria Waleska Câmara Hitzschky Barreto

Assessor-Chefe de Articulação Parlamentar
Tarciso Dal Maso Jardim

Assessor-Chefe Processual
Daniel Soeiro Freitas

Secretária de Comunicação Social
Débora Santos Oliveira

Secretário de Documentação
Dimitri de Almeida Prado

Secretário Judiciário
João Bosco Marcial de Castro

SECRETARIA DO TRIBUNAL

Diretor-Geral
Amarildo Vieira de Oliveira

Assessor Jurídico
Rubens André Gonçalves Dusi

Assessora de Administração
Cícera Fernanda de Araújo Magalhães

Secretário de Administração e Finanças
Armando Akio Santos Dói

Secretário de Gestão de Pessoas
Cícero Rodrigues de Oliveira Gomes

Secretário de Serviços Integrados de Saúde
Marco Polo Dias Freitas

Secretário de Tecnologia da Informação
Márcio Pachioni Baeta

Secretário de Segurança
Murilo Maia Herz

Secretária de Gestão do STF-Med
Mônica Maria Gomide Madruga Ribeiro

SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Secretário de Controle Interno
Jacob Barreto de Sales

Supremo Tribunal Federal – Biblioteca Ministro Victor Nunes Leal

Brasil. Supremo Tribunal Federal (STF).

Relatório de atividades 2015 / Supremo Tribunal Federal. – Brasília : Supremo Tribunal Federal, 2016.

108 p. : il.

Disponível também em formato eletrônico: http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/sobreStfConhecaStfRelatorio/anexo/relatorio2015.pdf.

1. Poder judiciário, Brasil. 2. Tribunal supremo, relatório, Brasil. 3. Lewandowski, Enrique Ricardo, 1948-. I. Título.

CDD-341.4191

Sumário

Palavra do Presidente 6

O Supremo Tribunal Federal 9
Composição do Plenário do STF 10
Composição das Turmas do STF 11
Missão 12
Visão 12
Organograma 13

Destaques de 2015 15
Posse do Ministro Edson Fachin no Supremo Tribunal Federal 16
Jubileu de prata do Ministro Marco Aurélio: 25 anos no STF 17
Audiências públicas 18

Prestação Jurisdicional 23
Balanço da prestação jurisdicional do STF em 2015 24
Súmula vinculante 34
Repercussão geral 37
Preocupação com a eficiência e celeridade dos julgamentos de processos – instrumentos utilizados 45

Transparência e Articulação Institucional 51
Um canal direto com o cidadão 52
Programa Portas Abertas – visitação pública no STF 54
Comunicação institucional 55
Memória institucional e cidadania 60
Atuação internacional 69

Gestão e Governança 73
Planejamento estratégico: STF – rumo a 2020 74
Mapa Estratégico: STF – rumo a 2020 76
Gestão por processos 81
Tecnologia – melhorias e inovações em destaque 82
Gestão de pessoas 87
Orçamento do STF no exercício de 2015 99
Manutenção e modernização das instalações e segurança do Supremo Tribunal Federal 101
Controle interno 102
Responsabilidade socioambiental 103
Comunicação interna: informar, conscientizar e orientar 107

Palavra do Presidente

Em uma instituição de Estado, a produção de relatório anual de atividades cumpre o importantíssimo papel de informar, na medida em que representa mais um instrumento de transparência e de prestação de contas à sociedade. Por sua vez, a preocupação com a correta divulgação dos serviços essenciais que os Magistrados desta Corte – e do País – prestam ao Brasil acompanha, desde o início, a atual gestão da Presidência do Supremo Tribunal Federal, tendo constituído compromisso assumido no discurso de posse. A produção e a divulgação de dados oficiais, quer concernentes a atos jurisdicionais, quer relativos a recursos humanos e orçamentários, permitem que o Tribunal colha, no âmbito interno e externo, críticas dirigidas ao aprimoramento de suas práticas ou, até mesmo, aplausos voltados a ações que executa com proficiência.

É com esse espírito que o STF traz a lume o Relatório de Atividades de 2015. Trata-se de documento já tradicional, que, ademais, configura um registro histórico da maior importância.

Entre os dados relativos ao corrente ano, e naquilo que se refere às nossas atividades-fim, há motivos para otimismo. Em um contexto de crescente volume de processos que aportam na Corte, esta manteve a curva ascendente no que diz respeito à eficiência do desempenho de seus integrantes verificada no ano anterior: mesmo tendo recebido volume superior de processos em comparação com os últimos 5 anos (levantamento realizado em 15/12/2015 já apontava o total de 90.725 novos processos recebidos), o STF aumentou ainda mais a sua produtividade, tendo baixado, até 15 de dezembro deste ano, o total de 92.477 processos.

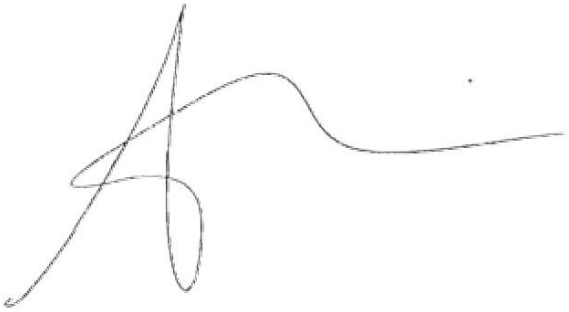
Para além do comprometimento com a redução de seu acervo global, o STF, no decorrer de 2015, também se preocupou em contribuir para a redução do acervo global do Judiciário, ao priorizar a utilização dos instrumentos de que dispõe para esse fim. Nessa linha, é de se destacar o esforço do Plenário da Corte

para julgar preferencialmente recursos com repercussão geral reconhecida, bem como para editar verbetes de súmula vinculante. Ainda em nome da eficiência, e em atenção ao princípio da duração razoável do processo, priorizou, igualmente, os casos cujo julgamento já havia se iniciado, com a inclusão em pauta de inúmeros processos com pedido de vista.

Nos aspectos administrativo e gerencial, o ano de 2015 foi marcado pelo desenvolvimento de um novo ciclo de planejamento estratégico para a Corte, previsto para vigorar até o ano de 2020. Fruto de dezenas de reuniões, realizadas ao longo dos meses de maio a outubro – e que envolveram centenas de servidores, líderes, representantes de gabinetes e gestores da Corte –, o documento final foi aprovado por unanimidade pelos Ministros da Casa, em sessão administrativa de 9 de dezembro deste ano.

O novo plano estratégico apresenta 10 objetivos, 19 indicadores e 19 metas, nas perspectivas "Prestação Jurisdicional", "Transparência", "Articulação Institucional", "Estrutura e Infraestrutura" e "Recursos". A ênfase na temática "gestão de pessoas" pode ser facilmente percebida, em razão das novas e mais eficazes metas aprovadas para o tópico, o que evidencia a importância atribuída ao bem-estar das pessoas que integram esta Casa, a fim de propiciar a melhoria dos serviços que presta.

O cenário de perplexidades jurídicas com o qual a sociedade brasileira conviveu no decorrer do ano que finda já nos dá mostras de que irá repetir-se em 2016. Sem embargo, aos cidadãos brasileiros sempre estarão abertas as portas do Supremo Tribunal Federal, instituição que jamais se furtou a enfrentar os questionamentos que lhe foram colocados, por mais complexos que se afigurassem, sempre vocacionada à nobre missão de guardar o fiel cumprimento da Constituição e, por consequência, de promover a pacificação social e o equilíbrio institucional.



Ministro **RICARDO LEWANDOWSKI**
Presidente

O Supremo Tribunal Federal

Composição do Plenário do STF[1]

Ministro
Ricardo Lewandowski
Presidente
(16/3/2006)

Ministro
Celso de Mello
(17/8/1989)

Ministro
Marco Aurélio
(13/6/1990)

Ministro
Gilmar Mendes
(20/6/2002)

Ministra
Cármen Lúcia
(21/6/2006)

Ministro
Dias Toffoli
(23/10/2009)

Ministro
Luiz Fux
(3/3/2011)

Ministra
Rosa Weber
(19/12/2011)

Ministro
Teori Zavascki
(29/11/2012)

Ministro
Roberto Barroso
(26/6/2013)

Ministro
Edson Fachin
(16/6/2015)

1 O Supremo Tribunal Federal é composto por 11 Ministros, brasileiros natos (art. 12, § 3º, IV, da CF/1988), escolhidos dentre cidadãos com mais de 35 e menos de 65 anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada (art. 101 da CF/1988).

Composição das Turmas do STF[2]

Primeira Turma

Ministra Rosa Weber – Presidente
Ministro Marco Aurélio
Ministro Luiz Fux
Ministro Roberto Barroso
Ministro Edson Fachin

Segunda Turma

Ministro Dias Toffoli – Presidente
Ministro Celso de Mello
Ministro Gilmar Mendes
Ministra Cármen Lúcia
Ministro Teori Zavascki

2 Cada Turma é constituída por 5 Ministros e presidida pelo mais antigo dentre seus membros pelo período de 1 ano, vedada a recondução até que todos os seus integrantes hajam exercido a Presidência, observada a ordem decrescente de antiguidade (art. 4º, § 1º, do RISTF/1980 – atualizado com a introdução da Emenda Regimental 25/2008). O Ministro Dias Toffoli integrou a Primeira Turma no período de 27/10/2009 a 10/3/2015. No período de 11/3/2015 a 9/6/2015, a Primeira Turma atuou com 4 Ministros, em razão da transferência do Ministro Dias Toffoli para a Segunda Turma.

Missão

"Incumbe, ao Supremo Tribunal Federal, no desempenho de suas altas funções institucionais e como garantidor da intangibilidade da ordem constitucional, o grave compromisso – que lhe foi soberanamente delegado pela Assembleia Nacional Constituinte – de velar pela integridade dos direitos fundamentais, de repelir condutas governamentais abusivas, de conferir prevalência à essencial dignidade da pessoa humana, de fazer cumprir os pactos internacionais que protegem os grupos vulneráveis expostos a injustas perseguições e a práticas discriminatórias, de neutralizar qualquer ensaio de opressão estatal e de nulificar os excessos do Poder e os comportamentos desviantes de seus agentes e autoridades, que tanto deformam o significado democrático da própria Lei Fundamental da República."

Ministro **CELSO DE MELLO**

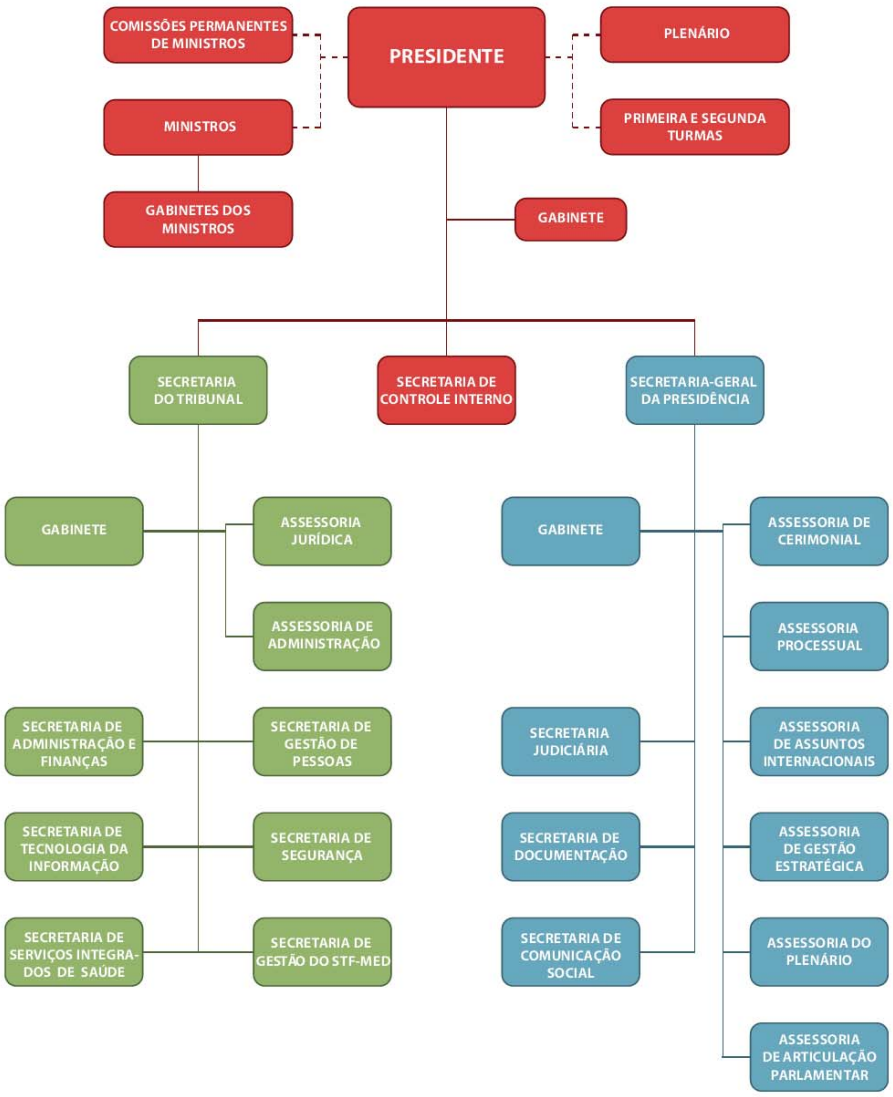
Visão

"Assegurar a concretização dos direitos fundamentais, consideradas as suas várias dimensões, e garantir a estabilidade das instituições republicanas."[3]

Ministro **RICARDO LEWANDOWSKI**

3 Conforme a Portaria/GP-STF 4, de 8 de janeiro de 2015.

Organograma[*]



[*] Versão simplificada do organograma do Supremo Tribunal Federal, conforme o Ato Regulamentar 19, de 16 de outubro de 2014.

Ministro
Marco Aurélio
25 anos no STF
O ano de 2015 reserva um momento caro para o Supremo Tribunal Federal. Em junho, o Ministro Marco Aurélio Mendes de Farias Mello completa um quarto de século de exercício judicante nesta Casa.
Para celebrar a ocasião, muito especial para a Suprema Corte, vem a público a presente mostra, em propósito de homenagear o eminente Ministro Marco Aurélio, um juiz à moda antiga, como ele mesmo se descreve.
Nesta exposição, compõe-se um breve perfil do homem público de firmes opiniões e do brasileiro que sempre fez questão de deixar claro seu zelo e carinho pela Carta Maior da República.
Carioca formado na tradicional Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o Ministro Marco Aurélio construiu uma bela família na capital brasileira e ousou moldar uma carreira jurídica irretocável, da qual se extrai o retrato de um humanista cuja reputação impar o coloca no panteão dos nossos consagrados juristas.
Com a maestria que lhe é peculiar, o Ministro Marco Aurélio protagonizou momentos marcantes ao longo de sua trajetória. Presidiu este STF no biênio 2001-2003 e, por três vezes, o TSE, de onde conduziu as primeiras eleições informatizadas no Brasil. Foi, ainda, um dos cinco Ministros do STF a exercer interinamente o cargo de Presidente da República.
Esses e outros momentos estão retratados nesta homenagem.
Jubileu de Prata do Ministro Marco Aurélio
STF

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Destaques de 2015

Posse do Ministro Edson Fachin no Supremo Tribunal Federal

Luiz Edson Fachin nasceu no dia 8 de fevereiro de 1958, em Rondinha, município do Estado do Rio Grande do Sul. Professor titular de Direito Civil da Universidade Federal do Paraná (UFPR), instituição em que se graduou em Direito em 1980, tem mestrado e doutorado, também em Direito Civil, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), concluídos respectivamente em 1986 e 1991. Realizou pós-doutorado no Canadá, atuou como pesquisador convidado no Instituto *Max Planck*, em Hamburgo, Alemanha, e também como professor visitante no *King's College*, em Londres, Inglaterra.

Proveniente da advocacia, seu nome foi anunciado pela Presidenta da República, Dilma Rousseff, no dia 14 de abril de 2015, para ocupar vaga oriunda da aposentadoria do Ministro Joaquim Barbosa. No dia 19 de maio, o Plenário do Senado Federal aprovou a indicação.

Em sessão solene realizada no STF, no dia 16 de junho de 2015, o advogado Luiz Edson Fachin foi conduzido ao Plenário pelos Ministros Roberto Barroso e Celso de Mello, respectivamente o mais novo e o mais antigo membro da Corte, conforme tradição do Tribunal. Em seu discurso de posse, o Ministro Edson Fachin prestou o juramento de cumprir os deveres do cargo em conformidade com a Constituição e as leis da República.

Jubileu de prata do Ministro Marco Aurélio: 25 anos no STF

Por ocasião dos 25 anos de atuação do Ministro Marco Aurélio no Supremo Tribunal Federal, no dia 16 de junho de 2015, o Tribunal promoveu exposição comemorativa do Jubileu de Prata e o lançamento do livro-homenagem Ministro Marco Aurélio: 25 anos no STF.

A mostra registrou a trajetória do Ministro Marco Aurélio desde a infância até os dias atuais, com a exibição de documentos, fotografias, objetos históricos e artigos pessoais.

A exposição foi organizada em quatro blocos: *O Homem*: destaque à vida pessoal do Ministro; *O Magistrado*: registro da trajetória profissional; *Justiça Eleitoral*: atuação do Ministro no TSE, órgão que presidiu por três vezes; e *Linha do Tempo*: percurso histórico, desde o nascimento até os dias atuais. O evento destacou ainda frases marcantes do Magistrado.

Audiências públicas

Com o objetivo de esclarecer questões ou circunstâncias de fato, com repercussão geral e de interesse público relevante, as audiências públicas são convocadas pelo Presidente do STF ou pelo Ministro Relator para subsidiar decisões em processos judiciais na Corte a respeito de temas específicos. Com essa finalidade, são promovidas exposições orais de instituições e de especialistas no assunto em pauta.

Além dos expositores inscritos, qualquer interessado pode acompanhar pessoalmente as audiências públicas realizadas pelo Tribunal, cuja participação é limitada à capacidade de lugares do local de realização. A fim de garantir transparência e divulgação, há também a transmissão pela TV Justiça e pela Rádio Justiça, nos termos do art. 154, parágrafo único, V, do RISTF.

As audiências públicas foram regulamentadas no âmbito do Supremo Tribunal Federal pela Emenda Regimental 29/2009, que atribuiu competência ao Presidente ou ao Relator, nos termos dos arts. 13, XVII, e 21, XVII, do Regimento Interno do STF – RISTF, para "convocar audiência pública para ouvir o depoimento de pessoas com experiência e autoridade em determinada matéria, sempre que entender necessário o esclarecimento de questões ou circunstâncias de fato, com repercussão geral e de interesse público relevante". O procedimento a ser observado consta do art. 154, parágrafo único, do RISTF.

No portal do STF, disponível em <*www.stf.jus.br*>, na aba "Processos", pode-se acompanhar notícias do andamento das audiências públicas convocadas pelos Ministros da Corte.

Em 2015, foram realizadas 2 audiências públicas no Supremo Tribunal Federal. A primeira versou sobre o ensino religioso nas escolas públicas. A segunda, sobre recursos de depósitos judiciais e extrajudiciais. A saber:

Data: 15/6/2015 – Ensino religioso nas escolas públicas
Referência: ADI 4.439
Relator: Ministro Roberto Barroso
Participantes: 34 expositores
Local: sala de sessões da Primeira Turma do STF

Convocada pelo Ministro Roberto Barroso, a primeira audiência pública de 2015 tratou da ADI 4.439. Essa ação direta de inconstitucionalidade foi proposta pela Procuradoria-Geral da República e tem como objeto o art. 33, *caput* e §§ 1º e 2º, da Lei 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e o art. 11, § 1º, do "Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Santa Sé", aprovado por meio do Decreto Legislativo 698/2009 e promulgado por meio do Decreto 107/2010.

Na ação, busca-se conferir interpretação conforme a Constituição Federal aos referidos dispositivos para assentar que o ensino religioso em escolas públicas deve ter natureza não confessional, com proibição da admissão de professores na qualidade de representantes das confissões religiosas. A tese defendida pela Procuradoria-Geral da República é a de que a única forma de compatibilizar o caráter laico do Estado brasileiro com o ensino religioso nas escolas públicas é com a adoção de um modelo não confessional. Neste, a disciplina deve ter como conteúdo programático a exposição de doutrinas, práticas, história e dimensões sociais das diferentes religiões, incluindo posições não religiosas, "sem qualquer tomada de partido por parte dos educadores". Ademais, deve ser ministrada por professores regulares da rede pública de ensino, e não por "pessoas vinculadas às igrejas ou confissões religiosas".

A apreciação da ação direta envolve questões que extrapolam os limites do estritamente jurídico, uma vez que demanda conhecimento interdisciplinar a respeito de aspectos políticos, religiosos, filosóficos, pedagógicos e administrativos relacionados ao ensino religioso no País. Recomendou-se, assim, a convocação de audiência pública para que fossem ouvidos representantes do sistema público de ensino, de grupos religiosos e não religiosos e de outras entidades da sociedade civil, bem como de especialistas com reconhecida autoridade no tema, com o intuito de acolher diferentes pontos de vista sobre a questão e obter subsídios para o equacionamento da controvérsia constitucional.

Data: 21/9/2015 – Recursos de depósitos judiciais e extrajudiciais
Referência: ADI 5.072
Relator: Ministro Gilmar Mendes
Participantes: 48 expositores
Local: sala de sessões da Segunda Turma do STF

Convocada pelo Ministro Gilmar Mendes, a segunda audiência pública realizada em 2015 tratou da ADI 5.072. A ação direta de inconstitucionalidade foi proposta pelo Procurador-Geral da República contra a Lei Complementar 147, de 27 de junho de 2013 – alterada pela Lei Complementar 148, de 22 de agosto de 2013, e pela Lei Complementar 163, de 31 de março de 2015 –, que dispõe sobre a utilização de parcela de depósitos judiciais para pagamento de requisições judiciais.

Discutiu-se a constitucionalidade de normas estaduais que possibilitam aos entes da Federação utilizarem-se de recursos dos depósitos judiciais e extrajudiciais, inclusive daqueles efetuados em litígios dos quais não são partes, para pagamento de despesas diversas (precatório, requisição de pequeno valor, capitalização de Fundos de Previdência, entre outras).

Devido aos efeitos que a decisão do STF causaria às finanças públicas, com inevitáveis reflexos na elaboração, execução e controle dos orçamentos, considerando-se o teor do art. 52, incisos VI, VII, VIII e IX; do art. 163, incisos I, II e III; e do art. 167, incisos II, III, V, VI, VII, VIII e X, todos da Constituição Federal, decidiu-se pela convocação de audiência pública para o depoimento de autoridades e membros da sociedade em geral que pudessem contribuir com esclarecimentos técnicos, contábeis, administrativos, políticos e econômicos sobre o tema.

CONSTITUIÇÃO

Prestação Jurisdicional

Atendimento à demanda da sociedade brasileira por Justiça, mediante o exercício da competência constitucional do STF.

Balanço da prestação jurisdicional do STF em 2015

Foram realizadas pelos órgãos colegiados do STF 156 sessões no ano de 2015, conforme detalhado no quadro a seguir:

Quadro 1
Sessões de julgamentos colegiados e sessões solenes realizadas no STF

Órgão julgador	Ordinárias	Extraordinárias	Solenes	Total
Plenário	38	43	3*	81
Primeira Turma	36	1	-	37
Segunda Turma	36	2	-	38
Total				156

Fontes: Assessoria do Plenário; Primeira e Segunda Turma do STF; Assessoria de Cerimonial.

* Sessões solenes realizadas pelo Plenário do STF: Abertura do Ano Judiciário, no primeiro dia útil de fevereiro; Posse do Ministro Edson Fachin em 16 de junho; e, Sessão de encerramento do Ano Judiciário, em 18 de dezembro de 2015.

O Plenário, as Turmas e o Presidente são os órgãos do Tribunal (art. 3º do RISTF/80). O Presidente e o Vice-Presidente são eleitos pelo Plenário do Tribunal, dentre os Ministros, e têm mandato de dois anos.

STF 2015 – decisões

O Plenário do STF julgou 2.735 feitos, sendo 32 com repercussão geral reconhecida permitindo a liberação, na origem, de aproximadamente 28.411 processos sobrestados.

Foram julgados pelo Plenário 101 pedidos de vista devolvidos a julgamento.

O Plenário Virtual finalizou 82 processos, sendo que 39 tiveram reconhecida a repercussão geral, 32 foram rejeitados e em 11 deles foi reafirmada a jurisprudência do STF.

Foram aprovadas 16 novas súmulas vinculantes.

Houve 98.876 decisões monocráticas dos Ministros do STF.

Acervo processual inicial e final do STF – comparativo 2014-2015

Apesar do expressivo aumento de novos ingressos em 2015 (13.533, correspondente a 16,93%), o STF ainda conseguiu diminuir o seu acervo em 4,16% (que corresponde a 2.340 processos).

Tabela 1
Ingresso de novos processos no STF e acervo final

Quantitativo de processos		
Ano	Novos ingressos	Acervo final
2014	79.943	56.230*
2015	93.476	53.890
Diferença	13.533	-2.340
	16,93%	-4,16%

Fonte: Portal de Informações Gerenciais do Supremo Tribunal Federal em 31/12/2015.
* O valor do acervo final de 2014 corresponde ao informado pelo Portal de Informações Gerenciais em 31/12/2015.

Evolução do acervo processual

O acervo processual do Supremo Tribunal Federal corresponde ao número de processos em tramitação, identificados em determinada data. Os processos já baixados não são computados nesse cálculo. A tabela 2 e o gráfico 1 a seguir demonstram a evolução do acervo do Supremo Tribunal Federal nos últimos 5 anos, comparando-se o ingresso de processos originários e recursais.

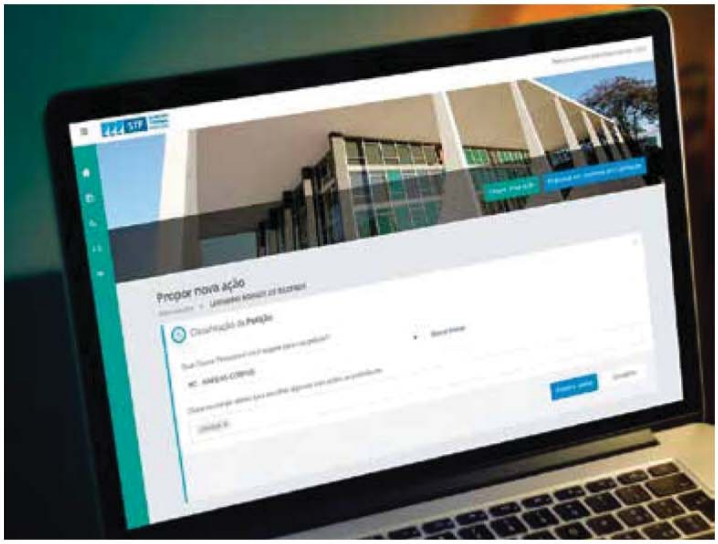


Tabela 2
Evolução do acervo processual do STF e
relação entre as classes originárias e recursais no total do acervo

	2011	2012	2013	2014	2015
Originárias	18.212	19.659	18.489	15.608	15.072
Recursais	49.183	47.172	48.563	40.883	38.818
Total	**67.395**	**66.831**	**67.052**	**56.491**	**53.890**
% originárias	27%	29%	28%	28%	28%
% recursais	73%	71%	72%	72%	72%
% total	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Portal de Informações Gerenciais do Supremo Tribunal Federal em 31/12/2015.

Gráfico 1
Evolução do acervo processual do STF

Estatística processual conforme a fase em que se encontrava o processo no STF no ano de 2015

A tramitação de processos no Supremo Tribunal Federal possui quatro fases, a saber:

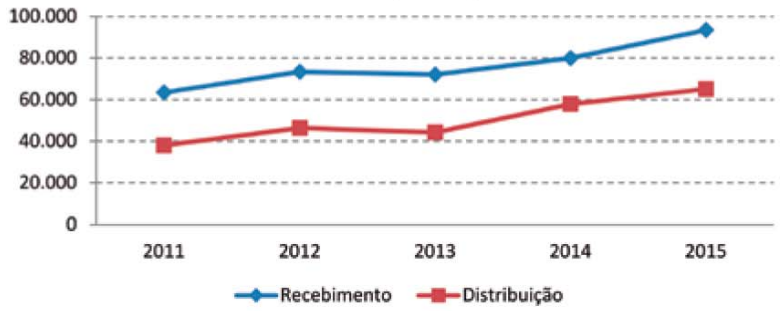
Fase 1 – Recebimento e distribuição
Esta fase é denominada Processamento Inicial, iniciando-se com o recebimento e a autuação do processo. Consideram-se processos recebidos os ajuizados diretamente no Supremo Tribunal Federal (denominados "originários") e também aqueles provenientes de outros juízos ou tribunais (denominados "recursais").

Tabela 3
Recebimento e distribuição de todas as classes

	2011	2012	2013	2014	2015
Recebimento	63.427	73.464	72.066	79.943	93.477
Distribuição	38.019	46.392	44.170	57.799	65.091
% Distribuição/Recebimento	**59,94%**	**63,15%**	**61,29%**	**72,30%**	**69,63%**

Fonte: Portal de Informações Gerenciais do Supremo Tribunal Federal em 31/12/2015.

Gráfico 2
Recebimento e distribuição de processos no STF



Do total de processos recebidos:

a) Parte tem seguimento obstado pelo Ministro Presidente (art. 13, V, *c*; 327, *caput*; e 328, parágrafo único, do RISTF): recursos que não preenchem requisitos formais de admissibilidade; que tratam de controvérsia já identificada ou de temas com repercussão geral já apreciada pelo STF; ou prejudicados em razão de decisão do STJ em recurso especial ou agravo interposto no mesmo processo;

b) Parte é registrada ao Ministro Presidente (arts. 13, V, *d*, e XV; 70, § 4º; 278; 297; 351 e 354-A, do RISTF): recursos internos interpostos de decisões proferidas pelo Ministro Presidente; *habeas corpus* em que seja manifesta a incompetência da Corte para apreciação do pedido; feitos das classes Arguição de Suspeição (AS), Intervenção Federal (IF), Proposta de Súmula Vinculante (PSV), Suspensão de Liminar (SL), Suspensão de Segurança (SS) e Suspensão de Tutela Antecipada (STA);

c) Os demais são objetos de distribuição, livre ou por prevenção, aos Ministros da Corte, excetuado o Presidente.

Tabela 4
Média anual de distribuição por Ministro do STF

	2011	2012	2013	2014	2015
Média de distribuição por Ministro/Ano	3.802	4.639	4.417	5.780	6.509

Fonte: Portal de Informações Gerenciais do Supremo Tribunal Federal.

Fase 2 – Julgamento
As ações podem ser julgadas monocraticamente (decisão de um Ministro) ou pelo colegiado (decisão de uma das Turmas ou do Plenário). Ademais, um processo pode ter mais de um incidente processual, até o julgamento final. Após a decisão, pode haver interposição de recurso na forma de: agravo regimental, embargos de declaração, embargos infringentes ou embargos de divergência. Nesse caso, o processo será concluso ao Relator.

Tabela 5
Quantitativo de decisões por espécie no STF

	2011	2012	2013	2014	2015
Decisão em recurso interno	11.997	10.684	12.591	15.965	17.492
Decisão final	80.243	72.185	71.447	92.610	92.372
Decisão interlocutória	1.932	1.696	2.527	2.210	3.018
Decisão liminar	2.828	2.976	2.533	2.335	2.507
Decisão repercussão geral	170	119	110	138	116
Decisão sobrestamento	4.899	2.282	806	1.170	1.121
Total	**102.169**	**90.064**	**90.014**	**114.428**	**116.628**

Fonte: Portal de Informações Gerenciais do Supremo Tribunal Federal em 31/12/2015.

Tabela 6
Taxa de recorribilidade no STF

	2011	2012	2013	2014	2015
Decisões (total)	102.169	90.064	90.014	114.428	116.628
Recursos interpostos	13.933	13.170	15.049	17.202	21.469
Taxa de recorribilidade	13,64%	14,62%	16,72%	15,03%	18,41%

Fonte: Portal de Informações Gerenciais do Supremo Tribunal Federal em 31/12/2015.

Tabela 7
Quantitativo anual de decisões monocráticas e colegiadas

	2011	2012	2013	2014	2015
Monocrática	89.074	77.975	75.907	97.358	98.876
Colegiada	13.095	12.089	14.107	17.070	17.752
Total	**102.169**	**90.064**	**90.014**	**114.428**	**116.628**

Fonte: Portal de Informações Gerenciais do Supremo Tribunal Federal em 31/12/2015.

Gráfico 3
Quantitativo de decisões monocráticas e colegiadas

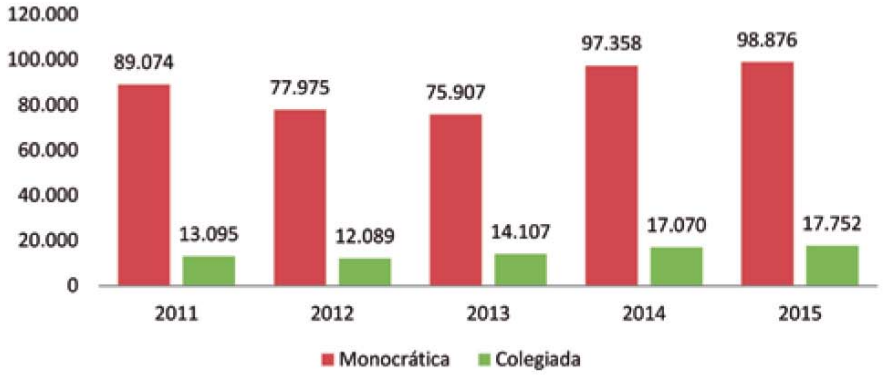


Tabela 8
Decisões colegiadas por órgão julgador do STF

	2011	2012	2013	2014	2015
Primeira Turma	5.470	5.775	5.611	7.467	7.115
Segunda Turma	5.613	5.074	6.047	6.897	7.820
Plenário	1.866	1.129	2.379	2.615	2.735
Plenário Virtual	146	111	70	91	82
Total	**13.095**	**12.089**	**14.107**	17.070	**17.752**

Fonte: Portal de Informações Gerenciais do Supremo Tribunal Federal em 31/12/2015.

Tabela 9
Decisões do Plenário do STF

	2011	2012	2013	2014	2015
Controle concentrado (ADI, ADC, ADO e ADPF)	115	38	51	181	130
Criminais	63	44	123	82	32
Demais classes originárias	648	256	1.089	958	452
Classes recursais	1.039	791	1.116	1.394	2.121
Total	**1.865**	**1.129**	**2.379**	**2.615**	**2.735**

Fonte: Portal de Informações Gerenciais do Supremo Tribunal Federal em 31/12/2015.

Tabela 10
Decisões monocráticas da Presidência e da Vice-Presidência do STF

	2011	2012	2013	2014	2015
Classe originária	1.361	1.224	969	859	1.923
Classe recursal	35.393	27.712	18.447	27.179	21.852
Total	**36.754**	**28.936**	**19.416**	**28.038**	**23.775**

Fonte: Portal de Informações Gerenciais do Supremo Tribunal Federal em 31/12/2015.

Fase 3 – Comunicações processuais
A fase abrange a publicação das decisões/acórdãos no *Diário de Justiça Eletrônico*, as intimações pessoais nos casos previstos na legislação, bem como a expedição de ofícios a órgãos que devam dar cumprimento à decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal.

Em média, a publicação de cada decisão monocrática/acórdão gera a produção de três comunicações (ofícios, mandados e/ou intimações), o que acarreta constante atuação dos advogados e dos entes públicos perante o Supremo Tribunal Federal. Isso se traduz no recebimento de diversas petições.

De acordo com a Secretaria Judiciária, até o dia 31 de dezembro 2015, foram protocoladas no Supremo Tribunal Federal 61.205 petições, e emitidas 21.225 certidões, entre físicas e eletrônicas.

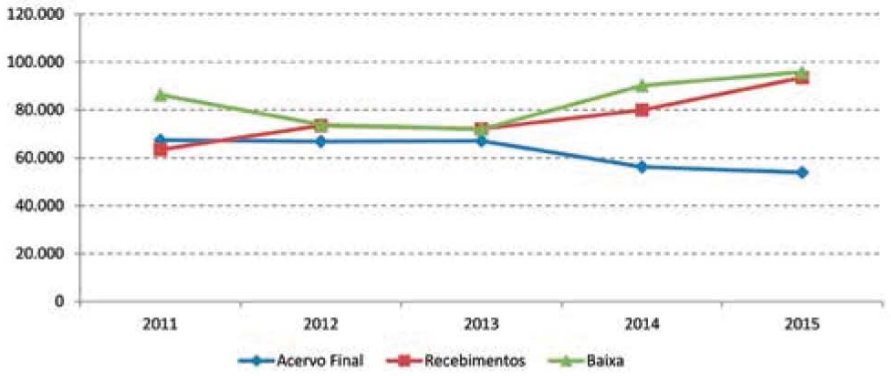
Fase 4 – Processamento final
Nesta fase, ocorre a baixa do processo, que é o marco final da tramitação, representando o momento em que se encerram todas as atividades (jurisdicionais e cartorárias) de um processo no âmbito do Supremo Tribunal Federal.

Tabela 11
Acervo inicial do STF, recebimentos e baixa

	2011	2012	2013	2014	2015
Recebimentos	63.427	73.464	72.066	79.943	93.476
Baixa	86.327	73.860	71.917	90.164	95.816
Acervo final	67.395	66.831	67.052	56.217	53.890

Fonte: Portal de Informações Gerenciais do Supremo Tribunal Federal em 31/12/2015.

Gráfico 4
Acervo inicial do STF, recebimentos e baixa



Fonte: Assessoria de Gestão Estratégica com base nos dados do Portal de Informações Gerenciais.

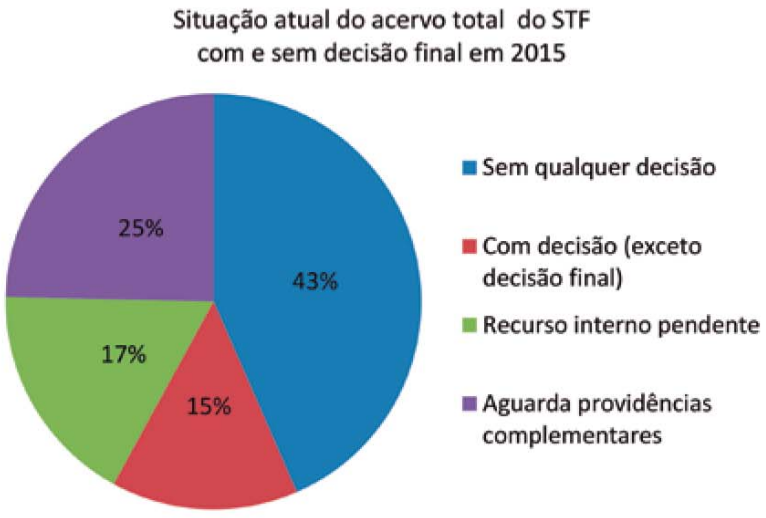
Acervo do Supremo Tribunal Federal em 31 de dezembro de 2015

Tabela 12
Acervo total do STF em 2015

		Quantidade	%	Total	% Total
Sem decisão final	Em instrução (sem decisão)	23.410	43%	31.240	58%
	Com alguma decisão (exceto decisão final)	7.830	15%		
Com decisão final[4]	Com recurso interno pendente	9.372	17%	22.650	42%
	Sem recurso interno pendente	13.278	25%		
Total				53.890	100%

Fonte: Portal de Informações Gerenciais do Supremo Tribunal Federal em 31/12/2015.

Gráfico 5
Acervo total do STF em 2015



4 Com decisão final: processos que já tiveram decisão final, mas ainda aguardam o julgamento de recurso interno (agravo regimental, embargos de declaração, embargos infringentes ou embargos de divergência) ou a realização de providências complementares, como contagem de prazo, realização de comunicações processuais e publicação de acórdãos.

Na tabela abaixo, verifica-se o acervo de processos em tramitação no Tribunal, em 31 de dezembro de 2015, de acordo com a data de autuação do processo.

Tabela 13
Acervo do STF em 31/12/2015 por data de autuação

	Anteriores a 2007	2007-2011	2012	2013	2014	2015	Total acum.
Recursais	1.626	5.069	1.602	2.397	4.114	24.010	38.818
Originárias	1.444	3.617	1.152	1.576	2.164	5.119	15.072
Total	3.070	8.686	2.754	3.973	6.278	29.129	53.890
% total período/ total acum.	5,70%	16,12%	5,11%	7,37%	11,65%	54,05%	100%

Fonte: Portal de Informações Gerenciais do Supremo Tribunal Federal em 31/12/2015.

Súmula vinculante[5]

As súmulas vinculantes representam orientações objetivas e permanentes aos operadores do Direito para a solução de temas constitucionais controvertidos. Além disso, em virtude do foco na priorização de instrumentos processuais que impactam no acervo de processos do Judiciário nacional, no exercício de 2015, a Corte direcionou esforços na edição de súmulas vinculantes, em consonância com a diretriz de gestão do STF para o Biênio 2015-2016 expressa na Portaria GP 5, de 8 de janeiro de 2015.

5 A EC 45/2004 incluiu na Constituição Federal a determinação de que o Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de 2/3 dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à Administração Pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei (CF/1988, art. 103-A, *caput*). O instituto é regulamentado pela Lei 11.417/2006, que disciplina a edição, a revisão e o cancelamento de enunciado de súmula vinculante pelo Supremo Tribunal Federal.

No ano de 2015, foram aprovadas pela Corte 16 novas súmulas vinculantes, a saber:

SÚMULA VINCULANTE 38

É competente o Município para fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial.

SÚMULA VINCULANTE 39

Compete privativamente à União legislar sobre vencimentos dos membros das polícias civil e militar e do corpo de bombeiros militar do Distrito Federal.

SÚMULA VINCULANTE 40

A contribuição confederativa de que trata o art. 8º, IV, da Constituição Federal só é exigível dos filiados ao sindicato respectivo.

SÚMULA VINCULANTE 41

O serviço de iluminação pública não pode ser remunerado mediante taxa.

SÚMULA VINCULANTE 42

É inconstitucional a vinculação do reajuste de vencimentos de servidores estaduais ou municipais a índices federais de correção monetária.

SÚMULA VINCULANTE 43

É inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido.

SÚMULA VINCULANTE 44

Só por lei se pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público.

SÚMULA VINCULANTE 45

A competência constitucional do Tribunal do Júri prevalece sobre o foro por prerrogativa de função estabelecida exclusivamente pela constituição estadual.

SÚMULA VINCULANTE 46

A definição dos crimes de responsabilidade e o estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento são da competência legislativa privativa da União.

SÚMULA VINCULANTE 47

Os honorários advocatícios incluídos na condenação ou destacados do montante principal devido ao credor consubstanciam verba de natureza alimentar cuja satisfação ocorrerá com a expedição de precatório ou requisição de pequeno valor, observada ordem especial restrita aos créditos dessa natureza.

SÚMULA VINCULANTE 48

Na entrada de mercadoria importada do exterior, é legítima a cobrança do ICMS por ocasião do desembaraço aduaneiro.

SÚMULA VINCULANTE 49

Ofende o princípio da livre concorrência lei municipal que impede a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área.

SÚMULA VINCULANTE 50

Norma legal que altera o prazo de recolhimento de obrigação tributária não se sujeita ao princípio da anterioridade.

SÚMULA VINCULANTE 51

O reajuste de 28,86%, concedido aos servidores militares pelas Leis 8.622/1993 e 8.627/1993, estende-se aos servidores civis do Poder Executivo, observadas as eventuais compensações decorrentes dos reajustes diferenciados concedidos pelos mesmos diplomas legais.

SÚMULA VINCULANTE 52

Ainda quando alugado a terceiros, permanece imune ao IPTU o imóvel pertencente a qualquer das entidades referidas pelo art. 150, VI, *c*, da Constituição Federal, desde que o valor dos aluguéis seja aplicado nas atividades para as quais tais entidades foram constituídas.

SÚMULA VINCULANTE 53

A competência da Justiça do Trabalho prevista no art. 114, VIII, da Constituição Federal alcança a execução de ofício das contribuições previdenciárias relativas ao objeto da condenação constante das sentenças que proferir e acordos por ela homologados.

A primeira súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal data de maio de 2007. A tabela a seguir mostra o quantitativo de súmulas editadas pelo Supremo Tribunal Federal até 2015:

Tabela 14
Quantitativo de súmulas vinculantes editadas pelo STF nos últimos 9 anos

Ano	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Acumulado
Quantitativo	3	10	14	4*	1	**	**	5	16	53

Fonte: Portal do STF. Acesso em 31/12/2015.
Dados de 2015 extraídos com base no relatório da Assessoria do Plenário.
* A Súmula 30 está pendente de publicação. ** Não houve edição de súmula vinculante no período.

Os debates ocorridos por ocasião da aprovação de cada verbete de súmula vinculante, pelo Supremo Tribunal Federal, podem ser acessados no Portal do STF, na aba "Jurisprudência".

Repercussão geral

A Emenda Constitucional 45/2004 incluiu a necessidade de a questão constitucional trazida nos recursos extraordinários possuir repercussão geral para que o caso possa ser analisado pelo Supremo Tribunal Federal.

São finalidades do instituto da repercussão geral:

- Delimitar a competência do Supremo Tribunal Federal, no julgamento de recursos extraordinários, às questões constitucionais com relevância social, política, econômica ou jurídica, que transcendam os interesses subjetivos da causa.

- Uniformizar a interpretação constitucional sem exigir que o Supremo Tribunal Federal decida múltiplos casos idênticos sobre a mesma questão constitucional.

As características do instituto demandam comunicação mais direta entre os órgãos do Poder Judiciário, principalmente no compartilhamento de informações sobre os temas em julgamento e feitos sobrestados e na sistematização das decisões e das ações necessárias à plena efetividade e à uniformização de procedimentos.

Os trâmites internos para a apreciação de recursos com repercussão geral ocorrem da seguinte forma:

- A preliminar de repercussão geral é analisada pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal, por meio de sistema informatizado, com votação eletrônica, sem necessidade de reunião física dos membros do Tribunal. Para recusar a análise de um recurso extraordinário, são necessários pelo menos 8 votos. Se esse número não for atingido, o tema deverá ser julgado pela Corte. Depois de o Relator do recurso lançar no sistema sua manifestação sobre a relevância do tema, os demais Ministros têm o prazo de 20 dias para votar. As abstenções nessa votação são consideradas favoráveis à ocorrência de repercussão geral na matéria.

- Uma vez constatada a existência de repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal analisa o mérito da questão. A decisão proveniente dessa análise será aplicada posteriormente em casos idênticos pelas demais instâncias do Poder Judiciário.

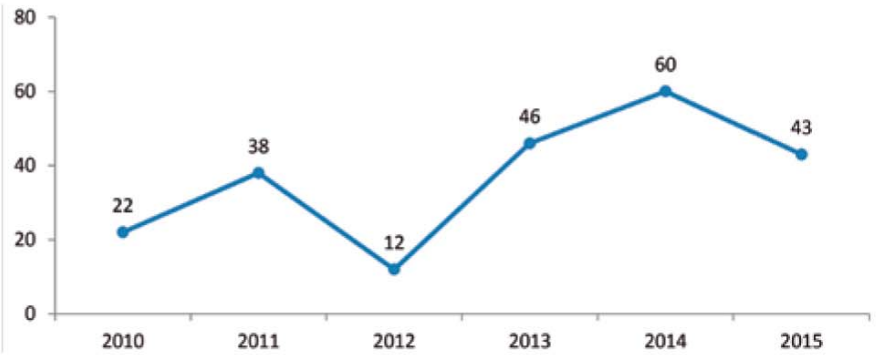
Nos últimos 5 anos, o Supremo Tribunal Federal reconheceu 221 temas com repercussão geral, conforme demonstrado a seguir:

Tabela 15
Quantitativo de temas com repercussão geral reconhecida desde 2010

Período	Quantidade de processos
2010	22
2011	38
2012	12
2013	46
2014	60
2015	43
Total	221

Fonte: Portal de Informações Gerenciais do Supremo Tribunal Federal em 31/12/2015.

Gráfico 6
Processos com repercussão geral reconhecida que tiveram mérito julgado por ano – 2010 - 2015



De acordo com o Núcleo de Repercussão Geral, em 2015, foram julgados 75 temas com Repercussão Geral – RG, dos quais 43 foram reconhecidos e 32 negados. Nos quadros 2 e 3, a seguir, encontra-se detalhado o número correspondente a cada tema julgado, sua descrição e a data do julgamento.

Quadro 2
Relação dos temas com repercussão geral julgados em 2015 pelo STF
– Situação: repercussão geral reconhecida –

Tema	Descrição do tema	Data do julgamento
33	Relevância e urgência da Medida Provisória 2.170-36/2001, que disciplina a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano nas operações realizadas pelas instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.	4/2/2015
135	Exigibilidade do porte de remessa e retorno de autos de autarquia federal no âmbito da Justiça estadual.	3/12/2015
145	a) Competência do Município para legislar sobre meio ambiente. b) Competência dos Tribunais de Justiça para exercer controle de constitucionalidade de norma municipal em face da Constituição Federal.	5/3/2015
152	Renúncia genérica a direitos mediante adesão a plano de demissão voluntária.	30/4/2015
168	Aplicação de lei que majorou alíquota do imposto de renda sobre fatos ocorridos no mesmo ano em que publicada, para pagamento do tributo com relação ao exercício seguinte.	3/12/2015
184	Poder de investigação do Ministério Público.	14/5/2015

Tema	Descrição do tema	Data do julgamento
187	Imposição de efeitos próprios de sentença penal condenatória à transação penal prevista na Lei 9.099/1995.	28/5/2015
220	Competência do Poder Judiciário para determinar ao Poder Executivo a realização de obras em estabelecimentos prisionais com o objetivo de assegurar a observância de direitos fundamentais dos presos.	13/8/2015
223	Competência do Poder Legislativo municipal para estabelecer vantagens, benefícios e adicionais em favor de servidores municipais.	5/3/2015
226	Cobrança do IPTU pela alíquota mínima nos casos de declaração da inconstitucionalidade da sua progressividade.	4/11/2015
257	Inclusão das vantagens pessoais no teto remuneratório estadual após a Emenda Constitucional 41/2003.	18/11/2015
280	Provas obtidas mediante invasão de domicílio por policiais sem mandado de busca e apreensão.	5/11/2015
348	Plano diretor como instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.	29/10/2015
349	Registro prévio do contrato de alienação fiduciária em garantia de veículo automotor perante o órgão competente para o licenciamento.	21/10/2015
367	Inelegibilidade em razão de renúncia a mandato.	28/5/2015
371	Concessão de indulto a pessoa submetida a medida de segurança.	4/11/2015
393	Competência para processar e julgar suposto crime de publicação, na internet, de imagens com conteúdo pornográfico envolvendo criança ou adolescente.	28/10/2015
395	Incorporação de quintos decorrentes do exercício de funções comissionadas e/ou gratificadas.	19/3/2015
396	Direito adquirido aos critérios da paridade e integralidade no pagamento de pensão por morte de servidor aposentado antes do advento da Emenda Constitucional 41/2003, mas falecido durante sua vigência.	20/5/2015
469	Alcance da imunidade material concedida aos vereadores por suas opiniões, palavras e votos.	25/2/2015
472	Competência de guarda municipal para lavrar auto de infração de trânsito.	6/8/2015
483	Divulgação, em sítio eletrônico oficial, de informações alusivas a servidores públicos, inclusive seus nomes e correspondentes remunerações.	23/4/2015

Tema	Descrição do tema	Data do julgamento
485	Controle jurisdicional do ato administrativo que avalia questões em concurso público.	23/4/2015
579	Melhoria do tipo de acomodação de paciente internado pelo Sistema Único de Saúde – SUS mediante o pagamento da diferença respectiva.	3/12/2015
582	Cabimento de *habeas data* para fins de acesso a informações incluídas em banco de dados denominado Sistema de Conta-Corrente de Pessoa Jurídica, da Receita Federal – Sincor.	17/6/2015
607	Legitimidade da Defensoria Pública para propor ação civil pública em defesa de interesses difusos.	4/11/2015
639	Definição do montante remuneratório recebido por servidores públicos, para fins de incidência do teto constitucional.	15/4/2015
671	Direito de candidatos aprovados em concurso público a indenização por danos materiais em razão de alegada demora na nomeação, efetivada apenas após o trânsito em julgado de decisão judicial que reconheceu o direito à investidura.	26/2/2015
733	Eficácia temporal de sentença transitada em julgado fundada em norma supervenientemente declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em sede de controle concentrado.	28/5/2015
733	Eficácia temporal de sentença transitada em julgado fundada em norma supervenientemente declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em sede de controle concentrado.	28/5/2015
781	Aplicabilidade do prazo de desincompatibilização de 6 meses previsto no art. 14, § 7º, da Constituição Federal às eleições suplementares.	7/10/2015
784	Direito à nomeação de candidatos aprovados fora do número de vagas previstas no edital de concurso público no caso de surgimento de novas vagas durante o prazo de validade do certame.	14/10/2015
793	Responsabilidade solidária dos entes federados pelo dever de prestar assistência à saúde.	6/3/2015
806	Equiparação de vencimentos entre militares das Forças Armadas e policiais e bombeiros militares do Distrito Federal.	17/4/2015
815	Possibilidade de legislação infraconstitucional obstar o reconhecimento do direito à usucapião especial urbana, previsto no art. 183 da Constituição Federal, mediante o estabelecimento de módulos urbanos na área em que situado o imóvel.	29/4/2015
821	Possibilidade de fixação de pensão alimentícia com base no salário mínimo.	5/6/2015

Tema	Descrição do tema	Data do julgamento
823	Legitimidade dos sindicatos para a execução de título judicial, independentemente de autorização dos sindicalizados.	19/6/2015
830	Possibilidade de o regime de apuração e recolhimento do ICMS ser disciplinado por decreto.	18/6/2015
831	Obrigatoriedade de pagamento, mediante o regime de precatórios, dos valores devidos pela Fazenda Pública entre a data da impetração do mandado de segurança e a efetiva implementação da ordem concessiva.	8/8/2015
836	Exigência de comprovação de prejuízo material aos cofres públicos como condição para a propositura de ação popular.	28/8/2015
844	Possibilidade de creditamento de IPI pela aquisição de insumos isentos, não tributados ou sujeitos à alíquota zero.	28/8/2015
853	Competência da Justiça do Trabalho para processar e julgar reclamação trabalhista, fundada em contrato de trabalho regido pela CLT, na qual figura o Poder Público no polo passivo.	2/10/2015
856	a) Necessidade de submissão de demanda judicial à regra da reserva de plenário na hipótese em que a decisão judicial estiver fundada em jurisprudência do Plenário do Supremo.	16/10/2015
873	Compatibilidade da execução individual de sentença condenatória genérica proferida em ação coletiva com o art.100, § 8º, da Constituição Federal.	18/12/2015

Quadro 3
Relação dos temas com repercussão geral julgados em 2015 pelo STF
– Situação: repercussão geral negada –

Tema	Descrição do tema	Data do julgamento
789	Incorporação do percentual de 50% da parcela autônoma ao vencimento básico de professores estaduais.	10/3/2015
790	Possibilidade de o abono variável, deferido a membros da magistratura federal, compor a base de cálculo da gratificação eleitoral devida a membros do Ministério Público.	21/3/2015
791	Isenção da Taxa de Coleta de Lixo de imóveis do Programa de Arrendamento Residencial – PAR.	13/3/2015
795	Validade do cálculo do valor da verba denominada Complemento de Remuneração Mínima por Nível e Regime paga aos empregados da Petrobras, descrita na Cláusula 35ª do Acordo Coletivo de Trabalho de 2007/2009, mediante a subtração, no valor desse complemento, dos adicionais inerentes ao trabalho em condições especiais.	24/3/2015
797	Viabilidade de recurso extraordinário contra acórdão proferido por Juizado Especial Cível da Lei 9.099/1995 em matéria de indenização decorrente de acidente de trânsito.	31/3/2015
798	Viabilidade de recurso extraordinário contra acórdão de Juizado Especial Cível da Lei 9.099/1995 em matéria de revisão contratual.	31/3/2015
799	Possibilidade da devolução de valores recebidos em virtude de tutela antecipada posteriormente revogada.	21/4/2015
800	Viabilidade de recurso extraordinário contra acórdão proferido por Juizado Especial Cível da Lei 9.099/1995 em matéria de responsabilidade pelo adimplemento de obrigação assumida em contrato de direito privado.	1º/4/2015
802	Indenização por danos morais decorrentes da inscrição de consumidor em sistema de avaliação de crédito denominado *Concentre Scoring* (ou *Credit Scoring* ou *Credscore*), instituído e mantido pelo Serasa.	28/4/2015
803	Paridade remuneratória entre os militares do antigo e do atual Distrito Federal.	7/5/2015
804	Natureza jurídica do aumento remuneratório conferido pela Lei 8.369/2006 do Estado do Maranhão: se de revisão geral anual ou não.	5/5/2015
805	Legitimidade da definição da data de entrada do requerimento administrativo como marco temporal dos efeitos financeiros da revisão de benefício previdenciário.	9/5/2015
807	Preenchimento dos requisitos para concessão do benefício assistencial previsto no art. 203, V, da Constituição Federal.	7/5/2015

Tema	Descrição do tema	Data do julgamento
812	Quantificação da condenação em honorários advocatícios nas ações previdenciárias: incidência ou não de verba honorária sobre as prestações vencidas após a prolação da sentença.	9/6/2015
813	Ocorrência de redução dos proventos de servidor público inativo em virtude da alteração do regime do magistério estadual e do posterior reenquadramento funcional.	2/6/2015
814	Base de cálculo da Gratificação de Insalubridade paga aos servidores públicos das universidades estaduais do Paraná.	2/6/2015
819	Indenização por danos materiais decorrentes da demora do Poder Público em avaliar o desempenho de servidores para o fim de pagamento de gratificação de desempenho.	23/6/2015
824	Índice de reajuste aplicável aos benefícios previdenciários a fim de preservar o seu valor real.	20/5/2015
828	Obrigatoriedade de inclusão da Caixa Econômica Federal como litisconsorte passiva necessária, e consequente competência da Justiça Federal para julgar a demanda, em ação de indenização por vícios na construção de imóvel adquirido no âmbito do programa governamental Minha Casa, Minha Vida.	11/8/2015
834	Validade da cobrança de serviços e comissões, notadamente o Serviço de Assessoria Técnica Imobiliária – SATI, previstos em contrato de compra e venda de imóveis entre consumidores e construtora ou incorporadora.	1º/9/2015
845	Indenização por danos decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por empresa prestadora de serviço público.	1º/12/2015
848	Limites subjetivos de sentença condenatória genérica transitada em julgado proferida nos autos de ação civil pública ajuizada por associação.	4/11/2015
851	Direito de servidores estaduais optantes do regime de pagamento anterior à Lei 18.975/2010 do Estado de Minas Gerais ao aumento de 5% conferido aos servidores que optaram pelo regime de subsídio.	8/10/2015
852	Avaliação judicial de critérios para a caracterização de trabalho especial, para fins de reconhecimento de aposentadoria especial ou de conversão de tempo de serviço, nos termos dos arts. 57 e 58 da Lei 8.213/1991.	14/10/2015
861	Natureza jurídica de direitos: se individuais homogêneos ou heterogêneos.	14/11/2015
862	Termo inicial da contagem do prazo para apresentação de defesa no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis.	14/11/2015

Tema	Descrição do tema	Data do julgamento
866	Legitimidade da revisão de contrato já extinto.	21/11/2015
867	Pagamento de férias fora do prazo do art. 145 da Consolidação das Leis do Trabalho: direito ou não à remuneração de férias em dobro.	26/11/2015
868	Recurso extraordinário em que se discute, à luz do art. 2º da Constituição Federal, a obrigatoriedade, ou não, de o Estado do Rio de Janeiro prestar assistência médico-hospitalar aos militares do Estado, independentemente de contribuição.	15/9/2015
869	Indenização por dano moral em virtude de inadimplemento de cláusula contratual.	4/12/2015
870	Legitimidade do Município de Mossoró/RN para figurar no polo passivo de demanda visando à complementação de aposentadoria.	4/12/2015
871	Base de cálculo da Gratificação de Difícil Acesso devida aos servidores públicos estaduais do quadro da Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul que preencham os requisitos legais.	4/12/2015

Preocupação com a eficiência e celeridade dos julgamentos de processos – instrumentos utilizados

Com vistas a racionalizar os trabalhos e priorizar a celeridade dos julgamentos, deu-se prosseguimento a metas desenvolvidas pela Presidência em 2014 para tratar com maior eficiência os feitos submetidos ao Plenário da Corte:

- Foi realizada uma seleção prévia de ações diretas de inconstitucionalidade que tiveram a liminar deferida pelo Pleno anteriormente. Partiu-se da premissa de que, se o colegiado já apreciou a matéria uma vez, a análise definitiva do mérito poderia se dar de forma mais célere. Das 34 ações existentes no índice, nessas condições, 16 foram julgadas em 2015.

- Foi priorizado o julgamento de recursos com repercussão geral reconhecida, tendo em conta o número de processos sobrestados na origem aguardando o encerramento da prestação jurisdicional.

- Foi priorizado o julgamento de processos contendo devoluções de vistas (por dispensarem sustentações orais e já terem sido colhidos alguns votos). Em 2015, foram julgados 101 pedidos de vista devolvidos a julgamento.

Digitalização de processos e tratamento de peças

Em 2015, deu-se continuidade ao trabalho de tratamento das peças dos processos eletrônicos na sala de digitalização com a utilização do Novo Visualizador de Peças. No período de 1º de janeiro a 17 de dezembro de 2015, foram tratados 12.693 processos. Além disso, foram digitalizados 871 processos físicos, totalizando 2.301 volumes. Desses, 886 foram convertidos para o meio eletrônico, conforme especificado no quadro abaixo:

Quadro 4
Processos físicos convertidos para o meio eletrônico

Classe	Qtd processos	Classe	Qtd processos
AC	1	HC	1
ACO	1	MS	16
ADI	3	PET	1
AI	162	PPE	1
AO	19	RE	305
AR	19	RHC	7
ARE	344	RHD	1
CC	1	RMS	10
Total: 886			

Fonte: Secretaria Judiciária. Dados até 17/12/2015.

Quanto à movimentação processual do Supremo Tribunal Federal, entre 1º de janeiro e 17 de dezembro de 2015, o STF registrou 960.851 andamentos processuais, autuou 86.912 processos, sendo 75.109 recursais e 11.803 originários, foram publicadas 110.436 decisões monocráticas e 17.313 acórdãos, baixaram definitivamente 66.845 processos e foram arquivados 10.400 processos originários. Foram, ainda, objeto de remessa externa, para observância do disposto no art. 543-B do CPC, 12.205 processos[6].

6 Fonte: Portal de Informações Gerenciais.

Números de atendimento e prestação de informações processuais em 2015

Os quadros a seguir indicam os números de atendimento e prestação de informações processuais a advogados, partes e cidadãos, efetuados pela Secretaria Judiciária da Corte. O atendimento pode ser realizado na forma presencial e não presencial. Os resultados do exercício de 2015, apurados até 17 de dezembro de 2015, foram:

Quadro 5
Atendimentos não presenciais da Secretaria Judiciária

Atendimentos não presenciais	
Atendimentos Service Desk (*FrontRange*)	24.762
Atendimentos formulário web (*FrontRange*)	1.758
Carga programada (Processos)	952
Cobrança de autos	159
E-mails respondidos	2.387
Petições digitalizadas e assinadas digitalmente	4.047
Petições eletrônicas recebidas (processos físicos)	7.498
Recebimento de fax	3.720
Respostas dos encaminhamentos da Central do Cidadão	252
Certidões	10.227
Informações	1.761
Malote Digital	1.902
Total	**59.425**

Fonte: Secretaria Judiciária. Dados até 17/12/2015.

Quadro 6
Atendimentos presenciais da Secretaria Judiciária

Atendimentos presenciais		
Vista no balcão		33
Processos (originários e recursos)	cópia	2.160
	carga	827
Carga programada**		695
Movimentada		326
Informações processuais		2.785
Atendimento áudio vídeo		8
Petições	incidentais (balcão)	7.863
	incidentais (correspondência)	3.336
	incidentais (protocolo avançado)	1.576
	incidentais (malote físico)	1.163
	incidentais (outro setor do Tribunal)	1.454
	iniciais (balcão)	460
	iniciais (malote)	126
	iniciais (correspondência)	406
Certidões entregues		60
Cadastro *Wi-fi*		686
Autos devolvidos		5.326
Retorno de processos baixados		1.895
Recebimento de processos recursais (AI, RE e ARE)		25.474
Cadastro de advogados		363
Ciências de decisões		110
Atendimento da Central do Cidadão		290
Ofícios elaborados para devolução/encaminhamento de petições		528
Total		**57.950**

Fonte: Secretaria Judiciária. Dados até 17/12/2015.

Registram-se, ainda:

- 7.640 empréstimos de autos;

- 2.398 remessas de processos à Procuradoria-Geral da República; e

- 19.452 certidões emitidas, entre físicas e eletrônicas, nelas compreendidas: certidão de distribuições cíveis e criminais, certidão de atuação de advogado(a), certidão de objeto e pé do processo, certidão de antecedentes criminais e certidão de antecedentes para fins eleitorais.

Os atendimentos relativos à Central do Cidadão, que também exerce a atribuição de Serviço de Informação ao Cidadão – SIC, serão detalhados mais à frente no presente relatório, na parte dedicada a elencar as ações relativas ao tópico Transparência e Articulação Institucional.

PROGRESSO

Transparência e Articulação Institucional

Ações realizadas com o objetivo de fortalecer a transparência institucional, o acesso às informações de caráter público, a comunicação para a sociedade dos trabalhos da Corte e as relações institucionais no âmbito nacional e internacional.

Um canal direto com o cidadão

Com o objetivo de estabelecer um canal direto de comunicação com a sociedade, por meio da Resolução 361/2008, o Supremo Tribunal Federal criou a Central do Cidadão. A Central passou a atuar também como Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, em conformidade com a Resolução/STF 528/2014, que regulamentou a aplicação da Lei de Acesso à Informação no âmbito do STF.

A Central do Cidadão responde e intermedeia junto às unidades do Tribunal diferentes pedidos de informações, muitos dos quais relacionados ao papel e à atuação do STF, ao funcionamento dos serviços, ao gasto dos recursos destinados ao Tribunal, entre outros.

Destacam-se nos trabalhos realizados pela Central do Cidadão os pedidos de preferência e de inclusão em pauta e as inúmeras correspondências recebidas do sistema penitenciário brasileiro, com solicitações que vão desde assistência jurídica até *habeas corpus*. Registra-se que cerca de 20% dos *habeas corpus* autuados no Supremo Tribunal Federal têm ingresso pela Central do Cidadão, por meio de cartas manuscritas pelos presos.

Quanto ao Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, orientações estão disponíveis no Portal do STF, no espaço "Central do Cidadão", com destaque para a aba "Acesso à Informação", mediante a qual o Tribunal busca atender ao previsto no inciso XXXIII do art. 5º da Constituição da República e na Lei 12.527/2011. Nesse espaço, o cidadão encontrará, de forma fácil e organizada, conteúdos como: gestão orçamentária, licitações, gestão estratégica, gestão de pessoas e serviços ao cidadão. Pedidos de informações podem ser feitos pela internet, em formulário eletrônico específico disponível no portal do Tribunal. O atendimento também pode ser realizado por telefone, carta ou pessoalmente, na sede do Tribunal, em Brasília.

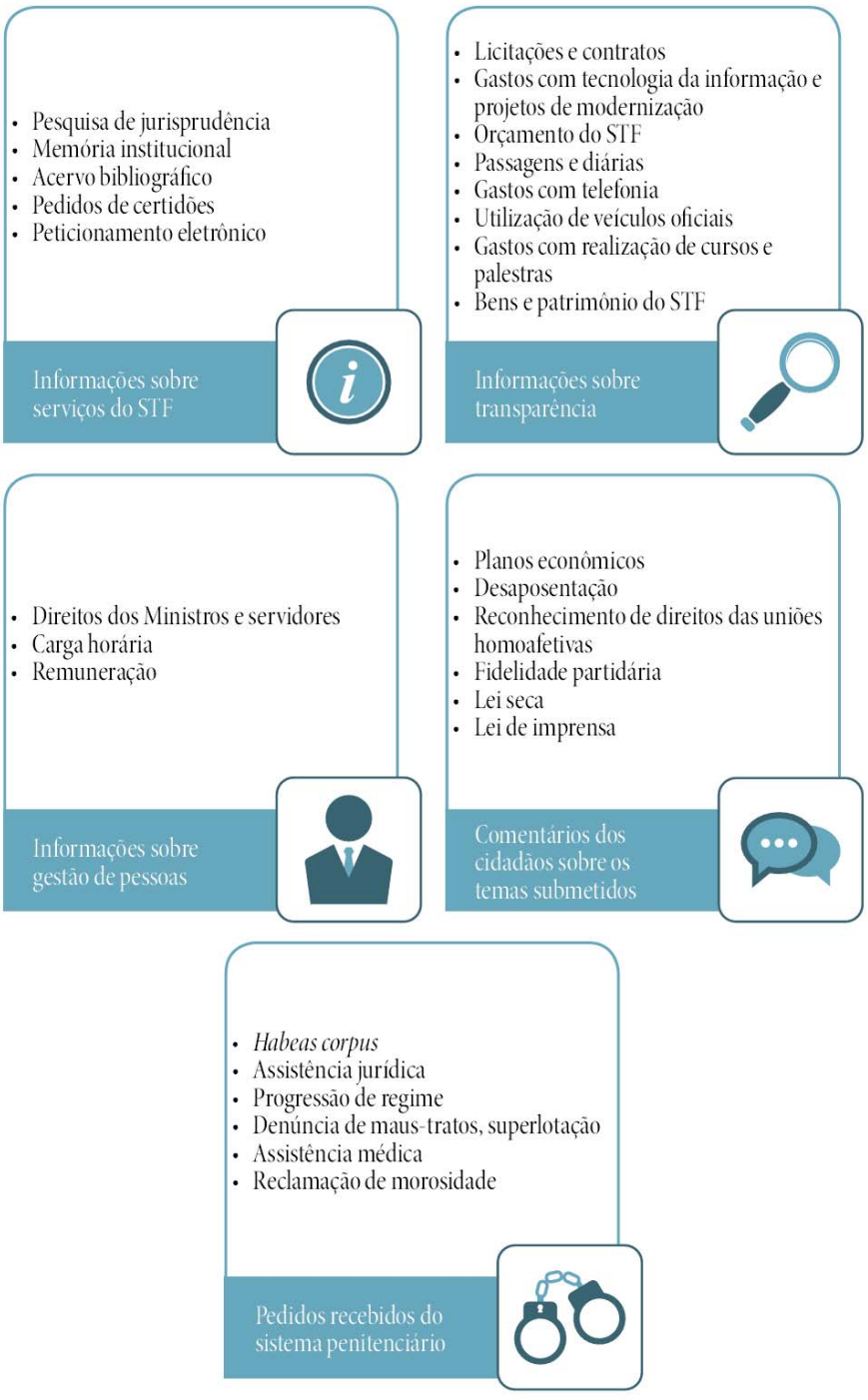
Em 2015, o Supremo Tribunal Federal recebeu mais de 58 mil pedidos de informações, com uma média diária de 164 demandas respondidas e finalizadas, conforme indicado no quadro a seguir:

Quadro 7
Solicitações respondidas e finalizadas em 2015

Solicitações	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Total
Mensal	5.187	4.344	4.996	4.244	4.665	5.420	4.997	5.575	5.712	5.338	4.807	3.033	**58.318**
Média/dia	167	155	161	141	150	181	161	180	190	172	160	152	**164**

Fonte: Secretaria Judiciária – Central do Cidadão em 18/12/2015.

Em seguida, apresenta-se o resumo dos principais assuntos demandados à Central do Cidadão no ano de 2015:



A fim de identificar oportunidades de melhorias relacionadas à clareza, qualidade e tempo de envio das respostas, desde 2013 o Supremo Tribunal Federal efetua pesquisa de satisfação dos atendimentos realizados. A iniciativa também permite avaliar a percepção dos requerentes a partir das críticas, elogios e reclamações recebidos. De acordo com os dados apurados, considerando-se o período de 1º de janeiro até 18 de dezembro de 2015, registra-se o índice médio de 86% de satisfação no atendimento realizado pela Central do Cidadão durante o ano, conforme apontado no quadro a seguir:

Quadro 8
Resultado da Pesquisa de Satisfação aplicada pela Central do Cidadão em 2015

Índice de satisfação no atendimento													
Mês	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	**Total**
Indicador	92,3	82,1	86,1	75,4	79,7	91,2	88,3	86,7	88,5	82	82	93,79	**85,66**

Fonte: Secretaria Judiciária – Central do Cidadão em 18/12/2015.

Programa Portas Abertas – visitação pública no STF

Visitar o Supremo Tribunal Federal é uma excelente forma de conhecer os mais de duzentos anos da história da Justiça brasileira. Ao percorrer as instalações do Tribunal – salões, museu e salas de julgamento –, o visitante recebe informações sobre a origem da Suprema Corte brasileira, desde a Casa da Suplicação do Brasil (1808) até os dias de hoje. A arquitetura, o funcionamento e a história da Corte são temas também abordados durante o passeio. Nos dias úteis, é possível assistir a um julgamento no Plenário ou nas Turmas.

A visitação pública ao Supremo Tribunal Federal pode ser realizada todos os dias. Em 2015, o Tribunal recebeu 35.096 visitantes, computando-se os dias úteis, feriados e finais de semana.

As modalidades de visita do programa STF Portas Abertas podem ser conferidas a seguir:

1) Visita às sessões de julgamento do Plenário e das Turmas

Sessões de julgamento das Turmas: terças-feiras.

Sessões de julgamento do Plenário: quartas e quintas-feiras.

Horário: das 14h às 18h.

Agendamento necessário para grupos com mais de 10 pessoas. Para visitas individuais ou para grupos com menos de 10 pessoas, não é necessário o agendamento.

Quantidade máxima por grupo: 50 pessoas.

Traje: a entrada na sala de julgamento requer o uso de traje social: terno e gravata para homens; vestidos de manga, tailleur ou terno (calça e blazer de manga comprida) para mulheres.

2) Visita às instalações nos dias úteis

Horários: de segunda a sexta-feira: às 10h e às 11h.

Segunda-feira, terça-feira e sexta-feira: às 14h, 15h, 16h e 17h.

Agendamento: necessário para visitas individuais ou em grupos.

Quantidade máxima por grupo: 50 pessoas.

Taxa: nenhuma.

Traje: não são permitidos trajes esportivos.

3) Visita às instalações nos finais de semana e feriados nacionais

Horários: das 10h às 15h30, com saída a cada 30 minutos.

Agendamento: não é necessário.

Taxa: nenhuma.

Traje: não há necessidade de traje formal.

Comunicação institucional

Mesmo antes do advento da Lei 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação, o Supremo Tribunal Federal já tornava públicas, em diferentes meios de comunicação institucional, informações relacionadas às atividades finalísticas e administrativas da Corte. Atualmente, os principais meios de comunicação utilizados para dar visibilidade, transparência e informar a sociedade sobre as ações da Corte são: o Portal do STF, o *Twitter*, a TV Justiça e a Rádio Justiça.

Portal do STF – www.stf.jus.br

A página do Supremo na internet contém vasto material sobre a atividade jurisdicional, onde é possível consultar a jurisprudência da Corte e também ter acesso a publicações especializadas e a informações sobre a administração do Tribunal, entre outras.

Em 2015, foram divulgadas 2.056 notícias, o que permitiu ao público o acesso às decisões mais relevantes proferidas no Plenário e nas Turmas, além daquelas prolatadas monocraticamente pelos Ministros. O portal publica também a pauta de julgamentos da Corte, as decisões tomadas pelo Plenário Virtual, os principais itens da agenda diária do Presidente do Tribunal e as notícias sobre processos de destaque protocolados no Supremo Tribunal Federal. As matérias mais acessadas no Portal do STF foram as seguintes:

Quadro 9
Notícias mais acessadas no Portal do STF em 2015

Data	Assunto	Nº de acessos
6/3/2015	Ministro Teori Zavascki autoriza abertura de inquérito e revoga sigilo em investigação sobre Petrobras.	87.091
26/10/2015	Proibição de tatuagem para candidatos a cargo público é tema de repercussão geral.	49.440
19/8/2015	Comunicado sobre reajuste dos servidores do Poder Judiciário da União.	46.403
11/3/2015	Plenário aprova quatro novas súmulas vinculantes.	44.428
25/6/2015	Governo apresenta proposta de reajuste para servidores do Judiciário.	43.377
14/10/2015	Liminar suspende decisão do TST sobre correção de débitos trabalhistas.	39.316
25/3/2015	Plenário define efeitos da decisão nas ADI 4.357 e ADI 4.425 sobre emenda dos precatórios.	38.588
1°/6/2015	Exclusão de substância da lista de entorpecentes proibidos da Anvisa descaracteriza tráfico.	36.638
19/3/2015	Decisão que autorizava incorporação de quintos ofende princípio da legalidade.	36.064
5/11/2015	Supremo define limites para entrada da polícia em domicílio sem autorização judicial.	34.852

Fonte: Secretaria de Comunicação Social/ Portal do STF. Acesso em 31/12/2015.

Portal Internacional do STF

O Portal Internacional, que faz parte do Portal do STF, agrega serviços que visam à integração do Judiciário brasileiro com seus parceiros estrangeiros. Em constante atualização, o portal apresenta versões em inglês, espanhol e português.

Além da descrição da estrutura e das funções do Supremo Tribunal Federal, a página apresenta relatos das principais decisões do Tribunal e reúne a jurisprudência da Corte Constitucional brasileira presente nos principais bancos de dados internacionais, como a Comissão de Veneza, o *Global Legal International Network* – GLIN, o Mercosul e a Conferência das Cortes Constitucionais dos Países de Língua Portuguesa. O *site* dá destaque especial aos projetos de cooperação em desenvolvimento pelo Tribunal e aos eventos que compõem a agenda internacional.

No ano de 2015, foram publicadas matérias referentes às ações nacionais com relevância internacional e às atividades propriamente internacionais do Supremo Tribunal Federal, além de 98 *clippings* – compilações de notícias. As publicações do Portal Internacional são traduzidas para o espanhol e para o inglês, com exceção do *clipping*, que é publicado no idioma original.

O Portal Internacional, acessível pelo *site* do Tribunal, <www.stf.jus.br>, teve 530.988 visualizações e computou 281.944 usuários no período de 1º de janeiro a 18 de dezembro de 2015.

Twitter do Supremo Tribunal Federal – twitter.com/stf_oficial

O *Twitter* do Supremo Tribunal Federal atingiu, em 2015, a marca de 942.319 seguidores até 31/12, com maior visualização para os seguintes assuntos:

Quadro 10
Assuntos mais visualizados no *Twitter* em 2015

Data	Assunto	*Tweets*
17/10/2015	Decisão do STF de proibir contribuição de pessoas jurídicas às campanhas eleitorais valerá a partir das eleições de 2016.	45.131
26/10/2015	Proibição de tatuagem para candidatos a cargo público é tema de repercussão geral.	32.246
13/10/2015	Suspensos os efeitos de rito sobre tramitação de *impeachment*.	27.673
20/8/2015	Relator vota pela inconstitucionalidade do art. 28 da Lei de Drogas para afastar do dispositivo "todo e qualquer efeito de natureza penal".	26.524
10/9/2015	Ministro Barroso sugere adoção de quantitativo para distinguir consumo de tráfico: 25g de maconha por mês. Para cultivo, sugere 6 plantas fêmeas.	24.777

Data	Assunto	*Tweets*
19/8/2015	Voto do Ministro Gilmar Mendes no recurso que discute a descriminalização do porte de droga para consumo próprio será proferido somente amanhã.	24.337
10/6/2015	Biografias: Ministro Lewandowski acompanha voto da relatora pela desnecessidade de autorização prévia. Decisão foi unânime.	24.031
13/8/2015	Lewandowski informa que julgamento de recurso que discute tipificação penal do uso de drogas para consumo próprio ocorrerá na próxima quarta-feira.	23.749
20/8/2015	O julgamento do RE 635.659 foi suspenso por pedido de vista do Ministro Edson Fachin. A sessão prossegue com outros processos em pauta.	23.540
8/4/2015	Plenário do STF aprova três novas súmulas vinculantes.	23.336

Fonte: Secretaria de Comunicação Social em 31/12/2015.

Supremo Tribunal Federal no *YouTube* – www.youtube.com/user/STF

Em 2015, a conta oficial do STF no *YouTube* alcançou 103.784 inscritos e acumula mais de 31 milhões de visualizações dos vídeos postados. Nesse canal, é possível rever sessões plenárias do STF e audiências públicas realizadas pelo Tribunal, além de programas exibidos pela TV Justiça.

TV Justiça e Rádio Justiça – ações em destaque

Todas as sessões plenárias do Supremo Tribunal Federal, em 2015, foram transmitidas ao vivo e simultaneamente pela TV Justiça e pela Rádio Justiça.

No primeiro trimestre, foi iniciada a exibição dos 52 filmes selecionados no 1° Concurso de Documentários da TV Justiça, com autorização para serem apresentados por 24 meses.

Os quadros abaixo apresentam o resumo da produção realizada pelos referidos veículos de comunicação:

Quadro 11
Produtos desenvolvidos pela TV Justiça em 2015

TV Justiça	Total
Matérias veiculadas	21.496
Programas produzidos (inéditos)	2.175
Programas exibidos (inéditos e reprises) próprios	5.008
Programas exibidos (inéditos e reprises) parceiros	5.668
Jornais produzidos (inéditos)	524
Eventos captados	7
Transmissão de sessões plenárias do STF	81
Transmissão de sessões plenárias do TSE	77
Legenda oculta exibida/horas	9.009

Fonte: Secretaria de Comunicação Social. Posição até 31/12/2015.

Quadro 12
Produtos desenvolvidos pela Rádio Justiça em 2015

Rádio Justiça	Total
Matérias veiculadas	48.453
Programas produzidos (incluindo-se a radionovela)	5.303
Jornais produzidos	2.921
Eventos captados	19

Fonte: Secretaria de Comunicação Social. Posição até 31/12/2015.

Memória institucional e cidadania

Publicações especializadas

Com o intuito de promover a transparência e a comunicação institucional, o Supremo Tribunal Federal disponibiliza para a sociedade, no Portal do STF, as seguintes publicações:

Informativo STF semanal

Trata-se de periódico semanal que contém resumos das decisões proferidas pelo Tribunal. Embora não constitua repositório oficial ou tradicional de jurisprudência, divulga os julgamentos realizados pelo Plenário e por ambas as Turmas do Supremo Tribunal Federal.

Durante o período de janeiro a dezembro de 2015, foram publicados 37 *Informativos STF* (do número 773 ao número 809), com 419 matérias relativas a 484 processos. É importante ressaltar que, em virtude das férias forenses, o *Informativo STF* não é veiculado nos meses de janeiro e julho.

Informativo STF por temas

Trata-se de periódico mensal que organiza, por ramos do Direito e por assuntos, as sínteses dos julgamentos divulgados pelo *Informativo STF* (semanal). Esse produto é encaminhado, por meio de mala direta denominada *Canal Direto com o Magistrado*, aos juízes de primeiro grau cadastrados e às seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil. O *Informativo STF* organizado por temas também está disponível no sítio eletrônico do Tribunal.

Durante o período de janeiro a dezembro de 2015, foram publicados os *Informativos STF* de número 46 a número 53, relativos aos meses de fevereiro a outubro e foram veiculadas 324 matérias.

Boletim de Jurisprudência Comparada

Trata-se de boletim mensal que contém as decisões monocráticas e julgados das Turmas e do Plenário. Os textos são organizados de modo a comparar temas com posicionamentos divergentes entre os órgãos fracionários. Esse produto é distribuído tão somente para os Ministros do STF, para a Secretaria-Geral da Presidência e para a Secretaria de Documentação.

Durante o período de janeiro a dezembro de 2015, foram encaminhados 11 boletins. Cumpre assinalar que, em virtude das férias forenses, o *Boletim de Jurisprudência Comparada* não é disponibilizado em janeiro e em julho.

Boletim Repercussão Geral

O periódico apresenta a síntese dos processos nos quais se discutiu a existência de repercussão geral. Os processos foram organizados de acordo com a seguinte classificação: repercussão geral reconhecida e mérito julgado; repercussão geral reconhecida e mérito pendente de julgamento; repercussão geral reconhecida e jurisprudência reafirmada pelo Plenário Virtual; e repercussão geral não reconhecida.

O *Boletim Repercussão Geral* n. 5, divulgado em 25 de agosto de 2015, refere-se ao período de 2 de fevereiro a 1º de julho de 2015. Nesse periódico, incluíram-se 96 temas, assim distribuídos:

A

Matérias com repercussão geral reconhecida e mérito julgado: 17.

B

Reafirmação da jurisprudência pelo Plenário Virtual: 5.

C

Matérias com repercussão geral reconhecida e mérito pendente de julgamento: 13.

D

Matérias em que não se reconheceu repercussão geral: 8.

E

Recursos na repercussão geral: 8.

F

Ementas de acórdãos relativos à repercussão geral publicados no período a que se refere o boletim/*clipping*: 34.

Coletânea Temática de Jurisprudência

Trata-se de publicação disponível em versão eletrônica no *site* do Tribunal. A obra apresenta um índice temático formado com os principais aspectos sobre o assunto. As anotações são incluídas com base na relação de pertinência entre o trecho inserido e o item do índice. A série contempla, hoje, os seguintes temas: *Direito Penal e Processual Penal*, *Extradição*, *Desapropriação para a Reforma Agrária* e *Comissões Parlamentares de Inquérito*.

O arquivo de cada uma dessas publicações é atualizado periodicamente com base em acórdãos e decisões monocráticas publicados no *Diário da Justiça Eletrônico – DJE* e no material produzido para o *Informativo STF*. De janeiro a dezembro de 2015, o conteúdo dos volumes da *Coletânea* foi atualizado com base dos *DJEs* de 21 de outubro de 2014 a 4 de dezembro de 2015 e nos *Informativos* 755 a 788.

Além disso, em 2015, o Supremo Tribunal Federal iniciou a produção do volume sobre *Direito Eleitoral*. O livro será lançado em formato impresso e em versão eletrônica e está em fase final de editoração. Esta Corte tem trabalhado, ainda, na atualização do conteúdo da 2ª edição do volume sobre *Direito Penal e Processual Penal*.

Legislação Anotada

Trata-se de publicação disponível em versão eletrônica no *site* do Tribunal. Cada um dos volumes consiste na transcrição da Constituição Federal de 1988 ou de legislação infraconstitucional, glosadas por trechos de acórdãos publicados no *Diário da Justiça Eletrônico – DJE* e no *Informativo STF*, além de decisões monocráticas. Essas anotações são organizadas com base na pertinência entre o trecho inserido e os artigos, parágrafos, incisos ou alíneas da legislação comentada.

A série contempla, atualmente, a seguinte legislação: CF/1988 (obra *A Constituição e o Supremo*), Lei 8.906/1994 (Estatuto da Advocacia e OAB), Lei 9.868/1999 (ADI, ADC e ADO) e Lei 9.882/1999 (ADPF).

O conteúdo de cada uma dessas publicações é atualizado periodicamente, com base nos acórdãos publicados no *Diário da Justiça Eletrônico – DJE* e no material produzido para o *Informativo STF*. Os arquivos sobre as leis infraconstitucionais estão atualizados até o *DJE* de 4 de dezembro de 2015 e o *Informativo* 788; já o referente à CF/1988 está atualizado até abril de 2015.

Em 2008, a obra *A Constituição e o Supremo* passou a ser produzida também em versão impressa. Atualmente, estão em andamento os trabalhos de revisão para a publicação da 5ª edição.

Catálogo Composições Plenárias do Supremo Tribunal Federal

O catálogo *Composições Plenárias do Supremo Tribunal Federal* é obra de divulgação institucional originalmente produzida para distribuição, pela Presidência, a autoridades e para venda na Livraria do Supremo. O livro retrata cada formação do Plenário do Supremo Tribunal Federal desde 1891 até os dias atuais, por meio de fotos dos Ministros que

as integraram. A primeira edição trouxe o registro da primeira presidência até a do Ministro Ayres Britto.

Entre janeiro e outubro de 2015, o Supremo Tribunal Federal produziu nova edição da obra, publicada exclusivamente em formato eletrônico, com dados atualizados até a atual Presidência. Em novembro de 2015, disponibilizou-se a versão eletrônica, gratuitamente, no *site* do Tribunal, em três idiomas: português, inglês e espanhol.

Revista Trimestral de Jurisprudência – RTJ

Revista de publicação trimestral e repositório oficial da jurisprudência do Tribunal, nos termos do art. 99 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal – RISTF, a *RTJ* está disponível em versão eletrônica e impressa.

Publicação Informativos STF: Teses e Fundamentos

Trata-se de compilação dos resumos noticiados no *Informativo STF* ao longo do ano. Os textos são revisitados após a publicação dos acórdãos, o que permite o acréscimo de fundamentos expostos nos votos escritos dos Ministros. A obra é organizada por ramos do Direito e por assunto. A versão impressa foi disponibilizada na Livraria do Supremo; e a eletrônica, no *site* do Tribunal.

A primeira tiragem posta à venda na Livraria do Supremo esgotou no dia do lançamento, em outubro de 2015. Foi produzida uma segunda tiragem, que já está disponível para compra. A nova edição da obra está em produção, com lançamento previsto para o primeiro semestre de 2016.

Catálogo bilíngue Supremo Tribunal Federal

O catálogo bilíngue do Supremo Tribunal Federal, produzido em versões português/inglês e português/espanhol, é obra de divulgação institucional criada para distribuição a autoridades pela Presidência. Entre outras informações, narra a história da Corte, descreve sua estrutura organizacional e composição, explica como funciona o controle de constitucionalidade brasileiro e elenca curiosidades sobre o Tribunal.

Em 2015, a Presidência do Tribunal solicitou a criação de novo projeto editorial e gráfico, que deve agregar novos conteúdos ao catálogo. O projeto está em andamento.

Newsletter de Jurisprudência dos Países do Mercosul e Associados – Mercojur

O boletim eletrônico de jurisprudência comparada das Cortes Supremas e Constitucionais dos Estados-Partes do Mercosul e Associados foi idealizado para ser uma ferramenta de informações relevantes e específicas sobre o desenvolvimento jurídico das Cortes Supremas e Constitucionais do Mercosul.

Em 2015, foram publicadas, em versão eletrônica, doze edições do *Newsletter de Jurisprudência dos Países do Mercosul e Associados* – denominado *MercoJur*. Os dias de publicação do boletim, sempre entre 17 e 20 de cada mês, correspondem aos picos de acesso ao portal internacional.

A publicação de cada um desses boletins envolve, além de extensa pesquisa de jurisprudência, a leitura atenta para a seleção das decisões em *sites* de referência internacional, bem como nos *sites* das Cortes Supremas e Constitucionais do Mercosul e Associados.

Livraria do Supremo – acesso a publicações do STF e a programas da TV Justiça

Para facilitar o acesso às edições do Supremo Tribunal Federal, a Livraria do Supremo vende, a preço de custo, publicações próprias e reproduções de programas exibidos pela TV Justiça, conforme regulamenta a Resolução 421/2009 e alterações da Resolução 541/2014.

Os produtos podem ser adquiridos diretamente na livraria, localizada nas instalações do Supremo Tribunal Federal, na Praça dos Três Poderes, em Brasília. É possível ainda solicitá-los pela internet. No caso de envio do produto pelo correio, ao valor da compra será acrescentado o valor do frete.

Além da disponibilização de várias obras no formato eletrônico pelo Portal do STF, há também a doação de obras a bibliotecas de órgãos do Poder Judiciário, a instituições da Rede Virtual de Bibliotecas (RVBI), da PGR, da AGU, além de outros órgãos que participam do intercâmbio de edições junto ao Tribunal. Em 2015, foram doados 3.862 livros.

Biblioteca Ministro Victor Nunes Leal

Instrução Normativa

No mês agosto de 2015, foi publicada a Instrução Normativa 200/2015, que dispõe sobre a Política de Desenvolvimento de Coleções da Biblioteca Ministro Victor Nunes Leal. Os principais objetivos estabelecidos por esse documento são: possibilitar o desenvolvimento do acervo em consonância com a missão e os objetivos do Tribunal e estabelecer critérios qualitativos e quantitativos para seleção, aquisição, avaliação e descarte das obras, a fim de garantir a atualização, a pertinência e a abrangência do acervo.

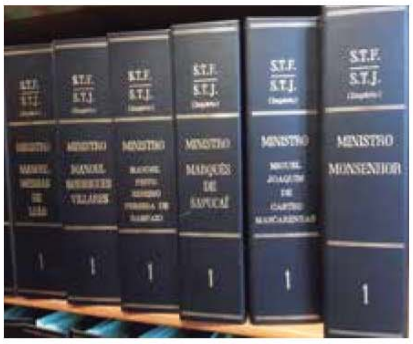
Acervo da Biblioteca do STF

Especializada na área do Direito, a Biblioteca Ministro Victor Nunes Leal do Supremo Tribunal Federal possui aproximadamente 100.000 obras divididas em livros, periódicos e materiais especiais, tanto nacionais quanto estrangeiros. O acervo da biblioteca é de livre acesso aos usuários, que podem utilizar o espaço de estudo no Edifício Anexo II – 1º andar, observando o horário e as normas de funcionamento: de 2ª a 6ª feira, das 11h às 19h, exceto em feriados nacionais ou forenses.

A biblioteca atende os Ministros e os servidores do Supremo Tribunal Federal na demanda por informações, pesquisas e documentos, especificamente na área de Direito. Atende também o público externo, formado pelas bibliotecas de órgãos governamentais do Distrito Federal e, no âmbito nacional, advogados e estudantes.

Ações de preservação da memória institucional do STF em destaque em 2015

Pastas de Ministros do Império



Trata-se de repositório institucional da memória do Tribunal que evidencia o pensamento dos Ministros ao longo do tempo e reflete conceitos e costumes da sociedade brasileira.

Em fevereiro de 2015, foi concluído o levantamento bio-bibliográfico dos 124 Ministros do Supremo Tribunal de Justiça – Império. Esse trabalho teve como foco a coleta e a organização de documentos escritos pelos Ministros ou sobre a vida e a atuação deles no Tribunal. Esse produto está previsto no Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, no seu art. 33, que dispõe sobre as competências da Comissão de Documentação.

Preservação do acervo de obras raras

Iniciou-se, em novembro de 2014, a confecção de jaquetas em poliéster para acondicionamento das obras raras. Essa técnica é utilizada para promover a preservação do acervo bibliográfico. Os livros com encadernação mais frágil, com folhas soltas e papel quebradiço são protegidos por invólucros que impedem a ação de danos, tais como: sujidade, rompimento de costura, oxidação, perda de suporte, fragilização das bordas e perda de lombada. No primeiro semestre de 2015, foram confeccionadas 1.300 jaquetas. No total, o projeto prevê a fabricação de 3.000 unidades para acondicionar a coleção de obras raras.

Digitalização do periódico Archivo Judiciário

Em janeiro de 2015, iniciou-se o projeto de digitalização dos 121 fascículos do *Archivo Judiciário* referentes ao período de 1927 a 1957. Previsto na Resolução 330, de 27 de novembro de 2006, esse título apresenta uma coletânea da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e de artigos escritos por juristas e magistrados renomados da época. Ao término do trabalho, a coleção será disponibilizada na Biblioteca Digital do STF. A conclusão está prevista para junho de 2016.

Digitalização de livros de andamento de grandes formatos

O projeto de Digitalização de Andamentos Processuais iniciou-se em 15 de abril de 2014. O objetivo é a digitalização e a indexação de 1,5 milhão de páginas no prazo de dois anos. Para tanto, adquiriu-se um *scanner* planetário e contrataram-se 10 estagiários de nível superior, das áreas de Direito e de Arquivologia, e 5 estagiários de nível médio. Com o prosseguimento do trabalho em 2015, até o momento, foram digitalizadas 363.574 imagens e indexadas 154.377 páginas.

Ações para ampliação da base de conteúdos e aperfeiçoamento de pesquisas disponíveis ao público

Atualização da base de dados que disponibiliza trechos de decisões referentes à aplicação dos enunciados vinculantes pelo Tribunal. O objetivo é facilitar o acesso ao entendimento atualizado da Corte como um todo. Em 2015, a base de dados teve 48.095 acessos.

Súmula Vinculante na jurisprudência

Realizou-se, em 2015, uma melhoria no serviço das Súmulas e das Súmulas Vinculantes, disponível no Portal do STF. O objetivo foi aperfeiçoar a apresentação, o uso e a pesquisa dos enunciados. A atualização desse serviço garante ao jurisdicionado o acesso aprimorado à jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal.

Pesquisas prontas

Durante o ano de 2015, realizou-se a atualização do serviço "Pesquisas Prontas". O objetivo desse produto é fornecer à comunidade jurídica acesso rápido e fácil a pesquisas previamente consolidadas e a acórdãos de grande notoriedade. O serviço está disponível no Portal do STF, na aba "Jurisprudência", e é continuamente atualizado.

No mais recente acréscimo de dados, inseriram-se as buscas referentes aos temas relacionados aos seguintes casos notórios:

1) Recurso interposto antes da publicação da decisão recorrida – Recurso Extemporâneo;
2) Indenização em razão de nomeação tardia em concurso público;
3) Prazo prescricional do FGTS; e
4) Legitimidade do MP em ação civil pública relativa ao DPVAT.

Pesquisas elaboradas para os gabinetes dos Ministros

Realizaram-se 956 pesquisas de jurisprudência voltadas exclusivamente aos gabinetes dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, colaborando diretamente com a atividade-fim do Tribunal.

Curso on-line de Pesquisa de Jurisprudência

Para conferir maior celeridade e autonomia no acesso à base de dados do Tribunal, elaborou-se ação de treinamento *on-line* voltado para os colaboradores e para os servidores do STF acerca dos recursos do sistema de pesquisa de jurisprudência.

Publicações temáticas

Elaboração de pesquisas de jurisprudência que foram integradas à publicação *Coletânea Temática de Jurisprudência – Direito Constitucional Eleitoral*.

Tratamento dos acórdãos e das decisões

Com o intuito de favorecer a recuperação de documentos, mais de 18.000 acórdãos publicados e 114.900 decisões monocráticas receberam tratamento para inclusão na base de jurisprudência. Ao longo desse processo, é necessário realizar análise, indexação, cadastro como jurisprudência reiterada ou não, catalogação da legislação, da doutrina e dos precedentes citados no julgado.

Inclusão das teses na base de pesquisa de jurisprudência

Visando facilitar a pesquisa, implantou-se uma inovação no tratamento das informações dos acórdãos. Trata-se do destaque, no espelho do documento, da tese firmada pelo Colegiado nos processos de controle concentrado e nos processos que apreciam o mérito na sistemática da repercussão geral.

Bancos internacionais de dados jurídicos

O Supremo Tribunal Federal mantém acordos de cooperação com organizações internacionais[7] com o objetivo de reunir e divulgar em bancos internacionais de dados a jurisprudência dos países-membros e associados. Foram enviados 34 resumos de decisões consideradas relevantes do ponto de vista internacional, com as respectivas traduções para a língua inglesa.

Gestão do Tesauro

Atualização do vocabulário jurídico do Supremo Tribunal Federal com o objetivo de limitar o uso de sinônimos, padronizar e potencializar a recuperação

7 Comissão Europeia para a Democracia através do Direito – Codices; Conferência das Jurisdições Constitucionais dos Países de Língua Portuguesa – CJCPLP; Banco de Jurisprudência Constitucional das Cortes Supremas do Mercosul e Associados; e *Global Legal Information Network* – GLIN.

da informação na pesquisa de jurisprudência. Foram estudados 865 termos, que resultaram na criação de 349 e na alteração de 516 vocábulos.

Ocerização dos acórdãos

Ocerização é a conversão de caracteres de imagens em texto, viabilizando a pesquisa de termos e o procedimento de cópia e colagem dos votos, demanda recorrente dos usuários dos serviços da pesquisa (advogados, estudantes, tribunais, etc).

Em 2015, foi realizada a ocerização de 218 acórdãos publicados, totalizando 2.863 páginas.

Atuação internacional

Na qualidade de órgão de cúpula do Poder Judiciário brasileiro, o Supremo Tribunal Federal centraliza as comunicações realizadas entre os agentes judiciais nacionais e os organismos ou autoridades estrangeiros e desenvolve ações, no âmbito institucional, com foco na integração regional e mundial. As atividades compreendem, entre outras, visitas oficiais, convênios, acordos de cooperação e programas de intercâmbio.

Além das visitas oficiais junto a órgãos de cúpula da Justiça e a organismos internacionais em outros países, o Supremo recebeu neste ano diversas autoridades internacionais, como os embaixadores da França, do Equador, da Ucrânia, da China e do Estado da Palestina; delegações de parlamentares da União Europeia e do Paraguai; entre outras.

Das ações realizadas em 2015, com o intuito de trocar conhecimentos e experiências destinadas ao aperfeiçoamento da administração jurisdicional, destacam-se:

Convênios e acordos de cooperação firmados com outras instituições com foco na atuação internacional

- Assinatura de Memorando de Entendimento com a Suprema Corte Popular da China para a cooperação entre os dois Tribunais. O objetivo é a troca de experiências que auxiliem na modernização do sistema judicial dos dois países e o fortalecimento da cooperação entre as Instituições.

- Assinatura de Memorando de Entendimento com a Suprema Corte da Federação Russa para cooperação entre as duas Cortes, com foco especial no intercâmbio de experiências e boas práticas nas áreas de sistemas eletrônicos e de

informática. No documento, as duas Instituições também se comprometem a trocar conhecimento sobre normas e regulamentos aplicáveis à magistratura em ambos os países e a implementar atividades judiciais de interesse mútuo.

- Assinatura de convênio com a Fundação Universidade de Brasília – FUB, com o objetivo de proporcionar estágio de complementação educacional na área de tradução e versão de documentos, notícias e decisões judiciais de interesse do Tribunal para os idiomas inglês, espanhol e francês. Esses assuntos estão relacionados diretamente com os programas, planos e projetos desenvolvidos nos cursos de graduação em Letras – Tradução, idiomas Inglês, Espanhol e Francês.

Programas de intercâmbio

Programa Teixeira de Freitas

O Programa Teixeira de Freitas foi formalizado pela Resolução 520/2014, cujas finalidades são: a) recepcionar no Supremo Tribunal Federal estudantes estrangeiros de graduação e de pós-graduação participantes do Programa de Intercâmbio Acadêmico Jurídico-Cultural para estudantes do curso de Direito dos países-membros do Mercosul e Associados; b) propiciar experiência prática, bem como fomentar a pesquisa e o aperfeiçoamento acadêmico; c) estimular o conhecimento da realidade jurídica do Brasil; d) apoiar o desenvolvimento de linhas de cooperação no campo da formação jurídica e da pesquisa em Direito.

A recepção dos estudantes estrangeiros pelo Supremo Tribunal Federal faz parte do Programa de Estímulo à Cooperação e ao Intercâmbio na Área Jurídica para os Países-Membros do Mercosul, criado pelo termo de compromisso firmado em 21 de novembro de 2008 no VI Encontro de Cortes Supremas dos países-membros e associados do Mercosul. O processo seletivo é realizado com o apoio da Universidade de Brasília – UnB.

Em 2015, estudantes de Direito de países latino-americanos e de países convidados participaram das XI e XII edições do Programa Teixeira de Freitas. Participaram da XI edição, ocorrida no primeiro semestre: 1 estudante de pós-graduação da *Vrije Universiteit Brussel*, *Faculty of Law and Criminology* da Bélgica; 1 estudante de graduação da *Universidad Alberto Hurtado* do Chile; e 2 estudantes, um de doutorado da *Universidad de Granada* e o outro de graduação da *Universidad Jaume I de Castellón*, ambos da Espanha. Os integrantes da XII edição, realizada no segundo semestre, foram: 1 estudante de graduação da *Universidad do Salvador* da Argentina e 3 estudantes de graduação da *Universidad Alberto Hurtado*, *Universidad Central* e da *Universidad Central de La Serena*, todas do Chile.

Durante o programa, os estudantes tiveram a oportunidade de conhecer o funcionamento do Supremo Tribunal Federal, por meio de visitas internas aos diversos órgãos e setores do Tribunal. Os intercambistas também realizaram visitas a outros tribunais superiores, o que permitiu relevante troca de experiências e obtenção de variado material para instruir os projetos apresentados ao final do intercâmbio jurídico.

Programa Joaquim Nabuco

Com o objetivo de estimular o intercâmbio de práticas e conhecimentos no âmbito dos tribunais integrantes do Mercosul e propiciar a criação de um espaço regional de diálogo na área jurídica entre os países do bloco e associados, o Supremo Tribunal Federal promove o Programa Joaquim Nabuco – PJN. Entre os dias 21 de novembro e 2 de outubro de 2015, o Tribunal recebeu magistrados e servidores das Cortes Supremas e Constitucionais do Mercosul e Estados Associados, no âmbito da XI Edição do Programa Joaquim Nabuco. Participaram do referido programa: 1 magistrado e 1 servidor da Corte Suprema do Chile; 2 servidores do Tribunal Constitucional do Chile; 1 magistrada da Corte Suprema de Justiça do Paraguai; 2 servidores do Tribunal Constitucional do Peru e 2 magistrados da Suprema Corte de Justiça do Uruguai.

Durante esse período, os participantes tiveram a oportunidade de conhecer o funcionamento do Supremo, por meio de visitas internas aos diversos órgãos e setores do Tribunal. Ao visitar os demais tribunais superiores, foram recepcionados pelas mais altas autoridades e puderam trocar experiências específicas em suas áreas de atuação, o que permitiu a obtenção de variado material para subsidiar análises de direito comparado.

Além de ter recebido magistrados e servidores de outros países, o Supremo Tribunal Federal enviou 7 servidores e 1 magistrado para as Cortes latino-americanas. Dentre eles, 2 foram encaminhados para o Tribunal Constitucional e a *Corte Suprema de Justicia* do Chile; 1 servidor e 1 magistrado para a *Suprema Corte de Justicia de la Nación* do México; 2 para o Tribunal Constitucional e a *Corte Suprema de Justicia* do Peru e 2 para a *Corte Suprema de Justicia* do Uruguai.

Os participantes tiveram a chance de conhecer o sistema judiciário desses países, visitar órgãos da justiça e trocar experiências específicas em suas áreas de atuação. Dessa forma, possibilitou-se a aprendizagem das boas práticas adotadas por essas Cortes.

Gestão e Governança

Ações realizadas no âmbito administrativo com o objetivo de potencializar o uso dos recursos disponíveis e os esforços envidados para a garantia dos anseios da sociedade e do cumprimento da missão organizacional, com foco na máxima eficiência, transparência e efetividade organizacional.

Planejamento estratégico: STF – rumo a 2020

Em sessão administrativa do dia 9 de dezembro de 2015, os Ministros do Supremo Tribunal Federal aprovaram o novo plano estratégico da Corte.

Denominado *STF – rumo a 2020*, o documento é fruto de reuniões setoriais e globais realizadas entre os meses de maio a outubro de 2015 com a participação de representantes de todas as unidades do Tribunal.

A ideia de se estabelecer um planejamento com eficácia para cinco anos tem como foco favorecer a continuidade de projetos e a eficiência da gestão dos recursos.

O novo plano contempla 10 objetivos estratégicos, 19 indicadores e 19 metas, distribuídos nas áreas de Prestação Jurisdicional, Transparência, Estrutura e Infraestrutura, Articulação Institucional e Recursos. Em média, foi estabelecida 1,9 meta por objetivo.

Uma das novidades do novo plano é que o STF passará a acompanhar, de forma analítica, o percentual de saídas espontâneas de servidores efetivos do Tribunal – com exceção das saídas por aposentadoria. Mais do que levantar números, o trabalho envolve conhecer as razões que levam as pessoas a trocar o STF por outros órgãos – alguns até com carreiras semelhantes. De posse dessas informações, a Administração espera aprimorar as políticas de valorização do servidor. Em 2015, 4% dos servidores efetivos saíram espontaneamente do Supremo; a meta é reduzir esse número para 3% até 2020. Registre-se que nesse percentual são considerados os servidores em estágio probatório e os estáveis, tendo-se observado que a maior parte das vacâncias resulta do desligamento voluntário de servidores não estáveis.

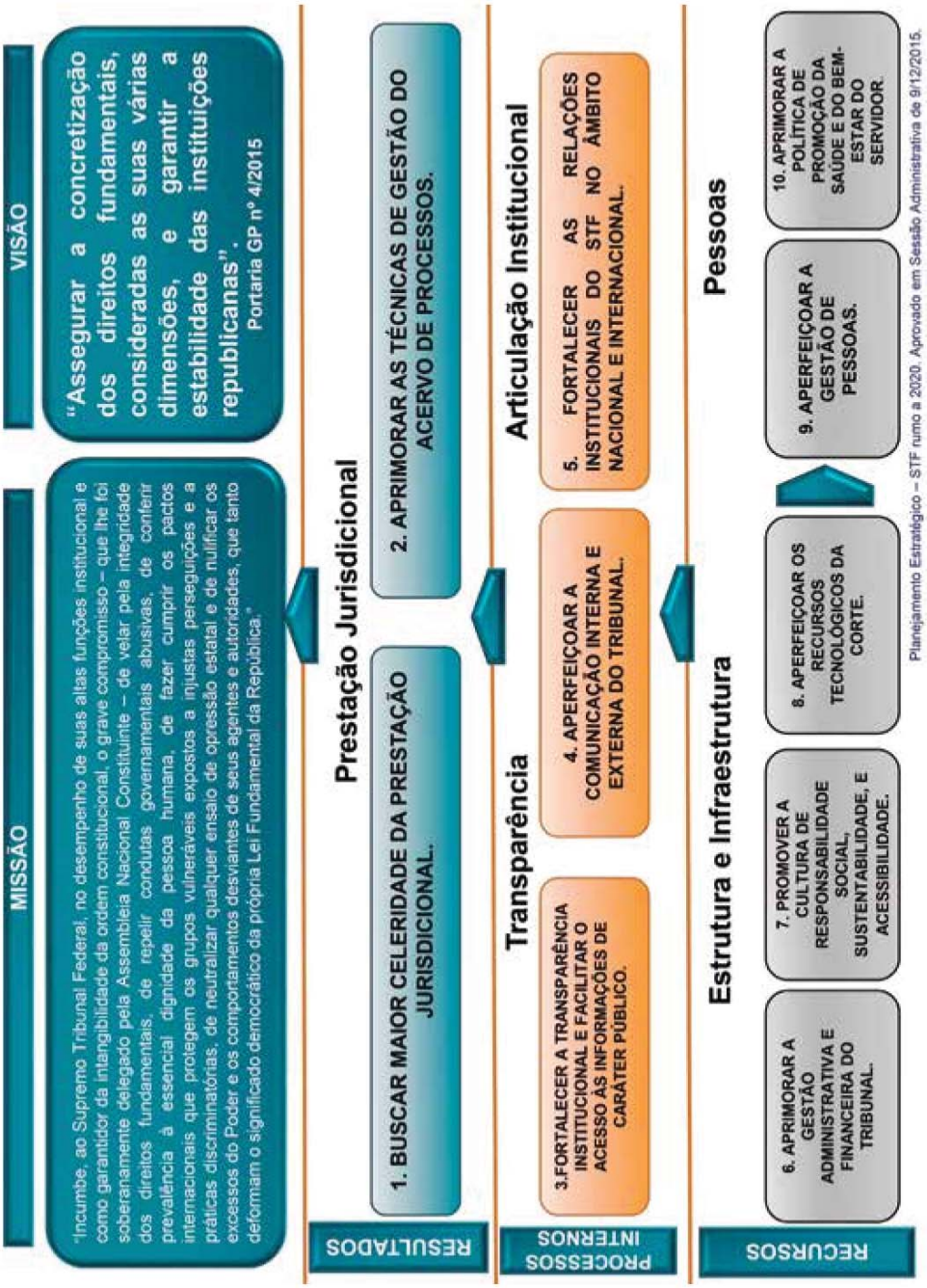
O aperfeiçoamento dos recursos tecnológicos da Corte a partir da avaliação da situação de governança de TI, segundo critérios definidos pelo TCU para toda a Administração Pública Federal, também passou a ser uma meta estratégica. Com base nessa avaliação, que permite análise comparativa, o STF poderá fazer um diagnóstico do seu perfil na área de Tecnologia da Informação em relação a outros órgãos federais, e assim estudar formas de aprimorá-lo.

Outro destaque é o novo enfoque dado à área da sustentabilidade, que foi revisada e ampliada e passou a conter no escopo a evidenciação de ações com foco na responsabilidade social, na própria sustentabilidade e também na acessibilidade. Conquanto façam parte da equação de uma mesma meta e indicador estratégico, o resultado será fruto de ações pontuais em cada um desses enfo-

ques. Entre as ações inicialmente previstas para aferição estão: a ressocialização de sentenciados, a gestão de insumos, a capacitação de gestores para o gerenciamento de servidores com deficiência, entre outras. À medida que algumas ações são alcançadas com êxito, ou se tornam justificadamente invalidadas devido a fatores internos ou externos, novas perspectivas de atuação se vislumbram. Por esse motivo, o STF estabeleceu um indicador capaz de atender às demandas atuais e incluiu novas abordagens e dimensões no decorrer dos anos, a serem propostas e validadas pelos gestores e pela Administração do órgão durante as Reuniões de Avaliação da Estratégia – RAEs.

Confira, na página a seguir, o novo mapa estratégico do planejamento STF.

Mapa Estratégico: STF – rumo a 2020 *



* Planejamento Estratégico – *STF rumo a 2020*. Aprovado em sessão administrativa de 9/12/2015.

Os quadros a seguir apresentam a síntese do novo ciclo:

Quadros 13 a 16
Objetivos, metas e indicadores do Planejamento Estratégico *STF – rumo a 2020*

Quadro 13
Tema: Prestação jurisdicional

Perspectiva	Tema	Objetivo aprovado	Meta	Indicador
Resultados	Prestação Jurisdicional	1. Buscar maior celeridade da prestação jurisdicional.	1. Desenvolver soluções que permitam contemplar as alterações trazidas pelas novas normas processuais e manter o índice de congestionamento de processos de 39% até 2020.	**1. Indicador de Congestionamento – ICNG.**
			2. Desenvolver soluções que permitam contemplar as alterações trazidas pelas novas normas processuais e manter o tempo médio de tramitação até 2020.	**2. Indicador de Trâmite Processual – ITPR.**
		2. Aprimorar as técnicas de gestão do acervo de processos.	3. Identificar e manter em acervo, em dezembro de 2020, no máximo 15% de processos com mais de cinco anos de ingresso na Corte.	**3. Indicador de Processos Antigos – IPA.**

Quadro 14
Tema: Transparência e articulação institucional

Perspectiva	Tema	Objetivo aprovado	Meta	Indicador
Processos Internos	Transparência	3. Fortalecer a transparência institucional e facilitar o acesso às informações de caráter público.	4. Manter em no mínimo 80% o número de questionários com índices satisfatórios até dezembro de 2020.	**4. Indicador de Satisfação dos Cidadãos Atendidos pela Central do Cidadão – ISCAT.**
		4. Aperfeiçoar a comunicação interna e externa do Tribunal.	5. Atingir 85% de matérias com exatidão no texto jornalístico, veiculadas de maneira espontânea em jornais, revistas, emissoras de TV e sítios da internet em relação ao total de matérias sobre o Tribunal.	**5. Indicador de Matérias Veiculadas em Mídia Espontânea – IMVE.**
			6. Atingir o acesso por pelo menos 30% dos destinatários das matérias do *Supremo em Dia* até dezembro de 2020, tomando-se como parâmetro a média anual apurada em junho de 2015.	**6. Média de Acessos ao Supremo em Dia – MASD.**
	Articulação Institucional	5. Fortalecer as relações institucionais do STF no âmbito nacional e internacional.	7. Aumentar em 10% o índice até 2020, em relação aos dados de 2015.	**7. Indicador de Ações de Articulação Institucional – IAAI.**

Quadro 15
Tema: Estrutura e infraestrutura

Perspectiva	Tema	Objetivo aprovado	Meta	Indicador
Recursos	Estrutura e Infraestrutura	6. Aprimorar a gestão administrativa e financeira do Tribunal.	8. Garantir a execução financeira do STF relativa a custeio e investimento em no mínimo 75% ao ano até dezembro de 2020.	**8. Indicador de Execução Financeira do Orçamento de Custeio e Investimento – IEFO.**
			9. Garantir o tempo médio de 142 dias entre a autuação do processo até a adjudicação do objeto em 85% das licitações por meio de pregão eletrônico.	**9. Indicador de Eficiência dos Procedimentos de Contratação – IEPC.**
		7. Promover a cultura de responsabilidade social, de sustentabilidade e de acessibilidade.	10. Concretizar anualmente o mínimo de 70% do conjunto das ações dos temas Responsabilidade Social, Sustentabilidade e Acessibilidade.	**10. Índice de Ações de Responsabilidade Social, Sustentabilidade e Acessibilidade – IARSSA.**
		8. Aperfeiçoar os recursos tecnológicos da Corte.	11. Aumentar em 10% ao ano o índice de consolidação dos sistemas do Processo Judicial em plataforma única.	**11. Índice de Consolidação dos Sistemas do Processo Judicial em Plataforma Única – ICSPJPU.**
			12. Diminuir em 0,5 hora a média anual de indisponibilidade dos sistemas estratégicos.	**12. Índice Mensal de Indisponibilidade de Sistemas Estratégicos – IMISE.**
			13. Aumentar em 0,20 ponto até 2020 a evolução do perfil de governança de TI – iGovTI.	**13. Evolução do Perfil de Governança de TI – EiGovTI.**

Quadro 16
Tema: Pessoas

Perspectiva	Tema	Objetivo aprovado	Meta	Indicador
Recursos	Pessoas	9. Aperfeiçoar a gestão de pessoas.	14. Manter o IFCP acima de 80% até 2020.	**14. Indicador de Funções Comissionadas e Cargos em Comissão Ocupados por Servidores Efetivos do Quadro de Pessoal do STF – IFCP.**
			15. Desenvolver no mínimo 75% das competências necessárias priorizadas pelas unidades do STF.	**15. Indicador de Competências Desenvolvidas – ICDE.**
			16. Promover o redimensionamento ótimo da força de trabalho do STF até dezembro de 2020.	**16. Indicador de Redimensionamento da Força de Trabalho – IRFT.**
			17. Reduzir as saídas espontâneas de servidores efetivos do STF para 3% até 2020.	**17. Indicador de Saídas Espontâneas – ISE.**
		10. Aprimorar a política de promoção da saúde e do bem-estar do servidor.	18. Concretizar anualmente o mínimo de 70% das ações do programa Viva Bem.	**18. Índice de Ações de Qualidade de Vida – IAQV.**
			19. Alcançar 50% de servidores, entre os convidados, que completam o EPS no ano.	**19. Índice de Participação no Exame Periódico de Saúde – IPEPS.**

Gestão por processos

A atividade referente à gestão por processos organizacionais no Supremo Tribunal Federal é orientada pela Instrução Normativa 172/2014. O trabalho foi iniciado no ano de 2012, quando foram capacitados servidores de todas as unidades do Tribunal com o objetivo de atuarem como disseminadores e facilitadores do conhecimento e, em muitos casos, como líderes de desenvolvimento de mapeamento de processos de trabalho.

O mapeamento de processos de trabalho consiste em uma metodologia gerencial que propicia o conhecimento detalhado das atividades do órgão. Ao mesmo tempo, facilita a visão sistêmica das ações ao identificar agentes internos e externos que contribuem para a elaboração ou demandam determinados produtos e serviços. Com o mapeamento, é possível identificar pontos de determinado processo de trabalho que requerem melhorias, visando a excelência na prestação dos serviços.

Em 2015, o objetivo foi intensificar a parceria com as unidades já contempladas até 2014 para a continuidade da implantação das melhorias sugeridas e já aprovadas pelos gestores das unidades, além de iniciar o 8º ciclo de mapeamento com a aplicação da metodologia na Secretaria de Documentação – SDO, onde foram mapeados 21 processos de trabalho, nas cinco coordenadorias que compõem a estrutura dessa Secretaria. Na SDO, foram identificadas 290 melhorias, das quais 256 (88,28%) foram validadas. Dessas, 35 (13,67%) foram implantadas de imediato.

Entre as unidades que apresentam significativo percentual de consecução das melhorias nos processos de trabalho estão a Secretaria de Administração e Finanças, a Secretaria de Gestão de Pessoas e a Secretaria de Serviços Integrados de Saúde, com respectivamente 71,08%, 63,60% e 83,33%.

Tecnologia – melhorias e inovações em destaque

Os diversos projetos desenvolvidos na área tecnológica em 2015 representaram importantes avanços para as atividades jurisdicional e administrativa.

Aprimoramento e inovação na assinatura eletrônica de documentos pelos Ministros

Equipamentos de infraestrutura tecnológica foram substituídos e os mecanismos de assinatura eletrônica foram aprimorados para possibilitar maior simplicidade e confiabilidade. Indisponibilidades do sistema tornaram-se menos frequentes e o tempo de assinatura de documentos foi reduzido em até 75%. Destaque para o Assinador Móvel, aplicativo desenvolvido internamente pela Secretaria de Tecnologia da Informação do Tribunal que permite aos Ministros revisarem e assinarem expedientes ou decisões, por meio de dispositivos móveis, de forma segura e intuitiva.

Segurança e transparência na distribuição de processos

Com o objetivo de aprimorar a segurança e a transparência na distribuição de processos, o Supremo Tribunal Federal editou a Resolução 558, de 31 de agosto de 2015, que regulamenta o procedimento de distribuição de processos nos casos em que há prevenção, conexão, continência, compensação ou impedimento de Ministro. Para atender às novas exigências normativas, mecanismos tecnológicos de distribuição eletrônica foram aprimorados. Dentre eles podem-se destacar a criação de:

- campo no sistema judicial para indicação de dispositivo normativo que justifica a eventual exclusão de Ministro (art. 3º);
- um segundo nível de validação formal da distribuição pelo Coordenador de Processamento Inicial ou pelo Secretário Judiciário (art. 4º);
- registro de andamento processual com a justificativa que acompanha a distribuição (art. 6º);
- funcionalidade de emissão de certidão de distribuição em que constem os parâmetros nela utilizados (art. 7º).

De acordo com a nova norma, a distribuição será realizada somente por servidor, de cargo efetivo ou de confiança. O servidor responsável deverá justificar, em campo específico do sistema informatizado de distribuição de processos, a norma legal que fundamenta cada caso, registrando, ainda, o número do processo vinculado e o nome do Ministro eventualmente excluído. Esses dados agora passam a constar automaticamente do sistema eletrônico de andamento processual, para assegurar maior transparência ao jurisdicionado. Além disso, a resolução dispõe que, ressalvadas as hipóteses previstas no Regimento Interno, a distribuição deve seguir a ordem cronológica de ingresso dos autos no STF e prevê que, em cada processo, deverá ser incluída certidão de distribuição, na qual constarão os parâmetros utilizados, para controle das partes.

Autuação de processos

Implantação de um novo sistema de autuação de processos, que proporciona à Secretaria Judiciária do Supremo Tribunal Federal maior agilidade e qualidade no cadastramento inicial e, consequentemente, aumento na produtividade. O novo sistema disponibiliza, em uma mesma tela, mais informações aos usuários, simplifica as etapas da autuação, apresenta validações para evitar inconsistências nos cadastramentos e dispõe de um conjunto de automatizações para dar agilidade nos procedimentos, além de seguir a identidade visual do novo Sistema de Peticionamento Eletrônico.

Melhorias nos sistemas do processamento eletrônico-judicial

Desde o advento da Lei 11.419/2006, que dispõe sobre a informatização do processo judicial, o Supremo tem promovido contínuas melhorias nos sistemas do processamento eletrônico-judicial. O quadro a seguir destaca as ações realizadas em 2015.

Quadro 17
Melhorias nos sistemas de processamento eletrônico-judicial em 2015

Projeto	Melhoria
PORT-19	Inclusão no Portal de Informações Gerenciais de dados do E-gab: fase (filtro fase interna).
PORT-43	Automatização da emissão de certidões (eSTF-Processamento).
PORT-44	Simplificação da expedição e baixa de processos (novo sistema).
PORT-64	Projeto Autuação – Módulo simplificado: versão 1.0.0 (entrada de dados) (Supremo – Autuação).
PORT-141	Ajuste na funcionalidade de visualização de peças processuais.
PORT-373	Melhorias no procedimento de reautuação/retificação de Processos. (eJUD-RegistroSimplificado).
PORT-376	Incluir alerta no lançamento dos andamentos 7101, 7104 e 7108 (eSTF-Processamento).
PORT-384	Alteração de regra para visualizar as peças vinculadas aos incidentes da execução penal (Peticionamento – PET V.3).
PORT-433	Melhorias na Integração entre Tribunais: prover serviço para reenvio de processos e envio complementar de peças (WebService).
PORT-483	Incluir numeração nos documentos (eSTF-Processamento).
PORT-501	Bloquear petição incidental em processo com cancelamento de autuação, no PetV2. (eSTF-Peticionamento V2).
PORT-503	Acrescentar a classe ADO no agendamento de publicações do Módulo de Tratamento Textual (MTT – Módulo de Tratamento Textual).
PORT-533	Módulo Simplificado: Versão 1.1.0 (assunto, tema, legislação, indicação de inaptidão) (Novo Sistema – Autuação).

Fonte: Secretaria Judiciária. Posição até 17/12/2015.

Sistema Eletrônico de Informações – SEI: menor custo, maior sustentabilidade

O Sistema Eletrônico de Informações – SEI, desenvolvido pelo Tribunal Regional da 4ª Região, tornou-se, a partir do dia 30 de novembro de 2015, a ferramenta de gestão arquivística de documentos e informações administrativas do Supremo Tribunal Federal. A partir dessa data, todos os atos – da criação e edição à assinatura e armazenamento – passaram a ser produzidos eletronicamente no Tribunal. O uso da ferramenta no STF foi instituído por meio da Resolução 565, de 20 de novembro de 2015.

Prevê-se que a inovação no âmbito administrativo interno contribua também para o fortalecimento da cultura da adoção de práticas sustentáveis pelo STF, alinhada com a Agenda Ambiental do Tribunal, uma vez que a tendência é a redução considerável do consumo de papel, grampos, capas para montagem de processos, impressoras e cartuchos de tintas. Com a redução de resíduos descartados, o Tribunal almeja também reduzir o impacto ambiental provocado pelas atividades diárias do órgão.

Destaca-se, ainda, a economia no gasto dos recursos públicos, uma vez que o SEI foi cedido gratuitamente pelo TRF da 4ª Região. Estima-se que a aquisição de uma plataforma comercial semelhante custa cerca de R$ 20 milhões.

A ferramenta possui uma interface intuitiva e amigável, permite que as decisões sejam conhecidas em tempo real, torna os processos mais transparentes, contribui para a organização do trabalho devido aos prazos que passam a ser registrados eletronicamente, disponibiliza o acesso fora do Tribunal, facilitando a realização de trabalho externo. Além disso, a assinatura é digital e é possível anexar documentos de diferentes formatos a um processo.

A implantação do SEI tem por finalidade facilitar a criação e a tramitação de documentos administrativos, economizar recursos financeiros relacionados ao consumo de papel e insumos para impressão/reprodução de cópias e montagem de processos físicos, beneficiando tanto o meio ambiente quanto a eficiência administrativa do Tribunal, além de possibilitar maior organização e segurança. Outra vantagem é que, como os processos estão acessíveis via sistema, várias unidades do Tribunal podem trabalhar simultaneamente nos expedientes. Espera-se, com essa flexibilidade, que o tempo médio de tramitação de documentos e processos administrativos no Tribunal caia substancialmente.

São objetivos do SEI:

- Aumentar a produtividade e a celeridade na tramitação de documentos e processos;
- Aprimorar a segurança e a confiabilidade dos dados e das informações;
- Facilitar o acesso às informações;
- Garantir maior sustentabilidade ambiental e econômica;
- Permitir mais economia com a redução de custos operacionais e de armazenamento de documentos.

Além do TRF da 4ª Região, o sistema é atualmente utilizado em mais de 70 órgãos da Administração Pública, entre os quais o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), o Ministério das Comunicações e a Prefeitura Municipal de São Paulo.

Outras evoluções em soluções tecnológicas adotadas em 2015 e voltadas para o aprimoramento da gestão do Tribunal também merecem destaque. O quadro abaixo apresenta resumidamente algumas dessas evoluções e seus principais benefícios.

Quadro 18
Soluções tecnológicas realizadas em 2015 e benefícios gerados: destaques

Projeto	Benefícios
Certidões *on-line*	Automatização da emissão de certidões de antecedentes para fins eleitorais; Automatização da emissão de certidões de objeto e pé do processo.
Sistema de Expedição e Baixa de Processos	Automatização de expedição e baixa de processos em meio físico ou mídia, com integração aos serviços dos Correios.
Aprimoramento do Sistema de Gestão de Postos de Trabalho – SGPT	Fortalecimento da prática de pagamento por resultados nas contratações por intermédio do controle da ocupação dos postos de trabalho.

Fonte: Secretaria de Tecnologia da Informação. Posição em 18/12/2015.

Gestão de pessoas

Concurso Público 2013

Por meio do Edital 12, publicado no *Diário Oficial da União* em 5 de março de 2015, o concurso público realizado pelo Supremo Tribunal Federal em 2013 foi prorrogado por mais um ano, contado a partir de 10 de março de 2015. Até dezembro de 2014, 104 dos 118 candidatos convocados entraram em exercício no STF. Em 2015, no período compreendido entre janeiro até o dia 18 de dezembro, véspera do início do recesso forense, foram convocados mais 97 candidatos. Desses, 17 formalizaram desistência, 69 ingressaram no Tribunal, 5 tiveram a nomeação tornada sem efeito e 6 usufruem o prazo legal para posse e entrada em exercício.

O quadro geral com o detalhamento das vagas e nomeações está disponível para acesso ao público no Portal do STF (www.stf.jus.br), na aba "Sobre o STF".

Em 18 de março de 15, em solenidade realizada no Tribunal, foi instituída a Resolução 548, que destina aos candidatos negros 20% das vagas ofertadas para os cargos efetivos do STF e do Conselho Nacional de Justiça.

A norma regulamentou a aplicação, pelo STF e CNJ, da Lei 12.990, de 9 de junho de 2014, que prevê a reserva de vagas para negros no âmbito da Administração Pública Federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. A resolução assinada leva em consideração a decisão tomada pelo Plenário da Corte no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF 186, julgada em abril de 2012, quando o STF considerou constitucional o sistema de cotas raciais adotado na Universidade de Brasília – UnB.

A solenidade contou com a presença de vários convidados e autoridades, entre eles as Ministras da Secretaria Especial da Presidência da República para a Igualdade Racial, Nilma Lino Gomes, dos Direitos Humanos, Ideli Salvati, além de parlamentares e do Ministro do Superior Tribunal de Justiça Benedito Gonçalves, do Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Marcus Vinícius Furtado Coêlho, e representantes do Unicef, Instituto Afro-Brasileiro, Associação dos Magistrados Brasileiros e outras entidades.

Ambientação de novos servidores

Com o objetivo de proporcionar a formação da cidadania corporativa, mediante o compartilhamento e a sensibilização para o cumprimento da missão, da visão de futuro e dos valores do Supremo Tribunal Federal, bem como para divulgar informações acerca das políticas e normas do órgão, ao ingressar no Tribunal, o novo servidor participa do Programa de Ambientação, composto por três ações distintas e complementares – Acolhimento Inicial, Ambientação Setorial e Curso de Ambientação. A Ambientação Setorial é desenvolvida diretamente na unidade de lotação de cada servidor recém-ingresso e corresponde ao acompanhamento sob a orientação de um servidor indicado pelo gestor da unidade, denominado tutor, que exerce essa função pelo período de um mês. De janeiro a dezembro de 2015, foi realizada a ambientação de 73 novos servidores efetivos. Outros 6 recém-ingressos já eram servidores do STF, ocupantes de outros cargos, motivo pelo qual não participaram da ação. Os servidores que atuam como tutores também participam de treinamento. Em 2015, foram capacitados 32 profissionais.

Estágio probatório – equipe multiprofissional

Regulamentada pelo Decreto 3.298, de 20 de dezembro de 1999, e pela Instrução Normativa 70, de 23 de setembro de 2008, e suas alterações, a equipe multiprofissional destina-se ao acompanhamento, durante o estágio probatório, dos servidores ocupantes de vagas destinadas às pessoas com deficiência. O acompanhamento, que ocorre ao final das 1ª, 3ª e 5ª etapas avaliativas do estágio probatório, visa avaliar a compatibilidade entre as atribuições do cargo e a respectiva deficiência, bem como as condições de acessibilidade oferecidas pelo Tribunal para o exercício das atribuições do cargo. Participam de sua composição profissionais das Secretarias de Serviços Integrados de Saúde e de Gestão de Pessoas, além de representante da unidade de lotação do servidor.

Termo de opção do Regime de Previdência

Considerando o disposto nos art. 1º, parágrafo único, e art. 3º, *caput* e inciso II, da Lei 12.618/2012, em 2015 foi solicitado a todos os servidores efetivos do

Tribunal que se manifestassem quanto à migração para o Regime de Previdência Complementar ou permanência no Regime Previdenciário do Plano de Seguridade Social do Servidor Público – PSSS, com as regras de aposentadoria de acordo com as respectivas datas de ingresso.

Recadastramento dos aposentados e pensionistas

Nos termos da Resolução 414/2009, no período de 1º a 29 de outubro de 2015, efetuou-se o recadastramento de todos os aposentados e pensionistas do Tribunal. Com o intuito de humanizar esse processo, foram realizadas ações voltadas para os aposentados e pensionistas durante todo o mês de outubro de 2015, como exames de bioimpedância, aferição de glicemia capilar, de pressão arterial e intraocular e distribuição de brindes.

Seleção interna para funções e cargos em comissão

O processo seletivo é realizado para ocupação de função comissionada ou cargo em comissão nas unidades administrativas do STF e visa identificar, entre os servidores interessados, aquele com perfil mais adequado às habilidades e aos requisitos exigidos para a vaga disponível.

De janeiro a dezembro de 2015, foram realizados 12 processos seletivos para a ocupação de 14 vagas no Tribunal, sendo 2 para CJ e 12 para FC. Dos 55 candidatos inscritos, 10 servidores foram selecionados.

As seleções internas consistiram de três etapas: análise curricular, a fim de verificar se o candidato preenchia os requisitos da vaga; entrevista na Seção de Seleção e Movimentação, para avaliar a compatibilidade do perfil do servidor com a vaga; e entrevista na unidade demandante, área responsável pela escolha do candidato.

Além disso, na seleção interna do Gabinete do Ministro Edson Fachin, os candidatos foram submetidos a exame teórico-prático. Nesse caso, a área demandante era a responsável tanto pela elaboração do teste quanto pela avaliação do candidato.

Cidadania Corporativa

O Programa Cidadania Corporativa dedica-se à sensibilização das pessoas que trabalham no Tribunal para a adoção de valores como credibilidade, celeridade, transparência, entre outros. Atendendo ao disposto na Portaria Conjunta 3/2007, Anexo III, o programa foi instituído em 2009. No exercício de 2015, a

sensibilização teve como foco a Inovação. Para tanto, foram realizadas campanhas, incluindo a distribuição de calendários de mesa, papéis de parede para instalação mensal nos monitores, distribuição de *card lights* aos gestores, realização da palestra Mude seu Mundo e o Mundo Muda, entre outras.

Capacitação e desenvolvimento dos servidores

No escopo do trabalho destinado à capacitação e desenvolvimento profissional, são promovidas diversas ações, de modo a compreender diferentes aspectos e níveis de aprofundamento do conhecimento necessário ao bom desempenho das atribuições conferidas aos servidores do Tribunal. Em 2015, destacam-se as seguintes ações:

Levantamento de Necessidades de Capacitação – LNC 2015/2016

Em outubro de 2014, foram realizados os procedimentos iniciais destinados à identificação das necessidades de capacitação para os servidores do Tribunal. A partir desse trabalho, definiu-se a elaboração do LNC para o biênio 2015-2016. Também foi solicitada a cada unidade a indicação de servidor com conhecimento sobre a estrutura da área para atuar como Agente de Capacitação. Nos gabinetes dos Ministros, o trabalho foi realizado com a participação dos chefes de gabinetes e servidores indicados. Ao final de 2015, apresentou-se às unidades o resultado das ações realizadas e a oportunidade de alteração das demandas não mais consideradas prioritárias.

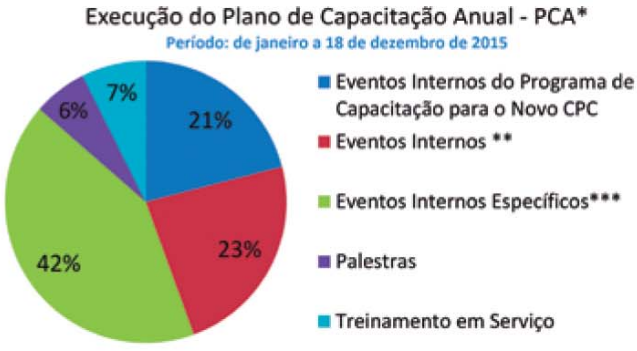
Plano Anual de Capacitação do STF – PCA 2015

Em 2015, foram realizadas 68 ações de treinamento presenciais internas para servidores, sendo 10 realizadas como Eventos Internos; 17 Eventos Internos do Programa de Capacitação para o Novo Código de Processo Civil – CPC; 30 Eventos Internos Específicos; 5 palestras do Programa Sexta com Excelência; 6 Treinamentos em Serviço; e 1 evento ofertado ao STF por meio de Termo de Cooperação com outros órgãos do Poder Judiciário, totalizando 2.812 participantes aprovados. (O resultado computa o número de participações. Um mesmo servidor pode, por exemplo, ter participado de mais de um evento do PCA 2015).

Além disso, foram aprovados pelo Tribunal 136 eventos externos (ações de treinamento abertas no mercado), totalizando 430 participantes.

Das ações realizadas, destacam-se as capacitações com foco no novo CPC para servidores que atuam em processos finalísticos relacionados à prestação jurisdicional do STF e as palestras do projeto Sexta com Excelência, nas quais se apresentaram expoentes internacionais que versaram sobre os seguintes assuntos: Direito e Sociedade Islâmica; Violência de Gênero e Direitos Humanos na Espanha e no Brasil; O Sistema de Solução de Controvérsias da Organização Mundial do Comércio; A Importância da Independência do Poder Judicial na Criação de um Estado de Direito para uma Sociedade Justa; A Secessão de Territórios em Democracias Constitucionais e Estados Compostos – o Caso de Catalunha sob Exame.

Gráfico 7
Distribuição dos eventos realizados no âmbito do PCA/STF 2015



Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas.

* Não inclui Programa de Desenvolvimento Gerencial, Programa de Reciclagem Anual de Segurança, ações do Programa de Qualidade de Vida do STF – Viva Bem e Eventos Externos.

** Inclui ações de treinamento presenciais e a distância, inclusive Programa de Formação de Multiplicadores de Conhecimento e Programa Desenvolvendo Talentos.

*** Inclui ações de treinamento presencias e a distância.

Educação a Distância

O STF possui termos de cooperação com vários órgãos públicos, com vistas ao intercâmbio de conhecimento, informações e tecnologias relacionadas à educação corporativa. Além da troca de vagas em treinamentos na modalidade a distância, tem-se também o compartilhamento de conteúdos de cursos *on-line*.

Acrescenta-se que o Tribunal mantém, em seu Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA (plataforma *Moodle*), ações complementares destinadas a ampliar o processo de ensino e aprendizagem e a disseminação da Gestão do Conhecimento do Tribunal, quais sejam: a capacitação em filme Minutos de Sabedoria; o Compartilhando Saberes – produção intelectual dos servidores da Corte e conhecimentos adquiridos em treinamentos; a Cursoteca, com materiais didáticos de eventos a distância oferecidos pelo STF; e a Comunidade de Aprendizagem – apoio aos instrutores internos.

Além disso, no âmbito do programa de incentivo à instrutoria e aos conteudistas internos, foram validados 4 cursos desenvolvidos pelos servidores, a saber: Planejamento das Contratações: buscando a gestão efetiva dos gastos públicos; Conhecendo a Pesquisa de Jurisprudência do STF; Produção de Conteúdos para a EAD; Licitações e Contratos Administrativos: aspectos teóricos e práticos.

Valorização e disseminação do conhecimento interno

Para incentivar a disseminação das competências individuais e estimular o desenvolvimento do capital intelectual dos servidores do Supremo Tribunal Federal, desenvolveu-se o Programa de Formação de Multiplicadores de Conhecimento, que, em 2015, capacitou 37 participantes; e o programa Desenvolvendo Talentos, que contou com a participação de 29 servidores este ano.

Programa de Formação de Multiplicadores de Conhecimento – PFMC

O Programa de Formação de Multiplicadores de Conhecimento tem o objetivo de capacitar os participantes para atuarem como instrutores internos, por meio do desenvolvimento de habilidades, atitudes e conhecimentos andragógicos que os levem a planejar, ministrar e avaliar programas de treinamento com proficiência.

Em 2015, os cursos relacionados à formação de tutores e de conteudistas, ambos realizados em formato EAD, foram incluídos no Programa de Formação de Multiplicadores de Conhecimento, com vistas a ampliar o público-alvo e a incentivar a gestão do conhecimento não só na modalidade presencial, mas também a distância. O programa contou com a realização de um curso presencial de 20 horas-aula, com 17 participantes, e dois cursos a distância: Formação de Tutores para a Educação a Distância (35 horas-aula e 20 participantes) e Pro-

dução de Conteúdos para a EaD (30 hora-aula e 18 participantes). O programa totalizou 85 horas de treinamento, com 55 participantes.

Programa de Desenvolvimento Gerencial – PDG

O Programa de Desenvolvimento Gerencial – PDG é de participação obrigatória para os gestores, de acordo com o disposto no art. 5º, § 3º, da Lei 11.416/2006. Os titulares de funções comissionadas e cargos em comissão de natureza gerencial devem participar de, no mínimo, 30 horas de treinamento a cada dois anos. Em 2015, foram promovidos 19 eventos do PDG, totalizando 126 horas de treinamento, com 767 participantes[8], dos quais 539 gestores, 161 substitutos e 67 servidores sem função gerencial.

Incentivo à formação em línguas estrangeiras

Para atender demandas de formação em línguas estrangeiras, em especial em virtude dos acordos e ações de cooperação e intercâmbio firmados pelo Supremo Tribunal Federal com outros países, são oferecidas bolsas para estudo de outros idiomas. Em 2015, foram contemplados 20 servidores, após processo seletivo conjugado com a capacidade financeira e operacional do Tribunal, respeitada a ordem de classificação. Computando-se as bolsas ativas de seleções anteriores, o STF mantém 54 bolsas em línguas estrangeiras.

Estímulo à realização de pós-graduação lato sensu e stricto sensu

No contexto da especialização, em 2015 foram oferecidas 20 novas bolsas de estudo para pós-graduação *lato sensu* e 2 para *stricto sensu*, contemplando 22 servidores, que participaram dos correspondentes processos seletivos. Consideradas as bolsas concedidas anteriormente, o STF oferece atualmente 30 bolsas de pós-graduação.

Programa de Reciclagem Anual de Segurança – PRAS

O Programa de Reciclagem Anual de Segurança – PRAS, regulamentado pela IN 167/2014, destina-se à capacitação dos servidores do Quadro de Pessoal do Tribunal, ocupantes dos cargos de Analista Judiciário e Técnico Judiciário, Área Administrativa, Especialidade Segurança Judiciária, em observância ao que dispõe o art. 17, § 3º, da Lei 11.416/2006, para fins de percepção da Gratificação de Atividade de Segurança – GAS.

Cumprindo o disposto na IN 167/2014, foi realizado o curso Reciclagem Anual de Segurança, por meio de instrutoria interna, e o Teste de Condiciona-

8 Um servidor pode ser contabilizado mais de uma vez por ter participado de mais de um evento do PDG.

mento Físico – TCF, sob a responsabilidade do Departamento de Polícia Federal. Em 2015, 48 servidores participaram do programa.

Programa de Gestão de Desempenho do STF – PROGED

O Programa de Gestão de Desempenho do STF – PROGED regulamenta a avaliação de desempenho dos servidores do Supremo Tribunal Federal, para fins de estágio probatório, desenvolvimento na carreira e estabilidade no serviço público. É composto por duas sistemáticas de gestão do desempenho: avaliação de estágio probatório e avaliação funcional. Em 2015, o programa obteve os seguintes resultados:

Quadro 19
Programa de Gestão de Desempenho do STF – PROGED:
avaliações realizadas em 2015

Finalidade	Nº de servidores
Desenvolvimento na carreira (promoções e progressões)	634*
Homologação – resultado final do estágio probatório	48
Estabilidade no cargo no serviço público	56

Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas. Período apurado: 1º de janeiro a 18 de dezembro de 2015.
*7 servidores não se desenvolveram na carreira por descumprimento de requisitos.

Treinamento PROGED para gestores e substitutos

Em 2015, 86 gestores e 62 substitutos foram treinados para a realização de avaliações de desempenho. Os treinamentos foram organizados em ciclos bienais, realizados em duplas – gestores e substitutos, de forma expositiva e dialogada, com o objetivo de reciclar o conhecimento dos gestores e seus substitutos quanto aos temas pertinentes à gestão do desempenho. No biênio 2014/2015, o foco é aumentar o nível de consciência e responsabilidade em relação às etapas de planejamento e acompanhamento, com o intuito de evidenciar as principais razões de cada etapa, bem como sugerir um passo a passo para que a aplicação do *feedback* se torne a mais efetiva possível. O treinamento é definido a partir das necessidades apontadas pelo gestor quanto ao processo de gestão de desem-

penho. Ademais, aplica-se um instrumento de avaliação de *feedback* para identificar o nível de habilidade do gestor nessa prática.

Em novembro, foi realizado um treinamento a distância sobre a temática *feedback*, dando continuidade ao desenvolvimento dos gestores para atuação mais efetiva no Proged. O treinamento denominado Oficina *online* – Analisando a cena – *feedback* teve como objetivo apresentar cenas de filmes e *reality shows* para que os gestores pudessem refletir sobre a aplicação do *feedback* e exercitar a análise crítica das cenas, considerando o conteúdo repassado no treinamento presencial, além de oferecer uma possibilidade de troca de experiências de sucesso, estimulando a disseminação de boas práticas na organização. O curso contou com a participação de 16 alunos.

Os novos servidores da Corte também foram treinados no Proged, com o objetivo de mostrar as fases do processo de gestão de desempenho e explicar as regras da IN 70/2008, que regulamenta o Programa de Gestão de Desempenho do STF.

Programa de Avaliação Gerencial por Competências do STF – Prolíder

No mês de novembro, ocorreu o lançamento do Prolíder, com a realização de campanha interna para sensibilização da Casa. Trata-se de ferramenta destinada a detectar as competências que os gestores devem aprimorar. As ações identificadas passam a subsidiar o conteúdo do Programa de Desenvolvimento Gerencial – PDG, que é promovido anualmente pelo Tribunal.

De janeiro a outubro de 2015, foi realizada a validação semântica do instrumento preliminar de Avaliação Gerencial por Competências, por meio da aplicação de três formulários, em amostras distintas de gestores, totalizando 30 participantes. As respostas coletadas nessa etapa do projeto permitiram a melhoria na clareza da redação dos itens, que, por fim, passaram por uma última revisão na área técnica, resultando em uma lista com 19 competências comportamentais.

Após reflexões conjuntas, o programa ficou estruturado em 4 etapas. Na primeira etapa, equipes e chefias devem identificar em conjunto quais são as competências comportamentais mais importantes para o desempenho da função gerencial na unidade. Na segunda etapa, após conhecer as competências e os instrumentos de avaliação elaborados para sua unidade, o gestor se inscreve no Prolíder. Na terceira etapa, além de realizar a autoavaliação, o gestor é avaliado pelos servidores de sua equipe e por sua chefia imediata, de forma sigilosa, por meio de formulários eletrônicos elaborados na primeira etapa. Por fim, na

quarta etapa, o gestor recebe um relatório individual que apresenta suas forças e oportunidades de melhoria como líder.

Programa de Qualidade de Vida do STF – Viva Bem

O programa Viva Bem corresponde a um conjunto de ações que visa promover o bem-estar e a qualidade de vida no trabalho do público interno do STF. O Programa foi instituído pela Resolução 395/2009, substituída pela Resolução 521/2014, e atua em observância à Política de Bem-Estar do STF (Portaria 285/2012) e à Instrução Normativa 189/2015. Entre as ações do programa realizadas em 2015 estão: massagem laboral; eventos do Viva Bem em Família destinados a pais e filhos; educação para a qualidade de vida; *kundalini yoga*; Semana Integração Mente e Corpo, com palestras, oficina de meditação; entre outras.

Programa de Acompanhamento Funcional – PAF

O Programa de Acompanhamento Funcional – PAF visa contribuir para a melhoria do desempenho, da saúde e da qualidade de vida no trabalho, por meio do suporte aos interessados. O programa destina-se aos servidores em atividade no Tribunal com: comprometimento do desempenho laboral; dificuldades nas relações socioprofissionais; necessidade de direcionamento do papel profissional; acometimento de doenças que interfiram na relação do servidor com o trabalho e com seus gestores.

O formato do programa prevê uma intervenção breve, com foco na esfera profissional do interessado. Estão previstas sessões de atendimento com servidores e gestores para análise e delimitação da demanda, discussão de alternativas passíveis de implementação ante a situação e acompanhamento de resultados. Este pode ser feito apenas por profissionais especializados e autorizados, integrantes do quadro do STF das áreas de psicologia e serviço social.

De janeiro a 18 de dezembro de 2015, foi realizado o acompanhamento funcional de 13 servidores, sendo 5 acompanhamentos com foco no direcionamento do papel profissional e 8 em outras demandas.

Serviços Integrados de Saúde para o servidor do STF

Bem-estar, qualidade de vida e pronto-atendimento. No Supremo Tribunal Federal, os servidores, Ministros, seus familiares e dependentes contam com uma estrutura integrada de apoio à saúde, de modo a favorecer um melhor ambiente de trabalho. Os atendimentos são realizados nas áreas: médica, de enfermagem, fisioterapêutica, odontológica, nutricional, psicológica e de serviço social.

As mães e os pais de crianças de 5 a 14 meses de idade podem contar com o atendimento contínuo no berçário do STF, tendo sido atendidas 41 crianças em 2015.

Além do STF, também há atendimentos para os servidores do CNJ e algumas ações orientadas ao público que presta serviço terceirizado no Tribunal. Em 2015, destacam-se as seguintes ações:

Atividades de promoção da saúde e de prevenção de doenças e agravos:

- Programa Sorria STF;
- Programa Saúde da Boquinha;
- Programa Odontologia Sustentável;
- Exames Periódicos de Saúde;
- Ginástica Laboral;
- Programa Qualidade de Vida no STF: Lanche Certo; e
- Campanha de Vacinação contra Gripe.

Outras ações realizadas em parceria com unidades internas ou entidades externas (alguns destaques):

- Semana Mundial de Aleitamento Materno;
- Arrecadação de frascos de vidro com tampa de plástico para doação à coleta de leite materno (ação continuada ao longo do ano);
- Atendimento odontológico aos terceirizados, em parceria com o SESC e com doações dos servidores para custeio da ação;
- Programa STF Sem Barreiras (destinado ao adequado atendimento a pessoas com deficiência, servidores ou visitantes);
- Implantação do serviço de psiquiatria no STF;
- Campanha de descarte legal de medicamentos;
- Revisão da regulamentação do Programa de Assistência a Pessoas com Necessidades Especiais – PAPNE;
- Projeto Sem Tabaco Fica Melhor;
- Realização da palestra no programa de desenvolvimento gerencial Saúde Mental e Trabalho;
- Educação para aposentadoria – no âmbito do programa Viva Bem; e
- Estudos sobre o absenteísmo no STF em 2014.

Plano de Assistência à Saúde e Benefícios Sociais: STF-Med

Criado em 2001, sob o modelo de autogestão e supervisão por Conselho Deliberativo, o Plano de Assistência à Saúde e Benefícios Sociais dos Ministros e servidores, ativos e aposentados, e dos pensionistas do Supremo Tribunal Federal – STF-MED é administrado pelo Tribunal. A assistência médica e odontológica é oferecida para 4.100 vidas, em média. No âmbito administrativo, há

o permanente controle da qualidade na assistência e regularidade dos serviços prestados aos beneficiários e, também, o controle do equilíbrio financeiro-atuarial do plano. Em 2015, foi lançado o novo portal do STF-Med e criado o Boletim Informativo, com o objetivo de estreitar o relacionamento com os beneficiários e prestadores. Além disso, as normas que regulamentam os serviços do plano foram revisadas, bem como aprimorados os sistemas de controle, com o objetivo de melhorar os processos e subsidiar auditorias.

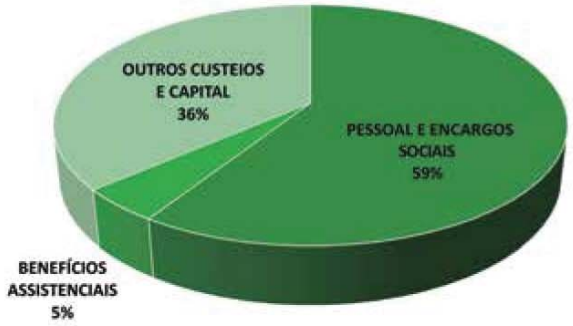
Orçamento do STF no exercício de 2015

Ao Supremo Tribunal Federal coube dotação orçamentária de R$ 623,2 milhões, além de créditos adicionais subsequentes, conforme consta da Lei 13.115 (Lei Orçamentária Anual – LOA), de 20 de abril de 2015.

Em cumprimento ao art. 9º da Lei Complementar 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), de 4 de maio de 2000, e tendo em vista o resultado da reavaliação das receitas e despesas primárias dos quatro primeiros bimestres em 2015, houve necessidade de limitação de empenho e movimentação financeira de R$ 19,1 milhões.

No exercício de 2015, o orçamento do Supremo Tribunal Federal ficou distribuído da seguinte forma: Pessoal e Encargos Sociais, R$ 368.167.794,00; Benefícios Assistenciais, R$ 28.087.884,00; Outros Custeios e Capital, R$ 226.950.000,00. Os gráficos a seguir destacam a participação de cada um desses grupos:

Gráfico 8
Distribuição do Orçamento do STF em 2015 (participação relativa)



Fonte: Secretaria de Administração e Finanças em 31/12/2015.

A execução orçamentária em 2015 alcançou 85% da dotação orçamentária destinada ao Supremo Tribunal Federal, o que se pode considerar como dentro da média histórica. Abaixo, a distribuição orçamentária nos grupos: Pessoal e Encargos Sociais; Benefícios Assistenciais; e Outros Custeios e Capital (manutenção do Tribunal).

Gráfico 9
Comparativo entre a Dotação Orçamentária e a Despesa Executada do orçamento destinado ao STF no exercício de 2015 (valores em R$ 1,00)

	Pessoal e Encargos Sociais	Benefícios Assistenciais	Outros Custeios e Capital
Dotação Orçamentária	368.167.794,00	28.087.884,00	226.950.000,00
Despesa Executada	361.174.977,17	27.605.273,35	141.168.251,99

Fonte: Secretaria de Administração e Finanças. Posição em 31/12/2015.

Institucionalização dos procedimentos da captação de demandas para a elaboração da proposta orçamentária anual do STF

O processo de elaboração da proposta orçamentária anual do STF foi aprimorado e institucionalizado por meio da Instrução Normativa 182/2014, de 19 de dezembro de 2014. A proposta de orçamento para 2016 foi construída, em 2015, pautando-se na metodologia descrita no referido normativo, que exigiu grau de detalhamento da demanda maior do que nos anos anteriores. Foi utilizando também uma ferramenta de Tecnologia da Informação de gestão de projetos e de tarefas que se agilizou o processo de captação de demandas.

Manutenção e modernização das instalações e segurança do Supremo Tribunal Federal

Em 2015, o Tribunal executou projetos e obras para promover a revitalização, a modernização, a construção e a melhoria de instalações físicas do complexo predial da Corte, bem como para proporcionar maior segurança e conforto ao público interno e externo, quais sejam:

- Instituição de corredor de pedestres para proteção dos transeuntes na garagem do STF.
- Realização de obra do sistema de combate a incêndio no Edifício-Sede do STF.
- Melhoria da acessibilidade, como adoção de medidas para adaptação dos terminais de autoatendimento, melhoria na prestação do serviço de LIBRAS (Linguagem Brasileira de Sinais) e implantação de recursos sonoros nos painéis eletrônicos, para permitir o acesso das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida aos serviços presenciais do STF.
- Adoção de criptografia telefônica.
- Plano de segurança da área externa.

A par do desafio permanente de aperfeiçoar a qualidade dos serviços de segurança com foco na economicidade, destaque-se que, no âmbito das atividades da área de segurança do STF, comparativamente com o mesmo período de 2014, observou-se uma redução de 7%, o que representou uma economia de R$ 1.025.467,01.

Modernização técnica da TV Justiça e da Rádio Justiça

Em 2015, foram realizadas as seguintes ações com vistas à modernização técnica da TV Justiça:

- Aquisição de sistema de gravação para auditoria em televisão digital: os equipamentos têm por finalidade auxiliar a gestão da TV Justiça no controle e na fiscalização da gravação de conteúdo, recursos de acessibilidade e de padrões de qualidade, como mecanismo auxiliar no atendimento aos requisitos técnicos e regulatórios aos canais da TV Justiça.

- Contratação de empresa para prestação de serviços de consultoria referente à solicitação da faixa de frequência, a fim de se utilizar sistema de rádio enlace de micro-ondas digital, incluindo a elaboração dos documentos e projetos exigidos pelos órgãos reguladores.

- Atualização do projeto de ampliação do sistema de transmissão da TV Justiça em São Paulo/SP. Com isso, o STF pretende tornar mais ágil a adequação à nova potência da TV Justiça na referida cidade – o que já foi autorizado pelo Ministério das Comunicações –, permitindo qualidade técnica superior e ampliação da visibilidade à emissora do Judiciário na maior capital do País.

- Conclusão do projeto que tratou da aquisição de solução de captação de imagens, com fornecimento de 6 câmeras em alta definição (*HD*) para os estúdios da emissora (com capacidade para *full HD*); 5 tripés pneumáticos, com tecnologia avançada para proporcionar maior segurança; entre outros acessórios, como unidades de controle e conversores para a interligação das câmeras.

Controle interno

Na área de auditoria interna, o Supremo Tribunal Federal realizou diversas ações no âmbito da sua competência. As atividades de auditoria foram implementadas com a maior abrangência possível, de modo a atingir um grande número de áreas e de processos relevantes para o Tribunal. Além disso, executaram-se ações de controle para avaliar a governança no âmbito do STF.

Em 2015, foram realizadas um total de 35 fiscalizações, compreendendo as áreas de gestão administrativa e financeira, gestão de pessoas, governança, gestão de segurança, gestão de tecnologia da informação e gestão da comunicação institucional.

Foi editada, em 2015, a Resolução 542, que dispõe sobre as prerrogativas, as responsabilidades, a competência e a atuação da Secretaria de Controle Interno no Supremo Tribunal Federal. A norma foi instituída com o objetivo de alinhar a atuação da Secretaria de Controle Interno, unidade diretamente vinculada ao Presidente do STF, às recomendações do Acórdão TCU 1.074/2009, contribuindo para a melhoria dos controles internos administrativos do Tribunal.

Responsabilidade socioambiental

O Supremo Tribunal Federal desenvolve diferentes iniciativas com foco na responsabilidade social e ambiental, tais como: projeto de ressocialização de sentenciados; agenda ambiental; programa de voluntariado; instrutoria solidária; campanhas de doação; entre outras. Das atividades realizadas em 2015 destacam-se:

Projeto de ressocialização

Com início em 2008, a ação é efetivada mediante convênio entre o Supremo Tribunal Federal e o Governo do Distrito Federal. O objetivo da iniciativa é contribuir para a recuperação social dos sentenciados com a oferta de capacitação técnica e exercício de atividade remunerada. No ano de 2015, houve a contratação de 27 reeducandos, que foram distribuídos em diferentes unidades do STF.

Programa de voluntariado

Adote um Sorriso

O programa Adote um Sorriso objetiva buscar voluntários dentro do próprio Tribunal, estimulando e motivando os servidores no aprimoramento do exercí-

cio da cidadania, e realizar parcerias com outras unidades que já desenvolvem ações isoladas no mesmo sentido. Neste ano, 74 servidores fizeram doações que foram revertidas em tratamentos odontológicos aos terceirizados, contabilizando 197 beneficiados. A Unidade Móvel Odontológica do SESC contabilizou 234 atendimentos, que permitiram que 197 pessoas concluíssem seus tratamentos dentários. Os dados mostraram um aumento de 43% em relação ao ano passado.

Este ano, o SESC realizou duas visitas. Na primeira, em abril, realizaram-se profilaxias gratuitas e orçamentos para os terceirizados. Na segunda visita, realizada em junho, a unidade móvel, equipada com aparelhos mais complexos, ofereceu diversos procedimentos para o público que presta serviço terceirizado no STF: profilaxias, restaurações, radiografias, tratamentos endodônticos, tratamentos periodontais, cirurgias orais, odontopediatria e orientação em saúde bucal. 100 atendimentos foram realizados.

Campanha Doe Frascos – Vidro é Vida

Além de leite materno, o Banco de Leite do Distrito Federal também necessita de material para o acondicionamento do leite coletado. Por esse motivo, o STF instituiu a Campanha de Coleta de Vidros, Campanha Doe Frascos – Vidro é Vida. A ação é continuada ao longo do ano, com postos de doação dispostos em pontos estratégicos dos prédios do Tribunal. Em 2015, foram arrecadados e encaminhados ao Banco de Leite do Distrito Federal 194 vidros em condições de uso. Recolheram-se, ainda, 227 frascos não adequados ao programa e 45 tampas, tais materiais foram encaminhados a grupos que trabalham com artesanato para reciclagem.

Natal Solidário

No segundo semestre de 2015, por meio de parceria entre a Empresa Brasileira de Correios e a Central do Servidor, voluntários do Supremo Tribunal Federal adotaram 240 cartas de crianças carentes que escrevem ao Papai Noel para ganhar um presente de Natal.

Biblioteca Cidadã

A iniciativa conta com a doação de livros pelo público interno, disponibilizados em estantes instaladas em diferentes pontos do Tribunal. O objetivo é auxiliar os estudos e incentivar a leitura pelo público que transita pelo STF. O projeto foi muito bem recebido pela comunidade de colaboradores, que teve acesso a mais de 300 exemplares doados. Em razão da boa aceitação, foi necessária a realização de uma nova campanha para angariar mais livros, de forma a dar continuidade ao projeto.

Instrutoria Solidária

Trata-se de oficinas ministradas voluntariamente aos terceirizados por servidores do Tribunal. Em 2015, foram realizadas quatro oficinas de Instrutoria Solidária, sendo uma a distância e três presenciais: EAD – Atualização Gramatical; Noções de Direito Constitucional; Desenvolvendo Potenciais: a importância de dar e receber *feedback*; e Noções de Direito Administrativo. No total, 72 colaboradores concluíram com êxito os treinamentos. A iniciativa contou ainda com a palestra Mude Seu Mundo e O Mundo Muda.

Agenda Ambiental

Continuamente difundida no Tribunal, a cultura de preservação do meio ambiente é incentivada por meio do programa Agenda Ambiental do STF. Além de informar e estimular a consciência da responsabilidade individual e organizacional, a Agenda também desenvolve ações para a efetiva prática do respeito ao meio ambiente no âmbito de atuação do Tribunal.

No que diz respeito à implantação da Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P no STF, citam-se os seguintes avanços em 2015:

- Publicação da Portaria 55, de 4 de março de 2015, que trata da gestão da Agenda Ambiental no Supremo Tribunal Federal e institui a Comissão Gestora da Agenda Ambiental no STF, considerando a adesão do Tribunal à Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) do Ministério do Meio Ambiente, realizada por meio do Termo de Adesão 2/2014-STF-MMA-A3P/2014, firmado em 11 de agosto de 2014.

- Publicação da Portaria GDG 75, de 14 de abril de 2015, que designa servidores de áreas estratégicas do Tribunal para integrar a Comissão Gestora da Agenda Ambiental do STF, a saber: Gabinete do Diretor-Geral, Assessoria de Gestão Estratégica, Secretaria de Gestão de Pessoas, Secretaria de Administração e Finanças, Secretaria de Serviços Integrados de Saúde, Secretaria de Segurança, Secretaria de Documentação e Secretaria de Tecnologia da Informação.

- Instituição da Resolução 561, de 29 de setembro de 2015, que versa sobre a elaboração e a implantação do Plano de Logística Sustentável do Supremo Tribunal Federal (PLS-STF). A Resolução dispõe que o PLS-STF deverá conter práticas de sustentabilidade, de racionalização e de consumo consciente de materiais e serviços. Ademais, deverá definir responsabilidades; metodologia de implementação das ações; avaliação do plano e monitoramento constante dos dados; ações de divulgação, sensibilização e capacitação da comunidade do STF; além de funcionar como instrumento vinculado ao planejamento estratégico.

Cumpre registrar também a parceria do Supremo Tribunal Federal com o Ministério do Meio Ambiente, por meio da qual foi promovido o 1º Curso de Sustentabilidade na Administração Pública da A3P no Supremo Tribunal Federal. Realizado em agosto de 2015, o evento teve como objetivo aprimorar e ampliar as ações de sustentabilidade na gestão pública, além de reforçar a implementação da Agenda Ambiental nos órgãos públicos.

No que se refere às ações destinadas à conscientização e respeito ao meio ambiente promovidas em 2015 pelo STF, podem-se citar:

- Coleta de pilhas e baterias – *Papapilhas*. Até outubro de 2015, foram recolhidas 6.502 pilhas e baterias, que foram entregues ao Serviço de Limpeza Urbana – SLU e ao Ministério do Meio Ambiente, para o descarte ecologicamente correto.

- Coleta de remédios vencidos para dar destinação ecologicamente correta, em parceria com a Secretaria de Serviços Integrados de Saúde – SIS.

- Coleta de óleo de cozinha usado para dar a correta destinação – Projeto Biguá. O Termo de Parceria foi assinado em 9 de maio de 2014: Projeto Biguá de Ações Comunitárias de Saneamento Ambiental – CAESB.

- Em cumprimento à Resolução 561/STF, de 24 de setembro de 2015, que instituiu o Plano de Logística Sustentável do Tribunal, e aliando-se à Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), no dia 11 de novembro de 2015, o Tribunal parou de distribuir copos descartáveis de 200 ml. Com essa ação, a Corte contribui para a preservação do meio ambiente e segue o exemplo de outros órgãos da Administração Pública que praticamente reduziram a zero o consumo de copos descartáveis, como o Superior Tribunal de Justiça, o Senado Federal, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e o Ministério do Meio Ambiente.

Responsabilidade com o ambiente e economicidade
O impacto da ação dos copos teve um expressivo resultado logo em seu primeiro momento. No período de 16/11/2015 a 11/12/2015, em comparação ao mês de outubro de 2015, o consumo de copos descartáveis foi reduzido em aproximadamente 96%.

Comunicação interna: informar, conscientizar e orientar

Por meio de estratégias de comunicação interna, servidores e colaboradores que trabalham na Corte – assim como os visitantes – ficam a par das campanhas, eventos, inovações normativas, melhorias nos trabalhos. Desse modo, estimulam-se a participação, a mudança de comportamento, a conscientização e o compartilhamento de novas informações.

As notícias e informações são divulgadas na intranet, nas páginas das unidades internas, no boletim eletrônico diário *Supremo em Dia*, no Jornal Mural e nos cartazes fixados ao lado do acesso aos elevadores dos prédios do STF.

Alguns exemplos das notícias veiculadas:

14/1/2015
As equipes de Engenharia e de Arquitetura começaram a trabalhar na reforma do 3º andar do Anexo I-A – onde antes funcionava o CNJ –, para a ocupação de parte da TV Justiça e da Rádio Justiça.

23/1/2015
A Seção de Responsabilidade Social destinou à reciclagem cerca de 1.400 fitas da TV Justiça, armazenadas há anos e sem utilidade. A área também divulgou outras ações realizadas durante todo o ano.

27/2/2015
Periódico semanal com resumos dos principais julgamentos realizados pelas Turmas e Plenário do Tribunal, o *Informativo STF* comemora 20 anos em 2015.

6/4/2015
Começou a vigorar nova regra sobre o fracionamento das férias do servidor: a parcela mínima passou a ser de cinco dias, respeitado o limite máximo de três parcelas.

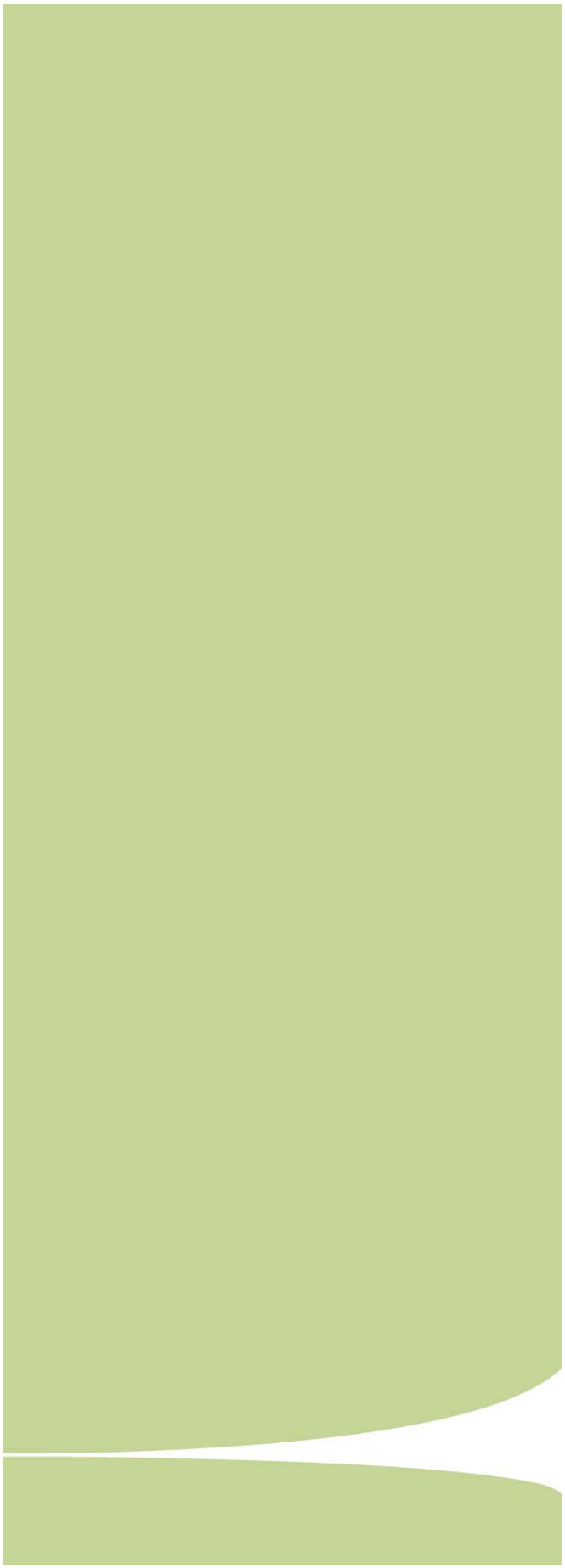
5/6/2015
A campanha realizada pelo Supremo para arrecadar frascos de vidro foi divulgada no boletim nacional da Rede Banco de Leite Humano.

23/10/2015
Equipes da STI mantêm computadores da Corte a todo vapor.

22/9/2015
Medalhistas do Parapan compartilham suas vivências com o público do STF.

13/11/2015
Servidores, colaboradores e visitantes, ao entrarem nas dependências do STF, devem passar por aparelhos de raios-x e detectores de metal. Mas você conhece as regras?

30/11/2015
Joaneison Moreira, ex-roceiro de Minas Gerais, ficou conhecido por recriar monumentos com etiquetas da Corte.



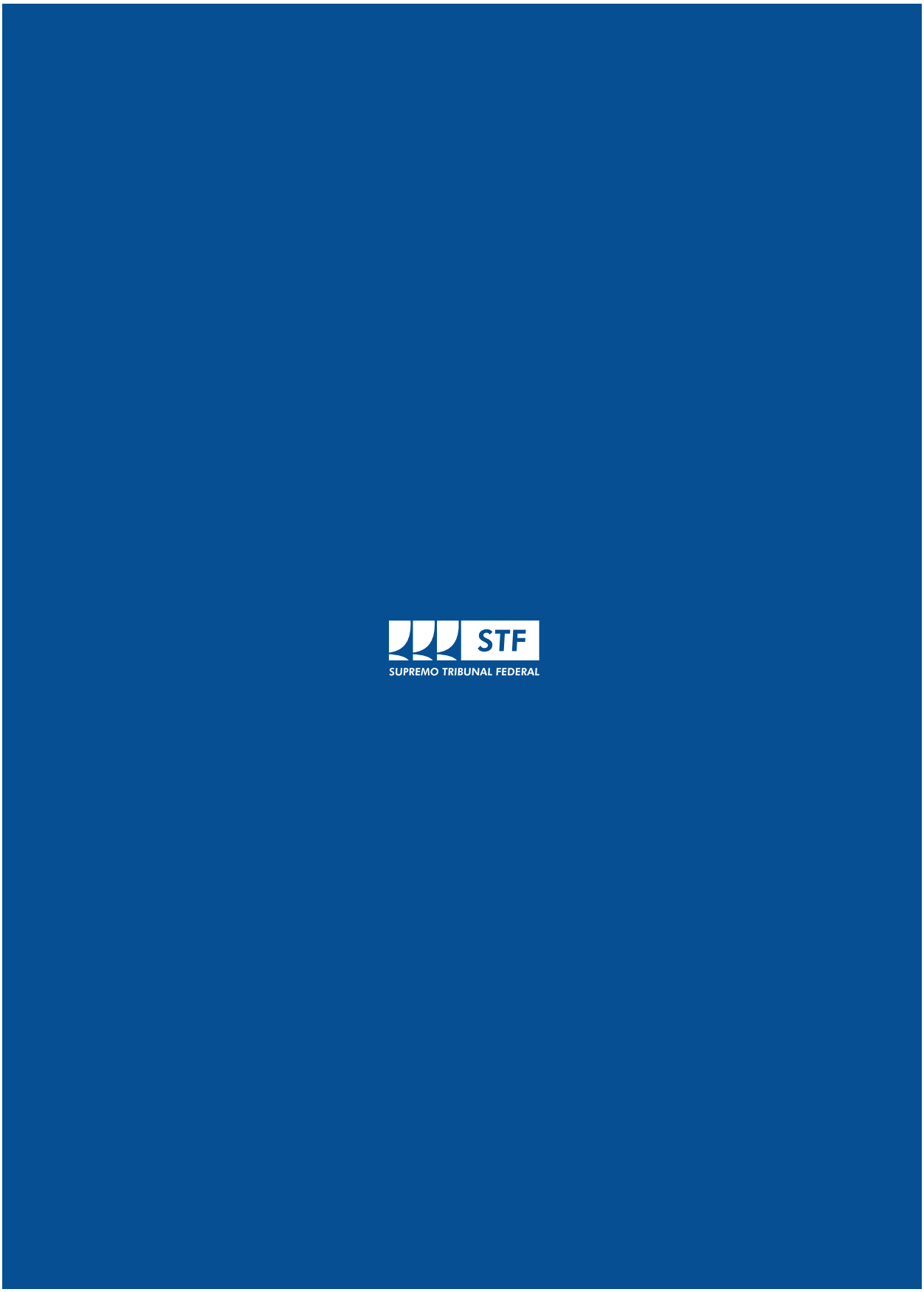
Levantamento de dados
Secretaria-Geral da Presidência
Secretaria do Tribunal

Compilação
Assessoria de Gestão Estratégica da
Secretaria-Geral da Presidência

Revisão e diagramação
Coordenadoria de Divulgação de Jurisprudência da
Secretaria de Documentação

Projeto gráfico
Núcleo de Design Corporativo da
Secretaria de Comunicação Social

Fotos
Carlos Humberto
Dorivan Marinho
Fellipe Sampaio
Gervásio Baptista
Nelson Jr.
Rosinei Coutinho


STF
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

RELATÓRIO ANUAL 2015

Poder Judiciário

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO ANUAL 2015

Poder Judiciário

CNJ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

CNJ
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Presidente:	Ministro Ricardo Lewandowski
Corregedora Nacional de Justiça:	Ministra Nancy Andrighi
Conselheiros:	Ministro Lelio Bentes Corrêa
	Carlos Augusto de Barros Levenhagen
	Bruno Ronchetti de Castro
	Daldice Maria Santana de Almeida
	Fernando César Baptista de Mattos
	Gustavo Tadeu Alkmim
	Carlos Eduardo Oliveira Dias
	Arnaldo Hossepian Salles Lima Junior
	Luiz Cláudio Silva Allemand
	José Norberto Lopes Campelo
	Emmanoel Campelo de Souza Pereira
	Fabiano Augusto Martins Silveira
Secretário-Geral:	Fabrício Bittencourt da Cruz
Diretor-Geral:	Fabyano Alberto Stalschmidt Prestes
Organização:	Departamento de Gestão Estratégica (DGE)
Destaques, revisão, arte e diagramação:	Secretaria de Comunicação Social

Sumário

APRESENTAÇÃO 15

Estrutura orgânica do CNJ 18

Composição 24
Plenário 25
Presidência 28
Corregedoria Nacional de Justiça 29
Comissões 29
Secretaria-Geral 30
Diretoria-Geral 31
Departamento de Pesquisas Judiciárias 32
Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas 32
Ouvidoria 34

ESTRATÉGIA DO CNJ 35

Diretrizes de Gestão da Presidência do Conselho Nacional de Justiça para o biênio 2015-2016 36

DIRETRIZ I: Fortalecer a atuação do Conselho Nacional de Justiça no âmbito do planejamento estratégico e da análise e solução de problemas que afetam o Judiciário 37

Estratégia Nacional 2015 38
Metas Nacionais 2015 39
Formulação de Metas Nacionais e Específicas para 2016 47
2ª Reunião Preparatória – Apresentação das propostas de metas pelos segmentos 49
9º Encontro Nacional do Poder Judiciário 49
Priorização do Primeiro Grau 49
Plano Estratégico do Conselho Nacional de Justiça para o período 2015-2020 51

Relatório Justiça em Números 2015 54
Aprimoramento do Relatório Justiça em Números 57
Selo Justiça em Números 57
Projeto de Diagnóstico e Fortalecimento dos Judiciários Estaduais por meio do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) 61
Programa CNJ Acadêmico 62
Programa Justiça Pesquisa 63
Projeto de Aceleração de Julgamento no TRF da 1ª Região 66
Definição do novo modelo de Mapa Anual de Precatórios 68
Aprovação de metas da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp) 68

DIRETRIZ II: Intensificar as relações institucionais do Conselho Nacional de Justiça com os demais Poderes e com outras instituições essenciais à administração da Justiça, com vistas à busca de convergências de esforços 73

CNJ e a Organização dos Estados Americanos (OEA) assinam acordo sobre tratamento penal 74
Parceria com Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) 75
Acordo para criação de grupo de combate à corrupção 75
Simpósio internacional sobre tráfico de pessoas 76
Capacitação em políticas raciais 76
CNJ e Secretaria de Direitos Humanos (SDH) assinam termo de cooperação 77
IX Jornada Maria da Penha 78
Sistema de Acompanhamento dos Processos de Relevância Social – Justiça Plena 81
Cadastro Nacional de Adoção (CNA) 82
Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Acolhidos (CNCA) 83

DIRETRIZ III: Impulsionar o uso de meios eletrônicos para a tomada de decisões 85

Disponibilização do sistema PJe em nuvem privada para Tribunais de Justiça Estaduais ... 86
Implantação do PJe nos Tribunais ... 86
Desenvolvimento do PJe ... 87
Novo Código de Processo Civil e o Processo Judicial Eletrônico ... 88
Desenvolvimento do Precatório Digital no PJe ... 89
Incorporação do módulo de precatório do TRF da 5ª Região na versão nacional do PJe ... 90
Criação de rede de governança do sistema PJe ... 90
PJe 2.0 e o desafio da Maratona PJe ... 91
Criação do Plenário Virtual ... 93
Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU) ... 95
Capacitação de tribunais para implementação do Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI) ... 95
Aprimoramento do parque tecnológico dos Tribunais de Justiça ... 96
Escritório Digital ... 97
Desenvolvimento do sistema de captação e envio eletrônico de dados sobre precatórios ao CNJ para formação do Mapa Anual de Precatórios ... 99
Sistema de Consulta ao Banco Nacional de Mandados de Prisão (BNMP) ... 99
Web Service do Banco Nacional de Mandados de Prisão (MPWS) ... 99
Infojuris ... 100
Sistema Nacional de Videoconferência ... 101
Gravação de Audiência ... 102
Sistema de Audiência de Custódia ... 102
Outras Propostas, Previsões e Projetos para 2016 ... 103

DIRETRIZ IV: Desestimular as ações de índole temerária ou protelatória, mediante os meios legais disponíveis ... 105

Instituído grupo para analisar o impacto do novo CPC no Judiciário ... 106

DIRETRIZ V: Incentivar a efetiva comunicação e o compartilhamento de informações processuais entre os órgãos do Poder Judiciário, para, entre outros, aperfeiçoar os filtros da repercussão geral e dos recursos repetitivos e seus diagnósticos 107

Sistema de Automação para os Núcleos de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos (NURER)..... 108

Elaboração do Relatório Supremo Tribunal Federal em Números – 2015..... 109

CNJ aprova recomendação sobre uso exclusivo dos sistemas eletrônicos..... 110

DIRETRIZ VI: Potencializar a desjudicialização, por meio de formas alternativas de solução de conflitos, compartilhando, na medida do possível, com a própria sociedade, a responsabilidade pela recomposição da ordem jurídica rompida..... 111

Cursos de formação de Instrutores em Mediação Judicial 112

Curso de formação de Supervisores em Mediação Judicial e Conciliação..... 113

Oficina de Pais e Mães..... 113

1ª Turma de Mediadores Indígenas..... 115

Realização da X Semana Nacional da Conciliação..... 115

Realização da V Edição do Prêmio Conciliar é Legal..... 116

Fórum Nacional de Mediação e Conciliação 116

Formação de Instrutores de Oficinas de Divórcio e Parentalidade..... 117

Implantação de 500 unidades dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania no Brasil 119

Modelo de gestão de contencioso é premiado pelo CNJ 119

Governança Diferenciada das Execuções Fiscais..... 119

Redescobrindo os Juizados Especiais 121

DIRETRIZ VII: Contribuir com o desenvolvimento da Justiça Restaurativa 123

Desenvolvimento da Justiça Restaurativa 124

Práticas de Justiça Restaurativa – aprovação da Meta 8 124

DIRETRIZ VIII: Colaborar com a elaboração de atos normativos que promovam a celeridade processual, o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional e a melhoria das condições de trabalho dos juízes..... 127

Aperfeiçoamento dos anexos da Resolução CNJ n. 76/2009..... 128

CNJ aprova cotas de acesso a negros para cargos no Judiciário ... 128

Programa Nacional de Modernização da Administração das Varas Especializadas de Falência e Recuperação Judicial..... 129

DIRETRIZ IX: Desenvolver uma política criminal judiciária para o sistema penitenciário e socioeducativo, tendo por pilares a concretização e a efetividade de direitos, e o combate à cultura do encarceramento desnecessário, em especial, nas prisões provisórias 131

Implementação da "audiência de custódia ou de apresentação" perante o Poder Judiciário do país..... 132

CNJ e Ministério da Justiça assinam acordos para combater o encarceramento provisório 136

Projeto Cidadania nos Presídios 137

Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei (CNACL) 138

Cadastro Nacional de Inspeções em Unidades de Internação e Semiliberdade (CNIUIS)..... 139

Programa de Ressocialização de Sentenciados 140

DIRETRIZ X: Realizar estudo sobre as condições de saúde da população carcerária 141

Projeto Ações Intersetoriais para a Efetivação da Assistência à Saúde e Assistência Social no Sistema Prisional (PAISÁ)..... 142

DIRETRIZ XI: Manter permanente interlocução com os juízes de todos os graus de jurisdição e com os tribunais do país 145

Fale com a Corregedora ... 146
Atendimentos por Audiência e por e-mail ... 148
Criação de conselho consultivo dos Tribunais de Justiça Estadual ... 149
Tribunais de Justiça aderem a práticas de sustentabilidade e economia de recursos ... 150
Poder Judiciário, o Ser Humano e as Histórias de Bastidores ... 150
Realização da II Jornada de Direito da Saúde ... 151

DIRETRIZ XII: Envidar esforços para a permanente valorização dos magistrados e dos servidores do Poder Judiciário ... 157

Censo do Poder Judiciário – Série temática 1 ... 158
Resolução sobre saúde para magistrados e servidores ... 159
Resolução sobre convocação de juízes auxiliares ... 159

PROCESSOS INTERNOS ... 161

Orçamento, Finanças e Infraestrutura ... 162

Orçamento do Conselho Nacional de Justiça ... 162
Orçamento do Poder Judiciário ... 162
Judiciário da União ... 163
Judiciário Estadual ... 165
Atuação do CNJ ... 167
CNJ lança manuais para auxiliar gestão de recursos dos tribunais estaduais ... 170
Instalações Prediais ... 170
Planejamento das Contratações 2015 ... 171
Procedimentos Licitatórios ... 172
Planos de Auditoria de Longo Prazo e Anual ... 173
Da Ação Coordenada de Auditoria ... 175
Propostas, Previsões e Projetos para 2016 ... 176
Outras informações ... 177

Gestão de Pessoas e Qualidade de Vida no trabalho 179

Pesquisa de Clima Organizacional 180

Mapeamento de Competências – Termo de Cooperação a ser firmado com a UFPA 180

Necessidade de maior atenção à gestão por competência 181

Minuta de Resolução que regulamenta o teletrabalho no âmbito do Poder Judiciário 182

Diagnóstico sobre Práticas em Gestão de Pessoas no Poder Judiciário 183

Minuta de Resolução que dispõe sobre a Política Nacional de Gestão de Pessoas no âmbito do Poder Judiciário 183

Seleção e Ambientação dos novos servidores 184

Programa de Gestão de Desempenho 184

Comunicação Institucional 187

Revista CNJ 188

Canais de Comunicação 188

Portal CNJ 2015 189

Repercussão do CNJ na mídia jornal, TV, rádio e on line 189

Vídeos Institucionais 190

Comunicação interna 191

Resultado anual da Intranet 191

Cinco temas mais repercutidos 191

Campanhas Internas 192

Tecnologia da Informação e Comunicação 193

Implantação do Sistema SEI 194

Malote Digital reduz custos do CNJ e da Justiça com papel e correio 194

Aprimoramento do Sistema Banco de Talentos 195

Cadastro Nacional de Adoção (CNA) 195

Aprimoramento do Sistema de Requisição de Diárias e Passagens 195

Inovação e Sustentabilidade 197
Mapeamento dos Processos de Trabalho 198

Capacitação 198
Cursos Abertos à Sociedade 198
Ciclo de Capacitação 199
Cursos inéditos desenvolvidos pelo CNJ 200
Cursos Presenciais 202
Quantidade de servidores capacitados 202
Eventos realizados 203
Projetos e sistemas do CEAJUD 203
Propostas, previsões e projetos para 2016 204
Ações de Capacitação no CNJ 205
Processo seletivo para Bolsa de Estudos de Língua Estrangeira 205
Processo seletivo para Bolsa de Estudos de Pós-Graduação 205
Realização dos 5º e 6º Cursos de Formação de Novos Servidores do Conselho Nacional de Justiça 205
Eventos de Capacitação 205
Benefício das ações de capacitação para o CNJ, para o Poder Judiciário ou para a Sociedade 206
Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário (Proname) 206
Biblioteca eletrônica do CNJ 207
Gestão Socioambiental – Resolução CNJ n. 201/2015 207

FISCALIZAÇÃO E CORREIÇÃO 209
Inspeções 210
Procedimentos de Competência da Corregedoria 213
Magistrados Punidos por decisão Plenária em 2015 215
Magistrados afastados preventivamente em 2015 216
Revisão Disciplinar 216
Atos Normativos Editados pela Corregedoria Nacional de Justiça 217

JULGADOS DO CNJ EM NÚMEROS 219

OUTRAS INFORMAÇÕES 221
Normas Editadas pela Diretoria-Geral 222
Pareceres de Mérito em Anteprojetos de Lei 222

PROVIDÊNCIAS PARA O APERFEIÇOAMENTO DO PODER JUDICIÁRIO 225
Emenda Regimental, Resoluções, Recomendações e Enunciados Administrativos 226
Emenda Regimental 226
Resoluções 227
Recomendações 228
Enunciados Administrativos 228

RECOMENDAÇÕES DE MELHORIA À GESTÃO ESTRATÉGICA 229
Metas Nacionais para 2016 230
Metas da Corregedoria Nacional de Justiça para 2016 233
Priorização das execuções fiscais pelo Judiciário pode somar R$ 1 trilhão 235

APRESENTAÇÃO

Em atendimento ao disposto no artigo 103-B, § 4º, inciso VII, da Constituição Federal, e do Regimento Interno, art. 4º, XII, apresenta-se o **Relatório Anual do Conselho Nacional de Justiça**, com as principais atividades realizadas ao longo do exercício de 2015.

O relatório foi compilado a partir das informações prestadas pelas Comissões Permanentes, Unidades do CNJ e Corregedoria Nacional de Justiça.

Inicialmente este relatório apresenta a estrutura orgânica do Conselho, o organograma com a distribuição funcional das unidades que o compõem e uma síntese das atribuições de seus órgãos.

A seguir, foram incluídas as principais ações desenvolvidas ao longo do ano de 2015. A apresentação das informações segue as diretrizes de gestão da Presidência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para o biênio 2015-2016, os processos internos, a fiscalização e correição, julgados do CNJ em números, providências para o aperfeiçoamento do Poder Judiciário, além de um resumo das Resoluções e Recomendações aprovadas no período.

ESTRUTURA ORGÂNICA

Estrutura Orgânica do CNJ

I – PLENÁRIO

1. Conselheiros
   1.1. Gabinetes
2. Comissões
3. Ouvidoria
   3.1. Gabinete da Ouvidoria

II – PRESIDÊNCIA

1. Juízes Auxiliares
2. Gabinete da Presidência

SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

1. Coordenadoria de Auditoria
   1.1. Seção de Auditoria Interna
2. Coordenadoria de Acompanhamento da Gestão
   2.1. Seção de Acompanhamento da Execução Contratual

SECRETARIA-GERAL

1. Gabinete da Secretaria-Geral
2. Núcleo de Apoio às Comissões Permanentes e Temporárias e ao acompanhamento de Projetos
3. Departamento de Pesquisas Judiciárias
4. Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas
5. Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário
6. Secretaria de Cerimonial e Eventos
   6.1. Seção de Cerimonial
   6.2. Seção de Eventos
7. Secretaria de Comunicação Social
   7.1. Seção de Comunicação Institucional
   7.2. Coordenadoria de Imprensa

8. Secretaria Processual

8.1. Coordenadoria de Protocolo, Autuação e Distribuição

8.1.1. Seção de Protocolo e Digitalização

8.1.2. Seção de Autuação e Distribuição

8.2. Coordenadoria de Processamento de Feitos

8.2.1. Seção de Apoio ao Plenário

8.2.2. Seção de Processamento

8.2.3. Seção de Acompanhamento das Resoluções e Recomendações

8.2.4. Seção de Acompanhamento das Decisões

8.2.5. Seção de Jurisprudência

9. Departamento de Gestão Estratégica

9.1. Divisão de Gestão Estratégica do Poder Judiciário

9.1.1. Seção de Planejamento Estratégico do Poder Judiciário

9.1.2. Seção de Monitoramento e Avaliação da Estratégia

9.1.3. Seção de Desenvolvimento de Metodologias e Inovação

9.2. Divisão de Desenvolvimento Institucional

9.2.1. Seção de Planejamento Institucional

9.2.2. Seção de Gestão de Processos

9.2.3. Seção de Organização e Normatização

10. Departamento de Acompanhamento Orçamentário

10.1. Coordenadoria de Acompanhamento Orçamentário do Judiciário da União

10.1.1. Seção de Informações e Avaliação Orçamentária do Judiciário da União

10.2. Coordenadoria de Acompanhamento Orçamentário do Judiciário Estadual

10.2.1. Seção de Informações e Avaliação Orçamentária do Judiciário Estadual

11. Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação

11.1. Seção de Gestão Estratégica de Tecnologia da Informação e Comunicação

11.2. Divisão de Gestão do Processo Judicial Eletrônico

11.2.1. Seção de Gestão Negocial do Processo Judicial Eletrônico

11.2.2. Seção de Sustentação do Processo Judicial Eletrônico

11.3. Coordenadoria de Gestão de Sistemas

11.3.1. Seção de Qualidade e Padronização

11.3.2. Seção de Gestão de Sistemas da Presidência, da Corregedoria e dos Gabinetes

11.3.3. Seção de Gestão de Sistemas da Secretaria-Geral

11.3.4. Seção de Gestão de Sistemas da Diretoria-Geral

11.4. Coordenadoria de Atendimento e Infraestrutura

11.4.1. Seção de Gestão de Segurança da Informação

11.4.2. Seção de Gestão de Banco de Dados

11.4.3. Seção de Gestão de Telecomunicações

11.4.4. Seção de Gestão de Serviços e Aplicações

11.4.5. Seção de Gestão de Atendimento ao Usuário

11.4.6. Seção de Gestão de Microinformática

DIRETORIA-GERAL

1. Gabinete do Diretor-Geral

1.1. Seção de Passagens e Diárias

2. Núcleo de Suporte Logístico e Segurança

2.1. Seção de Apoio aos Conselheiros e aos Juízes

2.2. Seção de Segurança e Transportes

3. Comissão Permanente de Licitação

3.1. Seção de Licitações

4. Assessoria Jurídica

5. Secretaria de Administração

5.1. Seção de Material e Patrimônio

5.2. Seção de Compras

5.3. Seção de Gestão de Contratos

5.4. Seção de Almoxarifado

5.5. Seção de Arquitetura

5.6. Seção de Engenharia e Manutenção Predial

5.7. Seção de Serviços Gerais

5.8. Seção de Elaboração de Editais

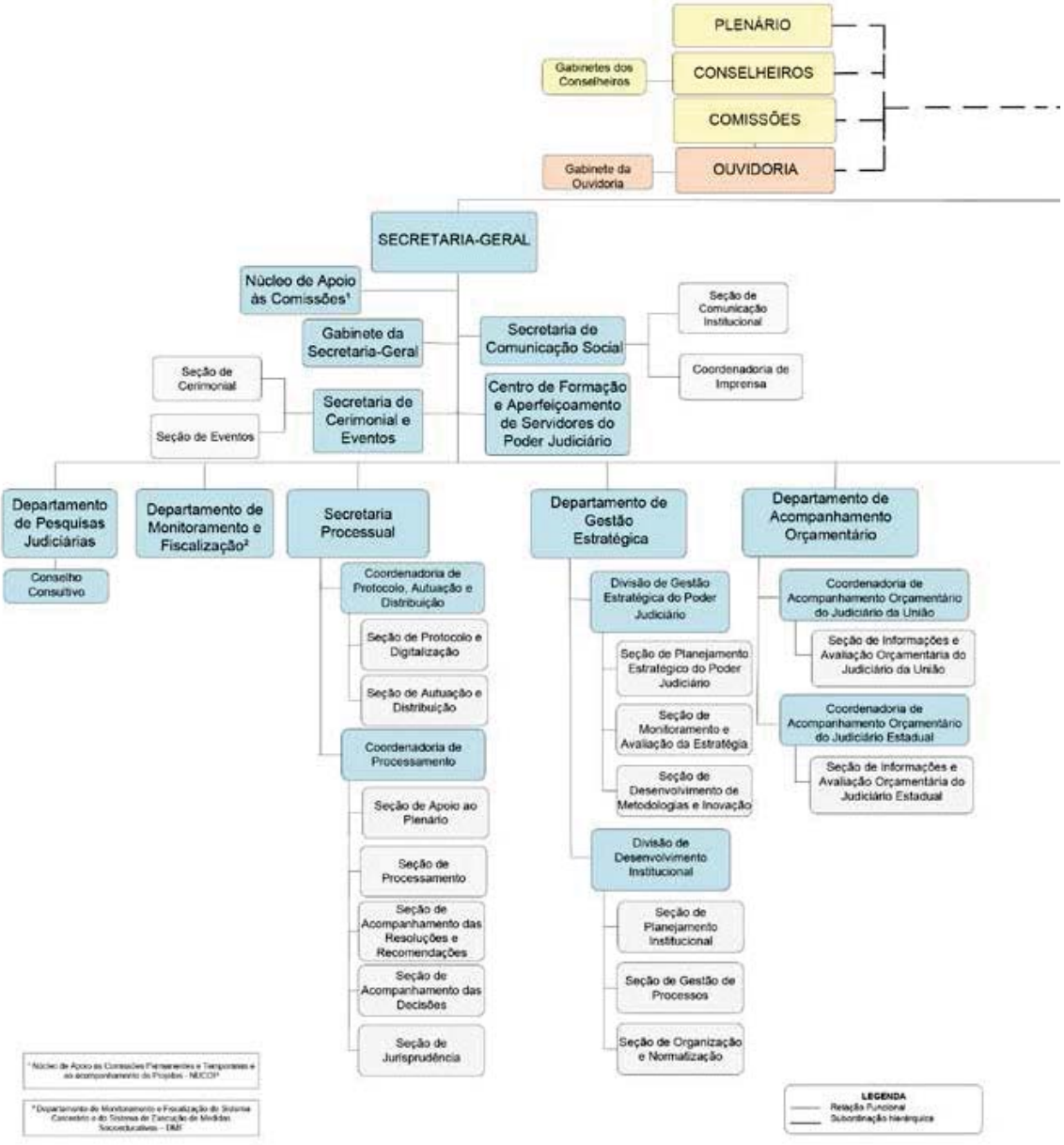
5.9. Seção de Arquivo

6. Secretaria de Orçamento e Finanças
   6.1. Seção de Contabilidade
   6.2. Seção de Análise e Liquidação
   6.3. Seção de Planejamento Orçamentário
   6.4. Seção de Execução Orçamentária e Financeira
7. Secretaria de Gestão de Pessoas
   7.1. Seção de Registros Funcionais
   7.2. Seção de Benefícios
   7.3. Seção de Legislação
   7.4. Seção de Seleção e Gestão de Desempenho
   7.5. Seção de Educação Corporativa
   7.6. Seção de Pagamento
   7.7. Seção de Governança em Gestão de Pessoas do Poder Judiciário

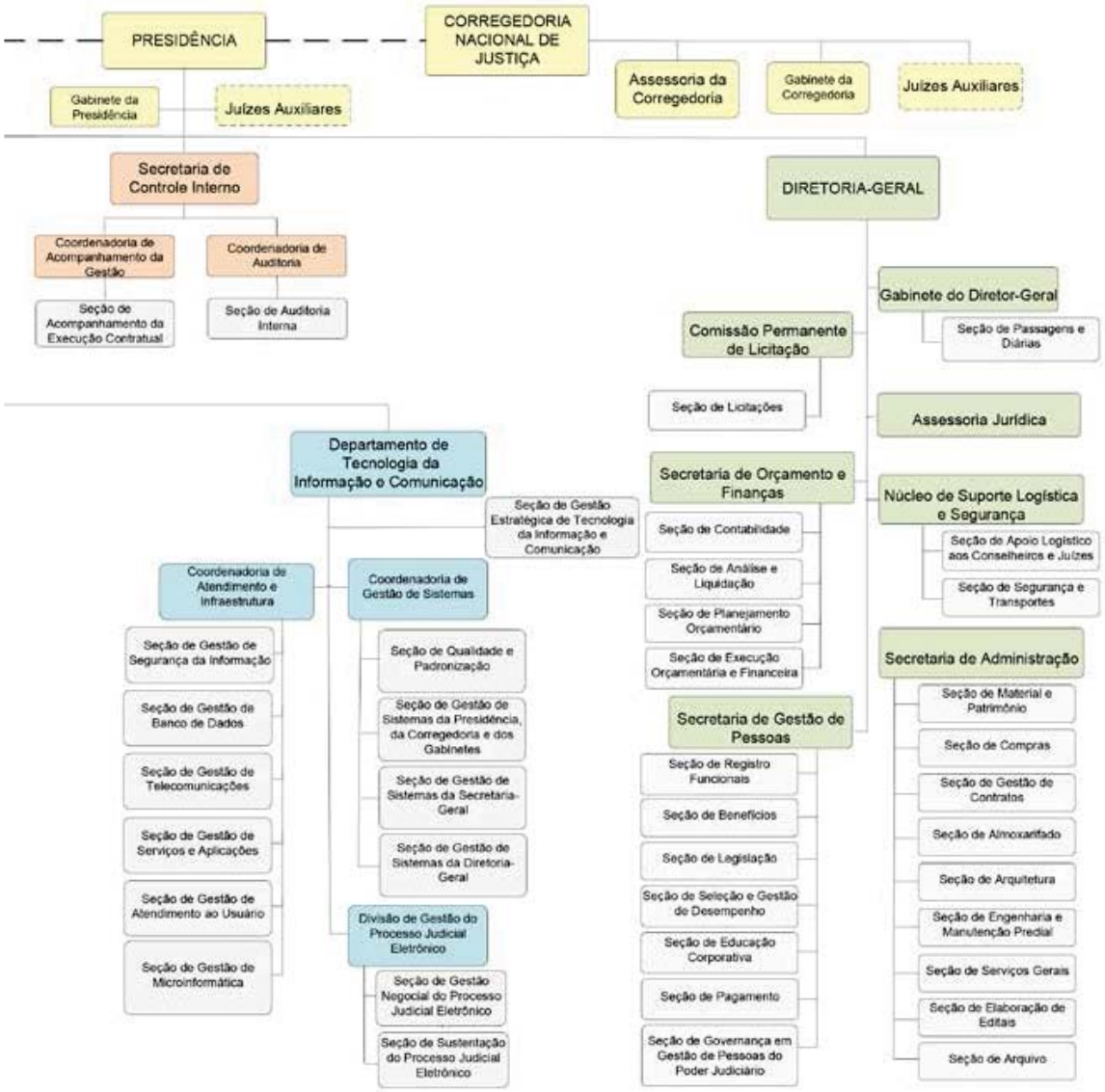
III – CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA

1. Juízes Auxiliares
2. Gabinete da Corregedoria
3. Assessoria da Corregedoria

ORGANOGRAMA DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA



(Regimento Interno e Portaria nº 207, de 18/12/2014)



Composição

O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de quinze membros, nos termos do art. 103-B da Constituição Federal:

I – o Presidente do Supremo Tribunal Federal; (Redação dada pela Emenda Constitucional n. 61, de 2009)

II – um Ministro do Superior Tribunal de Justiça, indicado pelo respectivo tribunal; (Incluído pela Emenda Constitucional n. 45, de 2004)

III – um Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, indicado pelo respectivo tribunal; (Incluído pela Emenda Constitucional n. 45, de 2004)

IV – um desembargador de Tribunal de Justiça, indicado pelo Supremo Tribunal Federal; (Incluído pela Emenda Constitucional n. 45, de 2004)

V – um juiz estadual, indicado pelo Supremo Tribunal Federal; (Incluído pela Emenda Constitucional n. 45, de 2004)

VI – um juiz de Tribunal Regional Federal, indicado pelo Superior Tribunal de Justiça; (Incluído pela Emenda Constitucional n. 45, de 2004)

VII – um juiz federal, indicado pelo Superior Tribunal de Justiça; (Incluído pela Emenda Constitucional n. 45, de 2004)

VIII – um juiz de Tribunal Regional do Trabalho, indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho; (Incluído pela Emenda Constitucional n. 45, de 2004)

IX – um juiz do trabalho, indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho; (Incluído pela Emenda Constitucional n. 45, de 2004)

X – um membro do Ministério Público da União, indicado pelo Procurador-Geral da República; (Incluído pela Emenda Constitucional n. 45, de 2004)

XI – um membro do Ministério Público estadual, escolhido pelo Procurador-Geral da República dentre os nomes indicados pelo órgão competente de cada instituição estadual; (Incluído pela Emenda Constitucional n. 45, de 2004)

XII – dois advogados, indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; (Incluído pela Emenda Constitucional n. 45, de 2004)

XIII – dois cidadãos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal. (Incluído pela Emenda Constitucional n. 45, de 2004)

Segundo o Regimento Interno, integram o CNJ:

I – Plenário;

II – Presidência;

III – Corregedoria Nacional de Justiça;

IV – Conselheiros;

V – Comissões;

VI – Secretaria-Geral;

VII – Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ);

VIII – Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do

Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF);

IX – Ouvidoria.

Acrescente-se à composição a "Diretoria-Geral", criada por meio da Portaria n. 84/2010, com fundamento em decisão do Plenário (Sessão Ordinária n. 104, de 6 de maio de 2010).

Plenário

O Plenário é órgão colegiado do CNJ, integrado por 15 Conselheiros, presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e, nas suas ausências e impedimentos, pelo Vice-Presidente do STF. (Art. 103-B, § 1º, CF)

O Procurador-Geral da República e o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) oficiam perante o Plenário, podendo pronunciar-se. Ao Plenário do CNJ compete o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos magistrados.

São atribuições do Plenário:

I – zelar pela autonomia do Poder Judiciário e pelo cumprimento do Estatuto da Magistratura, podendo expedir atos regulamentares, no âmbito de sua competência, ou recomendar providências;

II – zelar pela observância do art. 37 da Constituição Federal e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União e dos Tribunais de Contas dos Estados;

III – receber as reclamações, e delas conhecer, contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, inclusive contra seus serviços auxiliares, serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro que atuem por delegação do poder público ou oficializado, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional concorrente dos Tribunais, decidindo pelo arquivamento ou instauração do procedimento disciplinar;

IV – avocar, se entender conveniente e necessário, processos disciplinares em curso;

V – propor a realização pelo Corregedor Nacional de Justiça de correições, inspeções e sindicâncias em varas, tribunais, serventias judiciais e serviços notariais e de registro;

VI – julgar os processos disciplinares regularmente instaurados contra magistrados, podendo determinar a remoção, a disponibilidade ou a aposentadoria com subsídios ou proventos proporcionais ao tempo de serviço e aplicar outras sanções administrativas previstas em lei complementar ou neste Regimento, assegurada a ampla defesa;

VII – encaminhar peças ao Ministério Público, a qualquer momento ou fase do processo administrativo, quando verificada a ocorrência de qualquer crime, ou representar perante ele nos casos de crime contra a administração pública, de crime de abuso de autoridade ou nos casos de improbidade administrativa;

VIII – rever, de ofício, ou mediante provocação, os processos disciplinares contra juízes de primeiro grau e membros de Tribunais julgados há menos de um ano;

IX – representar ao Ministério Público para propositura de ação civil para a decretação da perda do cargo ou da cassação da aposentadoria;

X – instaurar e julgar processo para verificação de invalidez de Conselheiro;

XI – elaborar relatórios estatísticos sobre processos e outros indicadores pertinentes à atividade jurisdicional;

XII – elaborar relatório anual, o qual deve integrar mensagem do Presidente do Supremo Tribunal Federal a ser remetida ao Congresso Nacional, por ocasião da abertura da sessão legislativa, discutido e aprovado em sessão plenária especialmente convocada para esse fim, versando sobre:

a) avaliação de desempenho de Juízos e Tribunais, com publicação de dados estatísticos sobre cada um dos ramos do sistema de justiça nas regiões, nos Estados e no Distrito Federal, em todos os graus de jurisdição, discriminando dados quantitativos sobre execução orçamentária, movimentação e classificação processual, recursos humanos e tecnológicos;

b) as atividades desenvolvidas pelo CNJ e os resultados obtidos, bem como as medidas e providências que julgar necessárias para o desenvolvimento do Poder Judiciário;

XIII – definir e fixar, em sessão plenária de planejamento especialmente convocada para este fim, com a participação dos órgãos do Poder Judiciário, podendo para tanto serem ouvidas as associações nacionais de classe das carreiras jurídicas e de servidores, o planejamento estratégico, os planos de metas e os programas de avaliação institucional do Poder

Judiciário, visando ao aumento da eficiência, da racionalização e da produtividade do sistema, bem como ao maior acesso à Justiça.

O rol completo das atribuições do Plenário do CNJ está descrito no art. 4º do Regimento Interno.

Presidência

Conforme o mencionado na seção anterior, o CNJ é presidido pelo Presidente do STF, e, nas ausências e impedimentos, pelo Vice-Presidente do STF. A eleição para presidente, com mandato de dois anos, é realizada entre os ministros do STF.

O ministro Ricardo Lewandowski é o sétimo Presidente do CNJ, tendo tomado posse em 10 de setembro de 2014.

As atribuições do Presidente do CNJ estão descritas no art. 6º do Regimento Interno do Conselho, entre as quais se destacam:

I – velar pelo respeito às prerrogativas do Conselho Nacional Justiça;

II – dar posse aos Conselheiros;

III – representar o CNJ perante quaisquer órgãos e autoridades;

IV – convocar e presidir as sessões plenárias do CNJ, dirigindo-lhes os trabalhos, cumprindo e fazendo cumprir o presente Regimento;

V – executar e fazer executar as ordens e deliberações do Conselho Nacional de Justiça.

Em 2015, a atuação institucional da Presidência do CNJ foi marcada pela representação do Conselho perante diversos órgãos e entidades e, sobretudo, pelo desenvolvimento de várias ações nas suas diferentes áreas de atuação: planejamento estratégico, proposição de políticas judiciárias, modernização tecnológica do Judiciário, implantação das audiências de custódia,

incentivo a conciliação e a mediação, pacificação e responsabilidade social e garantia de efetivo respeito às liberdades públicas e execuções penais.

Corregedoria Nacional de Justiça

A Corregedoria Nacional de Justiça atua na orientação, coordenação e execução de políticas públicas voltadas à atividade correicional e ao bom desempenho da atividade judiciária dos tribunais.

O objetivo principal da Corregedoria é alcançar mais efetividade na prestação jurisdicional, atuando com base nos seguintes princípios: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (art. 37 da Constituição Federal).

Entre os papéis da Corregedoria Nacional de Justiça está o de exercer o controle disciplinar e promover a correta administração da justiça, zelando, assim, pelo bom funcionamento dos serviços judiciários.

Conforme o art. 103-B, § 5º, da Constituição, o cargo de Corregedor Nacional da Justiça será exercido por Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), é atualmente exercido pela ministra Nancy Andrighi, que tomou posse como Ministra-Corregedora em 26 de agosto de 2014.

Comissões

O CNJ possui seis comissões permanentes que estudam temas e atividades específicas de interesse do Conselho na busca de soluções para o Judiciário.

As atuais comissões foram designadas pela Portaria da Presidência n. 140 de 27 de outubro de 2015:

a) Comissão Permanente de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas;

b) Comissão Permanente de Acesso à Justiça e Cidadania;

c) Comissão Permanente de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento;

d) Comissão Permanente de Tecnologia da Informação e Infraestrutura;

e) Comissão Permanente de Articulação Federativa e Parlamentar;

f) Comissão Permanente de Jurisprudência.

Secretaria-Geral

A Secretaria-Geral é órgão administrativo subordinado à Presidência e dirigido pelo Secretário-Geral, designado pelo Presidente do CNJ, com a competência de assegurar assessoria, apoio técnico e administrativo necessários à preparação e à execução de sua gestão administrativa, das atividades do Plenário, da Presidência do CNJ, da Corregedoria Nacional de Justiça, dos Conselheiros e das Comissões, nos termos previstos no Regimento Interno e em regulamento específico.

A estrutura organizacional da Secretaria-Geral é composta pelas seguintes unidades:

» Gabinete da Secretaria-Geral (GSG);

» Núcleo de Apoio às Comissões Permanentes e Temporárias e ao acompanhamento de Projetos (Nucop);

» Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ);

» Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF);

» Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário (CEAJud);

» Secretaria de Cerimonial e Eventos (SCE);

» Secretaria de Comunicação Social (SCS);

» Secretaria Processual (SPR);

» Departamento de Gestão Estratégica (DGE);

» Departamento de Acompanhamento Orçamentário (DOR);

» Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTI).

Diretoria-Geral

A Diretoria-Geral, criada pela Portaria CNJ n. 84/2010, tem por finalidade desenvolver atividades de assessoramento e apoio técnico e administrativo necessários à preparação e à execução da gestão administrativa do CNJ.

A estrutura organizacional da Diretoria-Geral é composta pelas seguintes unidades:

» Gabinete do Diretor-Geral (GDG);

» Núcleo de Suporte Logístico e Segurança (NULS);

» Comissão Permanente de Licitação (CPL);

» Assessoria Jurídica (AJU);

» Secretaria de Administração (SAD);

» Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF);

» Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP).

À SAD compete coordenar atividades relacionadas a material, patrimônio, contratações e aquisições de bens e serviços, manutenção e conservação predial e assuntos correlatos.

A SGP tem como competências: planejar e coordenar ações para o desenvolvimento de recursos humanos; acompanhar, atualizar e divulgar atos referentes à área de gestão de pessoas, bem como orientar as unidades do Conselho quanto ao cumprimento das normas estabelecidas; expedir, relativamente à sua área de atuação, certidões, declarações e certificados, inclusive de eventos de educação corporativa; propor a edição de atos normativos afetos à área de Gestão de Pessoas; elaborar relatórios, consolidar dados das unidades subordinadas, analisar indicadores e instruir processos afetos à Secretaria, por meio da

produção de expedientes técnicos e da proposição de encaminhamentos de demandas diversas; desenvolver outras atividades correlatas.

À SOF compete realizar o planejamento e a execução orçamentária e financeira do Conselho, compreendendo toda a despesa a ele consignada no Orçamento Geral da União e outras atividades correlatas.

Departamento de Pesquisas Judiciárias

O Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ), criado pela Lei n. 11.364, de 26 de outubro de 2006 (com alterações da Lei n. 11.618/2007), tem os seguintes objetivos:

» Desenvolver pesquisas destinadas ao conhecimento da função jurisdicional brasileira;

» Realizar análise e diagnóstico dos problemas estruturais e conjunturais dos diversos segmentos do Poder Judiciário;

» Fornecer subsídios técnicos para a formulação de políticas judiciárias.

Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas

Compete ao DMF, nos termos do § 1º, do art. 1º, da Lei n. 12.106, de 2 de dezembro de 2009:

I – monitorar e fiscalizar o cumprimento das recomendações e resoluções do CNJ em relação a prisão provisória e definitiva, medida de segurança e de internação de adolescentes;

II – planejar, organizar e coordenar, em cada tribunal, mutirões para reavaliação de prisão provisória e definitiva, de medida de segurança

e de internação de adolescentes e para o aperfeiçoamento de rotinas cartorárias;

III – acompanhar e propor soluções diante de irregularidades verificadas no sistema carcerário e no sistema de execução de medidas socioeducativas;

IV – fomentar a implementação de medidas protetivas e de projetos de capacitação profissional e reinserção social do interno e do egresso do sistema carcerário;

V – propor ao Conselho Nacional de Justiça, em relação ao sistema carcerário e ao sistema de execução de medidas socioeducativas, a uniformização de procedimentos, bem como de estudos para aperfeiçoamento da legislação sobre a matéria;

VI – acompanhar e monitorar projetos relativos à abertura de novas vagas e ao cumprimento da legislação pertinente em relação ao sistema carcerário e ao sistema de execução de medidas socioeducativas;

VII – acompanhar a implantação e o funcionamento de sistema de gestão eletrônica da execução penal e de mecanismo de acompanhamento eletrônico das prisões provisórias;

VIII – coordenar a instalação de unidades de assistência jurídica voluntária no sistema carcerário e no sistema de execução de medidas socioeducativas.

A coordenação do DMF é realizada por um juiz auxiliar nomeado pelo Presidente do Conselho e supervisionado por um conselheiro designado pelo Plenário do CNJ.

Ouvidoria

Em cumprimento ao disposto no § 7º do art. 103-B da Constituição Federal, criou-se, por meio da Resolução n. 67, de 3 de março de 2009, a Ouvidoria do CNJ. A Ouvidoria é coordenada pelo Ouvidor-Geral, função que é exercida por Conselheiro eleito pela maioria do Plenário, juntamente com o seu substituto.

A função atualmente é exercida pelo Conselheiro Fabiano Silveira.

Na esteira do que prevê o dispositivo constitucional mencionado, a Resolução n. 103, de 24 de fevereiro de 2010, determinou a criação de ouvidorias no Poder Judiciário, competentes para receber reclamações e denúncias de qualquer interessado contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, ou contra seus serviços auxiliares, podendo representar diretamente ao CNJ.

A Ouvidoria é o canal de comunicação da sociedade com o CNJ, serviço posto à disposição do cidadão para esclarecer dúvidas e apresentar reclamações, denúncias, elogios ou manifestações quanto aos serviços prestados pelo órgão e às atividades por ele desempenhadas.

ESTRATÉGIA DO CNJ

Diretrizes de Gestão da Presidência do Conselho Nacional de Justiça para o biênio 2015-2016

Esta seção apresenta informações sobre atividades desenvolvidas pelo CNJ relacionadas às diretrizes de Gestão da Presidência do Conselho Nacional de Justiça para o biênio 2015-2016.

As Diretrizes de Gestão da Presidência, instituídas por meio da Portaria n. 16, de 26 de fevereiro de 2015, são as seguintes:

I – fortalecer a atuação do Conselho Nacional de Justiça no âmbito do planejamento estratégico e da análise e solução de problemas que afetam o Judiciário;

II – intensificar as relações institucionais do Conselho Nacional de Justiça com os demais Poderes e com outras instituições essenciais à administração da Justiça, com vistas à busca de convergências de esforços;

III – impulsionar o uso de meios eletrônicos para a tomada de decisões;

IV – desestimular as ações de índole temerária ou protelatória, mediante os meios legais disponíveis;

V – incentivar a efetiva comunicação e o compartilhamento de informações processuais entre os órgãos do Poder Judiciário, para, entre outros, aperfeiçoar os filtros da repercussão geral e dos recursos repetitivos e seus diagnósticos;

VI – potencializar a desjudicialização, por meio de formas alternativas de solução de conflitos, compartilhando, na medida do possível, com a própria sociedade, a responsabilidade pela recomposição da ordem jurídica rompida;

VII – contribuir com o desenvolvimento da Justiça Restaurativa;

VIII – colaborar com a elaboração de atos normativos que promovam a celeridade processual, o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional e a melhoria das condições de trabalho dos juízes;

IX – desenvolver uma política criminal judiciária para o sistema penitenciário e socioeducativo, tendo por pilares a concretização e a efetividade de direitos, e o combate à cultura do encarceramento desnecessário, em especial, nas prisões provisórias;

X – realizar estudo sobre as condições de saúde da população carcerária;

XI – manter permanente interlocução com os juízes de todos os graus de jurisdição e com os tribunais do País;

XII – envidar esforços para a permanente valorização dos magistrados e dos servidores do Poder Judiciário.

DIRETRIZ I:

Fortalecer a atuação do Conselho Nacional de Justiça no âmbito do planejamento estratégico e da análise e solução de problemas que afetam o Judiciário

Esta seção apresenta informações sobre atividades desenvolvidas pelo CNJ relacionadas à Diretriz I.

Fortalecer a atuação do Conselho Nacional de Justiça no âmbito do planejamento estratégico e da análise e solução de problemas que afetam o Judiciário

O CNJ desenvolve políticas judiciárias estruturantes e políticas judiciárias indutoras para o aprimoramento da Justiça brasileira. As pesquisas e os diagnósticos, em articulação com o Planejamento Estratégico, permitem a compreensão dos problemas que afetam o Poder Judiciário e o delineamento de soluções criativas para sua superação. Em face dos avanços institucionais conquistados ao longo de sua história, que lançaram bases para o desenvolvimento de funções institucionais mais avançadas, essa diretriz expressa uma das principais prioridades estratégicas do CNJ na atualidade.

Estratégia Nacional 2015

Fundamentos

O CNJ, por meio da Resolução n. 198, de 1º de julho de 2014, instituiu a Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2015-2020, estabelecendo missão, visão, valores e macrodesafios.

Missão: Realizar Justiça.

Visão: Ser reconhecido pela sociedade como instrumento efetivo de justiça, equidade e paz social.

Macrodesafios:

» Garantia dos direitos da cidadania.

» Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional.

» Combate à corrupção e improbidade administrativa.

» Adoção de soluções alternativas de conflito.

» Gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes.

» Impulso às execuções fiscais, cíveis e trabalhistas.

» Aprimoramento da gestão da justiça criminal.

» Fortalecimento da segurança do processo eleitoral.

» Melhoria da gestão de pessoas.

» Aperfeiçoamento da gestão de custos.

» Instituição da governança judiciária.

» Melhoria da infraestrutura e governança de TIC.

Os macrodesafios expressam as diretrizes gerais da Justiça e servem como fundamento para a proposição de metas nacionais e prioridades e para o planejamento estratégico dos tribunais.

Metas Nacionais 2015

Em novembro de 2014, os presidentes dos tribunais brasileiros se reuniram em Florianópolis no 8º Encontro Nacional do Poder Judiciário, sob coordenação do CNJ. No evento, foram definidas as metas nacionais para o ano de 2015. Foram aprovadas sete metas nacionais, que tiveram o foco no aumento da celeridade processual, na produtividade, no incentivo à conciliação, na priorização de processos de combate à corrupção, de execução e de ações coletivas, e no incentivo à gestão das demandas de massa.

O monitoramento e a avaliação das metas nacionais foram aprimorados no ano de 2015. Os glossários das metas foram separados em documentos específicos para cada segmento, de modo a considerar suas especificidades. Ademais, passou-se a realizar acompanhamento mensal das metas, com publicação dos resultados a cada mês.

Cumprimento das Metas de 2015 – resultados parciais

META 1

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

Distribuídos	14.806.646
Julgados	13.816.061
Percentual de Julgamento	93,31%

Destaques no cumprimento:

Tribunais Superiores (3)	STJ (107,80%)
	TST (134,18%)
	STM (117,70%)
Justiça do Trabalho (4)	TRT8 (104,53%)
	TRT11 (100,15%)
	TRT16 (102,71%)
	TRT21 (101,23%)
Justiça Estadual (10)	TJAC (110,93%)
	TJRO (112%)
	TJPB (112,54%)
	TJPE (101,17%)
	TJDFT (101,09%)
	TJMS (110,03%)
	TJMT (104,54%)
	TJRJ (102,46%)
	TJRS (102,01%)
	TJSC (105,85%)
Justiça Federal	TRF3 (103%)
Justiça Militar Estadual	TJM-MG (103,88%)
Justiça Eleitoral (4)	TRE/AP (169,59%)
	TRE/BA (124,47%)
	TRE/MS (112,32%)
	TRE/RJ (122,96%)

META 2

No Superior Tribunal de Justiça, identificar e julgar, até 31/12/2015, pelo menos 99% dos processos distribuídos até 31/12/2010 e 90% dos processos distribuídos em 2011.

Tribunais Superiores	% de cumprimento da meta
STJ (distribuídos até 2010)	92,54%
STJ (distribuídos em 2011)	97,59%

No Tribunal Superior do Trabalho, identificar e julgar, até 31/12/2015, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2012.

Tribunais Superiores	% de cumprimento da meta
TST (distribuídos até 2012)	85,12%

Na Justiça Militar da União, identificar e julgar, até 31/12/2015, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2013, nas Auditorias Militares, e 95% dos processos distribuídos até 31/12/2013, no Superior Tribunal Militar.

Tribunais Superiores	% de cumprimento da meta
Auditorias Militares	94,35%
STM (distribuídos até 2013)	102,69%

Na Justiça Estadual, identificar e julgar, até 31/12/2015, pelo menos 80% dos processos distribuídos até 31/12/2011, no 1º grau, e até 31/12/2012, no 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012, nos Juizados Especiais e Turmas Recursais.

Justiça Estadual	% de cumprimento da meta
Distribuídos até 2011 no 1º grau	65,50%
Distribuídos até 2012 no 2º grau	103,58%
Distribuídos até 2012 nos Juizados e Turmas	73,60%

Na Justiça Federal, identificar e julgar, até 31/12/2015, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2010, no 1º e no 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e 70% dos processos distribuídos até 31/12/2012, nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais.

Justiça Federal	% de cumprimento da meta
Distribuídos até 2010 no 1º e no 2º grau	88,25%
Distribuídos em 2011 nos Juizados e Turmas	97,65%
Distribuídos até 2012 nos Juizados e Turmas	133,68%

Na Justiça Eleitoral, identificar e julgar, até 31/12/2015, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2012.

Justiça Eleitoral	% de cumprimento da meta
Distribuídos até 2012 no 1º e no 2º grau	92,32%

Na Justiça do Trabalho, identificar e julgar, até 31/12/2015, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2013, no 1º e no 2º grau.

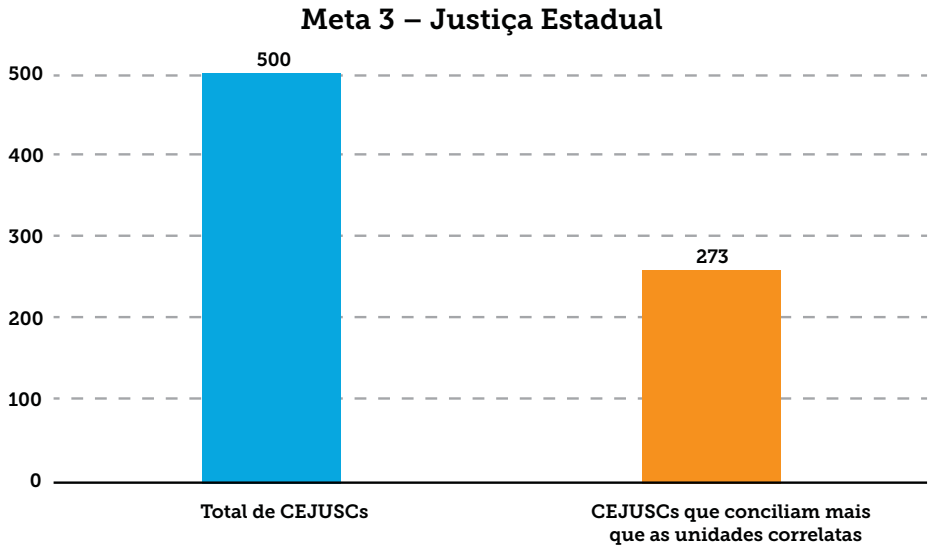
Justiça do Trabalho	% de cumprimento da meta
Distribuídos até 2013	101,57%

Nos Tribunais de Justiça Militar Estaduais, identificar e julgar, até 31/12/2015, pelo menos 95% dos processos distribuídos até 31/12/2013, nas Auditorias Militares, e 95% dos processos distribuídos até 31/12/2014, no 2º grau.

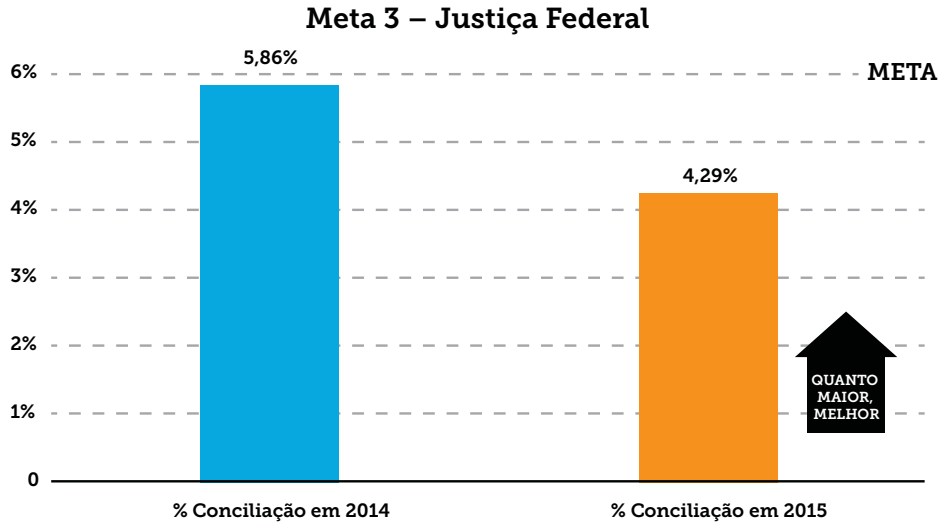
Justiça Militar Estadual	% de cumprimento da meta
Distribuídos até 2013 nas Auditorias Militares	99,17%
Distribuídos até 2014 no 2º grau	103,98%

META 3

Na Justiça Estadual, impulsionar os trabalhos dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejuscs) e garantir aos estados que já o possuem que, conforme previsto na Resolução CNJ n. 125/2010, homologuem acordos pré-processuais e conciliações em número superior à média das sentenças homologatórias nas unidades jurisdicionais correlatas. Aos que não o possuem, a meta é a implantação de número maior do que os já existentes.



Na Justiça Federal, aumentar o percentual de casos encerrados por conciliação em relação ao ano anterior.



META 4

Na Justiça Estadual, identificar e julgar até 31/12/2015 pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas até 31/12/2012.

	% de cumprimento da meta
Justiça Estadual	80,64%

Na Justiça Federal, identificar e julgar até 31/12/2015 pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2013.

	% de cumprimento da meta
Justiça Federal	45,21%

Na Justiça Militar da União e dos Estados, identificar e julgar até 31/12/2015 as ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública distribuídas até 31/12/2013.

Justiça Militar da União	% de cumprimento da meta
Auditorias Militares	57,58%
STM	100.00%

	% de cumprimento da meta
Justiça Militar Estadual	90,09%

No Superior Tribunal de Justiça, identificar e julgar até 31/12/2015 90% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública distribuídas até 31/12/2012 e 60% das distribuídas até 31/12/2013.

	% de cumprimento da meta
STJ – ações distribuídas até 2012	86,44%
STJ – ações distribuídas até 2013	103,23%

META 5

Na Justiça Federal, baixar em 2015 quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente.

Na Justiça do Trabalho, baixar em 2015 quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente.

PANORAMA NACIONAL	EXECUÇÃO NÃO FISCAL			EXECUÇÃO FISCAL			EXECUÇÃO FISCAL E NÃO FISCAL		
	Distribuídos	Julgados	% cump.	Distribuídos	Julgados	% cump.	Distribuídos	Julgados	% cump.
TST	0	0	0%	0	0	0%	0	0	0%
1º Grau Comum	679.544	688.273	101,28%	23.870	28.887	121,01%	703.414	717.160	101.81%
2º Grau	70	138	194,37%	0	0	0%	70	138	194,37%
Juizados Especiais Cíveis	129.758	114.192	88,00%				129.758	114.192	87,33%
Juizados Especiais da Fazenda Pública	0	0	0%				0	0	0%
TOTAL	**809.372**	**802.603**	**99,16%**	**23.870**	**28.887**	**121,01%**	**833.242**	**831.490**	**99,67%**

META 6

Na Justiça Estadual, identificar e julgar, até 31/12/2015, as ações coletivas distribuídas até 31/12/2012, no 1º grau, e até 31/12/2013, no 2º grau.

Justiça Estadual	% de cumprimento da meta
1º grau	36,87%
2º grau	30,61%

Na Justiça Federal, identificar e julgar, até 31/12/2015, as ações coletivas distribuídas até 31/12/12012, no 1º grau, e até 31/12/2013, no 2º grau.

Justiça Federal	% de cumprimento da meta
1º grau	63,98%
2º grau	31,12%

Nos Tribunais Regionais e Juízes do Trabalho, identificar e julgar, até 31/12/2015, as ações coletivas distribuídas até 31/12/12012, no 1º grau, e até 31/12/2013, no 2º grau.

Justiça do Trabalho	% de cumprimento da meta
1º grau	93,63%
2º grau	87,85%

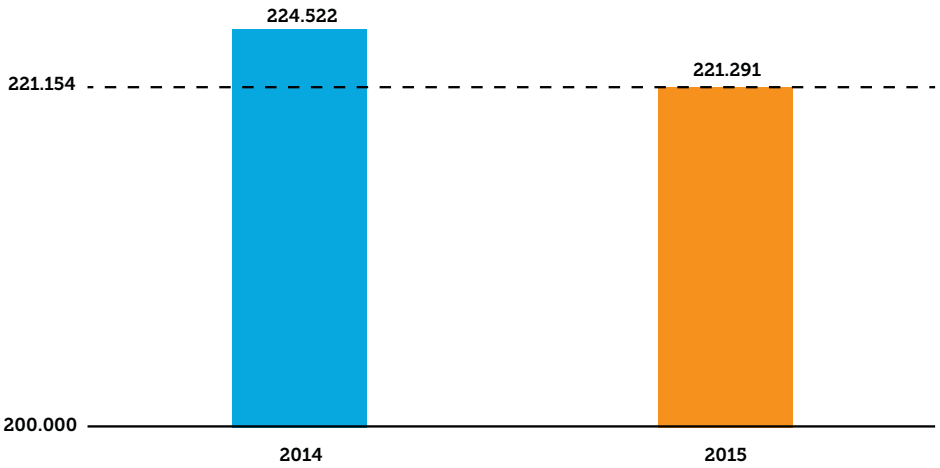
No Tribunal Superior do Trabalho, identificar e julgar, até 31/12/2015, as ações coletivas distribuídas: até 31/12/2012.

	% de cumprimento da meta
Tribunal Superior do Trabalho	98,24%

META 7

Nos Tribunais Regionais e Juízes do Trabalho e no Tribunal Superior do Trabalho, identificar e reduzir em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior.

Meta 7 – Justiça do Trabalho – passivo dos dez maiores litigantes



Nos Tribunais de Justiça Estaduais, gestão estratégica das ações de massa com identificação e monitoramento do acervo de demandas repetitivas.

	% de cumprimento da meta
Justiça Estadual	61,84%

Formulação de Metas Nacionais e Específicas para 2016

O processo de formulação das metas nacionais e específicas do Poder Judiciário, a partir de 2015, passou a ter uma nova modelagem, pautada pelos princípios democráticos de representação e de participação. A representação dos Tribunais e segmentos de Justiça foi instituída formalmente por meio da Rede de Governança Colaborativa do Judiciário (RGCPJ), com a Portaria CNJ n. 138, de 23 de agosto de 2013.

Em 2015, incentivou-se a participação dos magistrados e servidores diretamente envolvidos na concretização das metas na sua formulação. Os representantes da Rede foram orientados a promover audiências, *workshops*, pesquisas internas e outras formas usuais de participação, a fim de dar voz aos magistrados e servidores.

A nova modelagem do processo de formulação das metas nacionais e específicas sugerida pelo CNJ envolveu as seguintes etapas:

Seguindo esse ciclo, foi realizada a 1ª reunião preparatória, entre os dias 5 a 7 de maio de 2015, em Brasília. O evento teve por finalidade promover reflexões e trocas de experiências entre os tribunais, relacionadas aos temas estratégicos: 1) Efetividade da prestação jurisdicional (Repercussão geral, recursos repetitivos e incidente de resolução de demandas repetitivas, desjudicialização e justiça restaurativa); 2) Reflexões sobre o novo CPC; 3) Sistema penitenciário e socioeducativo (concretização e a efetividade de direitos e o combate à cultura de encarceramento desnecessário); e 4) Processo Judiciário eletrônico (PJe) e o uso de meios eletrônicos para a tomada de decisões.

Com base nos resultados dessas discussões, bem como de outros temas de interesse suscitados no âmbito da 1ª reunião preparatória, os tribunais e a Rede de Governança iniciaram a formulação das metas nacionais e específicas para 2016.

Sugeriu-se que cada Tribunal reunisse lideranças das áreas finalísticas e de apoio e, com base nas reflexões sobre os diálogos desenvolvidos na 1ª Reunião Preparatória, elaborasse uma proposta viável contendo sugestões de metas nacionais ou específicas para 2016.

Conforme a nova metodologia de formulação das metas, o Tribunal foi orientado a submeter as sugestões à consulta interna, com a participação de amostra representativa de magistrados e servidores, como também das associações de classe.

Ao final das atividades de consulta sugeridas, o Tribunal, com apoio do Representante da Rede de Governança Colaborativa, consolidou sua proposta de metas nacionais e específicas para 2016 e a encaminhou à análise da Rede de Governança.

Na análise das propostas, o CNJ recomendou que a Rede observasse a prevalência das sugestões dos Tribunais, acrescidas, no entanto, de análises técnicas, considerando as informações estatísticas disponíveis, como os dados do Relatório Justiça em Números, o desempenho dos Tribunais nos anos anteriores, e outros diagnósticos existentes.

A Rede de Governança Colaborativa consolidou as propostas de metas nacionais e prioridades estratégicas para 2016.

2ª Reunião Preparatória – Apresentação das propostas de metas pelos segmentos

A 2ª Reunião Preparatória ocorreu nos dias 15 e 16 de setembro de 2015, em Brasília e visou à finalização das propostas de metas nacionais e prioridades estratégicas de cada segmento do Poder Judiciário para 2016, alinhadas aos macrodesafios da Estratégia Nacional do Poder Judiciário.

Além disso, o evento foi uma oportunidade para conhecer dados atualizados do Relatório Justiça em Números de 2015, referente ao ano base de 2014.

Após a 2ª Reunião Preparatória, o CNJ consolidou as propostas de metas de cada segmento, considerando os macrodesafios e o desempenho dos tribunais nas Metas Nacionais de 2015, como parâmetro de referência.

Em análise preliminar dos dados, verificou-se a existência de percentuais e períodos de referência subdimensionados, o que levou a ajustes finos.

O CNJ também considerou essencial a inclusão de propostas de metas para alguns segmentos, relativas a temas de alta relevância, tais como a execução fiscal e não fiscal, as ações coletivas e os grandes litigantes, e os recursos repetitivos.

Além das metas nacionais e específicas, o CNJ propôs também para deliberação no 9º Encontro Nacional do Poder Judiciário uma Diretriz Estratégica relacionada à Proteção dos Direitos Humanos.

9º Encontro Nacional do Poder Judiciário

A nova modelagem para formulação de metas para 2016 encerrou-se com o 9º Encontro Nacional do Poder Judiciário, realizado em Brasília/DF nos dias 24 e 25 de novembro de 2015.

O encontro teve por objetivo integrar os esforços dos segmentos da justiça para a melhoria da prestação jurisdicional no país, respeitando as especificidades de cada órgão. Este encontro constituiu-se em um fórum

democrático, no qual os presidentes dos Tribunais brasileiros se reuniram para deliberação e aprovação da estratégia para 2016.

Na oportunidade, foram divulgados os Tribunais que obtiveram o Selo "Justiça em Números", momento em que se pôde reconhecer os tribunais que investiram na excelência da informação em 2015, em fatores como: nível de informatização do Tribunal; uso de relatórios estatísticos para o planejamento estratégico; e o cumprimento de resoluções do CNJ alinhadas à gestão da informação.

Ao final do encontro, as Metas Nacionais e a Diretriz Estratégica aprovadas e os respectivos segmentos de Justiça que as fixaram foram anunciadas pela Presidência do CNJ.

Priorização do Primeiro Grau

O CNJ instituiu a Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição por meio da Resolução n. 194, de 26 de maio de 2014. A iniciativa visa a aprimorar a qualidade, a celeridade, a eficiência, a eficácia e a efetividade da prestação jurisdicional da primeira instância nacional.

A Política contém diretrizes para que os tribunais possam alinhar seus planejamentos estratégicos e respectivos programas, projetos e planos de ação com foco no aperfeiçoamento dos serviços prestados na primeira instância e na equalização dos recursos orçamentários, patrimoniais, de tecnologia da informação e de pessoal entre primeiro e segundo graus.

De acordo com os indicadores do relatório Justiça em Números, o primeiro grau de jurisdição é a instância mais sobrecarregada do Poder Judiciário e aquela que presta serviços judiciários mais aquém da qualidade desejada.

A Resolução CNJ n. 194/2014 prevê que os tribunais elaborem plano de ação com vistas ao alcance dos objetivos da Política no seu âmbito interno, observadas as linhas de atuação definidas no normativo e determina o envio destes planos ao CNJ.

Dessa forma, o Conselho solicitou que os tribunais encaminhassem seus planos de ação para a implementação da Política. Após análise dos planos, o CNJ considerou importante realizar encontro para auxiliar os gestores –

magistrados e servidores – na implementação da Política de Priorização do Primeiro Grau de Jurisdição.

No intuito de propiciar diálogo sobre a temática, o Conselho realizou a 1ª Reunião da Rede de Priorização do Primeiro Grau, em Brasília, nos dias 5 a 7 de maio, com representantes da Rede e das associações de magistrados e entidades de servidores. O evento ocorreu em conjunto com a 1ª Reunião Preparatória para o 9º Encontro Nacional do Poder Judiciário.

Na oportunidade, foram compartilhadas experiências práticas e realizados debates, para definir ações sobre a Política de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição e construir o respectivo Plano de Implementação, considerando as nove linhas de atuação fixadas na Resolução CN J n. 194/2014.

Como próximo passo para implementação da Política, está previsto o monitoramento das ações definidas pelos tribunais, por meio de relatório de acompanhamento das atividades desenvolvidas em 2015.

Para 2016, prevê-se disponibilizar Guia de Implementação da política, a fim de orientar os gestores, bem como criar banco de boas práticas de priorização do primeiro grau.

Plano Estratégico do Conselho Nacional de Justiça para o período 2015-2020

Foi aprovado na sessão plenária do dia 15 de dezembro de 2015 o Plano Estratégico do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para o período 2015-2020. O plano, instituído por meio da Portaria n. 167 de 15 de dezembro de 2015, traz a missão, visão, valores e objetivos estratégicos do Conselho para o período, além de diretrizes a serem observadas na definição dos indicadores, metas, programas, projetos e ações a serem desenvolvidos.

O plano aprovado incorpora e legitima as diretrizes de gestão da Presidência do CNJ como um dos componentes da estratégia do Conselho, que se somam a objetivos de médio e longo prazos. Em 2015, as diretrizes de gestão da Presidência foram definidas pela Portaria n. 16 de 26 de fevereiro de 2015, que se integram e se complementam a objetivos de médio e longo prazos.

Ao submeter o ato à aprovação do plenário, o presidente do CNJ e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Ricardo Lewandowski, lembrou que a definição do planejamento estratégico é uma obrigação legal da Presidência do CNJ, além de uma exigência do Tribunal de Contas da União (TCU). A definição do planejamento estratégico também está prevista no Regimento Interno do CNJ e na Resolução CNJ n. 198 de 1º de julho de 2014.

Componentes da estratégia do CNJ

Missão: desenvolver políticas judiciárias que promovam a efetividade e a unidade do Poder Judiciário, orientadas para os valores de justiça e paz social.

Visão de futuro: ser reconhecido como órgão de excelência em planejamento estratégico, governança e gestão judiciária, a impulsionar a efetividade da Justiça brasileira;

Valores:

» Responsabilidade socioambiental: observância aos princípios gerais de sustentabilidade e de responsabilidade socioambiental na atuação do CNJ;

» Integração: busca de sinergias e integração permanente entre unidades e colaboradores internos, bem como do CNJ com as demais instituições e com a sociedade;

» Transparência: observância ao princípio constitucional da publicidade em relação à atuação do CNJ;

» Comprometimento: compromisso de todos os colaboradores com a missão e os objetivos institucionais, observável pelo engajamento, esforço e empenho exercido em favor da organização;

» Valorização das pessoas: reconhecimento de que as pessoas consubstanciam a principal riqueza do CNJ e que o seu trabalho deve ser valorizado;

» Coerência: atuar com observância às próprias diretrizes, normas e orientações técnicas;

Objetivos complementares de médio e longo prazos, além das diretrizes de gestão da Presidência:

» Aperfeiçoar a gestão das políticas judiciárias e demais instrumentos de governança do CNJ e do Poder Judiciário;

» Realizar e incentivar pesquisas, estudos e diagnósticos sobre o Poder Judiciário;

» Favorecer a melhoria e a integração dos processos organizacionais do CNJ;

» Fomentar práticas de sustentabilidade, racionalização dos recursos públicos e redução do passivo ambiental;

» Incentivar a disseminação de conhecimento e boas práticas no âmbito do Poder Judiciário;

» Estimular a comunicação interna, a integração e a colaboração no CNJ e ampliar a divulgação externa das ações institucionais;

» Promover os direitos de cidadania no âmbito do Poder Judiciário, com vistas ao fortalecimento do Estado Democrático de Direito;

» Garantir infraestrutura adequada ao funcionamento do CNJ;

» Aprimorar o acompanhamento da execução orçamentária e financeira dos órgãos do Poder Judiciário;

» Implantar ações que promovam a saúde e a qualidade de vida no trabalho, de forma integrada e contínua;

» Estimular a integração, a interoperabilidade e o desenvolvimento colaborativo dos sistemas de informação;

» Articular o aperfeiçoamento da governança e da gestão da tecnologia da informação e comunicação.

Relatório Justiça em Números 2015

O Relatório Justiça em Números 2015, pela primeira vez, apresentou as informações sobre a estrutura do Poder Judiciário, com detalhamento das comarcas e varas instaladas por unidade da Federação. Outra novidade, há muito aguardada pelos leitores do Justiça em Números, é o tipo de demanda apresentada ao Judiciário ao longo de 2014 (ano-base do relatório 2015). Foi o primeiro relatório em que foram apresentadas as classes processuais e os assuntos mais frequentemente demandados, com inúmeros reflexos no modo de se pensar a gestão da jurisdição no Brasil. A partir de mais essa inovação, passa a ser possível planejar a alocação de recursos também com base nos tipos processuais, o que amplia as condições de diversificar ações baseadas nas diferenças qualitativas da litigiosidade de cada tribunal.

Não apenas existem informações inéditas, como enquadramentos novos para conteúdos há mais tempo presentes nas edições do relatório. Tais reconfigurações analíticas permitem conclusões mais aprofundadas, por exemplo, sobre a Justiça Digital, sobre as diferenças entre o primeiro e o segundo grau de jurisdição, bem como sobre a comparação entre as fases de conhecimento e de execução e a evolução desses temas na série histórica. Adicionalmente, encontram-se disponíveis resultados reunidos em uma seção específica acerca da gestão do desempenho, espaço no qual os já conhecidos métodos de análise envoltória de dados (que geram o Índice de Produtividade Comparada da Justiça – IPCJus) são apresentados com maiores aprofundamentos.

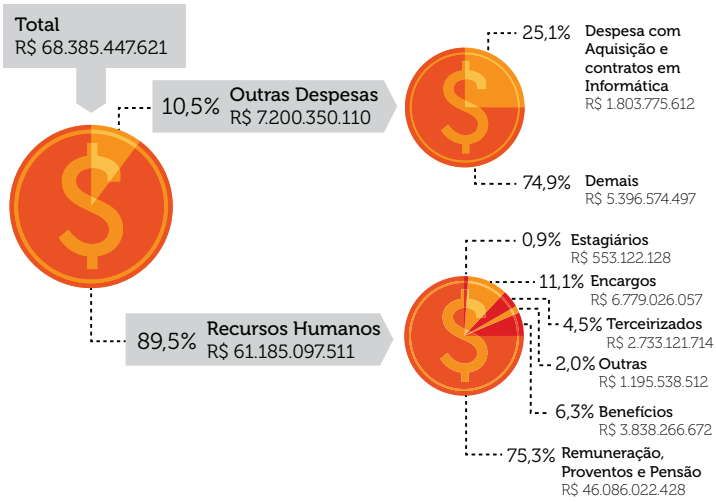
O Relatório de 2015 primou pela ênfase nas principais fontes da atenção administrativa, pois ressalta a estrutura da Justiça, detalha a litigiosidade identificando classes e assuntos, além de permitir análises mais detidas nas principais linhas de ação do Judiciário Nacional atualmente, a saber, o processo judicial eletrônico (PJe), a priorização do primeiro grau, a distinção dos processos em conhecimento e execução, além de concentrar-se, como nas outras edições, em compreender melhor e por meios científicos a produtividade comparada entre tribunais.

Resultados Gerais do Poder Judiciário em 2014

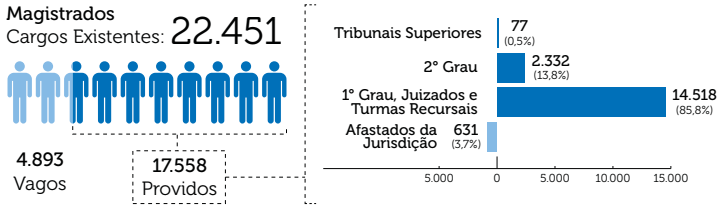
Total do Poder Judiciário

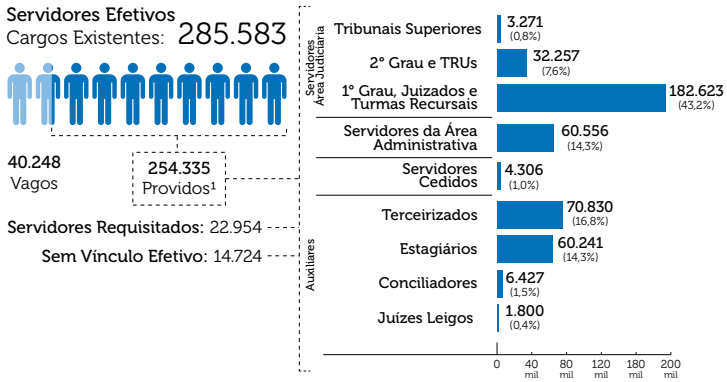
(exceto STF e Conselhos)

Despesas



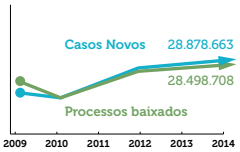
Força de Trabalho





¹Cargos Providos + Servidores requisitados + Servidores Sem Vínculo = Servidores Área Judiciária + Servidores Área Administrativa + Servidores Cedidos

Litigiosidade



	Superior	2° Grau	1°Grau	Turmas Recursais	Juizados Especiais	TRU	Total	
Movimentação Processual								
Casos Novos	578.844	3.539.636	16.970.913	1.066.565	6.718.734	3.917	**28.878.663**	1,1%
Conhecimento	-	-	10.945.610	-	6.094.538	-	**17.040.148**	0,8%
Execução	-	-	6.025.303	-	649.196	-	**6.649.499**	-2,7%
Julgados	641.964	3.763.166	15.406.636	1.076.895	6.108.840	-	**26.997.501**	4,0%
Conhecimento	-	-	9.926.849	-	5.428.648	-	**15.355.497**	0,9%
Execução	-	-	5.479.787	-	680.192	-	**6.159.979**	7,0%
Baixados	495.749	3.294.230	17.263.953	990.729	6.451.127	2.920	**28.498.708**	1,4%
Conhecimento	-	-	11.767.454	-	5.812.669	-	**17.580.123**	2,5%
Execução	-	-	5.496.499	-	638.458	-	**6.134.957**	-2,9%
Estoque	624.008	3.037.255	58.816.395	1.413.448	6.934.930	2.551	**70.828.587**	5,5%
Conhecimento	-	-	23.649.667	-	6.165.344	-	**29.815.011**	9,1%
Execução	-	-	35.166.728	-	769.586	-	**35.936.314**	2,3%

Indicadores de Produtividade

IAD (Baixados/Cn)	85,6%	93,1%	101,7%	92,9%	96,0%	73,5%	**98,7%**	0,29p.p.
Conhecimento	-	-	107,5%	-	-	-	**103,2%**	1,71 p.p.
Execução	-	-	91,2%	-	-	-	**92,3%**	-0,13 p.p.
Taxa Congest.	58,8%	49,9%	77,2%	60,1%	52,6%	55,2%	**71,4%**	0,78 p.p.
Conhecimento	-	-	66,0%	-	52,6%	-	**62,5%**	1,26 p.p.
Execução	-	-	86,7%	-	54,2%	-	**85,6%**	0,64 p.p.
Casos Novos	7.517	1.518	1.143	633	1.992	40	**1.551**	-1,6%
Carga de Trabalho	17.962	3.302	6.061	1.568	4.387	66	**6.130**	1,5%
Processos Julgados	8.337	1.614	1.196	639	1.920	-	**1.595**	1,2%
IPM (Baixados)	6.438	1.413	1.340	588	2.027	29	**1.684**	-1,3%

Indicadores por Servidor da Área Judiciária

Casos Novos	177	110	90	695	263	331	**120**	0,7%
Carga de Trabalho	#N/D	239	479	1.722	578	544	**476**	3,9%
IPS-Jus (Baixados)	152	102	106	645	267	243	**131**	1,1%

Assuntos mais recorrentes

DIREITO DO TRABALHO: Rescisão do Contrato de Trabalho / Verbas Rescisórias	**5.281.354**
DIREITO CIVIL: Obrigações / Espécies de Contratos	**2.827.291**
DIREITO DO CONSUMIDOR: Responsabilidade do Fornecedor / Indenização por Dano Moral	**2.039.288**
DIREITO TRIBUTÁRIO: Dívida Ativa	**1.642.997**
DIREITO CIVIL: Responsabilidade Civil / Indenização por Dano Moral	**1.258.733**
DIREITO CIVIL: Família / Alimentos	**1.023.112**
DIREITO CIVIL: Obrigações / Espécies de Títulos de Crédito	**842.560**
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO: Liquidação / Cumprimento / Execução / Obrigação de Fazer / Não Fazer	**784.756**
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO: Organização Político-Administrativa / Administração Pública / FGTS / Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	**761.444**
DIREITO CIVIL: Obrigações / Inadimplemento	**714.364**

Aprimoramento do Relatório Justiça em Números

Principal instrumento de análise da estrutura e do desempenho do Judiciário para formulação de políticas de gestão, o Relatório Justiça em Números deve ser aprimorado a partir de 2016. O CNJ (CNJ) pretende acrescentar indicadores inéditos, aperfeiçoar alguns existentes e excluir os pouco relevantes. Com o objetivo de democratizar o debate e garantir a excelência da nova versão, o CNJ abriu as propostas para consulta dos tribunais.

O CNJ incluiu indicadores sobre conciliação, tempo de tramitação dos processos nos tribunais e quantidade de processos suspensos devido aos institutos da repercussão geral e dos recursos repetitivos.

Histórico – O Justiça em Números foi a primeira iniciativa para acompanhamento anual de indicadores abrangentes do Judiciário nacional e começou a ser publicado ainda em 2004 (ano-base 2003). O modelo atual foi detalhado no anexo da Resolução CNJ n. 76/2009, e desde então não havia passado por reformulações.

Selo Justiça em Números

O Selo Justiça em Números é destinado a reconhecer os tribunais que buscam continuamente o aperfeiçoamento de seus sistemas e a melhoria na qualidade da informação. O Selo Justiça em Números 2015 foi pensado de forma a estimular a excelência da informação dos tribunais em todos os níveis, desde a qualidade dos microdados que estão dispostos em nível processual até a gestão e o uso das informações disponíveis pelo próprio Tribunal.

A Portaria CNJ n. 125/2015 que o instituiu exige, como requisito para concorrer ao selo, o cumprimento rigoroso dos prazos de envio dos dados estatísticos, normatizados pela Resolução CNJ n. 76/2009. Outro aspecto para atingir maior pontuação do Selo diz respeito à qualidade da informação prestada ao Relatório Justiça em Números. Os tribunais que demonstram acuidade com a qualidade da informação e que apresentam elevados níveis de consistência da informação são também valorados.

Essa edição do Selo também ampliou seu escopo para outros sistemas de coleta de dados administrados pelo CNJ. O Selo Justiça em Números 2015 trouxe um olhar mais detalhado aos bancos de dados dos tribunais e à qualidade da informação analítica processual. Para a concessão do "Selo

Diamante", o tribunal precisa estar apto a transmitir arquivos no formato do Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI), criado pelo CNJ em 2009. Com o simples envio desses arquivos foi possível avaliar a qualidade da informação em diferentes níveis, tendo sido viável: verificar a consistência das informações prestadas no Relatório Justiça em Números; comprovar a efetiva implantação das tabelas processuais unificadas; analisar a qualidade dos dados cadastrais e comprovar a capacidade do tribunal em padronizar e consolidar suas informações sistêmicas.

Considerou-se também para pontuação o critério de atingimento das classificações no nível "aprimorado" ou "excelência", no relatório elaborado anualmente pelo Comitê Nacional de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação, assim como o nível de implantação de processos eletrônicos. Outro novo critério foi a disponibilização de informações em cumprimento às resoluções editadas pelo CNJ. Por fim, outro critério de análise para pontuação no Selo foi o tribunal ter comprovado a utilização de dados estatísticos como insumo para a gestão judiciária, como os relatórios produzidos pelas Reuniões de Análise da Estratégia (RAE).

Tribunais laureados

Superiores
Superior Tribunal de Justiça
Tribunal Superior do Trabalho

Estadual
Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

Federal
Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 06ª Região
Tribunal Regional do Trabalho da 09ª Região
Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região
Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região

Estadual

Tribunal de Justiça do Estado do Amapá
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão
Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso
Tribunal de Justiça do Estado do Pará
Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba
Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Tribunal de Justiça do Estado de Roraima
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina

Trabalho

Tribunal Regional do Trabalho da 01ª Região
Tribunal Regional do Trabalho da 02ª Região
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região
Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região
Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região
Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região
Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região

Eleitoral

Tribunal Regional Eleitoral do Piauí
Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe

Militar

Tribunal de Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul
Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo

Estadual
Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Tribunal de Justiça do Estado do Paraná
Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Federal
Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 03ª Região
Tribunal Regional do Trabalho da 05ª Região
Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região

Eleitoral
Tribunal Regional Eleitoral do Acre
Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul

Estadual
Tribunal de Justiça do Estado do Acre
Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte

Eleitoral
Tribunal Regional Eleitoral do Amapá
Tribunal Regional Eleitoral da Bahia
Tribunal Regional Eleitoral do Ceará
Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo
Tribunal Regional Eleitoral de Goiás
Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais
Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba
Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco
Tribunal Regional Eleitoral do Paraná
Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro
Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

Projeto de Diagnóstico e Fortalecimento dos Judiciários Estaduais por meio do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)

Financiado por meio do IDF Grant n. TF010771, do Banco Mundial, o projeto teve por objeto a prestação de serviços de diagnóstico seguidos de consultoria visando à racionalização dos processos organizacionais de alocação de recursos humanos e orçamentários, de modo a alcançar níveis maiores de eficiência, com impactos positivos no acesso da população ao Judiciário Estadual. Além de compreender os critérios, métodos e processos de trabalho e de decisão empregados para a gestão orçamentária e de recursos humanos, o projeto construiu modelos decisórios adaptados e efetivos, que foram aplicados nessas duas áreas dos três tribunais de Justiça Estadual incluídos na última etapa do projeto.

O objetivo de melhorar a prestação jurisdicional, sobretudo para aqueles litigantes potenciais ou mais vulneráveis, é parte fundamental do projeto. Para tanto, a doação deveria possibilitar a diminuição das desigualdades entre os tribunais de justiça estaduais, entendidas em termos das capacidades institucionais de prestação dos serviços judiciários. Para isso, adotou, como um dos principais critérios de inclusão na última fase (restrita a três tribunais), a menor capacidade institucional, sintetizada pela produtividade. Portanto, foram beneficiários dos serviços da consultoria aqueles tribunais que, nas fases anteriores de diagnóstico, apresentaram maiores necessidades.

Mesmo tendo sido iniciado em 2013, o cronograma do projeto já previa duração de quase três anos, tendo sido finalizado em julho de 2015. Posteriormente, foram realizadas as auditorias e os monitoramentos diretos dos resultados em agosto e dezembro nos três tribunais de Justiça que participaram da última, a saber, Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso, Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e Tribunal de Justiça do Estado de Tocantins. Os próximos passos do projeto preveem a replicação dos modelos construídos para os demais tribunais de Justiça Estadual, sob a tutela do CNJ.

Programa CNJ Acadêmico

O CNJ firmou o Termo de Cooperação n. 01/2010 com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) para a realização de atividades de fomento à pesquisa mediante o incentivo e a concessão de bolsas de estudo com vigência até o primeiro trimestre de 2015. O objetivo do Programa é ampliar a busca por aprimoramento do Sistema Judiciário, por meio do incentivo à realização de pesquisas, do intercâmbio de informações, da difusão de novos conhecimentos, do estímulo à formação de um quadro de pesquisadores e, principalmente, da apropriação do conhecimento científico para a identificação de seus problemas e respectivas soluções.

Doze projetos submetidos foram recomendados pelos consultores do CNJ e da CAPES:

» Alternativas Penais na Perspectiva da Vítima: Justiça Restaurativa como um Novo Paradigma da Justiça Criminal para a Eficácia das Políticas Públicas de Reinserção Social;

» Descarcerização e Sistema Penal: a Construção de Políticas Públicas de Racionalização do Poder Punitivo;

» Problemas Crônicos do Poder Judiciário Brasileiro: Estudo Diagnóstico sobre suas Causas e Propostas de Aprimoramento dos Instrumentos para uma Prestação Jurisdicional mais Eficiente;

» Multidoor Courthouse System Avaliação e Implementação do Sistema de Múltiplas Portas (Multiportas) como Instrumento para uma Prestação Jurisdicional de Qualidade, Célere e Eficaz;

» Instrumentos e Interferências no Desempenho do Judiciário Brasileiro;

» Limites e Possibilidades da Eficácia da Prestação Jurisdicional no Brasil;

» Construindo um Judiciário Responsivo: uma Análise da Atuação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e das suas Relações com os demais Poderes da República;

» Conselho Nacional de Justiça: Atuação, Competências e Interfaces;

» A Utilização da Tecnologia da Informação para o Aprimoramento do Poder Judiciário: Limites e Desafios;

» Tecnologias Semânticas e Sistemas de Recuperação de Informação Jurídica;

» Transparência, Interoperabilidade e Universalização dos Sistemas Processuais Informatizados no Brasil; e

» Juizados Especiais e Turmas Recursais da Justiça Federal: Diagnósticos e Prognósticos para os Principais Problemas no Processo de Revisão das Decisões Judiciais.

Programa Justiça Pesquisa

A Série Justiça Pesquisa teve sua 1ª edição realizada em 2012, visando à conjugação de esforços entre o CNJ e Instituições de Ensino Superior e aquelas incumbidas de estudos e pesquisas na área sociojurídica, para a identificação das principais dificuldades e oportunidades existentes em relação à formulação, à implementação e ao controle das atividades de prestação jurisdicional na busca de concretização de direitos e garantias fundamentais. Nesse sentido, sete instituições foram selecionadas e realizaram pesquisas sobre os seguintes assuntos:

» Lei de Improbidade Administrativa (Universidade de Itaúna);

» Ressocialização de Adolescentes do Sexo Feminino na Aplicação das Medidas Socioeducativas (Unicamp);

» Acesso à Justiça nos Juizados Especiais Cíveis (USP/Ribeirão Preto);

» Aplicação Prática do Precedente no Direito Brasileiro e dos seus Desafios para a Legitimação da Autoridade do Poder Judiciário (UFMG);

» A Judicialização da Saúde no Brasil (UERJ);

» A Construção da Subjetividade, Saúde e o Desenvolvimento Profissional da Magistratura Brasileira (USP);

» O Tempo dos Processos Relacionados à Adoção no Brasil (ABJ).

Os dados e resultados de pesquisa foram apresentados e validados em seminário realizado pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ) ainda em 2014. As publicações sobre cada pesquisa estão disponíveis pelo *link*: www.cnj.jus.br/pesquisas-judiciarias.

Com o objetivo de aproximar a análise científica e a gestão de resultados, o CNJ promoveu chamada pública para a nova edição do Edital da "Série Justiça Pesquisa". As instituições vencedoras realizarão pesquisas com abordagem em dois eixos temáticos – Políticas Públicas do Poder Judiciário e Direitos e Garantias Fundamentais. Cada um dos eixos é subdividido em cinco linhas temáticas abaixo descritas:

EIXO I) Políticas Públicas do Poder Judiciário

» O Impacto da Implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe) na Produtividade dos Tribunais;

» Diagnóstico sobre o Impacto dos Modelos de Gestão Judicial nos Resultados da Justiça Estadual;

» Conciliação e Mediação de Conflitos: o papel dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejuscs) na Ampliação do Acesso à Justiça no Brasil;

» Os Maiores Litigantes nas Ações Consumeristas na Justiça Estadual: Mapeamento e Proposições;

» Impacto da Atuação dos Juízes Leigos no Poder Judiciário brasileiro.

EIXO II) Direitos e Garantias Fundamentais

» Recidivismo e Lei Maria da Penha: Estudo Comparativo de Práticas Restaurativas e Retributivas;

» Poder Judiciário e Superpopulação Prisional: Diagnóstico do Funcionamento do Sistema de Justiça Criminal;

» Audiência de Custódia, Prisão Provisória e Medidas Cautelares: Obstáculos Institucionais e Ideológicos à Efetivação da Liberdade como Regra;

» Justiça Restaurativa: uma Avaliação a Partir dos Programas Piloto Implantados no Poder Judiciário;

» Ações Coletivas no Brasil: o Processamento, o Julgamento e a Execução das Tutelas Coletivas.

Os resultados da seleção serão divulgados em 15 de janeiro de 2016.

Propostas, Previsões e Projetos para 2016

Em 2016 o CNJ planeja o relançamento dos projetos de natureza contínua, como o Relatório Justiça em Números e o Selo Justiça em Números. Para tanto, será necessário logo no início do ano a realização de rotinas de programação dos scripts para a extração dos dados encaminhados pelos tribunais, já que tal fornecimento de dados ocorrerá sob novos nortes, dada a alteração dos anexos da Resolução CNJ 76/2009. Além disso, será reformulado o sistema para a coleta de novos dados, além de redigir um novo Manual para os tribunais sobre a Resolução CNJ n. 76/09. Nesta mesma linha, será necessária a validação das atividades do grupo de trabalho do PJe sobre os modelos de extração de dados para o Justiça em Números e para o módulo de produtividade mensal. Nos planos do CNJ está também a realização de um Workshop das equipes de Estatística do Poder Judiciário.

O CNJ fará o acompanhamento e a fiscalização das pesquisas selecionadas para o Programa Justiça Pesquisa, acompanhando cada fase, com a chance de discutir e realinhar estratégias de pesquisa, para que os melhores resultados sejam alcançados. Também haverá tratativas e seleções de temas para a reedição do Programa CNJ Acadêmico juntamente com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

O CNJ também planejará a organização e o lançamento da 2ª Revista CNJ, além de privilegiar as pesquisas internas realizadas pela equipe do DPJ, como as novas séries temáticas do Censo do Poder Judiciário. Serão exploradas bases de dados que já existem nos bancos de dados do departamento, sobre aqueles temas de pesquisa que sejam do interesse do CNJ, como os juizados especiais, os dados advindos dos Cadastros Nacionais de Adoção, de improbidade administrativa, de bens apreendidos, além de iniciar pesquisas internas novas, como uma pesquisa sobre o preço das prisões, sobre a revisão dos currículos dos Cursos de Direito no Brasil, ambas em cooperação com o IPEA.

Intenta-se também a realização de pesquisa que capte a satisfação dos usuários do Poder Judiciário, além de contribuir para a coleta de dados e a produção de relatórios a sustentarem os trabalhos da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA). Por derradeiro, o CNJ tem em seus planos o levantamento de informações sobre as unidades de saúde dos tribunais, em cumprimento da Resolução CNJ 207/2015, além de compilar informações e produzir relatório acerca do tema da conciliação e mediação, em cumprimento à Resolução CNJ 125/2010.

Projeto de Aceleração de Julgamento no TRF da 1ª Região

A Corregedoria Nacional de Justiça, diante das centenas de reclamações em face dos Juízes Federais de primeiro e segundo grau da 1ª Região, por descumprimento de prazos na condução e julgamento de processos, decidiu visitar as dependências do TRF da 1ª Região e, *in loco*, encontrou um acervo de aproximadamente 62.000 processos prontos para julgamento – com registro de fotos –, na garagem do mencionado Tribunal, apenas no que concerne aos Juízes Federais da 1ª Turma, que julga direito previdenciário, aliás, processos de profunda dor e ansiedade para os cidadãos.

A situação tornou-se ainda mais alarmante com a gravidade dos achados apontados no Relatório da Inspeção Ordinária do Conselho de Justiça Federal de 2015, conforme a sucinta demonstração a seguir:

» Acervo de gabinete com processos conclusos desde 1994;

» Triagem por matéria de julgamento e não por antiguidade, impossibilitando identificar o ano que a unidade está trabalhando, dificultando, assim, o alcance da Meta 2 do CNJ;

» Processo sem movimentação, desde a sua distribuição, em 2004;

» Processos conclusos desde o ano de 1991;

» Tempo médio de publicação de acórdãos, a contar do julgamento, de 825 dias;

» 18.984 petições pendentes de juntada, algumas datadas de 2008;

» 8.420 processos parados sem qualquer explicação.

Dessa feita, tornou-se inexorável a adoção do Projeto de Aceleração de Julgamento (PAJ), no TRF da 1ª Região, pela Corregedoria Nacional de Justiça.

A instituição do Projeto de Aceleração de Julgamento foi marcada com uma solenidade de abertura no Salão Nobre do TRF da 1ª Região, no dia 9 de setembro de 2015.

O projeto é de simples realização e composição. O PAJ objetiva realizar o julgamento de 80% do acervo de processos anteriores ao ano de 2012, contando com de 12 Juízes Federais do 1º grau convocados, para trabalharem em auxílio exclusivo aos Juízes Federais integrantes da 1ª Turma e um Juiz Federal, da 5ª Turma, mais: 20 servidores FC5, deslocados, temporariamente, um de cada gabinete de Juiz Federal de 2º grau, e 20% do total dos servidores em exercício na Secretaria do Tribunal, na Vice-Presidência e na Corregedoria Regional, o que teria totalizado o número 18 servidores, também deslocados temporariamente, para os trabalhos junto ao Projeto.

Para a aceleração de julgamento, em um período de apenas 90 dias, restaram mantidas as sessões semanais, ficando ajustado que cada Juiz convocado, com pelo menos três assessores, julgaria 600 processos.

O Projeto de Aceleração de Julgamento, visa, ainda, chegar à adoção do julgamento virtual.

Importante ressaltar que o trabalho é absolutamente intelectual (elaboração de relatório/voto), não havendo necessidade de nenhum tipo de despesa.

Como resultados parciais, a 1ª Turma, desfalcada de uma equipe (um Juiz convocado e seus servidores auxiliares) e adotando o sistema de rodízio entre os Juízes Federais de 1º grau, apresentou o seguinte:

» Julgamento de 4.206 processos;

» Publicação de 2.131 acórdãos; e

» Juntada de 14.827 petições.

Definição do novo modelo de Mapa Anual de Precatórios

O Fórum Nacional de Precatórios (Fonaprec) criou grupo de trabalho para dar concretude ao sistema instituído pela Resolução CNJ n. 115/2010, que prevê a elaboração e divulgação no Portal do Conselho na *internet* de Mapa Anual sobre a situação dos Precatórios expedidos por todos os órgãos do Poder Judiciário. A divulgação desse mapa permitirá ao cidadão ter acesso ao montante da dívida com precatórios dos Entes Federados (União, estados e municípios). O grupo de trabalho apresentou proposta do modelo de Mapa Anual dos Precatórios a ser divulgado no Portal do CNJ, desenvolveu formulário de captação dos dados dos Tribunais e atualizou o sistema já existente de forma a viabilizar o recebimento das informações. O resultado do trabalho foi compilado para a minuta da nova resolução sobre precatórios.

Aprovação de metas da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp)

Em reunião realizada no dia 12 de novembro de 2014, no Plenário do CNJ, com os Gestores dos Tribunais de Justiça dos estados e do Distrito Federal, foram aprovadas, por unanimidade, as metas ENASP/2015.

Foram aprovadas as seguintes metas:

» Meta de Persecução Penal de Ações Penais em Tramitação: julgar as ações penais de crimes dolosos contra a vida iniciadas até 31 de

dezembro de 2009 e que não tenham sido julgadas até 31 de outubro de 2014, excluídas as suspensas;

» Meta de Persecução Penal de Ações Penais Suspensas: julgar as ações penais de crimes dolosos contra a vida iniciadas até 31 de dezembro de 2009 e que se encontram suspensas no dia 31 de outubro de 2014;

» Meta de Efetividade da Execução: dar início ao cumprimento da pena de todas as condenações referentes aos crimes dolosos contra a vida com trânsito em julgado até 31 de dezembro de 2013, cuja execução não tenha iniciado até o dia 1º de março de 2015;

Os Tribunais de Justiça devem alimentar mês a mês, no Processômetro, o julgamento das ações penais em tramitação e suspensas, bem como a Efetividade da Execução.

Para 2015 os Tribunais de Justiça indicaram as seguintes Comarcas/Enasp para acompanhamento dos procedimentos em tramitação relativos ao Tribunal do Júri:

Tribunal de Justiça	Comarca Indicada
Acre	Cruzeiro do Sul
Alagoas	8ª Vara Criminal da Capital/Tribunal do Júri – 2º Tribunal do Júri da Comarca de Maceió
Amapá	*Já cumpriu a meta 2015 – não há estoque atrasado
Amazonas	Humaitá
Bahia	Itabuna
Ceará	Maracanaú
Distrito Federal	Samambaia
Espírito Santo	4ª Vara Criminal de Cariacica/Capital
Goiás	Anápolis
Maranhão	3ª Vara do Tribunal do Júri da comarca de São Luís
Mato Grosso	Rondonópolis
Mato Grosso do Sul	2ª Vara do Tribunal do Júri de Campo Grande
Minas Gerais	Peçanha
Pará	3ª Vara Penal da Comarca de Icoaraci
Paraíba	Caaporã
Paraná	Cascavel

Pernambuco	Jaboatão dos Guararapes
Piauí	Comarca de Teresina
Rio de Janeiro	4ª Vara Criminal da Comarca de Nova Iguaçu
Rio Grande do Norte	Canguaretama
Rio Grande do Sul	Porto Alegre
Rondônia	1ª Vara Criminal de Ariquemes
Roraima	São Luiz do Anauá
Santa Catarina	Itajaí
São Paulo	Vara Criminal de Taboão da Serra
Sergipe	5ª Vara Criminal de Aracajú
Tocantins	Colmeia

A Semana Nacional do Júri foi realizada no período de 13 a 17 de abril de 2015, e os Tribunais de Justiça obtiveram os seguintes resultados:

Tribunal	Júris pautados	Condenações	Absolvições	Desclassificação	Não Realizado /adiado	Júris realizados
TJAC	45	31	6	0	6	39
TJAL	79	30	30	4	21	58
TJAM	58	32	12	1	12	46
TJAP	41	20	8	5	8	33
TJBA	365	123	95	29	72	293
TJCE	365	162	62	16	125	240
TJDF	71	42	16	6	7	64
TJES	51	33	6	3	15	36
TJGO	353	128	138	14	35	318
TJMA	142	38	29	1	9	76
TJMG	192	100	47	15	30	162
TJMS	52	24	14	3	11	41
TJMT	245	86	53	18	88	157
TJPA	161	55	44	11	40	121
TJPB	39	17	4	4	14	25
TJPE	493	133	160	37	211	282
TJPI	78	31	25	5	21	57
TJPR	125	93	62	8	51	74

TJRJ	151	44	31	0	51	100
TJRN	60	34	18	2	11	49
TJRO	68	21	1	0	0	
TJRR	22	10	9	3	2	20
TJRS	177	38	20	5	32	145
TJSC	54	11	6	1	11	43
TJSP	86	17	2	1	12	74
TJSE	27	11	6	0	11	16
TJTO	21	9	5	2	5	16
TOTAL	**3.621**	**1.373**	**909**	**194**	**911**	**2.710**

O comparativo dos anos de 2015 e de 2014 demonstra o maior número de júris pautados (3.621; 3.480, respectivamente) e de júris realizados (2.710; 2.442, respectivamente) na Semana Nacional do Júri/2015:

TOTAL	2015	2014
Condenações	1.373	1.546
Absolvições	909	762
Desclassificação	194	134
Não realizado/Adiado	911	1.038
Total Júris realizados	2.710	2.442
Pautados	3.621	3.480

DIRETRIZ II:

Intensificar as relações institucionais do Conselho Nacional de Justiça com os demais Poderes e com outras instituições essenciais à administração da Justiça, com vistas à busca de convergências de esforços

Esta seção apresenta informações sobre atividades desenvolvidas pelo CNJ relacionadas a Diretriz II.

Intensificar as relações institucionais do Conselho Nacional de Justiça com os demais Poderes e com outras instituições essenciais à administração da Justiça, com vistas à busca de convergências de esforços

A promoção do diálogo e o desenvolvimento de iniciativas colaborativas entre os três Poderes da República expressam a relação harmônica e conduzem ao fortalecimento do Estado brasileiro. Sob esse prisma, o Judiciário, em conjunto com outras instituições essenciais à administração da Justiça, demais Poderes e em parceria com organismos internacionais, busca realizar ações conjuntas para dar concretude ao objetivo fundamental previsto na Constituição Federal de construir uma sociedade livre, justa e solidária.

CNJ e a Organização dos Estados Americanos (OEA) assinam acordo sobre tratamento penal

O CNJ e a Organização dos Estados Americanos (OEA) assinaram, em 19 de outubro de 2015, memorando de entendimento sobre política judiciária criminal e sistema carcerário. O acordo CNJ-OEA vai consolidar a cooperação dos dois órgãos no desenvolvimento, implementação e intercâmbio de projetos no Brasil e nos demais Estados membros interessados em uma melhor distribuição da Justiça e na concretização de boas práticas relacionadas ao sistema penitenciário e à execução penal.

Acordo – Segundo o acordo de cooperação, o CNJ e a OEA atuarão para promover medidas alternativas ao encarceramento; audiências de custódia; expansão do acesso à justiça; melhoria da eficiência do Judiciário para reduzir a população penitenciária; informatização dos processos de execução penal; fortalecimento da reinserção social pela melhoria da infraestrutura penitenciária; e capacitação de profissionais, assim como implementação de ferramentas de gestão e planejamento no sistema penitenciário.

Parceria com Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH)

O CNJ assinou carta de intenções com a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) voltada para a capacitação e o desenvolvimento do Judiciário nacional na área de direitos humanos. Um dos objetivos do protocolo firmado é divulgar, entre os juízes brasileiros, a jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos, bem como as decisões e os debates travados no âmbito da Comissão.

A carta prevê a capacitação e a realização de cursos de formação em direitos humanos voltados para juízes e funcionários dos tribunais. As atividades serão oferecidas pelas escolas da magistratura, por meio de congressos, seminários, colóquios, simpósios, conferências, fóruns e outras atividades jurídicas e de difusão.

O protocolo inclui também a criação de bibliografia eletrônica no portal do CNJ, com textos, publicações e outros materiais jurídicos de interesse na área de direitos humanos, traduzidos para o português. Estão previstas a disponibilização da jurisprudência da CIDH e a publicação de um livro com os textos dos tratados internacionais que compõem o sistema universal e regional de proteção aos direitos humanos.

Acordo para criação de grupo de combate à corrupção

O CNJ assinou acordo de cooperação técnica com o Ministério da Justiça, o Conselho Nacional do Ministério Público, a Advocacia-Geral da União, a Controladoria-Geral da União e a Ordem dos Advogados do Brasil para o enfrentamento da corrupção e da impunidade. O acordo determina a criação de um grupo de trabalho, coordenado pelo Ministério da Justiça, formado por representantes desses órgãos que examinará iniciativas, procedimentos e debates que possam ser convertidos em leis e ações concretas de combate à corrupção e à impunidade.

CNJ no combate à corrupção – Em sete anos de parceria com a Enccla, o CNJ atua no combate à corrupção e à impunidade. Entre as ações estão a criação, em 2014, do Sistema Nacional de Informações de Registro Civil (SIRC) e da Central de Informações de Registro Civil das Pessoas Naturais

(CRC), que auxiliam na prevenção de fraudes previdenciárias praticadas com a falsificação de documentos de registro civil.

Simpósio internacional sobre tráfico de pessoas

O V Simpósio Internacional para Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, evento organizado pelo CNJ, foi espaço de discussões sobre o combate a quadrilhas que exploram 2,4 milhões de pessoas em todo o mundo e lucram US$ 32 milhões por ano, segundo dados do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC).

Durante o evento foi ressaltada a importância de as discussões ocorrerem no momento em que a Câmara dos Deputados acabara de aprovar o Projeto de Lei n. 7.370/2014, que endurece a legislação sobre esse tipo de crime. Uma das principais mudanças é que passarão a ser consideradas atividades de tráfico de pessoas a adoção ilegal, a remoção de órgãos e o trabalho escravo. Na legislação atual, essa tipificação ocorre apenas quando há exploração sexual. A proposta ainda depende da aprovação do Senado Federal. O projeto é importante para diminuir as subnotificações dos casos envolvendo o tráfico de pessoas.

Capacitação em políticas raciais

Por recomendação do CNJ, a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) capacitou, desde o ano passado, 328 juízes em início de carreira na disciplina Políticas Raciais. O objetivo é prepará-los para atuar contra o racismo e eventuais injustiças causadas pela estigmatização da população negra. A recomendação faz parte do Protocolo de Atuação para a Redução de Barreiras de Acesso à Justiça para a Juventude Negra, assinado por diversas instituições em outubro de 2013.

A disciplina Políticas Raciais passou a fazer parte da grade curricular, que já incluía matérias como o Judiciário e a Sociedade; Direito Eleitoral; o Juiz e as Relações Interpessoais e Interinstitucionais; Mediação e Conciliação; Vara da Infância e Juventude; e Sistema Carcerário.

Os cursos de aperfeiçoamento da Enfam são obrigatórios para juízes em início de carreira. Dos 328 magistrados que já cursaram Políticas Raciais,

107 atuam na Justiça Estadual de São Paulo, 60 na de Pernambuco, 48 na do Espírito Santo, 42 na de Goiás, 26 na do Mato Grosso e 34 na do Rio de Janeiro. Também já participaram sete juízes do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), dois do Tribunal de Justiça (TJ) do Piauí, um do TJ do Acre e um do TJ de Mato Grosso do Sul.

Ações – O Protocolo de Atuação para a Redução de Barreiras de Acesso à Justiça para a Juventude Negra, além do CNJ, tem como signatários o Ministério da Justiça, a Secretaria-Geral da Presidência da República, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, a Procuradoria-Geral da República (PGR), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e o Conselho Nacional de Defensores Públicos Gerais (Condege). Todas essas instituições se comprometeram a discutir e adotar medidas de combate ao racismo. Foi nesse contexto que o CNJ recomendou a alteração da grade curricular da Enfam.

CNJ e Secretaria de Direitos Humanos (SDH) assinam termo de cooperação

O CNJ e a Secretaria de Direitos Humanos (SDH) da Presidência da República assinaram Termo de Cooperação Técnica para desenvolvimento do Processo Judicial Eletrônico (PJe) com vistas ao processamento de casos de subtração internacional de crianças e outros que possam ser verificados pelo sistema.

O objetivo do acordo é a conjugação de esforços entre o CNJ e SDH para a adaptação do PJe, desenvolvido gratuitamente pelo Conselho e parceiros do Poder Judiciário, às necessidades do órgão do Executivo. Um dos propósitos da cooperação técnica é garantir a compatibilidade entre as versões do sistema do Poder Judiciário e o da SDH por meio do Modelo Nacional de Interoperabilidade do Poder Judiciário.

IX Jornada Maria da Penha

Fonte: http://www.cnj.jus.br/eventos-campanhas/evento/174-ix-jornada-maria-da-penha

Uma vez ao ano, desde 2007, o CNJ realiza a Jornada de Trabalhos sobre a Lei Maria da Penha. Durante as oito edições do evento, a Jornada auxiliou na implantação das varas especializadas nos Estados da Federação; promoveu, juntamente com os órgãos parceiros, cursos de capacitação para juízes e servidores; possibilitou a criação do Fórum Permanente de Juízes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Fonavid), de modo a conduzir permanente e profundo debate da magistratura a respeito do tema, bem como incentivou a uniformização de procedimentos das varas especializadas em violência doméstica e familiar contra a mulher.

Para avançar no combate à Violência Doméstica e Familiar e dar continuidade à política permanente adotada pelo CNJ, foi realizada a IX Jornada da Lei Maria da Penha, objetivando mobilizar, discutir, aprovar, revisar, publicar e divulgar trabalhos e propostas relacionadas à promoção da efetividade da Lei Maria da Penha.

O evento destinou-se a membros da Magistratura, Membros do Ministério Público, representantes do Poder Executivo atuantes nos órgãos referentes à aplicação da Lei Maria da Penha.

Os participantes da IX Jornada da Lei Maria da Penha, por meio do documento denominado "Carta da IX Jornada da Lei Maria da Penha", assumiram o compromisso de promover a aplicabilidade da Lei Maria da Penha em suas regiões e órgãos.

Sugestões aprovadas no evento:

I – A criação do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher objetivando a implementação das seguintes políticas públicas:

» Criação de um sistema informatizado que tenha capacidade para o fornecimento de dados estatísticos do judiciário nacional sobre o perfil das vítimas entre outras informações que possam subsidiar com maior eficiência políticas públicas de prevenção;

» Proposição de Termo de Parceria com o Poder Executivo com o objetivo de incorporar aos currículos de escolas e faculdades matérias e programas que abordem a temática da Lei Maria da Penha e da Cultura da Não Violência;

» Fomentar a constante comunicação entre as instituições (Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, OAB, Delegacias da Mulher, Secretaria de Segurança Pública etc.), com a utilização de mecanismos eletrônicos e digitais (*WhatsApp*, *e-mail*, grupos temáticos etc.), visando à melhor implementação das ações desenvolvidas;

» Criação de Casas especializadas para acolhimento, tratamento assistencial e psicológico, educação, profissionalização e apoio ao desenvolvimento da autoestima e independência financeira das mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

» Recomendação aos Tribunais para criação dos núcleos de atendimento aos agressores domésticos, incentivando, em especial, a implementação de centros de tratamentos aos agressores e às crianças e aos adolescentes de seu núcleo familiar envoltos à violência;

» Comprometimento institucional dos tribunais de justiça, a fim de evitar que a cada mudança de gestão haja uma desmobilização do apoio e acompanhamento dos trabalhos de prevenção e combate à violência doméstica e familiar contra a mulher;

» Estabelecimento de parcerias com as Instituições de Ensino Superior para colaboração com as Coordenadorias Estaduais objetivando a prestação de serviços de apoio técnico especializado;

» Incentivo aos Tribunais de Justiça para cumprimento da Resolução CNJ n. 128/2011, que prevê a criação de Varas exclusivas, especializadas, nas capitais e no interior, com juízes titulares, para a prevenção e combate à violência doméstica e familiar contra a mulher;

» Desenvolvimento de cursos e treinamentos, pelas escolas da magistratura objetivando uma maior sensibilização dos juízes e servidores para o tema relacionado à Lei Maria da Penha.

II – O estabelecimento das seguintes metas de trabalho:

» Fomentar a priorização, nas Varas não especializadas, do trâmite e do julgamento dos processos que abordem a temática da Violência Doméstica e Familiar;

» Compromisso com o acompanhamento legislativo de projetos relacionados aos Direitos da Mulher;

» Desenvolver as diretrizes de investigação nos moldes dos padrões internacionais de direitos humanos;

» Promoção de programas de encorajamento de denúncias contra a violência doméstica e familiar contra a mulher;

» Fomentar a efetividade, acompanhamento e fiscalização do cumprimento de medidas protetivas, por meio de monitoramento eletrônico ou outro recurso que possibilite uma resposta rápida ao desrespeito destas medidas;

» Fomentar a adoção da Recomendação CEDAW 33, cujo Comitê insta o Estado viabilizar o acesso à justiça, especificamente: a) Tomar medidas para reduzir o número de mulheres em conflito com a lei, inclusive

com a oferta de programas específicos de prevenção destinados a combater as causas da criminalidade das mulheres; b) Tratar a situação das mulheres e meninas em situação prisional, por meio do desenvolvimento de políticas, estratégias e programas abrangentes, destinados a facilitar o seu acesso à justiça e garantir um julgamento justo, em especial para as mulheres indígenas, e proporcionar educação, programas de reabilitação e reassentamento para as mulheres e meninas, e c) Melhorar as condições das instalações das mulheres em situação prisional, de acordo com os padrões internacionais, para resolver problemas de superlotação nas prisões, garantir celas e casa de albergados separadas para homens e mulheres presos e assegurar serviços de saúde adequados, em especial para as mulheres grávidas.

Sistema de Acompanhamento dos Processos de Relevância Social – Justiça Plena

O projeto objetiva coordenar ações que possam dar efetividade à jurisdição em demandas de grande interesse da sociedade e possui como coordenadores e participantes o Ministério da Justiça, o CNJ, a AGU, a SDH, o CNMP, a OAB, a Defensoria Pública da União e dos Estados, a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e a Secretaria de Políticas para as Mulheres e as Corregedorias estaduais.

Atualmente, há 56 processos finalizados, 2.454 processos pendentes de inclusão e 146 sob acompanhamento.

A consulta pública aos processos pode ser realizada por meio do endereço: www.cnj.jus.br/corregedoria/saprs/?a=consultaPublica&d=consultaPublica&f=formPesquisar

Cadastro Nacional de Adoção (CNA)

O Cadastro Nacional de Adoção (CNA), implantado pela Resolução n. 54, de 29 de abril de 2008, alterada pela Resolução n. 93/2009, constitui instrumento para auxiliar os magistrados das varas da infância e da juventude na condução dos procedimentos de adoção.

No CNA, estão concentradas as informações referentes aos pretendentes habilitados e às crianças/adolescentes aptos a serem adotados.

A finalidade deste cadastro é agilizar os processos de adoção, por meio do mapeamento de informações unificadas, e viabilizar a implantação de políticas públicas relacionadas ao tema com maior precisão e eficácia.

O instrumento amplia as possibilidades de consulta aos pretendentes cadastrados, facilitando, assim, a adoção de crianças e adolescentes em qualquer comarca ou estado da Federação.

Além disso, garante que apenas quando esgotadas as chances de adoção nacional possam as crianças e os adolescentes ser encaminhados para adoção internacional, respeitando, dessa forma, o que dispõe o art. 31 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Por outro lado, conforme Portaria n. 131, de 16 de outubro de 2012, foi criado Grupo de Trabalho com o objetivo de estudar a viabilidade da criação de um cadastro de pretendentes estrangeiros junto ao CNA.

Em 7 de novembro de 2012, a Corregedoria Nacional de Justiça editou a Recomendação n. 8, que dispõe sobre a colocação de criança e adolescente em família substituta por meio de guarda.

Atualmente, estão cadastrados 5.634 crianças e adolescentes aptos à adoção e 32.844 pretendentes habilitados.

O cadastro foi revisto e reformulado e, em maio de 2015, começou a operar em versão simplificada.

Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Acolhidos (CNCA)

O Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Acolhidos (CNCA) foi implantado pela Resolução n. 93/2009 e regulamentado pela Instrução Normativa n. 03/2009 da Corregedoria Nacional de Justiça.

A finalidade do cadastro é concentrar as informações referentes às crianças e aos adolescentes em regime de acolhimento institucional ou familiar no país, de todas as Comarcas das unidades da Federação.

Essa ferramenta permite a definição exata das condições de atendimento e o número das crianças e adolescentes em regime de acolhimento institucional ou familiar, o que possibilita a observância do caráter transitório e excepcional da medida e viabiliza a implementação de políticas públicas voltadas ao tema.

O CNCA está disponível no portal do CNJ e o acesso é exclusivo aos órgãos autorizados.

Estão cadastrados atualmente 45.524 crianças e adolescentes acolhidos e foram expedidas 170.583 guias de acolhimento. Consta o registro de 4.196 entidades de acolhimento.

Uma reformulação para simplificação do sistema está em fase de estudo.

DIRETRIZ III:

Impulsionar o uso de meios eletrônicos para a tomada de decisões

Esta seção apresenta informações sobre atividades desenvolvidas pelo CNJ relacionadas à Diretriz III.

Impulsionar o uso de meios eletrônicos para a tomada de decisões

A ampliação do uso de meios eletrônicos para a tomada de decisões é atualmente um dos principais investimentos para a melhoria da prestação jurisdicional. Entre os sistemas, o CNJ impulsiona a implantação do PJe em todo o país, considerada uma de suas principais políticas judiciárias estruturantes. Busca-se a interoperabilidade e o aperfeiçoamento contínuo do sistema com a participação dos atores sociais envolvidos na prestação jurisdicional, como tribunais e conselhos, advocacia, membros do Ministério Público e defensorias.

Disponibilização do sistema PJe em nuvem privada para Tribunais de Justiça Estaduais

Consiste na criação e disponibilização de ambiente computacional em nuvem privada (*cloud computing*) para suportar o sistema PJe de Tribunais de Justiça de pequeno porte.

Espera-se que a disponibilização desse recurso alavanque a implementação do PJe em TJs que, por questões de limitações humanas ou tecnológicas, tenham dificuldades na implementação do sistema.

O modelo também permite a otimização dos recursos com consequente redução de custos para o Judiciário.

Também se vislumbra maior facilidade na manutenção do sistema, a ser realizada de forma centralizada por técnicos do próprio CNJ.

Propostas, Previsões e Projetos para 2016
- Aquisição de solução de análise de vulnerabilidades do sistema PJe.

Implantação do PJe nos Tribunais

Trata-se de medida cujo objetivo é o provimento aos tribunais de instrumento tecnológico capaz de agilizar os trâmites judiciais e proporcionar maior segurança dos atos praticados. Em 2015, expandiu-se o uso e deu-se o início à implantação do sistema PJe em 17 tribunais estaduais, onde já

tramitam 1.240.000 feitos em 1156 unidades judiciárias. Em comparação ao ano anterior, tais números representam aumento de 275% em relação ao número de feitos distribuídos e de 156% em relação à quantidade de unidades judiciárias implantadas.

Na Justiça Federal, o TRF da 5ª Região prosseguiu à ampliação de uso do sistema, e os TRFs da 1ª e da 3ª Região realizaram a implantação do sistema no ano de 2015. Nessa esfera já tramitam 165.000 processos eletrônicos.

Na Justiça do Trabalho tramitam no PJe 5.200.000 processos em 1.390 unidades judiciárias.

Na Justiça Eleitoral foi implantando o sistema no TSE em agosto de 2015.

Assim, espera-se a maximização da celeridade dos julgamentos realizados pelos Tribunais e o fortalecimento do programa de implantação do PJe no Poder Judiciário, proporcionando resultados mais positivos para os jurisdicionados.

Propostas, Previsões e Projetos para 2016
- Implantação do PJe no STF, e continuidade do processo de implantação e expansão do sistema nos demais Tribunais.

Desenvolvimento do PJe

Em 2015 foram disponibilizadas duas grandes versões do PJe, conforme disposto abaixo:

» 1.7.1 – Versão lançada em março/2015, cujo ponto de partida foi a criação do módulo de procuradorias e defensorias. Tal versão conta com o atendimento de 253 demandas abertas pelos Tribunais usuários do sistema. Após o lançamento da versão inicial foram lançados mais nove releases intermediários, contendo correções de problemas apontados pelos usuários.

» 1.7.2 – Versão lançada em outubro/2015, cujo ponto de partida foi a criação do módulo de 2º Grau. Tal versão conta com o atendimento de 249 demandas abertas pelos Tribunais usuários do sistema. Após o

lançamento da versão inicial foi lançado mais um release intermediário, contendo correções de problemas apontados pelos usuários.

Além das versões da família 1.x, está finalizada a arquitetura da versão 2.0 do sistema, que conta com diversas melhorias de usabilidade e revisão de interface, além de um novo assinador digital. Internamente, o sistema passou por um processo de atualização tecnológica visando à sua adequação aos padrões praticados atualmente em sistemas de grande volume de dados e acessos.

Propostas, Previsões e Projetos para 2016
- Entrega da versão 2.0 aos Tribunais e novos *releases* conforme priorização de demandas por parte dos Tribunais.

Novo Código de Processo Civil e o Processo Judicial Eletrônico

Fonte: http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/80018-representantes-de-tribunais-discutem-novo-cpc-no-ii-encontro-nacional-do-pje

A relação entre o novo Código de Processo Civil (CPC) e o Processo Judicial Eletrônico (PJe) foi o tema central do II Encontro Nacional do PJe, realizado em Brasília (nos dias 5 e 6/8/2015). O evento reuniu os integrantes dos comitês gestores do PJe nos tribunais de todo o país, além de representantes

dos demais órgãos que compõem o sistema de Justiça, como a OAB, o Ministério Público, a Defensoria Pública, a AGU e procuradorias.

O tema central do evento dominou os debates, com a palestra "O novo CPC e o Processo Judicial em Meio Eletrônico" e a exposição "Estágio Atual do PJe e o Novo CPC: Apontamentos para Discussão". Os participantes, também, discutiram aspectos do novo Código de Processo Civil (CPC) em grupos de trabalho.

Aprovado pelo Congresso Nacional em dezembro de 2014, após tramitar por cinco anos na Câmara dos Deputados e no Senado, o texto do novo CPC foi sancionado pela Presidência da República na Lei n. 13.105, em 16 de março deste ano. O novo texto atualiza o CPC criado pela Lei n. 5.869, de 1973, com o objetivo de tornar mais simples e transparentes as ações judiciais na esfera civil. As novas regras passarão a valer em março de 2016.

O novo CPC aborda aspectos já presentes na Lei n. 11.419/2006, que trata do processo eletrônico, tais como a prática de atos processuais "total ou parcialmente digitais", que poderão ser "produzidos, comunicados, armazenados e validados por meio eletrônico", de acordo com o artigo 174. O novo código também admitirá que atos processuais sejam praticados "por meio de videoconferência ou outro recurso tecnológico de transmissão de sons e imagens em tempo real", segundo o artigo 217. As comunicações, como cartas de ordem, precatórias e rogatórias também poderão ser expedidas e transmitidas em meio eletrônico e assinadas pelo juiz eletronicamente.

Desenvolvimento do Precatório Digital no PJe

O Termo de Cooperação assinado com o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios objetivou o desenvolvimento do precatório digital como módulo do sistema PJe. Segundo o termo de cooperação, caberá ao TJDFT o desenvolvimento das funcionalidades e do fluxo para o trâmite dos precatórios eletrônicos no PJe e a implantação de um projeto-piloto de precatório eletrônico no tribunal, o fornecimento de desenvolvedores para a construção das funcionalidades, a realização de testes, o treinamento e capacitação de magistrados e servidores e a cessão da estrutura do Instituto Ministro Luiz Vicente Cernicchiaro para a multiplicação de conhecimentos

sobre o sistema. Já o CNJ se compromete a apoiar o desenvolvimento do precatório eletrônico no sistema PJe, orientando os técnicos do TJDFT e disponibilizando pessoal para a definição de requisitos e homologação de funcionalidades, o apoio à instalação e configuração do banco de dados e do próprio Sistema PJe nas dependências do TJDFT, bem como efetuar a manutenção no Sistema PJe, avaliar as solicitações de correções e melhorias e capacitar no mínimo dois profissionais da área de Tecnologia da Informação do TJDFT. A iniciativa representa importante avanço no tratamento dos precatórios em todo o cenário nacional, pois a tramitação dos precatórios em meio eletrônico certamente trará mais transparência, celeridade e controle dos pagamentos realizados.

Incorporação do módulo de precatório do TRF da 5ª Região na versão nacional do PJe

A presidência do Fórum Nacional de precatórios solicitou, junto à presidência do Comitê Gestor Nacional do PJe, a incorporação do módulo de precatórios do TRF 5 na versão nacional do PJe, o que foi acolhido pelo Grupo de Uniformização da Versão Nacional do PJe, com a promessa de efetivação da migração no prazo máximo de dois meses (dezembro/2014). Ressalte-se que a inserção do referido módulo de precatórios na versão nacional representará um avanço muito significativo para implementação efetiva do precatório digital. Incorporando-se a versão nacional, inaugura-se, assim, a possibilidade de implantação imediata e sem qualquer custo para todos os tribunais interessados na utilização do sistema, especialmente aqueles que não dispõem de recursos para desenvolvimento do precatório digital.

Foi realizada reunião em 4/5/2015 que tinha por pauta a definição de cronograma para migração do módulo do TRF5. Em decorrência da aludida reunião, realizou-se *workshop* com o TJDFT para definição de parâmetros e outras determinações.

Criação de rede de governança do sistema PJe

O CNJ editou a Portaria n. 26/2015, que cria a Rede de Governança do PJe. A portaria institucionaliza procedimentos relacionados à governança

colaborativa desse sistema e detalha aspectos tratados na Resolução CNJ n. 185/2013, que torna a gestão desse sistema ainda mais transparente.

Rede – Coordenada pela Comissão Permanente de Tecnologia da Informação do CNJ, a Rede de Governança tem a participação dos comitês gestores do PJe em todas as instâncias – nacional, ramos da Justiça e tribunais. Eles atuam em sistema de rede, repassando as demandas e sugestões de aperfeiçoamento colhidas dos usuários, observado um fluxo de colaboração. Além disso, a Rede será integrada pela Gerência Executiva do PJe e por quatro grupos de trabalho, duas das novidades criadas com a Portaria n. 26/2015, assinada na última semana.

PJe 2.0 e o desafio da Maratona PJe

O PJe atualmente está implantado em mais de 1.300 unidades judiciárias, contando com mais de 4 milhões de processos em suas bases. Faz-se necessário, diante de diversas dificuldades e desafios enfrentados por qualquer sistema desse porte, os quais remetem à necessidade de atualização das suas definições estruturais, aprimorar o PJe de modo a ampliar o seu ciclo de vida no médio e longo prazo.

Um desses desafios é aumentar o desempenho da aplicação, afetando positivamente a satisfação e a produtividade do usuário. Outro desafio não menos importante consiste em facilitar o teste do sistema, desde o nível negocial, que é o que atesta o correto funcionamento do sistema, até o nível técnico. Merece referência também a necessidade de se desacoplarem os seus diversos módulos, a fim de facilitar a sua manutenibilidade, permitindo uma divisão mais clara entre as camadas da arquitetura, e que as modificações realizadas em parte do sistema não causem impacto em outras.

Outro aspecto reside na importância de se conferir maior aderência do sistema aos conceitos e requisitos atuais de usabilidade e acessibilidade, tornando a sua utilização menos onerosa do ponto de vista da satisfação de seus usuários.

Dessa forma, a nova versão do PJe traz os seguintes benefícios para os usuários:

» Melhoria de desempenho mensurável de acordo com requisitos apontados pelos usuários para cada entrega;

» Melhoria na manutenibilidade do sistema em decorrência de utilização de padrão arquitetural e do aumento da coesão;

» Diminuição dos erros gerados em decorrência de impactos colaterais causados por manutenção no código devido ao alto acoplamento que existe hoje;

» Diminuição do tempo de correção dos defeitos;

» Melhoria na testabilidade do sistema em decorrência da modularização adotada pelo novo padrão arquitetural;

» Possibilidade do teste unitário na etapa de desenvolvimento de forma mais eficiente;

» Possibilidade da correta aferição de resultados dos testes funcionais por meio de entradas e saídas esperadas;

» Melhoria da satisfação dos usuários do PJe em decorrência da facilitação de uso do sistema.

O principal objetivo do PJe 2.0 é direcionar a evolução do sistema, dotando-o dos atributos de qualidade preconizados pela Engenharia de *Software*, permitindo a sua expansão para todo o Poder Judiciário de forma segura e planejada.

Importante ressaltar que a construção do PJe 2.0 observou as seguintes fases:

» Definição e teste da nova arquitetura do PJe, com técnicos experientes dos diferentes ramos do Judiciário sob a coordenação do CNJ, utilizando funcionalidades eleitas pelo comitê gestor nacional do PJe como objetos das provas de conceito da arquitetura desenhada;

» Tornar a nova arquitetura o padrão de desenvolvimento do PJe, contemplando o repasse para as equipes de manutenção;

» Implementação do PJe tal como existe hoje na nova arquitetura, respeitando os requisitos essenciais para migração dos diversos tribunais onde ele está instalado, inclusive o TRF5 e os TRTs;

» Migração de cada instalação do PJe (CNJ, CSJT e TRF5) de forma que se tenha a unificação das versões em todos os tribunais que o tenham instalado.

A nova versão do PJe foi anunciada no dia 25 de novembro de 2015 durante o 9º Encontro Nacional do Poder Judiciário. Outra ação divulgada durante o evento foi a Maratona de desenvolvimento para o sistema PJe.

Instituída por meio da Portaria CNJ n. 156, de 23 de novembro de 2015, a Maratona PJe objetiva o desenvolvimento de aplicações satélites, módulos ou aplicativos para dispositivos móveis que sejam aderentes à denominada arquitetura 2.0 do sistema. O tema da maratona é "O caminho para otimizar a Justiça" e tem como público-alvo dos produtos da Maratona os usuários do sistema, quais sejam, juízes, servidores do Judiciário, membros do Ministério Público, advogados, procuradores, defensores públicos, estagiários, estudantes de Direito, além do próprio cidadão.

Criação do Plenário Virtual

Fonte: http://www.cnj.jus.br/plenario-virtual

O Plenário do CNJ aprovou emenda ao regimento interno (Emenda Regimental n. 2 de 15 de outubro de 2015) que permite o julgamento de processos por via eletrônica. O objetivo do Plenário Virtual é melhorar o

fluxo de pauta, reservando ao julgamento presencial os casos de maior complexidade. A decisão foi tomada por unanimidade durante a 218ª Sessão Plenária.

O Plenário Virtual do CNJ não julga sindicâncias, reclamações disciplinares, processos administrativos disciplinares, avocações, revisões disciplinares e atos normativos. Também não são pautados virtualmente processos de quaisquer classes quando solicitado pelo relator, aqueles destacados por pelo menos um conselheiro para julgamento presencial, a qualquer tempo, assim como aqueles destacados por representantes da Procuradoria-Geral da República ou do Conselho Federal da OAB.

Os processos nos quais os presidentes de associações nacionais manifestarem intenção de usar da palavra e os que tiverem pedido de sustentação oral ou solicitação formulada pela parte para acompanhamento presencial do julgamento serão excluídos do Plenário Virtual. Os destaques e as solicitações de pauta presencial – exceto aquelas dos conselheiros – devem ser apresentados até duas horas antes do início da sessão virtual.

Os julgamentos do Plenário Virtual são públicos e podem ser acompanhados pela internet. A emenda regimental prevê a possibilidade de sessões virtuais semanais, que serão convocadas pelo presidente, com, pelo menos, dois dias úteis de antecedência. As partes serão intimadas pelo Diário da Justiça Eletrônico e informadas que o julgamento será por via eletrônica.

Durante o procedimento, são lançados os votos do relator e demais conselheiros, com registro do resultado final da votação. O julgamento será considerado concluído se, no horário previsto para encerramento da votação, forem computados pelo menos dez votos e alcançada a maioria simples. A pauta não concluída será adiada e estará automaticamente incluída na sessão de julgamento seguinte.

O Plenário Virtual encerrou sua primeira sessão na terça-feira (3/11) contabilizando 13 processos julgados. A pauta de processos ficou aberta aos conselheiros desde o último dia 27 de outubro, com o registro de votos em tempo real. A lista inicial tinha 20 procedimentos, mas sete processos foram retirados de pauta.

Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU)

Nos dias 27 e 28 de maio de 2015 foi realizado encontro em Brasília denominado *Workshop* Nacional dos Grupos de Monitoramento e Fiscalização (GMFs), com a participação de representantes dos TJs dos estados, para debater a construção de uma ferramenta capaz de permitir a gestão efetiva de dados e informações e o controle da tramitação física e eletrônica dos processos relativos à execução penal e ao cumprimento das medidas socioeducativas.

Instituiu-se Grupo de Trabalho por meio da Portaria CNJ n. 86 de 26 de agosto de 2015, para definição dos requisitos necessários ao desenvolvimento do sistema e posterior acompanhamento.

Espera-se como resultado dessa iniciativa o pleno cumprimento da Resolução CNJ n. 113, de 20 de abril de 2010, que apresenta, entre seus objetivos, a uniformização dos procedimentos relativos à execução de pena privativa de liberdade, e da Lei n. 12.714, de 14 de setembro de 2012, que estabelece a obrigação de instituição do sistema nacional informatizado interoperável com as bases de dados e informação dos sistemas instituídos pelos Estados e Distrito Federal.

Propostas, Previsões e Projetos para 2016
- Construção do sistema SEEU e sua disponibilização para todos os Tribunais do país.

Capacitação de tribunais para implementação do Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI)

Cerca de 45 servidores que atuam na área de desenvolvimento de *softwares* em tribunais de diversos ramos da Justiça participaram, em Brasília, de um *workshop* sobre o Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI), ferramenta que permite a comunicação entre os diversos sistemas de tramitação processual utilizados pelos tribunais e por outros órgãos do sistema de justiça.

Durante o *workshop*, direcionado a servidores de tribunais que passarão a utilizar o MNI, foram detalhados os principais procedimentos e rotinas

operacionais executadas na versão atual (2.2.2). A ferramenta tornará possível a conexão com o Escritório Digital, que permitirá a usuários externos dos serviços de Justiça, como defensores públicos e advogados, gerir e consultar as ações sob sua responsabilidade que tramitam virtualmente na Justiça.

O MNI foi definido pelas equipes técnicas dos órgãos (STF-CNJ-STJ-CJF-TST-CSJT-AGU e PGR) de acordo com as metas do Termo de Cooperação Técnica n. 58/2009 visa estabelecer os padrões para intercâmbio de informações de processos judiciais e assemelhados entre os diversos órgãos de administração de justiça, e além de servir de base para implementação das funcionalidades pertinentes no âmbito do sistema processual.

A promoção da utilização do MNI nos órgãos de administração de justiça trará uma série de benefícios à população brasileira, no sentido de tornar mais célere o processo judicial, entre eles, a remessa instantânea de processos entre tribunais e instâncias superiores; democratizar acesso a processos judiciais por meio de interface padronizada e publicamente conhecida; independência na escolha de *softwares* para realização de consulta e interação com sistemas judiciais eletrônicos, sejam eles qual forem.

Aprimoramento do parque tecnológico dos Tribunais de Justiça

A modernização do ambiente de microinformática (*desktops* e monitores de vídeo) e da infraestrutura de processamento e de armazenamento de dados (equipamentos servidores e *storages*) dos tribunais de justiça. Esta ação visa o nivelamento tecnológico do parque computacional da Justiça Estadual e tem impacto direto no aumento da capacidade de processamento e armazenamento de dados, tanto para os usuários internos como externos.

Espera-se que os recursos proporcionem maior facilidade, disponibilidade e agilidade na utilização dos serviços e sistemas pelo público-alvo dos TJs.

A ação também permitirá a implementação de serviços ora reprimidos pela defasagem tecnológica do parque computacional de alguns tribunais, contribuindo para a melhoria da prestação jurisdicional.

Propostas, Previsões e Projetos para 2016
- Atualização tecnológica dos recursos de videoconferência dos TJs;
- Incremento da solução voltada para a aceleração do tráfego de dados entre as comarcas e as desses dos TJs (aceleradores WAN);
- Aquisição de solução de gravação de audiências para os TJs.

Escritório Digital

Software desenvolvido pelo CNJ em parceria com a OAB para integrar os diferentes sistemas processuais dos tribunais brasileiros, o Escritório Digital permite ao usuário externo uma única porta de acesso ao Judiciário.

O Escritório Digital funciona como um "tradutor", conversando com diferentes sistemas desenvolvidos pelos tribunais e apresentando as informações em uma única página de fácil navegação e operabilidade para o usuário.

Inicialmente, o *software* foi desenvolvido com foco nos advogados e demais operadores do Direito, que precisavam de ferramenta de acesso simplificado para trabalhar com mais facilidade e tranquilidade junto ao Judiciário. A ideia é que, futuramente, o Escritório Digital seja disponibilizado a todos os cidadãos interessados em acompanhar a tramitação de processos.

O Escritório Digital funciona automaticamente nos tribunais que já tenham aderido ao sistema de tramitação processual desenvolvido pelo CNJ, o

PJe. Também funciona nos tribunais que aderiram ao MNI, conforme estabelecido na Resolução Conjunta n. 3/2013.

No Escritório Digital é possível consultar andamento de processos, enviar petição, ajuizar nova demanda, receber intimações, controlar prazos e compartilhar processos com outros advogados. Tudo em um só ambiente, independentemente do tribunal em que o processo estiver.

Deve-se salientar ainda que o sistema é totalmente seguro e usa o canal de comunicação confidencial SSL (https), além de trabalhar com certificado de segurança e criptografia de dados, especialmente na autenticação por *login* e senha e no banco de dados. O CNJ também faz auditoria de dados, com vários níveis de controle sobre a tramitação e acesso, e usa a versão mais segura de servidores de aplicação. Em termos comparativos, esse é o mesmo mecanismo usado pela Receita Federal nas tramitações de restituição do Imposto de Renda.

A respeito da diferença que existe entre o PJe e o Escritório Digital, observa-se que o PJe é o sistema que cuida da própria tramitação de processos no Judiciário, operado por magistrados e seus gabinetes. Já o Escritório Digital reúne as informações sobre o processo em um único lugar, como foco na interação com o público externo, especialmente para operadores de Direito. O Escritório Digital funciona como uma ferramenta que facilita a interação do público externo com os processos que tramitam no PJe.

Propostas, Previsões e Projetos para 2016
- Deverá contemplar os outros papéis e perfis de acesso, como os de procurador e mesmo os cidadãos em geral. Também envolverá um grande trabalho de migração para a versão 3.0.0 do MNI. Também haverá esforço substancial em garantir integração com os demais tribunais brasileiros.

Desenvolvimento do sistema de captação e envio eletrônico de dados sobre precatórios ao CNJ para formação do Mapa Anual de Precatórios

Serviço automatizado de arquitetura Representational State Transfer (REST) foi desenvolvido para permitir a captação e envio de informações ao CNJ, em face da obsolescência do sistema anteriormente utilizado. O sistema foi testado com sucesso por ocasião do envio das informações pelos tribunais.

Sistema de Consulta ao Banco Nacional de Mandados de Prisão (BNMP)

A camada de apresentação do sistema foi totalmente remodelada, criando-se um novo sistema utilizando-se o *framework Angular JS*, muito mais rápido e com recursos que garantem mais dinamicidade e utilização eficiente dos recursos do navegador. A mudança era premente, dados os constantes problemas de desempenho de acesso, que foram resolvidos também pela atualização da biblioteca de indexação e pesquisa, o que garantiu um ganho de, teoricamente, em média 400% no tempo de resposta.

Melhoria nos tempos de resposta aos usuários, grande parte deles policiais, incluindo as Polícias Federal e Rodoviária Federal, que trabalham em áreas de fronteira e não possuem conexão à Internet com bom desempenho.

Propostas, Previsões e Projetos para 2016
- Criação de novas formas de denúncias e localização de foragidos criminais por meio de componentes no formulário, que incluam informações de geolocalização.

Web Service do Banco Nacional de Mandados de Prisão (MPWS)

A base de dados do Banco Nacional de Mandados de Prisão (BNMP) aumentou substancialmente, fazendo com que os procedimentos de manutenção demorassem de 2 a 3 dias. Daí surgiu a necessidade de mudanças na rotina de reindexação dos conteúdos dos mandados de prisão, de modo a tornar essa ação mais rápida. Com os ajustes promovidos, o procedimento que demorava de 2 a 3 dias passou a ser realizado em 1 hora e

30 minutos. Foi realizada, também, a remoção de tabelas de *log* do sistema que armazenavam informações redundantes, gerando economia de 250 *gigabytes* de armazenamento, inclusive de *backup*. Foram efetuadas alterações nos mecanismos de suporte da solução, como a substituição do mecanismo de tolerância a falhas proposto pela infraestrutura, que causava problemas de inconsistência na base de dados, bem como realizamos a migração da aplicação para servidor de aplicação *JBoss* mais recente (EAP 6.4).

Cabe ressaltar que foi desenvolvido um contrato separado de serviços *web* de interesse dos órgãos policiais, como uma operação para informar sobre abordagens realizadas.

Assim, houve melhoria no desempenho na execução dos procedimentos rotineiros de manutenção da base de índices de pesquisa, bem como do próprio desempenho da pesquisa. As rotinas de envio de mandados de prisão também ficaram mais seguras, com a separação de papéis e criação de fachadas específicas de serviços para cada um dos grupos de interessados.

Propostas, Previsões e Projetos para 2016
- Desenvolver novos métodos de interação com os tribunais, além de desenvolver uma API mais aberta, de modo a facilitar integração com outras aplicações.

Infojuris

CNJ JURISPRUDÊNCIA Conselho Nacional de Justiça

O Sistema de Informativo de Jurisprudência é utilizado para consulta de jurisprudência dos processos do CNJ, ferramenta de busca que disponibiliza as ementas (resumo da decisão) dos acórdãos e dos votos.

Por meio do Infojuris, magistrados, advogados e até mesmo pesquisadores poderão pesquisar a partir das datas de julgamento, número do processo, nome do relator e também do tribunal obtendo resultados mais fidedignos e seguros

Uma das novidades é que o sistema de pesquisa na base de jurisprudência do CNJ foi acoplado ao PJe, permitindo que as decisões (votos e acórdãos) que constam na base do PJe pudessem ser referenciadas pelo sistema de pesquisa jurisprudencial.

Propostas, Previsões e Projetos para 2016
- Desenvolvimento de um sistema novo e remodelado para uma pesquisa jurisprudencial nacional. Possivelmente, uma próxima versão do Infojuris teria também um certo grau de acoplamento com a ferramenta de Pesquisa nos Diários De Justiça Brasileiros.

Sistema Nacional de Videoconferência

O CNJ promoveu a implantação de sistema piloto de videoconferência. Esse sistema utiliza a comunicação de áudio e imagem pela rede mundial de computadores, na mesma direção de conhecidos sistemas oferecidos por grupos privados, a exemplo do Skype, Facebook e Hangout – Google. Nota-se que há crescente prática de atos processuais por intermédio de videoconferência nos tribunais brasileiros. O próprio CNJ, por intermédio da Resolução n. 105/2010, formulou regras a respeito da documentação dos depoimentos por meio do sistema audiovisual e realização de interrogatório e inquirição de testemunhas por videoconferência.

Destaque-se que, com o novo Código de Processo Civil, o uso do recurso tecnológico da videoconferência ficará definitivamente consolidado no ordenamento jurídico. Isso se deve porque o novo CPC prevê expressamente a prática de atos processuais por meio de videoconferência ou outro recurso tecnológico de transmissão de sons e imagens em tempo real.

O sistema possibilita a realização de videoconferência de forma simples e ágil. Espera-se facilitar o trabalho dos Juízes, possibilitando a realização de diversos procedimentos como audiências, oitivas, entre outros por meio de videoconferência.

Em outubro de 2015, após a primeira utilização do sistema, juízes do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul (TJMS), avaliaram-no positivamente. Na ocasião foram julgados um mandado de segurança, oito apelações cíveis e um agravo de instrumento em pouco mais de 40 minutos.

Gravação de audiência

O CNJ e o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 9ª Região, firmaram, em 31 de julho de 2015, termo de cooperação técnica para levar a todos os tribunais do país uma solução tecnológica de gravação audiovisual de audiências desenvolvida no Paraná.

A ideia é criar o Sistema Nacional de Gravação Audiovisual de Audiências, permitindo que áudios e vídeos das audiências sejam gravados e publicados em um portal da Internet e estejam disponíveis às partes, advogados, magistrados e demais operadores do Direito. O diferencial do sistema é a possibilidade de "marcação" dos trechos dos vídeos, permitindo o acesso rápido ao conteúdo que interessa, sem que seja necessário assistir a todo o vídeo.

A ferramenta poderá ser usada nos processos que tramitam no PJe e permitir a integração com outros sistemas processuais eletrônicos usados no Judiciário.

Com a utilização desse sistema, será impressa agilidade aos processos judiciais, bem como maior visibilidade às audiências.

Sistema de Audiência de Custódia

O CNJ criou Sistema de Audiência de Custódia (Sistac) para monitorar os resultados das audiências de custódia em todo o país, permitindo a montagem de relatórios estatísticos diários com os dados obtidos na apresentação do preso em flagrante ao juiz nas primeiras 24 horas após a detenção.

A ferramenta permite emissão automatizada do termo de audiência e facilita a compilação de dados, evitando a inclusão das mesmas informações em sistemas diferentes. Além de traçar um perfil da porta de entrada do sistema prisional brasileiro e do movimento criminal com mais precisão, é possível comparar e verificar casos de reincidência, pois o sistema garante o armazenamento de registros para posterior consulta e atualizações de perfis com vinculação de novas atas de audiência.

O Sistac também é importante ferramenta para analisar os resultados das audiências de custódia, inclusive depurando as denúncias de torturas e

maus-tratos e seus desdobramentos. O objetivo é identificar os possíveis entraves na operacionalização do procedimento como um todo, agilizando a proposição de soluções para eventuais problemas.

Funcionamento – A partir do preenchimento de campos objetivos de questionamentos, o Sistac terá composição de filtros de pesquisa que podem gerar quadros estatísticos específicos conforme o interesse de quem consulta o banco de dados. Os TJs terão acesso a todos os registros que produzir, acessando e compondo sem intermediação seus próprios dados estatísticos.

Outras Propostas, Previsões e Projetos para 2016

e-Conciliação (Sistema Nacional de Mediadores Judiciais): Sistema que irá realizar mediações em conflitos entre consumidores e os maiores bancos do país. Espera-se, assim, que vários conflitos possam ser resolvidos sem a necessidade de ir para o Judiciário, diminuindo a quantidade de processos.

Aprimoramento do Sistema de Malote Digital: O Sistema Malote Digital deverá ser remodelado em 2016, já que é construído a partir de bibliotecas legadas e difíceis de se manter, com possibilidade de ocorrência de indisponibilidade e de sujeição a falhas de segurança. Sendo o Malote Digital um barramento para troca de documentos importantes e um dos sistemas com maior grau de cobertura (usado por praticamente todos os tribunais da Justiça brasileira), torna-se fundamental redesenhá-lo em cima de bases sólidas, com uma arquitetura de *software* que contemple requisitos de segurança, alta disponibilidade, garantia de entrega etc.

A reformulação da versão atual enseja melhorar sua arquitetura, incluir novas funcionalidades, solicitadas pelos Tribunais, e diminuir a quantidade de manutenções da versão antiga.

Espera-se que o sistema reformulado facilite as tarefas do dia a dia dos usuários, viabilize a integrações a outros sistemas existentes e maximize o intercâmbio eficiente de expedientes. Espera-se, ainda, a redução dos atendimentos referentes às manutenções corretivas do sistema.

Base de Diários de Justiça dos Tribunais Brasileiros: Conforme previsto no Novo CPC (art. 257, inc. II), é necessário que o CNJ desenvolva solução para centralizar as publicações dos diários de justiça brasileiros (chamado de Plataforma de Editais). A proposta já foi iniciada para suportar funcionalidade do Escritório Digital, permitindo pesquisa nos Diários de Justiça, mas deveria tornar-se um projeto independente, dada a magnitude. Espera-se, portanto, maior facilidade para o usuário final de modo a permitir concentrar em um único lugar o acesso a várias espécies de comunicações processuais.

Justiça em Números (Replicação Nacional): Desenvolvimento de solução que centralize os dados sobre processos judiciais, eletrônicos ou não, possibilitando, assim, maior flexibilidade na geração de relatórios de interesse por parte do CNJ.

A diferença dessa solução em relação a outras já desenvolvidas no CNJ é o fato de que garantir a manutenção de uma base de dados de processos, separada e conduzida de forma independente em relação à forma como os relatórios são gerados.

A base é composta por dados básicos dos processos, lista de movimentos e documentos.

O novo sistema deve permitir a fidedignidade maior em relação aos dados coletados, uma vez que o objetivo é manter dados brutos, e não relatórios consolidados, compostos por quantitativos. Os quantitativos, quando necessários, serão demandados e elaborados a partir de dados brutos vindos dos tribunais.

Outro benefício é evitar que se tenham inúmeros sistemas para tratar necessidades diferentes, sendo que essas diferentes necessidades possuem em comum a mesma massa de dados processuais.

DIRETRIZ IV:

Desestimular as ações de índole temerária ou protelatória, mediante os meios legais disponíveis

Esta seção apresenta informações sobre atividades desenvolvidas pelo CNJ relacionadas à Diretriz IV.

Desestimular as ações de índole temerária ou protelatória, mediante os meios legais disponíveis

O ordenamento jurídico pátrio prevê mecanismos a serem utilizados pelo magistrado, a fim de responsabilizar o litigante de má-fé. É sabido que os atos processuais procrastinatórios retardam o andamento dos feitos e geram entraves ao princípio constitucional da duração razoável dos processos, além de obstaculizar o efetivo cumprimento das decisões judiciais, frustrando direitos judicialmente reconhecidos.

Instituído grupo para analisar o impacto do novo CPC no Judiciário

O CNJ instituiu, por meio da Portaria n. 160, de 1º de dezembro de 2015, grupo de trabalho para avaliar e planejar o impacto do novo Código de Processo Civil (CPC) no âmbito do Poder Judiciário. O novo CPC entrará em vigor a partir de março do próximo ano.

O grupo de trabalho irá avaliar e planejar o impacto de nova sistemática sobre as rotinas e procedimentos no âmbito do Poder Judiciário. Uma das inovações inseridas no novo CPC prevê o aumento dos valores das multas para punir o mau uso dos recursos com fim de agilizar o processo e evitar ações meramente protelatórias.

O grupo terá prazo de 90 dias para apresentação do relatório final de suas atividades.

DIRETRIZ V:

Incentivar a efetiva comunicação e o compartilhamento de informações processuais entre os órgãos do Poder Judiciário, para, entre outros, aperfeiçoar os filtros da repercussão geral e dos recursos repetitivos e seus diagnósticos

Esta seção apresenta informações sobre atividades desenvolvidas pelo CNJ relacionadas à Diretriz V.

Incentivar a efetiva comunicação e o compartilhamento de informações processuais entre os órgãos do Poder Judiciário, para, entre outros, aperfeiçoar os filtros da repercussão geral e dos recursos repetitivos e seus diagnósticos

Nessa nova era da administração judiciária contemporânea, a gestão da informação e a gestão do conhecimento adquiriram grande protagonismo e se tornaram pilares fundamentais para o enfrentamento dos milhões de processos que se distribuem pelos tribunais brasileiros. O compartilhamento de informações processuais entre os tribunais possibilita o uso estratégico dos filtros da repercussão geral e dos recursos repetitivos, com o objetivo de gerenciar a demanda que recai sobre todo o Judiciário. As informações precisam fluir em todos os sentidos, com dados sobre as tendências da demanda processual – as quais adentram cotidianamente os tribunais, a respeito do volume de processos e os seus assuntos (e temas) – em relação ao estoque de processos, a partir de estatísticas confiáveis capazes de informar quantos processos são (potencialmente) atingidos nas instâncias inferiores, ao serem julgados processos paradigmáticos nas instâncias superiores.

Sistema de Automação para os Núcleos de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos (NURER)

O Sistema de Automação para os Núcleos de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos (NURER) tem por finalidade centralizar os temas de repercussão geral e recursos repetitivos, bem como os processos suspensos associados. Esse sistema foi simplificado de modo a facilitar o acesso por parte dos tribunais de segundo grau, do STF e do STJ.

Muitas rotinas de aceite e disponibilização das informações foram adaptadas, objetivando retornar informações de maior interesse para os tribunais e jurisdicionados. Houve também melhorias nas rotinas de segurança, com a criação de contratos de serviço *web* (WSDLs) diferenciados para cada um dos papéis de usuários. Além disso, foram desenvolvidos manuais para que

os grupos de desenvolvedores nos tribunais pudessem desenvolver mais rapidamente suas soluções de integração.

A principal vantagem de instrumentos como os recursos repetitivos e extraordinários é auxiliar na uniformização dos julgados por meio da aplicação da mesma tese ou entendimento jurídico a vários casos concretos, aumentando a segurança jurídica.

Propostas, Previsões e Projetos para 2016
- Conforme previsto no novo CPC, os recursos especiais e extraordinários, que são catalogados e registrados atualmente no sistema NURER, sofrerão alteração de modo a permitir que tenham um grau ainda maior de amplitude. Não serão apenas recursos, mas surgirão também outras figuras processuais, como o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (art. 979 da Lei n. 13.105 de 2015), que pode ser manejado de ofício pelo juiz e demandará grandes mudanças no sistema NURER.

Elaboração do Relatório Supremo Tribunal Federal em Números – 2015

Em parceria com o STF, o CNJ elaborou o Relatório Supremo Tribunal Federal em Números, contendo a série histórica dos dados do tribunal de 2009 a 2014. Partindo do modelo utilizado no Relatório Justiça em Números, o relatório apresenta todas as principais informações disponíveis nos sistemas daquele tribunal, abarcando aproximadamente 20 bilhões de registros com todas as informações relativas aos processos autuados no Tribunal, e suas respectivas movimentações processuais.

Tais dados foram especificados pelos principais assuntos, identificando-se os maiores litigantes, a origem dos processos, a origem das decisões, entre outros detalhamentos. No que tange às informações relativas a recursos financeiros e força de trabalho, os dados foram coletados segundo modelo análogo ao constante no Sistema de Estatística do Poder Judiciário, instituído pela Resolução CNJ n. 76/2009.

Os dados relativos à Repercussão Geral, decorreram do encaminhamento das informações individualizadas de cada Tribunal, com o quantitativo de casos sobrestados aguardando julgamento da repercussão pelo STF.

Tais dados baseiam-se na Resolução CNJ n. 160/2012, que dispõe sobre a organização do NURER e responsabiliza os Tribunais a encaminhar em relatório estatístico trimestral ao CNJ, STF e STJ.

CNJ aprova recomendação sobre uso exclusivo dos sistemas eletrônicos

O Plenário do CNJ aprovou por unanimidade recomendação para que todos os magistrados utilizem exclusivamente os sistemas BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD para transmissão de ordens judiciais ao Banco Central do Brasil, ao Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) e à Receita Federal do Brasil. Esses sistemas são utilizados normalmente para bloqueio de valores e bens, além de consultas a informações disponíveis nesses órgãos, para que se concretize a execução de processos judiciais. De acordo com a recomendação, esses órgãos podem reencaminhar as ordens judiciais recebidas em papel para as corregedorias dos tribunais.

A proposta de recomendação tem o objetivo de reduzir ou eliminar o envio de ofícios de papel. O tema também foi discutido pelos membros dos Comitês Gestores dos sistemas BACENJUD e RENAJUD, levando em consideração o fato de que, apesar da larga utilização que já ocorre desses sistemas, milhares de ofícios judiciais em papel ainda são encaminhados anualmente a esses órgãos, contrariando os princípios da celeridade e economicidade. A recomendação também está respaldada pela Lei n. 11.419, de 2006, que determina que todas as comunicações oficiais que transitem entre órgãos do Poder Judiciário e com os demais Poderes deverão ser, preferencialmente, realizadas por meio eletrônico.

DIRETRIZ VI:

Potencializar a desjudicialização, por meio de formas alternativas de solução de conflitos, compartilhando, na medida do possível, com a própria sociedade, a responsabilidade pela recomposição da ordem jurídica rompida

Esta seção apresenta informações sobre atividades desenvolvidas pelo CNJ relacionadas à Diretriz VI.

Potencializar a desjudicialização, por meio de formas alternativas de solução de conflitos, compartilhando, na medida do possível, com a própria sociedade, a responsabilidade pela recomposição da ordem jurídica rompida

Os meios alternativos de solução de conflitos proporcionam às partes a oportunidade de comporem pacificamente a controvérsia sem necessidade de processo judicial. Garante-se a efetiva prestação jurisdicional com segurança jurídica, em tempo razoável, com menores custas judiciais. Sua utilização permite que o Poder Judiciário direcione maior esforço para os processos que versam sobre direitos indisponíveis ou aqueles cujo objeto não seja contemplado pelas leis que regulam os juizados especiais, a arbitragem e a mediação.

Cursos de formação de Instrutores em Mediação Judicial

A iniciativa integra a Política Nacional de Conciliação, criada pelo CNJ por meio da Resolução CNJ n. 125, de 29 de novembro de 2010. Essa política, além de buscar a pacificação social, contribui para frear a litigiosidade no país, que sobrecarrega o Judiciário de processos e limita sua capacidade de oferecer uma prestação jurisdicional mais célere e de qualidade.

O reforço das ações de mediação e conciliação é uma das grandes prioridades do CNJ que incentivam a transformação cultural que leve à mudança da forma como hoje é encarada a solução de conflitos.

Os cursos de formação de instrutores em mediação e conciliação foram ministrados nas seguintes datas e locais:

» 23 a 27/fevereiro em Brasília;

» 08 a 12/junho em Salvador;

» 15 a 19/junho em Brasília;

» 29/06 a 07/07 em Brasília, curso para a Justiça Federal;

» 06 a 10/julho em Brasília.

Curso de formação de Supervisores em Mediação Judicial e Conciliação

O curso, realizado entre os dias 25 e 27 de março, teve o objetivo de melhorar a qualidade dos serviços prestados pelos mediadores judiciais de todo o país. O público-alvo foi formado por mediadores experientes, que atuarão nos centros de conciliação e mediação dos tribunais. Durante os três dias de curso, os participantes trocaram experiências sobre a organização dos processos de trabalho, e estudaram novos métodos focados na gestão da qualidade para atuação dos mediadores.

A iniciativa do curso foi do Comitê Gestor Nacional da Conciliação, e seguiu as determinações da Resolução CNJ n. 125/2010 do CNJ, que instituiu a Política Judiciária Nacional de Tratamentos de Conflitos.

Oficina de Pais e Mães

O Conselho Nacional de Justiça disponibilizou a partir de 04 de outubro, para pais e mães, uma oficina *online* sobre separação. A oficina tem por objetivo auxiliar famílias que enfrentam conflitos relacionados à ruptura do vínculo conjugal a criarem uma relação saudável junto aos filhos.

A carga horária da oficina é de 20 horas, divididas nos seguintes módulos: "Os efeitos da separação para os adultos"; "Os efeitos da separação para o seu

filho"; "Você, seu filho e seu par parental"; "Alienação Parental" e "Escolhas". O conteúdo, desenvolvido pela juíza Vanessa Aufiero da Rocha, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), é o mesmo das oficinas de separação e parentalidade realizadas pelos tribunais, porém com adaptações feitas para a linguagem utilizada na educação a distância.

As oficinas presenciais geralmente são recomendadas pelas Varas de Família aos pais e mães que enfrentam ações judiciais decorrentes da ruptura do vínculo conjugal (separação, disputa da guarda dos filhos, regulamentação de visitas, etc.). Nesse caso, a carga horária é de 12 horas, divididas em dois dias.

Já a oficina *online* estará disponível em caráter permanente no site do CNJ, dentro da área destinada ao Ambiente Virtual de Aprendizagem (www.cnj.jus.br/eadcnj). Para acessar a oficina, não é preciso que o pai ou mãe seja indicado pelo Tribunal ou por algum outro órgão de Justiça e nem mesmo que o casal tenha algum processo em trâmite na Justiça. O conteúdo é livre, basta que o interessado preencha um formulário de inscrição disponível na página e obtenha um *login* e uma senha de acesso. Não há prazo para que a oficina seja concluída.

A oficina aborda os diferentes tipos de família, os estágios psicológicos pelos quais as pessoas passam em um processo de separação, os estágios porque passam os filhos, as respostas típicas e as mudanças no comportamento dos menores ao fim da união do pais, entre outras questões. A oficina mostra também o que os pais podem fazer para ajudar os filhos a se adaptarem à nova realidade e como reconhecer uma situação de alienação parental.

O conteúdo já contém as atualizações trazidas pelo novo Código de Processo Civil (CPC) e pela Lei de Alienação Parental (Lei n. 12.318/2010). O material também está disponível em formato PDF acessível a deficientes visuais.

Já se inscreveram no curso 1.950 pessoas. O curso está em andamento, com 739 pessoas capacitadas até o momento.

1ª Turma de Mediadores Indígenas

Um grupo de 16 indígenas recebeu, no dia 4 de setembro de 2015, os diplomas de conclusão do curso que os tornou os primeiros mediadores e conciliadores indígenas do país. A cerimônia de formatura aconteceu na Comunidade Maturuca, centro da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, nordeste de Roraima, próximo à fronteira com a Guiana.

Realização da X Semana Nacional da Conciliação

O CNJ realizou, entre os dias 23 e 27 de novembro de 2015, a X Semana Nacional da Conciliação. A Semana Nacional da Conciliação é um esforço concentrado para conciliar o maior número possível de processos em todos os tribunais do país.

Trata-se de campanha de mobilização realizada anualmente, que envolve todos os tribunais brasileiros, os quais selecionam os processos passíveis de acordo e ainda intimam as partes envolvidas para solucionarem o conflito.

O CNJ atua na padronização da campanha, apoiando as ações dos tribunais e promovendo a divulgação.

Realização da V Edição do Prêmio Conciliar é Legal

Conciliar é Legal

O CNJ divulgou, em maio de 2015, a lista dos vencedores da V Edição do Prêmio Conciliar é Legal. Lançada em 2010, a iniciativa está alinhada à Resolução CNJ n. 125/2010, que dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesse no âmbito do Poder Judiciário. O prêmio reconhece práticas de sucesso, estimula a criatividade e dissemina a cultura dos métodos consensuais de resolução dos conflitos.

Fórum Nacional de Mediação e Conciliação

FONAMEC
Fórum Nacional da Mediação e Conciliação

Como um dos resultados do Encontro Nacional de Núcleos e Centros de Conciliação, realizado em 12 de dezembro de 2014, foi criado o Fórum Nacional da Mediação e Conciliação – FONAMEC, no escopo da Justiça Estadual.

O objetivo do Fórum é promover discussões e levantar boas práticas voltadas ao aprimoramento do exercício das funções desempenhadas por seus integrantes, buscando aperfeiçoar cada vez mais os métodos consensuais de solução de conflitos por meio do intercâmbio de experiências.

O FONAMEC tem âmbito nacional, e é composto pelos Coordenadores dos Núcleos Permanentes de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos – Nupemec – dos Estados e do Distrito Federal e pelos Magistrados dirigentes dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania - Cejusc.

Neste ano, ocorreram dois encontros, quando foram gerados enunciados relevantes.

Formação de Instrutores de Oficinas de Divórcio e Parentalidade

O curso tem como objetivo capacitar instrutores para ministrar as Oficinas nos seus respectivos tribunais/varas de família e se apoia na necessidade de instrumentalizar as famílias que enfrentam conflitos jurídicos relacionados à ruptura do vínculo conjugal (divórcio, dissolução da união estável, guarda, regulamentação de vistas etc.), para criarem uma relação parental efetiva e saudável junto aos filhos.

A oficina, desenvolvida com base na experiência de outros países, oferece ajuda aos casais que buscam a Justiça para a solução de suas lides, transformando-os em protagonistas da solução de seus conflitos, de forma a assumirem responsabilidade por suas vidas e pela vida de seus filhos.

O curso se apoia na necessidade de oferecer atendimento a famílias, constituindo, ainda, um espaço para a reflexão e reorganização familiar. A oficina não é entidade mediadora ou consultiva. Trata-se de um programa educacional e preventivo. Não tem a pretensão de orientar casos específicos, nem de resolver disputas individuais.

Os cursos de formação de instrutores em oficinas de divórcio e parentalidade foram ministrados nas seguintes datas e locais:

» 18 e 19 de junho no TJSC;

» 15 e 16 de outubro no TJMT;

» 04 e 05 de novembro em Brasília;

» 26 e 27 de novembro no TJRO.

CNJ cria cadastro de instrutores em mediação e conciliação

O CNJ colocou em funcionamento o Cadastro Nacional de Instrutores da Justiça Consensual Brasileira (Cijuc), o qual mantém e atualiza o processo de certificação de instrutores em mediação judicial e conciliação que atuam em TJs de todo o país. Serão incluídos no banco de dados aqueles servidores e voluntários aptos a formarem mediadores capacitados nos métodos consensuais de solução de conflitos nos moldes do CNJ ou que estejam em processo de formação.

A iniciativa faz parte da política nacional instituída pela Resolução n. 125/2010 do CNJ, que incentiva a multiplicação do conhecimento, favorecendo a formação de mediadores e conciliadores nos tribunais brasileiros. Estima-se que, desde 2011, quando foi ministrado o primeiro curso de instrutores, o CNJ já tenha formado 470 instrutores capacitados à atuação no Judiciário e no mercado.

Atualmente, o Cijuc contabiliza 36 pessoas certificadas e 65 em formação. A diferença entre o número real de instrutores disponíveis nos estados e o de instrutores inscritos na listagem deve ser normalizada tão logo os instrutores encaminhem ao CNJ os documentos que comprovem sua capacitação, o que deve ocorrer no prazo de seis meses. Quem fez o curso a partir de dezembro de 2014 foi automaticamente incluído no sistema.

O banco de dados do CNJ tem como objetivo, além do acompanhamento estatístico desses profissionais, o controle do processo de certificação na instrutoria de servidores e voluntários em mediação judicial. O cadastro será uma espécie de controle interno do CNJ, mas também validará esses especialistas para os tribunais, quando for necessário.

Implantação de 500 unidades dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania no Brasil

Na semana em que a Resolução CNJ n. 125/2010, que instituiu a política judiciária nacional de solução de conflitos, completa cinco anos, o CNJ divulgou, durante o 9º Encontro Nacional do Poder Judiciário, realizado nos dias 24 e 25 de novembro de 2015, que os TJs brasileiros já implantaram 500 Cejuscs. A criação dos Cejuscs é uma das determinações da resolução

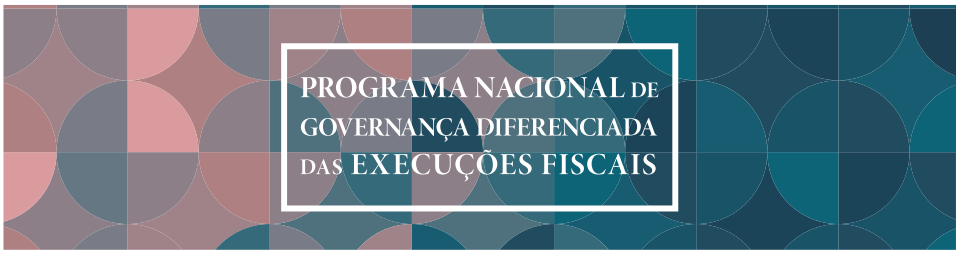
instituída pelo CNJ e que foi adotada também no novo CPC, a entrar em vigor a partir de março de 2016.

Modelo de gestão de contencioso é premiado pelo CNJ

O Prêmio Conciliar é Legal reconheceu, em sua quinta edição, 14 práticas de tribunais, profissionais, organizações e empresas que incentivam e disseminam a cultura da conciliação na resolução de conflitos.

A categoria sociedade civil contempla trabalhos e práticas de quaisquer integrantes da sociedade civil como comitês de mediação da OAB, organizações não governamentais, empresas e instituições que estejam auxiliando tribunais na efetivação da política instituída pela Resolução n. 125/2010 do CNJ.

Governança Diferenciada das Execuções Fiscais



O programa tem como propósito auxiliar os juízes na implantação de medidas de organização e gestão estratégica dos processos de execução fiscal, estimulando a utilização da prática Conciliação Fiscal Integrada, do Programa Conciliar é uma Atitude, da Vara de Execução Fiscal do DF, premiada pelo CNJ, e a sua adaptação às realidades locais, para a redução do acervo processual da Vara, com a consequente recuperação do crédito público.

Iniciado em 2014, já foram realizadas onze edições, conforme o quadro a seguir:

Estado/Município	Número de Atendimentos	Número de processos arquivados ou suspensos	Valor arrecadado
Distrito Federal	37.000	79.000	R$ 1.200.000.000,00
Pernambuco e Recife	20.000	25.000	R$ 240.000.000,00
Mato Grosso e Cuiabá	21.000	40.000	R$ 207.000.000,00

Rio de Janeiro	30.000	87.000	R$ 1.957.000.000,00
Goiânia	57.500	14.000	R$ 80.000.000,00
Ceará	10.000	12.000	R$ 30.000.000,00
Paraíba	2.300	313*	R$ 8.000.000,00
Petrópolis	8.660		R$ 34.000.000,00
Rio de Janeiro (Barra da Tijuca)	3.000		R$ 60.000.000,00
São João do Miriti			
Bahia e Salvador			
SUBTOTAL	186.460	257.313	R$ 3.816.000.000,00

*O Estado da Paraíba optou por fazer, inicialmente, apenas um grupo de grandes devedores.

E, conforme o quadro baixo, estão em andamento ou em fase de elaboração as seguintes edições:

Estado/Município	Dívida estimada	Número estimado de processo	Data prevista para início
Nova Iguaçu/RJ	R$ 1 bilhão	600.000	3/11/2015
Rio Bonito/RJ			3/11/2015
Goiás	R$ 32 bilhões	11.000	16/11/2015
Distrito Federal	Grandes devedores		
Estado de São Paulo*	R$ 34 trilhões	13.000.000	1º/12/2015
Maranhão e São Luís	R$ 1,5 bilhões R$ 2,2 bilhões	11.500 e 21.000	
Tocantins e Palmas	R$ 1,8 bilhões R$ 400 milhões	62.000 32.000	
Rondônia	R$ 13,5 bilhões	52.000	
Rio Grande do Norte e Natal	R$ 7,3 bilhões R$ 990 milhões	16.000 155.000	

*Sem a participação da Corregedoria Nacional de Justiça, apenas Estado e Capital.

Redescobrindo os Juizados Especiais

Passados 20 anos da entrada em vigor da Lei n. 9.099/1995, muitas das principais diretrizes dos Juizados Especiais foram sendo abandonadas e transformadas, de maneira que os critérios orientadores dos processos que ali tramitam – oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade – foram perdendo-se ao longo do tempo.

Consciente dessa nova realidade e ainda de todo o potencial benéfico à Justiça da Lei que é uma das mais modernas da legislação brasileira, a Corregedoria Nacional de Justiça iniciou o programa Redescobrindo os Juizados Especiais.

O trabalho objetiva incentivar os juízes a redescobrirem a Lei 9.099/1995, retomando o ideal de se evitar na Justiça Especial os embaraços processuais vivenciados nos processos da Justiça tradicional.

A releitura contemporânea da lei, repleta de 20 anos de experiência angariada por todos os valorosos juízes que jurisdicionam os Juizados Especiais, bem como o resgate da ideia original, especialmente do juiz leigo e dos critérios da simplicidade e informalidade, possibilita extrair da lei tudo aquilo que sabemos ser possível para se atingir o tempo razoável de duração do processo na Justiça Especial.

O conhecimento adquirido após enfrentar de verdade a criação de uma nova Justiça, ter uma melhor noção sobre dificuldades e soluções possíveis, e, principalmente, a facilidade advinda das novas tecnologias somente enriquecem essa espécie de retorno às origens.

Assim foi proposta a releitura da lei, o que apenas faz sentido com o abalizado e notório conhecimento de quem realiza as audiências e diariamente vive com intensidade os Juizados Especiais. Dispondo desse conhecimento, é possível determinar como a Justiça Especial pode funcionar para atingir o seu principal objetivo: atender o cidadão nas dificuldades conflituosas do dia a dia, caminho único se para alcançar a paz social.

Como forma de implementar o programa, no mês de setembro, foram realizados mutirões de atuação dos Juizados Especiais de todos os tribunais do país.

DIRETRIZ VII:

Contribuir com o desenvolvimento da Justiça Restaurativa

Esta seção apresenta informações sobre atividades desenvolvidas pelo CNJ relacionadas à Diretriz VII.

Contribuir com o desenvolvimento da Justiça Restaurativa

A Justiça Restaurativa é um método ou técnica alternativa de compreensão e tratamento dos conflitos sociais que envolvam a prática de infrações penais. Promove a interlocução entre autor do fato, a vítima, os respectivos familiares e a comunidade na busca pela restauração do tecido social rompido pela prática de infrações penais. Trata-se, portanto, de mecanismo voltado à reparação dos danos, a reconstrução dos laços sociais e a reinserção do ofensor. Envolve a sensibilização, a escuta da vítima, do ofensor e dos demais envolvidos.

Desenvolvimento da Justiça Restaurativa

O CNJ instituiu, por meio da Portaria n. 74 de 12 de agosto de 2015, grupo de trabalho para contribuir com o desenvolvimento da Justiça Restaurativa. Pretendeu-se desenvolver estudos e propor medidas que contribuam com o desenvolvimento da Justiça Restaurativa. Objetiva-se estruturar um sistema restaurativo de resolução de conflitos nos tribunais.

Além dos integrantes, o grupo de trabalho conta com o auxílio de autoridades ou especialistas de entidades públicas e privadas que tenham atuação na área. O grupo tem como objetivo a divulgação, o desenvolvimento de estudos e proposição de medidas para implementação progressiva e estruturação de um sistema restaurativo de resolução de conflitos em tribunais estaduais e federais.

Práticas de Justiça Restaurativa – aprovação da Meta 8

Tendo em vista a necessidade de implementar ações no sentido de concretizar a Justiça Restaurativa, foi aprovada a Meta 8 no 9º Encontro Nacional do Poder Judiciário.

A meta objetiva contribuir com o desenvolvimento da Justiça Restaurativa, buscando, sempre que possível, a criação no ambiente forense, da cultura da compensação do mal causado pelo infrator por meio de meios que não puramente a restrição de sua liberdade, sobretudo em um ambiente

punitivo que não consegue atingir as finalidades de recuperação social e retribuição pelo dano que ocasionou. Ademais a Justiça Restaurativa foi um dos temas estratégicos discutidos na 1ª Reunião Preparatória para o 9º Encontro Nacional do Poder Judiciário. Devido à sua importância, o CNJ criou um grupo de trabalho para estruturar o uso da Justiça Restaurativa, elaborar estudos e propor minuta de resolução.

Nesses termos, para cumprir a Meta 8, a Justiça Estadual deve "implementar projeto com equipe capacitada para oferecer práticas de Justiça Restaurativa, implantando ou qualificando pelo menos uma unidade para esse fim, até 31/12/2016."

DIRETRIZ VIII:

Colaborar com a elaboração de atos normativos que promovam a celeridade processual, o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional e a melhoria das condições de trabalho dos juízes

Esta seção apresenta informações sobre atividades desenvolvidas pelo CNJ relacionadas à Diretriz VIII.

Colaborar com a elaboração de atos normativos que promovam a celeridade processual, o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional e a melhoria das condições de trabalho dos juízes

Essa diretriz incentiva que a função normativa do CNJ seja orientada à melhoria da prestação jurisdicional por meio de políticas judiciárias estruturantes e de indução, observando-se as condições laborais de magistrados e priorizando-se o primeiro grau de jurisdição.

Aperfeiçoamento dos anexos da Resolução CNJ n. 76/2009

Em 2015 os anexos da Resolução CNJ n. 76/2009 foram amplamente reformulados. Já em 2016 os dados do ano-base 2015 e, em consequência, o Relatório Justiça em Números 2016, já trarão a público as principais inovações das estatísticas do Poder Judiciário. Conduzida pela Comissão de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento do CNJ, a revisão contou com a participação dos Tribunais por meio de Consulta Pública e de Reuniões com o Comitê Gestor Nacional do Sistema de Estatística do Poder Judiciário.

Entre os principais destaques estão a inclusão do tempo de duração do processo, a criação de indicadores sobre conciliação e a criação da taxa de congestionamento líquida, que exclui o estoque suspenso ou sobrestado em razão de repercussão geral ou de recursos repetitivos. Além disso, os processos ingressados na segunda e terceira instâncias passarão a ser identificados entre originários e recursais. Inspirado nas políticas de atenção ao primeiro grau, todas as variáveis relacionadas a despesas com Recursos Humanos passarão a ser segregadas por grau de jurisdição.

CNJ aprova cotas de acesso a negros para cargos no Judiciário

O Plenário do CNJ aprovou, no dia 9 de junho de 2015, durante a 210ª Sessão Ordinária, resolução que dispõe sobre a reserva aos negros, no âmbito do Poder Judiciário, de vagas oferecidas em concursos públicos para provimento de cargos efetivos e de ingresso na magistratura. Assim

haverá reserva mínima de 20% das vagas para esses candidatos, sendo que o percentual poderá ser elevado a critério de cada tribunal, que também terá autonomia para criar outras políticas afirmativas de acordo com as peculiaridades locais. Com a aprovação da resolução, a magistratura é a primeira carreira jurídica a estabelecer esse tipo de política afirmativa para preenchimento de vagas.

Programa Nacional de Modernização da Administração das Varas Especializadas de Falência e Recuperação Judicial

Instituído pela Portaria n. 13, de 15 de setembro de 2015, da Corregedoria Nacional de Justiça, o Programa visa ao levantamento dos dados gerais das varas especializadas de falência e recuperação judicial, para adequar os recursos disponíveis, de forma a garantir a melhor, mais efetiva e ágil prestação jurisdicional.

DIRETRIZ IX:

Desenvolver uma política criminal judiciária para o sistema penitenciário e socioeducativo, tendo por pilares a concretização e a efetividade de direitos, e o combate à cultura do encarceramento desnecessário, em especial, nas prisões provisórias

Esta seção apresenta informações sobre atividades desenvolvidas pelo CNJ relacionadas à Diretriz IX.

Desenvolver uma política criminal judiciária para o sistema penitenciário e socioeducativo, tendo por pilares a concretização e a efetividade de direitos, e o combate à cultura do encarceramento desnecessário, em especial, nas prisões provisórias

Desenvolver ações preventivas para reduzir o encarceramento desnecessário, adotando como estratégia principal a implantação das audiências de custódia em todo o país, que consistem na apresentação pessoal de presos em flagrante perante a autoridade judiciária em 24 horas. Essa diretriz cuida também de adotar conjunto sistemático de ações destinadas à valorização da dignidade da pessoa humana no ambiente prisional.

Implementação da "audiência de custódia ou de apresentação" perante o Poder Judiciário do país

Uma das prioridades da atual gestão do CNJ, o projeto Audiência de Custódia, desenvolvido pelo CNJ em parceria com TJs estaduais, já evitou a prisão de mais de 14 mil pessoas desde que entrou em vigor, em fevereiro deste ano, em São Paulo, até o final de novembro. Com a adesão do Distrito Federal ao projeto, formalizada no dia 14 de outubro, todas as unidades da Federação contam com a estrutura de apresentação de presos a um juiz em até 24 horas após o flagrante.

Segundo cálculos, o projeto já gerou uma economia superior a R$ 500 milhões aos cofres públicos desde fevereiro, montante que pode subir para R$ 14 bilhões ao longo do próximo ano. Isso porque R$ 4,3 bilhões deixariam de ser gastos apenas com essas detenções, já que cada preso custa, em

média, R$ 3 mil ao Estado e o projeto pretende evitar a prisão desnecessária de 120 mil pessoas, A esse valor soma-se uma economia de R$ 9,6 bilhões referentes à construção de 240 presídios para acomodar, cada um, cerca de 500 presos.

Mas a finalidade do projeto Audiência de Custódia vai muito além da economia de recursos financeiros, que é humanizar a Justiça e prender apenas os que merecem e devem ser presos, que são violentos e representam um perigo. Aqueles que cometeram delitos de menor potencial ofensivo não têm antecedentes, emprego fixo e podem responder processo em liberdade em vez de serem amontoados como animais nas nossas penitenciárias e ainda aliciados pelo crime organizado.

Antes da instituição das audiências de custódia, os detidos em flagrante eram encaminhados diretamente aos centros de detenção provisória, onde costumavam ficar, em média, de três a seis meses à espera de uma audiência com um juiz. Agora, após a prisão, os acusados passam por exames no Instituto Médico Legal e são encaminhados à audiência, em até 24 horas, na qual podem relatar a sua versão dos fatos e, inclusive, denunciar possíveis maus-tratos durante a abordagem policial.

A partir de então, o magistrado, sempre ouvindo os argumentos da Promotoria Pública e da Defensoria, ou do advogado do acusado, decide pela manutenção da prisão preventiva ou pela sua liberação diante ou não de medidas cautelares. O tempo médio de cada sessão é de 20 minutos.

As audiências de custódia também chegaram à Justiça Federal. No final de outubro, a Subseção Judiciária de Foz do Iguaçu, no Paraná, realizou a primeira audiência com uma mulher acusada de transportar munição, dando início a um novo ciclo do projeto. A região foi escolhida por fazer parte da tríplice fronteira, onde grande parte das prisões em flagrante está relacionada a crimes como contrabando e tráfico de armas e drogas.

De acordo com dados do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF) do CNJ, o percentual de soltura após a instalação das audiências de custódia varia entre 35% e 81%, dependendo do estado, resultando em uma média de 45% entre os quase 15 mil casos analisados por magistrados de

todo o país. Os números apontam ainda que, em 51% dos casos, a pessoa continuou presa, o que condiz com o objetivo do projeto, ou seja conceder o benefício da soltura a 120 mil pessoas. Em 4% dos casos as prisões foram consideradas ilegais.

Previstas na Convenção Americana de Direitos Humanos, conhecida como Pacto de San José da Costa Rica, as audiências de custódia já receberam o aval do Judiciário e do Legislativo brasileiros. Em julgamento realizado em agosto, os ministros do STF decidiram, por unanimidade, pela constitucionalidade do projeto. Em setembro, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal aprovou o projeto de lei que regulamenta a audiência de custódia e aguarda deliberação da Câmara dos Deputados.

O respaldo internacional ao projeto veio em outubro, com a visita do presidente Ricardo Lewandowski à Organização dos Estados Americanos (OEA), em Washington (EUA). Na ocasião, o CNJ e a OEA assinaram memorando de entendimento sobre política judiciária criminal e sistema carcerário. Segundo o acordo de cooperação, as instituições atuarão para promover medidas alternativas ao encarceramento; audiências de custódia, expansão do acesso à Justiça, melhoria da eficiência do Judiciário para reduzir a população penitenciária, informatização dos processos de execução penal, fortalecimento da reinserção social pela melhoria da infraestrutura penitenciária além de capacitação de profissionais, assim como implementação de ferramentas de gestão e planejamento no sistema penitenciário.

Monitoração eletrônica – Em dezembro de 2015, as audiências de custódia ganharam novo impulso com a assinatura de convênios para implantar políticas do projeto em 15 estados e no Distrito Federal. O termo de compromisso, que prevê a transferência de recursos federais do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen), foi formalizado entre o Ministério da Justiça e o Conselho Nacional de Secretários de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania.

Os termos assinados com diversas unidades da federação preveem a implantação de 12 novas Centrais de Monitoração Eletrônica e de 49 Centrais Integradas de Alternativas Penais, estruturas necessárias para

plenos resultados relativos às audiências de custódia. Além disso, preveem a implantação das Centrais de Monitoração Eletrônica em 12 estados – Rio Grande do Norte, Roraima, Acre, Ceará, Mato Grosso, Pará, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rondônia, Sergipe e São Paulo – que se somam aos dez estados onde as centrais já existem (Alagoas, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Paraíba, Santa Catarina, Tocantins, Bahia, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal). Os novos convênios serão custeados com R$ 23,9 milhões do Funpen e devem beneficiar 2,4 mil pessoas por mês.

Já as Centrais Integradas de Alternativas Penais são formadas por equipes multidisciplinares que monitoram as outras modalidades de medidas cautelares alternativas à prisão definidas pelos juízes. O convênio trata da implementação em nove estados (Acre, Bahia, Distrito Federal, Maranhão, Minas Gerais, Piauí, Rondônia, Roraima e São Paulo) e estima o atendimento 34,4 mil pessoas por mês e com aplicação de R$ 27,2 milhões do fundo federal.

Saúde e trabalho – Além das estruturas previstas nas audiências de custódia, os convênios assinados beneficiam duas áreas de prioridade estratégica para o CNJ em políticas judiciárias do sistema penal e carcerário. Com foco no trabalho e na reintegração social dos detentos, foi acertada a transferência federal de R$ 26,5 milhões para a implantação de 136 Oficinas de Capacitação Profissional em 112 unidades prisionais de 18 unidades da federação, beneficiando 3,4 mil detentos.

Já na área de saúde, o convênio para o repasse de R$ 39,6 milhões levará à implantação de 601 unidades básicas de saúde e centros de referência para atenção à saúde materno-infantil em 23 estados. Atualmente, o CNJ desenvolve um projeto específico para a atenção à saúde dentro dos presídios que será lançado no início de 2016 em parceria com apoio do Ministério da Saúde. A política judiciária do CNJ está alinhada com a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP), aprovada em 2014.

CNJ e Ministério da Justiça assinam acordos para combater o encarceramento provisório

Foram assinados três acordos que buscam combater o excesso de encarceramento provisório no país. Os acordos, assinados pelo CNJ e pelo Ministério da Justiça, têm por objetivo incentivar a difusão do projeto Audiências de Custódia em todo o Brasil, o uso de medidas alternativas à prisão e a monitoração eletrônica.

O primeiro acordo de cooperação técnica assinado estabelece a "conjugação de esforços" entre CNJ e Ministério da Justiça para a implantação das audiências de custódia nos estados. O projeto busca garantir a rápida apresentação do preso em flagrante a um juiz, para que seja feita uma primeira análise sobre a necessidade e o cabimento da prisão ou a adoção de medidas alternativas.

O acordo de cooperação técnica também conta com a participação do Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD), que fará o levantamento e análise de dados para avaliação periódica do projeto.

Alternativas penais – O segundo acordo firmado pretende ampliar o uso de medidas alternativas à prisão, como a aplicação de penas restritivas de direitos, o uso de medidas protetivas de urgência, o uso de medidas cautelares diversas da prisão, a conciliação e a mediação. As medidas alternativas à prisão podem ser aplicadas pelos juízes tanto em substituição à prisão preventiva, quando são chamadas de medidas cautelares, quanto no momento de execução da pena.

O uso de tornozeleiras eletrônicas, o recolhimento domiciliar no período noturno, a proibição de viajar, de frequentar alguns lugares ou de manter contato com pessoas determinadas são alguns exemplos de medidas alternativas que podem ser aplicadas.

Um terceiro acordo tem por objetivo elaborar diretrizes e promover a política de monitoração eletrônica. Segundo informações do Departamento Penitenciário Nacional (Depen) do Ministério da Justiça, o monitoramento eletrônico é usado hoje em 18 estados da Federação, principalmente na fase de execução da pena ou como medida protetiva de urgência.

O acordo assinado busca incentivar o uso das tornozeleiras em duas situações específicas: no monitoramento de medidas cautelares aplicadas a acusados de qualquer crime, exceto os acusados por crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade superior a quatro anos ou que já tiverem sido condenadas por outro crime doloso, e no monitoramento de medidas protetivas de urgência aplicadas a acusados de crime que envolva violência doméstica e familiar contra mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência.

O acordo prevê a elaboração de parâmetros nacionais sobre diretrizes, fluxos, princípios, procedimentos e atribuições dos órgãos envolvidos na monitoração eletrônica. Está prevista ainda a definição de regras para o tratamento de dados coletados no serviço de monitoração, a capacitação de agentes públicos dos órgãos envolvidos no processo de monitoração e a promoção da tecnologia, entre outras ações.

Projeto Cidadania nos Presídios

O projeto busca assegurar o gozo e o exercício dos direitos no cárcere, trabalhando, Inclusive, implementar o princípio do *numerus clausus*; analisar os processos de execução penal dos sentenciados em regime fechado ou semiaberto, ou submetidos a medida de segurança, preferencialmente, em condições de serem contemplados pelos Decretos Presidenciais sobre indultos, que dispõem sobre os requisitos para a declaração judicial de indulto e comutação de penas.

O Projeto Cidadania nos Presídios compreende um conjunto lógico e articulado de ações, com desdobramento em três planos de atuação (eixos): processual-cartorial, administrativo-penitenciário e social.

O eixo processual-cartorial consiste na organização de um regime especial de atuação voltado à análise e apreciação de benefícios em processos de execução penal, particularmente reconhecendo hipóteses de indulto ou comutação, com base nos Decretos Presidenciais n. 8.172/2013 e n. 8.380/2014, em homenagem à política de efetividade dos direitos e da dignidade da pessoa humana submetida à privação de liberdade.

O eixo Administrativo-penitenciário compreende, a operacionalização do princípio supralegal da "capacidade prisional taxativa" (estamos batizando essa ação com esse nome), ou simplesmente "*numerus clausus*" (como é mais conhecido internacionalmente), coordenando ações e esforços junto à base territorial local para a modificação da lógica de um outro regramento que melhor equacione a delicada questão da capacidade dos equipamentos prisionais.

O eixo social é o trabalho de fomento e articulação de ações sociais, voltadas para o "restabelecimento da confiança do egresso" no retorno ao convívio de todos – na perspectiva da garantia e efetividade dos direitos do egresso e da pessoa presa.

Resultados obtidos: O projeto foi implementado em maio no estado do Espírito Santo, onde vem sendo desenvolvido localmente, em uma parceria entre o TJES e o governo do estado do ES, por suas secretarias de Estado, com a consultoria do CNJ.

Previsões e Projetos para 2016
- Consolidação das ações do projeto nos seus três eixos de atuação. Disseminação do formato de trabalho e práticas exitosas para outras unidades da federação

Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei (CNACL)

O Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei (CNACL) objetiva auxiliar os juízes no controle das internações e eliminar possíveis erros na alimentação do sistema. Com isso, os dados referentes ao número de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa no país estarão sempre atualizados, possibilitando que os gestores da política de atendimento socioeducativo possam dispor de dados confiáveis para o direcionamento das políticas públicas.

Por intermédio da Resolução n. 191/2014, que alterou a Resolução n. 165/2012, ambas do CNJ, foram efetuadas alterações no sistema do CNACL. A nova sistemática está em vigor desde o dia 1º de maio de 2014 e passou a ser gerida pelo DMF. Desde então foram geradas aproximadamente 250 mil guias de execução de medida socioeducativa.

Previsões e Projetos para 2016
- Desenvolvimento de alterações e melhorias no CNACL que permitam facilitar a rotina dos magistrados e servidores nas varas de conhecimento e de execução das medidas socioeducativas da infância e juventude de todo o país, com o objetivo de manter as informações sempre atualizadas e disponíveis para consulta. Para isso, será realizada uma reformulação do sistema CNACL visando à inserção de módulo para geração da Guia de Desligamento do adolescente ao final do cumprimento da medida socioeducativa, com o objetivo de eliminar possíveis erros na alimentação do sistema e compilação dos dados.

Cadastro Nacional de Inspeções em Unidades de Internação e Semiliberdade (CNIUIS)

O Cadastro Nacional de Inspeções em Unidades de Internação e Semiliberdade (CNIUIS) tem como objetivo mapear o sistema de execução das medidas socioeducativas do país, reunindo os dados das unidades de internação e semiliberdade por meio das inspeções bimestrais realizadas pelos juízes com competência para a execução de medidas socioeducativas, em cumprimento à Resolução n. 77 do CNJ.

Os juízes das Varas da Infância e Juventude realizam a inspeção bimestral nas Unidades de Internação e de Semiliberdade sob sua responsabilidade e preenchem o formulário eletrônico no sistema CNIUIS.

Espera-se que o CNIUIS possibilite o registro e sistematização dos dados de todas as unidades de internação e semiliberdade do país, de forma a apresentar a situação real e atualizada de todas as unidades de atendimento socioeducativo.

Previsões e Projetos para 2016
- Realizar alterações com o intuito de consolidar os diversos relatórios estatísticos de forma a apresentar um quadro geral da real situação das unidades de atendimento ao adolescente em conflito com a lei. Além disso, organizar e fortalecer as estruturas dos Grupos de Monitoramento e Fiscalização (GMF) que deverão fiscalizar e acompanhar o correto preenchimento do sistema CNIUIS.

Programa de Ressocialização de Sentenciados

O Contrato n. 28/2014 foi firmado a partir de 24 de junho de 2014 com a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal (FUNAP/DF) e prevê o preenchimento de dez vagas no âmbito do CNJ para reinserção de sentenciados no ambiente de trabalho e na sociedade.

Atualmente, quatro vagas foram preenchidas e os reeducandos estão alocados nas áreas administrativas e de serviços gerais.

DIRETRIZ X:

Realizar estudo sobre as condições de saúde da população carcerária

Esta seção apresenta informações sobre atividades desenvolvidas pelo CNJ relacionadas à Diretriz X.

Realizar estudo sobre as condições de saúde da população carcerária

Promover estudos quanto às condições de saúde dos presos e custodiados do sistema prisional do país, em atenção aos direitos humanos e aos princípios constitucionais, em especial, o da dignidade da pessoa humana.

Projeto Ações Intersetoriais para a Efetivação da Assistência à Saúde e Assistência Social no Sistema Prisional (PAISÁ)

São objetivos do projeto PAISÁ, o incentivo e a implementação de um conjunto de ações intersetoriais para garantir a saúde e a assistência social das pessoas privadas de liberdade no sistema prisional, e do universo que com ela se relaciona, a partir da perspectiva de uma intervenção humanitária, de forma a assegurar o acesso universal às ações de atenção básica à saúde e a garantia da integralidade da atenção, decorrente da maior aproximação com a Rede de Atenção à Saúde e da Rede do Sistema Único da Assistência Social, de modo a garantir um padrão sanitário e de assistência mínimos.

O projeto busca ainda a consolidação e concretização do direito à saúde e à assistência social em favor da pessoa presa, pela mobilização, a partir da força catalizadora do Poder Judiciário, dos diversos atores da execução penal e do sistema prisional, e em parceria com diversos outros órgãos e instituições que atuam e intervêm, direta ou indiretamente, no Sistema de Justiça Criminal, bem como de outros segmentos sociais, para a efetiva implantação e consecução de ações intersetoriais visando assegurar e promover a saúde, prevenção dos agravos, tratamento e continuidade do cuidado relativo à integralidade da atenção à população privada de liberdade, bem como aos indivíduos envolvidos ou inseridos, direta ou indiretamente, no sistema prisional, sob perspectiva de intervenção, primordialmente, humanitária, valorizando-se, destarte, o capital humano como força motriz desse programa, partindo da premissa básica, como vetor primordial do sistema de garantias aqui engendrado, que a ressocialização pode ser uma realidade e a integração social deve ser perseguida.

Previsões e Projetos para 2016
- Promover a efetivação de políticas sociais intersetoriais já existentes, interiorizando-as nas unidades prisionais por meio de ações articuladas e que permitam uma maior integração ao Sistema Único de Saúde (SUS) e ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

DIRETRIZ XI:

Manter permanente interlocução com os juízes de todos os graus de jurisdição e com os tribunais do país

Esta seção apresenta informações sobre atividades desenvolvidas pelo CNJ relacionadas à Diretriz XI.

Manter permanente interlocução com os juízes de todos os graus de jurisdição e com os tribunais do País

Adotar postura aberta ao diálogo com a magistratura e os tribunais brasileiros, para o desenvolvimento de uma gestão integrada e participativa.

Fale com a Corregedora

O Programa busca incentivar o diálogo entre os Juízes de 1º grau de jurisdição e a Corregedoria Nacional de Justiça, tendo em vista a sua atuação não só na vertente disciplinar como também no viés de apoio aos juízes para o aprimoramento da prestação jurisdicional.

Objetiva, assim, estimular e motivar os juízes de primeiro grau no cumprimento de seus deveres, conhecendo seus anseios e necessidades, bem como ouvindo suas preocupações e sugestões para a melhoria dos serviços administrativos e judiciários de primeira instância. Além disso, visa prestar-lhes o auxílio necessário ao aprimoramento da atividade judicante.

Nesse contexto, são realizadas reuniões com a Corregedora Nacional de Justiça, a fim de que sejam identificadas áreas de atuação e empreendidas ações em prol da melhor qualidade da prestação jurisdicional.

Até o momento, já foram realizados encontros no Acre, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Pernambuco e Rondônia e novas edições estão previstas para se realizarem.

Imperioso registrar que, a partir de uma reunião do "Fale com a Corregedora", surgiu a ideia do "Regime Especial de Trabalho no Tribunal de Justiça da Bahia".

O projeto foi encerrado quase dois meses antes do prazo e resultou em 81 unidades judiciais saneadas, física e operacionalmente, na capital baiana. A conclusão do trabalho – prevista para ocorrer apenas em 19 de dezembro de 2015 – foi celebrada no dia 28/10/15 e contou com a participação de 264 servidores que foram deslocados temporariamente do segundo grau para atuar no saneamento das varas com maior estoque processual de Salvador.

Em pouco mais de quatro meses de trabalho – as atividades do Regime Especial foram iniciadas em meados de junho –, foram mais 843 mil atos judiciais praticados pelos servidores deslocados para o 1º grau. Entre as unidades judiciais soteropolitanas beneficiadas estão 32 Varas Cíveis; 17 Varas Criminais; 14 Varas de Família; e 4 Varas de Fazenda Pública. Na tabela abaixo apresenta-se o quadro de produtividade encaminhado pela Corregedoria Geral de Justiça do Estado da Bahia:

ATOS	CÍVEL	CRIME	FAMÍLIA	TOTAL GERAL
Atos Ordinatórios	5.459	2.163	3.515	11.137
Audiências realizadas	–	–	69	69
Baixa de Processos	5.223	17.389	1.698	24.310
Arquivo Provisório (art. 366 CPP)	227	2.286	4	2.517
Cartas Precatórias devolvidas	77	43	1	121
Cálculo de Custas	3.727	–	290	4.017
Digitalização de Processos	1.746	3.265	539	5.550
Expedição de Cartas /Intimação e Citação	265	151	373	789
Expedição de Cartas Precatórias	1.816	–	1.383	3.199
Expedição de Certidões	6.889	5.979	3.988	16.856
Expedição de Certidões de Decurso de Prazo	4.466	654	1.397	6.517
Expedição de Editais	90	3.020	63	3.173
Expedição de Guia de Recolhimento	360	628	–	988
Expedição de Mandados	1.597	270	1.607	3.474

Expedição de Ofícios	441	2.760	1.337	4.538
Juntadas de petições/ documentos	65.525	2.796	26.567	94.888
Organização de Processos nas Estantes	90.794	3.063	55.927	149.784
Preparação de Processos para digitalização	1.614	5.516	559	7.689
Processos Arrumados	18.080	1.089	15.878	35.047
Processos convertidos em eletrônicos	2.032	6.750	222	9.004
Processos enviados para conclusão	15.596	939	2.463	18.998
Processos Repaginados	13.505	138	4.023	17.666
Processos triados	71.895	33.435	49.758	155.088
Publicação	4.464	39	1.492	5.995
Remessa TJ (grau de recurso)	843	67	76	986
Remessa de pet/doc para arquivo	106.663	2.639	7.848	117.150
Remessa de processos para digitalização	13.774	57	308	14.139
Outros	76.260	12.191	41.594	130.045
TOTAL	**513.425**	**107.327**	**222.979**	**843.731**

Total de Atos Praticados: 843.731
Média Diária de Atos Praticados: 8.976

Atendimentos por Audiência e por e-mail

A Corregedoria Nacional de Justiça está sempre aberta para acesso ao cidadão e aos magistrados em geral, seja pela realização de audiências, seja por meio de *e-mails*, totalizando o quantitativo de atendimentos a seguir:

Atendimentos por audiência

Audiências/mês	Quantidade
Setembro/2014	31
Outubro/2014	50
Novembro/2014	42
Dezembro/2014	28

Janeiro/2015	9
Fevereiro/2015	34
Março/2015	46
Abril/2015	32
Maio/2015	47
Junho/2015	38
Julho/2015	19
Agosto/2015	31
Setembro/2015	25
Outubro/2015	29
Novembro/2015	16
Total	**477**

Atendimentos por e-mail

Período	Quantidade
Setembro/2014 a Novembro/2014	2.512
Dezembro/2014 a Março/2015	2.725
Abril/2015 a Junho/2015	1.913
Julho/2015 a Novembro/2015	2.964
TOTAL	**10.114**

Criação de conselho consultivo dos Tribunais de Justiça Estadual

O CNJ criou conselho consultivo, formado pelos TJs de todo o país, para auxiliar o CNJ nas tomadas de decisões administrativas que impactam o funcionamento da Justiça Estadual.

O anúncio foi feito no encerramento do 102º Colégio Encontro do Colégio Permanente de Presidentes de TJs, realizado em Belo Horizonte/MG.

O novo conselho consultivo será ligado à Presidência do CNJ. Uma das prioridades do conselho consultivo será o estudo de soluções para a redução do acervo processual e o melhor funcionamento da prestação jurisdicional.

Tribunais de Justiça aderem a práticas de sustentabilidade e economia de recursos

Uma competição em nome da sustentabilidade e da economia de recursos começa a ser disseminada entre os TJs. O programa, chamado TJ + sustentável, foi criado no ano passado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte (TJRN), com metas de redução de energia elétrica, água, telefonia, papel e copos descartáveis entre os órgãos do Poder Judiciário potiguar. Em apenas três meses, o programa gerou uma economia de R$ 48 mil. Agora, o projeto foi implantado no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP) e conta com a participação de 12 fóruns na capital e no interior dentro do projeto piloto. Já no Tribunal de Justiça do Estado do Acre (TJAC), a ação ambiental está concentrada na criação de um bosque amazônico no tribunal, com o plantio de centenas de mudas frutíferas.

As práticas estão em consonância com as normas ambientais estabelecidas pelo CNJ por meio da Resolução n. 201/2015 do CNJ. Os tribunais deverão adotar modelos de gestão organizacional e de processos estruturados na promoção da sustentabilidade ambiental, econômica e social. Entre os exemplos de gestão estão o aperfeiçoamento contínuo da qualidade do gasto público, o uso sustentável de recursos naturais e bens públicos e a redução do impacto negativo das atividades do órgão no meio ambiente com adequada gestão dos resíduos gerados.

Poder Judiciário, o Ser Humano e as Histórias de Bastidores

Instituído pela Portaria n. 22 de 12/11/2015, da Corregedoria Nacional de Justiça, o Projeto propõe o levantamento, a catalogação e a publicação de relatos de fatos, situações e momentos inusitados, pitorescos e até mesmo curiosos e engraçados relatados pelos juízes de primeiro e de segundo grau de todo o país, com o objetivo de registrar esse outro lado do exercício da jurisdição e o que acontece, no dia a dia das varas, dos gabinetes e dos cartórios judiciais, além da aplicação da lei e dos procedimentos judiciais.

Realização da II Jornada de Direito da Saúde

Com a finalidade de debater os problemas inerentes à judicialização da saúde e difundir boas práticas adotadas pelos tribunais brasileiros o CNJ promoveu, entre os dias 18 e 19 de maio de 2015, a realização da II Jornada de Direito da Saúde.

A judicialização em questão se refere ao fato de a Justiça ser cada vez mais solicitada a decidir questões relacionadas a deficiências no atendimento prestado pelo SUS e pelos planos de saúde. A procura pelo Judiciário ocorre apesar de a Constituição Federal, no artigo 196, definir que cabe à União, aos estados e aos municípios garantir aos cidadãos acesso universal e igualitário à assistência à saúde. Conforme balanço do CNJ, em junho de 2014 tramitavam no país 392.921 processos judiciais com pedidos por medicamentos, tratamentos, leitos em hospitais, entre outros.

A realização de jornadas de discussão faz parte das ações do Fórum Nacional do Judiciário para a Saúde, criado em 2010 pelo CNJ com o objetivo de monitorar as demandas assistenciais e discutir estratégias para efetivar o direito dos pacientes. O Fórum, constituído por comitês estaduais, é coordenado pelo Comitê Executivo Nacional, que reúne o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), gestores das três esferas de governo, entre outros participantes.

O Fórum Nacional do Judiciário para a Saúde é uma das principais ações do CNJ voltadas à efetivação do direito à saúde. Nessa Jornada foram aprovados mais 23 enunciados interpretativos sobre o direito à Saúde.

Enunciados aprovados na II Jornada de Direito da Saúde:

46 – Saúde Pública – As ações judiciais para as transferências hospitalares devem ser precedidas de cadastro do paciente no serviço de regulação de acordo com o regramento de referência de cada município, região ou do estado.

47 – Saúde Pública – Não estão incluídos na competência dos juizados especiais da fazenda pública os casos em que se pretende o fornecimento

de medicamento e/ou tratamento cujo custo anual superar o limite da competência dos referidos juizados.

48 – Saúde Pública – As altas de internação hospitalar de paciente, inclusive de idosos e toxicômanos, independem de novo pronunciamento judicial, prevalecendo o critério técnico profissional do médico.

49 – Saúde Pública – Para que a prova pericial seja mais fidedigna com a situação do paciente, recomenda-se a requisição do prontuário médico.

50 – Saúde Pública – Salvo prova da evidência científica e necessidade premente, não devem ser deferidas medidas judiciais de acesso a medicamentos e materiais não registrados pela Anvisa ou para uso *off label*.

Não podem ser deferidas medidas judiciais que assegurem o acesso a produtos ou procedimentos experimentais.

51 – Saúde Pública – Nos processos judiciais, a caracterização da urgência/emergência requer relatório médico circunstanciado, com expressa menção do quadro clínico de risco imediato.

52 – Saúde Pública – Nas ações reiteradas na mesma Comarca que apresentem pedidos de medicamentos, produtos ou procedimentos já previstos nas listas oficiais, como medida de eficácia da atuação jurisdicional, é pertinente o magistrado dar ciência dos fatos aos Conselhos Municipal e Estadual de Saúde.

53 – Saúde Pública – Mesmo quando já efetuado o bloqueio de numerário por ordem judicial, pelo princípio da economicidade, deve ser facultada a aquisição imediata do produto por instituição pública ou privada vinculada ao SUS, observado o preço máximo de venda ao governo – PMVG, estabelecido pela CMED.

54 – Saúde Pública – Havendo valores depositados em conta judicial, a liberação do numerário deve ocorrer de forma gradual mediante comprovação da necessidade de continuidade do tratamento postulado, evitando-se a liberação única do montante integral.

55 – Saúde Pública – O levantamento de valores para o cumprimento de medidas liminares nos processos depende da assinatura de termo de responsabilidade e prestação de contas periódica.

56 – Saúde Pública – Havendo depósito judicial por falta de tempo hábil para aquisição do medicamento ou produto com procedimento licitatório pelo poder público, antes de liberar o numerário é prudente, sempre que possível, que se exija da parte a apresentação prévia de três orçamentos.

57 – Saúde Pública – Em processo judicial no qual se pleiteia o fornecimento de medicamento, produto ou procedimento, é recomendável verificar se a questão foi apreciada pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (Conitec).

58 – Saúde Pública – Quando houver prescrição de medicamento, produto, próteses ou procedimentos que não constem em lista (Rename/Renases) ou protocolo do SUS, recomenda-se a notificação judicial do médico prescritor, para que preste esclarecimentos sobre a pertinência e necessidade da prescrição, bem como para firmar declaração de eventual conflito de interesse.

59 – Saúde Pública – As demandas por procedimentos, medicamentos, próteses, órteses e materiais especiais, fora das listas oficiais, devem estar fundadas na Medicina Baseada em Evidências.

60 – Saúde Pública – A responsabilidade solidária dos entes da Federação não impede que o Juízo, ao deferir medida liminar ou definitiva, direcione inicialmente o seu cumprimento a um determinado ente, conforme as regras administrativas de repartição de competências, sem prejuízo do redirecionamento em caso de descumprimento.

61 – Saúde Pública – Proposta de alteração do Enunciado n. 4 da I Jornada – Os Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) são elementos organizadores da prestação farmacêuticas, de insumos e de procedimentos, e não limitadores. Assim, no caso concreto, quando todas as alternativas terapêuticas previstas no respectivo PCDT já tiverem sido esgotadas ou forem inviáveis ao quadro clínico do paciente usuário do SUS, pelo princípio do art. 198, II, da Constituição Federal de 1988, pode

ser determinado judicialmente o fornecimento, pelo SUS, do fármaco, insumo ou procedimento não protocolizado.

62 – Saúde Suplementar – Para fins de cobertura assistencial, o conceito de urgência e emergência deve respeitar a definição legal contida no art. 35-C, Lei Federal n. 9.656/1998.

63 – Saúde Suplementar – O deferimento de cirurgia bariátrica em tutela de urgência sujeita-se à observância das diretrizes constantes da Resolução n. 1942/2010 do Conselho Federal de Medicina e de outras normas que disciplinam a matéria.

64 – Saúde Suplementar – A atenção domiciliar não supre o trabalho do cuidador e da família, e depende de indicação clínica e da cobertura contratual.

65 – Saúde Suplementar – Não é vedada a intervenção de terceiros nas demandas que envolvam plano de saúde.

66 – Biodireito – Poderá constituir quebra de confiança passível de condenação por dano, a recusa imotivada em fornecer cópia do prontuário ao próprio paciente ou seu representante legal ou contratual, após comprovadamente solicitado, por parte do profissional de saúde, clínica ou instituições hospitalares públicos ou privados.

67 – Biodireito – As informações constantes do receituário médico, para propositura de ação judicial, devem ser claras e adequadas ao entendimento do paciente, em letra legível, discriminando a enfermidade pelo nome e não somente por seu código na Classificação Internacional de Doenças (CID), assim como a terapêutica e a denominação genérica do medicamento prescrito.

68 – Biodireito – Os direitos reprodutivos correspondem ao conjunto de direitos básicos relacionados com o livre exercício da sexualidade e da reprodução humana.

Propostas, Previsões e Projetos para 2016
Reedição de eventos exitosos relacionados ao sistema de execução penal – a iniciativa visa reeditar no decorrer do ano de 2016, eventos exitosos relacionados ao monitoramento e fiscalização do sistema carcerário realizados entre os anos de 2010 e 2015, de maneira a trazer de volta à tona a realização de debates, bem como oxigenar o pensamento relacionado ao sistema de execução penal, por meio de discussões inovadoras oferecidas aos magistrados e servidores das esferas de poder atuantes em todo e qualquer nível daquela área. Da realização desses eventos, espera-se que haja efetiva transmissão dos conhecimentos adquiridos em eventos passados que foram considerados exitosos e podem ser repetidos.

DIRETRIZ XII:

Envidar esforços para a permanente valorização dos magistrados e dos servidores do Poder Judiciário

Esta seção apresenta informações sobre atividades desenvolvidas pelo CNJ relacionadas à Diretriz XII.

Envidar esforços para a permanente valorização dos magistrados e dos servidores do Poder Judiciário

Promover ações de valorização e de reconhecimento do capital humano do Poder Judiciário, com foco na qualidade de vida pessoal e profissional.

Censo do Poder Judiciário – Série temática 1

O Censo Nacional do Poder Judiciário foi a primeira grande iniciativa do Judiciário em conhecer cada um dos magistrados e servidores. É a maior pesquisa já realizada internamente em toda a história desse Poder, abarcando mais de 170 mil servidores e 11 mil magistrados de todos os ramos e tribunais brasileiros.

Desde a finalização da coleta de dados, já foram publicados relatórios estatísticos tanto com comparativos entre ramos de Justiça, quanto com informações específicas sobre cada tribunal brasileiro.

A primeira serie temática analisa as opiniões dos servidores sobre os desafios da gestão judiciária a partir de seis indicadores de satisfação: *i*) gestão de pessoas; *ii*) gestão de processos organizacionais (rotinas); *iii*) gestão do trabalho e de equipes; *iv*) gestão de recursos materiais; *v*) gestão interdepartamental; e vi) gestão de processos judiciais baseada em metas.

Além de detalhar os principais resultados desses indicadores por ramos de Justiça, buscou-se conhecer os efeitos que níveis de satisfação distintos trazem para a motivação dos trabalhadores. Essa estratégia foi oportuna para qualificar os denominados desafios de gestão do Poder Judiciário entre aqueles que mais resultados poderiam gerar se priorizados nas ações futuras dos mais distintos tribunais.

Além de estimar possíveis impactos positivos que eventuais investimentos específicos poderão acarretar, esta análise abriu cada indicador de gestão em seus componentes individuais, revelando, por exemplo, que servidores pouco satisfeitos com as possibilidades de ascensão em suas carreiras nos tribunais mostraram-se bem menos motivados em trabalhar no Judiciário.

Intimamente relacionado a tal conclusão está o sentimento de desvalorização que os servidores têm nos seus locais de trabalho, com consideráveis efeitos negativos na sua motivação para o trabalho.

Invariavelmente, a força de trabalho da primeira instância apresentou piores índices de satisfação com a gestão de pessoas, de rotinas e de equipes quando comparada ao segundo grau, com especial ênfase nos trabalhadores da justiça estadual. No outro extremo, a justiça federal mostrou-se aquela com menores distâncias entre as duas instâncias. Entretanto, quando cotejados com os níveis de motivação, tais resultados mostraram-se emblemáticos, pois ao passo que o ramo federal se apresenta de modo mais equilibrado na gestão dos dois graus de jurisdição, apresenta níveis menores de motivação para o trabalho, mesmo quando isolados apenas aqueles lotados na segunda instância.

Resolução sobre saúde para magistrados e servidores

A resolução veio uniformizar o tratamento do tema em todo o país, garantindo que os profissionais do Judiciário tenham acesso a um ambiente de trabalho seguro e saudável. As ações devem contemplar todos os magistrados e servidores, bem como seus dependentes, a partir de uma abordagem mais humana e participativa na gestão. As diretrizes incluem estrutura e orçamento adequados, diálogo entre tribunais e com instituições externas, produção e compartilhamento de informações e ações de educação para a saúde.

Resolução sobre convocação de juízes auxiliares

O Plenário do CNJ aprovou, no dia 10 de novembro de 2015, por maioria de votos, a Resolução n. 209/2015, que define regras sobre a convocação de magistrados auxiliares para atuarem no CNJ, nos tribunais estaduais, regionais, militares e superiores. O assunto foi discutido durante a 220ª Sessão Ordinária. A resolução tem por objetivo minimizar os impactos do déficit de magistrados em primeira instância.

PROCESSOS INTERNOS

Orçamento, Finanças e Infraestrutura

Esta seção apresenta informações sobre atividades desenvolvidas pelo CNJ relacionadas à infraestrutura do CNJ e ao acompanhamento da execução orçamentária e financeira dos órgãos do Poder Judiciário.

Orçamento, Finanças e Infraestrutura

A seguir, apresenta-se o orçamento do CNJ para 2015 e o respectivo detalhamento em grandes grupos de despesa, informações sobre o orçamento do Poder Judiciário no período, bem como informações sobre a infraestrutura do CNJ.

Orçamento do Conselho Nacional de Justiça

O Orçamento do CNJ foi fixado pela Lei n. 13.115, de 20 de abril de 2015, no valor de R$ 285,36 milhões, com o seguinte detalhamento:

» R$ 63,87 milhões referentes a despesas com pessoal e benefícios;

» R$ 96,47 milhões alocados para a manutenção das atividades do CNJ;

» R$ 125,02 milhões para atender às despesas com os projetos de Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico no Poder Judiciário, Reforma do Edifício do CNJ e Modernização da Infraestrutura da Tecnologia da Informação da Justiça Brasileira. Cabe ressaltar que neste projeto estão incluídos R$ 46,33 milhões decorrentes de Emendas Parlamentares.

Cumpre destacar que R$ 54,19 milhões foram contingenciados, conforme a Portaria Conjunta n. 2, de 29 de junho de 2015.

A fim de tornar os gastos financeiros mais eficientes, foram realizadas reuniões periódicas com os Coordenadores de Ação para o acompanhamento da execução orçamentária.

Orçamento do Poder Judiciário

O orçamento do Poder Judiciário, aprovado pelas leis orçamentárias da União e dos estados para o ano de 2015, totalizou R$ 80,7 bilhões, sendo R$ 38,4 bilhões no Orçamento Geral da União, que inclui o TJDFT e R$ 42,3 bilhões nos orçamentos estaduais.

Esses montantes corresponderam, respectivamente, a 1,91% do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União, excluído o refinanciamento da dívida pública mobiliária federal, e a 5,51% dos orçamentos estaduais.

Em relação ao Produto Interno Bruto,[1] significaram 0,69% para o Judiciário da União e 0,80% para o Judiciário dos Estados.

Judiciário da União

A abertura do orçamento aprovado por categoria econômica e grupo de despesa revela uma predominância das dotações destinadas ao pagamento da folha de pessoal, que corresponde a 74,58% da dotação total.

Essa dotação representa 11,1% do total aprovado no orçamento fiscal e da seguridade social para o mesmo tipo de despesa.

A tabela abaixo mostra a participação do Judiciário da União nas dotações para despesas da União nos grupos de natureza de despesa dos quais participa.

Categoria Econômica/ Grupo de Despesa	Poder Judiciário		OGU - OFSS	Participação % do Poder Juduciário
	R$ 1,00	% do GND	R$ 1,00	
1-Pessoal e Encargos Sociais	28.629.633.463	74.586%	256.867.677.140	11,146%
3-Outras Despesas Correntes	7.925.048.994	20,65%	1.050.758.938.966	0,754%
4-Investimentos	1.798.992.679	4,69%	83.090.584.204	2,165%
5-Inversões Financeiras	31.181.972	0,08%	93.287.423.376	0,033%
Total dos GND 1, 3, 4 e 5	38.384.857.108	**100%**	**1.484.004.623.686**	**2,587%**

Fonte: Lei Orçamentária Anual 2015

A Justiça do Trabalho destaca-se na participação percentual no orçamento do Judiciário da União, detendo 43,45%, seguido da Justiça Federal com 26,55% e da Justiça Eleitoral com 17,10%.

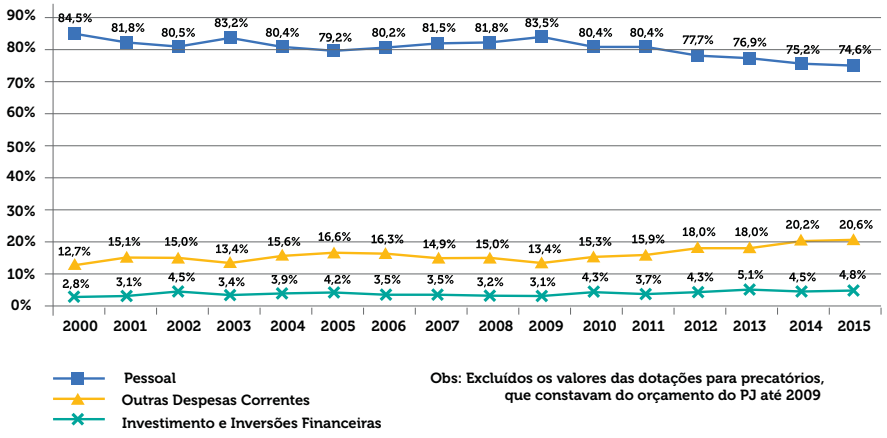
1 Produto Interno Bruto estimado no projeto de Lei Orçamentária da União para 2015: R$ 5.522,8 bilhões.

Órgão	Dotação	
	R$ 1,00	Participação %
STF	603.855.678	1,57%
STJ	1.301.664.660	3,39%
JF	10.192.650.978	26,55%
JMJ	464.278.536	1,21%
JE	6.564.757.818	17,10%
JT	16.676.696.355	43,45%
TJDFT	2.295.592.718	5,98%
CNJ	285.360.365	0,74%
Total	**38.384.857.108**	**100%**

Fonte: Leis orçamentárias de 2015

Importante destacar a participação percentual no orçamento das dotações para despesas com a folha de pagamento de pessoal. Um exame das dotações disponibilizadas para essas despesas nos orçamentos a partir do ano de 2000 revela que esse percentual oscila na faixa entre 80 e 85%. Desde 2009, vem decrescendo, atingindo 74,6% em 2015, o percentual mais baixo a partir do ano 2000. Esse comportamento parece indicar a falta de recomposição da remuneração dos magistrados e servidores.

Participação Percentual por Grupo de Despesa



Fonte: Leis Orçamentárias 2000 a 2015

Judiciário Estadual

Também no Judiciário Estadual a dotação para despesas de pessoal é a mais significativa, absorvendo 73,5% do orçamento e representa 8,60% desse tipo de dotação no orçamento dos estados.

Categoria Econômica/ Grupo de Despesa	Poder Judiciário Estadual		Orçamentos dos Estados	Participação % do Poder Juduciário
	R$ 1,00	% do GND	R$ 1,00	
1-Pessoal e Encargos Sociais	32.857.353.883	73,568%	381.812.120.632	8,606%
2-Juros e Encargos da Dívida	114.640	0,000%	27.336.172.186	0,000%
3-Outras Despesas Correntes	10.115.136.845	22,65%	270.533.731.161	3,739%
4-Investimentos	1.583.490.544	3,55%	85.294.353.836	1,857%
5-Inversões Financeiras	106.486.706	0,24%	11.388.482.843	0,935%
6-Amortização da Dívida	177.965	0,00%	26.731.581.976	0,001%
9-Reserva de Contingência	-	0,00%	7.587.857.276	0,000%
Total dos GND	44.662.760.583	100%	**810.684.299.910**	**5,509%**

Fonte: Leis orçamentárias de 2015

Em valores orçamentários absolutos, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo lidera com R$ 9,4 bilhões, seguido dos Tribunais de Justiça dos Estados de Minas Gerais com R$ 5,0 bilhões, do Rio de Janeiro com R$ 4,4 bilhões e do Rio Grande do Sul com R$ 2,9 bilhões. No outro extremo aparecem os Tribunais de Justiça dos Estados de Roraima com R$ 165,0 milhões, do Acre com R$ 211,4 milhões, Amapá com R$ 250,3 milhões e Alagoas com R$ 428,5 milhões.

Quando considerada a participação de cada tribunal no orçamento do estado, a situação é bem distinta. Lideram em participação os Tribunais de Justiça de Rondônia, com 9,13%, de Mato Grosso, com 7,73%, do Rio Grande do Norte, com 7,48% e de Santa Catarina, com 7,44%. No outro extremo aparecem os Tribunais de Justiça dos Estados do Acre, com 3.71%, do Amazonas, com 3,86%, do Ceará, com 4,22% e de Pernambuco, com 4,35%.

Estado	LOA do Estado	LOA do TJ	PIB	% PIB	% LOA
	A	B	C	B/C	B/A
	R$ Milhares				
AC	5.698.453	211.457	12.108.202	1,75%	3,71%
AL	8.334.309	428.559	37.150.733	1,15%	5,14%
AP	5.574.198	250.364	13.101.958	1,91%	4,49%
AM	15.458.024	595.958	80.626.924	0,74%	3,86%
BA	39.091.321	1.906.582	210.907.314	0,90%	4,88%
CE	23.605.525	996.555	113.335.344	0,88%	4,22%
DF	31.652.640	2.295.593	215.318.618	1,07%	7,25%
ES	16.023.342	1.115.882	134.959.620	0,83%	6,96%
GO	24.119.477	1.507.306	155.830.038	0,97%	6,25%
MA	15.885.374	1.124.640	73.962.294	1,52%	7,08%
MT	13.653.062	1.054.837	101.639.109	1,04%	7,73%
MS	13.057.110	661.065	68.494.642	0,97%	5,06%
MG	75.621.782	5.098.508	507.442.057	1,00%	6,74%
MG (TJM)	75.621.782	48.695	507.442.057	0,01%	0,06%
PA	20.875.664	914.171	114.438.485	0,80%	4,38%
PB	10.527.259	745.713	48.702.143	1,53%	7,08%
PR	39.974.155	2.316.042	321.812.664	0,72%	5,79%
PE	31.964.816	1.390.028	147.548.268	0,94%	4,35%
PI	8.606.732	485.441	32.342.175	1,50%	5,64%
RJ	82.801.362	4.421.364	634.028.732	0,70%	5,34%
RN	12.338.389	923.318	49.723.852	1,86%	7,48%
RS	57.386.686	2.950.944	349.138.192	0,85%	5,14%
RS (TJM)	57.386.686	39.227	349.138.192	0,01%	0,07%
RO	7.319.774	668.474	36.920.908	1,81%	9,13%
RR	3.068.844	165.074	9.196.719	1,79%	5,38%
SC	24.816.449	1.846.695	222.913.760	0,83%	7,44%
SP	204.879.492	9.477.318	1.771.613.786	0,53%	4,63%
SP (TJM)	204.879.492	55.993	1.771.613.786	0,003%	0,03%
SE	8.625.447	533.044	34.986.027	1,52%	6,18%
TO	9.724.613	433.917	24.557.436	1,77%	4,46%
TOTAL	**810.684.300**	**44.662.761**	**5.522.800.000**	**0,809%**	**5,51%**

Fonte: Leis orçamentárias de 2015

Atuação do CNJ

O CNJ, com o apoio do Comitê Técnico de Orçamento e Finanças (CTOF), composto por representantes dos Tribunais e Conselhos Superiores e do TJDFT, participou do processo de elaboração e aprovação dos projetos da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício 2016, tarefa realizada em associação com os representantes do Poder Executivo. No decurso dos trabalhos, foram apresentadas sugestões de redação aos textos das leis, visando especialmente ao aperfeiçoamento dos instrumentos que viabilizam as correções de rumo durante a execução dos créditos orçamentários aprovados na LOA.

O CNJ acompanhou a execução orçamentária de 2014 dos tribunais. Como ferramenta para esse acompanhamento, foram utilizados o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), no que se refere ao orçamento da União, e as publicações exigidas pela Resolução CNJ n. 102, em relação aos orçamentos dos Tribunais de Justiça.

Acompanhou, também, as publicações quadrimestrais do Relatório de Gestão Fiscal (RGF), em especial quanto à verificação da observância dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal para as despesas com pessoal e encargos sociais, a fim de adotar eventuais medidas corretivas.

Do limite de 6% da Receita Corrente Líquida, destinado às despesas com pessoal dos órgãos do Poder Judiciário da União, estão sendo utilizados 54,43%.

Órgão	Limite Legal		Limite Prudencial 95% do limite legal	Despesa Líquida do Período	
	(% da RCL)	R$ 1.000,00	R$ 1.000,00	R$ 1.000,00	% do limite utilizado
	A	B=(A*RCL)/100	C=B*0,95	D	E=(D/B)/100
STF	0,073726	484.275	460.061	243.925	50,37%
CNJ	0,017000	111.666	106.083	48.371	43,32%
STJ	0,223809	1.470.107	1.396.601	615.178	41,85%
JF	1,628936	10.699.791	10.164.801	6.394.823	59,77%
JM	0,080576	529.270	502.806	179.981	34,01%
JE	0,922658	6.060.550	5.757.522	3.293.426	54,34%
JT	3,053295	20.055.802	19.053.011	10.675.296	53,23%
TOTAL	**6,000000**	**39.411.459**	**37.440.886**	**21.450.999**	**54,43%**
656.857.643		Receita Corrente Líquida - RCL (R$ 1.000,00)			

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do 2º quadrimestre de 2015

Quanto ao judiciário estadual temos diferentes situações em relação ao uso do limite da LRF para despesas com pessoal.

Órgão	Receita Corrente Líquida	Limite Legal		Limite Prudencial 95% do limite legal	Despesa Líquida do Período	
	R$ 1.000,00	(% da RCL)	R$ 1.000,00	R$ 1.000,00	R$ 1.000,00	% do limite utilizado
	A	B	C=A*B	D=C*0,95	E	F=E/C
TJAC	4.118.882.045	6,00%	247.132.923	234.776.277	172.224.260	69,69%
TJAL	6.272.995.328	6,00%	376.379.720	357.560.734	276.867.342	73,56%
TJAP	3.885.351.809	6,00%	233.121.109	221.465.053	177.629.126	76,20%
TJAM	11.052.244.275	6,00%	663.134.657	629.977.924	398.438.434	60,08%
TJBA	26.731.073.692	6,00%	1.603.864.422	1.523.671.200	1.515.315.302	94,48%
TJCE	15.063.988.391	6,00%	903.839.303	858.647.338	854.893.067	94,58%
TJES	11.192.106.397	6,00%	671.526.384	637.950.065	641.910.137	95,59%
TJGO	16.256.678.484	6,00%	975.400.709	926.630.674	675.505.083	69,25%
TJMA	10.443.675.173	6,00%	626.620.510	595.289.485	592.999.303	94,63%
TJMT	10.853.539.245	6,00%	651.212.355	618.651.737	583.769.791	89,64%
TJMS	8.277.846.557	6,00%	496.670.793	471.837.254	399.907.968	80,52%
TJMG	47.326.577.171	5,91%	2.797.000.711	2.657.150.675	2.607.716.315	93,23%
TJMMG	47.326.577.171	0,09%	42.593.919	40.464.223	29.958.492	70,34%
TJPA	15.820.887.976	6,00%	949.253.279	901.790.615	640.227.026	67,45%
TJPB	7.913.852.027	6,00%	474.831.122	451.089.566	430.364.468	90,64%
TJPR	30.913.735.107	6,00%	1.854.824.106	1.762.082.901	1.352.282.362	72,91%
TJPE	18.960.598.877	6,00%	1.137.635.933	1.080.754.136	968.290.026	85,11%
TJPI	6.400.883.320	6,00%	384.052.999	364.850.349	344.625.991	89,73%
TJRJ	50.274.965.147	6,00%	3.016.497.909	2.865.673.013	2.671.508.991	88,56%
TJRN	7.559.971.050	6,00%	453.598.263	430.918.350	369.805.044	81,53%
TJRS	29.726.106.633	5,88%	1.747.895.070	1.660.500.317	1.494.954.095	85,53%
TJMRS	29.726.106.633	0,12%	35.671.328	33.887.762	16.510.346	46,28%
TJRO	5.529.739.431	6,00%	331.784.366	315.195.148	288.370.731	86,92%
TJRR	2.780.483.751	6,00%	166.829.025	158.487.574	114.497.898	68,63%
TJCS	18.934.320.099	6,00%	1.136.059.206	1.079.256.246	985.043.040	86,71%
TJSP	138.585.441.000	5,95%	8.245.833.740	7.833.542.053	6.626.586.142	80,36%
TJMSP	138.585.441.000	0,05%	69.292.721	65.828.084	42.264.368	60,99%
TJSE	6.169.963.674	6,00%	370.197.820	351.687.929	343.798.473	92,87%
TJTO	6.256.932.422	6,00%	375.415.945	356.645.148	338.179.165	90,08%
TOTAL	**517.302.839.081**		**31.038.170.345**	**29.486.261.828**	**25.954.442.784**	**83,62%**

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do 2º quadrimestre de 2015

Ainda que o percentual médio de utilização seja, no segundo quadrimestre de 2015, de 83,6%, diversos tribunais tiveram gastos acima de 90% do limite.

O atual cenário fiscal recomenda a adoção de medidas preventivas de gestão que evitem a infringência da LRF, o que implicaria medidas restritivas para a administração.

O CNJ alertou, por meio de ofício, os tribunais cujo percentual de utilização do limite tenha ficado acima de 85%, quanto à possibilidade de infringência dos limites legais, registrando a importância de avaliação criteriosa e contextualizada à situação econômica do País, de proposições que impliquem aumento nas despesas com pessoal, a fim de que sejam ordenadas de modo a evitar e/ou eliminar excessos, adequando-se os percentuais para margens confortáveis.

CNJ lança manuais para auxiliar gestão de recursos dos tribunais estaduais

Entre os documentos que passam a ser disponibilizados para orientar os tribunais, estão o Manual de Alocação de Orçamento, o Manual de Alocação de Recursos Humanos e o Guia de Implantação dos Modelos Alocativos. As publicações trazem conteúdos como planejamento orçamentário anual e em médio prazo; acompanhamento estratégico do orçamento; definição de estágios de desempenho, de cálculo de produtividade e de lotação das unidades judiciárias; e implantação de modelo de alocação de recursos. Todas as propostas apontam para a necessidade de institucionalizar práticas por meio de atos e projetos estratégicos, permitindo que o novo modelo seja continuado, independentemente das mudanças na gestão dos tribunais.

Instalações Prediais

Desde 14 de junho de 2012, quando ocorreu a transferência do imóvel, com área de 7.548 m^2 e situado no SEPN 514, para uso do CNJ, o Conselho vem envidando esforços para superar a situação precária de suas instalações físicas e a insuficiência de espaço para comportar todas as unidades do CNJ.

Com a conclusão das adequações físicas e ocupação de parte do edifício situado no SCRN 702/703 (1º ao 4º andar), cedido para uso pela Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), foi possível realizar, até o final de 2014, a alocação de quase todas as unidades nos dois edifícios ocupados e administrados pelo CNJ (514 Norte e 703 Norte).

No início deste ano (7/1/2015), a Diretoria-Geral procedeu a homologação do Pregão Eletrônico n. 34/2014, cujo objeto consiste na prestação de serviços de adequação das instalações do edifício ocupado pelo CNJ, localizado no SEPN 514.

Diante da autorização da Diretoria-Geral, a contratação do objeto do pregão já mencionado foi formalizada em 26/10/2015, o que originou o Contrato n. 22/2015, cujo o cronograma físico-financeiro sinaliza a execução total das adequações das instalações do edifício da 514 Norte em 2016. Também, foram mantidos os estudos relativos à possibilidade de locação de imóvel para instalação de toda a estrutura do CNJ em um único endereço.

Registre-se que o objeto do Contrato n. 22/2015 prevê apenas parte do escopo integral da reforma, sendo que ainda está em andamento a realização de licitações de objetos que também fazem parte da reforma, tais como a aquisição de elevadores e de equipamentos de ar condicionados, entre outros. Desse modo, faz-se necessário esclarecer que a adequação do edifício da 514 Norte, em sua totalidade, contempla a recuperação da cobertura, reforço estrutural das lajes e vigas, readequação das instalações elétricas, lógicas e sanitárias, sistema de prevenção e combate a incêndio, sistema de CFTV (vigilância eletrônica), substituição de aparelhos de ar condicionado e dos elevadores, troca de pisos, divisórias e persianas, pintura, recuperação da fachada e adequação da área externa.

Isso posto, considerando os prazos de conclusão dos procedimentos administrativos e os prazos de execução dos contratos, estima-se que as adequações das instalações dos prédios do CNJ serão concluídas em 2016, sendo no primeiro semestre as do edifício da 702/703 Norte e no segundo as do edifício da 514 norte.

Planejamento das Contratações 2015

O Planejamento das Contratações foi aprovado pelo Diretor-Geral, em 18 de fevereiro de 2015, por meio da Portaria n. CNJ-POR-2015/00071, facultando às unidades demandantes apresentarem, em até 30 dias, proposta de alteração do planejamento.

Com o intuito de aprimorar o monitoramento das contratações, também foram designados servidores responsáveis pela interlocução entre a Administração e as unidades demandantes.

Para o encerramento do exercício financeiro foram estabelecidos, junto às unidades demandantes, os procedimentos licitatórios que deverão ser concluídos em 2015 e os prioritários para o início do exercício financeiro de 2016.

Cabe registrar que atualmente o controle do cumprimento dos prazos e das fases de tramitação das contratações é feita por planilha. Desse modo, com vistas a facilitá-lo e torná-lo mais eficiente, foi encaminhado ao Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação o Documento de Oficialização de Demanda, por meio do qual é solicitado o desenvolvimento de sistema informatizado para o controle do Planejamento das Contratações.

Ressalta-se, por fim, que constantemente os fluxos de processos/procedimentos são revisados com a intenção de otimizar as rotinas, visando à diminuição dos prazos de tramitação dos processos de contratação.

Procedimentos Licitatórios

Registra-se a conclusão de 27 Pregões Eletrônicos, além de outros quatro estarem em andamento e mais quatro aguardando abertura. Ocorreram cinco certames fracassados, um deserto e quatro revogados no interesse da Administração Pública. Cinco Pregões Eletrônicos encontram-se suspensos.

Estão previstos para serem realizados até o final do exercício de 2015 aproximadamente outros 15 Pregões Eletrônicos.

O valor total adjudicado com as licitações concluídas para a aquisição de bens ou serviços foi de R$ 19.931.978,30, dos R$ 44.240.731,78 estimados.

Assim, a economia auferida no valor global de todos os certames realizados foi de 54,95%.

Total de licitações nov/2015	Concluídas	Desertas	Fracassadas	Revogadas	Licitações suspensas	Em andamento	Licitaçõea aguardando abertura
50	27	1	5	4	5	4	4

Planos de Auditoria de Longo Prazo e Anual

Com o propósito de atender à missão da Secretaria e aos comandos da Constituição Federal, o Presidente do CNJ aprovou:

» em 2013, o Plano de Auditoria de Longo Prazo para o período de 2014 a 2017;

» em 2014, o Plano Anual de Auditoria para o exercício de 2015; e

» em 2015, O Plano Anual de Auditoria para o exercício de 2016.

O Plano de Auditoria de Longo Prazo tem por objetivo principal garantir mais abrangência das ações de auditoria de forma que abarque todas as áreas do CNJ em um determinado período de tempo.

Para o quadriênio de 2014 a 2017, o citado plano contempla as seguintes áreas:

» Gestão orçamentária, financeira, contábil e patrimonial;

» Avaliação de controles internos e a suas interligações;

» Gestão documental;

» Avaliação de resultados (planejamento estratégico, projetos, programas);

» Gestão das contratações;

» Gestão de Recursos Humanos, incluindo passivos; e

» Gestão de Tecnologia da Informação.

As áreas ou temas de auditoria abordados no planejamento de longo prazo são trazidos em seu sentido amplo, a título diretivo, e são detalhados ou

acrescidos por ocasião da elaboração do Plano Anual de Auditoria (PPA) específico para cada ano.

Por sua vez, nos Planos Anuais de Auditoria para 2015 e 2016 a Secretaria de Controle Interno indicou o planejamento das atividades de auditoria do Conselho, com vistas a avaliar a gestão dos recursos aplicados pelo CNJ e as providências adotadas pelas unidades auditadas, conforme dispõe a Resolução CNJ n. 171/2013.

Ressalte-se que, para a elaboração dos citados planos, foram consideradas as variáveis materialidade, relevância, criticidade e risco.

Assim, em 2015 o referido plano consignou a execução dos seguintes exames de auditoria:

» Bens doados, com o objetivo de verificar se as doações realizadas pelo CNJ atendem às normas e se os tribunais donatários estão qualificados para receber doações;

» Licitações, Dispensas e Inexigibilidade de licitação – com o objetivo de verificar, entre outros, se:

  » o julgamento das propostas ocorreu em observância ao normativo legal;

  » as aquisições de bens e serviços estão previstas no planejamento de contratações;

  » o Projeto Básico ou Termo de Referência possui elementos suficientes que justifiquem a demanda e os requisitos necessários para a contratação ou aquisição;

  » os contratos ou outros instrumentos que os substituam estabelecem com clareza e precisão as condições para sua execução; e

  » se os processos de trabalho são eficientes e se atendem às necessidades da Administração.

» avaliação das transferências de recursos, com ênfase na verificação de obtenção de resultados;

» avaliação, em termos operacionais, da implantação do PJe nos TJs estaduais, com o objetivo de verificar se a Administração identificou os riscos passíveis de prejudicar o alcance das metas e objetivos estabelecidos na Resolução CNJ n. 185/2013 e assim estabelecer ações para mitigar a chance de concretização dos riscos, e, com isso, propiciar maior alcance de resultados na implantação do PJe e apontar possíveis oportunidades de melhoria;

» avaliação da gestão, mediante análise do Relatório de Gestão com ênfase nos mecanismos de transparência, de regularidade dos atos, de confiabilidade das demonstrações financeiras e contábeis e no desempenho da gestão, bem como análise dos componentes que contribuem direta ou indiretamente para o alcance dos objetivos do CNJ, mediante exame do conteúdo das normas para governança, riscos e controles internos e a existência de práticas de governança e de itens de controle a elas associados;

» avaliação da regularidade dos atos de gestão de contratos e a efetividades dos controles internos utilizados pelas unidades administrativas e pelos gestores de contrato; e

» avaliação da existência e efetividade de controles internos nos processos de trabalho da Unidade responsável pela pesquisa de preços para fins de estimativa do valor da contratação.

Por fim, registre-se que as ações de auditoria em 2015 alcançaram volume de recursos fiscalizados no montante de aproximadamente R$ 188.872.000,00.

Da Ação Coordenada de Auditoria

Além disso, a Secretaria de Controle Interno consolidou as respostas às 'Questões de Auditoria' encaminhadas aos tribunais em atendimento à Ação Coordenada de Auditoria na área de Tecnologia da Informação, aprovada pelo Plenário do CNJ na Sessão de 17 de dezembro de 2013, e elaborou o Relatório de Ação Coordenada de Auditoria n. 1/2015.

A citada ação, realizada em outubro de 2014, teve como escopo a verificação do cumprimento, pelos tribunais e conselhos, da implantação das diretrizes estabelecidas na Resolução CNJ n. 182/2013, que dispõe sobre diretrizes para

as contratações de solução de tecnologia da informação (planejamento da contratação, análise de viabilidade da contratação, sustentação do contrato, estratégia para a contratação e análise de riscos).

Propostas, Previsões e Projetos para 2016

Para o exercício de 2016, a Secretaria de Controle Interno pretende realizar, em parceria com o Instituto Serzedello Corrêa do Tribunal de Contas da União, as seguintes ações de capacitação:

» auditoria em tecnologia da informação, com foco em avaliação de conteúdos estabelecidos para governança, riscos e controle de TI e TIC e verificação dos sistemas desenvolvidos, quanto à conformidade com padrões e modelos internacionalmente aceitos (COBIT, CMMI, ISO 17799, ISSO 27001, nos termos das Resoluções CNJ n. 90/2009 e n. 91/2009) e com o Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão de Processos e Documentos do Judiciário Brasileiro;

» auditoria de obras, com foco em orçamento de obras e fiscalização da execução contratual;

» gestão de riscos, incluindo a gestão de processos, com enfoque no mapeamento de processo de trabalho como ferramenta para identificar riscos, controles e resultados;

» construção e avaliação de indicadores de gestão;

» auditoria de avaliação de controles internos;

» auditoria baseada em riscos;

» auditoria governamental a distância; e

» auditoria contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e operacional, com foco em adequação orçamentária e financeira, sistemática dos programas, projetos, atividades e sistemas governamentais, avaliação das metas do PPA e execução dos programas e do orçamento e dos resultados das gestões orçamentária, financeira e patrimonial.

Além disso, no Plano Anual de Auditoria para 2016 constam as seguintes ações de auditoria:

- auditoria de conformidade, mediante análise de processos de licitação, dispensa e inexigibilidade de licitação quanto à regularidade na instrução e legalidade dos procedimentos adotados;
- auditoria de gestão, mediante avaliação:
  - de conteúdos estabelecidos para governança, riscos e controle de TI e TIC e na verificação dos sistemas desenvolvidos, objetivando análise de controles e conformidades com padrões e modelos internacionalmente aceitos;
  - de governança e mecanismos de transparência do processo anual de contas;
  - do gerenciamento de riscos em relação a projetos e processos de trabalho;
  - da efetividade dos controles utilizados pelas unidades administrativas e pelos gestores de contrato no que se refere ao cumprimento das obrigações trabalhistas; e
  - da existência e efetividade de controles internos nos processos de trabalho relativos a provimento de cargo efetivo, evento interno de capacitação realizado por empresa contratada, participação de servidor em eventos externo e pedido de inclusão no PAE.

Outras informações

Gestão Documental – com o avanço alcançado com a gestão eletrônica de documentos e processos administrativos, que se deu com a implantação do SIGA-DOC e, posteriormente, com a do SEI, e diante dos resultados alcançados com os levantamentos realizados pelo CNJ concernentes à produção documental de cada unidade, será iniciada a adequação e complementação do Plano de Classificação e a Tabela de Temporalidade do CNJ.

Ressalte-se, ainda, que foram iniciados os procedimentos de preparo dos documentos arquivados para digitalização, sendo que a primeira etapa, já principiada este ano, será a higienização de todo o acervo do arquivo do CNJ.

Gestão de Pessoas e Qualidade de Vida no trabalho

Esta seção apresenta informações sobre atividade desenvolvidas pelo CNJ relacionadas às ações que promovam a saúde e a qualidade de vida no trabalho, de forma integrada e contínua.

Gestão de Pessoas e Qualidade de Vida no trabalho

Pesquisa de Clima Organizacional

Em 2015, o Projeto de Pesquisa de Clima Organizacional no CNJ foi retomado. Esse projeto havia sido iniciado em 2014, por grupo de trabalho constituído de representantes do DPJ, DGE, SGP, SCS e DTI. Conforme programado, os servidores envolvidos foram capacitados sobre o tema clima organizacional e, também, para a elaboração do instrumento de coleta dos dados. Além disso, foram realizados grupos focais com servidores chaves da instituição para subsidiar a elaboração dos itens do instrumento de pesquisa.

No corrente ano, o instrumento de pesquisa de clima foi analisado por cinco juízes (pessoas renomadas e com experiência no assunto). A versão final, originada a partir dessa análise, apresenta 59 itens versando sobre os seguintes aspectos: condições de trabalho, políticas de gestão, desenvolvimento profissional, relações de trabalho e estilos de chefia.

Também possui questões sociodemográficas consideradas relevantes para a análise dos dados e estabelecimento de eventuais correlações.

A aplicação da pesquisa foi sugerida para o primeiro semestre de 2016. Espera-se que a realização do diagnóstico de Clima Organizacional no CNJ aponte necessidades de intervenção, pontos a serem modificados e situações a serem implementadas ou aperfeiçoadas. O CNJ poderá explorar, ao máximo, suas potencialidades e superar suas limitações, físicas, pessoais ou gerenciais, de modo a aumentar os padrões de qualidade de seus serviços e atingir melhores resultados.

Mapeamento de Competências – Termo de Cooperação a ser firmado com a UFPA

Para a realização do mapeamento de competências dos servidores do CNJ, pretende-se realizar Termo de Cooperação com a Universidade Federal do Pará (UFPA), referência na implantação da Gestão por Competências na Administração Pública Federal.

O desenvolvimento dessa linha de projeto pela UFPA, de forma geral, insere-se no âmbito de um projeto maior de pesquisa, pela Universidade, em relação ao "Mapeamento de Competências na Administração Pública Federal". Esse mapeamento tem como objetivo prestar assessoria aos órgãos da Administração Pública, ao mesmo tempo em que gera conhecimentos e tecnologias para implantação do modelo de Gestão por Competências no espaço do serviço público. Por esta razão, optou-se por essa parceria em contraposição à contratação de uma consultoria *ad hoc*.

Assim, ao estabelecer um Termo de Cooperação com a UFPA, o CNJ também estará contribuindo para a formação de profissionais daquela universidade e para o desenvolvimento de pesquisas e tecnologias em Gestão Pública, haja vista o caráter dialógico e dialético do modelo utilizado pela universidade para construção do modelo de gestão por competências.

O processo já foi aprovado por todas as instâncias no CNJ e, no momento, foi devolvido para a SGP verificar a possibilidade de aplicação. Posteriormente, será levantado o interesse da alta administração para a oficialização do Termo de Cooperação e aplicação no ano de 2016.

Ressalta-se que se trata de projeto de enorme importância no âmbito do CNJ. Em 2013, com a edição do Acórdão n. 3023/2013, do Tribunal de Contas da União, foi recomendado que os órgãos governamentais superiores estabelecessem objetivos estratégicos voltados à gestão de pessoas. Dessa forma, a gestão por competências será um mecanismo importante para o planejamento de ações em gestão de pessoas.

Necessidade de maior atenção à gestão por competência

O Relatório sobre Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário 2014-2015, consolidado pelo CNJ, aponta que 37 dos 89 tribunais pesquisados utilizam a metodologia de mapeamento de competências para elaboração do planejamento anual dessa área. De acordo com o documento, a baixa frequência do mapeamento de competência dentro do processo de planejamento indica que a gestão por competência não tem sido institucionalizada em sua totalidade no Poder Judiciário.

A metodologia mais utilizada é a de levantamento de necessidade de treinamento, indicada por 83 dos tribunais pesquisados. O histórico da necessidade dos anos anteriores foi indicado como método por 45 tribunais e a análise da organização, por 37, entre outras metodologias apontadas por 11 órgãos. O relatório traz informações de 89 dos 91 tribunais de todos os ramos da Justiça sobre programas de formação e aperfeiçoamento de servidores, incluindo investimentos previstos e execução orçamentária, tipos de ações formativas e de avaliação, além de implementação da gestão por competências nos órgãos judiciais.

O levantamento também questionou a existência ou não de um programa institucionalizado de gestão de competências no órgão, que consiste no conjunto de ações adotadas pelo órgão, legitimadas pelo seu dirigente maior, estabelecidas por meio de norma interna e voltadas para o desenvolvimento de competências necessárias ao alcance dos objetivos estratégicos da organização. Aproximadamente metade dos tribunais respondeu positivamente.

A implementação da gestão por competências permite identificar as competências necessárias à organização para, então, desenvolvê-las de forma mais apropriada aos objetivos estratégicos, gerando, por sua vez, melhora na qualidade e na celeridade da prestação de seus serviços. Esse tipo de gestão contribui para a identificação de lacunas de aprendizagem, para a avaliação dos servidores e para a orientação de processos seletivos internos ou externos de admissão e alocação de pessoas.

Minuta de Resolução que regulamenta o teletrabalho no âmbito do Poder Judiciário

O CNJ pretende regulamentar o teletrabalho no âmbito do Poder Judiciário. Para tanto, foi elaborada minuta de Resolução, que foi submetida à consulta pública. Após, foram analisadas as considerações oriundas da consulta pública, realizada no período de 3 a 31 de agosto de 2015. Ademais, elaborou-se relatório contendo sugestões e foram encaminhadas para análise do relator do processo. O assunto será deliberado pela Comissão de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas.

Diagnóstico sobre Práticas em Gestão de Pessoas no Poder Judiciário

Por meio do Procedimento de Comissão 3438-39, foi solicitado aos tribunais que respondessem instrumento de pesquisa para analisar a situação da gestão de pessoas no Judiciário Nacional. O objetivo era conhecer as práticas em Gestão de Pessoas adotadas pelas instituições e subsidiar as ações desta Secretaria, em especial da Seção de Governança em Gestão de Pessoas do Poder Judiciário.

O instrumento foi respondido por 88 Tribunais, tendo apenas dois órgãos não enviado as respostas dentro do prazo estabelecido. Em virtude da coleta dos dados solicitados às instituições, a SGP elaborou relatório para apresentação das respostas. Após finalizada a análise do documento, pelo relator do processo, o documento será encaminhado para todos os tribunais.

Minuta de Resolução que dispõe sobre a Política Nacional de Gestão de Pessoas no âmbito do Poder Judiciário

Está em elaboração minuta de Resolução sobre a Política Nacional de Gestão de Pessoas do Poder Judiciário, para atender às recomendações do Acórdão n. 3023/2013 do Tribunal de Contas da União (TCU). Trata-se de proposta de ato normativo para instituir uma Política Nacional de Gestão de Pessoas no âmbito do Poder Judiciário.

No período de 18 de setembro a 17 de outubro de 2014, foi realizada consulta pública para ampliar e democratizar o debate acerca do tema. As considerações foram analisadas e algumas foram acrescentadas ao texto da resolução, que foi submetida ao Plenário para aprovação.

Em 2015, novas sugestões foram realizadas e estão sendo discutidas. A minuta de resolução aguarda análise final do relator e será deliberada pela Comissão de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas.

Ressalta-se que a mencionada proposição se destina também à instituição de um modelo de governança da Política de Gestão de Pessoas, a ser gerida e implementada pela Rede de Gestão de Pessoas do Poder Judiciário, constituída pelo Comitê Gestor Nacional e pelos Comitês Gestores Locais,

soba coordenação da Comissão Permanente de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas do CNJ.

Seleção e Ambientação dos novos servidores

A Lei n. 12.463, de 4 de agosto de 2011, criou 210 cargos de provimento efetivo no âmbito do CNJ, sendo 100 cargos de analista judiciário e 110 de técnico judiciário. O 1º concurso público foi homologado em 8/7/2013.

Em 2015, foram nomeados 39 candidatos, nos meses de janeiro, abril e outubro, para ocuparem cargos decorrentes da Lei n. 12.463/2011 e de vacâncias ocorridas no período. Desses candidatos, 30 tomaram posse, sendo dez analistas judiciários e 20 técnicos judiciários, para atuarem nas áreas administrativa, judiciária e de apoio especializado.

Do total de cargos a serem providos, os 23 restantes, entre analistas e técnicos judiciários, estão em fase de convocação, com nomeação prevista para 7/12/2015 e posse em 9/12/2015. A validade do concurso vai até julho de 2017 e restará convocar, até esta data, apenas um analista judiciário – área apoio especializado – especialidade Biblioteconomia.

Para que os novos servidores fossem acolhidos e integrados, além de sensibilizados quanto ao cumprimento da missão e da visão do CNJ, foi realizada uma edição do Programa de Ambientação no mês de outubro, que contou com a apresentação das unidades que compõem órgão e com realização de dinâmicas de integração. Outra edição será realizada em dezembro para recepção da última turma de novos servidores.

Programa de Gestão de Desempenho

De janeiro a novembro de 2015, o CNJ contou com a progressão funcional de 234 servidores e com seis promoções. Um total de 27 servidores finalizaram com rendimento satisfatório o estágio probatório e, em virtude do decurso dos 3 (três) anos de efetivo exercício, alcançaram a estabilidade no serviço público.

Durante os meses de abril e maio, houve aplicação de treinamento para 97 gestores e 131 servidores quanto à sistemática de gestão de desempenho, que englobou aspectos comportamentais (técnicas de *feedback*, como evitar assédio moral, entre outros), bem como sobre o sistema informatizado para realização de planejamentos e avaliações.

Comunicação Institucional

Esta seção apresenta informações sobre atividades desenvolvidas pelo CNJ relacionadas à comunicação interna, a integração e a colaboração no âmbito do CNJ, bem como a ampliação da divulgação externa das ações institucionais.

Comunicação Institucional

Revista CNJ

Em comemoração aos 10 anos de instalação do CNJ, o DPJ e a Secretaria de Comunicação Social idealizaram e lançaram a Revista CNJ. Trata-se de uma publicação periódica semestral que trará os principais conteúdos institucionais e de interesse acadêmico. Todas as edições da revista conterão entrevistas, artigos, a jurisprudência do CNJ, dados estatísticos selecionados segundo a concentração temática de cada número, além de uma síntese dos principais fatos de cada semestre, reunidos na Seção CNJ Acontece. O número inaugural, lançado em dezembro de 2015, versará sobre o tema dos Juizados Especiais, em celebração aos 20 anos da vigência da Lei n. 9.099/1995.

Canais de Comunicação

Case de sucesso nas redes sociais no Brasil, o CNJ chega a novembro de 2015 com 1.360.330 de fãs e um alcance que supera a marca de 445 milhões de visualizações no Facebook no ano, número que o mantém em lugar de destaque entre os perfis de órgãos públicos de todo o mundo, como o da NASA e o da Casa Branca nos EUA e os do Ministério da Saúde, Exército Brasileiro, STJ e Prefeitura de Curitiba no Brasil.

O desempenho é 100% orgânico, ou seja, sem o investimento em anúncios e histórias patrocinadas. Também é resultado de uma estratégia que vem sendo aplicada nos últimos três anos e inclui a consolidação de uma equipe exclusiva para a produção de conteúdo e monitoramento dos canais digitais. No Twitter, o CNJ (@CNJ_oficial) está prestes a alcançar 345 mil seguidores e já publicou mais de 17 mil mensagens; e no Instagram, canal criado em 2013, são quase 22 mil seguidores e 574publicações. Já no YouTube, onde o Conselho veicula vídeos institucionais e matérias jornalísticas relacionadas a programas do CNJ, o órgão possui mais de 10 mil assinantes, com um total de 1.329.818 visualizações dos conteúdos.

Em 2015, o CNJ entrou também no Periscope, ferramenta de transmissão de vídeos ao vivo ligada ao Twitter. A estreia do Conselho no canal foi na

abertura do 9º Encontro Nacional do Poder Judiciário, no dia 24 de novembro. Apenas em sua primeira transmissão, que durou quase 25 minutos, o CNJ obteve 1.090 seguidores, 3.215 curtidas no evento, 498 espectadores ao vivo e 178 visualizações de replay, que ficou disponível por 24h após o término do evento.

Portal CNJ 2015

» Visitas: 5.200.170

» Visitantes únicos: 2.926.790

» Visualizações de página: 13.233.966

» Média de páginas visitadas por cada internauta: 2,54

» Duração média da visita: 2'26"

» Porcentagem de novas visitas: 52,93%

Repercussão do CNJ na mídia jornal, TV, rádio e on line

Durante o período de janeiro a novembro de 2015, foram capturadas 802.465 matérias de interesse do CNJ (CNJ). Dos veículos contratados, obtivemos 9.947 matérias com citações ao CNJ. Foram ainda incluídas matérias de relevância de outros veículos não contratados, que levaram a uma totalização de 18.552 notícias que citam o nome do CNJ nesse período.

Além disso, de janeiro até novembro, atendemos cerca de 1.336 demandas da imprensa e publicamos 911 matérias no portal do CNJ produzidas pela assessoria e 1.202 matérias produzidas pelo judiciário em geral.

Abaixo os temas de maior repercussão na imprensa em 2015:

» Audiências de Custódia;

» Dados do CNJ;

» Publicação do Relatório Justiça em Números;

» Sistema Carcerário;

» Cadastro Nacional de Adoção;

» Auxílio Moradia de magistrados;

» Afastamento de Juiz;

» Posse de novos Conselheiros;

» Cotas no Judiciário;

» Determinações do CNJ;

» Fórum da Saúde;

» Legislação do CNJ;

» Justiça Restaurativa;

» Mediação e Conciliação;

» Pesquisas Judiciárias;

» Processos Disciplinares.

Vídeos Institucionais

O CNJ produziu, no período de 2015, vídeos institucionais que divulgaram programas e eventos do Conselho, tanto internos quanto externos. Foram veiculados nos diversos canais de comunicação do CNJ, assim como apresentados em eventos institucionais, a exemplo do 9º Encontro Nacional do Poder Judiciário.

» Documentário CNJ 10 anos;

» Documentário Audiências de custódia;

» Vídeo institucional Audiências de custódia;

» Vídeos das Metas Parciais 2015;

» Vídeo sobre o Relatório Justiça em Números 2015, versões em português, inglês e espanhol;

» Vídeo e *teasers* da Maratona PJe;

» Vídeo do PJe;

» Vídeo do Sistema Nacional de Videoconferência;

» Vídeo CNJ 10 anos – álbum de memórias;

» Vídeo do Escritório Digital;

» Vídeo da Priorização do primeiro grau;

» Vídeo tutorial do Sistac;

» Vídeo de comemoração ao dia do servidor;

» 28 vídeos do CNJ Responde.

Comunicação interna

Resultado anual da Intranet

» 324 matérias publicadas;

» 11.536 acessos.

Cinco temas mais repercutidos

» "CNJ abre Processo Seletivo Interno para Função de Confiança", 104 acessos;

» "Prévia do contracheque", 93 acessos;

» "Emissão de Carteiras Funcionais para servidores", 85 acessos;

» "Vacinação contra gripe", 109 acessos;

» "26 servidores tomaram posse hoje no CNJ", 80 acessos.

Campanhas Internas

» 7/5 – CNJ homenageia mãe com buquê de flores;

» 11/5 – Alegria de ser mãe;

» 28/5 – Vamos ajudar! Doação de sangue para o Hospital São Lucas;

» 02/6 – Concorra a uma surpresa para o Dia dos Namorados;

» 08/6 – CNJ começa Campanha do Agasalho;

» 03/8 – Tal pai, tal filho;

» 01/10 – O Outubro é Rosa;

» 14/10 – Doar sangue é doar vida;

» 12/11 – Adote uma Cartinha dos Correios neste Natal.

Tecnologia da Informação e Comunicação

Esta seção apresenta informações sobre atividade desenvolvidas pelo CNJ relacionadas ao aperfeiçoamento da governança e da gestão da tecnologia da informação e comunicação e a integração, a interoperabilidade e o desenvolvimento colaborativo dos sistemas de informação.

Tecnologia da Informação e Comunicação

Implantação do Sistema SEI

No dia 4 de agosto de 2015, o presidente do CNJ assinou a Portaria n. 1 que institui o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) como o sistema de processo eletrônico administrativo do Conselho, em substituição ao Sistema SIGA-DOC.

O SEI é um sistema virtual de tramitação de documentos administrativos mais ágil e seguro. Entre as diversas mudanças e melhorias que o SEI apresenta, destaca-se de trabalhar com documentos mais leves, tornando-se assim, mais rápido. Além disso, podem ser inseridos arquivos em diversas extensões, como PDF, DOC, XLS, PPT, imagens e vídeos. Porém, somente documentos gerados no próprio sistema podem ser assinados pelo usuário. O SEI também permite visualizar estatísticas dos processos que tramitaram pela unidade e, ainda, permite o envio de e-mails diretamente pelo sistema.

Desse modo, espera-se a maximização da eficiência da Administração com a celeridade dos trabalhos realizados pelas diversas áreas do Conselho no que se refere aos processos e expedientes, bem como a preservação da memória da organização e a redução de custos, além do fortalecimento do uso de melhores práticas relacionadas à sustentabilidade ambiental.

Malote Digital reduz custos do CNJ e da Justiça com papel e correio

Desde que foi implantado, em 2009, o Malote Digital viabilizou uma economia de, pelo menos, R$ 174,8 mil ao CNJ ao permitir o envio de documentos administrativos entre as unidades do CNJ em meio virtual. O sistema também transporta pela *internet* ofícios do CNJ a outros órgãos da Justiça, o que poupa o custo de imprimir em papel e enviá-lo pelo correio. Para fins de contabilização dessa economia com a ferramenta, estima-se custo médio de R$ 0,05 por folha de papel impressa e de R$ 6 para envio do documento como correspondência.

Aprimoramento do Sistema Banco de Talentos

Reformulação do Design do sistema e inclusão de novas funcionalidades como a Aba de Interesses. Espera-se a maior utilização do sistema Banco de Talentos para escolha de pessoas para realizar atividades no CNJ.

Cadastro Nacional de Adoção (CNA)

Nova versão do sistema CNA. A pretensão é simplificar o cadastramento de crianças e pretendentes, como também uma melhora significativa no mecanismo de cruzamento das informações, melhorando o processo de adoção no país.

Aprimoramento do Sistema de Requisição de Diárias e Passagens

O novo módulo desenvolvido permite que as solicitações de passagens e diárias sejam realizadas diretamente pelos usuários no sistema SRPD. Com isso, busca-se maior celeridade no processo de emissão de passagens e diárias.

Inovação e Sustentabilidade

Esta seção apresenta informações sobre atividade desenvolvidas pelo CNJ relacionadas à melhoria e à integração dos processos organizacionais do CNJ, a promoção de práticas de sustentabilidade, racionalização dos recursos públicos e redução do passivo ambiental e a disseminação de conhecimento e boas práticas no âmbito do Poder Judiciário.

Inovação e Sustentabilidade

Mapeamento dos Processos de Trabalho

Em 2015, devido à reestruturação organizacional ocorrida em 2014, foram concluídos o mapeamento dos processos de trabalho das unidades do CNJ e a atualização dos fluxogramas de outras. Com isso, já foram mapeados quase 100% dos processos de trabalho do Conselho, totalizando mais de 220 fluxogramas, disponibilizados na intranet.

Nesse contexto, também, foram realizados estudos para dimensionar a força de trabalho das unidades do Conselho visando à definição de lotação dos novos servidores.

Capacitação

Cursos abertos à sociedade

Em 2015, o CEAJUD iniciou o Projeto Cursos Abertos à Sociedade. O objetivo da iniciativa é oferecer gratuitamente à população capacitação e treinamento por meio do portal de educação a distância do CNJ.

As aulas foram ministradas a distância, na modalidade autoinstrucional, ou seja, sem a participação de tutor. Foram abertas 35.082 vagas e qualquer cidadão pode se inscrever.

Dos cinco cursos oferecidos na modalidade, quatro foram sem qualquer custo para o CNJ. Apenas o curso de Gestão Documental no Poder Judiciário gerou um investimento de R$ 5.361,65 para despesas com a produção do conteúdo inédito.

Treinamento	Valor empenhado	Valor executado	N. de matriculados	N. de certificados*
Gestão Documental no Poder Judiciário	5.361,65	5.361,65	2.878	644
Conhecendo o PJ e o Papel do CNJ	Não se aplica	Não se aplica	3.447	759
Novo acordo ortográfico	Não se aplica	Não se aplica	4.852	1.180
Introdução ao Direito da Infância e Juventude	Não se aplica	Não se aplica	11.846	2.311
Improbidade Administrativa	Não se aplica	Não se aplica	12.059	3.299
Total	**5.361,65**	**5.361,65**	**35.082**	**8.193**

*Informação obtida no dia 25/11. O 2º Ciclo de cursos abertos ainda está em andamento e, portanto, não foram contabilizados o número de alunos certificados nesse ciclo.

	Período	Inscritos
1º Ciclo de cursos Abertos	Março a abril	19.567
2º Ciclo de cursos Abertos	Novembro a dezembro	15.515
Total		**35.082**

Ciclo de capacitação

No exercício de 2015 ocorreu um grande ciclo de capacitação por meio do portal de educação a distância do CNJ. Os cursos são oferecidos com tutoria e apenas para servidores efetivos do Poder Judiciário federal ou estadual.

Foram oferecidas 2.500 (duas mil e seiscentas) vagas, em 50 turmas simultâneas. O curso contou ainda com três coordenadores e o envolvimento de toda a equipe do CEAJUD.

Ciclo de capacitação 2015

Treinamento	Valor empenhado R$	Valor executado R$	N. de Turmas	N. de vagas	Servidores Capacitados
Administração Judiciária	82.720,20	82.720,20	10	500	279
Depoimento Especial	56.478,80	56.478,80	5	250	190
Direito da Infância e Juventude	65.137,20	65.137,20	8	400	272
Docência *On line*	58.143,90	58.143,90	7	350	215
Gestão de Projetos	49.552,20	49.552,20	6	300	206
Processo Penal	116.088,00	116.088,00	14	700	453
Coordenação de Tutoria	32.502,00	32.502,00	-		-
TOTAL	**460.622,30**	**460.622,30**	**50**	**2.500**	**1.600**

Cursos inéditos desenvolvidos pelo CNJ

O CEAJUD trabalhou na produção de cursos inéditos na modalidade a distância. Contando com a expertise de especialistas na área para o desenvolvimento de conteúdo, a metodologia interativa inovadora foi desenvolvida internamente, pela própria equipe do CEAJUD.

Esses cursos serão ofertados para os servidores do Poder Judiciário durante o exercício de 2016.

» **Comunicação Institucional (Módulo Básico)**

Carga horária: 30 horas/aula

Apresentação: abordar os aspectos básicos que permeiam a Comunicação Institucional, estudando o histórico e o papel desta área, sua atuação no contexto de um mundo globalizado e conectado. Em seguida, avançar rumo à compreensão do processo, modelos e objetivos da Comunicação Institucional em uma administração pública. No terceiro módulo, explorar as ferramentas disponíveis

para exercer uma boa Comunicação Institucional. Por fim, no quarto e último módulo, explorar o processo de planejamento da Comunicação institucional nas organizações públicas.

» **Curso Gestão da Qualidade Total (Módulo Básico)**

Carga horária: 30 horas/aula

Apresentação: O curso está dividido em quatro módulos que se mostram integrados, sendo importante a realização do mesmo na sequência proposta. O primeiro módulo trata de uma introdução conceitual à qualidade com destaque para as contribuições advindas do Pioneiro Juran e do Programa "5 S". O Módulo II contemplou uma abordagem da qualidade que a vincula às especificações, sendo destacada a contribuição de *Crosby* que está alinhada às práticas de prêmios e normas da qualidade. O módulo seguinte trata a qualidade total como uma abordagem gerencial com ênfase no ciclo PDCA de *Deming*. O último módulo contemplará ferramentas cujo uso foi intensificado na indústria japonesa e que, acreditamos, podem ser adaptadas.

» **Método de Análise e de Solução de Problemas**

Carga horária: 30 horas/aula

Apresentação: o curso permitirá que se acumule conhecimento sobre o que é tecnicamente considerado um problema; a diferença entre objetivo e meta; os requisitos para que uma meta seja eficaz; os métodos e ferramentas para solução dos problemas etc., permitindo, assim, a aplicação prática desses conhecimentos com vistas a melhorar significativamente os resultados e a qualidade em sua unidade judiciária.

» **Prisões Provisórias (Módulo Básico)**

Carga horária: 30 horas/aula

Apresentação: nesse curso vamos abordar o itinerário legislativo, constitucional, internacional e normativo que a "prisão provisória"

desencadeia em suas variadas modalidades e "noções (jurídico-políticas)", sem perder de vista sua "crítica" e "crise".

Cursos Presenciais

Curso	Quantidade de Alunos	Custo
Workshop sobre acessibilidade no PJe	37	-
Curso de Fluxo do PJE – Abril	34	R$ 10.628,80
Curso de Infraestrutura do PJe	30	R$ 7.048,56
Curso de Fluxo do PJE – Novembro	60	R$ 21.257,60
Workshop sobre o MNI	45	R$ 2.237,60
Workshop Desenvolvimento de *Chatbots*	9	R$ 3.500,00
Total	**215**	**R$ 44.672,56**

Quantidade de servidores capacitados

No ano de 2015 o CEAJUD capacitou 1.815 servidores em cursos presenciais e a distância.

Já nos cursos abertos capacitamos 8.193 pessoas. Ressaltamos que, nesse momento, temos ainda várias turmas abertas que, juntas, somam mais 15.500 pessoas fazendo algum curso. Dessa forma, esse número deve ser acrescido de pelo menos mais 7.000 pessoas capacitadas.

Os resultados atingidos com a produção de cursos inéditos e com a Política Nacional também foram considerados produtivos e satisfatórios, colocando o CNJ em um novo patamar de representatividade educacional em relação ao Poder Judiciário.

Os projetos que envolvem recursos orçamentários ficaram um pouco prejudicados devido à mudança de gestão do CNJ e ao realinhamento de prioridades e diretrizes. Dessa forma, só foi possível realizar um ciclo de capacitação para servidores (com tutoria).

Eventos realizados

» 7º FÓRUM DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO PODER JUDICIÁRIO

Data: 26 a 28 de outubro

Local: Bento Gonçalves/RS

Público-alvo: Servidores do Poder Judiciário

Objetivo: Gerar oportunidade para disseminação de melhores práticas e compartilhamento de experiências, metodologias e tecnologias em Ensino a Distância realizados nos diversos órgãos do Poder Judiciário, além de aperfeiçoar as competências dos servidores e magistrados do Judiciário, compartilhar experiências, metodologias e tecnologias, instrumentalizar os Tribunais para a aplicação da Resolução de Política Nacional de Formação e Aperfeiçoamento dos Servidores do Poder Judiciário.

Total de participantes: 130

Projetos e sistemas do CEAJUD

CEAJUD App

Aplicativo que permite os servidores do Poder Judiciário fazerem cursos a distância por meio de seus *smartphones* e *tablets*. Entre as vantagens do serviço está a mobilidade. O aplicativo dá flexibilidade ao usuário para aprender em praticamente qualquer lugar, como filas de banco e aeroportos. Além disso, devido à pequena tela dos aparelhos móveis, os cursos serão adaptados para o consumo rápido, o que contribuirá para a rápida aprendizagem. Outra vantagem é o amplo alcance.

O CEAJUD App está sendo desenvolvido em três fases, que serão implementadas a cada seis meses. Na primeira, o aplicativo é usado para enviar informações sobre os cursos e eventos do CEAJUD. Essa etapa já está em funcionamento. Para usá-la, basta fazer *download* do aplicativo a partir do *Google Play*. Na segunda fase, o aplicativo vai permitir que os usuários façam inscrições nos cursos. E na terceira, o aluno usará o aplicativo para

fazer o curso por meio do seu dispositivo móvel. O aplicativo encontra-se em sua primeira fase.

SISCADI

O Sistema de Cadastro Nacional de Instrutores Internos é uma ferramenta de integração de informações sobre tutoria e instrutoria no Poder Judiciário e seus parceiros nos demais Poderes da República. O seu objetivo é centralizar informações de magistrados e servidores que tenham interesse em atuar como tutores e instrutores em cursos presenciais e a distância (EaD). As informações do cadastro ficarão à disposição para livre consulta dos órgãos dos três poderes. Conterá ainda contatos de organizações que atuam na área de capacitação e tenham interesse de deixar suas informações disponíveis para consulta dos órgãos citados.

Propostas, Previsões e Projetos para 2016
Desenvolvimento de novos cursos
Já estão em andamento projetos para a construção de ao menos três cursos inéditos no primeiro semestre de 2016: Curso sobre Juizados Especiais, Curso sobre Mediação e Conciliação e Curso sobre Direitos Humanos. A intenção é produzir ainda mais cursos com o tema ligado à cidadania para ser oferecido à população em geral.
Ademais o CEAJUD pretende realizar seleção de conteudista para selecionar outros conteúdos para a produção de cursos.
Curso Cidadão
O CEAJUD pretende capacitar 40 mil cidadãos no projeto Cursos para a Sociedade. O projeto consistirá em pequenos cursos com temáticas voltadas à cidadania. Os minicursos terão duração inferior a 8 horas e não darão direito a certificados se realizados individualmente.

Projeto Estúdio

O CEAJUD com o intuito de possuir a autonomia de gravar vídeoaulas e assim atingir um novo patamar na metodologia EaD pretende realizar processo licitatório para aquisição de equipamentos para gravação de pequenos vídeos em qualidade para web.

Desenvolvimento de manual sobre Gestão por Competências

O CNJ vai elaborar um manual para orientar os tribunais e órgãos do Poder Judiciário no mapeamento de suas competências. O projeto surgiu com a edição da Resolução n. 192/2014.

Ações de Capacitação no CNJ

As ações de capacitação visam a difundir as competências necessárias ao cumprimento da missão institucional do CNJ e do Poder Judiciário, contribuem para a melhoria dos serviços prestados pelos agentes públicos à sociedade e promovem a valorização dos servidores.

Processo seletivo para Bolsa de Estudos de Língua Estrangeira – em 2015, foram incluídas 17 novos bolsistas e um total de 83 bolsas vigentes.

Processo seletivo para Bolsa de Estudos de Pós-Graduação – em 2015, foram incluídas 22 novos bolsistas e um total de 27 bolsas vigentes.

Realização dos 5º e 6º Cursos de Formação de Novos Servidores do Conselho Nacional de Justiça – os cursos de formação realizados pelo CNJ contaram com a participação de 80 servidores empossados em 2014 e 2015.

Eventos de capacitação

Foram ofertadas 1.014 vagas em eventos de capacitação pelo CNJ até 31de outubro de 2015, que totalizaram o cumprimento de 12.711,8 horas nesse período. Dessa forma, contabilizou-se a participação de 316 servidores em eventos de capacitação, o que compreende uma cobertura de 90% da força de

trabalho do CNJ em, pelo menos um evento de capacitação, considerando o contingente de 353 servidores nessa data e uma média aproximada de 36 horas de atividades em eventos de capacitação por servidor.

Benefício das ações de capacitação para o CNJ, para o Poder Judiciário ou para a sociedade

As ações de capacitação objetivam difundir as competências necessárias ao cumprimento da missão institucional do CNJ e do Poder Judiciário como um todo. Nesse sentido, sendo instituições públicas a missão não seria outra senão o atendimento da demanda por um serviço público de qualidade para a toda sociedade brasileira.

Para tanto, as ações educacionais promovidas pelo CNJ têm como objetivo principal capacitar os servidores do Poder Judiciário para atender aos anseios da sociedade por um serviço público de qualidade.

Assim, as ações de capacitação contribuem para a melhoria dos serviços prestados pelos agentes públicos e também fortalecem nos servidores públicos o sentimento de valorização de seu trabalho e do comprometimento do CNJ com os servidores e cidadãos brasileiros.

Os cursos abertos à sociedade contribuem ainda para a difusão do conhecimento produzido com recursos públicos pelas instituições públicas para todos os cidadãos brasileiros.

Portanto, as ações educacionais contribuem tanto para melhorar a qualidade dos serviços prestados à sociedade como para aproximar as instituições públicas da sociedade por meio do compartilhamento de conhecimentos.

Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário (Proname)

O Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário (Proname) tem por finalidade implementar uma política de gestão documental que atenda às peculiaridades do Poder Judiciário Brasileiro. Preza pela gestão documental que possibilite o integral exercício de direitos, a preservação das informações necessárias às partes e às instituições

do Poder Judiciário, com o descarte da documentação que não mais se apresente necessária e a preservação do patrimônio histórico e cultural, de forma racional, acessível e segura.

Para a execução das ações do Proname, foi constituído o Comitê Gestor do Programa, por meio da Portaria n. 616/2009, que conta com representantes de todos os segmentos do Poder Judiciário e desenvolve seus trabalhos com a coordenação do Secretário-Geral do CNJ ou por juiz por ele designado, com o apoio do Departamento de Pesquisas Judiciárias e do Arquivo do CNJ.

Biblioteca eletrônica do CNJ

O DPJ é o responsável por gerenciar as assinaturas das bases de dados bibliográficas, renovando-as anualmente e fiscalizando sua disponibilização aos interessados do órgão, o acesso e o conteúdo do acervo. A Biblioteca Eletrônica do CNJ proporciona acesso a quatro bases de dados, disponíveis para acesso na Intranet do Conselho. A Revista dos Tribunais Online é uma ferramenta de busca jurídica para pesquisa online, contendo legislação, doutrina, jurisprudência, súmulas e notícias. Disponibiliza em sua base de dados 20 periódicos publicados pela Editora Revista dos Tribunais.

A base de Dados *Magister Net* possui conteúdo jurisprudencial, legislativo, doutrinário e prático-processual. A Síntese Net Jurídico disponibiliza os principais Códigos brasileiros, diversas informações processuais e possibilita pesquisas em legislação, jurisprudência, súmulas, decisões administrativas, doutrinas nacionais e estrangeiras, práticas processuais e dicionários jurídicos. Também é possível acessar coleção de cerca de mais de 70 normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (NBR/ISO), por meio da ABNT Coleção.

Gestão Socioambiental – Resolução CNJ n. 201/2015

Em 2015 o CNJ editou a Resolução n. 201, de 3 de março de 2015. Desse modo, o Poder Judiciário nacional alcançou um novo patamar no que tange à responsabilidade socioambiental, corroborando o grau de amadurecimento dessa temática, inserida no planejamento estratégico do Poder Judiciário. De

acordo com os preceitos desse ato normativo, todos os órgãos e conselhos deverão criar unidades ou núcleos socioambientais, estabelecer suas competências e implementar o respectivo Plano de Logística Sustentável (PLS-PJ).

São objetivos da política socioambiental do CNJ:

» Facilitar troca de experiências entre as comissões ambientais e/ou socioambientais dos diversos tribunais que compõem o Poder Judiciário brasileiro;

» Supervisionar e fornecer subsídios a criação, desenvolvimento e manutenção de programas, projetos e ações socioambientais de iniciativa dos diversos tribunais;

» Identificar, analisar e propor soluções a fim de resolver os problemas de adequação dos programas propostos pelas comissões ambientais e/ou socioambientais, com os propósitos da Gestão Socioambiental em nível nacional;

» Promover a integração da Gestão Socioambiental do Poder Judiciário com as gestões dos diferentes ramos do Poder Público;

» Manter um *clipping* de notícias sobre ações socioambientais, nas diferentes esferas do Poder Público, com periodicidade semanal.

» Expandir as ações socioambientais para o interior dos estados.

FISCALIZAÇÃO E CORREIÇÃO

Fiscalização e Correição

Inspeções

Com o intuito de melhorar o atendimento prestado pelo Poder Judiciário, a Corregedoria Nacional de Justiça promove audiências públicas nos tribunais, inspeciona as unidades judiciárias e administrativas, bem como os cartórios extrajudiciais. O resultado dessas visitas e reuniões compõe relatórios que apresentam as deficiências e as boas práticas encontradas, além de determinações e recomendações às unidades para melhorar seu desempenho.

Igualmente, as inúmeras diligências e medidas decorrentes da inspeção são documentadas em atas, das quais se dá plena ciência à Presidência e aos demais Conselheiros do CNJ.

Das inspeções resultam procedimentos de acompanhamento e correção de irregularidades, bem como para apuração de eventuais faltas disciplinares.

No ano de 2015, foram realizadas as seguintes correições/inspeções/revisões de inspeções:

ANO 2015				
	TRIBUNAL	PORTARIA	PERÍODO	PROCESSO
1	Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão	Portaria n. 1, de 12 de fevereiro de 2015.	23 a 27 de fevereiro de 2015	521-47.2015
2	Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte	Portaria n. 2, de 10 de março de 2015	23 a 27 de março de 2015	945-89.2015
3	Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (Unidades Judiciais e Serviços Extrajudiciais das Comarcas de Formosa do Rio Preto e de Santa Rita de Cássia)	Portaria n. 3, de 8 de abril de 2015.	15 e 16 de abril de 2015.	1500-09.2015
4	Tribunal Regional Federal da 2ª Região (precatórios)	Portaria n. 4, de 17 de abril de 2015.	27 a 30 de abril de 2015.	1646-50.2015
5	Tribunal Regional Federal da 5ª Região (precatórios)	Portaria n. 6, de 12 de maio de 2015.	25 a 29 de maio de 2015.	2113-29.2015

6	Tribunal Regional Federal da 4ª Região (precatórios)	Portaria n. 8, de 08 de julho de 2015.	27 a 31 de julho de 2015.	3295-50.2015
7	Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Extraordinária)	Portaria n. 9, de 27 de julho de 2015.	Início – 28 de julho de 2015.	3478-21.2015
8	Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul (Comarca de Dourados – Precatórios)	Portaria n. 12, de 14 de setembro de 2015.	21 a 25 de setembro de 2015.	4395-40.2015

Fonte: As portarias de Inspeção estão publicadas no portal do CNJ (www.cnj.jus.br) – Corregedoria.

Além das inspeções/correições realizadas no biênio 2014/2015, coube à atual gestão finalizar a análise e confeccionar os relatórios de monitoramento para verificação do cumprimento de determinações oriundas dos atos realizados pelas gestões anteriores. Diante do resultado objetivo, foi determinada a instauração de pedidos de providências ou quaisquer outros procedimentos cabíveis para o acompanhamento das determinações pendentes de cumprimento pelo órgão correicionado, o que resultou no arquivamento dos procedimentos iniciais, conforme o quadro a seguir:

TRIBUNAL	OBJETO	NÚMERO DO PROCEDIMENTO
Tribunal de Justiça do Estado do Acre	Unidades Judiciais e Administrativas	CorOrd 3089-07.2013
Tribunal de Justiça do Estado do Acre	Unidades Judiciais e Administrativas	Insp 4785-15.2012
Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas	Unidades Judiciais, Administrativas e Procedimentos Disciplinares	Insp 1707-18.2009
Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas	Setor de Precatórios	CorOrd 3484-62.2014
Tribunal de Justiça do Estado do Amapá	Unidades Judiciais e Administrativas	Insp 5259-20.2011
Tribunal de Justiça do Estado do Amapá	Unidades Judiciais e Administrativas	CorOrd 1368-83.2014
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia	Serventias Extrajudiciais	CorOrd 2084-47.2013
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia	Serventias Extrajudiciais	CorOrd 2073-18.2013

Tribunal de Justiça do Estado da Bahia	Serventias Extrajudiciais	CorOrd 2083-62.2013
Tribunal de Justiça do Estado do Ceará	Unidades Judiciais, Administrativas e Procedimentos Disciplinares	Insp 4074-15.2009
Vara de Falências, Recuperações Judiciais, Insolvência Civil e Litígios empresariais do Distrito Federal – TJDFT		CorOrd 5516-74.2013
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDFT	Unidades Administrativas e Procedimentos Disciplinares	Insp 5425-23.2009
Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão	Unidades Judiciais e Administrativas	Insp 2577-97.2008
Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso		CorOrd 3146-64.2009
Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso		CorOrd 0823-57.2007
Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul	Unidades Judiciais, Administrativas e Procedimentos Disciplinares	CorOrd 3769-55.2014
Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul		Insp 7130-22.2010

TRIBUNAL	OBJETO	NÚMERO DO PROCEDIMENTO
Tribunal de Justiça de Minas Gerais	Unidades Judiciais e Unidades Administrativas	Insp 2436-39.2012
Tribunal de Justiça do Estado do Pará	Unidades Judiciais, Administrativas e Cartório Extrajudicial	Insp 3141-76.2008
Tribunal de Justiça do Estado do Pará	Unidades Judiciais e Administrativas	CorOrd 2258-56.2013
Tribunal de Justiça do Estado do Pará	Unidades Judiciais	Insp 8006-74.2010
Tribunal de Justiça do Estado do Pará		CorOrd 2716-39.2014
Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba	Procedimentos Disciplinares	Insp 3347-51.2012
Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba	Setor de Precatórios	CorOrd 6865-49.2012
Tribunal de Justiça do Estado do Piauí	Unidades Judiciais, Administrativas e Procedimentos Disciplinares	Insp 492-07.2009

Tribunal de Justiça do Estado do Piauí	Unidades Administrativas	CorOrd 0700-49.2013
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte	Judiciais, Setor de Precatórios e Unidades Administrativas	Insp 0652-95.2010
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte	Unidades Administrativas	CorOrd 5533-13.2013
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia	Setor de Precatórios	CorOrd 2256-86.2013
Justiça de Roraima	Unidades Judiciais, Administrativas e Setor de Precatórios	Insp 2647-75.2012
Tribunal de Justiça de São Paulo	Unidades Administrativas, Procedimentos Disciplinares e Setor de Tecnologia da Informação e distribuição	Insp 4601-59.2012
Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe	Serventias Extrajudiciais	Insp 2082-77.2013
Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe	Serventias Extrajudiciais	Insp 2075-85.2013
Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe	Serventias Extrajudiciais	Insp 2076-70.2013
Tribunal de Justiça do Estado de Tocantins	Unidades Judiciais e Administrativas	Insp 2653-87.2009
Tribunal Regional Federal da 1ª Região	Unidades Judiciais e Administrativas	Insp 3323-28.2009
Tribunal Regional do Trabalho – 13ª Região;	Setor de Precatórios	CorOrd 3201-73.2013
Tribunal Regional do Trabalho – 7ª Região	Setor de Precatórios	CorOrd 3200-88.2013

Procedimentos de Competência da Corregedoria

São procedimentos de competência da Corregedoria Nacional de Justiça: Reclamação Disciplinar, Representação por Excesso de Prazo, Pedido de Providências, Sindicâncias, Inspeções, além dos recursos administrativos, das reclamações para garantia de decisões, dos acompanhamentos de cumprimento de decisões, das avocações, das notas técnicas, das propostas de revisão disciplinar.

Segundo dados extraídos do Sistema PJe, entre novembro 2014 e novembro 2015, foram julgados 4458 procedimentos e arquivados 5524.

Contudo, além dos números relatados pelo PJe, a Corregedoria Nacional desenvolveu sistemática própria de controle.

Todos os procedimentos que chegam à Corregedoria Nacional passam por uma triagem inicial, fase em que é identificada a data de conclusão, a natureza do procedimento e a gravidade das alegações, sendo todos os dados computados em tabelas específicas.

Equipes recebem os procedimentos já classificados e lhes dão seguimento imediato, determinando as providências necessárias, como pedido de informações às Presidências ou Corregedorias dos Tribunais, por exemplo.

Hoje, o procedimento autuado não leva mais do que 48 horas para ser classificado e direcionado para decisão/despacho/voto.

Essa sistemática filtra os processos que, de fato, estão conclusos e foram julgados na Corregedoria, diferentemente dos dados fornecidos pelo PJe – que considera, inclusive, os procedimentos que se encontram em fase de diligência, em secretaria processual.

Assim, pelo cálculo da Corregedoria Nacional, tramitam aproximadamente 1054 processos, considerando ainda o acervo estático, procedimentos de acompanhamento periódico que, portanto, não podem ser arquivados, a exemplo dos pedidos de providências para prestação de informações nos moldes da Resolução n. 135/2011 do CNJ, dos pedidos de providências advindos das inspeções/correições, dos projetos e termos de cooperação.

Diante dessas informações, é possível apresentar o seguinte quadro comparativo:

Quadro comparativo – Quantitativo de processos recebidos, analisados e julgados no ano de 2015 pela Corregedoria Nacional de Justiça.

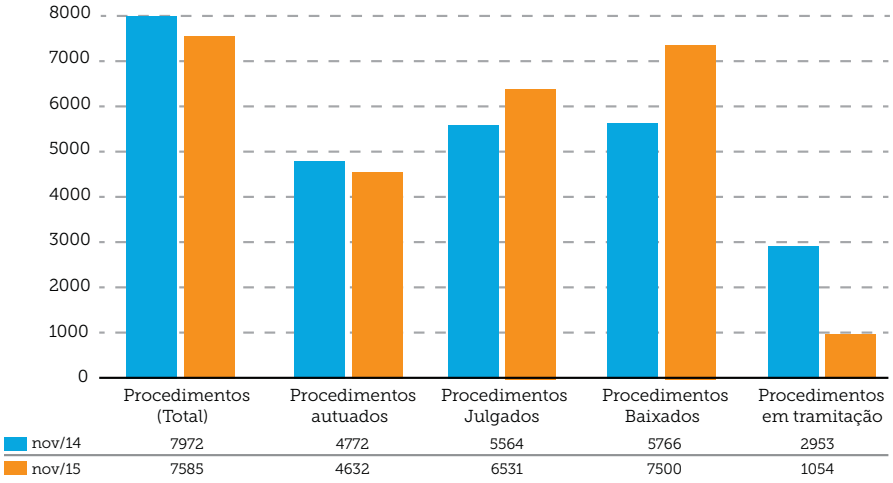
	Novembro/2014	Novembro/2015
Procedimentos(total)	7.972	7.585
Procedimentos Autuados (1 ano)	4.772	4.632
Procedimentos Julgados	5.564	6.531
Procedimentos Baixados	5.766	7.500
Procedimentos em Tramitação	2.953	1.054

Fonte: os dados foram retirados do PJe em novembro de 2015 em 17/11/2015

Em um período de um ano, o acervo total da Corregedoria Nacional de Justiça foi reduzido em 1899 procedimentos.

A produtividade de 2015 em comparação com a de 2014 foi 17,38% maior, ou seja, foram apreciados 967 procedimentos a mais do que no ano passado. Ademais, o número de procedimentos que continuam em tramitação na Corregedoria foi reduzido a 35,69% do número de procedimentos em 2014.

Quadro comparativo
Quantidade de processos recebidos, analisados e julgados no ano de 2015
Corregedoria Nacional de Justiça



Magistrados punidos por decisão plenária em 2015

No ano de 2015, foram punidos por decisão plenária cinco magistrados, dos quais quatro foram aposentados compulsoriamente e um punido com pena de remoção compulsória.

MAGISTRADOS PUNIDOS POR DECISÃO PLENÁRIA EM 2015	
Aposentadoria Compulsória	**Remoção Compulsória**
PAD 0005699-45.2013.2.00.0000	PAD 0000717-85.2013.2.00.0000
REVDIS 0006295-97.2011.2.00.0000	
PAD 0006017-28.2013.2.00.0000	
PAD 0001240-68.2011.2.00.0000	

Magistrados afastados preventivamente em 2015

No ano de 2015, foram afastados preventivamente dois magistrados:

MAGISTRADOS AFASTADOS PREVENTIVAMENTE EM 2015
PAD 0004361-65.2015.2.00.0000 – 1 magistrado afastado;
PAD 0005022-44.2015.2.00.0000 – 1 magistrado afastado.

Revisão disciplinar

Em 1º de agosto de 2011, foi determinada a instauração de Pedidos de Providências com o propósito de dar cumprimento ao disposto nos arts. 9º, §3º, 14, §6º, 18, §4º e 28 da Resolução CNJ n. 135/2011, os quais determinam que sejam comunicados à Corregedoria Nacional de Justiça as decisões de arquivamento dos procedimentos prévios de apuração, de instauração e os julgamentos dos procedimentos administrativos disciplinares relativos aos Magistrados vinculados a cada um dos Tribunais do país.

As informações encaminhadas, então, são analisadas pela Corregedoria Nacional, observado o prazo decadencial a que se refere o art. 82 do RICNJ, para a hipótese de eventual propositura de revisão disciplinar.

Em 26/8/2014, o cenário relativo aos documentos juntados nos citados pedidos de providências mostrava um acumulado de mais de 76 mil páginas de documentos pendentes de análise, se considerado apenas o lapso temporal de um ano anterior à data da posse.

Diante desse panorama, após estudos e análises de gerenciamento, definiu-se, internamente, que os documentos seriam analisados a partir do marco temporal anterior a oito meses da data de efetiva verificação, inclusive para efeitos de operacionalização na elaboração de minutas de votos e observância do prazo decadencial de um ano.

Nesse contexto, até a presente data, foram analisadas aproximadamente 89 mil páginas de documentos, tanto pela equipe que compõe o gabinete da Corregedoria como por um grupo de desembargadores aposentados do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que prestam auxílio voluntário no exame de documentos, e que já verificaram mais de 22 mil páginas do total.

A sincronia entre a data de encaminhamento das informações e a respectiva análise está próxima, estando pendente de exames apenas o período referente aos meses de agosto a novembro/2015.

Está em fase de conclusão a operacionalização de um sistema de informática no qual poderão ser prestadas as informações *on line* pelas Corregedorias locais, em respeito aos já citados regramentos do Regimento Interno e da Resolução n. 135/2011.

A previsão é de que, em 2016, o sistema já esteja em operação e sejam arquivados os pedidos de providência referentes a todos os Tribunais do país.

Atos Normativos Editados pela Corregedoria Nacional de Justiça

Ato	N.	Data	Assunto
PORTARIAS	1	12/02/2015	Determina a realização de correição no âmbito do Tribunal de Justiça do Maranhão
	2	10/03/2015	Determina a realização de correição para verificação do funcionamento do Setor de Precatórios vinculado ao Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte
	4	17/04/2015	Determina a realização de correição para verificação do funcionamento do Setor de Precatórios vinculado ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região
	5	04/05/2015	Decreta Regime Especial de Trabalho na Comarca de Salvador, no Estado da Bahia e dá outras providências.
	11	02/09/2015	Institui o Projeto Piloto de Aceleração de Julgamento dos Recursos na 1ª Turma da 1ª Seção e no Gabinete do Desembargador João Batista Moreira, integrante da 5ª Turma da 3ª Seção do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
	12	14/09/2015	Determina a realização de Correição para verificação de Precatórios que tramitam perante o Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul
	13	15/09/2015	Institui o Programa Nacional de Modernização da Administração das Varas Especializadas de Falência e Recuperação Judicial.
	16	16/09/2015	Estabelece o mês de setembro de 2015, para as comemorações e a exaltação ao Sistema dos Juizados Especiais, por ocasião dos seus 20 (vinte) anos de criação.
	17	17/09/2015	Implanta a primeira etapa do Projeto de Aceleração de Julgamentos no Tribunal Regional Federal da 1ª Região e dá outras providências.
	22	12/11/2015	Institui o Projeto "Poder Judiciário, o ser humano e as histórias de bastidores".

Ato	N.	Data	Assunto
PROVIMENTOS	47	18/06/2015	Estabelece diretrizes gerais para o sistema de registro eletrônico de imóveis.
	48		Estabelece diretrizes gerais para o sistema de registro eletrônico de títulos e documentos e civil de pessoas jurídicas.
	49	18/08/2015	Institui e regulamenta o Módulo de Produtividade Mensal do Poder Judiciário dos juízes e serventias judiciárias.
	50	28/09/2015	Dispõe sobre a conservação de documentos nos cartórios extrajudiciais
	51	22/09/2015	Dispõe sobre a averbação de carta de sentença expedida após homologação de sentença estrangeira relativa a divórcio ou separação judicial

Ato	N.	Data	Assunto
RECOMENDAÇÕES	18	02/03/2015	Dispõe sobre a expedição de certidão de óbito no estabelecimento de saúde em que ocorra o falecimento.
	19	25/03/2015	Dispõe sobre a instituição de Banco de Dados de óbitos de pessoas não identificadas, nos Estados que possuem Central de Registro Civil e no Distrito Federal.
	20	23/04/2015	Dispõe sobre a padronização dos procedimentos dos juizados da infância e juventude nas comarcas-sede de Eventos relacionados aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016 e a circulação de crianças e adolescentes no território brasileiro.

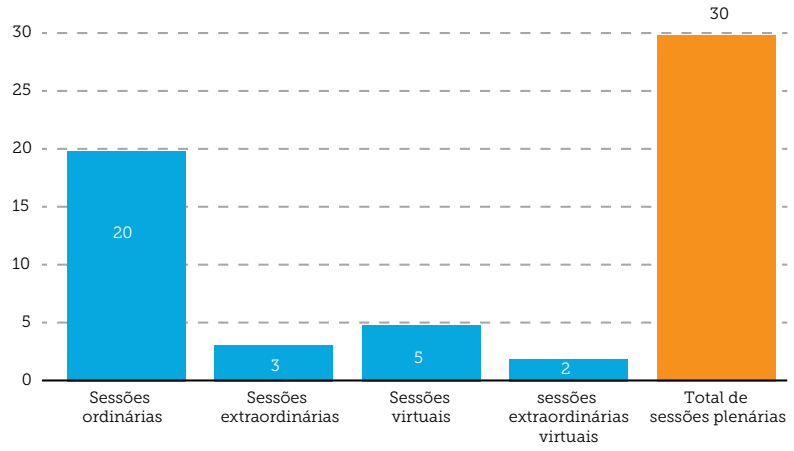
JULGADOS DO CNJ EM NÚMEROS

Julgados do CNJ em Números

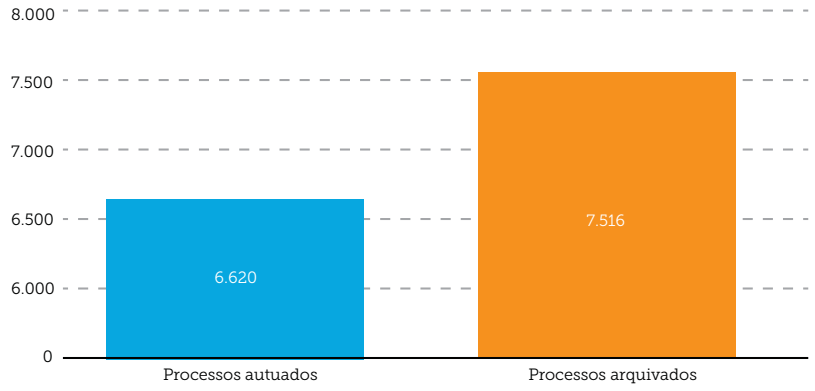
Aqui, destaca-se, em números, uma das principais atividades do Conselho, que é a avaliação da legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário e o julgamento de processos disciplinares e reclamações contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, inclusive contra seus serviços auxiliares, serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro. Importante ressaltar que, no ano de 2015, foram julgados em plenário 401 processos.

A seguir, são demonstrados os principais indicadores da movimentação processual do CNJ.

Número de sessões plenárias



Número de processos autuados e arquivados



OUTRAS INFORMAÇÕES

Outras Informações

Normas Editadas pela Diretoria-Geral

Ato	N.	Data	Assunto
Instruções Normativas	31	6/2/2015	Altera a Instrução Normativa n. 10, de 8 de agosto de 2012, para definir novos critérios para a fixação dos valores de diárias devidas aos magistrados e servidores
	32	5/3/2015	Dispõe sobre a concessão de bolsa de estudo para curso de língua estrangeira aos servidores do CNJ
	34	19/3/2015	Altera o art. 8º da Instrução Normativa n. 6/2011, que regulamenta os critérios para substituição de cargo em comissão e de função comissionada no CNJ
	35	22/6/2015	Dispõe sobre a participação de servidores do CNJ em ações de educação corporativa
	36	21/10/2015	Altera a Instrução Normativa 10, de 8 de agosto de 2012, que regulamenta, no âmbito do CNJ, a concessão de diárias e a emissão de passagens

Ato	N.	Data	Assunto
Portaria	395	6/11/2015	Institui Comissão para realização de estudos preliminares para a melhoria da estrutura física do CNJ

Pareceres de Mérito em Anteprojetos de Lei

Em 2015, o DPJ recebeu 26 Pareceres de Análise de Mérito (PAMs), com o objetivo de se manifestar sobre a criação de cargos, funções e unidades judiciárias, no âmbito da Justiça do Trabalho, da Justiça Federal, da Justiça Eleitoral, da Justiça Militar da União e do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Desse total, o DPJ já proferiu sua manifestação em 24 (vinte e quatro) PAMs, ou seja, 92% da demanda que o departamento teve nesta modalidade de parecer, no decorrer de 2015, já foi devidamente cumprida.

A tabela a seguir apresenta todos os PAMs recebidos pelo DPJ e sua situação até dezembro de 2015:

PAM	Situação
0001460-27.2015.2.00.0000	Aguardando Informações Complementares do STM
0001453-35.2015.2.00.0000	Julgado, de acordo com parecer do DPJ
0001708-95.2012.2.00.0000	Julgado, parcialmente em acordo com parecer do DPJ
0001938-35-2015.2.00.0000	Julgado, em acordo com parecer do DPJ
0001937-50.2015.2.00.0000	Julgado, em acordo com o parecer do DPJ
0007217-36.2014.2.00.0000	Julgado, em acordo com o parecer do DPJ
0001283-63.2015.2.00.0000	Julgado, em acordo com o parecer do DPJ
0002590-52.2015.2.00.0000	Julgado, parcialmente em acordo com parecer do DPJ
0002609-58.2015.2.00.0000	Conclusos para Decisão
0001280-11.2015.2.00.0000	Julgado, em acordo com o parecer do DPJ
0006815-86.2013.2.00.0000	Julgado, em acordo com o parecer do DPJ
0002673-68.2015.2.00.0000	Incluído em Pauta
0003421-03.2015.2.00.0000	Conclusos para Decisão
0003557-97.2015.2.00.0000	Conclusos para Decisão
0000631-46.2015.2.00.0000	Conclusos para Decisão
0002673-68.2015.2.00.0000	Incluído em Pauta
0001055-88.2015.2.00.0000	Julgado, parcialmente em acordo com o parecer do DPJ
0007219-06.2014.2.00.0000	Conclusos para Decisão
0007220-88.2014.2.00.0000	Conclusos para Decisão
0007221-73.2014.2.00.0000	Julgado, em acordo com o parecer do DPJ
0003431-47.2015.2.00.0000	Conclusos para Decisão
0003638-46.2015.2.00.0000	Julgado, em acordo com o parecer do DPJ
0003311-04.2015.2.00.0000	Julgado, em acordo com o parecer do DPJ
0002403-44.2015.2.00.0000	Julgado, em acordo com o parecer do DPJ
0004829-29.2015.2.00.0000	Parecer do DPJ Pendente
0004106-10.2015.2.00.0000	Parecer do DPJ Pendente

PROVIDÊNCIAS PARA O APERFEIÇOAMENTO DO PODER JUDICIÁRIO

Emenda Regimental, Resoluções, Recomendações e Enunciados Administrativos

O CNJ tem a missão constitucional de aprimorar o trabalho do sistema judiciário brasileiro, sobretudo no que diz respeito ao controle e à transparência administrativa e processual. Sua atuação busca contribuir para que a prestação jurisdicional seja realizada com moralidade, eficiência e efetividade, em benefício de toda a população.

Entre as ações executadas com essa finalidade, o CNJ expede diversos atos normativos, como resoluções e recomendações, que influem diretamente na Política Judiciária, com zelo pela autonomia do Poder Judiciário e pelo cumprimento do Estatuto da Magistratura.

Em 2015, o Conselho editou 1 Emenda Regimental, 1 Enunciado Administrativo, 13 Resoluções e 1 Recomendação contendo regulamentações sobre as atividades do Judiciário.

Emenda Regimental

O CNJ editou a seguinte emenda regimental:

EMENDA REGIMENTAL EDITADAS EM 2015	
Emenda Regimental	**Assunto**
Emenda Regimental n. 02	Acrescenta o art. 118-A ao Regimento Interno do CNJ. Admite o julgamento em ambiente eletrônico dos procedimentos que aguardam apreciação pelo Plenário

Resoluções

O CNJ editou as seguintes resoluções:

RESOLUÇÕES EDITADAS EM 2015	
Resolução	**Assunto**
Resolução n. 200	Disciplina causa de impedimento de magistrado prevista no art. 134, IV, do Código de Processo Civil.
Resolução n. 201	Dispõe sobre a criação e competências das unidades ou núcleos socioambientais nos órgãos e conselhos do Poder Judiciário e implantação do respectivo Plano de Logística Sustentável (PLS-PJ).
Resolução n. 202	Regulamenta o prazo para a devolução dos pedidos de vista nos processos jurisdicionais e administrativos no âmbito do Poder Judiciário.
Resolução n. 203	Dispõe sobre a reserva aos negros, no âmbito do Poder Judiciário, de 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e de ingresso na magistratura.
Resolução n. 204	Revoga os §§ 4º e 5º do artigo 12 da Resolução CNJ 198, de 1º de julho de 2014.
Resolução n. 205	Acrescenta dispositivo na Resolução 158, que instituiu o Fórum Nacional de Precatórios.
Resolução n. 206	Altera a redação do parágrafo único do art. 1º da Resolução 154, de 13 de julho de 2012, que disciplina a política institucional do Poder Judiciário na utilização dos recursos oriundos da aplicação da pena de prestação pecuniária.
Resolução n. 207	Institui Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário.
Resolução n. 208	Altera a Resolução 75, de 12 de maio de 2009.
Resolução n. 209	Dispõe sobre a convocação de magistrados para auxílio no âmbito do CNJ, dos tribunais estaduais, regionais, militares e superiores e adota outras providências.
Resolução nº 210	Dispõe sobre procedimentos de transferência de bens do Conselho Nacional de Justiça, em atendimento ao projeto "Modernização da Infraestrutura da Tecnologia da Informação no Poder Judiciário"
Resolução nº 211	Institui a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário.
Resolução nº 212	Institui o Fórum Nacional do Poder Judiciário para Monitoramento e Efetividade das Demandas Relacionadas à Exploração do Trabalho em Condições Análogas à de Escravo e ao Tráfico de Pessoas (FONTET), com o objetivo de elaborar estudos e propor medidas para o aperfeiçoamento do sistema judicial quanto ao tema.

Recomendações

O CNJ editou a seguinte recomendação:

RECOMENDAÇÕES EDITADAS EM 2015	
Recomendação	**Assunto**
Recomendação n. 51	Recomenda a utilização dos Sistemas Bacenjud, Renajud e Infojud e dá outras providências.

Enunciados Administrativos

O CNJ editou o seguinte enunciado administrativo:

RECOMENDAÇÕES EDITADAS EM 2015	
Enunciado Administrativo	**Assunto**
Enunciado Administrativo n. 15	Autoriza desconto na remuneração de servidores do Poder Judiciário em caso de paralisação por motivo greve.

RECOMENDAÇÕES DE MELHORIA À GESTÃO ESTRATÉGICA

Recomendações de Melhorias à Gestão Estratégica

Metas Nacionais para 2016

METAS NACIONAIS PARA 2016

Os presidentes ou representantes dos tribunais do país, reunidos em Brasília/DF, nos dias 24 e 25 de novembro de 2015, durante o IX Encontro Nacional do Poder Judiciário, aprovaram as Metas Nacionais para o Judiciário brasileiro alcançar em 2016.

META 1 – Julgar mais processos que os distribuídos (todos os segmentos)

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

META 2 – Julgar processos mais antigos (todos os segmentos)

Identificar e julgar, até 31/12/2016, pelo menos:

» No Superior Tribunal de Justiça, 99% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e 90% dos processos distribuídos em 2012;

» No Tribunal Superior do Trabalho, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012 e, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2013;

» Na Justiça Militar da União, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2014 nas Auditorias Militares e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014 no STM;

» Na Justiça Federal, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e 70% dos processos distribuídos até 31/12/2012 no 1º e 2º graus, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012 e 90% dos processos distribuídos até 31/12/2013 nos Juizados Especiais Federais e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012 e 70% dos processos distribuídos até 31/12/2013 nas Turmas Recursais;

» Na Justiça do Trabalho, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2014, no 1º e no 2º grau;

» Na Justiça Eleitoral, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2014;

» Nos Tribunais de Justiça Militar Estaduais, 95% dos processos distribuídos até 31/12/2014 nas Auditorias Militares' e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2015, no 2º grau; e

» Na Justiça Estadual, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2012 no 1º grau, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2013 no 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2013 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais.

META 3 – Aumentar os casos solucionados por conciliação (Justiça Federal, Justiça Estadual e Justiça do Trabalho)

» Justiça Federal: Aumentar o percentual de casos encerrados por conciliação em relação ao ano anterior.

» Justiça Estadual: Aumentar os casos resolvidos por conciliação em relação ao ano anterior e aumentar o número de Cejuscs.

» Justiça do Trabalho: Aumentar o índice de Conciliação na Fase de Conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014, em 2 pontos Percentuais.

META 4 – Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa (STJ, Justiça Federal, Justiça Estadual e Justiça Militar da União e dos Estados)

Identificar e julgar até 31/12/2016:

» Na Justiça Estadual, 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas até 31/12/2013;

» Na Justiça Federal, 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014;

» Na Justiça Militar da União e dos Estados, as ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública distribuídas até 31/12/2014; e

» No Superior Tribunal de Justiça, 90% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública distribuídas até 31/12/2013 e 70% das ações distribuídas em 2014.

META 5 – Impulsionar processos à execução (Justiça do Trabalho, Justiça Federal e Justiça Estadual)

Baixar em 2016:

» Na Justiça Federal, quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente;

» Na Justiça do Trabalho, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução do ano corrente; e

» Na Justiça Estadual, identificar o número e a situação dos processos de execução até 31/12/2016.

META 6 – Priorizar o julgamento das ações coletivas (STJ, Justiça Estadual, Justiça Federal e Justiça do Trabalho)

Identificar e julgar até 31/12/2016:

» No STJ, 60% dos recursos oriundos de ações coletivas distribuídas a partir de 01/01/2015;

» Na Justiça Estadual, 60% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2013 no 1º grau e 80% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014 no 2º grau;

» Na Justiça Federal, 100% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 no 1º e 2º grau;

» Nos Tribunais Regionais e Juízes do Trabalho, as ações coletivas distribuídas até 31/12/2013 no 1º grau e até 31/12/2014 no 2º grau; e

» No Tribunal Superior do Trabalho, as ações coletivas distribuídas até 31/12/2013.

META 7 – Priorizar o julgamento dos processos dos maiores litigantes e dos recursos repetitivos (STJ, Justiça do Trabalho e Justiça Estadual)

» No Superior Tribunal de Justiça:

Reduzir o tempo médio da afetação à publicação do acórdão dos recursos repetitivos para 160 dias;

Priorizar o julgamento dos processos dos maiores litigantes e dos recursos repetitivos; e

Julgar 40% do estoque de temas afetados até 31/12/2014.

» No Tribunal Superior do Trabalho, identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior.

» Nos Tribunais Regionais e Juízes do Trabalho, identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior.

» Nos Tribunais de Justiça Estaduais, gerir estrategicamente as ações de massa com identificação e monitoramento do acervo de demandas repetitivas.

META 8 – Implementar práticas de Justiça Restaurativa

» Justiça Estadual: Implementar projeto com equipe capacitada para oferecer práticas de Justiça Restaurativa, implantando ou qualificando pelo menos uma unidade para esse fim, até 31.12.2016.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA

É diretriz estratégica do Poder Judiciário, e compromisso de todos os tribunais brasileiros, dar concretude aos direitos previstos em tratados, convenções e demais instrumentos internacionais sobre a proteção dos direitos humanos.

Metas da Corregedoria Nacional de Justiça para 2016

METAS DA CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA

Foram estabelecidas no 9º Encontro Nacional do Poder Judiciário, as Metas da Corregedoria Nacional de Justiça.

As metas da Corregedoria Nacional objetivam induzir a atuação livre e criativa das Corregedorias locais, de modo que todos juntos possamos alcançar a justiça dos sonhos de cada juiz de carreira.

1 – Considerado o elevado quantitativo de procedimentos formuladas na Corregedoria Nacional de Justiça – em pedidos de providência e representações por excesso de prazo –, nas quais se pode constatar que os Juizados Especiais têm designado audiências em prazos excessivamente dilatados – algumas superam a marca de três anos da data do pedido inicial –, em flagrante desvirtuamento do propósito de sua existência, estabelece-se a META 1:

Os Juizados Especiais Estaduais e Federais deverão designar audiências de conciliação observando o prazo legal de 15 dias, atendendo também, na hipótese de não obtenção da conciliação, o mesmo prazo para que seja designada audiência de instrução e julgamento. Os Juizados que, atualmente, não observam o prazo legal, deverão adotar as medidas necessárias para regularizar a situação no prazo máximo de um ano.

2 – Verificado o elevado acervo de recursos pendentes de julgamento – objeto de reiterados procedimentos formulados na Corregedoria Nacional –, assim como a adoção de medidas que desvirtuam os critérios da informalidade, simplicidade e celeridade, que devem reger a atuação das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Estaduais e Federais, estabelece-se a META 2:

As Turmas Recursais deverão, no prazo de seis meses, reduzir em 35% o acervo atual de recursos pendentes de julgamento e alcançar, no prazo de um ano, diminuição de 70% do total dos processos represados, observada, preferencialmente, a ordem cronológica da distribuição e as preferências legais.

3 – Considerando o melhor aparelhamento da Justiça Federal sob vários aspectos, inclusive no que concerne ao orçamento e número de servidores e tendo em conta a bem sucedida atuação dos TRFs da 2ª e da 4ª Região, que atingiram degraus importantes da atividade jurisdicional de interiorização nos estados, além da necessária humanização dos trabalhos da Justiça Federal, sobretudo no que concerne aos processos da previdência social, haja vista o dever de atendimento a todo território brasileiro, estabelece-se a META 3:

Instalação de sistema de Juízes Federais itinerantes para atuar no acervo de processos da competência delegada aos Juízes Estaduais, com o propósito de devolvê-la, e/ou a realização de cálculo de custo dos processos que, na mesma condição, tramitam na justiça comum, a fim de direcionar o correspondente valor dispendido.

RECOMENDAÇÕES:

• Para atender às metas estabelecidas, recomenda-se à Coordenação dos Juizados Especiais Estaduais e Federais que:

a) priorizem a informatização dos sistemas dentro dos Juizados Especiais, providenciando, em consequência, a extinção do recebimento de processos novos por meio físico; a realização de sessões eletrônicas de julgamento dos recursos e consequente descentralização e regionalização de Turmas Recursais; ou seja, ampliem o uso da tecnologia (plenário virtual), como forma de reduzir os custos e de favorecer a celeridade;

b) abracem as figuras do Juiz leigo e dos conciliadores, previstos no art. 7º da Lei n. 9.099/95 – firmando, por exemplo, convênios com associações de jovens advogados, universidades etc. –, regulamentando a sua atuação, com a finalidade de promover a multiplicação do número de audiências;

c) celebrem convênios com a Defensoria Pública e com o Ministério Público para que haja atuação específica nos Juizados Especiais;

d) estimulem, nas comarcas em que o juiz acumule competência comum e do juizado especial, a designação de dias específicos para a atuação exclusiva na competência do juizado (pauta temática), implementando a gestão específica e independente de processos dos juizados, de modo a afastar a aplicação das rotinas da justiça comum;

e) realizem censo para apurar o adequado funcionamento das Varas dos Juizados Especiais de acordo com os respectivos números de demandas, com o intuito de melhor orientar e planejar a distribuição dos recursos humanos e materiais;

f) empreendam mutirões, especialmente os temáticos e de litigantes contumazes, privilegiando a realização conjunta de audiências de instrução e julgamento, a fim de viabilizar o cumprimento dos prazos estabelecidos em lei;

g) utilizem a estrutura de Secretaria Única nos Juizados Especiais, tanto na primeira instância quanto nas Turmas Recursais, a fim de permitir melhor racionalização e produtividade dos trabalhos;

h) observem que a materialização do julgamento em segundo grau de jurisdição deve ocorrer sem grandes formalidades, sendo adotada tão somente fundamentação sucinta e parte dispositiva, podendo, ainda, restringir-se unicamente à súmula de julgamento ou mero registro em ata, para manter constante e presente a jurisprudência da Turma, conforme o art. 46 da Lei n. 9.099/95;

i) consolidem os entendimentos jurisprudenciais por meio de Súmulas ou Enunciados e incorporem a prática do julgamento monocrático ou unipessoal das matérias já pacificadas, como forma de aceleração da entrega da prestação jurisdicional e de consolidação dos critérios da simplicidade e da informalidade;

j) promovam a instalação do juizado itinerante e/ou ampliem o seu uso.

Priorização das execuções fiscais pelo Judiciário pode somar R$ 1 trilhão

O CNJ e os Ministérios da Fazenda e do Planejamento reuniram-se no dia 2/12/15 para discutir formas de, conjuntamente, acelerar as execuções fiscais. O Presidente do CNJ explicou que objetivo é aumentar a arrecadação de verbas públicas sem a necessidade de majorar alíquotas dos impostos. A estimativa é de que as execuções fiscais, as cobranças compulsórias realizadas por meio do Judiciário, somem "uma dezena de bilhão de reais", sendo que o montante total da dívida ativa com o Fisco alcança R$ 1 trilhão.

Foi explicado que será montado um grupo de trabalho conjunto para desenvolver a estratégia. Os instrumentos principais são a desburocratização dos executivos fiscais e a utilização de métodos alternativos. A expectativa é de que haja resultados já em 2016.

É um momento em que o Poder Judiciário colabora com o Poder Executivo no ajuste fiscal nesse difícil momento em que estamos vivendo. Pretende-se atacar em várias frentes, desburocratizando a execução fiscal e utilizando novos meios, como a conciliação e a mediação, previstas no novo Código de Processo Civil, e que podem ser utilizadas com os devedores do Fisco.

Sabe-se que as execuções fiscais nas três esferas de governo são processos lentos, principalmente em razão do grande número de ações tramitando na Justiça. Segundo ele, dos 100 milhões de processos em tramitação atualmente no Brasil, 30% são execuções fiscais.

A intenção é estudar não só alterações legislativas, mas também modificações administrativas para agilizar essa cobrança.

WWW.CNJ.JUS.BR
Poder Judiciário
CNJ
CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES MISTAS

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN)

Finalidade: Apreciação das matérias orçamentárias e acompanhamento e fiscalização das respectivas execuções.

Número de membros: 10 Senadores e 30 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)
1º VICE-PRESIDENTE: Deputado Jaime Martins (PSD-MG)
2ª VICE-PRESIDENTE: Deputado Giuseppe Vecci (PSDB-GO)
3º VICE-PRESIDENTE: Senador Walter Pinheiro (PT-BA)
Rel. do Proj. de Lei de Diretrizes Orçamentárias: Deputado Ricardo Teobaldo (PMB-PE)
Relator do Projeto de Lei Orçamentária Anual: Deputado Ricardo Barros (PP-PR)
Relator da Receita: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)
Relator do Projeto de Plano Plurianual: Deputado Zeca Dirceu (PT-PR)

Instalação: 25/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
Rose de Freitas - PMDB/ES	1. Dário Berger - PMDB/SC (4)
Raimundo Lira - PMDB/PB	2. Hélio José - PMB/DF
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. Lúcia Vânia - PSB/GO (5)
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Acir Gurgacz - PDT/RO	1. Walter Pinheiro - PT/BA (10)
Gleisi Hoffmann - PT/PR (10)	2. Angela Portela - PT/RR
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. VAGO (8)
Davi Alcolumbre - DEM/AP (8)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Roberto Rocha - PSB/MA	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Eduardo Amorim - PSC/SE	1. Elmano Férrer - PTB/PI
PP	
Benedito de Lira - AL	1. Ivo Cassol - RO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PEN	
Edmar Arruda - PSC/PR	1. Danilo Forte - PSB/CE
Carlos Henrique Gaguim - PMB/TO	2. Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO
César Halum - PRB/TO	3. Expedito Netto - SD/RO
Genecias Noronha - SD/CE	4. Jhonatan de Jesus - PRB/RR
Hildo Rocha - PMDB/MA	5. Kaio Maniçoba - PHS/PE
João Arruda - PMDB/PR	6. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Lelo Coimbra - PMDB/ES	7. Mauro Lopes - PMDB/MG
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Paes Landim - PTB/PI
Nilton Capixaba - PTB/RO	9. Vitor Valim - PMDB/CE
Ricardo Teobaldo - PMB/PE	10. Washington Reis - PMDB/RJ
Lázaro Botelho - PP/TO	11. Cacá Leão - PP/BA
Ricardo Barros - PP/PR	12. Julio Lopes - PP/RJ (2)
Elmar Nascimento - DEM/BA	13. Pedro Fernandes - PTB/MA
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
José Rocha - PR/BA	1. Gorete Pereira - PR/CE
Nilto Tatto - PT/SP	2. João Carlos Bacelar - PR/BA
Paulo Pimenta - PT/RS	3. Jorge Solla - PT/BA
Hugo Leal - PROS/RJ	4. José Airton Cirilo - PT/CE
Wadson Ribeiro	5. Leo de Brito - PT/AC
Wellington Roberto - PR/PB	6. Orlando Silva - PCdoB/SP
Zé Geraldo - PT/PA	7. Givaldo Carimbão - PROS/AL (11)
Zeca Dirceu - PT/PR	8. Leonardo Monteiro - PT/MG (6,7)
Jaime Martins - PSD/MG	9. Valtenir Pereira - PMB/MT (1,12)
José Nunes - PSD/BA (9)	10. Átila Lins - PSD/AM
PSDB, PSB	
Caio Narcio - PSDB/MG	1. César Messias - PSB/AC
Giuseppe Vecci - PSDB/GO	2. Leopoldo Meyer - PSB/PR
Gonzaga Patriota - PSB/PE	3. Evair de Melo - PV/ES (3)
Hissa Abrahão - PPS/AM	4. Domingos Sávio - PSDB/MG
João Fernando Coutinho - PSB/PE	5. Izalci - PSDB/DF
Samuel Moreira - PSDB/SP	6. Raimundo Gomes de Matos - PSDB/CE
PDT	
Flávia Morais - GO	1. Pompeo de Mattos - RS
PSOL	
Edmilson Rodrigues - PA	1. Cabo Daciolo - S/Partido/RJ

Notas:

1. Tornada sem efeito a indicação do Deputado Rômulo Gouveia (PSD/PB), em 7/5/2015, conforme Ofício nº 302, de 2015, da Liderança do PSD na Câmara dos Deputados.
2. Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, em substituição ao Deputado Sandes Júnior, em 22-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 273, de 2015, da Liderança do PP.
3. Designado, como membro suplente, o Deputado Evair de Melo, em substituição ao Deputado William Woo, em 25-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 136, de 2015, da Liderança do PPS/PV.
4. Designado, como membro suplente, o Senador Dário Berger, em vaga existente, em 27-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 168, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.
5. Designada, como membro suplente, a Senadora Lúcia Vânia, em vaga existente, em 1-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 169, de 2015, da Liderança do Líder do PMDB e do Bloco da Maioria.

6. O Deputado Weliton Prado deixou de fazer parte da CMO, conforme Ofício nº 435/2015, da Liderança do PT.
7. Designado, como membro suplente, o Deputado Leonardo Monteiro - PT/MG, em vaga existente, em 09-07-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 451, de 2015, da Liderança PT.
8. Designado o Senador Davi Alcolumbre, que deixa a vaga de suplente, como membro titular, em substituição ao Senador Wilder Morais, em 30-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 110, de 2015, da Liderança do DEM.
9. Designado, como membro titular, o Deputado José Nunes (BA), em substituição ao Deputado Walter Ihoshi, em 28-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 598, de 2015, da Liderança do PSD.
10. Designada, como membro titular, a Senadora Gleisi Hoffmann, em substituição ao Senador Walter Pinheiro, e, como membro suplente, o Senador Walter Pinheiro, em substituição ao Senador Lindbergh Farias, em 10-11-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 134, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
11. Designado, como membro suplente, o Deputado Givaldo Carimbão, em substituição ao Deputado Valtenir Pereira, em 30-11-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 312, de 2015, da Liderança do PROS.
12. Designado, como membro suplente, o Deputado Valtenir Pereira, em vaga existente, em 17-12-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 841, de 2015, da Liderança do PT.

Secretário: Walbinson Tavares de Araújo
Telefone(s): (61) 3216-6892
E-mail: cmo.decom@camara.leg.br
Local: Câmara dos Deputados, Plenário 2

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

I - Comitê de Avaliação , Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária - CFIS

COORDENADOR: Deputado Izalci (PSDB-DF)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PDT	Senador Acir Gurgacz (PDT / RO)
PSD	Senador Hélio José (PMB / DF)
DEM	VAGO

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Deputado Washington Reis (PMDB)
PMDB	Deputado Lelo Coimbra (PMDB)
PTB	Deputado Luiz Carlos Busato (PTB)
PTB	Deputado Pedro Fernandes (PTB)
PT	Deputado Leo de Brito (PT)
PSDB	Deputado Izalci (PSDB)
DEM	Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

II - Comitê de Avaliação da Receita - CAR

COORDENADOR: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PDT	Senador Acir Gurgacz (PDT / RO)
PSC	Senador Eduardo Amorim (PSC / SE)
PP	Senador Benedito de Lira (PP / AL)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Deputado Hildo Rocha (PMDB)
PT	Deputado Nilto Tatto (PT)
PSB	Deputado Leopoldo Meyer (PSB)
PSDB	Deputado Giuseppe Vecci (PSDB)
PV	Deputado Evair de Melo (PV)
PCdoB	Deputado Orlando Silva (PCdoB)
PSD	Deputado Jaime Martins (PSD)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

IV - Comitê de Admissibilidade de Emendas - CAEM

COORDENADOR: Deputado Genecias Noronha (SD-CE)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Deputado Vitor Valim (PMDB)
PR	Deputada Gorete Pereira (PR)
PSD	Deputado Átila Lins (PSD)
PTB	Deputado Nilton Capixaba (PTB)
PSB	Deputado Gonzaga Patriota (PSB)
PP	Deputado Cacá Leão (PP)
PT	Deputado Jorge Solla (PT)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

III - Comitê de Avaliação das Inform. sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves - COI

COORDENADOR: Deputado Zé Geraldo (PT-PA)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PT	Senador Walter Pinheiro (PT / BA)
PSDB	Senador Paulo Bauer (PSDB / SC)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Deputado Mauro Lopes (PMDB)
PR	Deputado José Rocha (PR)
PP	Deputado Ricardo Barros (PP)
PT	Deputado Zé Geraldo (PT)
DEM	Deputado Elmar Nascimento (DEM)
PHS	Deputado Marcelo Aro (PHS)
PRB	Deputado César Halum (PRB)
PROS	Deputado Hugo Leal (PROS)

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA - CMO

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL
I. Transporte	Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
II. Saúde	Deputado João Arruda (PMDB-PR)
III. Educação e Cultura	Deputado Wellington Roberto (PR-PB)
IV. Integração Nacional	Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)
V. Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Agrário	Deputado Carlos Henrique Gaguim (PMB-TO)
VI. Desenvolvimento Urbano	Deputado Caio Narcio (PSDB-MG)
VII. Turismo	Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)
VIII. Ciência e Tecnologia e Comunicações	Deputado Wadson Ribeiro (-)
IX. Minas e Energia	Deputado Edmar Arruda (PSC-PR)
X. Esporte	Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
XI. Meio Ambiente	Deputada Flávia Morais (PDT-GO)
XII. Fazenda e Planejamento	Deputado Hugo Leal (PROS-RJ)
XIII. Indústria, Comércio e Micro e Pequenas Empresas	Senador Hélio José (PMB-DF)
XIV. Trabalho, Previdência e Assistência Social	Deputado João Fernando Coutinho (PSB-PE)
XV. Defesa e Justiça	Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
XVI. Presidência, Poder Legislativo, Poder Judiciário, MPU, DPU e Relações Exteriores	Deputado Danilo Forte (PSB-CE)

Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados

PRESIDENTE: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
VICE-PRESIDENTE: Deputado Sarney Filho (PV-MA)
RELATOR: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

Designação: 19/03/2015
Instalação: 25/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
Otto Alencar - PSD/BA (4,16)	1. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	2. VAGO
Roberto Rocha - PSB/MA (9)	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Jorge Viana - PT/AC (2)	1. VAGO
Donizeti Nogueira - PT/TO (2)	2. VAGO
Cristovam Buarque - PDT/DF (2)	3. Ivo Cassol - PP/RO (2)
Gladson Cameli - PP/AC (2)	4. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro - PSDB/PA	1. Aloysio Nunes Ferreira - PSDB/SP
Maria do Carmo Alves (5)	2. Ronaldo Caiado - DEM/GO (5)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Fernando Bezerra Coelho - PSB/PE	1. Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Douglas Cintra - PTB/PE	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PEN	
Eros Biondini - PTB/MG	1. Carlos Henrique Gaguim - PMB/TO
Daniel Vilela - PMDB/GO (12,15)	2. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Roberto Balestra - PP/GO	3. Valdir Colatto - PMDB/SC (6)
Sergio Souza - PMDB/PR	4. Julio Lopes - PP/RJ (12,14,18)
Jony Marcos - PRB/SE (8)	5. Rômulo Gouveia - PSD/PB (13)
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Angelim - PT/AC	1. Alessandro Molon - REDE/RJ
Leônidas Cristino - PROS/CE	2. Átila Lins - PSD/AM (3)
Jaime Martins - PSD/MG (3)	3. Ivan Valente - PSOL/SP (11)
Leonardo Monteiro - PT/MG (10)	4. João Paulo Papa - PSDB/SP (17)
PSDB, PSB	
Ricardo Tripoli - PSDB/SP	1. Antonio Carlos Mendes Thame - PSDB/SP
Sarney Filho - PV/MA	2. Janete Capiberibe - PSB/AP
PDT (1)	
Giovani Cherini - RS	1. Daniel Coelho - PSDB/PE (7)

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designados, como membros titulares, os Senadores Jorge Viana ,Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, em vagas existentes, e o Senador Gladson Cameli, em substituição ao Senador Ivo Cassol; e, como membro suplente, o Senador Ivo Cassol, em substituição ao Senador Gladson Cameli, em 24-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 41, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
3. Designado, como membro titular, o Deputado Jaime Martins, em vaga existente, e, como membro suplente, o Deputado Átila Lins, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 181, de 2015, da Liderança do PSD.
4. O Senador Waldemir Moka declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 93, de 2015, da Liderança do Bloco de Maioria,
5. Designada, como membro titular, a Senadora Maria do Carmo, em vaga existente, e, como membro suplente, o Senador Ronaldo Caiado, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 22, de 2015, da Liderança do DEM.
6. Designado, como membro suplente, o Deputado Valdir Colatto, em vaga existente, em 08-04-2015(Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 567, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
7. Designado, como membro suplente, o Deputado Daniel Coelho, em vaga existente, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 127, de 2015, da Liderança do Liderança do PDT.
8. Designado, como membro titular, o Deputado Jony Marcos, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 111, de 2015, da Liderança do Bloco PRB/PTN/PMN/PRP/PSDC/PTC/PRTB/PSL e PTdoB.
9. Designado, como membro titular, em vaga cedida, o Senador Roberto Rocha, conforme Ofício nº 52, de 2015, da Bloco Socialismo e Democracia (Sessão do Senado Federal, de 29/04/2015).
10. Designado, como membro titular, o Deputado Leonardo Monteiro (PT/MG), em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 249, de 2015, da Liderança do PR.
11. Designado, como membro suplente, o Deputado Ivan Valente (PSOL/SP, em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 153, de 2015, da Liderança do PROS.
12. Designado, como membro suplente, o Deputado Marcus Vicente, em vaga existente, em 1-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 318, de 2015, da Liderança do PP.
13. Designado, como membro suplente, o Deputado Rômulo Gouveia (PTB/PB), em vaga existente, em 2-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 257, de 2015, da Liderança do Democratas.
14. Ofício nº 335/2015, da Liderança do PP, comunicando o desligamento do Deputado Marcus Vicente da Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas - CMMC
15. Designado, como membro titular, o Deputado Daniel Vilela, em vaga existente, em 15-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1029, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
16. Designado, como membro titular, o Senador Otto Alencar, em vaga existente, em 18-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 217, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.
17. Designado, como membro suplente, o Deputado João Paulo Papa, em vaga existente, em 10-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 394, de 2015, da Liderança do PR.
18. Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, em vaga existente, em 16-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 435, de 2015, da Liderança do PP.

Secretário: Tiago Torres de Lima Brum
Telefone(s): (61) 3303-3534
E-mail: cocm@senado.gov.br

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

(Resolução nº 2, de 2013-CN - Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

Finalidade: A fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contrainteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: Deputada Jô Moraes (PCdoB-MG)
VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)	**Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional** Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Líder da Maioria Deputada Soraya Santos (PMDB/RJ) (6)	**Líder do Bloco Parlamentar da Maioria** Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE)
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)	**Líder do Bloco Parlamentar Minoria** Senador Alvaro Dias (PSDB/PR)
Deputado indicado pela Liderança da Maioria Deputado Benito Gama (PTB/BA) (2)	**Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria** Senador Cristovam Buarque (PDT/DF) (7)
Deputado indicado pela Liderança da Minoria Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR) (1)	**Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar Minoria** Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB) (4)
Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Heráclito Fortes (PSB/PI) (3)	**Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional** Senadora Marta Suplicy (PMDB/SP) (5)

Notas:

1. Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria, o Deputado Luiz Carlos Jorge Hauly para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 65/2015/GABMIN, despachado na sessão do Senado Federal de 05/03/2015.
2. Designado, em razão da indicação da Liderança da Maioria, o Deputado Benito Gama para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 452/2015/Líder do Bloco da Maioria, despachado na sessão do Senado Federal de 25/03/2015.
3. Designado, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, o Deputado Heráclito Fortes para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 17/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 30/03/2015.
4. Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria no Senado Federal, o Senador Cásssio Cunha Lima, para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 88/2015, da Liderança do Bloco da Oposição, despachado na sessão do Senado Federal de 31/03/2015.
5. Designada, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, a Senadora Marta Suplicy para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 10/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 08/04/2015.
6. Designada, como membro titular, a Deputada Soraya Santos, em substituição ao Deputado Leonardo Picciani, em 11-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1128, de 2015, da Liderança do BLOCO PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
7. Designado, como membro titular, o Senador Cristovam Buarque, em vaga existente, em 8-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 201, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.

Secretário: Thiago Nascimento C. Silva
Telefone(s): 61 3303-3502
E-mail: cocm@senado.leg.br

Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

(Resolução nº 1, de 2014-CN)

Finalidade: Diagnosticar as lacunas existentes nas ações e serviços da Seguridade Social e na prestação de segurança pública e jurídica às mulheres vítimas de violência; e apresentar propostas para a consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)
VICE-PRESIDENTE: Deputada Keiko Ota (PSB-SP)
RELATOR: Deputada Luizianne Lins (PT-CE)

Designação: 05/03/2015
Instalação: 10/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
Simone Tebet - PMDB/MS	1. VAGO
Rose de Freitas - PMDB/ES	2. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Angela Portela - PT/RR	1. Fátima Bezerra - PT/RN
Marta Suplicy - PMDB/SP	2. Regina Sousa - PT/PI
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia - PSB/GO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Wellington Fagundes - PR/MT (19)	1. Eduardo Amorim - PSC/SE (14)
PP	
Ana Amélia - RS	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PEN	
Conceição Sampaio - PP/AM	1. Cristiane Brasil - PTB/RJ
Dulce Miranda - PMDB/TO	2. Josi Nunes - PMDB/TO
Elcione Barbalho - PMDB/PA	3. Raquel Muniz - PSC/MG
Laura Carneiro - PMDB/RJ (17,21)	4. Rosangela Gomes - PRB/RJ
Jozi Araújo - PTB/AP	5. Simone Morgado - PMDB/PA
Júlia Marinho - PSC/PA	6. Soraya Santos - PMDB/RJ
VAGO	7. Delegado Edson Moreira - PTN/MG (7)
Tia Eron - PRB/BA (11)	8. Dâmina Pereira - PMB/MG (16)
Ezequiel Teixeira (2)	9. VAGO
Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO (3)	10. VAGO
Christiane de Souza Yared - PTN/PR (7)	11. VAGO
Iracema Portella - PP/PI (8)	12. VAGO
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Clarissa Garotinho - PR/RJ	1. José Rocha - PR/BA
VAGO (12)	2. VAGO (12)
Erika Kokay - PT/DF (4)	3. Benedita da Silva - PT/RJ (15)
Luizianne Lins - PT/CE (4)	4. Margarida Salomão - PT/MG (15)
Moema Gramacho - PT/BA (4)	5. Maria do Rosário - PT/RS (15)
Rogério Rosso - PSD/DF (5)	6. Beto Salame - PROS/PA
Alice Portugal - PCdoB/BA (6)	7. VAGO
Givaldo Carimbão - PROS/AL	8. VAGO
PSDB, PSB	
Bruna Furlan - PSDB/SP	1. Eliziane Gama - REDE/MA (18)
Carmen Zanotto - PPS/SC	2. VAGO
Janete Capiberibe - PSB/AP	3. VAGO
Keiko Ota - PSB/SP	4. VAGO
VAGO (13)	5. VAGO
Mariana Carvalho - PSDB/RO (10)	6. VAGO
PDT	
Flávia Morais - GO (9)	1. Rosângela Curado - PSOL/RJ (20)
PSOL (1)	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designado, como membro titular, o Deputado Ezequiel Teixeira, em vaga existente, em 9-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do SD.
3. Designada, como membro titular, a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do DEM.
4. Designadas, como membros titulares, as Deputadas Erika Kokay, Luzianne Lins e Moema Gramacho, em vagas existentes, em 10-03-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do PT.
5. Designado, como membro titular, o Deputado Rogério Rosso, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 70, de 2015, da Liderança do PSD.
6. Designada, como membro titular, a Deputada Alice Portugal, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 75, de 2015, da Liderança do PSD.
7. Designada, como membro titular, a Deputada Christiane de Souza Yared, em vaga existente, e, como membro suplente, o Delegado Edson Moreira, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

8. Designada, como membro titular, a Deputada Iracema Portella, em vaga existente, em 11-3-2015 (Sessão do Congresso Nacional), conforme Ofício nº 250, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
9. Designada, como membro titular, a Deputada Flávia Morais, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 17, de 2015, da Liderança do PDT.
10. Designada, como membro titular, a Deputada Mariana Carvalho, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 277, de 2015, da Liderança do PSDB.
11. A Deputada Marinha Raupp deixou de integrar a comissão, em 26/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 481, de 2015, da Liderança do Bloco de PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
12. Os Deputados Dr. Jorge Silva e Ronaldo Fonceca deixaram de integrar a comissão, em 01/04/2015 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 87, de 2015, da Liderança do PROS.
13. A Deputada Shéridan deixou de fazer parte da comissão em razão de seu desligamento, conforme Ofício nº 648, de 2015, da Liderança do PSDB.
14. Designado, como membro suplente, o Senador Eduardo Amorim, em vaga existente, em 1º-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.
15. Designadas, como membros suplentes, as Deputadas Benedita da Silva, Margarida Salomão e Maria do Rosário, em vaga existente, em 10-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 445, de 2015, da Liderança do PT.
16. Designada, como membro suplente, a Deputada Dâmina Pereira, em vaga existente, em 16-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
17. A deputada deixou de integrar a Comissão nos termos do Ofício 1072, de 2015, da liderança do Bloco PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN, em 05 de agosto de 2015 (Sessão do Senado Federal).
18. Designada, como membro suplente, a Deputada Eliziane Gama, em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, em 20-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 209, de 2015, da Liderança do PPS.
19. Designado, como membro titular, o Senador Wellington Fagundes, em substituição ao Senador Magno Malta, em 26-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 61, de 2015, da Liderança do Bloco União e Força.
20. Designada, como membro suplente, a Deputada Rosângela Curado, em vaga existente, em 10-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 332, de 2015, da Liderança do PDT.
21. Designada, como membro titular, a Deputada Laura Carneiro, em vaga existente, em 29-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1472, de 2015, da Liderança do PMDB/PEN.

Secretário: Gigliola Ansiliero
Telefone(s): 61 3303-3504
E-mail: cocm@senado.leg.br

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

ATN nº 1, de 2015 - Consolidação da Legislação Federal

Finalidade: Comissão mista destinada à consolidação da legislação federal, à regulamentação dos dispositivos da Constituição Federal, a modernização e o fortalecimento econômico e social do País.

Número de membros: 7 Senadores e 7 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Luiz Sérgio (PT-RJ)
VICE-PRESIDENTE: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)
RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
Deputado Luiz Sérgio (PT/RJ)	Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
Deputado Sergio Souza (PMDB/PR)	Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Deputado Sergio Zveiter	Senadora Lídice da Mata (PSB/BA)
Deputado Miro Teixeira (REDE/RJ)	Senador Jorge Viana (PT/AC)
Deputado Sandro Alex (PPS/PR)	Senador Walter Pinheiro (PT/BA)
Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)	Senador Blairo Maggi (PR/MT)
VAGO	VAGO

CONSELHOS E ÓRGÃOS

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR)
1º VICE-PRESIDENTE: Deputado Edio Lopes (PMDB-RR)
2ª VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)

Designação: 07/04/2015

SENADO FEDERAL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo	
Humberto Costa - PT/PE	1. Acir Gurgacz - PDT/RO (2)
Fátima Bezerra - PT/RN	2. Angela Portela - PT/RR
Lindbergh Farias - PT/RJ (2)	3. Gladson Cameli - PP/AC
Maioria (PMDB)	
VAGO (8)	1. Waldemir Moka - PMDB/MS
Roberto Requião - PMDB/PR	2. Dário Berger - PMDB/SC
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. VAGO
Davi Alcolumbre - DEM/AP (7)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia	
Antonio Carlos Valadares - PSB/SE	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força	
Blairo Maggi - PR/MT	1. Eduardo Amorim - PSC/SE

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PEN	
Arthur Oliveira Maia - SD/BA	1. Afonso Hamm - PP/RS
Carlos Henrique Gaguim - PMB/TO	2. Carlos Andrade - PHS/RR
Celso Russomanno - PRB/SP	3. Carlos Gomes - PRB/RS
Dilceu Sperafico - PP/PR	4. Edmar Arruda - PSC/PR
Edio Lopes - PMDB/RR	5. Mainha - SD/PI (14)
José Fogaça - PMDB/RS	6. Fernando Monteiro - PP/PE
Luiz Carlos Busato - PTB/RS	7. Osmar Serraglio - PMDB/PR
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Paes Landim - PTB/PI
Renato Molling - PP/RS	9. Ronaldo Benedet - PMDB/SC (4)
Takayama - PSC/PR	10. Wilson Filho - PTB/PB (10)
Mandetta - DEM/MS (5)	11. VAGO
PSD	
Arlindo Chinaglia - PT/SP	1. Givaldo Vieira - PT/ES
Benedita da Silva - PT/RJ	2. Pepe Vargas - PT/RS (3,13)
Danrlei de Deus Hinterholz - RS	3. Hugo Leal - PROS/RJ
Domingos Neto - PMB/CE	4. Jorginho Mello - PR/SC
Ságuas Moraes - PT/MT (11)	5. Remídio Monai - PR/RR
Rômulo Gouveia - PB (6)	6. Jaime Martins - MG (6)
Luiz Cláudio - PR/RO	7. VAGO (11)
Maurício Quintella Lessa - PR/AL	8. Zeca do Pt - PT/MS (9)
PSDB, PSB	
Eduardo Barbosa - PSDB/MG	1. Moses Rodrigues - PPS/CE
Geovania de Sá - PSDB/SC	2. Heitor Schuch - PSB/RS (1,12)
Roberto Freire - PPS/SP	3. Vicentinho Júnior - PSB/TO (1)
Rocha - PSDB/AC	4. VAGO
Jose Stédile - PSB/RS (1)	5. VAGO
Heráclito Fortes - PSB/PI (1)	6. VAGO
PDT	
Damião Feliciano - PB	1. Weverton Rocha - MA
PSOL	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

Notas:

1. Designados, como membros titulares, os Deputados José Stédile e Heráclito Fortes, e, como membros suplentes, os Deputados Vicentinho Júnior e Tereza Cristina, conforme Ofício nº 87, da Liderança do PSB (Sessão do Senado Federal de 08/04/2015).
2. Designado, como membro titular, o Senador Lindbergh Farias, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, e, como membro suplente, o Senador Acir Gurgacz, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
3. O Deputado Herculano Passos declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 212, de 2015, da Liderança do PSD.
4. Designado, como membro suplente, o Deputado Ronaldo Benedet, em vaga existente, em 15-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 592, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
5. Designado, como membro titular, o Deputado Mandetta, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 154, de 2015, da Liderança do Democratas.
6. Designado, como membro titular, o Deputado Rômulo Gouveia, em substituição ao Deputado Jaime Martins, e, como membro suplente, o Deputado Jaime Martins, em substituição ao Deputado Rômulo Gouveia, em 28-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 261, de 2015, da Liderança do PSD.

7. Designado, como membro titular, o Senador Davi Alcolumbre, em vaga existente, em 29-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 29, de 2015, da Liderança do DEM.
8. Vago em razão do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10 de maio de 2015.
9. Designado, como membro suplente, o Deputado Zeca do PT, em vaga existente, em 12-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 340, de 2015, da Liderança do PT.
10. Designado, como membro suplente, o Deputado Wilson Filho, em vaga existente, em 20-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 164, de 2015, da Liderança do DEM, com aquiescência da Liderança do PTB.
11. Designado, como membro titular, o Deputado Ságuas Moraes, em substituição ao Deputado Fernando Marroni, em 8-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 668, de 2015, da Liderança do PT.
12. Designado, como membro suplente, o Deputado Heitor Schuch, em substituição à Deputada Tereza Cristina, em 15-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 238, de 2015, da Liderança do PSB.
13. Designado, como membro suplente, o Deputado Pepe Vargas, em vaga existente, em 20-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 697, de 2015, da Liderança do PT.
14. Designado, como membro suplente, o Deputado Mainha, em substituição ao Deputado Elizeu Dionizio, em 24-11-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 343, de 2015, da Liderança do Solidariedade.

Conselho da Ordem do Congresso Nacional

Decreto Legislativo nº 70, de 1972, regulamentado pelo Ato nº 1, de 1973-CN

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

Eleição Geral: 04/02/2015

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
Presidente Deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ)	**Presidente** Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)
1º Vice-Presidente Deputado Waldir Maranhão (PP/MA)	**1º Vice-Presidente** Senador Jorge Viana (PT/AC)
2º Vice-Presidente Deputado Giacobo (PR/PR)	**2º Vice-Presidente** Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
1º Secretário Deputado Beto Mansur (PRB/SP)	**1º Secretário** Senador Vicentinho Alves (PR/TO)
2º Secretário Deputado Felipe Bornier (PSD/RJ)	**2º Secretário** Senador Zeze Perrella (PDT/MG)
3º Secretário Deputada Mara Gabrilli (PSDB/SP)	**3º Secretário** Senador Gladson Cameli (PP/AC)
4º Secretário Deputado Alex Canziani (PTB/PR)	**4º Secretário** Senadora Angela Portela (PT/RR)
Líder da Maioria VAGO	**Líder do Bloco Parlamentar da Maioria** VAGO
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)	**Líder do Bloco Parlamentar Minoria** Senador Alvaro Dias (PSDB/PR)
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Deputado Arthur Lira (PP/AL)	**Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania** Senador José Maranhão (PMDB/PB)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)	**Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional** Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)

Atualização: 08/04/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5255/ 3303-5256
Fax: 3303-5260
saop@senado.leg.br

Conselho de Comunicação Social

Lei nº 8.389, de 1991,
Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes.

PRESIDENTE: Miguel Ângelo Cançado (1)
VICE-PRESIDENTE: Ronaldo Lemos (1)

Eleição Geral: 05/06/2002
Eleição Geral: 22/12/2004
Eleição Geral: 17/07/2012
Eleição Geral: 08/07/2015

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Walter Vieira Ceneviva	Paulo Machado de Carvalho Neto
Representante das empresas de televisão (inciso II)	José Francisco de Araújo Lima	Márcio Novaes
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	Marcelo Antônio Rech	Maria Célia Furtado (2,4)
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Roberto Dias Lima Franco	Liliana Nakonechnyj
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Celso Augusto Schröder	Maria José Braga
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	José Catarino do Nascimento	Antônio Maria Thaumaturgo Cortizo
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Sydney Sanches	Jorge Coutinho
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Pedro Pablo Lazzarini	Luiz Antonio Gerace da Rocha e Silva
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Ronaldo Lemos	Patrícia Blanco
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Miguel Ângelo Cançado	Ismar de Oliveira Soares
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira	Murillo de Aragão (5)

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO (3)	Aldo Rebelo
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Fernando César Mesquita	Davi Emerich

Atualização: 07/12/2015

Notas:
1. Eleitos na 1ª reunião do CCS, realizada em 15.07.2015
2. O Conselheiro Lourival Santos renunciou à vaga de suplente, representante de empresas da imprensa escrita, conforme Ofício nº 051/2015-CCS, da Presidência do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, em 04/08/2015 (Sessão do Senado Federal).
3. O Conselheiro Henrique Eduardo Alves renunciou à vaga de membro titular, representante da sociedade civil, nos termos da Carta s/n - HELA, datada de 1º.12.2015, lida na 7ª Reunião do Conselho, realizada em 07.12.2015.
4. A Conselheira Maria Célia Furtado foi eleita em Sessão do Congresso Nacional de 18.11.2015 e empossada na 7ª Reunião do Conselho, realizada em 07.12.2015.
5. O Conselheiro Murillo de Aragão foi eleito em Sessão do Congresso Nacional de 18.11.2015 e empossado na 7ª Reunião do Conselho, realizada em 07.12.2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
CCSCN@senado.leg.br

Já sabe pesquisar o diário na Internet?

Siga o passo a passo!

Na página inicial do Senado Federal, selecione **Publicações** no menu superior.

Em **Publicações Oficiais**, clique em **Diários**.

Escolha entre **Diário do Senado Federal** e **Diário do Congresso Nacional**. Há também um *link* para os diários da **Câmara dos Deputados**.

Selecione a **data da sessão** publicada no diário.

Você tem a opção de fazer **pesquisas textuais** pelo inteiro teor de documentos e notas taquigráficas.

Acesse: www.senado.leg.br

Fale com o Senado
0800 61 2211